NOVAFCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Setúbal entre a República do pós-guerra e a Ditadura Militar

Diogo Filipe dos Santos Ferreira

Tese de Doutoramento em História Contemporânea

(maio, 2023)

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo e a co-orientação científica da Professora Doutora Ana Paula Pires.

Apoio financeiro da FCT (Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/131519/2017) e do Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH (Bolsa de Doutoramento com a referência UID/HIS/04209/2013).

Declarações

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original. Todas as fontes e obras consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas de rodapé e na bibliografia.

O candidato,

Diogo Filipe do Santo Ferreira

Setúbal, 13 de março de 2023.

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Professora Doutora Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo

Maria Fernanda Rollo

Lisboa, 13 de março de 2023.

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A coorientadora,

Professora Doutora Ana Paula Soares Pires

Assinado por: **Ana Paula Soares Pires**
Num. de Identificação: 11002954
Data: 2023.03.13 11:50:55 -0100

Ponta Delgada, 13 de março de 2023.

CHAVE MÓVEL

Para os meus pais, a quem tudo devo.

"*Confesso que nas minhas pesquisas literárias mostrei, por exceção, muita ambição, porque tudo me parecia pouco e mais sempre queria abarcar*."[1]

João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), o primeiro historiador de Setúbal.

[1] Citado a partir de: COSME, Carlos Dinis; MELO, Maria Luísa; NEVES, Luís Agostinho, *Índice Geral do 'Arquivo de João Carlos de Almeida Carvalho'*, Arquivo Distrital de Setúbal/Ministério da Cultura, Setúbal, 1996, p. 5.

Agradecimentos

A presente tese de doutoramento foi o resultado de um longo trabalho de investigação, iniciado em meados de 2016. Dezenas de pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua concretização. Sem elas, não teria aqui chegado.

Sublinho, primeiramente, o papel decisivo da bolsa de doutoramento que obtive em concurso público da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Foi este financiamento que permitiu dedicar-me exclusivamente, em boa parte do tempo, a esta pesquisa.

Num segundo momento, pretendo que fique registado o meu reconhecimento para com papel de todo o corpo docente do departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, cujas qualidades do ensino e formação foram permanentemente uma experiência de promoção do espírito crítico e de estímulo a que os seus alunos executassem investigações inovadoras. De igual modo, agradeço aos centros de investigação *História, Territórios e Comunidades* e *Instituto de História Contemporânea* por me terem acolhido. Foram dois espaços de crescimento como profissional, que me permitiram aprender e conviver com quem está na vanguarda da historiografia portuguesa.

Seria um exercício demasiadamente arriscado, por facilmente esquecer alguém, enumerar todos os funcionários públicos e trabalhadores de estabelecimentos privados, espalhados pelos múltiplos arquivos e bibliotecas que visitei. A simpatia e amabilidade estiveram sempre presentes nas centenas de milhares de documentos que me permitiram consultar.

A primeira pessoa a quem quero agradecer a título individual é a Professora Doutora Maria Fernanda Rollo. Por todo o carinho e confiança que depositou em mim desde a fase final da minha licenciatura em História. Nunca esquecerei que, no universo do ensino superior, acreditou em mim quando mais ninguém o fez. Obrigado por ter feito de mim o historiador que sou hoje, pela oportunidade de colaborar nos múltiplos projetos que dirigiu e por tudo aquilo que me ensinou neste ofício. Foi determinante no meu percurso, quer como orientadora da minha dissertação de mestrado, quer na qualidade de orientadora científica da presente tese de doutoramento.

Devo um obrigado à Professora Doutora Ana Paula Pires, coorientadora deste trabalho, pelo apoio, críticas construtivas, desafios lançados e oportunidades abertas.

Num plano informal, à Maria Inês Queiroz, coordenadora do projeto *História dos 250 Anos da Imprensa Nacional* – que tive a honra de integrar -, por tantos conselhos sobre que passos deveria dar em seguida.

Ao António Cunha Bento pela inestimável amizade e partilha constante de conhecimento e do seu acervo pessoal. Foi a melhor pessoa que conheci no meio da literatura histórica local.

Ao professor Albérico Afonso Costa e à professora Maria da Conceição Quintas, cujos livros despertaram, há uma década, este amor imenso ao passado de Setúbal.

Aos amigos de sempre, aos que ficaram, aos que perdi e aos que ganhei. Obrigado pela paciência e por me ouvirem partilhar tantas histórias da cidade onde crescemos.

À Vânia Silva agradeço a longa viagem que partilhámos e todo o suporte durante grande parte deste caminho.

À Mariana Castro, ao João Pedro Santos e à Inês José, companheiros académicos de tantas 'lutas' e amigos de coração.

Aos meus irmãos mais velhos, João e André, que ainda olham e cuidam de mim como se tivesse 10 anos. À minha cunhada Tisha, a irmã que nunca tive. Aos meus sobrinhos Martim, Enzo e Marvin pelos sorrisos que renovam o ar que respiro.

À minha avó Olga, que foi operária latoeira nas fábricas *O Sol* e *Bertília*. Por me ter inspirado com o retrato da sua história de vida e da dos seus pais, Cassilda Madeira e Manuel Jóia, ambos operários conserveiros na fábrica *Perienes*. No mesmo edifício onde estes exerceram as suas funções, atual Museu do Trabalho Michel Giacometti, é onde colaboro profissionalmente com o Gabinete de Promoção e Divulgação do Património Histórico e Cultural da Câmara Municipal de Setúbal. A vida tem destas coisas.

Ao meu avô Artur, falecido em maio de 2014, por ter sido quem mais contribuiu para a construção do meu imaginário de uma outra Setúbal, a da sua infância e início de vida adulta, como trabalhador no estaleiro de carpintaria naval do seu pai, o «mestre» Artur dos Santos. Sinto falta das histórias que me contava desses tempos, nas idas e vindas ao Estádio do Bonfim.

À Maria Betânia pela paleta de cores com que voltou a pintar a minha vida.

À minha querida mãe por nunca me ter deixado desistir ou me ter permitido baixar os braços. No seu colo encontrei sempre as forças para continuar e nos seus abraços me

reergui. Sem os sacrifícios financeiros que, em conjunto com o meu pai, tanto fez não teria tido a oportunidade de tirar uma licenciatura em História e um mestrado em História Contemporânea. Se aqui cheguei foi graças à minha mãezinha. O maior e mais profundo agradecimento de todos vai para ti.

O último agradecimento fica para o meu querido pai. Os problemas de saúde que o diminuíram impedem-no de ler este texto. Algures neste percurso "perdi-o" em vários sentidos, mas sei o quão orgulhoso estaria de mim, se tivesse consciência plena do feito que alcancei com a sua preciosa ajuda para seguir o meu sonho.

Dedico a ambos esta tese.

Deixo aqui, para que fique eternizado, três últimas notas.

Para Setúbal: A minha prenda está aqui. Por seres casa. Por sentir a tua falta sempre que te abandono temporariamente, vindo à mente o célebre verso de Bocage escrito, em 1791, "*Eu me ausento de ti, meu pátrio Sado*".

Para quem viveu nos anos que estudei: Em todos os momentos desejei que se soubesse pormenorizadamente aquilo que passaram. Os duros tempos que sobreviveram.

Para mim: só tu sabes o quanto isto custou. O desgaste que representou. As incomensuráveis horas de trabalho destes anos, gastas em pesquisa em arquivos, em leituras em bibliotecas e no processo de escrita. Compreendeste o significado de solidão.

O peso e pressão saem agora de cima das tuas costas. A missão está cumprida.

Setúbal, 21 de março de 2023.

Diogo Ferreira.

Resumo

SETÚBAL ENTRE A REPÚBLICA DO PÓS-GUERRA E A DITADURA MILITAR

Diogo Filipe dos Santos Ferreira

A presente tese de doutoramento é circunscrita no tempo e no espaço, tendo como objeto de estudo a cidade de Setúbal entre o primeiro pós-guerra e as vésperas do Estado Novo. No decurso da investigação procurou-se replicar o paradigma e o modelo analítico e interpretativo da história local britânica, que visa uma compreensão mais profunda, 'totalizante' e globalizante do passado de determinado território por via da conjugação da sua vida política, económica e social.

O texto preambula com uma análise detalhada do estado da arte e com uma breve reflexão teórico-metodológica em torno deste ramo historiográfico, tendo em vista contribuir para a sua discussão e perceber o seu posicionamento na historiografia internacional e na portuguesa. Prossegue através de uma contextualização do meio urbano setubalense, na transição de Oitocentos para o século XX, para um melhor entendimento da realidade local antes do armistício de 1918.

Dividido em duas grandes partes ("Setúbal e a segunda vida da Primeira República" e "Setúbal sob o jugo da Ditadura Militar"), este trabalho resultou num estudo pormenorizado da evolução política municipal, dos avanços e recuos dos principais setores de atividade económica (*e.g.* indústria conserveira, pesca, cimentos ou vitivinícola) e de que forma a comunidade resistiu à repressão de todo o período da ditadura ou como se manifestou, no espaço público, por melhores condições laborais.

A crise da principal matéria-prima da indústria de conservas de peixe, a sardinha, com início no primeiro semestre de 1924, dividiu a história sadina entre 1919 e 1933, em dois blocos temporais. O encerramento de unidades fabris e as falências das firmas de pesca deram início a uma longa vaga recessiva na economia regional, com fortes repercussões no quotidiano da comunidade. Houve um antes e um depois da escassez sardinheira, atingindo tudo e todos no microcosmo da 'Barcelona Portuguesa'.

Palavras-chave: História Local, Setúbal, Primeira República, Ditadura Militar.

Abstract

SETÚBAL BETWEEN THE POST-WAR REPUBLIC AND THE MILITARY DICTATORSHIP

Diogo Filipe dos Santos Ferreira

This PhD thesis is circumscribed in time and space, having as object of study the city of Setúbal between the first post-war period and the eve of Estado Novo. During the investigation, an attempt was made to replicate the paradigm and the analytical and interpretative model of British local history, which aims at a deeper, 'totalizing' and globalizing understanding of the past of a given territory through the combination of its political, economic and social life.

The text preambulates with a detailed analysis of the state of the art and with a brief theoretical-methodological reflection on this historiographical branch, aiming for contributing to its discussion and for understanding its position in international and Portuguese historiography. It continues through a contextualization of the urban environment of Setúbal, in the transition from the 19th century to the 20th century, for a better understanding of the local reality before the armistice of 1918.

Divided into two major parts ("Setúbal and the second life of the First Republic" and "Setúbal under the yoke of the Military Dictatorship"), this work resulted in a detailed study of the municipal political evolution, the advances and setbacks of the main sectors of economic activity (*e.g.* canning, fishing, cement or wine industry) and how the community resisted to the repression of the entire period of the dictatorship or how it manifested itself in the public space for better working conditions.

The crisis of the main raw material of canned fish industry, sardines, which began in the first half of 1924, divided the history of Setúbal, between 1919 and 1933, into two temporal blocks. The closure of factories and the bankruptcy of fishing companies started a long wave of recession in the regional economy, with strong repercussions in the daily life of the community. There was a before and after of the sardinheira scarcity, affecting everything and everyone in the microcosm of 'Portuguese Barcelona'.

Keywords: Local History, Setúbal, First Portuguese Republic, Military Dictatorship.

Siglas e Abreviaturas

ACMF – Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

ADSTB – Arquivo Distrital de Setúbal

AHD-MNE – Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHJMF – Arquivo Histórico da José Maria da Fonseca

AHM - Arquivo Histórico-Militar

AHMPR - Arquivo Histórico do Museu da Presidência da República

AHNSLC - Arquivo Histórico do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes

AMS - Arquivo Municipal de Setúbal

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AHP-AR - Arquivo Histórico-Parlamentar – Assembleia da República

AHS-BNP - Arquivo Histórico-Social da Biblioteca Nacional de Portugal

APLSS – Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra

BCM-AH – Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico

CDIACM - Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha

CDMTMG - Centro de Documentação do Museu do Trabalho Michel Giacometti

CA – Comissão Administrativa

CE – Comissão Executiva

CMS – Câmara Municipal de Setúbal

CGT - Confederação Geral do Trabalho

CGD - Caixa Geral de Depósitos

DGS – Direção-Geral de Segurança

DGAPC - Direcção-Geral da Administração Política e Civil

FMP – Federação Maximalista Portuguesa

GNR – Guarda Nacional Republicana

Lv. – Livro

Mç. – Maço

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PRP – Partido Republicano Português

PRE – Partido Republicano Evolucionista

PRED - Partido Republicano da Esquerda Democrática

PRL – Partido Republicano Liberal

PRR - Partido Republicano Radical

PRN - Partido Republicano Nacionalista

PRU – Partido Republicano Unionista

PSE – Polícia de Segurança do Estado

PSP – Partido Socialista Português ou Polícia de Segurança Pública

PVDE – Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado

Pt. - Pasta

UIE – União dos Interesses Económicos

UON – União Operária Nacional

Índice

Agradecimentos v

Resumo viii

Abstract ix

Siglas e Abreviaturas x

Índice.. xii

Parte I - Introdução 1

1.1. Notas preliminares, plano de redação e eixos de investigação 1

1.2. O estado da arte do conhecimento científico 8

1.3. Fontes primárias e secundárias 17

1.4. O que é a história local? Conceito, metodologias e potencialidades 22

1.5. A prática da da história local na historiografia internacional e o seu trajeto na literatura histórica portuguesa 29

Parte II - De vila piscatória a epicentro industrial: A cidade do Sado entre a segunda metade do século XIX e a Grande Guerra 37

Parte III - Setúbal e a segunda vida da Primeira República 60

3.1. A evolução do xadrez político sadino entre o pós-guerra e o 28 de Maio 60

3.1.1. Da transição do pós-sidonismo ao retorno ao *statu quo* pré-dezembrista 60

3.1.2. As eleições de maio de 1919: os ensaios do bloco anti-Partido Democrático 69

3.1.3. A oscilação política no poder local e os seus dilemas (1919-1921) 72

3.1.4. A ida às urnas em 1921 e em 1922 e o rescaldo da 'Noite Sangrenta' 82

3.1.5. As eleições municipais de 1922: A diversidade política e as dissidências no Partido Democrático 88

3.1.6. As acusações de corrupção e a informal cisão democrática (1923) 95

3.1.7. O golpe palaciano: a coligação monárquico-democrática (1924-1925) 103

3.1.8. As eleições de 1925: A 'Lista do Concelho' assume o controlo da autarquia .. 118

3.2. Os efeitos económicos do pós-guerra e os primórdios do declínio (1919-1926) 131

3.2.1. Entre a hipertrofia da indústria de conservas setubalense e os primeiros sinais da crise sardinheira 131

3.2.2. A depressão dos setores dos citrinos e do sal de Setúbal 156

3.2.3. A Casa José Maria da Fonseca e o mercado brasileiro como balão de oxigénio 162

3.2.4. Em busca de alternativas? A fundação da SPPC, da SECIL e da SAPEC 165

3.3. O vulcão da 'Barcelona Portuguesa': da erupção à extinção (1919-1926) 170

3.3.1. A perpetuação da crise dos abastecimentos e da carestia de vida no pós-guerra (1919-1923) 170

3.3.2. A continuidade da luta de classes no pós-guerra: entre a unidade e os sinais de fragmentação (1919-1923) 180

3.3.3. As 'Revoltas da Fome' do verão de 1920: o desespero comunitário 190

3.3.4. A greve-geral dos 75 dias (1922): O esgotamento das redes de solidariedade .. 196

3.3.5. A greve dos estivadores e dos condutores de sal de Setúbal (1923) 201

3.3.6. A 'Barcelona Esvaída' (1924-1926): O enfraquecimento interno, a diminuição da convulsão social e a derrota pela fome e pelo desemprego 205

3.3.7. As greves-gerais de 1925 e as prisões políticas de João Maria Major 217

Parte IV - Setúbal sob o jugo da Ditadura Militar 225

4.1. O *coup d'état* de 28 de Maio e a vida política da Ditadura Militar na cidade do Sado..... 225

4.1.1. Os bastidores das operações militares e o saneamento das estruturas políticas republicanas concelhias 225

4.1.2. A concretização de uma 'velha aspiração': A reforma administrativa de 22 de dezembro de 1926 e a criação do distrito de Setúbal 234

4.1.3. O 'longo' mandato de Carlos Botelho Moniz: entre a estabilidade política e um projeto de modernização (1926-1930)..... 242

4.1.4. A instabilidade política municipal: As sucessivas comissões administrativas (1931-1933).. 251

4.2. O agudizar da crise económica setubalense e a propaganda do 'progresso' (1926-1933)... 267

4.2.1. A escassez do peixe 'dourado' e a implementação do defeso 267

4.2.2. O declínio da indústria conserveira setubalense e os primeiros reflexos do 'condicionamento industrial' 280

4.2.3. O fim da 'era dourada' na Casa José Maria da Fonseca..... 297

4.2.4. O turismo e a ilusão do 'progresso': A Comissão de Iniciativa de Setúbal e a I Exposição Regional do Distrito de Setúbal 301

4.2.5. As obras de reestruturação do porto de Setúbal (1925-1934) 313

4.3. Entre a repressão e a resistência (1926-1933): Os confrontos político-sociais à beira Sado durante a Ditadura Militar 322

4.3.1. A fundação do Comando Distrital de Setúbal da PSP: reestruturação e opressão política (1927-1933) 322

4.3.2. A revolta de 7 fevereiro de 1927 à beira Sado e a suspensão d'*O Setubalense* . 327

4.3.3. A revolta do 'Castelo': A sublevação do R.I. n.º 11 no 20 de julho de 1928..... 342

4.3.4. O periódico demoliberal *A Vitória* e os panfletos libertários (1929-1931) 351

4.3.5. A ‘Greve dos 92 dias’: Os marítimos de Setúbal em luta (1931)..... 359
4.3.6. O protesto contra o desconto de 2% para o Fundo de Desemprego (1932) 373
Parte V – Considerações finais..... 377
Fontes, Bibliografia e Webgrafia..... 382
Anexos..... 431
Iconografia..... 533

Parte I - Introdução

1.1. Notas preliminares, plano de redação e eixos de investigação

O interesse pela investigação da história local de Setúbal remonta, pelo menos, a 1849. Sob proteção do rei D. Fernando II, o setubalense João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897) e o padre Manuel de Gama Xaro (1800-1870) fundaram, na então vila sadina, a *Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, cujo principal intuito era "*adquirir luzes e conhecimentos sobre a história, geografia e costumes antigos*"[2] em torno das ruínas romanas de Tróia. Tal como aqueles homens, a presente tese de doutoramento resultou da intensa paixão e fascínio pelo passado desta cidade, o berço onde nasci e fui criado. Aqui residiram os meus antepassados maternos, que estiveram diretamente ligados ao universo da indústria de conservas de peixe, como operárias, 'visitadeiras' e fogueiros, e à carpintaria naval. Cresci a ouvir pequenas estórias familiares de uma Setúbal distante no tempo e transformada no espaço, que ficou tatuada no meu imaginário.

Num mundo em permanente mudança e cada vez mais interligado e globalizado, o 'pai' da historiografia local britânica, William George Hoskins, antecipou a multiplicação dos estudos regionais, de que sou reflexo: "*We belong to a particular place and the bigger and more incomprehensible the modern world grows, the more will people turn to study something of which they can grasp the scale and in which they can find a personal and individual meaning*"[3].

Como já tive oportunidade de escrever noutra ocasião, foi através do abraço da musa da História, a Clio, que conheci a 'Barcelona Portuguesa', o epicentro de todas as minhas deambulações e viagens para outras épocas históricas.[4] A dissertação de mestrado em História Contemporânea, que materializei entre 2014 e 2015, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*[5], simbolizou o ponto de partida para me dedicar plenamente a contribuir para a reconstrução da memória comunitária sadina. Desde então que, como na célebre canção *Georgia on my mind*[6] - imortalizada pela voz inconfundível de Ray

[2] Artigo 2.º - Sociedade Arqueológica Lusitana, *Estatutos da Sociedade Archeologica Lusitana*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1859.
[3] HOSKINS, William George, *Local History in England*, Pearson Education Limited, London, 1959, p. 6.
[4] FERREIRA, Diogo, "O encontro da musa Clio com a 'Barcelona Portuguesa'" in *New in Setúbal*. Artigo publicado em 03/08/2020. [Disponível em: https://newinsetubal.nit.pt/opiniao/opiniao-o-encontro-da-musa-clio-com-a-barcelona-portuguesa/]
[5] FERREIRA, Diogo, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, NOVA FCSH, Lisboa, 2015.
[6] Originalmente composta, em 1930, por Hoagy Carmichael e Stuart Gorrel, a versão de 1960 de Ray Charles tornou-se no hino oficial do Estado norte-americano da Geórgia.

Charles - "*the road leads back to you*". Este permanente regresso a casa foi o caminho natural para optar por dar sequência cronológica ao estudo do passado da cidade do Sado nesta investigação doutoral, iniciando no primeiro pós-guerra e culminando nas vésperas da institucionalização do Estado Novo.

Os quatorze anos de foco deste longo texto, à escala global e no nosso país, foram de grandes transformações políticas, de duras convulsões sociais e de esperança e desespero no plano económico. O regresso à paz, as dificuldades de reintegração social de milhões de soldados, as diferentes vagas grevistas, o medo generalizado da expansão do modelo soviético, a ascensão dos fascismos pela Europa, a falência das democracias liberais, as consequências do pós-guerra, a crise 'esquecida' de 1921, o *crash* da bolsa de valores de Wall Street, a procura de se esquecer os traumas da pandemia de 'gripe espanhola', os *années folles* do cinema, do *jazz* e das artes, a afirmação do futebol como desporto de massas ou a difusão dos automóveis e dos telefones são meros exemplos do que o mundo experienciou em pouco mais de uma década.

Foi, por tudo isto, altamente desafiante pensar e refletir sobre qual seria a melhor forma de desenhar um esquema para a disposição dos conteúdos abordados no decurso deste trabalho. O resultado tratou-se de um longo processo de maturação, que procurou organizar e ordenar estruturalmente o texto em quatro grandes blocos: I – introdução e enquadramento teórico-metodológico; II – contextualização histórica da cidade do Sado na viragem de oitocentos ao final da Grande Guerra; III – Setúbal e a República do pós-guerra; IV – Setúbal sob o jugo da Ditadura Militar.

A divisão e subdivisão dos capítulos assentou, essencialmente, em dois princípios basilares. O primeiro diz respeito à repartição dos dois maiores capítulos, de acordo com a fronteira política estabelecida pelo 28 de Maio de 1926, que simbolizou uma ruptura e uma transição de um regime republicano liberal (1910-1926) para uma ditadura militar (1926-1933). Estas balizas temporais servem de ponto de partida, mas não se encerram sobre si mesmas. Os diferentes ritmos da vida da cidade – designadamente o início da crise sardinheira de 1924 - interagem permanentemente com os tempos políticos e económicos nacionais, influenciando a produção textual. O segundo, para o interior destes dois blocos, relaciona-se com o encadeamento lógico de cariz temático. Preludia-se com a evolução política, prossegue-se com os avanços e recuos da vida económica e termina-se nos movimentos sociais e na resistência/oposição, com vista a uma permanente interação e correlação entre estas três dinâmicas: política, economia e sociedade.

No primeiro segmento – ponto presente da leitura - reproduzem-se os tradicionais textos preambulares de uma tese tendente à obtenção do grau de doutor. Avaliar-se-á detalhadamente o estado da questão do conhecimento científico, abordando os diferentes autores e obras que se aproximam do tema em estudo, revisita-se a bibliografia geral e definem-se os principais objetivos, problemáticas e questões de partida que se procuraram responder e atingir ao longo da pesquisa. Identificar-se-ão, em linhas gerais, os acervos documentais consultados nos múltiplos arquivos visitados ou as coleções particulares a que se teve acesso, sintetizando a tipologia de fontes primárias e secundárias recolhidas.

Ainda neste âmbito, para melhor compreender as metodologias e procedimentos científicos subjacentes à elaboração de uma investigação desta natureza, procurar-se-á discutir o conceito, as potencialidades, os limites e problemas da história local. De igual modo, pretender-se-á discorrer sobre em que quadro se encontra este ramo historiográfico no plano internacional, evidenciando as suas principais escolas e modelos, e no caso português, analisando o seu percurso entre o período Moderno e os dias de hoje. Estas perspetivas teórico-metodológicas são incontornáveis na medida em que a revisão da literatura sobre estas matérias influenciou a forma como o texto foi imaginado, desde o momento em que teve início a pesquisa documental e a revisão bibliográfica, passando pela organização e análise dos dados até à escrita. Desta forma justificam-se, em boa parte, o formato da tese de doutoramento e as técnicas de investigação aplicadas.

Como se terá oportunidade de ler mais adiante, os princípios da literatura científica anglo-saxónica e francesa sobre a *local history* e a *histoire locale*, designadamente as abordagens 'totalizantes' ou 'globalizantes'[7], que interligam e interpenetram conteúdos políticos, económicos e sociais para se conhecer profundamente uma realidade geograficamente circunscrita, foram o paradigma escolhido para construir este trabalho. É da interação e complementaridade entre problemáticas diferenciadas que a historiografia local convoca uma transversalidade temática em que as constantes metamorfoses presentes nas estruturas político-institucionais concelhias ou a evolução do tecido económico-social se tornam os principais focos para se concretizar uma proposta de 'história total' de uma região. Neste plano, o arquétipo territorial adotado foi a divisão político-administrativa do concelho, padrão utilizado pela grande maioria dos trabalhos académicos executado no âmbito da historiografia local portuguesa.

[7] DYER, Christopher; HOPPER, Andrew; LORD, Evelyn e TRINGHAM, Nigel, *New Directions in Local History since Hoskins*, University of Herfordshire Press, Herfordshire, 2011, p. 5.

Na segunda parte (**II - 'De vila piscatória a epicentro industrial: A cidade do Sado da segunda metade do século XIX à Grande Guerra'**) pretende-se promover uma síntese do processo de modernização que Setúbal, amparada pela política dos *melhoramentos materiais*, assistiu até à queda da Monarquia Constitucional, permitindo, entre outras coisas, a sua elevação de vila a cidade, em 1860. Demonstrar-se-á como o *take-off* industrial conserveiro, intensificado pelo investimento de capital externo, gerou uma intensa vaga migratória, construindo uma das mais importantes referências fabris e demográficas nacionais, que tornaram o concelho no terceiro maior centro urbano do país.

Em simultâneo, tem-se como intenção revelar como o surgimento de um operariado numericamente significativo foi lentamente se aproximando de ideologias como o sindicalismo revolucionário, o socialismo e o republicanismo, constituindo um bloco altamente politizado e unido, por via do associativismo, que apoiou a implantação da República. Pelo meio, dada a conjuntura anormal da Primeira Guerra Mundial, apresentar-se-ão os maiores impactos políticos e económico-sociais que a beligerância gerou localmente, admitindo caracterizar e estimar as condições em que o concelho se encontrava aquando do armistício, fazendo a ponte de ligação para o primeiro pós-guerra.

O terceiro segmento [**III – Setúbal e a República do pós-guerra**] é preludiado pela reconfiguração político-partidária concelhia e pelo regresso à normalidade constitucional de 1911, resultante do colapso do sidonismo e do conflito vulgarmente denominado como 'Monarquia do Norte'. O processo de transição de retorno dos republicanos liberais às cadeiras do poder autárquico concluir-se-á com as implicações dos resultados das eleições e municipais e legislativas de 1919.

No intuito de se estudar pormenorizadamente o xadrez político sadino nestes anos focar-se-ão os restantes resultados eleitorais nacionais (1921, 1922 e 1925) e municipais (1922 e 1925) para se apreciarem os sentidos de voto da minoria de setubalenses e azeitonenses que possuíam esse direito. Mais importante, possibilitará examinar o processo de enfraquecimento do Partido Democrático no panorama sadino, força política que se manteve à frente dos destinos da Câmara Municipal (C.M.) de Setúbal até janeiro de 1926. Serão as eleições autárquicas (e os frutos dos seus resultados a médio-prazo) que permitirão apreender os motivos das dissidências internas das comissões municipais daquele partido, explicar os golpes palacianos que uniram 'democráticos' a monárquicos, compreender a edificação de um bloco das várias direitas da direita e determinar o papel dos diferentes movimentos políticos, passando pelo P.R. Radical ou pelos adeptos de

Mussolini e de Primo de Rivera. Entre estes combates político-partidários estarão presentes os principais desafios que os executivos camarários enfrentaram ou as consequências de episódios como a 'Noite Sangrenta'.

No que concerne ao microcosmo da economia setubalense, sempre sujeita às flutuações dos mercados internacionais em virtude dos seus produtos serem maioritariamente consumidos no exterior, versa-se-á sobre os efeitos do pós-guerra e da brutal redução das extraordinárias necessidades de consumo de conservas de peixe, após o término do conflito. Procurar-se-á evidenciar as raízes do período da prolongada recessão, que pôs fim ao segundo ciclo do universo conserveiro local (1880-1920), e que se aprofundou com os primeiros sinais de escassez da principal matéria-prima do setor conserveiro: a sardinha. A título lateral, acompanhando esta conjuntura de recessão, concentrar-se-ão algumas páginas no declínio local da indústria salineira e dos laranjais.

Numa tentativa de medir o peso e influência do surgimento de indústrias alternativas, como resposta à crise, estudar-se-ão três dos principais marcos do investimento estrangeiro, em Setúbal, na primeira metade da centúria de novecentos: SECIL (cimentos); SAPEC (adubos químicos); SPPC (óleo de baleia). Finalmente, a empresa *José Maria da Fonseca* será convocada para se perceber em que dimensão conseguiu responder às dificuldades instigadas pelo pós-guerra, que reduziram o consumo tradicional francês e britânico, através da ligação comercial com o Brasil.

No campo dos movimentos sociais, o último subcapítulo do terceiro bloco procurará transmitir como o vulcão operário entrou em erupção e extinguiu-se no decurso da República do pós-guerra. Aspirar-se-á a comprovar que o extraordinário aumento do custo de vida, o desemprego e a crise dos abastecimentos estiveram na origem dos elevados picos de conflituosidade social, motivando frequentes assaltos coletivos a estabelecimentos de víveres, repetidos confrontos com as autoridades e duras e longas greves, como a paralisação geral do mundo conserveiro (1922) ou a dos estivadores e condutores de sal (1923). Tentar-se-á expressar, neste sentido, que existiu uma linha de continuidade na luta de classes entre a Grande Guerra e o pós-guerra.

Por fim, analisar-se-á a intervenção política e social da União dos Sindicatos Operários de Setúbal, cujo porta-voz foi a *Voz Sindical*, numa fase em que o esgotamento das redes de solidariedade, as divergências internas nas diferentes associações de classe e a fome enfraqueciam e esvaziavam a capacidade de resistência do operariado. Para além destas e de outras questões, colocar-se-á em discussão se a prisão política de João Maria

Major, em 1925, e as greves-gerais daquele ano terão (ou não) representado o canto do cisne da 'Barcelona Portuguesa'. Foram trabalhadores, nelas ativos participantes, que, sentindo-se abandonados pela República liberal, receberam o 28 de Maio.

No capítulo IV **[Setúbal sob a jugo da Ditadura Militar]**, as operações militares ocorridas no quartel do Regimento de Infantaria n.º 11, o processo de saneamento da administração do concelho e do executivo camarário (eleito em novembro de 1925) e a nomeação central de novos elementos para os órgãos do poder local serão os motes para iniciar este bloco. Em seguida, tratar-se-á de compreender a importância da reforma administrativa - que criou o distrito de Setúbal, em dezembro de 1926 - e do surgimento de um Governo Civil para aliciar a comunidade sadina para o projeto político ditatorial.

Chegando à atividade da comissão administrativa camarária, dirigida por Carlos Botelho Moniz, tentar-se-á transmitir que o processo de transição política entre regimes se tratou mais de uma continuidade do que propriamente de uma rutura, mantendo-se nas cadeiras da autarquia nomes do executivo municipal, eleito em 1925, na comissão administrativa nomeada pela ditadura. Revelar-se-á como alguns daqueles homens, republicanos liberais, se deixaram cativar pelas virtualidades propagandeadas pelo autoritarismo militarista, e apresentar-se-ão novas personagens que passaram a integrar o palco da aristocracia política regional. No início do decénio de 1930, conforme se irá ter oportunidade de ler, a solidez política camarária deu lugar a sucessivas nomeações de comissões administrativas (com militares e civis) incitadas por inúmeras demissões coletivas. Estas ocorreram perante a impotência em lidar com os obstáculos financeiros desencadeados pelo *crash* de *Wall Street* ou pelo passivo herdado de anos anteriores.

Em seguida ilustrar-se-á que, durante o regime militar, se agudizou a recessão económica setubalense devido à contínua insolvência de armadores e cooperativas de pesca, ao encerramento de diversas unidades fabris conserveiras, à escassez sardinheira, à introdução de legislação pré-corporativa – que proibiu a abertura de mais fábricas de conservas –, à introdução do defeso formal da pesca da sardinha ou em face do declínio da importação brasileira de moscatel de Setúbal, após a ascensão de Getúlio Vargas.

Em completo desajuste com o desígnio de austeridade e reequilíbrio financeiro preconizados por António de Oliveira Salazar, e com a conjuntura de profunda recessão, verificar-se-á que a comissão administrativa de Carlos Botelho Moniz desenhou um amplo projeto de melhoramentos para a cidade que previu, entre outras coisas, a

implementação da rede de energia elétrica em Setúbal, a construção do novo Mercado do Livramento ou o ajardinamento da Avenida Luísa Todi. A I Exposição Regional do Distrito de Setúbal, decorrida entre julho e setembro de 1930, e a atividade da Comissão de Iniciativa de Setúbal serão estudadas no intuito de comprovar como se imaginou o início de um novo rumo industrial e turístico para o concelho, procurando uma saída para a estagnação conserveira. Nesta ótica de renovação infraestrutural, termina-se-á este subcapítulo com enfoque na reestruturação do porto de Setúbal, cujas obras ocorreram entre 1930 e 1934. Para além da maior dimensão comercial que deu a uma cidade tão dependente das exportações, analisar-se-á o seu significado político por ter sido uma obra iniciada e concluída pela ditadura.

Finalmente, o último subcapítulo será principiado pela análise da criação do Comando Distrital de Setúbal da Polícia de Segurança Pública, em 1927, principal instrumento de repressão política no contexto local durante os anos da Ditadura Militar. As competências que obteve, que ultrapassavam as que eram ministradas pela Polícia Cívica de Setúbal, e a modernização em diferentes parâmetros de que foi alvo, possibilitarão avaliar com que armas o regime combateu a oposição clandestina. Em seguida, a presente tese culminará com o estudo dos reflexos do 'Reviralho' na escala setubalense para se discernir qual a dimensão da atuação da cidade do Sado na revolta de fevereiro de 1927 e na revolta do 'Castelo' de 1928, caracterizando o grupo de indivíduos que integraram os bastidores destas insubordinações (*e.g.* tenente Alfredo José Barroso ou Afonso de Macedo e Castro), quem foi preso por motivos políticos e qual foi o significado da suspensão temporária do diário *O Setubalense*. No âmbito demoliberal ter-se-á como propósito avaliar a intervenção oposicionista do periódico local *A Vitória* (1929-1933), dirigido pelo *seareiro* José Romão dos Santos Ferro.

Antes das conclusões finais, a investigação concentrar-se-á, ainda, nos motivos e resultados da longa greve dos marítimos, ocorrida em 1931, que foi liderada por personalidades de peso na esfera do anarquismo sadino. Dar-se-á um destaque à disputa entre comunistas e anarcossindicalistas pela coordenação desta paralisação laboral que, direta ou indiretamente, enfraqueceu um dos mais importantes movimentos grevistas locais das primeiras três décadas do século XX. Com base nos processos da PIDE/DGS, a interpretação e descrição do desenrolar dos acontecimentos associados ao protesto contra o desconto de 2% para o fundo de desemprego, em 1932, encerrarão o texto.

Objetivos gerais e problemáticas de investigação

- Contribuir para o debate teórico-metodológico em torno da história local.
  - Como se processa uma investigação em história local? Em que estado se encontra a historiografia local nos planos nacional e internacional?
- Compreender e analisar a evolução e transformações políticas do concelho e das estruturas do poder autárquico no seu largo espectro ideológico.
  - De que forma e em que circunstâncias ocorreram as mutações político-partidárias locais e camarárias entre a República do pós-guerra e a Ditadura Militar?
- Definição, caracterização e avaliação do tecido económico setubalense, enquadrando o universo piscatório, conserveiro, vinícola, cimenteiro e dos adubos.
  - Em que conjunturas permaneceram o setor conserveiro e piscatório entre o primeiro pós-guerra, a génese do corporativismo e a introdução do defeso? Como surgiram e se afirmaram outras áreas de atividade económica? Foram respostas alternativas eficazes?
- Estudo e reflexão dos diferentes conflitos e movimentos sociais ocorridos à escala local, bem como dos significados políticos dos principais episódios resistência.
  - A crise económica do pós-guerra promoveu a intensificação ou o refluxo do movimento operário na 'Barcelona Portuguesa'? Quais os resultados da opressão política ditatorial pós-28 de Maio na atividade sindical setubalense? De que modo o mundo do trabalho combateu na oposição?

1.2. O estado da arte do conhecimento científico

A literatura histórica setubalense, como a de outra qualquer localidade, é caracterizada pela simbiose entre a pluralidade de trabalhos produzidos fora da esfera académica/universitária e a limitada investigação científica. Num plano mais rigoroso do ponto de vista metodológico, desde meados da década de 1980 que uma geração de investigadores tem pesquisado profusamente e publicado muitos artigos e livros, construindo a base do edifício que é a historiografia local sadina. Albérico Afonso Costa[8],

[8] COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2012; *Idem*, *Setúbal: Roteiros Republicanos*, CNCCR, Matosinhos, 2010; *Idem*, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014; *Idem*, *Setúbal – Cidade Vermelha: Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar,* Estuário, Setúbal, 2017; *Idem*, *Setúbal sob o Estado Novo*, vol. I, *A residência a Salazar (1933-1949)*, Estuário, Setúbal, 2022.

Álvaro Arranja[9], Carlos Mouro com Horácio Pena[10], António Cunha Bento[11], Maria da Conceição Quintas[12], Joana Dias Pereira[13], Alberto Sousa Pereira[14] ou José Madureira Lopes[15] têm sido uns dos seus principais arquitetos. Neste mesmo quadro posso incluir as investigações que publiquei em livro em 2017[16], 2020[17] e 2021[18]. Antes destes, Rogério Peres Claro[19] ou Virgínia Rau[20] foram alguns dos grandes impulsionadores que abriram caminho aos estudos históricos locais.

Por seu turno, os escritos de curiosos ou de investigadores amadores, independentemente de não seguirem uma metodologia minuciosa e versarem conteúdos mais descritivos do que analíticos e interpretativos, representam contributos inestimáveis para o conhecimento do passado sadino, apresentando frequentemente fontes documentais, *petites histoires* e personagens e factos historicamente relevantes. Neste

[9] ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, CEB, Setúbal, 2009; *Idem*, *Mataram Mariana - Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura Operariado-República em 1911*, CEB, Setúbal, 2011; *Idem, O Homem da Boca Cerrada*, CEB, Setúbal, 2016; *Idem, O centenário de Bocage em 1905 (em Portugal e no Brasil)*, CEB, Setúbal, 2019.

[10] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Para a História da Iluminação Pública em Setúbal*, Universidade Popular de Setúbal, Setúbal, 1997*; Idem*; PENA, Horácio, *Carlos Alberto Ferreira Júnior (1906-1997): Um pintor de palavra(s)*, Juntas de Freguesia de Azeitão, Setúbal, 2006; *Idem*; PENA, Horácio, *Para a História do Club Setubalense (1855-2010)*, Div'Almeida Atelier Gráfico, Setúbal, 2010.

[11] BENTO, António Cunha; RIBEIRO, João Reis, *Imagens da Península da Arrábida no século XIX: O Panorama (1837-1868) e Archivo Pittoresco (1857-1868),* LASA, Setúbal, 2004; *Idem;* MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Domingos Garcia Peres (1812-1902): Um setubalense pelo coração – Homenagem no bicentenário do seu nascimento*, LASA, Moita, 2012.

[12] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal nos finais do século XIX*, Caminho, Lisboa, 1993; *Idem, Monografia de S. Julião – Setúbal*, Caminho, Lisboa, 1993; *Idem*, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Horizonte, Lisboa, 1998; *Idem*, *Porto de Setúbal – Um actor de Desenvolvimento: História de um passado com futuro,* APSS, Setúbal, 2003.

[13] PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História, NOVA FCSH, Lisboa, 2013.

[14] PEREIRA, Alberto, *Os 125 anos da Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal (1883-2008)*, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, Setúbal, 2011; *Idem*; LOPES, Madureira, *Bairro Santos Nicolau – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2012; *Idem*; LOPES, Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015; *Idem*; LOPES, Madureira, *Anais de Setúbal do Século XX – Uma Cronologia Ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023.

[15] LOPES, Madureira, *Um tesouro guardado – Setúbal d'outros tempos*, Corlito, Setúbal,1993; *Idem*; QUINTAS, Maria da Conceição*, Setúbal à la minute: através do bilhete postal ilustrado*, Livraria Hemus, Setúbal, 1999; *Idem*, *Vitória – Do Nascimento à Glória*, Livraria Hemus, Setúbal, 2003; *Idem*, *Américo Ribeiro, Todos os dias*, Livraria Hemus, Setúbal, 2006.

[16] FERREIRA, Diogo, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Estuário, Setúbal, 2017; Idem; SOUSA, Pedro Marquês de, *Os combatentes do concelho de Setúbal na Grande Guerra em França (1917-1918),* Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes, Montijo, 2017.

[17] FERREIRA, Diogo; SANTOS, João Pedro, *O Bairro de Troino – Contributos para a sua História*, Estuário, Setúbal, 2020.

[18] FERREIRA, Diogo, *Breve História da Freguesia de São Sebastião – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2021.

[19] A título de exemplo: *CLARO, Rogério Peres, 12 anos de deputado*, vol. I, edição de autor, Évora, s.d.; Do mesmo autor a coleção de vários volumes, publicados entre 1978 e 1990, *Setúbal de há 100 anos*; *Idem*, CLARO, Rogério Peres, *Dr. Francisco de Paula Borba – 1.º cidadão honorário de Setúbal*, Setulgráfica, Setúbal, 1986. *Idem*, *Setúbal no século XVIII – As informações paroquiais de 1758*, s.e., Setúbal, 1957.

[20] RAU, Virgínia, *A exploração e o comércio do sal de Setúbal - Estudo de História Económica*, Oficinas gráficas da 'Bertrand', Lisboa, 1951.

âmbito podemos incluir, entre muitos outros, Custódio Carvalho Pinto[21], João Francisco Envia[22] ou Rui Canas Gaspar[23], cujas obras foram atentamente consultadas e citadas, tal como as referenciadas em nota de rodapé na página anterior.

A generalidade destas publicações historiográficas (inclusive artigos, citados ao longo do texto), que se aproximam das matérias que me propus a estudar ou que se enquadram no arco cronológico deste trabalho – devidamente analisadas adiante -, designadamente as que foram realizadas por Álvaro Arranja, Albérico Afonso Costa e Maria da Conceição Quintas pautam-se, no essencial, por cinco eixos:

i. a centralidade temática dada ao movimento operário setubalense, impondo um padrão de visões de 'baixo para cima' numa lógica interpretativa de cariz marxista. As elites locais, à exceção das grandes figuras de destaque, possuem menor enfoque;

ii. utilização de um leque circunscrito de fontes primárias (*e.g.* correspondência expedida e recebida pela administração do concelho), provenientes de fundos documentais de apenas três ou quatro arquivos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Arquivo Distrital de Setúbal; Arquivo Municipal de Setúbal; Arquivo Histórico-Militar), deixando um universo vasto de acervos por consultar nestes espaços e noutras outras unidades arquivísticas públicas. Este aspecto justifica-se pelos objetos de estudo das investigações;

iii. cronologia centrada entre a queda da monarquia e a década de 1940. Em virtude do trágico significado da perda do arquivo histórico municipal, no calor revolucionário da noite de 4 para 5 de outubro de 1910, *grosso modo*, a produção historiográfica local concentra-se no século XX em face das grandes dificuldades associadas a investigar outras épocas históricas;

iv. omissão da relevância do papel das freguesias rurais de Palmela e de Azeitão. Ambas integraram a geografia política de Setúbal até 1926, quando os palmelenses obtiveram a restauração do concelho. As relações quotidianas que se mantinham entre as populações vizinhas têm sido esquecidas ou marginalizadas;

[21] PINTO, Custódio Carvalho, *Histórias e Memórias da minha vida – Crónicas de Setúbal*, Regiset, Setúbal, 2015.
[22] ENVIA, João Francisco, *Setubalenses de Mérito*, vol. I, Tip. Rápida, Setúbal, 2003; *Idem*, *Setubalenses de Mérito*, vol. II, Tip. Rápida, Setúbal, 2008.
[23] A título de exemplo: GASPAR, Rui Canas, *Histórias, Coisas e Gentes de Setúbal,* Grafiponte, Montijo, 2015; *Idem, A última fronteira – Várzea de Setúbal*, Grafiponte, Montijo, 2018.

v. Relativamente à imprensa periódica local, os historiadores têm-se focado, praticamente sem exceção, no diário *O Setubalense* (e, por vezes, no quinzenário *A Indústria*) como base de toda a investigação, quando, na verdade, a cidade de Setúbal ficou marcada pelos seus múltiplos jornais, com origens político-ideológicas variadas e propósitos diversos. Apenas na cronologia desta investigação, Setúbal viu nascer mais de 6 dezenas de periódicos. Entre as bibliotecas locais, Lisboa, Coimbra ou Porto procurou-se ter acesso e ler todos os periódicos, quer tivessem uma ou trezentas edições. A título de exemplo, a presente tese representa o primeiro estudo dedicado às mais de cem edições da *Voz Sindical* (1923-1926), jornal da União dos Sindicatos Operários de Setúbal.

Este conjunto de trabalhos foram de capital importância para o delineamento da contextualização histórica de Setúbal, pelas pistas lançadas, que mereceram ser seguidas e por permitirem refletir sobre parte do conjunto de 'vazios' historiográficos que se pretenderam preencher: a evolução política municipal; os setores de atividade económica laterais; maior detalhe e reflexões inovadoras quanto aos episódios da resistência. As balizas temporais deste trabalho (1919-1933) obrigaram, por estes motivos, a procurar fontes primárias e secundárias inéditas em diferentes arquivos e bibliotecas nacionais, alguns deles consultados pela primeira vez na literatura histórica local. Este levantamento foi concretizado ao longo dos vários anos de pesquisa a fim de aprofundar assuntos abordados superficialmente, de revisitar temáticas, de corrigir dados – resultado do cruzamento informativo recolhido - e de reinterpretar alguns argumentos presentes naquelas investigações, convocando novas perspetivas e ângulos de visão para um mais penetrante conhecimento da vida comunitária setubalense.

Começando pelas obras do professor Albérico Afonso Costa, principal especialista e maior referência na história local de Setúbal, estas concentram-se, fundamentalmente, nas classes trabalhadoras enquanto principais agentes e motores de toda a ação histórica, utilizando imprensa periódica e correspondência da administração do concelho como fontes mais importantes. Três dos seus principais livros estão íntima e diretamente ligados ao tema deste projeto. Em primeiro lugar, *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926* [2011] que constitui um decisivo ponto de partida pelos indícios e fontes apresentadas (que serviram como pontes para outros documentos ou são citadas), factos descritos em cada ano e pela síntese efetuada. A natureza da publicação, de grande valor para literatura local, deixou portas entreabertas para um universo por explorar.

Através da leitura de *Setúbal: Roteiros Republicanos*, obra que coordenou e que se trata de um contributo de extraordinário interesse em diferentes matérias, definiu-se que é indispensável proceder a um revisitar da evolução político-partidária dos diferentes quadrantes ideológicos, entre 1919 e 1926, promovido pela via da análise dos resultados eleitorais e das reformulações dos partidos no primeiro pós-guerra. Serviu, igualmente, para compreender a urgência em convocar novas fontes e outros periódicos locais que reconstruíssem a evolução política municipal por se desconhecerem a esmagadora maioria dos intervenientes com papel ativo na C.M. de Setúbal. A título de parêntesis, até à presente investigação, a lista de presidentes, exposta no edifício dos Paços do Concelho pela edilidade, está incorreta e nunca foi corrigida. Esta tese permite a sua retificação desde 1900 até ao final da II Guerra Mundial.

É, não obstante, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, publicada em 2014, o trabalho científico deste historiador local com maior relevo para esta tese, uma vez que foi o primeiro estudo que abordou o impacto da implantação do regime ditatorial no plano local e sintetizou os diversos momentos de resistência no quadro do reviralhismo e do movimento operário. O conjunto de análises e síntese histórica dos principais momentos de oposição clandestina foram importantíssimos, obrigando a um redobrado esforço de pesquisa e de obtenção de mais dados para um maior complemento informativo do desenrolar dos acontecimentos ou no processo de identificação dos prisioneiros políticos locais da ditadura. A cronologia final foi um recurso determinante e contínuo para se ter acesso a fontes e esmiuçar temas, sempre com o propósito de ir mais a fundo na pesquisa e na investigação para contribuir com maior pormenor sobre a vida de Setúbal nestes anos. Não se podem esquecer os diversos artigos científicos publicados por este autor[24], cujos focos contribuíram diretamente para uma melhor formalização do contexto local, após o armistício, e para subcapítulos trabalhados nesta tese (*e.g.* greve-geral de 1922).

Em virtude dos vários anos de pesquisa desta investigação doutoral (2016-2023), necessários para responder ao desejo de esgotar – na medida do possível – as fontes disponíveis, algumas publicações foram surgindo. Estas tocaram diretamente em

[24] COSTA, Albérico Afonso; MOURO, Carlos, "Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal" in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 1990, pp. 17-44; *Idem* (org.), "O X Congresso Republicano de 1909 sob o signo da revolução" in *Atas do Colóquio - O Republicanismo entre a revolução e a ordem*, IPS, Setúbal, 2009, pp. 57-75; *Idem*, "Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, pp. 225-240; *Idem*, "Setúbal Republicana – Quando as fábricas transbordavam de greves" in *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, org: AA.VV., Colibri, Lisboa, 2012, pp. 61-72.

acontecimentos, figuras e factos que vinham sendo abordados pela minha investigação, retirando algum cariz inédito a determinados aspetos desta tese, designadamente as obras *Setúbal sob o Estado Novo*, vol. I, *A residência a Salazar (1933-1949)* [2022][25] e *Anais de Setúbal do Século XX – Uma Cronologia Ilustrada* [2023][26]. A primeira, também da responsabilidade de Albérico Afonso Costa, trata-se do primeiro trabalho dedicado à fase inicial do Estado Novo e foi manifestamente importante para entender a atividade revolucionária e 'subversiva', no decurso dos anos 30 e 40, de algumas figuras importantes do universo da oposição, estudadas no presente trabalho.

O outro livro foi o resultado do labor de José Madureira Lopes e de Alberto de Sousa Pereira, publicado nos últimos dias em que se produziu a presente tese de doutoramento (a apresentação decorreu em 4 de março de 2023). De cariz descritivo, esta obra assenta, essencialmente, em imprensa periódica, nomeadamente nos conteúdos do diário *O Setubalense*. A investigação resultou num livro que apostou em lógicas de *petit histoire* e de curiosidades, não esquecendo os principais episódios da vida local.

Antes, em 2015, os mesmos investigadores escreveram *A indústria de conservas de peixe em Setúbal*, trabalho que trata, na sua globalidade, toda a atividade do mais importante setor industrial setubalense do século XX. Apresenta diversas fontes, recolhidas maioritariamente em espólios pessoais, e, ainda que não seja realizada segundo os princípios da metodologia científica, foi a primeira obra a apresentar algumas páginas referentes ao período da ditadura sobre o assunto. O vasto período cronológico que abarca, após uma leitura atenta, revelou a urgência em se promover um esforço de análise, que convoque uma maior vastidão documental, e se concentre em blocos cronológicos específicos para se compreender com maior clareza as diferentes conjunturas do universo piscatório e conserveiro sadino, convocando, também, mais dados estatísticos.

As pioneiras investigações da historiadora Maria da Conceição Quintas, nos anos 80 e 90, culminaram na publicação, em 1998, da sua tese de doutoramento em História, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*. Inicialmente propôs-se a analisar a evolução cultural operária, mas teve a necessidade de proceder a um rigoroso enquadramento das estruturas económico-sociais locais, colocando as três vertentes no

[25] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob o Estado Novo*, vol. I, *A residência a Salazar (1933-1949)*, Estuário, Setúbal, 2022.
[26] PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Anais de Setúbal do século XX - Uma cronologia ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023.

papel de forma interligada. Elegendo a luta de classes como interpretação dos acontecimentos e das respetivas conjunturas, trata-se de uma investigação que procurou responder se existiu uma verdadeira autonomia cultural perante o crescimento económico, demográfico e associativo da região. Para além de ter convocado recursos documentais consideráveis e grandemente inéditos, mantém-se, quase duas décadas depois, como uma das obras de referência da historiografia local.

Ainda assim, o longo arco cronológico definido, cerca de 50 anos, promoveu análises ligeiras aos diferentes contextos históricos, levando a que não tenham sido detalhados diversos aspetos num quadro temporal mais restrito. Foi dessa forma que, no âmbito da minha dissertação de mestrado, reinterpretei vários argumentos expostos pela autora através de um estudo detalhado da indústria conserveira e dos movimentos sociais durante a Grande Guerra. Ao longo das mais de 400 páginas, percebe-se a necessidade de um revisitar de diversas ideias em face dos avanços da historiografia local e nacional.

Em *Porto de Setúbal – Um actor de Desenvolvimento: História de um passado com futuro* (2003), igualmente de Maria da Conceição Quintas, tem-se oportunidade de ler uma investigação globalizante desta delegação aduaneira do território português, partindo do início da Época Moderna e atingindo a década de 90 do século XX. Também neste trabalho, de importantíssimo valor para o conhecimento da história setubalense, são compreensíveis os motivos para que as análises e descrições sejam sumárias. Em relação ao período que interessa para este projeto, a movimentação de mercadorias e navios, os melhoramentos e obras de ampliação do porto e a caracterização da ligação ao universo ferroviário são contributos relevantes, devidamente citados quando necessários e revistos com nova documentação encontrada. Uma das imperfeições deste trabalho relaciona-se com a ausência de referências ao papel particular de cada capitão do porto, cuja relação com as instituições superiores representou um poder paralelo e independente relativamente ao da edilidade. O argumento central é que o porto representou o principal motor de desenvolvimento da cidade, associado à indústria conserveira.

A pequena obra de João Freire e Maria Alexandre Lousada, *Roteiros da Memória Urbana: Setúbal* (2015), um dos trabalhos que está integrado no projeto 'Movimento Social Crítico e Alternativo' (MOSCA), trata-se de um esforço de síntese que apresenta, esquematicamente e "*de forma fragmentada e sobretudo exemplificativa*"[27], os principais

[27] FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana de Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Colibri, Lisboa, 2013, p. 11.

militantes anarcossindicalistas residentes neste meio urbano, os seus jornais, associações, grupos e sindicatos. Através desta investigação, que inclui um roteiro em torno dos espaços onde a resistência operária esteve presente, é possível obter pontos de referência para o afunilamento de casos específicos da oposição à ditadura. Ainda assim, é uma obra que não produziu uma análise profunda sobre a ação de cada indivíduo e associação no contexto político local. Bebe muito dos apontamentos manuscritos deixados pelo setubalense Jorge Artur Quaresma, contemporâneo do universo acrata da primeira metade do século XX local, a Edgar Rodrigues na década de 1970. Serviu como ponto de partida para algumas matérias nos subcapítulos relativos aos movimentos sociais.

Álvaro Arranja em *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República* (2009) patenteia um estudo, baseado em imprensa, cujo conteúdo se foca na evolução do movimento operário setubalense entre os últimos anos da Monarquia Constitucional e os primeiros anos do Estado Novo (apesar do título), dando grande destaque à problemática da rutura 'Operariado-República', após os 'Fuzilamentos de Setúbal', ocorridos em março de 1911. Ao mesmo tempo, salienta o papel do sindicato dos pescadores e das principais greves e movimentos sociais ocorridos até 1926, nomeadamente as 'Revoltas da Fome' (1920), deixando indícios sobre o declínio da 'Barcelona Portuguesa'.

Na tese de doutoramento de Joana Dias Pereira, *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, defendida em 2013, observa-se, em primeira instância, um trabalho mais amplo do ponto de vista geográfico em virtude de abarcar todo o distrito de Setúbal. O seu principal objetivo passou pela integração de modelos teóricos que analisassem a tipologia das relações operariado-espaço onde residiam/trabalhavam, o formato das suas estratégias de reivindicação político-económica ou os meios e locais de sociabilidade. Apesar deste trabalho se afastar da maioria de problemáticas que estão definidas na presente tese, é fundamental reconhecer a relevância do conjunto de dados relativos à composição social dos trabalhadores entre o final do século XIX e as primeiras décadas de novecentos, realizada por via dos registos de casamento - existentes nos cartórios notariais - e à existência da caracterização do tecido industrial e produtivo num largo espectro cronológico (1900-1930). Igualmente abriu portas a uma reflexão sobre a importância dos processos de urbanização ou as resistências operárias aos avanços tecnológicos.

Em suma, e apesar do considerável conjunto de obras publicadas por estes historiadores profissionais e investigadores independentes, nenhuma se dedicou a estudar

a comunidade setubalense numa perspetiva 'globalizante', 'totalizante' e transversal, mantendo-se a história da primeira metade do século XX de Setúbal como uma oportunidade de trabalho de investigação e digna de merecer um esforço redobrado para a recuperar, reinterpretar e repensar, conseguindo-se preencher diversos vazios deixados pela literatura histórica com uma fecunda e prolongada pesquisa de campo.

Esta tese de doutoramento visa apresentar mais e novas personagens, acontecimentos e factos desconhecidos da vida local e aprofundar conteúdos abordados superficialmente e com parcos recursos documentais. Tem como missão cruzar a vasta quantidade de fontes recolhidas, grandemente inéditas e apresentadas no decurso do texto, para construir uma visão panorâmica da Setúbal do pós-guerra até às vésperas do Estado Novo. Para isso cirscuncreve-se num tempo curto (quatorze anos), mas com uma abrangência temática ambiciosa, que interpenetra a política, a economia e a sociedade.

Finalmente, respeitando a metodologia científica de um historiador, no decurso de todo este processo, foi permanentemente revisitada a bibliografia temática específica e geral da historiografia portuguesa, cuja importância foi decisiva para a concretização de um enquadramento histórico nacional e internacional, uma vez que, sem este, dificilmente se consegue compreender o conjunto de problemas inerentes ao espaço local. Foi necessário proceder a leituras de uma pluralidade de obras de diversos autores. A título de exemplo, sem querer ser exaustivo, citam-se Fernando Rosas[28], Ana Paula Pires[29], Maria Fernanda Rollo[30], António Telo[31], Álvaro Garrido[32], Ana Catarina Pinto[33] ou Luís Farinha[34]. Estes trabalhos serviram para se gerarem hipóteses ou interesses temáticos que, de outra forma, poderiam não ser percetíveis a partir da documentação consultada.

De facto, para se dar a conhecer novas perspetivas sobre aquilo que sucedeu em Setúbal é necessário aludir à indispensabilidade de observar que o estudo da história local apenas faz sentido quando se inscreve nas dinâmicas nacionais e internacionais. As

[28] ROSAS, Fernando, *Lisboa Revolucionária*, Tinta da China, Lisboa, 2010; *Idem*; *Estado Novo nos anos 30 (1928-1938)*, Estampa, Lisboa, 1996.
[29] PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Caleidoscópio, Lisboa, 2009
[30] ROLLO, Maria Fernanda; ROSAS, Fernando (org), *História da Primeira República*, Tinta da China, Lisboa, 2009.
[31] TELO, A. José, *Decadência e queda da I República*, 2 vols., Regra do Jogo, Lisboa, 1984.
[32] GARRIDO, Álvaro, *Economia e Política das Pescas Portuguesas*, ICS, Lisboa, 2006.
[33] PINTO, Ana Catarina, *A I República e os Conflitos da Modernidade (1919-1926): A Esquerda Republicana e o Bloco Radical*, Edições Caleidoscópio, Lisboa, 2011.
[34] FARINHA, Luís, *O Reviralho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

análises microscópicas podem colocar em causa teses amplamente consolidadas, mas para isso é imprescindível partir sempre do geral para o particular. A história local não pode, nem deve proceder a um corte com a história nacional, mas antes definir que o seu estudo só terá sucesso quando esta é colocada num quadro mais amplo onde as relações com o exterior são quotidianas e influenciam o modo de estar ou ser das comunidades, metamorfoseando aquilo que foram ou são. Períodos ou conjunturas históricas, como o primeiro pós-guerra ou a 'Grande Depressão', são demasiadamente influentes para que não sejam analisados e contextualizados nas suas lógicas mais abrangentes.

1.3. Fontes primárias e secundárias

A história local pela sua natureza representa um itinerário alternativo para conhecer o passado, explorando a vida humana de determinada realidade geograficamente circunscrita sobre as mais variadas formas. Como já foi possível de observar, os objetivos de estudo e perguntas de partida definidas para esta investigação doutoral desencadearam a necessidade de obter respostas através de uma pesquisa em múltiplos acervos de arquivos e bibliotecas. A concretização de uma sólida, diversificada e abrangente base empírica de fontes primárias e secundárias foi a política desenhada ao longo do tempo em que se efetuou a pesquisa, cumprindo escrupulosamente os princípios da metodologia científica das práticas historiográficas.

A documentação consultada, recolhida e analisada possuiu diferentes origens, tipologias e finalidades. A título meramente ilustrativo é de realçar a correspondência expedida e recebida por organismos do Estado central ou pelo município, as centenas de publicações coevas, os debates parlamentares, a legislação, as atas produzidas por diferentes instituições, as memórias individuais partilhadas no espaço público, a iconografia, as estatísticas portuárias e nacionais (*e.g. Estatística Comercial – Comércio e Navegação*), a plural imprensa periódica local (mais de seis dezenas de jornais editados, totalizando mais de 5 mil edições), entre muitos outras, devidamente identificadas nas notas de rodapé e na listagem de fontes finais.

Começando pelo **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**, o acervo documental com maior peso no corpo de texto foi o do Ministério do Interior dado que múltiplos e importantes assuntos passavam pela secretaria da Direção-Geral da Administração Política e Civil e pelo gabinete do ministro. Num segundo plano, no fundo do Governo

Civil de Lisboa[35] encontraram-se muitos anexos de ofícios expedidos pela administração do concelho de Setúbal, que não estão disponíveis no Arquivo Distrital de Setúbal. O fundo da PIDE/DGS contribuiu para, após pedidos de pesquisa internos, reconstituir os núcleos duros da oposição liberal, comunista e acrata. O fundo do Secretariado Nacional de Informação, por seu turno, consentiu saber que periódicos e obras foram alvo das comissões de censura. Com menor influência, os fundos da União Nacional, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Comércio e Indústria permitiram, por um lado, reconstituir quem integrou o partido único no plano setubalense e, por outro, obter visões e análises das hierarquias dos governos sobre a indústria conserveira ou vitivinícola.

Toda a documentação pertencente ao **Arquivo Municipal de Setúbal**[36], entre os anos de 1910 e 1949, à exceção da que é relativa aos processos de obras, encontra-se à salvaguarda do **Arquivo Distrital de Setúbal**. Nesta instituição procedeu-se à leitura atenta de dezenas de livros de copiadores de correspondência expedida e recebida pelos executivos da Câmara Municipal de Setúbal e pela administração do concelho de Setúbal, e à consulta de todos os livros de atas das sessões das comissões executivas, das comissões administrativas e do senado municipal para o período cronológico em estudo.

Não querendo ser exaustivo, mas com menor importância, é de referir a consulta dos documentos disponíveis nos fundos da Comissão Concelhia de Setúbal da União Nacional, da Comissão de Iniciativa de Setúbal, do Comissariado da Polícia Cívica de Setúbal ou da Caixa de Reformas e Previdência do Pessoal da C.M. de Setúbal. Como propriedade do Arquivo Distrital de Setúbal, é preciso sublinhar a relevância do fundo do Governo Civil de Setúbal. Infelizmente, apesar da impossibilidade em se apurar em concreto o que sucedeu, cerca de 95% do espólio documental deste organismo político desapareceu, em meados da década de 1990, no antigo edifício em que o governo civil estava instalado devido a cheias. Todavia, com o auxílio das técnicas responsáveis, tive oportunidade de examinar o que sobreviveu para as épocas em estudo.

Para responder com seriedade e rigor às questões associadas aos resultados eleitorais e às discussões políticas contemporâneas, as visitas ao **Arquivo Histórico-Parlamentar da Assembleia da República** e as leituras atentas dos **Debates Parlamentares** (*Diário da Câmara dos Deputados*, *Diário das Sessões do Senado* e

[35] O distrito de Setúbal foi criado em 1926, logo a tutela da administração do concelho era na capital.
[36] Neste arquivo é preciso mencionar a recente doação da Professora Maria da Conceição Quintas, com edições de jornais únicas ou cassetes de entrevistas, realizadas nos anos 80, a operárias conserveiras. Apenas foi possível aceder a parte destes documentos.

Diário do Congresso da República) tiveram grande importância. Este tipo de problemáticas nunca foi alvo de discussão no seio da historiografia local setubalense. De igual modo, a consulta de todos os assuntos que disseram respeito à cidade do Sado na Iª e na IIª série do ***Diário do Governo*** viabilizou tomar conhecimento de diferentes matérias, como por exemplo legislação ligada à pesca e à indústria conserveira, louvores ou nomeações e exonerações para cargos públicos, nomeadamente Administrador do Concelho ou Governador Civil de Setúbal.

O **Arquivo Histórico-Militar** teve um peso particular no que diz respeito aos processos individuais dos oficiais que integraram os corpos administrativos municipais em diferentes anos ou que prestaram serviço no Regimento de Infantaria n.º 11 em períodos conturbados. Os fundos do Governo Militar de Lisboa, do Tribunal Militar Especial Político e da Direção de Justiça e Disciplina tiveram manifesta pertinência no que concerne ao estudo das atividades reviralhistas à escala local.

O espólio N61 do **Arquivo Histórico-Social**, sediado na Biblioteca Nacional de Portugal, congrega as memórias manuscritas do já mencionado Jorge Artur Quaresma. Esta documentação foi extremamente valiosa para reconstituir algumas histórias de vida e episódios da resistência à Ditadura Militar não detalhadas na obra de João Freire e Maria Alexandre Lousada. Do mesmo modo, as 'biografias' dos acratas – produzidas pelo antigo barbeiro da Av. Luísa Todi - foram pertinentes pelos testemunhos relativos a paralisações laborais de maior impacto, como a greve-geral da indústria conserveira de 1922 ou a greve dos marítimos de 1931. Trata-se de uma personagem que viveu *in loco* o quotidiano do universo libertário local, um dos eixos problemáticos desta investigação.

O **Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra**, instituição aberta no decurso desta pesquisa (2019), constituiu um acréscimo informativo interessante relativamente à atividade da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, organismo que gerou controvérsia logo após a sua fundação, em 1923, e que dirigiu as obras de reestruturação do porto de Setúbal (1930-1934).

O **Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha**, conjuntamente com a **Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico**, são detentores de toda a correspondência recebida e expedida pela capitania do porto de Setúbal, assim como de outros acervos associados à jurisdição marítima do Sado. O manancial de informação ali existente é, na sua esmagadora maioria, inédito e foi

indispensável para abordar diversos tópicos deste trabalho, como o papel do capitão do porto de Setúbal no combate à força da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar.

No plano dos arquivos pertencentes a empresas, apenas a **José Maria da Fonseca** – produtora do célebre Moscatel de Setúbal – demonstrou alguma abertura para aceder ao seu largo património documental. A consulta, ainda que limitada, de processos e capilhas em torno, por exemplo, do comércio da firma com o Brasil, permitiu avaliar com maior critério a evolução económica da mais determinante atividade de Azeitão.

Determinadas instituições arquivísticas serviram pontualmente os objetivos de pesquisa da presente investigação, procurando-se especificamente alguns dados considerados necessárias para efeitos de complemento da informação:

a) **Arquivo do Centro de Convívio dos Ex-Alunos do Orfanato Municipal de Setúbal** – espólio fotográfico de antigos dirigentes e estudantes;

b) **Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças** – documentação relativa aos empréstimos da Caixa Geral de Depósitos e do Estado central ao município de Setúbal para projetos de melhoramentos da cidade;

c) **Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos** – processo do ex-funcionário Carlos de Oliveira Trigo, presidente da C.M. de Setúbal, que se evadiu para o Brasil;

d) **Arquivo Histórico do Comando Distrital de Setúbal da Polícia de Segurança Pública** – espólio fotográfico de antigos comandantes, datas de tomada de posse e de exoneração dos dirigentes e listas de guardas da Polícia Cívica de Setúbal;

e) **Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa** – atividade do núcleo de Setúbal após a pandemia de 'gripe espanhola';

f) **Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros** – levantamento de processos de exportação de produtos de origem sadina ou leitura de relatórios económicos de diplomatas portugueses no estrangeiro;

g) **Arquivo Histórico do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes** – ligação de diferentes figuras da política local à delegação local e processo de construção do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, inaugurado em 1931;

h) **Arquivo Histórico do Liceu Bocage** – espólio fotográfico de antigos reitores e do edifício original, onde funcionaram os Paços do Concelho, após o incêndio de 1910, e o Governo Civil de Setúbal;

i) **Arquivo Histórico/Sala Museu do Vitória Futebol Clube** – informação relativa aos setubalenses olímpicos de 1928 e a um ex-presidente, Carlos de Oliveira Trigo;

j) **Arquivo Histórico na Área Económico-Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social** – processos de múltiplas associações de classe e sindicatos;

k) **Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro** - dedicado às mais de 140 mil fotografias tiradas pelo mais conhecido fotógrafo setubalense do século XX.[37] Consultado presencialmente, numa primeira fase. Explorado, posteriormente, de acordo com as necessidades e disponibilidades da plataforma digital criada, entretanto, onde se encontra parte do seu acervo *online*: https://xarq.mun-setubal.pt/x-arqweb/

l) **Centro de Documentação do Museu do Trabalho Michel Giacometti** – atas do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal;

Na **Biblioteca Pública Municipal de Setúbal**, na **Biblioteca Pública Municipal do Porto**, na **Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra**, na **Hemeroteca Municipal de Lisboa** e, principalmente, na **Biblioteca Nacional de Portugal** (BNP) foi possível ter acesso e efetuar um levantamento de mais de 300 exemplares de publicações coevas e coleções de periódicos relativos à cidade de Setúbal. Da conjugação destas hemerotecas foi possível ter acesso a uma panóplia de jornais e obras nunca citados pela literatura histórica setubalense, sempre dependente da hemeroteca local e da BNP.

Algumas **coleções particulares** representaram uma oportunidade única de aceder a fotografias, diários, bilhetes-postais e outros documentos raros, apenas possíveis de encontrar em quem se dedica a colecionar, como é o caso de António Cunha Bento, ou de quem herda espólios familiares de figuras de relevo para esta tese. Foram os casos de Francisco Borba, neto do médico Dr. Francisco de Paula Borba, ex-provedor da Misericórdia de Setúbal, e de Maria Elisa Fernandes Camacho, neta de Francisco Fernandes, ex-edil da C.M. de Setúbal.

A **Cinemateca Portuguesa/Museu do Cinema** foi de grande relevância na medida em que proporcionou a visualização do conjunto de filmes produzidos no âmbito da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal, de 1930, e na inauguração das obras de

[37] FERRO, Bruno, "Setúbal ao espelho – A coleção fotográfica de Américo Ribeiro: Um singular inventário arquitetónico da cidade e um património setubalense a preservar" in *Património Arquitectónio Civil de Setúbal e Azeitão*, org: AA.VV., Estuário, Setúbal, 2019, pp . 365-374.

reestruturação do porto de Setúbal (1934), dois pontos altos da história comunitária da primeira metade de novecentos, devidamente retratatos no texto.

Para fechar esta análise da documentação recolhida, importa referir que, com a finalidade de organizar o grande manancial informativo reunido, foram construídas duas bases de dados, cujas mais de 5 mil entradas foram ordenadas cronologicamente: uma para as fontes primárias e outra para a imprensa periódica. Cada entrada possuía o formato final para facilitar a referência em notas de rodapé, um breve resumo de enquadramento e citações integrais de acordo com a pertinência do conteúdo. Este procedimento auxiliou a composição e produção textual, tendo em vista a interpretação e tratamento detalhado da informação. Para as restantes fontes secundárias, assim como para a revisão bibliográfica, foram produzidos longos ficheiros com notas de leitura.

1.4. O que é a história local? Conceito, metodologias e potencialidades

> "*Local History satisfies an innate human desire to be connected to a place. It feeds our hunger to experience life directly and on intimate terms*"[38].

Jorge de Alarcão, no final da década de 1980, considerou que a variabilidade deste ramo historiográfico gera sérios obstáculos à construção de um guia metodológico, destinado a investigadores amadores e a historiadores profissionais, revelando a faceta camaleónica de como se pode concretizar um trabalho desta natureza.[39] A presente tese de doutoramento é, nesse sentido, uma proposta de modelo de trabalho em história local.

O significado de 'local' é largamente discutido por outras áreas das ciências sociais e humanas, suscitando problemas adicionais ao delineamento de uma interpretação do que é afinal a história local. Para o investigador Renato Ortiz, "*quando nos referimos a 'local' imaginamos um espaço restrito, bem delimitado, no interior do qual se desenrola a vida de um grupo de pessoas* […] *O 'local' se confunde, assim, com o que nos circunda, está realmente presente nas nossas vidas*"[40]. Partindo deste pressuposto, um grupo de indivíduos tanto podem pertencer a um prédio, a um bairro, a uma vila ou a uma grande metrópole, alargando vastamente o leque de possibilidades de estudo: "*Todos os lugares são pequenos mundos*"[41]. Este é um problema antigo, inclusive,

[38] AMATO, Joseph, *Rethinking Home: A Case for Writing Local History*, CUP, Berkeley, 2002, p. 4.
[39] ALARCÃO, Jorge, *Introdução ao Estudo da História e Património Locais*, FLUC, Coimbra, 1988, p. 53.
[40] ORTIZ, Renato, "Um outro território" in *Globalização e regionalização das comunicações*, org: BOLAÑO, César Ricardo, PUC-SP, São Paulo, 1999, p. 59.
[41] HOLZER, Werther, "O Lugar na Geografia Humanista" in *Revista Território*, ano IV, n.º 7, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999, p. 70.

para a Standing Conference for Local History, criada em 1977: "*Each person thinks of local in his own terms: a street, a town, a village, a series of hamlets, a mining area*"[42].

Na tentativa de abarcar estas e outras abordagens territoriais – numa perspetiva de abertura científica - investigadores como David Kyvig e Marty Myron cunharam a expressão 'Nearby History': "*Rather than identify this past as 'local' or 'community' history as some have done and limit it to a concept of place* […] *we have chosen the term 'nearby history' in order to include the entire range of possibilities in a person's immediate environment*"[43].

Independentemente daquilo que se preconize em termos de circunscrição espacial (uma rua, uma aldeia ou uma cidade), no universo lusófono, são raros os investigadores – como Erivaldo Fagundes Neves - que procuraram determinar um conceito interpretativo deste ramo da historiografia: "*A história regional e local consiste numa proposta de estudo de actividades de determinado grupo social historicamente constituído, conectado numa base territorial com vínculos de afinidades, como manifestações culturais, organização comunitária, práticas económicas, identificando-se suas interações internas e articulações exteriores e mantendo-se a perspectiva da totalidade histórica*"[44]. Dada a organização político-administrativa brasileira, designadamente determinados parâmetros de autonomia federal, não surpreende que a palavra 'regional' tenha sido acrescentada.

Observando o caso português, a delimitação político-administrativa, desde cedo (*e.g.* forais medievais), congregou a partilha de traços identitários e socioculturais por parte de populações geograficamente demarcadas, designadamente sentimentos de familiaridade e vizinhança, tradições, história, costumes ou atividades económicas. Estes valores encontram-se frequentemente em comunidades criadas a partir da evolução da geografia política. Na qualidade de conceito operativo, esta investigação segue o modelo espacial estabelecido por Margarida Sobral Neto, quando estudou a evolução da historiografia local portuguesa, centrando-se no concelho de Setúbal, definido pela reforma administrativa de 22 de dezembro de 1926: "*O território, por excelência, da história local é, no entanto, o concelho, principal estrutura de enquadramento das*

[42] BECKETT, John, *Writing Local History*, MUP, Manchester, 2017, p. 188.
[43] KYVIG, David; MARTY, Myron, *Nearby History: Exploring the Past around you*, AltaMira Press, New York, 2016, p. 5.
[44] NEVES, Erivaldo Fagundes, *História Regional e Local: fragmentação e recomposição da História na crise da Modernidade*, Arcadia, Santana, 2002, p. 45.

populações ao longo da história"[45]. A obra *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*[46] é um dos exemplos paradigmáticos de como o concelho é a fronteira utilizada pela generalidade da historiografia local portuguesa.

Dada a sua natureza, a história local é um dos caminhos que permite um íntimo e profundo conhecimento do passado. Esta intimidade resulta do seu caráter concreto e palpável, facilmente observável no quotidiano[47]: "*Ela* [a história local] *é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele* [o investigador] *pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir as suas pegadas nos campos*"[48]. Talvez por essa razão, os impulsos ou os pontos de partida que cativam o seu interesse sejam tão diferenciados: "*Some of us are curious and want to know about the places where we live. Others seek answers to contemporary problems by looking at the past: why streets bear the names they do, why the town acquired a certain reputation, how the community reacted to national events, where the people came from*"[49].

A historiografia local anglo-saxónica possui como um dos seus princípios basilares a adoção de perspetivas mais globalizantes e totalizantes do ponto de vista temático, interagindo componentes políticas, económicas, sociais ou culturais de um período cronológico devidamente balizado[50]: "*local historians can take the long view. If they understand a single village or town very well they are able to connect political, social, economic, religious and cultural history in a way which takes full account of the physical and social environment. In other words, local history, far from being narrow and restricted, can hope to write «total history»*"[51]. A profundidade e transversalidade com que se passa a conhecer e a compreender uma comunidade em determinada época

[45] NETO, Margarida Sobral, "Percursos da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais" in *Memória e História Local: Colóquio Internacional realizado em Idanha-a-Nova*, org: SANTOS, João Marinho; CATANA, António Silvério, Palimage, Coimbra, 2010, p. 65.
[46] OLIVEIRA, César (coord.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia,* Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.
[47] MUMFORD, Lewis, "The value of Local History" in *The Pursuit of Local History: Readings on Theory and Practice*, org: KAMMEN, Carol, AltaMira Press, Walnut Creek, 1996, p. 88.
[48] Citado a partir de: FERNANDES, Pedro, "A importância da memória viva no estudo da história local: Uma proposta para a sua preservação" in *MUSA*, n.º 5, *Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, AMRS, Setúbal, 2018, p. 254.
[49] KAMMEN, Carol, *On doing Local History*, Rowman & Littlefield Pubs., Plymouth, 2014, p. 39.
[50] "*Local history is, despite its limited geographical focus, a broad field of inquiry: it is the political, social, and economic history of a community and its religious and intellectual history too*". KAMMEN, Carol, *On doing Local History*, Rowman & Littlefield Pubs., Plymouth, 2014, p. 4.
[51] AA.VV., "Introduction: local history in the twenty-first century" in *New Directions in Local History since Hoskins*, org: DYER, Christopher; HOPPER, Andrew; LORD, Evelyn; TRINGHAM, Nigel, UHP, Hertfordshire, 2011, p. 5.

foi uma das motivações para que a influência britânica e norte-americana tenha sido o método adotado para investigar a cidade do Sado entre o pós-guerra e o início do Estado Novo.

Na concretização de uma pesquisa desta envergadura, todavia, a história local não deve ser separada da história nacional ou da história internacional. Deve, pelo contrário, manter um diálogo permanente e ser devidamente integrada e enquadrada com a história geral, contrariando uma das principais críticas apontadas à produção historiográfica local, que se prende com a frequência com que "*a descrição pormenorizada da árvore* […] [impede] *a compreensão da floresta como um todo*"[52]. Não se pode esquecer que se trata de um ramo da História e não de uma disciplina com regras próprias, logo deverá manter as metodologias e o rigor científico tradicionais.[53] Jean Jacquart sintetiza, na plenitude, esta ideia: "*L'histoire locale a pour fonction essentielle de satisfaire la curiosité d'un public qui souhaite connaître le passé d'un village, d'un bourg ou d'un petit «pays». Mais elle doit aussi servir l'histoire générale qui se nourrit de tous le matériaux accumulés par le patient labeur accompli à la base. Entre ces deux formes d'histoire, il s'agit d'une union et non point d'une rupture*"[54].

Como laboratório experimental, o estudo histórico aprofundado de uma comunidade/localidade geograficamente circunscrita, através de lentes microscópicas, pode servir como comprovação empírica de visões macros, de cariz nacional, ou de contraposição a perspetivas amplamente consolidadas: "*Olhando atentamente para a história regional e local, fica evidente que a mesma permite a exploração de outros ângulos e dimensões de abordagem relativos aos atores, realidades e representações, chegando-se, não raramente, a conhecimentos virgens*"[55].

Para alcançar este nível de detalhe, José Mattoso, em *A Escrita da História: Teoria e Métodos* (1988), recomendava a necessidade do historiador local em "*consciencializar-se de que a melhor forma para compreender a história duma determinada comunidade, é ele próprio adoptar uma postura vivencial do espaço da*

[52] Citado a partir: CARVALHO, Carlos, "A História Local e Regional: Dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais" in *Cadernos de História da Educação*, n.º 6, UFU, Uberlândia, 2007, p. 53.
[53] SHEERAN, Yanina e SHEERAN, George, "Discourses in Local History" in *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, n.º 1, vol. 2, Routledge, London, 1998, p. 83.
[54] JACQUART, Jean, "Histoire générale, histoire locale" in *Guide de L'Histoire Locale*, org: CROIX, Alain; GUYVARC'H, Didier, Seuil, França, 1990, pp. 31-32.
[55] LUÍS, Alexandre da Costa, "Notas Solas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural" in *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 1, UBI, s.l., 2013, p. 3.

mesma, participando de preferência do seu quotidiano numa relação de Homem – meio – espaço onde habita"[56]. As relações emocionais que alguns historiadores locais possuem com a comunidade a que se dedicaram estudar, nomeadamente o facto de ali terem nascido ou ali residirem, não configura um pressuposto que coloca em causa a sua integridade científica e a sua capacidade de contextualizarem convenientemente os factos ocorridos. O mesmo de pode dizer sobre correrem o risco de sobrevalorizarem o objeto em análise. Ainda que entre no campo meramente opinativo, alguns investigadores norte-americanos subscrevem a ideia de que "*professional historians can do better histories of the places where they live than they can of places where they do not live*"[57].

Determinados simbolismos, significados e implicações do imaginário coletivo comunitário (*e.g.* festividades), do património edificado, da toponímia ou até da paisagem são facilmente inteligíveis para quem cresceu no seio da comunidade abordada. Existe um conhecimento intuitivo e instintivo enquadrado por anos de convivência com o espaço e as pessoas que nele habitam. São estas dinâmicas que dão aos historiadores locais a oportunidade "*to get «under the skin» of a historical community*"[58]. Na qualidade de ramo historiográfico, a história local tem este mérito de apresentar outra via, um itinerário alternativo, para desvendar o passado: "*tem aberto novos caminhos, novas vias e novos temas de pesquisa que têm feito avançar e progredir o conhecimento histórico*"[59].

Um historiador local possui, ainda, a vantagem de conseguir colocar em prática uma visão alargada dos pontos em que poderá aceder a fontes primárias e secundárias, ultrapassando a documentação existente nos arquivos municipais e nacionais ou nas hemerotecas das bibliotecas públicas. Reconhece *a priori* a existência de um vasto conjunto de instituições locais de diferentes tipologias (*e.g.* Santa Casa da Misericórdia, clubes desportivos, filarmónicas, entre outros), cujos espólios, muitas vezes inacessíveis, poderão deter grande influência nos seus estudos. O mesmo se poderá dizer para descendentes de personalidades com peso na evolução histórica das localidades.

---

[56] MATTOSO, José, *A Escrita da História: Teoria e Métodos*, Editorial Estampa, Lisboa, 1988, p. 169.
[57] Citado a partir de: PASTERNAK, Stephanie, *A new vision of local history narrative: writing history in Cummington, Massachusetts*, Tese de Mestrado, University of Massachusetts, Massachusetts, 2009, p. 18.
[58] HEALEY, Jonathan, "Why Local History Matters" – Lecture delivered at the Oxford University Department for Continuing Education, 14 November 2012, p. 11. Publicação online. [Disponível em: https://www.academia.edu/2550380/Why_Local_History_Matters – Consultado a 11/11/2021].
[59] SILVA, Francisco Ribeiro, "História local: objectivos, métodos e fontes" in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. II, FLUP, Porto, 1999, p. 384.

Entre as diferentes potencialidades da história local, uma das que merece maior realce prende-se com o seu espírito democratizante. Este tipo de prática histórica assegura que qualquer cidadão tem o direito e a liberdade de conhecer o passado da comunidade onde está inserido e que possa aspirar a conhecer as suas raízes, compreendendo as razões pelas quais a sua família reside naquele espaço ou como ali chegou. Os historiadores locais retiram do anonimato personalidades perdidas no limbo da memória coletiva do território que analisam, atribuindo rostos às massas: "*Local history is not just a wonderful tool for understanding the past, it is the people's history: this is why it matters*"[60].

Nos dias que correm, por mais paradoxal que possa parecer, o fenómeno vulgarmente designado por globalização é um dos principais responsáveis pela afirmação da história local. O processo de homogeneização de valores e crenças, a que se assiste na sociedade ocidental, tem colocado em causa, até certo ponto, as características particulares e identitárias regionais.[61] Por oposição, o esforço colaborativo exercido por associações, autarquias, escolas e investigadores tem possibilitado o surgimento de movimentos preocupados em preservar as memórias e identidades locais. A regionalização e a consolidação do Poder Local Democrático têm incrementado o raio de intervenção dos municípios em diferentes campos, ganhando maior preponderância na promoção da história como ferramenta de consciencialização da defesa individual (e coletiva) do património cultural material e imaterial das comunidades.

De facto, as câmaras municipais têm demonstrado cada vez maior interesse em enaltecer o conhecimento e a cultura histórica dos seus concelhos, valorizando o seu património através da criação de instituições museológicas, da assinatura de protocolos com centros de investigação, da realização de congressos/colóquios, da edição de obras desta natureza ou do financiamento de diversos projetos ligados ao passado local. A sua preocupação assenta em responder a questões como: "*De onde vimos? Qual é o nosso património? Quem somos? Qual é a nossa história?*"[62].

Neste quadro, estudantes de mestrado e doutoramento em História, Museologia, Património ou Arqueologia possuem cada vez mais oportunidades de profissionalização

[60] HEALEY, Jonathan, "Why Local History Matters" – Lecture delivered at the Oxford University Department for Continuing Education, 14 November 2012, p. 11. Publicação online. [Disponível em: https://www.academia.edu/2550380/Why_Local_History_Matters – Consultado a 11/11/2021].
[61] Citado de: PERUZZO, Cícilia, "Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças" in *Líbero*, v. 12, n.º 24, São Paulo, 2009, p. 140.
[62] NUNES, Graça Maria Soares, "A História Regional e Local – Contributos para o estudo das identidades locais" in *Caderno de Sociomuseologia*, n.º 8, Universidade Lusófona, Lisboa, 1996, p. 74.

nos municípios. Uma geração de quadros, com formação superior, que pode dinamizar múltiplas iniciativas nos departamentos de cultura das câmaras municipais, contribuindo para que o público obtenha uma "*renewed awareness of the importance played by his own community and ancestors in the historical development of our* [any] *nation*"[63]. A própria adaptação de conteúdos para o denominado turismo cultural apresenta-se como outra forma de profissionalização (*e.g.* guias e roteiros turísticos).

As potencialidades da história local estão, deste modo, diretamente associadas ao seu contributo inerente para o reforço identitário das comunidades, na procura de facilitar a integração social dos indivíduos ao meio e no estabelecimento de pontes geracionais, mantendo vivos traços comuns, nomeadamente tradições e costumes de uma mesma população.[64] Preservar o *modus vivendi* dos residentes de um concelho, numa época específica, incrementa a possibilidade do corpo social local em se tornar mais que informante, intérprete do seu legado cultural.[65]

A introdução da história local no ensino básico/secundário pode ser uma ferramenta útil para quem leciona História. O conhecimento presente nos manuais escolares diz respeito a acontecimentos nacionais ou mundiais e foca-se nas principais figuras. Os professores sofrem com os constrangimentos provocados pelo número reduzido de horas da disciplina e pela obrigatoriedade em cumprirem os programas definidos, tendo pouca margem de manobra para diversificar os conteúdos.[66] O relato de episódios, que tiveram lugar em Lisboa ou no Porto, tornam-se abstratos para alunos residentes em Bragança ou em Faro. Através da exemplificação pontual (*e.g.* implantação da República nestes locais) as matérias poderão ser mais facilmente compreendidas.

A inclusão de alguns conteúdos associados ao passado onde se encontram as escolas estimula a perceção de que os alunos são eles mesmos detentores de uma memória coletiva comunitária, que faz parte do seu âmago.[67] Incluir na avaliação pequenos projetos

---

[63] ECKERT, Edward K., "Local History: Everyone's Hidden Treasure" in *The History Teacher*, vol. 13, n.º 1, Society for History Education, California, 1979, p. 32.
[64] AA.VV., "Memória e história local como património" in *Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente e Património*, Mouseion, Rio Grande do Sul, 2011, p. 132.
[65] Cf. AMARO, Gonçalo de Amaro, *Pessoas, Objectos e Sentimentos: Ensaios e Reflexões sobre a Construção Social do Património*, Edições Colibri, Lisboa, 2015.
[66] Cf. SILVA, Luís, "A importância do estudo da história regional e local no ensino fundamental" in *Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade,* Faculdade Maria Milza, Cruz das Almas, 2004.
[67] LIMA, Adilson Carlos; DOMINGOS, Juliete Rosa, "A inserção da história local e regional na historiografia e sua abordagem em sala de aula" in *Anais do X Congresso de Educação do Norte Pioneiro*, Universidade Estadual do Paraná, Paraná, 2010, p. 114.

de investigação, para que os jovens alunos atuem como historiadores - estudando as próprias genealogias[68] ou recorrendo a testemunhos orais[69] -, promover frequentes visitas guiadas pelos centros históricos/museus locais ou apresentar uma fonte documental num arquivo municipal[70] desperta a curiosidade para a existência de um passado que lhes pertence. A entrada da história local nas salas de aula reforça, ainda, o enraizamento identitário à comunidade e ao espaço, contribui para a formação cidadã e contraria as piores consequências do processo de globalização.

1.5. A prática da da história local na historiografia internacional e o seu trajeto na literatura histórica portuguesa

Das leituras que se foram efetuando denotaram-se claras diferenças no que concerne ao período em que a história local deu entrada formal nos meios universitários ou na densidade da sua presença no seio das historiografias. Começando pelo universo anglo-saxónico, o despertar do interesse académico na história local teve lugar na transição de oitocentos para o século XX por via da atividade do organismo *Victory County History* (1899) e da inclusão deste ramo historiográfico, em 1933, no *Institute of Historical Research* da Universidade de Londres.[71] O grande impulso decorreu, todavia, no pós-II Guerra Mundial através do papel decisivo de William George Hoskins. Frequentemente apelidado de 'pai' da história local britânica, este fundou o *Centre for English Local History*, em 1948, na Universidade Leicester e as suas obras *The Making of the English Landscape* (1955) e *Local History in England* (1959) influenciaram centenas de historiadores locais ingleses nas décadas seguintes, motivando a multiplicação de estudos desta natureza.[72] Na mencionada unidade de investigação surgiram cursos superiores especializados, designadamente o mestrado em 'English Local and Family History' (Universidade de Leicester), que possuiu um efeito dominó em Cambridge e no seu 'Advanced Diploma in Local History'.

---

[68] AKTEKIN, Semih, "The place and importance of local history in the secondary history education" in *Journal of Theory and Practice in Education*, Çanakkale Onsekiz Mart University, Turkey, 2009, p. 100.
[69] MENESES, Avelino de Freitas, "As Histórias nacional, regional e local nos programas manuais escolares dos ensinos básico e secundário" in *Arquipélago – História*, 2.ª série, UA, Açores, 2001, p. 713.
[70] ALVES, Luís Alberto Marques, "A História Local como estratégia para o ensino da História" in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3., FLUP, Porto, 2006, pp. 69-70.
[71] Cf. LEWIS, C.P., "The Great Awakening of English Local History, 1918-1938" in *New Directions in Local History since Hoskins*, org: DYER, Christopher; HOPPER, Andrew; LORD, Evelyn; TRINGHAM, Nigel, UHP, Hertfordshire, 2011.
[72] HEY, David (org.), "Local and Regional History: Modern approaches" in *The Oxford Companion to Family and Local History*, OUP, Oxford, 2010, pp. 66-68.

O associativismo britânico foi o mecanismo encontrado pelos atores interessados em trabalhar em história local, tendo potenciando a criação de diversas instituições dedicadas ao cultivo da memória regional, nomeadamente a *Association of Northumberland Local History Societies* (1966). Com o intuito de unificar o conjunto destas organizações e incentivar o diálogo e a cooperação, em 1982, foi fundada a *British Association for Local History*. De cariz nacional, entre o leque de iniciativas que coordena, merece ênfase a revista trimestral *The Local Historian*, publicada há vários anos e que contribui para a interação entre investigadores amadores e historiadores profissionais, e a *Local History News*, noticiário onde se publicam informações acerca de associações locais, bibliotecas ou museus. Uma última observação prende-se com a evidência de que tem existido a preocupação em se pensar sobre o conceito, os limites ou as formas de trabalhar em história local, manifestado através das reflexões teórico-metodológicas promovidas por investigadores como John Beckett[73], Kate Tiller[74] ou W. B. Stephens[75].

No contexto norte-americano, as políticas de preservação e divulgação histórica têm sido profundamente influenciadas pela formação histórica da nação e das suas cinco dezenas de estados federais. A historiografia local dos E.U.A. tem-se pautado pelo extraordinário dinamismo das centenas de associações históricas existentes, que, desde cedo, centralizaram a investigação e estimulam a defesa do património edificado, artístico e documental. A título de exemplo, os seguintes organismos possuem uma ampla bibliografia patrocinada: *Chicago Historical Society* (1856); *Colorado Historical Society* (1879); *Historical Society of Washigton DC* (1894); *Oklahoma Historical Society* (1893); *New York State Historical Association* (1899).[76]

Como resultado deste grupo de organismos estatais, em 1940, Christopher C. Critttend fundou a *American Association for State and Local History* (AASLH), sediada em Nashville, correspondente à associação nacional deste ramo historiográfico. As duas mais importantes obras de reflexão teórico-metodológica foram publicadas no âmbito desta instituição: *On Doing Local History* (1986) e *The Pursuit of Local History: Readings on Theory and Practice* (1996). Sob a coordenação de Carol Kammen, uma das

[73] BECKETT, John, *Writing Local History*, MUP, Manchester, 2007.
[74] TILLER, Kate, *English Local History: An Introduction*, Sutton History Handbooks, London, 2002.
[75] STEPHENS, W. B., *Sources for English Local History*, CUP, London, 1981.
[76] Exemplo: Spinney, Robert G., *City of Big Shoulders: A History of Chicago*, NIUP, Illinois, 2000; WINKLE, Kenneth, *Lincoln's Citadel: The Civil War in Washington*, Norton & Company, Washington, 2013; SAMMARCO, Anthony M., *Boston: A Century of Progress*, Arcadia Publishing, Dover, 1995.

maiores especialistas norte-americanas em história local, estes livros revelam muitos anos de pesquisa meticulosa e o conjunto de textos publicados na crónica 'On Doing Local History' da revista *History News: The Magazine of the American Association for State and Local History*. Tratou-se da tentativa de criar um guia prático, que possui uma análise crítica ao conceito de história local, à sua relevância e limites, bem como um conjunto de conselhos técnicos para investigadores de diferentes *backgrounds* de formação superior.

No território francês, as raízes da prática científica da história local assentam nas primeiras fases da escola dos *Annales* e na atividade exercida por Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, que motivaram vários jovens a realizarem as suas teses de doutoramento em estudos exaustivos no domínio da história local: Michel Rouche (*L'Aquitaine, des Wisigoths aux arabes, 418-781: Naissance d'une région*); Alain Molinier (*Stagnations et croissance, le Vivarais aux XVIIe-XVIIIe siècles*); George Duby (*La Société aux XIe et XIIe sièles dans la région mâconnaise*).[77] Ao contrário do mundo britânico, a França não possui um organismo nacional que centralize e unifique a atividade em torno da história local do país. Porém, existem centenas de organismos regionais, que se dedicam interessadamente à promoção e à memória das comunidades, nomeadamente a *Fédération des Sociétés Historiques et Archéologiques de Paris – Ile-de-France* (1949), a *La Fédération des Sociétés d'Histoire et d'Archéologie d'Alsace* (1950) ou a *Association pour la Protection du Patrimoine Historique de Redon* (1988).

Desde o decénio de 1980, o universo académico francês incrementou o papel da história local, designadamente através do vasto projeto de investigação que resultou na publicação da coleção *Monographies des villes et villages de France*, editado entre 1986 e 1994, dos trabalhos decorrentes dos *Lieux de Mémoire* (1984-1992) ou a obra de Alain Croix e Didier Guyvarc'h, *Guide de L'Histoire Locale* (1990).[78] Esta publicação teve como princípio orientador o estabelecimento de diretrizes para os investigadores amadores e historiadores profissionais. O historiador local Michel-Georges Micberth foi um dos maiores destaques deste tipo de produção historiográfica em França.[79]

[77] TOUZOT, Jean, "Local History in France and Regional Publishing Houses" in *Collection Management*, n.ºs 1-2, vol. 15, Routledge, London, 1992, pp. 141-142.
[78] VADELORGE, Loïc, "Les affres de l'histoire locale 1970-2000" in *Concurrences des passes. Usages politiques du passé dans la France contemporaine*, org: CRIVELLO, Maryline; GARCIA, Nicolas Offenstadt, Publications de l'Université de Provence, Aix-en-Provence, 2006, p. 37.
[79] Publicou, entre outros: *Histoire religieuse des villes et villages de France* (1990); *Villes et villages sous la Révolution* (1994); *Monographies agricoles* (1998).

Num panorama mais atrasado encontram-se a literatura histórica brasileira, italiana e espanhola, apesar dos significativos avanços verificados na última década. No Brasil, Sílvio Marcus Correa, em 2002, assumia que a "*história local tem uma posição marginal na historiografia brasileira*"[80] devido, essencialmente, à ausência da aplicação do método científico e às opções de investigadores amadores em explorarem narrativas descritivas. Em contraciclo, reconhece-se que é frequente assistir-se à introdução do passado comunitário nas aulas de História dos liceus. Para Blythe Alice Raviola, em Itália, existe "*un sentido de inadecuación entre historia académica y historia local: la distancia entre producción científica y tejido historiográfico local es fuerte*"[81]. Finalmente, de acordo com Pedro Riijula e Ignacio Peiró, em *Historia Local na Espanha Contemporánea*, a história da historiografia não se dedicou a compreender o papel do história e do historiador local "*na formação da «história da historiografia nacional espanhola», nem existe um conhecimento de como se faz a história local*"[82].

No âmbito da historiografia portuguesa, a génese das investigações em história local remonta ao período Moderno por via da produção das narrativas histórico-corográficas, evidenciando uma longa tradição no interesse pelo passado comunitário e por práticas desta natureza.[83] Este tipo de literatura foi sendo publicada no decurso dos séculos XVI, XVII e XVIII, assentando na necessidade da Coroa em se dotar de instrumentos informativos detalhados sobre o território português e surgiu com o intuito de serem aplicadas políticas racionais à administração do Reino. Neste período destacou-se o sacerdote António Carvalho da Costa (1650-1715), autor dos três volumes da *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal...*, impressos entre 1706 e 1712.

A Academia Real da História, fundada em 8 de dezembro de 1720, deu continuidade à valorização das potencialidades dos estudos históricos locais, dirigindo aos bispados, provedorias de comarca e câmaras municipais um inquérito que possibilitasse a recolha de informações provenientes de arquivos e cartórios regionais:

[80] CORREA, Sílvio Marcus, "História local e o seu devir historiográfico" in *Métis: História & Cultura*, n.º 2, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Julho-Dezembro de 2002, p. 11.
[81] RAVIOLA, Blythe, "Los estados pequeños de Italia entre historia local, micro-historia e historia regional: ejemplos y perspectivas de investigación" in *Memória e História Local: colóquio internacional realizado em Idanha-a-Nova*, org: SANTOS, João Marinho; CATANA, António Palimage, Coimbra, 2010, p. 147.
[82] Tradução a partir de: MENDES, José Amado, "História Local e Memórias: do Estado-Nação à época da Globalização" in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIV, FLUL, Lisboa, 2000, p. 350.
[83] NETO, Margarida Sobral, "Percursos da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais" in *Memória e História Local: colóquio internacional realizado em Idanha-a-Nova*, org: SANTOS, João Marinho; CATANA, António Silveira, Palimage, Coimbra, 2010, p. 48.

"*Os académicos das províncias têm a ocupação de buscar e inculcar à Academia os documentos que se acham nos seus distritos para as memórias de uma e outra História*"[84]. Com o patrocínio régio, as *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado da Guarda* (1729), as *Memórias Paroquiais* (1758) ou a atividade da Academia Real das Ciências demonstram a profusa atividade neste domínio ao longo da centúria de setecentos.[85]

Um dos mais importantes momentos de afirmação da relevância da história local foi a publicação da portaria de 8 de novembro de 1847, que incumbiu as edilidades portuguesas de criarem os *Anais do Município*, publicação em que "*anualmente se consignem os acontecimentos e os factos mais importantes que ocorrerem, e cuja memória seja digna de conservar-se*"[86]. O ideário municipalista da época e a influência de Alexandre Herculano foram decisivos para a concretização desta medida. O historiador oitocentista, inspirado pelos resultados da *Monumenta Germaniae Historica* (1819), foi um dos grandes dinamizadores da edição do *Portugaliae Monumenta Historica* (1856), obra onde constam diversas cartas de foral ou inquirições efetuadas em vários concelhos.[87] Todavia, os *Anais do Município* foram relegados para segundo plano, condicionados pela visão centralista dos governos liberais. Gama Lobo, em 1849, escrevia: "*Apesar do brado forte, que essa luminosa determinação acaba de alevantar em nosso abono* (…) *perguntaremos ainda – qual é o fruto, que, há dois anos, se tem derivado de uma providencia tão salutar e de tamanha simpatia?*"[88].

A segunda metade do século XIX pautou-se pelo interesse de diversos intelectuais (*e.g.* José Queirós, José da Silva Picão, Ernesto do Canto, Alberto Sampaio, Martins Sarmento, José Leite de Vasconcelos, José Frederico Laranjo ou Braamcamp Freire) em contribuírem para o conhecimento do passado de diversas regiões, publicando um vasto conjunto bibliográfico de monografias históricas, designadamente: *Notícia Descritiva da Muito Nobre e Antiga Vila de Barcelos* (1866); *Esboço histórico. Viana do Castelo* (1877); *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal* (1877); *Elementos para a História do Município de Lisboa* (1885-1904), repartidos em 15

[84] MENESES, Francisco Xavier, "Reflexoens sobre o estudo academico" in *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da História Portugueza*, Tip. Pascoal da Sylva, Lisboa, 1721, s.p.
[85] NUNES, Graça Maria Soares, "A História Regional e Local – Contributos para o estudo das identidades locais" in *Caderno de Sociomuseologia*, n.º 8, Universidade Lusófona, Lisboa, 1996, p. 71.
[86] Portaria de 08/11/1847 in *Diário do Governo*, n.º 267 de 11/11/1847. [Disponível em: http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/23/106/p258 - Consultado em 21/12/2022]
[87] ROSA, António Amaro, "Para uma «Memória Municipal»: A portaria de 8 de Novembro de 1847 e os seus Anais do Município" in *Revista Lusíada – Direito*, n.º 10, Universidade Lusíada, Lisboa, 2012, p. 14.
[88] Citado a partir de: *Idem*, p. 16.

volumes; *Estudos Eborenses* (1886); *Apontamentos para a História do concelho do Fundão* (1892); *Oliveira do Hospital. Traços histórico-críticos* (1893).[89] No prefácio deste último livro, Oliveira Martins evocou o seu apreço pela história local: "*Considerei sempre que um dos subsídios principais para a história geral do país consiste nas monografias locais* […] *serviria para arraigar nas localidades esse amor da terra, base natural e necessária do sentimento mais abstracto a que se chama patriotismo*"[90]. Pelo meio, Augusto Pinho Leal escreveu uma das maiores obras de referência da historiografia local portuguesa, o seu *Portugal antigo e moderno*...[91]

Na transição do regime monárquico para a Primeira República, os trabalhos na área da história local continuaram a multiplicar-se, inclusive na universitade, auxiliados por setores científicos em desenvolvimento, como a etnografia, a geografia humana ou a sociologia, e perante o progressivo surgimento de fortes sentimentos regionalistas. Orlando Ribeiro, Fernando Martins, Manuel Silva, Herculano Carvalho ou Virgílio Taborda foram algumas das personalidades desta época que cooperaram intensamente para a afirmação da história local na literatura histórica nacional.

Este caminho foi interrompido pela revolução desencadeada no 28 de Maio de 1926 e pela institucionalização do Estado Novo, em 1933, arrefecendo a atividade no domínio da investigação historiográfica local em virtude de a disciplina da História ter ganho um fortíssimo pendor nacionalista e centralista. Durante boa parte dos anos da ditadura, o foco dos historiadores portugueses – salvo raras exceções - foram os grandes acontecimentos políticos nacionais, os monarcas medievais e modernos e os mais marcantes episódios do passado coletivo, com particular destaque para a Expansão Marítima. A história local foi marginalizada por um regime interessado no estabelecimento de uma memória mitificada e gloriosa.

Entre as exceções podem-se realçar Luís da Silva Ribeiro, que enriqueceu o conhecimento do passado dos Açores, José Ribeiro Cardoso, que publicou os *Subsídios para a História Regional da Beira-Baixa* (década de 1940), as lições de Laranjo Coelho (outubro de 1934) ou António Mesquita, autor dos *Subsídios para a Bibliografia da História Local Portuguesa* (1933). Este último trabalho corresponde a uma catalogação

[89] NETO, Margarida Sobral, *op. cit.*, pp. 55-56.
[90] Citado a partir de: MENDES, José Amado, "História Local e Memórias: do Estado-Nação à época da Globalização" in *Revista Portuguesa de História*, n.º 34, FLUL, Lisboa, 2000, p. 356.
[91] SILVA, Armando B. Malheiro, "Arquivos Municipais e História Local: Algumas achegas para um novo debate" in *Actas do 1º Encontro de História Local de Espinho*, C.M. de Espinho, Espinho, 1995, p. 122.

de fontes manuscritas e obras existentes, à época, na Biblioteca Nacional de Portugal. Marcelo Caetano, na qualidade de docente da cadeira de Direito Administrativo, estabeleceu, como parâmetro de avaliação, a produção de monografias locais dedicadas à história dos concelhos e à sua caracterização económico-social, exigindo a consulta de fontes em arquivos municipais.[92]

O 25 de Abril simbolizou um ponto de viragem. A libertação de constrangimentos de ordem política, que bloqueavam metodologias e investigações de pequena escala, e o surgimento das teses de licenciatura deram oportunidade a uma nova vaga de historiadores em se dedicarem ao estudo do passado de vilas e cidades.[93] Nos últimos anos do século XX, assistiu-se a um nítido desejo das comunidades em conhecerem melhor as suas origens, construindo-se dezenas de núcleos museológicos ou museus pelo País, que evocam o passado e a memória das populações onde estão inseridos. Nas diferentes universidades que foram sendo fundadas, a historiografia portuguesa conta com centenas de dissertações de mestrado e teses de doutoramento nas áreas das ciências sociais e humanas com um enfoque geograficamente circunscrito. Do mesmo modo, foram criadas formações avançadas neste domínio, designadamente a pós-graduação em História Regional e Local na FLUL (1991-1992)[94], e foram promovidos encontros como a Primeiras Jornadas de História Local e Regional (1992)[95].

No contexto universitário português, na viragem do milénio, a historiografia local era encarada com alguma desconfiança, tendo em vista a pluralidade de práticas e por ser exercida por investigadores amadores, sem o rigor científico exigido pela disciplina da História. Esta era a perspetiva, por exemplo, defendida por Francisco Ribeiro da Silva: "*ao percorrermos este universo de estudiosos «indígenas», acharemos bastantes elementos que demonstram uma série de dificuldades em dominar os meandros da história explicativa e problematizante, da aplicação escrupulosa de conceitos operatórios, da correta elaboração de hipóteses e/ou modelos, preferindo antes alimentar uma história de franco pendor narrativo e descritivo*"[96].

[92] NETO, Margarida Sobral, *op. cit*., p. 59.
[93] *Idem*, p. 65.
[94] NUNES, Graça Maria Soares, *op.cit.,* p. 72.
[95] Cf. RASGA, Raúl; MATOS, Álvaro de, *Primeiras Jornadas de História Local e Regional*, Edições Colibri, Lisboa, 2004.
[96] SILVA, Francisco Ribeiro, "História local: objectivos, métodos e fontes" in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. II, FLUP, Porto, 1999, p. 384.

Talvez esta seja uma das razões de longa-duração para que exista um certo embaraço por parte dos investigadores em se assumirem como historiadores locais: "*The major reason for self-doubt among local historians* […] *is their awareness of the patronising disdain with which they are regarded by other historians*"[97]. Quem focava o seu trabalho nos grandes temas da história nacional questionava o interesse ou preponderância em analisar determinado assunto num espaço geográfico de escala reduzida e em determinado arco cronológico.

Esta tendência tem-se alterado mais recentemente, tendo a história local cimentado a sua posição na academia, sendo as suas potencialidades e contributos cada vez mais reconhecidos pelos docentes do ensino superior. Esta conquista resultou de múltiplas iniciativas e organismos: congressos (*e.g.* 'Encontros Regionais Francisco Ferreira Drummond' dos Açores); revistas históricas locais (*e.g. Zahara d*e Abrantes); o trabalho desempenhado pelas centenas de serviços educativos camarários; o sucesso revelado pelas publicações de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento em história local; o associativismo (*e.g.* Centro de Estudos da História Local e Regional Salvador Dias Arnaut, de Penela).

De entre este conjunto de ações, merece realce o papel determinante do Congresso de História Local: Conceito, Práticas e Desafios na Contemporaneidade. Iniciado em 2017, este evento anual, que ocorre em diferentes locais, conta com seis edições e tornou-se num dos principais pontos de reunião nacional dos historiadores locais portugueses.[98] Apesar de todo este progresso, a verdade é que a historiografia portuguesa permanece sem trabalhos suficientes de reflexão teórico-metodológica, nem se definiu um guia de como se faz história local ou um programa acessível para historiadores profissionais ou amadores que se interessem por estes temas.[99]

Esta tese de doutoramento é, por todas estas razões, uma proposta de história local que assenta num território administrativamente definido, o concelho de Setúbal, com uma abordagem de natureza 'totalizante', interligando a vida política, económica e social ao longo de quatorze anos.

---

[97] AA.VV., "Introduction: local history in the twenty-first century" in *New Directions in Local History since Hoskins*, org: DYER, Christopher; HOPPER, Andrew; LORD, Evelyn; TRINGHAM, Nigel, University of Hertfordshire Press, Hertfordshire, 2011, pp. 4-5.

[98] Infomações recolhidas em: [https://congresslocalhistory.wordpress.com/ - Consultado em 08/04/2023]

[99] No caso britânico, veja-se: DYMOND, David, *Researching and Writing Local History – A guide for local historians,* BALH, Lancaster, 2004.

Parte II - De vila piscatória a epicentro industrial: A cidade do Sado entre a segunda metade do século XIX e a Grande Guerra

Desde épocas remotas que a pesca foi o motivo central para a ocupação humana da margem norte do rio Sado. O longo processo de evolução urbanística deste território, a partir da baixa Idade Média, teve como ponto de partida a concentração populacional em torno da Igreja de Sta. Maria da Graça e da ermida primitiva de S. Julião, estrategicamente protegidas pelas muralhas edificadas no reinado de D. Afonso IV.[100] O velho burgo medieval setubalense era cercado pelos arrabaldes de Troino (oeste) e de Palhais/Fontainhas (este), espaços naturais de expansão habitacional.[101]

O período da Expansão Marítima foi decisivo para a afirmação e crescimento da vila de Setúbal, no quadro do Império Português, ganhando a construção naval e o comércio de sal e pescado um peso relativamente significativo no circuito comercial internacional.[102] No contexto do pós-Guerra da Restauração, o monarca D. João IV sentiu necessidade de defender as populações (e as suas atividades económicas) residentes nos arrabaldes, ordenando a construção de uma segunda linha de muralhas. Na transição de seiscentos até meados da segunda metade do século XIX, a ocupação urbana pautou-se por um ritmo progressivo, mas seriamente afetado pelos terramotos de 1755 e de 1858.[103]

A paz social garantida pela Regeneração, a partir de 1851, foi essencial para a política impulsionada por Fontes Pereira de Melo, frequentemente qualificada como 'melhoramentos materiais' ou 'materialismo progressista'.[104] A estabilidade política suscitou um combinado de reformas económico-financeiras no País, que estiveram na génese do "*conjunto de transformações que lhe permitiu* [a Setúbal] *passar de uma comunidade mercantil e piscatória para um espaço fabril em ascensão*"[105]. Os sinais de progresso económico, social e cultural, expressos ao longo da década de 50 do século XIX, elucidam o dinamismo de uma vila, ansiosa pela elevação a cidade: obras de regularização, terraplanagem e calcetamento da antiga Avenida da Praia (hoje Luísa

[100] BRAGA, Paulo Drummond, *Setúbal Medieval (séculos XIII a XV)*, C.M.S., Setúbal, 1998, pp. 35-44.
[101] SILVEIRA, Ana Cláudia, "A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal" in *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia*, coord: RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa, CITCEM, Lisboa, 2014, pp. 120-124.
[102] FONSECA, Jorge, *Setúbal – O porto e a comunidade fluvial e marítima (1550-1650)*, Colibri, Lisboa, 2012, pp. 23-49.
[103] TOMÉ, Manuela Maria Justino, *Topologia e Tipologia Arquitectónica – Setúbal, séculos XIV-XIX: Memória e futuro da imagem urbana*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2017, p. 216.
[104] ROLLO, Maria Fernanda (coord.), "Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema" in *História da Primeira República*, Tinta-da-China, Lisboa, 2009, p. 29.
[105] COSTA, Albérico A., *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 96.

Todi), obra iniciada, em 1848, e concluída em 1895[106]; surgimento da primeira fábrica de conservas alimentícias, utilizando o método de Appert (1854); introdução do telégrafo (1855); fundação do primeiro periódico, *O Setubalense* (1855); conceção do Teatro Bocage e do *Club* Setubalense (1855); criação da Associação Setubalense das Classes Laboriosas (1855); primeiro plano de reestruturação do porto de Setúbal (1855); instalação do Liceu Municipal Setubalense no edifício da Igreja da Boa-Hora (1858).[107]

Pelo meio, com vista à ampliação das circunscrições concelhias e à modernização do sistema liberal, a reforma administrativa de 24 de outubro de 1855, dirigida por Rodrigo da Fonseca Magalhães, extinguiu os concelhos de Palmela e de Azeitão, tornando-os freguesias de Setúbal. Até 22 de dezembro de 1926, com a fundação do distrito de Setúbal, o concelho sadino foi um dos mais extensos do País.[108]

Num esforço conjunto de personalidades associadas ao poder local, como Aníbal Álvares da Silva, dos deputados eleitos pelo círculo de Setúbal (como Garcia Peres) e das 'forças vivas', D. Pedro V, em 19 de abril de 1860, elevou Setúbal a cidade[109]: "*a muito notável vila de Setúbal goza naturalmente da primazia de ser a povoação imediata de importância às primeiras cidades do Reino, não só pela sua grande população* [...] *mas também pelo seu movimento e vastidão do seu comércio* [...] *onde anualmente se faz uma considerável exportação de géneros e produtos agrícolas*"[110].

Os decénios de 1860 e de 1870 prosseguiram a consolidação infraestrutural que colocou Setúbal como um dos mais relevantes epicentros portugueses. Em 1861, foi inaugurado o caminho-de-ferro, que estabelecia a ligação da cidade do Sado ao Barreiro, potenciando o comércio terreste com a capital. Seis anos depois, tiveram início as carreiras fluviais, unindo Setúbal a Alcácer do Sal. O gasómetro, que entrou em laboração em 1868, garantiu a iluminação pública ao coração citadino.[111] Sob a presidência de

---

[106] RODRIGUES, Joseph, *Avenida Luísa Todi – do rio à cidade: um exercício curatorial*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, FBAUL, Lisboa, 2011, pp. 8-13.
[107] COSTA, Albérico Afonso (coord.), "Setúbal – De meados de Oitocentos ao dealbar do século XX: Elementos de caracterização económica, social, política e cultural" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 10-21.
[108] LEAL, Ernesto Castro, "Estado Liberal e Poder Concelhio – A supressão do concelho de Palmela" in *Da Supressão à Restauração do Concelho de Palmela: Conjuntura e Símbolos (1855-1926)*, Col. Cadernos Locais, n.º 1, Grupos dos Amigos de Palmela, Palmela, 1998, pp. 9-35.
[109] BENTO, António Cunha; MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Domingos Garcia Peres (1812-1902): Um setubalense pelo coração – Homenagem no bicentenário do seu nascimento*, LASA, Moita, 2012, p. 28.
[110] Carta patente de elevação de Setúbal a cidade, de 23/07/1860. PINTO, Machado, *Setúbal – Cidade Centenária (1860-1960)*, Tipografia Rápida, Setúbal, 1966, p. 38.
[111] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Para a História da Iluminação Pública em Setúbal*, Universidade Popular de Setúbal, Setúbal, 1997, p. 8.

António Rodrigues Manitto, o município de Setúbal, nos mandatos de 1866-1868 e de 1870 a 1880, montou serviços de abastecimento de água, reformou o cemitério, criou a biblioteca, arborizou parte da futura Av. Todi e foi inaugurado o Mercado do Livramento, em 1876.[112] Chegados a 1880, Pinho Leal descreveu que o porto de Setúbal era "*um dos mais concorridos deste reino: todos os anos o frequentam centenas de navios estrangeiros e nacionais*"[113]. A cidade estava pronta para o que aí vinha.

Na literatura histórica setubalense existe um consenso quanto ao combinado de fatores explicativos, que justificaram o aumento populacional e o desenvolvimento experienciados à beira Sado, entre o último quartel de oitocentos e as primeiras décadas do século XX, apontando-se o *take-off* industrial como génese de todo este processo. Até então, e crendo no testemunho de Raúl Proença, os residentes dedicavam-se, praticamente em exclusivo, à produção e comércio de sal, de laranjas ou vinhos e à pesca.[114] Dominadas pelo caráter familiar e rudimentar, algumas indústrias faziam-se representar desde os anos 50 de oitocentos: conservas de peixe e de fruta (1854); fósforos (1863); tipografia (1879); moagem (1879); adubos de peixe (1880); curtumes (1881); litografia (1893).[115]

Em meados de 1830, um espanhol instalou uma fábrica de conservação de peixe, que conciliava um método de prensagem e salga, representando a preambular introdução de capital estrangeiro neste setor.[116] Os setubalenses Manuel José Neto e Feliciano António da Rocha foram os pioneiros da utilização do método de Appert (assente na esterilização) em Portugal, investindo, em 1854, o seu capital neste setor e fizeram-se representar, no ano seguinte, na Exposição Universal de Paris. Para Albérico Afonso Costa e Carlos Mouro, deste ano até 1880, teve lugar o primeiro ciclo conserveiro, e pela existência de três fábricas de conservas alimentícias.[117] Gustavo Herlitz foi responsável pela abertura do terceiro estabelecimento industrial conserveiro, em 1861.[118]

---

[112] MACHADO, Montalvão, *Vultos Médicos de Setúbal*, Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1961, p. 22. PIMENTEL, Alberto, *Memória sobre a História e a Administração do Município de Setúbal*, C.M de Setúbal/Biblioteca Municipal de Setúbal, Setúbal, 1992, p. 273. [Edição fac-similada]
[113] LEAL, Pinho, *Portugal antigo e moderno...*, vol. IX, Editora Matos Moreira & C.ª, Lisboa, 1880, p. 290.
[114] PROENÇA, Raúl, *As praias de Portugal – Guia do banhista e do viajante: Mapa da época balnear no final do século XIX,* Terra incógnita, Maia, 2022, p. 149. [Edição fac-similada]
[115] MOURO, Carlos, "Notas sobre a indústria de curtumes setubalense" in *MUSA*, n.º 5, *Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, MAEDS, Setúbal, 2018.
[116] COSTA, Albérico Afonso; MOURO, Carlos, "Os Processos Tradicionais de Conservação" in *A Indústria Conserveira em Setúbal*, Museus Municipais da C.M de Setúbal, Setúbal, 1996, pp. 9-10.
[117] COSTA, Albérico Afonso; MOURO, Carlos, "Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal" in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 1990, pp. 19-29.
[118] PINHO, Inês de Gato, *De colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell – História e análise arquitectónic*a, IPS, Setúbal, 2013, p. 97.

No decurso do decénio de 1880, a costa da Bretanha foi afetada por uma extraordinária crise da principal matéria-prima da sua indústria de conservas de peixe: a sardinha. Para se compreender a dimensão do problema, em terras gaulesas, o número de estabelecimento industriais deste tipo caiu de cerca de duas centenas para uma, em menos de dez anos.[119] Os empresários franceses viram-se forçados a deslocalizarem as suas unidades fabris para regiões[120] em que os recursos materiais (*e.g.* estação portuária; frota piscatória), humanos (*e.g.* mão-de-obra barata e em número) e naturais (*e.g.* sardinha) fossem ricos o suficiente – como Setúbal - para manterem os seus negócios ativos.

Estes novos atores do palco setubalense contribuíram decisivamente com o seu capital, conhecimento técnico e experiência para a afirmação e consolidação da indústria conserveira na região: "*Montaram as suas fábricas, educaram o pessoal e a indústria generalizou-se porque os industriais portugueses rapidamente imitaram os franceses. Hoje, Setúbal está coberta de fábricas de conservas*"[121]. Em novembro de 1880 foi assinado o contrato de arrendamento da antiga doca sadina, entre o industrial de Lorient, F. Delory, e D. Maria Meneses Barreto, significando a entrada do investimento francês.[122]

Muitos outros conserveiros franceses seguiram os seus passos, nomeadamente Firmin Julien (1884), Wencesllais Chancerelle (1887), Arséne Saupiquet (1891)[123], Ferdinand Garrec (1894), *Dandicole & Gaudin* (1894), Léon Delpeut (1897), E. Esquiró (1899), Pierre Chancerelle (1901) ou Callé (1904).[124] A imponência das suas fábricas era incomparavelmente superior à da maioria dos portugueses, que, em simultâneo, foram abrindo as unidades fabris.[125] O crescimento da indústria foi muito intenso, multiplicando-se o número de estabelecimentos industriais por toda a zona ribeirinha de Setúbal, especialmente a este (Estrada da Graça) e a oeste (Estrada da Rasca)[126]: 1861 –

---

[119] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 87.
[120] Também a Galiza foi alvo do investimento de capital francês. Em cerca de 15 anos, o número de unidades conserveiras disparou de 16 para 82. ABELEDO, Luisa Muñoz, "Technological change and gender division of labour in the canning industry. Different experiences on American Eastern and European Southwest shores" in *XIVth International Economica History Congress*, Helsínquia, 2006, pp. 3-13.
[121] "A indústria de conservas, fonte de riqueza e de vida" in *Terra Nossa – Revista de Setúbal*, n.º 1 de 01/05/1920, p. 18.
[122] PARREIRA, Henrique, "A evolução duma grande indústria" in *O Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe*, IPCP, Lisboa, 1938, s.p.
[123] Cf. NEVES, Ana Catarina da Palma, *Empresas e Sistemas de Informação em Perspetiva Histórica – A fábrica Saupiquet em Setúbal (1960s-1980s),* Dissertação de Mestrado, UÉ, Évora, 2006.
[124] ALCÂNTARA, Ana, "A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)" in *MUSA*, n.º 3, MAEDS, Setúbal, 2008, pp. 16-19.
[125] Cf. ALCÂNTARA, Ana, *A indústria conserveira em Setúbal, 1854-1914*, Relatório final de Licenciatura em História, variante em Arqueologia, FCSH/NOVA, Lisboa, 2014.
[126] FARIA, Carlos, "História urbana de Setúbal" in *Setúbal na História*, LASA, Setúbal, 1990, p. 66.

3; 1887 – 9; 1893 – 26; 1906 – 35; 1912 – 42. **[Tabela - Evolução do número de fábricas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1861-1964)]** A sua localização reduzia os custos no transporte do pescado e garantia a sua frescura, influenciando o sabor do produto. Algumas destas chaminés, ainda hoje, integram a paisagem urbana[127], tendo se metamorfoseado "*de um lugar industrial para um lugar de memória*"[128].

Setúbal tornou-se na capital portuguesa, e numa das maiores referências internacionais, da produção de enlatados de sardinha, assumindo um perfil mono-industrial. O ciclo do sal deu lugar ao ciclo das conservas na 'economia de mar' setubalense.[129] No plano nacional, em 1913, a cidade distanciava-se no número de empresas aqui sediadas (44), em contraste com as 19 de Olhão, as 13 de Lagos, as 6 de Vila Real de Santo António e de Portimão ou as 3 de Sesimbra. **[Tabela - N.º de fábricas de conservas no País (1913)]** E o mesmo se pode dizer relativamente à quantidade de trabalhadores, registados em 1912: 3720.[130]

A mão-de-obra da indústria conserveira era marcada pelo trabalho infantil, incorporado através de familiares ou amigos, que exerciam funções neste ramo ou em atividades anexas. Num campo profissional predominantemente ocupado por mulheres, o processo de aprendizagem das operárias era transmitido mimeticamente pelas trabalhadoras mais experientes (as «mestras») e durante a concretização das operações, reproduzindo gestos e técnicas, nomeadamente o «descabeçar» do pescado. Por seu turno, os homens, por utilizarem máquinas, tinham obrigatoriamente um período de observação e experimentação prévio: "*Esta aprendizagem coerciva constituía um treino duro para os que a ele se submetiam, mas resultava fácil e barato para quem dele se apropriava*"[131].

Uma vasta gama de soldadores – uma espécie de elite proletária, em termos salariais e técnicos - foi formada por congéneres provenientes de Nantes. Em 1891, a partir da *Société Métalurgique*, desembarcaram 50 franceses para o ensino do 'vazio' (designação informal para produção de latas). A introdução das cravadeiras, inovação

[127] SANTINHOS, Maria João Ferreira, *A arquitetura industrial conserveira em Setúbal (1924-1994)*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, ISCTE-IUL, Lisboa, 2015, p. 172.
[128] AMORIM, Vanessa Iglésias; SANTOS, João Pedro; PINHO, Jaime, "Indústria Conserveira – mosaico de um futuro anterior" in *A Casa de Emília*, Teatro Estúdio Fontenova, Setúbal, 2020, p. 19.
[129] FARIA, Carlos, "História urbana de Setúbal" in *Setúbal na História*, LASA, Setúbal, 1990, p. 60.
[130] 1708 mulheres, 842 soldadores, 480 trabalhadores, 412 *moços* e 278 operários não especializados. PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 212.
[131] VICTOR, Isabel; DUARTE, Ana, *Alguns aspectos da indústria conserveira em Setúbal*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2000, pp. 7-13.

tecnológica que substituía um número muito significativo de soldadores e exercia as tarefas a uma velocidade bem maior, foi o grande desafio destes homens, que se socorreram do sindicalismo para lutarem pela manutenção dos seus postos de trabalho.[132]

A hegemonia da indústria conserveira, ainda que tenha asfixiado por completo o surgimento de outra grande atividade em Setúbal, induziu setores subsidiários, em particular a caixotaria, a produção de azeite, a serralharia, a latoaria, a litografia e a pesca.[133] Para além da litografia aberta, em 1893, também tiveram um peso significativo a *Nova Litografia Sado* (1920) e a *Sociedade Mecânica Setubalense* (1923).[134]

Os riscos associados à indústria de conservas de peixe eram variados, apesar do investimento inicial ser baixo. Dependia permanentemente da importação de matérias-primas (azeite, folha-de-Flandres ou carvão) que, em determinadas conjunturas, poderiam encarecer com facilidade ou simplesmente não se encontrarem disponíveis no mercado. O setor estava sujeito, também, ao sucesso da captura da sardinha.[135] Os horários de trabalho variavam constantemente de acordo com a chegada do pescado à lota ('peixe para já', como se gritava na época[136]), sendo muito frequente executarem-se tarefas em turnos noturnos, o que exigia boas condições de iluminação. A abundância de água era igualmente determinante em diferentes operações (descabeçamento ou lavagem de entranhas). Por este conjunto de razões, numa cidade mono-industrial como Setúbal, o comércio e os serviços locais sofriam seriamente em períodos de crise e instabilidade nas fábricas de conservas: "*Em volta da sardinha gira toda a vida de Setúbal. Ela é a rainha de quem depende a prosperidade desta terra. Quando há sardinha, há fartura, há riqueza, gira dinheiro, respira-se alegria*"[137].

A intensificação do processo de industrialização conserveiro na zona ribeirinha afastou a cidade do Sado de se tornar num destino turístico. No final do século XIX, a "*colónia balnear espanhola chegou a reunir, em Setúbal* […] *mais de 4 000 pessoas*"[138].

---

[132] VALENTE, Vasco Pulido, "Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)" in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), ICS, Lisboa, 1981, pp. 615-678.
[133] FARIA, Carlos Vieira de, *As Cidades na Cidade – Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal, 1966-1995*, Esfera do Caos, Lisboa, 2009, p. 83.
[134] LEONARDO, Ana; HELENO, Conceição, FERNANDES, Lucinda, Exposição "Litografia – Uma arte em Setúbal: Mostra Documental", Mostra patente de 30/04 a 30/06 de 2021, C.M.S., Setúbal, 2021.
[135] ABREU, Maurício, *A Indústria Conserveira em Setúbal – Retratos*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 1988, s.p.
[136] CARDOSO, Maria Miguel; FERRO, Bruno, Catálogo da Exposição "*Ao Toque da Sereia: A Indústria Conserveira na Coleção Fotográfica Américo Ribeiro*", Mostra patente na Casa da Cultura de Setúbal de 05/01/2017 a 02/02/2017, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2017.
[137] MENDES, Adelino, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães & Cª Editores, Lisboa, 1916, p. 164.
[138] COELHO, Mariano, "Setúbal – Estância balnear e região de turismo" in *A Indústria*, n.º 56 de 08/08/1924, p. 1.

O rei D. Carlos I, nos primeiros anos da década de 1890, escolheu a região para passar os seus verões, hospedando-se numa renovada torre do Outão, local onde pintou a Natureza que o rodeava.[139] Bastou a pressão exercida por Jaime Pinto, presidente da C.M. de Cascais, e por José Maria dos Santos, cacique agrícola de Palmela, junto da Coroa, para que a família real transferisse a sua residência de férias para a localidade cascalense.[140]

A edificação do 'Estabelecimento de Banhos', estrutura projetada pelo arquiteto Ventura Terra, como investimento na área da vilegiatura marítima, surgiu num contexto de contracorrente. Foi inaugurado em 1904 quando se assistia à diminuição do número de banhistas, como resultado da proliferação das fábricas de conservas junto ao rio.[141] A urgência em adquirir imóveis de cariz habitacional para a instalação de unidades conserveiras, principalmente no decurso da Grande Guerra, foi de tal ordem que a estância balnear de Setúbal foi adaptada a fábrica de conservas (*Regina*). Era paradigmático: a indústria dos enlatados venceu o turismo como principal atividade económica.[142]

O Palácio da Comenda, projetado pelo arquiteto Raúl Lino e construído, entre 1903 e 1908, para a família francesa do conde de Armand, marcou o imaginário burguês setubalense.[143] Talvez por essa razão, em junho de 1918, Câmara Reis tenha escrito: "*Um momento supôs-se que, desde Setúbal até ao Portinho da Arrábida, se estenderia, em poucos anos, uma linha de construções marginais, chalets de luxo e vivendas formosas, em volta das quais iriam tomando vulto povoações de recreio e de repouso*"[144].

A transformação do pequeno núcleo piscatório sadino num centro fabril conserveiro, por via da deslocalização do capital francês e de algum investimento de industriais locais, levou Vasco Pulido Valente a declarar que "*o processo de industrialização de Setúbal provocou um forte fluxo migratório que, por sua vez, determinou um surto demográfico de grandes dimensões*"[145]. O crescimento demográfico

[139] Cf. SILVA, Raquel Henriques; BORBA, Francisco, *Setúbal e a arredores na obra artística do Rei D. Carlos*, LASA, Setúbal, 2019.
[140] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal nos finais do século XIX*, Caminho, Lisboa, 1993, pp. 169-171
[141] MACEDO, Isabel Pratas*, Ventura Terra – O arquitecto em Setúbal*, Brochura da exposição que decorreu na Galeria Municipal do Onze entre 14 de julho e 26 de agosto de 2017, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2017.
[142] PINHO, Inês de Gato, *Vilegiatura Marítima em Setúbal – do século XIX ao início do século XX*, LASA, Setúbal, 2010, pp. 22-39.
[143] No Bairro Salgado, as habitações da elite sadina eram decoradas sob a inspiração do palacete do Conde de Armand. MACEDO, Isabel, "A Casa da Comenda de Raúl Lino: de torre medieval a residência de veraneio" in *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 6, C.M de Lisboa, Lisboa, 2016, pp. 109-141.
[144] Citado a partir de: RAMOS, Manuel João, *Caracterização geral da evolução humana da península de Setúbal*. Investigação realizada no âmbito do projeto *Sea Architectures*: PTDC/AUR-AQI/113587/2009
[145] VALENTE, Vasco Pulido, "Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)" in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), ICS, Lisboa, 1981, p. 619.

de Setúbal foi muito veloz para a época, considerando o médico Fernando Garcia, contemporâneo, que se tratou de um processo "*à americana na intensidade de atração das gentes desarreigadas do seu terrunho, pela facilidade do ganho deste Eldorado sardinheiro*"[146]. Em poucos decénios, a cidade tornou-se no terceiro maior meio urbano de Portugal, um polo atrativo para desempregados de outras zonas industriais ou para trabalhadores rurais: 1864 (15 541 hab.); 1878 (18 758 hab.); 1890 (21 252 hab.); 1900 (25 406 hab.); 1911 (32 096 hab.); 1920 (41 131 hab.); 1930 (50 456 hab.); 1940 (49 765 hab). As freguesias urbanas, em quatro décadas, cresceram de 17.891 residentes, em 1890, para 46 342 habitantes, em 1930.[147] **[Tabela – Evolução da população residente no atual concelho de Setúbal entre 1864 e 1960]**

Esta simbiose entre o *take-off* industrial conserveiro e as migrações internas gerou o surgimento de duas micro-comunidades de pescadores e à ocupação dos bairros populares das freguesias de N.ª Sra. da Anunciada e de São Sebastião.[148] No antigo arrabalde de Troino, provenientes maioritariamente do Algarve (Olhão, Lagos ou Vila Real de Santo António), os marítimos dedicavam-se à pesca da sardinha para o abastecimento das fábricas de conservas, em embarcações de cerco americano, constituindo a espinha dorsal da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar. Dada a natureza das funções que exerciam, passavam jornadas de quinze dias na faina.[149]

Por seu turno, a partir de Ovar, Ílhavo, Aveiro ou da Murtosa, umas centenas de famílias concentraram-se nas Fontainhas e em S. Domingos, formando "*uma verdadeira colónia varina*"[150]. Estes pescadores dedicavam-se à captura de um conjunto diversificado de pescado (*e.g.* salmonetes, robalos ou linguados), para o fornecimento do mercado, trabalhando por conta própria através dos seus saveiros.[151]

---

[146] GARCIA, Fernando (João Semana), "A nossa cidade" in *Ensaios e Críticas*, vol. I, Edição da Cruzada Nun'Álvares, Setúbal, 1936, p. 337. O texto em causa foi escrito em 1923.

[147] Estes dados enquadram meramente o território do atual concelho de Setúbal (com as freguesias de Azeitão) para uma análise mais concreta da evolução demográfica. No caso da freguesia rural de Palmela, a 'revolução da cepa e do vinho' provocou um fluxo migratório, elevando a população concelhia para 55 159 habitantes, em 1920. FORTUNA, António Matos, *Monografia de Palmela*, vol. III, *Extinção e Restauração do Concelho de Palmela*, C.M. de Palmela, Palmela, 1997, pp. 88-89.

[148] SILVA, Maria de Lurdes Reizinho, "A dinâmica populacional do concelho de Setúbal na segunda metade do século XIX" in *População e Sociedade*, n.º 5, CEPESE, Porto, 1999, p. 65.

[149] AMORIM, Vanessa, *Marés de incerteza - Etnografia do presente liminar na comunidade piscatória de Setúbal*, Dissertação de Mestrado em Antropologia, ISCTE-IUL, Lisboa, 2015, p. 30.

[150] NOGUEIRA, Lénia; MARTINS, Patrícia, P*aróquia e Igreja de São Sebastião de Setúbal: História e Arte (1553-2003)*, Corlito, Setúbal, 2004.

[151] As famílias de S. Domingos e das Fontainhas beneficiaram com a extensão do ramal ferroviário até à zona ribeirinha, inaugurado em 1907, atravessando um túnel de 90 metros. CRUZ, Inês Pinto da, *Setúbal: Memória e Identidade Urbana*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, FAA-ULL, Lisboa, 2018, p. 45.

Entre estes dois núcleos habitacionais – inseridos fora do perímetro muralhado medieval e do centro político-institucional da cidade - formou-se uma forte rivalidade. Manifestou-se, por exemplo, na recusa dos varinos em aderirem ao sindicato dos marítimos, optando por criarem, em 1914, a Associação de Classe dos Pescadores da Murtosa em Setúbal.[152] O mesmo se evidenciou do ponto de vista das manifestações religiosas: os primeiros eram devotos da N.ª Sra. dos Prazeres enquanto os segundos adoravam a N.ª Sra. da Arrábida. Apenas a Nossa Senhora do Cais os unia.[153] O bairro de Troino e os bairros de S. Domingos e das Fontainhas tornaram-se no coração da Setúbal industrial. [154] Como nota, a cidade recebeu muita gente proveniente da capital.[155]

A vaga migrante que vem sendo descrita causou uma enorme pressão no acesso à habitação, questão crónica durante várias décadas. O intenso aumento populacional, em poucos anos, não foi acompanhado pela edificação de estruturas habitacionais. Em 1930, a cidade dispunha aproximadamente de 8 238 fogos para cerca de 46 mil pessoas.[156] O estudo de Paulo Guimarães elucida como, no decurso do primeiro quartel do século XX, a expansão da habitação popular urbana se concretizou a um compasso elevado para zonas periféricas da cidade, cujas condições eram marcadas pelo mau cheiro, humidade, insalubridade, dificuldades no acesso à água, rendas elevadas ou reduzida dimensão.[157]

Estas construções abarracadas (algumas devidamente licenciadas) e clandestinas – em madeira ou alvenaria - multiplicaram-se a nascente e a poente do burgo, formando novos bairros: Olhos de Água, Bairro do Vale do Grou, Bairro Rendeiro, Bairro Barreto, Bairro Rosalina, Bairro Trindade, Bairro Dias, Bairro Melo, Bairro Rio da Figueira, Bairro Monarquina, Bairro Lopes, Bairro do Maltalhado, Bairro Libertário[158], Bairro João Ferreira ou Bairro da Folha.[159] O nome deste último demonstra como diversas casas eram

[152] QUINTAS, Maria da Conceição, "Troino e Fontainhas: Duas comunidades de pescadores em confronto" in *Movimento Cultural*, n.º 6, AMRS, Setúbal, 1989, pp. 77-80.
[153] BORGES, Patrícia (coord.); FERREIRA, Diogo, "A história dos nossos pescadores" in *Setúbal – Terra de Pescadores*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2020, pp. 14-15.
[154] FERREIRA, Diogo; SANTOS, João Pedro, *O Bairro de Troino – Contributos para a sua História*, Estuário/LASA, Setúbal, 2020, p. 32.
[155] SILVA, Maria Reizinho e, "Os movimentos migratórios e a naturalidade dos residentes em Setúbal na segunda metade do século XIX" in *População e Sociedade*, n.º 7, CEPESE, Porto, 2001, p. 220.
[156] FERREIRA, Diogo; SANTOS, João Pedro, "Setúbal e a política habitacional do Estado Novo na década de 1940: O Bairro Presidente Carmona (1948) e o Bairro de Casas Económicas da Nossa Senhora da Conceição (1949)" in *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*, org: BENTO, António Cunha; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira, Estuário/LASA, Setúbal, 2019, pp. 407-408.
[157] GUIMARÃES, Paulo, "A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX" in *Análise Social*, vol. XXIX (127), ICS, Lisboa, 1994, pp. 525-554.
[158] Este bairro possui um nome que é ilustrativo da politização dos seus moradores.
[159] PEREIRA, Alberto; LOPES, José, *Bairro Santos Nicolau – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2012, pp. 49-50.

fabricadas: restos de folha-de-Flandres (ou com defeito), das fábricas de conservas, para servirem como paredes expostas como cobertura dos tetos.[160] Fialho d'Almeida, no V volume (1892) da sua obra *Os Gatos*, descreve esta dura realidade: "*Nos bairros velhos, como as construções são primitivas, nulo o conforto, a higiene um mero acinte acontece que a podridão dos lares corre nas ruas*"[161].

A ampliação urbanística setubalense foi absolutamente anárquica, tendo apenas como exceções os bairros Salgado, Baptista e Santos Nicolau. O primeiro foi a concretização da fundação de um espaço pequeno-burguês, localizado na periferia da cidade (mas junto à estação ferroviária e do Campo do Bonfim), tendo sido edificado entre a fase final do século XIX e as primeiras décadas de novecentos, com maior expressão nos anos de 1903-1909.[162] O quadrilátero foi ocupado por comerciantes e empresários conserveiros (como Ange Aleno) em ascensão social – que se pretendiam demarcar territorialmente das zonas residenciais dos trabalhadores -, decorando as habitações em *Art Nouveau*.[163]

Do ponto de vista político e social, a industrialização e a vaga migratória intensificaram a tendência comunitária para o associativismo e incentivaram o surgimento de um ambiente propício à difusão do sindicalismo revolucionário, do republicanismo e, em menor escala, do socialismo, ansiando o mundo do trabalho por uma 'República Social'.[164] A dimensão operária setubalense, ainda que manifestamente inferior às 'barriere' de Turim, ao 'cinturón' de Barcelona ou ao 'banlieues' de Paris, não deixou de cultivar um expressivo movimento associativo. Estes espaços de sociabilidade eram de capital importância na promoção e divulgação das diferentes correntes político-ideológicas, que circulavam no seio do universo operário, possuindo, também, um evidente poder de influência no quotidiano da comunidade na ocupação dos tempos livres.

O desenraizamento relativamente ao local para onde milhares de jovens recomeçaram as suas vidas, as visíveis desigualdades sociais da comunidade e as

[160] S.A., *Roteiro da Cidade de Setúbal – Nomenclatura Geral*, Tipografia Albino, Setúbal, 1928, p. 36.
[161] Citado a partir de: MARTINS, Augusto, *Breve História do Bairro Troino e Zonas Envolventes*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2012, pp. 9-10.
[162] MOURO, Carlos, "O Bairro Salgado, Setúbal (Algumas notas)" in *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*, org: BENTO, António Cunha; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira, Estuário/LASA, Setúbal, 2019, p. 376, p. 382 e p. 385.
[163] SOARES, Joaquina, "Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal de 1920 a 1930" in *Movimento Cultural*, n.º 6, AMRS, Setúbal, 1989, pp. 107-112.
[164] FREITAS, Helena de Sousa Freitas, "A expressão anarquista nas paredes de Setúbal: o cavalo de batalha de Tróia" in *CIES e-Working Papers*, n.º 112, CIES-IUL, Lisboa, 2012, p. 12.

péssimas condições de vida e de trabalho permitiram desenhar relações de vizinhança, construiu redes de solidariedade e teceu linhas de combate e resistência à exploração capitalista. Em 1916, o repórter Adelino Mendes testemunhou, em primeira mão, esta unidade interclassista: "*Entre as diversas classes de trabalhadores existe, nesta cidade, a mais estreita solidariedade. Basta que uma delas reclame, insista e se declare em greve para que todas as outras a acompanhem e façam causa comum com ela*"[165]. Para a esfera pública transbordou a elevada politização deste vasto grupo de pessoas, com agitação social latente, reclamando contra as longas jornadas de trabalho e os baixos salários.[166]

No último quartel de oitocentos foram fundados dezenas de organismos associativos na cidade: mutualistas (*e.g.* Associação Operária dos Socorros Mútuos Setubalense, de 1888); cooperativistas (*e.g.* Clube Operário de Setúbal, de 1877; Sociedade Cooperativa de Crédito e Consumo e Caixa Económica Operária, de 1892; Sociedade Cooperativa de Consumo dos Operários da Arrábida, de 1896); musicais (*e.g.* Sociedade Filarmónica Operária, de 1892[167]); sindicais (*e.g.* Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal, de 1891); teatrais (*e.g.* Teatro Santos Silva, de 1873); entre outros. As classes dominantes, não querendo ficar atrás, formalizaram grupos económicos, designadamente a Associação Comercial e Industrial de Setúbal (1888), a Associação Agrícola de Setúbal (1888) ou a Associação dos Lojistas de Setúbal (1889).[168]

De entre este grupo de instituições, a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal destacava-se pela sua dimensão. Tendo como antecessoras a Corporação Marítima dos Pescadores de Anzol (1862) e a Sociedade de Pescaria Franciscana (1871), a sua sede foi inaugurada, em 15 de maio de 1913, e foi construída com fundos próprios de mais de dois mil sindicados: "*A Casa dos Pescadores de Setúbal é um verdadeiro palácio. A classe tem a sua catedral, com o seu Papa, que é o presidente da sua Associação, e com o seu Sacro Colégio, que são os seus dirigentes*"[169]. Neste edifício, demolido para dar lugar à Casa dos Pescadores, observava-se uma embarcação e cabos,

---

[165] MENDES, Adelino, *Terras de Portugal*, vol. II, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães & C.ª Editores, Lisboa, 1916, p. 200.
[166] PEREIRA, Joana Dias, "A difusão do Sindicalismo Revolucionário na Península de Setúbal – A formação da classe operária e a difusão do sindicalismo na península" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 2011, pp. 217-220.
[167] ARAÚJO, Luísa, *100 anos. Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense*, SIG, Camarate, 2004.
[168] COSTA, Albérico Afonso (coord.), "Setúbal – De meados de Oitocentos ao dealbar do século XX: Elementos de caracterização económica, social, política e cultural" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 14-16. QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 224.
[169] MENDES, Adelino, *op. cit.*, 1916, p. 175.

alusivos à força da organização, que foram arrancados após o 28 de Maio "*como forma de quebrantar-lhe o espírito, preparando o terreno par a afirmação do novo ideário*"[170].

No início do século XX, Setúbal era a terceira cidade do País, não só em termos demográficos, comerciais e industriais, mas também do ponto de vista do número de associações de classe, revelando a existência de um proletariado fortemente politizado e "*com um grau de organização e de estruturação significativos, que intervém na defesa dos seus interesses de classe*"[171]. Em 1909, Setúbal contava com perto de três mil filiados em sindicatos livres, destacando-se os 1900 da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal e os 710 da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal.[172]

Nos derradeiros anos da monarquia, a cognominada 'Barcelona Portuguesa' (título atribuído pelo operariado local, imitando o princípio que definiu a 'Paris del Sur' espanhola) assistiu a longas greves dirigidas pelos soldadores, em 1897, em 1905, ou em 1907.[173] No arco cronológico de 1871 e 1900, o proletariado sadino, depois do lisboeta e do portuense, foi o que mais recorreu à greve como meio de resolução dos problemas de natureza laboral: dezoito greves.[174] Setúbal estava pronta para receber a revolução, com um jovem proletariado como terreno fértil para crescer o espírito antimonárquico.

A historiografia tem apontado como tese que o republicanismo português se tratou de um movimento urbanizado e com maior preponderância no litoral. Em diversas ocasiões, a cidade do Sado foi palco de episódios que a enquadraram na vanguarda liberal. O clima de contestação proporcionado pela assinatura do Tratado de Lourenço Marques, em 1879, abriu a caixa de Pandora, motivando a visita de figuras como Magalhães Lima, Rafael do Vale ou Anselmo Augusto da Costa para participarem num comício público.[175]

No seguimento da exploração republicana do tricentenário da morte de Camões, em 1880, foram eleitos dois vereadores desta linha política para a oposição municipal, Eduardo Dinis e Joaquim Arôcha Júnior, em 1881. Para a Câmara dos Deputados, o círculo eleitoral de Setúbal garantiu a eleição de Feio Terenas e Estevão Vasconcelos, em

---

[170] MOURO, Carlos "Casa dos Pescadores" in *Calafates e outras profissões ligadas à atividade marítima*, org: AA.VV., Catálogo de Exposição (14/09 a 23/11 de 2019), C.M de Setúbal, Setúbal, 2019, s.p.
[171] COSTA, Albérico, "Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, p. 226.
[172] PEREIRA, Alberto; LOPES, José, *op. cit.*, p. 220.
[173] ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, CEB, Setúbal, 2009.
[174] FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, *Greves e agitações operárias (1.ª Parte)*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1980, pp. 150-164.
[175] COSTA, Albérico Afonso, "Intervenção cívica e acção política dos pioneiros do republicanismo em Setúbal" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, p. 23.

1908, e de Fernandes Costa, Aurélio Costa e, novamente, Feio Terenas, em 1910. Jacinto Nunes, grande figura republicana de Grândola e do Sul, também se candidatou, em várias ocasiões, para deputado (1870, 1881, 1884 e 1886).[176]

Os efeitos de desgaste político provocados pelo ultimato inglês de 1890 são manifestamente conhecidos no País. No contexto local, deu azo a boicotes comerciais aos produtos oriundos daquele império, ao aprisionamento dos navios ingleses ancorados no porto, a protestos cívicos ou à alteração da denominação do *Club* Setubalense para Grémio Setubalense, num claro sintoma de anglofobia.[177] Após as diretrizes saídas do VI Congresso do Partido Republicano Português (P.R.P.), em abril de 1895, o periódico *O Elmano* apelou à constituição da primeira comissão municipal republicana. Nesta constavam nomes que, após o 5 de Outubro, ocuparam lugares no topo da autarquia sadina, designadamente Joaquim dos Santos Fernandes, José da Rocha ou António José Marques. Na reunião fundacional estiveram presentes mais de 160 setubalenses.

A reconfiguração da memória coletiva e a apropriação política da imagem de Bocage foi uma das mais importantes estratégias de afirmação política dos republicanos na região, bem como uma plataforma de aproximação aos setores operários. E foi exatamente isso que teve lugar nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 1905, por ocasião das comemorações do primeiro centenário da morte do poeta.[178] Figuras chave do republicanismo, como Manuel de Arriaga ou Teófilo Braga, deslocaram-se a Setúbal e discursaram perante cerca de 6 mil pessoas, explorando a vertente do poeta-herói, o Bocage insurreto e inconformado, que lutou contra a opressão e a tirania e que sofreu com perseguições da Igreja Católica e de Pina Manique, numa alusão ao período então vivido.

Para Álvaro Arranja, que estudou esta questão em pormenor, da "*parte dos republicanos existe a intenção de repetir o êxito das comemorações do Tricentenário de Camões, em 1880*"[179]. Conscientes de que a iniciativa tinha como finalidade a difusão de propaganda republicana, a família real e o governo monárquico não se fizeram representar nos cortejos populares e nas cerimónias, merecendo fortes apupos. Era mais uma ferida na relação entre Setúbal e a monarquia.

---

[176] ARRANJA, Álvaro, *op. cit.*, pp. 33-34.
[177] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Para a História do Club Setubalense (1855-2010)*, Div'Almeida Atelier Gráfico, Setúbal, 2010, pp. 49-50 e 113.
[178] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, "Setúbal e os alvores do republicanismo" in *Setúbal – 1909: A cidade e o congresso do Partido Republicano*, C.M de Setúbal, Setúbal, 2009, p. 72.
[179] ARRANJA, Álvaro, *O centenário de Bocage em 1905 (em Portugal e no Brasil)*, CEB, Setúbal, 2019, p. 79.

Fizeram sentido, portanto, as sucessivas escolhas tomadas por parte da elite republicana nacional para que Setúbal servisse como um dos centros de difusão dos seus ideais. Podem-se referir os comícios políticos ocorridos em 15 de abril de 1906, que contou com discursos de Manuel de Arriaga, de Estevão de Vasconcelos e de Sá Pereira, perante 350 a 400 pessoas, ou em 12 de julho de 1908, que permitiu a vinda à cidade de personalidades como Bernardino Machado, Afonso Costa ou António José de Almeida.[180]

Estes serviram de teste para que a cidade fosse escolhida para o simbólico X Congresso do P.R.P. O evento decorreu entre os dias 23, 24 e 25 de abril de 1909, no antigo Teatro D. Amélia, confrontando-se as duas fações do partido para discutirem que rumo deveriam tomar: a via insurrecional *versus* a via legalista. A eleição de um novo Diretório deu luz verde a uma revolução que fizesse cair a Monarquia Constitucional.[181] Na presença de cerca de 400 delegados republicanos de todo o País, João Chagas, na sua 'Carta ao Congresso de Setúbal', enalteceu que este era o último Diretório eleito pelo P.R.P., uma vez que a monarquia não duraria até ao mandato seguinte: "*O congresso de Setúbal é, portanto, um facto social da maior importância. Não fica apenas nos anais de um partido. Fica, há de ficar, na História*"[182]. Uma das sessões, não deixa de ser curioso, chegou a ser interrompida por se ter feito sentir o terramoto de Benavente, no dia 23. O governo mobilizou militares para junto do congresso como forma de intimidação.[183]

Intervalando com esta sucessão de acontecimentos, o crescente fervor anticlerical também se foi fazendo sentir circunstancialmente numa comunidade com cada vez maior número de adeptos do anarquismo revolucionário, do socialismo e do republicanismo. O republicano Francisco José Mota, em 1880, recusou que o funeral da sua filha fosse de cariz religioso, querendo um enterro civil. Foi um choque para a opinião pública. A professora primária, Hermínia Borges de Campos, anuiu ao pedido do pai da menina para que as suas alunas acompanhassem a cerimónia, o que lhe mereceu duras críticas na imprensa local e um 'castigo' exemplar, acabando colocada numa escola em Sintra.[184]

---

[180] FERRO, Bruno; RIBEIRO, Francisca; NETO, José Luí,s "Catalogação" in *Setúbal – 1909: A cidade e o congresso do Partido Republicano*, C.M de Setúbal, Setúbal, 2009, p. 26.
[181] Cf. SAMARA, Maria Alice, *As Repúblicas da República: História, Cultura Política e Republicanismo*, Tese de Doutoramento em História, NOVA/FCSH, Lisboa, 2010.
[182] CHAGAS, João, "Carta ao Congresso de Setúbal ao reunir-se para eleger o último Directório do Partido Republicano Português" de 12/04/1909 in *Cartas políticas*, n.º 19, Lisboa, 1909, p. 292.
[183] COSTA, Albérico Afonso (org.), "O X Congresso Republicano de 1909 sob o signo da revolução" in *Atas do Colóquio - O Republicanismo entre a revolução e a ordem*, IPS, Setúbal, 2009, p. 57.
[184] VILAR, Anita, *Panorama de uma história local no feminino*, CEB, Setúbal, 2013, pp. 56-57.

Neste processo de afirmação laica e de conflito com o universo eclesiástico assistiu-se à multiplicação do número de cerimónias fúnebres civis, ao aumento da área não católica no cemitério público, do ensino informal (dirigido pelos sindicatos livres) ou de conferências promovidas por homens como Miguel Bombarda ou França Borges na Escola Liberal. Nas palavras de Albérico Afonso Costa, acratas e republicanos integraram na "*sua agenda política o confronto com a Igreja Católica e tentam atrelá-la ao carro da Monarquia*"[185], corresponsabilizando ambas pelo obscurantismo de Portugal.

O acordo informal estabelecido entre o republicanismo pequeno-burguês e o movimento operário sindicalista revolucionário da região foi progressivamente edificado durante o ocaso do regime monárquico: "*As elites republicanas e as elites operárias souberam fazer convergir a luta social por melhores condições de vida e de trabalho com a luta republicana pela mudança de regime político*"[186]. O setor socialista sadino não se federou a esta coligação estratégica antimonárquica de republicanos e libertários, considerando que o P.R.P., o Partido Regenerador ou o Partido Progressista eram todos defensores das sociedades capitalistas. Afonso Costa ao ter defendido, em tribunal, o diretor do periódico anarcossindicalista setubalense, *O Germinal*, Martins Santos, concretizou um gesto de aproximação entre republicanos e acratas.[187] Do mesmo modo, observou-se a organização conjunta de um comício entre o Centro Republicano de Setúbal, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a Escola Liberal de Setúbal e o jornal *O Germinal*. Este teve lugar, em agosto de 1909, na Praça de Touros D. Carlos I, reunindo cerca de cinco mil pessoas.[188]

Todas estas lutas político-ideológicas se refletiam na profusa imprensa periódica setubalense, marcada pelo largo espectro político-ideológico, que ia desde o anarcossindicalismo aos periódicos monárquicos conservadores. Apenas entre 1855 e 1910, de acordo com F. Henrique de Jesus, foram editados 66 periódicos à beira Sado.[189]

---

[185] COSTA, Albérico Afonso, "A Igreja Católica e a República em Setúbal: Uma intensa confrontação ideológica e política" in *Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão*, org: AA.VV., LASA, Setúbal, 2016, p. 159.
[186] COSTA, Albérico Afonso, "Intervenção cívica e acção política dos pioneiros do republicanismo em Setúbal" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, p. 30.
[187] COSTA, Albérico Afonso, "O Germinal, um roteiro acrata para a revolução social" in *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, org: AA.VV., IHC/FCSH, Lisboa, 2016, p. 11.
[188] *O Século*, edição n.º 9936 de 15/08/1909, p. 1. [Disponível em: https://centenariorepublica.pt/conteudo/15-de-agosto-de-1909-contra-reac%C3%A7%C3%A3o-o-com%C3%ADcio-de-set%C3%BAbal Consultado em 29/11/2022]
[189] JESUS, F. Henrique de, *Subsídios para a História do Jornalismo Setubalense – Edição Comemorativa do Centenário do 1.º Jornal Impresso em Setúbal (1855-1955)*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 1955, pp. 7-19.

Entre estes encontram-se jornais pioneiros do republicanismo local (*e.g*. *A Opinião*, de 1889, ou *O Elmano*, de 1893-1922), de cariz anarcossindicalista (*O Germinal*, 1903-1913), ou, ainda, de corrente socialista (*O Trabalho*, de 1900-1921).[190] Na longa duração, o cunho operário esteve presente em mais de quatro dezenas de jornais.[191]

Do lado monárquico, enquanto o republicanismo crescia, alguns executivos municipais pautavam-se por divisionismo interno, descredibilização e instabilidade. A vereação que ocupou as cadeiras camarárias, em 1900, foi dissolvida por "*diversas irregularidades na escrituração e contabilidade, bem como a aplicação de receitas do município em desacordo com as respetivas autorizações orçamentais*"[192]. A convocação de uma eleição autárquica extraordinária, em janeiro de 1901, colocou Mariano Cirilo de Carvalho à frente da C.M. de Setúbal. Este edil, personalidade de relevância nacional, venceu as eleições e foi reeleito, em 1904, contando com o apoio de António José Baptista, ex-presidente do município, entre 1892 e 1899. Henrique Augusto Pereira afastou-se politicamente, demonstrando os antagonismos intestinos que enfraqueciam os partidos monárquicos. Mariano de Carvalho faleceu em funções, em 1905, e, nas palavras de Paulo Jorge Fernandes, a sua figura "*tinha servido, em parte, como travão à republicanização de Setúbal, a sua morte, de alguma forma, mesmo indirecta, abriu caminho à conquista política da cidade por parte das forças democráticas*"[193].

Para o seu lugar reentrou em cena António José Baptista, mantendo-se nos Paços do Concelho até à revolução de 1910. Por essa razão perpetuou-se como um dos símbolos do poder régio: "*Com a República, a sua voz atiplada e vibrante apagou-se*"[194]. Este proprietário, industrial e político foi uma das incontornáveis personalidades setubalenses da transição de oitocentos para a centúria seguinte. Deixou uma herança material muito considerável, nomeadamente a construção do edifício do Liceu de Bocage.[195]

---

[190] Cf. MARTINS, Idília, *A imprensa em Setúbal (1855-1983)*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 1984.
[191] SÁ, Vítor de, "A imprensa operária portuguesa – O Distrito de Setúbal na imprensa" in *Movimento Cultural*, n.º 2, AMRS, jan. de 1986, pp. 62-63.
[192] Decreto de 29/12/1900 in *Diário do Governo*, n.º 1 de 02/01/1901.
[193] FERNANDES, Paulo Jorge, "O governo de Setúbal antes da República (1900-1905)" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org: AA.VV, ESE/IPS, Setúbal, 2011, p. 288.
[194] GARCIA, Fernando, "O Baptista de Setúbal" in *Ensaios e Críticas*, vol. III, Casa Nun'Álvares, Setúbal, 1936, p. 144. Texto escrito em 1924.
[195] Foi responsável pela adaptação da Igreja da Boa-Hora a Tribunal, pela ampliação do coreto e pela edificação do Bairro Baptista (84 fogos), ligado ao seu palacete na Quinta Nova e aos seus empreendimentos empresariais. Cedeu os terrenos para a construção da Praça de Touros D. Carlos I, inaugurada em 15 de setembro de 1889. FERREIRA, Vasco Luís Remondes, *O caso Bairro Baptista - Novas lógicas de reconfiguração urbana*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, ULHT, Lisboa, 2018, pp. 39-41. VELEZ, António, *Forcados – Aposento de Setúbal*, Grafitroia, Setúbal, 1989, p. 11.

Seguindo os relatos transmitidos pelos noticiários da época, a literatura histórica setubalense comprovou que o argumento de que a República, após a sua implantação, foi difundida pelo País através do telégrafo não correspondeu inteiramente à verdade. Em 15 de outubro, *A Mocidade* declarava abertamente: "*A República em Setúbal chegou de véspera*"[196]. Os rumores que circularam entre a comunidade de que a Monarquia Constitucional estava à beira de cair, no final da tarde do dia 4, geraram grande ansiedade, obrigando o reconhecido republicano Leão Azedo a recomendar ponderação à população.

No Centro Republicano de Setúbal, um orador discursou inflamadamente aos seus correligionários, referindo que na capital se lutava pelo sonho da República. Pelas 21h, com fábricas e estabelecimentos encerrados, os manifestantes concentraram-se diante dos Paços do Concelho e exigiram à Polícia Municipal que a bandeira republicana fosse hasteada. O pedido foi negado e rapidamente as conversações deram lugar a trocas de tiros.[197] As instalações foram invadidas, os prisioneiros libertados e, sem se saber como, deflagrou um incêndio que, em pouco tempo, deixou o edifício em ruínas.[198] Pelo fogo se perdeu o arquivo da cidade[199]: "*aos primeiros alvores do dia 5, os Paços do Concelho sepultavam nos seus escombros ainda fumegantes, toda a sua história administrativa e política, e com ela os valores duma riqueza incalculável, impossível de reconstituir*"[200].

No calor revolucionário, a sede de *vendetta* para com a Igreja Católica explica os assaltos e pilhagens coletivas à Igreja do Coração de Jesus e ao Convento de Brancanes. De acordo com um padre jesuíta "*quebraram as portas e as janelas, as tribunas, os altares, o coro, os confessionários, o harmónio. Destroçaram e profanaram as imagens sagradas*"[201]. A coroa que encimava a Fonte do Sapal, foi, pouco depois, destruída.[202] Durante anos, os setores conservadores denunciaram as práticas «diabólicas» destes

---

[196] Citado a partir de: PEREIRA, Maria Clementina, *O teatro amador em Setúbal durante o século XX*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2013, p. 20.
[197] RIBEIRO, João Reis, *Histórias da Região de Setúbal e Arrábida*, CEB, Setúbal, 2003, pp. 175-178.
[198] QUINTAS, Maria da Conceição, *Monografia de S. Julião – Setúbal*, Caminho, Lisboa, 1993, p. 150.
[199] Do ponto de vista da investigação histórica, apenas graças aos manuscritos de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897) se tem acesso a várias informações por si consultada na documentação que se perdeu. CARVALHO, Almeida, *A Batalha do Viso e a Revolta da Patuleia em Setúbal*, organização, prefácio e notas de Álvaro Arranja, CEB, Setúbal, 2013, p. 29.
[200] SILVEIRA, Luís, *Anotações ao livro «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal»: Subsídios para a história de Setúbal*, Documento dactilografado à guarda da Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Setúbal, Setúbal, 1942, p. 183.
[201] AZEVEDO, Luís Gonzaga, *Proscritos – Notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*, Florência de Lara Editor, Valladolid, 1911, p. 77. Citado a partir de: RUSSO, Carlos Fernando*, Nossa Senhora da Anunciada – Devoção e História no Povo de Setúbal*, Paulinas, Águeda, 2008, pp. 29-30.
[202] SILVA, José Custódio Vieira da, *Cidades e Vilas de Portugal - Setúbal*, Presença, Lisboa, 1990, p. 40.

revolucionários.[203] Pelas 10h da manhã do dia 5, Setúbal recebeu a notícia da vitória dos republicanos. As duas filarmónicas saíram para as ruas, entoando *A Portuguesa*.[204] A primeira comissão administrativa foi então nomeada, ficando encabeçada por Leão Magno Azedo (presidente) e por Joaquim Brandão (vice-presidente). **[Tabela – 1.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal pós-5 de Outubro de 1910]** A sua composição era o indício do fim da aliança entre republicanos e sindicalistas revolucionários: nenhum trabalhador foi nomeado para cargos políticos, inclusive de menor dimensão, como regedores, ficando estes ocupados por comerciantes, industriais, proprietários ou profissionais liberais associados à comissão municipal republicana.[205]

Com os Paços dos Concelho em ruínas, os serviços camarários foram transferidos, com caráter de urgência, para o Liceu Bocage, que fora inaugurado, em 1906, e projetado por Rosendo Carvalheira.[206] Ali se manteriam até 1939, quando foi concluída a reconstrução dos Paços do Concelho.[207] Na Misericórdia de Setúbal, António José Marques foi a figura republicana nomeada para gerir os destinos do organismo de beneficência, retirando aos monárquicos um dos seus principais espaços de ação. **[Tabela – Diretores da Misericórdia de Setúbal (depois Santa Casa da Misericórdia de Setúbal)]** Provavelmente em choque com aquilo que se passou no quadro revolucionário, o médico Francisco de Paula Borba, que esteve associado a uma comissão municipal republicana, afastou-se do P.R.P.[208] Era um dos 'favoritos' às cadeiras autárquicas, principalmente após o prestígio que obteve com a fundação do Asilo Bocage, em 1913.[209]

A laicização pós-revolucionária fez-se sentir na toponímia, que foi alvo de uma revolução de outro tipo, conhecendo-se 76 alterações de nomenclatura apenas na cidade[210] e as freguesias foram progressivamente adotando nomes civis (*e.g.* Marquês de

---

[203] VAZ, Vicente, *As figuras dum painel*, Serviços Culturais da C.M. de Setúbal, Setúbal, 1947, p. 14
[204] ARRANJA, Álvaro, "O 5 de Outubro em Setúbal – Republicanismo e movimento operário" in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org: AA.VV., ESE/IPS, Setúbal, 1990, pp. 48-49.
[205] COSTA, Albérico Afonso (coord.), "A República em Setúbal – A Revolução que chegou de véspera" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 40-41.
[206] FIGUEIRA, Manuel Henrique, *O Liceu de Setúbal – Das origens à Escola Secundária de Bocage (1857-1999)*, Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 1999, pp. 26-29.
[207] FERREIRA, Diogo, "A reconstrução dos Paços do Concelho (1928-1939)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, coord: COSTA, Albérico, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, p. 81.
[208] CLARO, Rogério Peres, *Dr. Francisco de Paula Borba – 1.º cidadão honorário de Setúbal*, Setulgráfica, Setúbal, 1986, pp. 18-19.
[209] SILVA, Daniela, "A Misericórdia de Setúbal nos primeiros anos da República – administração republicana da assistência" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org: COSTA, Albérico Afonso, IPS, *Setúbal*, 2011, p. 41 e p. 188.
[210] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, "A Primeira República e a toponímia" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 92-98.

Pombal substituiu a Anunciada; Bocage substituiu S. Sebastião).[211] A celebração anual da maior figura setubalense (Bocage) foi uma das raras promessas cumpridas. Em 9 de agosto de 1911, a administração camarária decretou como feriado municipal o dia de nascimento do poeta (15 de setembro). O célebre 'Cantador de Setúbal', António Maria Eusébio, versou sobre o significado simbólico da medida: "*A Monarquia festejou* / *De Bocage o passamento* / *Agora os republicanos* / *Festejam o seu nascimento*"[212].

Daqui em diante, o Círio de Nossa Senhora da Arrábida[213] e as Festas Bocageanas representaram uma plataforma de disputa política entre cerimónias religiosas e laicas.[214] Com o 28 de Maio de 1926, as visões pejorativas de um Bocage boémio cresceram e lentamente a ditadura sentiu a necessidade de "*destruir, pelo menos verbalmente, uma imagem solidamente instalada na memória coletiva da cidade pela acção dos republicanos*"[215]. Fernando Garcia, médico ligado ao Integralismo Lusitano, foi um dos responsáveis por esta reconstrução da imagem do poeta: "[a] *criação destas festas* [bocageanas]*, que apareceram por toda a parte oficializadas com um feriado, correspondeu a um pensamento único: a descristianização da sociedade portuguesa*"[216]. O Estado Novo, em 1952, aboliu o feriado, sendo reconstituído após o 25 de Abril.[217]

Se a nomeação exclusiva de republicanos para cargos associados ao poder local, assim como a legislação do direito ao *lock-out*, denunciam que o casamento entre o operariado sadino e a elite republicana estava em apuros, o 13 de março de 1911 provocou a separação. Este foi um dos mais dramáticos episódios da história do movimento operário setubalense, cujo impacto político pôs termo ao mencionado bloco antimonárquico. Os assassinatos de Maria do Carmo Torres[218] e de António Mendes, às

---

[211] FERREIRA, Diogo, *Breve História da Freguesia de São Sebastião – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2021.
[212] CLARO, Rogério Peres (org.), *António Maria Eusébio (O Calafate) – Versos do Cantador de Setúbal*, II volume, Ulmeiro, Lisboa, 1985, p. 85.
[213] DUARTE, Ana; PEREIRA, Fernando António Baptista; GONÇALVES, Luís Jorge, *Festas, feiras e romarias – Percursos na Costa Azul, Região de Turismo de Setúbal – Costa Azul*, Setúbal, 1997, p. 40.
[214] DUARTE, Ana; QUINTAS, Maria da Conceição, "Do sagrado ao profano na Setúbal dos inícios do século XX: do círio da Arrábida às festas bocageanas" *in Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 1990, p. 76.
[215] BRETES, Maria da Graça; MAGALHÃES, Olga, "Bocage de ambos os lados do espelho: as festas da cidade" in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 1990, p. 273.
[216] GARCIA, Fernando, "O que eu penso!" in *Ensaios e Críticas*, vol. III, Casa Nun'Álvares, Setúbal, 1936, p. 376. Texto escrito em 1929.
[217] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, "O feriado municipal e a memória colectiva setubalense" in *MUSA*, n.º 5, *Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, AMRS/MAEDS, Setúbal, 2018, pp. 190-194.
[218] A literatura histórica local tem erradamente identificado o nome da personagem como Mariana. Através da consulta de outra documentação compreende-se que se trata de Maria do Carmo Torres. "Mês Fatídico" in *A Mocidade*, n.º 149 de 15/03/1911, p. 1. ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx.

mãos da recém-criada Guarda Republicana (antecessora da G.N.R), marcaram a memória coletiva dos trabalhadores sadinos, que jamais perdoaram a traição do novo regime. Um trecho do prefácio redigido por João Medina ilustra as consequências que este acontecimento produziu, muito em particular a apelidada rutura Operariado-República: "*O divórcio irremediável e catastrófico nascera ali* […] *com aqueles dois cadáveres de Setúbal desaparecia o entendimento entre duas classes que tinham trabalhado juntas para demolir o provecto edifício brigantino. A República, ao disparar sobre os grevistas da Avenida Todi, matava o mito da República social emancipadora*"[219].

Na origem dos homicídios esteve uma paralisação laboral das operárias das fábricas de conservas, iniciada em 22 do mês anterior, exigindo um aumento de 50 réis por hora. A greve generalizou-se dois dias depois para a maioria das classes obreiras. A escalada de tensão foi lentamente subindo ao longo das semanas, atingindo um ponto de ebulição quando o patronato respondeu com o *lock-out* das unidades conserveiras e, em reunião coletiva, cerca de 4 mil operários decidiram prosseguir com a greve.

No decurso do dia dos 'Fuzilamentos de Setúbal' – assim a imprensa nacional registou o evento –, um vasto grupo de trabalhadores concentrou-se junto à sede da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal[220], na Av. Todi, após ter tomado conhecimento que dois fabricantes, Mariano Lopes e o Chancerelle, ordenaram o transporte de caixas de conservas até à estação de caminhos-de-ferro, devidamente escoltados pela Guarda Republicana. Em dois momentos distintos, as carroças que carregavam os produtos foram apedrejadas. No segundo, uma delas foi cercada e o carroceiro alvo de insultos e agressões por parte dos grevistas. No meio da confusão, a Guarda Republicana tirou a vida a duas pessoas através de tiros e coronhadas[221]: "*um rapaz* [...] *deitou as mãos às rédeas de um cavalo que transportava caixas de conserva e a Guarda Republicana disparou. Disparou e matou-o a ele e a uma mulher*"[222].

1290, Lv. 1 (Correspondência 'Interior' – 2.ª secção), Ofício n.º 192 de 13/03/1911 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Juiz de Direito da Comarca de Setúbal.

[219] MEDINA, João, "Prefácio - Setúbal e o drama da 1.ª República" in *Greves, Sindicalismo – Setúbal (1910-1913)*, org: QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia Almada, Assembleia Distrital de Setúbal, Lisboa, 1981, p. 16.

[220] Foi projetada pelo arq.º Adães Bermudes e inaugurada em junho de 1911. PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: O caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH/NOVA, Lisboa, 2013, pp. 227-228.

[221] ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana - Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura Operariado-República em 1911*, CEB, Setúbal, 2011, pp. 37-57.

[222] AHS-BNP, Espólio N61, Secção de Cassetes, Cx. 122, Cassete n.º 17A, Lado A – Entrevista de João Freire a José Bernardo (1981), Minuto 40.

José Carlos Rates, figura incontornável da fundação do PCP, foi o 1.º secretário-geral da União dos Sindicatos de Setúbal, fundado em 15 de dezembro de 1910. Este organismo, em fevereiro de 1911, afirmava representar a voz de cerca de 7 mil sindicalizados.[223] Por o organismo sindical ter estado diretamente envolvido neste movimento grevista, este dirigente revolucionário foi detido na canhoneira *Zaire* até 8 de junho seguinte, alcunhando a embarcação, surta no rio Sado, de 'Bastilha Setubalense'.[224] No seguimento da sua detenção, as Associações Operárias de Lisboa protestaram com o Governo, exigindo a demissão do administrador do concelho de Setúbal, Leonel de Melo, a libertação de José Carlos Rates e a reabertura das associações de classe encerradas.[225] Neste quadro foi convocada a primeira greve-geral nacional de 24 horas.[226]

Paralelamente a estes trágicos acontecimentos, a imagem de Ana de Castro Osório e do seu marido (Paulino de Oliveira) junto dos trabalhadores ficou manchada a um ponto que a manutenção do casal, em Setúbal, se tornou incomportável. Em poucos meses, Paulino de Oliveira foi nomeado cônsul em São Paulo, garantindo um asilo político distante da sua cidade berço.[227] Tudo começou nas acusações publicadas pelo diretor do periódico acrata *Germinal*, Martins dos Santos. Este atacou severamente o casal, denunciando que Paulino de Oliveira chibateou várias mulheres grevistas, que exerciam funções na fábrica de conservas da sua irmã. O conflito desencadeou após as grevistas terem protestado contra os familiares que as estavam as substituir, inclusive a própria Ana de Castro Osório. Para se defender publicamente, a feminista publicou o opúsculo *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve*: "*é bem lógico o compreender que a greve das mulheres das fábricas de conserva foi – a meu ver – extemporânea e, ainda mais, injusta*"[228]. Afastando-se do universo operário, argumentou que a paralisação laboral prejudicou a República e que as grevistas foram manipuladas por revolucionários.[229]

---

[223] ARRANJA, Álvaro, "A I República e o Movimento Operário em Setúbal" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, org: COSTA, Albérico Afonso, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, p. 55.
[224] FONSECA, Pedro Prestes da, *Incorrigível – A história desconhecida de Carlos Rates: De primeiro secretário-geral do PCP a apoiante de Salazar*, Ponto de Fuga, Lisboa, 2021, pp. 44-46.
[225] ARRANJA, Álvaro, "Dos 'Fuzilamentos de Setúbal' à primeira tentativa de Greve-Geral em Portugal (1911)" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, p. 247.
[226] VIEIRA, Alexandre, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Seara Nova, Lisboa, 1970, p. 42.
[227] Era uma personalidade respeitada por ter sido um dos pioneiros do republicanismo local, tendo escrito a obra *Em ferros d'el-rey* (1893) onde denunciou que o seu cárcere foi motivado pela sua orientação pró-República. OLIVEIRA, Paulino, *Em ferros d'el-rey*, org: PIRES, Daniel, CEB, Setúbal, 2012, pp. 24-28.
[228] OSÓRIO, Ana de Castro, *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve*, Tip. Santos, Setúbal, 1911, pp. 9-10.
[229] BARRADAS, Ana, "Ana de Castro Osório: O feminismo anti-operário e a greve das conserveiras de Setúbal" in *História*, ano XX, n.º 11, 1999, pp. 48-55.

A cidade continuou a viver dias agitados no decurso de 1911 e de 1912, tendo ocorrido 38 paralisações laborais. Em resultado da satisfação das reivindicações laborais e da intervenção do aparelho repressivo do Estado, o ritmo da conflituosidade social abrandou nos anos seguintes.[230] O deflagrar da Grande Guerra transformou tudo. Num conflito em que as trincheiras foram o quotidiano de milhões de soldados, os enlatados tornaram-se num dos seus principais alimentos e, por esse motivo, extraordinariamente procurados pelos países em confronto. Este setor tornou-se no segundo com maior exportador, dobrando o total de toneladas comercializadas: 1914 – 18 488 ton. / 1918 – 35 880 ton.: "*os anos de 1915-1919* [foram] *caracterizados por um autêntico boom conserveiro*"[231]. Os mercados franceses e britânicos foram inundados de conservas.

Em virtude destas necessidades externas, o número de fábricas de conservas, em Setúbal, cresceu exponencialmente, ultrapassando a centena quando, no início de 1914, não atingia as 45. Estes números devem, não obstante, ser observados com cautela dada reduzida escala de várias empresas (algumas minúsculas)[232] com vista ao lucro imediato da economia de guerra.[233] A oportunidade de enriquecer rapidamente com um produto hiper valorizado, é descrito numa edição d'*O Setubalense*, de 1917: "*Os mais infectos casebres são disputados à força do dinheiro, para se montarem misérrimas fábricas de conservas*"[234]. Tratou-se de anos de prosperidade e riqueza artificiais. Finda a guerra, terminou a necessidade de enlatados e o setor aproximou-se do colapso.

Do ponto de vista social, para além da fratura intervencionistas *vs* anti-intervencionistas, a crise dos abastecimentos de géneros alimentícios e a deterioração das condições de vida motivadas pelo açambarcamento, pela sucessiva escalada dos preços ou pela especulação intensificou a chama do 'vulcão'[235] operário. Viveram-se dias de fome e de desespero, principalmente nos anos de 1917 e 1918, em que se multiplicaram-

[230] COSTA, Albérico Afonso, "Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 2011, p. 230.
[231] ROLLO, Maria Fernanda, "Industrialização" in *Nova História*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, org: MARQUES, A.H. de Oliveira, Lisboa, Presença, 1991, p. 136.
[232] PINHO, Jaime; GONÇALVES, Fernanda; TAURINO, Leonor, *Fartas de viver na lama: 25 de Abril – O Castelo Velho e outros bairros SAAL do Distrito de Setúbal*, Colibri, Lisboa, 2002. p. 33.
[233] FERREIRA, Diogo, "O impacto socioeconómico da I Guerra Mundial em Setúbal (1914-1918)" in *República e Republicanismo*, vol. II, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2017, pp. 29-44.
[234] Citado a partir de: PINHO, Jaime; COSTA, Albérico Afonso; MARQUES, Lígia Penim, *Entre Urzes e Camarinhas – As Festas da Arrábida e de Tróia*, Estuário, Setúbal, 1993, p. 15.
[235] No governo da 'União Sagrada', o administrador do concelho de Setúbal, José Bernardo Ferreira, referiu-se a Setúbal como sendo "*um vulcão de movimentos operários*". ANTT, Ministério do Interior, Direção-Geral da Administração Política e Civil (DGAPC), 1.ª rep., 1.ª secção, Cx. 46, Mç. 76, Relatório de 20/08/1917 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Ministro do Interior.

se greves (inclusive gerais[236]), assaltos coletivos a estabelecimentos comerciais e a quintas, protestos antiguerristas, deserções militares e violência nas ruas: "*não se exagerará ao dizer que a Setúbal da guerra é também a Setúbal em Guerra*"[237].

Nestes anos, a evolução política municipal do concelho foi marcada, principalmente, pelo início da desagregação do P.R.P. Entre os democráticos destacavam-se Eduardo Mendes Belo, Manuel Livério ou José da Rocha, enquanto os evolucionistas eram encabeçados por Joaquim Brandão, Arronches Junqueiro, Leão Azedo ou José Augusto Coelho.[238] O partido dirigido por Afonso Costa saiu vitorioso nas eleições municipais de 1913, deixando para trás as comissões administrativas controladas pelos evolucionistas. Os resultados das eleições autárquicas, decorridas em novembro de 1917, pelo contrário, evidenciaram a perda de influência do Partido Democrático em Setúbal. A construção de uma primeira versão de um bloco político de várias direitas da direita (a 'Lista do Concelho'), que aglutinou evolucionistas, monárquicos e outros conservadores, provocou uma derrota nas urnas. As breves ditaduras vividas durante a Grande Guerra, lideradas por Pimenta de Castro e Sidónio Pais, provocaram a deposição dos eleitos para os executivos camarários, tendo sido nomeadas comissões administrativas.[239]

A Gripe Pneumónica deixou o seu lastro de morte à beira Sado. Entre setembro de 1918 e janeiro de 1919, foram oficialmente contabilizadas 672 vítimas mortais no concelho. Numa cidade com um hospital sem condições infraestruturais, com a Misericórdia de Setúbal em crise financeira e apenas quatro médicos para cerca de 50 mil habitantes, até os sinos das igrejas foram proibidos. Para o futuro ficou a fundação, em 18 de maio de 1919, do Orfanato Municipal, no antigo Convento do Recolhimento da Soledade, dando asilo aos meninos que perderam os pais à custa da pandemia.[240]

---

[236] ALCÂNTARA, Ana, "A Greve Geral da Indústria Conserveira (1916-1917)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 56-57.
[237] COSTA, Albérico Afonso, "Setúbal Republicana – Quando as fábricas transbordavam de greves" in *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, org: AA.VV., Edições Colibri, Lisboa, p. 67.
[238] MOURO, Carlos, "José Augusto Coelho – Republicano, proprietário, autarca, benemérito" e "Manuel Livério – Republicano, jornalista amador, autarca" in *Setúbal no Centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico A., Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 233-234 e 247-248.
[239] O evolucionista Joaquim dos Santos Fernandes e o monárquico Henrique Augusto Pereira, respetivamente, foram os escolhidos para exercerem o poder local.
[240] Foi uma iniciativa da comissão administrativa sidonista que garantiu que este edifício religioso fosse adaptado a hospital para epidemiados e, posteriormente, a orfanato. PEREIRA, Alberto, "A epidemia de gripe pneumónica em Setúbal" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 2011, pp. 329-335. SANTOS, Gina, *Oficina de Tipografia do antigo Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, em Setúbal - Programa Museológico e Projeto Museográfico*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, FBAUL, Lisboa, 2014.

Parte III - Setúbal e a segunda vida da Primeira República

3.1. A evolução do xadrez político sadino entre o pós-guerra e o 28 de Maio

3.1.1. Da transição do pós-sidonismo ao retorno ao *statu quo* pré-dezembrista

> "*Hoje, depois das máscaras caídas, não pode alegar-se boa-fé. Todos os monárquicos são inimigos da República* [...] *Abaixo os traidores!*"[241]

Um pouco por todo o País, os meses de novembro e dezembro de 1918 e os de janeiro e fevereiro de 1919 foram extremamente complexos do ponto de vista político e social: celebração da assinatura do armistício; assassinato do Presidente da República; governos de concentração republicana; revolta de Santarém; restauração monárquica. Numa cidade altamente politizada, como era Setúbal, é compreensível que esta sequência de eventos tenha tido fortes repercussões, principalmente a resposta à contrarrevolução.

A proclamação da 'Monarquia do Norte', insurreição coordenada por Paiva Couceiro e balizada entre 19 de janeiro e 13 de fevereiro de 1919, representou um breve momento de reconciliação entre o movimento operário dos centros urbanos e o republicanismo democrático e liberal.[242] A indecisão das chefias monárquicas lisboetas, que esperaram três dias para se sublevarem, foi uma das causas para o fracasso da intentona decorrida no Porto, dando tempo ao Governo e à propaganda republicana para apelarem à constituição de batalhões voluntários: "*Acorreram ao chamamento muitos milhares de cidadãos das mais variadas classes e condições sociais* […] *emprestando à República aquele carácter popular urbano que já fora patente em 1910 e 1915*"[243].

Esta débil e estratégica aliança fez-se sentir com grande efervescência à beira Sado, significando uma reconstrução simbólica do bloco social de apoio do 5 de Outubro e do 14 de Maio, que apenas poderá ser entendida à luz das perseguições e prisões políticas ocorridas nos últimos dias da administração do concelho sidonista. O general Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral, que tinha ocupado o cargo de administrador do concelho durante o Pimentismo, foi recolocado nas funções após o movimento dezembrista, tendo ali se mantido até ao final de novembro de 1918.[244] O seu substituto,

---

[241] "Ao povo republicano e liberal de Setúbal – defesa da República" in *O Setubalense*, n.º 429 de 19/02/1919, p. 2.
[242] CEREZALES, Diego Palacios, *Portugal à coronhada: Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Tinta-da-China, Lisboa, 2011, pp. 245-246.
[243] SILVA, Helena Moreira da, *Monarquia do Norte – 1919*, Coleção Guerras & Campanhas Militares da História de Portugal, Quidnovi, Matosinhos, 2008, p. 65.
[244] Arquivo Distrital de Setúbal [ADSTB], Arquivo Municipal de Setúbal [AMS], Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiadores de Correspondência Expedida para o Governador Civil de

Francisco Pires Ferraia, endureceu a postura persecutória do seu antecessor, ordenando a detenção e a agressão de um significativo número de liberais e de libertários no curto tempo em que esteve ao serviço (até fevereiro seguinte).

O democrático Manuel Madeira aproveitou o regresso à estampa do órgão de imprensa local do Partido Democrático, o *República*, para tornar públicas as perseguições políticas que tiveram lugar durante o sidonismo e que foram dirigidas a republicanos de diferentes filiações. O periódico, após a ascensão ao poder de Sidónio Pais, suspendeu a sua publicação devido ao elevado custo de vida, ao encerramento da sede local do Centro Republicano Democrático e à detenção de militantes republicanos[245]: "*Quero referir-me às prisões e algumas agressões feitas a cavalo-marinho dentro da esquadra da polícia*[246]*, transformada nesse tempo em edifício da Santa Inquisição*"[247].

A repressão intensificou-se pouco depois da revolta de 12 de outubro de 1918, tendo motivado centenas de prisões pelo País. Os encarceramentos dos democráticos Eduardo Mendes Belo, António Luís Pereira de Almeida e Francisco Fernandes e dos evolucionistas Joaquim dos Santos Fernandes e Luís Lopes da Silveira foram apenas cinco das mais de duas dezenas de detenções que ocorreram no panorama setubalense[248]: "*foi neste dia que, em Setúbal, principiaram as perseguições contra velhos republicanos, perseguições incitadas por reaccionários e monárquicos para satisfação do ódio torvo que nutriam contra aqueles que o seu único crime era serem republicanos*"[249]. **[Tabela - Lista de presos políticos de Setúbal envolvidos na revolta de 12 de outubro de 1918]**

Na sequência dos boatos que circularam de que um 2.º sargento (José Marcelino Horta), ao serviço na capitania do porto de Setúbal, foi ouvido dizer, na véspera do assassinato do Presidente da República, "*O Sidónio Pais qualquer dia tem uma bala nos cornos*"[250] e que, em Setúbal, se preparou um *complot* para pôr termo à vida do *Presidente-Rei*, o administrador do concelho encontrou-se numa situação de *stress*,

---

Lisboa, Lv. n.º 4, Ofício n.º 199 de 26/11/1918 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

[245] "Explicando" in *República*, n.º 367 de 26/07/1919, p. 1.

[246] Esta situava-se no edifício junto à Escola Conde Ferreira desde 1912. PEREIRA, Alberto, *Os 125 anos da Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal (1883-2008)*, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, Setúbal, 2011, p. 118.

[247] MADEIRA, Manuel, "Falando claro" in *República*, n.º 367 de 26/07/1919, p. 2.

[248] "Dr. Belarmino de Abreu" e "Joaquim dos Santos Fernandes" in *República*, n.os 367 e 409, respetivamente de 26/07/1919 e de 16/10/1920, p. 2 e p. 1.

[249] "12 de Outubro de 1918" in *República*, n.º 409 de 16/10/1920, p. 1.

[250] Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 16 (1919), NT 954, Confidencial s/ref.ª de 08/01/1919 enviada pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

sentindo necessidade de densificar a opressão política junto dos dirigentes libertários e dos republicanos liberais. Quatorze elementos anarquistas setubalenses foram detidos em dois momentos. A primeira vaga teve lugar após a greve-geral convocada pela União Operária Nacional, de 18 novembro de 1918, sob a acusação de estarem implicados na utilização de explosivos[251], enquanto a seguinte ocorreu no início de janeiro seguinte por terem sido considerados "*agitadores das classes operárias*"[252].

Recordando estes anos, o acrata Jorge Quaresma, que deixou um importante espólio[253], revelou que o administrador do concelho possuía, "*em cima da sua secretária, um vergalho para se entreter com os liberais e com os anarquistas*"[254]. Homens como Norberto Valido foram "*vergalhado*[s] *pelo famigerado administrador Ferraz* [*n.d.r.* Ferraia] *de Setúbal*"[255] e foram encaminhados para o Forte de Monsanto. Republicanos e anarquistas foram violentamente agredidos pelas mãos de Francisco Ferraia e os calabouços da Polícia Cívica de Setúbal serviram de ponto de encontro de adversários e companheiros políticos da restrita elite republicana e de operários sindicalistas revolucionários. Este aspeto poderá explicar a aliança temporária estabelecida para enfrentar a 'Monarquia do Norte' e o remanescente dezembrista.

Em pleno rescaldo deste período de guerra civil e do retorno à coordenação das instituições por parte dos republicanos, o novo administrador do concelho de Setúbal, Sebastião Tomás dos Santos, resumia as motivações para esta 'coligação': "*as classes operárias de Setúbal* […] *possuindo ideias mais avançadas do que a República, não se deixam iludir pelos inimigos dela e, quando a veem em perigo, são os primeiros a apresentar-se em sua defesa.* […] *É que o regresso da Monarquia seria para eles o abafamento das suas liberdades e o atraso da realização das suas ideias*"[256].

---

[251] Foram presos os seguintes anarquistas: José Artur Quaresma, Francisco Rodrigues Franco, Norberto Valido, António Travelho, António Costa, Alfredo Nunes, António Casimiro da Silva, António Francisco de Sousa, Manuel de Almeida Carvalhais, João Maria Major e José Perez y Perez ('O Pepe'). *Idem*, Ofícios n.ºs 209, 227 e 3, respetivamente de 10/12/1918, de 27/12/1918 e de 04/01/1919 enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[252] Detidos: Veloso de Macedo, Francisco Prazeres e Francisco Viegas ('O Esquilha'). *Idem*, Ofício n.º 19 de 18/01/1919 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[253] CAMPOS, Ana da Silva, *"Para Lutar é preciso ser instruído" – A ideologia e o movimento operário na Universidade Popular de Setúbal – da 1.ª República ao advento do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2018, pp. 33-38.
[254] Arquivo Histórico-Social da Biblioteca Nacional de Portugal [AHS-BNP], Espólio N61, Núcleo "Jorge Quaresma", Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2.762 ('Biografia de José dos Reis Couto'), fl. 2v.
[255] *Idem*, Manuscrito 2.790 ('Biografia de Norberto Valido'), fl. 1.
[256] Citado a partir de: COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 258.

O Trabalho, periódico socialista, tomou uma posição perante a tentativa restauracionista, que foi ao encontro desta estratégica reconciliação. Apesar de reconhecer que a República não cumpriu os desígnios expectáveis pelo operariado, por ocasião deste conflito dizia abertamente: "*o nosso posto é ao lado da família republicana,* […] *porque as instituições democráticas* […] *nos podem servir como plataforma para a consecução de um organismo superior, na ordem económica e social*"[257].

Pouco depois das notícias de que Paiva Couceiro liderava um movimento restauracionista circularem pela cidade, a noite de 20 de janeiro ficou marcada pelas manifestações pró-republicanas decorridas em diversos espetáculos locais, tendo-se apelado à união e à serenidade e elevado os nomes dos militares do Regimento de Infantaria [R.I.] n.º 11.[258] Ao longo de dois meses assistiram-se a, pelo menos, três comícios públicos antimonárquicos[259], lógica bem reveladora da opinião pública sadina: "*diversas manifestações de regozijo nesta cidade por as tropas fiéis ao governo terem batido as tropas revoltosas*"[260]. O maior teve lugar em 9 de fevereiro, no teatro-*chalet* Isabel Costa, sendo o 'povo republicano e liberal' convidado a debater as formas de defender o regime. A ocasião contou com discursos do Ministro do Trabalho, Dias da Silva, e do deputado eleito pelo círculo de Setúbal, Joaquim Brandão. Estimou-se a presença de mais de mil setubalenses, estando Manuel de Oliveira e Silva, em nome dos republicanos de Palmela, e Joaquim dos Santos Fernandes, em representação dos republicanos de Setúbal: "*O aspecto da sala de espectáculos era realmente soberba. Apinhadas as pessoas que iam assistir à sessão, descortinava-se do palco um verdadeiro aluvião de cabeças, ficando muitas pessoas na rua por já não terem lugar na plateia*"[261]. As três moções aprovadas foram marcadas por um ardente fervor pró-República. Este 'povo' deu um voto de apoio incondicional ao Governo, colocou-se ao seu dispor para cooperar em prol da democracia e realçou a necessidade de se controlarem os monárquicos. No seguimento deste espírito antimonárquico, no Casino Setubalense, foi apresentada a peça *Os trauliteiros*.[262]

---

[257] *Marius* (pseudónimo), "Momento Crítico" in *O Trabalho*, n.º 803 de 25/01/1919, p. 1.
[258] "Manifestações patrióticas" e "Povo de Setúbal!" in *O Setubalense*, n.º 405 de 21/01/1919, pp. 1 e 2.
[259] O primeiro ocorreu em 22 de janeiro, na Praça de Bocage, e foi organizado pelo comandante militar de Setúbal e pelo diretor do jornal *O Setubalense*. O último, em 23 de março, decorreu no teatro-*chalet* Isabel Costa, tendo sido promovido pela Comissão Nacional da Defesa da República. FERREIRA, Diogo, "As consequências políticas do pós-guerra em Setúbal: da 'Monarquia do Norte' à Evolução Eleitoral (1919-1922)" in *Cadernos IDN*, n.º 34, Lisboa, 2019, p. 78.
[260] Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 338 de 01/02/1919, p. 2.
[261] "Pela República: O grande comício de ontem" in *O Setubalense*, n.º 421 de 10/02/1919, pp. 1-2.
[262] Artigo sem título in *Eu sei tudo*, n.º 38 de 23/03/1919, p. 1.

Aquando da partida ou da chegada das hostes sadinas que combateram as tropas monárquicas, os populares fizeram sentir o seu afeto republicano. Comandados pelo major Bandeira de Lima, os militares do R.I. n.º 11 foram muito importantes nos confrontos decorridos em Águeda.[263] Do mesmo modo, a Companhia de Sapadores dos Caminhos-de-Ferro regional organizou uma pequena força voluntária (meia dúzia de indivíduos), liderados pelo tenente José dos Santos Viegas, que se dirigiu para o epicentro dos combates.[264] Com a vitória republicana, um numeroso grupo de reservistas do R.I. n.º 11 foi enviado para Vila Franca de Xira, para Viana do Castelo e para Penafiel no sentido de guarnecerem as populações que estiveram sob o jugo monárquico. Antes do embarque, a "*coluna foi acompanhada até à estação de caminho-de-ferro por muito povo, tendo à partida vitoriado as nossas tropas, numa carinhosa manifestação de despedida*"[265].

No intuito de capitalizar este ímpeto de calor antimonárquico, as autoridades locais apostaram num reforço das comemorações do 5 de Outubro, tendo ocorrido paradas militares, festas e aclamações ao regime: "*As manifestações à República e à Pátria pelo 9.º aniversário festejaram-se nesta cidade como nunca após a implantação*"[266].

Noutro plano, no decurso dos meses de janeiro e fevereiro de 1919, os setubalenses manifestaramo o seu desagrado e desconfiança para com a comissão administrativa sidonista, presidida por Henrique Augusto Pereira, colocando em causa a sua lealdade à causa republicana. Este era o líder dos monárquicos locais, grupo que expunha as suas ideias através do quinzenário local integralista lusitano, *A Restauração*.[267] Duas semanas antes do início da revolta, deu palco a Paiva Couceiro pareceu anunciar o que estava prestes a concretizar: "*Porque há ainda soldados firmes e a bandeira está no seu posto* […] *havemos de salvar a existência e a honra nacional*"[268].

Porém, na qualidade de edil, Henrique Augusto Pereira protestou publicamente contra o movimento restauracionista, garantindo que se mantinha fiel ao ministério em funções: "*A Câmara Municipal de Setúbal, compreendendo nitidamente que o estado de excitação em que se tem vivido nos últimos tempos somente serve para desprestígio deste*

[263] TAMAGNINI, Raúl, *Notas de um voluntário civil nas margens do Vouga – Para a história da Traulitânia*, Tip. de «A Tribuna», Porto, 1921, p. 85.
[264] "Parece mentira…mas é verdade!" in *O Defensor da República*, n.º 9 de 26/04/1919, p. 2.
[265] "Partida de Tropas" in *Alvorada*, n.º 17 de 01/03/1919, p. 1.
[266] ANTT, Ministério do Interior, Secretaria-Geral, Mç. 570, Lv. 2, n.º 170, Ofício n.º 561 de 07/10/1919 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Ministro do Interior.
[267] CORREIA, Ricardo, *Vultos Setubalenses*, Setulgráfica, Setúbal, 1986, pp. 118-119 e p. 178.
[268] COUCEIRO, Henrique de Paiva, "O que nós descemos" in *A Restauração*, n.º 30 de 05/01/1919, p. 1.

país, protesta contra os acontecimentos que de novo se estão dando no Norte e declara-se incondicionalmente ao lado do Governo para o ajudar a manter a ordem"[269].

Esta atitude pode ser justificada, em certa medida, pela consciência da fragilidade política das funções que exercia, pelo menos, desde o assassinato do Presidente da República. Numa reunião conjunta entre as comissões administrativas das juntas de freguesia e da Câmara Municipal [C.M.] de Setúbal, foi assinada uma moção unânime - como «prova de boa-fé» - onde todos os detentores de cargos políticos colocaram os lugares à disposição, caso não merecessem a confiança do Governo: "*resolve afirmar da maneira mais solene e franca a sua solidariedade* […] *pondo por completo de parte quaisquer ideais políticos para somente verem bem ficar a nossa querida Pátria*"[270].

Esta orientação não impediu que, na madrugada de 14 para 15 de fevereiro – horas depois da capitulação monárquica - os "*srs. Henrique Pereira, José J. de Freitas, vereadores da anterior vereação, e mais alguns indivíduos, entre eles o nosso amigo sr. Augusto Firmo da Costa*"[271] tenham sido detidos no quartel do R.I. n.º 11. Ainda que tenham sido rapidamente libertados, este foi o momento mais crítico da conflituosidade política entre monárquicos e republicanos no concelho, uma vez que se tratou da prisão formal do (ainda) presidente do município de Setúbal. Em representação da Misericórdia de Setúbal, o médico Francisco de Paula Borba, uma das mais respeitadas personalidades locais interveio "*para que não fosse mantida a injustificável prisão, por motivos políticos*"[272]. Em consequência destes atos, no dia 18 seguinte, a comissão administrativa dezembrista apresentou formalmente o pedido de demissão coletiva.[273]

Com a rendição da 'Monarquia do Norte', Setúbal viveu horas de grande euforia e foi mesmo declarado feriado no dia seguinte. Naquela que foi considerada a "*maior manifestação que tem sido feita nesta cidade*"[274], centenas de bandeiras verde-rubras decoraram as janelas dos edifícios, decorreu um desfile militar na Av. Todi, ouviu-se *A*

[269] "Os acontecimentos do Norte" in *O Setubalense*, n.º 404 de 20/01/1919, p. 1.
[270] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 107, NT 952, Telegrama de 07/02/1919 enviado pelo Presidente da C.M.S (Câmara Municipal de Setúbal) para o Governador Civil de Lisboa.
[271] "Presos políticos" in *Alvorada*, n.º 17 de 01/03/1919, p. 1.
[272] BORBA, Francisco de Paula, "Relatório da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal relativo ao triénio 1917-18, 1918-19, 1919-20" in BORBA, eng.º Francisco, *Francisco de Paula Borba – Vida e obra (1872-1934)*, Gráfica Maiadouro, Lisboa, 2022, p. 115.
[273] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 16, Telegrama de 18/02/1919 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[274] "As manifestações de ontem" in *O Setubalense*, n.º 426 de 15/02/1919, p. 1.

Portuguesa e discursou o evolucionista Arronches Junqueiro. A 15 de fevereiro, uma manifestação de ovação à República rapidamente foi transformada em comício público, tendo a população rejeitado o nome proposto para o cargo de administrador do concelho. Por «aclamação unânime» propuseram que a escolha recaísse em Joaquim Brandão, histórico deputado republicano.[275] Esta exigência premiou os interesses dos republicanos, que obtinham legitimidade popular para reocupar os postos de controlo político.

A tomada de posse desta figura, que permaneceu no cargo interinamente até 17 de abril, ficou marcada, uma vez mais, por uma manifestação pública.[276] Joaquim Brandão procedeu de imediato ao pedido de exoneração das comissões administrativas das juntas de freguesia e do município, remetendo nomes do Partido Democrático e do Partido Evolucionista para os respetivos cargos.[277] A concretização da transferência do poder local para os republicanos liberais setubalenses ficou fechada com a nomeação de uma comissão administrativa interina, em 22 de fevereiro, liderada pelo evolucionista Joaquim dos Santos Fernandes.[278] **[Tabela – Comissão Administrativa de transição da C.M. de Setúbal no pós-Sidonismo (18/02/1919)]**

Materializada esta transição política para um *statu quo* anterior ao sidonismo, as autoridades sentiram pressão popular para se promover o desarmamento da Polícia Cívica de Setúbal e a respetiva remodelação dos seus quadros.[279] O sentimento de *revanche* invadiu todos aqueles que foram alvos do dezembrismo, designadamente republicanos e acratas. Ainda que o chefe da corporação policial tenha sido demitido, um soldado do R.I n.º 11 acusou o comandante militar de ter nomeado um alferes monárquico (João Monteiro) em sua substituição. Esta imputação parece descabida, dado que o coronel José Pires, desde o primeiro momento, demonstrou uma postura ideológica pró-republicana e a sugestão da nomeação do novo chefe policial partiu dos evolucionistas Emílio Curado de Oliveira, Joaquim dos Santos Fernandes e Luís Lopes da Silveira.[280]

---

[275] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 15, NT 953, Telegrama de 15/02/1919 enviado pelo Centro Republicano de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[276] "O comício de ontem - A posse do novo administrador" in *O Setubalense*, n.º 427 de 17/02/1919, p. 1.
[277] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiadores de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4, Ofício n.º 33 de 18/02/1919 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[278] "Vida Municipal" in *O Setubalense*, n.º 432 de 22/02/1919, p. 1.
[279] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 16, Ofícios n.os 102 e 171 de 28/02/1919 e de 17/03/1919 enviados pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Administrador do Concelho de Setúbal.
[280] CARVALHAL, Luís, Artigo sem título in *O Defensor da República*, n.º 8 de 19/04/1919, p. 2.

As denúncias da existência de elementos monárquicos no seio da Polícia Cívica de Setúbal motivaram a abertura de inquéritos aos guardas em virtude das mencionadas agressões e prisões sofridas por republicanos e anarcossindicalistas.[281] O guarda José Domingos Estrela foi um dos polícias demitidos visto que pelo "*seu passado não tem a confiança do povo republicano*"[282]. Através d'*O Defensor da República*, o guarda Carlos Augusto Rosa declarou que seria gravíssimo, caso os seus colegas, Miguel José da Cunha e Sebastião Martins, fossem reintegrados. Os seus comportamentos foram dignos de «feras» debaixo das ordens do general Cruz Sobral e de Francisco Pires Ferraia. Este polícia relatou, inclusive, que foi detido por 22 dias, sob a acusação de estar a preparar um "*complot democrático*"[283] com o Eduardo Mendes Belo, quando se encontravam numa amigável conversa. Não deixa de ser interessante recordar que, após o 14 de maio de 1915, acusações semelhantes surgiram após o Pimentismo.[284]

A pressão exercida por vários "*elementos da baixa esfera*"[285], pouco depois de José Relvas ter assumido interinamente a chefia de governo, para que Francisco Ferraia fosse afastado do cargo contou com o apoio dos militares do R.I. n.º 11. A referida nomeação do alferes ajudante João Monteiro, para chefiar a corporação da polícia e a ordem para libertar o sindicalista João Maria Major, foram claras evidências da diminuição da autoridade política e do poder do administrador do concelho sidonista.

Joaquim Brandão (administrador do concelho) e Joaquim dos Santos Fernandes (edil) colocaram em prática um conjunto de medidas tendentes a responder aos apelos de saneamento político no funcionalismo público. Henrique Leopoldino Cego foi o autor de uma moção assinada no comício de 15 de fevereiro: "*Que sejam irradiados dos seus lugares, sem distinção de classe, os funcionários civis ou militares que se reconheçam como inimigos da República e conhecidos delatores de republicanos*"[286]. O executivo municipal interino anunciou a abertura de sindicâncias, ordenou o afastamento de todos os trabalhadores municipais que "*não mereçam inteira confiança à República e que*

[281] "Presos políticos" in *O Setubalense*, n.º 427 de 17/02/1919, p. 1.
[282] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 14 (1919), NT 949, Ofício n.º 65 de 19/04/1919 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[283] ROSA, Carlos Augusto, "Carta" in *O Defensor da República*, n.º 9 de 08/04/1919, p. 1.
[284] FERREIRA, Diogo, "O 14 de Maio de 1915 em Setúbal: O último ímpeto republicano numa cidade operária" in *República e Republicanismo*, vol. III, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2016, pp. 151-152.
[285] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 16, NT 954, Confidencial s/ref.ª de 05/02/1919 enviada pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[286] "Moção apresentada no comício de domingo último" in *O Setubalense*, n.º 428 de 18/02/1919, p. 2.

tenham hostilizado a mesma"[287], exigiu que todos os polícias apresentassem atestados passados pelas juntas republicanas e convidou o público a dar conhecimento de quaisquer atos de hostilidade contra o regime.[288] O 1.º tenente auxiliar de manobra, José Maria Franco, ao serviço da capitania do porto, foi considerado prejudicial ao regime pela Junta de Defesa da República.[289] Exigiu-se, ainda, uma avaliação das finanças do celeiro municipal, criado durante o sidonismo, por alegados desvios de fundos.[290]

Publicado em poucas ocasiões, *O Defensor da República* – propriedade do «Grupo de Vigilância da República» e coordenado por Jorge Pereira Chaves, João António Orelha e Alberto Junqueiro da Rosa – foi, de longe, o jornal mais radicalizado e que mais reivindicou medidas deste cariz. Os dirigentes deste movimento utilizaram, com frequência, tons de manifesta agressividade, defendendo castigos severos para todos os 'trauliteiros': "*Guerra de extermínio aos inimigos da República*"[291]. Em 8 de abril, as suas pretensões eram nítidas no que diz respeito à urgência do saneamento de funcionários monárquicos: "*É preciso correr a pontapés essa corja de bandidos, dos lugares que são indignos de ocuparem! Limpeza rápida das repartições do Estado e do Município, etc.!*"[292] Na edição seguinte voltaram a acentuar a premência destes despedimentos: "*nas repartições do Estado e do município, os homens são os mesmos e os denunciadores dos republicanos e os trauliteiros andam à solta, rindo-se*"[293]. Num plano semelhante, mas muito menos radicalizado, foi criada a Comissão de Defesa Republicana, nomeada pelas comissões políticas locais do Partido Democrático e pelo P.R. Evolucionista.[294]

Toda esta ebulição rapidamente se esfumou. Com a oficialização do retorno dos republicanos liberais ao poder local, com a derrota monárquica e as medidas tomadas para com os apoiantes do sidonismo, a aliança entre evolucionistas, democráticos e movimento operário deixou de fazer sentido. O círculo local do Partido Democrático sentiu-se desconfortável ao observar dois evolucionistas a ocuparem as duas principais cadeiras

[287] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal, cx. 92, Lv. 5 (1918-1919), Ata de 22/02/1919, p. 27v.
[288] "Afastamento de funcionários" in *O Defensor da República*, n.º 9 de 26/04/1919, p. 1.
[289] Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha [CDI-ACM], Núcleo 174, Mç. 559, Confidencial s/ref.ª de 06/05/1919 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Chefe do Departamento Marítimo do Centro.
[290] "Edital – Celeiro Municipal de Setúbal" in *O Defensor da República*, n.º 7 de 12/04/1919, p. 2.
[291] "Pela República" in *O Defensor da República*, n.º 1 de 27/02/1919, p. 1.
[292] Artigo sem título in *O Defensor da República*, n.º 6 de 08/04/1919, p. 1.
[293] "A Valer" in *O Defensor da República*, n.º 7 de 12/04/1919, p. 1.
[294] Foi composta for figuras como o Belarmino d'Abreu e Sousa, António Casimiro Arronches Junqueiro, Francisco Fernandes, Augusto Malheiros, E. A. Pissarra, Joaquim Campas ou Emídio Curado de Oliveira. Artigo sem título in *O Defensor da República*, n.º 1 de 27/02/1919, p. 2.

administrativas: Joaquim Brandão e Joaquim dos Santos Fernandes. Talvez no sentido de atenuar este descontentamento, tenha sido colocado um democrático, em abril, no cargo de administrador do concelho, o professor do Liceu de Bocage, Sebastião Tomás dos Santos. No seu discurso inaugural repercutiu-se a procura de um novo distanciamento entre as autoridades republicanas e os trabalhadores setubalenses, atentando aos perigos dos operários politizados, que ansiavam pela «República Social»: "*Se no seu seio não houvesse elementos dissolventes* […] *nós poderíamos acompanhar de olhos vedados esse operariado*"[295]. Mais importante, em maio seguinte, estavam previstas eleições municipais e legislativas. A competição político-partidária estava de regresso.

3.1.2. As eleições de maio de 1919: os ensaios do bloco anti-Partido Democrático

> "*As eleições foram coisa fria, insignificante… Ao que nos parece, nunca aqui se realizaram eleições tão pouco concorridas*"[296]

O ministério presidido por José Relvas, de 27 de janeiro a 30 de março, foi um governo de 'concentração' que manteve um parlamento sidonista em funções. Pressionado por um contexto de desconfiança, convocou eleições à luz da Constituição de 1911. Domingos Leite Pereira foi, depois, chamado a formar um executivo, legitimado pela sua independência política, após ter saído do Partido Democrático, oferecendo pastas a militantes dos três partidos republicanos.[297] As legislativas de 1919 ocorreram, igualmente, num quadro de urgência dos trabalhos de ratificação do tratado de paz e de se promover uma revisão ao quadro legal do poder presidencial.[298] Os resultados eleitorais nacionais deram a vitória aos democráticos, que conquistaram 86 deputados (52,8%), bem acima dos 38 (23,3%) eleitos pelos evolucionistas e dos 17 (10,4%) pelos unionistas.[299]

Antes de se avaliar as consequências políticas deste ato eleitoral em Setúbal, é importante destacar que, depois do 5 de Outubro, os republicanos montaram o sistema eleitoral de acordo com os seus interesses, orientando o rumo dos acontecimentos do centro para a periferia. As nomeações de administradores do concelho ou para cargos públicos de responsabilidade ilustram como manteve as lógicas de caciquismos visíveis

[295] "Administrador do Concelho" in *O Defensor da República*, n.º 8 de 19/04/1919, p. 1.
[296] "Eleições" in *Alvorada*, n.º 22 de 25/05/1919, p. 2.
[297] RAMOS, Rui, *História de Portugal*, vol. 6, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Editorial Estampa, Lisboa, 2001, p. 529.
[298] SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI, *A Primeira República (1910-1926)*, Editorial Verbo, Lisboa, 1989, p. 236.
[299] Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira, *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

na monarquia. Além disso, a ampliação do direito ao voto – promessa pré-revolucionária - não foi cumprida.[300] Num universo de cerca de 50 mil habitantes no concelho (contando com as freguesias de Palmela e Azeitão), apenas cerca de 3.000 indivíduos podiam ir às urnas. A esmagadora maioria dos habitantes do meio urbano setubalense, composto por trabalhadores analfabetos, estava afastada do poder. Este era o jogo de uma elite letrada.

Observando o corolário das legislativas de 1919 no então círculo n.º 29 que, *grosso modo*, correspondia ao atual distrito de Setúbal e tinha sede à beira Sado, compreende-se que contrariou a tendência do País. Cada um dos partidos republicanos elegeu um deputado por este círculo, bem demonstrativo do equilíbrio: Jorge de Vasconcelos Nunes (unionista); Joaquim Brandão (evolucionista); major Luís Tavares de Carvalho (democrático). Os dois primeiros aproveitaram o vasto reconhecimento político que possuíam. O unionista era filho do líder republicano de Grândola, José Jacinto Nunes, e voltou, tal como o candidato evolucionista, a ser reeleito pelo mesmo círculo.[301]

Ao nível do concelho de Setúbal, a vitória pertenceu aos 'democráticos', beneficiando Eduardo Mendes Belo da sua relação de proximidade com a comunidade a partir da sua profissão (médico) e da intervenção direta nas estruturas da comissão municipal. **[Tabela – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no concelho de Setúbal (11/05/1919)]** A abstenção foi uma surpresa, dado que se esperava que as manifestações cívicas pró-republicanas fossem corporizadas nos boletins de voto: "*Envolvidas pela frieza mais notável, entre o mais significativo indiferentismo, realizaram-se, no último domingo, as eleições para deputados e senadores da nação*"[302].

Em 25 de maio de 1919 decorreram as eleições municipais. A comissão concelhia do Partido Democrático compreendeu que o espectro político-partidário da direita republicana procurou manobrar alianças estratégicas junto dos setores monárquico, católico e conservador para recompor o bloco unitário contra os democráticos: "*Mas nós sabemos que muitos conservadores de encarnado* [republicanos] *precisam de azul e branco* [monárquicos]"[303]. A (re)construção de uma 'Lista do Concelho', que se apresentava como independente e apolítica, teve como objetivo repetir a fórmula que, em

[300] Cf. SERRA, João B., "Os poderes locais: a administração política no primeiro quartel do século XX" in *História dos Municípios e do Poder Local: Dos finais da Idade Média à União Europeia*, org: OLIVEIRA, César, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.
[301] BAIÔA, Manuel, "Jorge de Vasconcelos Nunes" in *Caderno Temático: O Alentejo e a 1ª República – Jorge de Vasconcelos Nunes*, Memória Alentejana, s.l., 2010, pp. 26-28.
[302] "Eleições" in *Voz de Setúbal*, n.º 45 de 18/05/1919, p. 1.
[303] Artigo sem título in *O Defensor da República*, n.º 6 de 08/04/1919, p. 1.

novembro de 1917, ganhou as eleições autárquicas ao Partido Democrático. Nessa ocasião, a candidatura integrou a direita republicana, conservadores e monárquicos. Em 1919, acrescentou dissidentes democráticos e contou com o apoio informal de socialistas.

A discussão pública de que um executivo municipal deveria ser composto, essencialmente, por indivíduos competentes apolíticos inundou as páginas da imprensa local, ao longo das eleições autárquicas de 1917, 1919, 1922 e 1925: "*A nova câmara tem de ser formada por representantes de todas as forças vivas locais, sem se olhar à filiação partidária*"[304]. Este tipo de discurso foi ganhando força no seio de diversos grupos sociais, estando presente na ideologia política do pós-28 de Maio.

Quanto aos resultados, estes não foram totalmente satisfatórios para os interesses dos democráticos. Apesar da vitória no total do concelho, aproveitando as votações das freguesias de Palmela e Azeitão para ficar com as maiorias no município, perdeu nas freguesias urbanas de Setúbal por cerca de cem votos. A derrota no coração político local, a cidade, revela as dificuldades sentidas pelo Partido Democrático.: "*Setúbal mostrou que não queria ser feudo deste ou daquele bando*"[305]. Ainda que o município tenha sido gerido por um monárquico, entre 1918 e o início de 1919, a memória das dificuldades de gestão dos democráticos, durante a Grande Guerra, elucida as razões das tendências de voto.

A estrutura municipal dos democráticos dava sinais de esmorecimento no plano interno, com cisões de elementos que passavam para o outro lado da barricada. Este enfraquecimento no seio da cidade, a reedificação do bloco anti-Partido Democrático e o facto dos primeiros três candidatos (João António Grilo, Francisco M. Xavier Júnior e Félix Augusto Santana) mais votados pertencerem à 'Lista do Concelho' funcionou como uma injeção de confiança nos setores mais conservadores sadinos. **[Tabela - Resultados das eleições municipais no concelho de Setúbal (25/05/1919)]**

O ato eleitoral ficou, uma vez mais, manchado pelos níveis de abstenção e pelos problemas associados ao caciquismo. Através de uma exposição dirigida ao Governador Civil de Lisboa, as comissões políticas de Setúbal do Partido Democrático protestaram veemente contra a forma como Joaquim dos Santos Fernandes, presidente da comissão administrativa municipal de transição, preparou o ato eleitoral. Denunciaram o facto de várias salas onde funcionava o edifício dos Paços do Concelho, terem sido transformadas

[304] "Eleições Administrativas" in *O Setubalense*, n.º 500 de 16/05/1919, p. 1.
[305] "Eleições Municipais" in *O Setubalense*, n.º 508 de 26/05/1919, p. 1.

em "*centro político eleiçoeiro, onde até os empregados monárquicos, que estão sendo sindicados pela mesma Câmara, trabalharam no sentido de vencer a lista que denominaram do concelho, onde a par de democráticos, socialistas e evolucionistas, havia nomes de monárquicos e de outros que podem ser tudo menos republicanos*"[306].

O regresso em força da concorrência pelo controlo do poder das instituições municipais revela que a unidade e a harmonia geradas pelo calor antimonárquico foram desaparecendo. Os diferendos entre os corpos administrativos eleitos e a comissão administrativa ainda em funções, nos dias 19 e 20 de junho, retratam esta realidade. As diferentes interpretações do Decreto-Lei n.º 5.871, sobre o início do novo mandato originou, na perspetiva de Joaquim dos Santos Fernandes, uma tentativa de "*tomar posse violentamente*"[307]. A pretexto de que o Parlamento não definiu a data de tomada de posse dos eleitos, o edil ainda em funções requereu ao comando militar de Setúbal a mobilização de de tropas para proteger os Paços do Concelho e garantir a ordem pública.[308]

Ao final do dia 20, com alguma polémica à mistura, o coronel António Inácio Marques da Costa assumiu a presidência da comissão executiva dentro da normalidade prevista pela legislação de 1913.[309] A maioria democrática voltava a coordenar os destinos do concelho e retornava-se à normalidade constitucional, mas a legitimidade institucional saía ferida, conferindo má imagem ao regime republicano. **[Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 20 de junho de 1919]**

3.1.3. A oscilação política no poder local e os seus dilemas (1919-1921)

> "*Setúbal era uma cidade incerta. Tanto podia estar hoje em paz, como amanhã em guerra. Ou seja, de repente, depois de uma calmaria ilusória, de um pé para a mão, podia-se armar ali uma estrangeirinha com muita pancadaria, prisões e vá-se saber lá mais o quê*"[310].

Nos três primeiros anos do pós-guerra, a autarquia e a administração do concelho viveram períodos de grande instabilidade, alterando-se com frequência as personalidades que estavam ao seu leme. Para isso muito contribuiu o aumento do custo de vida, a crise dos abastecimentos, as greves, as exigências de aumentos salariais por parte dos

[306] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 15, NT 953, Exposição sem data, anexa ao ofício n.º 872 de 04/06/1919, enviada pelo Chefe do Gabinete do Ministro do Interior para o Governador Civil de Lisboa.
[307] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 17, Telegramas urgentes de 19/06/1919 enviados pelo Presidente da da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa e para o Ministro do Interior.
[308] *Idem*, Ofício n.º 609 de 19/06/1919 enviado pelo Presidente da CMS para o Comando Militar de Setúbal
[309] "Câmara Municipal" in *Alvorada*, n.º 24 de 01/07/1919, p. 3.
[310] BRITO, Alice, *O dia em que Estaline encontrou Picasso na biblioteca*, Planeta, Lisboa, 2015, p. 15.

funcionários públicos e dos guardas cívicos, o conflito com a companhia responsável pelo abastecimento de água à cidade ou a convergência política que originou o Partido Liberal.

Para começar, no rescaldo das greves e do *lock-out* nalgumas fábricas de conserva, em agosto de 1919, o administrador do concelho democrático, o professor Sebastião Tomás dos Santos, foi acusado de não conseguir intermediar convenientemente o conflito laboral. Para Setúbal, o Governo envio um delegado para resolver a questão, tendo dado ordem de prisão ao docente por este ter recusado ser demitido por um emissário ao invés de o ser pelo Governador Civil de Lisboa. O delegado apelidou-o de chefe dos sovietes», devido à alegada proximidade que mantinha junto dos operários, e o deputado eleito pelo Partido Democrático no círculo de Setúbal, Luís Tavares de Carvalho, foi obrigado a intervir junto da tutela para garantir o retorno à liberdade do administrador do concelho.

Na ótica dos democráticos locais tratou-se de uma «campanha facciosa», marcada por calúnias e intrigas de outros republicanos sadinos, que conseguiu o seu objetivo, a demissão de Sebastião Tomás dos Santos. Sem o apoio dos principais dirigentes do partido, a comissão política local do Partido Democrático ameaçou com a demissão coletiva.[311] O professor era acusado de exercer 14h semanais no liceu, atrasando o serviço, e de parcialidade política.[312] Para o seu lugar foi nomeado José Luís da Costa, associado à direita republicana, que tomou posse em 6 de setembro seguinte, mantendo-se no cargo até à demissão do governo de Sá Cardoso, em janeiro de 1920.[313]

No município, o mandato do coronel Marques da Costa foi de curta duração, abdicando da presidência em 9 de outubro de 1919, argumentando que se encontrava num débil estado de saúde.[314] Segundo Manuel Envia, o pedido, todavia, relacionou-se com "*incompatibilidade política*"[315]. Enquanto vice-presidente, António Luís Vaz ficou interinamente no cargo até ao final do ano. Este democrático foi pároco da Igreja de S. Julião, apesar de todas as conhecidas divergências entre republicanos e católicos.[316] Demitiu-se "*para deixar o Senado à vontade na escolha de quem deve constituir a sua*

[311] "Os acontecimentos - Uma comédia em três actos" e "Leais Republicanos! Companheiros de Luta pelo bem da Pátria" in *República*, n.º 372 de 28/08/1919, pp. 1-2 e p. 1.
[312] "Comissões políticas" e "Quem não os conhecer…" in *República*, n.os 368 e 369, respetivamente de 31/07/1919 e 07/08/1919, p. 1 e p. 1.
[313] "Novo administrador do concelho" e "Administrador do concelho" in *República*, n.os 374 e 392, respetivamente de 11/09/1919 e de 16/01/1920, p. 1 e p. 1.
[314] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal, cx. 92, Lv. 6, Ata da sessão ordinária de 09/10/1919, pp. 27v-28.
[315] ENVIA, Manuel, *Coisas de Setúbal – Prosas Regionais*, Tip. Simões, Setúbal, 1947, p. 207.
[316] NETO, Vítor M.P., "A questão religiosa na 1ª república: a posição dos padres pensionistas" in *Revista da História das Ideias*, vol. 9 (2), FLUC, Coimbra, 1987, p. 705.

comissão executiva em virtude de algumas demissões de vereadores"[317] e alegou as exigências pessoais e laborais que a função exigia. Acabou por assumir a presidência de um novo executivo camarário, ainda que por pouco tempo.[318] **[Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 8 de janeiro de 1920]**

Num quadro de grandes dificuldades económicas e sociais, motivadas pela crise do pós-guerra, a crise de abastecimentos de géneros alimentícios e a elevação do custo de vida encarregaram-se de contribuir para a renúncia do António Luís Vaz. Durante o mês de janeiro de 1920, o seu executivo sofreu muita pressão por parte dos funcionários municipais, em particular da abegoaria e da limpeza pública, que declararam greve, exigindo melhorias salariais para responder à inflação.[319] Os trabalhadores da higiene urbana fizeram circular um manifesto e a sua ausência ao serviço teve efeitos imediatos: "*A cidade está a revestir um ascoroso aspecto. Por toda a parte o lixo, as imundícies*"[320]. Do mesmo modo, o departamento de fiscalização, os guardas da Polícia Cívica e vários outros trabalhadores criticaram, igualmente, os baixos salários que auferiam.[321] As críticas prolongaram-se durante este dificílimo ano, assumindo-se que era necessário aumentar os salários para responder ao custo de vida. Para isso era urgente criar fontes de receita ou, em alternativa, colocar a corporação sob alçada do Ministério do Interior.[322]

Na procura de ceder às reivindicações, o executivo deliberou, "*para poder fazer face aos encargos provenientes do aumento de salários e vencimentos*"[323], elevar o imposto *ad-valorem* para 3% sobre todos – sem a exceção dos vinhos - os produtos exportados pelo concelho e criar uma taxa de $02 por litro de azeite que entrasse ou fosse produzido no concelho. A medida sofreu forte contestação por parte dos industriais conserveiros, que ameaçaram com *lock-out*, e dos viticultores azeitonenses que

[317] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas do Senado da C.M. de Setúbal, cx. 51, lv. 7, Ata da sessão ordinária de 08/01/1920, pp. 197-197v.
[318] "Câmara Municipal" in *A Mocidade*, n.º 358 de 15/01/1920, p. 2.
[319] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Correspondência recebida, Cx. 162, Pt. 17, Ofício s/ref.ª de 17/01/1920 enviado pelo Presidente da Associação de Classe dos Trabalhadores de Limpeza do Município de Setúbal para o Presidente da C.M. de Setúbal. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 18, Ofício n.º 153 de 21/01/1920 enviado pelo Presidente da C.M.S. para o Comandante da Companhia da GNR.
[320] "Ecos & Notas" in *Alvorada*, n.º 36 de 30/01/1920, p. 2.
[321] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 18, Ofício n.º 107 de 20/01/1920 enviado pelo Presidente da C.M. Setúbal para o Presidente do respetivo Senado Municipal.
[322] *Idem*, Ofício n.º 24 de 03/02/1920 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Administrador do Concelho de Setúbal.
[323] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 19, Ofício n.º 1.095 de 19/08/1920 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Presidente da Junta de Freguesia de Bocage.

consideraram a taxa «exagerada» e que lhes levaria à «ruína».[324] O deputado Joaquim Brandão foi obrigado a deslocar-se a Setúbal para servir como intermediário entre a C.M. de Setúbal e os queixosos, acabando por se suspender a medida.[325] O órgão de imprensa dos democráticos asseverou que os funcionários e os guardas tinham de se conter nos pedidos de aumento "*porque as suas finanças*[do município] *não o permitem*"[326].

De facto, a Polícia Cívica de Setúbal foi uma pedra no sapato da Câmara Municipal até à sua extinção para além da componente salarial. Diversos polícias foram alvo de sindicâncias e demissões, entre o pós-guerra e o 28 de Maio, designadamente por recurso a prostitutas, violência excessiva, embriaguez, roubo e destruição de material[327]: "*A polícia de Setúbal composta, na sua maioria, de bêbedos profissionais* [...] *é apenas uma corporação de desordeiros*"[328]. Neste âmbito, no verão de 1920, o monárquico-integralista Libânio Pereira Braga recorreu ao jornal da sua corrente ideológica, *A Restauração*, para atacar pública o chefe da corporação e os guardas. Em causa o facto do seu pai ter sido preso no seu estabelecimento capelista, após ter sido considerada uma taberna sem licença.[329] O periódico em causa esgotou e a administração do concelho suspendeu o jornal num manifesto caso de censura.

Para contornar as leis de imprensa, Libânio Braga produziu um jornal de edição única, intitulado *A Justiça*, para dar a conhecer alguns casos de violência policial.[330] Na semana seguinte, o suplemento vangloriou-se pela abertura de inquérito sobre as «arbitrariedades» que o chefe da polícia cometeu.[331] Este jurou inocência e acusou os «inimigos figadais» da República, os jesuítas e um ex-guarda como responsáveis pela campanha difamatória. As imputações foram consideradas infundadas por envolverem "*fins políticos que se depreende pelo integralismo no jornal que moveu a campanha*"[332].

[324] Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 374 de 15/09/1920, p. 3.
[325] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 114, NT 962, Ofício n.º 223 de 23/09/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal ao Governador Civil de Lisboa.
[326] "Pessoal de limpeza" in *República*, n.º 411 de 30/10/1920, p. 3.
[327] Na correspondência expedida/recebida do fundo do Governo Civil de Lisboa do ANTT encontrou-se documentação neste sentido para alguns guardas.
[328] "A Nova Lei" in *Voz Sindical*, n.º 35 de 05/10/1924, p. 2.
[329] "Ajuste de Contas!" e "Historiando" in *A Restauração*, n.º 33 de 04/07/1920, pp. 1-2.
[330] "Prosseguindo" in *A Justiça*, n.º 1 de 18/07/1920, p. 1.
[331] "O Momento!" in *A Justiça*, suplemento ao n.º 1 de 25/07/1920, p. 1.
[332] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 114, NT 962, Capilha «Sindicância ao chefe da polícia de Setúbal - João Teodoro (1920)», Auto de 24/09/1920 do oficial sindicante.

Os problemas continuaram. Em julho de 1923, o executivo municipal de Carlos de Oliveira Trigo voltou a requerer ao Ministério do Interior a transferência da tutela da Polícia Cívica de Setúbal, por se correr o risco de entrar em incumprimento no pagamento dos salários aos guardas e por não se encontrar adaptada à realidade demográfica e ao contexto de agitação social por comparação com o período inicial da sua criação. A quantia anual necessária (cerca de 250 contos) pesava nos cofres camarários: "*A simples indicação desta importância chega para demonstrar a impossibilidade de a Câmara Municipal de Setúbal continuar a manter a corporação de polícia*"[333].

À semelhança do que sucedeu em Guimarães ou na Covilhã, também em Setúbal, no final do século XIX, foi criada uma corporação de polícia municipal, que compensasse as insuficiências do aparelho policial.[334] Inicialmente prevista para ser composta por 30 elementos, a sua reformulação possibilitou um incremento para 42 indivíduos.[335] No início da década de 1920, dos poucos recursos humanos disponíveis, boa parte deles (cerca de 1/3) estavam incapazes de prestar serviço, por motivos de saúde ou idade, reduzindo seriamente o número de efetivos.[336] Sucessivamente se observou, em diferentes contextos, pedidos da edilidade para reforçar os efetivos, requisições recorrentemente rejeitadas. Os guardas auferiam baixos salários, exigindo frequentemente aumentos nas remunerações: "*A família do polícia morre de fome*"[337].

O *déficit* de armamento era outra questão muito dura para o exercício das funções, apesar da insistência da administração do concelho junto das entidades competentes para que fossem enviadas armas.[338] No mesmo plano, as péssimas condições da iluminação pública dificultavam a concretização tarefas de segurança noturna[339] e existia um receio

[333] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Cx. 137, Lv. 1 - Copiador de ofícios expedidos a diversas entidades da Administração Central, Ofício s/ref.ª de 04/07/1923 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.
[334] GONÇALVES, Gonçalo Rocha, "O aparelho policial e a construção do Estado em Portugal, c. 1870-1900" in *Análise Social*, n.º 216, L (3.º), ICS, Lisboa, 2015, p. 491.
[335] Passou de 30 (1 chefe de esquadra, 2 cabos e 27 guardas) para 42 (1 chefe de esquadra, 6 cabos, 8 guardas de 1.ª classe e 37 guardas de 2.ª classe). Decreto 05/01/1899 in *Diário do Governo*, n.º 6 de 09/01/1899.Decreto de 11/05/1904 in *Diário do Governo*, n.º 106 de 14/05/1904. Decreto de 23/01/1905 in *Diário do Governo* n.º 21 de 26/01/1905.
[336] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 21, NT 959, Ofício n.º 15 de 27/01/1921 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[337] "A Polícia" in *República*, n.º 395 de 06/02/1920, p. 3.
[338] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 25, NT 968, Confidenciais de 08/05/1923 e de 06/07/1923 enviadas pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[339] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1281, Copiadores de correspondência expedida para o 'interior', Lv. 2, Ofício n.º 694 de 21/09/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Diretor da Companhia de Gás de Setúbal.

constante de que os efetivos da G.N.R., aquartelados em Setúbal, fossem reduzidos: "*Sendo, portanto, esta cidade um meio onde o operariado se manifesta turbulentamente em algumas ocasiões de greves, julgo do meu dever fazer sentir aos poderes superiores o quanto prejudicial poderá a vir a ser tão injustificada medida*"[340].

Ao mesmo tempo que a Polícia Cívica contribuía para a saída de cena de António Luís Vaz do poder local, o País assistiu a um momento de reconfiguração político-partidária, criando a "*primeira fusão demoliberal moderada*"[341]: O Partido Republicano Liberal (P.R.L.). Em Setúbal dada a inexistência de uma organização unionista, os evolucionistas dissolveram-se e fundaram uma comissão local do novo movimento, em 24 de outubro de 1919, inaugurando a sede em janeiro seguinte.[342] Em resposta, os democráticos locais garantiam que ao Partido Liberal estavam a aderir monárquicos, germanófilos e outros reaccionários[343]: "*Seria bom chamarem o bispo de Beja para lhes ministrar o sacramento da crisma e fica assim denominado Partido Real Trauliteiro*"[344].

Num curto espaço de dois meses, a comissão municipal do P.R.L. perdeu duas das suas principais referências políticas: José Augusto Coelho e Joaquim dos Santos Fernandes. O primeiro integrou a primeira comissão administrativa pós-revolução de outubro e esteve na oposição em sucessivos executivos democráticos, em representação dos evolucionistas.[345] Por seu turno, Joaquim dos Santos Fernandes ocupou, em duas ocasiões (pimentismo e pós-sidonismo), a presidência da C.M. de Setúbal e foi um dos pioneiros do republicanismo setubalense, integrando a primeira comissão republicana local, em 1895.[346] A sua sede foi inaugurada em janeiro de 1920.[347]

O jogo de cadeiras que decorreu no executivo municipal em quatro meses (out. 1919 – jan. 1920), alterando-se em três ocasiões a presidência, aparenta um clima de instabilidade política. Contudo, a estrutura base dos vereadores foi, *grosso modo*, a

---

[340] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 31, NT 973, Ofício n.º 48 de 02/02/1924 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[341] LEAL, Ernesto Castro, *Partido e Programas – O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008, p. 80.
[342] Situava-se no n.º 72 da Rua Serpa Pinto. PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Anais de Setúbal do século XX - Uma cronologia ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023, p. 53.
[343] "Liberais…reaccionários…" in *República*, n.º 380 de 24/10/1919, p. 1.
[344] ""PRL" in *República*, n.º 387 de 13/12/1919, p. 1.
[345] "José Augusto Coelho" in *O Azeitonense*, n.º 14 de 02/11/1919, pp. 1-2.
[346] MOURO, Carlos, "Biografias" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, org. COSTA, Albérico Afonso, CNCCR, Matosinhos, 2010, pp. 104-105.
[347] Situava-se no n.º 72 da Rua Serpa Pinto. PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Anais de Setúbal do século XX - Uma cronologia ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023, p. 53.

mesma e o democrático José António de Azevedo conseguiu garantir maior solidez no cargo, exercendo funções de forma ininterrupta entre 29 de janeiro de 1920[348] e 12 de julho de 1922.[349] **[Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 29 janeiro de 1920]** Isto não significou falta de desafios. A conjuntura deste início da década da 1920 impôs sérios obstáculos à gestão municipal e à manutenção da ordem. As 'Revoltas da Fome' de 1920, o recrudescimento do movimento grevista e a feroz oposição foram algumas das maiores preocupações dos autarcas deste período.

A questão das subsistências foi rispidamente alvo de críticas. O periódico da comissão local do Partido Democrático. foi forçado a transcrever ofícios dirigidos ao Comissariado dos Abastecimentos para provar ao público que os apelos para a receção de trigo e farinhas foram frequentes.[350] A gravidade dos acontecimentos de julho-setembro de 1920, que acabou mesmo com mortos, gerou mal-estar entre o município e a administração do concelho nos meses posteriores. Sucedendo como administrador do concelho, o tenente-aviador Álvaro Roby[351] resolveu abrir uma dezena de vagas na corporação policial de Setúbal dadas as circunstâncias que a ordem pública exigia. O edil José António de Azevedo tinha consciência que a falta de receitas municipais e a crise generalizada dificilmente garantiam o pagamento dos salários acordados. A corporação deveria ser reduzida ao mínimo indispensável, recordando os encargos camarários com a criação de um posto da G.N.R em Azeitão.[352]

Uma questão que ganhou contornos muito preocupantes para a autarquia disse respeito ao abastecimento de água ao centro urbano. Pelo menos há uma década que a firma encarregue pela exploração deste serviço era a *Société Franco-Portugaise des Eaux*.[353] Com o constante aumento demográfico concelhio, as exigências de consumo de água foram crescendo, sem que a empresa respondesse cabalmente às necessidades.

Ao longo de 1920, as queixas da população e dos edis em torno da falta de água foram-se fazendo ouvir, ao mesmo tempo que o responsável pela administração da

[348] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.E. da C.M. de Setúbal, cx. 92, Lv. 6, Ata da sessão ordinária de 29/01/1920 da C.E. da C.M. de Setúbal, pp. 100-100v.
[349] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.E. da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 8, Ata da sessão de 12/07/1922 da C.E. da C.M. de Setúbal, p. 180v.
[350] "Factos" in *República*, n.º 408 de 09/10/1920, pp. 1-2.
[351] Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 377 de 01/11/1920, p. 2.
[352] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 20, Ofício n.º 33 de 18/01/1921 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Administrador do Concelho de Setúbal.
[353] CORDEIRO, José, *História do Abastecimento de Água a Braga (1913-2013)*, AGERE, Braga, 2018, pp. 149-150,

companhia – Marius Canac - exigia um aumento do preço da água e do aluguer dos contadores.[354] Num contexto de conflito latente, o rastilho esteve prestes a tomar o seu rumo aquando da ameaça que a *Société Franco-Portugaise des Eaux* dirigiu, em janeiro de 1921, ao município: caso as quantias estipuladas no contrato não fossem alvo de uma ampliação na ordem de 200%, interrompiam o fornecimento.[355]

No quente verão desse ano, a escassez de água gerou um grande descontentamento popular, justificando-se a firma parisiense com problemas técnicos nos motores e incompetência do pessoal. Receoso das alterações da ordem pública, o administrador do concelho, Arronches Junqueiro, requisitou o auxílio do comando militar de Setúbal para vigiar os poços e máquinas localizadas na zona da Azeda para evitar quaisquer tipos de perturbações no abastecimento, em particular atos de sabotagem.[356]

Em pleno mês de agosto, a comissão municipal do Partido Democrático denunciou as contínuas falhas no fornecimento: "*No sábado e domingo fez-se sentir a falta de água nos contadores e não compreendemos o motivo* […] *A falta do cumprimento de um contrato é motivo mais do que suficiente para a sua anulação*"[357]. A desconfiança sentida pelo administrador do concelho em torno de uma possível gestão danosa o tenha incentivado a entrevistar um maquinista da empresa, tomando conhecimento de que as reparações necessárias poderiam ser realizadas sem interromper o fornecimento de água. Dirigiu-se às instalações e exigiu que os trabalhadores colocassem os equipamentos a funcionar, resolvendo de imediato a falta de água na cidade.[358] Recordando este episódio, Luís Silveira, em 1942, justificou a decisão do seu velho amigo por "*essa falta podia servir de rastilho a horas de incerteza e gravidade na vida de Setúbal*"[359].

Entre a comunidade circularam rumores relativos ao gerente francês, em resultado de novas faltas de água, de que estaria a boicotar intencionalmente o abastecimento:

---

[354] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 18, Ofício n.º 266 de 14/02/1920 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para a *Société Franco-Portugaise des Eaux*.

[355] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 20, Ofício n.º 12 de 10/01/1921 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para a *Société Franco-Portugaise des Eaux*.

[356] COSTA, Albérico A., *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 265.

[357] "Falta de água" in *República*, n.º 449 de 13/08/1921, p. 2.

[358] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 117, NT 967, Ofício n.º 128 de 09/08/1921 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

[359] SILVEIRA, Luís, *Anotações ao livro «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal»: Subsídios para a história de Setúbal*, Documento dactilografado à guarda da Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Setúbal, Setúbal, 1942, p. 172.

"*Continua o sr. Canac, em nome da Companhia das Águas, a mangar com a cidade inteira, no ganancioso propósito de extorquir ao pobre consumidor mais uns cobres*"[360]. Para responder aos apelos da população, o executivo concebeu uma comissão de estudo para a alteração do preço da água, bem como do contrato estabelecido com a firma luso-francesa.[361] Não era para menos. Com a água nas fontes e poços "*os ânimos acham-se, por isso, bastante exaltados*"[362]. O embaixador francês em Portugal dirigiu-se ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, receando pelo desenrolar do desacordo entre o município e a Companhia das Águas, uma vez que Marius Canac recebeu ameaças de morte.[363]

A tese de que a municipalização era a única fórmula que garantia uma conveniente exploração do abastecimento da água ganhou força entre democráticos (município) e liberais (administração do concelho). Durante sete meses, após o abandono das instalações pela companhia, o processo de controlo camarário teve um caráter meramente provisório, tendo iniciado em 16 de agosto de 1921.[364] Por instância do embaixador francês e convite do Governo Civil de Lisboa, o executivo municipal constituiu uma equipa – liderada pelo eng.º Carlos Manitto Torres - para conciliação das partes, mas as exigências da *Société Franco-Portugaise des Eaux* escalaram em demasia, nomeadamente nos preços.[365] O extremar das orientações francesas tiveram um ponto alto, em maio de 1922, quando os responsáveis fizeram circular um manifesto que apenas pretendeu "*nada menos do que levantar o povo contra a Câmara*" [366]. A falta de água continuou a decorrer e trouxe problemas financeiros substanciais ao município: "*Prestes a concluir três anos, a exploração municipal das águas não tem feito mais do que dar prejuízos à Câmara*"[367].

---

[360] "Água" in *República*, n.º 452 de 03/09/1921, p. 1.
[361] A comissão era composta pelo diretor d'*O Setubalense*, pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal, pelo administrador do concelho de Setúbal, por César Bastos Romano Baptista e por Francisco Fernandes. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 21, Ofício n.º 1.301 de 01/09/1921 enviado pelo Presidente da C.M de Setúbal para César de Bastos Romano Baptista.
[362] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 116, NT 966, Ofício n.º 139 de 30/08/1921 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[363] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 117, NT 967, Ofício urgente s/ref. de 27/10/1921 enviado pelo Diretor Geral da Repartição do Expediente e Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Governador Civil de Lisboa.
[364] BATISTA, César, "Questão das águas" in *O Setubalense*, n.º 1.658 de 23/03/1923, p. 2.
[365] C.M. de Setúbal, *Relatórios, bases de acordo e mais documentos enviados à Câmara Municipal*, Tip. Albino e C.ª, Setúbal, 1923.
[366] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 22, Carta de 11/05/1922 enviada pelo Presidente da C.E. da C.M. de Setúbal para o advogado da *Société Franco-Portugaise des Eaux*.
[367] "Ainda a questão das águas" in *A Indústria*, n.º 52 de 11/07/1924, p. 1.

O executivo, já em 1925, sentia-se legitimado com a dura tomada de posição do administrador do concelho, alegando que o contrato tinha sido quebrado pela empresa: "*sabotou os maquinismos da estação elevadora e abandonou as instalações, privando assim a cidade de água, sem qualquer comunicação à Câmara*"[368]. Este problema arrastou-se mais de década e meia, parando no tribunal.

Noutro prisma, durante o mandato de José António Azevedo foi criada uma comissão, em março de 1921, designada a trabalhar em prol da criação do distrito de Setúbal.[369] Pouco tempo depois, cerca de 1/3 dos eleitores da freguesia rural de Palmela exigiram um referendo destinado a avaliar a possibilidade de o concelho ser restaurado.[370] Foi, inclusive, apresentado um abaixo-assinado com cerca de 150 assinaturas. Como reação circulou um manifesto anónimo por Setúbal "*onde se fazia a apologia da boicotagem aos produtos da vizinha vila: nem uma couve, nem um alperce*"[371]. O parlamentar liberal, Joaquim Brandão, em agosto de 1921, apresentou um projeto-lei tendente à conceção de uma circunscrição denominada 'Distrito Administrativo de Setúbal', que agrupava os concelhos de Almada, Aldeia Galega do Ribatejo (hoje Montijo), Alcochete, Alcácer do Sal, Barreiro, Grândola, Moita, Seixal, Setúbal, Santiago do Cacém e Sines.[372] Sem sucesso, Joaquim Brandão viu esta proposta ser reprovada em mais do que uma ocasião: fevereiro de 1922 e dezembro de 1925.[373]

Sendo demasiado "*penoso, demasiado violento e até pouco humanitário, continuar a exigir-se o seu concurso*"[374], José António de Azevedo foi dispensado das funções de edil, tendo renunciando ao cargo, por motivos de saúde, em 12 de julho.[375]

---

[368] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 99, Lv. 28, Ofício n.º 911 de 01/06/1925 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para a DGAPC do Ministério do Interior.

[369] Para além do edil, era composta por José Pereira Martins, por José Francisco Gomes, pelo Eduardo Mendes Belo, por Aníbal de Miranda, por Manuel de Jesus Pepe, por Manuel Madeira e por Sebastião Tomás dos Santos. "Assunto importante" in *República*, n.º 428 de 05/03/1921, p. 2.

[370] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 21, Ofício n.º 538 de 21/05/1921 enviado pelo Chefe de Secretaria para o Vice-Presidente da C.M. de Setúbal.

[371] "O concelho de Palmela" in *Alvorada*, n.º 57 de 10/07/1921, p. 1.

[372] Arquivo Histórico-Parlamentar – Assembleia da República (AHP-AR), Secção IV, Cx. 123, Mç. 122, capilha n.º 4507, Projeto-lei n.º 010-H/V de 13/08/1921.

[373] AHP-AR, Secção IV, Cx. 124, Mç. 124, capilha n.º 4640, Projeto-lei n.º 002-E/VI de 24/02/1922. AHP-AR, Secção IV, Cx. 142, Mç. 159, capilha n.º 6345, Projeto-lei n.º 005-D/VII de 18/12/1925.

[374] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 23, Ofício n.º 1.081 de 25/08/1922 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para José António de Azevedo.

[375] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 8, Ata da sessão da C.E. da C.M.S. de 12/07/1922, p. 180v.

3.1.4. A ida às urnas em 1921 e em 1922 e o rescaldo da 'Noite Sangrenta'

> "*Nenhum republicano deve faltar a esse dever sagrado* [votar] *para que os monárquicos, jesuítas, dezembristas e seus aliados sejam derrotados nas urnas como o têm sido na luta armada*"[376].

O ato eleitoral de 10 de julho de 1921 resultou do pedido de dissolução das duas câmaras pelo chefe do ministério, Tomé de Barros Queirós, que sentia não ter condições de governabilidade devido à elevada agitação política e social e à crise económica do pós-guerra que se ia fazendo sentir um pouco por todo o País.[377] Era o culminar do esgotamento das soluções governativas num contexto de maioria parlamentar do Partido Democrático. As cisões internas ocorridas neste partido, em que se destacou a saída temporária de Domingos Pereira, a perda da figura tutelar (Afonso Costa) ou a dissidência coordenada por Álvaro de Castro - que gerou o Partido Reconstituinte, em março de 1920 - permitem auscultar algumas das principais razões pelas quais o Partido Democrático cedeu o lugar a governos de coligação com forças de vários quadrantes partidários.[378]

O reforço dos poderes presidenciais, por via da revisão constitucional de setembro de 1919, justifica a permissão obtida por António José de Almeida para decidir (ou não) a dissolução do Parlamento. Para Ana Catarina Pinto esta foi uma clara tentativa de instituir o bipartidarismo e o rotativismo no regime, abrindo um pouco mais as portas do poder à ala republicana mais à direita (unionistas e evolucionistas). A vitória obtida, em 10 de julho de 1921, denunciou, uma vez mais, a norma que ditava o sistema eleitoral português da época: "*o partido que controlasse a máquina eleitoral, ganhava as eleições*"[379]. Os liberais obtiveram 48,5% dos votos, elegendo 79 deputados, contra os 33,1% (54 deputados) dos democráticos. A terceira força política mais votada, os reconstituintes, elegeram 12 deputados, correspondendo a 7,4% dos votos.[380]

Do ponto de vista do debate político na imprensa local, o período eleitoral ficou marcado pela feroz incursão de Henrique Augusto Pereira a Joaquim Brandão, tendo acusado o Partido Liberal de difundir «promessas» e «mistificações», vendendo o seu

[376] "À urna cidadãos" in *República*, n.º 443 de 09/07/1921, p. 1.
[377] SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI, *A Primeira República (1910-1926)*, Editorial Verbo, Lisboa, 1989, p. 260.
[378] FARINHA, Luís, "A transformação política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores" in *História da Primeira República Portuguesa*, coord: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, pp. 467-468.
[379] PINTO, Ana Catarina, "Nova estratégia para a República" in *História da Primeira República Portuguesa*, coord: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, p. 413.
[380] Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira, *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

«elixir político» sobre melhoramentos locais que eram difíceis de implementar: "*Em Palmela promete-se a restauração do concelho, em Setúbal as obras do porto e o distrito*"[381]. O cacique monárquico considerava, por um lado, que Palmela não tinha meios para a gerir os encargos financeiros de um município, e, por outro, que a criação do distrito era altamente improvável. Quanto à reestruturação do porto de Setúbal, o aumento para cima de 10x do valor dos materiais era um obstáculo intransponível. O deputado republicano defendeu-se numa carta aberta, assegurando que ia continuar a encetar esforços para a conceção de uma Junta Autónoma que gerisse as obras do porto de Setúbal, independente do município, e para a autonomia do distrito de Setúbal.[382]

O *República* intensificou a propaganda dos candidatos democráticos, reconhecendo-lhes competência e serviço à causa pública e promovendo manchetes críticas dos seus adversários. As investidas eram destinadas àqueles que consideravam «inimigos da República», ex-sidonistas, reconstituintes e monárquicos que se apresentavam "*de todas as formas e com diferentes rótulos* […] *para ver se conseguem iludir a opinião pública, pescando nas águas turvas o triunfo de algumas candidaturas*".[383] O ponto alto da propaganda democrática - para a captação de votos - foram as visitas a Setúbal do coronel Ramos da Costa e do major Tavares de Carvalho.[384]

No período eleitoral, o diário *O Setubalense* teve uma postura manifestamente neutral, apelando principalmente ao voto e criticando a abstenção. Refletiu sobre o sufrágio universal, questionando a legitimidade dos resultados saídos das urnas: "*Com o advento da República, a maioria dos portugueses perdeu o direito de intervir na vida nacional, que aliás o anterior regime lhes reconhecia com democrática liberalidade*"[385].

O concelho de Setúbal e o círculo n.º 29 seguiram a votação nacional, reelegendo Joaquim Brandão e Jorge de Vasconcelos Nunes pelos Liberais. Francisco de Salles Ramos da Costa foi eleito pelo Partido Democrático, enquanto o militar Luís Tavares de Carvalho não foi reeleito. Joaquim Brandão beneficiou bastante com os votos de Palmela, motivados pela longa luta pela restauração do concelho.[386] Como derrotados, as comissões políticas locais do Partido Democrático encobriram os seus resultados,

[381] PEREIRA, Henrique Augusto, "Comunicado aos eleitores de Setúbal e Palmela: Promessas e Mistificações" in *O Setubalense*, n.º 1.137 de 08/07/1921, p. 2.
[382] "Comunicado: Em legítima defesa" in *O Setubalense*, n.º 1.138 de 09/07/1921, p. 3.
[383] "O próximo acto eleitoral" in *República*, n.º 442 de 25/06/1921, p. 1.
[384] "Eleições – Propaganda política" in *República*, n.º 441 de 18/06/1921, p. 1.
[385] "O inevitável" in *O Setubalense*, n.º 1.138 de 09/07/1921, p. 1
[386] "Gratidão" in *O Setubalense*, n.º 1.139 de 11/07/1921, p. 1.

salientado a vitória dos republicanos contra os monárquicos: "*O ato eleitoral de domingo foi a prova iniludível para os inimigos das instituições de que a ideia monárquica quase desapareceu em Portugal*"[387]. Porém, isto não correspondia inteiramente à verdade. O monárquico setubalense Henrique Augusto Pereira obteve 320 votos, vencendo as assembleias eleitorais de Azeitão. **[Tabela Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no concelho de Setúbal (10/07/1921)]**

Na perspetiva de Luís Farinha, a chegada dos liberais ao poder não significou um enquadramento político-institucional equilibrado. Algumas franjas revolucionárias interpretaram a vitória eleitoral como consequência do apoio monárquico e sidonista à direita liberal. O governo dirigido por António Granjo não possuía condições de exequibilidade para implementar um vasto conjunto de reformas económico-financeiras. Esta administração apresentou a demissão na manhã de 19 de outubro e o presidente da República recusou nomear um novo ministério. O vazio de poder foi encarado como uma oportunidade para as fações radicais, que procuraram expurgar a República.[388]

Na noite de 19 e pela madrugada de 20 de outubro de 1921, soldados da GNR, praças do Exército, marinheiros e civis sublevados, sob o comando do cabo Abel Olímpio, percorreram as ruas de Lisboa na 'Camioneta-Fantasma'. Marcando o destino da I República, este grupo tirou a vida ao chefe do governo demissionário, ao herói da Rotunda, Machado Santos, e a José Carlos da Maia.[389] Após a execução dos crimes, tropas revolucionárias chefiadas pelo coronel Manuel Maria Coelho tomaram conta da cidade. Este militar iniciou um governo radical conhecido como 'outubrista' e, no ano seguinte, foi formalmente acusado, no âmbito do processo judicial que foi aberto.

Na política local, a 'Noite Sangrenta' teve um profundo impacto na atividade pública de Arronches Junqueiro, um dos líderes do extinto Partido Evolucionista e figura central do Partido Liberal em Setúbal. Nomeado administrador do concelho pelo governo de António Granjo, pediu a demissão do cargo após ter tomado conhecimento do sucedido: "*Tendo sido assassinado o Presidente do Governo que me deu a honra de me nomear para o cargo de Administrador deste Concelho* […] *resolvi, nesta data, entregar*

[387] J.L., "Ato eleitoral" in *República*, n.º 444 de 16/07/1921, p. 1.
[388] FARINHA, Luís, "A Noite Sangrenta: crime e castigo. Um desfecho possível para o triénio trágico português do pós-guerra" in *Violência política no século XX. Um balanço*, IHC, Lisboa, 2017, pp. 258-259.
[389] Cf. LEAL, Ernestro Castro; NUNES, Teresa, *António Granjo – República e Liberdade*, Assembleia da República, Lisboa, 2012.

a V. Exa. esta administração, considerando-me exonerado do dito cargo"[390]. Em 1937, apresentava-se como um homem desiludido, sendo um exemplo paradigmático de como vários elementos da direita republicana sadina acabaram por apoiar a ditadura: "*A última* [desilusão] *foi em 19 de Outubro de 1921, quando caíram varados pelas balas dos sicários de Moscovo* […] *Recordo essa noite trágica, não só com o terror próprio dessa tragédia, mas com o asco, a repulsa, o implacável desprezo por toda essa canalha* […] *Há dezasseis anos, e ainda sinto, como nessa noite, vívida e pungente, a dor de ver afundar-se em sangue e lama a República que eu sonhara*"[391].

No seu lugar foi colocado o alferes da companhia de G.N.R. de Setúbal, Carlos Américo Garcês. Dada a importância das suas funções militares, esteve no cargo apenas cerca de 5 meses.[392] O executivo municipal protestou contra os "*horrorosos crimes e criminosos atentados*"[393], lançando um voto de luto e reclamou por duras punições para os responsáveis. *O Setubalense*, um pouco como a restante imprensa local, reagiu em absoluto choque, não compreendendo como antigos ídolos caíam pelo homicídio.[394]

Mais que o abalo que provocou no seio dos políticos setubalenses e na generalidade da comunidade ou o facto de ter provocado a demissão de Arronches Junqueiro, o rescaldo da 'Noite Sangrenta', em Setúbal, ficou marcada por uma reunião no recém-estreado *Centro Republicano Democrático Dr. Estevão de Vasconcelos*, no dia 20. Segundo o chefe da Polícia Cívica de Setúbal, vários guardas da respetiva corporação estiveram presentes na reunião, apresentando uma lista de nomes agentes que deveriam ser expulsos e "*outra lista indicando nomes de indivíduos da classe civil que haviam de ser assassinados*"[395]. Por esse motivo foi aberta uma investigação para apurar estes factos.

Pela cidade circularam boatos de que o chefe da polícia foi assassinado junto à fábrica de gás, que foi planeado um assalto à esquadra, para serem liquidados vários guardas, e que esteve previsto os assassinatos do administrador do concelho, Arronches

---

[390] Citado a partir de: COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 265.
[391] JUNQUEIRO, Arronches, *Setúbal na segunda metade do século XIX (através das minhas recordações)*, Transcrições, apresentação e notas de Carlos Mouro, LASA, Setúbal, 2018, pp. 128-129.
[392] "Novo administrador" in *O Setubalense*, n.º 1.227 de 24/10/1921, p. 1. "Administrador do Concelho" in *Repúblic*a, n.º 551, 18/02/1922, p. 1.
[393] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 21, Ofício n.º 1.594 de 29/10/1921 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Presidente do Ministério.
[394] "Delírio coletivo" in *O Setubalense*, n.º 1.225 de 21/10/1921, p. 1.
[395] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 117, NT 967, Capilha 'Processo instaurado contra o guarda de polícia n.º 31 – Carlos Augusto da Rosa', Participação de 27/10/1921 do chefe da Polícia Cívica de Setúbal, João Trindade.

Junqueiro, do ex-administrador do concelho, José Luís da Costa, do comandante do R.I. n.º 11, coronel José Pires, e do amanuense da C.M. de Setúbal, Augusto Firmo da Costa.[396] Por relato do farmacêutico César de Jesus Castela, um outro farmacêutico, Francisco Fernandes (futuro presidente da C.M. de Setúbal) confidenciou que "*o padre Martins tinha ido pedir armas para fazer uma revolução em Setúbal*"[397].

Na reunião política mencionada, a confusão ter-se-á instalado após um indivíduo ter discursado contra a Polícia Cívica de Setúbal, tendo realçado que os guardas responsáveis pelas perseguições aos republicanos, durante o sidonismo, permaneceram impunes.[398] Parte dos testemunhos centraram-se no comportamento do guarda Carlos Augusto Rosa que esteve seriamente exaltado na sessão, onde terá dito a um fiscal do município: "*Agora é que era ocasião apropriada para fazer uma limpeza à corporação policial, devido a ser composta, na sua maior parte, por elementos monárquicos*"[399].

O comandante da companhia local da G.N.R. garantiu ter ordenado um rigoroso policiamento da cidade e solicitado apoio aos militares mal soube dos acontecimentos da capital e dos rumores descritos. Porém, desconhecia os autores e os destinatários, exceto que seria o guarda Carlos Augusto da Rosa a liderar o grupo dos «assaltantes».[400] O seu papel foi de grande preponderância para manter a tranquilidade pública na cidade nos dias seguintes à 'Noite Sangrenta'.[401] No epicentro do episódio, o polícia referido acima negou publicamente todas as acusações – principalmente as relativas ao planeamento de homicídios -, estas montadas «fantasticamente» pelo chefe da corporação.[402] Apenas admitiu ter reagido a um discurso, que imputava aos guardas posições políticas de «trauliteiros», em virtude de ser fiel à República.[403] Este guarda, que tinha sido despedido do cargo durante o sidonismo e readmitido depois da Monarquia do Norte - o que indicia a sua posição político-ideológica - voltou a ser demitido.[404]

---

[396] *Idem*, Autos de Declarações de 28/10/1921 e de 01/11/1921, respetivamente de António Teixeira e de António José Vieira à Polícia Cívica de Setúbal.
[397] *Idem*, Auto de Declarações de 08/11/1921 de César de Jesus Castela à Polícia Cívica de Setúbal.
[398] *Idem*, Auto de Declarações de 31/10/1921 de Joaquim José Ramos à Polícia Cívica de Setúbal.
[399] *Idem*, Auto de Declarações de 03/11/1921 de Manuel de Jesus Pepe à Polícia Cívica de Setúbal.
[400] *Idem,* Auto de Declarações de 03/11/1921 do comandante de Setúbal da G.N.R. à Polícia de Setúbal.
[401] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 21, Ofício n.º 1.654 de 12/11/1921 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Comandante-Geral da G.N.R.
[402] ROSA, Carlos Augusto da, "Esclareçam-se os casos!" in *República*, n.º 548 de 14/01/1922, p. 1.
[403] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 117, NT 967, Auto de Declarações de 29/10/1921 de Carlos A. da Rosa à Polícia Cívica de Setúbal.
[404] *Idem*, Ofício s/ref. de 17/11/1921 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

Finalmente, os dirigentes da comissão municipal do Partido Democrático, na reunião da noite de 20, apelaram por «máxima serenidade» e para que ninguém se manifestasse. Classificaram os boatos como «infames» e inventados por indivíduos que queriam colocar em causa a integridade dos democráticos setubalenses.[405] Repudiaram as acusações de planeamento dos assassinatos: "*Fomos anteontem atacados de chofre pela notícia que na cidade lavrava com insistência de que estavam ameaçados de morte alguns dos republicanos mais em evidência de Setúbal, do Partido Liberal; e, como complemento da infâmia, eram essas pretensões atribuídas ao Partido Democrático local*"[406]. A comissão municipal fora eleita recentemente, integrando figuras como Pereira de Almeida, Eduardo Mendes Belo e José Francisco Gomes.[407]

No seguimento da 'Noite Sangrenta', o Congresso voltou a ser dissolvido em 6 de novembro, convocando-se eleições legislativas para 29 de janeiro de 1922. *O Setubalense* previu que os resultados não iriam fugir muito por comparação com os de julho anterior, preferindo criticar outro assunto: "*Tem defeitos o regime parlamentar e não poucos, a começar pela restrição do voto. O sufrágio devia ser universal e obrigatório*"[408]. Porém, os resultados contrariaram os prognósticos. Os democráticos venceram (45,4% e 74 deputados) e gerou-se uma oposição dividida: Partido Liberal com 34 deputados (20,9%); Partido Reconstituinte com 17 deputados (10,3%); 13 monárquicos (7,9%).[409]

O concelho de Setúbal e todo o círculo n.º 29 não seguiram esta tendência, dando um novo voto de confiança aos dois deputados liberais (Joaquim Brandão e Jorge de Vasconcelos Nunes), há muito conhcecidos na praça sadina. O militar Tavares de Carvalho foi reeleito pelos democráticos. **[Tabela - Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no concelho de Setúbal (29/01/1922)]** Os valores da abstenção voltaram ser muito significativos: "*As três assembleias da cidade estiveram sempre com fraca concorrência, decorrendo os trabalhos eleitorais no meio de extraordinária monotonia*"[410]. António Maria da Silva assumiu funções, em fevereiro de 1922, e

[405] "Calúnia infame" e "Declaração" in *República*, n.º 460 de 29/10/1921, p. 1.
[406] "Infâmia" in *República*, n.º 461 de 05/11/1921, p. 1.
[407] "Comissão Municipal Política" e "Inauguração do Centro Republicano Democrático" in *República*, n.º 458 de 15/10/1921, p. 2 e p. 1.
[408] "Em que se fala de eleições" in *O Setubalense*, n.º 1.309 de 28/01/1922, p. 1.
[409] Cf. VIEIRA, Duarte Pedro Cação, *A burguesia às urnas? O voto na 1.ª República (As eleições de 1922)*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, ISCTE, Lisboa, 2019.
[410] "O acto eleitoral em Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 1.310 de 30/01/1922, p. 2.

manteve-se na presidência do ministério até novembro de 1923, construindo uma das soluções governativas mais longas da I República.[411]

Estas eleições motivaram uma alteração tática por parte da comissão municipal do Partido Democrático. O *República*, inicialmente, apelou ao voto nos seus dois candidatos, o major Tavares de Carvalho e António de Sousa Tudella, considerando-os "*dois republicanos indefectíveis e que se impõem pelo seu passado honesto*"[412]. Prevendo o fracasso, o periódico optou por concentrar a sua propaganda exclusivamente no militar, eleito em ocasião anterior, e na dinamização de um discurso centralizado na defesa da República, uma vez que receava – com razão - que os "*inimigos do regime* [monárquicos] *se preparam para fazer eleger os seus candidatos*"[413]. Para *O Setubalense* era necessário atribuir culpas à gestão republicana, que se afastara dos meios populares e defendia o os interesses económicos: "*Continuem como até aqui, administrem mal, abandonem o povo à sua triste sorte, não sigam uma política honesta e fundamentalmente republicana*"[414].

Além disso, a comissão municipal do Partido Democrático aproveitou esta experiência eleitoral para tirar ilações quanto ao futuro, dando voz a uma figura do partido que, sem se querer identificar, manifestou a nítida fragmentação política existente entre os democráticos sadinos, à imagem do que sucedia pelo País: "*O Partido Democrático em Setúbal, infelizmente, não está agora como noutro tempo. Certos equívocos, alguns mal-entendidos que têm surgido, afastaram algumas criaturas da actividade partidária.* […] *O que não pode ser é que 'democráticos' prejudiquem os candidatos do seu partido, votando em candidaturas adversas* […] *O Partido precisa unir-se*"[415]. As eleições autárquicas de 1922 demonstraram que este militante não foi ouvido.

3.1.5. As eleições municipais de 1922: A diversidade política e as dissidências no Partido Democrático

> "*Os vereadores democráticos não são vereadores por Setúbal. São vereadores por Palmela*"[416].

No seguimento da renúncia ao mandato de José António de Azevedo, o então vice-presidente, Francisco Fernandes assumiu a cadeira principal da autarquia.[417] **[Tabela -**

[411] TELO, António *Primeira República*, vol. II, *Como cai um regime*, Presença, Lisboa, 2011, pp. 233-235.
[412] "Candidatos a deputados" in *República*, n.º 549 de 21/01/1922, p. 1.
[413] "À urna pelo Partido Republicano Português" in *República*, n.º 550 de 28/01/1922, p. 1.
[414] "Números eloquentes" in *O Setubalense*, n.º 1.311 de 01/02/1922, p. 1.
[415] "Vida política local: Ouvindo um conhecido democrático de Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 1.312 de 03/02/1922, p. 5.
[416] "Da cidade & de fora" in *Semana de Setúbal*, n.º 4 de 23/11/1922, p. 1.
[417] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 9, Ata da sessão da C.E. da C.M. de Setúbal de 23/08/1922, pp. 12v-13.

Composição da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal quando Francisco Fernandes assumiu a presidência em 23 de agosto de 1922)] O farmacêutico era um democrático em clara ascensão política, tendo-se assumido como diretor do periódico local do Partido Democrático, que avaliava positivamente o trabalho desenvolvido: "*muito se tem assinalado pela forma acertada, inteligente e democrática*"[418].

Em conjunto com a comissão municipal daquele partido, recebeu a visita de diversos elementos do diretório do Partido Democrático, nomeadamente Simões de Almeida, José Domingues dos Santos ou Vitorino Guimarães. Foi nesta ocasião que foi exposto o conjunto de realizações pelas quais a cidade há muito ansiava, apenas possíveis através da concretização de um grande empréstimo da Caixa Geral de Depósitos (C.G.D.) à C.M. de Setúbal: desassoreamento da barra do porto; construção de uma doca e cais acostáveis; cobertura dos ribeiros do Livramento e de S. Francisco; edificação de escolas primárias; transferência da tutela da Polícia Cívica de Setúbal para o Estado; venda do edifício do Liceu de Setúbal, para que o produto fosse investido na reconstrução dos Paços do Concelho; levantamento de uma estação ferroviária de Setúbal-mar.[419] Assistia-se à discussão pública de um programa político desenvolvimentista, que esteve em cima da mesa durante a propaganda eleitoral que antecedeu as eleições municipais de novembro seguinte e que seria a base do programa do edil do pós-28 de Maio, Carlos Botelho Moniz.

Francisco Fernandes, pouquíssimo tempo após ter assumido o leme do executivo, foi confrontado com dois enormes desafios geradores de intensos conflitos sociais e violência: episódios de fome, provocados por dificuldades nos abastecimentos, e uma longa greve-geral na indústria conserveira, que durou mais de dois meses, entre setembro e novembro de 1922. Este *background* das eleições municipais de 12 de novembro de 1922 poderia dar a ilusão de que foram secundarizadas. Todavia, verificou-se maior afluência às urnas, incentivada, também, pela profusa difusão de panfletos de propaganda eleitoral, espalhados pela cidade.[420] Para isso contribuiu o facto da freguesia de Marquês de Pombal, uma da mais populosas da cidade, possuísse, pela primeira vez, uma assembleia eleitoral desanexada da de Sta. Maria da Graça.[421]

---

[418] Artigo sem título in *República*, n.º 573 de 24/08/1922, p. 2.
[419] "O Directório do P.R.P. visita Setúbal" e "No interesse da cidade" in *República*, n.º 568 de 20/07/1922, p. 2 e p. 3.
[420] "O acto eleitoral de ontem" in *O Setubalense*, n.º 1.549 de 13/11/1922, p. 2.
[421] Lei n.º 1300 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 161 de 10/08/1922. Foi uma medida exigida em 1920 e apresentada por Tavares de Carvalho. AHP-AR, Secção IV, cx. 125, mç. 125, capilha n.º 4683, Projeto-lei n.º 006-P/VI de 09/08/1920. *Diário das Sessões do Senado*, n.º 74, sessão de 07/07/1922, p. 11.

A comunidade setubalense nestas eleições autárquicas teve a oportunidade de refletir em torno das propostas apresentadas por listas pertencentes a quatro quadrantes político-partidários distintos, bem revelador do pluralismo e da divisão que marcavam a realidade concelhia. O Partido Democrático, favorito à vitória, era encabeçado pelo edil em funções, Francisco Fernandes, e amparado pelo António Luís Pereira de Almeida, por Carlos de Oliveira Trigo, por José Teodoro Paninho ou Serafim dos Santos.[422]

Na oposição, uma vez mais, surgiram as autodenominadas listras neutras, que se apresentavam formalmente fora dos partidos políticos, apesar das ligações formais existentes. A 'Lista da Cidade' simbolizava a simbiose do grupo monárquico com a ala que, lentamente, se deixava seduzir pelo espírito contrarrevolucionário e antiliberal que vagueava pela Europa do pós-revolução russa. Dirigida por Henrique Augusto Pereira, antigo presidente da C.M. de Setúbal, nesta entravam "*homens que são monárquicos na sua maneira de pensar, mas entram também homens que não o são*"[423], como João Maria da Silva, Francisco Neto de Carvalho, Mariano Coelho, Joaquim José de Carvalho ou Adriano de Morais.[424] Estes nomes estarão, uma década mais tarde, plenamente associados à ditadura. Por seu turno, a 'Lista do Concelho' era a candidatura do Partido Liberal, tendo à cabeça o deputado Joaquim Brandão, uma forte aposta política. Também neste grupo de candidatos se encontram diversos nomes que ingressaram rapidamente no espectro da ditadura: António Caes Esteves; Joaquim Ferreira de Sousa Júnior; Francisco Perienes; Eugénio Moreira Rodrigues; José Guilherme dos Santos.[425] Finalmente, o jornalista José Cândido Godinho apresentou uma candidatura independente/regionalista, representando uma cisão de um relevante militante democrático local.[426]

O Partido Reconstituinte optou por não apresentar nenhuma lista por não ter representação efetiva na cidade. José Luís da Costa, ex-administrador do concelho, e o capitão do porto de Setúbal, 1.º tenente Carlos Frederico Elton Dias, eram os únicos filiados naquele partido. O primeiro descreve as jogadas dos bastidores políticos locais, bem reveladores da reconfiguração político-partidária do pós-guerra: "*Pensou-se em organizar em Setúbal um núcleo reconstituinte. Insistiram comigo para que tomasse a sua iniciativa.* […] *Estou contente por o não ter feito, porque dois dos homens que mais*

[422] "Serenamente" in *República*, n.º 580 de 09/11/1922, p. 1.
[423] "A política e os políticos em véspera de eleições" in *Semana de Setúbal*, n.º 2 de 05/11/1922, pp. 1-2.
[424] "Eleições municipais" in *O Setubalense*, n.º 1543 de 06/11/1922, p. 2.
[425] "Eleições administrativas" in *O Setubalense*, nº 1548 de 11/11/1922, p. 2.
[426] Artigo sem título in *República*, n.º 579 de 26/10/1922, p. 1.

insistiram comigo para que o fizesse, para o que se mostravam reconstituintes entusiastas são hoje dois elementos de categoria dentro do partido democrático local"[427]. Para João Gonçalves Silva, a falta de representatividade política deste partido, em diversos pontos do País, derivava da secundarização da ideologia perante o clientelismo partidário dominante do Partido Democrático ou do Partido Liberal, consoante a localidade.[428]

O periódico lançado por José Cândido Godinho, poucas semanas antes das eleições municipais, a *Semana de Setúbal*, possibilitou uma reportagem pormenorizada do ato eleitoral, publicando de entrevistas aos diferentes cabeças de lista e serviu de manifesto político quando decidiu apresentar formalmente a sua candidatura: "*marcar uma atitude perante o próximo acto eleitoral e porque crê que o seu esforço será* […] *útil à cidade*"[429]. O seu programa político assentava em medidas como a redução do número de trabalhadores municipais, a dissolução do corpo de Polícia Cívica, a venda o edifício do Liceu de Bocage ou a afirmação dos valores morais e técnicos dos vereadores na administração municipal, acima dos filtros político-partidários.

Este ciclo de entrevistas foi iniciado pelo edil em funções: Francisco Fernandes. A farmácia de sua propriedade, a *Normal do Sul*, era descrita como sendo o "*Ministério do Interior cá da terra*"[430] onde se delineavam planos, se emitiam ordens e recebiam comissões/representações em nome do município. O farmacêutico sublinhou o legado deixado pelo executivo que integrou enquanto vice-presidente e, posteriormente, como presidente numa clara tentativa de autolegitimação, assim como os principais projetos de futuro.[431] Pereira de Almeida, seu correligionário, optou por transmitir uma mensagem de transparência, garantido que a gestão autárquica democrática tinha como missão "*não desviar um ceitil do erário municipal sem uma aplicação de decidida moralidade*"[432].

Joaquim Brandão, em nome da 'Lista do Concelho', prometeu apenas "*administrar bem e administrar com honestidade*"[433], evitando a contração de

[427] "A política e os políticos em véspera de eleições" in *Semana de Setúbal*, n.º 2 de 05/11/1922, p. 1.
[428] SILVA, João Manuel Gonçalves, "O clientelismo partidário durante a I República: O caso do Partido Reconstituinte (1920-1923)" in *Análise Social*, vol. XXXII (140), ICS, Lisboa, 1997, p. 73.
[429] GODINHO, José Cândido, "Manifesto a todos os setubalenses que colocam os interesses da cidade acima dos interesses políticos" in *Semana de Setúbal*, n.º 3 de 12/11/1922, p. 3.
[430] "Uma obra a realizar pela Câmara Municipal que merece a nossa simpatia" in *Semana de Setúbal*, n.º 1 de 24/10/1922, p. 2.
[431] Salientou os seguintes melhoramentos: construção da escola primária do Poceirão; edificação do mercado agrícola; estudos para o ajardinamento parcial da Av. Todi e para o fornecimento de energia elétrica por via de um empréstimo a contrair na C.G.D.
[432] "A política e os políticos em véspera de eleições" in *Semana de Setúbal*, n.º 3 de 12/11/1922, p. 1.
[433] *Ibidem.*

empréstimos e a procura do apoio do Estado para resolver questões pendentes. Era a manifestação de uma visão contrastante sobre a política dos melhoramentos municipais. O equilíbrio orçamento do município teria de estar a montante das medidas de desenvolvimento infraestrutural e deveriam ser promovidas através de fundos próprios.

Finalmente, a lista chefiada por Henrique Augusto Pereira tinha vindo a procurar angariar apoios entre católicos e antigos sidonistas, contando com o auxílio da Juventude Monárquica de Setúbal.[434] O chefe monárquico criticava abertamente a politização da administração municipal e estava muito confiante no resultado: "*porque sou, com uma intransigência que não modifico, contra toda a política dentro do município* […] *Olhe para 1918. Fomos na disposição de ganhar as minorias e vieram-nos parar às mãos as maiorias. A minha Câmara, ao contrário do que para efeitos políticos de afirma, não foi eleita pelo Sidónio. Foi eleita em Novembro com Afonso Costa no poder*"[435].

O tangencial triunfo eleitoral do Partido Democrático nas autárquicas teve por base os votos provenientes de uma freguesia rural. Apesar de terem ganho praticamente em todas as assembleias eleitorais do concelho, à exceção das de S. Lourenço de Azeitão (monárquicos) e de S. Julião (liberais), a lista dominada pelos monárquicos disputou renhidamente cada freguesia, perdendo por margens mínimas: N.ª Sra. da Anunciada – 8 votos de diferença; S. Julião – 13 votos; Sta. Maria da Graça – 26 votos; S. Sebastião – 78 votos).[436] **[Tabela - Resultados das eleições municipais de Setúbal (12/11/1922)]**

A estrondosa derrota do Partido Liberal, cuja representação local era muito baixa, motivou a não eleição de um único vereador, quer para o executivo municipal, quer para o senado. Esta foi uma derrota particular de Emílio Curado de Oliveira, cuja farmácia era o centro político oficioso do partido.[437] A *Semana de Setúbal* manifestou-se insatisfeita com a não eleição dos liberais António Caes Esteves e Joaquim Ferreira de Sousa Júnior por representarem mais-valias técnicas e morais para o município, sublinhando, também, a viragem política a que se vinha assistindo: "*nós concluímos pelo resultado das últimas eleições que a cidade manifestou uma forte reacção conservadora*"[438].

---

[434] "Eleições Camarárias" in *República*, n.º 422 de 15/01/1921, p. 1. O centro da Juventude Monárquica de Setúbal foi fundado, em agosto de 1922. Artigo sem título in *República*, n.º 571 de 10/08/1922, p. 1.
[435] "A política e os políticos em véspera de eleições" in *Semana de Setúbal*, n.º 3 de 05/11/1922, p. 1.
[436] Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 427 de 01/12/1922, p. 2.
[437] Ainda que tenham sido rivais políticos, Francisco Fernandes e Emílio Curado de Oliveira foram parceiros na comissão organizadora da Associação dos Farmacêuticos do Distrito de Setúbal, fundada em 28 de novembro de 1927. Associação dos Farmacêuticos do Distrito de Setúbal, *Estatutos da Associação dos Farmacêuticos do Distrito de Setúbal*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1928, p. 11.
[438] "Depois da luta – As eleições" in *Semana de Setúbal*, n.º 4 de 23/11/1922, p. 2.

A médio-longo prazo, as eleições administrativas de novembro de 1922 produziram cinco efeitos relevantes na história política local. Primeiro, tornou evidente que o setor monárquico e conservador/católico tinha cada vez mais influência no campo político setubalense, garantindo Henrique Augusto Pereira – ainda antes dos resultados – que a vitória nas minorias seria uma «certeza».[439] José Romão dos Santos Ferro, delegado local da Liga da Mocidade Republicana, estava consciente disso: "*As eleições vieram provar-nos que o partido monárquico tem uma apreciável organização e um campo de operações temível que podem, num dado momento, pôr em cheque os dois partidos republicanos, um quase sem organização aqui* [Partido Liberal], *outro com uma organização inconsistente* [P.R.P.]"[440]. Na mesma linha seguia o diário da região: "*as forças adversárias ao regime crescem em poder junto das urnas*"[441].

Em segundo, promoveu uma alteração estratégica por parte da direita republicana setubalense, acentuando o bloco anti-Partido Democrático. No período pós-eleitoral, César Romano Baptista, ex-presidente da comissão municipal do Partido Liberal, afastou-se do partido em face da aliança efetuada com os monárquicos. Denunciou um acordo em que foram entregues os únicos lugares conquistados pelos liberais – na freguesia de S. Julião - em troca de um lugar nas minorais nas restantes freguesias: "*Não quero sancionar com o meu nome o acordo realizado pelos republicanos liberais com os monárquicos* […] *É um mau acto político. Falta-lhe sinceridade. É a «revanche» da Farmácia Oliveira por ter perdido as eleições* […] *O Partido Liberal em Setúbal é uma ficção*"[442]. Antes das eleições procuraram um acordo para realizarem uma candidatura conjunta.

Em terceiro lugar, a tese defensora de uma administração municipal baseada na proficiência técnica e ética voltou a ganhar algum peso no discurso político. *O Setubalense*, a título de exemplo, invocou, com frequência, a necessidade dos executivos camarários serem coordenados por aqueles que conseguissem "*defender os interesses regionais com honestidade e competência*"[443], quer integrassem partidos ou não.

Em quarto, a reflexão – em face das experiências anteriores de 1917 e de 1919 - dos dirigentes 'democráticos' permitiu-lhes ter a convicção clara de que as 'listas' da oposição se tratavam de meros «subterfúgios» e de «máscaras» para os conservadores:

[439] "A política e os políticos em véspera de eleições" in *Semana de Setúbal*, n.º 2 de 05/11/1922, pp. 1-2.
[440] FERRO, Santos, "Política e políticos" in *Semana de Setúbal*, n.º 4 de 23/11/1922, p. 2.
[441] "Partidos…Quebrados" in *O Setubalense*, n.º 1551 de 15/11/1922, p. 1.
[442] "O homem do dia: Romano Batista" in *Semana de Setúbal*, n.º 4 de 23/11/1922, p. 3.
[443] "Administração e não política – À Câmara Municipal" in *Semana de Setúbal*, n.º 2 de 05/11/1922, p. 2.

"*Ambas as listas da cidade são, no fundo, duas listas monárquicas, mais ou menos disfarçadas. De resto, isso é fácil de constatar-se, analisando os nomes que para aí se citam*"[444]. Parece ter sido a partir deste momento que a comissão sadina do Partido Democrático ficou consciente de que os seus próximos combates políticos seriam efetuados contra um bloco unitário das várias direitas do pós-guerra, abrangendo conservadores, católicos, antiliberais e a própria direita republicana. No fundo, a representação setubalense daquilo a que Fernando Rosas apelidou de "*heteróclitas direitas da direita portuguesa*"[445] e que estiveram na génese do derrube do liberalismo.

De facto, o incisivo discurso do jornal *República*, que sublinhava que o Partido Democrático era o único partido organizado e com dimensão suficiente na escala setubalense para dirigir a autarquia, foi dominado pela afirmação de que os democráticos tinham a única candidatura cujas "*listas não são listas híbridas, de misturas confusas e suspeitas*"[446] e de que os liberais eram, também, apoiados por alguns monárquicos: "*Dissemo-lo e mantemos a afirmação porque a lista democrática é na verdade a única constituída exclusivamente por republicanos*"[447]. Na ótica do dirigente democrático local, Afonso Macedo e Castro, a constituição de listas apartidárias era um símbolo da "*decadência dos regimes*"[448], considerando que o objetivo primordial destes grupos políticos era o enfraquecimento do Partido Democrático. As eleições eram, por isso, um confronto contra aqueles que qualificavam de «inimigos da República» e que, por essa razão, todos os filiados e simpatizantes deveriam estar disponíveis "*para uma luta que se avizinha e que promete ser árdua e violenta*" contra os "*adversários da Democracia*" e os "*inimigos da Liberdade*"[449]. O triunfo eleitoral promoveu uma excessiva exaltação que reanimou as forças do principal partido do regime: "*O povo republicano de Setúbal, uma vez mais cumpriu o seu dever.* […] *Os monárquicos foram batidos.* […] *Perante a República ameaçada, os republicanos tiveram um único pensamento: defendê-la*"[450].

Por último, pouco depois das eleições municipais, assistiu-se a uma reconfiguração político-partidária no País, com repercussões em Setúbal. Com o nome provisório de P.R. de Fomento Nacional, em fevereiro de 1922, nasceu a génese do P.R.

[444] "Ao eleitorado republicano" in *República*, n.º 578 de 19/10/1922, p. 1.
[445] ROSAS, Fernando, *A Primeira República (1910-1926) – Como venceu e porque se perdeu*, Bertrand, Lisboa, 2018, p. 146.
[446] "O próximo acto eleitoral" in *República*, n.º 580 de 09/11/1922, p. 2.
[447] Artigo sem título in *República*, n.º 579 de 26/10/1922, p. 2.
[448] CASTRO, Afonso Macedo e, "O P.R.P. perante a República" in *República*, n.º 570 de 03/08/1922, p. 3.
[449] "Pela liberdade: O próximo acto eleitoral" in *República*, n.º 573 de 24/08/1922, p. 1.
[450] "Ao Povo Republicano do Concelho" in *República*, n.º 583 de 02/12/1922, p. 1.

Radical, uma dissidência do Partido Democrático. Destacando-se Procópio de Freitas ou Orlando Marçal, este foi a consequência da junção de forças do extinto P.R. Popular, dos 'outubristas' saídos do 19 de outubro de 1921 e de elementos democráticos. O seu programa político abrangia "*reformas políticas de pendor conservador, como o reforço do presidencialismo, mas também a inclusão de reformas sociais na Constituição*"[451].

Um conjunto de militantes do Partido Democrático, entre os quais José Cândido Godinho, comunicou ao jornal *O Rebate*, periódico do P.R. Radical, em dezembro de 1922, que, apesar da comissão política municipal do Partido Democrático tentar mascarar a divisão interna, iam abandonar o partido: "*fazendo sentir o seu desgosto pela orientação dos dirigentes partidários locais e afirmando, ao mesmo tempo, que estando a organizar-se em Setúbal o Partido Republicano Radical, era nele que se iriam filiar*"[452].

Respeitando o disposto no artigo 2.º da lei n.º 1.328, de agosto de 1922, que obrigava a que as comissões executivas dos municípios de 2.ª ordem, como era o caso de Setúbal, fossem reduzidas para 7 vereadores[453], Francisco Fernandes tomou posse oficialmente como presidente da C.M. de Setúbal no início de janeiro seguinte.[454] **[Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse a 4 de janeiro de 1923]** Neste grupo estavam incluídos membros da recém eleita comissão municipal do P.R.P. para servir no mandato bienal de 1923-1924, nomeadamente Carlos de Oliveira Trigo, Serafim dos Santos ou José Martins de Barros Lima.[455] Os democráticos continuaram nas cadeiras da autarquia, mas divididos e enfraquecidos para um mandato que, como se verá, se pautou por dissidências e divergências entre militantes do mesmo partido.

3.1.6. As acusações de corrupção e a informal cisão democrática (1923)

> "*Por isso, a vereação logo de começo entrou a esfrangalhar-se, agora saindo um, logo pedindo licença outro, até que a comissão executiva teve de demitir-se sob uma campanha de descrédito, que há de pesar, por muito tempo, nas condições políticas locais*"[456].

A lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913, foi a legislação republicana mais próxima de uma reforma da orgânica das autarquias locais. As Câmaras Municipais eram constituídas por um Senado Municipal e por uma Comissão Executiva para mandatos trienais. O

[451] PINTO, Ana Catarina, *A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919-1926): A esquerda republicana e o bloco radical*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011, p. 103.
[452] "Mais um… Mais um…" in *Semana de Setúbal*, n.º 6 de 09/12/1922, p. 2.
[453] Lei n.º 1328 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 175 de 26/08/1922.
[454] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C. E. da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 9 (1922-1923), Ata da sessão da C.E. da C.M. de Setúbal de 04/01/1923, pp. 65v-66.
[455] "Partido Republicano Português – Comissão Municipal" in *República*, n.º 587 de 16/12/1922, p. 1.
[456] "Questões caseiras" in *O Setubalense*, n.º 1649 de 13/03/1923, p. 1.

primeiro era formado por todos os vereadores eleitos pelas maiorias e pelas minorias (oposição), reunindo-se quatro vezes anualmente. A segunda reunia semanalmente, integrando "*o corpo de edis que tinha a seu cargo a verdadeira gestão municipal*"[457]. Os presidentes eram eleitos na primeira sessão de cada ano pelo conjunto dos vereadores.[458]

Os obstáculos à intervenção dos executivos limitavam o seu raio de ação, estando seriamente dependentes do Estado para a concretização de medidas, considerando João Serra que a "*chegada dos republicanos ao poder não contrariou, antes se inscreveu, na tendência centrípeta do sistema político*"[459]. Os regedores e os administradores do concelho eram nomeados pelo Governador Civil, estando dependentes dos Governos em funções, tendo como incumbência maior a manutenção da ordem pública.

Estas questões têm de ser previamente abordadas para explicar o processo evolutivo da política camarária, uma vez que os meses de janeiro e fevereiro de 1923 foram pautados por trocas de acusações e duras palavras entre o executivo democrático e a minoria, por um clima de desconfiança em torno da idoneidade das vereações de 1919-1922 e, ainda, por um claro enfraquecimento do núcleo do Partido Democrático. Estas e outras razões acabaram por incitar um pedido de demissão coletiva de uma administração municipal, em março seguinte, e à formação de uma nova comissão executiva.

A primeira reunião do senado da C.M. de Setúbal, decorrida a 2 de janeiro de 1923, fez transparecer que o executivo democrático atravessaria um período de grande oposição por parte dos monárquicos e dos republicanos conservadores. Reunidos em assembleia, o vereador Carlos de Oliveira Trigo, militante democrático, culpou Henrique Augusto Pereira pelo desvio de fundos das obras do porto de Setúbal, provenientes do imposto *ad-valorem*, para o celeiro municipal, durante a sua administração municipal de 1918. Como resposta, o monárquico recordou que chefe da agência de Setúbal da C.G.D.[460] nem poderia integrar o executivo por trabalhar numa repartição estatal.[461]

---

[457] RELVAS, Eunice, *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, NOVA/FCSH, Lisboa, 2014, p. 91.
[458] Cf. Lei n.º 88 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 183 de 07/08/1913.
[459] Cf. SERRA, João B., "Os poderes locais: administração e política no primeiro quartel do século XX" in *História dos Municípios e do Poder Local: Dos finais da Idade Médica à União Europeia*, org: OLIVEIRA, César, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.
[460] Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, Património Histórico, Processo do funcionário Carlos de Oliveira Trigo. Exercia estas funções, à beira Sado, desde 21 de agosto de 1919.
[461] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas do Senado da C.M. de Setúbal, cx. 52, Lv. 8 (1920-1923), "Acta da sessão de constituição da Câmara Municipal de Setúbal eleita para o triénio de 1923-1925" de 02/01/1923, pp. 115-117 e 129v.

Esta declaração incendiou o espírito do monárquico. Fundou um periódico, *O Município*, com vista à denúncia contínua de um vasto conjunto de alegadas irregularidades praticadas pelos vereadores democráticos e para o "*levantamento moral do município, por meio de processos administrativos de austera moralidade*"[462]. Este ataque feroz aos executivos do Partido Democrático, que incluía quem estava ou esteve em cargos influentes, apontava, como exemplos de corrupção, os "*esbanjamentos, favores aos amigos e correligionários à custa do cofre municipal*"[463] e a conduta «devassa», «incompetente» ou «menos escrupulosa» da «seita democrática».[464]

A personalização destas investidas da oposição colocou Francisco Fernandes, presidente do município, no centro do furação: "*A vida da última vereação é a substância pura de tudo quanto há de mais nocivo no governo da fazenda pública*. […] *O último presidente da comissão executiva foi um autêntico esbanjador das receitas municipais* […] *Foi assim, com toda a casta de assalto à lei e no dinheiro da câmara, que se ganhou a última eleição e se arranjou alvará de representante do povo para continuarem os esbanjamentos*"[465]. O farmacêutico foi acusado de ter imposto o monopólio no fornecimento de medicamentos à caixa de socorros municipal através da sua farmácia.[466]

Apelidando de «bodo das eleições», Henrique Augusto Pereira comparou o brutal crescimento - em cerca de 450 contos - das despesas camarárias orçamentadas de 1922 para 1923 devido, por exemplo, a aumentos salariais e à contratação de funcionários.[467] Carlos Sabino da Silveira, que tomou posse da administração do concelho em 16 de fevereiro de 1922[468], foi um dos casos mais enaltecidos por as suas ajudas de custos terem passado de 650$00 (1922) para 3.960$00 (1923).[469] A nomeação de César Romano Baptista para o cargo de diretor dos serviços de abastecimento de água foi, também, colocada em causa devido ao grau de parentesco que tinha com Francisco Fernandes.[470]

Na ótica do diretor d'*O Município*, a ausência propositada a algumas sessões extraordinárias – para que não estivesse presente o número mínimo legal para

[462] PEREIRA, Henrique Augusto, "Ao público" in *O Município*, n.º 1 de 06/01/1923, p. 1.
[463] PEREIRA, Henrique Augusto, "Causas e efeitos" in *O Município*, n.º 3 de 13/01/1923, p. 1.
[464] PEREIRA, Henrique Augusto, "Democratismo em acção" in *O Município*, n.º 2 de 11/01/1923, p. 1.
[465] PEREIRA, Henrique Augusto, "Administração e Partidarismo - verdades como punhos" in *O Município*, n.º 6 de 24/01/1923, p. 2.
[466] "Presidente e fornecedor da Câmara" in *O Município*, n.º 16 de 28/02/1923, p. 1.
[467] "O bodo das eleições" in *O Município*, n.º 7 de 27/01/1923, p. 2.
[468] "Administrador do Concelho" in *República*, n.º 551 de 18/02/1922, p. 1.
[469] "O bodo das eleições" in *O Município*, n.º 10 de 07/02/1923, p. 2.
[470] "C.M. de Setúbal – Senado (Sessão de 08/01/1923)" in *O Setubalense*, n.º 1599 de 12/01/1923, p. 2.

funcionarem – e o facto dos vereadores visados não trazerem documentação, que contrariasse as denúncias efetuadas, eram uma evidência da gestão danosa da autarquia[471]: "*A maioria da Câmara, não podendo resistir aos ataques da minoria, que acusa a vereação transacta de ilegalidades graves e desvios de grandes somas, que não podem explicar o destino que lhes deram, foge em massa desavergonhadamente*"[472].

Estava criado um ambiente de suspeita e de tensão política, que polarizou a opinião pública sadina, impulsionando o interesse da população em assistir às sessões camarárias: "*Os corredores estão apinhados de munícipes* […] *Como o programa de um espectáculo em grandes letras aparecia na imaginativa dos que gostam do chinfrim*"[473]. Santos Ferro, que no reviralho setubalense teve um papel central, descreveu o clima de hostilidade e provocação com que decorreram as assembleias: "*fez-se uma tristíssima troca de apartes violentos* […] *Creio mesmo que só a habilidade do exmo. Presidente do Senado conseguiu evitar que nas últimas sessões se dessem desagradáveis violências*"[474]. Para evitar males maiores, foi solicitado um destacamento de guardas republicanos para que a ordem fosse mantida no interior e nas imediações dos Paços do Concelho.[475]

Duas das questões que originaram fortes reações por parte da comissão executiva foram as tomadas de posição do presidente do senado, o médico Pereira de Almeida. Por um lado, aceitou as reclamações de Henrique Augusto Pereira e de Mariano Augusto Coelho, para que o orçamento para 1923 fosse revisto por conter, possivelmente, ilegalidades.[476] Esta era uma evidente prova de que, pelo menos, a dúvida estava presente na mente de um correligionário de Francisco Fernandes. Do mesmo modo, consentiu a realização de uma nova sindicância ao celeiro municipal que foi encerrado no dia em que o edil em funções tomou posse. Para o pseudónimo *Z*, esta era uma clara tentativa dos monárquicos e conservadores de limparem o seu bom nome, após as denúncias de desvios de fundo do celeiro durante a vereação sidonista: "*todos os esforços convergem a destruir a obra da anterior Câmara e a derrubar a actual Comissão Executiva, para outros irem para o poleiro*"[477].

---

[471] "A fuga da maioria – Crise de caráter" in *O Município*, n.º 6 de 24/01/1923, p. 3.
[472] PEREIRA, Henrique A., "Última hora: A fuga da maioria" in *O Município*, n.º 4 de 18/01/1923, p. 2.
[473] "C.M. de Setúbal – Senado (Sessão de 08/01/1923)" in *O Setubalense*, n.º 1596 de 09/01/1923, p. 2.
[474] FERRO, Santos, "Notas de um munícipe" in *O Setubalense*, n.º 1608 de 23/01/1923, p. 2.
[475] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 24, Ofício n.º 66 de 30/01/1923 enviado pelo Vice-Presidente do Senado da C.M. de Setúbal para o Comandante da G.N.R.
[476] "Câmara Municipal de Setúbal – Senado (Conclusão)" in *O Setubalense*, n.º 1595 de 08/01/1923, p. 2.
[477] *Z* (pseudónimo), "Administrar e politicar I" in *O Setubalense*, n.º 1638 de 28/02/1923, p. 2.

A gota de água para a comissão executiva disse respeito à anulação, pelo senado, da nomeação de Manuel Dias Duque para chefe dos serviços de viação e obras, reabrindo o concurso para a função. No pedido de demissão coletiva apresentado pelo executivo liderado por Francisco Fernandes, em 5 de março de 1923, destacou-se que Senado Municipal "*procedeu ilegalmente por a nomeação e a demissão de empregados ser da exclusiva competência da Comissão Executiva*"[478], representando uma clara quebra de confiança entre correligionários. Por esse motivo, assegurando tranquilidade, exigiram, como resposta à campanha «insidiosa», um inquérito à gestão de 1922.

A falta de solidariedade partidária, entre o médico e os vereadores que integraram a vereação de 1922 e transitaram para a do início de 1923, revela, em grande medida, as divisões que se já vinham manifestando no seio do Partido Democrático em Setúbal. Os vereadores democráticos José Martins Barros Lima, Neto Cabrita e Carlos de Oliveira Trigo procuraram afastar-se politicamente de Francisco Fernandes, representando uma cisão informal nos bastidores. O primeiro renunciou ao cargo e o segundo solicitou uma licença: "*Quem ficou? Precisamente quem devia sair*"[479].

Ex-filiado no Partido Democrático e militante no P.R. Radical há meses, José Cândido Godinho reforçou publicamente que os homens que integraram a comissão executiva não podiam lá estar, apesar das acusações serem provenientes de um monárquico.[480] O mesmo se pode dizer de Santos Ferro: "*a sua presença na Câmara* [Francisco Fernandes] *dava lugar a inumeráveis ataques da oposição e mantinha os ânimos de munícipes e vereadores num estado de efervescência*"[481].

Carlos de Oliveira Trigo, filiado no Partido Democrático desde setembro de 1921[482], assumiu a liderança do município em 10 de março de 1923[483], mantendo os vereadores José Martins de Barros Lima e Francisco Neto Cabrita. Estes integraram o executivo anterior, mas apenas estiveram em funções dois meses, logo estavam isentos de culpas da gerência de 1922.[484] **[Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal**

[478] "Câmara Municipal – Comissão Executiva – Sessão extraordinária de 05/03/1923" in *O Setubalense*, n.º 1.642 de 05/03/1923, p. 2.
[479] "Editorial" in *Semana de Setúbal*, n.º 10 de 28/01/1923, p. 1.
[480] "Editorial" in *Semana de Setúbal*, n.º 11 de 04/02/1923, p. 1.
[481] FERRO, Santos, "Notas de um munícipe" in *O Setubalense*, n.º 1.646 de 09/03/1923, p. 2.
[482] "Carlos de Oliveira Trigo" in *República*, n.º 455 de 24/09/1921, p. 1.
[483] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 9, "Acta da sessão de instalação da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal, eleita pela mesma Câmara em sessão extraordinária de 10 de março de 1923", pp. 90v-91v.
[484] "Final do primeiro acto - O ruir dos ídolos" in *O Município*, n.º 19 de 10/03/1923, p. 1.

que tomou posse a 10 de março de 1923] Esta alteração chocou um cronista d'*O Setubalense* que passou um atestado de incompetência ao novo presidente, relembrando que o próprio assumiu ser leigo em matérias de administração camarária.[485] Pleno de ironia, *O Binóculo* dizia: "*Ora vamos lá a ver se o Trigo nos sai… exótico!*"[486].

A minoria monárquica podia estar satisfeita com a demissão de todos os representantes da vereação municipal de 1922, mas não era suficiente. Henrique Augusto Pereira passou a atacar publicamente a seriedade de Carlos de Oliveira Trigo: "*A honesta República dos honestos republicanos, mas não a dos Fernandes, Trigos, Sapos e Madeiras vários, que é a negação da Lei da Ordem e da Honestidade*"[487]. Na sua perspetiva, o edil estaria a encobrir os crimes praticados pelos democráticos e recusava todas as propostas apresentadas pela minoria: "*Chegámos a pensar que, pela entrada do Sr. Trigo para a presidência da comissão executiva da câmara* […] *a gerência desta câmara entraria* […] *num caminho abertamente legal e sensato* […] *Puro engano*"[488]. Para esta posição contribuíram os resultados dos inquéritos abertos ao tesoureiro municipal (Zófimo Luz) e à vereação anterior, comprovando a veracidade das acusações (escrita falsificada e ilegalidade na composição do orçamento suplementar).

Poucas semanas depois desta convulsão política, a cidade assistiu a uma das principais festividades dos últimos anos, preparando-se a receção dos aviadores, Sacadura Cabral e Gago Coutinho. A visita decorreu em 15 de abril, na companhia dos ministros do Trabalho e da Marinha, tendo sido planeada por uma comissão encarregue pela mesma.[489] Esperados por milhares de setubalenses junto à estação provisória do Quebedo, a desilusão da assistência foi imediata quando se percebeu que Gago Coutinho não estava presente, por doença.[490] O dia ficou marcado por um cortejo cívico e pelas inaugurações de uma rua no Bairro Salgado e de uma camarata no asilo Bocage com os nomes dos aviadores. Alguns setores operários optaram por se afastar do cortejo, fazendo circular uma folha volante justificativa de que não podiam estar ao lado "*daqueles que impedem,*

[485] "Um cúmulo! O sr. Trigo feito presidente ou um presidente que está a pedir… trigo" e "Prossigamos… Vaidade, incompetência & C.ª" in *O Setubalense*, n.os 1648 e 1649 de 12/03/1923 e 13/03/1923, p. 2 e p.2.
[486] Artigo sem título in *O Binóculo*, n.º 8 de 11/03/1923, p. 1.
[487] PEREIRA, Henrique, "A última sessão do Senado: A dissolução da Câmara" in *O Município*, n.º 34 de 03/05/1923, p. 1.
[488] PEREIRA, Henrique, "A comissão executiva da Câmara – tapa das mazelas da tesouraria" in *O Município*, n.º 25 de 31/03/1923, p. 1.
[489] Membros: Luís Macedo e Castro, Mariano Coelho, António Quintans, Tobias Leocádio Xavier e Joaquim Ferreira de Sousa Júnior.
[490] "Recepção aos aviadores" in *O Município*, n.º 26 de 04/04/1923, p. 1. "Gago Coutinho e Sacadura Cabral" in *A Mocidade*, n.º 436 de 15/04/1923, p. 1.

com as suas leis iníquas e desmedidas ambições, o amplo desenvolvimento moral e físico dos trabalhadores"[491].

A reconfiguração político-partidária a que o País assistiu no primeiro semestre de 1923, com o surgimento do P.R. Radical e do P.R. Nacionalista, veio engrossar as fileiras dos adversários políticos da fação do Partido Democrático encabeçada por Carlos de Oliveira Trigo, causando-lhe sérios embaraços. Em abril de 1923, Joaquim Brandão fundou o órgão local dos nacionalistas, *A Folha de Setúbal*, tendo como ponto de partida a necessidade de «reanimar» e «reavivar» o regime: "*É preciso estabelecer a República em Portugal, definitivamente, imorredoiramente.* [...] *A Folha de Setúbal será, na sua reduzida esfera de acção, um agente, ainda que humilde, dessa obra*"[492]. Este novo movimento político nasceu da fusão entre o P.R. da Reconstituição Nacional e do P.R. Liberal e os militantes dos respetivos movimentos políticos "*consideravam que só reunindo as forças republicanas conservadoras seria possível criar uma oposição eficaz ao partido dominante da I República (o PRP)*"[493].

A sua preponderância política em Setúbal era, ainda assim, circunscrita ao respeito e admiração que os deputados Jorge de Vasconcelos Nunes e Joaquim Brandão colhiam junto da comunidade há vários anos. Os nacionalistas sadinos apontaram, igualmente, as suas setas ao administrador do concelho, Carlos Sabino da Silveira, enaltecendo que raramente estava na cidade para o cumprimento das suas funções: "*Há festas na cidade? Vai para Lisboa. Chegam ministros? Vai para Lisboa. Recebem-se heróis? Vai para Lisboa. Há greves? Vai para Lisboa.* [...] *Não há pão na cidade? Vai para Lisboa*"[494].

Em maio seguinte, a comissão municipal do P.R. Radical era uma realidade, sendo dirigida por José Cândido Godinho e composta por vários elementos ex-militantes do Partido Democrático.[495] Um deles, Joaquim Filipe dos Santos, integrava a comissão executiva liderada por Carlos de Oliveira Trigo, demonstrando como um vereador democrático se desvinculou do partido e passou a militar no P.R. Radical. Ao longo de

---

[491] MOURO, Carlos, "O Bairro Salgado, Setúbal (Algumas notas)" in *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*, org: BENTO, António Cunha; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira, Estuário/LASA, Setúbal, 2019, p. 397.
[492] BRANDÃO, Joaquim, "A que vimos" in *A Folha de Setúbal*, n.º 1 de 12/04/1923, p. 1.
[493] BAIÔA, Manuel, "O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): centros políticos, imprensa e financiamento" in *Ler História*, n.º 77, ISCTE-IUL, Lisboa, 2020, p. 134. [Disponível online em: https://journals.openedition.org/lerhistoria/7521 - Consultado a 01/09/2021]
[494] "O distinto" in *A Folha de Setúbal*, n.º 5 de 10/05/1923, p. 1.
[495] Memebros: Leopoldo Alves, Abílio Delgado, Jorge Pereira Chaves, Jeremias Pereira de Oliveira, Armando Gentil Homem, João António Orelha e Joaquim Filipe dos Santos "Delegado de Setúbal ao Congresso" in *Semana de Setúbal*, n.º 24 de 20/05/1923, p. 1.

1923, outros relevantes partidários democráticos, como Manuel Madeira ou António José Marques (outro vereador eleito pelos democráticos), seguiram o mesmo caminho.[496]

O dinamismo deste movimento político em Setúbal, ao contrário do P.R.N., demonstra-se através da inauguração de uma sede no n.º 155 da Rua 25 de Março, em julho do mesmo ano, pela mais de centena e meia de adesões e, ainda, pela existência de três jornais como seus porta-vozes na imprensa setubalense: *Semana de Setúbal* (últimos números de 1923); *Democracia Nova* (1923); *Jornal de Debates* (1924).[497] O primeiro comício, inclusive, esteve previsto (foi cancelado devido a uma greve operária) para o dia 27 de maio, aguardando-se a presença de dirigentes da comissão central do partido, nomeadamente Procópio de Freitas ou Albino Vieira da Rocha.[498]

Em agosto, a comissão política local do P.R. Radical decidiu procurar estabelecer uma ponte junto do movimento operário setubalense ao criticar as repressivas medidas do governo de António Maria da Silva quanto às deportações dos denominados 'presos sociais'. Esta posição foi comunicada à Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.) e ao seu órgão de imprensa *A Batalha*, recordando "*a colaboração valiosíssima que as classes trabalhadoras prestaram aos republicanos para o advento do regime*"[499]. Neste sentido, protestaram contra a repressão política que alguns republicanos portuenses sofreram, não comemorando o aniversário da implantação da República. No seguimento deste episódio, circulou pela cidade um rumor de que o administrador do concelho tinha dado ordem de prisão a José Cândido Godinho[500] por ter sido encarado como um conspirador.[501]

Numa tentativa clara de reagrupar as diferentes forças da classe trabalhadora setubalense, utilizando uma "*linguagem intensivamente revolucionária*"[502], a União dos Sindicatos Operários de Setúbal passou a publicar um quinzenário com grandes repercussões políticas e sociais, em Setúbal, até ao 28 de Maio. Perante a gravidade das investidas sofridas por operários dos principais meios urbanos portugueses, a primeira

---

[496] "António José Marques" in *Democracia Nova*, n.º 5 de 29/07/1923, p. 1.
[497] "Da vida do partido: Nova sede" in *Democracia Nova*, n.º 3 de 08/07/1923, p. 1.
[498] "Como noutro tempo…" in *Semana de Setúbal*, n.º 24 de 20/05/1923, p. 1.
[499] "Da vida do partido: A reunião de quinta-feira das Comissões Políticas do Partido Radical de Setúbal" in *Democracia Nova*, n.º 7 de 26/08/1923, p. 2.
[500] Em novembro de 1923, foi substituído na liderança da comissão concelhia do P.R. Radical por Veiga Lopes. Restantes membros da direção: Jorge Pereira Chaves, Francisco Arnaldo Godinho Gentil-Homem, Jerónimo Banha Fialho, Abílio Delgado, António Pereira e Joaquim Ventura Coelho. "Da vida do Partido Radical" in *Democracia Nova*, n.º 14 de 25/11/1923, p. 1. Voltou a dirigir os destinos, em maio de 1924. "Partido Republicano Radical" in *Gazeta Setubalense*, n.º 6 de 11/05/1924, p. 3.
[501] "Reunião das Comissões Políticas de Setúbal" e "Vida Local" in *Democracia Nova*, n.ºs 11/12 de 21/10/1923, p. 1 e p. 2.
[502] "O nosso quinzenário" in *Voz Sindical*, n.º 1 de 01/09/1923, p. 1.

manchete da *Voz Sindical* foi dedicada ao protesto público contra os presos sociais: "*As bastilhas desta república-monárquica encontram-se abarrotadas de trabalhadores que cometeram o grande crime de pugnarem pela liberdade de pensamento e de protestarem contra o aumento do preço do pão* […] *é assim como eles nos tratam: prendendo, perseguindo, matando, assaltando e, por fim, proibindo as reuniões nos sindicatos! E é isto a República? República! Miserável República*"[503].

A coordenação do periódico era efetuada por João Maria Major, figura de proa do anarco-sindicalismo sadino. Na sua mente, aquando da fundação de um jornal intimamente ligado à CGT, estava a necessidade de reagir à criação do periódico dos industriais conserveiros, *A Indústria*. Neste quadro, o executivo de Carlos de Oliveira Trigo também teve de se confrontar com uma frente operária, realçando as reivindicações dos operários da limpeza e higiene do município, a *Voz Sindical*. Em contraste, teriam sido criados trabalhos «de luxo» para afilhados políticos, alimentando a rede clientelar do P.R.P. à escola local, auferindo aqueles funcionários salários seis vezes mais altos.[504]

A oposição republicana conservadora e a contestação do operariado voltaram a exigir que as sessões do senado fossem acompanhadas por militares, que policiassem o exterior das instalações e, dessa forma, evitar perturbações da ordem pública.[505] A instabilidade política local era nítida e iria acentuar-se brevemente.

3.1.7. O golpe palaciano: a coligação monárquico-democrática (1924-1925)

> "*Os insultadores e os insultados de ontem, caíram hoje nos braços uns dos outros, num conluio… enternecedor*."[506]

A queda do 'longo' governo de António Maria da Silva, em novembro de 1923, permitiu a subida ao poder da direita republicana, chefiada por António Ginestal Machado. Na véspera da queda da governação nacionalista, em dezembro seguinte, Cunha Leal, numa conferência decorrida na Sociedade de Geografia de Lisboa, exprimiu uma das suas mais célebres citações, explícitas do sentimento da época: "*As ditaduras hão de vir, quer queiram quer não, pela força inevitável dos acontecimentos*"[507].

---

[503] Ambos os artigos não têm título *Voz Sindical*, n.º 1 de 01/09/1923, p. 1 e p. 3.
[504] "Uma classe na miséria" in *Voz Sindical*, n.º 6 de 27/10/1923, p. 2.
[505] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 99, Lv. 25, Ofício n.º 646 de 16/09/1923 enviado pelo Vice-Presidente do Senado da C.M. de Setúbal para o Administrador do Concelho de Setúbal.
[506] "Semana Política - O auspicioso enlace" in *A Folha de Setúbal*, n.º 20 de 20/03/1924, p. 1.
[507] FARINHA, Luís, "A transformação política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores" in *História da Primeira República Portuguesa*, coord: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, p. 473.

Nomeado pelo Partido Democrático, o administrador do concelho, Carlos Sabino da Silveira, pediu a demissão do cargo no seguimento da tomada de posse dos nacionalistas, em 17 de novembro.[508] Para o seu lugar foi colocado o capitão Alfredo Perestrelo da Conceição, personalidade central da vida política local dos anos 30, que não estava filiado em nenhum partido político. Esteve em funções entre 24 de novembro[509] e 20 de dezembro de 1923.[510] Carlos Sabino da Silveira retomou posse em 21 de dezembro, demonstrando que o novo ministério de Álvaro de Castro teve em consideração o seu desempenho desde 1922[511]: "*pelo Governo da República me foi mantida a confiança para exercer as funções de delegado do Governo neste concelho*"[512].

Este governo deu início ao que a historiografia portuguesa apelida de «biénio radical», que manteve no poder sucessivos ministérios de esquerda, do final de 1923 até fevereiro de 1925 (governos de Álvaro de Castro, de Alfredo Rodrigues Gaspar e de José Domingues dos Santos). Segundo Fernando Rosas tratou-se de uma aglutinação entre as "*inorgânicas dissidências sociais-democratas do velho republicanismo, o remanescente das antigas redes carbonárias de revolucionários civis e o ativismo sindical anarcossindicalista, socialista e comunista já em refluxo*"[513].

Na procura de equilibrar as contas do Estado foi publicado o decreto n.º 9356, que aboliu o cargo de administrador do concelho, em virtude dos encargos económicos que representava, substituindo-o por um delegado do Governo sem remuneração.[514] Tendo em vista as profundas dificuldades financeiras da C.M. de Setúbal, com um passivo de mais de 500 contos, a medida fazia sentido.

Em 12 de março de 1924, decorreu, muito provavelmente, a mais polémica sessão do Senado Municipal durante os dezasseis de vida da Primeira República. Devido a um conjunto sucessivo de faltas dos vereadores efetivos, no mês de fevereiro anterior, para esta sessão foram convidados os vereadores substitutos. Nesta assembleia, a minoria monárquica começou por desviar as atenções dos mais relevantes pontos da ordem de

[508] "Carlos Sabino da Silveira" in *O Setubalense*, n.º 1860 de 17/11/1923, p. 1.
[509] "A posse do novo administrador" in *O Setubalense*, n.º 1866 de 24/11/1923, p. 1.
[510] "A posse do sr. administrador do concelho" in *O Setubalense*, n.º 1890 de 22/12/1923, p. 1.
[511] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1281, Copiadores de correspondência expedida para o 'interior', Lv. n.º 3, Ofício s/ref. de 22/12/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante do Grupo de Guarnição Militar de Setúbal.
[512] *Idem*, Ofício n.º 75 de 06/02/1924 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Presidente da C.M. de Setúbal.
[513] ROSAS, Fernando, "Os Quatro Regimes" in *O século XX português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*, Tinta-da-China, Lisboa, 2020, p. 27.
[514] Decreto n.º 9356 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 5 de 08/01/1924.

trabalhos, exigindo que as suas críticas fossem ouvidas. Em causa estavam os aumentos de salários aos funcionários municipais da abegoaria e do cemitério, sem aprovação do Senado, a nomeação de um vereador para contínuo da biblioteca e a equiparação salarial dos funcionários da secretaria da C.M. de Setúbal aos da administração do concelho.

Porém, o busílis da questão foi o facto de Carlos de Oliveira Trigo ter reconhecido formalmente a recém-criada Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, o que o monárquico apelidou de ato digno de uma «ditadura pura», por entregar a gestão dos fundos do imposto *ad-valorem*.[515] As receitas desta taxa eram, há alguns anos, o mais determinante meio de subsistência financeira do município, razão pela qual o produto não era aplicado nas obras portuárias, mas antes em diferentes âmbitos.

O deputado Joaquim Brandão, em fevereiro de 1922, apresentou um projeto-lei com vista à criação de um organismo autónomo do município, que se dedicasse à reestruturação de um dos mais importantes portos da economia portuguesa: "*Sem embargo, e é doloroso dizê-lo, o porto de Setúbal tem estado sempre ao maior miserável abandono. Não tem um cais acostável, não possui uma doca de abrigo* […] *nem sequer conta com um serviço regular de pilotagem, pelo que se tem sucedido desastres marítimos em embarcações estrangeiras*"[516]. Este tema foi o que fez correr mais tinta na imprensa local e que promoveu as mais acaloradas discussões políticas até ao 28 de Maio.

Nos últimos dias da comissão executiva de Francisco Fernandes, em fevereiro de 1923, com o apoio da minoria monárquica, foi resolvido telegrafar ao Congresso da República, solicitando que o projeto não fosse a discussão: "*Não concorda a Câmara Municipal deste concelho com a criação desse organismo, por desnecessário* […] *a mesma Câmara se julga em condições para poder dotar, por si só, o referido porto com os melhoramentos de que ele carece*"[517].

A fação democrática encabeçada pelo farmacêutico e a oposição monárquica convergiam sobre o modelo para as obras do porto de Setúbal, apesar de todo o clima de incompatibilidade entre as partes: continuar a cobrar o imposto *ad-valorem*, sobre os produtos exportados pela barra, e aplicar as receitas nos trabalhos de reestruturação. Este

[515] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas do Senado da C.M. de Setúbal, cx. 52, Lv. 9, Ata de sessão extraordinária da C.M. de Setúbal de 12/03/1924, pp. 77-82.
[516] AHP-AR, Secção IV, Cx. 124, Mç. 124, capilha n.º 4639, Projeto-lei n.º 002-D/VI de 15/02/1922, Discurso de Joaquim Brandão.
[517] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 24, Ofício n.º 78 de 12/02/1923 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para os senadores Manuel Lemos, Herculano Galhardo e Oriol Pena.

telegrama originou uma onda de protestos junto das «forças vivas» locais, em particular das que dependiam do comércio portuário, nomeadamente a Associação Comercial e Industrial de Setúbal e os agentes de navegação: "*o verdadeiro motivo da sua oposição a tal Junta* [...] *não querer que lhe saia das mãos a receita especial criada pela carta de lei de 1901* [ad-valorem] *e que só no ano último rendeu 276 contos, que foram arrancados à indústria local para, afinal, serem consumidos na voragem dos desperdícios*"[518].

Mariano Augusto Coelho, reputado industrial conserveiro e vereador pela minoria conservadora, é o reflexo das incongruências que a Junta Autónoma gerou na comunidade. O seu lado político fê-lo apoiar a visão de que o município era capaz de promover as obras de reestruturação portuária de forma independente.[519] O seu lado empresarial, pouco depois, fê-lo criticar a má gestão dos recursos provenientes do imposto *ad-valorem*, que lhe saía do bolso enquanto dono de uma fábrica de conservas: "*Confiou o Governo à Câmara a missão de arrecadar essa receita com o exclusivo fim das obras acima referidas. A Câmara não se desempenhou da sua missão*"[520].

O periódico dos empresários conserveiros preocupava-se, igualmente, com o facto de pagar uma taxa que não se materializaca em resultados: "*Até hoje todo esse dinheiro tem desaparecido, desviado para outros fins contra a lei, contra o decoro e contra o dever das pessoas que têm passado pelas cadeiras da Câmara*"[521]. O debate público escalou para conferências por figuras de peso, defendendo cada um a sua dama. No início de maio de 1924, António Manuel Gamito – futuro Governador Civil de Setúbal - e o deputado Jorge de Vasconcelos Nunes vieram a Setúbal para promoverem sessões em torno desta temática. O primeiro contrário e o segundo favorável.[522]

O Governo promulgou a lei n.º 1517, em 18 de dezembro de 1923, uma verdadeira prenda no sapatinho para Setúbal. O Ministério do Comércio e Comunicações decretou a criação da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, seguindo as propostas apresentadas por Joaquim Brandão. Os intuitos do organismo eram "*dirigir, administrar e executar os estudos, obras necessárias, serviços, fundos, receitas, subsídios e tributos especiais*"[523] para a construção, desenvolvimento e exploração do respetivo

[518] "O problema das obras do porto de Setúbal" in *Semana de Setúbal*, n.º 13 de 18/02/1923, p. 1.
[519] "Resolvemos" in *Gazeta Setubalense*, n.º 1 de 23/03/1924, p. 1.
[520] COELHO, Mariano, "A questão do dia" in *A Indústria*, n.º 44 de 16/05/1924, p. 1.
[521] "Os escândalos das obras do porto" in *A Indústria*, n.º 4 de 10/08/1923, p. 3.
[522] "É esperada" e "Junta Autónoma" in *Gazeta Setubalense*, n.º 5 de 04/05/1924, pp. 1. e 2.
[523] Lei n.º 1157 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 274 de 24/12/1923.

porto e barra; corrigir e acertar as margens do rio e o seu regime até à foz; promover o tráfego comercial e marítimo. A legislação formalizou a transferência das receitas dos impostos *ad-valorem* e navegação/carga do município para a Junta Autónoma, a entrega de todas as instalações, máquinas e equipamentos destinadas à execução das obras, a cedência do saldo remanescente do empréstimo contraído junto da C.G.D. (303.202$00), em 4 de fevereiro de 1916, para o efeito e, finalmente, os lucros provenientes da venda de terrenos da jurisdição do novo organismo.[524] Estabeleceu, ainda, a composição dos elementos da mesma junta.[525] **[Tabela - Vogais natos e eletivos da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado]**

Segundo Ana Prata, a multiplicação de Juntas Autónomas espalhadas pelo País, entre o pós-guerra e o final do decénio de 1920 (14), relacionou-se com a consciência da necessidade de intervir com melhoramentos no setor portuário português através de uma "*estrutura local, dependente do Estado, que, pela proximidade no terreno, teria maior possibilidade de se inteirar das efetivas necessidades de cada porto*"[526]. *A Folha de Setúbal*, a fim de celebrar a oficialização da medida, editou um suplemento, enaltecendo o decisivo papel de Joaquim Brandão e do P.R. Nacionalista. Aproveitou, ainda, para sublinhar o intenso confronto que se deu contra os executivos municipais: "*não queria que lhe arrancassem das garras pródigas a receita especial para as obras do porto, cuja cobrança só no ano corrente orça por mil contos*"[527].

A tomada de posse da Junta Autónoma, decorrida em 27 de fevereiro de 1924, sob a presidência de Carlos de Oliveira Trigo (o presidente nato do organismo era o presidente do município), foi o reconhecimento protocolar do organismo por parte do executivo camarário.[528] A notícia caiu como uma bomba no senado camarário e teve um impacto muito sério nos destinos municipais. Para surpresa de todos, na sessão de 12 de março, após Henrique Augusto Pereira ter proposto "*um voto de desconfiança à actual Comissão Executiva desta Câmara e que a mesma seja imediatamente substituída*"[529], o

[524] Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, *Lei Orgânica e Regulamento Interno*, s.e., Setúbal, 1924.
[525] Os vogais não tinham obrigatoriamente de residir na cidade. Lei n.º 1643 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 173 de 02/08/1924. O regulamento do organismo foi aprovado em outubro de 1924. Decreto-Lei n.º 10187 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 232 de 16/10/1924.
[526] PRATA, Ana, *Políticas Portuárias na I República (1880-1929)*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011, p. 124.
[527] "Em prol de Setúbal" in *A Folha de Setúbal*, suplemento ao n.º 14 de 29/12/1923, p. 1.
[528] "A Junta Autónoma" in *A Indústria*, n.º 33 de 29/02/1924, p. 1.
[529] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas do Senado da C.M. de Setúbal, cx. 52, Lv. 9, Ata de sessão extraordinária da C.M. de Setúbal de 12/03/1924, p. 85.

democrático Francisco Fernandes anunciou que ia votar favoravelmente a moção, acentuando que a Junta Autónoma não defendia os interesses da cidade. Obrigado a eleger um novo executivo, o senado viu o regresso ao poder de Francisco Fernandes e de homens que com ele geriram o município, mas acompanhados pela minoria monárquica.

Na tomada de posse, decorrida no dia seguinte, o farmacêutico ocupou o lugar de presidente e Henrique Augusto Pereira o da vice-presidência, estando José Maria da Silva (Juventude Monárquica de Setúbal) como secretário.[530] **[Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 12 de março de 1924]** Tratou-se de um golpe palaciano através de um coligação democrático-monárquica completamente impensável. De inimigos num passado recente, trocando gravíssimas acusações na esfera pública, Francisco Fernandes e Henrique Augusto Pereira tornaram-se parceiros na autarquia. Em claro protesto, a equipa eleita votou, por unanimidade, a recriação do pelouro das obras do porto, considerando que o município não deveria reconhecer a Junta Autónoma.[531]

As notícias correram depressa e a imprensa sadina ficou perturbada com o sucedido, compreendendo-se o porquê das sessões no edifício dos Paços do Concelho terem voltado a serem policiadas.[532] Para os nacionalistas esta mudança do poder foi um «assalto» perpetrado "*por quem tem interesse em ferir a República* [Henrique Augusto Pereira]*, de braço dado com aqueles que ainda há bem pouco tempo foram apodados das maiores infâmias na administração municipal* [Francisco Fernandes e restante vereação de 1922]"[533]. Para este pequeno grupo político, a vereação de Carlos de Oliveira Trigo, apesar de não ir ao encontro das suas visões estratégicas, vinha sendo honrada do ponto de vista financeiro e não merecia ter sido alvo de um *complot* para cair.

A Indústria encarou o caso como sendo a representação da reabilitação política do farmacêutico, sendo a oposição à Junta Autónoma a pedra basilar do acordo estabelecido entre monárquicos e a fação do Partido Democrático que dirigia. Numa posição motivada por interesses económicos, o periódico ansiava pelo avanço das obras do porto para promover o comércio internacional de um setor absolutamente dependente do mercado externo e, ao mesmo tempo, por serem os principais alvos da taxa *ad-valorem*: "*é que as*

[530] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.E. da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 10, "Acta da sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal de 13 de Março de 1924, p. 93.
[531] *Idem*, p. 93v.
[532] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 99, Lv. 26, Ofício n.º 224 de 01/04/1924 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Delegado do Governo no Concelho de Setúbal.
[533] "Última Hora: Um assalto às cadeiras municipais" in *A Folha de Setúbal*, n.º 19 de 13/03/1924, p. 2.

paredes da sala das sessões ainda reproduzem as terríveis frases que em alta gritaria se pronunciaram, várias vezes"[534].

A comissão concelhia do P.R. Radical numa mistura de incredulidade e revolta, reformularam o seu órgão de imprensa e lançaram o *Jornal de Debates*, publicando uma moção onde protestaram contra a "*traição dos democráticos, tirando os republicanos do município para colocar no seu lugar os monárquicos*"[535]. José Teodoro Paninho, outro vereador saído do Partido Democrático para o P.R. Radical, defendeu que ninguém do executivo de Carlos de Oliveira Trigo foi alcunhado de ladrão ou falsificador.[536]

Finalmente, a *Voz Sindical* não teve meias medidas ao abordar o tema, uma vez que observou com desdém o estabelecimento de um entendimento entre militantes do P.R.P. e o presidente da comissão administrativa sidonista, cúmplice das dezenas de prisões políticas que atingiram sindicalistas revolucionários: "*O que ultimamente se tem passado nas sessões do Senado Municipal é tudo quanto há de mais vergonhoso, de mais indigno, de mais baixo nos anais da política*"[537]. Ficava claro para o operariado setubalense que democráticos e monárquicos se sujavam na mesma «lama».

À luz daquilo que se tem vindo a abordar, o volte-face nas relações entre Henrique Augusto Pereira e Francisco Fernandes representou, para o núcleo urbano de Setúbal, um dos maiores contributos para o descrédito das instituições republicanas. O pacto monárquico-democrático na C.M. de Setúbal é bem demonstrativo da hipocrisia política de ambas as partes: "*ou o sr. Fernandes se curvou, aceitando como verdadeiro tudo quanto lhe foi dito cara a cara* […] *ou este* [Henrique Augusto Pereira] *mentiu conscientemente de que mentia*"[538]. A opinião pública não tinha memória curta para com as acusações do início de 1923. Sem necessidade de ter uma plataforma jornalística para difundir as ideias da oposição, o chefe monárquico local, duas semanas depois de assumir o cargo de vice-presidente, lançou a última edição de *O Município*. Na sua ótica, o acordo significava a cessação das "*pugnas políticas na administração municipal*"[539] e o executivo caído de Carlos de Oliveira era agora apontado como tendo sido o mais «nocivo» que passou pelo município de Setúbal.[540]

---

[534] "Reviravolta - O que é a política e o que são os políticos" in *A Indústria*, n.º 35 de 14/03/1924, p. 1.
[535] "Vida Partidária" in *Jornal de Debates*, n.º 1 de 06/04/1924, p. 1.
[536] PANINHO, José Teodoro, "Editorial" in *Jornal de Debates*, n.º 1 de 06/04/1924, p. 1.
[537] "Um pacto vergonhoso" in *Voz Sindical*, n.º 11 de 02/04/1924, p. 1.
[538] "Notas da Semana" in *A Folha de Setúbal*, n.º 20 de 20/03/1924, p. 2.
[539] PEREIRA, Henrique Augusto, "Mudar de Rumo" in *O Município*, n.º 58 de 22/03/1924, p. 1.
[540] PEREIRA, Henrique Augusto, "Acordos e entendimentos" in *O Município*, n.º 59 de 29/03/1924, p. 1.

Apelidado pelos nacionalistas sadinos de «padrinho» do "*obsceno conúbio do sr. Henrique Pereira com o sr. Francisco Fernandes, conúbio de que resultou a deposição do sr. Trigo*"[541], o delegado do Governo – Carlos Sabino da Silveira – foi lentamente tornando-se no epicentro da polémica na vida pública local. Em abril, surgiram vozes denunciantes de hipotéticas ilegalidades cometidas (utilização de fundos públicos em benefício próprio) por aquele enquanto exerceu funções como secretário da C.M. de Cascais e como administrador do concelho da Moita.[542]

A controvérsia não ficou por aqui. O deputado Jorge de Vasconcelos Nunes comunicou à Câmara dos Deputados que a medida de transformar os administradores do concelho em delegados do governo, sem remuneração, não estava a ser cumprida na cidade: "*esse cavalheiro, fértil em habilidades de baixa política, tendo conseguir apear, com o apoio da oposição monárquica e de certos elementos democráticos, os restantes membros da Comissão Executiva, recebe os seus ordenados de administrador pelos cofres do município*"[543]. Apesar da vereação ter negado estas declarações deliberou remunerar mensalmente, na ordem dos 800 escudos e a partir dos seus fundos, o delegado do Governo: "*A partir desta data deixou de ser delegado do Governo para ser empregado de confiança da câmara municipal de Setúbal, o sr. Sabino da Silveira*"[544].

O periódico da União dos Sindicatos de Setúbal entrou numa espiral de acusações às três figuras que coordenavam os destinos da cidade desde março de 1924, apelidando-os de «quadrilha» e reprovando o facto do executivo negar aumentos de salários a funcionários e despender 10 contos/ano com o delegado do Governo: "*Fernandes, Pereira, Sabino & C.ª* [Francisco Fernandes, Henrique Augusto Pereira e Carlos Sabino da Silveira] *continuam as suas façanhas* […] *Se adentro dos anais da política houvesse vergonha e carácter esse monstro, que é delegado do governo em Setúbal já de há muito estaria na cadeia, expiando as penas de abuso de autoridade e de burlão*"[545].

Em contraciclo, Afonso de Macedo e Castro fundou o periódico *Gazeta Setubalense*, palco de legitimação e reconstrução da imagem pública de Francisco Fernandes e de «combate» à Junta Autónoma.[546] Esta era uma figura manifestamente

[541] "Consuma-se o escândalo" in *A Folha de Setúbal*, n.º 4 de 17/04/1924, p. 2.
[542] "Será verdade?" in *Voz Sindical*, n.º 12 de 13/04/1924, p. 1.
[543] NUNES, Jorge de Vasconcelos in *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 69, sessão de 09/04/1924, p. 5.
[544] "Mais uma imoralidade na administração municipal" in *A Folha de Setúbal*, n.º 35 de 10/07/1924, p. 2.
[545] "Mandam os ladrões" in *Voz Sindical*, n.º 32 de 14/09/1924, p. 1.
[546] "Acção Regionalista - Combater a Junta Autónoma é defender os interesses da cidade" in *Gazeta Setubalense*, n.º 7 de 25/05/1924, p. 1.

experienciada no jornalismo, tendo colaborado, entre outros, com *O Setubalense*, *O Elmano*, *O Jornal de Setúbal* ou *O Heraldo*.[547] As suas declarações, contrárias às obras de reestruturação portuárias serem coordenadas por uma Junta Autónoma, assentavam na tese de que vários organismos congéneres revelaram incompetência e que este organismo possuía uma natureza anti-municipalista: " *submetendo ainda mais o poder local à tirania mais ou menos disfarçada do poder central e do Terreiro do Paço*"[548].

A tentativa regeneradora de '*marketing* político' foi iniciada através de uma entrevista na primeira edição do jornal, em que farmacêutico assegurou cumprir as promessas eleitorais de novembro de 1922 e que o acordo estabelecido com a minoria monárquica teve um "*carácter exclusivamente administrativo*"[549]. Este argumento foi efetivamente utilizado por Henrique Augusto Pereira na sessão de tomada de posse: "*embora pareça híbrido o que se passou na sessão da Câmara de ontem e pareça também que houve manejos menos lícitos, o que é certo é que o sucedido só teve por fim estabelecer na Câmara e na Comissão Executiva uma harmonia necessária para uma boa administração municipal, sem quebra de dignidade de ninguém*"[550].

Para o diretor da gazeta, a deposição de Carlos de Oliveira Trigo elencava duas vertentes: interrompia um mandato de um ano, que nenhuma obra deixou; travava, em definitivo, a politização na gestão municipal.[551] Uma das poucas (senão mesmo a única) instituição que apreciou a convenção entre Partido Democrático e monárquicos foi a Liga dos Lojistas de Setúbal, associação patronal: "*postas finalmente de parte todas as incompatibilidades obstrucionárias entre maioria e minoria, se concerte para dotar Setúbal com uma administração zelosa*"[552].

A *Gazeta Setubalense* tinha, também, o propósito de reconstituir e consolidar a unidade na comissão municipal dos democráticos, sublinhando que não era o momento para divisões.[553] No seio do partido, a realidade era outra. Numa carta pública, o médico, Eduardo Mendes Belo, histórico militante desta agremiação política, anunciou o seu afastamento da militância.[554] Era a rutura, em face do acordo estabelecido no novo

[547] CORREIA, Ricardo, *Vultos Setubalenses*, Setulgráfica, Setúbal, 1986, pp. 20-21.
[548] "A quem devem ser entregues as obras do porto?" in *Semana de Setúbal*, n.º 15 de 04/03/1923, p. 1.
[549] "As nossas entrevistas" in *Gazeta Setubalense*, n.º 1 de 23/03/1924, p. 2.
[550] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.E. da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 10 (1923-1924), Ata de 13/03/1924 da C.E. da C.M. de Setúbal, p. 93.
[551] "O acordo" in *Gazeta Setubalense*, n.º 1 de 23/03/1924, p. 2.
[552] "A Liga dos Lojistas e a Câmara Municipal" in *Gazeta Setubalense*, n.º 1 de 23/03/1924, p. 3.
[553] "Bom caminho" in *Gazeta Setubalense*, n.º 2 de 09/04/1924, p. 1.
[554] "Dr. Mendes Belo" in *Gazeta Setubalense*, n.º 4 de 15/04/1924, p. 1.

executivo da Câmara Municipal. Meses depois, na qualidade de vice-presidente do diretório da União da Mocidade Republicana, Santos Ferro, publicitou a opinião de Magalhães Lima sobre o caso: "*por mais de uma vez, expus a situação política actual em Setúbal, tendo ouvido de S. Exa. palavras de apoio a uma acção de ataque à aliança democrático-monárquica*"[555]. Este era um rude golpe na legitimidade política da vereação patrocinado por uma alta figura da maçonaria portuguesa e um republicano histórico.

Quem usufruiu da presença de Henrique Augusto Pereira e de José Maria da Silva foram as Juventudes Monárquicas[556], que inauguraram, em 12 de outubro de 1924, o respetivo núcleo regional de Setúbal.[557] Dias antes foi lançado o periódico do organismo, *Eccos da Cidade*, um semanário dirigido pelo ainda jovem jornalista Óscar Paxeco, setubalense que se viria a destacar na imprensa nacional. Este organismo deu continuidade ao trabalho exercido, durante a década de 1910, por outros monárquico-integralistas locais, designadamente Fernando Garcia[558] e o escritor Augusto da Costa.[559]

As acusações de corrupção na administração do concelho e na edilidade atingiram o pico nos últimos meses de 1924. Em outubro, os vereadores no poder faltaram a cerca de sete sessões do Senado Municipal para evitarem ter de se defender das alegações que dominavam a praça pública: "*E, assim, se tem adiado as sessões, de dia para dia, porque os chacais fogem, vergonhosamente, temendo a prestar contas dos seus actos*"[560]. Ainda que a formalização de uma sindicância à comissão executiva de Francisco Fernandes e de Henrique Augusto Pereira tenha sido concretizada, o facto do sindicante ser o líder das comissões políticas do Partido Democrático de Aldeia Galega do Ribatejo retirou completa credibilidade aos seus resultados. Seria mais uma manobra para ludibriar a opinião pública: "*Mas enganam-se: a cidade não tem confiança no sindicante, que, se não fosse democrático* [...] *não teria aceitado a incumbência de vir sindicar - a fingir, claro - correligionários*"[561].

---

[555] "Esclarecendo" in *Voz Sindical*, n.º 36 de 19/10/1924, p. 2.
[556] Indivíduos como Diogo de Brito ou Francisco Neto de Carvalho faziam parte desta estrutura, defendendo a trilogia 'Deus, Pátria e Rei' e encarado a restauração da Monarquia como veículo de salvação nacional. "A que viemos: De entrada" in *Eccos da Cidade*, n.º 1 de 28/09/1924, p. 1.
[557] Artigo sem título in *Eccos da Cidade*, n.º 1 de 28/09/1924, p. 7.
[558] Ainda que convicto integralista lusitano, foi um admirador confesso de Sidónio Pais, a quem dedicou um ensaio. GARCIA, Fernando (pseudónimo *João Semana*), *Sidónio Pais – Um ensaio de psicologia política*, Edição da Associação Setubalense de Caridade, Setúbal, 1921.
[559] FERREIRA, Diogo, "Jornal A Restauração (1918): Os monárquico-integralistas de Setúbal" in *Telheiras – Cadernos Culturais*, org: LEMOS, Fernando, Andrade; SILVA, José António, n.º 8, Centro Cultural Eça de Queiroz, Lisboa, 2015, pp. 117-120.
[560] "Não fujam, cobardes! Prestem contas, ladrões!" in *Voz Sindical*, n.º 37 de 26/10/1924, p. 2.
[561] "Vida Local – Paulinos…" in *Democracia Nova*, n.º 7 de 26/08/1923, p. 2.

O sindicalista revolucionário e diretor da *Voz Sindical*, João Maria Major, com o auxílio de Joaquim Brandão, conseguiu uma reunião com o chefe de Governo e o ministro do Interior para explicitar os conteúdos das suas alegações contra Carlos Sabino da Silveira.[562] O padeiro exigiu que o administrador do concelho fosse colocado em tribunal para se defender do que lhe era imputado.[563] Em causa estaria, para além do recebimento indevido de salários, o facto daquele indivíduo ter "*descido aos processos mais indignos imagináveis para receber dinheiro de alguns industriais de padarias*"[564]. Demonstrou que o abastecimento de farinhas à cidade, que tantos dias de fome gerou, era alvo de negócios ilícitos entre produtores e a autoridade responsável pelo tabelamento dos preços.

Entre 30 de outubro e 1 de novembro, Carlos de Oliveira Trigo fez distribuir três edições de *Ferro em Brasa*[565], de sua autoria. Estas pequenas brochuras atacaram severamente a gestão monárquico-democrático de Henrique Augusto Pereira e de Francisco Fernandes. Relatou que, entre 20 de setembro e grande parte de outubro, o executivo faltou propositadamente às reuniões do senado quando convocados para "*serem esclarecidos certos actos não justificáveis*"[566]. Os vereadores da equipa de Carlos Oliveira Trigo assinaram um protesto "*contra mais este adiamento que só redunda em desprestígio da função camarária e da República*"[567].

Aproveitou, também para relembrar que o "*1.º orçamento apresentado na célebre noite de 12 de março de 1924, da não menos celebérrima traição que gerou o consórcio actual, era claro, era honesto*"[568] e tinha o objetivo de pagar todo o passivo municipal acumulado desde o 5 de outubro. Não teve problemas em evidenciar a hipocrisia do acordo que o fez cair: "*porque este* [Francisco Fernandes], *insultado cara a cara, vaiado, apodado publicamente de ladrão e falsificador da escrita municipal, pelo senhor Pereira, teve a sua quase absolvição* [...] *na aceitação da Presidência da Comissão Executiva, onde o mesmo senhor Pereira figura como seu lugar tenente*"[569]. Francisco Fernandes respondeu publicamente n'*O Setubalense*, considerando a publicação como o «canto do

[562] Artigo sem título e "Cães que ladram…" in *Voz Sindical*, n.º 38 de 02/11/1924, pp. 1 e 2.
[563] MAJOR, João, "Carta aberta ao sr. Presidente do Ministério" in *Voz Sindical*, n.º 43 de 21/12/1924, p.4
[564] "A cidade de Setúbal dominada por ladrões, assassinos e vigaristas" in *Voz Sindical*, n.º 28 de 09/08/1924, p. 1
[565] TRIGO, Carlos de Oliveira, *Ferro em Brasa*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1924
[566] TRIGO, Carlos de Oliveira, "Duras verdades" in *Ferro em Brasa*, n.º 3 de 31/10/1924, p. 3.
[567] TRIGO, Carlos de Oliveira, "Para a História" in *Ferro em Brasa*, n.º 2 de 30/10/1924, p. 4.
[568] TRIGO, Carlos de Oliveira, "O Relatório" in *Ferro em Brasa*, n.º 2 de 30/10/1924, p. 2.
[569] TRIGO, Carlos de Oliveira, "Duras Verdades" in *Ferro em Brasa*, n.º 3 de 31/10/1924, p. 3.

cisne» de Carlos de Oliveira Trigo. Foi mais longe, relembrando que ex-presidente também negociou com a minoria monárquica, mas não lhes quis dar três vereadores.[570]

O eco que estes folhetos provocaram na comunidade justificaram uma perseguição política que manchou o regime à escala local. No final de dezembro de 1924, cerca de um mês e meio depois da sua publicação, o bancário foi transferido para a sede da C.G.D., em Lisboa, correndo por Setúbal boatos de que "*foi vítima dos seus adversários políticos, que pediram à direção da referida Caixa a sua imediata transferência*"[571]. À primeira vista, poderia encarar-se como tendo sido um *complot* para excluir um opositor entre a fação democrática e o bloco monárquico. Todavia, Carlos de Oliveira Trigo fugiu para o Brasil, menos de três meses depois. Uma inspeção interna da C.G.D. revelou que "*o funcionário que servia de agente da mesma Caixa* […] *durante o tempo em que exerceu aquele cargo* [chefe da agência de Setúbal] *praticou vários desfalques, que sobem ao montante apurado de 186.000$00*"[572]. Falsificou documentos nos anos económicos de 1922/1923 e 1923/1924, período em que exerceu funções públicas no município. Pelo ainda conseguiu a proeza de ser eleito, em 31 de julho de 1924, como presidente do Vitória Futebol Clube, exercendo o cargo até outubro, revelador do seu prestígio.[573]

Quanto à Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal do Rio Sado, essa permaneceu num estado de grande inércia, circunscrevendo-se a estudos e ao delineamento de projetos. Assim relatou o eng.º Afonso de Cid Perestrello, diretor das obras: "*daí a guerra que à Junta moveu* [a Câmara Municipal] *desde os primeiros dias e de que resultou ter a Junta Autónoma funcionado largo tempo sem o seu presidente nato*"[574]. A vereação não transferiu as verbas provenientes do imposto *ad-valorem e* de outras taxas – mantendo-as no município[575] , nomeou um vereador para ocupar o cargo de presidente da mesma, quando a lei previa que o máximo responsável do organismo era

[570] FERNANDES, Francisco, "Uma carta" in *O Setubalense*, n.º 1.960 de 17/03/1924, p. 1.
[571] "Sejamos sensatos e enveredemos por um novo caminho" in *A Indústria*, n.º 76 de 26/12/1924, p. 1.
[572] ADSTB, Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, Secção Crime, Querelas, Processo n.º 1085 – Querela do Ministério Público contra Carlos de Oliveira Trigo, Ofício n.º 2236 de 24/04/1925 enviado pelo Administrador-Geral da C.G.D para o delegado do Procurador da República da Comarca de Setúbal.
[573] Nesta altura, a instituição iniciava um percurso de glória e o bancário acompanhou os futuros olímpicos setubalenses, de 1928, Armando Martins e João dos Santos, em viagem a Espanha (Madrid, Barcelona e Saragoça. "Vitória Futebol Clube" in *Sport Setúbal*, n.º 71 de 06/09/1924, p. 1.
[574] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1926, pp. 7-8.
[575] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 99, Lv. 27, Ofício n.º 77 de 07/02/1925 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Administrador da Caixa Geral de Depósitos.

o presidente da comissão executiva.[576] Na qualidade de presidente nato, Francisco Fernandes não compareceu nas sessões em evidente protesto.[577]

Tal como sucedera no ano anterior, com a visita de Sacadura Cabral, Setúbal voltou a receber uma importante festividade. A 18 de maio de 1924, pela primeira vez desde a implantação da República, a cidade acolheu o chefe de Estado, Manuel Teixeira Gomes, acompanhado pelo presidente do ministério, Álvaro de Castro. O objetivo era assistir, a convite da Federação Portuguesa de Remo, a uma competição disputada junto ao hangar do *Club Naval Setubalense*.[578] Ao contrário da calorosa receção dada ao aviador, o Presidente da República "*foi recebido numa glacial frieza* […] *houve ruas onde não estava ninguém à sua passagem, como na Avenida 5 de Outubro*"[579]. Esta visão foi unânime, segundo relataram diversos periódicos da imprensa local: "*Sua Exa. passou pela Avenida Todi perante a mais absoluta indiferença de toda a gente como um vulgaríssimo visitante. Ao passar por um grupo de operários na Praça de Bocage, Sua Exa. cumprimentou-os do seu automóvel, e pôde ver, distintamente, que todos voltaram a cara ao seu cumprimento*"[580]. Era a manifestação pública de um divórcio há muito anunciado, de uma cidade de trabalhadores desiludida com a vida política desde 1910.

Na estação ferroviária apenas o esperavam as autoridades militares e civis, a guarda de honra e um pequeno cortejo. Ao longo do dia, o Presidente da República recebeu o título de Comodoro Honorário, passeou até ao Sanatório Marítimo do Outão, percorreu as instalações desta unidade hospitalar, esteve em Palmela e dirigiu-se à Cachofarra para assistir às regatas. Se o dia tinha começado mal, piorou. Devido às más condições meteorológicas e à agitação marítima[581], o evento desportivo foi cancelado e, nas entradas para a corrida na Praça de Touros Carlos Relvas e para o Teatro Luísa Todi, voltou a não estar ninguém para o receber ou ovacionar.[582] Os nacionalistas fizeram questão de sublinhar que apenas a "*prodigalidade esbanjadora da Câmara Municipal pretendeu, a peso de ouro, suprir a ausência absoluta do grito de alma popular*"[583].

---

[576] *Idem*, Ofício n.º 202 de 15/04/1925 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para a Junta Autónoma.
[577] APLSS, Fundo dos Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Atas de Direção, Atas da Comissão Executiva da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, Cx. 96, Lv. n.º 1 de Atas, Ata da sessão de instalação de 10/04/1924, p. 5.
[578] FIALHO, Alberto, "A viagem presidencial" in *A Mocidade*, n.º 463 de 01/06/1924, p. 1.
[579] "Assuntos e Interesses Locais" in *Alvorada*, n.º 160 de 31/05/1924, p. 2.
[580] "A visita presidencial do sr. Presidente dos passeios" in *Voz Sindical*, n.º 17 de 24/05/1924, p. 1.
[581] PINTO, Custódio Carvalho, *Histórias e Memórias da minha vida – Crónicas de Setúbal*, Regiset, Setúbal, 2015, p. 45.
[582] "Os ecos da recepção" in *A Indústria*, n.º 46 de 30/05/1924, p. 1.
[583] "Semana Política – Palavras amargas" in *A Folha de Setúbal*, n.º 28 de 22/05/1924, p. 1.

Durante o jantar, decorrido no salão nobre dos Paços do Concelho, o presidente do Senado Municipal, Pereira de Almeida, solicitou ao Governo e ao chefe de Estado a manutenção da categoria de central do Liceu de Bocage[584], o que foi garantido.[585] Esta requisição era motivada pelo facto de, desde março de 1923, que se estudava a possibilidade de baixar o liceu de nível para nacional[586], o que contrariava uma das mais antigas aspirações da cidade e não respeitava o facto de ser o único abaixo do Tejo.[587] É de recordar que Setúbal celebrou efusivamente o facto da proposta de elevação de categoria, apresentada por Joaquim Brandão, de agosto de 1921, ter sido aprovada.[588]

Ao contrário do prometido por Teixeira Gomes e Álvaro de Castro, em setembro de 1924, diversas entidades enviaram uma resolução ao último, lamentando a descida de categoria do liceu da terceira cidade do país para um nível de "*irrisória inferioridade*"[589]. Teixeira Gomes voltaria a Setúbal, desta vez para fazer escala a bordo do *Zeus*, com destino ao seu autoexílio na Argélia, em 18 dezembro de 1925.[590] Passou pela cidade como um despercebido: "*Devia ter sido, por isto, que o sr. Manuel Teixeira Gomes deixou Setúbal, sem ter vindo a terra e sem receber, no mar, um único cumprimento*"[591].

Pouco mais de um ano após a assinatura do acordo entre democráticos e monárquicos, o mês de abril de 1925 ficou pautado por um duplo divórcio, contribuindo ainda mais para o enfraquecimento e divisionismo do Partido Democrático no plano local e para o reforço das posições conservadoras no xadrez político setubalense. O edil Francisco Fernandes entrou em rota de colisão com o seu correligionário, Pereira de Almeida, apresentando uma moção de censura, com vista à sua demissão de líder do Senado Municipal, por considerar que o médico não estava a desempenhar as funções de forma imparcial e por se ter "*ostensivamente afastado desta boa norma de conduta*"[592]. Ainda antes da votação, o médico afastou-se formalmente do cargo, sendo substituído por António dos Santos Neves.

---

[584] Desde 1920 que contava com uma caixa escolar de auxílio a alunos desfavorecidos. Caixa Escolar do Liceu Nacional de Bocage, *Estatutos*, s.e., Setúbal, 1920, pp. 1-3.
[585] "A visita do sr. Presidente da República" in *A Folha de Setúbal*, n.º 28 de 22/05/1924, p. 3.
[586] AHP-AR, Secção IV, Cx. 59, n.º 94, Telegrama n.º 470 de 23/03/1923 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Presidente da Câmara dos Deputados.
[587] BRANDÃO, Joaquim, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 80, sessão de 09/05/1924, p. 22.
[588] AHP-AR, Secção IV, Cx. 123, Mç. 122, capilha n.º 4508, Projeto-lei n.º 010-I/V de 05/08/1921. Oficializado pela Lei n.º 1230 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 196 de 26/09/1921.
[589] "Liceu de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 63 de 26/09/1924, p. 2.
[590] GOMES, Manuel Teixeira, *Cartas a Columbano*, Seara Nova, Lisboa, 1932, 1.º carta de 20/01/1926.
[591] "Como passou em Setúbal o sr. Teixeira Gomes" in *O Setubalense*, n.º 2498 de 18/12/1925, p. 1.
[592] ADSTB, Fundo do AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas do Senado Municipal, Cx. 52, Lv. 9, Ata da sessão de 01/04/1924 do Senado Municipal da C.M. de Setúbal, p. 143.

Na mesma sessão do Senado Municipal, a coligação monárquico-democrática entre Henrique Augusto Pereira e Francisco Fernandes terminou, fazendo cair a comissão executiva que estava em funções desde março de 1924. O monárquico alegou que uma missiva interna do farmacêutico proibiu os vereadores de acederem a todos os livros de registos das diferentes repartições camarárias ou de pedirem esclarecimentos: "*prova que S. Exa tem o receio de que se saiba ou se veja o que vai por essas repartições*"[593]. Acusou Francisco Fernandes e o vereador Francisco Neto Cabrita de terem fornecido ao município, sem concurso público, medicamentos e mobiliário, violando a legislação. Mais importante, transmitiu a ideia de que o presidente da comissão executiva ocultava as decisões que tomava: "*Esse pacto desfez-se na hora em que o sr. Fernandes faltou a ela, arvorando-se em «mandão», coisa que hoje não é já admissível*"[594].

Francisco Fernandes defendeu-se das acusações, sublinhando que, por lei, a sua profissão o obrigava a aviar as receitas que lhe eram apresentadas, inclusive as que lhe chegavam a partir dos serviços municipais. Na sua perspetiva, não consentiu aquilo que Henrique Augusto Pereira verdadeiramente desejava: ser presidente *de facto* na posição de vice-presidente. Na sequência da longa discussão, os vereadores democráticos apresentaram a sua demissão, sendo acompanhados pelos vereadores monárquicos. Era o fim de uma união insólita. Os monárquicos abandonaram a sessão, não assistindo à eleição da nova comissão executiva, que ficou em funções até ao final do ano. Francisco Fernandes passou a dirigir os destinos de uma equipa exclusivamente do Partido Democrático, esperando pelos resultados eleitorais de novembro de 1925. **[Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 2 de abril de 1925]**

No intuito de justificar a posição que assumiu publicamente, Henrique Augusto Pereira publicou uma última vez *O Município*, voltando a arrasar ferozmente a gestão camarária dos democráticos e tecendo graves acusações de corrupção[595]: "*Como estafou o sr. Fernandes 5.143 contos num ano?* […] *Ou se limpa a Câmara desta «rufiagem» ou a Câmara vai para o prego!*"[596]. A campanha pré-eleitoral tinha começado, com o pacto democrático-monárquico encerrado. Em véspera de eleições autárquicas, os democráticos estavam mais desgastados e enfraquecidos que nunca.

---

[593] *Idem*, p. 144.
[594] *Idem,* p. 147v.
[595] Ainda apelidou o administrador do concelho de 'foragido da Moita' por ter exercido o mesmo cargo e sublinhou qu este continuou a gastar muito dinheiro em 'mordomias'.
[596] PEREIRA, Henrique, "A obra demolidora da República" in *O Município*, n.º 68 de 17/04/1925, pp. 1-2

3.1.8. As eleições de 1925: A 'Lista do Concelho' assume o controlo da autarquia

> "*Após alguns anos de autêntico cativeiro administrativo, imoral, humilhante, vexatório, o concelho de Setúbal, pela voz eloquente das urnas, acaba de afirmar o império da sua vontade de regeneração moral e ressurgimento material do seu município*"[597].

A queda do governo de Domingues dos Santos, em fevereiro de 1925, representou um grande passo para a constituição de um novo partido nos anos derradeiros da Primeira República. As decisões tomadas durante este ministério, particularmente de encerrar da Associação Comercial de Lisboa ou de promover tentativas de reformas no setor bancário e agrário, de cariz esquerdista, justificam parcialmente a razão pela qual o governo era rotulado de bolchevique pelos nacionalistas e pela maioria do Partido Democrático.[598]

Numa progressiva subida de tom socializante, os 'canhotos' contaram com um certo apoio da C.G.T., num contexto marcado pela realização de diversos comícios contra a crise de trabalho e a carestia de vida, por assaltos coletivos, greves, *lock-outs* e pela fundação da União dos Interesses Económicos (U.I.E.). Este clima de luta social atingiu um ponto alto durante uma manifestação, em 17 de fevereiro daquele ano. Domingues dos Santos colocou-se ao lado dos trabalhadores: "*O povo tem sido explorado pelo alto comércio e pela alta finança! O Governo da República colocou-se abertamente ao lado dos explorados, contra os exploradores!*"[599].

A fação liderada por António Maria da Silva, desejando centrar o partido, fizeram cair um governo responsável pela implementação dos seguros sociais obrigatórios ou pela da fiscalização da lei das 8 horas de trabalho. Mais importante, provocaram a queda de um republicano que denunciava as deportações de elementos associados à Legião Vermelha.[600] O resultado foi uma nova cisão no Partido Democrático, nascendo o Partido Republicano da Esquerda Democrática (P.R.E.D.).[601]

Até ao final do ano, estiveram em funções três governos democráticos, dirigidos por Vitorino Guimarães, por António Maria da Silva e por Domingos Leite Pereira,

---

[597] "Enfim!" in *A Opinião*, n.º 17 de 28/11/1925, p. 1.
[598] FARINHA, Luís, "A transformação política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores" in *História da Primeira República Portuguesa*, coord: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, pp. 474-475.
[599] Citado a partir de: TELO, António José, *Primeira República II – Como cai um regime*, Presença, Lisboa, 2011, p. 264.
[600] ROSAS, Fernando, *A Primeira República (1910-1926) – Como venceu e porque se perdeu*, Bertrand, Lisboa, 2018, pp. 130-131 e 140-141.
[601] PINTO, Ana Catarina, "A transformação política da República: o bloco radical" in *História da Primeira República Portuguesa*, coord: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, pp. 454-456.

fortemente afetados pela instabilidade política, económica e social. Em 18 de abril (golpe dos generais) e em 19 de julho (revolta Mendes Cabeçadas) tiveram lugar dois ensaios do 28 de Maio, a que aderiram militares, monárquicos, nacionalistas e outros conservadores, com o propósito de pôr termo ao que classificavam de desordem.[602]

Em síntese, nas palavras de António José Queiroz, o Partido Democrático encontrava-se – nas vésperas do ato eleitoral de 8 de novembro de 1925 – numa "*situação de cerco social*"[603]. Se, por um lado, cortou laços com um operariado cada vez mais descontente, por outro, o universo patronal seduzia-se pelos exemplos de 'ordem' dos regimes autoritários de Espanha e de Itália e revia-se nas teses defendidas pela U.I.E.

As forças políticas que foram a votos eram manifestamente profusas (Partido Democrático; Partido Socialista, P.R. Radical; P.R. Nacionalista; U.I.E.; Centro Católico Português; Esquerda Democrática; Causa Monárquica (ou Partido Monárquico), abrindo um vasto leque de programas e projetos para o País. Perante a maior afluência às urnas, por comparação com as eleições anteriores, as irregularidades praticadas nas assembleias eleitorais possibilitaram Fernando Farelo Lopes de as classificar como tendo sido as "*mais fraudulentas e indecorosas*"[604] dos dezasseis anos do regime. Dominando a máquina eleitoral, o Partido Democrático venceu as legislativas e elegeu 83 dos 163 deputados, muito acima dos 33 deputados conseguidos pelos nacionalistas.

No círculo n.º 29 (Setúbal), numa lógica de continuidade, o diretório do P.R. Nacionalista depositou a sua confiança em Joaquim Brandão e em Jorge de Vasconcelos Nunes, conseguindo a reeleição de ambos. Os democráticos, pelo contrário, resolveram apresentar um novo candidato, o delegado do procurador da República, em Setúbal, João Bernardino de Sousa Carvalho, que foi o mais votado no concelho e no círculo eleitoral. Os resultados acabaram por ser mais equilibrados do que nas legislativas anteriores, tendo Jorge de Vasconcelos Nunes – o 3.º mais votado – sido eleito por uma pequena diferença de 20 votos para o candidato democrático Jorge Pereira de Carvalho. No concelho de Setúbal até foi este último mais votado do que o nacionalista eleito. **[Tabela - Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no concelho de Setúbal (08/11/1925)]**

[602] MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal – Da Monarquia para a República*, Editorial Presença, Lisboa, 1991, pp. 735-738.
[603] QUEIROZ, António José, "As eleições legislativas de 1925" in *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, Vol. 11, Porto, 2010, p. 64.
[604] LOPES, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na I República*, Estampa, Lisboa, 1994, p. 159.

Além dos conteúdos propagandísticos em favor de Jorge de Vasconcelos Nunes e Joaquim Brandão, o órgão de imprensa local do P.R. Nacionalista denunciou práticas criminosas durante o período eleitoral e no dia da ida às urnas. Segundo constou, Carlos Sabino da Silveira e Francisco Fernandes estariam a desviar fundos camarários para a compra de votos em favor do candidato democrático: "*Continua, desenfreada e dissipadora, a onda de corrupção pelo suborno com o dinheiro perdulariamente desviado do cofre municipal para satisfação do jogo eleiçoeiro do grupo capitaneado pelo «honestíssimo» delegado do governo em Setúbal*"[605].

O juiz Sousa Carvalhou contou com propaganda favorável por parte do diário da cidade, classificando-o como sendo "*um verdadeiro democrata, republicano convicto e sem passado político comprometido*"[606]. *O Setubalense* apenas fez manchete com este candidato, colocando a sua fotografia para o apresentar à comunidade. O diretor do jornal, Luís Faria Trindade, à data, estava muito próximo do Partido Democrático.

Numa estratégia semelhante, *O Setubalense* fez manchete de apelo ao voto na candidatura democrática à C.M. de Setúbal por considerar que "*só a lista camarária do P.R.P. dá absolutas garantias duma correta administração, retintamente republicana, em prol da nossa terra*"[607] e homenageou Francisco Fernandes, com fotografia na capa, absolvendo-o de todas as alegações de corrupção dos últimos anos: "*os adversários políticos* […] *têm tentado manchar com calúnias torpes, com ataques desleais e perversos, atribuindo-lhe culpas que muito bem sabem não existir*"[608]. Não surpreende, por esse motivo, que *A Indústria* declarasse que o seu companheiro de imprensa ao invés de se denominar *O Setubalense*, deveria chamar-se *O Democrático*.[609]

O ato eleitoral de 22 de novembro de 1925 simbolizou o culminar de um lento processo de queda e de enfraquecimento da comissão municipal do Partido Democrático. As cisões e fações internas a que se foram assistindo no pós-guerra, as fortes suspeitas de gestão danosa no município, a ausência de um órgão de imprensa com intensa propaganda (o *República* desapareceu em 1922) ou a incapacidade de contrariar a tendência crescente das candidaturas apartidárias foram alguns dos motivos que ajudam a explicar a derrota que daqui adveio. É de recordar que nas eleições municipais realizadas, em Setúbal, em

[605] "Continua a voragem" in *A Opinião*, n.º 13 de 02/11/1925, p. 1.
[606] "Eleições. Ouvindo um candidato" in *O Setubalense*, n.º 2494 de 07/11/1925, p. 1.
[607] "Povo de Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 2476 de 21/11/1925, p. 1.
[608] "Um grande amigo da nossa terra: Francisco Fernandes" in *O Setubalense*, n.º 2476 de 21/11/1925, p.1
[609] "A coerência do título" in *A Indústria*, n.º 132 de 22/01/1926, p. 1.

1917, 1919 e 1922 estiveram sempre presentes listas independentes, apolíticas ou neutras, defensoras da competência técnica e de figuras eticamente elevadas para os executivos.

Ao longo dos anos, este conceito ganhou grande dinamismo e consideração em diferentes quadrantes sociais, refletivos em múltiplos artigos e crónicas na imprensa periódica sadina. À exceção dos jornais que estavam diretamente ligados aos partidos, o desejo de romper com uma gestão autárquica assente em princípios político-partidários era claro. A composição de comissões executivas com elementos apolíticos passou a ser encarada com relativa banalidade. Nessa linha de pensamento, o porta-voz dos empresários conserveiros considerou que o «parlamentarismo» dos senados municipais eram inconsequentes e representavam a lentidão dos processos dos executivos municipais: "*Não há comissão executiva que trabalhe, que avance, que possa seguir um plano e realizá-lo metodicamente.*"[610] Exigiam menos discussão e mais obra feita. *A Indústria*, mais próxima do ato eleitoral, manifestou publicamente o seu apoio a uma lista independente, composta de elementos «dignos» e «competentes» perante a "*falência moral, financeira e administrativa que pesa sob a Câmara neste momento*"[611].

A heterogeneidade da 'Lista do Concelho' que se candidatou às eleições municipais de 1925 era bastante lata no espectro político, integrando conhecidos dissidentes do Partido Democrático (*e.g.* José da Rocha; José Teodoro Paninho), militantes do P.R. Nacionalista (*e.g.* Emílio Curado de Oliveira), partidários da U.I.E. (*e.g.* Joaquim Lança[612]; José Viegas; Joaquim José de Carvalho[613]), republicanos conservadores (*e.g.* Carlos Osório Vasconcelos Botelho Moniz) e personalidades aderentes ao espírito antiliberal que pairava na Europa (*e.g.* Mariano Augusto Coelho)[614]: "*as listas que deixamos transcritas representam uma tentativa de regeneração moral e material deste malfadado concelho, em que há seis anos, a administração mais inepta, dissolvente e esbanjadora tripudia impudicamente*"[615].

Nas palavras de Albérico Afonso Costa, este "*todo amalgamado num sincretismo de conveniência, com um único denominador comum – a partilha do poder local*"[616] ,

[610] RAVASCO, João, "Água mole…" in *A Indústria*, n.º 119 de 23/10/1925, p. 1.
[611] "Eleições Municipais" in *A Indústria*, n.º 122 de 13/11/1925, pp. 1-2.
[612] BAIÔA, Manuel, "As eleições legislativas de 1925 no Alentejo" in *Revista Polis*, sº 2, n.º 2, Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais da Universidade Lusíada, Lisboa, 2020, p. 12.
[613] "Reunião da União dos Interesses Económicos" in *A Indústria*, n.º 116 de 02/10/1925, pp. 1-3.
[614] "A nossa posição" in *A Opinião*, n.º 15 de 18/11/1925, p. 1. "À população de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 123 de 20/11/1925, p. 1.
[615] "Pela moralidade republicana!" in *A Opinião*, n.º 16 de 21/11/1925, p. 1.
[616] COSTA, Albérico A., *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 280.

ainda contou com o apoio formal de mandatários, cujo caráter e passado político mereciam o respeito dos eleitores em particular e da comunidade em geral: Francisco de Paula Borba (1.º cidadão honorário de Setúbal[617]); António Perry de Sousa Gomes (futuro Governador Civil de Setúbal); Adriano Gonçalves Morais (industrial); Ricardo Novais; Ricardo Durão (futuro presidente da Comissão Distrital de Setúbal da União Nacional).[618] Para António José Queiroz, as eleições administrativas de 1925 transmitem a evidência de que tinham "*um carácter mais pragmático e bem menos ideológico que as legislativas* […] *também os esquerdistas integrariam listas com elementos rivais*"[619].

Um dos grandes trunfos arremessados durante a época de propaganda eleitoral foi o lançamento, em julho de 1925, do novo porta-voz de imprensa do P.R. Nacionalista, em substituição d'*A Folha de Setúbal*. O periódico *A Opinião*, não significando nenhum tipo de divergência interna entre os militantes, foi fruto da necessária resposta à suspensão transitória do seu predecessor.[620] Luís Lopes da Silveira[621], diretor do jornal, recordaria, quase vinte anos depois, que este "*terminou em 21 de Janeiro de 1926, tendo sustentado vigorosamente a campanha eleitoral de 1925, de combate ao consulado democrático local*"[622]. Ao longo de 24 edições concentrou a sua energia no ato eleitoral, ora com propaganda, ora com críticas severas ao executivo municipal de Francisco Fernandes.

Os corpos gerentes deste periódico justificaram a postura editorial com o facto de os assinantes do jornal reclamarem com insistência a urgência de denunciar "*a marca palpável duma ruinosa administração que chega mesmo a ser um crime*"[623]. Entre as acusações encontravam-se a gestão danosa da Caixa de Reformas, Pensões e Socorros do Pessoal da C.M. de Setúbal, que consideravam "*obra bolchevista e dissolvente*"[624], os favores para as anulações de multas, as redes clientelares, as supostas violações das posturas municipais.[625] *A Opinião* descredibilizou inteiramente a legitimidade política,

---

[617] SILVA, Daniela dos Santos, *Rituais e celebrações públicas da assistência em Setúbal do final da Monarquia Constitucional à inauguração do Museu da Cidade (1893-1961)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2010, pp. 82-83.
[618] "Definindo situações" in *A Opinião*, n.º 16 de 21/11/1925, p. 2.
[619] QUEIROZ, António, *A Esquerda Democrática e o final da I República*, Horizonte, Lisboa, 2008, p. 125.
[620] "Duas palavras" in *A Opinião*, n.º 1 de 16/07/1925, p. 1.
[621] Foi o primeiro presidente do Grémio Literário e Artístico Setubalense. Grémio Literário e Artístico Setubalense, *Estatutos*, Gráfica, Lda., Lisboa, 1924, p. 11.
[622] SILVEIRA, Luís Lopes da, *Anotações ao Livro «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal»: Subsídios para a história de Setúbal*, Cópia dactilografada, Setúbal, 1942, p. 97.
[623] "Notas da semana" *A Opinião*, n.º 4 de 06/08/1925, p. 1.
[624] "Uma instituição de previdência social que é uma obra bolchevista e dissolvente" in *A Opinião*, n.º 4 de 06/08/1925, p. 2.
[625] "Porque não se cumpre o Código de Posturas Municipais?" in *A Opinião*, n.º 5 de 13/08/1925, p. 1. *Gracho* (pseudónimo), "Eleições Municipais" in *A Opinião*, n.º 15 de 18/11/1925, p. 2.

moral e institucional dos vereadores democráticos, apelidando-os de "*horda que assaltou as cadeiras da administração local*"[626]. É de referir que a Caixa de Reformas fora constituída há pouco meses.[627]

Simultaneamente foi evidenciado que poucos ou nenhuns melhoramentos se tinham verificado nos últimos anos na cidade. As contínuas falhas no abastecimento de água, a não resolução do fornecimento de energia elétrica à cidade ou as deficientes e antiquadas estruturas de saneamento básicos tinham-se mantido, não se compreendendo os valores despendidos: "*têm-se consumido somas aproximadas a 18 mil contos, e em face de tanto gasto, ocorre perguntar que obras de fôlego se iniciaram em Setúbal que justifiquem semelhante desbarato?*"[628]. Neste âmbito, exatamente no dia das eleições foi difundido um número único de um periódico humorístico, intitulado *O Mosquito*, que ironizou sobre a utilização do gás numa das maiores cidades do País: "*Tenho grandes rendimentos! Como vês, sou muito nobre! Mas com estes espaventos ilumino-me a… gás pobre*"[629]. [Conversa entre a «Câmara rica» e a «Câmara pobre». Fala da primeira]

O deputado acusou os democráticos de prepararem a «máquina eleiçoeira» do caciquismo, utilizando fórmulas ilegítimas para fazerem eleger os seus representantes.[630] Na sua perspetiva, um homem como Francisco Fernandes, que em plena sessão municipal, era alvo de insultos e críticas ao seu carácter e honestidade pública, ao não reagir ou defender-se, não merecia estar à frente do município.[631] Alegando a falta de liquidez do município para proceder ao pagamento dos salários dos seus funcionários, o edil foi acusado de ter levantado "*indevidamente da Caixa Geral de Depósitos a importância de mil e quinhentos contos por meio dum cheque, não o podendo fazer porque o dinheiro é pertença das obras do porto, e que legalmente há de ser entregue à Junta Autónoma*"[632]. A gravidade da situação era ainda maior, se tivermos em conta que, alegadamente, aquele teria aproveitado a ausência do chefe da delegação de Setúbal daquela instituição bancária para conseguir recolher aquela considerável quantia.[633] Para

---

[626] "Continuará a bandalheira?" in *A Opinião*, n.º 9 de 17/09/1925, p. 1.
[627] Garantia reforma, após 10 anos de serviço camarário, auxílio médico e subsídios de doença, funeral e invalidez. Os trabalhadores eram obrigatoriamente inscritos e descontavam 2% do salário. C.M. de Setúbal, *Caixa de Reformas, Pensões e Socorros do Pessoal da C. M. de Setúbal*, s.e., Setúbal, 1925, pp. 3-13.
[628] "Fantástico!" in *A Opinião*, n.º 13 de 02/11/1925, p. 2.
[629] *Zé de Setúbal* (pseudónimo), "Questão de luzes…" in *O Mosquito*, n.º 1 de 22/11/1925, p. 1. Citado a partir de REBELO, cap. José, Conheça um pouco mais de Setúbal, Setulgráfica, Setúbal, 1992, p. 99.
[630] BRANDÃO, Joaquim, "E… depois?" in *A Opinião*, n.º 8 de 10/09/1925, p. 1.
[631] "Preparando o terreno" in *A Opinião*, n.º 8 de 10/09/1925, p. 1.
[632] Severino, "Somos pela verdade – Haja quem nos desminta" in *A Indústria*, n.º 121 de 06/11/1925, p. 2.
[633] "Um autêntico vigário" in *A Opinião*, n.º 14 de 05/11/1925, p. 1.

o mesmo militante nacionalista, a constituição de uma 'Lista da Cidade' ou de uma 'Lista do Concelho' era perfeitamente regular, desde que respeitasse os seguintes princípios: a) serviço público isento e honrado; b) afastamento do sectarismo político; c) promoção do engrandecimento do concelho através das qualidades humanas e técnicas; d) "*fazer sair o município de tremedal de misérias a que chegou*"[634].

Para se compreender a ausência do P.R. Radical nestas eleições é preciso recuar um pouco a fita. Eleito para líder da comissão municipal, em final de maio de 1924[635], José Cândido Godinho encontrou um grupo de militantes em rota de colisão com o diretório do partido, em funções desde abril anterior.[636] Em setembro de 1925, dois meses antes das eleições municipais, abandonou a militância no P.R. Radical – sem se compreender o motivo -, simbolizando a perda da cabeça do movimento, em Setúbal.[637] Após o 28 de Maio, este jornalista abandonou a política por «prudência» e «cansaço».[638]

A posição dos libertários, exposta por via da *Voz Sindical*, foi de manifesta abstenção e neutralidade, sublinhando que tinham consciência plena do conservadorismo da maioria dos elementos que constituíam a 'Lista do Concelho', mas não podiam arriscar a crítica para que não fosse entendida como defesa dos democráticos em funções.[639]

Pela mesma altura, em carta aberta, João Read da Costa Cabral, figura do Partido Monárquico local, comunicou que, por decisão unânime dos militantes, não iriam concorrer às urnas com lista própria e que davam liberdade aos correligionários de integrarem outras listas, mas nunca em nome do partido.[640] Óscar Paxeco declarou que o partido recomendou aos filiados a abstenção nas eleições administrativas.[641]

Era oficial. As eleições municipais teriam apenas duas listas candidatas. Por um lado, uma fragmentada e diminuída comissão municipal do Partido Democrático, e, por outro, um bloco unitário que conjugava as direitas da direita e dissidentes democráticos, a 'Lista do Concelho'. No centro do furacão, o delegado do Governo em Setúbal, Carlos Sabino da Silveira, foi afastado do cargo pouco antes das eleições, em 20 de novembro. O chefe de Governo, Domingos Leite Pereira, recebendo queixas de comportamentos

[634] BRANDÃO, Joaquim, "Porque não?" in *A Opinião*, n.º 6 de 20/08/1925, p. 1.
[635] Vida Partidária" in *Jornal de Debates*, n.º 4 de 01/06/1924, p. 2.
[636] "Vida Partidária" in *Jornal de Debates*, n.º 2 de 13/04/1924, p. 1.
[637] "Arrependido" in *A Opinião*, n.º 8 de 10/09/1925, p. 1.
[638] CORREIA, Ricardo, *Vultos Setubalenses*, Setulgráfica, Setúbal, 1986, pp. 140-141.
[639] "A obra da nova Câmara" in *Voz Sindical*, n.º 89 de 14/02/1926, p. 1.
[640] CABRAL, João Read da Costa, "Uma Carta" in *A Opinião*, n.º 16 de 21/11/1925, p. 2.
[641] PAXECO, Óscar, "As eleições camarárias e o Partido Monárquico" in *O Setubalense*, n.º 2474 de 19/11/1925, p. 2.

ilícitos durante as legislativas do dia 8 anterior, optou por o substituir por Carlos de Aragão, seu secretário, a fim de evitar situações semelhantes no ato eleitoral seguinte.[642]

Segundo *A Opinião*, Carlos Sabino da Silveira – que ocupava o cargo de delegado do Governo, em Setúbal, há cerca de 3 anos – serviu de base de apoio à máquina de poder de Francisco Fernandes na autarquia: "*galopinou desenfreadamente, trazendo às urnas, coactos pela autoridade de que usava e abusava, eleitores timoratos*"[643]. Demonstrou preferência por um dos candidatos apresentados e terá incluído ilegalmente analfabetos nas listas de recenseamentos. Em contraste, *O Setubalense* foi surpreendido pelo anúncio de que Carlos Sabino da Silveira foi exonerado, sublinhando que apenas poderia ser a consequência de uma "*cabala urdida velhacamente por adversários políticos daquele nosso amigo" com o intuito de se apoderarem das cadeiras municipais*"[644].

Os resultados deram uma vitória clara à 'Lista do Concelho', sabendo-se que muitos democráticos se abstiveram de votar na candidatura encabeçada por Francisco Fernandes. **[Tabela - Resultados dos vereadores eleitos nas eleições municipais de Setúbal (22/11/1925)]** *A Opinião* congratulou-se com o fim do «cativeiro administrativo», reforçando que nem os subornos e os atos de corrupção postos em prática tiveram resultado.[645] Para Joaquim Brandão, chefe político nacionalista, a hora de uma República «austera», «digna», «progressiva» e «redentora» tinha chegado para Setúbal, tendo os eleitores sadinos sido «claros» e «expressivos»: "*Não querem a administração da sua casa acorrentada aos interesses de nenhuma igrejinha política; não querem viver uma vida de opróbrio e de ruína*"[646]. O periódico dos industriais conserveiros manifestou satisfação com a derrota do Partido Democrático: "a *cidade quebrou as algemas de que há seis anos lhe prendiam os braços do seu desenvolvimento e que a tornavam escrava duma administração perdulária*"[647].

O domínio e controlo político municipal do *duo* Francisco Fernandes e Carlos Sabino da Silveira extinguiu-se. Porém, o farmacêutico utilizou duas últimas cartadas políticas antes da transferência de poder ter lugar. Apesar de elogiado pelos vencedores, o recém-empossado administrador do concelho, Carlos de Aragão, foi criticado pelos

[642] "Posse" in *A Opinião*, n.º 16 de 21/11/1925, p. 2.
[643] "A destituição do Delegado do Governo" in *A Opinião*, n.º 16 de 21/11/1925, p. 2.
[644] "Uma exoneração" in *O Setubalense*, n.º 2475 de 20/11/1925, p. 1.
[645] "Enfim!" in *A Opinião*, n.º 17 de 28/11/1925, p. 1.
[646] BRANDÃO, Joaquim, "A arrancada!" in *A Opinião*, n.º 17 de 28/11/1925, p. 1.
[647] SILVA, Artur, "Vida Nova" in *A Indústria*, n.º 127 de 18/12/1925, p. 1.

derrotados, que colocaram em causa a sua imparcialidade. Os democráticos dirigiram-se a Lisboa para exigir a sua exoneração[648] e contestaram a «afronta» que representou a demissão de Carlos Sabino da Silveira, exigindo a sua imediata reintegração.[649]

Nomeado meramente com a missão de manter o rigor do ato eleitoral, o facto é que Francisco Fernandes – ainda em funções até ao final de dezembro – acumulou o cargo de delegado do Governo de forma interina, após as eleições. Portanto, na prática, teve nas suas mãos a autoridade para controlo das forças de segurança, nomeadamente da Polícia Cívica de Setúbal.[650] Nos dias seguintes, foi negado o acesso aos livros de escrita financeira e o orçamento e as contas de gerência não foram a votação.[651] Num comportamento absolutamente antidemocrático, a Comissão Executiva de Francisco Fernandes, durante uma reunião do Senado Municipal pós-eleitoral, convocou as forças da G.N.R. para cercar o edifício dos Paços do Concelho, impedindo todos os vereadores e o público de entrarem: "*Onde está essa democracia e honestidade apregoadas?*"[652]

Em segundo lugar, a comissão municipal de Setúbal do Partido Democrático apresentou uma queixa formal contra os resultados da assembleia eleitoral de São Sebastião, denunciando alegadas fraudes eleitorais, que motivaram o protesto de vários eleitores: "*Uma das listas ontem votadas era de tal forma transparente, que, pelo verso da mesma, se conseguiam ler os nomes nela inscritos, o que se prova, aliás, com a maior facilidade*"[653]. Dois dias depois da eleição *O Setubalense* anunciou a gravidade do comportamento de um candidato da 'Lista do Concelho': "*resolveu fazê-las* [listas] *sumir no fogo que fosse a maneira mais prática de inutilizar a única do crime*"[654]. Para *A Indústria* estes eram "*os últimos arrancos de quem, na vida administrativa dum concelho só enveredou pelo caminho do erro e da ilegalidade*"[655], descredibilizando as alegações. Não deixa de ser curioso que a 'Lista do Concelho', nas eleições para as Juntas de Freguesias, decorridas no dia 6 de dezembro, venceu em todas, exceto em São Sebastião, a mesma freguesia "*onde predomina o elemento esquerdista dos democráticos*"[656].

---

[648] "Aragão e Brito" in *A Opinião*, n.º 17 de 28/11/1925, p. 3.
[649] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 99, Lv. 28, Telegrama de 29/11/1925 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.
[650] "Alerta!" in *A Opinião*, n.º 18 de 06/12/1925, p. 2.
[651] "Lição de factos" in *A Opinião*, n.º 19 de 10/12/1925, p. 1.
[652] "Movimento de tropas" in *A Indústria*, n.º 125 de 04/12/1925, p. 2.
[653] "O rescaldo – as eleições de ontem" in *O Setubalense*, n.º 2477 de 23/11/1925, p. 2.
[654] "Na eleição de S. Sebastião – Não pode ser!" in *O Setubalense*, n.º 2478 de 24/11/1925, p. 1.
[655] SILVA, Artur, "Atitude belicosa – Para quê teimar?" in *A Indústria*, n.º 126 de 11/12/1925, p. 1.
[656] "Juntas de Freguesia" in *A Indústria*, n.º 126 de 11/12/1925, p. 2.

Dias antes da tomada de posse do novo executivo – previsto para o início de janeiro - circularam boatos de que a vereação anterior tencionava impedir a mesma, invocando as alegadas irregularidades praticadas no ato eleitoral na assembleia de São Sebastião e exigindo novas eleições.[657] *A Opinião* não manifestou grande preocupação com as alegações: "*Nem por hipótese pode alguém admitir que ao ato solene que vai realizar-se no próximo sábado, qualquer resistência pudesse levantar-se, quer da parte das autoridades, quer do lado de elementos perturbadores*"[658].

Com receio de novas perturbações de cariz político e na manutenção da ordem pública, o chefe do último governo antes do 28 de Maio, António Maria da Silva, voltou a nomear um administrador do concelho de forma interina, o capitão Carlos Correia da Costa e a "*população supos tratar-se, identicamente, de uma autoridade que imparcialmente viesse tomar conta do concelho*"[659]. Desconhecendo-se os motivos, este indivíduo dirigiu-se à capital, numa viagem relâmpago, juntamente com o deputado João Bernardino de Sousa Carvalho. Perto da meia-noite de 1 para 2 de janeiro de 1926, de regresso junto à beira Sado, a madrugada ficou marcada pela colocação de um edital «capcioso», que proibiu ajuntamentos junto dos Paços do Concelho, que notificou que o mesmo seria policiado, que a entrada nas instalações estava proibida até às 14h e "*aconselhava o povo a não intervir nos acontecimentos que pudessem desenrolar-se*"[660].

Na tarde do dia seguinte, 2 de janeiro, as portas do edifício foram abertas e António dos Santos Neves, presidente cessante do Senado Municipal, tomou a palavra, assegurando que os novos corpos administrativos não podiam tomar posse. A confusão instalou-se e a G.N.R. recebeu ordens para evacuar o público presente e obrigar à retirada dos novos vereadores eleitos da sala.[661]

Em reportagem pormenorizada, *O Setubalense* relatou que o presidente do Senado Municipal justificou a sua posição, alegando que ainda não tinha sido resolvida a questão da freguesia de São Sebastião e por não se encontrar no município o alvará do Governador Civil de Lisboa, indicando oficialmente os nomes dos eleitos. Em resposta, Carlos Botelho Moniz – cabeça da 'Lista do Concelho' - sublinhou que António dos Santos Neves não tinha o direito de se expressar, por a sessão estar reservada aos eleitos. O

[657] "Porque não?" in *A Indústria*, n.º 129 de 01/01/1926, p. 1.
[658] "A Nova Câmara" in *A Opinião*, n.º 21 de 31/12/1925, p. 1.
[659] "Uma violência sem nome" in *A Opinião*, suplemento ao n.º 21 de 02/01/1926, p. 2.
[660] "O Despotismo de uma autoridade" in *A Opinião*, suplemento ao n.º 21 de 02/01/1926, p. 1.
[661] "Uma violência sem nome" in *A Opinião*, suplemento ao n.º 21 de 02/01/1926, p. 2.

vereador Emílio Curado de Oliveira nomeou uma comissão de verificação dos poderes (o que não estava previsto nas tomadas de posse dos corpos administrativos) e, após análise dos diplomas das assembleias de apuramento, foram proclamados os vereadores presentes. O chefe da Polícia Cívica de Setúbal solicitou que abandonassem a sala, ao que responderam os eleitos que apenas presos o fariam. No exterior do edifício, a G.N.R. batia com as coronhas na calçada para controlar a população devido a boatos de que o governo ora deu ordem de tomar posse, ora o contrário.[662]

Segundo *A Indústria*, a presença de um oficial de Lisboa provou que existia um *complot* com o propósito de evitar a transferência formal do poder local, apontando o dedo à falta de isenção do deputado Sousa Carvalho: "*Dando-se um espectáculo de miséria moral, que não se apagará tão cedo da nossa memória, pretendeu-se violentamente impedir a posse dos cidadãos eleitos livremente pelo povo de Setúbal*"[663]. A República saía manchada, com a imagem das instituições cada vez mais desgastadas.

A reportagem da *Voz Sindical* sintetiza o desenrolar dos acontecimentos: "*Não se conformou a nova vereação, insistindo pela posse imediata, no que encontrou oposição pela parte do administrador do concelho, Carlos Correia da Costa, que, na véspera, chegara a Setúbal, nomeado somente para dirigir este acto. Este senhor, em vista da persistência dos novos vereadores intimou-os a sair. Como estes se recusassem a obedecer, ordenou então à polícia que fizesse evacuar a sala, que se encontrava repleta de povo* [...] *Fora do edifício um enorme aparato bélico. A guarda republicana fazia dispersar os grupos que comentavam os acontecimentos, ouvindo-se ásperas censuras à atitude do novo administrador*"[664]. É paradoxal que tenham sido os vereadores democráticos que agiram sob um impulso anti-democrático, quando boa parte dos elementos eleitos que os foram substituir integraram as estruturas políticas da ditadura.

O conflito apenas ficou solucionado após o envio de um telegrama do presidente do conselho de ministros, ordenando a permissão da tomada de posse dos corpos eleitos em novembro anterior. Era o início de um novo capítulo da história política municipal. A aglutinação de conservadores, monárquicos, nacionalistas, dissidentes democráticos e outros derrubou a longa hegemonia de seis anos do Partido Democrático. *O Setubalense*

[662] "O caso do dia – A posse da nova Câmara" in *O Setubalense*, n.º 2509 de 02/01/1926, p. 1.
[663] "A posse da câmara" in *A Indústria*, n.º 130 de 08/01/1926, p. 1.
[664] B.S., "A posse da nova Câmara" in *Voz Sindical*, n.º 84 de 10/01/1926, p. 4.

não tinha dúvidas: "*A Câmara que hoje tomou posse está ilegal, ilegalíssima à letra dos códigos. Todos os seus actos terão de ser anulados*"[665].

A nova Comissão Executiva era encabeçada pelo jovem advogado de 29 anos - afilhado de Ana de Castro Osório - Carlos Osório Botelho Moniz[666], enquanto António Maria de Sousa passou a dirigir o Senado Municipal.[667] **[Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 2 de janeiro de 1926]** O novo edil estava ligado a uma das mais ricas famílias da região, foi um dos fundadores do *Clube Naval Setubalense* (1920), que presidiu[668] e estava envolvido nos espaços de sociabilidade de antigos ou futuros edis, como Carlos de Oliveira Trigo ou Luís de Macedo e Castro.

A nuvem negra que sobrevoou os Paços do Concelho de Setúbal atingiu o Congresso da República, provocando um debate aceso entre o nacionalista Joaquim Brandão e o democrático Sousa Carvalho, ambos eleitos por este círculo eleitoral. O primeiro criticou duramente a tentativa de impedimento de tomada de posse dos corpos administrativos eleitos em novembro de 1925, descrevendo que o administrador do concelho, Carlos Correia da Costa, "*irrompeu pela sala* [dos Paços do Concelho] [...] *impedindo-os de assinarem o seu auto de posse*"[669]. Por essa razão, exigia a sua demissão. Por seu turno, o juiz Sousa Carvalho negou esta narrativa, garantindo que não foram praticadas violências e que a evacuação do público derivou da alteração da ordem pública. Considerou que o delegado do Governo agiu em conformidade com as leis em vigor, uma vez que já estava em andamento um processo de protesto pelas alegadas fraudes na assembleia eleitoral de São Sebastião.

Apesar de politicamente num campo oposto, o Presidente do Ministério, António Maria da Silva, concordou com Joaquim Brandão, indo ao encontro da decisão que tomou: "a *autoridade administrativa não tem o direito de intervir em qualquer acto que se relacione com a posse ou não posse dos membros do organismo administrativo*"[670]. O

---

[665] "O caso do dia – A posse da nova Câmara" in *O Setubalense*, n.º 2509 de 02/01/1926, p. 1.
[666] Nascido em Setúbal em 1896 e formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Ao longo da sua vida integrou diversas funções públicas, nomeadamente como edil da C.M. de Setúbal (1926-1930), delegado do procurador da República em Portimão ou Alcácer do Sal ou secretário da Junta de Província da Extremadura. BURNAY, Maria João Botelho Moniz, "Uma quinta romântica no coração de Setúbal: O Outeiro da Saúde" in *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*, org: BENTO, António Cunha; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira, Estuário/LASA, Setúbal, pp. 332-335.
[667] "A Nova Câmara" in *A Indústria*, n.º 130 de 08/01/1926, p. 2.
[668] "Clube Naval Setubalense" in *A Mocidade*, n.º 388 de 15/04/1921, p. 2.
[669] BRANDÃO, Joaquim, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 10, sessões de 04/01/1926 e de 05/01/1926, p. 10.
[670] SILVA, António Maria da, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 10, sessões de 04/01/1926 e de 05/01/1926, p. 11.

Partido Democrático, a partir do seu próprio líder, deu a última machadada no partido no contexto setubalense, nas vésperas do pronunciamento militar. Na sessão seguinte, o deputado Rafael Ribeiro voltou a abordar o assunto, qualificando as atitudes do administrador do concelho como «inaudito», «anti-republicano» e «anti-democrático», sublinhando que Setúbal não era caso único no País.[671]

Os vereadores do novo executivo não perderam tempo em acentuar a gestão danosa do Partido Democrático na C. M. de Setúbal assim que tiveram acesso aos livros de contabilidade, difundindo profusamente pela imprensa os escândalos financeiros que deixavam o município com um passivo superior a mil contos.[672] O órgão do P.R. Nacionalista apontou 6.300 contos gastos em apenas um ano económico, sendo urgente promover uma política de saneamento financeiro transparente.[673] Numa carta aberta, o novo edil Carlos Botelho Moniz dirigiu-se a Francisco Fernandes: "*O indispensável era saber que, tendo a Câmara tido uma receita superior a cinco mil contos, no ano findo, V. Exas. tenham deixado um saldo negativo de mil cento e tantos contos, sem que houvesse a justificá-lo qualquer grande empreendimento ou necessidade inadiável*"[674]. Nesta lógica economicista, uma das primeiras medidas foi procurar garantir a extinção da Caixa de Reformas, Pensões e Socorros do Pessoal da C. M. de Setúbal.[675]

O peso da derrota associado, a estas provas irrefutáveis, terá sido a causa para que, poucos dias depois da tomada de posse, as comissões políticas locais do Partido Democrático tenham pedido a demissão em bloco, gerando diversos pedidos de desfiliação: "*O desgosto que lhes causou a falta do tacho com que, há catorze anos a esta parte, vinham alimentando o estômago das suas convicções*. [...] *Ao que ouvimos, o baluarte democrático foi encerrado*"[676]. O diretor d'*O Setubalense* foi um deles.[677]

Dias antes do movimento revolucionário do 28 de Maio, o Supremo Tribunal Administrativo deliberou que a eleição na freguesia se deveria repetir, anulando a anterior.[678] Do mesmo modo, José Mendes Correia Baptista e Carlos Botelho Moniz foram considerados inelegíveis para as funções administrativas por integrarem os quadros

[671] RIBEIRO, Rafael, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 11, sessão de 06/01/1926, p. 4.
[672] "O regabofe camarário" in *Voz Sindical*, n.º 84 de 10/01/1926, p. 1.
[673] "6.300 contos" e "1.137 contos de passivos" in *A Opinião*, n.º 22 de 07/01/1926, p. 1.
[674] MONIZ, Carlos, "Carta ao sr. Francisco Fernandes" in *A Indústria*, n.º 142 de 02/04/1926, pp. 3-4.
[675] "De mal a pior – A obra destruidora da nova Câmara" in *Voz Sindical*, n.º 92 de 10/03/1926, p. 1.
[676] "Que é dela a chave…" in *A Opinião*, n.º 22 de 07/01/1926, p. 3.
[677] "Preparando terreno" in *Voz Sindical*, n.º 84 de 10/01/1926, p. 4.
[678] "Foi dado provimento ao recurso sobre a eleição na freguesia de S. Sebastião" in *O Setubalense*, n.º 2628 de 24/05/1926, p. 1

da magistratura.[679] Esta sentença parece legitimar parcialmente o comportamento dos vereadores cessantes. A *Voz Sindical*, já encarando a comissão executiva de Carlos Botelho Moniz como 'fascista', aproveitou a deixa para criticar a política de austeridade adotada, que resultou no despedimento de cerca de 40 operários do município: "*No Supremo Tribunal Administrativo foi anulada a eleição dos ditadores fascistas, que desde o início dos seus trabalhos, mais não fizeram, senão descontar gregos e troianos, perseguindo os operários do município e desorganizando serviços como o das aferições*"[680]. De nada valeu, a Primeira República caiu dias depois e vários destes homens continuaram ao leme do município nos anos seguintes.

3.2. Os efeitos económicos do pós-guerra e os primórdios do declínio (1919-1926)

3.2.1. Entre a hipertrofia da indústria de conservas setubalense e os primeiros sinais da crise sardinheira

> "*A brusca força da valorização do escudo* [...] *a alta de salários e do custo de vida* [...] *o peso constante dos encargos tributários; e, por sobretudo isto, a formidável, assustadora, fuga da espécie, perseguida constantemente por uma pesca mecânica, intensiva e exaustiva – todos estes factos* [...] *vão provocar, fatalmente, a maior crise local até hoje conhecida, após o período de maior abastança, que passou absolutamente inaproveitado*"[681].

A generalidade da literatura histórica local, tendo em vista a simplificação da interpretação dos avanços e recuos do setor das conservas de peixe, em Setúbal, tem balizado a sua evolução, *grosso modo*, em dois períodos: 1854-1880; 1880-1914. A primeira fase foi pautada pelo *take-off* industrial, demarcando-se as poucas unidades fabris existentes, caracterizadas por uma produção artesanal, mas de considerável qualidade e reputação externa. O segundo intervalo de tempo ficou marcado pela introdução progressiva do capital francês, pela inovação dos métodos de fabrico (melhorias na esterilização, na cozedura do pescado e nas embalagens), pela transferência do *know-how* estrangeiro, pela conquista de novos mercados e pela expansão equilibrada no número de fábricas.[682]

---

[679] "O recurso sob a eleição de S. Sebastião" in *O Setubalense*, n.º 2.630 de 26/05/1926, p. 1.
[680] "A ditadura municipal vai dar alma ao Criador" in *Voz Sindical*, n.º 103 de 30/05/1926, p. 4.
[681] MONIZ, Carlos Botelho, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1927, p. 3.
[682] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Horizonte, Lisboa, 1998; PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015; COSTA, Albérico A.; MOURO, Carlos, "Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal" in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 1990, pp. 19-29; ALCÂNTARA, Ana, *A indústria conserveira em Setúbal, 1854-1914*, Trabalho final de Licenciatura em História, variante de Arqueologia, FCSH/NOVA, Lisboa, 2004.

Em *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*[683] ficou patente que a conjuntura anormal do conflito trouxe consigo um desenvolvimento extraordinário à produção conserveira, um autêntico *boom*, em resultado das necessidades externas de consumo das tropas aliadas. Devem-se considerar estes anos como um terceiro marco cronológico na história deste setor no plano local, descrito como um ambiente selvático de competição e de desorganização, com a fundação de dezenas de unidades fabris. Propõe-se uma análise ao tempo de 1919-1933, avaliando os efeitos das três crises dos anos 20 (pós-guerra, escassez da sardinha de 1924-1927 e *crash* de Wall Street) e aos impactos provocados pela legislação pré-corporativa de 1928 e de 1932.

Neste quadro, nos primeiros meses do pós-guerra, as medidas implementadas pelos ministérios republicanos, designadamente a política inflacionista, a desvalorização do escudo e a liquidez beneficiaram os principais setores de atividade do País, desencadeando um clima de otimismo com a recuperação económica.[684] Para a indústria de conservas de peixe, o armistício não representou uma interrupção imediata das necessidades gaulesas e britânicas, mantendo-se um vasto conjunto de militares, através de comissões liquidatárias, em território francês e da Flandres e garantindo a continuidade da prosperidade artificial dos tempos da guerra.[685] Os valores nutricionais, as boas condições higiénico-sanitárias, o reduzido peso das latas e a rapidez de consumo eram decisivas na alimentação: "*permite distribuir a cada soldado uma série de rações de prolongado período de conservação que* […] *lhe garante, por muitos dias, autonomia alimentar* […] *o soldado só necessitará de escassos minutos para cada refeição*"[686].

O clima de aparente retoma do comércio internacional arrefeceu pouco depois, sentindo-se os efeitos na exportação conserveira portuguesa, que iniciou um ciclo depressivo.[687] Entre janeiro de 1920 e julho de 1921, a denominada 'Crise Esquecida' marcou o panorama do mundo ocidental através de uma deflação sem paralelo, da quebra do PIB norte-americano e da exponencial subida do desemprego.[688] Os partidos políticos

[683] FERREIRA, Diogo, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Estuário, Setúbal, 2017.
[684] ROLLO, Maria Fernanda (coord.), "Economia e inovação: derivações em cenário de crise" in *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, Lisboa, 2011, p. 527.
[685] DUARTE, Maria João Raminhos, *Portimão – Industriais Conserveiros na 1.ª metade do século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2003, p. 29.
[686] FERREIRA, Álvaro Joaquim Fernandes, *As conservas enlatadas na alimentação das tropas em campanha*, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Lisboa, 1949, p. 19
[687] ROLLO, Maria Fernanda, "O Surto Industrial" in *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, org: MARQUES, A. H. de Oliveira, Presença, Lisboa, 1991, p. 137.
[688] GRANT, James, *The Forgotten Depression – 1921: The crash that cured itself*, Simon & Schuster Paperbacks, New York, 2014.

portugueses digladiaram-se em torno dos modelos de combate à recessão, dividindo-se entre governos orientados pela ortodoxia financeira, que almejavam a diminuição de despesa pública, e os que desejavam acalmar o descontentamento popular por via do controlo dos preços.[689] A inflação portuguesa, entre 1918 e 1924, foi das mais graves da Europa, tendo sido apenas suplantada pela hiperinflação austríaca e alemã, resultando numa seríssima desvalorização da moeda.[690] Esta perda de valor do escudo face à libra foi de tal ordem que, em apenas quatro anos, catorze bancos portugueses faliram.[691]

Dependente inteiramente da importação, o primeiro semestre de 1921 foi duríssimo para os empresários conserveiros setubalenses.[692] No ano anterior, a quebra nas exportações de conservas de peixe, pelo porto de Setúbal, atingiu o nível abaixo de metade da média de toda a década: 4.695 toneladas. **[Tabela – Principais mercadorias exportadas pelo porto de Setúbal (1910-1939)]** Dada a redução do número de clientes e os obstáculos adicionais à obtenção de matérias-primas, uma quantidade muito significativa de fabricantes foi forçado a encerrar temporariamente as portas dos seus estabelecimentos industriais ou a reduzir o número de dias de produção: "*Sendo absolutamente indispensável acudir à enormíssima crise de trabalho que atormenta esta cidade, pela quase total paralisação das fábricas de conservas de que vivem a maior parte dos operários, dos quais 5.000 ou 6.000 se encontram desempregados*"[693].

As primeiras governativas não foram ao encontro das vontades da Associação Comercial e Industrial de Setúbal, que criticou a aplicação de taxas alfandegárias sobre a importação de matérias-primas, agravando os interesses de um setor cuja "*vida é indiscutivelmente difícil neste momento de pavorosa crise mundial*"[694]. A exceção foi a reabertura dos Armazéns Gerais Industriais de Setúbal, em abril de 1921[695], iniciativa

[689] LOUÇÃ, Francisco, "A jaula oligárquica: A modernização conservadora ao longo do século XX" in *O século XX português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*, org: ROSA, Fernando, Tinta-da-China, Lisboa, 2020, pp. 123-126.
[690] RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, vol. 6, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Editorial Estampa, Lisboa, 2001, p. 544.
[691] PROENÇA, Maria C., *Uma História Concisa de Portugal*, Temas e Debates, Lisboa, 2015, p. 649.
[692] "A paralisação da indústria de conservas" in *República*, n.º 427 de 26/02/1921, p. 2.
[693] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1290, Copiador de Correspondência Expedida - 2ª Secção, Lv. 5 (1920-1922), Ofício n.º 60 de 11/02/1921 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comissário-Geral dos Abastecimentos.
[694] AHP-AR, Secção IV, Cx. 47, Capilha n.º 46, Ofício s/ref.ª de 06/04/1921 enviado pelo Presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal para o Ministro das Finanças.
[695] Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 388 de 15/04/1921, p. 3.

criada no âmbito da 'economia de guerra', que teve como missão armazenar matérias-primas e o produto final, bem como a emissão de *warrants* sobre as mercadorias.[696]

A adaptação às condições económico-financeiras do pós-guerra e a 'crise esquecida' foi muito dura para as pequenas e médias empresas setubalenses de conservas de peixe. O deputado Ladislau Batalha levou o assunto à Câmara dos Deputados: "*as forças vivas de Setúbal vêm queixar-se da desgraça em que se encontram, com sessenta fábricas fechadas, sem azeite, sem mercados, sem nada, enfim, um horror!*"[697].

Em causa, a progressiva quebra de consumo britânica, italiana e francesa (perante o regresso a casa dos seus soldados), a desvalorização do produto final, a concorrência externa, a elevação das barreiras alfandegárias e a exigência das entidades bancárias em se liquidarem créditos[698]: "*Começou a derrocada nas fábricas de conserva. De vez em quando… mais uma fechada. Sempre esperámos isto. Quando nos tempos da grande «febre» se instalaram aí, por cada canto, dezenas e dezenas de fábricas, não faltou quem previsse, após a terminação dessa mina que foi a guerra europeia, a formidável «débacle» a que estamos assistindo*"[699]. A dimensão do problema da redução abrupta da exportação nacional é autoexplicativa, atentando aos números: em 1918 foram exportadas 35.879 toneladas de enlatados de peixe por apenas 22 fábricas conserveiras; em 1926, cerca de 400 unidades fabris não atingiram as 32 mil toneladas.[700]

A afirmação de políticas autárcicas na Europa produziu efeitos danosos num setor quase exclusivamente dependente do consumo externo.[701] A autarcia económica do Partido Nacional Fascista de Benito Mussolini, em 1923, já produzia queixas nos fabricantes setubalenses: "*esse mercado acha-se-lhe fechado, trazendo este facto enormes prejuízos à mesma indústria e, consequentemente, à economia do País*"[702]. A Espanha de Primo de Rivera seguiu a mesma política, assinando um convénio comercial com Portugal, que prejudicou os interesses dos conserveiros nacionais. Numa rara

[696] PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011, pp. 67-68.
[697] BATALHA, Ladislau, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 24, sessão de 16/02/1921, p. 5.
[698] SIMÕES, Nuno, "Notas sobre a evolução do nosso comércio de pescarias e de conservas de sardinha" in *Indústria Portuguesa – Revista da Associação Industrial Portuguesa*, Ano IX, n.º 97, março/1936, p. 28.
[699] "Voltando à antiga" in *A Mocidade*, n.º 385 de 01/03/1921, p. 4.
[700] BERNARDO, Hernâni de Barros, "Breve História da Indústria de Conservas de Peixe em Portugal" in *Indústria Portuguesa*, ano XXV, n.º 289, março/1952, pp. 4-5.
[701] RODRIGUES, Joaquim Vieira, *A indústria de conservas de peixe no Algarve: 1865-1945*, Arandis, Faro, 2022, pp. 89-90.
[702] Arquivo Histórico-Diplomático do Ministerio dos Negócios Estrangeiros [AHD-MNE], Sala 12, Estante 21, Prateleira 2, Mç. 76.015, Proc. n.º 244/20, Exposição de 17/01/1923 enviado pela Secção Sindical dos Fabricantes de Conservas de Setúbal para o MNE.

ocasião, trabalhadores e patrões uniram-se num protesto conjunto contra o acordo.[703] Nestes anos, França foi, de longe, o principal mercado consumidor de conservas de peixe portuguesas, tendo-se observado um considerável crescimento alemão, que atingiu os valores da Inglaterra. **[Tabelas – Média de toneladas de conservas de peixe importadas pelos principais países (1920-1934)]**

Para o economista António Manuel Pinto Barbosa, a génese da derrocada empresarial, verificada a partir do pós-guerra, relacionou-se intimamente, por um lado, com a ausência de formação industrial da esmagadora maioria dos fabricantes portugueses (muitos eram antigos soldadores ou operários conserveiros) e a consequente adoção de uma postura de improviso e, por outro, com a fragilidade financeira das firmas fundadas na conjuntura da Grande Guerra.[704]

Em março de 1933, um artigo do *Eco de Setúbal* refletiu sobre esta última dimensão: "*Mais tarde, o estado anormal que a Grande Guerra nos havia trazido desapareceu e, com ele, mostrou-se o enfraquecimento daqueles que julgavam serem eternos os bons e excelentes lucros; os que souberam gerir os negócios conseguiram sobreviver, os perdulários faliram ou abandonaram o ramo*"[705]. No mesmo comprimento de onda, António Francisco Teixeira, em conferência pública, considerou que o desordenamento produtivo e comercial local, incitado por estas microempresas, acarretou custos evidentes nos negócios gerados durante o retorno à normalidade pós-bélica.[706]

Para se abrir um estabelecimento industrial conserveiro eram necessários poucos recursos financeiros em virtude de os meios produtivos serem rudimentares e sem processos racionalizados.[707] Em 1922, apenas 14 fábricas possuíam geradores a vapor.[708] Estas "*fabriquetas minúsculas*"[709] careciam de conhecimento técnico e da resistência financeira para resistir às dificuldades do primeiro pós-guerra.

---

[703] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 31, NT 973, Telegrama de 14/08/1924 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[704] BARBOSA, António, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, ISCEF, Lisboa, 1941, pp. 20-24.
[705] "Os pequenos industriais de conservas na dependência dos exportadores?" in *Eco de Setúbal*, n.º 5 de 06/03/1933, pp. 7 e 13. Citado a partir de: QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 201.
[706] TEIXEIRA, António *A guerra económica na sua evolução*, Tip. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1935, p. 8
[707] COSTA, António Valente da Fonseca Alves, "Indústria de Conservas de Peixe" in *II Congresso da Indústria Portuguesa*, s.e., Lisboa, 1957, pp. 8-10.
[708] BELO, Manuel, "Relatório dos serviços da 3.ª circunscrição industrial no ano de 1922" in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 126, Imprensa Nacional, Lisboa, 1924, p. 70.
[709] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal, Cidade Vermelha – Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar (1974-1975)*, Estuário, Setúbal, 2017, p. 19.

Maria da Conceição Quintas sintetizou o real significado do surgimento das unidades fabris no decurso da Primeira Guerra Mundial: "*as fábricas nasciam de forma absolutamente anárquica. Até nos barcos se fazia conserva de peixe*"[710]. Ainda que as suas interpretações sejam manifestamente influenciadas pela doutrina corporativa, para Guilherme Faria estas empresas não foram mais que "*o resultado da euforia, desorganização e espírito de aventura próprios destas épocas anormais*"[711], dedicadas ao lucro de curto-prazo. Numa investigação pioneira, que marcou gerações de historiadores sadinos, a mesma figura apontou o decénio de 1920 como tendo sido o período em que o setor mostrou "*os primeiros sinais de cansaço resultante da hipertrofia que atingira*"[712], encerrando dezenas de unidades.

A evidência da natureza instável e frágil destas fábricas verifica-se no seu encerramento, em Setúbal, no decurso das décadas de 1920 e 1930: 1919 – 109 ou 132; 1920 – 94 ou 120; 1924 – 96; 1925 – 90; 1927 – 75; 1933 - 67. **[Tabelas – 'Evolução do número de fábricas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1854-1964)']** Este último número não deixa de ser impressionante, comparando com o total nacional (206), mantendo-se a cidade do Sado bem destacada na quantidade de fábricas conserverias aqui sediadas por comparação com os ilhéus industriais algarvios. **[Tabelas – N.º aproximado de estabelecimentos de conservas de peixe em Portugal]**

Para se compreender a dimensão debilidade financeira das firmas criadas durante a Grande Guerra, 69 fábricas de conservas de peixe faliram, foram absorvidas por maiores ou fundiram-se no arco cronológico desta investigação. **[Tabela – Firmas criadas durante a Grande Guerra e que se extinguiram nas décadas de 1920/1930]** No mesmo plano, dos 57 estabelecimentos industriais conserveiros setubalenses fundados no pós-guerra (1919-1923), ou no decurso da grande escassez da principal matéria-prima (1924-1927), raros foram os que chegaram à década de 1930, falindo pouco tempo depois. Algumas delas existiram menos de um ano. **[Tabela – Firmas criadas no pós-guerra ou durante a crise de escassez da sardinha e que faliram pouco depois]** Este panorama não era exclusivo da cidade do Sado, ocorrendo, por exemplo, em Lagos.[713]

---

[710] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 71.
[711] FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 1950, p. 25.
[712] *Idem*, p. 40.
[713] AMARO, Armando, "A indústria conserveira em Lagos (1882-1925)" in *Arqueologia Industrial*, 5.ª série, vol. III, n.º 1-2, edições Húmus, 2021, Ribeirão, pp. 52-78.

A gravidade das condições do pós-guerra e da crise sardinheira foram de tal ordem que algumas fábricas com tradição, em Setúbal, não resistiram: cerca de 19 empresas fundadas antes da Primeira Guerra Mundial faliram nos anos 20. **[Tabela – Firmas criadas antes da Grande Guerra e que faliram na década de 1920]** Numa perspetiva comparada com Portimão, a investigação de Maria João Raminhos Duarte demonstra as semelhanças entre os diferentes centros conserveiros portugueses: "*Muitas das unidades emergentes não tinham a grandiosidade nem as condições das fábricas já implantadas* [...] *tomando o aspeto de fabriquetas* [...] *Já não parecia a indústria organizada e apetrechada dos primeiros capitalistas, mas uma indústria improvisada e de ocasião*"[714]. Um dos raros casos de sucesso de empresas criadas por grupos de trabalhadores foi a *Marques, Neves & Companhia*, *Limitada*, fundada em 1917, por um conjunto de dez soldadores.[715] Conforme já mencionado, boa parte dos produtores começaram por ser operários, subindo na pirâmide social (*e.g.* Mariano Augusto Coelho).

Retornando aos dilemas económico-sociais experienciados localmente, no quadro do pós-guerra, a introdução dos cercos a vapor, em meados de 1919, foi um fator disruptivo nas relações laborais e no processo produtivo do setor piscatório de toda a comunidade, contribuindo para a sobrexploração da sardinha.[716] As suas vantagens (não dependiam do vento, eram mais velozes e utilizavam menos recursos humanos) eram apelativas para os armadores mais abastados. Esta transformação tecnológica foi muito mais dura para os marítimos, por comparação com a introdução de determinadas técnicas de pesca, como as armações à valenciana (1898) ou os cercos americanos (1910).[717] As armações móveis foram lentamente substituindo as fixas, estabelecendo-se como "*a arte mais representativa na captura de sardinha*"[718]. A chegada das traineiras, por volta de 1926/1927[719] ou 1933[720], não foi tão impactante, quanto a chegada dos cercos a vapor.

---

[714] DUARTE, Maria João Raminhos, *Portimão – Industriais Conserveiros na 1.ª metade do século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2003, p. 29.
[715] ADSTB, Notários Privativos de Setúbal, Notário Adriano Vilhena Pereira da Cruz, Cx. 5125, Lv. 149, fls. 37-40v, "Escritura de constituição da sociedade Marques, Neves & C.ª" de 01/03/1917.
[716] AMORIM, Vanessa Iglésias, "Mar, Pesca, Teatro, Antropologia: Um caminho iniciado" in *Pelos que andam sobre as águas do mar*, coord: BELCHIOR, Raquel, Edições Galateia, Lisboa, 2018, p. 35.
[717] MACHADO, Fernando Falcão, "A pesca marítima em Setúbal" in *XVI Congresso Internacional de Geografia*, Centro Tip. Colonial, Lisboa, 1951, pp. 187-191.
[718] MENDES, Hugo Vilela; BORGES, Fátima, "A sardinha no século XX: captura e esforço de pesca" in *Relatórios Científicos e Técnicos do INIAP*, vol. 32, IPIMAR, Lisboa, 2006, p. 16.
[719] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 80.
[720] ROQUETTE, José Brás, "Setúbal e os problemas da pesca" in *Setúbal e os problemas da sua economia*, Grémio do Comércio de Setúbal, Setúbal, 1949, pp. 19-24.

O que estava em causa, com a transição dos cercos a remos para os cercos a vapor, era a significativa redução do número de postos de trabalho de uma cidade pesqueira e a capacidade competitiva dos armadores financeiramente débeis. A questão levantou problemas sociais muito sérios, lógica que não era nova. Cerca de dez anos antes, a firma algarvia *João José Salgado, Sucessores*, em outubro de 1910, quis registar um vapor na capitania do porto de Setúbal, provocando grande revolta junto dos pescadores locais.[721] E voltariam a suceder, com mortes à mistura como se verificará mais adiante.

O governo de António Maria Baptista, em abril de 1920, procurou resolver esta contenda, pondo em vigor normas tendentes a uma lenta, mas progressiva substituição dos cercos a remos pelos cercos a vapor, sem que gerasse uma onda de desemprego. O Decreto-Lei n.º 6518 visou acautelar o investimento dos mais de 2 mil pescadores setubalenses, que se constituíram em cooperativas e adquiriram cercos a remos - libertando-se da dependência de um armador - e garantir a "*urgente necessidade de providenciar para que as 120 fábricas de conserva de sardinha de Setúbal sejam* [...] *abastecidas do peixe necessário à sua laboração*"[722]. As cooperativas de pesca não eram novidade na vida setubalense. Numa conjuntura distinta, entre 1912 e 1913, foram formadas perto de uma dezena, designadamente uma de ligação acrata: a *Libertária*.[723]

Esta legislação delimitou duas zonas de pesca, cada uma para os diferentes modelos de captura: para os cercos a remos ficaram reservadas águas que iam do forte do Cavalo, em Sesimbra, à lagoa de Santo André; os cercos a vapor tinham direito a pescar na restante área sob a jurisdição da capitania de Setúbal. As cooperativas de pesca tinham um tempo limitado (dois anos após a promulgação da lei, isto é, até abril de 1922) para concluir o processo de adaptação das suas embarcações, passando para o vapor. O problema não ficou resolvido. As provocações entre pescadores prosseguiram ao longo de 1920 e de 1921, queixando-se o respetivo sindicato que os tripulantes dos cercos a vapor atravessavam, com frequência, os limites estabelecidos pela lei, enquanto os armadores das embarcações a motor reclamavam de alegadas perseguições de que eram alvo por barcos pertencentes àquela associação de classe.[724]

---

[721] QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia Almada, *Greves, Sindicalismo – Setúbal (1910-1913)*, Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal, 1981, pp. 95-97.
[722] Decreto-Lei n.º 6518 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 72 de 07/04/1920.
[723] PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Bairro Santos Nicolau – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2012.
[724] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 12, Ofício n.º 599 de 04/06/1920 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro. CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 35, Ofício n.º 692 de 06/09/1921 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.

Sem recursos para impedir o deflagrar destas discórdias, os diferentes capitães do porto de Setúbal apelaram recorrentemente para que o rio Sado fosse monitorizado permanentemente por uma canhoneira da Marinha, cuja presença, *per si*, seria intimidatória e serviria para dirimir as confrontações.[725] Procópio de Freitas, ex-capitão do porto de Setúbal, alertou o Senado da República para a relevância de vigiar a captura ilícita de pescado por barcos estrangeiros: "*não havendo navios suficientes para que essa fiscalização se faça rigorosamente, é feita pelos pescadores dos cercos a remos*"[726].

Um dos grandes entraves do comércio do porto de Setúbal, prejudicando a indústria de conservas de peixe, era a não existência de uma embarcação que eftuasse o serviço de pilotagem. As reclamações das agências de navegação estrangeiras eram repetidas, merecendo alertas do vice-cônsul britânico em Setúbal: "[causa] *sérias e graves consequências, bem como despesas à navegação*"[727]. Muitas vezes, os navios tinham de esperar um dia para entrar no porto. Em desespero de causa, o capitão do porto de Setúbal assegurou um empréstimo, em 1925, para adquirir uma pequena chalupa, que desempenhasse parcialmente estas funções.[728] Apenas em 1931 a *Cetóbriga*, construída pela firma alemã *Kremer e Sohn*, entrou ao serviço, encerrando o dilema.[729]

As questões financeiras e sociais levantadas pela transição dos remos para o vapor atrasaram o processo mais tempo do que inicialmente se previa. Algumas embarcações foram apenas adaptadas a galeões para o transporte de mercadorias.[730] O elevado investimento, os obstáculos à importação de propulsores mecânicos e a resistência dos trabalhadores marítimos motivaram várias firmas a solicitarem formalmente a prorrogação dos prazos para que a frota setubalense fosse integralmente motorizada.[731] Nesse sentido, os governos republicanos, em duas ocasiões, reduziram os limites exclusivos de pesca para os cercos a remos. Em outubro de 1922, a fronteira marítima

[725] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 36, Ofícios n.ºs 724 e 733 de 07/09/1922 e de 11/09/1922 enviados pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[726] FREITAS, Procópio de in *Diário das Sessões do Senado*, n.º 114, sessão de 06/09/1922, pp. 3-4.
[727] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 30, Ofício s/ref.ª de 17/03/1923 enviado pelo Vice-Cônsul da Grã-Bretanha em Setúbal para o Chefe do Departamento Marítimo do Centro.
[728] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 244, Ofício n.º 1.006 de 13/08/1930 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Diretor-Geral de Fazenda Pública do Ministério das Finanças.
[729] QUINTAS, Maria da Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento - História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003, p. 87.
[730] CABEÇADAS, Henrique, "Embarcações tradicionais do Sado na primeira metade do séc. XX" in *Embarcações tradicionais do Sado*, MAEDS, Setúbal, 1986, p. 49.
[731] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 36, Ofício n.º 779 de 27/09/1922 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.

ficou diminuída até à ponta norte do Regueirão.[732] Em agosto de 1923, a cena repetiu-se e uma última prorrogação de 6 meses foi autorizada, voltando a reduzir-se a zona reservada aos cercos à vela. A partir de fevereiro de 1924, a costa da Galé passou oficialmente a estar livre para a pesca por embarcações a motor.[733]

Em quatro anos, a transformação da frota pesqueira ficou completa, dando um passo muito significativo do ponto de vista tecnológico e assegurando melhores condições para o sucesso das capturas: 1919 – 0 cercos a vapor e 34 cercos à vela/remos; 1921 – 5 cercos a vapor e 26 à vela/remos; 1922 – 25 cercos a vapor e 12 cercos à vela/remos; 1924 – 40 cercos a vapor e 0 cercos à vela/remos. **[Tabela – N.º de cercos à vela e a vapor registados na capitania do porto de Setúbal (1903-1939)]**

Quem não resistiu a este processo de modificação da frota foi a *Cooperativa de Pesca de Consumo e Edificação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal*, que se dissolveu em dezembro de 1923*:* "*Foi pena que aquele specimens de socialização de trabalho não se pudesse conseguir manter*"[734]. Fundada em setembro de 1920, esta resultou da agremiação de vinte e sete sociedades, compostas por 1814 pescadores (estatutariamente não eram cooperativas).[735] Este organismo era detentor de mais de duas dezenas de cercos a remos, constituídos por companhas de 60 a 70 homens, todos acionistas. Destinava-se a dividir os lucros da pesca ou a edificar habitações próprias para arrendar ou vender aos associados. A influência acrata neste organismo era clara, bastando ter presente alguns nomes das suas embarcações (*e.g. União Libertária*; *Aliança Libertári*a; *União Social*).[736]

Perante exemplos como este, o Ministro da Marinha, Silvério da Rocha e Cunha, dirigiu-se ao deputado Joaquim Brandão, em novembro de 1919, demonstrando uma impressionante clarividência sobre o que veio a suceder, a partir de meados de 1924, no mundo da pesca setubalense: "*Os operários do mar organizaram-se em cooperativas rudimentares* […] *A imprevidência dos marítimos de Setúbal é inegável, eles próprios o confessam; a sua prosperidade actual é apenas aparente. Sem espírito de economia, não constituem fundos de reserva e estão à mercê de qualquer crise que venha a dar-se, ou porque os cardumes de sardinha não arribem à costa* [...] *ou porque a indústria das*

[732] Decreto-Lei n.º 8425 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 216 de 16/10/1922.
[733] Decreto-Lei n.º 9079 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 184 de 27/08/1923.
[734] "Ecos & Notas" in *Alvorada*, n.º 95 de 08/08/1923, p. 1.
[735] MOURO, Carlos, "Cooperativa de Pesca, de Consumo e de Edificação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal (um centenário a relembrar)" in *Revista LASA*, n.º 14, versão digital, Setúbal, 2020, p. 29.
[736] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 36, Ofícios n.os 240 e 779 de 17/03/1922 e de 27/09/1922 enviados pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.

conservas venha a sofrer qualquer depressão imprevista"[737]. Estava a antecipar a desgraça. Os cercos a vapor foram decisivos para a sobre-exploração piscatória da principal matéria-prima da indústria de conservas de peixe: a sardinha.

As incessantes necessidades externas de consumo de enlatados de peixe, nos anos da Grande Guerra, significaram idas constantes para a faina, em busca de sardinha, no intuito de se abastecerem as fábricas de conservas locais. Enquanto a costa da Galé forneceu regularmente a matéria-prima, a sua renovação geracional não foi matéria de discussão. Nos anos do pós-guerra, apesar da progressiva diminuição dos mercados consumidores, a sardinha continuou a ser intensamente capturada e a possuir um valor extraordinário na primeira metade da década de 1920, atingindo o seu valor máximo, em 1923.[738] No ano seguinte, em média, cada canastra custava 120 escudos, valor considerado de "*verdadeira ruína*"[739] para os fabricantes. Os números não enganam: 1919 – 3866 contos; 1920 – 5975 contos; 1921 – 5402 contos; 1922 – 14301 contos; 1923 – 24627 contos; 1924 – 46346 contos. **[Tabela – Rendimentos do peixe capturado em Setúbal (1910-1939) (contos)]** Faz sentido, neste quadro, que esta subida de valor tenha sido acompanhada pelo crescimento do número de pescadores registados à beira Sado, quebrando apenas após o início da escassez: 1918 – 3.552; 1919 – 3.792; 1920 – 3.842; 1921 – 4.023; 1922 – 4.863; 1923 – 5.253; 1924 – 4.071. **[Tabela – N.º de pescadores matriculados no porto de Setúbal]** Apenas as políticas deflacionistas e de revalorização monetária[740] puseram termo aos preços até ali praticados que, em pouco mais de ano e meio, caíram vertiginosamente para os 60$00 por canastra.[741] Faz sentido, neste quadro, que esta subida de valor tenha sido acompanhada pelo crescimento do número de pescadores registados à beira Sado, quebrando apenas após o início da escassez: 1918 – 3552; 1919 – 3792; 1920 – 3842; 1921 – 4023; 1922 – 4863; 1923 – 5253; 1924 – 4071. **[Tabela – N.º de pescadores matriculados no porto de Setúbal]**

Os lucros associados à pesca da sardinha permitiam que a espécie fosse alcunhada de 'peixe dourado'. Não surpreende, deste modo, a descrição de Raúl Brandão em *Os Pescadores*: "*Vapores carregam infatigavelmente barcos de sardinha. São montanhas*

[737] CUNHA, Silvério Rocha in *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 80, sessão de 11/11/1919, pp. 4-6.
[738] "O valor industrial de Setúbal" in *O Volante*, n.º 169 de 03/08/1930, p. 15.
[739] "Economia Local" in *Gazeta Setubalense*, n.º 6 de 11/05/1924, p. 2.
[740] HENRIQUES, Francisco Maia, "Política económica e modernização industrial no Estado Novo: o condicionamento da indústria de conservas de peixe" in *Revista Portuguesa de História*, n.º 50, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019, pp. 245-246.
[741] MACHADO, Fernando Falcão, "A pesca marítima em Setúbal" in *XVI Congresso Internacional de Geografia*, Centro Tip. Colonial, Lisboa, 1951, p. 197.

que todos os dias se extraem do mar. A matança é enorme e constante"[742]. A pesca excessiva foi uma prática recorrente durante praticamente uma dezena de anos (1914-1924) e poucas foram as vozes que demonstraram preocupação com a possibilidade de a sardinha desaparecer devido à sua sobre-exploração e à utilização de artes de pesca altamente nocivas para a preservação da espécie. Essa questão apenas se levantou quando o território começou a apresentar sinais de esgotamento do seu *stock*: "*devastando os fundos pesqueiros, que têm constituído um depósito natural de pescarias naquela parte da costa, o que a continuar pode dar origem a perdas irreparáveis*"[743].

Entre as artes de pesca perigosas para a renovação das espécies, encontravam-se as redes 'chinchorros', introduzidas pelos marítimos de Sesimbra. Eram muito utilizadas pelos pescadores da Murtosa por dois motivos: o baixo custo e a facilidade de construção: "*Tem tido, mais de uma vez, esta capitania ocasião de ver o peixe morto pelas redes mencionadas, o qual, pelas suas dimensões, parece mostrar bem o efeito nefasto do seu uso*"[744]. Estas foram temporariamente proibidas no pós-guerra, possuindo a capitania do porto de Setúbal autorização para aplicar coimas aos infratores, dar ordem de prisão ou retirar a licenças.[745] Não obstante, o problema era muito difícil de resolver: "*todo o setubalense tinha um chinchorro para se divertir ao domingo com os amigos*"[746].

Outras artes ou aparelhos considerados nocivos à renovação das espécies foram sendo interditados, nomeadamente as que empregavam botirões fixos, certas dimensões de galrichos (1919) ou a 'fisga' (1925).[747] As artes conhecidas por 'sacadas', determinantes na autossubsistência de muitas famílias, foram alvo de grandes objeções.[748] A aplicação de explosivos na pesca era uma das práticas mais deploráveis, que mereciam as denúncias da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal.[749]

---

[742] BRANDÃO, Raúl, *Os Pescadores*, Tip. do Anuário Comercial, Lisboa, 1923, p. 245. [edição fac-símile]
[743] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 13, Ofício n.º 46 de 07/04/1921 do Presidente da Comissão Central de Pescarias do Ministério da Marinha para a 4.ª Direção-Geral do Ministério da Marinha.
[744] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 12, Ofício n.º 1134 de 09/12/1920 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[745] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 43, Ofício s/ref.ª de 20/09/1927 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Chefe do Departamento Marítimo do Centro.
[746] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 267, Ofício n.º 641 de 08/05/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Presidente da C.M. de Setúbal.
[747] Decreto n.º 5963 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 141 de 19/07/1919. Decreto n.º 10513 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 27 de 05/02/1925.
[748] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 27, Exposição de 06/09/1919 enviada por uma comissão de pescadores e donos de artes de pesca "sacadas" para o Capitão do porto de Setúbal.
[749] AHS-BNP, Espólio N61, 'Outros Grupos Profissionais', Cx. 111, Capilha 'Marítimos', Ofício s/ref.ª de 14/10/1921 enviado pela Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal para Joaquim Silva.

A captura de peixe miúdo foi uma das razões que mais influenciaram a gradual escassez de sardinha junto à costa, que já se fazia sentir, no verão de 1925: "[contribui] *para o agravamento da crise da pesca de sardinha, que há muito se tem feito sentir nas nossas costas, onde mais ou menos a pesca abundava*"[750]. O desejo dos marítimos em subsistirem economicamente, as elevadas quantias que os armadores conseguiam obter no mercado, com a venda do 'peixe dourado', ou a pressão exercida pelos industriais conserveiros, permanentemente necessitados de matéria-prima, incitavam à pesca precoce de esquilhas que eram "*petingas inaproveitáveis, e que se se as não tivessem pescado, dentro em pouco tempo, estariam em condições para o fabrico*"[751].

A recorrente pesca ilícita de cercos espanhóis, na jurisdição da capitania de Setúbal também foi responsável pela redução do *stock* de sardinha.[752] Em regime paliativo, os governos consentiram, em março de 1923, a criação de um posto especial de pescado e a fundação de um posto fiscal, em Tróia, em dezembro de 1925.[753]

As exigências de contingências foram surgindo à medida que os insucessos nas capturas de sardinha se repetiam cada vez mais. Em fevereiro de 1922, o *República* anunciava que "*muitas famílias estão sentindo acremente os horrores da miséria, devido à paralisação da maior parte das fábricas de conserva por lhes faltar a matéria essencial* [sardinha]"[754]. Nesse sentido, o futuro Governador Civil de Setúbal, Joaquim Lança, então gerente do estabelecimento conserveiro *Lusa*, foi um dos primeiros setubalenses, em 1923, a apelar à implementação imediata de um defeso obrigatório, que garantisse a reserva de sardinha.[755] O 'velho discurso', que visava o combate ao caráter mono-industrial da região, foi uma das armas tendente a alertar para o significado económico da falta de matéria-prima: "[existe] *absoluta necessidade de se criarem novas indústrias em Setúbal, que possam contrabalançar as falhas da indústria conserveira*"[756].

O Ministro do Comércio, Manuel Gaspar de Lemos, referindo-se aos processos menos «escrupulosos» empregues pela classe marítima, antecipou uma repetição do que tinha sucedido na Bretanha, na década de 1880: *"Estamos, assim, ameaçados de que*

[750] "Peixe miúdo - pesca criminosa" in *A Indústria*, n.º 109 de 14/08/1925, p. 1.
[751] MARCOS, "Indústria das Conservas – A pesca" in *O Município*, n.º 7 de 27/01/1923, p. 2.
[752] "A invasão" in *A Indústria*, n.º 98 de 29/05/1925, p. 1.
[753] Portaria n.º 3500 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 51 de 12/03/1923. Portaria n.º 4538 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 261 de 07/12/1925.
[754] "Falta de sardinha" in *República*, n.º 551 de 18/02/1922, p. 1.
[755] "Assuntos Locais" in *Alvorada*, n.º 91 de 01/05/1923, p. 2.
[756] Artigo sem título in *Gazeta Setubalense*, n.º 12 de 29/06/1924, p. 1.

suceda nas nossas costas, o que sucedeu nas costas francesas: a sardinha, que é um peixe migratório, sentindo-se mal nas nossas costas, tende a afastar-se"[757]. Antes da implantação da República, o repórter Fernando Foyos esteve em Setúbal. As suas palavras descrevem como a sardinha representava o centro da vida económica: "*quando a sardinha se nega, rogada e esquiva à conquista das redes, Setúbal tem um calafrio, paira nos ares a asa negra da fome.* […] *A sardinha é tudo. Se um dia a sardinha emigrasse...*"[758]

Na primeira metade de 1924, parecia mesmo ter emigrado, dando início a um longo pesadelo de recessão económica que, *grosso modo*, durou quinze anos. O clima de ansiedade apoderou-se dos conserveiros: "[a] *crise actual é a pior de todas que a indústria das conservas tem atravessado desde a sua fundação nesta cidade*"[759]. As reclamações dos fabricantes relativamente ao insucesso das capturas multiplicaram-se dali em diante: "*Não temos sardinhas que bastem para acudir às necessidades de mais duma centena de fábricas da nossa terra*"[760]. No primeiro quartel do século XX, a sardinha correspondia entre 80% a 90% do total do pescado capturado pelos marítimos sadinos. [761] Ao contrário das breves crises sardinheiras ocorridas em anos anteriores (1893[762] e 1910[763]), a escassez iniciada em 1924 foi de longa-duração.

Ao rasto deixado pelo fim da prosperidade artificial dos anos da guerra[764], pela 'crise esquecida' (1921) e pelos fortes sinais de escassez da principal matéria-prima (1924), o ano de 1925 confirmou as suspeitas de que a indústria de conservas de peixe, em Setúbal, atingiu um ponto de saturação e de hipertrofia sem retorno: "*jamais o industrial em Setúbal se viu a braços com tamanhas dificuldades*"[765]. A conjuntura agudizou-se na transição do liberalismo para o autoritarismo. Em média, no plano nacional, a produção de cada fábrica decaiu 49%, por comparação com 1918.[766]

---

[757] LEMOS, Manuel Gaspar de in *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 44, sessão de 02/03/1926, p. 10.
[758] FOYOS, Fernando da Cunha e, "Indústrias Portuguesas – A sardinha de conserva em Setúbal" in *Ilustração Portuguesa*, n.º 229 de 11/07/1910, p. 60.
[759] "A crise" in *A Indústria*, n.º 50 de 27/06/1924, p. 1.
[760] "Lutando – Lance difícil" in *A Indústria*, n.º 45 de 23/05/1924, p. 1.
[761] PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 64.
[762] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal nos finais do século XIX*, Caminho, Lisboa, 1993, p. 181.
[763] QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia Almada, *Greves, Sindicalismo – Setúbal (1910-1913)*, Assembleia Distrital de Setúbal, Lisboa, 1981, p. 92.
[764] RODRIGUES, Joaquim Vieira, *A indústria de conservas de peixe no Algarve (1865-1945)*, Arandis, Faro, 2022, pp. 86-87.
[765] "Ao comércio – A crise em Setúbal" in *A Indústria*, n.º 86 de 06/03/1925, pp. 1-2.
[766] MENDES, José M. Amado; RODRIGUES, Manuel Ferreira Rodrigues, *História da Indústria Portuguesa – da Idade Média aos Nossos Dias,* Publicações Europa-América, Mem Martins, 1999, p. 254.

Receando alterações na ordem pública, o então administrador do concelho, Carlos Sabino da Silveira, descreveu as razões para a «terrível crise» que assolava a cidade do Sado. Para além do insucesso das capturas, da redução do *stock* de sardinha ou da invasão dos enlatados de carapau norueguês no mercado francês, as súbitas alterações cambiais, apesar de terem incrementando a exportação, promoveram lucros muito mais baixos. À data deste relatório, em abril de 1925, das cerca de 100 fábricas conserveiras sediadas em Setúbal "*50 encontram-se completamente paralisadas, 10 talvez já não reabram e 40 têm trabalhado com redução de horas e metade do trabalho de empreitada*"[767].

Em paradoxo com a escassez sardinheira, este foi o ano em que o *record* de venda de caixas de conservas setubalenses foi largamente ultrapassado (cerca de 1 milhão = 19.492 toneladas).[768] Rendeu mais de 65 mil contos. A política deflacionista e a revalorização da moeda, decisões do governo de Álvaro de Castro, e a acumulação de enlatados armazenados do ano anterior (ou conservas adulteradas, com outra espécie) – numa autêntica crise de sobreprodução[769] - tornou o produto altamente competitivo, mas representou perdas na ordem dos 50% para muitas unidades fabris.

A extraordinária sobrevalorização do produto decorreu entre 1922 e 1923: 8.830 toneladas exportadas, equivalendo a 9.055 contos; 12.891 toneladas exportadas no valor de 47.803 contos. **[Tabela – Comparação da evolução das toneladas de conservas de peixe exportadas pelo porto de Setúbal e o total nacional (1900-1939)]**

A evolução do total do movimento de mercadorias do porto de Setúbal ilustra esta disrupção de preços - que não se relaciona com o aumento do tráfego comercial - quer na importação, quer na exportação. Se em 1921 se totalizou 17.779 contos em 58.000 toneladas comercializadas, em 1924 este valor ascendeu a mais de 100 mil contos em 53.050 toneladas importadas ou exportadas pelo porto sadino. **[Tabelas – Comparação do movimento de mercadorias nos principais portos do continente (1921-1926) e Movimento de mercadorias no porto de Setúbal (1910-1939)]**

Para piorar este dilema, a sardinha mantinha-se a um elevado custo. No intuito de maximizar os lucros do pouco pescado capturado, determinados armadores optavam por

[767] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 33, NT 988, Ofício-Relatório n.º 162 de 08/04/1925 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[768] "As nossas relações comerciais com a França" in *Cetóbriga*, n.º 1 de 01/03/1926, p. 11.
[769] DUARTE, Maria João Raminhos, *Portimão – Industriais Conserveiros na 1.ª metade do século XX*, Colibri, Lisboa, 2003, p. 30.

vender noutras regiões.[770] Esta questão, anos antes, levantou sérias contrariedades, protestando as operárias conserveiras com a opção de as canastras serem vendidas fora de Setúbal ou em alto mar, ao invés de abastecerem as fábricas locais e o Mercado do Livramento.[771] Eram raras as exceções de integração vertical de cercos de pesca por parte dos industriais conserveiros, preocupados em controlar o custo da matéria-prima.[772]

Na qualidade de porto de pesca, Setúbal manteve-se como o mais rentável de todo o País, atingindo a barreira dos 31 mil contos, em 1925, bem acima de Portimão (10 mil contos) e de Lisboa (9 contos). **[Tabela - Valor do pescado vendido nos principais portos portugueses (1925)]** Números enganadores. Apesar da semelhança das quantias de pescado capturado, em Setúbal, nos anos de 1916 e de 1924, a receita da alfândega local demonstra esta perda de riqueza: 1916 – 295 contos; 1924 - 115 contos.[773] Em tom desesperado, o porta-voz dos fabricantes, *A Indústria*, informava, em outubro de 1925, que algumas centenas de operários iam para o desemprego: "*São em número de dezassete as fábricas que encerraram as suas portas no período agonizante que a indústria vem atravessando, sem que jamais consigam reabrir*"[774]. Muitos armadores e cooperativas de pesca, por impossibilidade de financiar os custos da exploração da pesca, encalharam as suas artes.[775] Não é possível quantificar o número de trabalhadores que perderam o seu emprego, dado que a população industrial e piscatória era altamente flutuante.[776]

A enraizada interdependência da economia setubalense (pesca – conservas – exportação – comércio), a redução da atividade piscatória e a paralisação industrial colocaram sérios entraves à subsistência de cerca de 15 mil pessoas (pescadores, operários conserveiros ou trabalhadores de setores anexos, designadamente caixotaria, latoaria ou litografia), gerando índices de desemprego elevadíssimos: "*O povo de Setúbal debate-se ainda numa terrível crise de trabalho, que tem aumentado a miséria em muitos lares e a fome em milhares de crianças e adultos*"[777]. Oriol Pena chamou a atenção do Governo, realçando que a C.M. de Setúbal recebeu mais de sete centenas pedidos de ajuda:

[770] "Continua a crise" in *A Indústria*, n.º 88 de 20/03/1925, p. 1.
[771] "Venda de peixe" in *O Setubalense*, n.º 897 de 24/09/1920, p. 2.
[772] MATA, Maria Eugénia, "Managerial strategies in canning industries: A case study of early twentieth century Portugal" in *Business History*, vol. 51, n.º 1, Taylor & Francis, Oxford, 2009, p. 52.
[773] "A larga marcha da crise industrial" in *A Indústria*, n.º 93 de 24/04/1925, pp. 1-2.
[774] SILVA, Artur, "E quantas mais? Não é fácil saber-se!" in *A Indústria*, n.º 118 de 16/10/1925, p. 1.
[775] "Assuntos Locais" in *Alvorada*, n.º 117 de 10/04/1925, p. 2.
[776] SILVA, Augusto, "Relatório dos serviços da 3.ª circunscrição industrial no ano de 1925" in Direção-Geral das Indústrias do Ministério do Comércio e Comunicações, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 133, *Relatórios dos Serviços das Circunscrições Aduaneiras no ano de 1925*, IUC, Coimbra, 1927, p. 75.
[777] "A crise" in *Voz Sindical*, n.º 46 de 12/04/1925, p. 1.

"*situação aflitiva, muito grave e dolorosa de que está sofrendo o operariado*"[778]. O município, na tentativa de reduzir o desemprego, solicitou uma dotação mensal junto do Estado para se proceder às obras de cobertura do antigo ribeiro do Livramento.[779]

Universo patronal e trabalhadores viram-se forçados a exigir medidas de contingência ao ministério dirigido por Vitorino Guimarães, no sentido de verem as suas condições minimamente atenuadas. Uma comissão composta por conhecidos elementos libertários, Januário Sabino (Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal), José Viegas Samurrinha (Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Setúbal) e António Costa (Associação de Classe da Construção Civil de Setúbal) preparou uma moção ao Governo, enaltecendo a "*crise que nesta cidade se vai acentuando dia a dia e que a miséria, com todos os seus horrores, vai visitando os lares dos trabalhadores*"[780].

Um vasto grupo de comerciantes e industriais fez-se representar numa reunião junto dos ministros do Interior e das Finanças, reivindicando soluções que poderiam melhorar o contexto de recessão local. Estas foram inseridas numa exposição de Carlos Sabino da Silveira: a) elevar a 60% a percentagem abonada pela C.G.D. sobre o penhor mercantil; b) criar um fundo provisório para alguns industriais hipotecarem os seus imóveis; c) elevar os descontos no Banco de Portugal; d) prorrogar o prazo das taxas complementar/transação; e) reduzir em 1$50 o imposto de exportação; g) diminuir as sobretaxas nos caminhos-de-ferro; h) renegociar tratados de comércio, nomeadamente com França, onde estava em prática a tarifa máxima de importação. A preocupação do delegado do Governo é clara: "*morta a indústria de conservas nesta cidade, com ela morrerá todo o comércio, a vida da mesma cidade e todo o seu movimento!!*"[781]. Parte deste pacote de medidas foi apresentado diretamente ao deputado e ex-Ministro do Comércio, Nuno Simões, aquando da sua visita a Setúbal, em 22 de março de 1925. Esta personalidade foi recebida por diversos industriais, visitou algumas fábricas de conservas e reuniu com a Associação Comercial e Industrial de Setúbal.[782]

---

[778] PENA, Oriol in *Diário das Sessões do Senado*, n.º 35, sessões de 23-25 de abril de 1925, p. 5.
[779]ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 99, Lv. 28, Ofício n.º 650 de 30/09/1925 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Comércio e Comunicações.
[780] Citado a partir de: COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 278.
[781] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 33, NT 988, Ofício-Relatório n.º 162 de 08/04/1925 enviado pelo Delegado do Governo, em Setúbal, para o Governador Civil de Lisboa.
[782] "A visita a Setúbal do sr. dr. Nuno Simões" in *A Indústria*, n.º 89 de 27/03/1925, p. 1.

A desilusão destes empresários para com a impotência dos governos em resolverem os seus problemas afastou-os do republicanismo liberal. A permissão de se exportar sardinhas para Espanha (ao invés de se garantir o abastecimento para as fábricas)[783] e a proibição da importação de azeite para fins industriais[784] foram encaradas como atentados aos seus interesses. Na véspera da revolução militar, os industriais conserveiros qualificavam o quotidiano produtivo como "*situação horrorosa*"[785].

Quer tenha sido em desespero para salvar as suas empresas e economias pessoais ou pura ganância, a adulteração do produto exportado foi a resposta encontrada para a escassez da sardinha. Herdando uma prática corrente dos anos da Grande Guerra, os fabricantes voltaram a vender 'gato por lebre', colocando petingas, carapaus e outras espécies no interior das latas. Este aspeto contribuiu decisivamente para o descrédito dos enlatados de Setúbal. Não querendo ser exaustivo na repetição de diversos exemplos encontrados na pesquisa documental, em junho de 1924, o cônsul de Portugal em Bordéus comunicou à tutela que, numa encomenda da marca sadina *Paris City*, as sardinhas foram parcialmente substituídas por carapaus, exigindo responsabilidades morais e financeiras ao fabricante: "*não podemos ficar indiferentes perante factos tão graves, que desacreditam por completo a nossa indústria de conservas no estrangeiro*"[786]. A irracionalidade económica desta decisão é gritante: Bordéus era porto de entrada de 50% das conservas produzidas localmente.[787] O pouco cuidado no processo de encaixotamento originou, também, frequentes reclamações por parte dos importadores estrangeiros.[788]

Um leque restrito de fabricantes procurava a excelência do produto que comercializavam, participando ativamente em exposições internacionais com o propósito de expandir os seus mercadores consumidores e combater a má fama que outros industriais davam às conservas locais. Foram os casos das *Camalhão, Portela & C.ª*; *Bonifácio Lázaro, Ltd.*; *Casimiro & Nascimento*; *Vidal, Cruz & C.ª*; *Adriano G. de Morais & C.ª* que obtiveram prémios na Exposição Internacional do Rio Janeiro de 1923.[789]

[783] "A indústria de conservas" in *A Indústria*, n.º 135 de 12/02/1926, p. 2.
[784] "Simplesmente horrível" in *A Indústria*, n.º 131 de 15/01/1926, p. 2.
[785] "A postos! Situação horrorosa" in *A Indústria*, n.º 134 de 05/02/1926, p. 2.
[786] AHD/MNE , Sala 12, Estante 21, Prateleira 2, Mç. 76.015, Proc. n.º 244/20, Ofício n.º 17 de 06/06/1924 enviado pelo cônsul de Portugal em Bordéus para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.
[787] "Indústria das Conservas – Mercado de Bordeaux" in *O Município*, n.º 4 de 18/01/1923, p. 3.
[788] "Embalagem das conservas" in *A Indústria*, n.º 81 de 30/01/1925, p. 1.
[789] "Exposição Internacional do Rio de Janeiro" in *A Indústria*, n.º 15 de 26/10/1923, p. 4.

Entre o pós-guerra e a queda do regime republicano liberal, a indústria de conservas de peixe, em Setúbal, não vivenciou apenas a panóplia de problemas mencionados anteriormente. Pela sua natureza, o cenário era ainda mais complexo em virtude da dependência permanente da importação de matérias-primas. O brutal encarecimento, por exemplo, da folha-de-Flandres dificultou a estabilidade das firmas: 1921 – 1.130 toneladas importadas, equivalendo a 1.020 contos; 1924 – 4.932 toneladas no valor de 19.497 contos) **[Tabela – Principais mercadorias importadas pelo porto de Setúbal (1910-1939)].** Na geografia setubalense, em especial, a indústria sofria com as frequentes paralisações laborais, resultantes das múltiplas greves: "*E tanta vez ela tem suportado esta dura prova, que começa a estar cansada, de uma vez para sempre*"[790].

A necessidade recorrente das unidades fabris exercerem funções pela madrugada fora, de acordo com as horas de chegada de pescado, obrigava a um contíno fornecimento de energia. As *Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade*, única fábrica de gás da cidade, em diversas ocasiões (como no verão de 1923[791]), quebraram os seus serviços de cariz industrial aos estabelecimentos conserveiros, impossibilitando o trabalho noturno: "*Compreende-se, portanto, a ansiedade dos fabricantes de conservas, sempre que aos ouvidos lhes chega o primeiro murmúrio da próxima falta de gás*"[792].

A elevada carga fiscal asfixiou a esmagadora maioria dos fabricantes setubalenses e sesimbrenses, representando outra causa para o lento processo de declínio do universo conserveiro desde o pós-guerra.[793] No início dos anos 20, a insatisfação dos fabricantes locais em terem de pagar a taxa *ad-valorem*, que atingia os 1,5% desde 1917, assentava na evidência de que não se verificaram melhorias infraestruturais concretas. As quantias não reverteram na construção de estruturas de apoio à atividade piscatória e industrial (*e.g.* armazéns, cais para descargas).[794] Este imposto de 1% foi criado, em 27 de julho de 1901[795] e atingia todas as mercadorias exportadas pela delegação aduaneira de Setúbal (exceto os vinhos), tendo como desígnio as obras de reestruturação do porto.[796]

[790] Artigo sem título in *A Folha de Setúbal*, n.º 9 de 07/06/1923, p. 2.
[791] "Carvão, Água e Pão" in *A Indústria*, n.º 2 de 27/07/1923, p. 2.
[792] "Gás" in *O Município*, n.º 5 de 20/01/1923, p. 3.
[793] ALMEIDA, Andreia da Silva, *A indústria conserveira de Sesimbra (1933-1945)*, Novas Edições Académicas, s.l., 2015, pp. 90-92.
[794] SILVA, Artur, "Assim não pode continuar" in *A Indústria*, n.º 9 de 14/09/1923, p. 2.
[795] Decreto de 27/07/1901 in *Diário do Governo*, n.º 173 de 06/08/1901.
[796] CLARO, Rogério Peres, *12 anos de deputado*, vol. I, edição de autor, Évora, s.d., pp. 169-170.

No outro canto do ringue, as sucessivas comissões executivas setubalenses comunicavam aos governos[797] que a lei n.º 999 (reformulação legislativa, autorizando os municípios a cobrarem a taxa *ad-valorem* sobre quaisquer géneros ou mercadorias exportadas até 3%)[798] "*veio dar-lhe os meios de vida que lhe faltavam*"[799]. A abolição do imposto, seria o equivalente a "*tirar-lhes todos os meios de administração, lançando os municípios na insolvência e levando-os para a anarquia administrativa*"[800].

E este discurso não variava de acordo com a cor político-partidária. O democrático Francisco Fernandes e o conservador Carlos Botelho Moniz repetiram-no nos seus mandatos pelos cofres municipais estarem subordinados à receita deste imposto.[801] Carlos de Oliveira Trigo, a pretexto dos numerosos encargos municipais, lançou, em outubro de 1923, um adicional de 30% sobre as contribuições do Estado em benefício da C.M. de Setúbal. Os fabricantes viram-se forçados a elevar o custo de cada lata de conservas, perdendo capacidade competitiva nos mercados: "*medida que os industriais consideram excessiva e absurda lançada sobre uma indústria que está sobrecarregada com todo o género de contribuições e que ultrapassou toda a sua capacidade tributária*"[802]. Os armadores e as remanescentes cooperativas de pesca pagavam um elevado imposto de transação e 3% de *ad-valorem*: "*os armadores desta localidade se veem na sua maioria arruinados, forçados são a pedir a V. Exa. e ao governo, providências no sentido de alcançar a diminuição de encargos que não podem suportar*"[803].

No período de 1922-1925, os governos republicanos agravaram a carga fiscal, aumentando as importâncias a cobrar pelo Estado sob os direitos *ad-valorem* das conservas exportadas, passando de 4$00 por kg, em 1923, para 4$50, em 1924, e, finalmente, para 5$00 no mesmo ano.[804] Numa posição extremada, os fabricantes, após a

[797] *Diário da Câmara dos Deputados*, n.ºs 150 e 14, sessões de 10/11/1920 e de 30/08/1921, p. 3 e p. 3.
[798] Lei n.º 999 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 147 de 16/07/1920.
[799] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 21, Ofício n.º 1701 de 14/11/1921 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Presidente do Ministério.
[800] AHP-AR, Secção IV, Cx. 50, Capilha n.º 29, Representação de 17/04/1922 dirigida ao Ministro das Finanças, anexa ao ofício n.º 519 de 19/04/1922 enviado pelo Presidente da C.M. Setúbal para o Presidente da Câmara dos Deputados.
[801] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 99, Lv. 28 e Lv. 29, Telegramas de 11/12/1925 e de 23/04/1926 enviados pelo Presidente da C.M.S. para o Presidente da Câmara dos Deputados e para o Ministro da Marinha.
[802] "A indústria local e os impostos" in *A Indústria*, n.º 15 de 26/10/1923, p. 1.
[803] "A pesca" in *A Indústria*, n.º 145 de 23/04/1926, pp. 1-2.
[804] Decreto n.º 8575 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 7 de 11/01/1923. Decreto n.º 9601 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 84 de 16/04/1924. Decreto n.º 10016 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 184 de 15/08/1924.

publicação da lei n.º 1368[805], declararam *lock-out* em protesto contra o novo regime de impostos: "*o mal-estar inquietador e o pânico aumenta entre os industriais que se interrogam se valerá a pena liquidar ou encerrar as suas fábricas* […] *em consequência da falência que derivará do pesadelo da aplicação da rede de impostos*"[806].

A escassez sardinheira resultou no desinvestimento do capital francês, uma das consequências mais pesadas para a cidade. Estes desviaram os seus investimentos para outros pontos de Espanha, retornaram ao país de origem ou declararam insolvência. Em poucos anos, alguns estabelecimentos industriais e empresas de origem francesa foram fechando portas: as firmas de René Béziers (1919), a *Fermisson, Aires & C.ª* (1925), a *Daniel & De Raymond* (1927) e a *Ferdinand Garrec & C.ª* (1931) ou as fábricas de Ange Aleno (1926) e da família de Albert Rouillé (1929).[807]

Sob o prisma empresarial francês que o clima de permanente conflituosidade laboral e social, que caracterizou todo o período do regime republicano, não se compaginava com a tranquilidade necessária à produção: "*Há muito tempo que o bom nome de Setúbal sofre agravos, lá fora, baseados nas lutas intestinas que quase constituem o seu vivo reclame*"[808]. Na retina dos empresários gauleses estavam os episódios dos verões de 1911 e 1917 ou da primavera de 1919. Nos primeiros tempos da Primeira República, em 2 de agosto, as fábricas de conservas de Pierre Chancerelle, de Ange Aleno, de René Béziers e de Albert Rouillé foram invadidas pelos trabalhadores, durante uma greve, tendo o último sido alvo de agressões na sua habitação. O embaixador em Lisboa viu-se na obrigação de chamar a atenção do governo: "*Ce jour là une troupe des grévistes, sans rencontrer sucune oposition de la part de la police et des autorités locales, a pénétré par la violence dans les établissements de quatre fabricant français*"[809]. Em agosto de 1917, a firma de René Béziers voltou a ser alvo de assaltos coletivos de soldadores, destruindo cravadeiras.[810] A absolvição dos 10 indivíduos envolvidos, em abril de 1919[811], gerou um incidente diplomático. O embaixador francês considerava que

[805] Lei n.º 1.368 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 197 de 21/09/1922.
[806] "Indústria das Conservas – Impostos" in *O Município*, n.º 5 de 20/01/1923, p. 2.
[807] Levantamento produzido a partir de: PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *A indústria de conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, pp. 296-310.
[808] ABOIM, Correia, "Semana Política: Interesses Locais" in *A Folha de Setúbal*, n.º 10 de 14/06/1923, p.1
[809] AHD/MNE, 3.º Piso, Armário 3, Mç. 201, Proc. n.º 199, Cópia de ofício de 05/08/1911 enviado pelo Ministro de França em Lisboa para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.
[810] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Mç. 125, Cx. 20, Lv. 72, Ofício n.º 46 de 11/03/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para Governador Civil de Lisboa.
[811] PEREIRA, Joana Dias, *op. cit.*, p. 123.

os danos deveriam ser indemnizados pelo Estado português, uma vez que as autoridades foram incapazes de assegurar a segurança dos bens do seu compatriota.[812]

A intranquilidade em torno do capital investido foi crescendo com celeridade, contribuindo para a decisão dos proprietários desta empresa em encerrar a suas instalações naquele ano: "*auront désormais, et à juste titre, des raisons de penser que la protection de leurs biens n'y est pa assurée*"[813]. Para denegrir mais o cenário, dias depois do julgamento, os gauleses da *Daniel & De Raymond* "*foram ameaçados por operários com um assalto aos seus estabelecimentos e tiveram de pedir a proteção da força armada*"[814]. Em contraciclo, Setúbal recebeu a expansão de duas empresas espanholas dedicadas à produção de enlatados de peixe: a *Gándara, Haz, Rábago y Cía*, em 1923, e a família galega Alonso, que fundou a célebre fábrica 'Espanhóis do Bonfim', em 1924.[815]

A multiplicação de incêndios deflagrados em fábricas de conservas setubalenses, nos anos subsequentes ao início da escassez da sardinha na costa da Galé, também ajuda a explicar, a diminuição considerável do número de unidades fabris sediadas na região. No calor das chamas desapareceram, pelo menos, as seguintes cinco fábricas até ao final dos anos vinte: *Arrábida* (1920); *Unida* (1922); o estabelecimento da empresa *Fermisson, Aires & C.ª* (1925); *Arrábida* (1929); a fábrica *Santa Rita* (1930).[816]

Existe uma evidente correlação entre o número de incêndios e a conjuntura generalizada de recessão iniciada com a crise sardinheira. Se entre 1884 e 1926 apenas se verificaram 14 fogos em fábricas, entre 1927 e 1957 ocorreram 39: "*em geral a população falava em 'fogos salvadores'*[817]*, que surgiam pela madrugada e que, graças ao dinheiro dos seguros, podiam evitar a falência de algum industrial menos afortunado*"[818].

---

[812] "Um julgamento" in *Alvorada*, n.º 19 de 01/04/1919, p. 3.
[813] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Mç. 118, Cx. 13, Lv. 69, Cópia do ofício de 03/04/1919 enviado pelo Ministro de França em Lisboa para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.
[814] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 107, NT952, Ofício n.º 489 de 10/04/1919 enviado pelo secretário do Ministro do Interior para o ministro
[815] BADÍA, Xoán, Carmona, "Antonio Alonso: La más antigua de las conserveras gallegas" in *Las familias de la conserva: El sector de las conservas de pescados a través de sus sagas familiares*, Fundación Cluster De Conservación De Productos Del Mar, España, 2011, p. 12.
[816] "As fábricas nos primeiros andares" in *Alvorada*, n.º 40 de 20/05/1920, p. 2; COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 271; "Violento incêndio" in *A Indústria*, n.º 109 de 14/08/1925, p. 1; "Grandioso incêndio" in *A Cidade*, n.º 2 de 10/03/1929, p. 3; "O grande incêndio da noite passada – Ardeu totalmente a fábrica Santa Rita" in *O Setubalense*, n.º 3884 de 13/11/1930, p. 5.
[817] Os gerentes mandavam todo o pessoal para casa, espalhavam serradura embebida em azeite, abriam pequenos montinhos e colocavam velas para deflagrar.
[818] PEREIRA, Alberto, *Os 125 anos da Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal (1883-2008)*, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, Setúbal, 2011, p. 46.

Algumas corriam riscos de combustão devido, por exemplo, à falta de fiscalização das caldeiras de estanhagem[819]: "*Achamos ser perigosíssima a maneira como funcionam algumas fábricas de conservas*"[820]. A desconfiança cresceu entre as diferentes empresas seguradoras, que se tornaram cada vez mais reticentes em colaborar com unidades fabris conserveiras de Setúbal. A companhia de seguros *The Liverpool and London* foi uma das primeiras que anunciou a rescisão dos contratos com os fabricantes setubalenses.[821] Conforme demonstrou Paulo Guimarães, os decénios de 1910 e 1920, do ponto de vista urbanístico, pautaram-se pelas transformações infraestruturais de edifícios habitacionais em imóveis destinados a fábricas de conservas de peixe, armazéns ou anexos, desrespeitando normas de segurança e ou princípios de ordenamento de território.[822]

As suspeitas eram tão altas que, em 1929, a corporação dos bombeiros municipais foi alvo de uma sindicância, que resultou na sua extinção e na suspensão do seu comandante, Viriato Vicente do Carmo[823], pelo seu desempenho no combate às chamas na fábrica *Arrábida*.[824] A abertura deste inquérito motivou outra reforma do serviço municipal de combate aos incêndios.[825]

Num panorama de profunda complexidade económico-financeira, os créditos industriais eram encarados pelos fabricantes conserveiros como boias de salvação para as oscilações da procura externa, para os desequilíbrios cambiais, para as dificuldades na obtenção de matérias-primas e, principalmente, para a falta de liquidez das suas empresas.[826] No contexto local, todavia, a maioria das filiais dos grandes bancos serviam como meras representações formais, sem capacidade interventiva. Era o caso da delegação do Banco de Portugal.[827] Diversos negócios não se concretizavam em virtude destas instituições não possuírem numerário. Mais importante, as administrações dos

[819] PEREIRA, Francisco Marques, "Serviços de Incêndio" in *O Sado*, n.º 6 de 14/04/1929, p. 1.
[820] *Riafa* (pseudónimo), "Nas fábricas" in *O Sado*, n.º 10 de 12/05/1929, p. 5.
[821] PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Anais de Setúbal do século XX - Uma cronologia ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023, p. 82.
[822] Cf. GUIMARÃES, Paulo, "A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX" in *Análise Social*, vol. XXIX, ICS, Lisboa, 1994, pp. 526-554.
[823] Liderava 39 elementos desde a reestruturação do departamento em 1919. C.M. de Setúbal, *Regulamento do Corpo de Bombeiros Municipais de Setúbal*, Tip. Pereira & Pereira, Setúbal, 1919, pp. 3 e 40.
[824] "Bombeiros" in *A Indústria*, n.º 299 de 05/04/1929, p. 1.
[825] C.M. de Setúbal, *Regulamento dos serviços de Salvação Pública do concelho de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1930.
[826] "Questões Económicas – Crédito Industrial" in *Gazeta Setubalense*, n.º 9 de 08/06/1924, p. 1.
[827] Edifício construído, entre 1922 e 1928, e que foi projetado pelo arq.º Adães Bermudes. Este arquiteto projetou a sede da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal, inaugurada em 1911. ROCHA, Maria Margarida; SAMARA, Maria Alice, "Património artístico de Setúbal" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, p. 77.

bancos, como da C.G.D., não consideravam que os industriais conserveiros sadinos fossem capazes de honrar os seus compromissos: "*as fábricas em Setúbal estavam montadas em barracas de madeira sem valor nenhum, e, por isso, nada garantiam*"[828].

Por este conjunto de razões, no início da década de 1920, começou a circular a ideia de se criar um banco regional, destinado a atender aos interesses comerciais e industriais de Setúbal, estimulando o seu ressurgimento económico. Os cambiais ficavam retidos no concelho e serviriam para financiar empreendimentos relevantes para a cidade. Como base para este organismo transformar-se-ia a pequena Casa Bancária Raúl P. Santos, fundada em 19 de fevereiro de 1916.[829] Na perspetiva de armadores e industriais conserveiros, uma instituição destas traria tranquilidade em períodos de escassez de pescado ou de contração das importações: "*E é essa falta que o Banco Regional do Sado vem procurar suprir; e é essa função que ele vem procurar exercer*"[830]. Em agosto de 1923, conheceu-se a comissão fundadora da entidade foi conhecida, compondo-se dos principais nomes da praça setubalense.[831] **[Tabela – Capital social do Banco Regional do Sado (1924)]** A escritura do Banco Regional do Sado foi lavrada, em 18 junho de 1924, tendo sido formalmente constituído como instituição bancária, através da publicação do Decreto n.º 9770.[832] Os seus estatutos[833] definiam como propósito "*servir principalmente os interesses industriais, comerciais e agrícolas desta cidade e seu concelho, alargando a sua acção pela região do Sado*"[834].

Era tarde demais. A crise sardinheira chegara e as políticas cambiais alvaristas começavam a fazer-se sentir no comércio externo, protelando o arranque efetivo da atividade bancária. Anos mais tarde, o cérebro da operação, Raúl P. dos Santos, apontou o dedo à profunda crise económica setubalense, que caracterizou de «agudíssima», e a uma «campanha surda», como impedimentos para que o capital subscrito inicialmente fosse concretizado: "*Vão passados sete anos. Sete anos de descalabro, de miséria*".[835]

---

[828] "Que tal acham esta? Afirmações infelizes" in *A Indústria*, n.º 94 de 01/05/1925, p. 1.
[829] "Uma ideia em marcha – Banco Regional de Setúbal" in *Semana de Setúbal*, n.º 3 de 12/11/1922, p. 2.
[830] "Os grandes problemas locais: O Banco Regional do Sado" in *A Indústria*, n.º 2 de 27/07/1923, p. 1.
[831] "Banco Regional do Sado" in *Democracia Nova*, n.º 6 de 11/08/1923, p. 1.
[832] Decreto n.º 9770 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 125 de 05/06/1924.
[833] A nomeação da 1.ª direção (Joaquim Brandão, Luís de Macedo e Castro e Raúl Perfeito dos Santos). "Progressos Locais - O Banco Regional do Sado" in *Gazeta Setubalense*, n.º 11 de 22/06/1924, p. 1.
[834] Citado a partir de: MENDES, José Amado (coord.), "Banco Regional do Sado (1924-?)" in *Dicionário de História Empresarial Portuguesa – Séculos XIX e XX*, vol. I, *Instituições Bancárias*, UAL/INCM, Lisboa, 2013, p. 379.
[835] SANTOS, Raúl Perfeito, *O Banco Regional do Sado – Solução Prática das Crises pela Assistência Financeira Regional*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1931, p. 16.

Ainda que o quadro internacional fosse marcado pelo trauma do *crash* do sistema financeiro norte-americano, em 12 de novembro de 1930, o banqueiro setubalense tentou dar uma nova vida ao sonho do Banco Regional do Sado, aumentando a subscrição pública do capital social de 4 mil para 5 mil contos. O clima de progresso, proporcionado pela I Exposição Regional do Distrito de Setúbal, servira de trampolim e o respeito que Raúl P. Santos granjeava na comunidade assegurou a assinatura de cerca de quatro personalidades e empresas locais, que incluía o Governador Civil de Setúbal. **[Tabela - Lista de assinantes do Banco Regional do Sado (1931)]** O ministro das Finanças, Doutor Oliveira Salazar, em 20 de fevereiro de 1931, deu despacho favorável à entidade e, no dia seguinte, o Banco Regional do Sado deu lugar à Casa Bancária Raúl P. Santos.[836]

Pouco depois, numa conferência, o banqueiro apelou para que o público setubalense injetasse capital e comprasse ações, no prazo de 60 dias. As suas palavras foram publicadas em *O Banco Regional do Sado – Solução Prática das Crises pela Assistência Financeira Regional*, texto de cariz apologético do crédito enquanto alavanca da indústria e do comércio e plataforma de auxílio financeiro ao mundo empresarial setubalense. Os argumentos de 1931 eram, em tudo, semelhantes aos de 1924: "*Quais são, contudo, as organizações bancárias locais em que umas e outras se possam apoiar com a necessária segurança, para as suas variadas e avultadas operações comerciais? Nenhumas ou quase nenhumas*"[837]. Num exercício de especulação, o processo poderá ter sido um encobrimento ilícito. A solicitação de compra de ações surgiu de forma coerciva, sob o alerta de que, caso contrário, os depositantes oriundos da instituição bancária que coordenou poderiam sofrer prejuízos. Foi um fracasso. Em 27 de março de 1931, as obrigações deixaram ser cumpridas e as operações financeiras foram suspensas.

Mais tarde, foi nomeada uma comissão liquidatária[838] e foi retirada a licença ao Banco Regional do Sado para exercer atividade, com imposição de imediata liquidação.[839] Raúl Perfeito Santos escreveu, por esta altura: "*aceitarei, valorosamente, assim espero, a minha infelicidade* […] *vou ficar naquela posição delicadíssima que, em geral, leva ao suicídio ou à fuga*"[840]. Em junho de 1931, já estava em Paris. Em abril de

[836] *Idem*, p. 19.
[837] *Idem*, pp. 5-6 e 11 (citação desta última página).
[838] "Raúl P. Santos". Página do Arquivo do Banco de Portugal. [Disponível em: https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=17698 – Consultado em 12/06/2022]
[839] Portaria in *Diário do Governo*, II Série, n.º 151 de 03/07/1931.
[840] Citado a partir de: PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 284.

1932, tiveram início os leilões dos bens imobiliários, nomeadamente o edifício da Casa Bancária ou o Prédio Alves da Silva.[841] Era o fim de uma das últimas esperanças de recuperação económica para a pesca e a conservas setubalenses, que continuaram o seu processo de decadência nos anos seguintes, como se verá mais adiante.

3.2.2. A depressão dos setores dos citrinos e do sal de Setúbal

> "*Creio que não há no mundo porção alguma de terra que tanto abunde em laranjeiras.*"[842] (Príncipe alemão Lichnowksy em visita a Setúbal, 1842)

As descrições paisagísticas oitocentistas, em torno dos laranjais de Setúbal, são conhecidas. Durante a sua breve estadia à beira Sado, em 1866, o autor Hans Christian Andersen escreveu: "*Em breve temos à nossa frente Setúbal* […] *onde laranjais, seguindo-se uns aos outros, cobrem todo o vale entre Palmela, São Luís e a serra da Arrábida, para os lados do oceano*"[843]. Os pomares dos célebres laranjais sadinos encontravam-se espalhados por todo o antigo concelho, concentrando-se no Alto Viso e na planície que se estendia desde as quintas a norte das muralhas seiscentistas (*e.g.* Paraíso, Hilário, Vanicelos, Quadrado, Palmeiras ou Prostes), até ao sopé do castelo de Palmela. Distribuídos entre as freguesias de S. Pedro de Palmela, de S. Sebastião, Nossa Senhora da Anunciada e de S. Julião, as centenas de hectares aproveitavam as águas dos ribeiros do Livramento, do Paraíso e do Quadrado.

Na segunda metade de oitocentos, as laranjas setubalenses eram consumidas em diversas nações europeias, especialmente em Espanha, França, Inglaterra (onde era muito afamada) ou Alemanha, sendo distribuída, essencialmente, pelo porto de Lisboa.[844] Em termos comerciais, apenas em 1875, foram exportadas 800 mil laranjas sadinas e, pela mesma altura, os britânicos importavam, em média, cerca de 30 contos de réis deste citrino, evidenciando a sua relevância no âmbito da economia local do século XIX.[845]

No plano interno, a fruta era muito procurada nos mercados da capital, pela fábrica de licor de laranja *Âncora* e em Elvas, onde era concebida laranja cristalizada. A qualidade do citrino setubalense era indesmentível ao ponto de, aquando da Exposição

[841] *Idem*, pp. 285-286.
[842] Citado a partir de: TOMÉ, Manuela Maria Justino, *Topologia e Tipologia Arquitectónica – Setúbal, séculos XIV-XIX: Memória e futuro da imagem urbana*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2017, p. 148.
[843] Cf. ANDERSEN, Hans Christian, *Uma Viagem a Portugal em 1866*, Gailivro, Lisboa, 2003.
[844] LEITE, Francisco de Paula, *Os laranjais de Setúbal – Sua cultura e economia*, Imprensa Lusitana de José Maria Júnior & C.ª, Lisboa, 1918, pp. 29-178.
[845] LEAL, Augusto Pinho, *Portugal antigo e moderno*, vol. 9, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1880, p. 305.

Universal de Paris, em 1889, aquele empreendimento industrial recebeu a medalha de ouro na classe de licores. Após a fundação da confeitaria *Triunfo de Setúbal*, em 1922, surgiu o interesse para a produção do conhecido doce de laranja local.[846]

O demorado processo de declínio produtivo deste relevante setor da atividade agrária teve início na viragem do século XIX para o início de novecentos, tendo-se prolongado ao longo dos decénios de 1920 e de 1930. Em 1902, o eng.º agrónomo Carlos Romeu Correia Mendes foi dos primeiros a manifestar preocupação com a diminuição substancial dos valores de laranja exportada e dos rendimentos daí oriundos.[847] Pouco tempo depois da implantação da República, uma análise da Direção-Geral de Agricultura, considerava que os pomares se encontravam "*bem longe de poderem ser comparados com os antigos laranjais que, pelo cuidado e esmero do seu tratamento, davam uma produção muitas vezes superior à actual, constituindo um rendimento bem lucrativo à avultada exportação que se fazia desse excelente produto*"[848].

Factualmente, no decurso do primeiro quartel do século XX, a exportação de laranjas sadinas tornou-se praticamente insignificante, deixando Portugal de se destacar como um dos principais exportadores desta fruta. Na década de 1910, a exportação de laranjas de Setúbal era diminuta, tendo sido escoados apenas 55 milheiros **[Tabela – Exportação de laranjas de Setúbal (1910-1920)]**: "*a nossa exportação é nula, quando outrora ocupámos um lugar de destaque, entre os primeiros países produtores e exportadores de laranja*"[849]. O citrino espanhol 'Valencia Late', a laranja norte-americana 'Washington Navel' e uma espécie palestiniana substituíram a 'Setubalense' nos mercados britânicos, em particular em Londres, Manchester ou Liverpool.[850]

Através da leitura do ensaio *Aspectos do problema citrícola da região de Setúbal* (1937), obtém-se um conjunto de razões detalhadas que contribuem para uma melhor compreensão da perda de relevância da produção de laranjas no panorama da economia local: a) não acompanhamento dos avanços das técnicas produtivas verificadas noutros países; b) escolha errada dos terrenos para a plantação (a abundância de água poderia ter

[846] GASPAR, Rui Canas, *A última fronteira – Várzea de Setúbal*, Grafiponte, Montijo, 2018, p. 117.
[847] MENDES, Carlos Romeu Correia, "Monografia do concelho de Setúbal elaborada na Direção dos Serviços de Carta Agrícola" in *Boletim da Direcção-Geral da Agricultura*, n.º 1, s.e., Lisboa, 1902, p. 41.
[848] Citado a partir de: FERNANDES, Pedro, "Antigas quintas de Setúbal: espaços físicos e sociais" in *MUSA*, n.º 5, *Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, AMRS/MAEDS, Setúbal, 2018, p. 246.
[849] LEITE, Francisco de Paula, *op. cit.*, p. 136.
[850] LEITE, Francisco de Paula, *op. cit.*, p. 152-164. CUNHA, Paulo Silveira da, *Aspectos do problema citrícola da região de Setúbal*, Grémio do Comércio de Exportação de Frutas, Lisboa, 1937, pp. 7-8.

o efeito contrário, afogando as raízes e permitindo o surgimento de doenças como gomose, clorose ou a praga das formigas argentinas); c) processos errados na colheita; d) pouco cuidado no transporte; e) falta de preocupação dos produtores com a forma como a sua laranja era avaliada nos mercados; f) permanência da camada de fumagina; g) necessária seleção de porta-enxertos; h) pomares mal instalados e em más condições.[851]

Alguns destes argumentos foram apresentados por Francisco de Paula Leite em *Os laranjais de Setúbal – Sua cultura e economia* (1918). Esta investigação apontou como motivos para o declínio deste setor o elevado número de intermediários, a não existência de uma cooperativa ou sindicato agrícola regional, a subida exagerada dos preços, o excesso de rega, a demora entre a colheita e a venda (ficavam podres), a falsificação da marca, a não drenagem dos pomares e a urgente necessidade em se melhorarem os acondicionamentos nos meios de transportes. O engenheiro atentou, ainda, para a deficiente embalagem da fruta, que degradava sua apresentação nos mercados, e para as doenças como causas centrais para a queda do comércio das laranjas.[852]

De facto, as enfermidades – como a gomose, a *dematoforanecatrix* ou a enxertia - dizimaram pomares de citrinos sadinos em diferentes épocas, nomeadamente na segunda metade dos anos 20 ou no início da década de 1940.[853] O senador Joaquim dos Santos Garcia, em março de 1926, declarou perante os seus pares: "*Encontram-se, actualmente, esses preciosos laranjais muito decadentes, em virtude das doenças* […] *que os têm atacado, vindo tornar aquela bela e encantadora região* um *tanto menos produtiva*"[854].

Na perspetiva do diretor da estação de fruticultura regional, eng.º Henrique Costa Neves, em 1949, os erros cometidos pelos agricultores setubalenses e palmelenses também contribuíram para o aceleramento da perda de importância desta fruta no contexto da produção nacional. Para além de misturarem diferentes espécies de laranjas, corrompendo a qualidade do citrino, alguns proprietários deixaram de reproduzir as suas laranjeiras, preferindo importar de Coimbra "*para as retanchas das suas falhas*"[855].

A própria evolução urbanística de Setúbal, na viragem do século XIX até meados dos anos 30, confundiu-se com o desmembramento de um número muito significativo de

[851] CUNHA, Paulo Silveira da, *op. cit.*, pp. 6-14.
[852] LEITE, Francisco de Paula, *op. cit.*, pp. 141-152 e 179-180.
[853] ALVARENGA, Ruy Sá Viana de, "Subsídios para o estudo da enxertia da laranjeira «de Setúbal» sobre a laranjeira azeda" in *Revista Agronómica*, vol. XXX (2): 185-213, Lisboa, 1942, p. 185.
[854] GARCIA, Joaquim dos Santos, *Diário das Sessões do Senado*, n.º 31, sessão de 02/03/1926, pp. 14-15.
[855] NEVES, Henrique Costa, "Os laranjais de Setúbal" in *Setúbal e os problemas da sua economia*, Grémio do Comércio de Setúbal, Setúbal, 1949, p. 116.

pomares. A expansão urbanística da cidade para norte e para leste, como se verificou na edificação do Bairro Salgado e no Bairro Santos Nicolau, ocupou diversas quintas de proporção considerável. Assistiu-se ao "*princípio do processo de destruição das «quintas de Setúbal», que culminaria no desaparecimento das famosas laranjas*"[856].

Em suma, o panorama geral no entre guerras foi de baixa produção, destinada ao consumo do mercado local, vendendo-se uma parte em Lisboa: "*A região de Setúbal foi das que mais sofreram com o descalabro da exportação portuguesa de citrinos* […] *somente agora, isto é, passado mais de meio século sobre o início da sua decadência, se observa um certo interesse pela reconstituição dos antigos pomares regionais*"[857].

No que ao sal setubalense diz respeito, é conhecida a sua extraordinária importância, no período Moderno, para o comércio externo português. O conjunto de sesmarias e aforamentos destinados à exploração de marinhas de sal, cedidas pelo Mestre da Ordem de Sant'Iago, concentravam-se no baixo Sado, ao longo de 40 quilómetros, até Alcácer do Sal, estendendo-se pela herdade da Gâmbia ou por Santo Ovídio.[858] O acordo estabelecido entre Portugal e os Países Baixos, em 1669, foi determinante para a prosperidade da atividade, refletindo-se na multiplicação das ordens conventuais na então vila sadina.[859] Nos séculos seguintes, os Países Baixos foram os maiores importadores de sal setubalense, representando mais de 50% das exportações do produto.[860]

Até ao final do século XIX, Setúbal e Lisboa possuíam praticamente o exclusivo nacional da exportação de sal, contribuindo significativamente para o equilíbrio da balança comercial. Tinham como principais mercados consumidores o Reino Unido, a França, os Países Baixos, a Islândia e o universo nórdico.[861] Durante um largo período, o sal foi o sustentáculo das relações comerciais da antiga vila com o centro e norte da Europa.[862] A extinção da 'Roda do Sal', sistema de organização do sistema produtivo e

---

[856] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária – 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 47.
[857] CUNHA, Paulo Silveira da, *op. cit.*, 1937, p. 5.
[858] RAU, Virgínia*, A exploração e o comércio do sal de Setúbal – Estudo de História Económica*, Oficinas Gráficas da Bertrand (Irmãos), Lisboa, 1951.
[859] ABREU, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo: A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Palimage Editores, Viseu, 1999, pp. 24-25 e 63.
[860] AMORIM, Inês, "Monopólio e concorrência - A «Roda do Sal» de Setúbal e as rotas internacionais (segunda metade do século XVII a inícios do XIX)" in *Atas do II Seminário Internacional sobre o sal português: A articulação do sal português aos circuitos mundiais*, FLUP, Porto, 2008, pp. 183-209.
[861] Comissão Reguladoras dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, *Exportação de Sal*, C.R.P.Q.F., s.l., 1959, pp. 18-29 e 53.
[862] QUINTAS, Maria da Conceição; BALTAZAR, Patrícia, *Génese da Revolução – 1640: Setúbal*, INAPA/CMS/ESE, Setúbal, 1988, p. 39.

da exportação, em 1852, simbolizou o início do fim do ciclo do sal, no quadro da economia de mar de Setúbal.[863]

Tal como sucedeu com os laranjais, o primeiro quartel de novecentos foi de declínio produtivo e comercial. Para além do sal italiano ter conquistado vários mercados dominados pelo sal sadino, a diminuição das exportações resultou de um elevado encarecimento deste produto (dobrou o seu valor), como consequência do aumento dos serviços de frete.[864] A interrupção parcial das relações comerciais internacionais, após o deflagrar da Grande Guerra, reduziu significativamente as importações holandesas, britânicas e francesas: "*o ritmo de exportação de sal marinho nacional foi perturbado em diversas épocas anómalas, nem sempre se tendo dado uma reconquista de posição*"[865].

A meticulosa investigação do professor Fernando Falcão Machado, indicou que o conflito mundial foi causa direta para a perda de influência do sal. Na sua ótica, o extraordinário desenvolvimento da pesca e da indústria de conservas de peixe subalternizou os restantes setores, incluindo o salineiro, que deixou de ser a principal forma de conservação. A esperança em enriquecer fez muitos indivíduos abandonarem a exploração de sal e a introdução da navegação a vapor permitiu que as companhas fossem adquirir, embora mais longe, sal mais barato que aquele que era produzido junto ao Sado.

Observando os valores da exportação de sal de Setúbal, no arco cronológico balizado entre 1890 e 1939, determina-se com relativa simplicidade que o setor salineiro local atravessou um período de progressivo declínio e queda constante, perdendo influência nos mercados externos e peso no quadro português: foi uma "*profunda época de depressão*"[866]. Este ritmo de decadência acompanhou a tendência geral da exportação de sal produzido no país: 1901 - 162575 toneladas; 1929 - 15317 toneladas.

No âmbito regional, o ano de 1912 deu iniciou a um longo ciclo de aprofundamento da recessão generalizada, que se fazia sentir desde a extinção da 'Roda do Sal', e que se prolongou até ao final dos anos 30. Nos últimos anos da Monarquia Constitucional, o consumo exterior foi superior às 32 mil toneladas, exportando-se, em média, 46.881 toneladas de sal. Dali em diante, à exceção de 1915 (34664 ton.) e de 1920

[863] SANTOS, Lúcia Castelo dos; SANTOS, Francisco Castelo dos, *Setúbal nos primórdios da sua elevação a cidade*, SALPA, Rio Maior, 1985, pp. 55-57. SANTOS, Lúcia Castelo dos; SANTOS, Francisco Castelo dos, *Setúbal nos primórdios da sua elevação a cidade*, SALPA, Rio Maior, 1985.
[864] MENDES, Carlos Romeu Correia, "Monografia do concelho de Setúbal elaborada na Direção dos Serviços de Carta Agrícola" in *Boletim da Direcção-Geral da Agricultura*, n.º 1, s.e., Lisboa, 1902, p. 48.
[865] Comissão Reguladoras dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, *op. cit.*, p. 87.
[866] MACHADO, Fernando Falcão, *O nosso sal de Setúbal*, Tip. Simões, Setúbal, 1950, p. 25.

(45891 ton.), não mais se exportaram mais de 31 mil toneladas. Entre o armistício e 1924, a exportação, em média, atingiu as 30389 toneladas. Até 1931, alcançou, em média, apenas 8162 toneladas. **[Tabela – Comparação entre a evolução do sal exportado pelo porto de Setúbal e o total nacional (1890-1939)]** Apesar dos efeitos provocados pela Grande Depressão no comércio internacional, o período de 1932-1936 permitiu a reconquista de quantias semelhantes às do pós-I Guerra Mundial. A queda do valor do do produto, a nível nacional, poderá explicar o aumento da sua procura, tornando-se mais competitivo nos mercados internacionais: 1929 – 70$00; 1931 – 41$00; 1935 – 25$20. **[Tabela - Valores médios do sal exportado (1929-1935)]**

Apesar das ligeiras recuperações, como se assistiu no quadro do pós-guerra e numa segunda fase da Grande Depressão, as salinas setubalenses deixaram de ter a preponderância económica que possuíram nas centúrias anteriores. Se em 1852 se exportaram cerca de 170 mil toneladas, em 1923 essa quantia atingiu apenas as 30 mil toneladas. Em 1938, menos de 2 mil.[867] Para os anos em investigação, o aumento impressionante do custo do sal exportado, a partir de 1919, justifica a sua perda de competitividade. Se em 1911, 41183 toneladas corresponderam a 42466 escudos, em 1919, 21868 toneladas equivaleram a 116743 escudos. Em 1924, 30446 toneladas valeram 761150 escudos. Com as alterações geradas pelas distintas políticas cambiais e devido a este encarecimento exagerado, o período subsequente foi de desvalorização do produto, ainda que se tenha mantido muito acima do que era comum. **[Tabela – Evolução dos valores do sal exportado pelo porto de Setúbal (1890-1939) (esc.)]**

O químico Charles Lepierre, para o caso de Setúbal, argumentou que este quadro de declínio também se relacionou com o mau estado dos esteiros que conduziam às marinhas, com o lento transporte das velas, com as antiguadas técnicas de produção, com a dificuldade no acesso ao crédito, com o pagamento de 4,5% de *taxa ad-valorem* e, finalmente, devido ao baixo índice de investimento: "*Os diminutos proventos fazem que seja uma indústria pouco interessante e há quem transforme as marinhas em arrozais*"[868].

Numa perspetiva de longa-duração, o importante estudo da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, realizado no final da década de 1950, discriminou as principais causas para o progressivo processo de declínio do setor ao longo

[867] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 64.
[868] LEPIERRE, Charles, *Inquérito – A indústria do sal em Portugal*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1936, pp. 225-304. Citação da página 295.

da primeira metade do século: a) redução da produção tradicional; b) aumento da produção e exploração de sal-gema e salmouras ou sal marinho, em diversos países, reduzindo a importação; c) elevado custo no carregamento para as embarcações: d) utilização de porões frigoríficos na pesca em substituição da salga do peixe; e) questões políticas e económicas, particularmente a influência do proteccionismo e da autarcia; f) subida do preço; g) criação de departamentos de propaganda noutros países; h) redução da navegação à vela, impactando a exportação do sal como lastro; i) diminuição da qualidade do sal português em detrimento da quantidade. À data desta investigação, restavam 166 marinhas de sal, em Setúbal, contrastando com as cerca de 220 do final de oitocentos.[869] **[Tabela - Lugares e total de marinhas do salgado de Setúbal (1956)]**

As fontes documentais recolhidas são translúcidas nas dramáticas descrições do estado em que se encontrava o setor salineiro setubalense, na transição dos anos 20 para a década de 1930. Em setembro de 1928, uma representação dirigida ao Governo declarava abertamente: "*a sua indústria de salinagem (outrora tão florescente) está praticamente perdida*"[870]. Cinco anos mais tarde, o *Eco de Setúbal* assumiu que o setor se encontrava em "*completa decadência*"[871], necessitando de auxílio para evitar que 1500 pessoas perdessem o seu sustento. Alexandre Livério, Francisco B. Revez e Joaquim da Costa Novais eram os principais produtores e exportadores de sal de Setúbal[872], muito acima dos marnoteiros locais, cujos índices de produção eram diminutos.[873]

3.2.3. A Casa José Maria da Fonseca e o mercado brasileiro como balão de oxigénio

> "*Mas, com o final da guerra* [Primeira Guerra Mundial]*, sobreveio uma enorme crise na exportação de vinhos, a qual afectou por forma extraordinária a J.M.F. que repetidamente se viu a contar apenas com o mercado brasileiro para os seus moscatéis e o vinho de Colares*."[874] ['Sr. Dias', funcionário da Casa José Maria da Fonseca]

A literatura histórica do concelho de Setúbal tem marginalizado o papel, na qualidade de atividade económica, da produção vinícola azeitonense e palmelense e toda

[869] Comissão Reguladoras dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, *op. cit.*, p. 57.
[870] Citado a partir de: CLARO, Rogério Peres, *Um século de ensino técnico-profissional em Setúbal: Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-1998)*, Corlito, Setúbal, 2000, p. 54.
[871] "A indústria do sal" in *Eco de Setúbal*, n.º 4 de 15/02/1933, p. 7.
[872] Direção-Geral do Comércio e Indústria do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, *Exportação Portuguesa*, vol. III, *Lista de exportadores de conservas de peixe em azeite, peixe em salmoura, prensado, fresco, salgado e seco, mariscos e cefalópodes e sal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1933, p. 18.
[873] SILVA, João Ferreira, *Inquérito à Indústria do Sal*, vol. V, *Salgado de Setúbal*, Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, Lisboa, 1957, pp. 6 e 100-103.
[874] Transcrição presente em: CARVALHO, Rita Almeida e PINTO, Ana Fernandes, *Relatório final da Organização dos Arquivos José Maria da Fonseca*. (Não publicado), setembro de 2009, pp. 233-235.

a riqueza daí oriunda. As representações das freguesias rurais transmitem a ideia de que estas se encontravam encerradas sobre si mesmas, esquecendo que quotidianamente dezenas de trabalhadores flutuantes vinham até Setúbal para abastecerem os mercados de produtos frescos. O dinamismo produtivo estava presente, igualmente, nas quintas que circundavam o meio urbano, não surpreendendo que, em 1911, tivessem sido fundados o Sindicato Agrícola de Setúbal ou a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Setúbal.

José Maria dos Santos (1831-1913), em Palmela, e José Maria da Fonseca (1804-1884), em Azeitão, foram duas personalidades indissociáveis do progresso económico e do processo de modernização destas duas antigas freguesias rurais de Setúbal. Em segundo plano, e posteriormente, deve-se realçar o papel de Venâncio da Costa Lima, vinicultor da Quinta do Anjo, e do espanhol Gregório Gonzalez Briz que, em 1925, adquiriu a Herdade de Algeruz para se dedicar à produção vinícola.[875]

Sob a liderança do primeiro, os terrenos da vasta Herdade do Rio Frio foram alvo de um processo de grande reestruturação: arroteamento; drenagem; fertilização; introdução de novas culturas. Através de uma política de cedência, arrendamento ou venda de segmentos da sua propriedade, José Maria dos Santos garantiu a fixação de cerca de 400 casais beirões, caramelos ou gaibéus, trabalhando entre 500 e 1200 jornaleiros na herdade. A transformação deste vasto território culminou na criação da maior vinha do mundo (2400 hectares), no início de novecentos, cuja capacidade produtiva anual atingia os 6 milhões de cepas e cerca de 20 mil pipas.[876] Esta personalidade obteve prestígio nacional e no estrangeiro, integrando a Comissão Central das Exposição de Vinhos em Berlim (1889), cofundando a Associação dos Lojistas e Industriais de Setúbal (1896) ou representando o distrito de Beja na Liga Agrária (1889).[877]

Paralelamente, o pioneirismo de José Maria da Fonseca assegurou a fundação de uma das mais emblemáticas empresas azeitonenses, cuja produção vinhos (*e.g.* Periquita, Palmela Superior e Moscatel de Setúbal) se tornou prestigiada mundialmente. Em 1858, o monarca D. Pedro V conferiu a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade

[875] CAMPOS, Maria, "De sertão à afirmação do território: o modelo agro-industrial do Monte de Algeruz (1925-1936)" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, pp. 322-325.
[876] PRATA, Cristina, *Palmela – Chão que dá uvas: A terra e o trabalho das gentes (1945 a 1958)*, Colibri, Lisboa, 2013, pp. 22-32.
[877] O seu papel mereceu que, em 1913, fosse construído um busto em sua homenagem no Pinhal-Novo. ROBALO, João Lopes, *José Maria dos Santos: projectos e realizações: contributo para a história local de Palmela (1831/1913)*, Tese de Mestrado em História Regional e Local, FLUL, Lisboa, 2009, pp. 57-59.

e Mérito ao vinho moscatel, no seguimento de ter arrecadado uma medalha de ouro na Exposição Universal de Paris, três anos antes. Descendente de José Maria da Fonseca, António Porto Soares Franco, em 1938, considerou que fora o seu antepassado "*que deu crédito, fora do nosso país, aos vinhos licorosos deste cantão*"[878].

A consolidação do reconhecimento internacional[879] do Moscatel de Setúbal resultou da ativa participação em feiras internacionais, onde obteve medalhas de ouro e prata: Berlim – 1888; Barcelona – 1888; Paris – 1889; Buenos Aires – 1890; Rio de Janeiro – 1908; São Francisco - em 1915; 1922 – Rio de Janeiro).[880] No plano interno, a delimitação formal da região do Moscatel de Setúbal (territórios de Azeitão, Palmela e Setúbal), em outubro de 1908, demonstrou como a governação monárquica compreendeu o interesse em proteger esta produção nacional.[881]

A conjuntura da Grande Guerra provocou a redução de consumo de moscatel de Setúbal, um produto de luxo naquele contexto, por parte dos dois principais mercados externos: França e Reino Unido. Pouco depois do armistício, Maria Albina Soares Franco, detentora da maioria do capital da empresa *José Maria da Fonseca Sucessores*, faleceu.[882] Neste sentido, no quadro do pós-guerra, a firma atravessou um processo de reestruturação: nova liderança e procura de alternativas à crise de importação. Aproveitando o espírito de renovação, António Soares Franco, um dos novos responsáveis pela firma, cofundou a 'Sociedade de Melhoramentos de Azeitão', em outubro de 1919, juntamente com Joaquim Rasteiro e José Faustino Vidal. Tendo em vista o fomento daquela freguesia rural[883], o organismo apresentou como solução para as péssimas acessibilidades, a construção de um caminho-de-ferro de via reduzida.[884]

O Brasil foi a alternativa encontrada pela empresa para responder à profunda redução da importação britânica e francesa, ficando esta realidade patente nos valores de exportação para aquele país. As quantias dobraram ainda no último ano do conflito: 7111 caixas (1917); 15015 caixas (1918). Daqui em diante, até à subida ao poder de Getúlio

---

[878] FRANCO, António Porto Soares, "O Moscatel de Setúbal" in *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho*, União Vinícola Regional do Moscatel de Setúbal, Lisboa, 1938, pp. 9-10.
[879] Este vinho foi servido no casamento do príncipe Humberto de Itália, em 1868. Grémio da Lavoura de Setúbal, *Setúbal – Lembrança da visita do Conselho Geral da Federação dos Grémios da Lavoura da Província da Estremadura a Setúbal em 23 de Agosto de 1956*, Tip. Simões, Setúbal, 1956, p. 17.
[880][Sítio da José Maria da Fonseca – História da Firma - Disponível em: http://www.jmf.pt/index.php?id=90. Consultado em 20/09/2022]
[881] CALADO, Margarida, *Cidades e Vilas de Portugal: Azeitão*, Editorial Presença, Lisboa, 1993, p. 87.
[882] FERREIRA, Diogo, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Estuário, Setúbal, 2017, p. 60.
[883] "Sociedade de Melhoramentos" in *O Azeitonense*, n.º 11 de 12/10/1919, p. 1.
[884] "Como transformar Azeitão numa terra digna de ser visitada" in *O Azeitonense*, n.º 12 de 19/10/1919.

Vargas, em 1930, este foi o principal mercado importador do Moscatel de Setúbal, suplantando largamente os restantes e batendo todos os recordes anteriores. Entre 1919 e 1930, em média, foram exportadas 30335 caixas (equivalente a 212346 litros) para o 'país irmão', dando início ao que a tradição oral da firma qualifica de 'ciclo do Brasil'. **[Tabela - Exportação de Moscatel de Setúbal para o Brasil (1910-1935)]**

A dimensão da importância das relações comerciais motivou a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, através de Guilherme Carreira[885], e visitas regulares à antiga colónia. Enquanto administrador-delegado da Companhia de Vinhos e Azeites de Portugal, António Soares Franco Júnior procedeu a uma viagem de "*estudo, negócio e propaganda comercial*"[886], no primeiro semestre de 1926. Neste texto, argumentou que a presença portuguesa no Rio de Janeiro justificou o elevado consumo de Moscatel de Setúbal e de outros vinhos da sua empresa. Naquela cidade estabeleceu um contrato de representação com a firma *F. de Siqueira & Cª, Lda.*, para servir de intermediária.

A *José Maria da Fonseca Sucessores*, especialmente entre 1922 e 1928, apresentou lucros elevados, especialmente aquando da implementação da política de valorização do escudo**. [Tabela – Lucros da firma José Maria da Fonseca (1915-1929)]** O aumento da procura e o crescimento considerável, em termos financeiros, possibilitou a compra de propriedades, em Colares, nomeadamente as vinhas Viúva Gomes. Esta aquisição simbolizou o apogeu e a queda do 'ciclo do Brasil', uma vez que a afirmação da autarcia económica de Getúlio Vargas e a recessão económica mundial, em consequência do *crash* de outubro de 1929, obrigaram à venda daquelas propriedades.

3.2.4. Em busca de alternativas? A fundação da SPPC, da SECIL e da SAPEC

> "*Não será tempo de se irem procurando outras indústrias, auxiliando-as na medida possível, para que elas substituam, nessa triste eventualidade, as que alimentam hoje* [pesca e conservas de peixe] *a numerosa população da cidade?*"[887]

O ambiente de crise das duas principais atividades económicas locais – a pesca e as conservas - incitou fortes apelos por parte das forças vivas locais no sentido de se procurarem alternativas, que contrariassem o carácter mono-industrial sadino. O turismo,

[885] AHJMF, Fundo Família António Soares Franco Júnior, EJMF – 4, Mç. 1, *Exportações para o mercado do Brasil – Correspondência com Guilherme Carreira*, Carta de 31/07/1917, p. 2.
[886] AHJMF, Fundo Família António Soares Franco Júnior, Outras empresas – 8, Mç. 10, Relatório de viagem ao Brasil de António Soares Franco Júnior de 26/04/1926, p. 1.
[887] Carta do capitão do porto de Setúbal, José Vicente Lopes, de 03/07/1926. Foi publicada no artigo: "Tudo a postos" in *A Indústria*, n.º 156 de 09/07/1926, p. 2.

que há vários anos integrava este discurso, foi chamado à discussão, mas foram os cimentos, os adubos e a exploração do óleo de baleia que, timidamente, surgiram como plataformas de combate à depressão económica que se viveu antes do 28 de Maio.

A firma *Sociedade Portuguesa de Pesca de Cetáceos, Lda*. (SPPC), fundada em 1924, foi responsável pelo investimento de cerca de 7 mil contos para a instalação de uma estação baleeira em Tróia. O capital teve origem em Sandefjord (Noruega), o administrador era Søren L. Christensen e a fábrica foi apetrechada com equipamentos para a exploração e transformação do óleo de baleia.[888] Em 24 de fevereiro daquele ano, o despacho ministerial autorizou a caça cetáceos (*e.g.* cachalotes e baleias azuis), para fins industriais, por seis anos.[889] Enquanto matéria-prima, as baleias garantiam carne, óleo para margarinas, iluminação pública ou saboaria, resíduos para adubo e ossos para botões, pentes ou utensílios domésticos. a SPPC possuía três vapores noruegueses (*Musculus*, *Fogo* e *Sybaldi*) e um rebocador (*Troiano*) e caçava até cerca de 70 milhas de distância.[890]

O investimento realizado não produziu os frutos desejados. Para além dos elevados impostos, o proprietário comunicou, em maio de 1928, que ia encerrar a empresa e paralisar os vapores "*por não terem sido compensados pela exploração desta indústria, os capitais nela empregados*"[891]. O acordo assinado, em 1924, terminava ainda antes do final do prazo. Entre aquele ano e 1928, a empresa capturou mais cercas de 600 cetáceos e produziu mais de 2 milhões de litros de óleo, tendo produzido um total de 13.829 barris. **[Tabela - Resultados da exploração da indústria de pesca de cetáceos da firma de Tróia (1925-1927)]** Apenas em 1944, Francisco Marcelino dos Reis reintroduziu esta indústria na zona de Sta. Catarina.[892]

Para o fracasso da SPPC contribuiu, também, a pressão exercida por armadores, industriais conserveiros e respetivos trabalhadores, através das associações de classe, da Associação Comercial e Industrial de Setúbal e da Liga Comercial dos Lojistas.[893] Em

[888] AGUILAR, Álex, *Chimán – La pesca ballenera moderna em la Península Ibérica*, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2013, p. 72.
[889] GASPAR, Rui Canas, *Histórias, Coisas e Gentes de Setúbal*, Grafiponte, Montijo, 2015, pp. 13-14.
[890] PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *A Indústria das Conservas de Peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, pp. 61-62.
[891] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 45, Ofício n.º 626 de 25/05/1928 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[892] ENVIA, João Francisco, *Crónicas Sadinas – Setúbal, a cidade do Rio Azul*, Armazém de Papéis do Sado, Setúbal, 1996, pp. 51-52.
[893] A partir de 31 de julho de 1929, passou a denominar-se Associação Comercial de Setúbal. Sítio da Associação do Comércio, Industria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal [Disponível em: https://acistds.pt/quem-somos/ Consultado em 10/07/2022]

junho de 1927, o cronista Ed. Motrena garantiu que estava em exercício uma «campanha de interesses» para pôr termo à empresa.[894] Este movimento conseguiu promover a abertura de um inquérito, que avaliasse de que forma a intensificação e as técnicas da pesca da baleia, na costa da Galé, tinham colaborado para a escassez de sardinha, raiz da crise económica sadina: "*as explosões de 500 gramas de pólvora em cada tiro destroem* […] *grandes quantidades de peixe e que do ruído dessas explosões resulta o peixe fugir espavorido*"[895]. Ainda que não se possuam evidências científicas, não deixa de ser factual que a crise da sardinha e a introdução desta firma foram, *grosso modo*, simultâneas: 1924. Alfredo Magalhães Ramalho, diretor do Aquário Vasco da Gama, chegou a visitar Setúbal, em agosto do mesmo ano, para ouvir as reclamações e avaliar os potenciais impactos da pesca de cetáceos na captura de sardinha.[896]

Em 1925, a tímida tentativa de (re)afirmação de outros setores da atividade económica setubalense conheceu um importante impulso através da criação da marca de cimentos *SECIL,* que lentamente se tornou num símbolo da indústria portuguesa no plano internacional.[897] Instalada na zona do Outão-Rasca, em plena Serra da Arrábida, a fábrica da *Companhia de Cimentos de Portugal* estava em atividade desde 1906, produzindo cimentos de tipo *Portland*.[898] Esta era a segunda empresa do setor surgida no País, depois da Fábrica *Tejo,* de Alhandra (1894).[899] Com uma capacidade produtiva de cerca de 10/20 mil toneladas/ano, através de dois fornos verticais, a empresa vendeu as instalações e os terrenos, no último ano da Grande Guerra, à *Companhia Geral de Cal e Cimento* que os arrendou à *Sociedade de Empreendimentos Comerciais e Industriais* (SECIL).

No decorrer dos anos 20, as potencialidades da cimenteira e o reconhecimento que foi adquirindo no plano interno estiveram na génese da opção dos dinamarqueses da *Hoojgaard & Schultz S.A*. e aa *F.L. Smidt & C.º* para que, no âmbito da fusão formal entre a *SECIL* e a *Companhia Geral de Cal e Cimento*, em 1930, tenham entrado com elevada percentagem no capital social. A primeira empresa ganhou o concurso público de adjudicação das obras de reestruturação do porto de Setúbal, tornando o cimento

[894] MOTRENA, Ed., "A crise da indústria da pesca" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 97 de 13/06/1927, p. 1.
[895] "A pesca da baleia e a falta de sardinha" e "Um princípio de inquérito" in *A Indústria*, n.os 201 e 203 de 20/05/1927 e de 03/06/1927, p. 1 e p. 1. Citação retirada do segundo artigo.
[896] "Capitania do porto de Setúbal" in *A Semana de Setúbal*, n.º 6 de 14/08/1927, p. 4.
[897] DUARTE, João Pedro Costa, *Desenvolvimento de uma metodologia para a criação de ecossistemas industriais envolvendo cimenteiras e sua aplicação na região de Setúbal*, Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente, FCT/NOVA, Almada, 2016, p. 37.
[898] ROCHA, Diana Vizinho, *Argamassas de cimento romano utilizadas em edifícios do início do século XX*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2015, p. 24.
[899] CASTRO, Armando, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, Limiar, Lisboa, 1978, p. 43.

primacial em todo o processo.[900] Aquando da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal, a revista *O Volante* fez questão de sublinhar que, entre 1928 e 1930, a *SECIL* foi alvo de uma "*completa transformação, em que foram adoptados os mais modernos processos de fabrico*"[901]. No início da década seguinte, em 1931, o investimento na modernização dos equipamentos substituiu os fornos verticais *Candlot* pelo moinho *Unidan*, instalando dois silos para a homogeneização através do ar comprimido e um forno rotativo *Unax*.[902] Este progresso tecnológico incrementou consideravelmente a capacidade produtiva e de exportação da firma no contexto do mercado global de cimento. **[Tabela - Evolução da exportação de cimento pelo porto de Setúbal (1929-1939)]**

Por iniciativa do banqueiro da Antuérpia, Frédéric Jacobs, e do seu genro, Antoine Velge, o investimento externo de capital belga possibilitou a instalação de uma fábrica, a 7 km do centro de Setúbal, que explorava as minas de pirite do Lousal e de Aljustrel, com o objetivo de exportar esta matéria-prima ou de produzir superfosfatos (fertilizantes). A *Société Anonyme de Produits et Engrais Chimiques du Portugal* (SAPEC), formalmente constituída em 21 de janeiro de 1926 e dirigida por Jean Marie Cézard, adquiriu, por 136 contos, no ano seguinte, 60 hectares da Herdade das Praias à *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel* que, por seu turno, tinha comprado os terrenos a Henrique A. Pereira.

A construção da fábrica, que incluiu trabalhos de terraplanagem, apenas foi concluído em final de 1927, possuindo instalações dedicadas à produção de ácido sulfúrico e de superfosfatos.[903] Foi instalado um transportador por correia, montado sobre pilares metálicos, para o descarregamento de minérios. Com capacidade produtiva de cerca de 100 mil toneladas e uma fábrica auxiliar de sacaria, a firma abriu portas a um número considerável de trabalhadores, contrariando ligeiramente o desemprego e amparando-os com um bairro operário, uma escola e cantina.[904] A SAPEC impulsionou uma micro vaga migratória, recebendo muitas famílias provenientes de Proença-a-Nova (distrito de Castelo Branco).[905] O sucesso da obra mereceu a visita do Chefe de Estado, Óscar Carmona, em 10 de abril de 1927, tendo visitado, também, a fábrica de Tróia.

---

[900] FARIA, Carlos Vieira de, *Novo fenómeno urbano aglomeração de Setúbal – ensaio de sociologia urbana*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1981, pp. 51-52.
[901] "O valor industrial de Setúbal" in *O Volante*, n.º 169 de 03/08/1930, p. 14.
[902] "A fábrica de cimento do Outão" in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, Ano LXII, n.º 673, julho de 1931, pp. XIX-XX. [Cortesia de Inês José]
[903] BARROSO, António, *História da SAPEC*, Corlito, Setúbal, 1996, pp. 11-27.
[904] PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd.ª, Lisboa, 1934, p. 53.
[905] CANDEIAS, Eusébio; CARVALHO, António Rafael; SANTOS, Jorge; GATO, Maria Celeste, *Historial da Região da Freguesia do Sado*, Junta de Freguesia do Sado, Setúbal, 1993, p. 53.

Apesar da distância do centro urbano e do porto, a SAPEC era servida pela Estrada da Graça, junto à zona ribeirinha, e pela estação ferroviária da Cachofarra. Esta entrou em funcionamento, em 24 de maio de 1920, aquando da inauguração da Linha do Vale do Sado, que estabelecia a ligação direta de Setúbal ao Algarve e ao Baixo Alentejo, representando uma nova via de potenciação do comércio interno e externo.[906] Do mesmo modo, contava com o auxílio da firma de camionagem de J. Cândido Belo e construiu um pequeno cais privativo para a acostagem de navios.[907] Estas condições de acessibilidade garantiram sucesso no que concerne à exportação para a Noruega e o Reino Unido.

Ao contrário da maioria dos setores, esta empresa estabeleceu um acordo de substituição do imposto *ad-valorem* de 3% por uma avença com o município, dando maior liberdade económica à mesma.[908] Os minérios exportados pelo porto de Setúbal, nomeadamente as pirites, ficaram isentas do imposto *ad-valorem* pelo Decreto n.º 18.713, publicado em 1 de agosto de 1930.[909]

A entrada em atividade desta fábrica foi, igualmente, alvo de contestação. O oceanógrafo Luís Gonzaga do Nascimento foi o coordenador de uma tentativa pública de impedir a instalação da SAPEC, receando-se que viesse a contaminar o rio Sado, nomeadamente através do seu embarcadouro. Jean Cézard sentiu-se forçado a elaborar uma carta, sublinhando que a população não tinha de se preocupar com nada.[910] Considerada pela imprensa como um "*milagre da civilização industrial*"[911], os cerca de 400 operários que ali exerciam funções, em 1929, trabalhavam em condições deploráveis, com baixos salários e riscos para a própria vida: "*No Inferno da SAPEC, desde o seu início, quantos operários têm perdido a vida? E quantos mutilados?*"[912]. Apenas o clima de desconfiança internacional, motivado pelo *crash* de Wall Street, interrompeu o vigor mercantil da SAPEC**. [Tabela – Exportação de pirites pela SAPEC (1927-1941) e Tabela – N.º de navios que deram entrada no cais privativo da SAPEC (1926-1930)]**

[906] MADEIRA, João, "A linha férrea do Vale do Sado, o Ramal de Sines e a transversal a Beja: Elites e mercado regional" in *II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, p. 164.
[907] FARIA, Carlos Vieira de, *Novo fenómeno urbano aglomeração de Setúbal – ensaio de sociologia urbana*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1981, p. 51.
[908] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 35, Ofício n.º 176 de 16/04/1928 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Diretor da SAPEC.
[909] CLARO, Rogério, *12 anos de deputado*, vol. I, edição de autor, Évora, s.d., p. 176.
[910] "O alarme" e "O alarme" in *A Indústria*, n.ºs 158 e 160 de 23/07/1926 e de 06/08/1926, p. 1 e p. 1.
[911] *FRANCO*, *Percis* (pseudónimo), "SAPEC" in *O Sado*, n.º 1 de 10/03/1929, p. 6.
[912] "Movimento Operário – Como se vive" in *O Sadino*, n.º 5 de 27/07/1930, p. 3. Citado a partir de: FERREIRA, Diogo, "Notas para a história da oposição setubalense ao Estado Novo nos anos 30: Episódios da resistência na SAPEC" in *Mediações*, vol. 9, n.º 1, ESE/IPS, Setúbal, 2021, pp. 76-91.

3.3. O vulcão da 'Barcelona Portuguesa': da erupção à extinção (1919-1926)

3.3.1. A perpetuação da crise dos abastecimentos e da carestia de vida no pós-guerra (1919-1923)

> "*Continua subindo assombrosamente tudo quanto necessitamos* […] *Estes últimos dias foi enorme a lista dos géneros que subiram de preço: Foi o arroz, as massas alimentícias, a banha, a manteiga, o café, o sabão, o petróleo, o carvão, o azeite, enfim, um sudário de novos acrescentamentos*"[913].

Pela pena de Ana Paula Pires, a historiografia portuguesa compreendeu como a Grande Guerra forçou a transfiguração do raio de intervenção do Estado em diferentes setores da economia que, num plano de ortodoxia liberal, não se enquadravam na sua esfera de influência. A urgência em implementar uma 'economia de guerra' trouxe consigo a perceção de como era determinante centralizar todos os processos inerentes ao abastecimento alimentar das populações.[914] O tempo do conflito pautou-se, no caso português, pelos nefastos efeitos sociais provocados pela crise das subsistências que, nas palavras de Maria Alice Samara, se tratou da "*associação da escassez de géneros com a carestia, agravadas por algumas deficiências do sistema de organização central no que toca à fixação e uniformização de preços*"[915]. A fome e o consequente recrudescimento do movimento operário resultaram, simultaneamente, da insuficiente produção agrária nacional e dos entraves à importação, impossibilitando o fornecimento mínimo de alimentos aos principais meios urbanos portugueses.

A assinatura do armistício e o regresso à normalidade pré-bélica não representou o fim destes dilemas. A República do pós-guerra ficou marcada por um clima de instabilidade política (sete governos apenas em 1920), pela continuidade dos protestos contra o encarecimento do custo de vida e pelas dificuldades das comunidades em adquirirem produtos de primeira necessidade. Um meio urbano como Setúbal, fortemente dependente de alimentos provenientes do exterior, sentiu duramente os efeitos desencadeadas pelos fenómenos da crise de abastecimentos e da inflação. O quotidiano da comunidade, no decurso do pós-guerra, exibiu graves repercussões económico-sociais, designadamente assaltos coletivos a estabelecimentos comerciais ou herdades, açambarcamento, contrabando, especulação ilícita, comícios, violência nas ruas ou

---

[913] "Assuntos capitais – O custo de vida" in *Alvorada*, n.º 35 de 15/01/1920, p. 1.
[914] PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Caleidoscópio, Lisboa, 2011.
[915] SAMARA, Maria Alice, "O impacte económico e social da Primeira Guerra Mundial em Portugal" in *Portugal e a Guerra: História das intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais (Séculos XIX e XX)*, org: TEIXEIRA, Nuno Severiano, Colibri, Lisboa, 1998, p. 93.

greves, tendo como fundo a miséria das classes trabalhadoras. Os dados estavam lançados para as reivindicações sociais na *Barcelona Portuguesa*.

Os comícios operários e as manifestações, decorridas em 1919 e em 1920, em Setúbal, representaram a primeira face visível do forte descontentamento dos mais desfavorecidos. A lenta, mas progressiva subida da voltagem social culminou nos dramáticos episódios a que a literatura histórica setubalense apelidou de 'Revoltas da Fome'. Com o intuito de criticar o constante aumento dos preços (alguns duplicaram ou triplicaram) **[Tabela – Média anual dos preços de géneros de 1.ª necessidade no concelho de Setúbal (1918-1939)]**, as insignificantes melhorias salariais, a subida das rendas de casa[916] ou os diversos momentos em que a cidade não foi fornecida dos mais elementares alimentos, realçam-se três comícios de protesto.

O primeiro comício operário ocorreu no Casino Setubalense, em 13 de abril de 1919, e foi organizado pelos dirigentes das associações de classe, tendo contado com a presença de delegados da União Operária Nacional (UON) e do deputado e administrador do concelho, Joaquim Brandão.[917] Nesta sessão foi exigido ao município que estabelecesse uma entidade reguladora de preços de géneros de 1.ª necessidade, que se abolisse um imposto camarário sobre o pão e que se permitisse a entrada livre dos produtos alimentares mais rudimentares. O padeiro João Maria Major tomou a palavra e declarou que era determinante reorganizar um sindicato único e que os vereadores que representavam as classes operárias tinham de ser irradiados do executivo.[918]

Por ocasião da evocação do 1.º de Maio, duas semanas depois, o Parque das Escolas foi o espaço escolhido para um novo comício, voltando a contar com a presença de um dirigente da U.O.N. Para além dos tópicos debatidos na ocasião anterior, foi discutida a premência de se regulamentar o cumprimento das 8 horas de trabalho.[919] Finalmente, em janeiro de 1920, uma manifestação contra a especulação, o açambarcamento e a carestia de vida – no Campo dos Arcos[920] - contou com as

---

[916] As deploráveis condições habitacionais e a falta de construção de residências foram um problema complexo. A criação da *Sociedade Cooperativa Construtora Mutualista Setubalense*, em abril de 1922, surgiu nesse sentido. Sociedade Cooperativa Construtora Mutualista Setubalense, *Estatutos*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1924, p. 4. Mais tarde, em julho de 1929, foi fundada a Associação de Construtores-Proprietários de Setúbal. GASPAR, Rui Canas, *Ajudamos a desenvolver Setúbal - Associação de Construtores Proprietários de Setúbal*, Grafiponte, Montijo, 2019, p. 11.
[917] "Contra a carestia de vida" in *Eu sei tudo*, n.º 41 de 20/04/1919, p. 1.
[918] "O comício das classes operárias" in *Alvorada*, n.º 21 de 01/05/1919, p. 3.
[919] "1.º de Maio" in *O Defensor da República*, n.º 10 de 03/05/1919, p. 1.
[920] PEREIRA, Joana Dias, "As comunidades industriais no alvorecer do associativismo operário português" in *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, org: AA.VV, Colibri, Lisboa, 2012, p. 79.

intervenções do entalhador António Casimiro da Silva e do tipógrafo Paulo Correia, tendo-se apelado à greve do inquilinato e solicitado a construção de um bairro operário.

Estas eram uma das formas de denunciar o aumento dos preços da comida nos mercados, nas mercearias e na venda ambulante: "*Foi um tufão que passou agora pelos estabelecimentos, onde todos os géneros subiram novamente de preço! Outros fazem escassez para haver a procura*"[921]. Nesta onda de reclamações, os patrões não estabeleciam melhorias salarias que acompanhassem a galopante inflação: "*dado que as jornas não aumentaram na proporção em que subiram os géneros*"[922]. O enriquecimento ilícito de merceeiros, padeiros e outros vendedores a retalho contribuiu para o agravar da insatisfação da comunidade: "*acumulando fortunas à custa da miséria do povo que moureja dia a dia para puder enganar os estômagos*"[923]. A saída diária de vendedores da cidade para a capital, com o intuito de venderem os seus produtos por preços mais altos, era outro motivo que provocava escassez.[924]

O desagrado popular setubalense foi crescendo até se tornar incomportavelmente agudo para que a ordem pública não fosse afetada. O verão de 1920 foi o corolário de um processo de médio-prazo de incapacidade dos organismos estatais e do setor privado em garantirem um serviço mínimo de fornecimento de alimentos essenciais à sobrevivência do terceiro centro urbano mais populoso do País. Em diversas ocasiões, no quadro do pós-guerra, Setúbal e Azeitão sentiram a falta de géneros, como farinha, azeite ou açúcar.[925] A correspondência expedida pela administração do concelho e pelo município demonstra a assiduidade com que foram requeridas remessas de produtos para abastecimento, tendo sempre presente o receio do fantasma da erupção do 'vulcão operário'.

Na freguesia rural, nos primeiros meses daquele ano, assistiu-se a longas filas de espera nas padarias, a aumentos substanciais do custo do pão[926] ou à completa ausência do condimento mencionado: "*Há aproximadamente dois meses que o povo desta vila está*

[921] "Subsistências" in *Alvorada*, n.º 34 de 01/01/1920, p. 2.
[922] "Subsistências" in *Alvorada*, n.º 23 de 15/06/1919, p. 2.
[923] "Pela necessidade" in *República*, n.º 391 de 09/01/1920, p. 2.
[924] MARTINS, J.P., "Ó da Guarda" in *República*, n.º 396 de 20/02/1920, p. 2.
[925] A crise que a cidade passava motivou o cancelamento da evocação das tradicionais festas da Arrábida, por decisão da respetiva comissão organizadora, quando tinham sido retomadas no ano anterior. "As festas da Arrábida não se realizam este ano" in *Terra Nossa*, n.º 1 de 01/05/1920, p. 15. S.A., *Programa oficial dos Grandes Festejos em Setúbal e Arrábida promovidos pelo antigo círio de Setúbal*, Tip. Albino, Setúbal, 1919. CORREIA, Paulo; SILVA, Vítor, *Festas da Arrábida – Programa Comemorativo das Festas de 1919*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1919. ALBINO, José, *Arrábida – Publicação comemorativa do centenário da fundação do antigo círio da Arrábida de Setúbal*, Tip. Sado, Setúbal, 1956, p. 79.
[926] "O Pão" in *O Azeitonense*, n.º 29 de 15/02/1920, p. 3.

privado deste importante género [açúcar]".[927] Por ofício, o administrador do concelho transmitiu as reivindicações da Liga Comercial de Revendedores de Víveres de Setúbal, em setembro de 1919, que ilustram os obstáculos pelos quais os retalhistas passavam: "*sobre a grave crise de subsistências, tenho a informar que é de toda a justiça que esta cidade seja abastecida de géneros de primeira necessidade como açúcar, azeite, manteiga e batata, cuja falta é quase absoluta*"[928].

No dramático mês de julho de 1920, os sinais da falta de fornecimentos de farinha, arroz, azeite ou açúcar eram cada vez mais frequentes. A pastelaria de Jeremias Pereira de Oliveira mantinha-se encerrada há dois meses em virtude do seu proprietário não conseguir obter açúcar junto dos fornecedores.[929] Com recurso ao humor, o *Barbas à Roda* mencionava que os mais idosos se queixavam da impossibilidade de adocicar os seus cafés: "*Assim, vão tornando-se rabugentos para tudo e para todos, pois não é impunemente que se tira o açúcar a umas criaturas para quem o café é um licor divino*".[930] Não era caso para brincar. À Direção-Geral do Comércio Agrícola foram requisitadas, com caráter de premência, 1500 sacas de farinha já que o concelho as não possuía e "*alguns padeiros já deixaram de amassar, o que tem alarmado especialmente o povo desta cidade, sendo de temer qualquer acto violento*"[931]. Multidões esfomeadas assaltaram, em mais que uma ocasião, os buques que traziam peixe.[932]

Ao longo de 1921, observou-se uma subtil acalmia desta dramática realidade, garantindo-se o abastecimento mínimo para consumo público e autorizando que o pescado fosse capturado livre de taxas e se tornasse no 'pão nosso de cada dia'. A capitania do porto de Setúbal proibiu e apertou a vigilância, em estreito acordo com a C.M. de Setúbal, da exportação de chocos e peixe fresco (exceto sardinha e carapau) "*a fim de atenuar um pouco a carestia da vida*"[933]. O propósito era dar prioridade ao

[927] "Açúcar" in *Alvorada*, n.º 29 de 15/02/1920, p. 3.
[928] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 16, NT 954, Ofício n.º 148 de 24/09/1919 enviado pelo Administrador do concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[929] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 19, Declaração de 17/07/1920 do Presidente da C.M. de Setúbal.
[930] "Casa onde não há…açúcar!" in *O Barbas à Roda*, número único de 15/02/1920, p. 1.
[931] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1290, Copiador de Correspondência Expedida - 2ª Secção, Lv. 5, Ofício n.º 420 de 18/07/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Diretor-Geral do Comércio Agrícola.
[932] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 12, Ofício n.º 670 de 22/06/1920 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[933] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 28, Ofício n.º 46 de 21/01/1921 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Capitão do porto de Setúbal.

consumo de uma comunidade que viu na pesca a forma de acalmar os estômagos.[934] Em momentos de emergência alimentar, a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar cedeu pescado a baixos preços ou gratuitamente para os necessitados.[935]

Os embaraços inerentes ao abastecimento de farinhas e de trigo, todavia, voltaram a fazer-se sentir em Setúbal nas primeiras semanas de 1922. O administrador do concelho, alferes Carlos Américo Garcês, em 10 de janeiro, preveniu a tutela sobre a relevância de serem entregues farinhas "*visto estar a acabar a existência, provocando esta falta excitação de ânimos, dando lugar a bichas e protestos de toda a natureza*"[936]. Em março seguinte, o *stock* de farinhas estava esgotado, receando-se que a tensão social escalasse para assaltos e protestos coletivos.[937]

O desafio que esta autoridade enfrentou não foi de reduzida dimensão. De um lado, os manipuladores de pão ameaçaram e concretizaram três dias de greve, exigindo melhores vencimentos.[938] Em simultâneo, as associações de classe locais dirigiram ao Governo de Cunha Leal uma representação em que expunham a sua "*pavorosa situação económica*", acentuando que tinham "*direito a um pouco mais de pão, que precisamos dele!*"[939]. Exigiam diligências na área da assistência para os amparar e que dois armazéns reguladores de preços de géneros alimentícios poderiam responder ao drama da inflação.

Estes dilemas prosseguiram todo o restante ano, verificando-se que lotes pagos há várias semanas tardavam em chegar às fábricas de moagem, obrigando-as a requerer autorizações para importar trigo exótico.[940] Em 1923, a falta de carvão foi uma das principais preocupações das entidades competentes no que concerne ao abastecimento, tendo gerando múltiplos furtos a vendedores ambulantes.[941] A comissão concelhia de

---

[934] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1281, Copiadores de correspondência expedida para o 'interior', Lv. 2, Ofícios nºs 472 e 503 de 21/07/1923 e de 30/07/1923 enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Presidente da C.M. de Setúbal.
[935] "Peixe barato" in *República*, n.º 387 de 13/12/1919, p. 2.
[936] Citado a partir de: COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 267.
[937] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 119, NT 975, Telegrama n.º 682 de 04/03/1922 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[938] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1290, Copiador de Correspondência Expedida - 2ª Secção, Lv. n.º 5, Ofício n.º 11 de 10/01/1922 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comissário-Geral dos Abastecimentos.
[939] "Carestia de vida" in *República*, n.º 548 de 14/01/1922, p. 1.
[940] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1282, Copiador de Correspondência Expedida para o 'exterior', Lv. 1, Ofício n.º 590 de 14/12/1922 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comissário-Geral dos Abastecimentos.
[941] *Idem*, Ofício n.º 311 de 16/05/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Diretor de Finanças de Setúbal.

abastecimento foi forçada a agir, interditando a compra de mais de 5 kgs por pessoa ou de gerir a distribuição equitativa pelas 50 carvoarias espalhadas pela cidade.[942]

Perante estas evidências associadas à continuidade da crise dos abastecimentos, as quatro entidades responsáveis pela sua gestão (município, administração do concelho, Estado e comissões concelhias de subsistências/abastecimentos) aplicaram, *grosso modo*, um conjunto de medidas idênticas às que se observaram na Grande Guerra. Repetiram-se os casos de desarticulação entre os poderes locais e os serviços centrais, alvos de permanentes reformas num quadro de instabilidade governativa.[943] Para isso bastará recordar que os organismos estatais destinados à regulação do fornecimento alimentar avançavam e recuavam nas suas políticas de gestão pública do aprovisionamento dos principais produtos alimentares, nomeadamente no que concerne aos seus diferentes eixos (aquisição, fiscalização ou trânsito), de acordo com as perspetivas dos sucessivos governos republicanos ou das necessidades de consumo do público.

As medidas colocadas em vigor pelas autoridades competentes foram inconsequentes. Em primeiro lugar, segundo os inúmeros ofícios enviados pelos administradores do concelho e pelos sucessivos edis, observa-se a tentativa de se criar uma rede de abastecimentos ampla do ponto de vista geográfico (*e.g.* Beja, Moura, Alandroal, Cercal do Alentejo, Évora, Serpa ou Santiago do Escoural), evitando a excessiva dependência da Manutenção Militar. Era frequente, ainda assim, assistir à recusa do envio por necessidades de autoconsumo daquelas regiões.

Num segundo momento, o silêncio com que várias vezes a administração do concelho e o executivo municipal eram tratados pela tutela tornou-se confrangedor. Denota-se preocupação em comunicar a diferentes entidades, para além do Comissariado-Geral dos Abastecimentos, para que o maior número de intervenientes políticos estivesse a par das dificuldades vividas pela comunidade sadina. Não era por falta de alertas que os governos ou os Ministros da Agricultura não estavam a par do contexto local: "*Cumpre-me participar a V. Exa que neste concelho escasseia por completo o azeite de consumo, havendo também grande falta de arroz*"[944]. É preciso reforçar que esta aparente

[942] *Idem*, Ofício n.º 164 de 07/03/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comissário-Geral dos Abastecimentos.
[943] RODRIGUES, Joaquim Vieira, *O Algarve e a Grande Guerra: A questão das subsistências (1914-1918)*, Tese de Doutoramento em História, NOVA/FCSH, Lisboa, 2010, pp. 386-388.
[944] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1290, Copiador de Correspondência Expedida - 2ª Secção, Lv. n.º 5, Ofício n.º 360 de 07/07/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Ministro da Agricultura.

negligência não era exclusiva da gestão do Estado central. O município, por exemplo, chegou a adquirir cerca de 13 mil kgs de açúcar destinados ao consumo público à firma *Hornung & C.ª, Lda.*, sem que a sua receção fosse concretizada.[945]

As sucessivas comissões concelhias de subsistências/abastecimentos - criadas no quadro do conflito com competências de fixação de preços, criação de tabelas de géneros alimentícios e com a missão de agilizar o processo de aprovisionamento de mercadorias - mantiveram-se entre o pós-guerra e os últimos dias da República. Repetidamente promulgavam editais com o intuito de controlar os preços, de ameaçar os infratores com multas e apreensões ou de apertar com a fiscalização. Flutuavam ao ritmo das pressões exercidas pela população revoltada ou pelos interesses dos produtores/revendedores.[946]

A gestão do celeiro municipal entre 1918 e 1922 (ano em que foi extinto) foi sintomática. Para além da sua superintendência ter sido alvo de sindicâncias por alegados desvios de fundos durante o sidonismo[947], também os preços e a qualidade do pão vendido ao público eram focos de reclamações por parte dos consumidores. No verão de 1919, o pão de 1 kg, vulgarmente apelidado de 'pão de família', era o que apresentava pior aspeto: "*além de se não poder tragar, é caro e negro, que nem para cães serve*"[948]. Os pães não eram pesados antes da venda, logo não correspondiam ao seu custo real, violando o pressuposto do surgimento do celeiro: comércio a baixo preço para os mais pobres.[949]

Esta lógica entra em contrassenso com alguma legislação, que previa multas e apreensões a todas as padarias que vendessem pão mais caro que o tabelado.[950] Por mais incompreensível que possa parecer, a gestão da distribuição das quotas de farinhas e trigo para as padarias, realizada pelo administrador do concelho, chegou a não incluir a padaria camarária, denunciado um clientelismo associado aos interesses comerciais dos panificadores: "*um dos fins especiais* [do celeiro] *é obrigar as outras padarias a manter*

[945] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 19, Ofício. n.º 933 de 17/07/1920 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para a firma *Hornung & C.ª, Lda*.
[946] FERREIRA, Diogo, "A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918)" in *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV série, vol. 8, n.º 2, Porto, 2018, pp. 95-97.
[947] Dos 303.200$00 do empréstimo da C.G.D., assinado em 1916, "*230.000$00 foram desviados para o movimento do celeiro municipal"* ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 21, Ofício n.º 525 de 07/05/1921 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Administrador do Concelho de Setúbal.
[948] *Pézinho* (pseudónimo), "Perguntas inofensivas" in *O Meudo*, n.º 4 de 03/08/1919, p. 3.
[949] "Padaria Municipal" in *República*, n.º 375 de 19/09/1919, p. 2.
[950] "Edital – C.M. de Setúbal: Serviço de Subsistências" in *República*, n.º 373 de 11/09/1919, p. 2.

o preço e tipo de pão por ela estabelecidos"[951]. No plano dos preços foram atendidas as reclamações dos padeiros, como em abril de 1923 (o pão subiu de 1$00 para 1$05 por kg) por alegarem que a indústria da panificação gerava prejuízos.[952] O administrador do concelho chegou a reunir com os proprietários das cerca das 60 padarias para discutir se era mais vantajoso ter à venda 1 ou 2 tipos de pão, não colocando o assunto ao público.[953]

Pelo menos em duas ocasiões, respetivamente em 1920 e em 1921, as comissões de abastecimentos do concelho de Setúbal solicitaram a exoneração devido aos escândalos que a imprensa local disseminou. A comissão de subsistências - nomeada ao abrigo do decreto n.º 6456, de março de 1920[954] - era composta por representantes das diferentes juntas de freguesias e pediu a demissão, em junho daquele ano, por se ter descoberto favorecimentos aos industriais de conservas e aos revendedores de azeite para que as fábricas fossem abastecidas desta matéria-prima ao invés do público.[955] **[Tabela - Comissão de Subsistências de Setúbal criada ao abrigo do Decreto n.º 6456 (1920)]** Um resultado semelhante teve a comissão de abastecimentos - criada ao abrigo do decreto n.º 7235, de janeiro de 1921[956] - cujos vogais solicitaram a demissão em resultado das queixas em torno de alegadas fraudes no peso do carvão.[957] **[Tabela - Comissão dos Abastecimentos de Setúbal nomeada nos termos do Decreto n.º 7235, de 15/01/1921]**

O aguardado armazém regulador de preços foi outro exemplo de inconsequência e fracasso. Apesar dos pedidos insistentes para que fosse criado, era frequente a falta de géneros[958] e não ser visitado: "*Tanto trabalho, tanta canseira para afinal estar às moscas o Armazém Regulador de Setúbal*"[959]. Em janeiro de 1926, a Bolsa Agrícola – que recebeu do extinto Comissariado dos Abastecimentos os armazéns reguladores, despediu gradualmente os respetivos funcionários -, encontrando-se o de Setúbal encerrado.[960]

---

[951] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 18, Ofício n.º 519 de 16/04/1920 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Administrador do Concelho de Setúbal.
[952] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1282, Copiador de Correspondência Expedida para o 'exterior', Lv. 1, Ofício s/ref.ª de 10/04/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comissário-Geral dos Abastecimentos.
[953]ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1290, Copiador de Correspondência Expedida - 2ª Secção, Lv. 6, Ofício n.º 384 de 31/08/1922 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Administrador do Concelho de Cascais.
[954] Decreto n.º 6456 in *Diário do Governo*, n.º 56, I Série de 20/03/1920.
[955] "Comissão de Subsistências" e "Azeite" in *República*, n.º 406 de 04/06/1920, p. 2.
[956] Decreto n.º 7235 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 10 de 15/01/1921.
[957] "Carvão" in *República*, n.º 424 de 29/01/1921, p. 1.
[958] Em março e abril de 1923 não teve produtos. "Assuntos Locais" in *Alvorada*, n.º 90 de 15/04/1923, p. 2
[959] "O armazém regulador" in *Alvorada*, n.º 82 de 25/10/1922, p. 1.
[960] *Diário das Sessões do Senado*, n.º 19, sessão de 26/01/1926, p. 15.

Estes organismos encontravam-se frequentemente inoperantes. Os pedidos efetuados junto da tutela ou dos fornecedores para a receção de mercadorias eram negados ou ignorados. Como exemplo, necessitando de açúcar para distribuir junto dos estabelecimentos locais, a comissão de subsistências aguardou três meses para que a sua requisição tivesse efeito.[961] A sua maior prerrogativa, o tabelamento dos preços, provocou, em determinadas situações, um efeito inesperado: especulação e falsa escassez. A inconsequência do executivo camarário, da administração do concelho e das comissões de abastecimentos eram nítidas: "*A usada fórmula de defesa assaz empregada e jamais profícua, as tabelas, não satisfazem, visto virem provocar imediatamente a escassez e com ela a falta de géneros*"[962]. O mesmo sucedia em Azeitão, onde o administrador do concelho mandava afixar em todos os estabelecimentos comerciais e edifícios públicos as tabelas de preços, gerando de imediato a falta dos produtos.[963] Aos repetidos apelos para se controlar a inflação, se fixarem os custos das hortaliças, frutas, pescado ou manteiga e combater "*a ganância desenfreada dessa gente que nos explora até mais não poder ser*"[964], o tabelamento não atingia os seus objetivos.[965]

Os avanços e recuos de algumas medidas corroboram esta ideia de impotência das autoridades para responder à questão das subsistências. As sucessivas proibições e consentimentos à venda ambulante de produtos hortícolas são um exemplo. Tendo em vista um mercado agrícola, protegendo os comerciantes do Mercado do Livramento, em abril de 1922, o comércio ambulante de frutas, legumes e hortaliças foi proibido.[966] O mercado ficou provisoriamente instalado no antigo Largo das Almas, debaixo de um «tosco telheiro», recebendo os produtos agrícolas oriundos do exterior do concelho.[967]

Para além da perda de qualidade dos produtos expostos ao sol, do pouco respeito pelas normas higiénico-sanitárias[968], rapidamente se percebeu que a sua criação teve um resultado adverso. As juntas de freguesia apresentaram uma moção, em 1924, para que

[961] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 19, Ofício n.º 758 de 05/06/1920 enviado Presidente da C.M. de Setúbal para o Diretor-Geral do Comércio Agrícola.
[962] "Assuntos capitais – O custo de vida" in *Alvorada*, n.º 35 de 15/01/1920, p. 1.
[963] "Subsistências" in *O Azeitonense*, n.º 36 de 11/04/1920, p. 1.
[964] "Carestia impossível" in *O Meudo*, n.º 8 de 31/08/1919, p. 2.
[965] Para combater a fuga ao fisco, foi criado um corpo dessa natureza, em 1922. C.M. de Setúbal, *Regulamento da Fiscalização e Cobrança dos Impostos Municipais e eventualmente do Real d'Água do concelho de Setúbal*, Tip. d'*O Setubalense*, Setúbal, 1922, pp. 3-25.
[966] Artigo sem título in *República*, n.º 567 de 02/07/1922, p. 1.
[967] "Vida Local" in *Alvorada*, n.º 77 de 12/07/1922, p. 1.
[968] "Mercado Agrícola" in *A Indústria*, n.º 5 de 17/08/1923, p. 1.

fosse encerrado por não corresponder aos interesses da população, acabando por se tornar a "*consequência lógica duma especulação escandalosa*"[969].

Talvez por essa razão, em janeiro de 1924, a venda ambulante tenha sido reautorizada a fim de contrariar os "*preços exorbitantes que os vendedores dos produtos agrícolas exigem ao público no respectivo mercado*"[970]. A pressão exercida pela Liga Comercial dos Lojistas de Setúbal foi decisiva para a permissão da venda ambulante "*uma vez que a forma como abusivamente os vendilhões improvisados do mercado procuravam, e ainda procuram, vender os artigos de primeira necessidade, atinge as proporções de uma ganância sem limites*"[971].

Para combater as adversidades financeiras e intensificar o auxílio às populações, várias instituições de assistência social de Setúbal optaram por conjugar esforços.[972] A *Caixa Auxiliar 1.º de Maio* (fundada em 1905) fundiu-se na *Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense* (criada em 1888), a que lhes juntou, em agosto de 1920, a *Associação 1.º de Fevereiro de 1910* (concebida em 1913) e, em 1923, a *Associação de Socorros Mútuos Setubalense das Classes Laboriosas* (fundada em 1855).[973] A Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense incorporou estes organismos, mantendo o nome e a sede, possuindo, em 1921, 1294 sócios.[974]

Paralelamente foi criada, em 1924, a Associação Setubalense de Caridade, dirigida por Fernando Garcia, tendo como propósito a formalização de uma entidade que angariasse fundos em nome da Conferência de S. Vicente de Paulo.[975] A Associação de Socorros Mútuos Beneficência Familiar, fundada em 1923, manteve a sua ação de previdência no futuro Bairro de Nossa Senhora da Conceição, tendo passado a denominar-se Associação Instrutiva de Beneficência Familiar Socorros Mútuos, em 1930.[976]

---

[969] "Mercado Agrícola" in *A Folha de Setúbal*, n.º 22 de 03/04/1924, p. 2.
[970] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1281, Copiadores de correspondência expedida para o 'interior', Lv. n.º 3, Ofício n.º 65 de 30/01/1924 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Presidente da C.M. de Setúbal.
[971] Liga Comercial dos Lojistas de Setúbal, *Relatório e Contas da Direcção referentes à gerência do ano de 1923*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1924, p. 5.
[972] MELO, António Homem de, *Algumas palavras… na Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1938, pp. 9-11.
[973] DUARTE, Leão, *Das Instituições de Previdência – Breve Esboço Histórico*, Tip. Sado, Setúbal, 1936.
[974] Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense, *Estatutos*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1921. Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense, *Relatório*, Contas e Parecer do Conselho Fiscal de 1921, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1922, p. 5.
[975] Sociedade S. Vicente de Paulo, *Relatório das Conferências das Freguesias de S. Sebastião, Anunciada e S. Julião e da Associação Setubalense de Caridade – Gerência de 1924*, Tip. Albino, Setúbal, 1925.
[976] Associação Instrutiva de Beneficência Familiar (Socorros Mútuos), *Estatutos*, Tip, Reis & Correia, Setúbal, 1930.

3.3.2. A continuidade da luta de classes no pós-guerra: entre a unidade e os sinais de fragmentação (1919-1923)

> "*Nos grandes dias de fúria, a cidade calava-se antes de começar a amotinar-se. Um mutismo de quem toma balanço para uma batalha que se sabia ir acontecer. Era matemático. Quando na Avenida Luísa Todi se sentia no ar a electricidade crispada da revolta, aí estava ela passados minutos, a cidade, a estourar em ira, em gritarias coléricas, depois eram as greves. Mais fome*."[977]

A conjuntura europeia do pós-guerra, numa fase inicial, apresentou um ímpeto revolucionário assinalável, observando-se movimentos coletivos de trabalhadores em França, na Itália ou no Reino Unido, que adquiriram um "*carácter claramente insurrecional*"[978]. No plano interno, a 'ofensiva operária'[979] representou a exacerbação da tensão social e da luta de classes, impulsionadas pela fundação da Confederação Geral do Trabalho, pelos ventos vitoriosos dos bolcheviques, pelo surgimento da Federação Maximalista Portuguesa (FMP) ou pela criação de um novo periódico, que rapidamente se tornou num dos de maior tiragem do País: *A Batalha*. Na tentativa de apaziguar a agitação nas ruas, o governo de Domingos Pereira colocou um socialista na pasta do Trabalho, Dias da Silva, e foram promulgadas as 48 horas de trabalho.[980]

Em pleno cenário de crise de abastecimentos e de aumento do custo de vida, a contabilização de 33 greves, 2 greves-gerais e 6 *lock-outs* na cidade de Setúbal, entre 1919 e 1923, ilustram com clareza o descontentamento da comunidade e a intensificação do movimento operário local. **[Tabela – Greves e *Lock-Outs* ocorrido na cidade de Setúbal (1919-1936)]** Pelo meio, e acompanhando o processo de retoma do movimento sindicalista juvenil português na época[981], foi criado o núcleo local das Juventudes Sindicalistas foi criado após a evocação do 1.º de Maio de 1920, tendo à cabeça António Dias Caeiro. **[Tabela - 1.ª Comissão Administrativa do Núcleo da Juventude Sindicalista de Setúbal (02/05/1920)]** As reivindicações das paralisações laborais, que se concentraram nos primeiros dois anos, foram as mesmas para a transversalidade dos trabalhadores envolvidos: aumentos salariais; protestos contra a inflação e contra a falta

[977] BRITO, Alice, *As Mulheres da Fonte Nova*, Editorial Planeta, Lisboa, 2012, p. 22. [Romance histórico]
[978] BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre, *História da Europa – Do século XIX ao início do século XXI*, Plátano Editora, Lisboa, 2007, p. 57.
[979] PEREIRA, Joana Dias, "A ofensiva operária" in *História da Primeira República Portuguesa*, coord: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, pp. 428-432.
[980] FERNANDES, Paulo Jorge, "A crise do Liberalismo (1890-1930)" in *História Política Contemporânea – Portugal, 1808-2000*, org MONTEIRO, Nuno; PINTO, António Costa, Objectiva, Lisboa, 2019, p. 191.
[981] FREIRE, João, "As Juventudes Sindicalistas – Um movimento singular" in *Penélope – Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 4, Quetzal Editores, Lisboa, 1990, pp. 121-124.

de géneros de 1.ª necessidade; reclamações contra a inclusão de operários não sindicalizados; solidariedade contra o despedimento de colegas de profissão; não cumprimento do horário de trabalho. Era a continuidade da postura revolucionária, adotada pelo conjunto das associações de classe, dirigentes anarcossindicalistas e trabalhadores, que se verificou durante a Grande Guerra.

A esmagadora maioria das greves locais relacionaram-se com a exigência de melhorias nas remunerações, que respondessem à inflação desmedida. Por essa razão abandonaram os seus postos de trabalho: os ferroviários de Setúbal, aderindo a movimentos de cariz nacional (verão de 1919 e fev.-mar. de 1920)[982]; o pessoal da abegoaria e da repartição de limpeza da C.M. de Setúbal (cinco greves, entre jan. e nov. de 1920)[983]; o pessoal da *Société Franco-Portugaise de Eaux* (fev. de 1920); os empregados da estação dos correios e telégrafos e da repartição de finanças (mar. 1920)[984]; os tipógrafos (abr. de 1920); os operários de algumas fábricas de conservas (dez. de 1921); os metalúrgicos das firmas *Viúva & Filhos* e da *Cândido & Ribeiro* (jan. de 1922); os padeiros (jan. de 1922 e abr.-mai. de 1923); os funcionários do estabelecimento *Companhia Lusitana de Conservas* (jan. de 1922); os estivadores do porto de Setúbal e os condutores de sal (abril-maio de 1923). **[Tabela – Greves e *Lock-Outs* ocorrido na cidade de Setúbal (1919-1936)]**

Neste âmbito, merecem ser salientadas as duas mais duras paralisações do pós-guerra à beira Sado: a greve-geral de setembro de 1920 e a greve-geral de 75 dias da indústria conserveira. A primeira foi uma paralisação geral do trabalho, como protesto contra a ausência de géneros alimentares para consumo, decorrida no contexto das 'Revoltas da Fome'. A segunda, que teve lugar entre setembro e dezembro de 1922, foi convocada com o intuito dos trabalhadores serem aumentados na ordem dos 40%. Mais adiante, com maior detalhe, se voltará a ambas.

Fora do quadro das reclamações por melhores remunerações apontam-se: a greve dos operários cimenteiros que, em novembro de 1919, exigiam que a fábrica da Rasca

[982] BARRETO, José, "Ferroviários" in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II: F-M, Assembleia da República, Lisboa, 2014, p. 79.
[983] Estas greves foram impulsionadas pela ação da Associação de Classe dos Trabalhadores de Limpeza do Município de Setúbal, fundada em 1919 e dissolvida em 1921. ANTT, Associações de Classe, Cx. 131, Proc. n.º 904, Ofício n.º 236 de 07/06/1921 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Administrador-Geral do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral.
[984] Greve de caráter nacional da função pública. Cronologia do Centro de Documentação e Informação da Universidade Popular do Porto. [Disponível em: https://cdi.upp.pt/cgi-bin/cronologia.py?ano=1920]

cumprisse o horário de trabalho[985]; a paralisação a que aderiram milhares de trabalhadores, entre 8 e 17 de agosto de 1922, contra o decreto que ditou os dois tipos de pão e exigindo o barateamento do custo de vida[986]; a greve de três dias dos operários das fábricas de conservas *Camalhão, Portela & C.ª e da Machado & C.ª Lda*., por não concordarem com a admissão de trabalhadores não sindicalizados[987]. Os soldadores do estabelecimento *Pereira & C.ª, Lda.*[988] (ago. de 1919) e os metalúrgicos da fábrica *Daniel & Raimond*[989] (fev. 1920) abandonaram os postos de trabalho, reclamando contra as demissões de colegas. Os carroceiros solidarizaram-se com a greve-geral conserveira (set.-out. de 1922)[990] e a Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal apoiou a greve dos estivadores e dos condutores de sal (maio de 1923).[991] O combate contra a mecanização fez-se sentir pelos marítimos contra a introdução dos cercos a vapor.[992]

A greve da *Pereira & C.ª, Lda.* teve provocou a exoneração do administrador do concelho, Sebastião Tomás dos Santos. Tendo como ponto de partida as queixas de um conjunto de fabricantes conserveiros por um industrial ter adquirido pescado isoladamente, foi exigido o encerramento da lota. Sem emprego, diversos apanhadores e descarregadores de peixe contestaram duramente esta decisão, acabando um patrão por ser atingido por uma pedra e dois trabalhadores detidos.[993] No seguimento, dois operários da fábrica *Pereira & C.ª* foram demitidos, motivando três soldadores da empresa a paralisarem as suas funções.[994] O assunto chegou ao Parlamento pela voz de Joaquim Brandão, que denunciou a negligência do administrador do concelho na manutenção da ordem pública, apelando ao Governo para intervir no sentido de ser encontrado um ponto de conciliação entre as partes. Adiantou, ainda, que "*ficaram feridos o presidente do respetivo sindicato* [fabricantes] *e mais três industriais*"[995].

---

[985] SILVA, Dias da, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 83, sessão de 17/11/1919, pp. 15-16.
[986] "Contra a elevação do preço do pão – Os últimos movimentos de protesto das classes produtoras" in *Alvorada*, n.º 79 de 25/08/1922, p. 2.
[987] "Indústria das Conservas" in *O Município*, n.º 3 de 13/01/1923, p. 1.
[988] "Encerramento das fábricas de conservas" in *A Mocidade*, n.º 349 de 15/08/1919, p. 3.
[989] "Pelas classes" in *Alvorada*, n.º 37 de 22/02/1920, p. 2.
[990] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 121, NT 977, Ofício n.º 108 de 30/09/1922 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[991]"Indústria das Conservas: A perspectiva dum conflito" in *A Folha de Setúbal*, n.º 7 de 24/05/1923, p. 2
[992] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4, Ofício n.º 36 de 02/03/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[993] *Idem*, Ofício n.º 122 de 13/08/1919 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[994] "Indústria das Conservas" in *Alvorada*, n.º 26 de 01/09/1919, p. 2.
[995] *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 42, sessão de 13/08/1919, p. 4.

Com vista ao enfraquecimento do ímpeto grevista e do movimento operário setubalense, o universo patronal recorreu, pelo menos, seis vezes ao *lock-out* por causas e origens distintas. Como plataforma de defesa dos seus interesses, na terceira semana de setembro de 1920, os industriais conserveiros encerraram os seus estabelecimentos por discordarem das decisões do executivo municipal de elevar a taxa *ad-valorem* para 3% e de criar uma taxa adicional sobre o azeite.[996] Em contexto semelhante, em 23 de abril de 1923, os mesmos fabricantes voltaram a fechar portas, reclamando formalmente contra a subida das pautas alfandegárias, definidos pela lei n.º 1368.[997] Ainda fora do plano das relações de trabalho, em 9 de julho de 1920, as fábricas foram encerradas, contestando-se os assaltos coletivos decorridos durante as 'Revoltas da Fome'.[998] Simbolizando o estreitamento das relações de cumplicidade entre fabricantes conserveiros, sob o desígnio da Associação Comercial e Industrial de Setúbal, na longa greve-geral conserveira de 1922, estes recusaram as exigências de aumento salarial e deliberaram pelo *lock-out*.[999]

Enquanto estratégia tendente a contrariar os sucessos das paralisações laborais, as autoridades administrativas republicanas recorreram com crescente frequência a militares para substituírem os grevistas. Este padrão tornou-se recorrente e a sua eficiência retirou robustez à capacidade interventiva do proletariado setubalense na luta por melhores condições laborais. Em diferentes setores de atividade, ao longo de 1920, algumas greves foram fortemente abaladas nos seus propósitos, como foi a dos trabalhadores da Companhia de Águas. Para garantir que o abastecimento de água não era interrompido, o administrador do concelho ordenou que os militares do quartel do R.I. n.º 11 vigiassem os poços e colocou marinheiros na gestão das máquinas. Os funcionários da estação de telegrafia-postal de Setúbal viram as instalações serem ocupadas por guardas republicanos e por praças da Marinha e do Exército para que os serviços mínimos fossem cumpridos. Na função pública, os operários da abegoaria foram substituídos por soldados do Grupo de Artilharia de Guarnição de Setúbal, por ocasião das suas greves. [1000]

[996] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 114, NT 962, Ofício n.º 223 de 23/09/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal ao Governador Civil de Lisboa.
[997] "Assuntos Locais" in *Alvorada*, n.º 91 de 01/05/1923, p. 2.
[998] COSTA, Albérico A., *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 262.
[999] "Greves" in *Alvorada*, n.º 77 de 12/07/1922, p. 2.
[1000] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. 4, Ofícios n.os 29 e 56 de 23/02/1920 e de 29/03/1920 enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

Os industriais conserveiros, por seu turno, apelavam à mobilização das tropas e da G.N.R. para que vigiassem o exterior das instalações, garantindo a liberdade de trabalho aos que não aderiam às paralisações ou quando substituíam trabalhadores, furando as greves.[1001] Na greve-geral da indústria conserveira, em 1922, e na paralisação dos estivadores de 1923, como se verificará mais adiante, estas práticas foram determinantes para duas derrotas operárias.

Pelo meio do reforço da repressão do Estado e da concentração de forças por parte dos patrões, designadamente de armadores e fabricantes conserveiros, no processo de intensificação da luta de classes, nestes anos do pós-guerra, foram surgindo sinais da lenta e progressiva fragmentação do movimento operário setubalense, que culminou com a sua extenuação aquando do crepúsculo do regime republicano.

Setúbal, desde a década de 1890, foi sede de dezenas de organizações sindicais dos mais diversos setores, nomeadamente de soldadores (1893), de padeiros (1898), de carpinteiros navais (1898), de trabalhadores da construção civil (1900), de corticeiros (1900), de pescadores (1900), de sapateiros (1902), de operárias conserveiras (1911), de carroceiros (1912), de estivadores (1913), de descarregadores de peixe (1913), de operários metalúrgicos (1914), de empregados no comércio e indústria (1917), entre outros. **[Tabela - Organismos sindicais que existiram no antigo concelho de Setúbal (1891-1933)]** A maioria destes organismos eram compostos por dirigentes libertários.

A grave crise económica do pós-guerra, interligada com sintomas de fragmentação interna nestas associações de classe, promoveram modificações significativas ou mesmo o encerramento de alguns sindicatos, como se verificou no caso dos funcionários municipais de limpeza, cuja associação foi dissolvida, em novembro de 1921. A Associação de Classe dos Carroceiros de Setúbal, que foi extinta em finais de 1922[1002], segundo o presidente da direção atravessava sérias dificuldades financeiras, em setembro de 1919. Requereu autorização para que os filiados emigrasse para França devido à "*grave crise de trabalho com que lutamos já há muito tempo*"[1003]. Em 30 de

[1001] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1281, Copiadores de correspondência expedida para o 'interior', Lv. 1, Ofício n.º 36 de 12/01/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante Militar de Setúbal e Ofício-Urgente s/ref. de 16/05/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante da GNR de Setúbal.
[1002] ANTT, Associações de Classe, Cx. 124, Proc. n.º 633, Resposta ao inquérito da delegação de Setúbal do INTP referente às extintas associações de classe da delegação de Setúbal do INTP de 31/12/1938.
[1003] *Idem*, Ofício s/ref.ª de 03/09/1919 enviado pelo Presidente da Associação de Classe dos Carroceiros de Setúbal para o Ministro do Trabalho.

junho de 1920 a Associação de Classe União dos Estivadores e Baldeadores de Sal no Rio Sado, de 1913, foi também extinta.[1004]

Numa clara tentativa de sobrevivência, em 1919, os membros da Associação de Classe dos Operários Pedreiros e Artes Correlativas de Setúbal, criada quatro anos antes, decidiram integrar a velha Associação de Classe das Construções Civis e Artes Correlativas da cidade.[1005] Por intenções idênticas, a Associação de Classe dos Carregadores de Peixe de Setúbal (1913) e a Associação de Classe de Apanhadores de Peixe das Fábricas de Conservas de Setúbal (1912) reformaram os seus estatutos, respetivamente em janeiro e julho de 1920, para ampliarem o leque a determinadas atividades. A primeira acrescentou à sua designação as expressões «sal e carvão» "*para salvarem o seu pão*"[1006] de quem lhes queria tirar serviços específicos. A segunda, por seu turno, alterou o seu nome para Associação de Classe dos Apanhadores e Enchedores de Canastras de Peixe para Fábricas de Conservas e Estiva de Setúbal.[1007]

A C.G.T., entre meados de 1919 e janeiro de 1920, enviou delegados para resolver aquilo a que classificou de «divisão operária em Setúbal». Tratava-se do conflito aberto por 500 filiadas, que abandonaram a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal, e fundaram, em março de 1917[1008], a Associação de Classe das Manipuladoras e Estivadoras das Fábricas de Conservas e Armazéns de Estiva de Setúbal. No sentido de resolver o diferendo foi proposto extinguir ambos os sindicatos e criar um novo organismo, o que foi rejeitado.[1009]

Existiu, igualmente, divisão no seio das classes dos estivadores do porto e dos baldeadores e condutores de sal. Em agosto de 1921, foram aprovados os estatutos da Associação de Classe dos Estivadores e Descarregadores de Mar e Terra do Concelho de Setúbal[1010]. Nessa ocasião existia, no mesmo setor, a Associação de Classe dos

[1004] ANTT, Associações de Classe, Cx. 130, Proc. n.º 675, Parecer de 13/06/1939 do Chefe de Secção da Organização Corporativa do INTP.
[1005] ANTT, Associações de Classe, Cx. 135, Proc. n.º 758, Resposta ao inquérito da delegação de Setúbal do INTP referente às extintas associações de classe da delegação de Setúbal do INTP de 31/12/1938.
[1006] ANTT, Associações de Classe, Cx. 123, Proc. n.º 651, Ata n.º 190 de 08/01/1920 da Associação de Classe dos Carregadores de Peixe de Setúbal.
[1007] ANTT, Associações de Classe, Cx. 122, Proc. n.º 637, Ofício n.º 129 de 09/07/1920 enviado pelo Diretor da Mutualidade Livre/Associações Profissionais para o Ministro do Trabalho. Os carregadores transportavam o peixe da lota para as fábricas. Os apanhadores enchiam as canastras nas embarcações
[1008] ANTT, Associações de Classe, Cx. 132, Proc.º n.º 822, Capilha do respetivo processo.
[1009] TEODORO, José Miguel, *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FLUL, Lisboa, 2013, pp. 121-122.
[1010] ANTT, Associações de Classe, Cx. 129, Proc. n.º 1.027, Capilha do respetivo processo.

Estivadores do Rio Sado (1914) e a Associação de Classe dos Estivadores e Condutores do Rio Sado (1913).[1011]

Os esporádicos conflitos e fricções intraclassistas são reveladores da gradual fragmentação da unidade operária. Observe-se dimensão da oposição à introdução dos cercos de pesca a vapor por parte dos elementos ligados aos cercos a remos. Perante uma segunda tentativa de introdução dos cercos a vapor, em 1919, os protestos surgiram de imediato, no segundo semestre daquele ano. Diversos pescadores dos cercos a remos, em agosto, recusaram-se a vender o peixe capturado, reclamando contra o facto de muitos compradores terem adquirido pescado proveniente dos cercos a vapor.[1012] Na sua perspetiva, esta inovação tecnológica trazia consequências, designadamente a escassez do pescado e "*num, futuro muito próximo, a desgraça da sua classe*"[1013]. Em novembro, um segmento de operárias conserveiras, que mantinham relações familiares com marítimos dos cercos à vela, entraram em greve com o intuito de impedirem que se trabalhasse com sardinha pescada pelas embarcações a vapor.[1014]

O conflito entre os marítimos dos cercos a remos e os pescadores dos cercos a vapor (estes últimos contavam com o auxílio das autoridades, dos industriais conserveiros e de boa parte dos armadores) foi progressivamente entrando em ebulição, obrigando o deputado Joaquim Brandão a sondar o Ministro da Marinha para intervir por ter interpretado como «tirania» o desejo dos pescadores em possuírem o exclusivo da pesca.[1015] A situação piorou quando os pescadores, em protesto, pintaram os números de polícia das suas embarcações e se muniram com explosivos para impedirem a liberdade da pesca e o trânsito naval, nomeadamente do galeão a vapor *S. Martinho*. Como resposta, o governo enviou um *destroyer* para o Sado e alguns marítimos acabaram detidos.

A tensão atingiu um dos seus primeiros pontos com a morte de um jovem marítimo, na noite de 15 de novembro, quando regressava à zona do cais e foi atingido pelas trocas de tiros entre elementos da Armada e pescadores. Na semana seguinte, em

---

[1011] ANTT, Associações de Classe, Cx. 131, Proc. n.º 117, Capilha deste processo. *Idem*, Cx. 130, Proc. n.º 676, Ofício s/ref.º de 22/06/1920 enviado pelo Administrador-Geral do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social para o Presidente da Associação de Classe dos Estivadores e Condutores do Rio Sado. Este sindicato foi o sucessor da Associação de Classe Marítima dos Condutores de Sal do Rio Sado (1897).
[1012] PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 54.
[1013] "Conflito entre pescadores e fabricantes" in *República*, n.º 384 de 21/11/1919, p. 2.
[1014] PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: O caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História, FCSH/NOVA, Lisboa, 2013, p. 364.
[1015] *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 80, sessão de 11/11/1919, pp. 4-6.

22, um grupo de pescadores invadiu a cervejaria *Todi*, destruindo mesas, cadeiras e armários de bebida em virtude de o estabelecimento ser propriedade de um industrial conserveiro. Um guarda foi esfaqueado. Os confrontos resultaram em quatro alvejados e no encerramento da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal.[1016]

Os últimos dias do mês voltaram a ser caracterizados por um clima de hostilidade, desta feita entre pescadores dos cercos a remos e operárias e industriais do setor conserveiro. Os marítimos não compreendiam como é que as trabalhadoras dos estabelecimentos industriais aceitavam trabalhar com pescado comprado na capital e capturado por cercos a vapor, enquanto as operárias acusavam os pescadores de estarem propositadamente a gerar escassez de sardinha, para manterem os preços elevados. O efeito divisor no movimento operário setubalense era evidente: "*O conflito serviu à maravilha para criar dissensões entre as classes organizadas*"[1017].

Para esta mudança de posição contribuiu a evidência do interesse em preservarem os seus postos de trabalho (sem pescado as fábricas não laboravam), as operárias conserveiras ganharam receio dos marítimos dos cercos a vapor, uma vez que a sede da Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal foi assaltada por um grupo de pescadores e muitas foram agredidas, por se terem recusado a trabalhar com sardinhas pescadas por eles.[1018]

Após alguns meses de aparente acalmia, novos confrontos, em que foram utilizados explosivos, entre pescadores dos cercos a vapor e os marítimos dos cercos a remos, resultaram no falecimento de um outro trabalhador da faina, em 3 de fevereiro de 1920: "*Do vapor fizeram fogo e essa prova ficou indelevelmente gravada, pois tirou a vida a um tripulante do cerco de pesca «Fortuna», Edmundo Rocha*"[1019]. O capitão do porto de Setúbal deu ordem de prisão de mais de três dezenas de marítimos a bordo das canhoneiras *Zambeze* e *Patrão Lopes*.[1020] Em resposta, a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal exigiu ao Ministro da Marinha a imediata libertação

---

[1016] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4, Ofícios n.ºs 184, 188 e 198 de 14/11/1919, de 16/11/1919 e 23/11/1919 enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil.
[1017] "Pela indústria da pesca – novos conflitos" e "Luta de Classes – À margem do último conflito" in *Alvorada*, n.ºs 32 e 33 de 01/12/1919 e de 15/12/1919, p. 3 e p. 1. Citação do último artigo.
[1018] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. 4, Ofícios nºs 180 e 195, de 11/11/1919 de 21/11/1919 enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1019] "A eterna questão" in *Alvorada*, n.º 37 de 22/02/1920, p. 3.
[1020] "O caso da costa da Galé" e "Capitania do porto" in *O Setubalense*, n.ºs 707 e 712 de 05/02/1920 e de 11/02/1920, p. 1 e p. 1.

dos companheiros por este "*procedimento arbitrário e inqualificável*"[1021] ou recusar-se-iam a trabalhar. O presidente e o secretário deste sindicato foram, também, detidos.[1022]

As trocas de acusações multiplicaram-se. Os pescadores 'tradicionais', através de um manifesto, asseveraram ter feito fogo em legítima defesa, em resposta aos disparos dos elementos da Armada, que ali se encontravam no intuito de garantirem a liberdade de pesca.[1023] Em sentido oposto, a Associação Comercial e Industrial de Setúbal, interessada no progresso para o abastecimento das fábricas, assegurou que os marítimos dos cercos a remos pretendiam a "*todo o transe proibir que outras artes pesquem na costa da Galé, postergando infamemente a lei e estabelecendo o terror*"[1024].

A visão da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar foi publicitada, uma vez mais, através de um manifesto (intitulado *Ao Público*), criticando severamente a posição assumida pelos trabalhadores do mundo conserveiro no que concerne a esta matéria: "*É triste, lamentável, que operários guerreiem operários, com as armas mais perniciosas: a intriga, a mentira e a maledicência*"[1025]. Os dirigentes daquele sindicato não compreendiam como não se defendiam os interesses dos cercos a remos por considerarem que, desde que os cercos a vapor tinham surgido, o peixe tinha passado a escassear «assustadoramente». No relatório do Comité Confederal, em maio de 1920, a C.G.T. demonstrou preocupação com este conflito: "*que já produziu prisões, agressões e a morte de dois trabalhadores do mar* […] *uma única entidade tem tirado proveito das rivalidades e dos ódios entre as classes: o patronato*"[1026]. O enfraquecimento e o divisionismo entre o movimento operário setubalense foram-se fazendo sentir. Em março de 1920, os pescadores dos cercos a remos declararam greve e resolveram apedrejar "*o pessoal que trabalha com ele nas fábricas*"[1027].

[1021] BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1367, Mç. 27, Ofício n.º 15 de 06/02/1920 enviado pela Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal para o Ministro da Marinha.
[1022] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. 4, Ofício n.º 18 de 06/02/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1023] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 12, Ofício n.º 208 de 03/02/1920 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1024] BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1367, Mç. 27, Ofício n.º 202 de 04/02/1920 enviado pelo Presidente da Secção Sindical dos Fabricantes de Conservas para o Ministro da Marinha.
[1025] Coleção particular de António Cunha Bento. Manifesto *Ao Público*, impresso na tipografia Albino, em 03/03/1920, e publicado pela Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal.
[1026] Citado a partir de: TEODORO, José Miguel, *op. cit.*, p. 743.
[1027] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4, Ofício n.º 36 de 02/03/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

O clima de tensão voltou a aquecer, em 24 de setembro de 1920, quando um grupo de pescadores cortou as amarras a um buque, pertencente ao cerco do vapor *S. Martinho*, desencadeando um conflito junto ao local onde a embarcação tinha atracado. Foram presos 27 indivíduos "*pelo que os outros cercos não querem partir para o mar sem que aqueles sejam soltos*"[1028]. Em finais de fevereiro seguinte, um cortejo cívico prestou homenagem aos três indivíduos que morreram no âmbito destas disputas[1029], lamentando-se não ter sido possível identificar o restante marítimo. Demonstrando que o ambiente conflitual foi continuando residualmente, em agosto de 1923, o governo nomeou uma comissão para estudar *in loco* esta questão.[1030] **[Tabela - Comissão nomeada para estudar os conflitos entre cercos a remos e cercos a vapor em Setúbal (1923)]**

A violência perpetrada por trabalhadores sobre operários teve, pelo menos, dois exemplos, no ano de 1923. Entre os dias 10 e 13 de janeiro, os operários conserveiros das fábricas *Camalhão, Portela & C.ª* e da *Machado & C.ª, Lda.* entraram em greve, em protesto contra a admissão de um trabalhador não filiado na respetiva associação de classe na primeira firma. Descontentes com a falta de solidariedade dos trabalhadores da fábrica *Policarpo, Ramos & Cª.*, que não aderiram ao movimento, os grevistas agrediram, física e verbalmente, os colegas de profissão e entraram em confrontos com as autoridades.[1031] Segundo a participação policial tratou-se de uma tentativa de saque às instalações, "*aparecendo ali um numeroso grupo de operários da mesma indústria, que imediatamente começou apedrejando a mesma fábrica*"[1032].

Cerca de seis meses depois, foi a vez de um operário da fábrica *Camalhão, Portela & C.ª* de ser agredido por quatro trabalhadores, que entraram nas instalações sem autorização, por aquele ter faltado a uma reunião da associação de classe.[1033] Os patrões aproveitou a ocasião para denunciar a brutalidade associada às plataformas de incremento das redes de solidariedade operária, optando por proibir a entrada de delegados dos

[1028] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 114, NT 962 (1920), Ofício n.º 233 de 29/09/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1029] *Vailant* (pseudónimo) "A manifestação de domingo" in *República*, n.º 428 de 05/03/1921, p. 2.
[1030] Portaria in *Diário do Governo*, II Série, n.º 183 de 09/08/1923.
[1031] Os soldadores Januário da Conceição Sabino e Artur Norberto de Oliveira chefiaram o grupo dos agressores. "Nova greve" e "Últimas notícias - Da greve de ontem" in *O Município*, n.º 2 de 11/01/1923, p. 2 e p. 4. "Indústria das Conservas" in *O Município*, n.º 3 de 13/01/1923, p. 1.
[1032] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 25, NT 968, Participação de 13/01/1923 anexa ao ofício n.º 27 de 26/01/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1033] "Caso grave" in *A Indústria*, n.º 2 de 27/07/1923, pp. 1 e 2.

sindicatos ou reuniões com funcionários sob a sua alçada: "*O incidente* […] *trouxe-nos a convicção de que se pretende voltar ao sistema antigo do terror para submeter dezenas de criaturas à vontade de meia dúzia delas*"[1034].

Este combinado de acontecimentos, transmitindo a lógica de que no pós-guerra se foram apresentando indícios da perda de unidade operária, vai de encontro ao problema central que preocupou os dirigentes da U.O.N. e, depois, da C.G.T.: as dificuldades em se reconstruir a União dos Sindicatos Operários de Setúbal. Esse desejo ficou explícito no relatório da comissão administrativa da U.O.N., no rescaldo do II Congresso de Coimbra, em 1919, revelou as "*desinteligências suscitadas há tempo entre a Associação dos Trabalhadores do Mar, de Setúbal, e outros sindicatos da mesma cidade*"[1035].

Este problema manteve-se aquando do III Congresso da Covilhã, em 1922, em que o Comité Confederal da C.G.T. sublinhou: "*o operariado de Setúbal, que ainda não achou uma fórmula segura que sirva de orientação geral e solidária aos seus organismos sindicais, não tendo mesmo contribuído ainda para a organização da sua União de Sindicatos*"[1036]. A União dos Sindicatos Operários de Setúbal foi refundada, em 1923, surgindo consigo a *Voz Sindical*. Integrou diversas associações de classe.[1037]

3.3.3. As 'Revoltas da Fome' do verão de 1920: o desespero comunitário

> "*Todos os dias a carestia aumenta, não havendo ninguém que apareça a pôr ponto em tamanho pavor!* [...] *Não veem que a onda da revolta sobe, e que daqui a pouco, já não haverá maneira de evitar a colossal catástrofe?*"[1038]

Este excerto, publicado num artigo do semanário socialista local, transmite a preocupação, em tom de aviso, para a inevitabilidade das trágicas ocorrências que tiveram lugar poucos meses depois, entre julho e outubro. Na memória estavam bem presentes os efeitos da crise dos abastecimentos durante a Grande Guerra. A agitação social, essencialmente nos centros urbanos, era generalizada e a C.G.T. coordenou a disseminação de protestos pelo País.[1039] Em Setúbal repetiram-se os saques a diversas

[1034] "Indústria de Conservas – De péssimos resultados" in *A Indústria*, n.º 2 de 27/07/1923, p. 2.
[1035] Citado a partir de: TEODORO, José Miguel, *op. cit.*, p. 704.
[1036] *Idem*, p. 765.
[1037] Exemplos: carroceiros; manipuladores de pão; condutores de sal; operárias conserveiras; caixoteiros; carregadores de peixe; metalúrgicos; funcionários municipais. QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Horizonte, Lisboa, 1998, p. 235.
[1038] Artigo sem título in *O Trabalho*, n.º 831 de 07/03/1920, p. 2.
[1039] PEREIRA, Joana Dias, "O ciclo de agitação social global de 1917-1920" in *Ler História*, n.º 66, ISCTE-IUL, Lisboa, 2020, pp. 53-55. [Disponível online em: https://journals.openedition.org/lerhistoria/720]

quintas nos arredores do concelho[1040] e, talvez por essa razão, o capitão do porto de Setúbal tenha reforçado a ideia de que os assaltos coletivos praticados na cidade, em 1920, tivessem contado com o apoio de 'agitadores' de outras regiões.[1041]

As investigações pioneiras do historiador local Álvaro Arranja foram responsáveis por qualificar os assaltos coletivos a estabelecimentos comerciais da cidade, ocorridos na noite de dia 8 de julho e na segunda semana de setembro de 1920, como 'Revoltas da Fome'. Segundo retratou, os trabalhadores setubalenses e as suas famílias encontravam-se longamente frustrados com os sucessivos aumentos dos produtos de 1.ª necessidade e com o açambarcamento, voltando a sofrer com as agruras de não terem nada para comer: "*O povo não podia suportar por mais tempo semelhante calamidade* [carestia de vida] *e revoltou-se. Revoltou-se e assaltou os estabelecimentos onde os géneros se ocultavam*"[1042]. Em 8 de julho, pouco depois das fábricas e oficinas terem encerrado portas, o operariado sadino reuniu-se em massa nas sedes das associações de classe, tendo-se dirigido para a Praça de Bocage cerca de 1800 indivíduos "*em atitude de franca rebeldia, agitando machados, alavancas de ferro, paus, etc*"[1043]. Passando pela Rua Álvaro Castelões e pelo Largo da Misericórdia, em pleno coração da baixa, sucederam-se furtos, que obrigaram à intervenção das forças policiais e dos militares. Nos confrontos, que resultaram em dezenas de detenções na cadeia do quartel do R.I. n.º 11, foram trocados tiros e dois operários perderam a vida: Bernardino Martins e António Xavier.

Com o intuito de reinterpretar algumas das análises do historiador mencionado, procurou-se consultar outra documentação, nomeadamente diferentes visões da imprensa local e compreender de que forma agiu o administrador do concelho, agiu. Este, José Luís da Costa produziu um extenso ofício-relatório[1044] que descreve como estes assaltos coletivos, conduzidos por centenas de pessoas, foram previamente concertados pelos dirigentes sindicais e por um vasto grupo de trabalhadores, que se focaram na pilhagem dos depósitos de azeite das fábricas e nos estabelecimentos de víveres. Sublinhando que

[1040] "À Polícia" in *República*, n.º 391 de 09/01/1920, p. 2.
[1041] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 12, Ofício n.º 726 de 10/07/1920 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o comando da canhoneira *Ibo*.
[1042] Cf. *A Batalha*, edição de 10/07/1920. Citado a partir de: ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, CEB, Setúbal, 2009, pp. 85-86.
[1043] Cf. *O Século*, edição de 08/07/1920. Citado a partir de: ARRANJA, Álvaro, "A 1.ª República e o Movimento Operário em Setúbal" in *A República nos concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, C.M. da Moita, Moita, 2011, p. 104.
[1044] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Mç. 4, Ofício-Relatório n.º 141 de 10/07/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

avisou, com relativa antecedência, os comandantes do R.I. n.º 11 e da G.N.R. para estarem de prevenção, os 45 minutos de intervalo entre a ordem de dispersão e a chegada ao campo do Bonfim, onde estavam reunidas cerca de 500 pessoas, foram suficientes para que seis casas de fazendas da Praça de Bocage[1045], uma mercearia, uma sapataria da Rua Álvaro Castelões e uma mercearia, no Largo da Misericórdia, fossem saqueadas.

No mesmo documento denota-se que o trabalho das autoridades apenas deu frutos no decorrer da noite, acabando detidas mais de 30 pessoas[1046] e recuperados boa parte dos bens furtados. Para isso contribuiu o cerco montado, em redor das zonas afetadas, e as patrulhas a cavalo, tendo-se mantido as forças de prevenção até ao dia 20. Finalmente, José Luís da Costa negou os boatos veiculados na imprensa da capital, que apontaram mais de 1800 assaltantes, 300 contos de prejuízos e que a cidade esteve entregue aos militares, quando os números não ultrapassariam as 5 centenas e os 50 contos.[1047]

Alvos diretos dos prejuízos, apesar de politicamente próximos do proletariado setubalense, os caixeiros de *Alvorada*, criticaram os furtos nas casas de fazenda, gerando uma nova divisão no seio dos trabalhadores.[1048] Uma das suas principais vozes, Manuel Matos Paulo, defendeu que o combate por melhores de condições de vida deveria ser realizado dentro da lei. Nesse sentido, era contrário ao conteúdo presente num manifesto distribuído pela cidade, de meados de outubro de 1920, "*onde se incita o povo à destruição, pelo fogo, das suas próprias casas e abandono do trabalho por tempo indeterminado*"[1049]. Era a separação de águas perante o sindicalismo revolucionário. Por seu turno, os socialistas d'*O Trabalho* criticaram duramente a intervenção armada por ter tirado a vida a dois cidadãos[1050], tal como sucedeu nas greves de 1911, uma vez que tanto podiam ser assaltantes, como dos que iam a caminho de sua casa.[1051]

Em agosto de 1920, os problemas do abastecimento de produtos alimentares continuaram a manifestar-se com grande peso, encontrando-se à beira de se esgotarem.

[1045] Estas eram propriedade de Mamede Mendes Fialho, de José Maria Piteira, de João Baptista Piçarra e de Afonso Miguens.
[1046] O diário local aponta 50 mulheres e cerca de 60 homens detidos. "As ocorrências desta madrugada" in *O Setubalense*, n.º 835 de 09/07/1920, p. 1.
[1047] *A Capital* mencionou a morte de 8 pessoas e de mais 20 feridos, um exagero. "Ordem Pública: Os acontecimentos de Setúbal" in *A Capital*, n.º 3570 de 09/07/1920, p. 2.
[1048] "Assaltos a estabelecimentos" in *Alvorada*, n.º 43 de 20/07/1920, p. 3.
[1049] PAULO, Manuel Matos, "Uma carta e a resposta" in *Alvorada*, n.º 46 de 25/10/1920, p. 1.
[1050] Bernardino Cândido Martins era um conhecido soldador e ativista político, tendo sido julgado no âmbito do processo relativo aos assaltos à fábrica de conservas de René Béziers, em 1917. PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária – O caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História, NOVA/FCSH, Lisboa, 2013, p. 123.
[1051] "Notas a lápis" in *O Trabalho*, n.º 840 de 24/07/1920, p. 1.

Os comerciantes e os lojistas não os encontravam disponíveis junto dos fornecedores, reduziam o número de dias em que abriam os estabelecimentos e receavam que os tabelamentos dos preços lhes roubassem a margem de lucro. O administrador do concelho de Setúbal deu novos alertas à tutela sobre as apreensões de que os acontecimentos de julho se repetissem, consciente de que não possuía recursos para os contrariar: "*Os géneros de primeira necessidade faltam já quase todos, os operários fazem constar que farão novos assaltos* […] *dê as suas ordens de forma que a força da Guarda Republicana aqui destacada seja imediatamente aumentada em, pelo menos, 50 praças*"[1052]. Na zona da ribeirinha, a capitania do porto de Setúbal assistiu – sem capacidade interventiva – a assaltos aos buques, que traziam peixe no convés, por indivíduos a que o respetivo capitão apelidou de «piratas» e «ratoneiros».[1053]

Num concelho subsidiário de todos os produtos, exceto de pescado – que foi o principal meio de subsistência dos mais desfavorecidos – eram necessários cerca de 7 a 8 milhões de kgs/ano de trigo para o fornecimento de Setúbal, segundo indicações da fábrica *Empresa de Moagens Bonfim, Lda*.[1054] A mesma firma comunicou que, em meio de agosto, boa parte das padarias da cidade não tinham farinhas, exigindo medidas do Comissariado dos Abastecimentos para assegurar a tranquilidade pública.[1055] No início do mês seguinte, a outra fábrica de moagem sadina, a *F. Nascimento, Lda.*, também se encontrava paralisada pelo que a pouca farinha e pão que chegava era proveniente da Manutenção Militar. Na noite de 21 de agosto, mulheres e homens em desespero tentaram assaltar várias padarias, não tendo sucesso devido à ação da G.N.R.[1056]

O executivo, sem grande sucesso, manteve uma política idêntica à de anos anteriores, procurando adquirir farinhas e trigo a partir de diferentes localidades. A gravidade do contexto não poderia ser mais clara, se tivermos em conta o testemunho do edil José António de Azevedo de 30 de agosto de 1920: "*Faltam actualmente neste*

[1052] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 113, NT 947, Ofício n.º 160 de 06/08/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1053] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 12, Ofício n.º 835 de 18/08/1920 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1054] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.E. da C.M. de Setúbal, cx. 92, Lv. 7 (1920-1921), Ata da sessão de 11/08/1920 da C. E. da C.M. de Setúbal.
[1055] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 19, Ofício n.º 1.077 de 16/08/1920 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Comissário dos Abastecimentos.
[1056] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 114, NT 962, Ofício n.º 168 de 21/08/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

mercado: o pão, o arroz, as massas, o açúcar e o azeite para não falar em cereais e legumes, mas de todos eles o que mais falta faz é o pão. A escassez do pão já por vezes tem ocasionado conflitos de gravidade, tem até já uma vez sido atacados à bomba o celeiro e a padaria municipal"[1057].

No primeiro dia de setembro de 1920, o *Alvorada* descreveu uma cidade onde não existiam produtos alimentares para consumo, exceto frutas e o pouco peixe que escapava às fábricas de conservas ou ao abastecimento da capital. Os mais famintos eram obrigados a esperar largas horas, desde o início da madrugada, até ao momento em que as padarias anunciavam a venda de pão ao público: "*Continua nesta cidade a escassez de todos os géneros alimentícios.* […] *O pão tem faltado dias consecutivos!*"[1058]. A crise das subsistências atingiu transversalmente a comunidade sadina, afetando até os mais ricos.

Ao longo deste mês, a tensão social agudizou-se. Entre os dias 9 e 15, a cidade ficou paralisada pela decisão dos sindicatos em declararem greve-geral de protesto, reivindicando pelo abastecimento de géneros alimentícios[1059]: "*Foi, pois, votada a greve geral na quinta-feira* [...] *Não há que comer, ninguém trabalha*"[1060]. Durante este movimento operário, o mercado do Livramento, os carregadores de fruta e hortaliças e as mercearias do bairro de Troino foram alvo de pilhagens.[1061] *A Batalha* dava conta de uma Setúbal em suspenso: "*Não se vê, no Sado, uma única vela içada, estando todos os barcos de pesca amarrados na praia. O comércio, bem como as tabernas, conserva-se fechado*"[1062]. No campo político oposto, o diretor d'*A Monarquia*, o setubalense Augusto da Costa, garantiu que se chegou "*a distribuir manifestos aconselhando a lançar fogo à cidade*"[1063]. O padeiro João Maria Major, dirigente acrata, foi detido em conjunto com

[1057] ADSTB, Fundo AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 19, Ofícios n.os 1145 e 1147, respetivamente de 30/08/1920 e de 02/09/1920 enviados pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Comissário-Geral dos Abastecimento e para o Governador Civil de Lisboa. Citação do ofício n.º 1.145.
[1058] "Ecos & Notas" e "Ecos & Notas" in *Alvorada*, n.os 44 e 45 de 01/09/1920 e de 20/09/1920, p. 1 e p. 1.
[1059] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 19, Telegrama de 09/09/1920 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro da Agricultura. ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 113, NT 947, Ofício n.º 208 de 15/09/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1060] "A greve geral" in *Alvorada*, n.º 45 de 20/09/1920, p. 1.
[1061] ARRANJA, Álvaro, "A 1.ª República e o Movimento Operário em Setúbal" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, coord: COSTA, Albérico Afonso, CNCCR, Quidnovi, Matosinhos, 2010, p. 62.
[1062] Citado a partir de: COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 262.
[1063] Citado a partir de: ROCHA, Hugo, *O setubalense Augusto da Costa no jornal e no livro*, Serviços Culturais da C.M. de Setúbal, Setúbal, 1956, p. 28.

António Casimiro da Silva[1064], ex-secretário da União dos Sindicatos Operários de Setúbal, acusados de serem os promotores da greve-geral e o segundo de ter sido o autor de um manifesto que circulou pela cidade.[1065]

O município tomou medidas de caráter urgente mal foi anunciada a paralisação. Os edis solicitaram livre-trânsitos de trigo, farinha e azeite junto da Direção Geral do Comércio Agrícola e do Comissariado dos Abastecimentos, reforçando que apenas o pão acalmaria os ânimos: "*não serão as espingardas da Guarda Republicana, nem as metralhadoras do Exército que farão restaurar a ordem e a normalidade*"[1066]. Por seu turno, o administrador do concelho viu-se forçado a entregar, durante vários dias, a gestão da ordem pública ao comando militar. As patrulhas multiplicaram-se, foi decretado o estado de sítio e o chefe do ministério, António Joaquim Granjo, acompanhado do tenente-coronel Liberato Pinto, chefe do Estado-Maior da G.N.R., vieram a Setúbal para *in loco* averiguarem a situação e se reunirem com os delegados sindicais.[1067] A ocorrência de furtos coletivos a fazendas e a uma sapataria, na última semana de outubro, motivou que o estado de sítio se prolongasse até ao final do mês.[1068]

No Parlamento, o deputado Raúl Tamagnini, ao abordar as 'Revoltas da Fome', ironizou que o vestuário era, em simultâneo, uma necessidade básica das classes trabalhadoras setubalenses, uma vez que boa parte dos furtos terem sido dirigidos a armazéns e lojas de fazendas.[1069] Por esse motivo, alguns segmentos sociais reviram-se nas observações de Fernando Ventura[1070], que censurou o aproveitamento de alguns elementos mais radicais: "*Vassouras, abanos, bilhas! Pois eu vi assaltar um armazém que só tinha isto! Já não era a explosão do justo rancor da população: era a pilhagem. Já não era o grito de revolta contra os algozes do povo: era o saque de uma cidade*"[1071].

[1064] Este libertário possuía histórico de detenções políticas, no quadro da Grande Guerra. Era entalhador artístico, tendo deixado pinturas no Clube dos Amadores de Pesca de Setúbal. AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo "Jorge Quaresma", Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2.747 ('António Casimiro da Silva'). MARTINS, Augusto, *Breve História da Baixa de Setúbal*, Tip. Rápida, Setúbal, 2016, p. 107.

[1065] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1290, Copiador de Correspondência Expedida - 2ª Secção, Lv. n.º 5, Ofício n.º 525 de 21/10/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Diretor da Polícia de Segurança do Estado.

[1066] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 110, NT 945 (1919-1920), Ofício n.º 1.188 de 10/09/1920 enviado pelo Presidente da C.E. da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

[1067] ARRANJA, Álvaro, "As revoltas da fome em Setúbal" in *História*, n.º 86, Lisboa, dez/1985, pp. 18-19

[1068] "Até que enfim!" in *República*, n.º 411 de 30/10/1920, p. 2.

[1069] TAMAGNINI, Raúl, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 121, sessão de 02/08/1920, p. 27.

[1070] Foi membro do grupo espírita *Luz do Além*. "Principiando" in *O Destino*, n.º 1 de 01/05/1922, p. 1.

[1071] VENTURA, Fernando, "Fome e loucura" in *A Mocidade*, n.º 374 de 15/09/1920, p. 1.

A Associação Comercial e Industrial de Setúbal, na tentativa de defender as suas instalações fabris e mercantis, contratou 'mercenários', que apelidou de «polícia especial».[1072] A Polícia Cívica de Setúbal, para além de todos os dilemas mencionados previamente, sofreu com grandes dificuldades para vigiar a cidade nestes meses durante a noite devido ao decreto n.º 6624, que obrigou à redução da iluminação pública.[1073]

3.3.4. A greve-geral dos 75 dias (1922): O esgotamento das redes de solidariedade

> "*Não se pode dizer que as classes operárias recebessem compensadores benefícios de uma tão longa luta; antes pelo contrário, porque tiveram que debater-se contra a tenacíssima intransigência dos industriais, que nunca quiseram entender-se com os operários*"[1074].

Perante a incapacidade dos sucessivos governos em imporem medidas que travassem a escalada do custo de vida, principalmente no que concerne aos géneros alimentícios, o final do ano de 1922 pautou-se, à beira Sado, por um dos mais longos e duros braços de ferro, de cariz laboral, entre o patronato e as classes operárias, reivindicando-se aumentos salariais. A romancista Alice Brito retratou este período: "*Três meses. Quase três meses.* [...] *não pode a gente deixar de pensar que estas páginas do viver da cidade de Setúbal são páginas de um relato de sofrimento que parecem saídas de um livro de um Zola*"[1075].

Simbolizando um pré-aviso de uma grande paralisação de trabalho, entre os dias 8 e 17 de agosto, a vasta maioria dos operários da cidade entraram em greve, exigindo o barateamento do pão e protestando contra a legislação que ditou o estabelecimento dos dois tipos de pão[1076], acompanhando os movimentos grevistas dos centros urbanos portugueses, que contestavam o fim do regime do *pão político*.[1077] O estado de sítio voltou a ser decretado, até ao dia 21 do mesmo mês, e a administração da cidade foi entregue ao comando militar.[1078]

[1072] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Cx. 137, Lv. 1 - Copiador de ofícios expedidos a diversas entidades da Administração Central, Ofício s/ref. de 22/11/1920 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Comércio e Comunicações.
[1073] Decreto n.º 6624 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 104 de 19/05/1920.
[1074] "O fim duma greve" in *Alvorada*, n.º 84 de 05/12/1922, p. 2.
[1075] BRITO, Alice, *O dia em que Estaline encontrou Picasso na biblioteca*, Planeta, Lisboa, 2015, p. 26.
[1076] Artigo sem título in *República*, n.º 571 de 10/08/1922, p. 1. "Contra a elevação do preço do pão – Os últimos movimentos de protesto das classes produtoras" in *Alvorada*, n.º 79 de 25/08/1922, p. 2.
[1077] PAIS, José Machado *et al*, "Elementos para a história do fascismo nos campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-1938" in *Análise Social*, vol. XIV (54), ICS, Lisboa, 1978, p. 324.
[1078] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 121, NT 977, Ofício n.º 134 de 29/08/1922 enviado pelo Comandante Militar de Setúbal para o Administrador do Concelho de Setúbal.

Para o democrático Afonso de Macedo e Castro, a paz social dependia da redução substancial dos preços: "*A vida precisa de ser barateada e há de sê-lo custe o que custar porque deste barateamento depende a manutenção da ordem pública*"[1079]. Porém, em contraciclo, os seus correligionários do executivo camarário resolveram aumentar os impostos[1080] sobre diversos alimentos.[1081]

O ponto de partida desta greve foi impulsionado pela Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal, em que os filiados decidiram paralisar as suas funções, a partir do dia 18 de setembro[1082], reclamando um aumento salarial na ordem dos 40%, a cessação das penalizações por lata rota e uma comparticipação no custo do cobre. Em plenários no interior de várias fábricas, no dia seguinte, as mulheres aderiram ao movimento grevista, exigindo melhorias nos ordenados. Em dominó, os carregadores de peixe, os moços e os restantes operários conserveiros uniram-se à luta. Em 20 de setembro, a greve-geral paralisou a indústria conserveira setubalense por completo.[1083] A título de exceção, os encarregados da fábrica *Cabeçudo Machado & C^{a}* tentaram furar a paralisação laboral, contratando trabalhadores não sindicalizados, motivo pelo qual o eatabelecimento foi invadido pelos grevistas e o gerente agredido. Em protesto, os industriais conserveiros decretam *lock-out* e a G.N.R. colocou unidades de cavalaria para patrulhar as ruas.

As primeiras duas semanas de outubro ficaram marcadas pelas diversas assembleias populares destinadas a definir a forma de conduzir a greve e a encontrar resoluções, que colocassem termo a um conflito laboral que colocou a atividade económica local em suspenso. Em 2 de outubro, Luís Faria Trindade, diretor d'*O Setubalense*, e o administrador do concelho, Carlos Sabino da Silveira, reuniram-se com elementos da Associação Industrial Portuguesa para ouvirem as queixas dos patrões. No dia 6 seguinte, os mesmos indivíduos serviram de intermediários, desta feita com os promotores da greve, apresentando a proposta definida pelo patronato conserveiro:

[1079] CASTRO, Afonso de Macedo, "O encarecimento da vida - O dever do Estado" in *República*, n.º 572 de 17/08/1922, p. 1.
[1080] Os efeitos da greve, entre setembro e novembro de 1922, forçaram o município a entrar em incumprimentos na prestação do empréstimo à C.G.D., assinado em 1916: "*devido à enorme crise que esta cidade atravessou durante três meses, com a paralisação da indústria de conservas, os seus recursos foram muito diminutos, não havendo, por isso, fundos para pagamento dessa prestação*". ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 24, Ofício n.º 242 de 03/04/1923 enviado por um vereador da C.M. de Setúbal para o Diretor da C.G.D.
[1081] Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 421 de 01/09/1922, p. 3.
[1082] "Indústria das conservas – continua sem solução o novo conflito entre operários e patrões" in *O Setubalense*, n.º 1505 de 21/09/1922, p. 4.
[1083] COSTA, Albérico Afonso (org.), "A Greve-Geral da Indústria Conserveira (1922)" in *Setúbal no Centro do Mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tipografia Rápida, Setúbal, 2020, p. 64.

aumento de salário de 25% para os soldadores; 20% para os trabalhadores e carregadores de peixe; 40 centavos/h para as operárias. Apesar dos industriais cederem nas exigências aos soldadores, no que diz respeito ao cobre e à redução das multas sobre latas rotas, mantinham-se firmes relativamente à exigência de passarem a ter o direito de contratar operários não sindicalizados. Esta era a peça-chave deste tabuleiro. Descontentes com o facto dos patrões não se apresentarem nas negociações, os grevistas consideraram a proposta uma afronta, optando por manter a greve e a reivindicação dos 40%.[1084]

Em entrevista à *Semana de Setúbal*, o fabricante Augusto Mário dos Santos defendeu que dos 40% de aumento de salário exigido pelos operários do setor, o máximo que poderia aceder rondava os 25%, valor que já lhes tinha sido apresentado. Para *O Setubalense*, a desvalorização considerável das conservas era a questão central para as dificuldades dos industriais conserveiros em terem possibilidade de aceitar as exigências salariais do operariado: "*Ao industrial que vende hoje as suas conservas por 80, não se pode exigir o mesmo que se exigia àquele que vendia o mesmo artigo por 100*"[1085].

A dureza das negociações era transmitida em viva-voz: "*Manteremos fechadas as nossas fábricas até que essa intransigência acabe* […] *Para conseguirmos agora o que já devíamos ter conseguido há muito tempo: Pagarmos aos operários aquilo que eles mereçam pelo seu esforço intenso, mas exigirmos que eles tenham algum respeito pelos nossos interesses legítimos*"[1086]. É a grande diferença para greves anteriores no setor. Desta vez, os industriais conserveiros responderam num bloco unitário através da Associação Comercial e Industrial de Setúbal.

Este novo paradigma de convergência patronal para enfrentar as milícias da *Barcelona Portuguesa*, foi a raiz da fundação do periódico *A Indústria*, defensor dos interesses económicos dos industriais conserveiros. O contraste comportamental é claro, bastando evocar que, dois anos antes, em setembro de 1920, a secção sindical dos fabricantes expulsou seis produtores de conservas do organismo, que recusaram respeitar uma decisão coletiva dos associados. Só assim conseguiriam quebrar a coesão sindical, impor a liberdade de trabalho e terminar com a contratação exclusiva de sindicalizados. Através das palavras do presidente da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal, fica patente que compreendiam a importância desta questão, uma vez que abdicar desta

[1084] COSTA, Albérico, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, pp. 267-269.
[1085] "A greve: Soluções práticas do conflito – O câmbio árbitro da situação" in *O Setubalense*, n.º 1523 de 13/10/1923, p. 2.
[1086] "Dez minutos de entrevista - Sobre a greve" in *Semana de Setúbal*, n.º 1 de 24/10/1922, p. 2.

prerrogativa representava "*perder agora os direitos que à custa de lutas e sacrifícios enormes levámos 30 anos a conquistar*"[1087].

Os industriais investiram na substituição dos grevistas para reduzirem, por um lado, o impacto financeiro nas suas empresas e, por outro, os efeitos práticos da greve. A solidarização dos carroceiros para com os grevistas, obrigou os patrões a solicitarem as galeras da guarnição militar para que as suas mercadorias fossem exportadas, "*evitando, assim, alteração de ordem, e os prejuízos incalculáveis que os mesmos industriais declararam que teriam se deixassem de embarcar, em prazo estabelecido, as mesmas mercadorias*"[1088]. Em sentido oposto, um delegado das classes grevistas encontrava-se permanentemente na estação ferroviária do Barreiro, exigindo a apresentação das remessas de conservas de peixe sadinas.[1089]

Enquanto a administração do concelho viu ser-lhes atendidos os apelos para se reforçarem os efetivos de cavalaria da G.N.R., para patrulha das cidades e proteção das firmas conserveiras, os comerciantes e a comunidade em geral foram responsáveis por uma onda de solidariedade com os grevistas, fornecendo-lhes bens alimentares em quantidades consideráveis para serem distribuídos pelos aderentes ao movimento, ou acordando receberem as quantias das vendas em prestações suaves. Também os espetáculos no Cine-Teatro Luísa Todi foram realizados em prol dos grevistas.[1090] Para Joana Dias Pereira, é "*incontestável que o apoio moral e material de classe se constitui como o único factor explicativo da resistência das greves deste período*"[1091].

O apoio informal aos grevistas ganha maior relevância se tivermos em conta que, em outubro, Setúbal voltou a sofrer com a falta de farinhas. Carlos Sabino da Silveira queixou-se ao Comissário-Geral dos Abastecimentos da falta de equidade na distribuição deste produto junto das padarias locais, recebendo umas quantias excessivas e outras insuficientes.[1092] Um poeta anónimo d'*A Mocidade* narrou esta realidade: "*A Rainha do*

[1087] "Uma nova entrevista" in *Semana de Setúbal*, n.º 3 de 12/11/1922, p. 2.
[1088] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 121, NT 977 (1922-1923), Ofício n.º 108 de 30/09/1922 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1089] *Idem*, Abaixo-Assinado de 13/10/1922 enviado pelo comerciante de conservas G.I. Pistone para o Governador Civil de Lisboa.
[1090] "Em auxílio dos grevistas" e "Em auxílio dos grevistas" in *O Setubalense*, n.ºs 1520 e 1523, respetivamente de 10/10/1922 e de 16/10/1922, p. 2 e. p. 2.
[1091] PEREIRA, Joana Dias, "As comunidades industriais no alvorecer do associativismo operário português" in *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, Colibri, Lisboa, 2012, p. 81.
[1092] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1290, Copiador de Correspondência Expedida - 2ª Secção, Lv. n.º 6, Ofícios n.ºs 423 e 434 de 06/10/1922 e 14/10/1922 enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comissário-Geral dos Abastecimentos.

Sado vai passando / *Uma greve terrível, infindável* / *E nesta situação desagradável* / *O espectro da fome espreita, horrendo*"[1093].

Este é o *background* que explica aquilo a que Albérico Afonso Costa considerou se tratar da radicalização da luta operária para um "*clima de guerrilha urbana*"[1094] pautado por uma confrontação social de grande intensidade. Na noite de 23 de outubro de 1922, a greve-geral atingiu um dos seus picos de violência durante uma manifestação das classes trabalhadoras, em que se entoaram vivas à «greve-geral revolucionária» junto do café *La Violette*. Este estabelecimento – onde se encontrava o comandante do R.I. n.º 11, coronel José Pires - foi invadido por dezenas de grevistas, resultando em duras agressões aos proprietários de fábricas que ali se encontravam, e sérios prejuízos materiais.[1095] Na mesma ocasião, o administrador do concelho de Setúbal, pretendendo garantir a liberdade de trabalho e assegurar o transporte das mercadorias, causou grande indignação nos grevistas e o carro onde seguia acabou mesmo por ser alvejado a tiro. Carlos Sabino da Silveira[1096] foi mesmo obrigado a refugiar-se no quartel da G.N.R.[1097]

No mesmo âmbito, nos dias 12 e 13 de novembro, praticamente já com dois meses ininterruptos de movimento grevista, a cidade assistiu ao rebentamento de explosivos, que atingiram as instalações da guarda republicana, uma zona próxima da estação ferroviária e a habitação de um industrial, e sabotagens a fábricas, razão para que tenham sido feitas várias detenções pela Polícia Cívica de Setúbal.[1098]

O deputado Joaquim Brandão chamou a atenção do governo, no Parlamento, para o facto de Setúbal se encontrar numa situação «desesperada», sublinhando a urgência em se nomear um delegado, que mediasse as negociações e resolvesse o litígio, para que não sucedessem novas alterações da ordem: "*arrasta-se há alguns meses uma questão gravíssima entre industriais e operários das fábricas de conservas, que são perto de 100 estabelecimentos ali, e que estão paralisadas por motivo desse conflito. Assim, toda a*

[1093] *Efê-Vê* (pseudónimo), "O Repórter – Em greve" in *A Mocidade*, n.º 425 de 01/11/1922, p. 2.
[1094] COSTA, Albérico, Afonso (org.), "Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana: A greve-geral da indústria conserveira de 1922" in *Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 2011, p. 236.
[1095] "O momento em Setúbal: A greve nas fábricas de conservas" in *O Setubalense*, n.º 1532 de 24/10/1922.
[1096] Dada a sua capacidade negocial e o facto de ter conseguido evitar problemas de maior gravidade, foi louvado pelo executivo. ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Mç. 126, Cx. 21, Lv. 72, Ofício n.º 1463 de 08/12/1922 do Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1097] "Os acontecimentos de ontem à noite - Algumas notas" in *Semana de Setúbal*, n.º 1 de 24/10/1922, p. 3. ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1282, Copiador de Correspondência Expedida para o 'exterior', Lv. n.º 1, Ofício n.º 135 de 24/02/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Coronel Sanches de Miranda.
[1098] COSTA, Albérico Afonso, *op. cit.*, 2011, p. 271.

vida dessa cidade está parada. […] *A fome, o desespero, podem criar lances arriscadíssimos*"[1099]. António Maria da Silva discordou da proposta. No início de novembro, a C.G.T passou a representar os interesses do movimento grevista no seguimento de uma reunião em que o Ministro do Trabalho recebeu uma delegação dos representantes das classes aderentes à paralisação geral de trabalho.

Em 22 de novembro, o plenário dos operários decidiu aceitar o aumento de 20% e regressar ao trabalho, com garantias de que não existiriam represálias para os grevistas. Era o cair do pano.[1100] Em 1 de dezembro, ao fim de 75 dias, os trabalhadores regressaram aos seus empregos. A impressionante resiliência, entre a fome e a ausência de salários, foi, não obstante, infrutífera. Como reforça Albérico Afonso Costa, o universo patronal conseguiu desbloquear um dos principais sustentáculos da *Barcelona Portuguesa*: contratar operários não sindicalizados. Não menos determinante foi o canto do cisne da força dos soldadores, a elite proletária local, que foi sendo cada vez mais substituída pelas cravadeiras. Para Albérico Afonso "*estamos perante uma cidade que ousou desafiar o patronato até ficar extenuada, com as redes de solidariedade, que tinham sustentado a greve, cada vez mais enfraquecidas e descrentes; estamos perante uma cidade operária que lutou até cair de exaustão*"[1101]. Com o intuito de evitar repetições conflitos de longa duração, foi sugerida a criação de uma comissão arbitral permanente.[1102]

3.3.5. A greve dos estivadores e dos condutores de sal de Setúbal (1923)

> "*Por um engenhoso processo de mágica* […] *os senhores exportadores aliviaram o ventre dos seus armazéns, enviando para o estrangeiro algumas toneladas de conserva. Ora aqui está uma greve simpática, sem atritos de maior*"[1103].

No início da segunda quinzena de abril de 1923, a Associação de Classe dos Estivadores e Condutores de Sal do Rio Sado convocou uma greve, exigindo um aumento salarial de 30%.[1104] O organismo era presidido por Eduardo Augusto da Silva que, na ótica da autoridade marítima era um "*elemento perturbador que, exorbitando das suas atribuições, impede que a sua classe trabalhe livremente*"[1105]. Em comunicado, o

[1099] BRANDÃO, Joaquim, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 159, sessão de 25/10/1922, pp. 4-5.
[1100] "O agonizar d'uma greve" in *O Setubalense*, n.º 1.563 de 29/11/1922, p. 1.
[1101] COSTA, Albérico Afonso, *op. cit.*, 2011, p. 272.
[1102] "A constituição de uma comissão arbitral permanente" in *Semana de Setúbal*, n.º 6 de 09/12/1922, p.1
[1103] "Notas da semana" in *A Folha de Setúbal*, n.º 6 de 17/05/1923, p. 2.
[1104] "Última hora" in *O Município*, n.º 29 de 15/04/1923, p. 2.
[1105] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 12, Ofício n.º 94 de 28/01/1920 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.

sindicato justificou a paralisação através do aumento do custo de vida que, entre 1919 e 1923, duplicou, e pelas irrisórias propostas de melhorias nas remunerações apresentadas, que não eram suficientes para as suas necessidades. A greve foi encarada como única plataforma de obtenção das suas reivindicações.[1106]

A esta associação de classe pertenciam os estivadores, os descarregadores de sal e os tripulantes das pequenas embarcações, que conduziam as mercadorias para os vapores. Dada a precariedade destas funções, os mesmos trabalhadores dedicavam-se às três profissões.[1107] Os tripulantes possuíam grande relevância para o comércio em virtude das deficitárias condições portuárias locais, do significado da interrupção do abastecimento de sal para as fábricas de conservas ou da suspensão do embarque de produtos para exportação. Os seus efeitos eram devastadores para a economia setubalense, gerando problemas para os fabricantes e para as agências de navegação.

Paralelamente à greve, determinados produtores ansiavam por uma paralisação laoral devido à profunda redução da importação, permitindo-lhes não ter de pagar salários. Recusando aumentar os ordenados em 20% e em protesto contra a criação do imposto especial sobre o valor das transações[1108], os fabricantes conserveiros declararam *lock-out*.[1109] Consideravam que estavam a atingir um estado de asfixia perante os pesados encargos que incidiam sobre o setor: "*Por isso é preciso todos o saibam, que o encerramento das fábricas a dar-se não representa um acto de força contra o governo, mas a demonstração viva de que não pode continuar a sua laboração*"[1110].

Para se compreender o impacto desta greve para o futuro do movimento operário setubalense deve-se realçar que empresários e autoridades encararam a substituição dos grevistas como maior ferramenta de combate às redes de solidariedade dos trabalhadores envolvidos e para reduzir os prejuízos provocados pela paralisação. Foi como uma segunda confirmação, após a vitória sobre a greve-geral conserveira de 1922. A Associação Comercial e Industrial de Setúbal requisitou ao Ministério da Guerra que parte dos militares ao serviço do R.I. n.º 11 substituíssem os grevistas. O mesmo aconteceu com a capitania do porto de Setúbal, que solicitou 23 elementos da Marinha

[1106] "Comunicado – Os estivadores e condutores de sal e a indústria de conservas" in *O Setubalense*, n.º 1679 de 17/04/1923, p. 2.
[1107] CURTO, Margarida, *Estuário do Sado – Tesouro da Região de Setúbal: Apontamentos históricos sobre Setúbal e o seu porto*, Corlito, Setúbal, p. 107.
[1108] Lei n.º 1368 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 192 de 21/09/1922.
[1109] "Assuntos Locais" in *Alvorada*, n.º 91 de 01/05/1923, p. 2.
[1110] "Indústria das Conservas" in *O Município*, n.º 31 de 21/04/1923, p. 1.

para ocuparem posições estratégicas na descarga e estiva de mercadorias ou na tripulação de pequenas embarcações: "*Mais uma vez, comerciantes e industriais, recorreram ao trabalho de elemento militar do Exército e da Armada para resolverem as situações que os afligem*"[1111]. O capitão do porto de Setúbal foi, por essa razão, longamente elogiado pelos empresários.[1112] Os substitutos dos grevistas conseguiram carregar/descarregar 1029 toneladas de sardinha enlatada, 63 toneladas de folha-da-Flandres, 800 litros de azeite e 923 toneladas de carvão, revelando a importância do seu papel.

As tentativas de resposta dos grevistas fizeram-se sentir, primeiramente, através da ameaça de que se recusariam a retomar o trabalho de empreitada, aceitando apenas a jorna.[1113] Num segundo momento, mantendo-se a intransigência negocial, recusaram baixar mais que 30% o valor de aumento salarial.[1114] Finalmente, um conjunto de grevistas procurou impedir que os substitutos conseguissem fazer embarcar mercadorias para três vapores estrangeiros, forçando a administração do concelho a dar ordens para que aquela zona fosse reforçada pela guarda republicana.[1115] Numa tímida reativação das redes de apoio interclassista, os marítimos, as operárias conserveiros e os soldadores declararam greve de solidariedade, os primeiros alguns dias e os segundos durante 24h, reforçando a crítica da substituição dos grevistas.[1116]

Se os agentes de navegação marítima, os exportadores de sal e os industriais conserveiros contaram com o auxílio formal das autoridades civis e militares durante este conflito laboral, os grevistas sentiram o caloroso apoio de camaradas da mesma profissão de outras regiões portuárias do País e dos diferentes setores da pesca e da indústria conserveira locais. Numa fase avançada da greve, em 17 de maio, a Associação de Classe dos Estivadores e dos Condutores de Sal do Rio Sado garantiu o amparo da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal que, por seu turno, requereu a solidariedade dos sindicatos congéneres e da respetiva federação.[1117]

[1111] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 37, Ofício n.º 449 de 11/06/1923 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1112] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 29, Ofício s/ref.ª de 29/06/1923 enviado pelo Presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal para o Capitão do porto de Setúbal.
[1113] "Indústria das Conservas" in *A Mocidade*, n.º 38 de 19/05/1923, p. 2.
[1114] "Baldados esforços" in *O Município*, n.º 33 de 29/04/1923, p. 2.
[1115] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1281, Copiadores de correspondência expedida para o 'interior', Lv. n.º 1, Ofício s/ref.ª de 05/05/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante da companhia de Setúbal da G.N.R.
[1116] As operárias conserveiras fizeram circular um manifesto de solidariedade para com os grevistas. "Vida local – A classe marítima em greve" in *Semana de Setúbal*, n.º 24 de 20/05/1923, p. 2. "Indústria das Conservas – A perspectiva dum novo conflito" in *A Folha de Setúbal*, n.º 7 de 24/05/1923, p. 2.
[1117] "A greve dos estivadores e condutores de sal" in *O Setubalense*, n.º 1709 de 23/05/1923, p. 2.

Neste dia foi declarada greve-geral em Portugal, convocada pela Federação Marítima, paralisando diferentes regiões, nomeadamente Lagos, Benavente, Porto, Lisboa, Barreiro ou Seixal.[1118] Os descarregadores de Setúbal ganharam um forte incentivo para a sua causa. Em represália por esta extraordinária atitude de empatia por parte de outros trabalhadores, na fábrica de cortiça *Cabeçadas*, situada em Alhos Vedros, o patrão despediu 100 trabalhadores em greve solidária com os descarregadores sadinos.[1119] As redes de companheirismo da comunidade, tal como em 1922, foram novamente reativadas, distribuindo-se cerca de 6 mil escudos pelos grevistas mais necessitados. [1120] A capacidade de resiliência derivou, também, das permanentes sessões de propaganda de encorajamento aos grevistas ou da vigilância dos piquetes.[1121]

A intransigência no decurso das negociações ficou patente na percentagem discutida. Os dirigentes do movimento não baixavam dos 30% definidos *a priori*, enquanto patrões não passavam dos 27,5%. Em 24 de maio, em assembleia-geral, os estivadores e os condutores de sal mantiveram a greve, mais de um mês depois do seu início, rejeitando a proposta apresentada.[1122] Esta resultou da visita a Setúbal do Comissário-Geral dos Abastecimentos para inspecionar o armazém regulador de géneros, tendo aproveitado a ocasião para dar o seu parecer, em representação do Governo.[1123] O chefe de ministério, António Maria da Silva, sentindo os nefastos efeitos da paralisação na economia nacional, recebeu representantes dos empresários e dos grevistas.[1124]

A greve terminou em 30 de maio, após um longo braço de ferro de mês e meio. Os grevistas aceitaram 25% de aumento, quantia abaixo da reivindicada, e os fabricantes interromperam o *lock-out*: "*O sr. António Maria da Silva* […] *telefonou ontem à noite ao sr. Carlos Sabino da Silveira, pedindo-lhe para recomendar aos industriais conserveiros a conveniência de reabrirem as suas casas, visto estar resolvida a greve*"[1125]. Os empresários não podiam estar contentes. Pela mesma altura voltaram a decretar *lock-out*, durante duas semanas, entre o final de maio e o início de junho[1126]: "*fábricas paralisadas, operários sem trabalho e agravamento da situação económica para os produtores*"[1127].

[1118] "Greve marítima – Foi hoje declarada em todo o país" in *A Capital*, n.º 4380 de 17/05/1923, p. 1.
[1119] "A greve dos estivadores e condutores de sal" in *O Setubalense*, n.º 1710 de 24/05/1923, p. 2.
[1120] "A greve dos estivadores e condutores de sal" in *O Setubalense*, n.º 1712 de 26/05/1923, p. 2.
[1121] "Greves – A dos marítimos. Agrava-se o conflito?" in *A Capital*, n.º 4.385 de 23/05/1923, p. 2.
[1122] "A greve dos estivadores e condutores de sal" in *O Setubalense*, n.º 1711 de 25/05/1923, p. 2.
[1123] "O termo do conflito" in *O Setubalense*, n.º 1.710 de 24/05/1923, p. 3.
[1124] "A greve dos estivadores e condutores de sal" in *O Setubalense*, n.º 1714 de 29/05/1923, p. 2.
[1125] "Terminou a greve dos estivadores e condutores de sal" in *O Setubalense*, n.º 1716 de 31/05/1923, p.2.
[1126] Artigo sem título in *A Folha de Setúbal*, n.º 9 de 07/06/1923, p. 2.
[1127] "Indústria das Conservas" in *O Município*, n.º 43 de 06/06/1923, p. 2.

No mês seguinte, em 20 de julho, os fabricantes lançaram a primeira edição do seu periódico *A Indústria*, cujo objetivo formal passava por "*promover o estímulo indispensável aos industriais para atingirem o máximo aperfeiçoamento dos nossos produtos, instruir os poderes superiores das deficiências de proteção a que estão votadas as nossas fontes de trabalho nacional*"[1128]. Serviu, durante duas décadas, como plataforma de divulgação de queixas dos industriais e de crítica do radicalismo sindical, contribuindo decisivamente para a fadiga do movimento operário setubalense.

3.3.6. A 'Barcelona Esvaída' (1924-1926): O enfraquecimento interno, a diminuição da convulsão social e a derrota pela fome e pelo desemprego

> "*Os marítimos, outrora tão solidários, tornaram-se mais egoístas, mais tiranos, que aqueles que já nasceram ricos. O cooperativismo, infelizmente, tem dado destes resultados.* […] *E o espírito de solidariedade dos marítimos morreu, com a satisfação das suas ambições*."[1129]

Na sequência de quatro anos de intensa atividade revolucionária, no decurso do pós-guerra, assistiu-se a um lento processo de refluxo do movimento operário até ao 28 de Maio. Para Joana Dias Pereira, este esmorecimento foi provocado pelo reforço da unidade patronal, que combateu o sindicalismo, pela intensificação da repressão política e pela "*batalha ideológica contra a ameaça leninista*"[1130] iniciada pelos libertários. Anos antes, João Freire abriu caminho a este último argumento, sublinhando que foi à "*luz desta divisão e desta fraqueza estratégica que se pode entender melhor o progressivo esgotamento e perda de eficácia das lutas operárias, a partir de 1922-1923*"[1131] .

Desde cedo, que as correntes anarquistas portuguesas se demarcaram-se da FMP (e depois do PCP) por não apoiarem a causa da revolução bolchevique, negando a ditadura do proletariado ou que o processo revolucionário fosse coordenado por um partido. O III Congresso Operário, decorrido na Covilhã, em 1922, simbolizou a separação de águas: de um lado, anarquistas que defendiam a adesão à Associação Internacional de Trabalhadores; de outro, os comunistas pró-integração no Socorro Vermelho Internacional.[1132] Esta fragmentação dividiu as classes trabalhadoras, encaixando-se na

[1128] "A Indústria" in *A Indústria*, n.º 1 de 20/07/1923, p. 1.
[1129] Artigo sem título in *Voz Sindical*, n.º 44 de 04/01/1925, p. 1.
[1130] PEREIRA, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário – A História de uma Idéa*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011, p. 167.
[1131] FREIRE, João, "A República e o Movimento Operário" in *A Primeira República portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*, org: AA.VV., Colibri, Lisboa, 2000, p. 85.
[1132] MADEIRA, João, *História do PCP*, Tinta-da-China, Lisboa, 2013, pp. 18-22.

sua perda de influência nos últimos anos da República e revelando a imobilização do movimento operário nas vésperas do pronunciamento militar de 28 de Maio.[1133]

A cidade de Setúbal, entre 1924 e 1926, foi um espelho que refletiu este fracionamento, o enfraquecimento das associações de classe e a lenta derrota perante a fome, a miséria, o desemprego e o cansaço generalizado de lutar: "*Lavra nesta cidade a mais horrenda miséria. A fome já não bate à porta dos miseráveis, dos trabalhadores, porque há muito peneirou com todos os seus horrores nos humildes tugúrios destes desgraçados, que há mais dum ano não têm a quem aluguem os braços*"[1134].

O 'vulcão operário' setubalense dos anos da Grande Guerra e do pós-guerra extinguiu-se, surgindo no horizonte o que Albérico Afonso Costa classificou de 'Barcelona Esvaída'[1135]. Os episódios grevistas, os assaltos e os protestos coletivos, tornaram-se esporádicos, entre 1924 e 1926: 9 greves, 2 greves-gerais. **[Tabela – Greves e *Lock-Outs* ocorrido na cidade de Setúbal (1919-1936)]** Os momentos de solidariedade interclassista e a denúncia da repressão política, foram muito mais tímidos, representando o derradeiro fôlego de um movimento operário desfeito. Em janeiro de 1927, *A Batalha* tristemente alertou estarem longe os tempos da 'Barcelona Portuguesa': "*Mas hoje, doloroso é dizê-lo, tudo passou, parece que os operários adormeceram sobre os louros da vitória, os militantes pouco sinal dão de si e os sindicatos pouca força têm, porque a massa operária vive presentemente apática e cobarde*"[1136].

Como exemplo bastará distinguir os resultados da sessão que teve lugar na sede da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, em maio de 1924. A moção votada para se exigir ao Ministro da Agricultura e ao Comissariado-Geral dos Abastecimentos que o custo do pão não fosse aumentado, em tom intimidatório, tratou-se de uma ameaça vazia, que não resultou em efeitos práticos de combate nas ruas.[1137]

Neste âmbito, a atenuação dos obstáculos associados ao abastecimento alimentar não significou a resolução da questão das subsistências. A maior disponibilidade de produtos para consumo público, para o qual contribuiu a fundação da *Sociedade de*

[1133] AFONSO, Aniceto (org.), "Portugal depois da Guerra – A questão política" in *Portugal e a Grande Guerra*, vol. 6, *1919 – O pós-guerra*, Verso da História, Lisboa, 2014, pp. 47-48.
[1134] "A crise de trabalho" in *Voz Sindical*, n.º 98 de 18/04/1926, p. 3.
[1135] COSTA, Albérico Afonso (org.), *Setúbal – Roteiros Republicanos*, Quidnovi, Matosinhos, 2010, p. 72.
[1136] "Problemas Sindicais" in *A Batalha*, edição de 04/01/1927. Citado a partir de: PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: O caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História, FCSH/NOVA, Lisboa, 2013, pp. 408-409.
[1137] "A questão do pão: Uma reunião imponente do operariado de Setúbal" in *Voz Sindical*, n.º 17 de 24/05/1924, p. 2.

Cereais e Legumes de Setúbal, em 1923, apenas moderou ligeiramente a tensão e a insatisfação popular. Com o desígnio de reduzir a dependência dos mercados e armazéns da capital[1138], este tipo de iniciativas não encerrou o dilema do preço das mercadorias. Para isso bastará ter em conta as diferenças no custo de vida à beira Sado[1139], entre 1915 e 1925: 1 kg de carne de carneiro passou de $28 para 5$00; 1 kg de carne de vaca passou de $32 para 6$00; 1 dúzia de sardinhas passou de $05 para 1$00; o toucinho passou de $40 para 8$00[1140]: "*Quando é que, em Setúbal, aqueles que tudo vendem* […] *aliviarão o preço dos artigos que negoceiam, limitando-se a ganhar o razoável e não 100, 200, 300 e mais por cento como alguns se gabam de fazer?*"[1141].

A qualidade do pão continuou a ser uma preocupação dos trabalhadores. Segundo uma ampla gama de testemunhos, os péssimos atributos das farinhas empregues na sua confeção eram um atentado à saúde pública. Para se compreender a dimensão da gravidade deste problema, uma das fábricas de moagem locais terá colocado à venda farinha moída com mais de dois anos: "*Farinha ou lixo, terra ou veneno, tudo serve para alimento do povo, desde que se venda por bom dinheiro*"[1142].

Com frequência, a transversalidade da imprensa sadina denunciou transgressões praticadas por moageiros e panificadores, que apenas visavam o lucro, sem se preocuparem com a integridade do produto: "*O célebre pão de segunda é negro, parece feito de serradura e encontram-se nele moscas, bocados de vidro e até tiras de trapo*"[1143]. Nos últimos três anos do regime republicano, mais que a falta de pão, as reclamações da comunidade focaram-se na péssima qualidade deste produto. *A Indústria* considerou que a conduta daqueles indivíduos era criminosa "*fornecendo ao povo consumidor pão intragável, negro, com mau sabor*"[1144]. Por seu turno, a *Voz Sindical* contestou a falta de ética destes profissionais, acusados de manterem um preço elevadíssimo de um artigo intragável: "*Continuam os industriais de padarias a praticar imponentemente o maior de todos os roubos*"[1145].

[1138] COSTA, Albérico A., *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 273.
[1139] Os preços dos materiais médicos foi um dos grandes problemas para a sustentabilidade da delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa. Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa, Dossier – Delegação de Setúbal (1916-1966), vol. I, Ofício s/ref.ª de 01/10/1923 enviado pelo presidente da delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa para a Comissão Central da mesma instituição.
[1140] "Confrontando": A carestia de vida em Setúbal" in *A Indústria*, n.º 99 de 05/06/1925, p. 3.
[1141] "Baixa de preços por motivo do câmbio" in *A Indústria*, n.º 68 de 31/10/1924, p. 3
[1142] "Pão e farinha: Como se rouba e se envenena o povo" in *Voz Sindical*, n.º 22 de 29/06/1924, p. 3.
[1143] "O pão" in *A Indústria*, n.º 102 de 26/06/1925, p. 2.
[1144] "O pão" in *A Indústria*, n.º 40 de 18/04/1924, p. 2.
[1145] "O pão" in *Voz Sindical*, n.º 7 de 05/11/1923, p. 2.

O descrédito das autoridades republicanas esteve intimamente relacionada com a conivência do administrador do concelho, Carlos Sabino da Silveira. Pressionado pelo *lobby* moageiro e pela implacável especulação das padarias, esta figura foi acusada de integrar um esquema de corrupção, com proveitos próprios, por não fazer cumprir a legislação em vigor e tolerar aumentos injustificados do trigo, da farinha ou do pão, como sucedeu, em julho de 1924.[1146] O quinzenário sindicalista revolucionária, curiosamente dirigido por um padeiro (João Maria Major) assegurou que as companhias de moagem locais não obedeciam a nenhum decreto.[1147] Responsável pelo estabelecimento de pontes entre o Comissariado-Geral dos Abastecimentos (depois Bolsa Agrícola), as comissões concelhias de subsistências, as companhias de moagem e os fornecedores, os meios ao dispor de Carlos Sabino da Silveira permitiam-lhe estar plenamente consciente dos *stocks* existentes e apoiar informalmente a especulação e o açambarcamento. A evidência de que Carlos Sabino da Silveira defendia os desejos dos moageiros e dos panificadores diz respeito ao facto de, a dado momento, Setúbal ter sido um dos poucos concelhos do País sem liberdade de produção, ficando restrito ao tipo de pão único.[1148]

Os infratores gabavam-se de não pagar as multas por não respeitarem as normas de produção, demonstrando a indiferença e a inconsequência das entidades fiscalizadoras. Na Câmara dos Deputados, o major Luís Tavares de Carvalho alertou o Governo para aquilo a que as companhias de moagem sujeitavam os sadinos: "*aos caprichos e manigâncias de quem mistura tudo o que quer no pão, modificando o diagrama da farinha, alterando os preços e fornecendo principalmente farinha de 2ª, que é intragável*"[1149]. Se com dois tipos de pão, os padeiros conseguiram proteger os seus interesses, o mesmo sucedeu com o tipo único de pão. Os consumidores rapidamente perceberam que esta medida produzia um efeito contrário: os padeiros compravam apenas farinhas de 2.ª qualidade, reduzindo os custos de produção.[1150]

Em contraciclo com esta cumplicidade ilegítima, o executivo municipal dirigido por Francisco Fernandes procurou baratear o custo de vida, abolindo impostos camarários sobre o trigo, as farinhas e o pão. Para equilibrar as finanças públicas da C.M. de Setúbal,

[1146] "O pão em Setúbal" e "O pão" in *Voz Sindical*, n.ºs 26 e 59 de 26/07/1924 e de 12/07/1925, p. 2 e. p. 4.
[1147] "O pão" in *Voz Sindical*, n.º 54 de 07/06/1925, p. 1.
[1148] "Echos - Sabino ditador" in *A Folha de Setúbal*, n.º 37 de 24/07/1924, p. 1.
[1149] CARVALHO, Luís Tavares de, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 75, sessão de 05/06/1925, p. 4.
[1150] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1282, Copiador de Correspondência Expedida para o 'exterior', Lv. 3, Ofícios n.os 154, 246 e 294 de 02/04/1924, de 02/05/1924 e de 24/06/1924 enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comissário dos Abastecimentos, para o Administrador Geral dos Correios e para a Manutenção Militar.

as taxas foram substituídas por uma contribuição extraordinária de 10% sobre as bebidas alcoólicas, em particular as aguardentes, os licores ou o vinho.[1151]

O decréscimo dos elevados índices de tensão e conflituosidade social só pode ser entendido, refletindo sobre a visão romanceada que a memória coletiva possui da 'Barcelona Portuguesa', encarando que o seu quotidiano se pautava exclusivamente por uma oposição entre trabalhadores e patrões. Esta representação do passado, que se inscreve numa fechada interpretação da luta de classes, não corresponde, em boa verdade, ao que as fontes primárias e secundárias transmitem. No último triénio republicano, o esvaimento da Setúbal popular e operária não foi unicamente provocado pela fome, pela miséria, pelo desemprego ou pela unidade patronal. A divisão interna e o enfraquecimento estrutural das diversas associações de classe comprovam a desarmonia no mundo do trabalho. O afastamento dos operários dos sindicatos é paradigmático da fragilidade das plataformas de resistência em que se encontrava a cidade, nas vésperas do 28 de Maio. Em 1942, Luís Silveira descreveu as diferenças entre os anos de 1920-1925, pautados pelas "*greves revolucionárias, tumultuosas*", contrastando com a "*acalmia dos espíritos mais revoltados das classes operárias*"[1152] dos anos seguintes.

O mais determinante baluarte operário sadino, a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, foi seriamente afetada por uma disputa dentro de portas que, progressivamente, demarcou os pescadores em dois núcleos centrais: um grupo de marítimos, que se uniram em cooperativas de pesca, e os que se mantinham ligados a um armador, através de um contrato de matrícula. Para a *Voz Sindical*, o surgimento destas duas correntes resultou da ascensão social de sindicalizados, que se tornaram proprietários de cercos, tornando-se estes símbolos da opressão capitalista e contrários à inscrição dos trabalhadores nos sindicatos[1153]: "*E os marítimos que se puderam constituir-se em sociedades* [...] *deixaram de ser vítimas para serem carrascos*"[1154].

Por ocasião do III Congresso Nacional Operário, em outubro de 1922, as divergências entre a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar e a Cooperativa de Pesca de Consumo e Edificação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal (que integrava o

[1151] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Editais, Cx. 80, Mç. 1, Edital de 24/12/1924 assinado pelo Presidente da C.M. de Setúbal.
[1152] SILVEIRA, Luís, *Anotações ao livro «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal»: Subsídios para a história de Setúbal*, Documento dactilografado à guarda da Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Setúbal, Setúbal, 1942, p. 205.
[1153] "Aos marítimos assalariados de Setúbal" in *Voz Sindical*, n.º 9 de 16/03/1923, p. 2.
[1154] "A queda da organização dos marítimos" in *Voz Sindical*, n.º 11 de 02/04/1924, p. 2.

mesmo sindicato), na perspetiva dos delegados sindicais, já tinham atingido um ponto de rutura sem retorno, que nem o secretário-geral da C.G.T., Manuel Joaquim de Sousa, conseguiu resolver: "*depois de bem guarnecidos de vapores, e com o espírito ganancioso, desejam prejudicar os seus camaradas que se empregam nos cercos a remos*"[1155].

A cooperativa de pesca ficou formalmente desligada do sindicato, em setembro, após ter rejeitado os pressupostos da 'moção-acordo', representando uma nítida "*desagregação da classe marítima e* [contribuindo] *para o enfraquecimento da respetiva associação*"[1156]. Na ótica dos dirigentes do sindicato, a legislação que forçou a introdução dos cercos a vapor foi a raiz do divisionismo. Segundo Fernando Falcão Machado, "*os pescadores formaram cooperativas que impuseram* [...] *às demais classes operárias e à cidade inteira, a tirania do seu monopólio, especulando com a carência de peixe*"[1157], demonstrando como romperam com as tradições de solidariedade.

Num raro artigo de opinião do marítimo Jaime Rebelo, a mais icónica personalidade da resistência antifascista setubalense, observa-se esta linha de raciocínio: "*Quem cuidadosamente analisar a forma como os antigos proletários, hoje armados em pequenos burgueses, desempenham o seu papel contra as suas tripulações, compostas de antigos seus camaradas de sofrimento, verá quanto de vilania e de rancorosa revanche existe contra esses eternos escravos*"[1158]. Em dezembro de 1925, segundo o mesmo libertário, a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar encontrava-se plenamente dividida e num estado letárgico: "*hoje constata-se uma transformação tão desastrosa entre os marítimos de Setúbal - doloroso é dizê-lo - mercê duns vampiros que surgiram e, numa faina destruidora, tomaram de assalto a Associação Marítima* [...] *ajudai a levantar a vossa associação do triste marasmo em que se encontra*"[1159]. Os apelos para a reconciliação já vinham de 1923, sem terem sucesso: "*Trabalhadores do mar! É preciso que esqueçamos algumas rivalidades que entre nós existiram* [...] *Vamos a pôr tréguas à guerra surda que temos feito uns aos outros*"[1160].

[1155] Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal, *Reclamações apresentadas pela Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal ao 3.º Congresso Nacional Operário realizado na cidade da Covilhã nos dias 1, 2, 3 e 4 de Outubro de 1922*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1922, p. 5.
[1156] *Idem*, pp. 6-7.
[1157] MACHADO, Fernando Falcão, "A pesca marítima em Setúbal" in *XVI Congresso Internacional de Geografia*, Centro Tip. Colonial, Lisboa, 1951, p. 189.
[1158] REBELO, Jaime, "Questões marítimas" in *Voz Sindical*, n.º 32 de 14/09/1924, p. 4.
[1159] REBELO, Jaime, "Os marítimos de ontem e os marítimos de hoje" in *Voz Sindical*, n.º 79 de 06/12/1925, p. 5.
[1160] "Um apelo aos Trabalhadores do Mar de Setúbal" in *Voz Sindical*, n.º 7 de 05/11/1923, p. 3.

Não foram só as contendas intestinas que reduziram a influência deste sindicato. Em 1916, o repórter Adelino Mendes afirmava categoricamente: "*a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal tem tal prestígio e tal poder que não encontrou até agora uma força suficientemente enérgica para lhe circunscrever a esfera de acção*"[1161]. Passou uma década até surgir essa força. Em funções no cargo de capitão do porto de Setúbal por mais de um decénio (1923-1934), o capitão-tenente José Vicente Lopes cedo chamou a si a incumbência de diminuir a força da organização sindical marítima. Considerando que era "*inadiável acabar com o poderio de tal associação*" [1162] promoveu um conjunto de golpes letais, que permitiram aniquilar a sua força, em abril de 1926: "*A Associação Marítima também não tem hoje qualquer importância, pois tem sido propósito firme do capitão do porto tirar-lha*"[1163]. Proibiu a entrada de dirigentes do sindicato nas instalações da capitania e assegurou que todos os armadores eram livres de contratarem pescadores não sindicalizados. A perseguição que promoveu junto dos marítimos foi tal que, num contexto de fome, vetou que os mais pobres pescassem para subsistir, obrigando-os a estar matriculados e a pagar todas as taxas em vigor.[1164]

Em agosto de 1926, numa tímida tentativa de reestruturar a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, uma comissão reorganizadora conseguiu reiniciar a atividade do sindicato.[1165] Era tarde demais. Três anos mais tarde, a mesma instituição mantinha os contrastes económico-sociais que a vinha dividindo: "*é um agregado heterogéneo de patrões e assalariados: pequenos industriais – os sócios das cooperativas de pesca – e operários, empregados dessas cooperativas. Daí o antagonismo dos interesses*"[1166].

O contexto de enfraquecimento sindical não se encerrou apenas na classe marítima. O fortíssimo impulso sentido na indústria conserveira, durante a Grande Guerra, permitiu que soldadores se unissem e fundassem pequenas estabelecimentos industriais e gerassem postos de trabalho.[1167] Ao se tornarem patrões afastaram-se da

[1161] MENDES, Adelino, *Terras de Portugal*, vol. II, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães & C.ª Editores, Lisboa, 1916, p. 175.
[1162] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 41, Ofício n.º 470 de 17/04/1926 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1163] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidencial s/ref.ª de 10/02/1926 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1164] "Leis de funil: Ao critério do sr. capitão do porto" in *Voz Sindical*, n.º 12 de 13/04/1924, p. 2.
[1165] Composta por Eduardo Rocha, António Silva Lima, José Lambaça, Francisco Caparica e Damião Chagas Ferro. "Reorganização da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar" in *Voz Sindical*, n.º 113 de 08/08/1926, p. 1.
[1166] *Lucius* (pseudónimo), "Crónica da Quinzena – Uma reunião" in *Alvorada*, n.º 157 de 05/05/1929, p. 4.
[1167] MATA, Maria Eugénia, "Managerial strategies in canning industries: A case study of early twentieth century Portugal" in *Business History*, vol. 51, Taylor & Francis, Oxford, 2009, p. 56.

Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal: "*A facilidade com que se tem subido de operário a industrial na exploração da indústria das conservas fez com que muitos indivíduos que, noutro tempo, ocuparam cargos dentro dos sindicatos operários* […] *passassem de famintos a endinheirados de um momento para o outro* [...] *Hoje, que estão entre eles, pregam o ódio contra os operários*"[1168]. Personalidades como Mariano Augusto Coelho ou Mathias Perienes, que chegaram a dirigir os destinos da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal nos últimos anos do regime monárquico, tornaram-se industriais conserveiros de peso. Com a sua ascensão social, abandonaram um dos mais fortes bastiões locais da luta operária. Em 1912, Mariano Augusto Coelho integrava a direção da Associação Comercial e Industrial de Setúbal, transpondo integralmente a barricada político-ideológica para o lado dos patrões.[1169]

Simultaneamente, a lenta introdução tecnológica das cravadeiras, que substituía o trabalho manual que exerciam, foi tornando as suas funções obsoletas e cada vez menos necessárias no setor conserveiro, fazendo reduzir o número de soldadores. Na perspetiva de dois delegados da Federação das Juventudes Sindicalistas de Portugal, entre soldadores e marítimos – apesar da codependência no quadro industrial a que pertenciam - existia uma grande rivalidade, geradora de conflitos. As suas relações eram marcadas por "*rancor, desprezando-se mutuamente*"[1170]. Por ocasião do 39.º aniversário de sindicato, o delegado da Comissão Inter-Sindical lamentou que nos cincos anos anteriores, os soldadores não tivessem comemorado a data de fundação da sua associação de classe.[1171]

Em contraste com o enquadramento subjacente às greves de fevereiro e março de 1911 ou aquando da paralisação geral de 1922, a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal – fundada dois meses depois da implantação da República[1172] - encontrava-se, a um ano da revolução militar, numa "*crise de organização sindical, digna de registo*"[1173]. O mesmo se pode dizer da Associação de

[1168] "Pelas fábricas de conservas: A mentira como argumento" in *Voz Sindical*, n.º 15 de 10/05/1924, p. 2.
[1169] PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, A *indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, pp. 230-231 e p. 272.
[1170] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Juventudes Sindicalistas', Cx. 97, Manuscrito 511, 'Relatório dos Delegados da Federação das Juventudes Sindicalistas de Portugal à sessão comemorativa do 1.º de Maio em Setúbal' de 05/05/1922 assinado por José Pires de Matos e José da Silva.
[1171] "Movimento Operário – Aniversário da Associação dos Soldadores de Setúbal" in *O Sadino*, n.º 2 de 15/06/1930, p. 3.
[1172] ALVES, Paulo Marques, "Sindicalismo, sexismo, separatismo: a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixes de Setúbal" in *Actas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, org: AA.VV., FCSH, Lisboa, 2018, p. 170.
[1173] "Às operárias da indústria de conservas" in *Voz Sindical*, n.º 49 de 03/05/1925, p. 1.

Classe dos Sapateiros de Setúbal, que, em setembro de 1925, estava à beira da liquidação devido à sua longa inércia[1174], ou para a Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria que, desde 1924, atravessava "*uma grave crise, cuja causa principal se cifra na indiferença que está sofrendo dos seus associados*"[1175]. No mesmo panorama estava o sindicato dos artistas gráficos de Setúbal. Manuel Viegas Carrascalão, figura célebre do anarquismo nacional, criticou publicamente a perda de consciência de classe e a forma como estes profissionais deixaram morrer o seu organismo, ainda para mais quando eram dotados de uma cultura acima da média.[1176] Sem querer cair no excessivo número de exemplos que ilustram a decadência do sindicalismo em Setúbal, veja-se como António Costa, libertário local e dirigente da Associação de Classe da Construção Civil, descreveu o estado deste sindicato, em 1923: "*É com a maior indignação que constato a maneira pouco agradável e menos correta como os operários da construção civil estão procedendo para com o seu sindicato, que apenas existe no nome e não o há na consciência dos operários da classe*"[1177].

Noutro prisma, entre os dias 7 e 9 de dezembro de 1924, na sede da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal, reuniu o I Congresso dos Operários da Indústria de Conservas. Contando com a presença de representantes de 15 sindicatos do setor e o secretário-geral da C.G.T., este evento permitiu a fundação da Federação dos Operários da Indústria de Conservas, aglomerando todas as associações de classe do setor e associando-se à C.G.T e à A.I.T, de cariz anarcossindicalista.[1178] Foi o resultado do trabalho da comissão organizadora local.[1179]

A fundação da União dos Sindicatos Operários de Setúbal, em 7 de julho de 1923, e da Federação dos Operários da Indústria de Conservas, em 1924, representaram duas tentativas claras dos dirigentes libertários locais de reagruparem o movimento operário sadino, compreendendo plenamente a decadência da sua força. Foram, ambas, ainda assim, tentativas goradas do ponto de vista das realizações. Numa crónica anónima, um 'sindicado' – que realçou o fracasso da missão da União dos Sindicatos Operários de Setúbal – abrevia o argumento que se tem vindo a construir: "*Tal é a marcha dos*

[1174] "Pela Associação de Classe dos Sapateiros de Setúbal" in *Voz Sindical*, n.º 65 de 01/09/1925, p. 5.
[1175] "Vida interna" in *Alvorada*, n.º 127 de 05/02/1926, p. 1.
[1176] CARRASCALÃO, Manuel Viegas, "Aos Gráficos" in *Voz Sindical*, n.º 108 de 04/07/1926, p. 4.
[1177] "Aos operários da Construção Civil de Setúbal" in *Voz Sindical*, n.º 2 de 17/09/1923, p. 3.
[1178] TEODORO, José Miguel, *op. cit.*, pp. 347-349.
[1179] Composta por David Augusto Correia, António Fontinha de Castro, António Fontinha de Castro Júnior, Januário Conceição Sabino e João Beirão. "Uma importante reunião dos soldadores" in *Voz Sindical*, n.º 26 de 26/07/1924, p. 2.

acontecimentos nesta mal-aventurada terra, outrora a «Barcelona Portuguesa», tendo de facto uma organização operária potente […] *o que hoje não sucede*"[1180]. O enfraquecimento do sindicalismo, em Setúbal, é patente no que concerne à redução do número de organismos sindicais, entre 1915 e 1925. **[Tabela - Associações de classe sediadas em Setúbal em 1915 / Tabela - Organismos sindicais sediados em Setúbal em 1925]** Em contraciclo, a fundação, em outubro de 1924[1181], da secção de Setúbal da Universidade Popular possibilitou a promoção de conferências, até ao início dos anos 30, contando com destacadas figuras da intelectualidade da época, como António Sérgio, Luís Câmara Reis ou Bento de Jesus Caraça.[1182]

Cinco dias antes do golpe de 1926, Emídio Santana – personalidade reconhecida do anarcossindicalismo português –, após uma sessão organizada pelo Núcleo de Setúbal das Juventudes Sindicalistas realçou que a redução da propaganda era "*um dos principais factores que concorrem para a desorganização, o desinteresse e o esgotamento que presenciei em Setúbal*"[1183] na generalidade dos organismos operários. Talvez, por essa razão e como resposta ao 28 de Maio, o Núcleo de Setúbal das Juventudes Libertárias, no mês seguinte, editou o panfleto "*Povo trabalhador! Alerta*". Neste texto defendeu a necessidade de se responder com violência à violência, manifestando repúdio pela "*feroz ditadura caserneira*" implantada e pelos perigos de se transformar Portugal numa "*odiosa Riverada-Fascista ponte de passagem para uma monarquia jesuítica*"[1184].

O desgaste emocional incitado pela constante pressão exercida pelos dirigentes sindicais junto dos trabalhadores pode explicar o afastamento de alguns filiados dos respetivos sindicatos. Durante anos, múltiplos foram os relatos de episódios de violência perpetrada por trabalhadores contra operários, em particular a todos os que se negassem a participar num movimento grevista ou a integrar a respetiva associação de classe. Em maio de 1924, os estabelecimentos industriais *Gomes, Campos & C.ª*, a *Ahrens Novais, Lda.* e a *Correia Sousa*, foram notícia por uma questão desta natureza, sublinhando-se que o medo era o motor que alavancava o sucesso e a força de greves.

[1180] Um sindicado (anónimo), "A crise de trabalho em Setúbal e a inércia dos dirigentes dos principais organismos operários" in *Voz Sindical*, n.º 95 de 28/03/1926, p. 1.
[1181] "Aos operários" in *Voz Sindical*, n.º 36 de 19/10/1924, p. 3.
[1182] CAMPOS, Ana da Silva, *"Para Lutar é preciso ser instruído" – A ideologia e o movimento operário na Universidade Popular de Setúbal – da 1.ª República ao advento do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2018, Anexo B.
[1183] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Emídio Santana', Cx. 270, Carta de 21/05/1926 de Emídio Santana.
[1184] ANTT, Fundo da PIDE/DGS, Propaganda apreendida, n.º 182. PT/TT/PIDE/001/00182

O declínio económico iniciado com a escassez da sardinha também contribiu para a decadência do sindicalismo e do fervor revolucionário em Setúbal. Para se ter dimensão das nuvens negras que se aproximaram da cidade, num curto espaço de tempo, os armadores demitiram aproximadamente 800 marítimos, alegando, também, que os demitiram devido à sua filiação sindical.[1185] Era mais um sinal de unidade a elite pequeno-burguesa local, aspeto que foi denunciado pela *Voz Sindical*: "*A cidade continua a ser perturbada por um diminuto grupo de industriais de conserva, que pondo todas as suas manhas ao serviço de uma associação secreta, conseguindo subjugar todos os pequenos industriais ao ponto de os coagirem sob terríveis ameaças, a só laborarem com as suas fábricas quando os componentes do tal grupelho assim o determinar*"[1186].

Através deste detalhado enquadramento, compreende-se com maior profundidade as razões pelas quais o último triénio da Primeira República, pelo menos à beira Sado, tenha sido pautado por uma paisagem social de maior ordem e tranquilidade públicas, reduzindo-se os índices de conflituosidade laboral. As principais reivindicações que justificaram as paralisações de trabalho foram relativas a aumentos salariais, ao cumprimento do horário de trabalho e a resquícios de fraternidade operária.

Na função pública municipal e na indústria conserveira (e respetivos setores anexos) decorreram greves, que se podem considerar de solidariedade/simpatia[1187]. Em junho de 1924, o chefe da abegoaria da C.M. de Setúbal demitiu 10 trabalhadores da limpeza. Neste leque encontravam-se o presidente e o secretário da Associação de Classe dos Trabalhadores da Limpeza do Município de Setúbal, originando uma imediata reação do sindicato, que fez circular um manifesto de protesto e decretou greve.[1188] Augusto Ribeiro, secretário em causa, acabou detido pela Polícia Cívica[1189] e o executivo colocou a hipótese de furar esta paralisação, substituindo os grevistas por presos da cadeia.[1190]

A fábrica de conservas espanhola *Antonio Alonso & Hijos* assistiu à sua primeira greve em outubro seguinte. O gerente do estabelecimento, Francisco Munoz, decidiu despedir 4 *moços*, alegando a diminuição dos seus índices de produtividade. Em face da

---

[1185] "Contra todas as leis" in *Voz Sindical*, n.º 17 de 24/05/1924, p. 2.
[1186] "A última questão nas fábricas" in *Voz Sindical*, n.º 35 de 05/10/1924, p. 1.
[1187] TENGARRINHA, José, "As greves em Portugal: uma perspetiva histórica do século XVIII a 1920" in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), ICS, Lisboa, 1981, p. 588.
[1188] "Uma greve" in *Voz Sindical*, n.º 21 de 21/06/1924, p. 3.
[1189] "Greve dos operários de limpeza" e "Prisão de operários" in *Voz Sindical*, n.º 20 de 14/06/1924, p. 3.
[1190] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 99, Lv. 26 (1924), Ofício s/ref.ª de 18/06/1924 enviado pelo Presidente da C.E. da C.M. de Setúbal para o Delegado do Procurador da República em Setúbal.

sua experiência não fazia sentido apresentarem menor rendimento do que aquando do tempo de formação. Ao tomar conhecimento do sucedido, o presidente da Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Setúbal dirigiu-se à fábrica e motivou os restantes trabalhadores a entrarem em greve por dois dias e meio.[1191] Os descarregadores, em seguida, recusaram-se "*a carregar peixe para a mesma fábrica*"[1192].

Os funcionários da estação de correios e telégrafos, também em solidariedade, aderiram à greve nacional do setor e, em abril de 1926, os soldadores da fábrica de conservas *Gameiro, Santana & C.ª* declararam greve em protesto contra o despedimento de dois colegas de profissão por apresentarem latas rotas. Os operários grevistas sublinharam que a origem deste despedimento dizia respeito ao facto daqueles dois soldadores serem acérrimos defensores do cumprimento do horário de trabalho.[1193]

Em resposta ao aumento do custo de vida e da inflação, na 2.ª quinzena de julho de 1924, a Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal e a Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Setúbal reivindicaram por melhorias salariais. A imprensa patronal assegurou que o aumento dos vencimentos estava previsto para o dia 4 de agosto seguinte, mas os delegados das respetivas associações de classe, João Beirão (soldadores) e Alfredo dos Santos (trabalhadores) comunicaram que iam abandonar, na mesma, o trabalho.[1194] Pelo contrário, o periódico operário relatou que os industriais negaram inicialmente esta reivindicação, razão pela qual os trabalhadores decidiram entrar em greve.[1195] A paralisação de boa parte das fábricas de conservas durou pouco mais de dois dias, entre 31 de julho e 2 de agosto.[1196] Entre 12 e 14 de agosto, maquinistas, fogueiros e marítimos assalariados também estiveram em greve por questões de natureza salarial.[1197]

No outro lado da barricada, os industriais conserveiros recorreram ao *lock-out*, encerrando os seus estabelecimentos em três ocasiões. A primeira, no início do verão de 1924, protestando contra a decisão coletiva de soldadores, pescadores, operárias

[1191] "Origem do conflito" in *A Indústria*, n.º 64, de 03/10/1924, p. 1.
[1192] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1281, Copiadores de correspondência expedida para o 'interior', Lv. n.º 4 (1924-1925), Ofício n.º 650 de 02/10/1924 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante de Setúbal da G.N.R.
[1193] "Uma greve" in *Voz Sindical*, n.º 97 de 11/04/1926, p. 1.
[1194] "Como e porque se fez a última greve de soldadores e trabalhadores" in *A Indústria*, n.º 56 de 08/08/1924, p. 2.
[1195] "A última questão nas fábricas" in *Voz Sindical*, n.º 27 de 02/08/1924, p. 4.
[1196] Artigo sem título in *Voz Sindical*, n.º 27 de 02/08/1924, p. 1.
[1197] "Greves" in *A Indústria*, n.º 57 de 15/08/1924, p. 3.

conserveiras e descarregadores em se recusarem com pescado capturado pelo buque *Carnaval*, por se tratar de um cerco que empregava pessoal não sindicalizado.[1198] em 15 de outubro seguinte, voltaram a utilizar esta arma, por simpatia à comissão instaladora da União dos Interesses Económicos e como denúncia da incompetência dos governos republicanos.[1199] A segunda ocasião, entre 9 e 14 de setembro de 1925, ocorreu devido ao atentado a Artur Silva, diretor d'*A Indúst*ria, num contexto de grande polémica.

3.3.7. As greves-gerais de 1925 e as prisões políticas de João Maria Major

> "*A prisão de João Major é sintomática. Define o estado presente do velho edifício social. As democracias faliram*."[1200]

A queda do governo dos 'canhotos' deu lugar ao ministério chefiado por Vitorino Guimarães, que intensificou a repressão ao movimento operário organizado. Este foi muito pressionado pelo mundo empresarial para contrariar as tendências «bolcheviques» de José Domingues dos Santos. A tentativa de homicídio do coronel Ferreira do Amaral, comandante da polícia da capital, foi a justificação para uma vaga de prisões de elementos associados à Legião Vermelha e à sua consequente deportação para a Guiné. A imposição da censura ao jornal *A Batalha* e a proibição da sua circulação foram outros exemplos que produziram ações de protesto.[1201] Neste contexto de conflito e de opressão política às reivindicações dos trabalhadores, a *Barcelona Portuguesa* 'perdeu' uma das mais icónicas figuras do sindicalismo revolucionário local: o padeiro João Maria Major.

Na génese da greve-geral de solidariedade, declarada entre junho e setembro de 1925, é necessário recuar ao episódio que a imprensa local designou como 'Crime da Rua do Mirante'. Pelas 18h de 17 de maio de 1925, um conflito entre trabalhadores resultou num morto. Os operários da construção civil, José Palma Gomes Canes e Gabriel Batista, foram alvejados pelo mestre de obras, José Valido, acabando o primeiro por falecer.[1202] Em causa esteve uma discussão em torno do cumprimento das 8 horas de trabalho, defendida pela Associação de Classe da Construção Civil, enquanto outras declarações garantiram que os indivíduos apenas se encontravam no local errado, à hora errada.[1203]

[1198] "Desembrulhando" in *A Indústria*, n.º 48 de 13/06/1924, p. 1.
[1199] "Ecos & Notas" in *Alvorada*, n.º 111 de 25/10/1924, p. 1.
[1200] "Uma arbitrariedade sem nome" in *Voz Sindical*, n.º 55 de 14/06/1925, p. 1.
[1201] BARRETO, Madalena Salvação, "Deportação, Colonialismo e Integrações Culturais em Timor: O caso dos deportados nas décadas de 20 e 30 do século XX" in *Encontro – Europa, Oriente, Oriente Europa: Perspetivas coloniais dos séculos XIX e XX*, ROLLO, org: Maria Fernanda *et al*, IHC, Lisboa, 2014, p. 72.
[1202] "Grave conflito" in *Voz Sindical*, n.º 51 de 17/05/1925, p. 2.
[1203] "Um crime" in *Alvorada*, n.º 119 de 25/05/1925, p. 1. "Ao povo de Setúbal: A verdade sobre o crime da rua do Mirante" in *Voz Sindical*, n.º 52 de 24/05/1925.

A União dos Sindicatos Operários de Setúbal convocou os delegados de todas as associações de classe para uma assembleia no intuito de planearem o acompanhamento do cortejo fúnebre previsto para o dia 18 e a abertura de uma subscrição pública de apoio à família. Mais de 5 mil operários abandonaram os postos de trabalho (em greve) e estiveram presentes, trazendo faixas e bandeiras dos diferentes sindicatos. No cemitério da Piedade, João Maria Major, António Costa e David Augusto Correia, todos politicamente associados ao anarcossindicalismo, discursaram inflamadamente.[1204] Um ano mais tarde, o homicida foi absolvido pelo Ministério Público e a foi viúva condenada a pagar as despesas relativas ao processo judicial, causando escândalo junto do operariado sadino. A *Voz Sindical* foi processada pelas suas críticas sobre o desfecho deste caso.[1205]

Galvanizando a onda de queixas contra as medidas do governo democrático, a União dos Sindicatos Operários de Setúbal organizou uma sessão de protesto, no dia 2 de junho de 1925, no auditório da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, para denunciar as "*inqualificáveis violências*"[1206] que a República vinha praticando contra os trabalhadores. O comício ficou marcado pela dura exposição de João Maria Major, que criticou a violação dos direitos constitucionais dos denominados presos sociais. A moção que apresentou ressalvou que a "*organização operária atravessa neste momento um período de sistemática perseguição*"[1207] e que deixaram de existir pontes para se restabelecerem compromissos políticos com os «caudilhos democráticos».

Pouco antes, por ocasião da evocação do 1.º de Maio, a sede da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal foi novamente palco de uma sessão muito concorrida em que alguns dos mais determinantes libertários locais discursaram: João Maria Major, José Francisco, António Costa, Jaime Rebelo e David Augusto Correia. Foram apresentadas várias moções que tiveram como principal objetivo combater o desemprego, o encarecimento do custo de vida, o incumprimento do horário de trabalho, a perda de liberdades e garantias e defender os 'presos sociais': "*Resolve protestar com indignação contra a pretensa deportação de operários sem culpa formada e afirmam solidarizar-se com toda a acção que a CGT entenda por bem coordenar*"[1208].

[1204] "Duas vítimas do horário de trabalho" in *Voz Sindical*, n.º 52 de 24/05/1925, p. 1.
[1205] "Porque fomos querelados" e "Estamos processados!" in *Voz Sindical*, n.º 101 de 16/05/1926, p. 1.
[1206] "Grande sessão de protesto" in *Voz Sindical*, n.º 53 de 31/05/1925, p. 1.
[1207] "Contra as deportações – Uma imponente sessão de protesto do operariado setubalense" in *Voz Sindical*, n.º 54 de 07/06/1925, p. 1.
[1208] "O 1.º de Maio em Setúbal" in *Voz Sindical*, n.º 49 de 03/05/1925, p. 2.

As palavras expressas publicamente, associadas aos textos ofensivos que assinou no quinzenário sindicalista local[1209], foram as razões pelas quais João Maria Major foi detido pela Polícia Preventiva e de Segurança do Estado[1210] em 6 de junho. Segundo o seu cadastro político foi preso "*por fazer incitamento à greve e por injúrias ao Exmo. Chefe do Estado*"[1211]. O mesmo documento revela prisões anteriores, em 1919 e em 1920, por incitar à participação em paralisações laborais, por ser considerado "*agitador*" e "*propagandista de ideias avançadas*" e fundador da organização denominada 'Carbonária Libertadora Portuguesa'. Procópio de Freitas criticou a prisão «arbitrária» de João Maria Major, uma vez que não lhe foi aplicada a lei da imprensa: "*Segundo me informaram essa prisão foi causada por um artigo publicado nesse jornal. Se assim é, não posso deixar de lavrar o meu mais veemente protesto contra esse facto*"[1212].

Estes dois episódios foram decisivos para que o proletariado setubalense não tenha voltado a desembainhar a espada quando a República esteve em perigo, como aquando do 28 de Maio. Invocando o sarcasmo sobre o terrorismo praticado pela Legião Vermelha, a *Voz Sindical*, por altura da revolução militar, apontou o dedo aos patrões (a 'Legião Negra'), exemplificando como um menor de 11 anos foi agredido pelo gerente da fábrica de conservas *Diana*.[1213] A detenção política de João Maria Major caiu muito mal junto das classes operárias que, após uma reunião da União dos Sindicatos Operários de Setúbal, decidiram declarar greve-geral.[1214] Segundo o administrador do concelho, Carlos Sabino da Silveira, no dia 8 seguinte, já andavam grupos "*a pedirem a várias classes para largarem o trabalho, o que pode dar lugar a conflitos*"[1215], pelo que era fundamental reforçar as unidades da G.N.R. com 100 praças.

O movimento grevista, encarado pela *Voz Sindical*[1216] como um "*espontâneo gesto de solidariedade humana*"[1217] dos trabalhadores de Setúbal, reivindicou que apenas

[1209] "Os últimos acontecimentos desta cidade" in *Alvorada*, n.º 120 de 30/06/1925, p. 2.
[1210] Foi criada em 1922. RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*, Editorial Estampa, Lisboa, 2000, pp. 44-48.
[1211] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro n.º 1664 da PVDE de João Maria Major.
[1212] FREITAS, César Procópio de, *Diário das Sessões do Senado*, n.º 42, sessão de 09/06/1925, p. 17.
[1213] "A Legião Negra" in *Voz Sindical*, n.º 53 de 31/05/1925, p. 1.
[1214] "Repondo factos" in *O Setubalense*, n.º 2338 de 11/06/1925, p. 1. Os gráficos d'*O Setubalense* aderiram.
[1215] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1281, Copiadores de correspondência expedida para o 'interior', Lv. n.º 5, Ofício n.º 329 de 08/06/1925 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante de Setúbal da G.N.R.
[1216] Nesta altura, Afonso do Nascimento Ventura, sapateiro e autor de peças de teatro, substituiu João Maria Major na direção do periódico. LOUSADA, Maria Alexandre; FREIRE, João, *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Colibri, Lisboa, 2013.
[1217] "Uma arbitrariedade sem nome" in *Voz Sindical*, n.º 55 de 14/06/1925, p. 1.

se retomariam as funções, após a libertação do padeiro. *A Batalha* anunciou que ao movimento aderiram 6 mil trabalhadores[1218] e *O Setubalense* foi suspenso por 5 dias.[1219] O periódico da CGT, que sucessivamente publicou manchetes dedicadas a denunciar a arbitrariedade deste e de outras prisões, tomou conhecimento de que o Governador Civil de Lisboa e o Ministro do Interior não estariam a par do caso, sendo a detenção da exclusiva responsabilidade da Polícia Preventiva e de Segurança do Estado.[1220]

Com a cidade parcialmente paralisada, entre os dias 8 e 14 de junho, os fabricantes conserveiros manifestaram-se inteiramente contrários à decisão tomada dos trabalhadores, argumentando que existia algum peixe para trabalhar depois de um período de escassez e que a greve-geral apenas teve adesão pelo facto dos seus promotores terem utilizado meios tradicionais de terror.[1221] Em *revanche*, nos meses subsequentes, os industriais pressionaram os trabalhadores para que se desvinculassem das associações de classe e exigiram que prestassem serviço ao domingo.[1222]

A paralisação laboral, ao qual nem todas as classes aderiram, gerou uma vitória parcial para o setor operário. Se João Maria Major regressou à liberdade, o Governador Civil de Lisboa ordenou a imposição de censura prévia ao quinzenário da União do Sindicatos Operários de Setúbal. Dali em diante, o jornal teve de ser obrigatoriamente revisto ou apreendido pela autoridade administrativa local, indo abertamente contra as leis de imprensa: "*Isto faz-se num período em que não estão suspensas as garantias, nem está decretada a censura à imprensa* [...] *Uma tal situação é anómala e estupenda, ainda mais porque é criada exclusivamente para a Voz Sindical porquanto os outros jornais locais estão isentos desta humilhação*"[1223]. Foi, também, alvo de rejeições para ser impresso por parte das tipografias locais, obrigando à sua edição noutros concelho.[1224] Pelo meio, o jovem Jaurés Américo Viegas, em 18 de junho, foi preso por suspeita de ser bombista, desconhecendo-se se esteve nos bastidores da greve.[1225]

[1218] ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, CEB, Setúbal, 2009, pp. 160-161.
[1219] PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 238.
[1220] "Prisão do nosso redactor - A greve de protesto" in *Voz Sindical*, n.º 55 de 14/06/1925, p. 1.
[1221] "Protesto e greve" e "A última greve" in *A Indústria*, n.ºs 100 e 101 de 12/06/1925 e de 19/06/1925, p. 1 e p. 1.
[1222] "O trabalho aos domingos nas fábricas de conservas" e "Mais violências" in *Voz Sindical*, n.ºs 57 e 60, respetivamente de 26/06/1925 e de 18/07/1925, p. 1 e p. 4.
[1223] "Procedimento excepcional para a Voz Sindical" in *Voz Sindical*, n.º 56 de 21/06/1925, p. 1.
[1224] "Voz Sindical por dentro – Um pouco de história" in *Voz Sindical*, n.º 65 de 01/09/1925, p. 4.
[1225] ANTT, PIDE/DGS, Polícias anteriores, Cadastro Social n.º 7238 de Jaurés Américo Viegas.

Ao longo da semana de paralisação geral do trabalho, e nos dias posteriores, decorreram algumas manifestações públicas de apoio ao padeiro. Primeiramente, os filiados da Associação de Classe dos Manipuladores de Pão voluntariaram-se para serem colocados nos calabouços da Polícia Cívica de Setúbal, em solidariedade, com o presidente do sindicato (João Maria Major). Num segundo momento, as comissões políticas locais do P.R. Radical e do Partido Democrático aplaudiram a libertação do padeiro, tendo o democrático Manuel Rendeiro sido fiador e responsável pelo transporte de regresso a Setúbal.[1226] Os nacionalistas reclamaram pela aplicação da 'lei da rolha'.[1227]

A prisões políticas de João Maria Major, todavia, não ficaram por aqui. Pouco menos de dois meses depois de ter sido libertado, viu-se envolvido naquilo que se pode facilmente avaliar como um *complot* para afastar definitivamente de Portugal continental o presidente da União dos Sindicatos Operários de Setúbal e diretor do jornal *Voz Sindical*. O ambiente político e psicológico era marcado por uma verdadeira corrente de propaganda anti-bolchevique e contra-revolucionária autênticas "*armas da burguesia capitalista para a criação de uma mentalidade coletiva que permitisse o repúdio das organizações revolucionárias*"[1228]. Tudo começou pelas 19h do dia 9 de setembro de 1925, quando o diretor d'*A Indústria*, Artur Silva, foi alvejado por duas vezes, ficando ferido ligeiramente no ombro. O criminoso, Manuel dos Santos Quintas[1229], fugiu de bicicleta, mas acabou por ser detido na zona da Estrada dos Ciprestes, enquanto o industrial/jornalista foi transportado para o hospital da Misericórdia para observação e receber um curativo. Na esquadra esteve frente a frente com o responsável pelo 'atentado de Setúbal', como assim qualificou o caso a imprensa periódica local e nacional.[1230]

Num cenário de crise na pesca e na indústria conserveira, a *Voz Sindical* atribuiu ao desespero do desemprego, a razão para o crime perpetrado pelo soldador Manuel dos Santos Quintas, que há meses mendigava por trabalho. Rejeitaram a imputação de que as suas publicações eram responsáveis pela criação de uma «atmosfera de ódios» ma cidade. Em contraste, acusavam Artur Silva, a vítima, de ser a figura central da coordenação das decisões de se abrirem ou encerrarem as fábricas de conservas: "*E ai do fabricante que*

[1226] "A última greve geral" in *Voz Sindical*, n.º 56 de 21/06/1925, p. 1. "Os últimos acontecimentos desta cidade" in *Alvorada*, n.º 120 de 30/06/1925, p. 2.
[1227] "Lei da Rolha" in *A Opinião*, n.º 1 de 16/07/1925, p. 1.
[1228] OLIVEIRA, César, *O operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Alfa, Lisboa, 1990, p. 229.
[1229] Manuel dos Santos Quintas, de 25 anos, era natural de Mexilhoeira Grande, residindo no n.º 8 da rua António Maria Eusébio. ANTT, PIDE/DGS, Cadastro n.º 8093 da PVDE de Manuel dos Santos Quintas.
[1230] "Atentado cobarde" in *A Indústria*, n.º 113 de 11/09/1925, p. 1. Artur Silva encontrava-se diante do escritório dos filhos de Galeano Esteves a dialogar com Félix Jaques, Manuel Salgado e Joaquim Revez.

desobedeça"[1231]. Foi o grande impulsionador da unidade patronal setubalense, a quem os industriais formalizaram o seu apoio, declarando *lock-out* até ao dia 14 seguinte.[1232]

O atentado ganhou proporções públicas nacionais a uma velocidade galopante em virtude da detenção de João Maria Major, desta vez a pretexto de ser, simultaneamente, instigador e cúmplice do crime. Manuel dos Santos Quintas prestou declarações comprometedoras, relatando que foi o padeiro que lhe forneceu a arma utilizada.[1233] O jornal *O Século* deu manifesta cobertura ao episódio, colando o atentado a um plano coordenado pelo comité local das Juventudes Sindicalistas.[1234]

A Indústria, pelos patrões, e a *Voz Sindical*, em nome dos trabalhadores, entraram num verdadeiro estado de guerra durante várias edições, por envolver os diretores de ambos os periódicos. O quinzenário sindicalista revolucionário depressa descortinou que este encarceramento se tratava de uma conspiração, que contava com o apoio da U.I.E., para deportar um dos mais importantes dirigentes operários da cidade e pôr termo à *Voz Sindical*. O epicentro deste estratagema era que a proximidade de João Maria Major à C.G.T. lhe conferia os meios para integrar elementos da Legião Vermelha na luta operária local. Os colegas de redação garantiam a inocência do diretor, sublinhando que a esposa do criminoso vendeu joias para comprar a arma.[1235]

Artur Silva desmentiu categoricamente as acusações saídas a público. Negou ter comportamentos incorretos para com operários a seu cargo ou que a esposa de Manuel dos Santos Quintas lhe tivesse pedido emprego. Informou, ainda, que o soldador é que se demitiu das funções que desempenhava e, mais importante, que não era o representante local (apesar de simpatizar) com a U.I.E.[1236] Em completo contraste, a outra versão dos acontecimentos descreve que o trabalhador andou a pedir emprego por toda a cidade e foi rejeitado em todas as fábricas de conservas, motivando-o a vingar-se no presidente da secção dos fabricantes da Associação Comercial e Indústria de Setúbal, Artur Silva.[1237]

Em prisão preventiva, João Maria Major conseguiu que algumas das suas cartas, escritas nos calabouços do Governo Civil de Lisboa, nas esquadras do Caminho Novo e

[1231] "O atentado de quarta-feira - Causas e efeitos" in *Voz Sindical*, n.º 67 de 13/09/1925, p. 1.
[1232] "Atentado cobarde" in *A Indústria*, n.º 113 de 11/09/1925, p. 1.
[1233] "Última Hora: Alerta Trabalhadores" e "Uma grande arbitrariedade!" in *Voz Sindical*, n.º 67 de 13/09/1925, pp. 1-2.
[1234] "O atentado de Setúbal" in *O Século*, n.º 15638 de 13/09/1925, p. 2.
[1235] "Uma trama odiosa" in *Voz Sindical*, n.º 68 de 20/09/1925, p. 1.
[1236] SILVA, Artur, "Somos dos que condenam os atentados pessoais", "Declaração" e "Ainda o célebre o atentado" in *A Indústria*, n.os 114 e 115 de 18/09/1925 e 25/09/1925, p. 2 e p. 1.
[1237] "Um homem" in *Voz Sindical*, n.º 68 de 20/09/1925, p. 1.

de Sta. Marta e no Forte de Monsanto, fossem publicadas na *Voz Sindical*.[1238] Nestas reforçou que os 'carrascos' do operariado setubalense deveriam estar satisfeitos com o sucesso desta trama e que Manuel dos Santos Quintas teve de ser violentamente agredido pela Polícia Cívica de Setúbal para prestar declarações falsas. O padeiro asseverou não existirem provas da acusação de que era alvo: "*Estou preso apenas pelas acusações de um homem que a polícia julga suficientes para me considerar criminoso* [...] *Se a lei fosse igual para todos, os dirigentes dos industriais de Setúbal, o delegado do governo e alguns polícias há já muito estariam na penitenciária*."[1239] Refutou a sua ligação à Legião Vermelha[1240] e acusou a Associação Comercial e Industrial de ter introduzido "*bombas em Setúbal na intenção de as empregar contra trabalhadores indefesos*"[1241].

José Romão dos Santos Ferro, líder da Mocidade Republicana, dirigiu duas cartas abertas, em 28 de setembro, ao presidente do ministério, Domingos Leite Pereira, e ao presidente da Liga dos Direitos do Homem, Magalhães Lima, protestando contra a prisão, sem culpa formada, de João Maria Major, por se estar a promover "*a desumana tentativa de deportar como legionário vermelho esse homem, cujo único crime é o de ter feito uma violenta campanha jornalística contra o delegado do Governo em Setúbal*" e alertando que era urgente "*evitar a todo o transe que a República seja manchada*"[1242]. Era isto que estava em causa. Perante o movimento operário setubalense, os republicanos continuavam a romper os ténues laços com a base social de apoio do 5 de Outubro.

O autor do crime e a memória de Jorge Quaresma confirmam que tudo se tratou de uma cabala: "*o truque da polícia era eliminar o Major e, assim, o jornal «Voz Sindical»*"[1243]. No jornal *A Batalha*, Manuel dos Santos Quintas declarou que João Maria Major não esteve envolvido no atentado à vida de Artur Silva, tendo sido coagido a fazer essa falsa acusação.[1244] O periódico da C.G.T. entrevistou Manuel dos Santos Quintas, que descreveu o interrogatório a que foi sujeito em Setúbal: "*Fui preso e conduzido à esquadra, onde o chefe da polícia, sr. Trindade, depois de me aplicar um murro na boca me disse: «Malandro foi o Major quem te mandou executar o que fizeste.* [...] *Ou tu dizes*

[1238] Infelizmente não foi possível obter o texto que escreveu na cadeia: *Ecos do Cárcere*. "Ecos do Cárcere" in *Voz Sindical*, n.º 99 de 01/05/1926, p. 6.
[1239] MAJOR, João Maria, "Vingança de canalhas" in *Voz Sindical*, n.º 69 de 27/09/1925, p. 1.
[1240] MAJOR, João Maria, "Suprema infâmia" in *Voz Sindical*, n.º 83 de 03/01/1926, p. 1.
[1241] MAJOR, João Maria, "Um industrial comprometido num caso de bombas que acusa, sem provas, um operário" in *Voz Sindical*, n.º 77 de 22/11/1925, p. 4.
[1242] FERRO, Santos, "A prisão de João Maria Major" in *Voz Sindical*, n.º 70 de 04/10/1925, p. 1.
[1243] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2.777 ('Biografia de João Maria Major'), fl. 4v.
[1244] "A prisão de João Maria Major" in *Voz Sindical*, n.º 75 de 08/11/1925, p. 1.

que foi o João Maria Major que te deu a pistola e te mandou matar o sr. Silva ou então mato-te.» […] *Nisto o sr. Silva, que assistiu ao interrogatório* […] *garantiu-me que se culpasse o Major, seria mandado em liberdade*"[1245] No tribunal da Boa Hora, apesar da confissão, João Maria Major não foi absolvido, tendo em vista que a polícia não enviou o processo ao juiz.[1246] Não deixa de ser curioso que, em 1931, correu o rumor que Artur Silva esteve a soldo da Polícia de Informações do Ministério do Interior.[1247]

Por iniciativa de um grupo de liberais de Setúbal foi requisitado o apoio dos deputados eleitos pelo círculo de Setúbal para que fosse enviada ao Parlamento uma representação do militante radical e advogado de defesa, Orlando Marçal, pedindo a libertação de João Maria Major. Ao mesmo tempo, pela cidade, foram distribuídas listas para recolhas de assinaturas pró-libertação e de apoio financeiros («Solidariedade Pró-João Maria Major»), requisitadas, por exemplo, na barbearia de José Artur Quaresma, na Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal ou na sapataria *1.º de Maio*.[1248] Em fevereiro de 1926, as assinaturas atingiram o extraordinário número de 25 mil.[1249]

Acompanhando Manuel Viegas Carrascalão e outros 61 deportados, João Maria Major e Manuel dos Santos Quintas partiram com destino a Timor, em abril de 1927, a bordo do navio *Pêro de Alenquer*.[1250] Ali permaneceram até meados de 1934/1935. Na mesma embarcação seguiu Jaurés Américo Viegas, jovem residente em Setúbal, preso, como se viu, em junho de 1925. João Maria Major, por esta altura, já tinha cumprido um ano de prisão ao abrigo de regime de exceção criado exclusivamente para os 'legionários vermelhos'.[1251] A República abandonava, uma vez mais, os trabalhadores de Setúbal e o mais importante dirigente sindical da época foi afastado da cidade, diminuindo a capacidade galvanizadora da União dos Sindicatos Operários de Setúbal.

[1245] "João Maria Major, vítima duma cabala" in *Voz Sindical*, n.º 76 de 15/11/1925, p. 1.
[1246] "Exultai, canalhas!" in *Voz Sindical*, n.º 79 de 06/12/1925, p. 6.
[1247] SILVA, Artur, "Quadros da Vida – Polícia de Informações" in *A Indústria*, n.º 417 de 17/07/1931, p. 2
[1248] "A favor da libertação de João Maria Major" e "Pela liberdade de João Major" in *Voz Sindical*, n.ºs 81 e 86 de 20/12/1925 e de 24/01/1926, p. 1. e p. 1. A sapataria de Batista Monteiro e a oficina de António Francisco de Sousa eram outros pontos de encontro dos anarquistas locais. AHS-BNS, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2787 ('Biografia de Batista Monteiro) e Manuscrito 1248 (autobiografia e biografia de José Artur Quaresma).
[1249] "Pela liberdade de João Major" in *Voz Sindical*, n.º 88 de 07/02/1926, p. 1.
[1250] GUNN, Geoffrey, "Portuguese Colonial State Incarceration: The Life and Times of the Anarcho-Syndicalist Deportados on Timor" in *Macau - Revista de Cultura*, n.º 57, Macau, 2018, p. 98.
[1251] "Um ano de martírio" in *Voz Sindical*, n.º 118 de 12/09/1926, p. 1.

Parte IV - Setúbal sob o jugo da Ditadura Militar

4.1. O *coup d'état* de 28 de Maio e a vida política da Ditadura Militar na cidade do Sado

4.1.1. Os bastidores das operações militares e o saneamento das estruturas políticas republicanas concelhias

> "*Ora, precisamente a Câmara de Setúbal está e esteve, muitos meses antes do movimento militar, integrada no seu programa e mostrou, ela e o povo que a elegeu, que estavam e estão absolutamente com o propósito de afastar do monopólio os políticos que lá estavam há muitos anos arruinando o Município*"[1252].

Na aparência, a cidade do Sado viveu as horas revolucionárias e os dias seguintes em sossego e tranquilidade. Para a *Voz Sindical*, os acontecimentos passaram despercebidos, não fossem os "*conhecidos jesuítas, com um sorriso alvar estereotipado nas beatas trombas, como se o general lhes trouxesse a monarquia e o Santo Ofício*"[1253]. Por altura da sublevação, a cidade sofria com a falta de farinhas.[1254] A inauguração do Balneário Dr. Paula Borba, em 31 de maio, projetou uma representação de normalização alheia aos acontecimentos nacionais. Na presença do edil, do Diretor-Geral da Assistência, do eng.º Carlos Manitto Torres e do médico homenageado, a cerimónia foi preludiada pelo descerramento, no asilo Bocage, de quadros dos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, tendo prosseguido com as duas filarmónicas locais e terminando com o lançamento da 1.ª pedra do posto de desinfeção pública.[1255] Entre o anúncio público da obra (1917)[1256] e a inauguração (31/05/1926) passaram cerca nove anos, tendo a Misericórdia de Setúbal recebido formalmente o balneário, em maio de 1922.[1257]

Em contraste, os quartéis da Artilharia de Costa (convento de Brancanes), do R.I. n.º 11 e dos Sapadores de Caminhos de Ferro (convento de S. Francisco) estiveram num permanente estado de ansiedade, sem saber quais dos lados apoiar. De acordo com *A Semana de Setúbal*, que recordou o episódio mais de um ano depois, o meio militar sadino

[1252] COELHO, Mariano Augusto, "As Câmaras Municipais" in *A Indústria*, n.º 155 de 02/07/1926, p. 1.
[1253] "A revolução em Setúbal" in *Voz Sindical*, n.º 104 de 06/06/1926, p. 4.
[1254] ADSTB, AMS, Comissariado da Polícia Cívica de Setúbal, Cx. 1324, Lv - Copiador de correspondência expedida, Ofício n.º 487-A de 09/06/1926 enviado pelo Comissário-Geral da Polícia de Setúbal para o Presidente do Conselho de Administração da Bolsa Agrícola.
[1255] "Uma obra monumental - Balneário Dr. Paula Borba" in *A Indústria*, n.º 151 de 04/06/1926, p. 2.
[1256] Comissão para a construção do balneário Dr. Paula Borba, *O Balneário Dr. Paula Borba*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1918, pp. 5-6.
[1257] Portaria n.º 3.186 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 95 de 16/05/1922. BORBA, Francisco, *O Balneário – Memória de Setúbal*, AGIR, Setúbal, 2017, pp. 15-17.

"*foi um enigma que, até à última hora, não permitiu às tropas revoltadas do Algarve uma marcha desafogada sobre Lisboa, nem às forças governamentais que, da capital, chegaram a vir até ao Barreiro, seguirem ao encontro das primeiras*"[1258].

No dia seguinte ao movimento revolucionário, os oficiais da Guarnição Militar de Setúbal reuniram longamente para debaterem se deveriam ou não aderir à sublevação. À exceção do comandante da companhia da G.N.R., o capitão João Maria Teixeira de Carvalho, os 40 militares assinaram um documento redigido pelo respetivo comandante militar do R.I. n.º 11, coronel Júlio José Lage, dando apoio ao golpe por estarem "*convencidos de que tal movimento é genuinamente militar, não político e retintamente republicano, e tem por fim a moralização dos costumes e o engrandecimento da Pátria e República*"[1259]. Este emitiu um despacho para a Escola de Tiro de Vendas Novas, garantindo que todas as unidades do País tinham aderido ao pronunciamento e que a escola deveria respeitar as ordens do novo governo.[1260] Numa demonstração pública desta posição, o capitão Saraiva Ferreira, o capitão Ricardo Durão e o tenente Travassos Arnedo comandaram uma companhia de Setúbal na parada militar da capital de 6 de junho.[1261]

Após esta decisão conjunta, as tropas assumiram o controlo e o governo da cidade, sem a objeção de nenhuma autoridade, dando início a um processo de saneamento político. O capitão do porto de Setúbal manteve-se ao lado da revolução, assegurando que todos os seus subordinados se manteriam disciplinados.[1262] Junto do comandante Cabeçadas, o edil Carlos Botelho Moniz saudou o Governo do 28 de Maio.[1263] A posição política do edil não é surpreendente. De acordo com o major Ricardo Durão, o general Gomes da Costa esteve na residência deste autarca antes do golpe: "*Era ali que ele devia fardar-se uma certa noite, com o seu estendal aliciante de condecorações, para arrancar daquela cidade* [Setúbal] *à frente de um núcleo de forças constituído apenas por uma reduzida companhia de sapadores de caminhos de ferro, uma bateria de artilharia* [...] *e um pequeno grupo de oficiais de infantaria n.º 11*"[1264].

[1258] "A dissolução dos Grupos de Artilharia de Costa e Sapadores de Caminhos de Ferro" in *A Semana de Setúbal*, n.º 2 de 10/07/1927, p. 2.
[1259] "A guarnição militar de Setúbal e o último movimento" in *O Setubalense*, n.º 2639 de 05/06/1926, p.1.
[1260] Arquivo Histórico do Museu da Presidência da República, Fundo Óscar Carmona, Cx. 30, Doc. n.º 55, Despacho de 30/05/1926 do comandante militar de Setúbal para o comandante de Vendas Novas.
[1261] "As tropas da guarnição chegaram hoje a Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 2642 de 09/06/1926, p. 1.
[1262] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 41, Ofício s/ref.ª de 02/06/1926 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Comandante Militar de Setúbal.
[1263] "Câmara Municipal" in *A Indústria*, n.º 154 de 25/06/1926, p. 4.
[1264] DURÃO, major Ricardo in *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 68 de 18/12/1946, p. 202.

Neste âmbito, o jornalista sadino Óscar Paxeco recolheu um conjunto de testemunhos dos bastidores que antecederam o movimento revolucionário que pôs termo à I República. Não precisando concretamente a cronologia, relatou que o general Gomes da Costa foi convidado, entre a revolta de 18 de abril de 1925 e a de 19 de julho do mesmo ano, para "*chefiar um movimento militar, que rebentaria em Setúbal, e que não eclodiu porque a Guarnição Militar desta cidade se negou, à última hora, a sair*"[1265].

Por ocasião do 30.º aniversário da 'Revolução Nacional', Óscar Paxeco editou uma versão melhorada desta obra, acrescentando mais informações. A falhada «arrancada», que esteve para partir de Setúbal, assentava na conivência e apoio de três oficiais, que obtiveram grande relevância política à escala local nos anos 30: capitão Ricardo Durão (comandante do Regimento de Artilharia de Costa de Brancanes)[1266]; capitão António Nunes Correia (comandante do grupo de Sapadores de Caminhos de Ferro); tenente Mário Arnedo (exercia funções no R.I. n.º 11). A estes homens juntou-se o capitão António Perry de Sousa Gomes, que se tornaria Governador Civil de Setúbal.

O tenente Mário Arnedo foi o responsável pelo contacto entre o general Sinel de Cordes e o general Gomes da Costa para que o segundo aceitasse o pedido para dirigir a revolução, a partir da cidade do Sado: "*Segundo o mesmo plano, os Sapadores de Caminho de Ferro de Setúbal soltariam o grito de revolta, logo secundados pelos do Entroncamento e Santo Tirso, ao mesmo tempo que, em Lisboa, os oficiais presos por causa do 18 de Abril seriam libertados e, com os regimentos que haviam tomado parte naquele movimento, iriam para o forte da Ameixoeira*"[1267]. O adiamento da intentona resultou da transferência de unidade de vários militares, da recusa do comandante do forte da Ameixoeira em aderir ao movimento e de várias tropas de Setúbal estarem de licença.[1268] Por mais paradoxal que possa parecer, a 'Barcelona Portuguesa' poderia ter ficado eternamente associada ao início da ditadura, como seu ponto de partida.

Em carta publicada no diário local, o coronel Júlio José Lage assegurou que a nomeação interina do administrador do concelho de Setúbal, o tenente Augusto de

[1265] PAXECO, Óscar, *Os que arrancaram em 28 de Maio*, Editorial Império, Lisboa, 1937, pp. 122-123.
[1266] Ricardo Durão, aquando das comemorações nacionais do 7.º aniversário da revolução militar, foi um dos poucos convidados a discursar no Coliseu dos Recreios. Fê-lo com Oliveira Salazar, o Ministro do Interior e Alfredo de Magalhães, demonstrando o respeito que granjeava junto das altas instâncias políticas. "Factos e Comentários – Semana Política" in *Diário de Lisboa*, n.º 3755 de 28/05/1933, p. 3.
[1267] PAXECO, Óscar, *A arrancada de 28 de Maio – Elementos para a história da sua preparação e eclosão*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1956, p. 20.
[1268] *Idem*, pp. 21-23.

Carvalho[1269], em 30 de maio, decorreu "*livre de quaisquer pressões e interpretando o sentir de todos os oficiais que aderiram ao movimento militar*"[1270]. O mesmo comandante militar considerou que o tenente iria prestigiar o regime, executando uma obra de "*absoluta honestidade* […] [e] *carácter exclusivamente nacional*"[1271].

Afonso de Macedo e Castro, último administrador do concelho de Setúbal nomeado pela República parlamentar, foi afastado pacificamente do cargo que ocupava, assumindo que era um dos «vencidos» do 28 de Maio e que foi bem tratado pelos revoltosos, a quem garantiu possuir posições político-ideológicas "*absolutamente opostas e irreconciliáveis*"[1272]. Ao ter tomado conhecimento do desenrolar da revolução militar, o militante democrático telegrafou ao Governador Civil de Lisboa, apresentando a sua demissão formal, tendo-se mantido no cargo até um grupo de oficiais ter tomado posse da administração do concelho e nomeado o tenente Augusto de Carvalho.[1273]

Ainda antes da nomeação efetiva, em 12 de junho seguinte[1274], correram rumores de que a nova autoridade administrativa poderia ser substituída por um civil, uma vez que o novo administrador do concelho não desejava ocupa ras funções muito tempo.[1275] Os boatos foram desmentidos após o tenente Augusto de Carvalho ter convocado a imprensa local para se apresentar ao público e definir algumas das suas linhas de intervenção. Entre estas, merece relevo a reestruturação da corporação da Polícia Cívica de Setúbal.[1276]

Os ecos de 'ordem' e 'trabalho' da pequena-média burguesia setubalense fizeram-se sentir e a procura de soluções, que garantissem a tranquilidade pública, foi colocada no topo das suas prioridades. *A Indústria* reforçou frequentemente que o município necessitava de reforço de verbas para financiar a corporação policial, cujos guardas se desviavam do epicentro urbano para fazer cumprir o código de posturas municipal.[1277]

[1269] Foi presidente da delegação de Setúbal da Cruz Vermelha. Informações recolhidas no Arquivo Histórico da Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa.
[1270] "A administração do concelho e uma carta do sr. comandante militar" in *O Setubalense*, n.º 2639 de 05/06/1926, p. 1.
[1271] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de telegramas, Telegrama de 31/05/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Ministério do Interior.
[1272] CASTRO, Afonso de Macedo, "Agradecendo" in *O Setubalense*, n.º 2643 de 10/06/1926, p. 1.
[1273] "As classes trabalhadoras de Setúbal principiam a colher os frutos amargos da revolução caserneira" in *Voz Sindical*, n.º 106 de 20/06/1926, p. 1.
[1274] "Pela administração do concelho" in *Alvorada,* n.º 131 de 24/06/1926, p. 1.
[1275] "O movimento revolucionário: Em Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 2635 de 01/06/1926, p. 1.
[1276] Dos 60 guardas que a compunham, apenas 34 estavam disponíveis para o serviço e os restantes 26 encontravam-se doentes ou indisponíveis. "O sr. administrador do concelho e a imprensa" in *O Setubalense*, n.º 2640 de 07/06/1926, p. 1.
[1277] "A Polícia" in *A Indústria*, n.º 152 de 11/06/1926, p. 1.

Desde início que o tenente Augusto de Carvalho procurou reprimir liberdades previstas na Constituição de 1911, destinando o seu foco às associações de classe. Reintroduziu o decreto de 26 de julho de 1893, que obrigou à formalização de uma autorização prévia para o agendamento de reuniões associativas, políticas ou sindicais, e legislação do período de João Franco (decreto de 23/02/1907), que impossibilitou a discussão de assuntos alheios à associação, sob aviso de serem dissolvidas.[1278] Mereceu, por esse motivo, duras críticas por parte da União dos Sindicatos Operários de Setúbal.[1279]

O programa político revolucionário previa a dissolução dos executivos camarários pelo que *O Setubalense* reintroduziu um discurso de anteriores atos eleitorais: todos os elementos das comissões administrativas, nomeadas pelo Governo da ditadura, deveriam ser provenientes de fora do mundo político-partidário, uma vez que o movimento "*foi feito contra todos os partidos, contra todos os políticos igualmente culpados*"[1280]. Na perspetiva do periódico, apenas sete republicanos, em Setúbal, se encontravam em condições para os cargos por ainda não estarem "*queimados em arteirices políticas*"[1281].

Em carta aberta ao coronel Júlio José Lage, Afonso Macedo e Castro declarou que os princípios apolíticos do movimento militar de 28 de Maio estariam a ser violados, uma vez que os nomes propostos ao Governador Civil de Lisboa, para a constituição da comissão administrativa da C.M. de Setúbal, eram militantes de partidos, excetuando do Partido Democrático.: "*São todos políticos, uns monárquicos, outros nacionalistas e todos afinal inimigos dos democráticos, que se não têm cansado de perseguir e vexar*"[1282].

A constituição da comissão administrativa, que deveria ser composta por "*pessoas honestas e que se encontrem integradas no espírito do movimento militar*"[1283], foi alvo de debate e várias propostas foram recusadas pelas altas hierarquias militares. As divergências forçaram o comandante militar de Setúbal a convocar uma reunião, na noite de 3 de junho, com o tenente Faria Blanc, com o capitão António Nunes Correia, com o tenente Augusto de Carvalho, com o capitão João Maria Teixeira de Carvalho e com o

[1278] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1282, Copiador de Correspondência Expedida para o 'interior', Lv. n.º 7, Ofício n.º 347 de 09/06/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal.
[1279] "Ora senhor administrador" in *Voz Sindical*, n.º 107 de 27/06/1926, p. 2.
[1280] "A dissolução dos corpos administrativos" in *O Setubalense*, n.º 2641 de 09/06/1926, p. 1.
[1281] "A dissolução dos corpos administrativos" in *O Setubalense*, n.º 2644 de 11/06/1926, p. 1.
[1282] CASTRO, Afonso de Macedo, "Carta ao exmo. sr. coronel Lage, ilustre comandante militar de Setúbal sobre a constituição da futura Comissão Administrativa" in *O Setubalense*, n.º 2.645 de 12/06/1926, p. 1.
[1283] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv. n.º 6, Ofício n.º 414 de 05/07/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

vereador Emílio Curado de Oliveira "*para assim evitarem de vez os fracassos a que têm sido sujeitas as seis listas anteriores*"[1284].

Numa hábil manobra de autoafastamento, num contexto de ambiguidade política na direção do movimento militar, Carlos Botelho Moniz obteve uma oportuna licença de 30 dias, a contar a partir de 9 de julho, alegando razões particulares que, na sua ótica, em nada representavam a fuga das suas responsabilidades.[1285] Desta forma antecipava a dissolução dos corpos administrativos que integrava e limpava parcialmente a sua imagem, mantendo-se numa "*aparente e maior neutralidade*"[1286]. Passava um pano em torno da sua decisão de não aceitar o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, que veiculou a obrigação de se repetir a eleição na assembleia eleitoral de São Sebastião. Para legitimar a sua posição considerou que o texto, ao não ter sido publicado no *Diário do Governo*, o seu executivo estava "*funcionando muito legitimamente*"[1287].

Nos breves dias entre a dissolução formal de todos os executivos camarários do País, por não estarem vinculados ao pensamento do 28 de Maio[1288], e a tomada de posse da comissão administrativa da C.M. de Setúbal (13 a 26 de julho de 1926), o novo administrador do concelho, tenente Augusto de Carvalho, assumiu as rédeas do poder municipal sadino. Pelo meio, em 16 de julho - com caráter de urgência pelas dificuldades subjacentes à acumulação de funções (administração do concelho e gestão do município) - foi enviada a última proposta de lista de elementos que deveriam constituir a comissão administrativa do município. Esta foi remetida pelo comandante militar de Setúbal, pelo administrador do concelho e restantes coordenadores das unidades ali estacionadas.[1289] Apesar das dificuldades iniciais, o saneamento político do poder local estava encerrado.

Observando-se em pormenor os vereadores que dirigiram a C.M. de Setúbal, de janeiro a julho de 1926, na qualidade de eleitos, e a composição da 1.ª comissão administrativa ditorial nomeada pelo Governador Civil de Lisboa, em 22 de julho do mesmo ano, deparamo-nos com uma linha de continuidade na liderança do município no

[1284] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas do Senado da C.M. de Setúbal, cx. 52, Lv. 9, Ata de 06/07/1926, p. 196v.
[1285] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 91.
[1286] COSTA, Albérico Afonso (coord.), "Carlos Botelho Moniz – O homem que fez tudo" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 213-214.
[1287] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas do Senado da C.M. de Setúbal, cx. 52, Lv. 9, Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal de 09/06/1926, p. 194v.
[1288] Decreto-Lei n.º 11875 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 159 de 13/07/1926.
[1289] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv. n.º 6, Ofício n.º 436 de 16/07/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

meio da rutura político-institucional promovida pelo 28 de Maio: Carlos Botelho Moniz. **[Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 2 de janeiro de 1926 e Tabela – Comissão Administrativa interina da C.M. de Setúbal, nomeada pela Ditadura Militar e que tomou posse a 26/07/1926]** Luís Silveira, figura central do periódico que combateu o consulado democrático (*A Opinião*), em 1942, corroborou esta visão, indo ainda mais longe sobre a linha política da comissão executiva que venceu as eleições municipais de novembro de 1925: "*Setúbal estava abertamente ao lado daquele movimento* [28 de Maio], *tendo já a presidir, aos negócios municipais, uma plêiade de setubalenses perfeitamente integrados nos princípios desse movimento militar*"[1290].

Na sessão solene de tomada de posse da 1.ª comissão administrativa da ditadura, o comandane militar de Setúbal, coronel Júlio José Lage ,fez questão de acentuar que foi o principal responsável pela concretização da lista final enviada ao Governador Civil de Lisboa.[1291] A nova composição política local[1292], como não poderia deixar de ser, incluiu dois militares: o capitão eng.º António Nunes Correia e o tenente Afonso Martins Correia Gonçalves. O prof.º Joaquim Ferreira de Sousa Júnior (ex-militante nacionalista)[1293], António Caes Esteves, Jorge de Paiva e o antigo militante do Partido Reconstituinte e ex-administrador do concelho, José Luís da Costa, formavam o resto da equipa.[1294] Por motivos desconhecidos, mas aceites superiormente, Artur Silva e José Maria da Rosa Albino (vogais substitutos) e José Luís da Costa (vogal efetivo) solicitaram dispensa das funções para as quais foram nomeados, sendo substituídos pelo eng.º José Carlos Girão Calheiros (vogal efetivo), Inácio Basto Cruz e Filipe Augusto Roque (vogais substitutos).[1295]

Os regedores nomeados para as quatro freguesias urbanas eram todos sargentos do R.I. n.º 11, revelador da preocupação em colocar militares no controlo da ordem

---

[1290] SILVEIRA, Luís, *Anotações ao livro «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal»: Subsídios para a história de Setúbal*, Documento dactilografado, Setúbal, 1942, p. 11.
[1291] "A nova comissão administrativa" in *A Indústria*, n.º 159 de 30/07/1926, p. 1.
[1292] Membros substitutos: José Maria da Rosa Albino, Ismael Teixeira da Silva, Dr. Alberto Barreto de Carvalho, Dr. António Bressane Perry de Sousa Gomes, José Martins Mourão, Abílio Jorge Fernandes e Artur José da Silva. *Idem*, Ofício urgente n.º 463 de 24/07/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1293] CLARO, Rogério Peres, *Um século de ensino técnico-profissional em Setúbal: Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-1998)*, Corlito, Setúbal, 2000, p. 469.
[1294] COSTA, Albérico Afonso, "O golpe de 28 de Maio. Mais um golpe…" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 67-69.
[1295] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv. n.º 6, Ofício n.º 483 de 03/08/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

pública e no policiamento, auxiliando o administrador do concelho. **[Tabela - Regedores das Juntas de Freguesia de Setúbal pós-28 de Maio]** O caráter interino desta comissão administrativa permaneceu até 14 de março de 1927. Por despacho do Governador Civil de Lisboa do dia seguinte, confiando na habilidade política e na gestão exercida, toda a estrutura orgânica original adquiriu cariz definitivo, tendo apenas ligeiras alterações nos vereadores substitutos (*e.g.* inclusão de Galiano d'Abreu).[1296] **[Tabela - 2.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal nomeada pela Ditadura Militar (1927)]**

No decurso do saneamento político-institucional a imprensa sadina, para além de se ter fragmentado nas interpretações sobre o significado do 28 de Maio, contribuiu para o ambiente de dúvida, surgindo diversos rumores e desmentidos à medida que o processo revolucionário decorreu. *O Setubalense* reagiu inicialmente com alguma incerteza quanto aos objetivos dos revoltosos: "*dizem uns que é o caminho para a ditadura, enquanto outros afirmam que o ato militar revolucionário é para tirar o Governo aos devoristas e sanguessugas da República*"[1297]. Na segunda quinzena pós-golpe compreendeu que "*no horizonte político aparecem nuvens que, pouco a pouco, se vão encastelando, denegrindo a pureza das intenções com que o movimento fora iniciado*"[1298].

Com a implantação do regime de censura à imprensa, no final de junho, três oficiais do R.I. n.º 11 ficaram encarregues de constituir a respetiva comissão local.[1299] Tendo em vista os inúmeros jornais que existiam na cidade e nalguns concelhos limítrofes, este organismo contava com o apoio da comissão de censura de Évora que, por exemplo, censurava o *Alvorada*.[1300] No final de 1932, a comissão de censura de Setúbal dirigia-se a todos os jornais do distrito.[1301]

A *Voz Sindical* exigiu uma resposta aos acontecimentos, convocando uma greve-geral revolucionária: "*Povo trabalhador é necessário estar alerta contra uma ambicionada ditadura das classes conservadoras*"[1302]. Interpretou o golpe como sendo a

---

[1296] Despacho da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 56 de 15/03/1927.
[1297] "O País continua a viver horas de incerteza" in *O Setubalense*, n.º 2.684, 31/05/1926, p. 1.
[1298] "Não!" in *O Setubalense*, n.º 2649 de 16/06/1926, p. 1.
[1299] Neste grupo encontrava-se o capitão Artur de Vasconcelos, o capitão Horácio César Machado e o tenente Acácio Borges da Silva. ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv. n.º 6, Ofício n.º 705 de 30/10/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1300] Cf. *Alvorada*, n.º 140 de 30/04/1927.
[1301] ANTT, Secretariado Nacional de Informação, Direção dos Serviços de Censura, Correspondência recebida das Delegações de Censura, Correspondência recebida da delegação de Setúbal, Cx. 797, Ofício s/ref.ª de 20/10/1932 enviado pelo Adjunto da Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa para o Presidente da Comissão de Censura de Setúbal.
[1302] "Alerta" in *Voz Sindical*, n.º 103 de 30/05/1926, p. 1.

raiz do modelo da ditadura instaurada por Primo de Rivera, em 1923, destacando todos os perigos políticos que se perspetivavam[1303]: "*Abaixo a Ditadura Militar!*"[1304] Em sentido inverso, a ânsia por estabilidade sentida pelos fabricantes conserveiros foi expressa através da pena de Mariano Augusto Coelho. Elogiou o movimento militar, enaltecendo a 'ordem' trazida pelo regime fascista italiano e repudiando o regime parlamentar: "*Querem maior mentira que esta de, durante uma dezena de anos, fingir-se que estamos em regime constitucional, quando é certo o país ser dominado exclusivamente por um grupo* [Partido Democrático]*, que pela audácia e ameaça, tomou tudo à sua conta?*"[1305]. O jovem monárquico Óscar Paxeco, que dirigiu a revista *Cetóbriga*[1306], replicou algumas das ideias que espalhou noutros periódicos: "*A Nação atravessava* [...] *um período agudo da sua existência, tornando-se mister um movimento de salvação que* [...] *a encarrilhasse no trilho de que de há muito se havia desviado*"[1307].

Nos anos seguintes assistiu-se, anualmente, à transformação da evocação do 1.º de Dezembro de 1640 como oportunidade para inculcar nos alunos da Escola Industrial e Comercial de Setúbal o espírito nacionalista. Entre 1928 e 1934, o eng.º Carlos Manitto Torres, Luís Teixeira de Macedo e Castro ou o prof.º Luís de Portugal da Fonseca e Melo promoveram alocuções – que foram editadas e difundidas pela comunidade - de nacionalismo exacerbado e de revisionismo histórico, chamando a atenção ora para os perigos do internacionalismo comunista, ora para o facto do 28 de Maio ter representado um novo 1.º de Dezembro: "*É que, meus senhores, nos foi dado ver, com os nossos olhos, a cura da Nação* [...] *a repetição infalível da História* [...] *Uma segunda Restauração se produziu em nossos dias*!"[1308]. A glorificação do passado, o amor patriótico e a libertação do 'cativeiro' liberal foram ideias consecutivamente exploradas, numa perspetiva de manipulação das mentalidades dos mais novos. Estas conferências foram publicadas e distribuídas.[1309]

[1303] "Povo!" in *Voz Sindical*, n.º 104 de 06/06/1926, p. 1.
[1304] "Estamos a dois passos da ditadura fascista" in *Voz Sindical*, n.º 106 de 20/06/1926, p. 1.
[1305] COELHO, Mariano Augusto, "Governar" in *A Indústria*, n.º 151 de 04/06/1926, p. 1.
[1306] COSTA, Albérico Afonso (coord.), "Óscar Paxeco – Um jovem nacionalista" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 264-265.
[1307] "O Movimento" in *Cetóbriga*, n.º 7 de 02/06/1926, p. 6.
[1308] TORRES, Carlos Manitto, *Duas Restaurações!*, Oficinas d'*O Setubalense*, Setúbal, 1934, p. 12.
[1309] TORRES, eng.º Carlos Manitto, "O 1.º de Dezembro" in *O Setubalense*, n.º 3260 de 04/12/1928, pp. 6-7; CASTRO, Luís Teixeira de Macedo e, *Algumas palavras a propósito da Revolução de 1640 na data do seu 291.º aniversário*, Oficinas d'*O Setubalense*, Setúbal, 1931; TORRES, Carlos Manitto, *O Patriotismo, Escola do Dever; O Dever, Base Única da Felicidade Colectiva*, Oficinas d'*O Setubalense*, Setúbal, 1932; MELO, Luís de Portugal da Fonseca, *1640 – Conferência pronunciada na sessão solene de 1 de Dezembro de 1933*, Escola Gráfica d'O Setubalense, Setúbal, 1933.

4.1.2. A concretização de uma 'velha aspiração': A reforma administrativa de 22 de dezembro de 1926 e a criação do distrito de Setúbal

> "*A causa última da efectivação da velha aspiração local foi a restauração do concelho de Palmela* […] *e, daí, a necessidade de uma compensação e as consequentes démarches instando pela criação do distrito*."[1310]

Entre os finais de outubro e o início de novembro de 1926, circularam rumores nos bastidores políticos do concelho que o Governo da Ditadura Militar esteve em negociações para a desanexação das freguesias de Palmela e da Marateca com vista à restauração do concelho palmelense, suprimido pela reforma administrativa de 1855. Os boatos ganharam vigor e tornaram-se públicos, repercutindo-se em acesos protestos na imprensa local. O pedido foi formalizado, em 5 de outubro, pela Comissão Pró-Restauração do Concelho[1311], organismo fundado, em 1914[1312].

O administrador do concelho de Setúbal alertou o Governador Civil de Lisboa, major João Luís de Moura, para o *"enormíssimo descontentamento*"[1313] que lavrava entre a comunidade sadina perante esta questão, particularmente devido ao facto do município setubalense não ter sido ouvido pelas entidades competentes sobre esta matéria e por a promulgação do decreto não ser acompanhada pela criação de um distrito a sul do Tejo.

Carlos Botelho Moniz o Ministro do Interior que apenas "*interesses de política partidária*"[1314] reprovaram os pareceres favoráveis das comissões parlamentares, em 1921 e 1922, para que o distrito de Setúbal fosse fundado. Na ótica do edil, os limites geográficos naturais, a área de recrutamento militar e a racionalização da gestão do distrito de Lisboa, que deixava de ficar encarregue por concelhos de elevada densidade populacional eram razões óbvias para concretizar a medida. Requereu, igualmente, ser ouvido pelo mesmo ministro a fim de defender os interesses do município que dirigia.[1315]

[1310] *Lucius*, "Crónica da Quinzena - Distrito de Setúbal" in *Alvorada*, n.º 139 de 20/03/1927, p. 2.
[1311] Composta por individualidades como Joaquim José de Carvalho, Luís Brazão Pereira, Manuel Machado de Oliveira, Vítor Leão Pacheco ou o padre Moisés Silva SILVA, padre Moisés, "Palmela" in *A vila de Palmela*, Oficinas Gráficas das *Terras de Portugal*, Lisboa, 1930, s.p.
[1312] PRATA, Cristina, "Palmela no período republicano (1890-1926)" in *Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela*, n.º 14, C.M de Palmela, Palmela, 2011, p. 6.
[1313] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de telegramas (1923-1927), Telegrama de 03/11/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1314] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 30, Ofício n.º 901 de 04/11/1926 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1315] *Idem*, Ofício n.º 880 de 19/10/1926 enviado pelo Presidente da C.M.S. para o Ministro do Interior.

Como que antecipando que a oficialização da restauração do concelho de Palmela estaria para breve, em 4 de novembro de 1926, uma comissão de 14 indivíduos - que contava com elementos da comissão administrativa, da administração do concelho e do comércio, indústria e jornalismo locais[1316] - deslocaram-se à capital para se reunirem com o Governador Civil de Lisboa e com o líder de Governo, no intuito de formularem o pedido de criação do distrito como compensação.[1317] O Governador Militar de Lisboa era da opinião que o distrito lisboeta era demasiado extenso e que isso gerava dificuldades na administração, sendo favorável à desanexação dos concelhos a sul do Tejo.[1318]

Prosseguindo no desígnio de coagir as autoridades governativas a concretizarem esta reforma administrativa, dois dias depois, o presidente da C.M. de Setúbal remeteu uma circular, dirigida a diversas personalidades ilustres da região para que estas, através da sua influência, pressionassem o Governo no sentido de Setúbal ser compensada pela desanexação das freguesias. No texto era referido que a cidade sofreu "*um profundíssimo golpe no seu mais legítimo orgulho*"[1319], por ter sido retalhada no seu território, e que jamais o concelho se resignaria com a subalternidade em que era colocado. O município ofereceu-se para a financiar os custos da instalação do Governo Civil de Setúbal.[1320]

Em 8 de novembro, para espanto de todos, foi publicado o Decreto-Lei n.º 12615, que restaurou o concelho de Palmela, tendo como argumentos o desenvolvimento económico do seu meio agrícola, o seu crescimento populacional e o facto de não beneficiar com as regalias administrativas de categoria inferior (freguesia).[1321] A legislação destacou que "*nenhum prejuízo causa ao concelho de Setúbal, que per si*

[1316] Membros da comissão: Carlos Botelho Moniz (edil), eng.º José Girão Calheiros, major Afonso Martins Correia Gonçalves, capitão António Nunes Correia, tenente Augusto de Carvalho, Joaquim Ferreira de Sousa Júnior, António Caes Esteves, Óscar Paxeco, João Teixeira, Alberto Alcobia Carriço, José Augusto dos Santos, Lameiras de Figueiredo, Joaquim Bento dos Santos e Alberto Sartóris. CLARO, Rogério Peres, *Um século de ensino técnico-profissional em Setúbal: Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-1998)*, Corlito, Setúbal, 2000, p. 473.
[1317] PINTO, Machado, *Setúbal – Cidade Centenária (1860-1960)*, Rápida de Setúbal, Setúbal, 1966, p. 42.
[1318] RIBEIRO, João Reis, *Histórias da Região de Setúbal e Arrábida*, vol. I, CEB, Setúbal, 2003, p. 185.
[1319] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 30, Ofício n.º 907 de 06/11/1926 enviado pela C.A. da C.M. de Setúbal para diversas figuras ilustres (*e.g.* João Vaz, João Osório de Castro e Oliveira, António Manuel Gamito, António Maria de Sousa, Maria Cândida Parreira, Henrique Osório de Castro, António da Costa Ferreira, Joaquim Pedro Rasteiro, Ruy de Morais Vaz ou João Eloy do Amaral).
[1320] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 30, Cópia de telegrama de 12/11/1926 enviado pela C.M. de Setúbal. A compra do mobiliário necessário foi adquirido à firma *Guerra, Costa e A. Nascimento, Lda*. por 37.200$00. *Idem*, Lv. 31, Ofício n.º 140 de 24/02/1927 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para a firma *Guerra, Costa e A. Nascimento, Lda*.
[1321] Cf. FORTUNA, António Matos, *Extinção e Restauração do Concelho – Um combate singularmente duro*, col. Monografia de Palmela (3), Palmela, Grupo de Amigos de Palmela, 1995.

constitui um dos mais fortes núcleos de trabalho de todo o País"[1322]. Lembrando este momento, Joaquim José de Carvalho, vereador palmelense durante vários anos na C.M. de Setúbal e primeiro edil após a restauração[1323], descreveu uma comunidade que viveu longos anos algemada, sob o jugo sadino, e remetida ao desprezo no que concerne a melhoramentos: "*Sequestrada a nossa autonomia e perdida a condição de povo livre*, *passámos desde logo a sermos administrados por Setúbal* [...] *começamos logo a sentir os nocivos efeitos resultantes do abandono e esquecimento, provenientes da administração de estranhos*"[1324]. Elogiou o «paladino» do feito, o general Amílcar Mota por ter convencido o Ministro do Interior a assinar o decreto.

A comissão administrativa setubalense nomeada pela ditadura não compreendeu a decisão, uma vez que solicitou sucessivas audiências junto do Governo para que esta matéria fosse resolvida com proveito para todas as partes. Mais importante, do ponto de vista da jurisdição administrativa, o concelho de Setúbal foi reduzido geograficamente, prejudicado na sua "*expansão urbanística natural*" a leste e gerou-se uma "*enorme desproporção territorial do novo concelho*"[1325] por comparação ao sadino.

As críticas multiplicaram-se, essencialmente n'*O Setubalense e* n'*A Indústria*, garantindo que compreendiam os desejos dos palmelenses, mas a terceira mais populosa cidade do País não poderia sair lesada deste «roubo», exigindo-se a criação de um novo distrito, com sede no único concelho de 1.ª ordem abaixo do rio Tejo.[1326] Os fabricantes conserveiros propuseram o conhecido médico da cidade, Fernando Garcia, para ocupar o cargo de 1.º Governador Civil de Setúbal, realçando as suas qualidades morais e intelectuais.[1327] Joaquim Brandão, antigo deputado eleito pelo círculo de Setúbal, regressou aos artigos de opinião no meio jornalístico local, legitimando a tese de que o novo distrito era uma consequência natural da evolução desta zona de Portugal.[1328]

[1322] Decreto-Lei n.º 12615 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 250 de 08/11/1926.
[1323] PRATA, Cristina, "Joaquim José de Carvalho (1895-1975) na história do concelho de Palmela. Contributo para um estudo" in *Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela*, n.º 12, C.M de Palmela, Palmela, 2010, pp. 1-4.
[1324] CARVALHO, Joaquim José de, "A velha e secular Palmela" in *A vila de Palmela*, Oficinas Gráficas das *Terras de Portugal*, Lisboa, 1930, s.p.
[1325] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 30, Ofício n.º 913 de 10/11/1926 enviado pela C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1326] Foi noticiado que as populações de Águas de Moura não desejavam permanecer ligadas a Palmela. RIBEIRO, João Reis, *Histórias da Região de Setúbal e Arrábida*, vol. I, CEB, Setúbal, 2003, p. 186.
[1327] "O futuro Governador Civil de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 174 de 12/11/1926, p. 1.
[1328] BRANDÃO, Joaquim, "Uma opinião que se regista: «A terceira cidade de Portugal é hoje, indiscutivelmente, Setúbal»" in *A Indústria*, n.º 174 de 12/11/1926, p. 1.

No decorrer das semanas seguintes, informalmente, o Governo terá dado conta aos dirigentes camarários e aos repórteres setubalenses de que a reforma administrativa estaria para breve. *O Setubalense*, um mês depois da restauração do concelho de Palmela, escreveu uma carta aberta ao Presidente da República e à elite governativa, destacando que a "*demora da publicação do decreto a que nos vimos referindo, gera desânimo e prejudica a Situação de que V. Exa. são lídimos representantes*"[1329]. Nas conversas de café, nos bancos de jardim, nas mercearias ou nas fábricas de conservas, a menos de uma semana da efetiva materialização do distrito de Setúbal, duvidava-se da sua concretização: "*Parece, mau grado o alarido que ainda fazem certos corifeus, que a ideia do distrito de Setúbal está morta e bem enterrada nas esferas governativas*"[1330].

Em 22 de dezembro de 1926, a ditadura respondeu a um dos mais velhos apelos da população sadina: desanexava os concelhos de Almada, Aldeia Galega (hoje Montijo), Alcochete, Alcácer do Sal, Barreiro, Grândola, Moita, Santiago do Cacém, Setúbal, Sines e Palmela do distrito administrativo de Lisboa, congregando-os num novo distrito. Era a reparação de "*um grande erro*"[1331]. Num extenso preâmbulo, o legislador fez questão de enumerar os motivos para esta medida de impacto nacional. Foi evocada a homogeneidade étnica e cultural dos residentes a sul do Tejo, a necessidade de se racionalizar a gestão administrativa do distrito de Lisboa, a densidade populacional dos concelhos referidos, as diferentes mais-valias subjacentes à descentralização e ao descongestionamento dos serviços públicos ou a pequena despesa para o Tesouro Público.

Para se tornar sede de distrito, Setúbal foi escolhida pela sua importância demográfica, industrial e comercial, realçando-se as suas ligações ferroviárias e fluviais: "*Considerando que a cidade de Setúbal, terra republicana por excelência, tem jus a que o regime a encare com atenção e carinho, facultando-lhe a categoria e as honras a que, por todos os títulos, tem direito*"[1332]. Nas palavras de Albérico Afonso Costa, "*a pressão das elites locais, legalistas, desde a primeira hora, dava os seus frutos*"[1333]. O governo ditatorial não podia perder o apoio do município da terceira maior cidade do País.

[1329] "Carta aberta aos Excelentíssimos Srs. Presidente da República, Ministro do Interior e demais membros do Governo, sobre a criação do distrito de Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 2795 de 08/12/1926, p. 1.
[1330] "O distrito" in *A Indústria*, n.º 179 de 17/12/1926, p. 1.
[1331] MONIZ, Carlos Botelho, *Distrito ou Província? Notas à margem do art.º 124.º da nova Constituição Política da República Portuguesa*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, p. 15.
[1332] Decreto-Lei n.º 12870 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 287 de 22/12/1926. Para efeitos fiscais foi considerado distrito de 2.ª classe. Decreto-Lei n.º 13307 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 60 de 23/03/1927.
[1333] COSTA, Albérico A., "A criação do distrito de Setúbal: elites locais contra a restauração de Palmela (1926)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020.

A pequena-média burguesia e a aristocracia política e intelectual associadas ao novo regime enalteceram que foram os homens saídos do 28 de Maio, e não os da monarquia ou da República Parlamentar, que colocaram termo a este histórico anseio regional. Os industriais conserveiros interpretaram a publicação do decreto como um exemplo dos benefícios de uma ditadura militar, que se colocava acima dos longos debates e da "*tirania dos partidos*"[1334]. Em celebração, a Associação Comercial e Industrial de Setúbal hasteou as suas bandeiras e instou por uma audiência junto do Ministro do Interior para agradecer em nome das forças vivas.[1335] *O Setubalense* destacou, que, ao fim de 40 anos, Setúbal conquistou a sua maior aspiração, encontrando nos governantes em funções quem lhe tivesse feito justiça.[1336]

A figura do general Luís Domingues, Governador Militar de Lisboa, foi determinante para esta reforma, sendo mesmo apelidado de "*tábua de salvação*"[1337]. Em Leiria, o advogado António Manuel Gamito – que tornar-se-ia Governador Civil de Setúbal (1934-1935) e reitor do Liceu de Setúbal (1929-1950)[1338] – garantiu que foi este oficial do Exército "*quem moveu todas as dificuldades, removeu todos os obstáculos e inércias*"[1339]. Por iniciativa da Junta de Freguesia de Bocage, o executivo municipal aprovou, em reunião com os representantes de cada freguesia, uma moção que estipulava que uma das Praças de Setúbal tivesse o nome do General Luís Domingues[1340], homenageando toda a sua ação em prol da criação do distrito de Setúbal.[1341]

A placa que perpetuou este general na toponímia da cidade foi descerrada, em 3 de março de 1927, junto ao Parque do Quebedo, no âmbito da tomada de posse do 1.º Governador Civil de Setúbal, o juiz Miguel Homem de Sampaio e Melo. **[Tabela – Lista ordenada dos Governadores Civis do Distrito de Setúbal (1927-1942)]** A celebração da criação do distrito permitiu conjugar diversas homenagens, tendo decorrido sessões solenes nos Paços do Concelho e no Asilo Bocage.[1342]

[1334] "O distrito de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 180 de 24/12/1926, p. 1.
[1335] "O distrito de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 181 de 31/12/1926, p. 1.
[1336] "Salvé Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 2806 de 28/12/1926, p. 1.
[1337] FIGUEIREDO, Lameiras, "Para a frente!" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 10 de 03/03/1927, p. 1.
[1338] FIGUEIRA, Manuel Henrique, *Liceu de Bocage – Setúbal: Histórias e Memórias (1857-1974)*, Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 2007, pp. 59-61.
[1339] GAMITO, António Manuel, "O distrito IV" in *A Indústria*, n.º 189 de 25/02/1927, p. 1.
[1340] Este visitou as instalações da SAPEC e a praça da cidade, que recebeu o seu nome, em 6 de janeiro de 1927. "Visitas oficiais e particulares" in *A Indústria*, n.º 183 de 14/01/1927, p. 1.
[1341] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 52, Lv. 10, Ata da sessão de 30/12/1926 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, pp. 85v.
[1342] Discursaram, entre outros, Francisco de Paula Borba, o professor António Manuel Gamito, Mário Caes Esteves ou o Governador Civil. "Setúbal em festa" in *A Indústria*, n.º 190 de 04/03/1927, p. 1.

O juiz, nomeado para a mais alta posição do distrito no dia 15 anterior, exercia funções na comarca de Setúbal há alguns anos[1343] e foi convidado para o cargo no decurso de uma festa no Clube Setubalense.[1344] Permaneceu como Governador Civil até maio de 1928[1345], data em que foi nomeado Juiz das Execuções Fiscais, cargo que gerava incompatibilidade com a função pública, e numa fase em que a sua saúde estava «abalada».[1346] Foi a segunda opção apontada pelo município e juntas de freguesia, uma vez que o tenente Augusto de Carvalho foi proposto inicialmente, tendo sido recusado por ter uma patente baixa e ser demasiadamente novo.[1347]

O histórico republicano e deputado Joaquim Brandão foi intencionalmente marginalizado das festividades. Para além de não ter sido convidado a integrar as cerimónias relativas à criação do distrito, foi estrategicamente omitido nos discursos, simbolizando um evidente corte com o passado demoliberal. Tratou-se de uma injustiça, uma vez que foi o elemento que, no decurso dos dezasseis anos da República, apresentou consecutivamente projetos de lei, visando a reforma administrativa, textos que estiveram na génese da redação do decreto publicado.[1348] A mágoa de Joaquim Brandão está presente, num dos seus últimos textos publicados na imprensa local (faleceu em outubro seguinte): "*A citação do meu nome, tão cuidadosamente esquecido, até por amigos meus, nas hossanas congratulatórias a que a grande reivindicação setubalense deu lugar*"[1349]. António Manuel Gamito foi o único que o recordou, tendo também lembrado o papel de António Maria de Campos Rodrigues e do jornal *O Distrito*, periódico fundado, em 1886. Apenas após a sua morte, Joaquim Brandão foi homenageado pelo município, em conjunto com o monárquico António José Baptista, ao serem descerrados quadros de ambos no salão nobre dos Paços do Concelho.[1350]

A concretização da criação do distrito de Setúbal significou a centralização da vida administrativa, estreitando relações comerciais e industriais, facilitou o contato com

[1343] "Governador Civil de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 188 de 18/02/1927, p. 1.
[1344] MONIZ, Carlos Botelho, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927*, Tip. Albino & C.ª. Setúbal, 1927, p. 23.
[1345] ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão da Informação e Documentação, Organização e Recuperação, Registo de Correspondência Expedida, Lv. 'Copiador de correspondência expedida pela 1.ª secção', Ofício n.º 380 de 05/05/1928 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1346] MELO, Miguel de Sampaio e, "À população de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 252 de 11/05/1928, p. 2.
[1347] "Tenente Augusto de Carvalho" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 2 de 17/02/1927, p. 2.
[1348] A legislação foi escrita por João Vitorino Mealha, que se tornou secretário do Governo Civil de Setúbal. SILVEIRA, Luís Lopes da, *Anotações ao Livro «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal»: Subsídios para a história de Setúba*l, Cópia dactilografada, Setúbal, 1942, p. 12.
[1349] BRANDÃO, Joaquim Brandão, "Uma carta" in *A Indústria*, n.º 190 de 04/03/1927, p. 2.
[1350] "Homenagens" in *Sado-Reclame*, n.º 46 de 21/11/1929, p. 1.

o Governo, através da figura do Governador Civil, potenciou um policiamento mais eficiente por obrigar à fundação de um comando distrital da PSP e, não menos importante, trouxe consigo serviços públicos de peso para a cidade.[1351] Para auxiliar o município nos custos a este processo e ao pagamento de salários do recém-criado Comissariado Distrital de Setúbal da PSP, foi aberto um crédito especial de 281 762$83.[1352]

A instalação do Governo Civil de Setúbal acarretou dificuldades a um concelho que tinha os seus Paços do Concelho provisoriamente acomodados no Liceu de Bocage, desde a revolução de 1910. No rés-do-chão funcionavam o Liceu e a Escola Industrial e Comercial, enquanto no 1.º piso se encontravam as repartições municipais, a biblioteca e o salão nobre.[1353] Em virtude desta sobrelotação, e para garantir a inclusão dos escritórios do Governo Civil, o registo civil teve que ser transferido deste edifício para a Casa do Corpo Santo.[1354] Os alunos da cidade ironizaram perante esta decisão[1355]: "*no monstruoso edifício caberia à vontade a Praça de Bocage com o competente edifício, candeeiros, o histórico chafariz...*"[1356] A Escola Comercial e Industrial, também ali interinamente, era obrigada a malabarismos para ministrar aulas a uma média de 350 jovens, não existindo um gabinete para o seu diretor.[1357] As repartições do Governo Civil de Setúbal apenas foram transferidas para o edifício da Junta Geral do Distrito de Setúbal, que funcionava na antiga fábrica de Albert Rouillé, em 6 de outubro de 1936.[1358]

Passado o tempo das celebrações, surgiu alguma tensão entre os municípios de Palmela e de Setúbal em torno da definição dos limites administrativos. A edilidade sadina julgou que a primeira cobrou indevidamente impostos em território que não lhe pertencia, apontando o dedo à ausência de definição dos limites geográficos nos decretos de 1926: "*lugares há onde a linha divisória actual aparece confusa, dando ocasião a inconvenientes graves, às vezes até com manifesto desprestígio para a acção de qualquer*

[1351] MONIZ, Carlos Botelho, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1927, p. 10.
[1352] Decreto-Lei n.º 13323 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 62 de 25/03/1927.
[1353] CLARO, Rogério, *Um século de ensino técnico-profissional em Setúbal: Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-1998),* Corlito, Setúbal, 2000, p. 212.
[1354] GAMITO, António Manuel, "O nosso Liceu" in *A Indústria*, n.º 234 de 06/01/1928, p. 1.
[1355] *Carmo* (pseudónimo), "A nossa escola" in *A Ratazana*, n.º 59 de 22/01/1927, p. 1.
[1356] "Buzina" in *Alma Académica*, n.º 2 de 25/02/1927, p. 2.
[1357] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Cx. 137, Lv. 1 - Copiador de ofícios expedidos a diversas entidades da Administração Central, Ofício s/ref.ª de 04/04/1927 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Comércio.
[1358] Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 758 de 01/10/1936, p. 3.

dos municípios e prejuízo avultado dos seus rendimentos"[1359]. Dias após a criação do distrito, a Junta de Freguesia de Sta. Maria da Graça (Setúbal) requisitou formalmente uma ratificação das suas fronteiras, aspeto que reconfigurou alguns dos limites da freguesia de Bocage. Em fevereiro de 1928, o Governo estabeleceu novas linhas divisórias para as freguesias e os concelhos de Setúbal e de Palmela.[1360] Esta questão trouxe problemas posteriormente.[1361]

No plano desportivo, a criação do distrito de Setúbal representou uma outra revolução, designadamente no universo futebolístico. Em maio de 1927 foi criada a Associação de Futebol de Setúbal, desanexando todos os clubes da associação lisboeta[1362]: "*A criação da AFS* [...] *marcou à nossa cidade o lugar que há muito legitimamente lhe pertencia no concerto do futebol português*"[1363]. No meio de todos os clubes do novo distrito, encontrava-se o último campeão de Lisboa, o Vitória Futebol Clube de João dos Santos e Armando Martins.[1364] Para o grande *sportsman* da época, Cândido de Oliveira, era indiscutível que a criação do Campeonato Distrital de Setúbal representava "*prejuízos de vária ordem*"[1365] aos clubes que foram empurrados para fora da competição lisboeta, promovendo maior competitividade no plano nacional. Nem tudo foram rosas. Em 1930, dois clubes do Barreiro desfiliaram-se da associação, sabendo que apenas o tinham integrado "*obrigados pelas circunstâncias*"[1366]. Por esta altura, também se destacava, no clube sadino, Oceana Zarco, a primeira ciclista portuguesa, que vendeu a III Volta a Lisboa (1926), a I Volta ao Porto (1926) e a I Volta a Setúbal (1929).[1367]

[1359] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 2.ª Rep., Mç. 501, Cx. 72, Lv. 85, Ofício n.º 1.246 de 21/11/1927 enviado pelo Presidente da C.A. da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1360] Decreto-Lei n.º 15004 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 34 de 10/02/1928. Cf. FERREIRA, Diogo, *Breve História da Freguesia de São Sebastião – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2021, pp. 39-40.
[1361] O debate reacendeu, em 1929, devido a dúvidas relativamente às herdades de Agualva e Cajados. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 38, Ofício n.º 25 de 08/07/1929 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal. O mesmo voltou a suceder, em 1938, junto à Fonte dos Cavaleiros. ANTT, Ministério do Interior (inc. 2002), DGAPC, 1ª Rep., Correspondência recebida, Mç. 237, NT 602, Lv. 85, Ofício n.º 313 de 22/02/1938 enviado pelo Presidente da C.M.S. para o Governador Civil de Setúbal.
[1362] SCARPA, Eupremio; SILVA, João Santana da, *Um Bairro, Um Clube – 100 anos de História: São Domingos Futebol Clube*, Rainho & Neves, Santa Maria da Feira, 2022, pp. 52-53.
[1363] Associação de Futebol de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1927-1928*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1928, s.p.
[1364] LOPES, Madureira, *Vitória – Do Nascimento à Glória*, Livraria Hemus, Setúbal, 2003, p. 42. Cf. FORTUNA, António de Matos, *Um distrito sob o signo do futebol – 75.º aniversário da Associação de Futebol de Setúbal*, AFS, Setúbal, 2002.
[1365] OLIVEIRA, Cândido, "Um artigo notável de Cândido de Oliveira" in *Setúbal-Sports*, n.º 1 de 03/10/1927, p. 1.
[1366] Associação de Futebol de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1930-1931*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1931, s.p.
[1367] VILAR, Anita, *Panorama de uma história local no feminino*, CEB, Setúbal, 2013, p. 206.

4.1.3. O 'longo' mandato de Carlos Botelho Moniz: entre a estabilidade política e um projeto de modernização (1926-1930)

> "*Nós andámos dispersos, desunidos até à hora em que encontrámos, como orientadora, a vontade firme e enérgica do dr. Botelho Moniz"*[1368].

A comissão administrativa da C.M. de Setúbal saída do 28 de Maio herdou um considerável passivo dos sucessivos executivos camarários do Partido Democrático, assumindo a impossibilidade do município em liquidar, no curto prazo, as centenas de contos exigidas pelos seus credores.[1369] Carlos Botelho Moniz traçou como política prioritária a reestruturação financeira em todas as frentes camarárias, gestão que foi considerada pela imprensa como "*ultra severa*", "*rígida e férrea*"[1370]. O edil tomou a iniciativa de reduzir os salários de todos os funcionários em 15%[1371]: "*ou manter os ordenados tal qual estavam, e então a impossibilidade da Câmara em os pagar, ou reduzi-los*"[1372]. Antecipou a taxa regressiva, aplicada a todos os funcionários públicos, no âmbito da «ditadura financeira» salazarista.[1373]

A remodelação e modernização dos quadros do funcionalismo público municipal foi uma das questões que mereceu maior atenção por parte da administração de Carlos Botelho Moniz, por considerar existir uma inconveniente distribuição dos recursos humanos pelos diferentes departamentos.[1374] Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 12332 reduziu significativamente o número de funcionários, colocando 21 efetivos, considerados desnecessários ao serviço, em regime de "*inatividade transitória*"[1375] e a receberem 2/3 do vencimento. Outros 17 trabalhadores passaram à situação de adidos.[1376]

Parte do trabalho manual ou animal foi substituído pelo mecânico e a corporação da Polícia Cívica foi extinta (por criação do comando distrital da PSP de Setúbal),

---

[1368] PAXECO, Óscar, "Uma homenagem: O homem que fez tudo" in *O Setubalense*, n.º 3791 de 26/07/1930, p. 1.
[1369] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 30, Ofício n.º 856 de 23/10/1926 enviado pelo Presidente da C.M. de. Setúbal para o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal.
[1370] PEREIRA, L., "Vida nova" in *A Indústria*, n.º 173 de 05/11/1926, p. 1.
[1371] "Vida local" in *Alvorada*, n.º 139 de 20/03/1927, p. 2.
[1372] "A reorganização dos serviços municipais" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 38 de 05/04/1927, p. 1.
[1373] TELO, António José, "A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932" in Análise Social, vol. XXIX (128), ICS, Lisboa, 1994, pp. 787-793
[1374] MONIZ, Carlos Botelho, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927*, Tip. Albino & C.ª. Setúbal, 1927 p. 6.
[1375] Decreto-Lei n.º 12332 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 208 de 18/09/1926.
[1376] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1.ª Rep, Mç. 139, Cx. 34, Lv. 76 (1929), Ofício n.º 490 de 02/06/1928 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro do Interior.

permitindo, no cômputo geral, uma poupança anual de cerca de 1250 contos aos cofres municipais. O único aspeto que veio em contraciclo com esta política foi a obrigatoriedade de as câmaras municipais receberem os funcionários das administrações do concelho, extintas em janeiro 1928, não sem o veemente protesto do edil.[1377] A acompanhar estas medidas, em duas ocasiões distintas (1927 e 1930), os serviços municipais foram alvo de reestruturações orgânicas, tendo sido criado setores de estatística e de arquivo geral e cadastro e alterado o funcionamento do cemitério.[1378]

As opções tomadas pela comissão administrativa nomeada pela ditadura, para além de adotar estratégias que contrastassem inteiramente com as críticas de despesismo praticadas pelo Partido Democrático e romper com antigas redes clientelares, teve como intenção legitimar a posição do executivo junto do Governo. Para isso reformou, também, a Caixa de Reformas, Pensões e Socorros do Pessoal da C.M. Setúbal, transformada em Caixa de Pensões, Assistência e Crédito do Pessoal da C.M. de Setúbal[1379]. Pelo meio, promoveu uma pequena revolução toponímica, cortando com a memória libertária ao substituir o nome da Praça Francisco Ferrer por Praça Teófilo Braga[1380] ou a Rua Rodrigo Soriano por Rua Pereira Cão.[1381]

Ainda que a primazia fosse dada à urgente necessidade de reequilibrar as finanças da C.M. de Setúbal, existia o manifesto desejo de concretizar um vasto programa de obras públicas e suprir várias necessidades do concelho, designadamente edificar novas escolas, renovar o sistema de abastecimento de água[1382], substituir o matadouro ou ampliar os mercados de abastecimento.[1383]

[1377] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1.ª Rep., Mç. 133, Cx. 28, Lv. 75 (1928), Ofício n.º 40 de 03/02/1928 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para Diretor-Geral da DGAPC.
[1378] C.M. de Setúbal, *Organização dos Serviços Municipais*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1927. C.M. de Setúbal, *Organização dos Serviços Municipais*, Tip. Simões, Setúbal, 1930. C.M. de Setúbal, *Regulamento do Cemitério do Campo do Repouso*, Tip. Albino, Setúbal, 1927.
[1379] C.M. de Setúbal, *Estatutos da Caixa de Pensões, Assistência, e Crédito do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1927, pp. 2-8.
[1380] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Editais, Cx. 80, Mç. 1, Edital de 18/02/1928 emitido pelo Presidente da C.M. de Setúbal.
[1381] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, "Setúbal e os alvores do republicanismo" in *Setúbal – 1909: A cidade e o congresso do Partido Republicano*, C.M de Setúbal, Setúbal, 2009, p. 41. Em 1933, foi criada uma comissão de toponímia composta por António Nunes Correia, Arronches Junqueiro e José Maria da Rosa Albino. Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 673 de 01/03/1933, p. 1.
[1382] Em 1934, em Setúbal, a "*rede de distribuição de águas existente é insuficiente e está em mau estado, necessitando de ser substituída*". Ministério das Obras Públicas e Comunicações, *Inquérito sobre o abastecimento de águas e saneamento das sedes dos concelhos do País realizado pela comissão de engenheiros nomeada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações por portarias de 12 de Janeiro e 23 de Maio de 1934*, s.e., Lisboa, 1934, p. 2.
[1383] MONIZ, Carlos Botelho, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927*, Tip. Albino & C.ª. Setúbal, 1927, pp. 7-12.

Para que a visão de Carlos Botelho Moniz tivesse efeito, e não se repetissem as promessas vazias dos mandatos anteriores, o executivo contraiu dois empréstimos bancários junto da C.G.D., em 1927 (5 mil contos) e em 1929 (2 mil contos), tendo em mente uma "*obra de regeneração financeira e económica*"[1384]. A génese deste plano previa a assinatura de um grande empréstimo de 10 mil contos tendente à renovação do sistema de esgotos e de saneamento público (7 mil contos), à construção de armazéns gerais, oficinas e parques de viaturas (380 mil escudos), à reparação de estradas e outras vias (500 mil escudos), a abertura de novas avenidas (1500 contos) e ao pagamento integral do passivo municipal (620 mil escudos).[1385] À data, a C.M. de Setúbal contava com dois empréstimos: 1.º - Crédito Predial, assinado em 1903, e praticamente liquidado; 2.º - C.G.D., de 1916, para as obras de reestruturação do porto.[1386]

O executivo liderado por Carlos Botelho Moniz aproveitou a visita presidencial de Óscar Carmona e de diversos elementos do Governo a Setúbal, em 10 de abril de 1927, para descrever em pormenor o seu programa de melhoramentos para o concelho, acrescentando a relevância política de se dar início à reconstrução dos Paços do Concelho e dar espaço às repartições municipais. Foi reforçada, igualmente, a premência da reestruturação da área portuária e de se dotar a Junta Autónoma dos respetivos fundos necessários.[1387] Neste mesmo dia foi lançada a 1.ª pedra do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, no Campo do Bonfim.[1388] Os gastos com esta visita (15 mil escudos) foram muito mais baixos que os que foram dispensados aquando da vinda de Teixeira

[1384] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 36, Ofício n.º 914 de 04/04/1929 enviado pelo Presidente da C.A. da C.M.S. para o Ministro das Finanças.

[1385] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Cx. 137, Lv. 1 - Copiador de ofícios expedidos a diversas entidades da Administração Central, Ofício s/ref.ª de 08/04/1927 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.

[1386] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 30, Ofício n.º 559 de 21/08/1926 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para a Caixa Geral de Depósitos.

[1387] "O porto de Setúbal" e "Visita do Chefe do Estado" in *A Indústria*, n.º 195 de 08/04/1927, pp. 1-2. SILVA, Artur, "Visitantes ilustres – Setúbal foi a terra que menos pediu e a que mais garantias ofereceu" in *A Indústria*, n.º 196, de 15/04/1927, p. 1.

[1388] FERREIRA, Diogo; SOUSA, Pedro Marquês de, *Os combatentes do concelho de Setúbal na Grande Guerra em França (1917-1918)*, Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes, Montijo, 2017, p. 174. Em 20 de abril de 1928, dois sócios da Agência de Setúbal da Liga dos Combatentes da Grande Guerra solicitaram autorização para oferecerem um poste em madeira para ser colocado no local destinado a este monumento por considerarem que estavam a "*interpretar os sentimentos patrióticos de todos os combatentes, que veem com bastante mágoa como ainda se encontra as obras* [...] *pois que ainda não passou da primeira pedra*". Arquivo Histórico do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes [AHNSLC], Pasta n.º 2 (Correspondência recebida, 1927-1928), Carta de 20/04/1928 enviada por Bernardino Américo Martins e José Duarte Ferreira à Agência de Setúbal da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Gomes (64 mil escudos), lógica que Carlos Botelho Moniz enalteceu para criticar o despesismo dos democráticos.[1389]

A Caixa Geral de Depósitos apresentou reservas quanto ao valor requisitado pelo município, não desejando ultrapassar os 3 mil contos. A deliberação foi contestada junto do Presidente da República, procurando-se ascender aos 5 mil contos, tendo as receitas camarárias como garantia.[1390] Os orçamentos previstos inicialmente foram ajustados, de acordo com a quantia atribuída: 620 000$00 para o pagamento do passivo; 500 000$00 para reparações de vias de comunicação; 380 000$00 para a construção de armazéns gerais, oficinas e parque de viaturas; 3 500 000$00 para expropriações, obras nos sistemas de esgotos e saneamento, abertura de novas avenidas, investimento no abastecimento de água e para a concretização do fornecimento de energia elétrica.[1391]

Em 8 de julho de 1927, a C.G.D. e a C.M. de Setúbal assinaram a escritura, que previa o empréstimo de 5 mil contos, facto considerado pela opinião pública setubalense como o segundo triunfo da 1.ª comissão administrativa da ditadura. Nesta ocasião, devido aos consideráveis custos gerados pela instalação do Governo Civil de Setúbal (50000$00), pelos encargos com a habitação dos magistrados do Ministério Público (60000$00) e com a edificação de um quartel para os bombeiros municipais (150000$00), mais de 200 mil escudos foram transferidos daquela verba.[1392] Cerca de um ano depois, a comissão administrativa requereu autorização para redistribuir os valores definidos no seu plano de obras públicas, alegando como sendo de «indispensável urgência» a ampliação do Mercado do Livramento, o começo da reconstrução dos Paços do Concelho e o reforço das verbas para a exploração e distribuição da energia elétrica.

O novo mercado respondia aos apelos públicos para se encerrar o 'barracão' (mercado agrícola), dar resposta às necessidades de consumo da comunidade, e, ao mesmo tempo, potenciar uma nova fonte de receita municipal, proveniente do aluguer dos postos de venda.[1393] O arq.º Raúl Lino chegou a ser sondado para se encarregar da

[1389] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 122.
[1390] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 3, Ofício n.º 432 de 16/05/1927 enviado pelo Presidente da C. M. de Setúbal para o Presidente da República.
[1391] MONIZ, Carlos Botelho, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1927, p. 29.
[1392] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1.ª Rep., Mç. 131, Cx. 26, Lv. 75, Ofício n.º 1.303 de 09/12/1927 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1393] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Copiadores de Correspondência Expedida, Lv. n.º 149, Ofício s/ref.ª de 06/07/1928 enviado pelo Diretor-Geral da DGAPC para o Governador Civil de Setúbal.

obra[1394], mas quem dirigiu os trabalhos, numa primeira fase, foi o eng.º Francisco Trigo Barreiros e, mais tarde, o arq.º Able Pascoal.[1395] Antes do início da execução do projeto, o executivo expropriou, por motivos de utilidade pública, diversas lojas que situavam nas imediações do velho edifício[1396] e adquiriu terrenos, um muro de vedação e outros direitos à firma *Ferdinand Garrec & C.ª Sucs*.[1397] O Mercado do Livramento foi inaugurado, em 10 de julho de 1930, dias antes da abertura da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal.[1398] Foi construído em estilo *Art Déco*, após a demolição da estrutura original, em 1927, e decorado com azulejos da autoria de Pedro Jorge Pinto.[1399].

A reedificação dos Paços do Concelho encontrava-se no topo das prioridades de Carlos Botelho Moniz, que desejava cicatrizar a ferida que representavam as ruínas do antigo edifício, na Praça de Bocage, e descongestionar a sobrelotação das instalações do Liceu. Partindo do anteprojeto desenhado pelo eng.º Carlos Manitto Torres – de 1320 m^2 e que mantinha a arcada exterior - e pedido pelo edil Francisco Fernandes, em 1924, o renomeado arq.º Raúl Lino foi contratado pela C.M. de Setúbal "*para que se saiba também que esta Comissão Administrativa quis ligar a essa obra o nome ilustre de um dos nossos mais brilhantes arquitectos*"[1400]. Em 21 de junho de 1928, o arquiteto remeteu o projeto final, que satisfez em pleno o «modo de ver» do executivo municipal.[1401] Este sofreu alterações, em agosto de 1933, por conveniência dos serviços camarários.[1402]

[1394] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 30, Ofício n.º 864 de 16/10/1926 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o arq.º Raúl Lino.

[1395] "O Mercado do Livramento" in *A Mocidade*, n.º 793 de 15/03/1938, p. 1.

[1396] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1.ª Rep., Mç. 139, Cx. 34, Lv. 76, Ofício n.º 456 de 24/05/1928 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro do Interior.

[1397] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 41, Ofício s/ref.ª de 16/04/1930 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro das Finanças.

[1398] O regulamento dos mercados foi aprovado no final de outubro, proibindo a venda de géneros nas imediações. C.M. de Setúbal, *Regulamento dos Mercados Municipais*, Tip. Albino, Setúbal, 1930, p. 10.

[1399] ALCÂNTARA, Ana, "Inauguração do novo edifício do Mercado do Livramento (1930): Um espaço inevitável da vida popular sadina" in *Setúbal no Centro do Mundo – 165 anos do jornal O Setubalense,* org: COSTA, Albérico Afonso, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 93-94.

[1400] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 35, Ofício n.º 330 de 23/06/1928 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o arquiteto Raúl Lino.

[1401] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930),* Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 125.

[1402] Alterações principais: redução do salão nobre e do pátio interior para conceber gabinetes adicionais; alteração da disposição de aposentos; garantir a instalação da delegação de saúde e facilitar o acesso do público (sala de sessões passou do ângulo norte nascente para o sul nascente). ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 103, Lv. 52 (1933-1934), Ofício n.º 171 de 09/08/1933 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Diretor-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Para financiar a reconstrução, o edil propôs que o Estado adquirisse o edifício do Liceu de Bocage por 1800 contos. Na sua exposição recordou que o município tinha direito indemnizações, uma vez que a segurança pública não foi mantida na revolução de 1910: "*arruaceiros profissionais, arrastando numerosos idealistas, assaltaram o velho e histórico edifício dos Paços do Concelho de Setúbal, incendiando-o em seguida*"[1403]. Pela dimensão do futuro edifício, um prédio pertencente ao Duque de Palmela foi expropriado e demolido, abrindo uma rua entre a Travessa de Nenhures e a Rua dos Correeiros.[1404]

Foi no âmbito destes projetos que foi solicitado o segundo empréstimo à C.G.D. de 2 mil contos destinado ao término do novo Mercado do Livramento, à conclusão da instalação da rede elétrica e para o prosseguimento da reedificação dos Paços do Concelho. Como garantias, para além das receitas provenientes da taxa *ad-valorem* e do adicional das contribuições gerais do Estado, o executivo apresentou os 200 contos provenientes do aumento do imposto sobre o vinho de $20 para $25. O empréstimo foi autorizado, em 11 de novembro de 1929, e assinado em 13 de fevereiro de 1930.[1405]

Numa tentativa de legitimar a própria coordenação autárquica e obter o aval para este empréstimo, a comissão administrativa realçou o conjunto de obras concluídas através do empréstimo de 1927: a) pagamento integral de todo o passivo; b) transformação do serviço de limpeza, passando a utilizar transportes mecânicos; c) aquisição de automóveis para os serviços de salvação pública; d) abertura de novas avenidas; e) diversas expropriações; f) construção de um edifício para os serviços municipalizados; g) conclusão do aterro do Campo do Bonfim para se projetar um parque; h) construção de uma escola primária no Bairro Salgado; i) ajardinamento de algumas praças; j) auxílio ao Estado na reparação da estrada para o Outão; k) início da reconstrução dos Paços do Concelho; l) compra do terreno para o futuro matadouro municipal; m) assinatura do contrato com a S*ociété des Mines da Borralha*.[1406]

[1403] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Cx. 137, Lv. 1 - Copiador de ofícios expedidos a diversas entidades da Administração CentraL, Ofício s/ref.ª de 28/03/1927 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.

[1404] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 34, Ofício n.º 414 de 06/07/1928 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para João António Carvalho e Oliveira.

[1405] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 39, Ofício n.º 189 de 13/11/1929 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Administrador-Geral da Caixa Geral de Depósitos.

[1406] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 36, Ofício n.º 902 de 22/03/1929 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Administrador Geral da Caixa Geral de Depósitos.

A administração municipal de Carlos Botelho Moniz, perante a concretização deste vasto plano de obras públicas, foi tremendamente elogiada e propagandeada pela imprensa local. O simples facto de ter editado um relatório e contas, que não era realizado há vários anos, transmitiu uma sensação de transparência. Em abril de 1930, foi colocado, "*por conveniência urgente de serviço*"[1407], como delegado do Procurador da República na comarca de Moura, obrigando-o a regressar aos quadros da magistratura. Em virtude da preparação da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal, da inauguração da luz elétrica e do início das obras do porto de Setúbal, o Governador Civil requereu que o edil permanecesse em funções por três meses.[1408] O seu pedido de demissão de presidente da C.M. de Setúbal foi formalizado ainda durante a exposição mencionada, momento mais alto do seu mandato. Na reunião do executivo, de 5 de agosto de 1930, comunicou aos restantes vereadores que a sua hora tinha chegado, tendo-lhe sido pedido que se mantivesse, pelo menos, na Comissão Central das Festas.[1409]

As despedidas decorreram num clima de panegírico. O executivo louvou unanimemente o edil "*pela maneira extraordinariamente brilhante como se desempenhou no cargo de presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal*"[1410] e foi organizado um banquete de homenagem, no Asilo Bocage, em que discursaram altas personalidades da elite local.[1411] Em 7 de setembro de 1930, lastimando a nomeação, o Governador Civil de Setúbal exonerou-o, enfatizando o "*zelo, abnegação, bom senso, competência, inteligência e acentuado patriotismo*"[1412] de um autarca que, na sua ótica, transformou a cidade, tornando-a num exemplo de progresso.

O seu familiar direto, o eng.º José Carlos Girão Calheiros (Carlos Botelho Moniz era casado com Maria Eugénia Silva Girão Calheiros) substituiu-o no cargo de edil, alterando parcialmente a ordem da estrutura interna da comissão administrativa e mantendo-se uma linha de continuidade.[1413] **[Tabela - 3.ª Comissão Administrativa da**

[1407] Despacho do Ministro da Justiça e dos Cultos in *Diário do Governo*, II Série, n.º 84 de 11/04/1930.
[1408] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 2ª Rep. Correspondência Recebida, Mç. 513, Cx. 84, Lv. 88, Ofício n.º 378 de 16/04/1930 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1409] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 15, Ata da sessão de 05/08/1930 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, p. 16.
[1410] *Idem*, Ata da sessão de 19/08/1930 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, p. 24.
[1411] Entre outros: o oficial da Armada, Luís Caes; o eng.º José Carlos Girão Calheiros; o jornalista Óscar Paxeco; o industrial Mariano Augusto Coelho; o Governador Civil de Setúbal; o diplomata Fran Paxeco "Dr. Carlos Moniz" in *A Indústria*, n.º 374 de 12/09/1930, p. 1.
[1412] ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 1 de Registo de Alvarás, Alvará de 07/08/1930 do Governador Civil de Setúbal.
[1413] "Comissão Administrativa da Câmara" in *A Indústria*, n.º 377 de 03/07/1930, p. 1.

C.M. de Setúbal que tomou posse em 30 de setembro de 1930] O seu enquadramento na esfera da elite local é óbvia, recordando que foi presidente do Clube Setubalense, entre 1924 e 1926.[1414] Assumindo a presidência em 30 de setembro, por eleição interna entre os vogais[1415], o engenheiro colocou em cima da mesa um problema ético que, em poucos dias, o levou abdicar do cargo. Tornando-se presidente da C.M. de Setúbal era automaticamente presidente da Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal, instituição onde ocupava o cargo remunerado de chefe da repartição de obras. O executivo remeteu o caso ao Ministério do Interior, referindo que era do interesse da 'Situação' que este permanecesse como edil, colocando o vice-presidente à frente da junta.[1416]

Ainda que as relações entre o município e a Junta Autónoma não fossem tão tensas quanto as dos anos da I República, a instituição portuária receou que o seu funcionário ocupasse, ao mesmo tempo, a liderança da organização e a presidência do município. O eng.º José Carlos Girão Calheiros foi colocado entre a espada e a parede pelo diretor das obras, o eng.º Afonso Cid Perestrello, acabando por pedir licença das funções por trinta dias: "*Ou eu deixo de exercer o cargo de Presidente da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, ainda mesmo que seja regularizada por meio de um diploma do Ministro do Interior* [...] [ou] *corro o risco de a Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal prescindir dos meus serviços*"[1417]. A solução foi encontrada internamente, fazendo subir ao cargo o tenente Afonso Martins Correia Gonçalves, o primeiro oficial a encabeçar o município durante a Ditadura Militar.[1418] **[Tabela - 4.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 21 de outubro de 1930]**

A saída de Carlos Botelho Moniz rompeu com a linha de estabilidade política que se verificou no município de Setúbal, a partir de janeiro de 1926. Os tentáculos do seu 'longo' mandato permaneceram alguns meses após o seu pedido de demissão, ficando à cabeça dois elementos que integraram a sua vereação. Como se tratasse de um mero castelo de cartas, a aparente solidez política local ruiu com a progressiva internacionalização da crise da bolsa de valores de Nova Iorque. A gestão camarária,

[1414] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Para a História do Club Setubalense (1855-2010)*, Div'Almeida Atelier Gráfico, Setúbal, 2010, p. 102.
[1415] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 15, Ata da sessão de 30/09/1930 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, p. 45v.
[1416] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 41, Ofício n.º 142 de 07/10/1930 enviado pela C.M de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1417] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 15, Ata da sessão de 14/10/1930 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, pp. 54-54v.
[1418] *Idem*, Ata da sessão de 21/10/1930 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, p. 63.

conforme alertou a oposição reviralhista setubalense, assentou em empréstimos bancários, cujas garantias dependeram de cálculos de receita anteriores ao *crash.*[1419]

Poucos meses depois, o vereador Joaquim Ferreira de Sousa Júnior - relembrando que a comissão administrativa da C.M. de Setúbal era das poucas no País que se mantinha em funções desde o 28 de Maio – descreveu o desequilíbrio financeiro que estava prestes a abater-se sobre as contas públicas camarárias. Em fevereiro de 1931, o município estava à beira de entrar em incumprimento com a C.G.D., no concerne à amortização dos empréstimos. Para além dos baixos rendimentos provenientes da exploração do Mercado do Livramento e dos serviços elétricos e da organização da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal ter significado uma despesa extraordinária avultada, todas as previsões das receitas municipais falharam (desceram cerca de mil contos). A cidade passava por "*uma crise como não há memória, consequência da situação geral do País e, mais ainda, da situação internacional hoje confusa como nunca*"[1420].

Existiram alguns sinais, no decorrer da administração de Carlos Botelho Moniz, que os problemas financeiros do município foram camuflados pelos empréstimos. A título de exemplo, foram requisitadas diminuições nas taxas de juro de 9% para os 5% ou 6%[1421], foi pedida que a dívida aos Hospitais Civis de Lisboa fosse paga em prestações mensais[1422] e apressada a transferência da receita relativa ao imposto *ad-valorem*.[1423]

Com o intuito de se evitar o incumprimento junto do banco, sem se ter que se recorrer ao despedimento de mais funcionários municipais num quadro de «pavoroso» desemprego, Joaquim Ferreira de Sousa Jr. apresentou as seguintes propostas: a) autorizar a C.M. de Setúbal a converter os dois empréstimos num só; b) elevar o prazo de pagamento de 20 para 30 anos; c) reduzir a taxa de juros. Sem que o Governo tivesse tempo de responder à solicitação, em menos de duas semanas, os vereadores Adriano Gonçalves de Morais, o eng.º José Carlos Girão Calheiros e Jorge Franco de Paiva

[1419] "À margem" in *A Vitória*, n.º 30 de 03/08/1930, p. 2.
[1420] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep, Mç. 179, Cx. 46, Lv. 79, Proposta de 26/02/1931 do membro da C.A. da C.M. de Setúbal, Joaquim Ferreira de Sousa Júnior.
[1421] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 39, Ofício n.º 225 de 06/12/1929 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro das Finanças.
[1422] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 34, Ofício n.º 233 de 22/05/1928 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1423] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 41, Ofício n.º 55 de 16/08/1930 enviado pelo Vice-Presidente da C.M. de Setúbal para o Chefe da Delegação Aduaneira de Setúbal.

demitiram-se, alegando afazeres profissionais. Em face do reduzido número de elementos, no início de março de 1931, a comissão administrativa "*deliberou apresentar a Sua. Exa. o Governador Civil o pedido de demissão colectiva*"[1424], permanecendo em funções até à chegada dos seus substitutos.

A era de 'Botelho Moniz' chegou ao fim. Quem aproveitou a deixa foi a oposição demoliberal e reviralhista, que se fez ouvir pela pena do diretor d'*A Vitória*, José Romão dos Santos Ferro: "*Quando há muito dinheiro é sempre fácil governar. Mas quando o dinheiro se acaba é que são elas. Foram-se embora os ilustres filhos que o nativismo tanto exaltou*"[1425]. No mesmo mês, o capitão Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira, que exerceu funções como 3.º Governador Civil de Setúbal entre janeiro de 1929 e março de 1931, também foi exonerado a seu pedido.[1426]. Terminava um duplo ciclo político.

4.1.4. A instabilidade política municipal: As sucessivas comissões administrativas (1931-1933)

> "*hoje é um reformado* [major António Joaquim de Melo] *que foi atirado para a Comissão Administrativa, por não ter aparecido mais ninguém que quisesse tomar conta da Câmara Municipal de Setúbal*"[1427].

A nova fase da vida do município e do Governo Civil de Setúbal, em março de 1931, promoveu o início de um período de manifesta instabilidade nas cadeiras da autarquia. A saída em definitivo dos elementos encarregues pela gestão camarária desde o 28 de Maio fez emergir as divergências existentes no seio dos diferentes quadrantes da direita conservadora, nacionalista e católica locais: "*línguas viperinas exploram esta situação, querendo ferir a honorabilidade das comissões transactas*"[1428].

Os periódicos foram inundados por uma chuva de críticas à gestão da edilidade, uma vez que o passivo ascendia a 3 619 059$81, correspondendo mais de 50% a credores: "*Um município roído de dívidas, vivendo em regime de vergonhoso calote, 10 a 15 mil contos desbaratados - ora numa avalanche de banquetes de homenagem, ora em*

[1424] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 15 (1930-1931), Ata da sessão de 05/03/1931 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, p. 129.
[1425] "À margem: Pela Câmara" in *A Vitória*, n.º 51 de 15/03/1931, p. 1.
[1426] Despacho de 30/01/1929 do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 29 de 05/02/1929. Despacho de 21/03/1931 do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 73 de 30/03/1931.
[1427] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidencial s/ref.ª de 30/01/1933 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1428] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 44, Ofício s/ref.ª de 02/05/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.

simpáticas excursões às horas para organização da exposição regional - criou uma situação dificílima à administração local"[1429]. Carlos Botelho Moniz redigiu uma longa carta ao diretor d'*O Setubalense*, em junho de 1931, para se defender, garantindo que as infraestruturas que legou à cidade eram necessárias, que as receitas municipais foram alvo de um arrombo e, ainda, que procedeu a reformas nos quadros camarários e a cortes salariais.[1430] As más-línguas da cidade referiam-se ao passivo como a 'fatura dos chouriços', aludindo aos banquetes da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal.[1431]

Na tentativa de estancar esta onda de descontentamento, o tenente-coronel Alexandre Van Zeller, nomeado 4.º Governador Civil[1432], rompeu com o cariz civil da vereação anterior e compôs uma comissão administrativa maioritariamente militar da sua esfera de influência. Esta constituição teve lugar num momento em que os cargos públicos do município não eram tão apetecíveis. Em 11 de abril de 1931[1433], o novo executivo, composto por cinco militares e dois civis, tomou posse, liderado pelo major na reserva António Joaquim de Melo[1434]. **[Tabela - 5.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 11 de abril de 1931]**

Entre estes encontravam-se o capitão Luís Vila Verde (vice-presidente) e o tenente Luís de Portugal da Fonseca e Melo (vice-secretário), duas figuras fundamentais na afirmação da Agência de Setúbal da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, fundada em 30 de março de 1924.[1435] O contexto da Ditadura Militar galvanizou as atividades deste núcleo, uma vez que estes vereadores eram, simultaneamente, elementos-chave dos seus órgãos sociais. Isto refletiu-se em alterações na toponímia (*e.g.* Rua Alferes Francisco Pinto Vidigal, em 1926), na cedência provisória das instalações da Casa do Corpo Santo[1436], na criação de uma escola primária (1932) e, principalmente, na construção do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, inaugurado, em novembro de

[1429] PEREIRA, L., "O que há a fazer" in *A Indústria*, n.º 404 de 17/04/1931, p. 1.
[1430] "A administração municipal – Uma carta do exmo. sr. dr. Carlos Botelho Moniz" in *O Setubalense*, n.º 4067 de 19/06/1931, pp. 2 e 3.
[1431]PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Anais de Setúbal do século XX - Uma cronologia ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023, p. 90.
[1432] Despacho de 21/03/1931 do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 73 de 30/03/1931.
[1433] "A posse da comissão administrativa do município" in *O Setubalense*, n.º 4009 de 11/04/1931, p. 1.
[1434] FERREIRA, Diogo, "Major António Joaquim de Melo - Militar e presidente da Câmara Municipal de Setúbal na transição da Ditadura Militar para o Estado Novo" in *Setúbal no Centro do Mundo – 165 amos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2020, pp. 199-200.
[1435] DURÃES, Benjamim da Silva; RODRIGUES, José Sebastião, *90.º aniversário do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes*, Gráfica Central de Almeirim, Almeirim, 2014, pp. 3-4 e 40-43.
[1436] AHNSLC, Pasta "Correspondência relativa à sede do núcleo", Ofício n.º 23 de 04/03/1932 enviado pelo presidente da Agência de Setúbal da L.C.G.G. para o Diretor d'*O Setubalense.*

1931.[1437] A descrição deste elemento do património ilustra a recessão local: "*É pobre o monumento para uma cidade como a nossa, mas mais não pôde conseguir-se*"[1438].

Não se tem conhecimento do papel ativo que a comissão municipal de Setúbal da União Nacional possuiu na composição do executivo. Na origem da formação deste organismo político esteve o ex-combatente do C.E.P., Adelino Caes Esteves, que foi nomeado pelo Governador Civil de Setúbal para representar o distrito[1439] no Conselho Central da 'Organização Civil de apoio à Situação'[1440]. Era uma figura de confiança da ditadura, bastando sublinhar que, como vereador, integrou três comissões administrativas municipais nos anos 30.[1441] Acabou por ser um dos elementos que compuseram a primeira comissão municipal da UN, juntamente com João Manuel da Costa Teixeira, Eugénio Moreira Rodrigues, Francisco José Guerra e o eng.º António Nunes Correia.[1442] **[Tabela - Comissão Municipal de Setúbal da União Nacional (1930)]** A comissão distrital, por seu turno, foi composta exclusivamente por residentes em Setúbal, reconhecidamente ligados à ditadura ou a importantes atividades económicas: Vitorino Moreira Rodrigues (presidente); Joaquim Ferreira de Sousa Júnior; José Carlos Girão Calheiros; Adriano Morais; Henrique Louro Fernandes; F. M. Lino da Silva.[1443] **[Tabela – Composição da comissão distrital de Setúbal da União Nacional (1930)]**

Uma das figuras locais, cuja militância mereceu destaque, foi o integralista Dr. Fernando Garcia. Encarando Salazar como uma encarnação mística, que juntava o pensamento de António Sardinha à ação de Sidónio Pais, o médico monárquico justificou a sua militância, declarando "*muito expressa e muito solenemente que o faço nos precisos e exclusivos termos que o Sr. Oliveira Salazar expôs a sua natureza e finalidade, e a*

[1437] FERREIRA, Diogo, "Da construção à inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra (1931)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, p. 101.
[1438] "A festa comemorativa da inauguração do Monumento e o Congresso do Bombeiros" in *O Setubalense*, n.º 4.197 de 19/11/1931, p. 3. Foi projetado por Bonfilho Faria e construído pela firma de Abílio Salreu.
[1439] ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão da Informação e Documentação, Organização e Recuperação, Registo de Correspondência Expedida, Lv. - Copiador de correspondência expedida (1927), Ofício n.º 239 de 29/04/1927 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para Adelino Caes Esteves.
[1440] CALDEIRA, Arlindo Manuel, "O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)" in *Análise Social*, XXII (94), ICS, Lisboa, 1986, pp. 944-945.
[1441] FERREIRA, Diogo, "Adelino Augusto do Caes Esteves – Da Grande Guerra ao poder local" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico Afonso, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 189-190.
[1442] ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 450, [pt. 47/1], Ofício s/ref.ª de 04/12/1930 enviado pelo Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Setúbal para o Chefe do Serviço Central da União Nacional – Ministério do Interior.
[1443] *Idem*, documento não datado anexo ao mesmo ofício.

significação de neutralidade política do novo organismo criado pela Ditadura"[1444] O *Diário da Manhã*, segundo *A Vitória*, queixou-se que um número significativo de militantes de Setúbal da União Nacional se aproximou do partido meramente "*para comer*"[1445], estando implícito um interesse na sua adesão. Recorrendo à ironia, o periódico reviralhista sadino descreditou o número de associados nesta organização: "*A avaliar pelo número de filiados que esse organismo tem em Setúbal, é de crer que seja na verdade exaustivo o trabalho de tão acreditado burocrata*"[1446].

Em apenas uma semana e meia no cargo, o novo edil – major António Joaquim de Melo - demonstrou uma consciência profunda da gravidade do desequilíbrio das contas da autarquia, apontando como causas primárias o contexto de «enorme» e «atroz» crise internacional e a acumulação de dívidas a credores, em particular os 437 800$55 exigidos pela C.G.D., referentes a mensalidades em atraso: "*Durante o pouco espaço que medeia entre o dia que a actual Comissão Administrativa tomou posse até à data presente, infelizmente, foi o bastante para poder verificar que o actual estado financeiro deste Município se encontra numa situação verdadeiramente precária e, sendo assim, a enorme dificuldade que há para bem guiar os seus serviços*"[1447].

A auditoria interna realizada aos cofres camarários possibilitou uma avaliação detalhada da situação financeira do município de Setúbal. O major António Joaquim de Melo apresentou alguns relatórios à tutela, descrevendo que a cidade vivia um "*verdadeiro ambiente de asfixia*"[1448] e que era indispensável reconverter os empréstimos contraídos junto da C.G.D., diminuir as taxas de juro e alargar o período de amortização de 20 para 30 anos. As negociações chegaram a bom porto nos dois primeiros eixos, baixando-se a taxa de juro em 0,5%, mas o prazo permaneceu inalterado.[1449]

Como forma de contornar esta questão, primeiramente, foi delineado um plano de reequilíbrio financeiro. Primeiramente foi requerido um novo empréstimo de 2 mil contos, destinado ao "*pagamento das dívidas aos seus credores, dívidas contraídas pela*

[1444] GARCIA, Fernando, "A União Nacional (discurso que se não pronunciará)" in *Ensaios e Críticas*, vol. II, Edição da Cruzada Nun'Álvares, Setúbal, 1936, p. 146. [Texto original de 1930]
[1445] "Porquê?" in *A Vitória*, n.º 71 de 24/12/1931, p. 1.
[1446] "Já é subir!" in *A Vitória*, n.º 103 de 24/11/1932, p. 1.
[1447] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Mç. 179, Cx. 46, Lv. 79 (1931), Ofício n.º 414 de 22/04/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1448] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 15, Ata da sessão de 30/04/1931 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal.
[1449] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 43, Ofício n.º 6 de 03/07/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Chefe dos Serviços da Caixa Geral de Depósitos.

vereação transacta"[1450]. Não querendo correr os riscos da vereação anterior, as receitas camarárias apresentadas como garantias foram niveladas por baixo, de acordo com a crise internacional e com uma economia local absolutamente dependente do comércio externo.

Num segundo momento foi pedida autorização para a transferência definitiva do empréstimo para a reestruturação do porto, da C.G.D. para a Junta Autónoma, e promoveu-se uma remodelação dos serviços camarários.[1451] Neste último caso, foi decidido extinguir os Serviços Municipalizados, criados em junho de 1929[1452], e centralizar os departamentos em que atuava na recém-criada 6.ª repartição. Os funcionários municipais sofreram novos cortes salariais.[1453] Perante a ameaça do Hospital de Santa Maria em rejeitar a entrada de pacientes sadinos, até que a dívida da C.M. de Setúbal fosse saldada, o edil pediu a absorção deste débito pelo Estado central.[1454]

Estas decisões possuíam um cunho de natureza política. Para contrariar o ruído que se vinha gerando e o descrédito junto dos fornecedores privados, era decisivo que "*a honorabilidade das Comissões Administrativas, que têm servido sob a Ditadura, fique a salvo*"[1455]. Receavam que os discursos alusivos a práticas de gestão danosa, como se verificou no período de governação do Partido Democrático, regressassem, significando a perda de legitimidade. No decurso desta breve administração, as obras de reconstrução dos Paços do Concelho tiveram alguns avanços, após constantes paralisações anteriores por falta de verba, designadamente a conclusão dos alicerces em cimento[1456] e a obtenção do parecer favorável da Procuradoria-Geral da República, assegurando que o edifício do Liceu de Bocage pertencia ao município, permitindo avançar na sua venda ao Estado.[1457]

[1450] *Idem*, Ofício n.º 91 de 03/08/1931 enviado pelo Presidente da CMS para o Chefe dos Serviços da C.G.D.
[1451] Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças [ACMF], Empréstimos às Câmaras Municipais, Setúbal, Cx. 218, Proc. 'Pagamento de dívidas e melhoramentos vários (1927-1941)', Ofício s/ref.ª de 21/05/1931 enviado pelo Presidente da C.M.S. para Conselho de Administração da C.G.D.
[1452] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 53, Lv. 12, Ata da sessão de 27/06/1928 da da C.M. de Setúbal.
[1453] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 16, Ata da sessão de 18/06/1931 da C.M. de Setúbal, p. 12v. *Idem*, Ata da sessão de 06/08/1931 da C.M. de Setúbal.
[1454] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 43, Ofício n.º 407 de 20/04/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Diretor do Hospital de Santa Maria.
[1455] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Mç. 179, Cx. 46, Lv. 79, Ofício s/ref.ª de 11/06/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[1456] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 43, Ofício n.º 393 de 14/03/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Comércio.
[1457] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 44, Ofício n.º 983 de 11/06/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.

A permanência do tenente-coronel Alexandre Van Zeller e do major António Joaquim de Melo à cabeça dos dois cargos administrativos regionais mais relevantes, terminou abruptamente, em dezembro, seis meses após a tomada de posse de ambos. Aquando da inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra ambos pareciam estar de pedra e cal nas respetivas funções. Não passava de ilusão. O *Diário da Manhã* fomentou uma campanha de pressão junto do Ministro do Interior, sublinhando que o Governador Civil "*consentiu com a sua inércia que Setúbal se transformasse num foco soviético*"[1458], exigindo um substituto mais intransigente e duro.

Na base destas alegações terá estado a postura adotada pelo Governador Civil durante a longa greve dos marítimos de 1931, devidamente abordada adiante, por não ter aceitado as recomendações para se prolongar a residência fixa, fora de Setúbal, de elementos considerados 'perigosos'. Do mesmo modo, o comando da PSP de Setúbal, por altura das demissões, apreendeu "*em várias livrarias desta cidade, algumas publicações e folhetos expostos à venda, com o fundamento de conterem propaganda extremista*"[1459]. Finalmente, o oficial do Exército autorizou um ciclo de conferências, intitulado 'Literatura Comparada', uma iniciativa do antigo militante democrático Pereira de Almeida. Nestas foram abordados alguns autores russos, nomeadamente Dostoievski ou Tolstói, razão pela qual os periódicos situacionistas as apelidavam de 'comunistas'.[1460]

Para evitar gerar «embaraços» ao Governo, o tenente-coronel Alexandre Van Zeller apresentou a sua demissão, em 15 de dezembro de 1931, criticando a "*certa atmosfera de desconfiança política*"[1461], que se gerou à sua volta por parte de elementos que desconhecia e pelo *Diário da Manhã*. Recordou que, nos momentos de maior tensão social, garantiu a tranquilidade pública e que mereceu os votos de confiança de várias comissões administrativas. A vereação de Setúbal era uma delas. Dois dias depois, em solidariedade com o facto de terem sido nomeados por este Governador Civil e por consideram que a perda de confiança também se lhes estendia, Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal apresentou a sua demissão coletiva.[1462] No mês anterior, o major

[1458] "A Lógica" in *A Vitória*, n.º 72 de 31/12/1931, p. 3. [Transcreve parcialmente o periódico mencionado.]
[1459] ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Cortes de Censura, Cx. 45, Mç. 68, Artigo censurado "O Século em Setúbal" da edição de 18/12/1931.
[1460] "Conferências" in *A Vitória*, n.º 68 de 28/11/1931, p. 2.
[1461] ANTT, Ministério do Interior, Mç. 452, [pt. 23/7], Confidencial n.º 62 de 15/12/1931 enviada pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1462] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 45, Ofício n.º 470 de 17/12/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.

António Joaquim de Melo defendeu o tenente-coronel Alexandre Van Zeller, realçando que o executivo o apoiava e denunciou a campanha «injusta» e «insidiosa».[1463]

O cacique monárquico Henrique Augusto Pereira, fazendo uso das suas tradicionais apreciações depreciativas de todos os executivos municipais, em entrevista à oposição democrática setubalense, voltou a criticar a incorreta gestão dos fundos camarários dos últimos anos: "*Depois dos empréstimos milagrosos com foguetório, discursatas, banquetes, fungágás e Te-Deums, chegou o reverso da medalha* […] *O município de Setúbal nem sequer conseguirá restabelecer as suas finanças, quanto mais habilitar-se a levar a efeito obras de reconhecida importância e urgência*"[1464].

Quando seria de esperar um endurecimento do novo grupo de indivíduos, o Governo da 'Ditadura Nacional' não nomeou militares para o Governo Civil, nem para o município, o que poderá ser enquadrado na progressiva substituição de oficiais por civis, de acordo com os objetivos salazaristas.[1465] Nos primeiros dias de 1932[1466], tomou posse como Governador Civil o funcionário público Joaquim Lança[1467]. Proveniente dos círculos da UIE, o ex-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal apresentou um forte espírito nacionalista, combatendo libertários e comunistas. Foi recompensado, tendo sido convidado para secretário-geral da União Nacional.[1468]

Em 14 de janeiro, Luís Teixeira de Macedo e Castro – antigo chefe da secretaria do município – assumiu funções como presidente da comissão administrativa, tendo como braço direito Joaquim Ferreira de Sousa Júnior, docente que exerceu funções como vereador no consulado de Carlos Botelho Moniz.[1469] **[Tabela - 6.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 14 de janeiro de 1932]** A proximidade de Luís de Macedo e Castro e Joaquim Ferreira de Sousa Júnior era clara, tendo em vista que integravam a administração da Misericórdia de Setúbal quando esta se passou a designar Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, em abril de 1930.[1470]

[1463] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 46, Telegrama de 23/11/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para Ministro do Interior

[1464] "Em plena falência – Fala o sr. Henrique Pereira" in *A Vitória*, n.º 73 de 01/01/1932, p. 2.

[1465] Cf. ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder – A arte de saber durar*, Tinta-da-China, Lisboa, 2018.

[1466] "O novo Chefe do Distrito" in *A Indústria*, n.º 434 de 01/01/1932, p. 1.

[1467]Despacho de 26/12/1931 do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 301 de 30/12/1931.

[1468] "Joaquim Lança" in *A Indústria*, n.º 464 de 18/11/1932, p. 1.

[1469] "Nova Comissão Administrativa do Município" in *A Indústria*, n.º 435 de 15/01/1932, p. 1.

[1470] Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1930, pp. 1-10.

Perante esta nomeação, *A Vitória* instalou a polémica na praça pública, relatando que Luís de Macedo e Castro negociou com as autoridades do regime a possibilidade do seu irmão – o último ex-administrador do concelho da República Parlamentar, Afonso de Macedo e Castro – regressar do exílio, onde se encontrava desde a revolta de 7 de fevereiro de 1927, e reocupar o seu posto como funcionário da agência de Setúbal da C.G.D. Ao mesmo tempo, tinha o seu processo de aposentação a decorrer. Liderar os destinos do município neste contexto era um "*escândalo grave*"[1471].

Se, por um lado, existia a necessidade de limpar a má imagem dos ex-vereadores, por outro, denota-se que os dirigentes da ditadura se depararam com sérias dificuldades em nomear homens da sua confiança política para assumir as cadeiras da autarquia, uma vez que enfrentavam uma tarefa hercúlea. Essa foi uma das questões inicialmente sublinhadas pelo relatório e contas que a comissão publicou no ano seguinte, sublinhando Luís de Macedo e Castro que apenas aceitou a incumbência de dirigir os destinos municipais, após repetidas insistências, consciente da árdua missão que representava. Não era para menos. Herdavam cerca de 4 milhões e 400 mil escudos de passivo e o pagamento anual de mais de 600 mil escudos à C.G.D. No que concerne aos empréstimos, já estavam em falta 1190 contos em mensalidades junto desta instituição bancária.[1472]

Os problemas de gestão financeira eram de tal ordem complexos que, pouco mais de três meses depois, o *Diário de Setúbal* noticiou que esta comissão administrativa estava demissionária por "*não terem sido atendidas pelo Governo as reclamações feitas sobre a anulação do imposto do vinho, sobre o pagamento pelo Estado das dívidas da Câmara ao hospital de S. José e ainda sobre o projectado empréstimo à Caixa Geral de Depósitos*"[1473]. A vereação saiu em choque com o Governo, tendo apresentado a sua «demissão irrevogável», em 20 de abril de 1932, "*considerando este desinteresse do Poder Central pelo município de Setúbal*"[1474].

Compreende-se, desde logo, que os quadrantes conservadores, nacionalistas, católicos e da direita republicana possuíam divergências políticas concretas. Nestes três

[1471] "Um escândalo?" in *A Vitória*, n.º 74 de 14/01/1932, p. 2.
[1472] AA.VV., *Relatório e Contas da comissão que administrou a Câmara Municipal de Setúbal desde 14 de janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, pp. 3-4, 22 e 34-37.
[1473] "A Câmara Municipal de Setúbal está demissionária" in *Diário de Setúbal*, n.º 3 de 21/04/1932, p. 2.
[1474] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 55, Lv. 17, Ata da sessão de 20/04/1932 de Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, pp. 71-74v. No dia 28 seguinte, as comissões administrativas das Juntas de Freguesia acompanharam formalmente este pedido. COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 207.

meses de governação, a administração de Luís de Macedo e Castro optou por extinguir a 6.ª repartição da C.M. de Setúbal – criada em 18 de junho de 1931 - e reativar os Serviços Municipalizados, por se tratar de uma prática comum nas grandes cidades europeias, pelos saldos positivos que foi apresentado e pela sua "*situação progressivamente florescente*"[1475]. Publicou, também, um novo regulamento do Orfanato Setubalense, entregando a gestão ao vereador com o pelouro da assistência.[1476]

Este executivo municipal, nas palavras da oposição liberal, não passou do "*período de amamentação*"[1477] devido à falta de verbas para cobrir as despesas da gestão ordinária. Os prejuízos oriundos da publicação do Decreto-Lei n.º 20834[1478], relativa a uma redução dos impostos sobre o vinho e cujo impacto nas receitas municipais estava na ordem dos 500 contos anuais, foi o motivo central da demissão coletiva. Esta legislação proibiu os municípios de cobrarem taxas acima dos $10 por cada litro de vinho que entrasse ou saísse do concelho. A C.M. de Setúbal, há vários anos, cobrava $25 por litro, valor que representava 1/6 das suas fontes de rendimento.[1479] Foi sucessivamente instado ao Governo que esta legislação fosse abolida ou para que fosse criado um regime de exceção para Setúbal, tal como o que estava em vigor para a taxa *ad-valorem*, por ser impossível honrar os compromissos com a C.G.D.

Luís de Macedo e Castro, em mais que uma ocasião, alertou o Ministro da Agricultura sobre esta matéria, relembrando que a elevação da taxa para $25 teve como fim beneficiar os consumidores noutros setores, designadamente na redução ou na abolição de impostos camarários sobre diferentes géneros alimentícios: "*a missão de todos os organismos oficiais* […] *é irem ao encontro dessa legião de necessitados, procurando melhorar a sua desgraçada situação, não é evidentemente, agravando os preços dos géneros mais indispensáveis à vida com o peso de novos impostos*"[1480]. Esta redução obrigou, ainda, o executivo a suspender as obras que estavam a decorrer, a despedir todo o pessoal jornaleiro e a adiar o pagamento das dívidas aos fornecedores.[1481]

[1475] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 55, Lv. 17, Ata da sessão de 24/02/1932 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, pp. 19-20v.
[1476] S.A., *Orfanato Municipal do Presidente Sidónio Pais – Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1948.
[1477] G.A., "Passamento doloroso" in *A Vitória*, n.º 87 de 29/04/1932, p. 1.
[1478] Decreto-Lei n.º 20834 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 23 de 28/01/1932.
[1479] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 46, Ofício n.º 458 de 29/01/1932 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro da Agricultura.
[1480] *Idem*, Ofício n.º 476 de 06/02/1932 enviado pelo Presidente da C.M.S. para o Ministro da Agricultura.
[1481] *Idem*, Ofício n.º 489 de 16/02/1932 enviado pelo Presidente da C.M.S. para o Ministro do Interior.

O tenente-coronel Linhares de Lima, ministro mencionado, recebeu, em 5 de fevereiro, delegados da administração sadina para tomar conhecimento do significado da medida para os cofres camarários.[1482] Quem não ficou nada contente com estas exigências do executivo foram os viticultores de Azeitão, que informaram o Ministro do Interior que estavam "*alarmados com as notícias publicadas nos jornais, acerca das insistências da actual Comissão Administrativa da nossa Câmara Municipal para anular a disposição do Decreto n.º 20834*"[1483]. Esta lei protegia os seus interesses, aliviando a situação de desvantagem que sofriam no mercado interno devido ao imposto *ad-valorem*.

Sem resposta da tutela por mais de dois meses, em 14 de março, a vereação ameaçou bater com a porta caso não fosse dada resposta à questão, como uma alternativa compensatória ao imposto.[1484] No seio destes vereadores gerou-se um sentimento de abandono e de desrespeito, alegando-se mesmo que o Governo propositadamente desejou "*isolar* [a comissão administrativa] *da opinião pública, porquanto ao passo que dos Gabinetes dos Ministérios saíam sempre para os jornais todos os telegramas e ofícios ali recebidos deste Concelho de apoio daquele decreto – alguns até atingindo a própria Câmara Municipal – os mesmos Gabinetes não davam publicidade a outros telegramas e ofícios de apoio à atitude desta Comissão Administrativa*"[1485]. O Governador Civil de Setúbal incitou diligências para evitar a demissão dos vereadores, enaltecendo as suas "*invulgares qualidades de competência e zelo pela causa pública*"[1486]. De pouco valeu. Apresentaram a demissão coletiva em 22 de abril seguinte.

Em 5 de maio de 1932, todos os elementos – exceto o presidente – desligaram-se oficialmente das suas funções na C.M. de Setúbal, sendo urgente a substituição integral da comissão administrativa. O edil fez o mesmo no dia 14, deixando o município num vazio político e à guarda do Comandante Distrital da PSP de Setúbal.[1487] Estava instalada uma crise política na vida pública local.

[1482]COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 202.
[1483] AHJMF, Fundo Família – António Soares Franco Júnior, EJMF – 12, Mç. 11, Cópia de ofício de 17/02/1932 enviado pelos proprietários-viticultores de Azeitão para o Ministro do Interior.
[1484] AA.VV., *Relatório e Contas da comissão que administrou a Câmara Municipal de Setúbal desde 14 de janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, p. 55.
[1485] "A demissão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal in *O Setubalense*, n.º 4.327 de 22/04/1932, p. 3 e p. 6.
[1486] AA.VV., *Relatório e Contas da comissão que administrou a Câmara Municipal de Setúbal desde 14 de janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, p. 8.
[1487] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 103, Lv. 47, Ofícios n.os 776 e 785, respetivamente de 07/05/1932 e de 14/05/1932 enviados pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.

As relações entre a capitania e o Governo Civil de Setúbal, por esta altura, também se complicaram. Em confidencial de março de 1932, dirigida à tutela, o capitão do porto, o capitão-tenente José Vicente Lopes, criticou o Governador Civil de Setúbal por se imiscuir em questões que eram da sua competência no âmbito da autoridade marítima.[1488] Junto do próprio Governador Civil reclamou que a sua intervenção representava "*uma quebra de prestígio que não posso ver diminuído e antes tenho de manter custo o que custar*"[1489], considerando que estaria a dar apoio informal às associações de classe no quadro das reclamações ao regulamento da lota industrial.

Os problemas encontrados pelo Governador Civil de Setúbal, Joaquim Lança, para constituir o novo executivo municipal justificaram o retorno, em 4 de junho de 1932, do major António Joaquim de Melo à presidência da C.M. de Setúbal. Com este militar reassumiram posições, como vereadores, José Veríssimo Abrantes, João António Carvalho de Oliveira Boal e o tenente Luís Portugal da Fonseca e Melo.[1490] **[Tabela - 7.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 31 de maio de 1932]** No discurso da tomada de posse, o vereador José Veríssimo Abrantes, proprietário da confeitaria *Triunfo de Setúbal*, criticou publicamente o Governo pelo desprezo com que as finanças municipais foram tratadas. Afirmou que reassumiu funções sob protesto e para acudir à "*crise de vereadores manifestada pelas recusas e abstenções por parte daqueles que tinham obrigação de prestar o seu concurso à ditadura*"[1491].

Considerando como «digna» a atitude da vereação transata, o executivo reiterou ao Governo a urgência de serem aplicadas as medidas exigidas nos últimos meses. Eram imprescindíveis à condução dos destinos camarários e para o reequilíbrio das contas: baixar as taxas de juro dos empréstimos da C.G.D. de 8% para 6% e prorrogar o prazo de amortização para 30 anos; compensar a perda de receita provocada pela promulgação do imposto sobre o vinho; travar a forma coerciva como os Hospitais Civis de Lisboa vinham cobrando as dívidas e encarregar o Estado de assumir os respetivos débitos.

O major António Joaquim de Melo e o seu executivo descreveram um contexto de cerco financeiro, do qual não havia saída sem a intervenção do Governo. Para além

[1488] Em causa o facto de se ter deixado fotografar com os pescadores para *o Diário de Notícias* (edição de 19/03/1932).CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidencial de 21/03/1932 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1489] BCA-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1355, Confidencial n.º 7 de 30/03/1932 enviada pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro da Marinha.
[1490] "Nova Comissão Administrativa da Câmara" in *A Indústria*, n.º 447 de 10/06/1932, p. 3.
[1491] "Com a devida vénia" in *Sado-Reclame*, n.º 177 de 11/06/1932, p. 4.

das medidas mencionadas, era urgente travar o crescimento do enorme passivo municipal (4800 contos), garantir a venda do edifício do Liceu, para que as obras de reconstrução dos Paços do Concelho não fossem interrompidas e contrariar a tendência resultante da decadência das receitas camarárias. Segundo o edil, as quantias provenientes dos impostos municipais vinham "*acusando um decréscimo verdadeiramente assustador, consequência lógica da crise económica que se tem feito sentir cada vez mais*"[1492].

Para se avaliar o desequilíbrio financeiro dos cofres municipais deve ter-se em conta a recessão económica de Setúbal, iniciada em 1924 (escassez de sardinha), e os efeitos tardios do *crash* de Wall Street. A brutal redução dos valores provenientes das taxas municipais observa-se na comparação entre as receitas obtidas a partir do imposto sobre os vinhos e da taxa *ad-valorem*. No caso do imposto indireto sobre as bebidas alcoólicas, este representava cerca de ¼ do total das receitas cobradas pelo município. **[Tabela – Evolução da receita do imposto sobre bebidas alcoólicas cobrado pela C.M. de Setúbal (1928-1938)]** Desde o ano económico de 1928/1929 que, em média, a taxa de $25 cobrada por cada litro de vinho gerava 860 contos. A promulgação do Decreto-Lei n.º 20834, que limitou o imposto sobre os vinhos nos $10 por litro, permitiu angariar apenas 350 contos em 1931/1932, representando uma quebra de cerca de 500 contos. A taxa *ad-valorem*, dependente do comércio externo, em 1928/1929, gerou 1444 contos de receita, contrastando com os 703 contos adquiridos em 1931/1932.[1493]

A 'questão dos vinhos', como assim ficou conhecida na imprensa, gerou uma onda de descontentamento junto de um dos setores de atividade económica regional mais determinante, pressionando o 2.º executivo dirigido pelo major António Joaquim de Melo. Quer produtores, quer vendedores de vinhos denunciaram alegadas injustiças no sistema de coleta do imposto municipal sobre este produto, considerando que não estava concebido de forma equitativa para todos os comerciantes. O presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal preveniu as autoridades para a vaga de contrabando e fuga aos impostos a que se assistia: "*Torna-se, portanto, manifesta a impossibilidade de concorrência aos honestos que à Câmara pagam os impostos devidos*"[1494].

[1492] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Mç. 187, Cx. 54, Lv. 79 Ofício n.º 772 de 11/06/1932 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1493] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Mç. 179, Cx. 46, Lv. 79, 'Mapa comparativo da Receita Orçada e Cobrada de Julho de 1930 a Maio de 1931', de 11/06/1931, elaborado pela repartição de finanças da C.M. de Setúbal e enviada para o Diretor-Geral da DGAPC.
[1494] CARVALHO, Mário José de, "O Comércio de Vinhos – Uma representação" in *Correio do Sado*, n.º 10 de 27/06/1932, p. 2.

Em junho de 1932, a crise política derivada das dificuldades financeiras da C.M. Setúbal mereceu a atenção do diretor geral do Ministério do Interior. Este apontou culpas à "*primeira comissão administrativa que esteve à frente do Município, depois do 28 de Maio de 1926,* [porque] *excedeu as suas possibilidades financeiras, preparando ao futuro do município a situação por que está passando*"[1495]. A par destes problemas, o número de desempregados (cerca de 15 mil) era «assustador», razão pela qual o executivo tentou abrir diversas obras públicas para o reduzir[1496]: "*É certo que a crise de trabalho se verifica em todo o País, mas ela será, talvez, e nas devidas proporções, muito maior nesta cidade, se considerarmos que a sua população, na sua quase totalidade, é constituída por operários de fábricas de conservas e pescadores*"[1497].

Um vasto grupo de representantes de pequenas empresas locais ou de companhias nacionais reuniram-se, em julho de 1932, no sentido de exporem à edilidade a difícil situação económica gerada pelo facto da C.M. de Setúbal estar a "*demorar extraordinariamente as liquidações dos seus débitos e, sobretudo, a imobilização de alguns destes (as chamadas contas passivas das anteriores vereações), cujos graves prejuízos são manifestos para os credores nestas condições*"[1498]. Dois meses depois, o município tinha mais de 160 entidades públicas e privadas como credores, revelador da sensível posição em que se encontrava.[1499] Estes estabelecimentos estavam à beira de entrar em incumprimento e outras à beira da falência, contribuindo para a situação de descrédito da municipalidade nos mercados. Observe-se o desespero da tipografia *Reis & Correia*: "*A grave crise que Setúbal atravessa de uma forma assustadora e que amargamente tem feito sentir seus efeitos na nossa vida comercial* […] *o doloroso facto da nossa casa precisar, para pagamentos a credores, da importância quase total dos nossos créditos à Câmara* […] *vimo-nos sobre o abismo da insolvência*"[1500].

[1495] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Mç. 187, Cx. 54, Lv. 79, Informação de 20/06/1932 do Diretor-Geral da DGAPC do Ministério do Interior.
[1496] "O trabalho perseverante da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal" in *Correio do Sado*, n.º 11 de 18/08/1932, p. 1.
[1497] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 103, Lv. 48, Ofício n.º 778 de 15/06/1932 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Comércio.
[1498] ACMF, Empréstimos às Câmaras Municipais, Setúbal, Cx. 218, Proc. 'Pagamento de dívidas e melhoramentos vários (1927-1941)', Cópia de exposição de 15/07/1932 da comissão dos credores da C.M. de Setúbal para o Presidente da C.M. de Setúbal. Particulares e empresas que assinam a exposição: *Companhia Portuguesa dos Petróleos Atlantic*; *Francisco Baltazar Revez, Filhos & C.ª Lda.*; *Santos Carreira & Fernandes*, *Reis & Correia*; Joaquim Guerreiro Cabeçadas; Joaquim Bento dos Santos; Paulo Correia; Tobias Leocádio Xavier; Henrique Augusto Rosa; José Guilherme dos Santos.
[1499] *Idem*, Relação de 03/11/1932 assinada pelo Chefe da Repartição de Finanças da C.M. de Setúbal.
[1500] *Idem*, Cópia de ofício s/ref.ª de 31/03/1933 enviado pela *Reis & Correia* para o Ministro do Interior.

A autarquia também estava em falta com empresas estrangeiras. A firma de Antuérpia, *United Gordon Works*, já depois de ter apelado inconsequentemente à ação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por via do embaixador da Bélgica em Lisboa, requereu a atenção de Oliveira Salazar, a quem expôs que o município de Setúbal tinha em débito 35 mil escudos, respeitantes a fornecimentos de produtos metalúrgicos.[1501] A legação da Alemanha em Portugal, do mesmo modo, pressionou as autoridades nacionais para que a autarquia setubalense pagasse 910 mil escudos à AEG pelo processo de instalação da luz elétrica na cidade.[1502] A pressão exercida pelo embaixador alemão na capital para "*que a Câmara Municipal fosse colocada na situação de poder satisfazer os seus compromissos*"[1503] foi ao encontro dos desejos da comissão administrativa: obrigar o Governo a mobilizar recursos para a restauração financeira municipal. Um imposto de 'salvação pública' ou um empréstimo de 4 mil contos, à taxa de 7%, foram apresentados como medidas que poderiam, de uma vez por todas, travar a bola de neve.[1504]

O conjunto de credores da C.M. de Setúbal constituiu uma comissão de delegados, que se reuniu com o Ministro do Interior, no início de março de 1933, para coagir o Governo a aprovar um empréstimo para o município, a contrair na C.G.D., para se proceder à liquidação das dívidas aos fornecedores.[1505] Na representação que entregaram ao Governo evocaram o desespero das sua suas empresas e a importância de garantir o empréstimo, "*libertando, assim, os seus fornecedores da asfixia em que até aqui têm vivido*"[1506]. A má imagem externa do município, envolvendo pressão diplomática, foi o sinal de alerta para o Governo procurar solucionar os problemas financeiros, causa primária da instabilidade política camarária. Com receio de uma nova demissão coletiva, o pedido de criação de um regime excecional de tributação para Setúbal, numa lógica semelhante à taxa *ad-valorem*, foi aceite.

[1501] ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, IN-A2, Pt. 6, Ofício HD-6.022 de 13/03/1933 enviado pelo Diretor da *United Gordon Works* para o Ministro das Finanças.
[1502] ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida pelo Gabinete do Ministro, Mç. 457, NT 329, Pt [17/7], Ofício n.º 110 de 08/06/1932 enviado pelo Secretário-Geral da Direcção-Geral dos Negócios Políticos do MNE para o Secretário-Geral do Ministério do Interior.
[1503] *Idem*, Cópia traduzida de ofício de 18/05/1932 enviado pelo Secretário-Geral da Direcção-Geral dos Negócios Políticos do MNE para o Ministro da Legação da Alemanha em Portugal.
[1504] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 55, Lv. 18, Ata da sessão de 08/03/1933 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal.
[1505] "Interesses regionais: O Município de Setúbal carece de um empréstimo para pagar as suas dívidas" in *O Século*, edição de 03/03/1933, p. 3.
[1506] ACMF, Empréstimos às Câmaras Municipais, Setúbal, Cx. 218, Proc. 'Pagamento de dívidas e melhoramentos vários (1927-1941)', Exposição de 01/03/1933 enviado pela comissão de credores da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.

Em 4 de outubro de 1932, a segunda alínea do art.º 10 do Decreto-Lei n.º 21702, autorizou o município a restabelecer a taxa de $25 sobre cada litro de vinho "*desde que o rendimento por ela produzido tenha exclusiva aplicação no pagamento sucessivo de juros e capital da dívida à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência*"[1507]. Aplicava-se a tabernas, hotéis, restaurantes, pensões, casas de pasto, drogarias, farmácias, mercearias, fábricas de licores e outros estabelecimentos comerciais.[1508] O Governo não se preocupou com os protestos dos viticultores e comerciantes de vinho de Setúbal que, ainda no executivo de Luís de Macedo e Castro, produziram manifestos críticos dos impostos municipais sobre os vinhos: "*são elevadíssimos sem razão e sem necessidade*"[1509].

Da leitura do relatório da Inspeção-Geral de Finanças, de 1944, compreende-se plenamente que a manutenção do imposto *ad-valorem* – abolido em todo o País em 1928, exceto para Setúbal e Vila Nova de Gaia – e o restabelecimento do imposto sobre os vinhos para os $25 foi, em todos os sentidos, «excecional» por contrariar a filosofia económica do Estado Novo. O Decreto-Lei n.º 23795 foi promulgado no intuito exclusivo de "*acudir à ruína financeira em que o Município então e encontrava*"[1510]. Em abril de 1934, a legislação estabeleceu como teto máximo a cobrar o valor de 1 600 000$00, reduzido, pouco depois, para 1 450 000$00.[1511] Este esteve sempre longe de ser alcançado, multiplicando-se o contrabando e a fuga ao fisco por parte dos contribuintes. Em média, até ao final dos anos 30, apenas se atingiu cerca de 900 000$00.[1512] **[Tabela – Rendimento do imposto sobre o vinho cobrado pela C.M. de Setúbal (1928-1940)]**

No decurso do segundo mandato do major António Joaquim de Melo, que terminou em 26 de setembro de 1933[1513], o processo de reconstrução dos Paços do Concelho assistiu novamente a avanços significativos, apesar das diversas interrupções que se foram verificando (reinícios em 29/05/1932 e 29/03/1933), por falta de fundos para compra de matérias-primas e necessidades de desviar verbas para pagamentos de salários

[1507] Decreto-Lei n.º 21702 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 233 de 04/10/1932.
[1508] C.M. de Setúbal, *Imposto de consumo sobre bebidas alcoólicas – ano de 1934*, s.e., Setúbal, 1934.
[1509] AA.VV., *Relatório e Contas da Comissão que administrou a Câmara Municipal de Setúbal desde 14 de janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, p. 54.
[1510] TRISTÃO, Jaime M, *Cópia dactilografa de Relatório da Inspecção-Geral de Finanças*, Setúbal, 1944.
[1511] Decreto-Lei n.º 23795 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 96 de 25/04/1934. Decreto-Lei n.º 24114 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 151 de 29/06/1934.
[1512] C.M. de Setúbal, *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1941*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1942, p. 11-12.
[1513] ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspecção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás, Alvará de 27/09/1933 do Governador Civil de Setúbal.

em atraso de trabalhadores.[1514] O eng.º António Nunes Correia procedeu a algumas alterações ao projeto de Raúl Lino[1515] e foi garantido que o Comissariado do Desemprego cobriria 50% das despesas, totais através do pagamento da mão-de-obra, prevendo-se, também, o apoio financeiro da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.[1516]

Mais importante foi a publicação do Decreto-Lei n.º 22.378, que autorizou a autarquia a ceder ao Estado o edifício do Liceu de Bocage e garantia que o Governo despenderia 25 000 000$ na reconstrução dos Paços do Concelho como contrapartida. A lei assumia que o município não possuía meios para a envergadura da obra e que este trabalho era "*uma das mais instantes necessidades daquele concelho*"[1517]. O município abdicou, ainda, das indemnizações relativas ao incêndio que destruiu os antigos Paços do Concelho. Esta publicação possibilitou o retomar das obras de reconstrução entre o final de março e o início de abril de 1933[1518]. Estas terminaram apenas em 1938.

A incapacidade da gestão administrativa do major António Joaquim de Melo em "*aproximar-se sequer do equilíbrio orçamental*"[1519] foi transmitida pelo Diretor-Geral da DGAPC do Ministério do Interior ao Sub-Secretário de Estado do Ministério das Finanças, relembrando que os funcionários camarários tinham vencimentos em atraso.[1520] Os problemas desta natureza perduraram nos mandatos seguintes, durante toda a década.

No meio deste panorama ocorreu o Plebiscito Nacional, em 19 de março de 1933, com vista à aprovação da Constituição que inaugurou a República Corporativa: "*O panorama é estranho e lembra os prolegómenos das grandes convulsões históricas e dos grandes acontecimentos humanos, a queda do Império, a invasão dos bárbaros, a revolução francesa e a Grande Guerra. É neste ambiente de incerteza que surge ao plebiscito do País a nova Constituição política, baseada na organização da Família*"[1521].

[1514] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, cx. 102, Lv. 44, Ofício n.º 922 de 16/02/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[1515] CORREIA, eng.º António Nunes, "Paços do Concelho" in *Eco de Setúbal*, n.º 2 de 15/01/1933, p. 14.
[1516] "A Câmara Municipal está trabalhando com acerto" in *Eco de Setúbal*, n.º 1 de 29/12/1932, p. 6. A obra foi adjudicada à firma de Júlio Alves Correia. "Figuras e Factos" in *Boletim da Junta de Província da Extremadura – 1940,* JPE Edições, Lisboa, 1942, p. 130.
[1517] Decreto-Lei n.º 22378 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 74 de 31/03/1933.
[1518] QUINTAS, Maria da Conceição, *Monografia de S. Julião – Setúbal*, Caminho, Lisboa, 1993, pp. 169-171.
[1519] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Copiadores de Correspondência Expedida, Lv. n.º 165, Ofício c/ref.ª T-1/11 de 17/07/1933 enviado pelo Director-Geral da DGAPC do Ministério do Interior para o Sub-Secretário de Estado do Ministério das Finanças.
[1520] ACMF, Empréstimos às Câmaras Municipais, Setúbal, Cx. 218, Proc. 'Pagamento de dívidas e melhoramentos vários (1927-1941)', Exposição de 28/04/1933 da C.M.S para o Ministro do Interior.
[1521] *Égo* (pseudónimo), "A nova Constituição" in *O Sado*, n.º 203 de 19/03/1933, p. 1.

4.2. O agudizar da crise económica setubalense e a propaganda do 'progresso' (1926-1933)

4.2.1. A escassez do peixe 'dourado' e a implementação do defeso

> "*A crise que actualmente as indústrias atravessam teve o seu início em 1924, tomando proporções de tal ordem que, em 1925, a fome alastrava* […] *Decorreu o ano de 1925, entrámos em 1926 debaixo do mesmo aguaceiro de miséria e de ruína, que nos trouxe até ao deplorável estado em que nos encontramos em 1927*"[1522].

Um dos mais dramáticos problemas associados ao desenvolvimento económico de Setúbal foi a incapacidade das 'forças vivas' em combaterem a dependência da pesca e da indústria conserveira. Esta reflexão foi expressa pelo eng.º Carlos Manitto Torres em *O futuro de Setúbal e os pontos cardeais da sua prosperidade* (1950), explicando que as cíclicas faltas de pescado estiveram na génese das várias crises locais ao longo do tempo.[1523]Foram estes repetidos contextos de estagnação produtiva que retiraram à cidade o estatuto de "*grande centro de pesca dos cercos americanos a remos e a vapor*"[1524].

Como tal, o insucesso nas capturas de sardinha, que começou a intensificar-se a partir de meados do 1.º semestre de 1924, foi a raiz de todos os dilemas económico-sociais (desemprego, fome e miséria) vivenciados à beira Sado, no decurso da segunda metade dos anos 20, e que se prolongaram durante todo o decénio seguinte: "*num espaço inferior de 10 anos* [1924-1934]*, a respetiva indústria* [da pesca] *passa do seu ponto de máxima prosperidade para uma situação de quase completa ruína*"[1525]. A ausência de dados empíricos coevos dificulta a avaliação concreta das causas que justificaram o aparente esgotamento do *stock* de sardinha na costa. Recordando a incessante necessidade da principal matéria-prima da indústria conserveira (o peixe «dourado»), no quadro da Grande Guerra e na fase inicial do pós-guerra, compreende-se como as múltiplas modalidades da intensificação da pesca foram a razão para a fuga da espécie.

A introdução dos vapores, a presença de cercos de outros territórios (*e.g.* Espanha, Lisboa ou Algarve), a utilização de técnicas de captura nocivas (*e.g.* artes da sacada ou de arrasto), o desrespeito pelo período da desova ou a pesca de espécies infantis foram

[1522] SILVA, Artur, "Coincidências funestas" in *A Indústria*, n.º 187 de 11/02/1927, p. 1.
[1523] TORRES, eng.º Carlos Manitto, *O futuro de Setúbal e os pontos cardeais da sua prosperidade*, Tip. Simões, Setúbal, 1950, p. 31.
[1524] CRUZ, Salviano in "Economia das Pescas em Portugal: A Indústria de Conservas de Peixe" in *Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, n.os 1-6, Estudos Económico-Sociais, Lisboa, 1955-1958, p. 132.
[1525] ROQUETTE, José Brás, "Setúbal e os problemas da pesca" in *Setúbal e os problemas da sua economia*, Grémio do Comércio de Setúbal, Setúbal, 1949, p. 34.

algumas das formas de sobre-exploração da costa: "*a pesca em Setúbal está de há muito tempo se exercendo de um modo empírico e desastrado, sem se olhar aos meios, sem se atender a processos e tendo em vista unicamente atingir os fins: apanhar peixe*"[1526].

Estas práticas prejudiciais à renovação geracional das espécies eram reconhecidas pelos contemporâneos, que as associavam à crise sardinheira. Por ocasião do III Congresso Nacional Operário, em 1922, os dirigentes da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal denunciaram a ação danosa dos vapores, que não evitavam os lanços de petinga e utilizavam explosivos.[1527] A utilização de dinamite foi frequente e contínua, promovendo um ritmo contínuo de ações nefastas à preservação da espécie.[1528] Como exemplo, em setembro de 1933, quatro marítimos foram presos por pescarem com explosivos, sendo apreendidas 4 mil cápsulas detonadoras.[1529] Alguns pescadores associaram a caça de baleias, efetuada pela *Sociedade Portuguesa de Pesca de Cetáceos*, à 'fuga da sardinha' por aplicar dinamite.[1530] Em 1942, o oceanógrafo Luís Gonzaga do Nascimento publicou *As escolas de pesca e a sua importância na formação cultural do pescador*, criticando o pescador setubalense «chinchorreiro», que não evitava capturar espécies infantis, mesmo com pouco valor comercial.[1531]

Em efeito dominó, a escassez de sardinha atingiu todas as peças da vida económica regional, da primeira à última, provocando sérias consequências poucos meses após o 28 de Maio: "*Chegou à última miséria o nosso pescador. Encontra-se irremediavelmente perdido* […] *As classes de terra sofrem as agruras da falta de pesca, andando os operários* […] *dispersos pelos arredores da cidade, pedindo esmola*"[1532]. Ninguém ficou imune às dificuldades, retratando os caixeiros sadinos que, no início de 1927, se estava perante a "*mais aguda crise de que se guarda memória*"[1533].

[1526] *Max* (pseudónimo), "A Pesca I" in *Sado-Reclame*, n.º 152 de 01/03/1931, p. 1.
[1527] Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal, *Reclamações apresentadas pela Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal ao 3.º Congresso Nacional Operário realizado na cidade da Covilhã nos dias 1, 2, 3 e 4 de Outubro de 1922*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1922, p. 4.
[1528] "A indústria da pesca em Setúbal – Um abuso que urge punir com todo o rigor da lei" in *Eco de Setúbal*, n.º 13 de 20/09/1933, p. 24.
[1529] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 251, Ofícios n.os 1345 e 1389 de 25/09/1933 e de 04/10/1933 enviados pelo Capitão do porto de Setúbal ao Diretor-Geral da Segurança Pública e ao Diretor do Posto Antropomórfico. Os detidos: Domingos Cação Ribeiro, José Augusto Patero, Joaquim da Cruz Patero e Delfim de Oliveira.
[1530] SILVA, Artur, "Males e remédios" in *A Indústria*, n.º 184 de 21/01/1927, p. 1.
[1531] NASCIMENTO, Luís Gonzaga do, *As escolas de pesca e a sua importância na formação cultural do pescador*, separata do jornal *A Indústria*, Tip. Simões, Setúbal, 1942, pp. 28-29 e 36.
[1532] SILVA, Artur, "O perigo avizinha-se" in *A Indústria*, n.º 206 de 24/06/1927, p. 1.
[1533] Z. B., "Crónica da Quinzena – A crise da pesca" in *Alvorada*, n.º 138 de 20/02/1927, p. 1.

Pela mesma altura, o diretor d'*A Indústria* declarou que o setor da pesca setubalense passava pela maior recessão dos últimos quinze anos. Na capa chamou-se a atenção do Governo para a redução dos impostos em prol da sobrevivência das empresas.[1534] O administrador do concelho de Setúbal, ao tomar conhecimento da falência de dez artes de pesca e que outras dez se encontravam à beira da insolvência, estava apreensivo: "*as indústrias de conservas e de pesca desta cidade estão atravessando a maior crise de todos os tempos e, consequentemente, encontram-se submetidos à maior das misérias*"[1535]. O mesmo fez o edil à época, Carlos Botelho Moniz: "*Ao principiar o corrente ano de 1927, a crise económica e financeira da cidade e do concelho de Setúbal agravara-se consideravelmente. A indústria das conservas de peixe estava quase completamente paralisada, pela contínua falta de peixe*"[1536].

A escassez do peixe 'dourado' gerou uma gigantesca desvalorização dos bens das cooperativas de pesca, sucumbindo a maioria.[1537] As divergências da política financeira nestes anos em matéria cambial provocaram efeitos diretos na desvalorização dos lucros da pesca setubalense.[1538] Com as embarcações paralisadas e intensamente pressionados pelos credores, os proprietários dos vapores, que em média tinham adquirido estas embarcações por cerca de 600 contos, viram-se obrigados a vendê-las por preços 10x mais baixos[1539]: "*A maior parte dos cercos estão desarmados, a apodrecer ou no meio do rio ou encalhados nas praias* [...] *Isto acarreta o desemprego de muitas centenas de marítimos e, portanto, a fome tem invadido os seus lares*"[1540]. Outros marítimos, arrestados pelo tribunal, viram-se forçados a dedicar a sua atividade à captura de peixe grosso em "*pequenos aparelhos de pesca onde quase nada ganham*"[1541].

[1534] SILVA, Artur, "A derrocada - A indústria da pesca agoniza e com ela morre a indústria das conservas" in *A Indústria*, n.º 182 de 07/01/1927, p. 1.
[1535] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv. n.º 8, Ofício n.º 90-A de 22/01/1927 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1536] MONIZ, Carlos Botelho, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1927, p. 20.
[1537] MOTA, António Alves da, "A soçobrar" in *A Indústria*, n.º 235 de 13/01/1928, p. 1.
[1538] Com o general Sinel de Cordes na pasta das Finanças, a estabilização da moeda assentou num grande empréstimo externo e a recuperação económica no fomento estimulado por fundos estatais. Por seu turno, com Oliveira Salazar, a ditadura financeira baseou-se na restrição orçamental, no controlo das despesas públicas e na defesa da balança comercial. MADUREIRA, Arnaldo, *28 de Maio: A génese do Estado Novo – O golpe militar e a ascensão do autoritarismo*, Clube do Autor, Lisboa, 2016, pp. 241-242.
[1539] "Outro caminho" in *A Indústria*, n.º 253 de 18/05/1928, p. 1.
[1540] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 43, Ofício n.º 1050 de 02/09/1927 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Chefe do Departamento Marítimo do Centro.
[1541] SILVA, Artur, "Quadros da vida: Os pescadores" in *A Indústria*, n.º 239 de 10/02/1928, p. 2.

Os armadores mais influentes também sentiram os efeitos da recessão, vendo-se incapazes de manter a sua atividade a um ritmo normal devido ao aumento dos seus encargos. Para compensar os prejuízos exigiram renegociar os valores definidos nos contratos de matrícula das companhas, baixando salários e percentagens sobre os lucros.[1542] O capitão do porto de Setúbal apoiou este pedido, argumentando que era um sacrifício necessário para evitar que a totalidade dos cercos desarmassem e gerassem a "*miséria absoluta em todos os lares*"[1543]. Esta postura funcionou como suavização do pico de tensão entre armadores e capitania perante os protestos dos primeiros em torno da alteração das datas das vistorias às suas embarcações e a elevação dos custos das respetivas tarifas, em setembro de 1926.[1544]

Ao longo dos sete anos da Ditadura Militar, a pesca em Setúbal passou – *grosso modo* - por três microciclos distintos: 1926-1927; 1928-1929; 1930-1933. No primeiro, observou-se uma queda acentuada dos lucros por comparação com os anos precedentes, acompanhando a inconsistência do valor do escudo e, principalmente, a escassez de sardinha: 1924 – 49384 contos; 1925 – 33478 contos; 1926 – 24571 contos; 1927 – 25292 contos. Em menos de três anos, os proveitos da pesca sadina decaíram para metade, contribuindo extraordinariamente para a recessão económica da cidade. Analisando apenas os rendimentos provenientes da captura de sardinha, compreende-se o peso (mais de 90%) que esta espécie possuía no setor localmente: 1924 - 46346 contos; 1927 - 21518 contos. No período ulterior, a estabilização do escudo e a parcial reconstituição do *stock* de sardinha garantiram uma recuperação significativa para os níveis verificados no regime liberal republicano: 1928 - 36813 contos; 1929 - 45729 contos.

No arco cronológico de 1931-1933, os rendimentos anuais da pesca de Setúbal foram inferiores a 18 mil contos (os mais baixos desde o pós-guerra), denunciando a queda vertiginosa do valor da sardinha devido à crise financeira internacional, à forte concorrência externa, à introdução de políticas protecionistas noutros países e à perda de contratos e de mercados por parte do setor industrial conserveiro[1545]: 1930 - 29868 contos;

[1542] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 18, Exposição de 30/03/1927 enviada pelos Delegados da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal para Capitão do porto de Setúbal.
[1543] *Idem*, Ofício s/ref.ª de 11/04/1927 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Presidente da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal.
[1544] Mário Lêdo e César Romano Baptista, presidente e vice-presidente da secção de pesca da Associação Comercial e Industrial de Setúbal, foram os dinamizadores da paralisação das artes de pesca, durante uma semana, contra estas decisões. "O conflito com as artes de pesca e a capitania do porto" in *A Indústria*, n.º 165 de 10/09/1926, p. 1. CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 40, Ofícios n.os 1000 e 1019 de 08/09/1926 e de 13/09/1926 enviados pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1545] GARRIDO, Álvaro, *As pescas em Portugal*, Fund. Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2018, p. 36.

1931 - 17879 contos; 1932 - 16562 contos; 1933 - 17681 contos. **[Tabela - Rendimentos do peixe capturado em Setúbal (1910-1939) (contos)]** Em apenas dois anos, a média dos preços da sardinha, na lota industrial, baixou muitíssimo, passando de rondar entre os 50$00 a 100$00 por canastra, no 1.º semestre de 1930, para variar entre os 5$00 e os 25$00, no 2.º semestre de 1931.[1546] **[Tabela - Média dos preços da sardinha na lota industrial de Setúbal (1930-1931)]** Sem surpresa, o reconhecido armador Jaime Machado, abordando o contexto da indústria pesqueira local, em março de 1933, afirmou que esta se encontrava "*quase completamente arruinada*"[1547].

A progressiva falência das sociedades de pesca foi inevitável por os custos de exploração das artes de pesca gerarem prejuízo: "*o cerco americano, tal como está constituído em Setúbal, é uma arte excessivamente cara e ruinosa* [...] *Os cercos dizem que não podem vender a sardinha mais barata, pois que pelo preço actual já perdem dinheiro*"[1548]. Como uma verdadeira bola de neve, os fabricantes conserveiros rejeitaram produzir enlatados de sardinha perante a extraordinária desvalorização dos seus produtos: "*industriais há que declaram que, nem mesmo de graça que lhes oferecessem o peixe, o aceitariam para, nas suas fábricas, ser manipulado* [...] *Os preços das conservas descem a ponto de ser pago por uma caixa, o valor da mesma sem peixe*"[1549].

Num espaço de tempo inferior a uma década, mais de três dezenas de cercos de pesca, registados na capitania do porto de Setúbal, declararam insolvência: 1923 – 51; 1932 – 19. Os anos da Ditadura Militar foram um verdadeiro desastre económico para este ramo de atividade, manifestando-se com evidência no número de marítimos no ativo em Setúbal. Se em 1926 estavam matriculados 5216 pescadores, em 1932 esse número passou para cerca de metade (2638). O decréscimo foi progressivo (1927 - 4755; 1928 - 4284; 1929 - 4472; 1930 - 3921; 1931 - 3952; 1932 - 2638). **[Tabela - N.º de pescadores matriculados em Setúbal (1905-1936)]** Nos anos pós-*crash*, entre outubro de 1929 e junho de 1932, faliram 15 cercos e 1200 marítimos perderam o seu meio de subsistência.

Em poucos anos (1927-1932), uma costa que era alvo da sobre-exploração piscatória passou a correr o risco inverso: "*os cercos de pesca, que há bem pouco tempo*

[1546] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Sado, Setúbal, 1932, p. 11.
[1547] "Fala o centro de Setúbal – por intermédio do inteligente armador, sr. Jaime Machado" in *Eco de Setúbal*, n.º 6 de 30/03/1933, pp. 12-13.
[1548] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 44, Ofício n.º 936 de 06/08/1928 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1549] SILVA, Artur, "Bradar no deserto" in *A Indústria*, n.º 446 de 04/06/1932, p. 1.

eram em número superior aos que a costa podia comportar, que hoje são o suficiente, amanhã serão em número tão reduzido que não chegarão para abastecer a quantidade de fábricas que tem Setúbal"[1550]. Este dramático contexto prosseguiu ao longo dos anos 30, atingindo, em 1937, um mínimo de apenas 12 cercos a vapor: "*não há armadores de cercos que estejam ricos; pelo contrário estão todos crivados de dívidas, na maioria insolventes*"[1551]. **[Tabela – N.º de cercos à vela e a vapor registados na capitania do porto de Setúbal (1903-1937)]** A redução dos lucros da pesca, da quantidade de peixe capturado ou do número de pescadores e cercos no ativo não representou, porém, que Setúbal tenha perdido o estatuto de um dos mais importantes portos de pesca de Portugal continental. À exceção de Leixões e de Lisboa, nenhum outro se aproximava do porto de Setúbal, demonstrando que a onda recessiva era generalizada. **[Tabela – Rendimentos da pesca nos principais portos continentais portugueses (1922-1932)]**

Em resultado destas dificuldades e por a escassez de sardinha não ter significado um aumento do seu preço, os proprietários dos cercos, matriculados no Sado, procuraram reivindicar soluções para a pesca. **[Tabela - Quantidade e valores da pesca em Setúbal (1928-1940) (ton./contos)]** Em outubro de 1931, resolveram protestar contra os «preços ruinosos» com que a sardinha era vendida, desarmando coletivamente todas as artes de pesca. Esta tomada de decisão revela o contexto financeiro insuportável em que se encontravam os armadores.[1552] Pouco antes, com o intuito de procurarem obter uma oferta mais diversificada de compradores e, por conseguinte, o aumento do custo de cada canastra, solicitaram autorização para que os fabricantes conserveiros espanhóis negociassem na lota industrial setubalense.[1553] Em junho de 1932, uma comissão de armadores pediu a redução temporária de 50% dos encargos do Estado, a imposição de um preço mínimo de 25$00 por canastra e um empréstimo global de 100 contos para aliviar a pressão que atravessavam.[1554]

A exigência de medidas de contingência não era de agora, nem exclusiva aos armadores. Um significativo grupo de industriais conserveiros, juntamente com alguma imprensa local, em 1926, impulsionaram um "*movimento tendente a obter a promulgação*

[1550] "Artes de Pesca" in *A Indústria*, n.º 241 de 24/02/1928, p. 1.
[1551] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 250, Ofício n.º 674 de 19/04/1933 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1552] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 266, Ofício n.º 16 de 08/10/1931 enviado pelo presidente da Associação dos Armadores de Pesca de Setúbal para o Capitão do porto de Setúbal.
[1553] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 246, Ofício urgente n.º 945 de 20/07/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para a secção de fabricantes da Associação Comercial e Industrial de Setúbal.
[1554] "O grave problema da exportação de conservas" in *A Indústria*, n.º 447 de 10/06/1932, p. 2.

de medidas destinadas a criar uma época de defeso da pesca de sardinha"[1555] e proibir a utilização de cercos americanos, traineiras e outras artes em determinadas circunstâncias. Entre estes, encontrava-se o industrial e jornalista Artur Silva que recordou como era frequente estabelecerem-se acordos para um 'defeso informal' antes de 1914. As brutais transformações produtivas no setor conserveiro local, ocorridas ao longo da Grande Guerra, interromperam o descanso temporário das águas da costa, como resultados das incessantes necessidades externas de consumo: "*Continuamente batida, a sardinha foge ao grande número dos seus perseguidores, afastando-se, assim, dos pontos onde vulgarmente, em épocas próprias, era pescada com certa regularidade*"[1556]. O mesmo fabricante, em agosto de 1926, propôs que o defeso fosse adotado, em Setúbal, no período correspondente de 15 de fevereiro a 30 abril, mantendo a pesca do carapau para não provocar mais desemprego e garantir o abastecimento ao público.[1557]

Acumulando vasta experiência no terreno, o capitão do porto de Setúbal era favorável à implementação do defeso formal. Através de um relatório confidencial, datado de agosto de 1927, o capitão-tenente José Vicente Lopes indicou um conjunto de medidas para solucionar a crise económica da cidade do Sado: a) limitar o número de cercos matriculados na capitania de Setúbal; b) extinguir as artes de sacada; c) proibir artes matriculadas num departamento fossem pescar noutro; d) criar escolas de pesca; e) fornecer os meios necessários para uma permanente fiscalização; f) implementar o defeso da captura da sardinha. Para a escassez da 'espécie dourada' apontou o dedo aos cercos de diferentes pontos do País por terem intensificado a pesca "*de tal maneira, de dia e de noite, que a sardinha foi escasseando até que desapareceu*"[1558].

No caso das artes de sacada, o capitão do porto de Setúbal assegurou autorização para executar um plano para a sua extinção gradual, estabelecendo números máximos por ano: 1928 – 20 licenças; 1929 – 10 licenças; 1930 – proibição definitiva. Com origem em Sesimbra no pós-guerra, a sua regulação fora aprovada pelo Decreto-Lei n.º 13902[1559], mas era alvo de críticas, uma vez que utilizava detritos de peixe, misturados com areia ou sal, como isco, colocando em risco a preservação das espécies: "*o peixe ingere esse isco*

[1555] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 40, Ofício nº 1106 de 11/10/1926 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal.
[1556] SILVA, Artur, "O defeso da pesca" in *A Indústria*, n.º 161 de 13/08/1926, p. 1.
[1557] "O defeso da pesca" in *A Indústria*, n.º 163 de 27/08/1926, p. 1.
[1558] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidencial de 05/08/1927 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para a Direção de Pescarias da Direcção-Geral de Marinha.
[1559] Decreto-Lei n.º 13902 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 140 de 05/07/1927.

e morre envenenado, se não tem tempo para o digerir"[1560]. As classes marítimas de Sesimbra e Setúbal ainda reclamarem por providências por este tipo de pesca ser usado como autossubsistência.[1561] A comissão local de pescarias seguiu os mesmos princípios e foi unânime ao aceitar uma proposta do capitão do porto de Setúbal, limitando em 30 o número de licenças para cercos americanos registados na capitania "*para evitar a perseguição violenta e intensivamente exercida sobre a sardinha na nossa costa*"[1562].

A perceção de que existia a necessidade de formalizar um debate sério em torno destas questões ganhou dimensão pública, em 27 de setembro de 1926, na sede da Associação Comercial e Industrial de Setúbal. Na sessão que ali teve lugar, estiveram presentes vários delegados de outros portos, nomeadamente Sebastião Ramirez (futuro ministro do Comércio e Indústria). Discutiram-se diversos pontos da crise da pesca e das conservas portuguesas, optando-se por convocar, para o ano seguinte, um congresso nacional, que se centrasse na avaliação destas matérias.[1563] A ideia não era nova.[1564] O I Congresso Nacional de Pesca e Conservas decorreu, entre os dias 11 e 14 de dezembro de 1927, no edifício do *Club* Setubalense[1565], e foi organizado por figuras da praça setubalense.[1566] O evento foi recebido com grande expectativa por armadores, conserveiros, exportadores e comerciantes: "*deve ter o significado de um acontecimento de consequências preciosas para a vida económica do país*"[1567]. Sucessivas edições d'*A Indústria* enalteceram, com traços propagandísticos, que o congresso marcaria uma nova etapa e um virar de página, trazendo consigo o fim da crise. A sessão de abertura contou com discursos do Presidente da República, Óscar Carmona, e de vários ministros.[1568]

O presidente da Associação Industrial Portuguesa, João Mendes Cabeçadas, na antevisão do congresso, fez questão de estipular o conjunto de medidas que considerava

[1560] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 407, Ofício n.º 286 de 06/03/1929 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[1561] "Uma reunião" in *A Cidade*, n.º 5 de 31/03/1929, p. 3.
[1562] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 47, Ofício s/ref.ª de 25/01/1929 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal.
[1563] "Uma grande reunião" e "A grande reunião de segunda-feira" in *A Indústria*, n.ºs 167 e 168 de 24/09/1926 e de 01/10/1926, p. 1 e p. 1.
[1564] Em 1913, onze industriais conserveiros sadinos reuniram-se para organizar um colóquio desta natureza. "Indústria das Conservas" in *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Setúbal*, II série, n.º 5 de 31/05/1913, pp. 1-2.
[1565] RODRIGUES, Joaquim Vieira, *A indústria de conservas de peixe no Algarve (1865-1945)*, Arandis, Faro, 2022, pp. 100-101.
[1566] "Congresso de Pesca e Conservas" in *A Indústria*, n.º 227 de 18/11/1927, pp. 1-2. Elementos da comissão organizadora: César Bastos Romano Baptista, Adriano Gonçalves de Morais, Francisco José Guerra, João Maria da Silva, Eduardo Ahrens Novais e Jaime Augusto Machado.
[1567] "O Congresso" in *A Indústria*, n.º 230 de 11/12/1927, p. 1.
[1568] "Pelo ressurgimento de Portugal" in *A Indústria*, n.º 231 de 16/12/1927, pp. 1-2.

essenciais à resolução da crise da pesca e das conservas: estabelecimento do defeso durante a desova; proibição de pescar sardinhas abaixo dos 11 centímetros; limitar o número de cercos a vapor; limitar o número de fábricas de conservas; abolir impostos sobre a exportação; estabelecer a livre importação de óleos e azeites comestíveis em regime de *drawback*; fiscalizar a mercadoria produzida.[1569] A discussão concentrou-se na possibilidade de se fundar uma associação nacional de conserveiros, de se uniformizarem preços, de se reverem tratados comerciais, de se criar um crédito industrial aos produtores ou de se remodelarem os Armazéns Gerais Industriais.[1570]

Entre os vários conferencistas presentes, merecem realce Marcelino Carlos, Luís José Supico e João Francisco Leote. O primeiro, na palestra "Organização e Necessidades da Indústria da Pesca" sublinhou a urgência em se travarem as artes de pesca nocivas, de se estabelecer o crédito marítimo e a formação dos pescadores através de escolas de pesca.[1571] João Francisco Leote expressou a urgência em se criar um organismo tutelar para a indústria e insistiu pelo crédito industrial.[1572] Finalmente, Luís José Supico foi um dos principais adeptos do defeso para se contrariar o desregrado desenvolvimento da indústria de conservas durante a Grande Guerra, "*causa remota e essencial da atual crise*"[1573]. Na sua perspetiva, era preferível um sacrifício anual à miséria permanente, demonstrando que a desova, no final de 1927, foi mais abundante em consequência dos defesos 'involuntários' de 1925/1926 (inverno excecionalmente rigoroso) e de 1926/1927 (paralisação de cerca de 50% das embarcações devido à crise setorial). Resultou na moção em prol da promulgação do defeso da pesca da sardinha por 2 ou 3 meses.[1574]

Na latitude setubalense, na perspetiva do capitão-tenente José Vicente Lopes, a escassez de sardinha de 1924-1928, por ter sido responsável pela falência de um elevadíssimo número de fábricas de conservas e de cercos de pesca, permitiu o «descanso forçado» da costa. A relativa recuperação de *stock* da espécie, que se verificou em 1928/1929[1575], demonstrou os sucessos que poderiam advir da introdução do defeso. Os

[1569] CABEÇADAS, João Mendes, "A tarefa do Congresso" in *A Indústria*, n.º 230 de 11/12/1927, p. 3.
[1570] ALMEIDA, Andreia da Silva, *A indústria conserveira de Sesimbra (1933-1945)*, Novas Edições Académicas, s.l., 2015, pp. 99-101.
[1571] CARLOS, M., *Organização e necessidades da indústria da pesca*, Imprensa da Armada, Lisboa, 1928.
[1572] DUARTE, Maria João Raminhos, *Portimão – Industriais Conserveiros na 1.ª metade do século XX*, Colibri, Lisboa, 2003, p. 113.
[1573] SUPICO, Luís José, *Estudos sobre causas da crise na pesca da sardinha e dos meios prováveis de as atenuar*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1927, p. 17.
[1574] COELHO, Mariano, "O defeso da pesca da sardinha" in *A Indústria*, n.º 236 de 20/01/1928, p. 1.
[1575] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 47, Ofício n.º 47 de 12/01/1929 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.

cercos setubalenses não capitalizaram com este breve retorno da sardinha, sofrendo com a concorrência direta de 14 cercos algarvios. Em protesto, o capitão do porto de Setúbal reivindicou legislação que impedisse embarcações registadas em determinados departamentos pescarem livremente noutros: "*depois que comeram toda a carne que puderam encontrar no mar de Setúbal, deixaram os ossos aos pescadores daqui*"[1576].

As conclusões do I Congresso Nacional de Pesca e Conservas surtiram efeitos de curto-prazo e de grande transformação para ambos os setores na longa duração. De imediato, os marítimos e operários conserveiros, que vinham sentindo as dificuldades provocadas pelo desemprego, reclamaram junto do ministério da Marinha contra a moção pró-defeso, receando um crescimento abrupto do já elevado número de indivíduos sem meios de sustento.[1577] Os delegados sindicais anteciparam que a introdução do defeso simbolizaria uma descida a um inferno dantesco (como se verificou): "*Os operários desempregados de Setúbal têm fome!*"[1578]. *O Setubalense* encarou o defeso como necessário, mas uma medida que tinha de "*ser posta em prática com todas as cautelas, de forma a não prejudicar os operários que só do mar vivem única e exclusivamente*"[1579].

A generalidade dos industriais conserveiros, em contraste, observou o defeso como uma oportunidade única para legitimar a redução legal dos custos do trabalho e recuperar os níveis quantitativos/qualitativos da sardinha, procurando convencer os marítimos a se concentrarem na pesca de outras espécies: "*Pois não será mais lógico e aceitável o defeso, tal qual se pretende, do que o defeso forçado a que temos sido obrigados de há anos a esta data?*"[1580].

As modalidades da aplicação do defeso e a promoção de políticas públicas de assistência ao operariado e aos pescadores exigiam consensos entre os fabricantes, armadores e entidades tutelares. Na transição da década de 1920 para os anos 30, a concertação foi complexa. Mário Lêdo, um dos mais destacados fabricantes conserveiros, defendia que a implementação do defeso em Setúbal apenas fazia sentido, após uma investigação sobre a assistência aos trabalhadores do setor.[1581] Os industriais

[1576] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 44, Ofício n.º 1562 de 22/12/1928 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1577] "Ter pressa" in *A Indústria*, n.º 237 de 27/01/1928, p. 3.
[1578] COSTA, Joaquim da, "A fome em Setúbal" in *A Vitória*, n.º 11 de 10/03/1930, p. 2.
[1579] "A questão da pesca" in *O Setubalense*, n.º 3337 de 07/03/1929, p. 1.
[1580] SILVA, Artur, "Defeso forçado" in *A Indústria*, n.º 243 de 09/03/1928, p. 1.
[1581] LÊDO, Mário, "Defeso e Consórcio – A verdade" in *Eco de Setúbal*, n.º 1 de 29/12/1932, pp. 10-11.

financeiramente menos musculados apontaram o defeso como elemento potenciador do monopólio, funcionando como 'darwinismo empresarial'.[1582]

Em 16 de dezembro de 1931, numa reunião nacional, o modelo do defeso voltou a ser discutido, sendo este votado favoravelmente por maioria.[1583] Os delegados de Setúbal votaram contra. Joaquim Lança, secretário da União dos Interesses Económicos e futuro Governador Civil de Setúbal, exigiu da elite governativa uma atenção especial para o concelho das margens do Sado, evocando a especificidade do seu perfil mono-industrial, que não era comparável às outras cidades conserveiras, e alertando para vaga de desemprego originada pelo defeso.[1584] Ao contrário dos outros centros conserveiros, Setúbal não fabricava conservas de atum, carapau, espadilha ou cavala, sofrendo muito mais os efeitos do defeso.[1585] Este encontro recebeu críticas do periódico local dos fabricantes, que o apelidou de «torneio relâmpago», em que, em apenas duas horas e meia e sem espaço para grande discussão, foram votadas decisões importantes para o setor.[1586]

Apenas em meados de 1932, se assistiu a um certo assentimento entre a maioria dos fabricantes setubalenses, sugerindo um defeso obrigatório de apenas dois meses, sublinhando que a paralisação das fábricas durante 1/3 do ano (quatro meses) representaria um desastre para o comércio local, que dependia do consumo dos marítimos e das operárias[1587], e abriria portas à afirmação da competição: "*a concorrência estranha* [...] *lançou-se desesperadamente sobre mercados que foram tradicionalmente nossos, sacrificando os seus preços na ânsia de nos arrebatar a clientela*"[1588]. Os produtores conserveiros espanhóis souberam aproveitar, não só a introdução do defeso em Portugal, como a crise de escassez de sardinha, aumentando os seus níveis de exportação, a partir de 1927, para os valores mais altos em três décadas.[1589] **[Tabela – Exportação espanhola de conservas de peixe de peixe (1910-1934) (ton.)]** O mesmo sucedeu com a produção

[1582] MARTINS, F., "Pesca e Conservas" in *A Cidade*, n.º 2 de 10/03/1929, p. 1.
[1583] DUARTE, Maria João Raminhos, *Portimão – Industriais Conserveiros na 1.ª metade do século XX*, Colibri, Lisboa, 2003, p. 117.
[1584] LANÇA, Joaquim, "O fabrico de inverno e a assistência ao operariado" in *A Indústria*, n.º 433 de 25/12/1931, p. 1.
[1585] "A contribuição industrial de Setúbal: uma representação da Associação Comercial e Industrial ao sr. Ministro das Finanças" in *A Indústria*, n.º 488 de 12/05/1933, p. 3.
[1586] SERRA, Jorge Miguel Robalo Duarte, *O nascimento de um império conserveiro: «A Casa Fialho» (1892-1939)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FLUP, Porto, 2007, pp. 80-82.
[1587] PEREIRA, Leonardo, "Ouvindo o acreditado e inteligente exportador sr. Leonardo Pereira" e "A indústria de conservas" in *Eco de Setúbal*, n.º 1 de 29/12/1932, p. 14 e p. 17.
[1588] *X* (pseudónimo), "Um perigo a conjurar" in *A Indústria*, n.º 483 de 31/03/1933, p. 1.
[1589] ABREU, Luísa Fernanda, "The fish canning sector in Spain: Galicia, Vigo Estuary, 1900-2003" in *Regional and Sectoral Economic Studies*, vol. 13-2, Euro-American Association of Economic Development, s.l., 2013, p. 16.

conserveira norte-americana que, entre 1925 e 1927, penetrou nos mercados latinos.[1590] Preocupados com os efeitos devastadores para a economia local, uma comissão de fabricantes de conservas dirigiu-se ao Ministro do Comércio e Indústria, requisitando, para o ano de 1933, a redução do defeso para dois meses (maio e junho), prevendo um «pesadelo» sem a implementação de apoios sociais aos operários.[1591]

De pouco valeu. O defeso do fabrico de conservas de sardinha no Departamento Marítimo do Centro - onde se inseria Setúbal -, para os anos de 1933 e 1934, ficou definido para iniciar em 15 de janeiro e terminar em 15 de maio.[1592] O major António Joaquim de Melo, presidente da C.M. de Setúbal, recorreu junto da tutela para alterar o prazo estabelecido, sintetizando o penoso impacto que teria para o concelho: "*Assim, vivendo a população da cidade de Setúbal quase que exclusivamente da indústria das conservas, visto que, a parte que não se emprega nela directamente, beneficia e está dependente da sua prosperidade, certamente que, sujeitando-se à dura prova de durante quatro meses a ver paralisada, terá de supor ter os seus efeitos ruinosos*"[1593]. O mesmo fez o anterior edil, Luís de Macedo e Castro, que, ao tomar conhecimento de que o setor conserveiro passaria de um defeso obrigatório de 2 meses (1932) para um de 4 meses (1933 e 1934), expôs a necessidade de se colocarem em prática contingências para o desemprego não tomar "*proporções de bastante gravidade*"[1594].

Na tentativa de atenuar estas preocupações, em 27 de dezembro de 1932, foi criada uma comissão para estudar a assistência ao operariado durante o defeso que se aproximava. Porém, faltavam pouco mais de 15 dias para se iniciar a interrupção formal da captura de sardinha e da produção de latas de conservas, deixando pouca margem para a análise e, mais relevante, para a resolução burocrática do que fosse necessário aprovar superiormente.[1595] **[Tabela - Comissão de assistência ao operariado conserveiro de Setúbal, criada ao abrigo do art.º 24 do Decreto-Lei n.º 21622, de 27/08/1932]** A comissão, composta por nove elementos (entre eles Mário Lêdo, Mathias Perienes, Carlos

[1590] HENRIQUES, Francisco Maia, *Indústria, Comércio Externo e Intervenção Pública. As Conservas de Peixe no Estado Novo (1927-1972)*, Tese de Doutoramento em História, s.l., Lisboa, 2022, p. 37.
[1591] "Representação ao Exmo. Senhor Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura" in *A Indústria*, n.º 467 de 16/12/1932, pp. 1-2.
[1592] Decreto-Lei n.º 21621 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 201 de 27/08/1932.
[1593] ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 463, [pt. 17/3], Exposição de 28/12/1932 enviada pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura.
[1594] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 45, Ofício n.º 629 de 09/03/1932 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[1595] "Centro – Setúbal" in *A Indústria*, n.º 469 de 31/12/1932, p. 1.

Homem de Figueiredo ou José Viegas), denotou que o fundo de reserva para a assistência, gerado a partir de uma percentagem que recaía sobre a exportação de cada empresa, era insuficiente para o número de trabalhadores de Setúbal, pelo que o Consórcio Português de Conservas de Sardinha teria que facultar uma quantia muito considerável: "*é exígua a verba de que dispomos neste primeiro ano para enfrentarmos a paralisação do fabrico de conservas de sardinhas*"[1596]. O plano de assistência previa um total de 1 520 736$00 escudos para distribuir por 4112 mulheres, por 796 trabalhadores, por 426 soldadores, por 103 carregadores de peixe, por 44 apanhadores de peixe e por 37 ajudantes.[1597]

Mais grave que a diminuta verba para distribuir pelos operários conserveiros era a marginalização de todos os trabalhadores das indústrias anexas (pescadores, caixoteiros, entre outros), cujas firmas dependiam diretamente das necessidades das fábricas de conservas de peixe.[1598] Segundo Jaime Madeira, destacado armador sadino, as 67 fábricas de conservas existentes em 1932, contavam com cerca de 6700 funcionários, mas entre litógrafos, caixoteiros, condutores de carroças ou operários das secções de 'vazio', o universo conserveiro era responsável por 9 mil postos de trabalho. Mais de 2 mil não estavam abrangidos no plano de assistência.[1599] Compreendendo os riscos políticos e sociais desta questão, o comandante da PSP de Setúbal, tenente António Inocêncio Moreira de Carvalho, insistiu junto do município para que fosse solicitado um apoio do Estado, a rondar os 500 mil escudos, para atribuir aos marítimos locais.[1600] O capitão do porto de Setúbal discordava preconceituosamente da atribuição deste subsídio.[1601].

No final do defeso de 1933, após o retorno às fábricas, o pesadelo continuou e é vísivel nas palavras da *Gazeta de Setúbal*: "*É angustioso o estado económico da cidade. Após quatro meses de paralisação forçada da indústria das conservas, todos esperavam que, ao terminar o defeso, a normalidade do trabalho voltasse para recuperar em parte, um pouco do perdido* [...] *Não sucedeu assim* [...] *esta cidade parece estar na agonia*"[1602].

[1596] "Serviços de assistência ao operariado conserveiro das fábricas de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 473 de 27/01/1933, pp. 1-2.
[1597] "A Comissão de Assistência aos Operários da Indústria de conservas de Setúbal e os seus trabalhos" in *A Indústria*, n.º 498 de 21/07/1933, p. 1.
[1598] "Factos & Comentários: Defeso e desemprego" in *A Indústria*, n.º 474 de 03/02/1933, p. 1.
[1599] MADEIRA, Jaime, "O ilustre sr. Jaime Madeira fala-nos do defeso e suas consequências" in *Eco de Setúbal*, n.º 1 de 29/12/1932, p. 5.
[1600] "Subsídio aos pescadores" in *Eco de Setúbal*, n.º 3 de 30/01/1933, p. 11.
[1601] Alegou que estes marítimos gastavam todo o dinheiro na bebida, que os filhos se manteriam a pedir esmolas e as mulheres dedicadas à prostituição: "*O subsídio aos pescadores não o acho necessário e julgo-o até perigoso*". CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidencial de 30/01/1933 enviada pelo capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1602] "Setúbal e o seu actual estado económico" in *Gazeta de Setúbal*, n.º 2 de 10/06/1933, p. 1.

4.2.2. O declínio da indústria conserveira setubalense e os primeiros reflexos do 'condicionamento industrial'

> "*Mas a guerra desapareceu, a normalidade voltou e, hoje, a vida regularizou-se, ficando na indústria de conservas as firmas que cimentaram os alicerces da sua existência futura*."[1603]

Arrastada pela crise da pesca de sardinha e pela introdução do defeso, a indústria de conservas de peixe setubalense vivia uma «crise angustiosa», que se prolongou até ao início da II Guerra Mundial. No início de 1927, uma manchete d'*A Indústria* espelhava os dilemas associados à interdependência da pesca com a produção de enlatados: "*A indústria da pesca agoniza e com ela morre a indústria das conservas*"[1604]. A escassez da principal matéria-prima funcionou sempre como fator disruptivo do setor, mas a dimensão da das dificuldades era mais globalizante. Faltava carvão, surgiram obstáculos à importação de azeite, o preço do gás subiu e os impostos continuavam em vigor, colocando os fabricantes, inclusive os mais abastados, em posições frágeis, "*lutando com grandes dificuldades, com sérios embaraços para manterem os seus operários*"[1605].

Sendo reconhecido por todos que a produção nacional de azeite era insuficiente para o abastecimento das unidades fabris[1606], a decisão do governo da Ditadura Militar em promulgar legislação de cariz autárcico, para proteger a CUF, foi um rude golpe nos interesses dos conserveiros. Para além das taxas de importação dos óleos comestíveis terem sido incrementadas (o que reduziu a possibilidade de serem alternativas ao azeite)[1607] e da sua compra depender de autorização prévia da Bolsa Agrícola, foi proibido importar azeite.[1608] A Associação Comercial e Industrial de Setúbal instou para que estas medidas fossem revogadas em consequência da escalada do preço deste produto.[1609]

O mesmo organismo procurou exercer a sua influência por via de uma exposição para que fosse permitida a importação temporária de óleos comestíveis para as fábricas, bem como a garantia da redução das taxas alfandegárias dos óleos provenientes de

---

[1603] H.N., "Setúbal faz-se representar na Exposição Industrial Portuguesa por intermédio da sua principal indústria - a das conservas" in *Correio do Sado*, n.º 13 de 14/10/1932, p. 1.
[1604] SILVA, Artur, "A derrocada - A indústria da pesca agoniza e com ela morre a indústria das conservas" in *A Indústria*, n.º 182 de 07/01/1927, p. 1.
[1605] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 35, NT 990, Ofício s/ref.ª de 06/12/1926 enviado pelo delegado da secção dos fabricantes da Associação Comercial e Industrial de Setúbal para o Governo Civil de Lisboa.
[1606] Para se compreender a gravidade do problema, a importação de azeite para Setúbal, em 1928, foi de apenas 123 toneladas, quando, entre 1926 e 1933, em média, foram importadas 691,8 toneladas. **[Tabela - Principais mercadorias importadas pelo porto de Setúbal, 1910-1939]**
[1607] Decreto-Lei n.º 12380 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 215 de 27/09/1926.
[1608] Decreto-Lei n.º 14169 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 187 de 27/08/1927.
[1609] SILVA, Artur, "A questão dos azeites" in *A Indústria*, n.º 218 de 16/09/1927, p. 1.

Espanha, Inglaterra, França ou Noruega. As autoridades competentes foram alertadas de que o setor se viria forçado "*a uma paralisação forçada, atirando-se com milhares de trabalhadores para os horrores duma forçada falta de trabalho*"[1610]. O encerramento concretizou-se, em junho de 1927, pela carência de sardinha e óleos comestíveis.[1611]

Um dos destacados industriais conserveiros locais, Adriano Gonçalves de Morais, manifestou a sua discordância para com a publicação do Decreto-Lei n.º 14169, de agosto de 1927, sobre a proibição de importação de azeite. Numa assembleia de delegados da indústria, segundo um artigo censurado d'*O Século*, apelidou o decreto de "*iníquo e absurdo*"[1612], tendo-se debatido a possibilidade de se declarar *lock-out* como protesto. Sem impacto, em junho de 1928, o Ministério da Agricultura autorizou a livre exportação de azeite, não reservando quantias para a produção de conservas de peixe.[1613]

As relações tensas entre o município de Setúbal e a fábrica de gás, explorada pelas *Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade*, também se repercutiram no quotidiano produtivo do mundo conserveiro. Até à instalação da rede elétrica, em 1930, o gasómetro era responsável pela iluminação pública da cidade e por garantir serviços de cariz industrial. A empresa ameaçou, em mais que uma ocasião, em 1927[1614] e em 1928[1615], com a interrupção do fornecimento de energia, reclamando contra incumprimentos por parte do município. Estes diferendos atingiram o ponto de ebulição, em junho de 1932, correndo a fábrica de gás o risco de encerrar, colocando os industriais em embaraços por não terem possibilidade de colocar as suas unidades em funcionamento durante a noite. Os responsáveis pela empresa, que empregava cerca de 300 trabalhadores, colocaram o município em tribunal. O edil em funções procurou um acordo, que satisfizesse as partes envolvidas: 20% de desconto para os estabelecimentos industriais; pagar os débitos.[1616]

[1610] ANTT, Ministério da Agricultura, Gabinete do Ministro, Correspondência Expedida e Recebida, Cx. 1169, Mç. 31, Exposição de 29/03/1927 enviada pela Associação Comercial e Industrial de Setúbal e pela Associação Industrial Portuguesa para o Ministro da Agricultura.
[1611] SILVA, Artur, "O perigo avizinha-se" in *A Indústria*, n.º 206 de 24/06/1927, p. 1.
[1612] ANTT, Empresa Pública Jornal 'O Século', Cortes de Censura, Cx. 5, Mç. 10, Artigo "Do nosso enviado especial" da edição censurada de 06/09/1927 d'*O Século*.
[1613] COELHO, Mariano Augusto, "Azeite e óleos" in *A Indústria*, n.º 258 de 22/06/1928, p. 1.
[1614] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 32, Ofício n.º 626 de 29/06/1927 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para os Diretores das *Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade*.
[1615] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 37, Ofício n.º 641 de 19/11/1928 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal.
[1616] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 103, Lv. 48, Ofícios n.os 677 e 762 de 19/04/1932 e de 11/06/1932 enviados pelo Presidente da C.M. de Setúbal para as *Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade*.

No plano da carga fiscal, a esmagadora maioria dos fabricantes setubalenses exigiram, no decurso de 1926 e 1927, a redução dos impostos e medidas de contingência, para se solucionar a crise económica regional.[1617] Neste conjunto de medidas encontram-se: moratórias para as contribuições ao Estado em débito; diminuição das avenças nas diferentes repartições; permissão para a importação de óleos comestíveis em regime de *drawback*; revisão da lei do imposto de transação; facilitar o acesso ao carvão para as embarcações de pesca; solicitação de um empréstimo de 5 mil contos para repartir pelos dois setores (pesca e conservas); reintrodução dos Armazéns Gerais Industriais.[1618]

A extinção da taxa *ad-valorem*[1619] era, desde há muitos anos, o principal objetivo de todos os produtores conserveiros locais, contrastando com os autarcas setubalenses, conscientes da importância decisiva do imposto para o equilíbrio financeiro dos cofres camarários. Carlos Botelho Moniz denunciou a longa "*campanha política que por todos os meios procura inutilizar a acção desta Comissão Administrativa, impossibilitando-a de bem administrar o Município*"[1620]. Era uma questão de sobrevivência e de garantia de proteção das margens de lucro. Com o aumento da percentagem em prol da Misericórdia de Setúbal, em 1917[1621], assistiu-se a uma permanente fuga à Alfândega de Setúbal, exportando-se pela delegação aduaneira da capital: "*Dadas as facilidades de camionagem que transporta para Cacilhas essa mercadoria* [conservas de peixe], *que para se eximir ao pagamento do referido adicional* [ad-valorem], *procura embarcar, sempre que possível, no porto de Lisboa*"[1622]. Isto é, o custo dos fretes de Setúbal para Cacilhas e de Cacilhas para Lisboa compensava o não pagamento do imposto na alfândega sadina.[1623] E esta questão manteve-se até à extinção do imposto. Com o deflagrar da II Guerra

[1617] "Indústria da pesca e das conservas" e "A crise da pesca e das conservas" in *A Indústria*, n.os 191 e 194, de 11/03/1927 e de 01/04/1927, p. 1 e p. 1.
[1618] "O Ministro das Finanças ouve as nossas reclamações" e "A importante reunião de domingo na Associação Comercial e Industrial" in *A Indústria*, n.os 179 e 186 de 17/12/1926 e de 04/02/1927, p. 1 e p. 2. Os armazéns abriram no pós-guerra e encerraram em período que não foi possível apurar "A falta de pesca" e "Armazéns Gerais" in *A Indústria*, n.º 373 de 12/09/1930, p. 1.
[1619] Este imposto incidia sobre todas as mercadorias exportadas pelo porto de Setúbal, tendo como fim a acumulação de capital para as obras de reestrutração portuária e apoiar a Misericórdia de Setúbal.
[1620] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 30, Ofício s./ref.ª de 21/10/1926 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Presidente do Ministério.
[1621] FERREIRA, Diogo, "A «Pandemia Esquecida»: a cidade do Sado durante o tempo negro da Gripe Pneumónica (1918-1919)" in *Centenário da Gripe Pneumónica: A pandemia em retrospetiva. Portugal 1918-1919*, org: AA.VV., IGAS/IHC/CNCP, Lisboa, 2019, p. 143.
[1622] APLSS, Fundo dos portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura orgânica e funcional, Documentação estruturante, Cx. 23, Capilha n.º 341, Ofício n.º 341 de 05/04/1938 enviado pelo Presidente da Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[1623] CLARO, Rogério, *12 anos de deputado*, vol. I, edição de autor, Évora, s.d., pp. 240-242.

Mundial e a repetida necessidade de consumo das tropas, o ex-edil, Luís de Macedo e Castro, assumiu, em 1941: "*aumentava dia a dia a saída de conservas desta cidade para Lisboa para ali embarcar e, portanto, sem o pagamento do imposto ad-valorem*"[1624].

Em maio de 1928, os exportadores portugueses aplaudiram a abolição deste imposto, ao contrário dos fabricantes conserveiros setubalenses. De acordo com o art.º 55 do Decreto-Lei n.º 15465, os municípios de Vila Nova de Gaia e de Setúbal permaneciam "*autorizados a cobrar o referido imposto enquanto se mostrar que é indispensável à manutenção dos seus serviços*"[1625]. O empréstimo de 5 mil contos, contraído pelo município para concretizar o programa de obras públicas delineados pela comissão administrativa saída do 28 de Maio, tinha como uma das garantias apresentadas o imposto *ad-valorem*, obrigando à criação de um regime de exceção até à sua liquidação.[1626]

As crónicas amargas n'*A Indústria* ecoaram, sublinhando que surgia uma dificuldade acrescida: a desigualdade competitiva para com os produtos algarvios e dos restantes centros conserveiros. Segundo as suas contas, um fabricante do Sul despachava mil caixas de conservas por 800$00, enquanto um de Setúbal exportava por 2600$00 ou 2800$00 a mesma quantidade.[1627] Daqui em diante, os industriais conserveiros setubalenses atravessaram fortes obstáculos para "*bater a própria concorrência interna*"[1628]. Esta realidade piorou, em 1930, quando a C.M. de Setúbal deu início – pela primeira vez - à cobrança de taxas anuais de licenciamento, previstas no art.º 2 da Lei n.º 999, de 15 de julho de 1920.[1629]

Os custos de produção do setor, em Setúbal, eram efetivamente mais altos, colocando este centro conserveiro em clara desvantagem. Os salários praticados, em 1933, à beira Sado, eram – em média - de 13$16 (homens) e de 8$17 (mulheres), valores bem acima dos restantes. Em Vila Real de Santo António, por exemplo, os homens auferiam 7$61 e as mulheres 4$26. **[Tabela - Salários médios do pessoal assalariado da indústria conserveira em Portugal (1933)]** No mesmo ano, o preço médio da sardinha para conservas na lota era muito mais alto em Setúbal (1$36) do que em

[1624] Misericórdia de Setúbal, *Exposição feita em sessão da Assembleia Geral de 15 de fevereiro de 1940 pelo provedor Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, acerca da administração da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal desde 1 de julho de 1934 a 31 de dezembro de 1939*, Tip. Sado, Setúbal, 1941, s.p.
[1625] Decreto-lei n.º 15465 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 109 de 14/05/1928.
[1626] "O *ad-valorem*" in *A Indústria*, n.º 253 de 18/05/1928, p. 1.
[1627] PEREIRA, L., "A crise…" in *A Indústria*, n.º 388 de 19/12/1930, p. 1.
[1628] CLARO, Rogério, *12 anos de deputado*, vol. I, edição de autor, Évora, s,d., p. 178.
[1629] ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 450, [pt. 2/3], Ofício s/ref.ª de 28/10/1930 enviado pelo Secretário-Geral da União dos Interesses Económicos para o Ministro das Finanças.

Matosinhos ($42), Peniche ($73), Olhão ($94) ou Lagos (1$19). **[Tabela - Preços médios da sardinha para conservas por centro industrial (1933)]**

A decadência do universo conserveiro, a partir de 1927, teve um efeito direto na intervenção social da Misericórdia de Setúbal. Com a redução dos níveis de exportação, as quantias que entravam através do *ad-valorem* na instituição eram menores e, por conseguinte, não eram aplicadas no combate à mendicidade ou à fome.[1630] Em 1941, Luís de Macedo e Castro, que fora provedor, rememorou o parecer da comissão revisora das contas da administração de 1933/1934: "*A vida da nossa Misericórdia está intimamente ligada à vida económica de Setúbal que, nos últimos dois anos, se tem agravado duma forma bastante sensível, resultando que verbas que foram orçamentadas em bases consideradas quase certas, foram apuradas na realidade com diferenças negativas muito importantes*"[1631]. O mesmo sentiu a Junta Autónoma das Obras do Porto, nos anos de 1929/1933, decaindo sucessivamente a receita proveniente do *ad-valorem* "*devido principalmente à grande crise que a indústria das conservas tem atravessado*"[1632].

Ambas as instituições, cuja gestão dependia diretamente dos lucros provenientes do imposto *ad-valorem*, sofreram as consequências financeiras da escassez da sardinha e do declínio da indústria conserveira. A primeira assistiu a uma queda de rendimentos de 686 246$77 (1926) para 433 519$11 (1927). **[Tabela – Receita do imposto *ad-valorem* para a Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado (1924-1930)]** Os anos económicos de 1926/1927 (275 347$76) e de 1927/1928 (266 589$30) foram dos mais nefastos para os cofres da Misericórdia de Setúbal. No *pós-crash*, a instituição assistiu continuadamente aos baixos rendimentos desta receita, que, em média nos anos de 1930/1934, atingiu os 354 776$00, tendo épocas abaixo dos 300 mil escudos (1932/1933 – 274 334$72; 1933/1934 – 292 124$60). **[Tabela – Evolução da receita cobrada pela taxa *ad-valorem* em favor da Misericórdia de Setúbal (1924-1939)]**

Na tentativa de equilibrar os interesses do comércio piscatório e aliviar a pressão sentida pelos armadores, a cobrança de imposto de 3% *ad-valorem* sobre o pescado foi suspensa pelo Decreto-Lei n.º 16309.[1633] Desta feita não foi aberta nenhuma exceção. Esta decisão não suavizou, todavia, o crescimento significativo do contrabando marítimo

[1630] "A assistência e a crise local" in *A Indústria*, n.º 184 de 21/01/1927, p. 1.
[1631] Misericórdia de Setúbal, *op. cit.*, s.p.
[1632] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, p. 17.
[1633] Decreto-Lei n.º 16309 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 300 de 29/12/1928.

e da fuga ao fisco, que se verificou no final da década de 1920, e que forçou a intervenção das autoridades, muito em particular através da criação de novos postos de fiscalização.[1634] Junto à fábrica da SAPEC, a zona ribeirinha da Estrada da Graça tornou-se palco quotidiano de venda ilícita de pescado ao público[1635], apesar de ali ter sido criado um posto fiscal.[1636] Numa lógica semelhante, a Torre do Outão, a partir de 1927, possuiu um posto habilitado a coletar taxas sobre o pescado[1637] e o portinho da Arrábida foi alvo de maior vigilância, por alegadamente ali desembarcar armamento clandestinamente.[1638]

A corrupção estava igualmente presente na venda de peixe no Mercado do Livramento e na lota.[1639] No mercado, de acordo com a Guarda Fiscal, era "*impossível fazer-se qualquer fiscalização rigorosa, pois que ali reina a desordem*"[1640]. A medida que gerou mais efeitos no combate à fuga ao fisco foi o desdobramento da lota de peixe de Setúbal em duas: lota industrial (venda de peixe exclusivamente para fábricas de conservas e para o exterior, com entrada de embarcações com mínimo de 10 canastras) e lota de consumo (funcionava no Mercado do Livramento, onde se vendiam pequenas porções de peixe para o consumo público, pequena indústria e comércio interno).[1641]

A criação da lota industrial, que funcionava no cais flutuante da Junta Autónoma, teve como objetivo impedir que se praticassem "*actos menos regulares e até prejudiciais quer para a indústria da pesca, quer para a indústria das conservas*"[1642]. O seu regulamento foi preparado em parceria com entidades estatais para apertar a vigilância, passando a exigir a apresentação de cartões identificativos na entrada das instalações e pôr termo aos apelidados «piratas» (indivíduos que roubavam pescado nos buques).[1643] Do mesmo modo, quis combater processos antiquados, como a venda 'a olho' das

[1634] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 40, Ofício s/ref.ª de 11/08/1926 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1635] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 20, Ofício n.º 838 de 18/07/1928 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o comandante da secção da Guarda Fiscal de Setúbal.
[1636] Portaria n.º 4956 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 155 de 22/07/1927. Portaria n.º 5417 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 130 de 08/06/1928.
[1637] Portaria n.º 4833 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 54 de 16/03/1927.
[1638] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Extra-Confidencial de 08/06/1927 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1639] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 265, Ofício n.º 1272 de 13/10/1930 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o chefe da Delegação Aduaneira de Setúbal.
[1640] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 44, Ofício n.º 1259 de 19/10/1928 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o comandante da secção da Guarda Fiscal de Setúbal.
[1641] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 21, Ofício n.º 503 de 28/05/1929 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Comandante da PSP de Setúbal.
[1642] Decreto-Lei n.º 18101 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 63 de 18/03/1930.
[1643] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Cópia de confidencial de 26/09/1930 enviada pela Direção de Pescarias para a Direção-Geral de Marinha.

canastras, sem uniformidade, peso ou medida. As suas disposições geraram muita controvérsia. Em julho de 1930, circulou o manifesto 'Ao povo de Setúbal', criticando a obrigatoriedade dos cartões.[1644] Em março de 1932, o panfleto 'E agora… que mais há a dizer?' apresentava as reclamações dos descarregadores contra o funcionamento da lota, tendo estes trabalhadores ameaçado interromper as suas funções.[1645]

À medida que todas estas questões relativas à pesca e às conservas de peixe (elevada carga fiscal, escassez de matéria-prima, desequilíbrios nos câmbios ou falências de empresas) foram emergindo, as sugestões saídas do I Congresso Nacional de Pesca e Conservas eram o caminho a trilhar. Em março de 1928, o Governo nomeou uma comissão (Sebastião Ramirez, Júdice Fialho e João Mendes Cabeçadas) destinada a examinar as moções apresentadas, acabando por ter intervenção direta na formulação das leis que se seguiram a médio-prazo, correspondendo a alterações estruturais à organização, produção e exportação do setor conserveiro português.

No governo do general Vicente de Freitas, a indústria conserveira iniciou uma Era intervencionista e pré-corporativa, marcada pela regulamentação e pelo controlo estatal através da publicação de dois Decretos-Lei: 15489[1646] e 15581[1647]. Passou a ser proibido o estabelecimento de novas empresas destinadas ao exercício de pesca ou fabrico de conservas de peixe, bem como o registo de galeões, cercos ou traineiras.[1648] De acordo com José Maria Brandão de Brito, esta legislação representou o gérmen da política de 'condicionamento industrial', tendo surgido como ferramenta de combate às sucessivas crises conserveiras. Tornou-se, simultaneamente, num "*instrumento da política industrial destinado à reorganização de alguns poucos sectores da actividade: moagem, resinosos e conservas de peixe*"[1649]. Na sequência desta perspetiva, Nuno Luís Madureira considerou que o setor foi uma experiência laboratorial para o modelo corporativo.[1650]

A oficialização da proibição de se criarem firmas ocorreu numa fase em que, paradoxalmente, diversas empresas estavam a declarar insolvência e se assistia a um

[1644] "Nota oficiosa" in *A Indústria*, n.º 313 de 12/07/1929, p. 1.
[1645] "E agora…que mais se há a dizer?" in *A Indústria*, n.º 440 de 25/03/1932, pp. 1-2.
[1646] Decreto-Lei n.º 15489 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 113 de 18/05/1928
[1647] Decreto-Lei n.º 15581 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 136 de 15/06/1928.
[1648] GARRIDO, Álvaro, *As pescas em Portugal*, Fund. Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2018, p. 33.
[1649] BRITO, José Maria Brandão de, *O Condicionamento Industrial e o Processo Português de Industrialização após a Segunda Grande Guerra*, vol. I, Tese de Doutoramento em Economia, ISEUTL, Lisboa, 1987, p. 133.
[1650] MADUREIRA, Nuno Luís, "Cartelization and corporatism: bureaucratic rule in authoritarian Portugal, 1926-45" in *Journal of Contemporary History*, vol. 42, SAGE Publications, 2007, pp. 79-96.

progressivo declínio das unidades fabris sediadas à beira Sado. Tendo o ano de 1924 como referência, por ter sido o ano em que surgiram os fortes sinais de escassez de sardinha, das 96 unidades produtoras registadas naquele ano **[Tabela - Firmas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1924)]**, restavam 75 em 1927 **[Tabela - Firmas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1927)]** e, em 1932, esse número baixou para 66. **[Tabela - Firmas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1932)]** Balizando o período entre o pós-guerra e o início do Estado Novo, o número é ilustrativo da dimensão da decadência do setor, em Setúbal, após o apogeu da Grande Guerra: 1920 (cerca de 120 - número que é discutível[1651]); 1934 (68 fábricas de conservas). **[Tabela - Empresas de conservas de peixes com fábricas em Setúbal inscritas no C.P.C.S. (1934)]** Apenas entre 1926 e junho de 1928, 26 fábricas de conservas sadinas declaram falência. Naquele último mês, outras 8 encontravam-se de portas fechadas, desconhecendo-se se voltariam a abrir.[1652] No verão de 1927, várias fábricas encerraram forçosamente por não terem capacidade financeira para adquirem pescado a preços tão altos: "*as que trabalham estão perdendo um mínimo de trinta escudos em cada caixa de conserva fabricada*"[1653].

A vertiginosa queda do número de fábricas de conservas de peixe, em Setúbal, perpetuou-se ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950: 1935 - 54 ou 59; 1938/1939 – 50; 1946 – 45; 1953 - 39. **[Tabelas – 'Evolução do número de fábricas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1854-1964)' e 'Firmas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1935)]** Este ritmo de diminuição foi de âmbito nacional. Se em 1924 se atingiu o recorde de 400 fábricas de conservas de peixe, em 1934 restavam 204. **[Tabela - N.º aproximado de estabelecimentos de conservas de peixe em Portugal]**

Infelizmente, apesar do redobrado esforço de pesquisa estatística, não existem fontes fiáveis, para a década de 1920, que nos auxiliem a compreender a evolução do número de trabalhadores que prestavam serviço no setor. Acompanhando o encerramento dos estabelecimentos industriais locais, terão perdido o seu emprego cerca de 3 mil operários conserveiros. Em 1933, dedicavam-se 6967 operários à indústria em 59 firmas **[Tabelas – Valores do peixe vendido na lota industrial de Setúbal aos fabricantes de**

[1651] O levantamento efetuado por Madureira Lopes e Alberto Sousa Pereira indica que, para o ano de 1920, existiam, pelo menos, 95 fábricas e um máximo de 132. PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Bairro Santos Nicolau – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2012, p. 37.
[1652]ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão da Informação e Documentação, Organização e Recuperação, Correspondência Expedida, Copiador de correspondência expedida pela 1.ª secção – 1928, Ofício n.º 514 de 08/06/1928 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro das Finanças.
[1653] "Notas da Semana" in *A Semana de Setúbal*, n.º 7 de 21/08/1927, p. 1.

conservas (1933)], em contraste com os alegados 10000 que estariam em meados de 1920. E este decréscimo foi sucessivo até ao final do decénio de 1930: 1934 (6530); 1936 (6281); 1937 (5637); 1938 (5383). **[Tabela - N.º de operários na indústria de conservas de peixe em Setúbal, 1912-1957)]**

A preocupação quanto às falências foi acompanhada pela perspetiva de que chegara o momento para pôr termo às empresas conserveiras, cujas práticas prejudicavam a imagem externa da marca setubalense através, por exemplo, da adulteração de matérias-primas. O capitão do porto de Setúbal, José Vicente Lopes, insistiu junto das entidades competentes para que as fábricas fossem alvo de inspeções higiénico-sanitárias. Estas demonstrariam as irregularidades praticadas, aconselhando os inspetores a obrigarem os trabalhadores a incendiarem as roupas de serviço, dada a sua contaminação: "*Há fábricas, em Setúbal, instaladas em barracões asquerosos, atapetados de desperdícios de peixe já secos e moídos pelos pés e que exalam cheiros insuportáveis; sem ar e sem luz para o fabrico, nem para os operários que nelas trabalham* […] *O pequeno industrial, se é que merece tal nome, pois não passa de um traficante de conservas, compra as chamadas proas* [peixe exposto ao ar no convés] *por preços ínfimos, e é com esse peixe, absolutamente impróprio para conservar, que enche as latas; em vez de azeite* [...] *deitam azeites de grande acidez, óleos de peixe e, até ultimamente, óleo de baleia!*"[1654].

Para a mesma figura era preferível encerrar o vasto conjunto de unidades fabris e salvar apenas as 5 ou 6 empresas reconhecidas pela sua excelência: "*É bom que se saiba e, aqui se afirma sem receios de desmentidos seja de quem for, que há fabricantes de conservas em Setúbal que enchem latas com toutiços de peixe e lhes deitam óleo de sardinha em vez de azeite ou óleo de amendoim*"[1655]. Não compreendia como alguns fabricantes utilizavam o pescado de baixa qualidade capturado pelas artes de sacada, considerando que "*deveria ter sido imposto o encerramento das fábricas donde só saem produtos que apenas servem para desacreditar o nome e fama da conserva portuguesa*"[1656]. Denunciou, de igual modo, que os fabricantes setubalenses aderiram à compra de sardinha proveniente de Sines, Sesimbra, Ericeira, Nazaré ou da Figueira da Foz, transportada em camionetes. As latas produzidas a partir desta matéria-prima

[1654] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidencial de 05/08/1927 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para a Direção de Pescarias da Direcção-Geral de Marinha.
[1655] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 45, Ofício n.º 750 de 26/06/1928 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para a Direcção-Geral de Marinha.
[1656] *Idem*, Ofício n.º 366 de 12/03/1928 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.

serviam "*para mais enterrarem no estrangeiro o nome da conserva portuguesa*"[1657], já que as suas condições de acomodação eram péssimas (vinham apertadas nas canastras, ficando moídas pela trepidação) e por serem menos frescas. As estradas municipais, que serviam um grande número de fábricas de conservas, representavam uma contrariedade por não assegurarem uma circulação rápida e conveniente: mais tempo de transporte equivalia a perda de frescura, logo menor qualidade da conserva.[1658]

Não surpreendem as denúncias que foram apresentadas por importadores, clientes, consulados e determinados departamentos do Estado sobre as conservas. O Ministério da Agricultura, em outubro de 1926, enfureceu os fabricantes ao emitir uma nota em que confirmava a adulteração de matérias-primas no setor industrial conserveiro nacional, divulgando-a junto de dois entrepostos comerciais decisivos: Hamburgo e Bordéus.[1659] Ao longo de 1932, surgiram várias queixas oriundas da Alemanha, um dos mais importantes mercados consumidores, por não se utilizar liga metálica, com mais de 1% de chumbo, na soldagem das latas provenientes de Setúbal[1660] e por alguns fabricantes locais venderem 'gato por lebre'. O cônsul de Portugal em Frankfurt devolveu uma lata de conservas de sardinha da firma *Ramos, Reynaud & C.ª* que, na verdade, era de carapau.[1661] Devido à utilização de azeite impróprio para consumo, em maio do mesmo ano, a Intendência Geral da Segurança Pública apreendeu milhares de litros de azeite.[1662]

No plano oposto, uma das raras firmas que primavam pela excelência do produto, destacando-se no mercado internacional, foi a de F. M. Lino da Silva, proprietário da fábrica *Diana*, fundada, em 1914, e composta por 150 trabalhadores (em 1932).[1663] A qualidade das suas conservas foram premiadas em múltiplas exposições ocorridas no País e no estrangeiro[1664], sendo frequente a aposta da empresa em pavilhões/*stands* de

[1657] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 244, Ofício n.º 1556 de 18/11/1930 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[1658] "Com vista à Câmara Municipal" in *A Indústria*, n.º 485 de 21/04/1933, p. 2.
[1659] "Afirmação grave" in *A Indústria*, n.º 172 de 29/10/1926, p. 2.
[1660] AHD-MNE, Sala 1, Estante 26, Prateleira 8, Mç. 84566, Proc.º n.º 269/32, Ofício n.º 1199 de 03/11/1932 enviado pela Associação Industrial Portuguesa para o Diretor Geral dos Negócios Estrangeiros.
[1661] *Idem*, Ofício n.º 605 de 19/02/1932 enviado pelo Cônsul de Portugal em Frankfurt para o M.N.E.
[1662] ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 457, [pt. 8/1], Ofício n.º 1287 de 05/05/1932 enviado pela Inspeção Geral dos Serviços de Fiscalização de Géneros Alimentícios da Intendência Geral da Segurança Pública do Ministério do Interior para o Chefe de Gabinete do Ministro do Interior.
[1663] DELTA, Maria, "A indústria de conservas de peixe" in *O Sado*, n.º 185 de 01/09/1932, pp. 1-4.
[1664] Recebeu os seguintes prémios: medalha de prata na Exposição Internacional de Barcelona (1929); medalha de ouro na Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1929-1930); grande diploma de honra do Instituto Agrícola Brasileiro (1930); medalha de ouro na Exposição Colonial de Paris (1931); medalha de ouro na Feira de Amostras do Estoril (1931); medalha de ouro na Feira de Nice (1931); grande prémio na Exposição Industrial Portuguesa (1933). Foram-lhe atribuídas, ainda as insígnias de Mérito Industrial e o Prémio de Honra da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal. Para estes prémios conferir: "Lino da

propaganda[1665]. Foi dos poucos fabricantes que mereceu o respeito e a consideração dos seus colaboradores, que lhe prestaram uma devida homenagem, em 1942.[1666] A fábrica *Sangamito*, propriedade da firma *Santos, Gomes, Gamito & C.ª*, foi outro exemplo de destaque internacional, vencendo a medalha de ouro na Exposição Colonial de Paris, em 1931[1667], ou obtendo a Comenda da Ordem de Mérito Industrial aquando da Exposição Industrial Portuguesa, em 1934. A firma de J. Antunes Fragoso, fundada em 1912, apostava num produto de elevada qualidade com vista à conquista dos principais mercados europeus, preocupando-se em difundir em Milão, Sevilha ou Bolonha.[1668] Os mesmos elogios poderiam ser endereçados a Mariano Coelho, Mathias Perienes ou Casimiro Martins, industriais conserveiros de maior peso.

Tendo como um dos seus desígnios distinguir a elite produtora dos pequenos fabricantes, a consolidação do controlo e regulamentação estatal para a indústria de conservas de peixe, após a legislação de 1928, teve lugar através da publicação dos Decretos-Lei n.ºs 21621, 21622 e 21623, em agosto de 1932. Este corpo legislativo assentou nas *Notas sobre a indústria e comércio de conservas de peixe*, da autoria de Oliveira Salazar, e das moções saídas do I Congresso Nacional de Pesca e Conservas.[1669] A intervenção estatal teve por base disciplinar "*actividades que hoje representam um foco de anarquia em que todos perdem*", fundar estruturas que ditavam as "*regras, evitando liberdades excessivas ou, por outras palavras, exigindo como em tudo, ordem e disciplina*"[1670], limitar a concorrência e cartelizar o setor.

Previa o estabelecimento do defeso anual, a classificação dos tipos de fabrico, a fixação de preços mínimos, a assistência ao operariado, a estandardização dos invólucros e das embalagens, a obrigatoriedade de certificados de qualidade, a promoção de um

Silva" in *A Indústria*, n.º 338 de 03/01/1930, p. 1; "Como se consegue prosperar a indústria de conservas?" in edição especial do 16.º aniversário de *O Setubalense*, agosto de 1932, s/p.; "Conservas Lino da Silva" in *A Indústria*, n.º 400 de 20/03/1931, p. 1; "Exposição Industrial Portuguesa" in *Eco de Setúbal*, n.º 5 de 06/03/1933, p. 13; MOTA, António Alves da, "Um exemplo" in *A Indústria*, n.º 393 de 23/01/1931, p. 1.

[1665] "F. M. Lino da Silva - Um industrial da nossa terra que se está impondo à admiração dos nacionais e estrangeiros" in *Correio do Sado*, n.º 13 de 14/10/1932, p. 7.

[1666] AA.VV., *Mensagem do pessoal lida por ocasião da homenagem prestada ao exmo. sr. Francisco Maria Lino da Silva no dia 16 de Abril de 1942*, Tip. Sado, Setúbal, 1942, s.p.

[1667] "Santos, Gomes, Gamito & C.ª" in *A Indústria*, n.º 428 de 06/11/1931, p. 1.

[1668] GONÇALVES, Maria da Conceição, "Monografia da empresa" in *A Indústria Conserveira em Setúbal*, Museus Municipais da C.M de Setúbal, Setúbal, 1996, pp. 70-76.

[1669] SERRA, Jorge Miguel Robalo Duarte, *O nascimento de um império conserveiro: "A Casa Fialho" (1892-1939)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FLUP, Porto, 2007, pp. 76-79.

[1670] BRITO, José Maria Brandão de, *O Condicionamento Industrial e o Processo Português de Industrialização após a Segunda Grande Guerra*, vol. I, Dissertação de Doutoramento em Economia, ISEUTL, Lisboa, 1987, pp. 135-136.

sistema de crédito via *warrants* ou a criação de uma entidade estatal de coordenação económica.[1671] Para Hernâni de Barros Bernardo, estas medidas foram implementadas "*com vista ao condicionamento da indústria, a fim de evitar o excessivo aumento do número dos estabelecimentos fabris* […] *em instalações muitas vezes deficientes, sem que esse aumento correspondente a qualquer necessidade*"[1672].

No decurso da elaboração das suas 'Notas', o Ministro das Finanças deslocou-se a Setúbal, em 26 de novembro de 1931, para estudar os métodos de produção e comércio da indústria conserveira: "*visitou demoradamente várias fábricas de conservas, entre elas as das firmas Lino da Silva* [fábrica 'Diana']*, Matias Perienes* [fábrica 'A Produtora'] *e Santos, Gomes Gamito* [fábrica 'Arrábida']"[1673]. Carlos Homem de Figueiredo elogiou o «mago das Finanças» pela ambição de travar o "*estado de infeliz desorientação que desde há muito reinava na nossa indústria e comércio das conservas*"[1674].

A exigência qualitativa das normas desenhadas teve em vista o combate à deturpação das matérias-primas, bem como a recuperação da credibilidade externa. Nesse sentido não assegurou "*vida aceitável às pequenas empresas, criadas para os abastecimentos de guerra*"[1675], antes pelo contrário. Em retrospetiva, o Instituto Português de Conservas de Peixe, em 1954, considerou que a legislação de 1932 resultou na redução do número de fábricas: "*desistência espontânea de laboração, inactividade por período superior ao permitido legalmente, incorporações noutras unidades*"[1676]. Para os fabricantes de maior envergadura, este pacote pré-corporativo serviu os seus interesses, reforçando a possibilidade de incorporarem empresas mais pequenas e frágeis financeiramente e reduzindo a concorrência.[1677] Uma opção alternativa de sobrevivência foi a união de esforços entre firmas de menor dimensão, como foi o caso da junção da *Martins Pereira & Companhia* com a *Sociedade de Conservas Limitada*, que resultou na

[1671] BARBOSA, António, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, ISCEF, Lisboa, 1941, pp. 28-29.
[1672] BERNARDO, Hernâni de Barros, "Breve História da Indústria de Conservas de Peixe em Portugal" in *Indústria Portuguesa*, ano XXV, n.° 289, março de 1952, pp. 6-7.
[1673] A ocasião foi aproveitada para tomar apontamentos sobre preços, salários, processos laborais/fabrico ou aquisição de matérias-primas. "Em Setúbal. O sr. dr. Oliveira Salazar visitou hoje vários estabelecimentos fabris" in *O Setubalense*, n.º 4203 de 26/11/1931, p. 8.
[1674] FIGUEIREDO, Carlos Homem de, "Organização da indústria e comércio das conservas" in *A Indústria*, n.º 455 de 02/09/1932, p. 1.
[1675] ABREU, Teixeira, "A organização portuguesa das conservas de peixe" in *O Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe*, IPCP, Lisboa, 1938, s.p.
[1676] Instituto Português de Conservas de Peixe, *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, IPCP, Lisboa, 1954, p. 8.
[1677] "A indústria e o decreto 15581" e "Concentração industrial" in *A Indústria*, n.os 259 e 475, respetivamente de 29/06/1928 e de 10/02/1933, p. 1 e p. 1.

União Industrial de Conservas, Ltd.[1678] A fim de compreender a distinção entre grandes e pequenas fábricas de conservas de peixe, dos 68 estabelecimentos sediados, em Setúbal, em 1934 (206 no País), cerca de uma dezena foi responsável por 43% da produção total de enlatados de sardinha (*e.g. Alonso & Hijos*; *Société de Conservas de Setúbal*; *Marques, Neves & C.ª, Lda.*; *Viegas & Lopes*; F.M. Lino da Silva).[1679]

Os decretos pré-corporativos e a cartelização, precipitados pela Grande Depressão[1680], formalizaram a criação da entidade estatal tutelar do setor, o Consórcio Português de Conservas de Peixe (C.P.C.S.), revelando a "*ideia de coordenação económica e a forma como esta precedeu a criação da organização corporativa*"[1681]. A sua organização previa a eleição de um grupo seleto de representantes locais dos oito centros conserveiros, aceites *a posteriori* pelo Ministro do Comércio e Indústria.

Em poucos meses de existência[1682], este organismo foi alvo das críticas vozes d'*A Indústria* devido às dificuldades em facultar créditos ou por não acompanhar os interesses de todos, no que dizia respeito ao defeso: "*Ora a existência do Consórcio, triste é ter que dizê-lo, não se traduziu ainda para a indústria de conservas em qualquer vantagem*"[1683]. A escolha dos delegados regionais causou mal-estar entre alguns dos primeiros nomes das conservas sadinas, designadamente em Mariano Coelho, que não compreendia a ausência de F.M. Lino da Silva.[1684] A tensão entre as partes culminou quando os delegados de Setúbal ao C.P.C.S., Carlos Homem de Figueiredo e João Silva, pediram a demissão, alegando que o organismo não seguia as doutrinas corporativas do Estado Novo, que tinham sido alvo de intrigas por pares, e por terem assistido a erros de cariz administrativo e técnico. A renúncia foi publicada, no final de julho de 1933, numa carta aberta no periódico dos conserveiros.[1685] O texto caiu mal e a direção do C.P.C.S., no

[1678] DUARTE, Ernesto, *Os inquilinos comerciais e industriais e o seu direito de opção nas vendas judiciais, em hasta pública, dos prédios que lhes estão arrendados*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1932.
[1679] CRUZ, Salviano in "Economia das Pescas em Portugal: A Indústria de Conservas de Peixe" in *Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, n.os 1-6, 1955-1958, pp. 189-192.
[1680] HENRIQUES, Francisco Maia, "A «Organização Nacional das Conservas de Peixe»: economia dos interesses e ordenamento corporativo (1927-1938)" in *Estudos do Século XX*, n.º 16, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016, p. 161.
[1681] HENRIQUES, Francisco Maia, *Indústria, Comércio Externo e Intervenção Pública. As Conservas de Peixe no Estado Novo (1927-1972)*, Tese de Doutoramento em História, s.l., Lisboa, 2022, p. 60.
[1682] A delegação estava instalada numa esquina entre a Av. Luísa Todi e a Rua António Nascimento, desde março de 1933. PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 128.
[1683] "Protesto justo" in *A Indústria*, n.º 476 de 17/02/1933, p. 1.
[1684] "Consórcio Português de Conservas de Sardinha" in *A Indústria*, n.º 456 de 23/09/1932, p. 1. COELHO, Mariano Augusto, "Consórcio - Explicações indispensáveis" in *A Indústria*, n.º 460 de 21/10/1932, p. 2.
[1685] "O pedido de demissão de Carlos Homem de Figueiredo" in *A Indústria*, n.º 499 de 27/07/1933, p. 1-2

preâmbulo de um dos seus relatórios, lançou farpas à «campanha» dos fabricantes de Setúbal, cuja "*atitude que* [...] *tem de acoimar-se de perniciosa por lançar, nos espíritos, suspeitas imprecisas e injustificadas contra um organismo que a própria folha reconhece ser necessário manter*"[1686]. A expressão «folha» foi escolhida a dedo para ferir *A Indústria* no seu prestígio. A Comissão de Assistência ao Operariado da Indústria de Conservas de Setúbal também se demitiu em bloco[1687] e o conselho de administração do C.P.C.S. considerou que a forma como os dois elementos pediram a renúncia às funções foi um "*verdadeiro atentado contra o prestígio e respeitabilidade do Consórcio*"[1688].

O caso chegou à Comissão Central de Censura de Lisboa, que puniu o jornal com a suspensão da sua publicação. *A Indústria*, em circular que fez correr pela cidade, defendeu-se: "*Não podem, legítima e sinceramente, atribuir-se ao nosso jornal quaisquer intuitos de hostilidade para com o Governo da Nação, para com os organismos e entidades que o representam e servem ou para com a obra de reorganização da vida nacional que vem sendo feita que o nosso jornal sempre aplaudiu e procurou auxiliar*"[1689]. A suspensão prolongou-se desde a última semana de agosto até ao final de outubro, regressando apenas em 3 de novembro. No regresso à estampa, os redatores declararam que a sua orientação se iria manter pelo desenvolvimento da indústria.[1690]

No que concerne às flutuações dos mercados consumidores de conservas de peixe setubalenses e aos níveis de vendas para o estrangeiro, os sinais deixados pelos valores de exportação de conservas de peixe pelo porto de Setúbal, nos anos que antecederam a Constituição de 1933, demonstram que estes correram em paralelo com a queda no número de unidades fabris. Num quadro de crise generalizada, observou-se a diminuição abrupta no decurso do microciclo depressivo (1927-1928) e ao longo do dramático ano de 1933. Naquele biénio, observaram-se quebras no valor global de toneladas (1927 - 10059 toneladas; 1928 - 13290 toneladas) por comparação com os três anos anteriores (1924 - 16407 toneladas; 1925 - 19492 toneladas; 1926 - 18174 toneladas). Devido à instabilidade financeira nacional, às alterações cambiais e aos avanços e recuos dos

[1686] "Nós e o C.P.C.S." in *A Indústria*, n.º 500 de 04/08/1933, p. 1.
[1687] "Demitiu-se a Comissão de Assistência ao Operariado da Indústria" in *A Indústria*, n.º 500 de 04/08/1933, p. 3.
[1688] ANTT, Ministério do Comércio e Indústria, Gabinete do Ministro, Cx. 7, Pt. 2, Ofício n.º 5734 de 03/08/1933 enviado pelo conselho de administração do C.P.C.S. à Comissão de Assistência ao Operariado da Indústria de Conservas de Setúbal.
[1689] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 269, Circular de 31/08/1933 do corpo diretivo do jornal *A Indústria*.
[1690] "O interesse da colectividade" in *A Indústria*, n.º 503 de 03/11/1933, p. 1.

mercados externos[1691], o ano de 1927 foi um verdadeiro desastre, rendendo apenas 30023 contos. Esta quantia foi menos de metade quando comparada com os anos anteriores (1924 - 68425 contos; 1925 - 65009 contos; 1926 - 60412 contos).

Os anos entre 1930 e 1933 pautaram-se pelos efeitos do *crash* de Wall Street e pelas políticas protecionistas/autárcicas. Apesar do crescimento da exportação, em 1931 e 1932[1692], "*o preço unitário de exportação destes produtos* [vinho e conservas]*, mais do que o seu volume, sofre uma violenta deflação*"[1693], baixando em 38% as receitas da indústria conserveira. Para Francisco Maia Henriques, "*poucas indústrias terão sido tão atingidas pela descida dos preços provocada pela crise internacional*"[1694]. De facto, se em 1929 foram exportadas 18259 toneladas de conservas setubalenses, correspondendo a 89278 contos, em 1931, um valor semelhante (18408 toneladas) representou apenas 71280 contos. **[Tabela – Comparação da evolução das toneladas de conservas de peixe exportadas pelo porto de Setúbal e o total nacional (1900-1939)]** Poucos meses depois do *crash*, em média, cada caixa de 100 latas de conservas de sardinha desvalorizou cerca de 30$00.[1695] Em 1933, foram exportadas 11225 toneladas de conservas de peixe sadinas, equivalendo a 40245 contos, menos de metade do que se verificou em 1929. A média de 1926-1933 foi de 15032 toneladas e de 59378 contos. **[Tabela - Principais mercadorias exportadas pelo porto de Setúbal, 1910-1939)]**

De acordo com Maria Fernanda Rollo, os impactos da recessão mundial de 1929 no nosso país não atingiram as proporções que se registaram em nações com economias abertas e interdependentes. Os seus reflexos foram tardios e resultaram da posição subalternizada de Portugal nos mercados internacionais e da política financeira salazarista que, conjunturalmente, protegeu os interesses nacionais.[1696] Deixou, contudo, "*marcas vincadas num tecido económico e social muito vulnerável*"[1697], cujas condições de recuperação estavam longe das economias capitalistas.

[1691] RODRIGUES, Joaquim Vieira, *A indústria de conservas de peixe no Algarve (1865-1945)*, Arandis, Faro, 2022, pp. 89-92.
[1692] COUTINHO, Luís, "Portugal – Exportador de Conservas" in *O Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe*, IPCP, Lisboa, 1938, s.p.
[1693] ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos Trinta (1928-1938)*, Estampa, Lisboa, 1986, p. 103.
[1694] HENRIQUES, Francisco Maia, "Política Económica e Modernização Industrial no Estado Novo: O condicionamento da indústria de conservas de peixe" in *Revista Portuguesa de História*, vol. 50, UC, Coimbra, 2019, p. 246.
[1695] PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *op. cit.*, p. 121.
[1696] ROLLO, Maria Fernanda, "Crise, Nacionalismo e Ditadura - Memória da Grande Depressão em Portugal (I)" in *Ingenium– Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 108, Lisboa, nov/dez de 2008, p. 90.
[1697] CARDOSO, José Luís, "Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções" in *Análise Social*, 203, XLVII (2.º), ICS, Lisboa, 2012, pp. 371-400.

No caso de Setúbal, o espectro do desemprego e da miséria foram bem anteriores à 'Black Thursday', mas este acentuou-se seriamente, ao longo dos primeiros anos da década de 1930, como resultado de uma economia local largamente dependente do consumo externo de conservas, laranjas, moscatel, cimento ou adubos num quadro de profunda contração das importações dos principais mercados. Em constraste, as medidas autárcias/proteccionistas, como o aumento das pautas alfandegárias ou o estabelecimento de regimes de contingentes, prejudicou imensamente os industriais conserveiros: "*É a enorme crise económica que há alguns anos se arrasta e que, cada vez mais, vai fazendo sentir os seus tão ruinosos efeitos, sendo a cidade de Setúbal, talvez, a terra de todo o nosso país que mais os tem suportado*"[1698]. A título de exemplo, no verão de 1931, o universo militar gaulês assegurou a publicação de legislação tendente à redução da importação de conservas de peixe na sequência da implementação de novos requisitos à entrada dos enlatados[1699], denunciando a apreensão com a sustentabilidade financeira das firmas francesas.[1700] Este momento representou o *turning point* para que a Alemanha se tornasse na principal alternativa ao francês, como fora antes da Grande Guerra.[1701]

Em pouco tempo, os conserveiros locais compreenderam que se viam obrigados a repensar as suas estratégias de exportação, perspetivando novos mercados (como a Roménia[1702]), numa lógica multilateral, que diminuísse a tradicional dependência do consumo francês, britânico, alemão ou italiano. Ao longo de 1932, a Associação Comercial e Industrial de Setúbal solicitou listagens das principais firmas consumidoras de conservas de peixe aos consulados de Copenhaga, Singapura, Madagáscar, Dakar, Banguecoque, Bombaim, Calcutá, Oslo, Belgrado, Bucareste, Budapeste, Dantzig ou Nigéria.[1703] Nesta dinâmica de alargamento de mercados consumidores, os exportadores setubalenses exigiram dos consulados e câmaras do comércio portuguesas no estrangeiro o fornecimento de estudos de pautas alfandegárias e a inserção de propaganda das conservas nacionais.

[1698] ACMF, Empréstimos às Câmaras Municipais, Setúbal, Cx. 218, Proc. 'Pagamento de dívidas e melhoramentos vários', Exposição de 15/07/1932 do Presidente da CMS para o Ministro das Finanças.
[1699] "A França e as nossas conservas" in *A Indústria*, n.º 421 de 14/08/1931, pp. 1-2.
[1700] FIERAIN, Jacques, "Saupiquet et les crises de la conserve (1877-1945)" in *Enquêtes et documents*, vol. V, Centre de Recherches sur l'Histoire de Ia France Atlantique, Nantes, 1980, pp. 194-240.
[1701] DUARTE, Maria João Raminhos, *Portimão – Industriais Conserveiros na 1.ª metade do século XX*, Colibri, Lisboa, 2003, p. 120.
[1702] FARIA, Guilherme, *Pesca e Conservas – Boletim da Indústria e do Comércio das Conservas*, Tip. Albino, Setúbal, Junho de 1929, p. 14.
[1703] AHD-MNE, Sala 12, Estante 27, Prateleira 5, Mç. 76607, Proc. n.º 516/32, Ofício s/ref.ª de 07/10/1932 enviado pelo diretor geral dos negócios comerciais do M.N.E. para cônsul de Portugal em Copenhaga.

Não desistiam, porém, dos mercados tradicionais. O mesmo organismo patronal não deixou de instar junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros para que os contingentes do mercado francês fossem aumentados, para que fossem reduzidos os direitos de entrada no território britânico ou para que fossem removidos os entraves à importação nos mercados alemão, austríaco e checoslovaco.[1704]

Era compreensível e as estatísticas explicam-no. Ao tempo da Ditadura Militar, os gauleses mantiveram-se destacadamente como principal mercado consumidor de conservas de peixe de Setúbal, seguindo-se da Alemanha. A subida de importância do mercado germânico foi evidente, crescendo progressivamente até se colocar lado a lado com a França: partiu de uma média de 4 mil toneladas (1920-1924), passando para perto das 7 mil toneladas (1925-1926) e chegou às 10 mil (1930-1934). **[Tabela – Média de toneladas de conservas de peixe importadas pelos principais países (1920-1934)]** De acordo com o *Boletim dos Organismos Económicos*, em 1933, os principais consumidores de conservas de Setúbal foram a França (33,6%), a Alemanha (29,5%).[1705] O estreitamento de relações comerciais entre Portugal e germânicos facilitou a entrada do produto, que se avolumou durante a II Guerra Mundial.[1706] Os britânicos mantiveram-se como terceiro mercado importador de enlatados de sardinha setubalense.[1707]

A panóplia de questões problemáticas no setor da indústria de conservas de peixe, nomeadamente os impactos resultantes das diferentes políticas financeiras, a escassez da sardinha, a carga fiscal, o caráter mono-industrial regional, o encerramento de fábricas, o desemprego, o descrédito da marca, a perpetuação da taxa *ad-valorem* ou a legislação pré-corporativo poderiam indiciar que Setúbal perdeu o seu estatuto de mais importante centro conserveiro português nas vésperas da institucionalização do regime salazarista.

Todavia, analisando as estatísticas comparativas de 1934, com outros centros conserveiros, fica demonstrado que a cidade do Sado permaneceu em primeiro lugar na

---

[1704]AHD-MNE, Sala 1, Estante 26, Prateleira 8, Mç. 84566, Proc.º n.º 269/32, Representação de 04/04/1932 enviada pela Associação Comercial e Industrial de Setúbal para o M.N.E. Com o intuito de combater algum descrédito em torno das marcas de Setúbal, a Associação Comercial e Industrial de Setúbal passou a atribuir certificados de origem. FIGUEIREDO, Carlos Homem de; PEREIRA, Leonardo; DAURIOUX, Gabriel; REYNAUD, Victor Ramos, "Importação-Exportação – Relatório da comissão organizadora da Secção Sindical dos Importadores e Exportadores" in *A Indústria*, n.º 444 de 22/05/1932, p. 15.

[1705] Ministério do Comércio e Indústria, *Boletim dos Organismos Económicos*, n.º 2, vol. I, Imprensa Moderna, Porto, dezembro de 1935, p. 296.

[1706]LOUÇÃ, António, *Hitler e Salazar: Comércio em Tempos de Guerra*, Parsifal, Lisboa, 2022, pp. 67-69

[1707] Num plano secundário, mas de importância no que concerne à multilateralidade comercial, surgiam os norte-americanos, os belgas e os italianos. **[Tabela - Principais mercados consumidores de conservas de peixe de Setúbal (1926-1939)]**

capacidade produtiva anual, no número de estabelecimentos industriais e no capital social das suas empresas. **[Tabela – Posição dos centros conserveiros em capital social, n.º de fábricas e capacidade produtiva (1934)]** Por esta altura, a sua capacidade teórica de produção atingia os 2 milhões de caixas, número longe da efetiva (a média, entre 1929 e 1935, foi de 896 333 caixas). **[Tabela - Produção de caixas de conservas pelo centro conserveiro de Setúbal (1929-1939)]** Em termos de trabalhadores, em 1940, Setúbal, também, ainda se destacava largamente: Setúbal - 6308; Portimão – 4724; Matosinhos – 3050. **[Tabela – Número de trabalhadores do setor conserveiro nacional (1940)]**

Matosinhos ultrapassou formalmente Setúbal como primeiro centro produtor de enlatados de sardinha, em 1937, após o progressivo declínio da indústria de conservas de peixe setubalense, iniciada no quadro do pós-guerra e que se prolongou ininterruptamente durante quase duas décadas.[1708] **[Tabela - Produção de conservas de sardinha nos diferentes centros por n.º de caixas (1933-1938)]** A perda de influência como principal porto de pesca da 'espécie dourada', por comparação com aquele concelho do Norte, também se verificou ao longo dos anos 30. **[Tabela - Pesca de sardinha e similares nos principais portos de pesca (1932-1938) (ton.)]** Foi o fim da "*metrópole portuguesa da conservaria*"[1709], como habilmente a apelidou Guilherme Faria.

4.2.3. O fim da 'era dourada' na Casa José Maria da Fonseca

> "*O mercado mais importante tem sido o Brasil, onde na verdade goza de grande fama, e, apesar das dificuldades enormes com que tem lutado em virtude das consequências da crise económica geral e da política seguida por aquele país, consegue reagir contra essas circunstâncias*"[1710].

Os últimos tempos da década de 1920 foram particularmente duros para a Casa *José Maria da Fonseca*. No início de junho de 1929, a Associação Comercial e Industrial de Setúbal organizou uma sessão destinada a debater e a encontrar soluções para o "*ataque que, por parte de firmas pouco escrupulosas, lhe está sendo feito, exportando vinho «Moscatel de Setúbal» não o sendo*"[1711]. Era urgente travar a multiplicação da exportação de vinhos moscatel de Setúbal falsificados (produzidos noutras localidades) ou com cópias dos logótipos de empresas locais. Estas sucessão de acontecimentos

[1708] BARBOSA, António, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, ISCEF, Lisboa, 1941, p. 61.
[1709]FARIA, Guilherme, *Guia de Setúbal: Turismo, Indústria, Comércio*, Tip. Simões, Setúbal, 1949, p. 111.
[1710] FRANCO, António Porto Soares, *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho – O Moscatel de Setúbal*, Editorial Império, Lisboa, 1938, p. 38.
[1711] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 21, Circular de 29/05/1929 enviado Presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal para o Capitão do porto de Setúbal.

prejudicou seriamente a imagem externa da *José Maria da Fonseca*, principalmente no que concerne ao mercado brasileiro.[1712]

Nesse sentido, foi constituída uma comissão[1713] que procurou punir os infratores e conseguir a regulamentação da demarcação da região destes vinhos. Na mesma assembleia, Soares Franco apresentou 10 exemplos de garrafas que circulavam no mercado com rótulos adulterados, provocando a descredibilização da marca.[1714] A empresa implementou uma política de promoção da genuinidade da marca, investindo em publicidade em publicações periódicas comerciais. Veja-se o que foi colocado no *Boletim da Sociedade União Comercial dos Varegistas de Secos e Molhadas*, do Rio de Janeiro: "*Todos os seus vinhos Moscatéis de Setúbal veem acompanhados dos respectivos certificados de origem que só podem, por enquanto, ser passados especialmente pela Câmara Municipal de Setúbal e Associação Comercial de Setúbal*"[1715].

José Soares Franco, em missão comercial no Rio de Janeiro, em abril de 1930, considerou que a generalidade do comércio português atravessava dificuldades devido, substancialmente, aos elevados direitos alfandegários, aos fretes exagerados, a defeitos nas embalagens e à falta de propaganda. Para contrariar os «mixordeiros», que falsificavam os produtos, era importante que o governo encetasse negociações com o Brasil no sentido de ser criada uma entidade fiscalizadora da autenticidade dos produtos portugueses importados.[1716] No final de 1929, o mesmo indivíduo cedeu a sua quota de 500$00 aos sobrinhos, António Porto Soares Franco (250$00) e José Augusto Porto Soares Franco (250$00), reforçando a liderança do primeiro que, em 1932, detinha 111.300$00 do capital social da firma.[1717]

Pouco antes, em outubro de 1929, ocorreu o *crash* do Wall Street e o *coup d'état* que colocou Getúlio Vargas ao leme dos destinos do Brasil. Era o término da Era dourada da exportação para o mercado do país irmão, que chegou a consumir 500 mil litros engarrafados ao ano. A implementação de uma política autárcica pelo Brasil foi

[1712] "Moscatel de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 307 de 31/05/1929, p. 1.
[1713] Membros: António Soares Franco, Joaquim José de Carvalho e José Cipriano Costa, Henrique Augusto Pereira, Adriano Morais e Carlos Botelho Moniz.
[1714] "Vinhos moscatéis falsificados" in *A Cidade*, n.º 12 de 09/06/1929, p. 2.
[1715] Cf. *Boletim da Sociedade União Comercial dos Varegistas de Secos e Molhadas*, n.º 67, Ano V, Rio de Janeiro, dezembro de 1929, p. 5.
[1716] AHJMF, Fundo Família – António Soares Franco Júnior, EJMF – 12, Mç. 11, Documento dactilografado 16/04/1930 assinado por José Soares Franco no Rio de Janeiro.
[1717] AHJMF, Fundo Família – António Soares Franco Júnior, Particulares, EJMF – 12, Mç. 12, Documento dactilografado, sem autoria, intitulado "Aspectos da crise da produção, comércio e exportação de vinhos. Males e remédios" de 05/01/1932.

progressivamente rompendo com os dourados 'anos 20' da empresa, em que este mercado correspondia à esmagadora maioria dos valores de exportação. Diplomado pela Escola Nacional de Agricultura de Montpellier, António Porto Soares Franco estava plenamente consciente dos problemas inerentes à dependência do mercado brasileiro. Lentamente, nos primeiros anos do Estado Novo, foram procuradas alternativas, tornando-se o Moscatel de Setúbal muito consumido nas colónias portuguesas e manteve-se os mercados britânicom, norte-americano e francês como pontos de escoamento. Para além da Holanda, da Suíça, da Bélgica e da Alemanha, também a Venezuela se tornou um dos palcos secundários para a exportação do vinho da José Maria da Fonseca.[1718] **[Tabela – Exportação de Moscatel de Setúbal por países de destino (1934-1940) (Litros)]**

No entretanto, a *José Maria da Fonseca* continuou a dar cartas no plano internacional, vencendo alguns troféus, nomeadamente na Exposição Ibero-Americana (1929-1930) ou na Exposição Internacional de Antuérpia (1930). Não estava em causa a perda qualitativa do produto. Paulo Manso Lefèvre, analisando os vinhos licorosos de Setúbal no V Congresso Internacional de Vinha e do Vinho, enalteceu a acidez volátil do moscatel sadino como "*característica notável*", apesar dos elevados índices de açúcar e álcool: "*Ces vins se distinguent parmi les autres vins de liqueur portugais par leurs qualités spéciales dues au procédé traditionnel de fabrication, propre de la région*"[1719].

A exportação do vinho licoroso sofreu com a subida ao poder de Getúlio Vargas e com a contração do comércio internacional, após a «quinta-feira negra». A diminuição do número de litros vendidos para o estrangeiro foi muito significativa, baixando, em média, mais de 100 mil litros. Se no ciclo de 1924-1929, a média de litros exportados foi de 258 704 litros, no ciclo de 1930-1935 foi de apenas 154 305 litros. **[Tabela – Litros de Moscatel de Setúbal exportados (1924-1940)]** A desvalorização do escudo e a perda do principal mercado de escoamento refletiu-se seriamente nas transações, passando de mais de 4 milhões de escudos (1928) para 975 mil escudos (1932). **[Tabela – Volume das transações da exportação do Moscatel de Setúbal (1928-1932)]**

Para se ter verdadeira perceção do que significou a perda do mercado brasileiro, bastará ter em conta a estatística. No decurso da década de 1920, aquilo a que a empresa denominou como 'ciclo do Brasil', foram exportadas, em média, 31164 caixas por ano,

[1718] Ministério do Comércio e Indústria, *Boletim dos Organismos Corporativos Patronais*, n.º 2, Lisboa, março de 1936, p. 10.
[1719] LEFÈVRE, Paulo Manso, "Análise de alguns vinhos licorosos dos concelhos de Setúbal e Palmela" in *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho*, Editorial Império, Lisboa, 1938, p. 13.

correspondendo a 218 151 litros de moscatel. No período subsequente, entre 1931 e 1934, a média diminuiu consideravelmente para as 12030 caixas e para os 84161 litros por ano. O ano de 1931 foi o mais dramático, com apenas 4700 caixas (32900 litros) exportadas. **[Tabela – Exportação de Moscatel de Setúbal para o Brasil (1910-1935)]**

No decurso dos anos 30, fundamentalmente em 1931, 1932 e 1936, a Casa *José Maria da Fonseca* foi obrigada a proceder a diversos acordos financeiros junto do Banco Lisboa & Açores e do Banco de Portugal. Além disso, para evitar incumprimentos com as instituições bancárias, foram vendidas as propriedades na região de Colares e, mais tarde, em 1944, António Soares Franco Júnior vendeu o seu Palácio da Rua da Junqueira à Caixa Sindical de Previdência do Pessoal da Indústria de Lanifícios.[1720]

Preocupado em proteger o setor vitivinícola, em particular a genuinidade dos vinhos de pasto e licorosos produzidos a partir de Bucelas, Colares, Carcavelos e Setúbal, o governo de Oliveira Salazar atribuiu a designação 'Extremadura' à sua proveniência e atribuiu competências de validação das respetivas marcas à Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas.[1721] Esta legislação mereceu os elogios de António Porto Soares Franco: "*As disposições salutares deste decreto vêm duma vez para sempre definir e salvaguardar os direitos a que tinham jus, pelo seu esforço de mais dum século, os produtores e comerciantes do vinho Moscatel de Setúbal*"[1722]. A regulamentação da produção e do comércio dos vinhos licorosos da região do moscatel de Setúbal ficou definida pelo Decreto-Lei n.º 23734, de abril de 1934, declarando que o vinho era "*feito em conformidade com os usos ali tradicionais e caracterizados pelas suas qualidades especiais, que lhe imprimem fragância e sabor peculiares e inconfundíveis*"[1723].

Ambos os decretos, à luz dos princípios corporativos, orientaram a criação de organismos de coordenação económica: o Grémio dos Viticultores da Região do Moscatel de Setúbal e o Grémio dos Exportadores de Vinhos da Região do Moscatel de Setúbal. Ambos se agremiaram na União Vinícola Regional do Moscatel de Setúbal, composta por um representante de cada grémio e por um delegado do Governo. Este tinha, entre outros, a missão de "*fiscalizar, coordenar e orientar a produção e o comércio de vinho regional*

[1720] AHJMF, Fundo Empresa, Tombo – Dívidas, Mç. 15, Pastas B3, "Acordo financeiro e liquidação com o Banco de Portugal e o Banco Lisboa & Açores" (décadas de 1930 e 1940).
[1721] Decreto-Lei n.º 22230 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 263 de 17/11/1933.
[1722] FRANCO, António Porto Soares, *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho – O Moscatel de Setúbal*, Editorial Império, Lisboa, 1938, p. 40.
[1723] Decreto-Lei n.º 23734 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 76 de 02/04/1934.

em directa colaboração com os grémios"[1724], propor alterações à zona demarcada, estudar castas de uvas e o aperfeiçoamento de técnicas de produção/laboração, passar os certificados de origem e de qualidade, controlar a exportação ou fazer propaganda. Veio em linha de continuidade com a Junta Regional dos Vinhos Moscatéis de Setúbal. **[Tabela - Composição da Junta Regional dos Vinhos Moscatéis de Setúbal (1931)]**

A legislação criou, ainda, uma marca de garantia da genuinidade, a inserir nos recipientes onde o vinho seria comercializado/transportado, atribuída pela União Vinícola Regional. Todos os produtores e comerciantes deste tipo de vinho passaram a estar obrigatoriamente inscritos neste organismo. Ao mesmo tempo, proibiu a venda, o transporte, o armazenamento e a exportação de vinhos que colocassem as expressões «Moscatel de Setúbal», que não fossem produzidos na região demarcada para o efeito.[1725] Do mesmo modo, no âmbito da Campanha de Produção Agrícola, foram criadas comissões de freguesia e municipal no concelho de Setúbal[1726] destinadas ao aperfeiçoamento da vitivinicultura ou da olivicultura.[1727]

4.2.4. O turismo e a ilusão do 'progresso': A Comissão de Iniciativa de Setúbal e a I Exposição Regional do Distrito de Setúbal

> "*Quebraram-se as algemas que a não deixavam progredir. Hoje, Setúbal, vai entrar numa época de grande trabalho* […] *De há muito que Setúbal vivia adormecida. Era necessário despertá-la*"[1728].

A política de desenvolvimento e progresso material de Setúbal, preconizada por Carlos Botelho Moniz, teve, entre outros propósitos, estimular as potencialidades turísticas regionais. A visão de que o turismo poderia representar uma alternativa à dependência dos dois principais setores de atividade locais surgiu com prolongada escassez da sardinha e à crise conserveira: "*A pesca e a conserva absorvem quase que por completo a atividade da nossa população* […] *É inegável que alguma coisa se terá*

[1724] Ministério do Comércio e Indústria, *Regulamento da produção e comércio dos vinhos licorosos da região do Moscatel de Setúbal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1934, pp. 5-17.
[1725] Ministério do Comércio e Indústria, *Boletim dos Organismos Económicos*, n.º 3, Imprensa Moderna, Porto, Dezembro de 1937, p. 144.
[1726] Estas surgiram no seguimento das comissões para a 'Campanha do Trigo' em que, pelo menos, 7 agricultores foram apoiados financeiramente através de créditos bancários. **[Tabelas - Composição das comissões municipal e de freguesia da Campanha do Trigo (1929-1931) / Composição das comissões de Setúbal da Campanha de Produção Agrícola (1931)]** ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 43, Ofício n.º 286 de 09/01/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Diretor dos Serviços da C.G.D.
[1727] ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 1 de Registo de Alvarás, Alvarás de 05/08/1931 e de 15/08/1931 do Governador Civil de Setúbal.
[1728] "Setúbal – terra florescente" in *O Setubalense*, n.º 3791 de 26/07/1930, p. 2.

que fazer neste sentido, enquanto a indústria do turismo não tornar fôlego e balanço para largos cometimentos"[1729].

Para a concretização do desígnio imaginado pelo então edil, o seu executivo criou uma 'Comissão de Estética Citadina'.[1730] Esta esteve na génese da Comissão de Iniciativa, Turismo e Defesa de Setúbal, criada 8 de em março de 1928 no decurso de uma sessão que reuniu diversas personalidades da região dos 'três castelos' (Setúbal, Palmela e Sesimbra): "*O que resultou com flagrante e inequívoca nitidez da assembleia de ontem à noite foi que o nosso turismo, o turismo setubalense mais não é do que a ansiedade enorme de que todos nos achamos possuídos, de melhorar as nossas condições de vida*"[1731]. Esta não era uma ideia nova. Em 1915, foi fundada a Liga de Defesa e Propaganda de Setúbal, que editou o jornal *Propaganda*, entre 1916 e 1918.[1732]

O organismo ficou composto pelo Governador Civil (presidente), por Mário Caes Esteves (vice-presidente), pelo eng.º Cid Perestrello (1.º secretário), pelo eng.º Trigo Barreiros (2.º secretário) e por Francisco Guerra (administrador-delegado). Entre os seus objetivos encontrava-se a fundação de um museu regional, a modernização da biblioteca municipal, a criação de um jardim-escola, a publicação de um *Guia do Distrito*, a potencialização do Outão enquanto referência turística, o surgimento de ligações rodoviárias Setúbal-Arrábida, a exposição de produtos e belezas da região, aformoseamento de artérias e melhorias no acolhimento nas praias.[1733]

Meses antes da formalização da Comissão de Iniciativa de Setúbal, a edilidade constituiu uma comissão destinada à criação de um museu regional, sendo composta pelo bibliotecário António Casimiro Arronches Junqueiro[1734] e pelo professor Pedro Jorge Pinto. Os objetos recolhidos nas ruínas romanas de Tróia, onde se encontravam diversas colunas, capitéis ou moedas daquele período, serviriam de base à organização do núcleo

[1729] *Max* (pseudónimo), "Assuntos Locais" in *O Sado*, n.º 197 de 09/01/1933, p. 1.
[1730] Composta pelo eng.º José Carlos Girão Calheiros, por Ruy Vaz, por Pedro Nolasco, por Pedro Jorge Pinto e pelo eng.º Cid Perestrello. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 30, Ofício n.º 774 de 26/09/1926 enviado pelo Presidente da C.M.de Setúbal ao eng.º Afonso de Melo Cid Perestrello.
[1731] ESTEVES, Mário Caes, "Sobre turismo" in *A Indústria*, n.º 243 de 09/03/1928, p. 1.
[1732] ROSA, António Quaresma; COSTA, Albérico Afonso (coord.), "Desportos e factos turísticos" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, p. 122. O forte da Arrábida foi alugado para a época balnear. TAMEN, Miguel, "Fotografias impossíveis" in *Portinho da Arrábida – 100 anos de memórias*, Catálogo de exposição, Clube da Arrábida, s.l., 2013, p. 18.
[1733] "Turismo" e "Turismo" in *A Indústria*, n.ºs 245 e 254, de 23/03/1928 e de 25/05/1928, p. 2 e p. 2.
[1734] Arronches Junqueiro tinha experiência nesta matéria tendo organizado um pequeno Museu de História Natural, doado ao liceu. C.M. de Setúbal e Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi, *Evocando poetas, compositores, artistas setubalenses*, Tip. Paulo Correia, Setúbal, 1965, s.p.

museológico.[1735] O executivo municipal e a Comissão de Iniciativa, entretanto fundada, chegaram a acordo para que o coronel Marques da Costa fosse nomeado diretor de honra do Museu Regional de Setúbal.[1736]

Duas das primeiras atividades da Comissão de Iniciativa de Setúbal foi a publicação de uma brochura turística, em 1928[1737], e a inauguração de um *stand* de propaganda de produtos regionais, em 15 de setembro de 1929, no edifício do *Club* Setubalense.[1738] No mês anterior, a Comissão de Iniciativa ficou com a jurisdição dos concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra depois da Repartição de Jogos e Turismo ter classificado Setúbal como «estância de turismo».[1739]

Contando com recursos próprios e financiamento da Junta Geral do Distrito, do Governo Civil e do município de Setúbal, a Comissão de Iniciativa de Setúbal concretizou um conjunto muito significativo de obras. Procurou contribuir para a urbanização e a reparação dos meios de acessibilidade à Praia da Albarquel, bem como a limpeza das suas águas, procedeu a obras de reparação no forte de S. Filipe[1740], substituiu as barracas de madeira por lonas, nas praias de Tróia[1741], erigiu uma ponte para facilitar o acesso dos banhistas[1742], requereu a Casa do Corpo Santo para a introdução do Museu Regional[1743] e apostou continuadamente em publicações de propaganda ou em torno do turismo enquanto área temática.[1744] Apesar de não integrar os órgãos da instituição, o repórter Pinto Guimarães foi uma das personalidades que mais contribuiu para a edição de

---

[1735] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 35, Ofícios n.os 129, 392 e 409 de 17/03/1928, 28/07/1928 e de 03/08/1928 enviados pelo Presidente da C.M. de Setúbal para António Inácio Marques da Costa, Arronches Junqueiro e para Pedro Jorge Pinto.

[1736] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 16 (1931-1932), Ata da sessão de 17/09/1931 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, p. 106.

[1737] Comissão de Iniciativa de Setúbal, *Setúbal*, s.e., Setúbal, 1928, p. 23.

[1738] "Comissão de Iniciativa – Exposição de produtos regionais" in *A Indústria*, n.º 323 de 20/09/1929, p.1. Por esta altura, os estatutos deste organismo já tinham sido revistos, mantendo a filosofia definida aquando da sua fundação, em 1855. Club Setubalense, *Estatutos*, Papelaria e Tipografia Albino, Setúbal, 1929, p. 3.

[1739] Decreto-Lei n.º 17175 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 175 de 02/08/1929.

[1740] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 243, Ofício s/ref.ª de 24/01/1930 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o administrador-delegado da Comissão de Iniciativa de Setúbal. "Cidade – Aformoseamento da Praia da Albarquel" in *Correio do Sado*, n.º 1 de 23/03/1932, p. 6.

[1741] "Setúbal – Centro duma encantadora região de turismo. Os grandes projectos da Comissão de Iniciativa" in *O Volante – Revista Semana de Automobilismo e Turismo*, n.º 169 de 03/08/1930, p. 18.

[1742] APLSS, Fundo dos portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura orgânica e funcional, Documentação estruturante, Cx. 25, Capilha n.º 461, Ofício n.º 254 de 02/07/1934 enviado pelo Presidente da Comissão de Iniciativa de Setúbal para o Presidente da JAOPBSRS.

[1743] AA.VV., *Relatório e Contas da Comissão que administrou a Câmara Municipal de Setúbal desde 14 de janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, p. 147.

[1744] Veja-se: Comissão de Iniciativa de Setúbal, *Setúbal, Palmela, S. Filipe, Outão, Arrábida*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1930; TORRES, eng.º Carlos Manitto, "Bases do desenvolvimento e organização do turismo nacional" in *I Congresso da União Nacional*, Comissão de Iniciativa de Setúbal, Setúbal, 1934.

trabalhos de promoção turística de Setúbal.[1745] Carlos Manitto Torres, que liderou a Comissão de Iniciativa de Setúbal, tornou-se crítico da forma de atuação deste tipo de organismos à escala local por focarem a sua actividade e fundos em obras municipais.[1746]

Em reunião de 5 de novembro de 1930, os elementos que constituíam a Comissão de Iniciativa de Setúbal aprovaram a construção de monumentos a Luísa Todi e a Vasco Mouzinho de Quebedo.[1747] A glorieta à cantora lírica foi inaugurada, em 1 de outubro de 1933, no Passeio do Lago, desenhada pelo arq.º Able Pascoal, esculpida por Leopoldo de Almeida e edificada pela empresa de Abílio Salreu.[1748] Antes disso, em maio de 1931, o organismo decidiu construir um miradouro no Largo dos Defensores da República. Este espaço privilegiado foi aberto ao público, em 17 de abril de 1932.[1749]

Certos eventos de grande montra, designadamente o III Congresso das Misericórdias (22-25 de maio de 1932), incluíam a intervenção do organismo. Neste caso, para além das sessões de trabalho e das inaugurações previstas (*e.g.* enfermaria-maternidade 'Rainha D. Leonor'), organizaram-se visitas ao Castelo de Palmela, ao sanatório do Outão e à fábrica de conservas de F.M. Lino da Silva.[1750]

Como experiência para a preparação eventos de grande magnitude, Carlos Botelho Moniz, em nome da C.M. de Setúbal, solicitou autorização superior para organizar uma sessão magna com delegados de todos os municípios, prevista para maio de 1930, no Liceu Camões. O propósito central passou por enaltecer a «obra de regeneração nacional» da ditadura e expor publicamente as principais necessidades das autarquias, nomeadamente a recuperação de autonomia, a uniformização dos quadros de pessoal do município e avaliar realidades financeiras.[1751]

[1745] GUIMARÃES, Pinto, *Cadernos de Propaganda Regionalista*, n.º 4, *Monumentos de Setúbal*, Edições Pinto Guimarães, Setúbal, 1935; GUIMARÃES, Pinto, *Almanaque Enciclopédico Setubalense*, Edições Pinto Guimarães, Setúbal, 1935.

[1746] TORRES, eng.º Carlos Manitto, *Organização do Turismo em Portugal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1936.

[1747] ADSTB, AMS, Comissão de Iniciativa de Turismo, Atas da Comissão de Iniciativa de Setúbal, Lv. 1, Ata da sessão de 05/11/1930, pp. 24-25v. [Cortesia de Horácio Pena]

[1748] FERREIRA, Diogo; SANTOS, João Pedro, *O Bairro de Troino – Contributos para a sua História*, Estuário/LASA, Setúbal, 2020, p. 120.

[1749] "Miradouro de S. Sebastião" in *Correio do Sado*, n.º 5 de 16/04/1932, p. 2.

[1750] Este simpósio serviu, também, para prestar homenagem pública ao Dr. Francisco de Paula Borba. Após o seu falecimento, Leopoldo de Almeida foi o autor de um busto de homenagem, colocado no parque do antigo Asilo Bocage. "Visita oficial" in *O Recreio do Povo*, n.º 18 de 21/05/1932, p. 1. Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, *Terceiro Congresso das Misericórdias realizado em Setúbal de 22 a 25 de Maio de 1932 – Relatório*, Tip. Escola do Orfanato Setubalense, Setúbal, 1934.

[1751] ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1ª Rep., Mç. 173, Cx. 40, Lv. 77, Ofício n.º 376 de 11/04/1930 e circular anexa enviada pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro do Interior.

A organização de um evento de grande escala, reproduzindo o conceito de exposições das principais capitais europeias circulava, informalmente entre os organismos patronais desde meados de 1928. Por ocasião da mencionada cerimónia de inauguração do *stand* da Comissão de Iniciativa de Setúbal, o discurso do edil ficou marcado pela difusão pública da ideia de se organizar uma grande feira industrial, a ter início em maio de 1930.[1752] Carlos Botelho Moniz foi influenciado pelas viagens que realizou com o pai.[1753] Em novembro de 1929, o edil emitiu a circular 'Grande Exposição Industrial, Agrícola e Pecuária do Distrito de Setúbal', tendo como motivo a celebração da eletrificação da energia na cidade, melhoramento devidamente enquadrado no "*movimento nacionalista que está fazendo o rejuvenescimento de Portugal*"[1754]. O anúncio despertou interesse imediato junto da elite aristocrática e burguesa da cidade.

A comissão central de festas foi composta exclusivamente por setubalenses, gerando críticas da oposição liberal pela estranha política 'nativista', que excluiu outras figuras residentes em Setúbal.[1755] As dezanove personalidades selecionadas estavam diretamente ligadas ao respetivo departamento de sua especialidade (*e.g.* Mário Lêdo era vogal do desporto; professor António Manuel Gamito era o vogal da instrução; Henrique Augusto Pereira era o vogal da pecuária).[1756] **[Tabela - Comissão Central de Festas da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930)]** A comissão organizadora das festas definiu como propósitos: a) apresentar o contexto presente da indústria e da agricultura distrital, bem como as suas potencialidades; b) estabelecer pontes de contacto entre produtores e consumidores; c) promover a mecanização para o incremento produtivo.[1757] A I Exposição Regional do Distrito de Setúbal foi sucessivamente adiada – reprogramada de maio para junho e de junho para julho - devido aos atrasos nas obras de distribuição do fornecimento de energia elétrica e, mais importante, perante o elevado número de empresas, particulares e organismos que desejavam possuir bancas, pavilhões ou *stands*. A azáfama foi de tal ordem que justificou a criação de subcomissões para os distintos setores de atividade (*e.g.* desporto, artes, agricultura, indústria, educação).

[1752] SILVEIRA, Luís, *Documentário da Primeira Exposição Regional de Setúbal*, vol. I, Compilação manuscrita, Setúbal, 1931, pp. 5, 9 e 18. [Hemeroteca da Biblioteca Municipal Pública de Setúbal]
[1753] BURNAY, Maria João Botelho Moniz, "Uma quinta romântica no coração de Setúbal: O Outeiro da Saúde" in *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*, org: BENTO, António Cunha; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira, Estuário/LASA, Setúbal, 2019, pp. 332-334.
[1754] "Exposição de 1930 em Setúbal" in *A Indústria*, n.º 331 de 15/11/1929, pp. 1-3.
[1755] FERRO, José Romão dos Santos, "Nativismo" in *A Vitória*, n.º 5 de 01/12/1929, p. 1.
[1756]"Comissão Executiva das Festas de Maio na cidade de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 331 de 15/11/1929,p.3
[1757] C.M. de Setúbal, *I Exposição Regional do Distrito – Industrial, Agrícola, Pecuária e Artística na cidade de Setúbal: Regulamento e Programa da Exposição*, s.e., Setúbal, 1930, pp. 2-4.

O recinto, projetado pelo arq.º Able Pascoal, preenchia o antigo Parque da Escolas e um segmento muito amplo da Av. Luísa Todi, e foi desenhado para ocupar 22 mil m^2. Dada a intensa publicidade que foi efetuada foi repensado para 52 mil e 500 m^2, o equivalente à II Exposição Internacional de Paris, de 1867.[1758] O pavilhão do município de Setúbal, que se previa possuir 160 m^2, acabou por ficar com 611 m^2. O gigantesco pórtico da entrada, do mesmo arquiteto, ilustra o "*emergente modernismo fascista*"[1759]. A lista de empresas nacionais e estrangeiras que participaram foi consideravelmente extensa (*e.g.* CUF, AEG, SAPEC, Citroen), não esquecendo os pavilhões de cada concelho do distrito de Setúbal, das firmas locais e dos periódicos como *O Século* ou o *Diário de Notícias*.[1760] Não pagavam pelo aluguer dos espaços ou equipamentos utilizados, mas tinham de reverter 5% do valor total das vendas para a comissão central de festas.[1761]

Este foi o evento de maior envergadura realizado na história contemporânea setubalense até então.[1762] Ao longo de pouco mais de dois meses (27 de julho ao final de setembro de 1930), a elite setubalense procurou romper com o paradigma de marasmo económico e, principalmente, com o quadro de miséria e pobreza profunda que caracterizou o quotidiano da cidade dos últimos anos.[1763] A exposição dividiu-se em 4 componentes, com múltiplos *stands*: industrial, agrícola, pecuária e artística.[1764]

[1758] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, pp. 178-179.
[1759] COSTA, Albérico (org.); BENTO, António Cunha, "A Grande Exposição Regional de Setúbal (1930)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, p. 83.
[1760] Lista: Setúbal, Palmela, Alcácer do Sal, S. Tiago do Cacém, Grândola, Sines, Sesimbra, Seixa, Almada, Moita, Barreiro, Montijo e Alcochete. Pavilhões especiais: F.M. Lino da Silva; *Companhia de Petróleos Atlantis*; *Sociedade Industrial Setubalense, Lda*; António Soares Franco Júnior; *Tinoca, Lda*; Samuel Lupi Santos Jorge; *Companhia União Fabril*; *Vacuum Oil Company*; *SAPEC*; *Englebert, Lda*.; Neutel Rocha; Virgílio Lory; Rodrigo dos Santos Jordão; António Burguette; *Costa & Delgado, Lda*; *Sociedade de Adubo Reis, Lda*; *H. Vaultier & C.ª*; *Sociedade Fabril Alentejana*; *Sociedade Comercial Phillips*; *Sociedade Alentejana de Seguros Pátria*; *O Século*; *A Voz*; João Ferreira Gomes; *Diário de Notícias*; *AEG*; *Sociedade Mármores de Vila Viçosa*; Automóveis Citroen; Dunkel & Antunes. "A propósito das grandes festas de Setúbal" in O *Volante – Revista Semanal de Automobilismo e Turismo*, n.º 169 de 03/08/1930, p. 11.
[1761] C.M. de Setúbal, *I Exposição Regional do Distrito – Industrial, Agrícola, Pecuária e Artística na cidade de Setúbal: Regulamento e Programa da Exposição*, s.e., Setúbal, 1930, pp. 2-4.
[1762] "A nossa terra" in *Sado-Reclame*, n.º 108 de 04/08/1930, p. 1.
[1763] *Ivo* (pseudónimo), "As Festas e a…crise" in *Sado-Reclame*, n.º 110 de 17/08/1930, p. 1.
[1764] Indústria: pesca, conserva de peixe, indústrias alimentares e de consumo, cortiça, sal, produtos químicos, cantarias, madeiras, minérios, têxteis, metalúrgicas, metalomecânica, mobiliário, engenharia, vestuário, materiais para construção entre outras. Agricultura: hortícola, jardinagem, pomícola arvícola, adubos, inseticidas, vitivinícola, pecuária, florestal e oleícola. Pecuária: gados, lacticínios, avícola, cunicultura, apícola, sericícola e canídeos. Artística: arquitetura, pintura, escultura, serralharia, faianças, esmaltes, porcelanas, desenho e caricatura, rendas, bordados, cerâmica, relevo em mármore, bronze, gesso, fotografia, entre outros. QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, pp. 182-183.

Considerada por Albérico Afonso Costa e António Cunha Bento como "*operação propagandística da nova ordem social e política*"[1765], esta feira teve o propósito de construir uma imagem idílica de Setúbal, marcando o ponto de partida de uma nova era de progresso, modernização, prosperidade e desenvolvimento. Esta propaganda enquadra-se na 'obra de regeneração da Pátria' que a Ditadura Militar quis projetar. Em entrevista para o jornal *O Século*, o fabricante conserveiro Adriano Gonçalves de Morais, transmitiu a esperança de que a exposição simbolizasse essa mudança de paradigma em termos produtivos: "*A transformação e a criação de novas fontes de riqueza, de novas indústrias* […] *será a imediata consequência da energia elétrica* […] *estou certo de que a crise dos últimos anos será atenuada, e muitos braços encontrarão o trabalho, que até agora tem faltado*"[1766]. A realidade era outra. Longas filas de soldadores, a antiga elite especializada, ocupava-se em cobrir covas para a colocação dos postes das barracas.

A comissão central de festas contou com o apoio decisivo da imprensa local, mas com uma intensa campanha paga nos jornais *O Século* e *Diário de Notícias*, permitindo a promoção do evento. Setúbal recebeu, para a inauguração, a visita oficial de dois dias do general Óscar Carmona, que passou ambas as noites na habitação do eng.º Carlos Manitto Torres (atual edifício da Casa da Cultura), e do arcebispo de Mitilene.[1767]

Para a receção do Presidente da República foi organizada uma parada desportiva, com cerca de mil atletas de vários clubes desportivos do distrito[1768] e uma guarda de honra do R.I. n.º 11. Carlos Botelho Moniz, no seu discurso de abertura, atacou ferozmente o conjunto de comissões administrativas e executivas que, desde 1910, mantiveram o concelho numa estagnação plena, não se equacionando sequer os principais problemas para o desenvolvimento regional. Exaltou, igualmente, toda a obra que concretizou nos quatro anos do seu mandato (o 4.º aniversário da sua tomada de posse foi comemorado na véspera).[1769] Esta autolegitimação ficou patente no catálogo oficial da exposição: "*Realmente, desde 26 de Julho de 1926, Setúbal colheu benefícios extraordinários que*

[1765] COSTA, Albérico (org.); BENTO, António Cunha, "A Grande Exposição Regional de Setúbal (1930)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 83-85.
[1766] Recorte do jornal *O Século* de 15/07/1930. SILVEIRA, Luís, *Documentário da Primeira Exposição Regional de Setúbal*, vol. I, Compilação manuscrita, Setúbal, 1931, p. 27.
[1767] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 42 (1930-1931), Ofício n.º 572 de 23/01/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o eng.º Carlos Manitto Torres.
[1768] "As festas da cidade" in *Jornal de Sports*, n.º 23 de 09/06/1930, p. 1. FORTUNA, A. Matos, *Um distrito sob o signo do futebol – 75.º aniversário da Associação de Futebol de Setúbal*, AFS, Setúbal, 2002.
[1769] "A inauguração da Exposição Regional de Setúbal" in *O Século*, edição de 28/07/1930, p. 6.

lhe operaram uma transformação radical"[1770]. O documento serviu como propaganda do seu mandato.[1771]

O Presidente da República, ao longo destes dois dias, foi acompanhado por altas figuras (*e.g.* Diretor-Geral da Assistência, chefe do Estado Maior Naval, Governador Militar de Lisboa, vários ministros), tendo condecorado velhos operários, visitado a fábrica de conservas de Lino da Silva, inaugurado uma sala de operações no Hospital do Espírito Santo e efetuado o lançamento da 1.ª pedra das obras de reestruturação do porto de Setúbal. O arranque simbólico destas obras ficou marcado pela leitura do auto por Guilherme Faria, pela entrega da espia pelo capitão do porto e pela bênção do arcebispo de Évora.[1772] Em novo discurso de apoteose, o então edil enalteceu a estabilidade criada pela 'Situação': "*A cidade de Setúbal fica devendo à Ditadura e ao Governo de V. Exa., o Sr. Presidente da República, a resolução dos seus mais importantes problemas, problemas que ninguém supunha solúveis, tal o ambiente político do Terreiro do Paço, antes do 28 de Maio*"[1773].

O programa da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal, previsto para decorrer entre os dias 27 de julho e o dia 17 de setembro, sofreu várias alterações, inclusive o facto de se ter prolongado até ao final daquele mês em virtude do imenso sucesso que se revestiu em número de visitantes. Foram vendidos 140 875 bilhetes individuais (30 843 em julho; 78 680 em agosto; 31 352 em setembro).[1774] Nesta feira não faltaram atividades de diversos quadrantes, passando pela música (vários concertos), por corridas de carros[1775] e de motas ('Quilómetro de Arranque'), pela 'Volta a Setúbal' a bicicleta, sessões de chá, torneios de atletismo, provas náuticas, diversões populares, jogos infantis, fogo de artifício, conferências[1776], exposições artísticas e bibliográficas, paradas, cavalhadas, concursos de tiro (*e.g.* Taça «Câmara Municipal de Setúbal»), touradas,

[1770] Citado a partir de: QUINTAS, Maria da Conceição, *op. cit.*, p. 181.
[1771] Catálogo oficial da exposição. Citado a partir de: SILVEIRA, Luís, *Documentário da Primeira Exposição Regional de Setúbal*, vol. II, Compilação manuscrita, Setúbal, 1931, pp. 4-5.
[1772] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, pp. 183-187.
[1773] "O sr. Presidente da República que, ontem, voltou de Setúbal, proferiu, ali, afirmações da sua admiração por aquela cidade" in *O Século*, edição de 30/07/1930.
[1774] SILVEIRA, Luís, *Documentário da Primeira Exposição Regional de Setúbal*, vol. I, Compilação manuscrita, Setúbal, 1931, p. 53. [Hemeroteca da Biblioteca Municipal Pública de Setúbal]
[1775] O sucesso do evento levou o Automóvel Club de Portugal a organizar, no ano seguinte, o I Circuito de Setúbal. Comissão Desportiva da Secção Regional do Sul do Automóvel Club de Portugal, *I Circuito de Setúbal – Regulamento*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1931, p. 3.
[1776] Foram promovidas por Fidelino de Figueiredo (Título: "Brancanes, último reduto de Oliveira Martins"), oisés Amzalak (Título: "A figura do célebre economista setubalense José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos"), Leal da Câmara e por Fran Paxeco.

jantares, sessões de cinema, entre outros.[1777] **[Tabela – Programa oficial da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930)]**

A Comissão Central de Festas, em particular Eloy do Amaral, Arronches Junqueiro, Fernando Santos e Cardoso Mata, organizou um mostruário artístico e bíblio-iconográfico, que contou com o apoio da Inspeção Geral de Bibliotecas e Arquivos e com o empréstimo de espécies das bibliotecas de Lisboa e Évora. O liceu de Setúbal foi o local "*onde afirmemos os valores e recursos intelectuais de Setúbal e sua região através dos tempos*"[1778]. Foi neste espaço que se apresentou formalmente ao público, o jovem grupo artístico setubalense *Alma Nova*[1779], composto por pintores que ganhariam nome no plano nacional (Celestino Alves, Luciano dos Santos, Carlos Alberto Ferreira Júnior e Álvaro Perdigão), e que se expuseram pinturas de mestres reconhecidos (Francisco Augusto Flamengo ou João Vaz).[1780] O artista local Agripino Maia, que iria expor algumas obras de sua autoria na feira, faleceu dias antes da exposição.[1781]

Diversas personalidades de vulto da sociedade portuguesa estiveram presentes, designadamente Alfredo da Silva (inaugurou o pavilhão da CUF), o Ministro da Instrução (abriu a exposição biblio-iconográfica) ou o corredor de automóveis Mouton Osório. A feira foi visitada por pessoas de todo o País, viajando em muito numerosas excursões: "*Continua a ser concorridíssima a Exposição Regional de Setúbal. Vindos dos mais recônditos arredores, chegam dia a dia milhares de forasteiros, não falando daqueles que não residem no nosso distrito*"[1782]. Para se ter uma perspetiva global do número de visitantes apenas em 3 de agosto de 1930, visitaram a cidade mais de 30 mil pessoas.[1783]

Por interesse mútuo da Comissão de Iniciativa de Setúbal e da Comissão Central de Festas, Vergílio Carreira Nunes, Óscar Paxeco e Able Pascoal foram incumbidos de

[1777] "Festas da Cidade" in *A Indústria*, n.º 365 de 11/07/1930, p. 2. "Programa das Festas" in *Sado-Reclame*, n.º 106 de 28/07/1930, p. 2. Comissão Central de Festas, *I Exposição Regional do Distrito de Setúbal em 1930 – Relatório e Contas*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1931, p. 10. S.A., *Concurso de tiro organizado pela Carreira de Tiro de Setúbal por ocasião da Exposição Regional e festas de inauguração da energia eléctrica em julho-agosto de 1930*, s.e., Setúbal, 1930.
[1778] ANTT, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 234, Ofício s/ref.ª de 21/07/1930 enviado pelo Presidente da Comissão Central de Festas para o Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos.
[1779] PEREIRA, Fernando António Baptista, "Luciano, um poeta da pintura" in *Luciano (1911-2006): Evocação no centenário do nascimento*, C.M. de Setúbal, Alhos Vedros, 2011, pp. 13-15.
[1780] Comissão Central da Exposição Regional de Setúbal, *Catálogo da Exposição de Arte realizada no Liceu de Bocage*, s.e., Setúbal, 1930.
[1781] MOURO, Carlos, *Quem foi esse Agripino Maia?*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2019, p. 7. MOURO, Carlos, "Agripino Maia – De polidor de móveis a artista autodidata" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico Afonso, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 192-193.
[1782] "Exposição Regional de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 369 de 08/08/1930, pp. 1-2.
[1783] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p.161.

produzirem um filme destinado à propaganda de Setúbal, contando com legendas de Carlos Botelho Moniz. Este projeto não cumpriu o prazo para estrear durante a I Exposição Regional do Distrito de Setúbal, mas possibilitou uma longa reportagem dos principais momentos e locais da feira, visualizando-se a sua abertura pelo Chefe de Estado ou o seu encerramento com o denominado 'Dia da Imprensa'.[1784] O atraso prendeu-se com o excesso de trabalho acumulado pelo jornalista Óscar Paxeco e pelo arq.º Able Pascoal. Vergílio Carreira Nunes figurou como principal realizador deste documentário produzido pela casa *Melo & Castelo Branco* e que contou com célebre cineasta Manuel Luís Vieira como operador de câmara: "*A ele se tudo deve. À sua perícia, à sua técnica, ao seu acentuado e forte espírito artístico*"[1785]. O documentário *Setúbal* estreou, em 13 de novembro de 1930, no Cine-Teatro Luísa Todi[1786], dividindo-se em 10 partes distintas (7 – vistas da cidade; 3 – reportagem da exposição). **[Tabela – Documentário *Setúbal* produzido no âmbito da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal]**

A exposição contribuiu para um novo impulso na promoção do cinema no plano local, inaugurando-se, em 27 de agosto, o 'cinematógrafo ao ar livre'.[1787] Entre o final de 1931 e o início de 1932 surgiram as revistas locais *O Ecrã* e *O Recreio do Povo*, ambas dedicadas ao cinema. A primeira foi uma das quatro revistas portuguesas que, na época, abordavam especificamente questões sobre o panorama cinematográfico português, tendo surgido aquando da inauguração do cinema sonoro no Grande Salão Recreio do Povo.[1788] A segunda publicitava todos os filmes que eram expostos naquele edifício.[1789]

A inauguração da luz elétrica pelo chefe de Estado foi o ponto alto do evento. Não era para menos. Finalmente a luz elétrica chegava à terceira maior cidade do País[1790], já após ter sido inaugurada em regiões com muito menor dimensão demográfica (*e.g.* Santarém, Aveiro ou Beja).[1791] Era uma das mais determinantes vertentes da visão de uma

[1784] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 41, Ofício n.º 76 de 30/08/1930 enviado pelo Vice-Presidente da C.M. de Setúbal para o Diretor do *Diário de Notícias*.
[1785] "O filme «Setúbal» - O que sobre a sua organização nos diz um dos seus realizadores, o sr. Vergílio Carreira Nunes" in *O Setubalense*, n.º 3884 de 13/11/1930, p. 2.
[1786] "Cine-Teatro Luísa Todi" in *O Setubalense*, n.º 3881 de 10/11/1930, p. 4.
[1787] "Exposição Regional" in *A Indústria*, n.º 372 de 29/08/1930, p. 2.
[1788] SILVA, Jacques, "Crónica do mês – Cinema Sonoro em Setúbal" in *O Ecrã*, n.º 2 de 01/01/1932, p. 7.
[1789] "Saudação" in *O Recreio do Povo*, n.º 1 de 27/02/1932, p. 2.
[1790] Em dezembro de 1926, o eng.º Tito de Sousa foi contratado pelo município para proceder ao plano da luz elétrica. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência, Mç. 463, NT 335, Pt [17/7], Exposição de 18/01/1933 enviada pelo eng.º Tito de Sousa para o Ministro do Interior.
[1791] FIGUEIRA, João José Monteiro, *O Estado na eletrificação portuguesa – Da Lei de Eletrificação do País à EDP (1945-1976)*, FEUC, Coimbra, 2012, p. 174.

Setúbal 'moderna' que Carlos Botelho Moniz ambicionou. Este era um dos temas recorrentes em todas as eleições municipais e a cidade já se cansara de promessas vãs, como foi o caso da proposta apresentada pela Casa Hermann, em 1897.[1792]

Para que o leque de candidatos ao concurso público do fornecimento de energia elétrica a Setúbal fosse alargado, o município divulgou o caderno de encargos em Espanha.[1793] Foi organizado pelo eng.º Tito de Sousa Lopes, mas foi um fracasso, obrigando à abertura de um segundo concurso público.[1794] Em 8 de maio de 1928, a C.M. de Setúbal assinou o contrato com a *Société des Mines da Borralha*, para o fornecimento de luz elétrica por 30 anos.[1795] O material adquirido para a rede de distribuição de energia elétrica veio da Alemanha, tendo ficado a *Sociedade Lusitana de Electricidade AEG* encarregue da montagem.[1796] A central elétrica situava-se a sudoeste da cidade.[1797]

A primeira experiência de eletrificação na cidade ocorreu dias antes da abertura da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal a fim de evitar falhas que manchassem o momento junto dos altos representantes do Estado: "*Girava na cidade o vai e vem dos sábados, quando de repente os altos candeeiros de iluminação elétrica* […] *dentro em breve, grupos numerosos de pessoas estacionavam em frente das colunas a olhar bem, não fosse ainda mentira o que os seus olhos viram*"[1798]. Curiosamente, na noite seguinte à inauguração, 28 de julho de 1930, a cidade voltou à escuridão devido a uma avaria.[1799] Não se auguravam dias fáceis. Durante o processo de instalação dos equipamentos necessários, correram rumores de que a *Société des Mines da Borralha* estava à beira da falência, obrigando o edil a solicitar o apoio do embaixador em Paris para que lhe confidenciasse quais eram as condições financeiras da firma.[1800]

[1792] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Para a História da Iluminação Pública em Setúbal*, Universidade Popular de Setúbal, Setúbal, 1997, pp. 117-118.
[1793] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 32, Ofício n.º 565 de 15/06/1927 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro de Espanha em Portugal.
[1794] "A electricidade em Setúbal" in *A Semana de Setúbal*, n.º 5 de 31/07/1927, p. 2.
[1795] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *op. cit.*, pp. 119-120.
[1796] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas C.M. de Setúbal, cx. 53, Lv. 13, Ata da sessão de 21/03/1929 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, pp. 52v-55.
[1797] C.M. de Setúbal, *Concurso para as instalações elétricas municipais – Objecto e Programa do concurso*, Tip. do Comércio, Lisboa, 1927.
[1798] "A luz – Foi numa tarde de sol que a energia elétrica apareceu" in *O Setubalense*, n.º 3786 de 21/07/1930, p. 2.
[1799] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, "Fiat lux! A inauguração da iluminação elétrica (1930)" in *Setúbal no centro do mundo - 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 87-89.
[1800] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 39, Ofício n.º 1.034 de 20/05/1929 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro de Portugal em Paris.

As queixas em torno do serviço que foram disponibilizando multiplicaram-se no decurso dos primeiros anos da década de 1930, justificando o lento crescimento dos índices de consumo: 1932 – 14 979 kWh; 1941 – 30 117 kWh.[1801] A título de exemplo, no verão de 1931, as indústrias locais que dependiam do fornecimento de energia elétrica paralisaram parcial ou inteiramente: "*se as Minas da Borralha não podem suportar o encargo e a possibilidade que tomaram, declare-se impotente e abandone de uma vez a Cachofarra*"[1802]. O município, em mais que uma ocasião, chamou a atenção da empresa por não cumprir o previsto nas cláusulas do contrato assinado, exigindo a instalação de um gerador de reserva: "*Não pode, nem deve a cidade de Setúbal estar sujeita às contingências de um fornecimento irregular de energia eléctrica, visto um tal estado de coisas causar incalculáveis prejuízos*"[1803].

A concessão da exploração da Central Termoelétrica da Cachofarra foi vendida à Sociedade de Eletrificação Urbana e Rural (SEUR), que passou a ficar responsável pela distribuição da energia elétrica ao concelho de Setúbal a partir de 1932.[1804] A União Elétrica Portuguesa chegou em 1941.[1805] As freguesias rurais de Azeitão esperaram alguns anos até a luz elétrica chegar a 10 de agosto de 1936.[1806]

Por fim, importa sublinhar que a I Exposição Regional do Distrito de Setúbal representou uma despesa extraordinariamente elevada para os cofres do município: 372 782$82 (incluindo o pagamento da «colossal» propaganda na imprensa). Na perspetiva da Comissão Central de Festas o valor foi bem empregue visto que o comércio local lucrou entre 1500 e 2000 contos e Setúbal se afirmou como terceira cidade do País: "*Gastou-se demasiadamente? Não. Gastou-se o que não podia deixar de se gastar para que Setúbal se apresentasse à altura dos seus méritos*"[1807]. O custo financeiro deste e de outros projetos ficou a cargo das comissões administrativas seguintes.

[1801] C.M. de Setúbal, *Serviços Municipalizados – Relatório e Contas da Gerência de 1941*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1942, s.p.
[1802] "Sem água e sem luz" in *A Indústria*, n.º 421 de 14/08/1931, p. 2.
[1803] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 103, Lv. 50, Ofício n.º 498 de 18/03/1933 enviado pelo Presidente da C.A. da C.M. de Setúbal para o Presidente da *Société des Mines da Borralha*.
[1804] CLARO, Rogério Peres, *Um século de ensino técnico-profissional em Setúbal: Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama*, Corlito, Setúbal, 2000, p. 384.
[1805] MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *op. cit.*, pp. 87-89.
[1806] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 56, Lv. 22, Ata da sessão de 13/08/1936 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, p. 66.
[1807] Comissão Central de Festas, *I Exposição Regional do Distrito de Setúbal em 1930 – Relatório e Contas*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1931, p. 6.

4.2.5. As obras de reestruturação do porto de Setúbal (1925-1934)

> "*Inaugura-se hoje, sem dúvida para ninguém, a obra mais importante para a vida e progresso de Setúbal. Festeja-se hoje, também, o acabamento da obra pública de maior tomo feita, do princípio ao fim, pela Ditadura Nacional* […] *Para nós, que temos convicção e consciências nacionais, o porto de Setúbal representa a palavra de ordem, a lição da nova era que a Revolução Nacional criou*."[1808]

Do ponto de vista estratégico, o porto de Setúbal era um dos mais importantes para a economia nacional, destacando-se a evidente internacionalização das suas relações comerciais como resultado da natureza produtiva da região, dependente da exportação: conservas de peixe, vinhos, cortiça, minérios, cimento, laranjas ou sal. A atracagem de navios alemães, britânicos, italianos ou nórdicos era intensa, verificando-se a presença de companhias de navegação de Hamburgo, Londres, Liverpool, Génova, Bristol ou Oslo.[1809] Não obstante, na época era comum, na imprensa local, lerem-se crónicas que expressavam a incompreensão de como portos de menor relevância, como era o caso de Viana do Castelo, Aveiro, Figueira da Foz ou Portimão já terem concluído obras de regularização da margem ou de construção de cais, docas e terraplenos ao contrário do terceiro mais determinante porto do continente: o de Setúbal, que tinha tudo por fazer.[1810]

As obras de reestruturação do porto de Setúbal estavam destinadas a serem executadas pelo município desde 1875. Em duas ocasiões estiveram prestes a principiar. Em 1906, foi contratualizado um empréstimo de 170 contos entre a C.M. de Setúbal e a Companhia do Crédito Predial para executar as obras projetadas pelo eng.º Gonçalves Moreira, que previa regularização da margem por 1281 metros, uma pequena doca de pesca e uma maior, junto ao cais da Conceição.[1811] Este projeto foi idealizado pelo eng.º Vasco da Gama Braga, em 1892, e contava com um muro-cais desde a Albarquel até a antiga fábrica de M.J. Mendonça, regularizando a margem e conquistando novos terraplenos ao rio. Em 1909, o *crash* financeiro do banco impediu as obras.[1812]

A definição oficial, em junho de 1912, do traçado do caminho-de-ferro do Vale do Sado, que passaria por Setúbal, deu força a que o município negociasse um empréstimo junto da C.G.D. e aplicar o mais completo projeto de obras: o do eng.º Lisboa de Lima,

---

[1808] "A nossa saudação" in *Ideia Nacional*, n.º 3 de 20/05/1934, p. 1.
[1809] PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd., Lisboa, 1934, pp. 46-47.
[1810] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1927 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1928, p. 12.
[1811] QUINTAS, Maria da Conceição*, Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento - História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003, pp. 64-66.
[1812] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 146.

de 1914. Para além da regularização da margem em 3546 metros, construía uma grande doca (superfície molhada de 5,9 hectares), entre as Fontainhas e o Baluarte do Livramento.[1813] O brutal encarecimento dos materiais de construção e a entrada oficial de Portugal na Grande Guerra, em março de 1916, impediram que o projeto avançasse, apesar do empréstimo se ter concretizado no mês anterior, por mais de 300 mil escudos.[1814] Sob a gestão da Junta Autónoma desde 1923, as vicissitudes não foram interrompidas, apesar do organismo contar com várias fontes de receita.[1815]

Entre 1928 e 1930 foram abertos dois concursos públicos para a adjudicação deste processo, cujo orçamento era de 27 mil contos (sem contar com os pavimentos e uma das dragagens, totalizando efetivamente 32 mil contos).[1816] Em novembro de 1927, foi aberto o primeiro concurso público para a execução das obras. A inclusão de uma proposta de financiamento, cujo pagamento seria de longo-prazo, e o fracasso do empréstimo externo junto da Sociedade das Nações motivou que apenas duas firmas alemãs se apresentassem, mas com preços «exagerados». Em agosto seguinte, o concurso foi anulado.[1817]

Em outubro de 1929, Administração Geral do Porto de Lisboa e a Administração Geral dos Serviços Hidráulicos concretizaram a primeira grande visão geral do plano portuário nacional, autorizando a abertura de concursos públicos para a concretização de obras nos portos de Lisboa, Douro-Leixões, Setúbal, Vila Real de Santo António, Aveiro e Viana do Castelo.[1818] Pouco depois foi aprovado o projeto de execução das obras por portaria em 18 de dezembro de 1929.[1819] Era a segunda tentativa de responder a um anseio da população local, contribuindo diretamente para que a Ditadura Militar angariasse mais apoio junto dos setubalenses. Para o edil em funções, este momento era o reflexo da "*política de fomento tão patrioticamente preconizada Governo da Ditadura*"[1820]. Antes, a visita do chefe de Governo, general José Vicente de Freitas, a Setúbal, em 26 de maio

[1813] PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd., Lisboa, 1934, pp. 10-12.
[1814] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1926, p. 7.
[1815] Fontes de receita: 1% de taxa *ad-valorem* sobre as mercadorias exportados pela barra, exceto os vinhos; 0,5% de taxa *ad-valorem* sobre as mercadorias importadas pela mesma barra; taxas de estacionamento de navios e mercadorias, arrendamento de terrenos, licenças e certidões. *Idem*, p. 13.
[1816] PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd., Lisboa, 1934, p. 33
[1817] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1928, 1929 e 1930*, Tip. Albino, Setúbal, 1931, pp. 11-31.
[1818] Decreto-Lei n.º 17421 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 227 de 03/10/1929. PRATA, Ana, *Políticas Portuárias na I República (1880-1929)*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011, p. 191.
[1819] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Sado, Setúbal, 1932, p. 11.
[1820] ADSTB, AMS, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 39, Telegrama de 12/10/1929 enviado pelo Presidente da C.M.S. para o Ministro das Finanças.

de 1929, serviu de pretexto para que o executivo camarário voltasse a pressionar a tutela para a abertura do concurso público de adjudicação das obras do porto.[1821] Para além de ter vistoriado as instalações do hospital da Misericórdia, do asilo Acácio Barradas, dos serviços municipais e o sanatório do Outão, a ocasião teve como intuito a inauguração da escola primária do Bairro Salgado, com capacidade para 400 alunos: "*um acontecimento de alta significação, que deve ficar registado em letras de luz ofuscante como o início de uma época de regeneração nacional*"[1822]

No concurso aberto, em 25 de fevereiro de 1930, que resultou no triunfo da *Hojgaard & Schulz*, de Copenhaga, apresentaram-se 11 firmas. **[Tabelas – Empresas que concorreram para as obras de reestruturação do porto de Setúbal (1930)]**[1823] Pouco antes da adjudicação, a edilidade solicitou o apoio do M.N.E. no sentido de serem obtidas informações em torno da idoneidade das firmas *Hojgaard & Schultz* e *Vrios van den Bosch*. A segunda, de Utrecht, responsabilizou-se pelas dragagens.[1824]

A Junta Autónoma contratou os serviços do eng.º Afonso Cid Perestrello, em 1925, para se tornar no diretor das obras do porto, função onde permaneceu até 1936.[1825] A primeira escolha foi o eng.º Costa Serrão, que ainda visitou a cidade para estudar a proposta, mas rejeitou-a por ir trabalhar para África.[1826] Recomendou o eng.º Cid Perestrello para o cargo, figura que liderou um dos mais importantes projetos urbanísticos da história setubalense. Uma das suas primeiras tarefas foi auxiliar os serviços da comissão nomeada para o estudo da definição dos limites dos terrenos marginais do rio Sado, estabelecendo se pertenceriam à Junta Autónoma, à C.M. de Setúbal ou à capitania do porto de Setúbal.[1827]

O eng.º Cid Perestrello estudou todos os projetos anteriores e apresentou o seu, em janeiro de 1926, ao Conselho Superior de Obras Públicas, tendo sido aprovado em setembro apenas com uma alteração: a superfície molhada da doca do comércio deveria

[1821] "A visita do Sr. Presidente do Ministério a Setúbal" in *A Voz de Setúbal*, n.º 3 de 02/06/1929, p. 2.
[1822] "A Grande Crise" in *O Sado*, n.º 12 de 26/05/1929, p. 1.
[1823] QUINTAS, Maria da Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento - História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003, p. 75.
[1824] AHD-MNE, Sala 12, Estante 15, Prateleira 5, Mç. 75524, Proc. n.º 73, Confidencial n.º 91 de 01/07/1930 enviada pelo Ministro de Portugal em Haia para o Ministro do Comércio e Comunicações.
[1825] CURTO, Margarida, *Estuário do Sado – Tesouro da Região de Setúbal: Apontamentos históricos sobre Setúbal e o seu porto*, Corlito, Setúbal, p. 51.
[1826] PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Anais de Setúbal do século XX - Uma cronologia ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023, p. 67.
[1827] Comissão: capitão de mar-e-guerra Salazar Moscoso; eng.º Claro da Ricca; capitão-tenente Álvaro Martha. PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1926, p. 9.

ser reduzida para dar mais espaço à futura estação de 'Setúbal-Mar'. O plano foi apresentado às forças vivas e aos políticos locais, numa conferência no Cine-Teatro Luísa Todi, em 9 de março de 1926.[1828]

Consistia em: a) regularização da margem ao longo de 4 quilómetros, desde a Vila Maria até ao morro da Albarquel (Toca do Pai Lopes), aterrando a doca Delpeut[1829]; b) construção de 70 hectares de terreno ao rio (600 m^2 de crescimento territorial da cidade); c) edificação de três docas de marés (com superfície molhada de 8,5 hectares) destinadas às embarcações de comércio (44 mil m^2), de pesca (30 mil m^2) e de recreio (5 mil m^2); d) elaboração de seis estacadas, com 430 metros de extensão em betão armado; e) separação do porto de pesca (localizado desde a Albarquel até ao baluarte do Livramento) do porto comercial (situado entre o baluarte da Conceição até Vila Maria); f) construção de 2100 metros de muro-cais e 26 mil m^2 de taludes empedrados.[1830]

A visão globalizante do eng.º Afonso Cid Perestrello para o porto de Setúbal foi exposta, em junho de 1931, no I Congresso Nacional de Engenharia. No âmbito deste evento, apresentou a comunicação "O futuro do porto de Setúbal como porto comercial, industrial e de pesca", clarificando que as obras de reestruturação tinham como motivo central estimular economicamente todo o *hinterland* da cidade, escoando, além de toda a produção regional, mercadorias provenientes do Alentejo. Os caminhos-de-ferro, as estradas e o transporte fluvial, colocariam Setúbal como um dos epicentros do País.[1831]

As relações tensas entre o município e a Junta Autónoma foram apaziguadas pelo edil Carlos Botelho Moniz, contrariando a política de confronto empregue pelo executivo camarário liderado Francisco Fernandes. A intransigência do militante do Partido Democrático na manutenção do município como responsável pelas obras do porto, renegando a Junta Autónoma, custou-lhe caro eleitoralmente. A meses de perder as eleições, demarcou-se da posição e tomou posse como presidente da Junta Autónoma,

[1828] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1927, p. 23 e p. 38.
[1829] Os terrenos da doca Delpeut receberam autorização ministerial para serem expropriados, em outubro de 1931, dando ímpeto ao avanço das obras da doca de pesca. QUINTAS, Maria da Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento - História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003, p. 134.
[1830] COSTA, Albérico (org); BENTO, António Cunha, "Obras do porto de Setúbal: lançamento da primeira pedra (1930)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 90-92.
[1831] PERESTRELLO, eng.º Cid, "O futuro do porto de Setúbal como porto comercial, industrial e de pesca" in *Relatório e Contas dos Exercícios de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Sado, Setúbal, 1932, pp. 36-39.

pela primeira vez, em 23 de abril de 1925.[1832] A tomada de posse de Carlos Botelho Moniz como presidente da C.M. de Setúbal, no início de 1926, formalizou a delimitação da pertença dos terrenos na zona ribeirinha a cada instituição, sinal de pacificação. Para Joaquim Brandão, o "*facto de sua excelência* [Carlos Botelho Moniz] *ocupar este lugar* [presdidente da Junta Autónoma e de edil] *resultará pelo absoluto entendimento das duas principais entidades de Setúbal: Câmara Municipal e Junta Autónomal*"[1833].

Numa assembleia magna, em 27 de junho de 1927, na presença de representantes das forças vivas da cidade, foi votada uma moção que estipulou que C.M. de Setúbal deveria ceder à Junta Autónoma uma draga, um guindaste, os blocos de pedra e outros materiais para as obras e, mais importante, o remanescente do saldo do empréstimo contraído, em 1916, junto da C.G.D. O município teria de pagar os juros desse saldo e a Junta Autónoma os encargos da importância já utilizada nas obras. Este último ponto foi o de maior discórdia entre as partes, uma vez que o município há vários anos pagava, em média, 18 mil escudos em juros: "*As forças económicas de Setúbal* [...] *considerando a pavorosa crise que Setúbal atravessa, força a Câmara a dar o exemplo do mais nobre sacrifício, desistindo das suas pretensões para que as obras do porto, única esperança de ressurgimento económico a cidade* [...] *possam ter execução*"[1834]. A entrega deste remanescente (63 660$20) concretizou-se, seis anos depois, em setembro de 1933.[1835]

Após o lançamento da 1.ª pedra, em 28 de julho de 1930, as obras apenas arrancaram em 22 de dezembro seguinte, por ocasião do 4.º aniversário da criação do distrito de Setúbal "*com as dragagens de fundação para os maciços de enrocamentos que constituem as bases dos muro-cais e taludes empedrados*"[1836]. O momento gerou grande expetativa nas classes trabalhadoras, que consideravam que o arranque dos trabalhos

[1832] APLSS, Fundo dos Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Atas de Direção, Atas da Comissão Executiva da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, Cx. 96, Lv. n.º 1 de Atas, Ata da sessão ordinária de 23/04/1925, pp. 24v-25.
[1833] *Idem*, Ata da sessão ordinária de 25/02/1926, pp. 82-83.
[1834] APLSS, Fundo dos portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura orgânica e funcional, Documentação estruturante, Cx. 23, Capilha n.º 341, Cópia de ata de 27/06/1927 assinada pela C.M. de Setúbal, pela Associação Comercial e Industrial de Setúbal, pela Liga Comercial dos Lojistas de Setúbal, pela Secção Sindical dos Fabricantes de Conservas, pela Secção Sindical dos Agentes de Navegação e pela Secção Sindical dos Importadores e Exportadores.
[1835] APLSS, Fundo dos portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura orgânica e funcional, Documentação estruturante, Cx. 25, Capilha n.º 342, Cópia do ofício n.º 53 de 29/09/1933 enviado pelo Vice-Presidente da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado para o Presidente da C.M. de Setúbal.
[1836] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Breve Notícia sobre as Obras do Porto de Setúbal*, Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1933, p. 3.

resultaria numa quebra do desemprego.[1837] No período de maior necessidade de recursos humanos nas obras, no verão-outono de 1932, prestaram serviço mais de 4500 homens. **[Fig. – N.º de trabalhadores empregados semanalmente nas obras do porto de Setúbal, 1930-1932]** As suas condições laborais eram deploráveis. Os salários rondavam os 8 escudos/dia por 10 horas de trabalho e o jornal dos industriais conserveiros comparou o quotidiano destes homens às dos trabalhadores da Guiana Francesa.[1838]

No decurso das obras, o eng.º Afonso de Mello Cid Perestrello procedeu a uma importante missão de estudo nos principais portos de pesca de França, Bélgica e Holanda, no segundo semestre de 1932, revelador das preocupações em replicar modelos de excelência.[1839] Neste mesmo ano, produziu uma planta que previa os futuros edifícios da alfândega, da capitania, da Junta Autónoma ou do Governo Civil.[1840] Com o intuito de garantir o menor impacto na descarga de peixe e na exportação de conservas, na doca do comércio, foi colocada uma ponte em madeira destinada ao embarque dos enlatados e, na doca dos pescadores, foram colocadas pranchas de madeira de 26 metros.[1841]

Em 14 de maio de 1933, cerca de um ano antes do término das obras, foi inaugurada a doca de pesca. O navio *Gonçalo Velho*, construído pela ditadura, integrou as cerimónias, em que todos elogiaram longamente a obra de terraplenos destinados aos serviços da atividade piscatória. O enaltecimento foi particularmente alto para Oliveira Salazar: "*devemos ser reconhecidos ao Governo e, sobretudo, honrem a todos os títulos* […] *o Ministro das Finanças, que soube considerar e avaliar o extraordinário benefício que a construção do porto traria à região do Sado*"[1842].

No final do longo processo de reestruturação da zona portuária setubalense, inaugurada em 20 de maio de 1934 - menos de quatro anos após o lançamento da primeira pedra -, a margem direita do estuário do Sado foi regularizada ao longo de 4 quilómetros, foram conquistados 600 mil m^2 ao rio em taludes empedrados, concluiu-se um muro-cais

[1837] "As obras do porto de Setúbal" in A *Indústria*, n.º 371 de 22/08/1930, p. 1.
[1838] *Ivo* (pseudónimo), "Obras do porto" in *Sado-Reclame*, n.º 113 de 31/08/1930, p. 1. "Obras do porto" in *A Indústria*, n.º 428 de 06/11/1931, p. 2.
[1839] Visito portos franceses (Lorient, Bordéus, Anvers, Calais, Nantes, St. Nazaire, Le Croisic, La Turballe, Concaneau, Quimper, Douarnenez e Boulogne-sur-Mer), belgas (Ostende, Neuport e Blankenberghe) e dos Países Baixos (Amesterdão, Roterdão, Zaandam, Ymuiden, Scheveningen).
[1840] PERESTRELLO, eng.º Cid, "Relatório da Missão de Estudo aos principais portos de pesca da França, Bélgica e Holanda" in *Relatório e Contas do Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, pp. 59-91.
[1841] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, pp. 16-17.
[1842] "Em Setúbal. A inauguração do porto de pesca" in *A Indústria*, n.º 488 de 12/05/1933, p. 1.

de suporte, separaram-se os serviços de pesca (a poente, com 25 mil m^2) dos serviços comerciais (a nascente com 40 mil m^2), dividido ao centro por uma doca de recreio com 4500 m^2. Simultaneamente foram edificadas canalizações de esgoto numa extensão de 4461 metros.[1843] **[Tabela - Obras executadas pela Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado (1926-1936)]**

Das cercas de 10 mil toneladas de cimento consumidas no decurso dos trabalhos, 8200 foram exclusivamente adquiridas junto da SECIL, sendo o restante adquirido aos belgas da *Comptoir des Chaux et Ciments du Tournaisis*.[1844] As pedreiras da Praia da Figueirinha forneceram a matéria-prima para as pedras do enrocamento (300 mil m^3) e para boa parte do revestimento e proteção dos taludes empedrados, e importaram-se 350 toneladas de ferro.[1845] As dragagens corresponderam a 400 mil m^3.[1846]

Debaixo da maquilhagem de toda a pompa das festividades alusivas à inauguração do porto de Setúbal escondeu-se a instabilidade política municipal. No dia 9 anterior, o major Alfredo Perestrelo da Conceição tomou posse como novo presidente da comissão administrativa da C.M. de Setúbal, liderando uma equipa de vereadores integralmente filiada no partido único do Estado Novo. **[Tabela - 9.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal (09/05/1934)]** No seu discurso inaugural, o edil empossado enalteceu o papel decisivo da Comissão Municipal de Setúbal da União Nacional, em particular de Miguel Osório de Castro, na transição de poder: "*Assim, no momento difícil que se apresentou ao sr. Governador Civil, após a demissão da antiga Comissão, o Chefe do Distrito não teve mais do que fazer apelo à disciplina da organização já existente, a União Nacional, para que esta imediatamente correspondesse*"[1847]. A administração demissionária de Joaquim da Costa Novais foi incapaz de suster os efeitos provocados pelo decreto-lei n.º 23795, de salvação pública das finanças municipais, que incluía a redução de salários dos funcionários e de alguns assalariados, a fim de saldar as dívidas aos credores, o atraso na liquidação de uma prestação do empréstimo da C.G.D e o pouco dinheiro em caixa.[1848]

[1843] Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, *Porto de Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, Setúbal, 1949, pp. 4-8.
[1844] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, p. 12.
[1845] PERESTRELLO, eng.º Cid, *Breve Notícia sobre as Obras do Porto de Setúbal*, Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1933, pp. 4-7.
[1846] PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd., Lisboa, 1934, p. 32.
[1847] "Vida Municipal" in *Ideia Nacional*, n.º 3 de 20/05/1934, pp. 1-4.
[1848] "A Ditadura e o Município de Setúbal" in *Ideia Nacional*, n.º 3 de 20/05/1934, pp. 1-2.

Nas cerimónias de uma das mais importantes obras de melhoramentos locais da primeira metade do século XX – senão mesmo a de maior impacto - estiveram presentes o Presidente da República, o Ministro do Interior, o Ministro das Obras Públicas, o Ministro do Comércio e Indústria e o Arcebispo de Mitilene. O general Óscar Carmona, no seu discurso, evocou o facto de ter lançado a primeira pedra e, naquele momento, a última, para comprovar que apenas a estabilidade política possibilitava a realização das grandes obras públicas. Através do navio *Tâmega* e das canhoneiras *Faro* e *Lagos*, as várias personalidades tiveram oportunidade de passearem pelo rio Sado e de assistir ao cortejo fluvial, no âmbito da procissão de Nossa Senhora do Cais. Para além dos passeios de carros pela serra da Arrábida, visitaram o castelo de Palmela e o forte de S. Filipe.[1849]

A figura do chefe de governo foi amplamente exaltada, apesar de não ter estado presente, como grande responsável pela concretização desta velha aspiração, tendo sido nomeado cidadão honorário de Setúbal[1850]: "*Sem a obra financeira de Oliveira Salazar, que tornou possível o empréstimo para a construção de portos, as obras do porto de Setúbal continuariam a ser para nós apenas uma esperança*."[1851] A ocasião foi aproveitada para enaltecer os feitos da 'Ditadura Nacional' e do Estado Novo[1852]. Para isso, o Secretariado da Propaganda Nacional patrocinou a realização da película *A inauguração do porto de Setúbal*, cujos trabalhos foram dirigidos por Arnaldo Coimbra[1853], respondendo, desta forma, ao alvitre do periódico local *O Filme*, para que Setúbal fosse motivo para um documentário.[1854] Anos mais tarde, as obras do porto continuaram como uma referência dos benefícios do Estado Novo a Setúbal. Na Emissora Nacional, em junho de 1940, Guilherme Faria frisou que este melhoramento foi uma "*aspiração máxima, nunca realizada nos tempos das lutas políticas*"[1855].

No contexto do continente, o porto de Setúbal foi um dos mais dinâmicos comercialmente, no pós-guerra, destacando-se na quantia de contos que movimentou nos negócios dedicados ao *import*/*export*, por comparação com Aveiro, Portimão, Lagos,

[1849] "A inauguração das obras do porto" in *A Indústria*, n.º 523 de 29/05/1934, pp. 1-2. O governo da Dinamarca também se fez representar através do navio *Ingolf*, homenageando a firma construtora. J.A., "As obras do porto de Setúbal" in *A Mocidade*, n.º 703 de 01/06/1934, p. 1.
[1850] "Salvé Salazar" in *Ideia Nacional*, n.º 4 de 01/06/1934, p. 1.
[1851] "A inauguração das obras do porto" in *Ideia Nacional*, n.º 3 de 20/05/1934, p. 1.
[1852] CALDEIRÃO, Teresa, *Arquitectura como Propaganda do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013, pp. 47-57.
[1853] Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. Filme *A inauguração do porto de Setúbal, de 1934*.
[1854] "Notas dispersas: um alvitre" in *O Filme*, n.º 3 de 20/05/1934, p. 2.
[1855] FARIA, Guilherme, *O Distrito de Setúbal e o Estado Novo*, Comissão Concelhia da União Nacional, Setúbal, 1940, p. 8.

Faro, Viana do Castelo, Vila Real de Sto. António ou Figueira da Foz. **[Tabela – Comparação do movimento de mercadorias nos principais portos do continente (1921-1926)]** O mesmo se pode dizer do ponto de vista do número de navios que deram entrada na jurisdição da capitania do porto de Setúbal, uma vez que apenas os portos de Lisboa e de Douro/Leixões ultrapassaram o movimento comercial da região. **[Tabela – Comparação do movimento de navios nos portos do continente (1920; 1925 e 1927)]**

Em quantidade e em valores, a riqueza gerada a partir dos bens escoados ou importados, através do porto de Setúbal, cresceu substancialmente durante os anos da Ditadura Militar, apesar do trabalho de obras quase permanente, entre 1930 e 1934. Se a média, entre 1919-1926, foi de 58797 toneladas movimentadas, a média de 1927-1934 foi de 209004 toneladas, representando um aumento extraordinário da atividade comercial. **[Tabela - Movimento de mercadorias no porto de Setúbal (1910-1939)]**

O dinamismo internacional do comércio setubalense é evidente, observando que as suas conservas de peixe eram consumidas mundialmente e que o cimento da SECIL, os adubos da SAPEC ou o moscatel da *José Maria da Fonseca* eram alvos prioritários de determinados países. No estabelecimento das relações externas com os seus diferentes mercados, entre 1926 e 1939, o porto de Setúbal dependia, essencialmente, de embarcações portuguesas (55,1%), britânicas (11,3%) alemãs (10,9%) e norueguesas (10,1%). Em menor grau, a capitania recebeu navios de bandeira italiana (3,9%), holandesa (3,4%), dinamarquesa (3%) e francesa (2,1%). **[Tabela – Principais nacionalidades dos navios que deram entrada no porto de Setúbal (1926-1939)]** Esta atividade comercial justifica a existência de vice-consulados, em Setúbal, de Espanha, da Finlândia, de França, dos Países Baixos, de Inglaterra, da Noruega ou da Suécia. **[Tabela - Vice-consulados existentes em Setúbal (1933)]**

Por fim, mas não menos importante, avaliando que o movimento de navios na capitania de Setúbal se manteve, *grosso modo*, entre as 5 e as 6 centenas, desde a implantação da República até ao final dos anos 30, o que as estatísticas transmitem inferem um aumento da circulação de navios de maior envergadura e a substituição das embarcações à vela pelos barcos a vapor. **[Tabela - Movimento de navios no porto de Setúbal (1910-1939)]** Por toda esta estatística se compreende a dimensão da importância das obras de reestruturação do porto de Setúbal para a vida económical local e nacional, alargando ainda mais a porta para o comércio internacional.

4.3. Entre a repressão e a resistência (1926-1933): Os confrontos político-sociais à beira Sado durante a Ditadura Militar

4.3.1. A fundação do Comando Distrital de Setúbal da PSP: reestruturação e opressão política (1927-1933)

> "*A violência deixava a cidade cansada. Exausta após cada luta perdida e reprimida, muita lágrima chorava a cidade então*."[1856]

O grau de conflituosidade política e social que existiu em Setúbal, durante a Ditadura Militar teve como pano de fundo a vaga de desemprego, a miséria e a mendicidade. A crise de trabalho, que se alastrou a partir de meados de 1924, atingiu números assustadores nos últimos anos da década e perpetuou-se no decurso dos anos 30, afetando os 50467 setubalenses e azeitonenses registados no concelho no censo de 1930.[1857] O desemprego, meses antes do *crash* da bolsa de Nova Iorque, era de tal ordem que eram "*mais as pessoas que não trabalham por não terem onde empregar a sua atividade, do que aquelas que têm a sorte de produzir*"[1858]. Esta era a dimensão do significado da paralisação das artes de pesca, da interrupção da laboração das unidades conserveiras e das falências de dezenas de empresas de ambos os setores. Em 1930, os números apontavam para 5305 pessoas dedicadas à pesca e 5848 a atividades industriais.

[Tabela – Estrutura socioprofissional do concelho de Setúbal (1930)]

A comunidade viveu tempos extremamente duros, caracterizados pela pobreza, pela carência de bens alimentícios ou pela mendicância. A esmagadora maioria das famílias passaram por momentos de grande exasperação, conforme relatou a imprensa: "*Em Setúbal, morre-se de fome*. […] *Há lares e lares onde de há muito não entra um pouco de pão* […] *atravessa, no presente momento, uma das maiores difíceis horas da sua existência*"[1859]. As 67 padarias e as fábricas de moagem da cidade não conseguiam obter farinhas junto dos fornecedores, vendo-se obrigados a aumentarem o custo do pão[1860] e a sua qualidade era um ataque ao consumo: "*com doses de lixo, excrementos de ratos, baratas e alguns parasitas expelidos dos fatos dos amassadores*"[1861]. No panorama

[1856] BRITO, Alice, *As Mulheres da Fonte Nova*, Planeta, Lisboa, 2012, p. 173. [Romance Histórico]
[1857] MACHADO, Fernando Falcão, *O concelho de Setúbal – Notícia demográfica do ano de 1930*, Tip. Simões, Setúbal, 1942, pp. 13-14.
[1858] "A apoteose final" in *O Setubalense*, n.º 3399 de 20/05/1929, p. 1.
[1859] "A crise em Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 2826 de 15/01/1927, p. 1.
[1860] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv. n.º 8, Ofício s/ref.ª de 11/01/1927 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Diretor da Manutenção Militar.
[1861] SILVA, Artur, "Quadros da Vida: Um manifesto" in *A Indústria*, n.º 305 de 17/05/1929, p. 2.

urbano, no frio da noite, tornou-se comum assistir-se a centenas de sem-abrigo a ocuparem esquinas, bancos de jardim ou alpendres, como locais para dormirem, a prostituição e a mendicidade multiplicaram-se: "*Inúmeros pequenos mendigos infestam a cidade* […] *esmolando com insistência voraz*"[1862].

Com o acentuar do desemprego e do custo do pão, a administração do concelho nomeada pela ditadura receou por alterações à ordem pública[1863] e quis evitar, a todo o custo, "*comentários desfavoráveis à actual situação política e aos fins do movimento militar*"[1864]. A inquietação sentida pela entidade competente pela segurança motivou sucessivos pedidos dirigidos ao comandante da 4.º companhia do batalhão n.º 7 da G.N.R., para que o número de efetivos para o policiamento da cidade fosse aumentado, e ao diretor da fábrica de gás, no sentido de ser assegurada a iluminação noturna.[1865]

No que concerne às autoridades policiais, a criação do distrito de Setúbal culminou na dissolução da corporação da Polícia Cívica de Setúbal, paga município há vários anos. O Decreto-Lei n.º 13185, de 24 de fevereiro de 1927, concebeu o Comissariado da Polícia de Segurança Pública do Distrito de Setúbal, organismo composto por 1 comissário, 2 chefes de esquadra, 10 cabos, 20 guardas de 1.ª classe e 60 guardas de 2ª classe, prevendo a transferência de todos os bens da extinta corporação. O Ministério do Interior passou a ser a tutela, encarregando-se do financiamento.[1866]

A tomada de posse do 1.º Governador Civil de Setúbal, o juiz Miguel Homem de Sampaio e Melo, no início de março de 1927, acelerou esta reforma e teve lugar no rescaldo da tentativa revolucionária de 3-9 de fevereiro. Duas das primeiras decisões do Governador Civil disseram respeito à manutenção da ordem pública, nomeadamente a nomeação interina do tenente Augusto de Carvalho, administrador do concelho, para Comissário-Geral da PSP de Setúbal[1867] e a colocação, na cidade, de um pequeno

[1862] PEREIRA, Francisco Marques, "Miséria" in *O Sado*, n.º 3 de 24/03/1929, p. 1.
[1863] Ofício s/ref.ª de 15/01/1927 enviado pelo administrador do concelho de Setúbal. Citado a partir de: COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 103.
[1864] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv. n.º 6, Ofício n.º 498 de 12/08/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Presidente do Conselho de Administração da Bolsa Agrícola.
[1865] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv. n.º 8, Ofícios n.os 56-A e 96-A de 15/01/1927 e de 22/01/1927, enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante da 4.ª Companhia do Batalhão n.º 7 da G.N.R. e para o Diretor da Companhia de Gás de Setúbal.
[1866] Decreto-Lei n.º 13185 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 39 de 24/02/1927.
[1867] ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. 1 de Registo de Alvarás, Alvará de 05/03/1927 emitido pelo Governador Civil de Setúbal.

destacamento da PSP da capital, enquanto não fosse concluído o alistamento e a formação dos elementos que iriam integrar o comando distrital.[1868] O tenente Augusto de Carvalho acumulou as funções de administrador do concelho e de comissário-geral da PSP de Setúbal até ao final do ano, uma vez que as administrações do concelho apenas foram extintas, em janeiro de 1928.[1869] A apresentação da nova força de segurança do distrito decorreu, em 20 de junho de 1927, no Campo dos Arcos (estádio do *Vitória F.C.*), celebrando o término da avaliação dos guardas municipais, que queriam ser transferidos da extinta corporação para a PSP[1870], e dos candidatos que se apresentaram a concurso.[1871]

Em agosto de 1926, o efetivo da Polícia Cívica de Setúbal era composto por 60 guardas pelo que a reforma institucional duplicou este número, satisfazendo os interesses das autoridades responsáveis pela manutenção da tranquilidade pública[1872], que se queixavam da baixa quantia de elementos à sua disposição, assim como da obrigação da G.N.R. em prestar serviço nas freguesias rurais: "*tão difícil de conseguir* [a ordem] *num meio onde predomina o elemento operário, na maior parte filiado em associações que são o porta-voz das doutrinas mais avançadas*"[1873]. Porém, a reforma estrutural da polícia portuguesa, promulgada no verão de 1928, fez cair por terra o aumento das forças de segurança em Setúbal. Estabeleceu a redução dos efetivos do comando distrital de Setúbal da PSP para os números da antiga corporação municipal: 1 comissário-geral; 1 chefe; 3 primeiros-cabos; 2 segundos-cabos; 20 guardas de 1.ª classe; 40 guardas de 2.ª classe.[1874]

A reestruturação provocou, dois dias depois de ter sido publicada, em 10 de agosto de 1928, o pedido de demissão do 2.º Governador Civil de Setúbal, o tenente-médico António Perry de Sousa Gomes.[1875] **[Tabela – Lista ordenada dos Governadores Civis**

[1868] ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão da Informação e Documentação, Organização e Recuperação, Registo de Correspondência Expedida, Lv. de copiador de correspondência expedida, Ofício n.º 3 de 05/03/1927 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Comandante-Geral da Polícia.
[1869] Decreto-Lei n.º 14812 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 1 de 03/01/1928. RAMALHO, António A., *A perequação financeira com referência aos municípios: dos alvores da nacionalidade à atual lei das finanças locais*, Dissertação de Mestrado em Direito Tributário e Fiscal, EDUM, Braga, 2017, pp. 80-81.
[1870] ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão da Informação e Documentação, Organização e Recuperação, Registo de Correspondência Expedida, Copiador de correspondência expedida pela 2ª secção, Ofício n.º 202 de 26/12/1927 enviado pelo Governador Civil para o Ministro do Interior.
[1871] "Corporação da Polícia Cívica" in *A Indústria*, n.º 206 de 24/06/1927, p. 3.
[1872] "Polícia Cívica" in *A Indústria*, n.º 245 de 23/03/1928, p. 1.
[1873] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv. n.º 6, Ofício n.º 518 de 18/08/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1874] Decreto-Lei n.º 15825 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 180 de 08/08/1928.
[1875] Esta personalidade esteve intimamente ligada à ditadura. Prestou serviço como Governador Civil de Coimbra (1929), como chefe do gabinete do Ministro do Interior (1931) e do Presidente do Conselho de Ministros (1932-1933) e dirigiu, entre 1932 e 1934, o *Diário da Manhã.* Biografias do Parlamento.

do Distrito de Setúbal (1927-1942)] Encontrava-se em funções desde maio de 1928[1876] e foi nomeado enquanto ocupava o cargo de presidente da Junta Geral do Distrito de Setúbal.[1877] O seu pedido de demissão assentou no facto de assumir não ter condições para garantir a tranquilidade pública e considerar que existia negligência na gestão dos efetivos da PSP pelo País: "*Quer dizer que há cidades tendo uma população igual a 1/5 da população de Setúbal* […] *que têm um efectivo de polícia muito superior a Setúbal*"[1878]. O impacto da reestruturação da polícia colocou a cadeia em risco de não ter elementos para a sua vigilância.[1879] Vários bairros periféricos "*ficaram completamente desguarnecidos*"[1880], motivando a solicitação de audiências junto do governo.

A demissão foi rejeitada e o Ministro do Interior esperou deste oficial "*a sua valiosa cooperação no desemprenho do seu cargo*"[1881]. Consciente de que a cena se poderia voltar a repetir, o ministro iniciou negociações com o ministério da Guerra para assegurar que o capitão Antonino Gomes Pereira pudesse exercer o cargo de Governador Civil de Setúbal.[1882] Este oficial do Exército tomou posse, em 15 de fevereiro de 1929[1883], e encontrou uma solução duradoura para o comando distrital de Setúbal da PSP. Marcando o início de um longo capítulo de dez anos na história da repressão política à escala local, o tenente António Inocêncio Moreira de Carvalho assumiu o comando da polícia em 16 de março.[1884] Esta renovação das altas chefias políticas e militares locais

---

[Disponível em: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/gomes_antonio_alberto_bressane_leite_perry_de_sousa.pdf Consultado em 09/01/2022]

[1876] Despacho de 09/05/1928 do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 105 de 11/05/1928.

[1877] Estava em funções na Junta Geral do Distrito de Setúbal desde 22 de março de 1927, representando uma escolha natural para Governador Civil. "Governador Civil" in *A Indústria*, n.º 252 de 11/05/1928, p. 1

[1878] ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão da Informação e Documentação, Organização e Recuperação, Correspondência Expedida, Lv. 'Copiador de correspondência expedida pela 2ª secção', Ofício n.º 465 de 10/08/1928 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro do Interior.

[1879] *Idem*, Ofício n.º 413 de 13/07/1928 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Comandante do Batalhão n.º 3 da G.N.R.

[1880] "A redução da polícia: O sr. dr. Sousa Gomes pediu a sua demissão" in *O Setubalense*, n.º 3178 de 21/08/1928, p. 4.

[1881] ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Copiadores de Correspondência Expedida, Lv. 94, NT 63, Ofício s/ref.ª de 20/08/1928 enviado pelo Chefe de Gabinete do Ministério do Interior para o Governador Civil de Setúbal.

[1882]ANTT, Ministério do Interior, DGAPC, 1.ª Rep., Copiadores de Correspondência Expedida, Lv. n.º 146, Ofício s/ref.ª de 22/12/1928 enviado pelo Diretor-Geral da DGAPC para o Ajudante-General do Exército.

[1883] "Dr. Sousa Gomes" e "Governador Civil de Setúbal" in *A Indústria*, n.os 291 e 292 de 08/02/1929 e de 15/02/1929, p. 1 e p. 2.

[1884] "Comandante da Polícia de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 297 de 22/03/1929, p. 2. No seu consulado foram publicados regulamentos com direta intervenção da PSP de Setúbal. Governo Civil de Setúbal, *Regulamento Policial das Meretrizes no Distrito de Setúbal*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1929; Governo Civil de Setúbal, *Regulamento dos Hotéis, Hospedarias, Albergues, Casa de Pasto, Cafés, Tabernas e Sociedades de Recreio*, Tip. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1929. Foi a segunda opção, uma vez que o tenente

prosseguiu no comando da companhia de Setúbal da G.N.R., alterado no dia 19 seguinte.[1885]

A questão da distribuição dos efetivos ou da necessidade de se reforçar os que estavam ao dispor não se encerrou com estas mudanças. Em 1932, o tenente Moreira de Carvalho, em entrevista, replicou as críticas em torno da gestão dos números de guardas em Portugal: "*Com a Polícia de Segurança dá-se, em Setúbal, uma anomalia interessante* […] *Calculem: Coimbra tem 185 homens na corporação, enquanto Setúbal, talvez com o triplo de criminalidade, tem 86*"[1886]. O mesmo fez o capitão Antonino Gomes Pereira: "*o que é impossível manter é o policiamento de um distrito, com as características do de Setúbal* […] *com o ridículo número de 86 guardas incluindo chefe e graduados*"[1887]. Na sua perspetiva eram necessários 150 guardas para o distrito, 105 apenas para Setúbal.[1888]

Sob a égide do tenente Moreira de Carvalho, o comando distrital da PSP de Setúbal foi alvo de melhorias consideráveis em pouco tempo. Estes foram essenciais para a afirmação da instituição como repressora das atividades políticas clandestinas, uma vez que a polícia política apenas criou uma delegação no concelho em 1956.[1889] Entre estes melhoramentos merece destaque a inauguração da 2.ª esquadra, em 17 de julho de 1930, na Av. Manuel Maria Portela[1890], a criação de um laboratório de análises, devidamente instalado na Casa do Corpo Santo[1891], ou de uma secção de investigação, que incluía as questões políticas.[1892] No plano social, para contrariar os baixos salários auferidos pelos guardas, foram criadas uma cantina e uma barbearia e nomeados dois médicos privativos.[1893] Mais importante, o edifício onde estava instalada a fábrica de Albert

Bivar Moreira de Brito chegou a ser anunciado publicamente para o cargo. "Comissário de polícia" in *O Setubalense*, n.º 3307 e 30/01/1929, p. 1.

[1885] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 21, Ofício n.º 281 de 19/03/1929 enviado pelo Comandante da Companhia da GNR para o Capitão do porto de Setúbal.

[1886] "O que deve e merece ser a Polícia de Investigação Criminal no Distrito de Setúbal?" in *Eco de Setúbal*, n.º 1 de 29/12/1932, p. 13.

[1887] ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida pelo Gabinete do Ministro, Mç. 453, NT 325, Pt [10/2], Ofício n.º 283 de 10/05/1930 enviada pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro do Interior.

[1888] *Idem*, Ofício n.º 65 de 05/02/1930 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Intendente Geral de Segurança Pública.

[1889] MARIANO, Vera; PENA, Horácio, *Sabia que? Notas históricas e curiosidades sobre o concelho de Setúbal*, C.M de Setúbal, Setúbal, 2020, p. 73

[1890] "Nova esquadra da polícia" in *A Indústria*, n.º 366 de 18/07/1930, p. 2.

[1891] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 44, Ofício n.º 673 de 07/03/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Comandante da PSP de Setúbal.

[1892] "A Polícia de Investigação" e "Polícia de Investigação" in *A Indústria*, n.ºs 361 e 363 de 13/06/1930 e de 27/06/1930, p. 2 e p. 2.

[1893] "Inauguração da cantina da polícia" in *O Setubalense*, n.º 4334 de 30/04/1932, p. 4.

Rouillé, foi adquirido e passou a servir de sede para o Comando Distrital da PSP de Setúbal.[1894]

Em contraste com estes progressos, os calabouços continuaram a ser caracterizados pelas suas péssimas condições infraestruturais e pelo desrespeito pelas mais básicas normas de higiene. Nas celas, que possuíam capacidade para receberem apenas seis indivíduos, eram inseridos perto de duas dezenas de detidos, misturando-se menores com criminosos de altos delitos: "*Dormindo no chão, debaixo das tarimbas estavam alguns encarcerados que, sem cobertura, não tinham umas tábuas para nelas se deitarem. O comer fornecido aos presos são restos de comida azeda*"[1895]. Este ambiente era ideal para a consolidação da postura de intimidação e repressão adotada pelo tenente (depois capitão) Moreira de Carvalho na década em que esteve à frente dos destinos do comando da PSP de Setúbal (1929-1939).[1896]

4.3.2. A revolta de 7 fevereiro de 1927 à beira Sado e a suspensão d'*O Setubalense*

> "*O 3-9 de Fevereiro foi verdadeiramente o único movimento revolucionário que fez perigar a Ditadura*"[1897].

A denominada 'Revolta de Fevereiro de 1927' é observada pela generalidade da historiografia portuguesa como o primeiro embate entre as forças da Ditadura Militar e a aliança do movimento operário anarcossindicalista e comunista com a ala demoliberal e esquerdista do republicanismo, incluindo muitos elementos da *Seara Nova* (como Jaime Cortesão), amparados por um vasto número de militares do Exército e da Armada e por elementos da PSP e da GNR.[1898] Para Fernando Rosas este episódio inaugurou "*uma verdadeira guerra civil intermitente*"[1899], interrompida apenas aquando da Revolta de 26 de agosto de 1931. Nestes anos assistiram-se a duros confrontos, com barricadas nas ruas, bombardeamentos, trocas de tiros, mortos e feridos e à deportação de muitos portugueses.

[1894] PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 80.
[1895] "Quadros da vida: Prisões" in *A Indústria*, n.º 354 de 25/04/1930, p. 2.
[1896] Este clima persecutório já tinha resultado em "*ameaças, insinuações, prisões abusivas*" promovidas pelos guardas, por exemplo, junto dos *chauffeurs*. ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão da Informação e Documentação, Organização e Recuperação, Registo de Correspondência Expedida, Lv. 'Copiador de correspondência expedida pela 1ª secção (1927-1928)', Ofício n.º 198 de 17/03/1928 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Comissário-Geral da PSP de Setúbal.
[1897] FARINHA, Luís Farinha, *O Reviralho: Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, p. 285.
[1898] FARINHA, Luís, "Ditadura ou Revolução? A herança política e os caminhos incertos dos herdeiros da I República" in *Comunicação & Cultura*, n.º 8, CECC-UCP, Lisboa, 2009, pp. 110-124.
[1899] ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder – A arte de saber durar*, Tinta-da-China, Lisboa, 2018, p. 67.

Com previsão para eclodir simultaneamente em diferentes pontos do País, a deficiente coordenação e a inconsistência nas comunicações foram decisivas para que a intentona para restaurar a normalidade constitucional de 1911 se tenha fragmentado no tempo (dois momentos) e no espaço (poucas regiões). Primeiramente, entre os dias 3 e 8 de fevereiro, na cidade invicta, a sublevação de algumas unidades militares, de uma companhia da GNR e de civis permitiu a ocupação do edifício do Governo Civil do Porto.[1900] Num segundo momento, entre os dias 7 e 9 - já com o Norte praticamente controlado pelas forças governamentais -, companhias da GNR, marinheiros, civis e o navio *Carvalho Araújo*, sob a coordenação do comandante Agatão Lança e do coronel José Mendes dos Reis, lutaram nas ruas pela República liberal. Sem o auxílio decisivo do Exército e com uma margem de tempo suficiente para uma resposta, acabaram derrotados. Sarmento Pimentel, um dos cabecilhas da revolta do Porto, perante o atraso na resposta de Lisboa, apelidou o movimento de 'revolução do remorso'.[1901]

No plano local, Setúbal assistiu com intranquilidade às notícias vindas do Norte e apenas reagiu após o desenrolar dos acontecimentos em Lisboa. Para a oposição à ditadura, a *Barcelona Portuguesa* seria um dos baluartes com os quais podia contar para combater em prol da restauração constitucional. A verdade é que, se Lisboa desiludiu o Porto, Setúbal desapontou Lisboa. O operariado e a burguesia republicana não aderiram, pelo menos numericamente, ao movimento revolucionário, assim como a maioria das guarnições militares, que se mantiveram ao lado do Governo. Para Albérico Afonso Costa, "*Setúbal, não obstante estar presente na malograda revolta de fevereiro de 1927, frustrou as expectativas que a colocavam como aliada incondicional e massiva*"[1902].

No decurso da tarde-noite de 7 de fevereiro de 1927, um conjunto de situações demonstram, todavia, que algumas dezenas de setubalenses responderam ao apelo e tomaram uma posição. A violenta tomada de posse da administração do concelho, o simulacro de empossamento do 1.º Governador Civil de Setúbal, o assalto às instalações d'*O Setubalense*, os discursos radicais na Praça de Bocage, a colaboração da G.N.R e a manifestação pública diante do quartel do R.I. n.º 11 foram os principais episódios da

[1900] VENTURA, António, "Recordando a Revolta de Fevereiro de 1927 no Porto contra a Ditadura Militar" in *Seara Nova*, n.º 1.741, edição do inverno de 2017-2018. [Consultado em 13/01/2022. Disponível em: http://searanova.publ.pt/2019/02/18/recordando-a-revolta-de-fevereiro-de-1927-no-porto-contra-a-ditadura-militar/]

[1901] FARINHA, Luís, "A Revolta de «3 de Fevereiro de 1927»" in esquerda.net, 03/02/2021. [Consultado em 13/01/2022. Disponível em: https://www.esquerda.net/artigo/revolta-de-3-de-fevereiro-de-1927/72617]

[1902] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 50.

tímida solidarização da comunidade com a tentativa revolucionária. O pormenorizado relatório confidencial do comandante militar de Setúbal, coronel Borges da Silva, é indispensável para a reconstituição destas movimentações político-militares locais.[1903]

Entre os dias 3 e 9 de fevereiro, o conjunto militar sadino, composto pelo R.I. n.º 11 (100 homens), pela Companhia de Artilharia de Costa (100 homens)[1904] e pela Companhia de Sapadores dos Caminhos de Ferro (20 homens), teve um papel preponderante no controlo de diversas estações ferroviárias a Sul do Tejo (*e.g.* Palmela, Setúbal, Alhos Vedros ou Moita), em virtude da greve-geral declarada pelos trabalhadores da Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, e da tomada da estação telegráfica do Pinhal-Novo, e manteve-se ao lado da Ditadura Militar.[1905]

A 4.ª companhia do 7.º batalhão da G.N.R. foi a exceção do universo militar setubalense que aderiu ao movimento revolucionário. O seu comandante, o capitão João Maria Teixeira de Carvalho, desde o rebentamento da revolta no Porto, tornou-se alvo de suspeita. Para além de não ter colocado os seus guardas de prevenção ou ordenado o policiamento da cidade na noite de 4, não estabeleceu contactos para a reação à conspiração e não enviou os seus subordinados para as estações ferroviárias. Foi acusado, também, de ter transmitido informações confusas ao comandante miliar de Setúbal quanto ao número de efetivos necessários para vigilância do meio urbano e por ter mencionado que a maioria do Exército estava com os revolucionários, o que não correspondia às notas confidenciais do Governo: "*nesta ocasião, a força da G.N.R. aquartelada em Setúbal não procederia de acordo com a restante força militar da guarnição*"[1906]. Mais tarde, em

---

[1903] Arquivo Histórico-Militar [AHM], Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 10, capilha n.º 850, Relatório confidencial de 18/02/1927 enviado pelo Comandante Militar de Setúbal para o Governador Militar de Lisboa, p. 1.

[1904] A importância estratégica da Companha de Artilharia de Costa foi negligenciada após o movimento revolucionário. Em setembro de 1927, o quartel foi extinto e transformado em Instituto de Repouso e Cura de Brancanes, destinando-se a receber "*portadores de lesões ou estados precursores de tuberculose pulmonar*". Decreto-Lei n.º 14255 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 200 de 10/09/1927. Parecia o fim do quartel, antigo convento, que também serviu de Batalhão de Serviço de Saúde. AA.VV., *Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão*, vol. I, LASA, Setúbal, 2009.Veja-se a descrição sobre a adaptação do convento a quartel: "*às orações votivas dum recolhimento espiritual, o clangor das trombetas e manejo das armas de guerra*". HENRIQUES, António, *Musa dos Três Castelos (Poesia e Prosa)*, Tip. Simões, Setúbal, 1969, p. 102. Apenas no final de 1932, esta força militar foi recolocada nas instalações e o instituto revogado, sem nunca ter sido utilizado. Decreto-Lei n.º 21833 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 260 de 05/11/1932. Decreto-Lei n.º 21871 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 271 de 18/11/1932.

[1905] AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 11, capilha n.º 98, Ofício s/ref.ª de 04/02/1927 enviado pelo Conselho Administrativo do R.I. n.º 11 para o Chefe de Estado Maior do Governo Militar de Lisboa.

[1906] AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 10, capilha n.º 850, Relatório confidencial de 18/02/1927 enviado pelo Comandante Militar de Setúbal para o Governador Militar de Lisboa, p. 2.

audiência do T.M.E., este G.N.R. foi acusado de ter difundido que a vila do Barreiro estava ao lado da revolta e ter emitido um telegrama para a sede do batalhão n.º 7, em Évora, "*com notícias falsas e tendenciosas acerca do movimento, tentando, assim, excitar militares* […] *a levantarem-se contra a autoridade do Presidente da República*"[1907].

Desconfiando da posição política do comandante da G.N.R., o comando militar de Setúbal, convocou-o – antes do dia 7 - para esclarecer os contornos da sua ação. Para o coronel Borges da Silva, este apresentou um discurso «evasivo» e «embaraçado», sem que a declaração de que estava solidário com o Exército tenha merecido credibilidade: "*Não poderia restar dúvida de que um importante elemento da força pública aquartelada em Setúbal estava no segredo da conspiração e pronto a agir por completo em concordância com os perturbadores da ordem*"[1908]. A colaboração da companhia de Setúbal da G.N.R. na revolta tornou-se inequívoca quando foi descoberto que o quartel serviu de palco a um encontro clandestino entre o seu comandante e um militar sublevado, proveniente da capital, o capitão-farmacêutico Joaquim da Conceição Dias do Carmo. Esta reunião teve como propósito decifrar um telegrama, enviado pelo Governador Militar de Lisboa para o Comandante Militar de Setúbal[1909], que foi furtado por um funcionário dos Correios e Telégrafos de Lisboa, José Eduardo de Sousa Barbosa.[1910]

O coronel Borges da Silva deu ordem de prisão ao telegrafista – que seria o agente de ligação de Setúbal com a direção do movimento – e que se procurasse o capitão-farmacêutico. Ambos conseguiram fugir das autoridades, mas as investigações permitiram averiguar que o tenente Alfredo José Barroso – pai de Maria Barroso[1911] – estivera à conversa com o capitão-farmacêutico Joaquim Dias do Carmo, tornando-o suspeito.[1912] Estes três elementos, em 5 de fevereiro, fugiram para Montemor-o-Novo. Regressariam a Setúbal quando a cidade estivesse revoltada, razão para que as principais estradas municipais tenham passado a ser vigiadas. O tenente Alfredo José Barroso, quase

[1907] AHM, Fundos orgânicos, Direção de Justiça e Disciplina, cx. 444, capilha n.º 1175, Parecer militar de 01/09/1928 do Gabinete do Ministro do Guerra.
[1908] AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 10, capilha n.º 850, Relatório confidencial de 18/02/1927 enviado pelo Comandante Militar de Setúbal para o Governador Militar de Lisboa, p. 5.
[1909] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 3600 do capitão João Maria Teixeira de Carvalho.
[1910] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 6116 de José Eduardo de Sousa Barbosa.
[1911] Alfredo José Barroso, a esposa, e os seus sete filhos vieram para Setúbal na segunda metade do decénio de 1920. Maria Barroso foi uma das alunas do 'Prédio da Escola', o antigo Palacete Feu Guião. GASPAR, Rui Canas, *Palácio Feu Guião – A Fénix Renascida*, Grafiponte, Montijo, 2022, p. 82.
[1912] AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 10, capilha n.º 850, Relatório confidencial de 18/02/1927 enviado pelo Comandante Militar de Setúbal para o Governador Militar de Lisboa, p. 2.

uma década depois, garantiu que o encontro foi fortuito e que estava descontente por lhe ter sido fixada residência em Setúbal "*local onde todo o mal me tem sucedido e onde se ocultam* [...] *as pessoas que mal me desejam*"[1913]. Esteve preso durante 225 dias, desde 7 de agosto de 1927, "*por ter ligações com os revoltosos de Setúbal*"[1914].

Interrogado em maio de 1933, o telegrafista José Eduardo de Sousa Barbosa declarou ter sido incumbido pelo eng.º António Maria da Silva de tomar a direção da estação telégrafo-postal de Setúbal, não executando esta ordem por discordar da orientação dos três dirigentes do movimento revolucionário junto ao Sado. Referia-se explicitamente ao comandante da companhia da GNR de Setúbal, capitão João Maria Teixeira do Carvalho, ao capitão-farmacêutico Joaquim da Conceição Dias do Carmo e ao tenente Alfredo José Barroso).[1915] Acabou por se entregar ao Governo Militar de Lisboa, ainda durante o movimento revolucionário, tendo sido condenado a 8 meses de cadeia por ter dado parte de doente no seu posto de trabalho, na capital, e ter ido para Setúbal, apresentando-se respetiva na estação telégrafo-postal, na tarde de 3 de fevereiro de 1927, "*dizendo-se ao serviço do Governo para assegurar as comunicações com o Norte e Sul do País em favor da Situação*"[1916].

A hierarquia militar previu a existência de um "*plano concertado entre o revolucionarismo local para actuar em momento próprio*"[1917]. Na tentativa de revelar uma mensagem de unidade e apoio ao Governo, os efetivos das guarnições militares reuniram-se no quartel de Brancanes. Esta foi uma forma de contrariar boatos de que os sargentos das guarnições estavam comprometidos com a conspiração, rumores que contribuíram para os níveis de ansiedade que pairavam no ambiente.

Pelo meio, nas noites de 3 ou 4 de fevereiro, o Núcleo de Setúbal das Juventudes Sindicalistas espalhou um prospeto, convidando a população a assistir a uma sessão de esclarecimento sobre sindicalismo revolucionário na sede da Associação de Classe dos

[1913] AHM, Direção de Justiça e Disciplina, Cx. 405, capilha n.º 39, Carta de 22/01/1935 do tenente Alfredo José Barroso para o Ministro da Guerra.
[1914] ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. n.º 1095 da Secção de Defesa Política e Social da PVDE, NT 4306, Cópia do Cadastro Político n.º 2057 da PVDE de Alfredo José Barroso.
[1915] ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 711 da Secção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional Portuguesa, NT 4294, Auto de Declarações de 31/05/1933 de José Eduardo de Sousa Barbosa à Polícia Internacional Portuguesa.
[1916] AHM, 1.ª Div., Ditadura Militar e Estado Novo, cx. 26, capilha n.º 3, Parecer militar de 20/05/1929 do Presidente da comissão nomeada pelo Decreto-Lei n.º 16002, general João José Pereira Dias.
[1917] AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 10, capilha n.º 850, Relatório confidencial de 18/02/1927 enviado pelo Comandante Militar de Setúbal para o Governador Militar de Lisboa, p. 1.

Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Setúbal. O tenente Augusto de Carvalho invadiu as instalações e exigiu explicações, dado que não foi pedida autorização para a sua realização. O jovem acrata Carlos Alberto Ferreira Júnior[1918] convenceu o administrador do concelho que a sessão não apelou à revolução social, mas que se tratou de uma reunião de aprofundamento de conhecimentos. Acabou, todavia, interrompida.[1919]

A inquietação cresceu com o eclodir da revolta na capital. Segundo o relatório confidencial do comandante militar de Setúbal[1920], na tarde do dia 7, várias manifestações ocorreram pelas artérias da cidade em resultado da circulação de notícias que indicavam que os revolucionários estavam a vencer os combates, animadas por um *placard* exposto pelo diário *O Setubalense*. Pelas 17h, uma multidão concentrou-se diante do quartel da companhia da GNR, aclamando-a, correndo informações de que anarquistas e outros agitadores estavam com «entendimentos» com os guardas republicanos: "*Entre a multidão distinguem-se elementos anarquistas conhecidos, gente de partidos avançados e mesmo praças da G.N.R.*"[1921], deslocando-se o mesmo grupo para a entrada do quartel do R.I. n.º 11, exigindo a libertação dos presos, sob a ameaça de invadirem as instalações. Os militares e a corporação da Polícia Cívica de Setúbal procuraram, sem sucesso, dispersar os manifestantes, tendo solicitado o apoio da G.N.R. Poucos meses depois, Carlos Botelho Moniz, recordou o episódio, caracterizando o débil estado do R.I. n.º 11: *"engarrafado no quartel e sem força para dominar essa revolta em virtude de se encontrar desfalcado por ter enviado destacamentos para as estações* [ferroviárias]"[1922].

Demorando mais tempo do que seria suposto, a chegada da força da GNR, liderada pelo capitão João Maria Teixeira de Carvalho, demonstrou estar comprometida com a revolta pela sua «atitude passiva», apesar da ordem de agir com maior vigor na dispersão dos populares. Num ambiente de nervos e com o cair da noite, a difusão de notícias favoráveis aos revoltosos – a partir de telegramas com aspeto oficial, assinado pelo comité

[1918] Este assumiu que teve como «mestre político» o dirigente libertário local António Casimiro da Silva, figura de destaque nos anos da Grande Guerra. MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Carlos Alberto Ferreira Júnior (1906-1997): Um pintor de palavra(s)*, Juntas de Freguesia de Azeitão, Setúbal, 2006, s.p.
[1919] AHS-BNS, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2776 ('Biografia de Carlos Alberto').
[1920] Pouco depois de entregar o relatório, o coronel Borges da Silva foi substituído pelo coronel Fernando Astoninho da Costa, representando uma vitória simbólica para os manifestantes.
[1921] AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 10, capilha n.º 850, Relatório confidencial de 18/02/1927 enviado pelo Comandante Militar de Setúbal para o Governador Militar de Lisboa, p. 10.
[1922] ADSTB, AMS, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 100, Lv. 32, Ofício n.º 646 de 06/07/1927 enviado pelo Presidente da C.M.S. para o Ministro da Guerra.

revolucionário, e de telefonemas do *Diário de Notícias* – o coronel Borges da Silva cedeu na exigência de se libertarem os presos, receando que o contexto se tornasse mais violento: "*forçoso é julgar que tais notícias exercem uma influência poderosa nos ânimos, dando a uns incentivos para mais audácias*"[1923].

O comando militar de Setúbal apontou baterias à manutenção da ordem pública, solicitando a cedência das duas camionetes *Chevrolet* ao município para que fossem armadas com metralhadoras e efetuassem rondas de vigilância durante a noite. Uma delas dirigiu-se ao edifício do Liceu no sentido de reocupar a administração do concelho e restituir a autoridade do tenente Augusto de Carvalho, expulsando os revoltosos e prendendo dois indivíduos. Em causa estava o facto do último administrador do concelho nomeado pela República Parlamentar, Afonso de Macedo e Castro, ter aproveitado o vazio político gerado pela criação do distrito de Setúbal, em 22 de dezembro anterior, e o atraso do Governo em nomear o 1.º Governador Civil de Setúbal. O democrático simulou a tomada posse como administrador do concelho e governador, comunicando este facto a diversas entidades por via de telegramas.[1924] Para efeitos de prova documental e abertura de processo por usurpação de poder, foi requerido um destes telegramas ao administrador do concelho de Alcácer do Sal.[1925] Associado ao reviralhismo setubalense, Afonso de Macedo e Castro viu-se forçado a exilar-se em Bordéus pouco depois[1926], regressando apenas quando o seu irmão ocupou o cargo de presidente da C.M. de Setúbal.[1927]

Dispersa a multidão, retomada a administração do concelho e detidos alguns manifestantes e os elementos que invadiram as instalações d'*O Setubalense* e da administração do concelho, a madrugada de 7 para 8 de fevereiro foi pautada pela tranquilidade. A entrada do navio *Ave* na barra de Setúbal pôs termo ao movimento.[1928] Derrotada a tímida solidarização setubalense, o comandante militar de Setúbal deu início à abertura de diversos inquéritos, que extinguissem focos de oposição e se promovessem purgas no seio do Exército, da Marinha, da G.N.R. ou da Polícia Cívica. A dissolução da

[1923] AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 10, capilha n.º 850, Relatório de 18/02/1927 enviado pelo Comandante Militar de Setúbal para o Governador Militar de Lisboa, p. 12.
[1924] *Idem*, pp. 12-15.
[1925] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 107
[1926] Coleção particular de Luís Guerreiro. Postal de 23/08/1927 enviado por Afonso de Macedo e Castro à mãe. Este documento comprova que estava exilado, pelo menos, desde abril deste ano.
[1927] CORREIA, Ricardo, *Vultos Setubalenses*, Setulgráfica, Setúbal, 1986, p. 20.
[1928] AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 11, capilha n.º 898, Ofício s/ref.ª de 09/02/1927 enviado pela Secretaria do Comando do R.I. n.º 11 para o Chefe do Estado Maior do Governo Militar de Lisboa.

companhia da GNR de Setúbal, na sua perspetiva, era decisiva para o controlo político regional. Entre estes merecem destaque as sindicâncias[1929] dirigidas à ação do diretor de *O Setubalense*, Luís Faria Trindade, - por ter divulgado notícias falsas que motivaram a excitação dos ânimos -, ao chefe da estação telégrafo-postal, ao tenente Alfredo José Barroso, aos acontecimentos do quartel do 'Onze' e a Afonso de Macedo e Castro.[1930]

Segundo Diego Palacios Cerezales, após a intentona, o Governo dissolveu unidades rebeldes da GNR e diversos corpos da Polícia Civil. Foi neste quadro que a denominação «Polícia Cívica» desapareceu, substituída pela Polícia de Segurança Pública.[1931] A corporação da Polícia Cívica de Setúbal foi extinta, tendo sido purgados os polícias que participaram na intentona, dando origem ao comando distrital da PSP.

A ação do jornal *O Setubalense* foi alvo da repressão por parte dos tribunais militares e da censura. O diário local, nos últimos anos da Primeira República, manteve-se próximo do Partido Democrático, onde militou o seu diretor até às eleições autárquicas de novembro de 1925. A saída de vários correligionários deste partido, como resultado do impedimento da tomada de posse da 'Lista do Concelho' no município, simbolizou o início de uma linha editorial mais conservadora, que apoiou as decisões do poder local saído do 28 de Maio. A razão para que a comissão local de censura tenha suspendido o periódico e para que o comando militar de Setúbal tenha ordenado a detenção de Luís Faria Trindade foram os conteúdos presentes nos espaços de «Última Hora» das edições de 3, 4 e 5 de fevereiro de 1927[1932], em que foram publicadas diversas imagens, inclusive a figura feminina da República ou o célebre «Zé Povinho», e um texto de tom desafiante, assegurando que o jornal manteria, acima de tudo, o culto pela verdade.[1933]

Para efeitos de salvaguarda da propriedade do título, em 6 de maio seguinte, *O Setubalense* foi autorizado a editar um número, encontrando-se o seu diretor preso. Num dos artigos tomou-se conhecimento que a comissão de censura militar suspendeu o jornal por 15 dias, alegando que as provas da «Última Hora», na noite de 7 de fevereiro, não

[1929] O tenente Mário Travassos Arnedo, figura do 28 de Maio, foi um dos oficiais que promoveram estas sindicâncias, designadamente à corporação da polícia. ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv n.º 8, Ofício n.º 173-A de 10/02/1927 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante Militar de Setúbal.
[1930] *Idem*, Ofício n.º 188-A de 12/02/1927 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[1931] CEREZALES, Diego Palacios, *Portugal à Coronhada – Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Tinta-da-China, Lisboa, 2011, pp. 264-265.
[1932] CARDOSO, Florindo, *Os últimos dias do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2013, p. 18.
[1933] "Atitudes" in *O Setubalense*, n.º 2841 de 05/02/1927, p. 1.

deram entrada no quartel do R.I. n.º 11. Em defesa da redação, o autor do texto asseverou que isto não sucedeu "*por se ter oposto à entrada no referido quartel uma das vedetas que faziam serviço na Avenida Todi*"[1934]. Passado o quindénio e terminada a punição, em 23, o comandante militar deu ordem de prisão a Luís Faria Trindade, recolhendo ao Hospital Militar de Setúbal (ex-convento de S. Domingos), onde esteve 45 dias.[1935]

Esta decisão resultou, conforme referido, da alegada fixação de notícias falsas nos *placards* do jornal, anunciando a vitória dos revoltosos, e os discursos inflamados/revolucionários declamados da janela da redação para a Praça de Bocage. Estes aspetos teriam contribuído decisivamente para a agitação popular e para a posse violenta da administração do concelho. Pouco antes do 25 de Abril, o libertário Jorge Quaresma recordou a sua vivência dos acontecimentos do 7 de fevereiro. Descreveu que vários elementos invadiram as instalações d'*O Setubalense*, destruindo algum equipamento, pois que a posição ideológica do diário, desde o movimento militar de 1926, tinha sido «mais que infame». Do 1.º andar discursaram Afonso de Macedo e Castro (republicano), José Viegas Samurrinha (anarcossindicalista) e Eusébio Augusto Correia (comunista), fazendo este último "*uma arenga que cheirava a marxismo*"[1936]. As autoridades encerraram, por isso, a sede Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal.[1937] Os dois últimos permaneceram presos na esquadra da Polícia Cívica.[1938]

Os industriais conserveiros, através d'*A Indústria*, requereram publicamente à comissão de censura local que reautorizasse o reaparecimento d'*O Setubalense*, demonstrando preocupação com todo o pessoal tipográfico sem trabalho, e defenderam a retidão política de Luís Faria Trindade: "*Assacam ao seu diretor responsabilidades que, estamos certos, não praticou*"[1939]. Certamente, pressionados, a equipa do periódico teve

[1934] "A suspensão d'O Setubalense" in *O Setubalense*, n.º 2845, de 06/05/1927, p. 2.
[1935] ARRANJA, Álvaro, "Primórdios da censura na Ditadura: A suspensão do jornal «O Setubalense» em 1927" in *História*, ano XIII, n.º 141, Lisboa, junho de 1991, p. 68. Tratava-se da sua segunda prisão política, depois de um episódio no sidonismo. CARVALHO, Luís, "Luís Faria Trindade: Quando a ditadura prendeu o director d'O Setubalense" in *O Setubalense*, publicado em 04/08/2021 [Consultado em 14/01/2022. Disponível em: https://osetubalense.com/sociedade/2021/08/04/luis-faria-trindade-quando-a-ditadura-prendeu-o-director-do-setubalense/]
[1936] AHS-BNS, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2798, Carta de 06/02/1974 enviada por Jorge Quaresma a Edgar Rodrigues, fl. 2.
[1937] PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: O caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História, FCSH/NOVA, Lisboa, 2013, p. 469.
[1938] Na cadeia discutiram por Eusébio Augusto Correia estar a preparar uma secção do PCP na associação de classe a que pertencia. José Viegas Samurrinha que frequentava a barbearia de José Artur Quaresma e foi delegado da União dos Sindicatos Operários de Setúbal. AHS-BNS, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2741 ('Biografia de José Viegas Samurrinha'), fl. 1v e fl. 2.
[1939] "Por quem trabalha" in *A Indústria*, n.º 187 de 11/02/1927, p. 1. "É bom meditar" in *A Indústria*, n.º 187 de 11/02/1927, p. 1. Citação retirada deste último artigo.

que esta contestação da prisão política, assegurando que "*obedeceu tão somente ao mais elementar espírito de camaradagem jornalística*"[1940].

A literatura histórica local tem observado o surgimento d'*O Distrito de Setúbal*, cujo primeiro número saiu no dia 16 de fevereiro, como o aproveitamento do vazio jornalístico deixado pela suspensão d'*O Setubalense* e pela prisão do seu diretor. Importa esclarecer que, na edição de 29 de janeiro, foi anunciado pelo diário a saída de um novo periódico regionalista, dirigido por Óscar Paxeco e António Lameiras de Figueiredo, que tinha como missão aproximar todos os concelhos do recém-criado distrito.[1941] Ao longo das suas 142 edições, *O Distrito de Setúbal* foi abertamente pró-Ditadura Militar, sendo veemente crítico do parlamentarismo e enaltecedor das virtualidades dos regimes de Benito Mussolini e de Primo de Rivera.[1942] No primeiro número, o editorial declarou que a cidade necessitava de uma gazeta 'sã', que se mantivesse ao lado do Governo e da 'Ordem', e firmemente oposta aos que pretendiam restaurar a Constituição de 1911.[1943] Em simultâneo, alertava as hostes conservadoras para o «subsolo bolchevista» sadino, por onde os «*meneurs* da agitação»[1944] se movimentavam em organizações extremistas: "*Em Setúbal, o perigo bolchevista, não é uma hipótese* [...] *É uma certeza*"[1945].

A amizade que unia Luís Faria Trindade a Óscar Paxeco[1946], apesar das divergências políticas que os distinguia, deu azo a que *O Distrito de Setúbal* fosse um espaço aberto para a publicação de cartas do diretor d'*O Setubalense*, enquanto esteve preso, e para que fosse defendido de todas as acusações. Num texto dirigido aos leitores do *Diário de Notícias*, o recluso da ala C da Cadeia Nacional, para além de ter frisado que "*em Setúbal não houve revolução alguma*"[1947], afirmou que o conjunto das prisões na cidade foram consequência de perseguições promovidas por adversários políticos. Para Óscar Paxeco, dois meses após a revolta, Luís Faria Trindade era "*vítima de ódios*

[1940] "Explicando" in *A Indústria*, n.º 188 de 18/02/1927, p. 1.
[1941] "O Distrito de Setúbal – Diário da Noite" in *O Setubalense*, n.º 2838 de 29/01/1927, p. 1.
[1942] Estes tipos de visões eram acompanhados, por exemplo, pelo Dr. Fernando Garcia, que legitimava o recurso à violência para conter a violência. GARCIA, Fernando (João Semana), "Mussolini e o Fascismo" in *Ensaios e Críticas*, vol. I, Edição da Cruzada Nun'Álvares, Setúbal, 1936, pp. 240-241.
[1943] FIGUEIREDO, Lameiras, "O distrito de Setúbal e os seus intuitos" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 1 de 16/02/1927, p. 1.
[1944] PAXECO, Óscar, "O perigo bolchevista: Setúbal e os 'meneurs' da desordem" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 13 de 07/03/1927, p. 1. Citado a partir de: COSTA, Albérico Afonso, *op. cit.*, pp. 109-110.
[1945] PAXECO, Óscar, "O perigo bolchevista: O subsolo" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 14 de 08/03/1927, p.1
[1946] Luís Faria Trindade e Óscar Paxeco, inclusive, co-editaram a revista *Cetóbriga* até julho de 1926. Rogério Peres Claro erradamente julgou que esta publicação desapareceu devido ao envolvimento na revolta de 1927. CLARO, Rogério, "Uma ideia que se retoma – A revista Cetóbriga" in *Cetóbriga – Revista de Arte, Investigação, Turismo e Actualidades do Distrito de Setúbal*, n.º 1, jan. de 1964, p. 7.
[1947] "Uma carta" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 43 de 11/04/1927, p. 1.

canalhas que por aí andam à solta, fazendo da mentira a pileca em que cavalgam"[1948]. O diretor d'*O Setubalense* negou sempre o seu envolvimento na conspiração.[1949]

Num extenso artigo intitulado "Para a História… Repondo a verdade", Óscar Paxeco procurou esclarecer a opinião pública setubalense, contrariando os rumores que se espalharam e, mais relevante, pôr em causa alegados falsos depoimentos prestados em tribunal. Nesse sentido, pormenorizou a sucessão de ocorrências do dia 7 de fevereiro de 1927, em Setúbal, tornando-se noutra importante fonte secundária para a reconstrução destes acontecimentos. Desde logo, na sua opinião, a detenção de Luís Faria Trindade partiu de uma campanha difamatória e repudiou as acusações proferidas em tribubal, que estariam muito longe de corresponder à veracidade dos factos.

Em síntese, a sua descrição tentou demonstrar que a fixação das notícias nos *placards* – que apenas ocorreram pelas 21h, após a manifestação popular e a tomada de posse ilícita de Afonso de Macedo e Castro – nunca poderiam ser causa primária da agitação, mas antes a consequência por ter ocorrido *a posteriori*. Além disso, os boatos difundidos pela cidade tiveram como base o corte das comunicações com a capital e a pressão popular junto da cabine telefónica da companhia inglesa, a única em funcionamento. Em seu redor, um vasto grupo de indivíduos ansiavam por informações sobre a intentona: "*E, esta convicção entrou de tal forma no ânimo de muita gente, que um grupo de manifestantes, ajudados por alguns guardas republicanos, dirigiram-se ao quartel de infantaria n.º 11* […] *e, por entre vivas à República, à Revolução Social* […] *e morras à Ditadura, exigiram a soltura dos presos, no que foram atendidos*"[1950].

Continuando no seu relato, os manifestantes dirigiram-se à administração do concelho, no intuito de a controlar e se proceder ao empossamento de Afonso de Macedo e Castro no cargo de Governador Civil interino. Finalmente, por volta das 9h da noite, os populares assaltaram as instalações d'*O Setubalense*, exigindo a publicação de notícias nos *placards*, informando que os ministros da Justiça e dos Negócios Estrangeiros tinham sido presos e que o castelo de S. Jorge estava nas mãos dos revoltosos. Monárquico assumido, Óscar Paxeco não teve problemas em aifrmar que nenhum daqueles elementos eram republicanos, mas antes «gente do pior». Não havendo luz para os *placards*, os

[1948] PAXECO, Óscar, "Luís Faria Trindade" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 40 de 07/04/1927, p. 1.
[1949] COSTA, Albérico Afonso (coord.), "A Revolta de fevereiro de 1927 e a suspensão d'*O Setubalense*" in *Setúbal no Centro do Mundo – 165 anos do jornal O Setubalense,* Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 76-79
[1950] PAXECO, Óscar, "Para a História... Repondo a verdade" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 113 de 02/07/1927, p. 7.

ocupantes ameaçaram destruir tudo: "*Tivemos de ceder. Era fatal* […] *O Setubalense mais não foi que uma vítima no desenrolar de tudo o que então se passou*"[1951].

Perante esta longa narração encontram-se pontos de convergência com o que foi expresso por Jorge Quaresma, evidenciando que não poderia existir um interesse comum de um monárquico e de um libertário, por razões óbvias, em relatarem esta invasão e as consequentes ameaças que foram produzidas. Coloca-se a hipótese, neste sentido, que Luís Faria Trindade não teve nenhum papel ativo na revolta. Foi essa, também, a convicção do juiz do Tribunal de Santa Clara, para quem o depoimento de Óscar Paxeco foi decisivo, pelo menos lendo as palavras do coronel Osório de Castro, promotor das acusações: "*o jornal «O Setubalense», periódico de sempre afecto à Situação criada pelo 28 de Maio, se vira na necessidade de proceder, como procedeu, sob pena de ser vítima dos desmandos da populaça irada*"[1952]. Cinco meses após a sua detenção, em 22 de julho, Luís Faria Trindade foi absolvido e libertado[1953] e, em 5 de agosto, foi publicado o último número de *O Distrito de Setúbal*, uma vez que no dia seguinte voltou *O Setubalense*.[1954]

O jovem monárquico, todavia, não pode ficar com a imagem de defensor dos liberais. Pelo contrário. Apelou à detenção dos anarquistas, dos comunistas e de outros 'inimigos da Situação'. Um anarquista, o funileiro Justino Gomes, sem se precisar exatamente quando, seguiu-o até à sua casa e esbofeteou-o, tendo dito: "*Se tu continuares no jornal a incitar a polícia a perseguir, a prender, a torturar homens honestos, com família e filhos, que ficam à mercê da fome, acredita bem* […] *Quem te mata sou eu*"[1955].

Do levantamento e intersecção de fontes primárias e secundárias conclui-se que, pelo menos, foram detidos 20 indivíduos[1956], em Setúbal, por terem, direta ou indiretamente, intervindo na conspiração de fevereiro de 1927. Cerca de uma dezena conseguiu escapar às autoridades. **[Tabela - Lista dos presos políticos de Setúbal da revolta de 7 de fevereiro de 1927]** Entre os envolvidos encontravam-se sujeitos associados a profissões liberais (José Romão dos Santos Ferro, Luís Faria Trindade, Afonso de Macedo e Castro ou Bertoldo Duarte Camacho), militares (tenente Alfredo

[1951] *Ibidem.* Nota: Não deixa de ser curioso que utilize a primeira pessoa do plural.
[1952] PAXECO, Óscar, "A hora da Justiça" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 127 de 19/07/1927, p. 1.
[1953] "Luís Faria Trindade" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 130 de 22/07/1927, p. 1.
[1954] PAXECO, Óscar, "Na retirada" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 142 de 05/08/1927, p. 1.
[1955] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2772 ('Biografia de Justino Gomes'), fl. 1v.
[1956] Foi aberta uma subscrição pública pró-presos políticos e promovida uma angariação de fundos pela comissão municipal do PRED. "Pró-presos políticos" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 79 de 23/05/1927, p. 1. "Pró-presos políticos" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 91 de 08/06/1927, p. 2.

José Barroso, capitão João Maria Teixeira de Carvalho, capitão-farmacêutico Joaquim da Conceição Dias do Carmo, 2.º sargento Manuel Joaquim ou o cabo de mar Jaime da Conceição Conde), operários (José Viegas Samurrinha, Eusébio Augusto Correia, José Alves Pires ou Ricardo dos Santos Pereira), guardas da corporação da Polícia Cívica de Setúbal (Abimael Amândio Gomes, Alfredo Tavares e José da Silva) ou funcionários públicos (José Maria da Purificação Gaspar, José Eduardo de Sousa Barbosa ou Joaquim Duarte Mirandela). Alguns destes nomes estão intimamente ligados ao republicanismo reviralhista sadino (Santos Ferro, Afonso de Macedo e Castro, Alfredo José Barroso, João Maria Teixeira de Carvalho ou Bertoldo Duarte Camacho) e aos setores operários mais radicais (Raúl Elias Adão, José Viegas Samurrinha ou Eusébio Augusto Coreia).

Se o enfermeiro Raúl Elias Adão, membro do Núcleo de Setúbal das Juventudes Libertárias, e Afonso de Macedo e Castro asseguraram, respetivamente, o exílio em Espanha[1957] ou França, menos sorte tiveram homens como o advogado Santos Ferro, Eusébio Augusto Ferro ou Jaime da Conceição Conde. Com vínculo à *Seara Nova*, onde publicou *Ágni*[1958], foi preso no rescaldo da revolta por ter colaborado na tomada de posse violenta da administração do concelho, tendo permanecido encarcerado no Hospital Militar de Setúbal, na Penitenciária de Lisboa e no Forte da Graça, em Elvas. Nesta última ocasião, escreveu: "*Assim mesmo eu acho belo, sofrer um castigo injusto por uma causa justa*"[1959]. O comunista Eusébio Augusto Correia esteve preso na cadeia de Monsanto e na Penitenciária de Lisboa até ser ilibado, vários meses depois, pelo T.M.E.[1960]

O professor Bertoldo Camacho admitiu ter sido detido nesta ocasião por ter visitado o seu correligionário, Afonso de Macedo e Castro, por dever de amizade. O próprio confessou ter obtido um "*prestígio imerecido*"[1961] junto dos democráticos locais, que julgaram que esta detenção demonstrava que estava dentro da organização do movimento, o que não ficou provado no Tribunal Militar Especial.[1962] Em 1962, residindo

[1957] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo Francisco Quintal, cx. 28, Mç. 'Apontamentos Biográficos', Notas sobre Raúl Elias Adão.
[1958] FERRO, José Romão dos Santos, *Ágni*, Seara Nova, Lisboa, 1924.
[1959] Citado a partir de: COSTA, Júlio Joaquim, "Democratas que eu conheci – Santos Ferro" in *O Setubalense*, edição de 13/06/1975, p. 5. [Cortesia de António Cunha Bento]
[1960] Série de artigos de Joaquim da Costa Júlio, "Democratas que eu conheci – Santos Ferro", publicados no jornal *O Setubalense*, nas edições de 9, 11 e 13 de junho de 1975. [Cortesia de António Cunha Bento]
[1961] ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 4106 da Polícia de Segurança do Estado, NT 4255, Auto de Perguntas de 27/01/1929 de Bertoldo Duarte Camacho à Polícia de Informações.
[1962] Era maçon desde junho de 1925, data em que integrava as comissões políticas locais do Partido Democrático. ANTT, PIDE/DGS, Serviços Reservados, Processo n.º 6862 da PIDE/DGS, NT 2428, Compromisso de 03/06/1925 assinado por Bertoldo Duarte Camacho e Petição de Iniciação de 21/03/1925.

em Lourenço Marques, admitiu ter militado na oposição liberal desde o 28 de Maio "*à qual demos sempre o melhor do nosso esforço, da nossa inteligência e do nosso favor patriótico*", tendo sofrido "*irreparáveis prejuízos*"[1963].

Em 19 de maio de 1928, no Tribunal Especial de Setúbal, Luís Faria Trindade foi, uma vez mais, unanimemente absolvido das acusações de ter estado envolvido no 7 de fevereiro, tendo sido defendido por João de Castro Osório.[1964] O mesmo sucedeu com José Romão dos Santos Ferro e Bertoldo Camacho, defendidos, respetivamente por Correia Ribeiro e por Amândio Machado. A exceção foi Afonso de Macedo e Castro, que foi condenado a 8 dias de prisão[1965], mas cujos "*altos serviços prestados à cidade aquando do 7 de Fevereiro*"[1966] foram, estranhamente, reconhecidos pelo tribunal. Esta conclusão é absolutamente contraditória com os factos. Afonso de Macedo e Castro foi a figura central no controlo da administração do concelho e simulou a tomada de posse como 1.º Governador Civil, tendo de se exilar em França. Apenas se poderá compreender esta resolução, um ano depois, com acordos de bastidores que envolveram o seu advogado, Manuel Gamito (futuro Governador Civil de Setúbal), o irmão, Luís Teixeira de Macedo e Castro (futuro presidente da C.M. de Setúbal nos anos 30) e o próprio juiz.

Pertencente aos quadros da capitania de Setúbal, o cabo de mar de 1.ª classe, Jaime da Conceição Conde foi detido acusado de tentar "*arrastar soldados do Regimento de Infantaria n.º 11 para o movimento em que se pretendia lançar a guarnição de Setúbal, chegando a ir para a porta do quartel do mesmo regimento fazer a sua propaganda*"[1967]. Esteve preso na cadeia do Limoeiro, durante mais de 5 meses, por ter dado «vivas» e «morras» e por se ter dirigido de automóvel até ao Barreiro, no dia 7, com mais dois ferroviários.[1968] O guarda da corporação de Setúbal, Alfredo Tavares, recordou, posteriormente, que foi um dos três polícias demitidos por estar entre os revoltosos.[1969]

[1963] CAMACHO, Bertoldo, *Por Portugal e pelo Ultramar Português – Um reparo político*, edição de autor, Lourenço Marques, 1962, pp. 11-12.
[1964] "Julgamentos" in *A Indústria*, n.º 254 de 25/05/1928, p. 1. Citado a partir de: MOURO, Carlos, "Luís Faria Trindade – jornalista, republicano, contestatário moderado" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico Afonso, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 244-246.
[1965] "Drs. Manuel Gamito e Osório de Castro" in *O Setubalense*, n.º 3.091 de 21/05/1928, p. 1.
[1966] "Em Setúbal – Julgamento" in *O Setubalense*, n.º 3091 de 21/05/1928, p. 8.
[1967] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 42, Ofícios n.ºs 170 e 191 de 12/02/1927 e de 21/02/1927 enviados, respetivamente, pelo Capitão do porto de Setúbal para o Comandante Militar de Setúbal e para o Departamento Marítimo do Centro. Citação do primeiro ofício.
[1968] ANTT, PIDE/DGS, Proc.º n.º 3879 da PSE, NT 4250, Auto de perguntas de 03/08/1928 realizado pela Polícia de Informações a Jaime da Conceição Conde.
[1969] AHM, TMEP, Cx. 36, Proc.º n.º 3/37, Auto de perguntas de 30/09/1936 da secção de investigação do comando da PSP de Setúbal a Alfredo Tavares.

O capitão-farmacêutico Joaquim da Conceição Dias do Carmo foi detido no Barreiro, no dia 8 de fevereiro, tendo dado entrada na Penitenciária de Lisboa. Era funcionário do Ministério das Colónias e sofreu a mais dura condenação de todos os intervenientes. Foi deportado para a Guiné durante um ano e cumpriu pena de prisão até agosto de 1929.[1970] O comandante da companhia de Setúbal da G.N.R. foi demitido do Exército e manteve-se atrás das grades até 14 de outubro de 1927.[1971]

Praticamente todos estes homens passaram por estabelecimentos locais temporariamente adaptados a prisões políticas, particularmente o Hospital Militar de Setúbal (ex-convento de S. Domingos) e o quartel do Grupo de Companhia de Artilharia de Costa (ex-convento de Brancanes).[1972] Numa fase em que esteve declarado o estado de sítio e que as garantias dos cidadãos estavam em suspenso, 40 pessoas estiveram detidas entre a esquadra, os quartéis (*e.g.* tenente Alfredo José Barroso e capitão João Maria Teixeira de Carvalho em Brancanes) e o hospital militar (*e.g.* Santos Ferro).[1973]

A participação de Setúbal na 'Revolta de Fevereiro de 1927' pode ser encarada como tímida e superficial, essencialmente devido à fraca adesão militar e das classes trabalhadoras ao movimento. Na perspetiva de Óscar Paxeco, a alcunha de 'Barcelona Portuguesa' era como um anacronismo, descrevendo uma cidade de paz e trabalho e lembrou que, nos dois meses posteriores, não teve polícia "*e, nem por isso, há a registar um incidente de maior vulto*"[1974]. Todavia, como se verá em seguida, a 'Revolta do Castelo' mostrou que não era bem assim.[1975.]

[1970] AHM, Fundos Orgânicos, Direção de Justiça e Disciplina, cx. 456, capilha n.º 1781, Informação de 26/11/1928 da Polícia de Informações do Ministério do Interior e exposição de 24/11/1928 do capitão-farmacêutico Joaquim da Conceição Dias do Carmo para o Ministro da Guerra.

[1971] AHM, Fundos orgânicos, Direção de Justiça e Disciplina, cx. 444, capilha n.º 1175, Exposição de 07/07/1928 enviada pelo capitão João Maria Teixeira de Carvalho para o Ministério da Guerra. Este capitão esteve à frente da companhia de Setúbal da GNR desde 1919, tendo sido louvado pela sua ação aquando da revolta de 18 de abril. *Idem*, Ficha de matrícula deste militar. Para o seu lugar foi nomeado o capitão Joaquim de Góis Nogueira. "Guarda Republicana" in *A Indústria*, n.º 200 de 13/05/1927, p. 2.

[1972] AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 11, capilha n.º 897, Confidencial de 19/02/1927 pelo Comando Militar de Setúbal para Chefe do Estado Maior do Governo Militar de Lisboa.

[1973] AHM, 1.ª Div., Ditadura Militar e Estado Novo, cx. 16, capilha n.º 13, Relação de 21/02/1927 assinada pelo Governo Militar de Lisboa e Relação de 21/02/1927 enviada pelo Comandante Militar de Setúbal para o Governo Militar de Lisboa.

[1974] PAXECO, Óscar, "A Barcelona Portuguesa" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 59 de 29/04/1927, p. 1.

[1975] O mesmo se poderá dizer em torno do facto do Governador Civil de Setúbal ter solicitado que o grupo anarquista *Luz e Revolução* fosse convenientemente investigado a fim de se "*proceder com a maior energia contra o mesmo*". ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão da Informação e Documentação, Organização e Recuperação, Registo de Correspondência Expedida, Lv 'Copiador de correspondência expedida (1927)', Ofício n.º 19 de 10/03/1927 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Comissário da PSP de Setúbal.

4.3.3. A revolta do 'Castelo': A sublevação do R.I. n.º 11 no 20 de julho de 1928

> "*Pois ele* [capitão Francisco Salgueiro da Silva] *conseguiu sair com quase uma companhia e foi diretamente à antiga estação de caminhos-de-ferro de Setúbal* [...] *Quando chegou ao Barreiro* [...] *quer dizer retraíram-se* [...] *Havia regimentos comprometidos*"[1976].

No Castelo de S. Jorge tiros do Batalhão de Caçadores 7 principiaram um pronunciamento militar tendente a derrubar a ditadura. Segundo Luís Farinha, tratou-se de um prolongamento humano e material (ou de um «epílogo tardio») do movimento revolucionário do ano anterior.[1977] A intentona conjugou o apoio político do PRED, de republicanos radicais, da ala esquerda do Partido Democrático, de 'Seareiros', da Liga de Paris e de pequenos núcleos civis liberais ou anarcossindicalistas.[1978] Unia-os a degradação financeira do País, as greves académicas, o receio do significado da consolidação ditatorial, a censura à imprensa e o desejo de retorno à democracia.[1979]

Ainda que se tenha procurado assegurar que os militares espalhados pelo território se sublevassem em simultâneo, a intentona durou apenas breves horas e resultou "*num completo fiasco*"[1980]. Contou com a participação de importantes unidades militares, nomeadamente Caçadores 7, Caçadores 10, R.I. n.º 12, Campo de Tiro de Alcochete ou Companhia de Instrução de Tancos. Nas vésperas da 'Revolta do Castelo', os quartéis dividiam-se "*em dois exércitos antagónicos, radicalizados em torno da República liberal e parlamentar e das doutrinas integralistas defendidas pelos sectores da direita militar*"[1981]. O R.I. n.º 11, de Setúbal, foi prova disso, revoltando-se metade das praças.

O plano procurou convergir as forças dos revolucionários do Sul na estação ferroviária do Barreiro, local onde o comandante Agatão Lança liderou uma greve-geral revolucionária, que paralisou os comboios e as comunicações. Neste ponto de encontro, os revoltosos, deveriam aguardar pela chegada de material de guerra, proveniente do Vale de Zebro e do Campo de Tiro de Alcochete, e controlar os avanços das forças governamentais de Elvas e Vendas Novas. A rendição dos militares no Castelo S. Jorge precipitou a fuga e as prisões dos envolvidos, pondo termo à rebelião.

[1976] AHS-BNP, Espólio N61, Secção de Cassetes, Cx. 122, Cassete n.º 11, Lado B – Entrevista de João Freire a Jorge Quaresma (1981), Min. – 00.15 a 02.09.
[1977] FARINHA, Luís Farinha, *O Reviralho: Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, p. 81.
[1978] ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A arte de saber durar*, Tinta-da-China, Lisboa, 2018, p. 76.
[1979] Dossier do mês de julho de 2018 do Centro de Documentação do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade: 'Revolta do Castelo, 90 anos depois'.
[1980] ROSAS, Fernando, *História de Portugal*, vol. 7, *O Estado Novo*, Estampa, Lisboa, 1998, p. 199.
[1981] FARINHA, Luís Farinha, *op. cit.*, p. 76.

O panorama revolucionário à beira Sado concentrou-se no quartel do R.I. n.º 11 e na estação ferroviária de Setúbal, contando com a insubordinação de militares e de um pequeno grupo civil. Liderada a sublevação pelo capitão Francisco Salgueiro da Silva, por volta das 22h00/22h30, os soldados revoltosos e o conjunto civil – depois de, sem sucesso, terem procurado que a companhia de GNR também se sublevasse - sequestraram um comboio, com destino ao Algarve, e dirigiram-se ao Barreiro.[1982] O Governador Civil de Setúbal manifestou surpresa com esta decisão, esperando que os militares apelassem pelo apoio do comando da PSP de Setúbal. Pelo meio, cortaram linhas telegráficas.[1983] Para o diretor d'*A Indústria*, as jovens tropas rebeldes foram manipuladas pela hierarquia militar a fim de colaborarem no pronunciamento: "*o soldado* […] *é de vez em quando arrastado para movimentos que não se sabem a que visam, nem o fim que os revolucionários pretendem atingir*".[1984] Três semanas antes, o general Domingos de Oliveira, comandante militar de Lisboa realizou uma inspeção ao R.I. n.º 11, não antevendo que alguns praças se atreveriam a aderir a um movimento revolucionário.[1985]

Pela 1h30 da madrugada, segundo um cabo da PSP, a "*estação* [do Barreiro] *acabava de ser tomada por um grupo de militares de Infantaria 11 e civis, alguns dos quais andavam armados*"[1986]. O tempo perdido entre o controlo efetivo daquele espaço e a chegada do armamento do Vale de Zebro e de Alcochete, foi suficiente para que os revoltosos tomassem conhecimento que o comité revolucionário, em Lisboa, estava prestes a ser derrotado. De acordo com o testemunho do revoltoso sadino, Amâncio de Alpoim[1987], ao início da manhã, a rendição formal na capital provocou a debandada e as detenções dos envolvidos.[1988] Em 1985, o alferes reformado João Albino, participante do movimento, a partir de Setúbal, relembrou a ocasião, dizendo que "*aí* [Barreiro] *tomámos conta dos barcos que iam e vinham de Lisboa e não os deixámos seguir* […] *Como tinha falhado* [a revolta]*, o Capitão* [Salgueiro] *foi entregar-se.*"[1989].

[1982] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 54.
[1983] ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 4106 da Polícia de Segurança do Estado, NT 4255, Confidencial n.º 78 de 02/08/1928 enviada pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro do Interior.
[1984] SILVA, Artur, "Quadros da vida: Voltando à carga" in *A Indústria*, n.º 263 de 27/07/1928, p. 2.
[1985] "General Domingos de Oliveira" in *A Indústria*, n.º 259 de 29/06/1928, p. 1.
[1986] AHM, 1.ª Divisão, Ditadura Militar e Estado Novo, cx. 30, capilha n.º 3, Ofício s/ref.ª de 24/07/1928 enviado pela PSP de Setúbal para o Chefe do Estado Maior do Governo Militar de Lisboa.
[1987] Foi deportado para Angola. ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 1780 de Amâncio de Alpoim.
[1988] O ex-deputado socialista integrou o grupo que assaltou o Campo de Tiro de Alcochete e o quartel da G.N.R. do Montijo para obter armas. ANTT, PIDE/DGS, Processo político n.º 3870 da PSE, NT 4250, Auto de Perguntas de 06/08/1928 da Polícia de Informações do Ministério do Interior a Amâncio de Alpoim
[1989] MOTA, Arlindo, "João Albino: O mais antigo testemunho da implantação da República" in *Revista Património*, n.º 3, SALPA, Setúbal, 1985, pp. II-III.

O Setubalense, apertado pela censura e com receio de uma nova suspensão, não deu importância aos acontecimentos. Descreveu apenas que a Av. Todi, na noite de 20 de julho, se encontrava repleta de pessoas, que para ali se tinham deslocado para ouvir um concerto da Capricho Setubalense. A confusão gerou-se, motivando a fuga dos populares por entenderem que algo de anormal se passava: "*muita gente julgou tratar-se de incêndio* [por coincidência a banda estava a executar 'O toque dos sinos de S. João da Madeira', de Sousa Morais]. *Outros afirmavam que haviam fugido uns leões dum circo que veio para feira de S. Tiago*"[1990]. Pelas 11h30, o Governador Civil de Setúbal comunicou ao diário que o Governo saiu vitorioso, notícia afixada nos seus *placards*. Foram detidas 45 praças do R.I. 11, que foram encarceradas na Casa de Reclusão de S. Julião da Barra ou no presídio da Trafaria. Após a libertação destes soldados, 2/3 foram transferidos para outras unidades do Exército, ficando 1/3 a prestar serviço em Setúbal[1991], sem que isso tenha representado o fim das movimentações políticas contrárias à ditadura no quartel.[1992]

À cabeça da sublevação local estiveram o capitão Francisco Salgueiro da Silva, coadjuvado pelo 1.º sargento Joaquim Augusto Quaresma e pelos 2.ºs sargentos, Joaquim Inácio Ameixa, Francisco Teixeira Queiroz e José Mateus Cabrita[1993]. Estes dirigentes do movimento revolucionário, em Setúbal, foram severamente punidos com a deportação para Angola.[1994] O capitão Francisco Salgueiro da Silva, ex-combatente do 5 de Outubro, foi formalmente acusado de ter pegado em armas contra o Governo, de ter sublevado o regimento em que exercia funções e de ter desviado um comboio do seu destino para marchar com os revoltosos rumo ao Barreiro.[1995] À data deste movimento, ocupava o

[1990] "Tentativa revolucionária depressa sufocada" in *O Setubalense*, n.º 3144 de 21/07/1928, p. 4.
[1991] AHM, 1ª Div., Ditadura Militar e Estado Novo, cx. 30, capilha n.º 3, Ofícios s/ref.ª de 08/08/1928 e de 11/08/1928 enviados pelo Chefe do Gabinete do Ministério da Guerra para o Governador Militar de Lisboa.
[1992] Apesar destas purgas, em 14 de abril de 1929, a polícia política prendeu quatro militares (2.º sargento Manuel Batista Garrudo, 1.º cabo António Joaquim Gaspar de Almeida Júnior, 1.º cabo João Pereira de Oliveira e 1.º cabo telegrafista António Banheiro Nunes Barros) por suspeita de estarem envolvidos numa organização revolucionária no R.I. n.º 11. Foram libertados no dia 25 seguinte por falta de provas. ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 4291 da Polícia de Segurança do Estado, NT 4257, Cadastros Políticos n.º 2366 (João Pereira de Oliveira), 2356 (António Banheiro Nunes Barros), n.º 2364 (Manuel Batista Garrudo) e n.º 2365 (António Joaquim Gaspar de Almeida Júnior). O pai do segundo indivíduo, o tenente António Joaquim Gaspar de Almeida, foi acusado, em 1933, de integrar o comité militar revolucionário de Setúbal, tendo sido enviado para Angra do Heroísmo por constituir "*um perigo dentro de qualquer unidade militar*". ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 1561 de António Joaquim Gaspar de Almeida. ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 1098 da PVDE, Relatório de 29/12/1933 do Subdiretor da Secção de Defesa Política e Social da Polícia Política. Citação retirada desta última fonte.
[1993] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 10451 de José Mateus Cabrita.
[1994] AHM, 1ª Div., Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974), cx. 30, capilha n.º 1, Confidencial n.º 697 de 22/08/1928 enviada pelo Comandante da 4.ª Repartição do Governo Militar de Lisboa.
[1995] AHM, Fundos Orgânicos, Direção de Justiça e Disciplina, cx. 434, capilha n.º 812 ('Processo político do capitão na reserva Francisco Salgueiro da Silva'), Informação de 10/06/1930 do Ministério do Interior. ANTT, PIDE/DGS, Cadastro n.º 1.446 de Francisco Salgueiro da Silva.

cargo de presidente da Agência de Setúbal da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.[1996]

O 1.º sargento Joaquim Augusto Quaresma foi deportado para o Campo de Concentração de Angola, em 22 de agosto de 1928. Encontrava-se encarcerado no presídio da Trafaria, por ordem do Governo Militar de Lisboa, sob as acusações de ter pegado em armas, de ter contribuído para a insurreição do R.I. n.º 11 e se de ter dirigido ao Barreiro, subordinado ao capitão Francisco Salgueiro da Silva.[1997] O 2.º sargento Francisco Teixeira de Queiroz, colocado em Setúbal como castigo pela sua participação na revolta de fevereiro de 1927, teve punições semelhantes às de Joaquim Augusto Quaresma, tendo estado detido na Casa de Reclusão de S. Julião da Barra até ser deportado para Angola, em dia 22 de agosto, a bordo do vapor *Lourenço Marques*.[1998]

Na esfera do Exército, o capitão Francisco Salgueiro da Silva contou, ainda, com o auxílio do alferes reformado João Albino, do tenente Alfredo José Barroso e do seu irmão, alferes reformado José da Cruz Barroso. O 2.º Governador Civil de Setúbal, Dr. António Sousa Gomes, foi o grande responsável para que a Polícia de Informações, procedesse à detenção destes três elementos.[1999] Na sua ótica, o tenente Alfredo José Barroso era o mais perigoso, sendo "*um preso de responsabilidade, que tinha grandes ligações com os revoltosos e que, segundo se diz, esteve na estação dos C^os. de Ferro de Setúbal com os revoltosos*"[2000], pelo que deveria ser afastado da cidade. É de recordar que esta personalidade colaborou nos acontecimentos de Setúbal de 7 de fevereiro de 1927.

O pai de Maria Barroso esteve encarcerado 41 dias, em S. Julião da Barra, tendo a detenção sido considerada de cariz preventivo e por suspeita.[2001] Em carta, o próprio

[1996] Após a sua detenção foi afastado destas funções e, em 20 de agosto, tomou posse uma nova direção, liderada pelo militar José Serrão da Silva. Um dos espaços de sociabilidade militar da região afastava-se silenciosamente da intentona. AHNSLC, Livro de Atas n.º 1 (1924-1931), Ata n.º 68 de 20/08/1928, p. 25.
[1997] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 1395 de Joaquim Augusto Quaresma. AHM, Fundos Orgânicos, Direção de Justiça e Disciplina, cx. 411, capilha n.º 180 ('Processo Político do Tenente Joaquim Augusto Quaresma'), Ficha de Matrícula deste militar. *Idem*, Informação s/data da Polícia de Informações sobre Joaquim Augusto Quaresma.
[1998] AHM, Fundos Orgânicos, Direção de Justiça e Disciplina, cx. 448, capilha n.º 1374 ('Processo Político do 2.º Sargento de Infantaria, Francisco Teixeira de Queiroz', Ficha de Matrícula deste militar. Apenas regressou ao País, em fevereiro de 1931. ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 703 de Francisco Teixeira de Queiroz.
[1999] AHM, 1.ª Div., Ditadura Militar e Estado Novo, cx. 30, capilha n.º 3, Ofício n.º 587 de 15/08/1928 enviado pelo Diretor da Polícia de Informações para o Chefe de Gabinete do Ministério da Guerra.
[2000] ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc.º n.º 3959 da Polícia de Informações, NT 4.252, Confidencial n.º 80 de 06/08/1928 do Governador Civil de Setúbal para o Diretor da Polícia de Informações.
[2001] AHM, Fundos Orgânicos, Direção de Justiça e Disciplina, cx. 405, capilha n.º 39 ('Processo político do tenente Alfredo José Barroso'), Confidencial n.º 2935 de 20/12/1928 enviada pela 4.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra para o Chefe de Gabinete Ministério da Guerra.

recordou que a sua inocência no quadro do 20 de julho foi provada, mas que lhe valeu a transferência de residência para Almeida.[2002] José da Cruz Barroso esteve preso na Trafaria até dezembro de 1929, acusado de ter auxiliado a sublevação do R.I. n.º 11, tendo acompanhado os revoltosos até ao Barreiro, "*fazendo causa comum com eles*".[2003] Quanto ao já mencionado alferes João Albino, foi formalmente acusado de "*ter feito parte da direção das forças revoltosas*"[2004], ter marchado com as tropas sublevadas para o Barreiro e ter colaborado no empossamento da respetiva estação ferroviária. Regressou a Setúbal à paisana e escondeu-se, em Grândola, até ter recebido ordem para se apresentar, em setembro, no comando geral da G.N.R., escapando à deportação por ter sido «safo» por um amigo com uma posição importante.[2005] A sua deportação esteve prevista, tendo enviado cartas ao Ministro da Guerra, sublinhando que a sua família ficaria na miséria.[2006]

Num clima de desconfiança de política, o tenente-coronel Hermenegildo Blanc Júnior, o tenente Alfredo Newton Franco, o capitão António Simões Godinho, o 1.º cabo Manuel Palmela Cebola e o soldado aprendiz corneteiro Fernando Lança foram presos alguns dias equivocamente, sem terem participado no golpe.[2007] Um sargento não sublevado do R.I. n.º 11, Adelino Joaquim Freitas da Silva, foi punido com 25 dias de prisão disciplinar "*por ter manifestado ideias prejudiciais à disciplina e à boa execução do serviço* [...] [e] *censurar em termos imoderados a acção dos seus camaradas fiéis ao Governo*"[2008] do R.I. n.º 16 para onde foi mandado apresentar-se no dia 21 de julho.

Fora do meio militar, um grupo restrito de civis de, pelo menos, sete indivíduos foram capturados pelo seu alegado envolvimento no pronunciamento militar, demonstrando a fraca adesão da *Barcelona Portuguesa* ao movimento: Jaime da Conceição Conde (ex-cabo de mar), Alexandre Neves Júnior (soldador), Serafim Carvalho (confeiteiro), Aurélio Augusto Facha, Jaime Rebelo (marítimo), Alfredo Tavares (negociante) e Bertoldo Duarte Camacho (professor). Este último assegurou não

[2002] *Idem*, Carta de 07/08/1930 enviada pelo tenente Alfredo José Barroso para o Ministério da Guerra.
[2003] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 714 de José da Cruz Barroso.
[2004] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 3565 de João Albino.
[2005] MOTA, Arlindo, "João Albino: O mais antigo testemunho da implantação da República" in *Revista Património*, n.º 3, SALPA, Setúbal, 1985, pp. II-III.
[2006] AHM, Fundos Orgânicos, Direção de Justiça e Disciplina, cx. 422, capilha n. 475 ('Processo político do Alferes João Albino'), Carta de 11/12/1928 enviada por João Albino para o Ministro da Guerra.
[2007] AHM, 1.ª Div., Ditadura Militar e Estado Novo, cx. 30, capilha n.º 2, Confidencial n.º 12 de 22/07/1928 enviado pelo Comando Militar de Setúbal para o Chefe do Estado Maior do Governo Militar de Lisboa. *Idem*, capilha n.º 4, Ofício s/ref.ª de 11/09/1928 enviado Chefe do Estado-Maior interino para o Comandante Militar de Setúbal.
[2008] *Idem*, Ofício s/ref.ª de 20/09/1928 enviado pela 4.ª Repartição da 1ª Direcção-Geral do Ministério da Guerra para o Governador Militar de Lisboa

ter estado envolvido na revolta, garantindo que foi detido pela «lenda», que se criou em seu redor junto dos oposicionistas aquando do 7 de fevereiro de 1927. Na noite da 'Revolta do Castelo', segundo narrou às autoridades, dirigiu-se à Av. Todi para assistir ao concerto da Capricho Setubalense, quando se deparou com movimentações junto ao quartel. Por ser correspondente de um periódico na capital quis perceber o que se passava, testemunho que seria provado por um oficial do R.I. n.º 11 não sublevado.[2009]

O Governador Civil de Setúbal indicou o nome de Aurélio Facha por este ter sido visto em Setúbal com os conspiradores.[2010] Do que se apurou, este indivíduo possuía antecedentes políticos no Porto e testemunhas indicaram que esteve toda a noite de 20 na capital.[2011] O ex-cabo de mar da capitania do porto de Setúbal e preso político de fevereiro de 1927, Jaime da Conceição Conde, foi detido com o soldador Alexandre Neves Júnior, na manhã de 21 de julho, na estação do Terreiro do Paço "*em virtude de o primeiro apresentado* [Jaime da Conceição Conde] *ter sido por mim reconhecido como sendo um dos revolucionários que estiveram de posse da dita estação do Barreiro e que ali desarmaram e prenderam todo o destacamento de polícia, tendo-o também reconhecido como sendo um dos que ficou de posse de uma pistola de um guarda*"[2012].

O comandante distrital de Setúbal da PSP informou o diretor da Polícia de Informações que Jaime da Conceição Conde foi o cabecilha do conjunto civil que invadiu o quartel do R.I. n.º 11 e que rumou ao Barreiro. Na sua perspetiva, era importante que fosse interrogado para que fornecesse informações em torno dos restantes elementos, que incluía alguns nomes de envolvidos na revolta de fevereiro, mas que não foram capturados pelas autoridades após o 20 de julho.[2013] No interrogatório, negou as acusações e declarou que a arma que possuía não tinha sido retirada a ninguém (era sua) e que entrou no comboio, desviado pelo capitão Francisco Salgueiro da Silva, por querer visitar o filho em Lisboa.[2014] Alexandre Neves Júnior sublinhou que foi de Setúbal para o Barreiro, na

[2009] ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 4106 da Polícia de Segurança do Estado, NT 4255, Auto de Perguntas de 27/01/1929 de Bertoldo Duarte Camacho à Polícia de Informações.
[2010] ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 3916 da Polícia de Segurança do Estado, NT 4251, Auto de Perguntas de 01/08/1928 de Aurélio Augusto Facha à Polícia de Informações.
[2011] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 2268 de Aurélio Augusto Facha.
[2012] ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 3879 da PSE, NT 4250, Informação de 21/07/1928 redigida pelo cabo Luís Rodrigues dos Caminhos-de-Ferro Portugueses no Barreiro para a Polícia de Informações.
[2013] Indivíduos em causa: Justino Gomes, funileiro; Eusébio Augusto Correia; Manuel Joaquim, ex-sargento músico do R.I. n.º 11; alferes reformado da G.N.R., João Albino; Manuel Fava; 1.º cabo pensionista da G.N.R.; Manuel Albano 'O Furtado', ex-soldado da G.N.R.; José António, ex-guarda PSP de Setúbal; Joaquim Baltazar, carpinteiro conhecido como 'O mana-mana'. *Idem*, Confidencial n.º 37 de 30/07/1928 enviada pelo Comissário-Geral da PSP de Setúbal para o Diretor da Polícia de Informações.
[2014] *Idem*, Auto de perguntas de 03/08/1928 da Polícia de Informações a Jaime da Conceição Conde.

manhã do dia 20, para se dirigir ao Hospital de Santa Marta, o que não fez devido à intentona.[2015] Foi solto no mesmo dia.[2016] Jaime da Conceição Conde foi deportado para Angola por ter tomado "*parte activa no movimento revolucionário de 20 do mesmo mês, acompanhando uma fração revoltosa do regimento n.º 11 de infantaria*"[2017].

As prisões efetuadas pela PVDE nos anos 30 contribuem para a reconstrução destes eventos, uma vez que os interrogatórios incluem um enquadramento da atividade 'subversiva' anterior. Nesse plano, a detenção de Alfredo Tavares, em 27 de setembro de 1936, permitiu compreender a sua ação na 'Revolta do Castelo'. A sua prisão ocorreu no seguimento de, na madrugada de 20 para 21 de julho de 1928, em conjunto com o confeiteiro Serafim de Carvalho, ter passado junto ao 'quartel do 11' e questionado os soldados que faziam a patrulha no exterior das instalações se o regimento estava com os revolucionários e se o cabo de mar Jaime da Conceição Conde se encontrava detido "*por saber que este aquando do 7 de fevereiro tomara parte naquele movimento*"[2018].

Serafim Carvalho, por seu turno, relatou que esteve a trabalhar até às 22h, na fábrica de gasosas, quando o distribuidor da mesma firma, Alfredo Tavares, o convidou para dormir em sua casa, por não ter onde ficar naquela noite. Ao se dirigirem para a residência, ouviram tiros, pelo que voltaram para o seu local de trabalho. Ali permaneceram até perto das 02h00, optando por alterarem a rota, indo parar diante do quartel. Um dos patrulheiros pediu lume a Alfredo Tavares, enquanto Serafim de Carvalho continuou a andar não ouvindo a troca de palavras entre ambos.[2019] O seu testemunho foi credível, sendo libertado rapidamente. Segundo o chefe da 2.º esquadra da PSP de Setúbal, os antecedentes políticos de Alfredo Tavares demonstraram que "*que ainda se interessa pelo bom andamento dos movimentos revolucionários*"[2020]. Manteve-o, por essa razão, detido até 29 de agosto[2021].

[2015] *Idem*, Auto de perguntas de 03/08/1928 da Polícia de Informações do a Alexandre Neves Júnior.
[2016] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 10464 de Alexandre Neves Júnior.
[2017] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 44, Ofício n.º 1123 de 18/09/1928 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro. Teve residência fixa na Madeira e nos Açores, tendo coadjuvado a revolta de 1931, motivo pelo qual foi enviado para Cabo Verde. ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 2153 de Jaime da Conceição Conde. *A Vitória* elogiou o "*arrojado cabo do mar e valente soldado da República*". "Um modelo de virtudes: Jaime da Conceição Conde" in *A Vitória*, n.º 116 de 05/10/1933, p.3
[2018] ANTT, PIDE/DGS, Proc. n.º 3934 da Polícia de Informações, NT 4251, Participações de 22/07/1928 de um militar do R.I. 11. *Idem*, Ofício n.º 148 de 23/07/1928 do Comandante Militar de Setúbal para o Comissário-Geral da PSP de Setúbal. *Idem*, Auto de perguntas de 25/07/1928 do Comissariado-Geral da PSP de Setúbal a Alfredo Tavares.
[2019] *Idem*, Auto de perguntas de 25/07/1928 da PSP de Setúbal a Serafim de Carvalho.
[2020] *Idem*, Exposição de 26/07/1928 do chefe da 2.ª esquadra para o comandante da PSP de Setúbal.
[2021] AHM, TMEP, Cx. 36, Proc.º n.º 3/37, Cadastro Político n.º 6060 da PVDE de Alfredo Tavares.

A história política de um dos maiores símbolos da resistência antifascista local, Jaime Rebelo ('O Homem da Boca Cerrada')[2022], teve início na noite de 20 de julho de 1928. Este marítimo, sindicalista revolucionário, foi preso pelo capitão Serra da Silva, pelas 23h, no interior do quartel do 'Onze', "*tendo declarado que havia escalado o muro*"[2023] para confirmar se um irmão seu tinha entrado nas instalações militares. Negou inteiramente que fazia parte do grupo de assaltantes do quartel ou que tivesse «intuitos reservados», admitindo apenas ter trepado o muro pelo baluarte. Depois de perceber que não era o seu familiar, ao encarar os revoltosos, manteve-se no interior, não tendo saído em simultâneo com os revoltosos e, assim, escapar à detenção. Para o investigador policial, o arguido teria de saber que incorria num crime e que a sua invasão do quartel tinha obedecido a "*qualquer plano de antemão combinado*"[2024], não se retirando para tomar conhecimento da atitude das tropas fiéis à ditadura.

Jorge Quaresma, nas memórias que legou a Edgar Rodrigues, relata outra versão. Recordou que Jaime Rebelo trepou os muros com outro militante libertário – Jorge José Silva - para obter armas "*porque conhece os cantos à casa, pois tinha servido a Infantaria 11 em tempos de soldado*"[2025]. Garantiu que conseguiram distribuir espingardas. No primeiro dia de agosto, Jaime Rebelo foi encaminhado, em conjunto com Alfredo Tavares, para os calabouços da Polícia de Informações[2026] e, posteriormente, desterrado para Angola, onde permaneceu como preso político até janeiro de 1930. Apenas regressou a Setúbal em 9 de fevereiro de 1931, após ter estado detido em Angra do Heroísmo.[2027]

Através do cruzamento da investigação diferentes arquivos e da leitura de fontes secundárias, foi possível saber que, pelo menos, 58 indivíduos associados a Setúbal foram

[2022] Após o 18 de janeiro de 1934, Jaime Rebelo foi detido na Serra da Arrábida e, com o intuito de evitar delatar os companheiros envolvidos, cortou a própria língua com uma lâmina. LOBO, Francisco, *Histórias de Setúbal – 1974 a 1986*, URAP, Setúbal, 2008, pp. 167-168. David Mourão Ferreira perpetuou o episódio no conto 'Solução'. COSTA, Albérico Afonso (org.), "Jaime Rebelo – Um setubalense anarcossindicalista e revolucionário" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 227-228. Jaime Cortesão publicou no jornal *Avante* o poema 'O Romance do Homem da Boca Cerrada, em 1937. ARRANJA, Álvaro, *O Homem da Boca Cerrada*, CEB, Setúbal, 2016, pp. 38-40.
[2023] ANTT, PIDE/DGS, Proc. n.º 3934 da Polícia de Informações, NT 4251, Participação de 21/07/1928 de um militar do R.I. n.º 11. Nos primeiros dos muitos interrogatórios a que foi sujeito, demonstrou sua célebre firmeza de caráter, dificultado ao máximo o trabalho das forças de segurança. O chefe da 2.ª esquadra da PSP de Setúbal realçou que o inquiriu «demoradamente» em mais que uma ocasião e, mesmo sendo «apertado», era ponderado nas respostas.
[2024] *Idem*, Exposição de 31/07/1928 do chefe da 2.ª esquadra da PSP de Setúbal para o respetivo Comissário.
[2025] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2761 ('Biografia de Jorge José da Silva').
[2026] ANTT, PIDE/DGS, Proc. n.º 3934 da Polícia de Informações, NT 4251, Ofício n.º 1663 de 01/08/1928 do Comissário-Geral da PSP de Setúbal para o Diretor da Polícia de Informações do Ministério do Interior.
[2027] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 1976 de Jaime Rebelo.

presos políticos no quadro da 'Revolta do Castelo', 6 deles deportados para Angola (Jaime Rebelo, Jaime da Conceição Conde, capitão Francisco Salgueiro, 1.º sargento Joaquim Augusto Quaresma, 2.os sargentos Francisco Teixeira de Queiroz e Joaquim Inácio Ameixa). **[Tabela - Lista dos presos políticos de Setúbal durante a 'Revolta do Castelo' (1928)]** Esta dinâmica enquadrou-se no reforço da política repressiva da Ditadura Militar, contribuindo para o refluxo da resistência.[2028] Em 22 de novembro de 1928, mais de quatro meses depois, o professor Bertoldo Camacho foi preso pela sua alegada atividade no âmbito desta intentona.[2029] Esta prisão foi a que possuiu maior impacto na história política local, uma vez que resultou na abertura de um inquérito à ação do tenente Augusto de Carvalho, comandante distrital da PSP de Setúbal.

O Governador Civil de Setúbal tomou rédeas no sentido de promover uma limpeza interna das estruturas militares e policiais da cidade, afastando o comandante do cargo. Por volta dos finais de 1928, nos bastidores políticos, acusou formalmente o tenente Augusto de Carvalho de "*transmitir informações confidenciais a um indivíduo, adversário declarado da actual Situação, implicado nos movimentos de 7 de Fevereiro e 20 de Julho*"[2030] e de ter escrito uma carta «comprometedora» a Bertoldo Camacho.

A posição do tenente Augusto de Carvalho tornou-se, ainda mais, fragilizada por se saber que mantinha relações de amizade com um detido nos calabouços da Polícia de Informações e por ter, alegadamente, ofendido o Governador Civil de Setúbal.[2031] Por despacho do Ministro do Interior, o tenente Augusto de Carvalho foi exonerado do cargo de comandante distrital da PSP de Setúbal como resultado da sindicância.[2032] Em 5 de novembro de 1928, o tenente Clemente José Juncal assumiu aquela função interinamente[2033]. Tratou-se de uma purga política no coração dos dirigentes da Ditadura Militar à escala local, evidenciando as divergências internas que foram ocorrendo.

[2028] FARINHA, Luís, "O Reviralho contra a Ditadura Militar. O 3-7 de Fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os levantamentos armados de 1928-31" in *Resistência – Da alternativa republicana à luta contra a Ditadura (1891-1974)*, org: AA.VV., INCM, Lisboa, 2010, p. 54.
[2029] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 10801 de Bertoldo Duarte Camacho.
[2030] AHM, Fundos orgânicos, Direção de Justiça e Disciplina, Cx. 458, Capilha n.º 1931 ('Processo político do tenente Augusto de Carvalho'), Confidencial s/ref.ª de 08/01/1929 enviada pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro da Guerra.
[2031] *Idem*, Ofício n.º 109 de 28/01/1929 enviado pelo Intendente-Geral da Segurança Pública do Ministério do Interior para o Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra. Confidencial n.º 8 de 09/03/1929 enviada pelo comandante interino do R.I. n.º 11 para o Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra.
[2032] Despacho do Ministro do Interior de 28/01/1929 in *Diário do Governo*, II Série, n.º 27 de 02/02/1929.
[2033] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 37, Ofício n.º 627 de 09/11/1928 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o tenente Clemente José Juncal.

4.3.4. O periódico demoliberal *A Vitória* e os panfletos libertários (1929-1931)

> "*O Centro* [Republicano] *de Setúbal será, além de mais, um foco de luz e progresso, gerador de energias orientadoras e disciplinadas que hão-de impulsionar a República*"[2034].

As pesadas derrotas de fevereiro de 1927 e de julho de 1928, a divisão entre os adversários da ditadura e o densificar da crise económica nacional e internacional, estiveram na génese do processo de refluxo dos grupos que se manifestavam abertamente contrários ao regime militarista. A escrita tornou-se, apesar da censura, numa das principais plataformas de ação política.[2035] Foi neste contexto que o advogado e professor José Romão dos Santos Ferro, preso político após o de 7 de fevereiro de 1927, tomou a iniciativa, em outubro de 1929, de fundar, em Setúbal, o jornal liberal *A Vitória*, contando com o apoio e o impulso do ex-ministro democrático, Bartolomeu Severino.[2036] Segundo Júlio Joaquim da Costa – que foi administrador, redator e proprietário d'*A Vitória* -, um grupo de seareiros lisboetas e de Setúbal foram decisivos na fundação do periódico, baseando o nome num jornal criado após a Monarquia do Norte.[2037] O tenente Alfredo José Barroso, figura de destaque do reviralhismo setubalense, integrou os primeiros tempos deste órgão de imprensa até lhe ter sido fixada residência em Palmela.[2038]

A Vitória deu-se à estampa num quadro de perdas para o republicanismo liberal, assistindo, desde logo, ao falecimento de António José de Almeida e de José Relvas, a quem dedicou homenagens póstumas.[2039] O seu alcance era relativamente vasto no campo democrático, recebendo diversas cartas e artigos de republicanos de outros centros urbanos, muito por força das vastas redes por onde circulava o seu diretor.

No panorama setubalense, *A Vitória* tornou-se, por excelência, no veículo de divulgação das diferentes atividades políticas dos republicanos liberais. Por ocasião da comemoração do 20.º aniversário da implantação da República, o jornal organizou uma romagem ao cemitério da Piedade para serem visitados os túmulos de ilustres republicanos da região (*e.g.* Joaquim dos Santos Fernandes ou Paulino de Oliveira). Esta contou com a presença de centenas de pessoas e os discursos declamados procuraram uma

---

[2034] "Setúbal perante o movimento de renovação republicana" in *A Vitória*, n.º 12 de 17/03/1930, p. 2.
[2035] DUARTE, Maria João Raminhos, *Silves e o Algarve - Uma Historia da Oposição à Ditadura (1926-1958)*, Colibri, Lisboa, 2010, pp. 90-95.
[2036] "Bartolomeu Severino" in *A Vitória*, n.º 98 de 05/10/1932, p. 3.
[2037] Neste grupo incluía-se: David Ferreira, Rodrigues Miguéis, Manuel Rego de Sousa, Valente Machado, Carlos Castanheira e João Brás. COSTA, Júlio Joaquim da, "Democratas que eu conheci – Santos Ferro" in *O Setubalense*, edições de 16/06/1975 e de 20/06/1975, p. 5 e p. 5. [Cortesia de António Cunha Bento]
[2038] "Pelo nosso jornal" in *A Vitória*, n.º 4 de 24/11/1929, p. 2.
[2039] "Hora de Luto" e "José Relvas" in *A Vitória*, n.º 2 de 03/11/1929, p. 1 e p. 2.

(re)aproximação política entre democratas e dirigentes sindicais libertários: "*se os republicanos estavam arrependidos dos erros praticados, podiam contar com o apoio do operariado*"[2040]. Auxiliou a comissão distrital de Setúbal pró-monumento a António José de Almeida (com Santos Ferro ou Francisco Fernandes)[2041] e, na celebração anual do 5 de Outubro, Afonso Costa ou Teixeira Gomes mereceram textos apologéticos.[2042]

Nesta linha de afirmação do demoliberalismo no espaço público, *A Vitória* organizou a conferência 'Regionalismo e Unidade Nacional', proferida por Brito Camacho, em 8 de fevereiro de 1931, no Cine-Teatro Luísa Todi. O fundador do P.R. Unionista foi recebido em apoteose na estação ferroviária por uma multidão que deu "*frenéticos vivas à República e à Liberdade*"[2043]. A sessão esteve repleta, contando a mesa com elementos liberais, como Pereira de Almeida, Alfredo José Barroso ou Santos Ferro.

Este tipo de manifestações gerou desconforto junto das autoridades locais da ditadura. A comissão de censura apertou o cerco aos conteúdos d'*A Vitória*, chegando a suspender temporariamente o periódico após a revolta de 26 de agosto de 1931.[2044] Um artigo publicado após o pedido demissão coletiva da comissão administrativa da C.M. de Setúbal, em abril de 1932, levou a que "*o lápis do censor passou a ser mais agressivo*"[2045]. As tipografias locais foram progressivamente recusando-se a imprimir as suas edições, apesar da intensa crise de trabalho, certamente coagidas pelas entidades policiais e administrativas. Em mais que uma ocasião, *A Vitória* foi obrigada a interromper as suas publicações[2046]: "*A vida deste jornal tem sido um verdadeiro calvário* [...] *Somente as dificuldades quanto à tipografia têm causado e continua a causar sérios embaraço*s"[2047].

Ao longo das suas 124 edições, o jornal pautou-se por três princípios orientadores: «Liberdade, Democracia e República». Traçou um programa político assente na «união republicana», que federasse todos os liberais, e assumiu uma posição apartidária: "*Alguém nos pergunta a que partido pertence o nosso jornal. Da melhor vontade lhe respondemos que A Vitória não é de nenhum partido e é de todos os republicanos*"[2048].

[2040] "O 5 de Outubro em Setúbal - Uma grande jornada republicana, centenas de pessoas afirmam a sua fé nos destinos da República" in *A Vitória*, n.º 37 de 12/10/1930, p. 2.
[2041] "Dr. António José de Almeida" in *A Vitória*, n.º 10 de 25/10/1930, p. 1.
[2042] A título de exemplo, veja-se: "1910-1932" in *A Vitória*, n.º 98 de 05/10/1932, p. 1.
[2043] "Uma grande jornada republicana" in *A Vitória*, n.º 48 de 15/02/1931, p. 1.
[2044] "Explicação" in *A Vitória*, n.º 63 de 14/10/1931, p. 2.
[2045] COSTA, Júlio Joaquim da, "Democratas que eu conheci – Santos Ferro" in *O Setubalense*, edição de 24/06/1975, p. 5. [Cortesia de António Cunha Bento]
[2046] "Um interregno" in *A Vitória*, n.º 10 de 25/10/1929, p. 1.
[2047] "O nosso jornal" in *A Vitória*, n.º 11 de 10/03/1930, p. 2.
[2048] "Política de União" in *A Vitória*, n.º 6 de 08/12/1929, p. 1.

Os seus textos transmitem esperança sobre a realidade política, considerada transitória, defendendo-se a purificação espiritual da República: "*A ditadura há-de, um dia, dar por finda a sua missão, mas - daqui até lá - temos nós, os republicanos, de preparar os nossos quadros, de corrigir as nossas paixões, de modo que a Democracia, ao ser restaurada, volte redimida*"[2049]. A implantação da República em Espanha acalentou essa fé.[2050]

Esta perspetiva agregadora não caiu bem nalguns segmentos republicanos setubalense. Santos Ferro esclareceu que os seus artigos, fortemente críticos do divisionismo partidário, não vinculavam *A Vitória* a uma posição contrária ao multipartidarismo, recordando que ele era filiado no Partido Democrático. Na sua ótica, o enquadramento ditatorial deveria obrigar a um baixar de armas nos combates políticos entre a oposição democrática: "*Ora a guerra entre republicanos é, nesta hora, uma guerra demoníaca*"[2051]. Apelou continuadamente a uma grande plataforma unitária.[2052]

Sob o desígnio desta unidade republicana, *A Vitória* tomou a dianteira para a fundação de um novo Centro Republicano de Setúbal, em março de 1930. Nos estatutos, para além dos desejos de promover a instrução e de organizar comícios liberais, destacavam-se: "*1º - Congregar e conciliar todos os republicanos, sem exclusivismos ou distinção de partidos ou grupos; 2º - Fazer a propaganda e doutrinação das ideias democráticas, procurando criar uma consciência cívica*"[2053]. O organismo teve como incentivo apagar "*certos ressentimentos das antigas lutas entre os republicanos e arranjar, em Setúbal, o que em Setúbal nunca houve - a casa dos republicanos com uma sala ampla onde pudessem fazer conferências as mais altas figuras da República*"[2054].

Este sonho da coalização republicana não passou disso. O que restava do Partido Democrático, em Setúbal, reprovou a integração dos seus militantes na organização, relembrando a existência de um centro dos democráticos (encerrado por razões políticas): "*esse convite deve se rejeitado porque prejudica a unidade partidária, que deve ser mantida e robustecida como base essencial da vida do partido*"[2055]. Eram simpáticos com a causa da «União dos Republicanos Portugueses», mas consideravam-na «impraticável».

[2049] "O que nos traz!" in *A Vitória*, n.º 1 de 27/10/1929, p. 1.
[2050] Citação: "*a tranquilidade renasceu em todos os espíritos e a esperança transpareceu em quase todos os rostos*"FERRO, Santos, "A Grande Lição" in *A Vitória*, n.º 55 de 20/06/1931, p. 1.
[2051] FERRO, Santos, "Nunca mais!" in *A Vitória*, n.º 13 de 23/03/1930, p. 1.
[2052] FERRO, Santos, "União! União!" in *A Vitória*, n.º 14 de 30/03/1930, p. 1.
[2053] "Os fins do novo Centro Republicano de Setúbal" in *A Vitória*, n.º 12 de 17/03/1930, p. 1.
[2054] FERRO, Santos, "Situações definidas" in *A Vitória*, n.º 39 de 02/11/1930, p. 1.
[2055] "Sem comentários" in *A Vitória*, n.º 14 de 30/03/1930, p. 1.

Em carta aberta, Santos Ferro criticou duramente o líder dos democráticos à beira Sado, o ex-deputado Sousa Carvalho, lembrando que, dos elementos que compunham as respetivas comissões políticas locais, apenas dois viviam em Setúbal, e que aquele dirigente foi responsável pelo afastamento de mais de cento e vinte republicanos das fileiras do partido na região. Relatou, ainda, que a ideia de se fundar um centro sem filiação político-partidária partiu de "*Bartolomeu Severino e foi ele quem redigiu o projecto dos estatutos*"[2056]. Poucos foram os republicanos reviralhistas locais[2057] que, como o ex-edil José da Rocha, aplaudiram a criação do Centro Republicano de Setúbal e apelaram à sua adesão.[2058] Desconhece-se qual foi a posição adotada pela loja maçónica n.º 445, denominada *Bocage*[2059], ou pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, organismo de socorro público sob a gestão de republicanos liberais[2060].

No início dos anos 30, o divisionismo político caracterizava a oposição democrática setubalense à ditadura e, foi neste ambiente, que nasceu a comissão municipal da Aliança Republicana e Socialista. Inspirada na *Alianza Republicana* espanhola, este bloco político unitário foi sufocado no rescaldo da revolta de 26 de agosto de 1931 devido às deportações de vários dos seus dirigentes. O seu programa repudiava o regime ditatorial e defendia a representatividade multipartidária.[2061] A comissão municipal de Setúbal foi composta por Lourenço Ramos Pinto (Partido Democrático), por Alfredo José Barroso (P.R.E.D.), por Artur Ramos (Partido Socialista), por Guilherme Faria (União Liberal Republicana) por César Castela (P.R.R.) e por Santos Ferro (Grupo

---

[2056] FERRO, Santos, "Sua Exa. continua" in *A Vitória*, n.º 38 de 29/10/1930, p. 2.

[2057] Luís Silveira, José Lápido Lourenço, Paulo Correia, João Duarte da Silveira, Francisco Fernandes, Manuel dos Santos Lata, João Trindade, Alfredo José Barroso, Aníbal Miranda, José Teodoro Paninho, Joaquim Inácio Ameixa, José da Rocha, António Águas Pratas, António Romão Capelo, Manuel Santos Lata, António do Nascimento Rocha, José Inácio Botelho, António Gomes Pinto (último diretor d'*A Vitória*) e Jeremias Pereira de Oliveira. Levantamento apurado a partir de: "Relações republicanas" in *A Vitória*, n.º 44 de 21/12/1930, p. 2. COSTA, Júlio Joaquim da, "Democratas que eu conheci – Santos Ferro" in *O Setubalense*, edição de 30/06/1975, p. 5. [Cortesia de António Cunha Bento]

[2058] ROCHA, José da, "Uma carta" in *A Vitória*, n.º 8 de 05/01/1930, p. 2.

[2059] Criada como triângulo, em 23 de novembro de 1929, ascendeu de categoria, em 13 de maio seguinte, mantendo-se em funcionamento até 1935 com homens como Francisco Fernandes, João Duarte da Silveira, Paulo Correia ou Alfredo José Barroso. VENTURA, António, Conferência "Sob a égide de Bocage: A maçonaria em Setúbal (1828-1983)", decorrida em 10/06/2017 na Casa da Cultura, em Setúbal.
VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2013, pp. 764-765.

[2060] Entre o final da década de 1920 e boa parte do decénio seguinte, foi encabeçada por liberais (*e.g.* Francisco Fernandes ou Zófimo Luz). A sede serviu de palco a reuniões comunistas. Na edição das 'bodas de ouro' da instituição, a comissão organizadora era composta por elementos que, poucos anos depois, foram presos pela PVDE por estarem associados ao PCP: Vítor Lopes, Alberto Santana do Vale ou Mário Sôlho. *Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal*, n.º único de junho de 1933. COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob o Estado Novo – A resistência a Salazar*, vol. I, *1933-1949*, Estuário, Setúbal, 2021.

[2061] CALDEIRA, Arlindo Manuel, "O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)" in *Análise Social*, XXII (94), ICS, Lisboa, 1986, pp. 962-965.

de Amigos da *Seara Nova*). **[Tabela - Comissão Municipal de Setúbal da Aliança Republicana e Socialista (1931)]**

O diretor d'*A Vitória* afastou-se na segunda reunião, criticando a integração de Guilherme Faria.[2062] Este foi uma das testemunhas contra os envolvidos nos acontecimentos de 1927, contribuindo para as prisões de Santos Ferro, de Luís Faria Trindade e do tenente Alfredo Barroso[2063]: "*Trata-se do célebre delator do 7 de Fevereiro que, há tempos, pretendeu entrar para a comissão local da Aliança Republicano-Socialista e que, não tendo conseguido o seu intento, evitou, todavia, com imposições absurdas, que essa comissão se constituísse*"[2064]. A comissão dividiu-se perante o pedido de afastamento de Guilherme Faria, que acabou substituído por Joaquim Cabeçadas, mas sob a condição de Santos Ferro também o ser.[2065] O P.R.E.D., o P.R.R., o Partido Democrático e o núcleo local da *Seara Nova*, que fora cofundado pelo estudante Manuel Rego de Sousa[2066], mantiveram-se ao lado do redator d'*A Vitória*: "*se não conseguimos a Aliança Republicano-Socialista, que aliás desejámos sinceramente, conseguiu-se alguma coisa útil para o Futuro - a Aliança das Esquerdas da República em Setúbal*"[2067].

Outro problema foi levantado pelo presidente da comissão local do P.R. Radical, César Castela. Este denunciou que apenas o Partido Democrático e a União Liberal Republicana possuíam representantes oficiais, isto é, nomeados pelos diretórios dos respetivos partidos, o que retirava legitimidade à ação da comissão municipal da Aliança Republicana Socialista. Não compreendeu, igualmente, como foi substituído nas funções que lhe foram confiadas pelo seu correligionário Brás Teixeira: "*lamentável que um organismo que diz desejar a paz entre os republicanos fomente e sancione não só a incompatibilidade dos grupos republicanos, mas até dissidências no seio dos próprios partidos*"[2068]. Além disso, o simples facto de Lourenço Ramos Pinto não residir em Setúbal, e raramente visitar a cidade do Sado, em nada abonava a favor da disseminação e difusão das propostas preconizadas pela Aliança Republicana Socialista.[2069] Em última instância, as disputas políticas resultaram no autoafastamento de Santos Ferro da direção

[2062] "A Aliança Republicana em Setúbal" in *A Vitória*, n.º 56 de 27/06/1931, p. 1.
[2063] CLARO, Rogério Peres, *Um século de ensino técnico-profissional em Setúbal: Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama*, Corlito, Setúbal, 2000, p. 412.
[2064] "Correspondente modelo" in *A Vitória*, n.º 75 de 28/01/1932, p. 1.
[2065] "Esclarecendo a opinião pública" in *A Vitória*, n.º 61 de 08/08/1931, p. 2.
[2066] Este jovem estudante de letras perdeu a vida nos combates da revolta de agosto de 1931. "Falecimentos – Manuel Rego de Sousa" in *A Vitória*, n.º 63 de 14/10/1931, p. 2.
[2067] FERRO, Santos, "A nossa gratidão" in *A Vitória*, n.º 63 de 14/10/1931, p. 2.
[2068] CASTELA, César, "Uma carta" in *A Vitória*, n.º 62 de 15/08/1931, p. 3.
[2069] "À margem" in *A Vitória*, n.º 57 de 04/07/1931, p. 1.

d'*A Vitória*: "*Sai porque deseja desfazer a obsessão dos que julgam ter ele a pretensão de «chefiar» a política republicana setubalense*"[2070]. Morreu, em 7 de agosto de 1933, na sua residência, na Quinta do Galoé, e com ele o periódico demoliberal setubalense.[2071]

No decurso da viragem do decénio, Setúbal assistiu a outros exemplos de resistência antiditatorial através da escrita. Foi o caso d'*O Sadino*, periódico que se intitulava 'cultural, literário, crítico e informativo'. Nas suas cinco edições focou-se em temas do interesse das classes operárias, abordando denúncias de condições laborais, relatos da atividade sindical ou da Sociedade Promotora de Educação Popular e procurou ser outro meio de formação cultural.[2072] Deu palco a textos assinados por acratas (Raúl Elias Adão) e comunistas (Carlos Napier) locais. Em mais que uma ocasião transmitiu tristeza pela "*onda de apatia e de comodismo que envolve as massas trabalhadoras de Setúbal*"[2073] e por observar o abandono dos sindicatos[2074]. O mesmo se poderá dizer d'*A Voz de Setúbal*, que contou com colaborações de Eusébio Augusto Correia (comunista) e do mesmo Raúl Elias Adão, envolvidos no golpe de fevereiro de 1927.[2075]

Num contexto de miséria, foi o filho de Bartolomeu Severino, José Severino de Melo Bandeira um dos reanimadores da atividade acrata, em fevereiro de 1931, que culminou na violente greve dos marítimos, poucos meses depois. Em 14 de fevereiro, um polícia da PSP de Setúbal apreendeu um conjunto de pequenos panfletos, intitulados "Ao Povo Faminto", espalhados num prédio da Praça Machado dos Santos.[2076] Estes eram dirigidos aos desempregados, a quem convidava à participação numa manifestação, na Praça de Quebedo, para as 20h do dia em que foram confiscados. O texto exigia «Pão ou Trabalho» e extremava posições: "*Só um caminho nos resta: ou procuramos nós próprios o que nos falta ou morremos no meio das mais horríveis privações*"[2077].

No seguimento desta apreensão, o soldador António Augusto Quaresma e o ajudante de enfermeiro Raúl Elias Adão foram detidos para averiguações, na qualidade

---

[2070] GOUVEIA, José, "Palavras amigas" in *A Vitória*, n.º 67 de 21/11/1931, p. 1.
[2071] COSTA, Júlio Joaquim da, "Democratas que eu conheci – Santos Ferro" in *O Setubalense*, edição de 02/07/1975, p. 9. [Cortesia de António Cunha Bento]
[2072] *Pam Ram* (pseudónimo), "Tribuna Livre: O Sadino" in *O Sadino*, n.º 5 de 27/07/1930, p. 2.
[2073] GUIMARÃES, António, "Vida operária: Ao Povo Trabalhador" in *O Sadino*, n.º 4 de 13/07/1930, p. 3
[2074] A.G., "Vida Sindical – Trabalhadores, despertai!" in *O Sadino*, n.º 1 de 01/06/1930, p. 1.
[2075] Este periódico contou, pelo menos, com nove edições, entre maio e outubro de 1929. *A Voz de Setúbal*, n.º 9 de 06/10/1929, p. 1.
[2076] ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 4817 da Polícia de Informações de Lisboa, NT 4270, Participação de 14/02/1931 enviada por um guarda da PSP de Setúbal para o respetivo comandante.
[2077] *Idem*, Panfletos "Ao Povo Faminto" anexos à participação de 14/02/1931 enviada por um guarda da PSP de Setúbal para o respetivo comandante.

de suspeitos da autoria dos textos (negaram a acusação), alegando-se serem conhecidos «indivíduos de ideias avançadas».[2078] Por via de uma denúncia anónima, Jorge da Silva, Jorge Artur Quaresma e José Severino de Melo Bandeira foram acusados de terem andado a distribuir manifestos subversivos e de terem sido vistos a entrar na habitação do último. A sua casa, localizada no Bairro Baptista, foi alvo de buscas, tendo sido apreendida uma máquina de escrever *Remington*[2079], e acabou preso. Interrogado também negou as acusações[2080], sendo entregue à Polícia de Informações de Lisboa, no dia 28 de fevereiro seguinte, por ser o autor do manifesto "*que foi distribuído naquela cidade e em que incitava o povo a assaltar os estabelecimentos comerciais*"[2081]. Pelo meio foram presos o *chaffeur* Luís Branco e o barbeiro Jorge Artur Quaresma[2082], a pretexto de terem coadjuvado José Severino de Melo Bandeira na difusão dos manifestos. Negaram, igualmente, as acusações, conseguindo o primeiro testemunhas da sua inocência.[2083]

O comando distrital de Setúbal da PSP provou que os manifestos foram dactilografados na máquina apreendida. Um mecânico demonstrou que faltavam os mesmos caracteres nos textos e na *Remington* (letra C). As fugas de Constantino Ventura e de Jorge da Silva, pouco depois das detenções, manifestou o seu envolvimento.[2084] José Severino de Melo Bandeira foi o único elemento apresentado à Polícia de Informações, tendo sido sujeito a duros interrogatórios que o levaram a confessar que "*combinado com outros indivíduos de Setúbal, fez na máquina de escrever* [...] *vários panfletos que afixou em diversos locais da cidade*"[2085]. Foi condenado a 90 dias de prisão na cadeia do Aljube.

Este libertário garantiu ter agido sozinho, apesar de ter pedido ajuda a Raúl Elias Adão e a Jorge da Silva, tendo escrito os manifestos na noite de 13 de fevereiro e afixado-os nos bairros mais pobres. Justificou esta atitude da seguinte forma: "*Que em virtude das suas ideias políticas e por ver que a maioria da classe operária de Setúbal atravessa uma crise grande, havendo na maioria dos lares só miséria, começou acompanhando com vários indivíduos que pensam do mesmo modo que o respondente no respeitante a uma*

[2078] *Idem*, Informação de 19/02/1931 do Subchefe da PSP de Setúbal.
[2079] *Idem*, Auto de busca e apreensão da PSP de Setúbal de 23/02/1931.
[2080] *Idem*, Auto de Declarações de 24/02/1931 de José Severino de Melo Bandeira à Secção de Investigação do Comando Distrital de Setúbal da PSP.
[2081] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 2338 de José Severino de Melo Bandeira.
[2082] ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc.º n.º 4817 da Polícia de Informações de Lisboa, NT 4270, Participação de 24/02/1931 de um agente do comando de Setúbal da PSP para o respetivo comandante.
[2083] *Idem*, Auto de Declarações de 25/02/1931 de Luís Branco e de Jorge Artur Quaresma à Secção de Investigação do Comando Distrital de Setúbal da PSP.
[2084] *Idem*, Relatório de 26/02/1931 de um agente da Secção de Investigação do Comando de Setúbal da PSP
[2085] *Idem*, Relatório de 10/03/1931 do Subdiretor da Polícia de Informações.

remodelação na vida social dos povos que traga a todos uma melhor distribuição de trabalho, deveres e direitos"[2086]. Enquanto esteve preso, o libertário Raúl Elias Adão sentiu a necessidade de obter formas de o auxiliar através de Emídio Santana, receando que o Socorro Vermelho Internacional o conseguisse resgatar para o setor comunista.[2087]

Recorrendo às memórias de Jorge Artur Quaresma, este relatou ter sido preso com Luís Branco junto ao Mercado do Livramento, garantindo que ambos não tinham conhecimento da origem dos manifestos. Ambos, nesta ocasião, não mentiram à PSP de Setúbal, tendo o barbeiro estado a exercer funções no estabelecimento do pai e o *chauffer* pernoitado, de 13 para 14, em Alcácer do Sal. Deixou escapar que a ideia de espalhar alguns panfletos foi mais ampla: "*um grupo de jovens pensou em colocar nas paredes das ruas centrais uns pequenos manifestos escritos à máquina de escrever, em dizeres que denunciavam a triste situação de fome em que as classes laboriosas estavam*"[2088].

Pouco tempo depois, o pasteleiro Jeremias Pereira de Oliveira, também viu a sua vida mudar, no seguimento da 'Revolta da Madeira' e da 'Revolta de 26 de Agosto'. Foi formalmente acusado pela polícia política de ter sido apresentado ao comité revolucionário a convite do seu 'compadre' (Alfredo José Barroso) e de ter feito "*da sua casa de negócio um poderoso centro de comunicações e, aquando da tentativa revolucionária de nove de abril* [...] *o epigrafado manteve contínuas ligações entre Setúbal e Cacilhas*"[2089]. Por via de denúncias de um agente secreto foi comunicado que se deslocou até à baixa lisboeta, em 16 de agosto (data prevista de uma revolta, que foi adiada), liderando "*um numeroso grupo de revolucionários civis (400)* [...] *que viriam para a revolução, depois de armados em Vale do Zebre*"[2090]. Entre estes encontravam-se dois elementos conhecidos do reviralhismo local (o alferes reformado João Albino e um ex-cabo da G.N.R., o 'Furtado'), bem como um funcionário distrital das estradas, Alberto Lopes. A gravidade das suas acusações culminou no alegado armazenamento e transporte para Lisboa de 130 pistolas e dinamite, algumas das razões pelas quais se manteve preso entre 5 de setembro e 3 de novembro de 1931.[2091]

[2086] *Idem*, Auto de Perguntas de 04/03/1931 da Polícia de Informações a José Severino de Melo Bandeira.
[2087] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Outros militantes', Cx. 57, Maço 'Raúl Elias Adão', Manuscrito 1701, Carta de 17/03/1931 redigida por Raúl Elias Adão para Emídio Santana.
[2088] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2763 ('Biografia de José Severino de Melo Bandeira').
[2089] ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 170 da Polícia de Informações de Lisboa, NT 4278, Relatório de 12/10/1931 de um agente da Secção de Justiça e de Informações da PSP de Lisboa.
[2090] *Idem*, Manuscrito s/data intitulado 'Jeremias Pereira de Oliveira' com as notas do agente 'Cuba'.
[2091] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 3390 de Jeremias Pereira de Oliveira.

4.3.5. A 'Greve dos 92 dias': Os marítimos de Setúbal em luta (1931)

> "*Deve acrescentar-se que o Jaime Rebelo, quando seguia preso da capitania para o cais de embarque, para seguir para a «Faro»* [canhoneira], *deu vivas à Revolução Social e morras ao Capitalismo, correspondidos é claro pelos marítimos que estavam no cais*"[2092].

Em funções na capitania de Setúbal desde outubro de 1923, o capitão-tenente José Vicente Lopes orgulhava-se dos resultados da sua ação política, que teve como foco a aniquilação do poder da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal. Estava convencido de que, até meados do pós-guerra, este sindicato foi o maior responsável pela «agitação permanente» da cidade, incutindo "*medo a todos, inclusive aos governantes da época*"[2093], através da promoção de greves constantes, de conflitos sangrentos com a força armada ou de atentados pessoais. Reconheceu que o processo não foi fácil, tendo incluído a proibição da entrada de dirigentes sindicais nas instalações da capitania e a receção de ameaças de morte anónimas. Satisfazia-o, em julho de 1929, o contraste no quotidiano da cidade: "*E o caso é que nunca mais houve uma greve em Setúbal e a Setúbal de hoje já não é conhecida pela Barcelona Portuguesa*"[2094].

De facto, entre os últimos dias da I República e a greve que intitula este subcapítulo, os trabalhadores de Setúbal não contrariaram a desorganização sindical, o enfraquecimento das formas de luta e a tendência para a redução da conflituosidade laboral. Cada vez mais esporádicos, o meio urbano não deixou de sentir 'agitação marítima' antes do *tsunami* social que inundou Setúbal, em 1931. Verificou-se uma onda de assaltos a fábricas, entre novembro de 1926 e os primeiros meses de 1927[2095].

Entre as raras paralisações laborais deste período, após a publicação do Decreto-Lei n.º 13138 (revogou o direito à greve), foi possível auscultar as razões pelas quais os soldadores da fábrica *A Conservadora* e os operários da fábrica *Gândara, Haz e Rábago & C.ª* e da *M. Branco* entraram em greve. Os primeiros, em novembro de 1928,

---

[2092] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 245, Ofício n.º 475 de 04/04/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[2093] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 46, Ofício n.º 1028 de 26/07/1929 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[2094] *Ibidem*.
[2095] Lista de empresas assaltadas: *Santana, Lda*.; *Ramos Reynaud*; *Augusto Mário dos Santos*; *Santos, Lda*.; *Monteiros & Envias*; *Lúcio Gomes Correia*; *Brandão Gomes*; *A Conservadora, Lda.*; *Lima, Pinto & C.ª, Lda*. Cf. os seguintes artigos: "A S. Exa. o sr. administrador do concelho" in *A Indústria*, n.º 176 de 26/11/1926, p. 2; "Mais assaltos" in *A Indústria*, n.º 182 de 07/01/1927, p. 2; "Os roubos nas fábricas" in *A Indústria*, n.º 186 de 04/02/1927, p. 2; "A contas com a Justiça" in *A Indústria*, n.º 197 de 22/04/1927, p. 2. ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão da Informação e Documentação, Organização e Recuperação, Registo de Correspondência Expedida, Lv. 'Copiador de correspondência expedida (1927)', Ofício n.º 98 de 31/03/1927 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Comissário de Polícia de Setúbal.

protestaram contra o facto de a firma ter recebido cerca de 500 caixas de latas vazias, sem que tivessem pagado a taxa extraordinária por ser oriunda de outro concelho. O proprietário do estabelecimento respondeu com operários substitutos, motivo pela qual os grevistas, no dia 20 daquele mês, decidiram assaltar a fábrica, tendo partido vidros, arremessado pedregulhos e agredido colegas. Com o auxílio das forças de segurança, a empresa teve uma vitória simbólica ao não reintegrar nenhum dos grevistas.[2096] Os segundos, por seu turno, estiveram em greve na primeira quinzena de outubro de 1927, denunciando a redução salarial de 20%.[2097] Os industriais conserveiros justificaram a necessidade de baixar ordenados pelas perdas de valor do produto final em 40%.[2098]

Uma das mais antigas e suadas conquistas do movimento sindical setubalense foi o descanso semanal obrigatório. Os fabricantes procuraram combater (e derrotaram) este direito, alegando que era impossível não aproveitar os momentos em que a matéria-prima principal (sardinha) chegava do mar, a que dia fosse. Os soldadores, no final de 1929, fizeram circular um manifesto contra esta pretensão e as queixas dos trabalhadores conserveiros ecoaram nas paredes do gabinete do Governo Civil.[2099] A intensificação da crise económica regional forçou os trabalhadores das fábricas a aceitarem um novo acordo e a trabalhar em qualquer dia da semana. As mulheres foram obrigadas a descabeçar e a cozer pescado aos domingos, sempre que existisse peixe fresco, e os operários a exercer funções quando assim fosse exigido.[2100]

Num pico de violência isolado, em 27 de abril de 1929, o operário conserveiro Manuel de Sousa disparou dois tiros sobre Giuseppe Marzilo, sobrinho do patrão da fábrica (Ernest Piccapane) onde prestava serviço. Ninguém saiu ferido e o trabalhador conseguiu fugir às autoridades.[2101] Este, muito próximo do meio anarcossindicalista (foi o delegado ao congresso do Barreiro de 1926)[2102], percorreu um caminho político relativamente semelhante à de José Carlos Rates, passando da extrema-esquerda a apoiante do fascismo. No seu regresso a Setúbal, cerca de 3 a 4 anos depois da tentativa

---

[2096] "O conflito na fábrica «Conservadora Lda.»" e "O conflito na fábrica «Conservadora Lda.»" in *A Indústria*, n.ºs 280 e 281 de 23/11/1928 e 30/11/1928, p. 1 e p. 1.
[2097] "Gândara, Haz e Rábago & C.ª" e "M. Branco" in *A Indústria*, n.º 222 de 14/10/1927, p. 1.
[2098] FERREIRA, Ana, "Apontamentos para a história da resistência e destruição do sindicalismo livre em Setúbal" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 2011, p. 253.
[2099] *Lucius* (pseudónimo), "Crónica da quinzena - Na defesa duma causa justa" in *Alvorada*, n.º 155 de 01/01/1929, p. 4. "Bom senso" in *A Indústria*, n.º 335 de 13/12/1929, p. 1.
[2100] "Horário de trabalho nas fábricas de conserva de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 428 de 06/11/1931, p. 1.
[2101] "Cena de tiros" in *A Indústria*, n.º 303 de 03/05/1929, p. 2.
[2102] FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Colibri, Lisboa, 2013, p. 51.

de homicídio, foi um dos mais importantes intervenientes no processo de fascização das associações de classe conserveiras e aderiu, posteriormente, à Legião Portuguesa.[2103]

Apesar das suspeitas que sempre pairaram sobre esta figura, foi o "*promotor do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal onde ficou prestando serviço como escriturário*"[2104] e um dos fundadores do respetivo periódico – *O Conserveiro* – o que permitiu angariar confiança junto dos situacionistas. Quando desejou tornar-se presidente deste organismo corporativo, desentendeu-se com quem ocupava o cargo (Abel Mesquita) e acabou demitido, constando-se que era colaborador da PVDE e que difundia material subversivo com antigos libertários.[2105]

Estas convulsões não se compararam à tempestade que foi a greve dos marítimos de 1931. Esta longa paralisação foi preludiada em duas ocasiões. Primeiramente, na segunda quinzena de setembro de 1930, pontuais diferendos laborais entre pescadores e armadores provocaram a paralisação de algumas artes de pesca. Para o capitão do porto de Setúbal, as reivindicações dos marítimos eram «descabidas» e o abandono do trabalho foi instigado pelos dirigentes da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar. Excecionalmente, o presidente do sindicato, Francisco Rodrigues Franco, foi convidado a entrar na capitania para ser avisado de que "*ao menor movimento que se desse, ele seria preso, bem como a direção da associação, e remetidos todos para bordo* [de uma canhoneira] *e, de seguida, para Lisboa para serem entregues ao Governo*"[2106].

Os pescadores sadinos voltaram à carga, em fevereiro do ano seguinte, exigindo o descanso semanal (1 dia) ou o quinzenal (2 dias) obrigatório. Permanentemente numa postura opressora, o capitão-tenente José Vicente Lopes discordou desta exigência, relembrando que os pescadores descansavam nas viagens entre o cais e a zona de pesca, impossibilitando uma contabilização do tempo real de trabalho. Não compreendia o interesse em se debater o descanso obrigatório, uma vez que seria uma cláusula prevista (ou não) no contrato individual, acordado com o respetivo armador.[2107]

[2103] ANTT, Legião Portuguesa, Proc.º n.º 1566/20, NT 1324, Pt. 5, Carta de 14/04/1942 assinada pelo soldado legionário n.º 38/10239, Manuel de Sousa, para o Presidente da Junta Central da Legião Portuguesa.
[2104] *Idem*, Informação não datada anexa à confidencial n.º 52 enviada pelo Comandante Distrital de Setúbal da Legião Portuguesa para o Subchefe do Estado Maior da Legião Portuguesa.
[2105] *Idem*, Transcrição do ofício n.º 3545 de 06/06/1941 enviado pelo Delegado de Setúbal do INTP para o Comandante Distrital de Setúbal da Legião Portuguesa citada na confidencial n.º 52 de 07/06/1941.
[2106] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidencial s/ref.ª de 22/09/1930 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[2107] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 245, Ofício n.º 261 de 16/02/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.

O terramoto grevista, que ficou tatuado na memória coletiva do operariado setubalense como 'Greve dos 92 dias', foi a mais longa paralisação laboral local das décadas de 1920 e 1930. Teve lugar entre os meses de abril e junho de 1931, passando por avanços e recuos nas negociações e por picos de violência. O extremar de posições, entre armadores e marítimos, teve início aquando da aproximação da assinatura dos contratos de matrícula e foi galvanizada pela reimplantação da República em Espanha e pela 'Revolta da Madeira'.[2108] Os valores propostos pelos patrões foram baixos, justificados pela recessão local e por o setor atravessar dificuldades financeiras, encontrando-se muitos à beira da falência. A Associação de Classe dos Operários Maquinistas Fluviais, a delegação de Setúbal do Sindicato Único dos Fogueiros de Terra e Mar e a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal instaram os seus filiados para não se matricularem e entrarem em greve, uma vez que as remunerações vigentes não eram suficientes e não estavam dispostos a abdicar de mais direitos.[2109]

Em 2 de abril, os marítimos decidiram abandonar a faina, exigindo aumentos salariais (remuneração diária de 4$00), o descanso quinzenal de 48h, a simplificação dos contratos de matrícula e uma percentagem de 35% sobre o produto bruto da pesca.[2110] A reivindicação principal dos marítimos prendia-se com as fórmulas de cálculo de pagamento das remunerações. Estavam longe de serem transparentes, gerando alegados «roubos»: "*apenas dois ou três armadores fazem os pagamentos dentro das normas certas*"[2111]. Por seu turno, fogueiros e maquinistas exigiam a uniformização salarial, o aumento das remunerações e a atribuição de um balde de peixe para a sua alimentação. Sem surpresa, o capitão do porto de Setúbal, ao invés de assumir o seu papel de mediador das exigências, colocou-se do lado dos armadores, reforçando que muita das reivindicações não eram aceitáveis: "*a sancionar sequer metade dos dislates das tais condições de matrícula, esse alguém teria criminosamente dado o golpe de misericórdia na indústria da pesca em Setúbal e, consequentemente, na das conservas*"[2112].

No início da paralisação, os trabalhadores protestaram junto à capitania do porto de Setúbal e ao Liceu de Setúbal. Com o escrivão da capitania gerou-se um conflito,

[2108] OLIVEIRA, César, "Jaime Rebelo: Um homem para além do tempo" in *Revista História*, ano XVII, n.º 6, Lisboa, março de 1995, p. 42.
[2109] ARRANJA, Álvaro*, Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, CEB, Setúbal, 2009.
[2110] COSTA, Albérico Afonso (org.), "A greve dos marítimos (1931)" in *Setúbal no Centro do Mundo*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2020, p. 95.
[2111] "A questão marítima: O estado das negociações" in *O Setubalense*, n.º 4017 de 21/04/1931, p. 1.
[2112] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 245, Ofício n.º 496 de 06/04/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.

enquanto o secretário do Governo Civil foi fortemente vaiado quando tentou abordar os grevistas de uma das janelas.[2113] O capitão-tenente José Vicente Lopes, no primeiro dia da greve, deu ordem de prisão a quem considerou que eram os promotores da paralisação, encarcerando-os na canhoneira *Faro*. Neste grupo encontravam-se Francisco Rodrigues Franco[2114] (presidente da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar), António Maria Trindade, ('O Saguão', presidente da delegação de Setúbal do Sindicato Único dos Fogueiros de Terra e Mar), Augusto César Pacheco, Francisco José de Brito ('O Xico Cagarrão') e Jaime Rebelo.[2115] Segundo as memórias de Jorge Quaresma, as detenções de Jaime Rebelo e de Francisco Rodrigues Franco partiram de uma armadilha. Convidados para uma reunião de mediação do conflito laboral, junto à praia, acabaram detidos, razão pela qual o primeiro se atirou ao mar, gritando «Viva a Greve!».[2116]

O representante da autoridade marítima colocou em marcha um plano de repressão política da greve, convocando o apoio da PSP e do Governo Civil de Setúbal. Recomendou vivamente a fixação de residência obrigatória noutros portos para todos os reclusos, especificando que Jaime Rebelo deveria partir novamente para o desterro. Era urgente «disciplinar» a classe marítima e manter a ordem pública.[2117] Em 4 de abril, o comité grevista decidiu distribuir «profusamente» "*um manifesto da classe dos trabalhadores do mar, em que são condenadas as novas condições de matrícula*"[2118]. Em resposta, o presidente da Associação dos Armadores de Pesca de Setúbal, Joaquim Rodrigues dos Santos, emitiu um comunicado, repudiando as ofensas e acusações presentes naquele texto, criticando o "*regime de sovietes*"[2119] em que alguns marítimos pensavam viver. Foi, do mesmo modo, enaltecido que os armadores apenas poderiam manter as condições dos contratos anteriores.[2120]

[2113] FRANCISCO, José, *Páginas do historial cegetista*, Editora Sementeira, Lisboa, 1983, pp. 48-49.
[2114] Foi um dos líderes do movimento acrata, em Setúbal, tendo sido várias vezes preso durante o sidonismo. Com Francisco José de Brito integrou uma cooperativa de pesca, cujo galeão era o *Libertário* e os buques *Francisco Ferrer*, *Emílio Zola*, *Kropotkine* e *Heliodoro Salgado*. FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2013, pp. 40-41.
[2115] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 245, Ofício n.º 475 de 04/04/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[2116] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2749 ('Biografia de Francisco Rodrigues Franco'), fl. 5.
[2117] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 245, Ofício n.º 475 de 04/04/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro. CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidencial s/ref.ª de 08/04/1931 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[2118] "Cercos de pesca" in *O Setubalense*, n.º 4003 de 04/04/1931, p. 1.
[2119] "Comunicado: A questão marítima" in *O Setubalense*, n.º 4004 de 06/04/1931, p. 2.
[2120] "Classes marítimas" in *O Setubalense*, n.º 4005 de 07/04/1931, p. 1.

O número de reclusos cresceu, tendo sido presos Joaquim Martins Lopes e Didaco Henriques. O primeiro por ter solicitado de forma «menos conveniente» a libertação dos companheiros e o segundo por "*ser conhecido pelas suas ideias avançadas e ter aqui andado juntamente com o* [...] [Jaime Rebelo] à *frente de bandos de marítimos, dando vivas à Revolução Social e morras à burguesia*"[2121]. Alguns homens foram entregues na Polícia Marítima de Lisboa para darem entrada nos calabouços do Governo Civil de Lisboa.[2122] **[Tabela – Lista de presos da greve dos marítimos (abril-agosto de 1931)]**

Esta primeira fase da 'Greve dos 92 dias' foi pautada por altos índices de violência e repressão. Em mais que uma ocasião, o capitão-tenente José Vicente Lopes relatou que o escrivão da capitania, João Antunes, "*foi vítima* […] *de uma cobarde e violenta agressão de um grupo de marítimos grevistas que, em pleno dia, e na Avenida Todi, o agrediram e pisaram*"[2123], acabando mesmo por ter dado entrada no Hospital do Espírito Santo. Receando que substituição deste oficial transmitisse um sinal de fraqueza, a mesma autoridade criticou a falta de apoio das forças de segurança, que deixaram fugir alguns dos responsáveis para Marrocos: "*sem que a Polícia de Setúbal fosse capaz de descobrir um só dos agressores* […] *no que respeita à tropa, ainda se está pior pois que o regimento de infantaria não chega a ter guarda ao quartel por falta de gente e a Guarda Republicana também é pouca para este meio revolucionário*"[2124]. Não obstante, no mês seguinte, o comandante distrital de Setúbal da PSP foi louvado "*pela forma enérgica e decidida* […] *na manutenção da ordem pública, por ocasião dos tumultos que tiveram lugar na cidade de Setúbal, prestando o mais pronto e eficaz auxílio à capitania*"[2125].

Através dos recortes de censura ao jornal *O Século* tomou-se conhecimento que as agressões ao 2.º tenente João Antunes ocorreram após a detenção de um marítimo que, enquanto era transportado para as instalações presidiárias, um grupo de seus companheiros o tentou libertar.[2126] Em 11 de maio, à entrada do Mercado do Livramento, um cabo de mar capturou o pescador Atanásio do Nascimento "*como sendo um dos*

[2121] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidencial s/ref.ª de 29/04/1931 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[2122] *Idem,* Confidencial s/ref.ª de 11/04/1931 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[2123] *Idem*, Confidencial s/ref.ª de 19/05/1931 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[2124] BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1355, Ofício n.º 1392 de 07/12/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[2125] Portaria de 27/05/1931 do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 124 de 30/05/1931.
[2126] ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Cortes de Censura, Cx. 5, Mç. 10, Artigo censurado "A greve em Setúbal" da edição de 11/04/1931.

agressores na manhã de 10 de abril"[2127], tendo sido reconhecido pelo escrivão da capitania, pelo gerente do cerco *Rio Sado* – que fora ferido nas Fontainhas – e ainda por outro armador, que também foi alvo de tentativa de agressão. Encarado como um dos *meneurs* da greve, Atanásio do Nascimento ('O Rebenta Bombas') foi formalmente acusado pelo ataque e deportado para Cabo Verde no início do mês de junho.[2128]

O genro de 'Xico Cagarrão', Justino Gomes, foi um dos elementos que conseguiu fugir para o Norte de África, depois de ter enfiado um funil na cabeça do escrivão da capitania. O funileiro da Fonte Nova possuía um histórico de violência. Pouco depois do 7 de fevereiro de 1927, agrediu Óscar Paxeco e, aquando da visita do Presidente da República a Setúbal, em 10 de abril do mesmo ano, esteve "*disposto* […] *cara a cara a fazer um atentado contra esse miserável*"[2129], tendo procurado armas com Jaime Rebelo.

A primeira etapa da longa greve dos marítimos marcou, ainda, uma clara separação de águas entre os comunistas e os libertários sadinos. Segundo Albérico Afonso Costa, a luta pela hegemonia política junto das classes trabalhadoras e pela orientação da paralisação laboral ganhou uma dimensão pública, dividindo a esquerda revolucionária.[2130] O Comité Local de Setúbal do PCP convocou uma greve-geral de 24h na cidade, "*expressa num manifesto como tal*"[2131], a que os restantes setores de atividade não aderiram, mantendo-se Setúbal em «soberba indiferença», a ponto de, em 16 de abril, o diário local noticiar que o conflito laboral parecia estar quase resolvido.[2132]

Numa das primeiras edições do *Avante!*, um artigo de um correspondente de 17 de abril, comunicou que os comunistas distribuíram um manifesto, denunciando a "*covardia dos dirigentes* [anarcossindicalistas] *dos sindicatos, que vinham deixando lutar os heroicos trabalhadores do mar, sem se aperceberem das tarefas que lhes competiam como dirigentes*"[2133]. Simultaneamente, informou os seus leitores que os trabalhadores do mar de Setúbal estavam a ser norteados pela F.N.T.T. (?) e que a greve estava revestida de "*um carácter de luta de classes tão violenta, que tem chegado a haver colisões entre marítimos e a polícia, que armada com carabinas tenta a tiro dispersar os*

[2127] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 245, Ofício n.º 656 de 12/05/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Comandante da Polícia de Segurança Pública de Setúbal.
[2128] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 181
[2129] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2772 ('Biografia de Justino Gomes').
[2130] COSTA, Albérico Afonso, *op. cit.*, pp. 75-77.
[2131] "A questão marítima: serenidade e confiança" in *O Setubalense*, n.º 4010 de 13/04/1931, p. 1.
[2132] "O conflito marítimo" in *O Setubalense*, n.º 4013 de 16/04/1931, p. 1.
[2133] "A Greve dos Marítimos de Setúbal" in *Avante!*, n.º 4 de 01/05/1931, pp. 5-6.

manifestantes"[2134]. Apelou à continuidade da greve até que os camaradas detidos fossem libertados e aludiu à «sova» sofrida pelo «lacaio fascista da marinha» (o escrivão).

Os acratas, por seu turno, procuraram intervir, com o auxílio de um delegado da CGT, nos sindicatos onde possuíam maior influência. De facto, os sindicatos livres em Setúbal, excetuando a Associação de Classe dos Metalúrgicos (dirigido por comunistas), eram esmagadoramente controlados pela C.G.T.[2135] Ainda assim, o libertário Raúl Elias Adão, em carta dirigida a Emídio Santana, em outubro de 1931, para além de revelar desejar reeditar a *Voz Sindical*, transmite também uma divisão interna, de cariz geracional, entre os próprios anarquistas locais: "*Mas por cá estamos muito mal, primeiro que tudo estamos divididos em dois agrupamentos principais e bem distintos*"[2136].

Ao contrário da autonomia de anos anteriores, em que os representantes sindicantes davam pouca importância aos mediadores, o Governador Civil de Setúbal, o tenente-coronel Alexandre Van Zeller, recebeu diversos apelos de ajuda, denotando um enfraquecimento da resistência e na pouca solidarização de outras classes perante greve. Nesse sentido, os marítimos foram lentamente transigindo nas negociações, passando a exigir 30% da receita bruta da pesca, 3$00 diários e 24h de descanso quinzenal. Este facto mereceu o elogio d'*O Setubalense*: "*Cabe, pois, agora a vez aos senhores armadores de facilitarem por sua parte o desejado entendimento com os seus operários*"[2137]. Estes não cederam um milímetro, mantendo-se nos 26% da receita bruta da pesca e na atribuição de 6 canastras de peixe por trabalhador.[2138] No final de abril foi alcançado um acordo entre as partes, que previa a libertação dos detidos e o progressivo retorno à faina. Resolvia um conflito laboral que se prolongava há mais de três semanas.[2139]

A paralisação da pesca setubalense ganhou "*um segundo fôlego em condições mais duras e difíceis*"[2140], uma vez que os armadores não cumpriram com os compromissos, impulsionando um sentimento de *vendetta*, que incentivou os marítimos, em contexto de enormes dificuldades económicas, a prolongarem a greve por mais dois

[2134] *Ibidem.*
[2135] AHS-BNP, Espólio N61, Secção de Cassetes, Cx. 122, Cassete n.º 17A, Lado A – Entrevista de João Freire a José Bernardo (1981).
[2136] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Outros militantes', Cx. 57, Maço 'Raúl Elias Adão', Manuscrito 1704, Carta de 14/10/1931 enviada por Raúl Elias Adão para Emídio Santana.
[2137] "O conflito marítimo" in *O Setubalense*, n.º 4027 de 04/05/1931, p. 1.
[2138] FERREIRA, Ana, "Apontamentos para a história da resistência e destruição do sindicalismo livre em Setúbal" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 2011, p. 254.
[2139] "O conflito marítimo" in *O Setubalense*, n.º 4022 de 27/04/1931, p. 1.
[2140] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 70.

meses. A Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar desmentiu os armadores, revelando que o custo de trabalho, por homem, seria de apenas 28$20: "*É com esta melhoria de situação que os marítimos pretendem arruinar os senhores armadores?*"[2141].

Em 13 de maio, foi difundida, pelos anarcossindicalistas, a segunda edição de *A Greve - Boletim Informativo do Comité Central da Greve dos Trabalhadores do Mar de Setúbal*. Neste texto elogiaram a «boa vontade» do Governador Civil e apontaram o dedo a dois armadores, que pressionaram outros patrões que aceitavam o descanso quinzenal de 24h, e ao capitão do porto de Setúbal: "*Não lhe* [o capitão do porto] *bastava tudo quanto tem feito contra nós, as prisões, as perseguições, a intimidação, as agressões*"[2142]. Contestaram, igualmente, a ideia de que os armadores não tinham recursos financeiros para responder às reivindicações, uma vez que alguns patrões acederam às reclamações: "*Que respondam a isto os nossos exploradores, que recusam dar-nos uma migalha do que o nosso esforço arranca ao mar, e pretendem continuar roubando-nos descaradamente*"[2143]. Criticaram por fim, a ascensão social de antigos trabalhadores, como forma de desmantelamento das redes de solidariedade do movimento operário sadino: "*um dos nossos antigos e exaltados militantes, renegou miseravelmente todo o seu passado*"[2144]. A publicação do boletim motivou a detenção do delegado da CGT.[2145]

Durante esta segunda fase do movimento grevista decorreu uma reunião clandestina de cerca de mil marítimos, nas encostas do forte de S. Filipe, para se debaterem estratégias para a conquista das suas reivindicações. Esta ocorreu após a libertação, em 2 de maio, de Francisco Franco e de Jaime Rebelo, que, no entretanto, se esconderam na residência de Leonídio Rodrigues, em Palmela. A polícia foi alertada e dirigiu-se em peso àquela zona da cidade para dispersar os presentes. Três libertários (Jorge Quaresma, Aguinaldo da Silva e Jorge José da Silva), que não pertenciam à classe dos marítimos, estiveram na sessão, resultando na prisão do primeiro.[2146]

Em 30 de maio, uma comissão composta por delegados dos três sindicatos em greve dirigiu-se ao Ministro da Marinha, queixando-se de que os armadores continuavam

---

[2141] "O conflito marítimo: Razões justificativas da atitude mantida pelos trabalhadores do mar de Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 4.032 de 09/05/1931, pp. 5-6.
[2142] BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1453, Mç. 8, Panfleto clandestino *A Greve - Boletim Informativo do Comité Central da Greve dos Trabalhadores do Mar de Setúbal* de 13/05/1931.
[2143] *Ibidem*.
[2144] *Ibidem***.**
[2145] FRANCISCO, José, *Páginas do historial cegatista*, Editora Sementeira, Lisboa, 1983, pp. 48-49.
[2146] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2749 ('Biografia de Francisco Rodrigues Franco'), fl. 6 e 6v e Manuscrito 2785 ('Biografia de Leonídio Rodrigues')

sem responder aos apelos dos pescadores, fogueiros e maquinistas em prol da uniformização dos contratos de matrícula e da clarificação dos valores do produto bruto da pesca, mantendo-se os «roubos» nos pagamentos salariais: "*Assim, a nossa remuneração estava sempre sujeita ao capricho momentâneo de cada armador*".[2147] Apresentaram, por fim, as suas propostas, perante a intransigência negocial dos armadores: maquinistas com salário mensal de 400$00; fogueiros com salário mensal de 300$00; pescadores com salário diário de 3$00 e 30% da venda bruta da pesca.

O Governador Civil de Setúbal, por esta altura, apresentava sinais de cansaço pelo fracasso da sua intermediação, uma vez que a paralisação da pesca representava "*um enorme prejuízo para a cidade e seu comércio, pois que no pescado reside a sua maior riqueza*"[2148]. Nas semanas seguintes, as posições continuaram extremadas. Os armadores propuseram, *grosso modo*, os contratos que vigoravam há 6 anos, pagando 2$50 por dia e oferecendo apenas 27% da receita bruta da pesca, desejando, ainda, pagar mensalmente e não quinzenalmente.[2149] Jaime Rebelo informou *O Setubalense* que a classe reprovou «terminantemente» a proposta.[2150] O rumo dos acontecimentos levou a que, a partir da segunda quinzena de junho, o presidente da C.M. de Setúbal, major António Joaquim de Melo, substituísse o Governador Civil de Setúbal como mediador, passando a organizar reuniões diárias para pôr termo à paralisação. O plenário dos trabalhadores, ocorrido em 29 de junho, foi decisivo para a greve terminar no dia seguinte.[2151]

No decurso da greve, a Universidade Popular de Setúbal manteve-se como um espaço informal de resistência, sendo frequentada por acratas como Jorge Quaresma, António Augusto Neves, Jorge José da Silva ou António Augusto Quaresma, que, simultaneamente, estavam envolvidos em instituições semelhantes (Ateneu de Estudos Sociais ou a Sociedade Promotora de Educação Popular). Em junho ocorreram quatro sessões culturais[2152], encerrando pouco depois devido à conjuntura repressiva.

[2147] BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1453, Mç. 8, Representação de 30/05/1931 enviada pela Comissão das Associações de Classe dos Operários Maquinistas Fluviais, Sindicato Único dos Fogueiros de Terra e Mar e Trabalhadores do Mar de Setúbal para Ministro da Marinha.
[2148] BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1.380, Ofício n.º 469 de 25/05/1931 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o gabinete do Ministro da Marinha.
[2149] "Comunicado – Conflito marítimo" e "O conflito marítimo" in *O Setubalense*, n.ºs 4.071 e 4.073 de 24/06/1931 e de 26/06/1931, p. 6 e p. 1.
[2150] "A questão entre armadores e marítimos" in *O Setubalense*, n.º 4.065 de 17/06/1931, p. 4.
[2151] "Faça-se justiça" in *O Setubalense*, n.º 4.076 de 30/06/1931, p. 1.
[2152] 1.ª - "A Luta pelo Direito", em 6 de junho, proferida por Avelino Cunhal, pai de Álvaro Cunhal; 2.ª - "Luta pela Paz", em 13 de junho, pelo mesmo orador; 3.ª - "Civismo e Democracia", em 17 de junho, proferida Vasco da Gama Fernandes; 4.ª - "O culto da religião pagã e a sua influência na sociedade", em 18 de junho, proferida por Joaquim Inácio Ameixa. CAMPOS, Ana*, "Para Lutar é preciso ser instruído"*

Ainda que a greve dos marítimos, do ponto de vista da conflituosidade social se assemelhe a movimentos operários da velha 'Barcelona Portuguesa', não foi acompanhada pelas tradicionais redes de solidariedade intersectoriais, que, muitas vezes, representavam o amparo de subsistência das paralisações laborais de longa duração. Neste caso, os pescadores apenas foram apoiados pelas mulheres conserveiras, que rejeitaram trabalhar com peixe proveniente dos marítimos que furaram a greve. Os fabricantes substituíram-nas por quem exercia funções independentemente da origem do pescado.[2153] Ao ministro das Finanças enviaram uma representação, acusando os patrões de as tratarem como «escravas» e de serem alvo de agressões e maus-tratos por parte dos encarregados, sendo, ainda, obrigadas a fazerem serões aos sábados já depois "*de trabalharem toda a semana, dia e noite, sem descanso*".[2154] Isto veio na sequência da ameaça de entrarem em greve, em meados de maio anterior, por correr o rumor de que os industriais pretendiam baixar os seus salários de 1 escudo para 60 centavos por hora.[2155]

Em contraciclo com posturas anteriores, determinados segmentos da burguesia comercial e industrial compreenderam as reivindicações dos grevistas. A Associação Comercial de Setúbal e a Associação Comercial e Industrial de Setúbal denunciaram a falta de escrúpulos de muitos armadores, que faltavam "*com a legal e justa recompensa ao trabalho destes* [marítimos]"[2156], e que o Estado deveria intervir no caso para que o sistema de pagamentos salariais fosse mais «claro» e «nítido», evitando faltas à verdade.

A breve acalmia de duas semanas, que contrastou com três meses de tempestade, foi interrompida no início da segunda quinzena de julho. A Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal ameaçou que os seus filiados não voltariam à faina através de um outro manifesto "*em que se expõem alguns factos anormais suscitados pelos armadores*"[2157], nomeadamente o não cumprimento das condições laborais estipuladas, as punições a indivíduos que tinham participado na greve e a contratação de pessoal na capital. Alguns armadores optaram por transferir as matrículas dos cercos para Lisboa e para a Trafaria, preludiando uma terceira vaga de confrontos.

– A ideologia e o movimento operário na Universidade Popular de Setúbal – da 1.ª República ao advento do Estado Novo, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa.

[2153] "A propósito dum manifesto" e "Bem dizíamos nós" in *A Indústria*, n.os 418 e 419 de 24/07/1931 e de 31/07/1931, p. 2 e p. 1.

[2154] "É bom que se saiba" in *A Indústria*, n.º 416 de 10/07/1931, p. 1.

[2155] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 183

[2156] BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1453, Mç. 8, Exposição de 06/06/1931 enviada pela Associação Comercial de Setúbal e pela Associação Comercial e Industrial de Setúbal para o Governador Civil.

[2157] "Voltando à mesma" in *O Setubalense*, n.º 4093 de 20/07/1931, p. 1.

Ao longo do mês de agosto, diversos pescadores protestaram contra estas atitudes, insultando, apedrejando, incitando à desordem e agredindo os tripulantes provenientes de outras localidades. Estes casos estiveram na origem das detenções, por alguns meses, dos seguintes marítimos: Benjamin Aleluia; Tomás Soares ('O Férra'); João Cabeçudo; José da Cruz Cabeçudo; Tadeu da Silva; Januário Canas.[2158] Vários marítimos voltaram a não ir para a faina, iniciando a derradeira fase do movimento grevista dos pescadores de Setúbal. Seguindo a mesma tendência repressiva dos meses anteriores, o capitão do porto deu ordem de prisão a "*um soviete que estava montado a bordo do vapor «Fernando Manuel» e que levou a respectiva companha a abandonar o trabalho*"[2159]. O 'soviete', composto por João Gaiveu, João dos Santos Aleluia e Daniel de Sousa Correia, ficou detido na cadeia civil e, posteriormente, foi afastado temporariamente da cidade.

O capitão-tenente José Vicente Lopes instou, também, pelo encerramento imediato das instalações do sindicato dos marítimos, bem como pela expulsão de Setúbal dos seus órgãos dirigentes: Francisco Franco, Jaime Rebelo e Joaquim de Sousa ('Casa Nova'). O Ministério do Interior anuiu às requisições e este grupo de homens foi obrigado a fugir ou a transferir a sua residência para Peniche ou Faro "*porque, aquando da greve marítima em Setúbal, se salientaram nas agressões à pedrada àqueles que queriam trabalhar e aos quais a força pública protegia o embarque*"[2160]. Francisco Franco, mal regressou a Setúbal, foi novamente preso e constou-se que Jaime Rebelo se encontrava em Málaga ou deportado na Guiné Espanhola. A mesma autoridade apelou para que o Ministério da Marinha se recusasse a receber representações dos marítimos sadinos, mantendo a «guerra aberta» que implementou na capitania nos últimos anos.[2161]

Sem que exista correlação direta, importa referir que, num movimento pacífico, os vendedores de peixe do Mercado do Livramento abstiveram-se de trabalhar, em 19 de setembro de 1931, em protesto contra a venda ilícita de pescado, em concorrência desleal, nas imediações do edifício. Sentiam que os impostos que pagavam anualmente ao município, pelo aluguer da pedra, deveria ser compensado com maior fiscalização.[2162]

[2158] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidenciais s/ref.ª de 04/08/1931, de 02/09/1931 e de 04/09/1931 enviadas pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[2159] *Idem*, Confidencial s/ref.ª de 21/08/1931 enviada pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[2160] CDI-ACM, Núcleo 174, P.t 246, Ofício n.º 1289 de 09/11/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[2161] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 247, Ofício n.º 473 de 16/03/1932 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[2162] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 190

Entre o final do verão e meados de dezembro de 1931, a capitania garantiu o apaziguamento da classe marítima e o regresso à normalidade no setor piscatório. Porém, os seus argumentos não foram suficientes para convencer o Governador Civil de Setúbal a solicitar a prorrogação do afastamento de Setúbal dos indivíduos mencionados. E, por essa razão, o capitão do porto questionou a competência política de quem exercia o cargo, pretendendo um grau de opressão mais duro sobre os dirigentes sindicais.[2163]

No meio dos blocos de pedra para as obras do porto, em 4 de dezembro, foram encontrados explosivos semelhantes aos que eram utilizados em conspirações revolucionárias: "*os inimigos da Situação alguma coisa preparam* […] *sabendo-se tanto mais que, sendo Setúbal* […] *um meio essencialmente operário, as ideias bolchevistas encontram nele um excelente campo de propaganda*"[2164]. De imediato, o capitão-tenente José Vicente Lopes colou a descoberta destas sete bombas aos marítimos desterrados (regressados, entretanto) e que já tinham voltado a espalhar panfletos 'subversivos'.[2165]

As preocupações do capitão do porto de Setúbal teriam algum fundamento. Em novembro anterior, um informador da polícia política comunicou que Manuel dos Reis ('O Peixe-Espada'), conhecido por ser um 'agitador das classes operárias', andou a dizer pela cidade que estaria a chegar "*dia em que vão entrar nos quartéis e correr tudo à bomba*"[2166]. Em 8 de março de 1932, a maioria dos pescadores voltaram a declarar greve, exigindo a revogação do Decreto-Lei n.º 18101[2167], legislação que colocou em vigor um novo regulamento de funcionamento da lota industrial de Setúbal. Protestavam contra a permissão deste estabelecimento operar depois do sol-posto, uma vez que vinha retirar uma das mais velhas regalias do setor, com mais de 27 anos: o trabalho de sol a sol. Francisco Franco liderou o movimento, acabando, uma vez mais, detido.[2168]

A greve dos marítimos de 1931 demonstrou uma impressionante capacidade de resistência que, apesar de derrotada na generalidade das suas reivindicações, simbolizou o renascimento das longas e violentas lutas de classe do tempo da Grande Guerra e do pós-guerra. Num contexto económico extraordinariamente duro no plano local, acentuado

[2163] BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1355, Ofício n.º 1392 de 07/12/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[2164] ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 452, [pt. 37/26], Cópia de confidencial n.º 1.448 de 05/12/1931 enviada pelo Comandante Militar de Setúbal e pelo Governador Militar de Lisboa.
[2165] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 246, Ofício n.º 1.444 de 18/12/1931 enviado pelo Capitão do Porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[2166] COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 168
[2167] Decreto-Lei n.º 18.101 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 63 de 18/03/1930.
[2168] "Reclamações operárias" in *O Setubalense*, n.º 4290 de 10/03/1932, p. 2.

pela crise do *crash* de 1929, a falta de solidarização de outras classes, o desgaste provocado por um extenso período de greve e a divisão do movimento operário (anarquistas vs comunistas), associado a uma conjugação de forças das autoridades, assitiu-se a um reforço dos interesses patronais e da posição da ditadura, que foi prendendo e torturando os seus principais opositores à beira Sado. Não deixa de ser interessante, que estes últimos episódios, bem como a fase inicial da 'Greve dos 92 dias', tenham ocorrido, por coincidência (ou não), cronologicamente perto da 'Revolta da Madeira' e da 'Revolta de 26 de agosto'. Esta última intentona motivou o Governador Civil de Setúbal a proibir a circulação de pessoas entre as 0h00 e as 06h00.[2169]

Por fim, pressupõe-se que a 'Greve dos 92 dias' contou com o apoio informal do Sindicato Único dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Setúbal. Este organismo foi liderado – na fase final do decénio de 1920 - por dirigentes libertários reconhecidos, nomeadamente José Bernardo (soldador e futebolista[2170]), José Benedy ou Luísa do Carmo Adão (esposa de Raúl Elias Adão).[2171] Os conflitos políticos entre comunistas e libertários acalmaram nesta associação de classe no plano diretivo[2172] e aquando da necessidade dos trabalhadores responderem conjuntamente à decisão dos industriais conserveiros de criarem uma fórmula única para a distribuição do subsídio de defeso.[2173] Esta pacificação na oposição surgiu tarde demais. Com a extinção do sindicalismo livre, em 1933, a fundação do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal afastou comunistas e a libertários, num processo de afirmação dos valores corporativos[2174]: "*chamando dia-a-dia e, até adiantadas horas da noite, os pessoais das fábricas, nomeando as comissões das mesmas, orientando-os sobre os benefícios conferidos pelas Leis do País aos «Sindicatos Nacionais»*"[2175].

[2169] ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Constituição, Organização e Regulamento, Lv. de Editais (1927-1939), Edital de 27/08/1931 do Governador Civil de Setúbal.
[2170] CORREIA, Ricardo, *Figuras populares de Setúbal*, Setulgráfica, Setúbal, 1987, p. 47. FERREIRA, Diogo, "José Bernardo – Um dirigente libertário local no 18 de janeiro de 1934" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico A., Tip. Rápida, Setúbal, 2020, p. 235.
[2171] LOUSADA, Maria Alexandre; FREIRE, João, *op. cit.*, pp. 45-50.
[2172] Em março de 1933, a eleição dos novos corpos gerentes contou com acratas (*e.g.* José Bernardo, Luísa Franco ou António Augusto Quaresma) e marxistas (*e.g.* Jorge Silva ou Aguinaldo Silva). "Sindicato Único da Indústria de Conservas" in *O Setubalense*, n.º 4610 de 21/03/1933, p. 4.
[2173] "Interesses de Classe – Indústria de Conservas" in *O Setubalense*, n.º 4611 de 22/03/1933, p. 2.
[2174] "*é dar-vos provas irrefutáveis* […] *da forma moralizadora como o dinheiro das vossas quotas tem sido administrado, facto esse que jamais se verificou nos anais turculentos e desprestigiosos das extintas associações de classe, cujos dinheiros eram devorados perdulariamente*". Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal, *Balancete das Contas da Gerência Fundadora deste Sindicato referente aos meses de Junho, Julho e Agosto de 1934*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, s.p.
[2175] Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência da Direcção de 1934*, Tip. Simões, Setúbal, 1935, s.p.

4.3.6. O protesto contra o desconto de 2% para o Fundo de Desemprego (1932)

> "*A barbearia* [de José Artur Quaresma] *era e é de tecto alto, espaçosa, talvez desde 1907 até 1951* […] *ecoaram nas suas paredes as palavras e os pensamentos da liberdade e da anarquia, da emancipação dos trabalhadores e de toda a Humanidade! Faziam-se reuniões livres, discussões, esclarecimento de ideias, lendo-se jornais e livros*"[2176].

Numa tentativa de responder aos apelos dos milhares de desempregados que se espalhavam pelo País, no início de março de 1932, o Governo decretou a criação de uma Caixa de Auxílio aos Desempregados, sob a tutela do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral. Para a sua efetiva concretização surgiram delegações em todas as sedes de distrito, geridas por cinco membros (dois representantes das classes trabalhadoras). As suas fontes de receita assentavam num desconto de 2% sobre os salários de todos os operários e ao pagamento adicional de 1% por parte dos patrões em todas as indústrias ou empresas de comércio que empregassem, pelo menos, três funcionários.[2177] A aprovação do regulamento provisório, em maio seguinte, gerou uma onda de contestação junto dos sindicatos associados à CGT e à CIS.[2178]

A União dos Sindicatos Operários de Setúbal manifestou-se contrária à medida por representar uma nova redução nos baixos salários auferidos pelos trabalhadores, encarando a jornada de 6 horas como o caminho a trilhar para diminuir os efeitos da crise económica.[2179] Em 29 de abril, este organismo convocou todos os delegados das associações de classe da cidade para uma sessão magna e se discutir a legislação em causa. O representante do sindicato dos trabalhadores das fábricas sublinhou que foram efetuadas várias «démarches» junto do Governador Civil de Setúbal para que o decreto fosse anulado "*por não estar no ânimo do proletariado local*"[2180]. A assembleia ficou marcada pela aprovação, por unanimidade, de uma moção, que se negava «terminantemente» a nomear dois delegados para integrarem a comissão de patrões e operários, e pela decisão de se enviar uma representação ao Ministro das Finanças.[2181]

[2176] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2802 (Carta de 27/01/1974 enviada por Jorge Quaresma a Edgar Rodrigues).
[2177] Decreto-Lei n.º 20984 in *Diário Governo*, I Série, n.º 56 de 07/03/1932. PEREIRA, Joana, Dias, "A reação conservadora e a resistência do associativismo livre nas vésperas do salazarismo" in *O Pelourinho - Boletin de Relaciones Transfronterizas*, vol. II, n.º 23, Diputación de Badajoz, Badajoz, 2019, p. 38.
[2178] Decreto-Lei n.º 21238 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 113 de 16/05/1932. PATRIARCA, Fátima, *A questão social no salazarismo (1930-1947)*, INCM, Lisboa, 1995.
[2179] "A crise do desemprego" in *Correio do Sado*, n.º 6 de 23/04/1932, p. 2.
[2180] "União dos Sindicatos Operários – Auxílio aos Desempregados" in *O Setubalense*, n.º 4335 de 02/05/1932, p. 6.
[2181] "União dos Sindicatos Operários" in *Diário de Setúbal*, n.º 9 de 05/05/1932, p. 3.

Pouco depois, em 7 de maio de 1932, o presidente da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal, João Ferreira, enviou uma exposição ao Governador Civil de Setúbal, expondo a vaga de desemprego que assolava os marítimos locais e denunciando a postura de diversos armadores, que procediam a despedimentos individuais ou coletivos e que impunham medidas "*vexatórias praticadas a bordo*"[2182], designadamente nos cercos *Tigre* e *Adamastor*. Os armadores substituíram os pescadores setubalenses por marítimos algarvios, contribuindo diretamente para os cerca de 50% de profissionais do setor que estavam desempregados.

Os industriais conserveiros, por seu turno, pressionados pelas elevadas taxas que incidiam sobre a indústria protestaram, igualmente, junto de Oliveira Salazar, recordando todos os obstáculos que vinham atravessando para evitarem ainda mais despedimentos. Como fonte de receita alternativa para a Caixa de Auxílio aos Desempregados, sugeriram o produto proveniente da taxa de 1% sobre as contribuições industriais e prediais.[2183]

A CGT, no plano nacional, agendou uma greve-geral de 24 horas para o dia 30 de maio como forma de pressionar o Governo a recuar na medida. Em Setúbal, nos últimos dias do mês, diversos elementos do meio anarcossindicalista associaram-se a este movimento, espalhando propaganda que convidava o operariado sadino a aderir à paralisação. O comando distrital de Setúbal da PSP travou rapidamente estes intentos.

Na véspera, em 29 de maio de 1932, o jovem barbeiro Jorge Artur Quaresma foi preso, na Rua António José Baptista, "*pelo facto do apresentado, à hora acima indicada* [23h30]*, e no local da detenção, trazer consigo uma porção de panfletos*"[2184]. Nas suas memórias, o detido relatou que foi identificado por um guarda-fios de telefones que o viu a distribuir os manifestos.[2185] No decurso da manhã seguinte, diferentes agentes da PSP de Setúbal detiveram o *chauffeur* Luís Branco, o manipulador de pão Constantino Ventura e o barbeiro José Artur Quaresma (pai de Jorge Artur Quaresma) "*em virtude de haver suspeita de fazer parte de um grupo de indivíduos que distribuíram panfletos nesta cidade*"[2186]. Integravam todos o núcleo libertário setubalense.

[2182] Citado a partir de: COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014, p. 208.
[2183] "Protecção aos desempregados – Uma representação" in *Correio do Sado*, n.º 5 de 16/04/1932, p. 3.
[2184] ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 413 da Polícia Internacional Portuguesa, NT 4286, Participação de 29/05/1932 de um agente da PSP de Setúbal para o respetivo comandante.
[2185] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscritos 1248 e 1248_A (Autobiografia e 'Biografia de José Artur Quaresma'), fl. 3.
[2186] ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 413 da Polícia Internacional Portuguesa, NT 4286, Participações de 30/05/1932 de diferentes agentes da PSP de Setúbal para o respetivo comandante.

A barbearia, situada n.º 212 da Av. Luísa Todi junto ao Hotel Esperança, foi alvo de buscas por parte das autoridades policiais, tendo sido encontrados "*vários panfletos* […] *bem como dois livros com o título 'Socialismo Libertário ou Anarquismo', de Silva Mendes, e 'Miguel Ivanoff ou os Mártires da Rússia', tradução do inglês*"[2187] numa das gavetas do aparador. O mesmo sucedeu na residência de Virgínia da Conceição, mãe de Jorge da Silva e de Aguinaldo da Silva. Na habitação, a PSP apreendeu "*em duas gavetas de uma cómoda, diversos panfletos, uns livros e documentos de propaganda anarco-comunista, assim como alguns estatutos da Universidade Popular de Setúbal*"[2188].

Os quatro presos políticos foram enviados à Polícia Internacional Portuguesa, sob a acusação de «crime social», no último dia do mês. O comandante distrital de Setúbal da PSP comunicou que a barbearia foi encerrada até ordem contrária do diretor da polícia política[2189] a pretexto de ali se reunirem "*os indivíduos que, com seu filho, compõem a acção direta comunista nesta cidade, que são os dois restantes presos, Luís Branco e Constantino Ventura, bem como Jorge da Silva, Aguinaldo da Silva, Fernando Adão, que, ao terem conhecimento da prisão do primeiro* [Jorge Quaresma]*, se ausentaram para parte incerta*"[2190]. Era comum, na época, as autoridades administrativas confundirem comunistas e anarquistas, não reconhecendo as evidentes distinções que os separava.

O manipulador da *Padaria Moderna*, Constantino Ventura, no interrogatório a que foi sujeito, revelou ter sido presidente da Associação de Classe dos Manipuladores de Pão de Setúbal durante mais três anos, até se ter afastado das funções no início de 1932, e admitiu que todos os detidos militavam no anarcossindicalismo.[2191] Segundo o seu cadastro político, foi preso "*por distribuir manifestos clandestinos de propaganda extremista e incitar os operários à greve por 24 horas, contra o imposto de 2%*"[2192].

Entre o significativo conjunto de propaganda apreendida destacam-se três documentos. Em primeiro lugar, o panfleto 'Proclamação', assinado pela CGT e datado de 28 de maio de 1932, texto que convoca os trabalhadores para a mencionada greve-geral: "*Contra o imposto de 2 por cento, que é uma redução de salários! Contra a*

[2187] *Idem*, Auto de busca e apreensão de 30/05/1932 elaborado por guardas da PSP de Setúbal.
[2188] *Idem*, Auto de busca e apreensão de 30/05/1932 elaborado por guardas da PSP de Setúbal.
[2189] *Idem*, Ofício n.º 1046 de 31/05/1932 enviado pelo Comandante Distrital de Setúbal da PSP para o Diretor da Polícia Internacional de Lisboa.
[2190] ANTT, PIDE/DGS, Cadastros Políticos n.º 4858 e 4859, respetivamente de José Artur Quaresma e de Jorge Artur Quaresma.
[2191] ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 413 da Polícia Internacional Portuguesa, Auto de Declarações de 18/06/1932 de Constantino Ventura à Polícia Internacional Portuguesa
[2192] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 4857 de Constantino Ventura.

humilhação escravizadora do Governo!"[2193]. Denuncia, também, o sistemático aumento do custo de vida, considerando um «autêntico roubo» aos salários «miseráveis» dos operários. O panfleto 'Os trabalhadores e os 2 por cento', também assinado pela CGT e de maio daquele ano, declarava que o desconto de 2% era uma provocação ao proletariado e deteriorava as miseráveis condições das classes trabalhadoras. Transmite que centenas de sindicatos portugueses exigiram a abolição desta percentagem, obrigando ao recurso à greve: "*O que é isto? Isto é a extorsão violenta. É o vexame! É o escárnio!*"[2194].

Na barbearia da família Quaresma foram apreendidas diversas cópias dactilografas da '*Circular informativa sobre os acordos tomados na I.ª Conferência Anarquista da Região Sul da Estremadura* '. Este texto, assinado por M. Sousa e de maio de 1932, informava os interessados que Setúbal não foi escolhida para sede daquele organismo, que se resolveu apoiar um periódico - dirigido por anarquistas exilados em Madrid - e que iriam ser criados «Grupos de Orientação Revolucionária» para entrarem em contato com os sindicatos. Finalmente, apelava ao auxílio material "*para que ela possa levar à prática a metodização das nossas ideias, tendo que desenvolver, para isso, conscienciosa propaganda entre a massa escravizada*"[2195]. De acordo com José Artur Quaresma, autor dos textos era Manuel de Sousa, operário conserveiro que atentou contra a vida do gerente da fábrica onde trabalhava.[2196] Era considerado pela polícia política como "*um propagandista e organizador dos elementos avançados, naquela região*"[2197].

O grupo de quatro homens foram mantidos no cárcere da Cadeia do Aljube até 18 de junho seguinte[2198] e os restantes membros do movimento libertário sadino "*puseram as barbas de molho*"[2199], aguardando por melhores dias para a luta operária.[2200]

[2193] ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 413 da Polícia Internacional Portuguesa, NT 4286, Panfleto 'Proclamação', de 28/05/1932, assinado pela CGT.
[2194] *Idem*, Panfleto 'Os trabalhadores e os 2 por cento', de maio de 1932, assinado pela CGT.
[2195] *Idem* 'Circular informativa sobre os acordos tomados na I.ª conferência anarquista da Região Sul da Extremadura', assinado por Manuel Sousa, de maio de 1932.
[2196] *Idem*, Auto de Declarações de 18/06/1932 de José Artur Quaresma à Polícia Internacional Portuguesa.
[2197] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 4856 de Manuel de Sousa.
[2198] ANTT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 4860 de Luís Branco.
[2199] AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2748 ('Biografia de Luís Branco'), fl. 2v.
[2200] Em resultado deste movimento, o grupo local de esperanto, *Disvastiga Stefaro*, foi desmembrado. RODRIGUES, Edgar, *A oposição libertária em Portugal,1939-1974*, Sementeira, Lisboa, 1982, p. 284. Este não foi o primeiro grupo esperantista setubalense. Em 1923, foi fundado o grupo operário *Nova Espero*. LOUSADA, Maria Alexandra; FREIRE, João, *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Colibri, Lisboa, 2013, p. 63.

Parte V – Considerações finais

> "*Setúbal morreu. Aprouvera que ainda nela germinasse o fermento da luta de classes, sinal evidente da sua prosperidade económica. Já nada disso existe porque a cidade é quase um cadáver*."[2201]

A História Local é um itinerário alternativo para se compreender, conhecer e desvendar o passado. No decurso desta investigação intensifiquei a minha íntima relação com a comunidade e reforcei a ligação umbilical ao território a que me dediquei estudar, adquirindo uma visão panorâmica da realidade histórica abordada. Mais que confirmar ou contrariar teses macro nacionais, tive como missão dignificar as massas anónimas e levantar um pouco o véu que encobre a memória coletiva setubalense. Esta tese de doutoramento teve, desde início, esse propósito. Contribuir para a reconstrução de um determinado tempo histórico deste concelho, evocando a importância da preservação da história local e da democratização do conhecimento do passado.

A concretização deste trabalho assentou no paradigma definido pela historiografia local britância, que indica que as investigações produzidas em torno de um espaço geograficamente circunscrito e bem delimitado sejam efetuadas através de abordagens 'totalizantes' ou 'globalizantes', combinando e interligando dinâmicas de natureza política, económica e social. O formato e o encadeamento temático do texto beberam deste princípio, comprometendo-se em analisar Setúbal transversalmente entre o primeiro pós-guerra e as vésperas do salazarismo. Por seu turno, o modelo territorial escolhido baseou-se na tradição da prática que caracteriza há longos anos a literatura histórica local portuguesa: a divisão político-administrativa do concelho. Os limites fronteiriços, deste modo, incluíram as freguesias urbanas e rurais de Setúbal, onde se enquadra Azeitão desde 1855.

Em termos cronológicos, as balizas temporais estabelecidas foram obrigatoriamente reduzidas a fim de responder ao objetivo de examinar detalhada e pormenorizadamente diferentes matérias do microcosmo da 'Barcelona Portuguesa'. O paralelismo entre uma geografia demarcadamente reduzida e um período histórico curto foram decisivos para cumprir o desígnio 'totalizante' predefinido.

Revisitar os anos da República do pós-guerra e da Ditadura Militar não se encerrou nos anos entre 1919 e 1933, motivo pelo qual não foi incluído formalmente este intervalo

[2201] *Lucius* (pseudónimo), "Crónica da Quinzena - Setúbal agonizante" in *Alvorada*, n.º 150 de 15/04/1928, p. 4.

de tempo no título desta tese. Os efeitos do pós-guerra, não tendo início efetivo no dia seguinte ao armístico de 11 de novembro de 1918, foram um processo disruptivo lento com profundo impacto local. Como ficou patente, os resultados do declínio extraordinário de consumo de conservas de peixe foram sendo sentidos de forma progressiva. Foi o início do fim da década dourada do setor (1914-1924). Não posso negar, em simultâneo, que se pretendeu dar continuidade e sequência à investigação que desenvolvi no âmbito da minha dissertação de mestrado, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*.

A longevidade da escassez sardinheira e a legislação pré-corporativa de 1928 e de 1932, que regulamentou a indústria conserveira, ao proibir a abertura de novas unidades fabris ditaram, *per si*, ritmos próprios à vida sadina, relativamente independentes dos ponteiros do relógio nacional. O drama que estes factos provocaram na vida coletiva dos setubalenses, nuances específicas da história local, impediu o estabelecimento formal de uma barreira temporal. A entrada em vigor da Constituição de 1933, o início da República "*unitária e corporativa*"[2202] do Estado Novo, consagrou um processo anterior e em curso.

A vasta documentação consultada em diferentes arquivos e bibliotecas foi absolutamente decisiva para construir uma base empírica sólida, que aprofundasse diversas matérias trabalhadas pela historiografia local setubalense, e, mais importante, para promover um acréscimo de conhecimento pelo caráter inédito da maioria das fontes primárias e secundárias citadas. A construção de dezenas de tabelas estatísticas sustentou uma parte considerável dos argumentos apresentados no decurso do texto, estando devidamente identificadas quando deveriam ser examinadas nos anexos. De igual modo, a iconografia recolhida deu oportunidade de identificar diversos acontecimentos e rostos desconhecidos, dando a oportunidade de humanizar as personagens que integraram este palco.

Grosso modo, o xadrez político sadino, até ao 28 de Maio de 1926, ficou marcado por cinco cirscunstâncias. Primeiramente, pela reconstrução temporária do bloco social do 5 de Outubro para combater a 'Monarquia de Norte', desfeito com o regresso ao poder dos republicanos liberais. Num segundo momento, pelas lutas intestinas entre os 'democráticos' locais, que disputaram o poder autárquico e se fragmentaram em mais que três facções: ala do farmacêutico Francisco Fernandes; o setor de Carlos de Oliveira Trigo; os militantes de base que migraram para o Partido Republicano Radical). Aqui

[2202] *Vide* artigo 5.º da Constituição de 1933.

esteve a génese do enfraquecimento político do mais importante partido nacional, que se refletiu nas legislativas. Em terceiro lugar, a aura de corrupção camarária, que inundou a opinião pública e a imprensa, retirou completa legitimidade política ao Partido Democrático no plano regional. Em penúltimo, os golpes palacianos e as excêntricas alianças - como foi o caso da coligação entre monárquicos e uma ala dos 'democráticos' – descredibilizaram as instituições. Finalmente, a conjugação e a afirmação de um vasto grupo das direitas da direta, anti-Partido Democrático, garantiu a vitória nas eleições municipais de novembro de 1925, iniciando um novo ciclo político na C.M. de Setúbal.

Do ponto de vista económico, procurou-se justificar em pormenor as razões de fundo pelas quais a indústria conserveira, setor de atividade hegemónica numa cidade de perfil mono-industrial, entrou em queda no pós-guerra: a) completa desadequação e instabilidade financeira da maioria das empresas fundadas no quadro anormal da Grande Guerra; b) falências das pequenas e médias firmas, muitas absorvidas pelos fabricantes mais poderosos; c) fuga do capital francês; d) singular subida dos preços da sardinha, principal matéria-prima; e) inconsistência do valor do escudo; f) concorrência externa; g) desafios associados à transição dos cercos a remos para os cercos a vapor; h) primeiros sinais da escassez do 'peixe dourado', causa primária e mais relevante.

A fundação da cimenteira (*SECIL*), da fábrica de adubos químicos (*SAPEC*) e da *Sociedade Portuguesa de Pesca de Cetáceos*, ainda que tenham representado três dos mais importantes investimentos estrangeiros que marcaram a primeira metade o século XX setubalense, não significaram a mudança do paradigma económico, mantendo-se o setor conserveiro como dominante, em asfixia e hipertrofia. A *José Maria da Fonseca*, ao contrário do sal e dos laranjais, assistiu a um dos seus períodos áureos, encontrando no Brasil aquilo a que a tradição oral da empresa qualificou de 'galinha dos ovos de ouro'.

Para se compreender como o mundo do trabalho sadino reagiu apaticamente ao movimento revolucionário que pôs termo ao demoliberalismo, é necessário não esquecer que o vulcão operário esteve efetivamente em erupção, mas que se extinguiu paulatinamente. Tal como no tempo da Grande Guerra, a incapacidade em se abastecer convenientemente este centro urbano de géneros de primeira necessidade e a impotência em se controlar a escalada dos preços, num quadro em que o sindicalismo mantinha sinais de unidade, gerou momentos de intensa conflituosidade social. As greves, os assaltos coletivos a estabelecimentos comerciais ou os confrontos com a polícia foram cenas que se voltaram a repetir com manifesta frequência.

Em contraciclo, o peso da derrota da greve-geral dos 75 dias, em 1922, a fragmentação que marcou o quotidiano de várias associações de classe ou o divisionismo concebido pela fundação das cooperativas de pesca – em que antigos assalariados se tornaram patrões, passando de explorados a exploradores – foram pontos decisivos para o esgotamento das redes de solidariedade e para a brutal perda de unidade entre operários. Como cereja no topo do bolo, a prisão política de João Maria Major, a cabeça do movimento sindical setubalense, em 1925, foi como o canto do cisne. A fome e o desemprego trataram do resto. Chegou a Era da 'Barcelona Esvaída', derrotada.

Com o 28 de Maio de 1926, a Câmara Municipal de Setúbal assistiu, mais que a uma rutura, a uma continuidade no âmbito do saneamento das suas estruturas políticas. A maior parte dos vereadores nomeados centralmente pela ditadura para liderarem os destinos da autarquia, nomeadamente o seu presidente, Carlos Botelho Moniz, integraram a última comissão executiva eleita na Primeira República Portuguesa. Na prática, conforme ficou explícito, os dirigentes do município já se encontravam no espírito do movimento militar ainda antes da sua efetivação. No longo 'mandato' deste jovem advogado, o seu combate para a concretização da reforma administrativa que criou o distrito de Setúbal e o seu plano de obras públicas, com vista à materialização de uma Setúbal moderna, legaram uma herança indesmentível. A I Exposição Regional do Distrito de Setúbal, em 1930, e a atividade da Comissão de Iniciativa de Setúbal – que muito apoiou - representaram a epítome da sua visão.

Todavia, os custos financeiros destes projetos, associados ao *crash* da bolsa de *Wall Street* e à perda de receita proveniente do imposto *ad-valorem*, potenciaram um início de década de grande instabilidade política e económica nas cadeiras municipais. Sucessivamente, as comissões administrativas nomeadas pelo Governo apresentaram demissões coletivas, alegando serem incapazes de resolver a gravidade dos problemas dos cofres camarários, como o enorme passivo e a pressão exercida pelos credores.

Paralelamente, nos setores da pesca e da indústria de conservas de peixe debateu-se largamente sobre as medidas necessárias a adotar para recuperar o sucesso de outros tempos. Para a escassez da sardinha, entre outras coisas, optou-se pela implementação de um defeso formal da pesca desta espécie, medida duríssima para os pescadores sadinos. No universo conserveiro surgiram os primeiros reflexos daquilo a que vulgarmente se classifica de 'condicionamento industrial', modelo político-económico do Estado Novo. A regulamentação setorial, iniciada em 1928 e consolidada em 1932, representou uma

nova vida para as conservas, reduzindo a competição interna e estabelecendo normas equitativas para todos os produtores.

A ascensão ao poder de Getúlio Vargas e a implementação da sua autarcia económica foi como uma descida aos infernos para a *José Maria da Fonseca*. No decurso da década de 1930, a firma correu o risco de entrar em insolvência, vendo-se a família forçada a vender vastas propriedades e a chegar a acordos com instituições bancárias.

As obras de reestruturação do porto de Setúbal, decorridas em 1930 e 1934, foram meramente paliativas no que ao desemprego diz respeito e não representaram solução para o aumento do tráfego comercial a curto-prazo. Não obstante, o projeto dirigido pelo eng.º Cid Perestrello foi de capital importância para o futuro da cidade em termos económicos, não esquecendo a conquista de terrenos ao rio, que estendeu a cidade.

Tudo isto teve lugar numa paisagem de desemprego, mendicidade, fome e criminalidade. A recessão agudizou-se seriamente à beira Sado, entre 1927 e 1933, experienciando-se anos de grande dor e miséria social. A 'Greve dos 92 dias' (1931) e o protesto contra o desconto de 2% para o Fundo de Desemprego (1932) não foram tímidas tentativas de contrariar estas tendências. Foram avalanches de luta política por melhores condições laborais, fazendo lembrar as velhas práticas da 'Barcelona Portuguesa' dos primeiros dias da República.

Por fim, o reviralhismo à escala de Setúbal manifestou-se continuadamente pela pena do *seareiro* José Romão dos Santos Ferro e do seu jornal demoliberal *A Vitória*. A esperança de que a Ditadura Militar seria um mero interregno até se regressar à normalidade constitucional de 1911 manteve-se por muitos anos, inclusive durante o fracasso da comissão municipal da Aliança Republicana-Socialista.

As revoltas de fevereiro de 1927 e de julho de 1928 envolveram diretamente um conjunto significativo de militares e civis residentes no concelho, que se bateram na rua pelo fim da repressão ditatorial, mas sem nunca ter capacidade de granjear o apoio das massas setubalenses. A fundação do Comando Distrital de Setúbal da PSP, com melhores condições que a extinta Polícia Cívica de Setúbal, foi decisiva para travar estes intentos.

Como ideia final quero deixar claro que existiu uma Setúbal antes e depois da crise sardinheira iniciada em 1924. A falta da matéria-prima na costa da Galé foi a primeira peça que caiu para um efeito dominó sem retorno. A cidade levou mais de quinze anos a sair da recessão em que entrou e o universo conserveiro não mais foi o mesmo.

Fontes, Bibliografia e Webgrafia

<u>Fontes primárias</u>

Arquivos e Bibliotecas

Arquivo – Centro de Convívio dos Ex-Alunos do Orfanato Municipal de Setúbal

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

- Empréstimos às Câmaras Municipais

Arquivo Distrital de Setúbal

- Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal[2203]
    - Administração do Concelho de Setúbal
    - Câmara Municipal de Setúbal
    - Caixa de Reformas e Previdência do Pessoal da C.M. de Setúbal
    - Comissariado da Polícia Cívica de Setúbal
    - Comissão Concelhia de Setúbal da União Nacional
    - Comissão de Iniciativa de Setúbal
- Fundo do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal
    - Secção Crime
- Fundo dos Notários Privativos de Setúbal
    - Notário Adriano Vilhena Pereira da Cruz
- Fundo do Governo Civil de Setúbal

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro

- Coleção Américo Ribeiro
- Coleção particular do fotógrafo

Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra

- Fundo dos Portos de Setúbal e Sesimbra
    - Gestão financeira
    - Organização e Funcionamento

Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos

- Processos de ex-funcionários

Arquivo Histórico do Comando Distrital de Setúbal da PSP

- Fotografias dos comandantes
- Lista de polícias

[2203] A esmagadora maioria da documentação histórica do Arquivo Municipal de Setúbal, no período que concerne 1910-1949, encontra-se à guarda do Arquivo Distrital de Setúbal.

Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa

- Fundo da Delegação de Setúbal (1916-1966)

Arquivo Histórico da Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa

- Espólio fotográfico

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

- Salas 1 (Estante 26) e 12 (Estantes 15, 21, 27)
- 3.º Piso – Armário 3

Arquivo Histórico Fábrica Maceira-Liz

- Fundo fotográfico SECIL

Arquivo Histórico do Liceu Bocage

- Espólio fotográfico

Arquivo Histórico da José Maria da Fonseca

- Fundo da Família Fernando Soares Franco
- Fundo Empresa
- Fundo Família António Soares Franco Júnior

Arquivo Histórico na Área Económico-Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

- Fundo Associações de Classe [Disponível *online* em: http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/projecto1/]

Arquivo Histórico do Museu da Presidência da República

- Fundo Óscar Carmona

Arquivo Histórico do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes

- Livros de Atas da Direção
- Correspondência recebida/expedida pelo organismo

Arquivo Histórico-Militar

- Fundo da 1.ª Divisão
- Fundo da Direção de Justiça e Disciplina
- Fundo do Governo Militar de Lisboa
- Fundo do Tribunal Militar Especial Político

Arquivo Histórico-Parlamentar - Assembleia da República

- Assembleia Nacional
- Secção de Fotografias
- Secção IV (Discussões Legislativas)

- Secção IX (Eleições – I República)
- Secção XXV-A (Presidenciais de 1928)
- Secção XXV-D (Plesbicito Nacional de 1933)

Arquivo Histórico-Social da Biblioteca Nacional

- Espólio N61

Arquivo Histórico/Sala Museu do Vitória Futebol Clube de Setúbal

Arquivo Municipal de Lisboa

- Coleção Ferreira da Cunha
- Fotografia artística e monumental

Arquivo Municipal de Setúbal

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Fundo do Ministério do Interior
    - Direção-Geral da Administração Política e Civil
    - Secretaria Geral
    - Gabinete do Ministro
- Fundo da Inspeção dos Organismos Corporativos
- Fundo da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos
- Fundo da Legião Portuguesa
- Fundo da União Nacional
- Fundo das Associações de Classe
- Fundo do Arquivo Oliveira Salazar
- Fundo do Empresa Pública Jornal *O Século*
- Fundo do Governo Civil de Lisboa
- Fundo do Ministério da Agricultura
- Fundo do Ministério do Comércio e Indústria
- Fundo do PIDE/DGS
- Fundo do Secretariado Nacional de Informação

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico

- Álbuns Fotográficos
- Fundo de Documentação Avulsa

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Casa Comum – Fundação Mário Soares

Centro de Documentação do Museu do Trabalho Michel Giacometti

- Fundo do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal

Centro de Documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha

- Núcleo 174 (Capitania do porto de Setúbal)

Centro Português de Fotografia

- Fundo Fotografia Alvão, Lda.

Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema

- Filmes relativos a Setúbal e a Azeitão, datados de 1930 e 1934.

Coleções particulares

- António Cunha Bento
- Francisco Borba
- Jill Novais
- João Afonso Luz
- Luís Guerreiro
- Maria Elisa F. Fernandes Camacho

Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal

Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal do Porto

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Museu de Setúbal/Convento de Jesus

- Espólio fotográfico

Museu Sandefjord – Vestfold, Noruega

- Espólio fotográfico

Legislação e de debates parlamentares

Coleção Oficial de Legislação Portuguesa

Diário da Câmara dos Deputados (1919-1926)

Diário das Sessões da Assembleia Nacional (1946)

Diário das Sessões do Senado (1919-1926)

Diário do Congresso da República (1919-1926)

Diário do Governo – I Série (1919-1934)

Diário do Governo – II Série (1919-1934)

Ministério da Fazenda, Lv. 1901.

Fontes secundárias

Publicações Coevas Gerais

ABREU, Teixeira, "A organização portuguesa das conservas de peixe" in *O Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe*, IPCP, Lisboa, 1938, s.p.

Anuário Estatístico de Portugal – ano de 1919, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920.

AZEVEDO, Luís Gonzaga, *Proscritos – Notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*, Florência de Lara Editor, Valladolid, 1911.

BARBOSA, António, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, ISCEF, Lisboa, 1941.

BERNARDO, Hernâni de Barros, "Breve História da Indústria de Conservas de Peixe em Portugal" in *Indústria Portuguesa*, ano XXV, n.º 289, março/1952.

BRANDÃO, Raúl, *Os Pescadores*, Tip. do Anuário Comercial, Lisboa, 1923, p. 245. [edição fac-símile]

Câmara Municipal de Palmela, *A vila de Palmela*, Oficinas Gráficas da Revista Terras de Portugal, Lisboa, 1930.

CARLOS, Marcelino, *Organização e necessidades da indústria da pesca*, Imprensa da Armada, Lisboa, 1928.

CHAGAS, João, *Cartas políticas*, Lisboa, 1909.

Comissão Reguladoras dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, *Exportação de Sal*, C.R.P.Q.F., s.l., 1959.

COSTA, António Valente da Fonseca Alves, "Indústria de Conservas de Peixe" in *II Congresso da Indústria Portuguesa*, s.e., Lisboa, 1957.

COUTINHO, Luís, "Portugal – Exportador de Conservas" in *O Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe*, IPCP, Lisboa, 1938, s.p.

Direção-Geral do Comércio e Indústria do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, *Exportação Portuguesa*, vol. III, *Lista de exportadores de conservas de peixe em azeite, peixe em salmoura, prensado, fresco, salgado e seco, mariscos e cefalópodes e sal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1933.

Direção-Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

Direção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais do Ministério dos Negócios da Fazenda, *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*, Vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905.

Direção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, Parte I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1913.

Direção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal - Dezembro de 1920*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923.

Direção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal - Dezembro de 1930*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1933.

Diversos volumes da *Lista da Armada ou lista anual de antiguidades dos oficiais da Armada e mais pessoal sem serviço dependente do Ministério da Marinha*, impresso na Imprensa Nacional nas décadas de 1920 e 1930.

FERREIRA, Álvaro Joaquim Fernandes, *As conservas enlatadas na alimentação das tropas em campanha*, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Lisboa, 1949.

GOMES, Manuel Teixeira, *Cartas a Columbano*, Edições Seara Nova, Lisboa, 1932.

Instituto Nacional de Estatística, *Estatística Industrial – 1946*, Tip. Portuguesa, Lisboa, 1947.

Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito Industrial,* vol. VI, *Distrito de Setúbal*, Bertrand Irmãos, Lda., Lisboa, 1958.

Instituto Nacional de Estatística, *Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, vol. XVI, *Distrito de Setúbal*, Sociedade Astoria Limitada, Lisboa, 1945.

Instituto Nacional de Estatística, *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, tomo I, Tipografia Portuguesa, Lda., Lisboa, 1952.

Instituto Nacional de Estatística, *X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1960*, tomo I, Sociedade Tipográfica, Lda., Lisboa, 1964.

Instituto Português de Conservas de Peixe, *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, IPCP, Lisboa, 1954.

LEAL, Augusto Pinho, *Portugal antigo e moderno...*, vol. IX, Livraria Editora Matos Moreira & Companhia, Lisboa, 1880.

LEMOS, Eduardo Rodrigues Cardoso de, *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, Livr. Ferreira, Lisboa, 1911.

LEPIERRE, Charles, *Inquérito – A indústria do sal em Portugal*, UTL, Lisboa, 1936.

MENESES, Francisco Xavier, "Reflexoens sobre o estudo academico" in *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da História Portugueza*, Tip. Pascoal da Sylva, Lisboa, 1721, s.p.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, *Inquérito sobre o abastecimento de águas e saneamento das sedes dos concelhos do País realizado pela comissão de engenheiros nomeada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações por portarias de 12 de Janeiro e 23 de Maio de 1934*, s.e., Lisboa, 1934.

NOGUEIRA, César, *Almanaque Socialista*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1931.

PAXECO, Óscar, *Os que arrancaram em 28 de Maio*, Editorial Império, Lisboa, 1937.

PAXECO, Óscar, *A arrancada de 28 de Maio – Elementos para a história da sua preparação e eclosão*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1956.

PARREIRA, Henrique, "A evolução duma grande indústria" in *O Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe*, IPCP, Lisboa, 1938, s.p.

PEREIRA, Hélio Paulino, *Aspectos da Indústria de Conservas de Peixe em Portugal,* Sociedade Progresso Industrial, Lisboa, 1967.

PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal*, vol. II, *Estremadura, Alentejo e Algarve*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2011. [Reedição do original de 1927]

PROENÇA, Raúl, *As praias de Portugal – Guia do banhista e do viajante: Mapa da época balnear no final do século XIX*, Terra incógnita, Maia, 2022. [ed. fac-similada]

S.A., *Orfanato Municipal do Presidente Sidónio Pais – Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, Setúbal, 1948.

SILVA, padre Moisés, "Palmela" in *A vila de Palmela*, Oficinas Gráficas das Terras de Portugal, Lisboa, 1930.

Sociedade Cooperativa Construtora Mutualista Setubalense, *Estatutos*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1924.

SUPICO, Luís José, *Estudos sobre causas da crise na pesca da sardinha e dos meios prováveis de as atenuar*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1927.

TAMAGNINI, Raúl, *Notas de um voluntário civil nas margens do Vouga – Para a história da Traulitânia*, Tip. De «A Tribuna», Porto, 1921.

TORRES, Carlos Manitto, "Bases do desenvolvimento e organização do turismo nacional" in *I Congresso da União Nacional*, Comissão de Iniciativa de Setúbal, Setúbal, 1934.

TORRES, Carlos Manitto, *Organização do Turismo em Portugal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1936.

Imprensa Periódica, Boletins e Revistas Nacionais

Almanaque de A Batalha para 1926

A Batalha (1920; 1927)

A Capital (1920; 1923)

Avante! (1931)

Boletim da Junta de Província da Estremadura (1938; 1939; 1940)

Boletim da Junta de Província da Extremadura (1939, 1940 e 1941)

Boletim da Legião Portuguesa: Acção Social e Política (1940)

Boletim da Sociedade União Comercial dos Varegistas de Secos e Molhadas (1929)

Boletim do Trabalho Industrial (1909; 1917; 1924; 1927)

Boletim dos Organismos Económicos (1935; 1936; 1937)

Diário de Lisboa (1933)

Eco do Sports (1926)

Estatística Comercial – Comércio e Navegação (1910-1920)

Gazeta dos Caminhos de Ferro (1937)

Ilustração Católica (1918)

Ilustração Portuguesa (1910)

Indústria Portuguesa – Revista da Associação Industrial Portuguesa (1936)

Moita Ilustrada (1916)

O Petardo (1906)

O Século (1909; 1925; 1930; 1933)

O Volante (1930)

Portugal – Revista de Propaganda (1930)

Revista ABC (1923)

Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (1931)

Revista de Pesquisas Económico-Sociais (1955-1958)

Revista Ilustração (1930)

Publicações Coevas Locais

ALBINO, José, *Arrábida – Publicação comemorativa do centenário da fundação do antigo círio da Arrábida de Setúbal*, Tip. Sado, Setúbal, 1956.

ALVARENGA, Ruy Sá Viana de, "Subsídios para o estudo da enxertia da laranjeira «de Setúbal» sobre a laranjeira azeda" in *Revista Agronómica*, vol. XXX (2), Lisboa, 1942, pp. 185-213.

Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal, *Reclamações apresentadas pela Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal ao 3.º Congresso Nacional Operário realizado na cidade da Covilhã nos dias 1, 2, 3 e 4 de Outubro de 1922*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1922.

Associação Comercial e Industrial de Setúbal, *Relatório e Contas da gerência de 1913 e parecer da comissão revisora de contas*, Tip. Santos, Setúbal, 1914.

Associação dos Farmacêuticos do Distrito de Setúbal, *Estatutos da Associação dos Farmacêuticos do Distrito de Setúbal*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1928.

Associação de Futebol de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1927-1928*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1928.

Associação de Futebol de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1930-1931*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1931.

Associação Instrutiva de Beneficência Familiar (Socorros Mútuos), *Estatutos*, Tip, Reis & Correia, Setúbal, 1930.

Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense, *Estatutos*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1921.

Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense, *Relatório, Contas e Parecer do Conselho Fiscal de 1921*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1922.

AA.VV., *Relatório e Contas da comissão que administrou a Câmara Municipal de Setúbal desde 14 de janeiro a 14 de maio de 1932*, Tip. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933.

AA.VV., *Mensagem do pessoal lida por ocasião da homenagem prestada ao exmo. sr. Francisco Maria Lino da Silva no dia 16 de Abril de 1942*, Tip. Sado, Setúbal, 1942.

Caixa Escolar do Liceu Nacional de Bocage, *Estatutos*, s.e., Setúbal, 1920.

CAMACHO, Bertoldo, *Por Portugal e pelo Ultramar Português – Um reparo político*, edição de autor, Lourenço Marques, 1962.

CASTRO, Luís Teixeira de Macedo e, *Algumas palavras a propósito da Revolução de 1640 na data do seu 291.º aniversário*, Oficinas d'*O Setubalense*, Setúbal, 1931.

Club Setubalense, *Estatutos*, Papelaria e Tipografia Albino, Setúbal, 1929.

C.M. de Setúbal, *Relatório das Gerências de Outubro de 1910 a Dezembro de 1911*, Tip. Santos, Setúbal, 1912.

C.M. de Setúbal, *Relatório da Gerência de 1912*, Tip. Santos, Setúbal, 1913.

C.M. de Setúbal, *Regulamento do Corpo de Bombeiros Municipais de Setúbal*, Tip. Pereira & Pereira, Setúbal, 1919.

C.M. de Setúbal, *Regulamento da Fiscalização e Cobrança dos Impostos Municipais e eventualmente do Real d'Água do concelho de Setúbal*, Tip. *O Setubalense*, Setúbal, 1922.

C.M. de Setúbal, *Relatórios, bases de acordo e mais documentos enviados à Câmara Municipal*, Tip. Albino e C.ª, Setúbal, 1923.

C.M. de Setúbal, *Caixa de Reformas, Pensões e Socorros do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal*, s.e., Setúbal, 1925.

C.M. de Setúbal, *Organização dos Serviços Municipais*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1927.

C.M. de Setúbal, *Estatutos da Caixa de Pensões, Assistência, e Crédito do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal*, Tip. Mascarenhas & Guerreiro, Setúbal, 1927.

C.M. de Setúbal, *Concurso para as instalações elétricas municipais – Objecto e Programa do concurso*, Tip. do Comércio, Lisboa, 1927.

C.M. de Setúbal, *Regulamento do Cemitério do Campo do Repouso*, Tip. Albino, Setúbal, 1927.

C.M. de Setúbal, *Regulamento dos serviços de Salvação Pública do concelho de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1930.

C.M. de Setúbal, *I Exposição Regional do Distrito - Industrial, Agrícola, Pecuária e Artística na cidade de Setúbal: Regulamento e Programa da Exposição*, s.e., Setúbal, 1930.

C.M. de Setúbal, *Regulamento dos Mercados Municipais*, Tip. Albino, Setúbal, 1930.

C.M. de Setúbal, *Organização dos Serviços Municipais*, Tip. Simões, Setúbal, 1930.

C.M. de Setúbal, *Imposto de consumo sobre bebidas alcoólicas – ano de 1934*, s.e., Setúbal, 1934.

C.M. de Setúbal, *Serviços Municipalizados – Relatório e Contas da Gerência de 1941*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1942.

C.M. de Setúbal, *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1941*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1942.

C.M. de Setúbal e Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi, *Evocando poetas, compositores, artistas setubalenses*, Tip. Paulo Correia, Setúbal, 1965.

Comissão para a construção do balneário Dr. Paula Borba, *O Balneário Dr. Paula Borba*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1918.

Comissão Central da Exposição Regional de Setúbal, *Catálogo da Exposição de Arte realizada no Liceu de Bocage*, s.e., Setúbal, 1930.

Comissão Central de Festas, *I Exposição Regional do Distrito de Setúbal em 1930 – Relatório e Contas*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1931.

Comissão Desportiva da Secção Regional do Sul do Automóvel Club de Portugal, *I Circuito de Setúbal – Regulamento*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1931.

Comissão de Iniciativa de Setúbal, *Setúbal*, s.e., Setúbal, 1928.

Comissão de Iniciativa de Setúbal, *Setúbal, Palmela, S. Filipe, Outão, Arrábida*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1930.

Comissão Municipal de Turismo, Setúbal, *A Bela Rainha do Sado*, Tip. do Orfanato Municipal de Setúbal, Setúbal, 1947.

CORREIA, Paulo; SILVA, Vítor, *Festas da Arrábida – Programa Comemorativo das Festas de 1919*, Tip. Mascarenhas, Setúbal, 1919.

CUNHA, Paulo Silveira da, *Aspectos do problema citrícola da região de Setúbal*, Grémio do Comércio de Exportação de Frutas, Lisboa, 1937.

DUARTE, Ernesto, *Os inquilinos comerciais e industriais e o seu direito de opção nas vendas judiciais, em hasta pública, dos prédios que lhes estão arrendados*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1932.

DUARTE, Leão, *Das Instituições de Previdência – Breve Esboço Histórico*, Tip. Sado, Setúbal, 1936.

ENVIA, Manuel, *Coisas de Setúbal – Prosas Regionais*, Tip. Simões, Setúbal, 1947.

FARIA, Guilherme, *O Distrito de Setúbal – Boletim da Indústria e do Comércio das Conservas*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1930.

FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 1950.

FARIA, Guilherme, *O Distrito de Setúbal e o Estado Novo*, Comissão Concelhia da União Nacional, Setúbal, 1940.

FARIA, Guilherme, *Guia de Setúbal: Turismo, Indústria, Comércio*, Tip. Simões, Setúbal, 1949.

FERRO, José Romão dos Santos, *Ágni,* Seara Nova, Lisboa, 1924.

FRANCO, António Porto Soares, *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho – O Moscatel de Setúbal*, Editorial Império, Lisboa, 1938.

FRANCO, António Porto Soares, "O Moscatel de Setúbal" in *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho*, União Vinícola Regional do Moscatel de Setúbal, Lisboa, 1938.

GARCIA, Fernando, *Sidónio Pais – Um ensaio de psicologia política*, Edição da Associação Setubalense de Caridade, Setúbal, 1921.

GARCIA, Fernando, *Ensaios e Críticas*, vol. I, Cruzada Nun'Álvares, Setúbal, 1936.

GARCIA, Fernando, *Ensaios e Críticas*, vol. II, Cruzada Nun'Álvares, Setúbal, 1936.

GARCIA, Fernando, *Ensaios e Críticas*, vol. III, Cruzada Nun'Álvares, Setúbal, 1936.

Grémio da Lavoura de Setúbal, *Setúbal – Lembrança da visita do Conselho Geral da Federação dos Grémios da Lavoura da Província da Estremadura a Setúbal em 23 de Agosto de 1956*, Tip. Simões, Setúbal, 1956.

Grémio Literário e Artístico Setubalense, *Estatutos*, Gráfica, Lda., Lisboa, 1924.

Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal, *Relatório e Contas do exercício de 1937*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1938.

Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal, *Relatório e Contas do exercício de 1944*, Tip. Sado, Setúbal, 1945.

Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal, *Relatório e Contas do Exercício de 1950*, Setúbal, 1951.

Governo Civil de Setúbal, *Regulamento Policial das Meretrizes no Distrito de Setúbal*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1929.

Governo Civil de Setúbal, *Regulamento dos Hotéis, Hospedarias, Albergues, Casa de Pasto, Cafés, Tabernas e Sociedades de Recreio*, Tip. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1929.

GUIMARÃES, Pinto, *Almanaque Enciclopédico Setubalense*, Edições Pinto Guimarães, Setúbal, 1935.

HENRIQUES, António, *Musa dos Três Castelos (Poesia e Prosa)*, Tip. Simões, Setúbal, 1969.

JESUS, F. Henrique de, *Subsídios para a História do Jornalismo Setubalense – Edição Comemorativa do Centenário do 1.º Jornal Impresso em Setúbal (1855-1955)*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 1955.

Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, *Lei Orgânica e Regulamento Interno*, s.e., Setúbal, 1924.

Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, *Porto de Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, Setúbal, 1949.

Junta Distrital de Setúbal, *O Distrito de Setúbal – Breve Resenha Histórica, Monumental e Artística*, Empresa Tipográfica *Casa Portuguesa*, Lisboa, 1966.

LEFÈVRE, Paulo Manso, "Análise de alguns vinhos licorosos dos concelhos de Setúbal e Palmela" in *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho*, Editorial Império, Lisboa, 1938

LEITE, Francisco de Paula, *Os laranjais de Setúbal – Sua cultura e economia*, Imprensa Lusitana de José Maria Júnior & C.ª, Lisboa, 1918.

Liga Comercial dos Lojistas de Setúbal, *Relatório e Contas da Direcção referentes à gerência do ano de 1923*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1924.

MACHADO, Fernando Falcão, *O concelho de Setúbal – Notícia demográfica do ano de 1930*, Tip. Simões, Setúbal, 1942.

MACHADO, Fernando Falcão, *O nosso sal de Setúbal*, Tip. Simões, Setúbal, 1950.

MACHADO, Fernando Falcão, "A pesca marítima em Setúbal" in *XVI Congresso Internacional de Geografia*, Centro Tip. Colonial, Lisboa, 1951, pp. 179-198.

MACHADO, Montalvão, *Vultos Médicos de Setúbal*, Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1961.

MELO, António Homem de, *Algumas palavras… na Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1938.

MELO, Luís de Portugal da Fonseca, *1640 – Conferência pronunciada na sessão solene de 1 de Dezembro de 1933*, Escola Gráfica d'*O Setubalense*, Setúbal, 1933.

MENDES, Adelino, *Terras de Portugal*, vol. II, *O Algarve e Setúbal*, Guimarães & Cª Editores, Lisboa, 1916.

MENDES, Carlos Romeu Correia, "Monografia do concelho de Setúbal elaborada na Direção dos Serviços de Carta Agrícola" in *Boletim da Direcção-Geral da Agricultura*, n.º 1, s.e., Lisboa, 1902, pp. 1-53.

Ministério do Comércio e Indústria, *Regulamento da produção e comércio dos vinhos licorosos da região do Moscatel de Setúbal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1934.

MONIZ, Carlos Botelho, *Relatório do primeiro ano de gerência da Comissão Administrativa nomeada pelo Governo da Ditadura – Julho de 1926 a Julho de 1927*, Tip. Albino & C.ª, Setúbal, 1927.

MONIZ, Carlos Botelho, *Distrito ou Província? Notas à margem do art.º 124.º da nova Constituição Política da República Portuguesa*, Tip. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933.

NASCIMENTO, Luís Gonzaga do, *As escolas de pesca e a sua importância na formação cultural do pescador*, separata do jornal *A Indústria*, Tip. Simões, Setúbal, 1942.

NEVES, Henrique Costa, "Os laranjais de Setúbal" in *Setúbal e os problemas da sua economia*, Grémio do Comércio de Setúbal, Setúbal, 1949.

OSÓRIO, Ana de Castro, *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve*, Tip. Santos, Setúbal, 1911.

PERESTRELLO, Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1926.

PERESTRELLO, Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOBPBSRS, Setúbal, 1927.

PERESTRELLO, Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1927 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1928.

PERESTRELLO, Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1928, 1929 e 1930 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Albino, Setúbal, 1931.

PERESTRELLO, Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Sado, Setúbal, 1932.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Conta dos Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933.

PERESTRELLO, Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934.

PERESTRELLO, Cid, *Breve Notícia sobre as Obras do Porto de Setúbal*, Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal e do Rio Sado, Setúbal, 1933.

PERESTRELLO, Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd.ª, Lisboa, 1934.

PIMENTEL, Alberto, *Memória sobre a História e a Administração do Município de Setúbal*, C.M de Setúbal, Setúbal, 1992. [Edição fac-similada]

PINTO, Machado, *Setúbal – Cidade Centenária (1860-1960)*, Tip. Rápida, Setúbal, 1966.

RAU, Virgínia, *A exploração e o comércio do sal de Setúbal – Estudo de História Económica*, Oficinas Gráficas da Bertrand (Irmãos), Lisboa, 1951.

ROQUETTE, José Brás, "Setúbal e os problemas da pesca" in *Setúbal e os problemas da sua economia*, Grémio do Comércio de Setúbal, Setúbal, 1949, pp. 15-38.

ROCHA, Hugo, *O setubalense Augusto da Costa no jornal e no livro*, Serviços Culturais da C.M. de Setúbal, Setúbal, 1956.

ROCHA, Mário, *Anuário do Comércio e da Indústria de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933.

S.A., *Programa oficial dos Grandes Festejos em Setúbal e Arrábida promovidos pelo antigo círio de Setúbal*, Tip. Albino, Setúbal, 1919.

S.A., *Roteiro da Cidade de Setúbal – Nomenclatura Geral*, Tip. Albino, Setúbal, 1928.

S.A., *Concurso de tiro organizado pela Carreira de Tiro de Setúbal por ocasião da Exposição Regional e festas de inauguração da energia eléctrica em julho-agosto de 1930*, s.e., Setúbal, 1930.

S.A., *Contrato Colectivo de Trabalho firmado entre o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal e o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal em 1 de Dezembro de 1936*, Separata do jornal *A Indústria*, Setúbal, 1936.

S.A., *Contrato Colectivo de Trabalho firmado entre o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal e o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal em 9 de Fevereiro de 1938*, Tip. Simões, Setúbal, 1938.

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, Tip. Reis & Correia, Setúbal, 1930.

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, *Terceiro Congresso das Misericórdias realizado em Setúbal de 22 a 25 de Maio de 1932 – Relatório*, Tip. do Orfanato Setubalense, Setúbal, 1934.

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, *Relatório e Contas relativas ao monumento ao grande benemérito Dr. Francisco de Paula Borba*, Tip. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1936.

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, *Exposição feita em sessão da Assembleia Geral de 15 de fevereiro de 1940 pelo provedor Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, acerca da administração da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal desde 1 de julho de 1934 a 31 de dezembro de 1939*, Tip. Sado, Setúbal, 1941.

SANTOS, Raúl Perfeito, *O Banco Regional do Sado – Solução Prática das Crises pela Assistência Financeira Regional*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1931.

SILVA, João Ferreira, *Inquérito à Indústria do Sal*, vol. V, *Salgado de Setúbal*, Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, Lisboa, 1957.

SILVEIRA, Luís, *Documentário da Primeira Exposição Regional de Setúbal*, Compilação manuscrita, Setúbal, 1931. III volumes.

SILVEIRA, Luís, *Anotações ao livro «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal»: Subsídios para a história de Setúbal*, Documento dactilografado à guarda da Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Setúbal, Setúbal, 1942.

Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal, *Balancete das Contas da Gerência Fundadora deste Sindicato referente aos meses de Junho, Julho e Agosto de 1934*, Tip. Simões, Setúbal, 1934.

Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência da Direcção de 1934*, Tip. Simões, Setúbal, 1935.

Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1938*, Tip. Simões, Setúbal, 1939.

Sociedade S. Vicente de Paulo, *Relatório das Conferências das Freguesias de S. Sebastião, Anunciada e S. Julião e da Associação Setubalense de Caridade – Gerência de 1924*, Tip. Albino, Setúbal, 1925.

Sociedade Arqueológica Lusitana, *Estatutos da Sociedade Archeologica Lusitana*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1859.

TEIXEIRA, António Francisco, *A guerra económica na sua evolução*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1935.

TORRES, Carlos Manitto, *O Patriotismo, Escola do Dever; O Dever, Base Única da Felicidade Colectiva*, Oficinas *d'O Setubalense*, Setúbal, 1932.

TORRES, Carlos Manitto, *Duas Restaurações!*, Oficinas d'*O Setubalense*, Setúbal, 1934.

TORRES, Carlos Manitto, *O futuro de Setúbal e os pontos cardeais da sua prosperidade*, Tip. Simões, Setúbal, 1950.

TRIGO, Carlos de Oliveira, *Panfleto - Ferro em Brasa*. Foram publicados 4 números em 1924.

TRISTÃO, Jaime Mota, *Cópia dactilografa de Relatório da Inspecção-Geral de Finanças*, Setúbal, 1944.

VAZ, Vicente, *As figuras dum painel*, Serviços Culturais da C.M. de Setúbal, Setúbal, 1947.

Imprensa Periódica e Revistas Locais

Alvorada – Quinzenário defensor dos empregados no comércio e indústria [1919-1929 – 160 edições disponíveis]

Alma Académica – Bimensal literário e humorístico, defensor dos interesses da academia [1927 – 2 edições disponíveis]

Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal – Número único comemorativo das 'Bodas de Ouro' [1933 – Número único]

A Capricho – Jornal comemorativo do aniversário e de propaganda da Sociedade Musical Capricho Setubalense [1924-1927 – 4 números disponíveis]

A Cidade – Semanário de propaganda regionalista [1929 – 12 números disponíveis]

A Folha de Setúbal – Periódico Republicano Nacionalista [1923-1924 - 37 edições disponíveis]

A Indústria – Semanário, propriedade da secção sindical dos fabricantes de conservas de Setúbal [1923-1934 – 548 edições disponíveis]

A Justiça – Jornal independente [1920 – 1 número disponível]

A Mocidade – Folha quinzenal, literária e noticiosa [1919-1934 - 624 edições disponíveis]

A Opinião – Periódico Republicano Nacionalista [1925-1926 – 24 edições disponíveis]

A Ratazana – Quinzenário dos alunos da Escola Industrial e Comercial 'Gil Vicente' [1927 – 4 edições disponíveis]

A Restauração – Jornal monárquico-integralista [1919-1920 – 4 edições consultadas]

A Semana de Setúbal – Semanário independente [1927 – 10 edições disponíveis]

A Vitória – Semanário republicano [1929-1933 – 124 edições disponíveis]

A Voz de Setúbal – Quinzenário humorístico, literário e noticioso [1929 – 9 edições disponíveis]

Boletim da Associação Comercial e Industrial de Setúbal [1912-1914 – 30 edições disponíveis]

Boletim da Comissão Concelhia da União Nacional de Setúbal [1937 – Número único]

Cadernos de Propaganda Regionalista [1935 – 4 edições disponíveis]

Cetóbriga – Revista Quinzenal Ilustrada [1926 – 10 edições disponíveis]

Cetóbriga – Revista de Cultura Social e de Actualidades [1933– 3 edições disponíveis]

Cetóbriga – Revista de Arte, Investigação, Turismo e Actualidades do Distrito de Setúbal [1964– 1 edição disponível]

Correio do Sado – Notícias de Setúbal. Regionalista independente [1932 – 13 edições disponíveis]

Correio dos Sports – Jornal de Desportos e Educação Física [1930 – 4 edições disponíveis]

Democracia Nova – Semanário do P.R.R. [1923 – 15 edições disponíveis]

Diário de Setúbal – Notícias e Reportagens [1932 – 10 edições disponíveis]

Eccos da Cidade – Semanário monárquico [1924 – 6 edições disponíveis]

Eco de Setúbal – Guia de propaganda biográfica, comercial, industrial e turística do distrito de Setúbal [1932-1934 – 17 edições disponíveis]

Eu sei tudo – Revista semanal que nada sabe [1919 – 2 edições disponíveis]

Gazeta Académica – Jornal quinzenal, propriedade da Academia do Liceu [1923-1924 – 6 edições disponíveis]

Gazeta de Setúbal – Semanário [1933 – 12 edições disponíveis]

Gazeta Setubalense – Semanário [1924 – 14 edições disponíveis]

Grupo Desportivo Empregados no Comércio [1935-1936 – 2 edições disponíveis]

Ideia Nacional – Quinzenário, propriedade da Comissão Municipal da União Nacional [1934 – 9 edições disponíveis]

Jornal de Debates – Órgão do Partido Republicano Radical [1924 – 4 edições disponíveis]

Jornal de Sports [1929-1931 – 61 edições disponíveis]

O Azeitonense - Órgão independente, defensor dos interesses de Azeitão e arredores [1919-1920 – 51 edições disponíveis]

O Balneário – Número único comemorativo da inauguração do balneário Dr. Paula Borba [1926 – Edição única]

O Barbas-à-Roda – Jornal carnavalesco [1920 – Edição única]

O Binóculo – Semanário [1923 – 17 edições disponíveis]

O Conserveiro – Órgão dos Sindicatos Nacionais dos Operários da Indústria de Conservas de Portugal [1935-1936 – 75 edições disponíveis]

O Defensor da República - Semanário, órgão e propriedade do Grupo de Vigilância da República [1919 – 6 edições disponíveis]

O Destino – Propriedade do grupo espírita Luz do Além [1922 – 3 edições disponíveis]

O Distrito de Setúbal – Diário da Noite, republicano independente, defensor dos interesses da região do Sul do Tejo [1927 – 142 edições disponíveis]

O Ecrã – Revista Ilustrada de Cinematografia [1931 – 9 edições disponíveis]

O Elmano [1914 e 1922 – 15 edições consultadas]

O Filme – Semanário de propaganda cinematográfica [1934 – 5 edições disponíveis]

O Meudo – semanário noticioso, crítico, burlesco e sportivo [1919 – 18 edições]

O Mosquito – Jornal humorístico [1925-1926 – 2 edições disponíveis]

O Município – Jornal de propaganda municipalista defensor deste concelho [1923-1925 - 61 edições disponíveis]

O Passatempo – Quinzenário literário e charadístico [1934-1935 – 8 edições disponíveis]

O Recreio do Povo – Cinema Sonoro [1932 – 20 edições disponíveis]

O Sadino – Quinzenário Cultural, Literário, Crítica e Informativo [1930 – 5 edições disponíveis]

O Sado – Semanário independente de propaganda de Setúbal [1929 – 12 edições disponíveis]

O Semeador – Boletim Mensal do Centro Creio e Propaganda Livre [1915 – 2 edições disponíveis]

O Setubalense – Diário da noite [1919-1934 – número inestimável de edições consultadas por se tratar de um periódico diário ao longo de duas décadas]

O Setubalense – Defensor dos interesses do distrito de Setúbal [Algumas edições da série de 1975]

O Tiro-Tauro – Folha de publicação incerta [1923-1924 – 3 edições disponíveis]

O Trabalho – Semanário da classe operária [1919-1921 – 43 edições disponíveis]

Pesca e Conservas – Boletim da Indústria e do Comércio das Conservas [1929 – 1 edição disponível]

República – Semanário, órgão oficial do Partido Republicano Democrático [1919-1922 – 180 edições disponíveis]

Sado-Reclame – Anúncios, Ecos e Notícias [1929-1932 – 182 edições disponíveis]

O Sado – Folha Regional [1932-1934 – 45 edições disponíveis]

Semana de Setúbal – Semanário da Vida Regional [1922-1923 – 24 edições disponíveis]

Setúbal – Sports [1927-1928 – 25 edições disponíveis]

Sport-Setúbal – Semanário desportivo [1921-1924 – 73 edições disponíveis]

Voz de Setúbal – Semanário sucessor do 'Eu sei tudo' [1919 – 4 edições disponíveis]

Voz Sindical – Quinzenário, órgão e propriedade da União dos Sindicatos Operários de Setúbal [1923-1926 – 118 edições disponíveis]

Terra Nossa - Revista de Setúbal [1920 – 2 edições disponíveis]

Bibliografia

História Geral e de Portugal

Obras

AGUILAR, Álex, *Chimán – La pesca ballenera moderna em la Península Ibérica*, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2013.

ALMEIDA, Andreia da Silva, *A indústria conserveira de Sesimbra (1933-1945)*, Novas Edições Académicas, s.l., 2015.

ANDERSEN, Hans Christian, *Uma Viagem a Portugal em 1866*, Gailivro, Lisboa, 2003. [Reedição]

BAIÔA, Manuel, *O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): «Uma República para Todos os Portugueses»*, ICS, Lisboa, 2015.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre, *História da Europa – Do século XIX ao início do século XXI*, Plátano Editoria, Lisboa, 2007.

CASTRO, Armando, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, Limiar, Lisboa, 1978.

CEREZALES, Diego Palacios, *Portugal à coronhada: Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Tinta-da-China, Lisboa, 2011.

CORDEIRO, José, *História do Abastecimento de Água a Braga (1913-2013)*, AGERE, Braga, 2018.

DUARTE, Maria João Raminhos, *Portimão – Industriais Conserveiros na 1.ª metade do século XX*, Colibri, Lisboa, 2003.

DUARTE, Maria João Raminhos, *Silves e o Algarve - Uma Historia da Oposição à Ditadura (1926-1958)*, Colibri, Lisboa, 2010.

FARINHA, Luís Farinha, *O Reviralho: Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

FIGUEIRA, João José Monteiro, *O Estado na eletrificação portuguesa – Da Lei de Eletrificação do País à EDP (1945-1976)*, FEUC, Coimbra, 2012.

FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. I, *Cronologia*, Publicações Europa-América, Viseu, 1979.

FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, *Greves e agitações operárias (1.ª Parte)*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1980.

FONSECA, Pedro da, *Incorrigível – A história desconhecida de Carlos Rates: De primeiro secretário-geral do PCP a apoiante de Salazar*, Ponto de Fuga, Lisboa, 2021.

FORTUNA, António Matos, *Extinção e Restauração do Concelho – Um combate singularmente duro*, col. Monografia de Palmela (3), Palmela, Grupo de Amigos de Palmela, 1995.

FRANCISCO, José, *Páginas do historial cegetista*, Editora Sementeira, Lisboa, 1983.

GARRIDO, Álvaro, *As pescas em Portugal*, Fund. Francisco dos Santos, Lisboa, 2018.

GRANT, James, *The Forgotten Depression – 1921: The crash that cured itself*, Simon & Schuster Paperbacks, New York, 2014.

HENRIQUES, Francisco Maia, Indústria, *Comércio Externo e Intervenção Pública. As Conservas de Peixe no Estado Novo (1927-1972)*, Tese de Doutoramento em História, s.l., Lisboa, 2022.

LEAL, Ernesto Castro, *Partido e Programas – O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

LOPES, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na I República Portuguesa*, Estampa, Lisboa, 1994.

LOUÇÃ, António, *Hitler e Salazar: Comércio em Tempos de Guerra*, Parsifal, Lisboa, 2022.

MADEIRA, João, *História do PCP*, Tinta-da-China, Lisboa, 2013.

MADUREIRA, Arnaldo, *28 de Maio: A génese do Estado Novo – O golpe militar e a ascensão do autoritarismo*, Clube do Autor, Lisboa, 2016.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *Nova História*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, org: MARQUES, A.H. de Oliveira, Lisboa, Presença, 1991.

MENDES, José M. Amado; RODRIGUES, Manuel Ferreira Rodrigues, *História da Indústria Portuguesa – da Idade Média aos Nossos Dias*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1999.

OLIVEIRA, César, *O operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Alfa, Lisboa, 1990.

PATRIARCA, Fátima, *A questão social no salazarismo (1930-1947)*, INCM, Lisboa, 1995.

PEREIRA, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário – A História de uma Idéa*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011.

PINTO, Ana Catarina, *A Primeira República e os conflitos da modernidade (1919-1926): A esquerda republicana e o bloco radical*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011.

PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011.

PRATA, Ana, *Políticas Portuárias na I República (1880-1929)*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011.

PRATA, Cristina, *Palmela – Chão que dá uvas: A terra e o trabalho das gentes (1945 a 1958)*, Colibri, Lisboa, 2013.

PROENÇA, Maria Cândida, *Uma História Concisa de Portugal*, Temas e Debates, Lisboa, 2015.

QUEIROZ, António José, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008.

RAMOS, Rui, *História de Portugal*, vol. 6, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Editorial Estampa, Lisboa, 2001.

RIBEIRO, João Reis, *Histórias e Cantinhos da Região de Palmela*, Coleção Cadernos Locais, vol. III, Palmela, 2002.

RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*, Estampa, Lisboa, 2000.

RODRIGUES, Edgar, *A oposição libertária em Portugal,1939-1974,* Sementeira, Lisboa, 1982.

ROLLO, Maria Fernanda (dir.), *Dicionário de História da I República e do republicanismo,* Assembleia da República, Lisboa, 2011-2013.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos Trinta (1928-1938)*, Estampa, Lisboa, 1986.

ROSAS, Fernando (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, *O Estado Novo*, Estampa, Lisboa, 1998.

ROSAS, Fernando, *Lisboa Revolucionária (1908-1975)*, Tinta-da-China, Lisboa, 2010.

ROSAS, Fernando, *A Primeira República (1910-1926) – Como venceu e porque se perdeu*, Bertrand, Lisboa, 2018.

ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder – A arte de saber durar*, Tinta-da-China, Lisboa, 2018.

RODRIGUES, Joaquim Vieira, *A indústria de conservas de peixe no Algarve: 1865-1945*, Arandis, Faro, 2022.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI, *A Primeira República (1910-1926)*, Editorial Verbo, Lisboa, 1989.

SILVA, Helena Moreira da, *Monarquia do Norte – 1919*, Coleção Guerras & Campanhas Militares da História de Portugal, Quidnovi, Matosinhos, 2008.

TELO, António José, *Primeira República,* vol. II, *Como cai um regime*, Presença, Lisboa, 2011.

VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2013.

VIEIRA, Alexandre, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Seara Nova, Lisboa, 1970.

Artigos científicos e de outra natureza

ABELEDO, Luisa Muñoz, "Technological change and gender division of labour in the canning industry. Different experiences on American Eastern and European Southwest shores" in *XIV International Economic History Congress,* Helsínquia, 2006.

ABREU, Luísa Fernanda, "The fish canning sector in Spain: Galicia, Vigo Estuary, 1900-2003" in *Regional and Sectoral Economic Studies*, vol. 13-2, Euro-American Association of Economic Development, s.l., 2013, pp. 5-18.

AFONSO, Aniceto (org.), "Portugal depois da Guerra – A questão política" in *Portugal e a Grande Guerra*, vol. 6, *1919 – O pós-guerra*, Verso da História, Lisboa, 2014, pp. 44-49.

AMARO, Armando, "A indústria conserveira em Lagos (1882-1925)" in *Arqueologia Industrial*, 5.ª série, vol. III, n.º 1-2, edições Húmus, 2021, Ribeirão, pp. 52-78.

BADÍA, Xoán, Carmona, "Antonio Alonso: La más antigua de las conserveras gallegas" in *Las familias de la conserva: El sector de las conservas de pescados a través de sus sagas familiares*, Fundación Cluster De Conservación De Productos Del Mar, España, 2011, pp. 160-187.

BAIÔA, Manuel, "Jorge de Vasconcelos Nunes" in *Caderno Temático: O Alentejo e a 1ª República – Jorge de Vasconcelos Nunes*, Memória Alentejana, s.l., 2010, pp. 26-28.

BAIÔA, Manuel, "As eleições legislativas de 1925 no Alentejo" in *Revista Polis*, sº 2, n.º 2, Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais da Universidade Lusíada, Lisboa, 2020, pp. 9-29.

BARRETO, José, "Ferroviários" in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II: F-M, Assembleia da República, Lisboa, 2014.

BARRETO, Madalena, Salvação, "Deportação, Colonialismo e Integrações Culturais em Timor: O caso dos deportados nas décadas de 20 e 30 do século XX" in *Encontro –*

Europa, Oriente, Oriente Europa: Perspetivas coloniais dos séculos XIX e XX, ROLLO, org: Maria Fernanda et al, IHC, Lisboa, 2014, pp. 69-88.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, "O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)" in *Análise Social*, XXII (94), ICS, Lisboa, 1986, pp. 943-977.

CARDOSO, José Luís, "Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções" in *Análise Social*, 203, XLVII (2.º), ICS, Lisboa, 2012, pp. 371-400.

FARINHA, Luís, "Ditadura ou Revolução? A herança política e os caminhos incertos dos herdeiros da I República" in *Comunicação & Cultura*, n.º 8, CECC-UCP, Lisboa, 2009, pp. 103-124.

FARINHA, Luís, "O Reviralho contra a Ditadura Militar. O 3-7 de Fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os levantamentos armados de 1928-31" in *Resistência – Da alternativa republicana à luta contra a Ditadura (1891-1974)*, org: AA.VV., INCM, Lisboa, 2010.

FARINHA, Luís, "A transformação política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores" in *História da Primeira República Portuguesa*, coord: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, pp. 463-484.

FARINHA, Luís, "A Noite Sangrenta: crime e castigo. Um desfecho possível para o triénio trágico português do pós-guerra" in *Violência política no século XX – Um balanço*, IHC, Lisboa, 2017, pp. 252-261.

FERNANDES, Paulo Jorge, "A crise do Liberalismo (1890-1930)" in *História Política Contemporânea – Portugal, 1808-2000*, org: MONTEIRO, Nuno; PINTO, António Costa, Objectiva, Lisboa, 2019, pp. 139-212.

FIERAIN, Jacques, "Saupiquet et les crises de la conserve (1877-1945)" in *Enquêtes et documents,* vol. V, Centre de Recherches sur l'Histoire de Ia France Atlantique, Nantes, 1980, pp. 194-240.

FREIRE, João, "As Juventudes Sindicalistas – Um movimento singular" in *Penélope – Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 4, Quetzal Editores, Lisboa, 1990, pp. 111-128

FREIRE, João, "A República e o Movimento Operário" in *A Primeira República portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*, org: AA.VV., Colibri, Lisboa, 2000, pp. 77-89.

GONÇALVES, Gonçalo Rocha, "O aparelho policial e a construção do Estado em Portugal, c. 1870-1900" in *Análise Social*, n.º 216, L (3.º), ICS, Lisboa, 2015, pp. 470-493.

GUNN, Geoffrey, "Portuguese Colonial State Incarceration: The Life and Times of the Anarcho-Syndicalist Deportados on Timor" in *Macau - Revista de Cultura*, n.º 57, Macau, 2018, pp. 84-109.

HENRIQUES, Francisco Maia, "A «Organização Nacional das Conservas de Peixe»: economia dos interesses e ordenamento corporativo (1927-1938)" in *Estudos do Século XX*, n.º 16, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016, pp. 145-163.

HENRIQUES, Francisco Maia, "Política económica e modernização industrial no Estado Novo: o condicionamento da indústria de conservas de peixe" in *Revista Portuguesa de História*, n.º 50, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019, pp. 241-261.

JOSÉ, Inês, "Estado e regulação do abastecimento alimentar na transição para a Paz (1919-1924)" in *Cadernos IDN*, n.º 34, Lisboa, 2019, pp. 61-74.

LOUÇÃ, Francisco, "A jaula oligárquica: A modernização conservadora ao longo do século XX" in *O século XX português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*, org: ROSA, Fernando, Tinta-da- China, Lisboa, 2020, pp. 117-204.

MATA, Maria Eugénia, "Managerial strategies in canning industries: A case study of early twentieth century Portugal" in *Business History*, vol. 51, n.º 1, Taylor & Francis, Oxford, 2009, pp. 45-58.

MENDES, Hugo Vilela; BORGES, Fátima, "A sardinha no século XX: captura e esforço de pesca" in *Relatórios Científicos e Técnicos do INIAP*, vol. 32, IPIMAR, Lisboa, 2006.

NETO, Vítor M.P., "A questão religiosa na 1ª república: a posição dos padres pensionistas" in *Revista da História das Ideias*, vol. 9 (2), FLUC, Coimbra, 1987, pp. 675-731.

PRATA, Cristina, "Joaquim José de Carvalho (1895-1975) na história do concelho de Palmela. Contributo para um estudo" in *Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela*, n.º 12, C.M de Palmela, Palmela, 2010, pp. 1-8.

PRATA, Cristina, "Palmela no período republicano (1890-1926)" in *Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela*, n.º 14, C.M de Palmela, Palmela, 2011, pp. 1-8.

PAIS, José Machado *et al*, "Elementos para a história do fascismo nos campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-1938" in *Análise Social*, vol. XIV (54), ICS, Lisboa, 1978, pp. 321-389.

PEREIRA, Joana Dias, "A ofensiva operárias" in *História da Primeira República Portuguesa*, coord: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, pp. 421-440.

PEREIRA, Joana Dias, "As comunidades industriais no alvorecer do associativismo operário português" in *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, org: AA.VV, Colibri, Lisboa, 2012, pp. 73-84.

PEREIRA, Joana, Dias, "A reação conservadora e a resistência do associativismo livre nas vésperas do salazarismo" in *O Pelourinho - Boletin de Relaciones Transfronterizas*, vol. II, n.º 23, Diputación de Badajoz, Badajoz, 2019, pp. 13-61.

PEREIRA, Joana Dias, "O ciclo de agitação social global de 1917-1920" in *Ler História*, n.º 66, ISCTE-IUL, Lisboa, 2020, pp. 44-55.

PINTO, Ana Catarina, "Nova estratégia para a República" in *História da Primeira República Portuguesa*, coord: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, Tinta-da-China, Lisboa, 2010, pp. 411-420.

QUEIROZ, António José, "As eleições legislativas de 1925" in *Revista da Faculdade de Letras – História,* III Série, Vol. 11, Porto, 2010, pp. 63-94.

ROLLO, Maria Fernanda, "Crise, Nacionalismo e Ditadura - Memória da Grande Depressão em Portugal (I)" in *Ingenium– Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 108, Lisboa, nov/dez de 2008, pp. 92-93.

ROLLO, Maria Fernanda (coord.), "Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema" in *História da Primeira República*, Tinta-da-China, Lisboa, 2009, pp. 27-42.

ROLLO, Maria Fernanda (coord.), "Economia e inovação: derivações em cenário de crise" in *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, Lisboa, 2011, pp. 523-534.

ROSAS, Fernando, "Os Quatro Regimes" in *O século XX português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*, Tinta-da-China, Lisboa, 2020, pp. 17-116.

SAMARA, Maria Alice, "O impacte económico e social da Primeira Guerra Mundial em Portugal" in *Portugal e a Guerra: História das intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais (Séculos XIX e XX)*, org: TEIXEIRA, Nuno S., Colibri, Lisboa, 1998.

SERRA, João B., "Os poderes locais: a administração política no primeiro quartel do século XX" in *História dos Municípios e do Poder Local: Dos finais da Idade Média à União Europeia*, org: OLIVEIRA, César, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

SILVA, João Manuel Gonçalves, "O clientelismo partidário durante a I República: O caso do Partido Reconstituinte (1920-1923)" in *Análise Social*, vol. XXXII (140), ICS, Lisboa, 1997, pp. 31-74.

TAVARES, Mário, "O dr. Leão Azedo e o major Sangreman Henriques - dois caldenses na Revolução" in *Suplemento da Gazeta das Caldas*, Cooperativa Editorial Caldense, Caldas da Rainha, 2011, pp. 6-8.

TELO, António José, "A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932" in *Análise Social*, vol. XXIX (128), ICS, Lisboa, 1994, pp. 779-800.

TENGARRINHA, José, "As greves em Portugal: uma perspetiva histórica do século XVIII a 1920" in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), ICS, Lisboa, 1981, pp. 573-601.

Investigações Académicas

BRITO, José Maria Brandão de, O *Condicionamento Industrial e o Processo Português de Industrialização após a Segunda Grande Guerra*, vol. I, Tese de Doutoramento em Economia, ISEUTL, Lisboa, 1987.

CALDEIRÃO, Teresa, *Arquitectura como Propaganda do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013.

RAMALHO, António A., *A perequação financeira com referência aos municípios: dos alvores da nacionalidade à atual lei das finanças locais*, Dissertação de Mestrado em Direito Tributário e Fiscal, EDUM, Braga, 2017.

RELVAS, Eunice, *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, NOVA/FCSH, Lisboa, 2014.

ROBALO, João Lopes, *José Maria dos Santos: projectos e realizações: contributo para a história local de Palmela (1831/1913)*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, FLUL, Lisboa, 2009.

ROCHA, Diana Vizinho, *Argamassas de cimento romano utilizadas em edifícios do início do século XX*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2015.

RODRIGUES, Joaquim Vieira, *O Algarve e a Grande Guerra: A questão das subsistências (1914-1918)*, Tese de Doutoramento em História, FCSH, Lisboa, 2010.

SERRA, Jorge Miguel Robalo Duarte, *O nascimento de um império conserveiro: «A Casa Fialho» (1892-1939)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FLUP, Porto, 2007.

VIEIRA, Duarte Pedro Cação, *A burguesia às urnas? O voto na 1.ª República (As eleições de 1922)*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, ISCTE, Lisboa, 2019.

TEODORO, José Miguel, *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FLUL, Lisboa, 2013.

Teoria e Metodologia da História Local

Obras

ALARCÃO, Jorge, *Introdução ao Estudo da História e Património Locais*, FLUC, Coimbra, 1988.

AMARO, Gonçalo de Amaro, *Pessoas, Objectos e Sentimentos: Ensaios e Reflexões sobre a Construção Social do Património*, Edições Colibri, Lisboa, 2015.

AMATO, Joseph, *Rethinking Home: A Case for Writing Local History*, CUP, Berkeley, 2002.

BECKETT, John, *Writing Local History*, Manchester University Press, Manchester, 2017.

DYMOND, David, *Researching and Writing Local History – A guide for local historians*, BALH, Lancaster, 2004.

HOSKINS, William George, *Local History in England*, Pearson Education Limited, London, 1959.

KAMMEN, Carol, *On doing Local History*, Rowman & Littlefield Pubs., Plymouth, 2014

KYVIG, David; MARTY, Myron, *Nearby History: Exploring the Past around you*, AltaMira Press, New York, 2016.

MATTOSO, José, *A Escrita da História: Teoria e Métodos*, Editorial Estampa, Lisboa, 1988.

NEVES, Erivaldo Fagundes, *História Regional e Local: fragmentação e recomposição da História na crise da Modernidade*, Arcadia, Santana, 2002.

OLIVEIRA, César (coord.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

RASGA, Raúl; MATOS, Álvaro de, *Primeiras Jornadas de História Local e Regional*, Edições Colibri, Lisboa, 2004.

SAMMARCO, Anthony M., *Boston: A Century of Progress*, Arcadia Publishing, Dover, 1995.

SPINNEY, Robert G., *City of Big Shoulders: A History of Chicago*, NIUP, Illinois, 2000.

STEPHENS, W. B., *Sources for English Local History*, CUP, London, 1981.

TILLER, Kate, *English Local History: An Introduction*, Sutton History Handbooks, London, 2002.

WINKLE, Kenneth, *Lincoln's Citadel: The Civil War in Washington*, Norton & Company, Washington, 2013.

Artigos Científicos

AA.VV., "Memória e história local como património" in *Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente e Património*, Mouseion, Rio Grande do Sul, 2011, pp. 130-135.

AKTEKIN, Semih, "The place and importance of local history in the secondary history education" in *Journal of Theory and Practice in Education*, Çanakkale Onsekiz Mart University, Turkey, 2009, pp. 86-105.

ALVES, Luís Alberto Marques, "A História Local como estratégia para o ensino da História" in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3., FLUP, Porto, 2006, pp. 65-72.

CARVALHO, Carlos, "A História Local e Regional: Dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais" in *Cadernos de História da Educação*, n.º 6, UFU, Uberlândia, 2007, pp. 51-69.

CORREA, Sílvio Marcus, "História local e o seu devir historiográfico" in *Métis: História & Cultura*, n.º 2, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Julho-Dezembro de 2002, pp. 11-32.

DYER, Christopher; HOPPER, Andrew; LORD, Evelyn; TRINGHAM, Nigel, "Introduction: local history in the twenty-first century" in *New Directions in Local History since Hoskins*, UHP, Hertfordshire, 2011, pp. 1-12.

ECKERT, Edward K., "Local History: Everyone's Hidden Treasure" in *The History Teacher*, vol. 13, n.º 1, Society for History Education, California, 1979, pp. 31-35.

FERNANDES, Pedro, "A importância da memória viva no estudo da história local: Uma proposta para a sua preservação" in *MUSA*, n.º 5, *Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, AMRS, Setúbal, 2018, pp. 253-260.

HEY, David (org.), "Local and Regional History: Modern approaches" in *The Oxford Companion to Family and Local History*, OUP, Oxford, 2010, pp. 66-72.

HOLZER, Werther, "O Lugar na Geografia Humanista" in *Revista Território*, ano IV, n.º 7, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999, pp. 67-78.

JACQUART, Jean, "Histoire générale, histoire locale" in *Guide de L'Histoire Locale*, org: CROIX, Alain; GUYVARC'H, Didier, Seuil, França, 1990, pp. 25-32.

LEWIS, C.P., "The Great Awakening of English Local History, 1918-1938" in *New Directions in Local History since Hoskins*, org: DYER, Christopher; HOPPER, Andrew; LORD, Evelyn; TRINGHAM, Nigel, UHP, Hertfordshire, 2011, pp. 29-53.

LIMA, Adilson Carlos; DOMINGOS, Juliete Rosa, "A inserção da história local e regional na historiografia e sua abordagem em sala de aula" in *Anais do X Congresso de Educação do Norte Pioneiro*, Universidade Estadual do Paraná, Paraná, 2010.

LUÍS, Alexandre da Costa, "Notas Solas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural" in *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 1, UBI, s.l., 2013, pp. 1-8.

MADUREIRA, Nuno Luís, "Cartelization and corporatism: bureaucratic rule in authoritarian Portugal, 1926-45" in *Journal of Contemporary History*, vol. 42, SAGE Publications, 2007, pp. 79-96.

MENDES, José Amado, "História Local e Memórias: do Estado-Nação à época da Globalização" in *Revista Portuguesa de História*, n.º 34, FLUL, Lisboa, 2000, pp. 349-368.

MENESES, Avelino de Freitas, "As Histórias nacional, regional e local nos programas manuais escolares dos ensinos básico e secundário" in *Arquipélago – História*, 2.ª série, UA, Açores, 2001, pp. 703-720.

MUMFORD, Lewis, "The value of Local History" in *The Pursuit of Local History: Readings on Theory and Practice*, org: KAMMEN, Carol, AltaMira Press, Walnut Creek, 1996, pp. 85-89.

NETO, Margarida Sobral, "Percursos da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais" in *Memória e História Local: Colóquio Internacional realizado em Idanha-a-Nova*, org: SANTOS, João Marinho; CATANA, António Silvério, Palimage, Coimbra, 2010, pp. 47-76.

NUNES, Graça Maria Soares, "A História Regional e Local – Contributos para o estudo das identidades locais" in *Caderno de Sociomuseologia*, n.º 8, Universidade Lusófona, Lisboa, 1996, pp. 71-81.

ORTIZ, Renato, "Um outro território" in *Globalização e regionalização das comunicações*, org: BOLAÑO, César Ricardo, PUC-SP, São Paulo, 1999, pp. 51-72.

PERUZZO, Cícilia, "Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças" in *Líbero*, v. 12, n.º 24, São Paulo, 2009, pp. 139-152.

RAVIOLA, Blythe Alice, "Los estados pequeños de Italia entre historia local, micro-historia e historia regional: ejemplos y perspectivas de investigación" in *Memória e História Local: colóquio internacional realizado em Idanha-a-Nova*, org: SANTOS, João Marinho; CATANA, António Silveira, Palimage, Coimbra, 2010, pp. 139-156.

ROSA, António Amaro, "Para uma «Memória Municipal»: A portaria de 8 de Novembro de 1847 e os seus Anais do Município" in *Revista Lusíada – Direito*, n.º 10, Universidade Lusíada, Lisboa, 2012, pp. 11-50.

SHEERAN, Yanina e SHEERAN, George, "Discourses in Local History" in *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, n.º 1, vol. 2, Routledge, London, 1998, pp. 65-85.

SILVA, Armando B. Malheiro, "Arquivos Municipais e História Local: Algumas achegas para um novo debate" in *Actas do 1º Encontro de História Local de Espinho*, C.M. de Espinho, Espinho, 1995, pp. 121-127.

SILVA, Francisco Ribeiro, "História local: objectivos, métodos e fontes" in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. II, FLUP, Porto, 1999, p. 383-395.

SILVA, Luís, "A importância do estudo da história regional e local no ensino fundamental" in *Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade*, Faculdade Maria Milza, Cruz das Almas, 2004, pp. 95-100.

TOUZOT, Jean, "Local History in France and Regional Publishing Houses" in *Collection Management*, n.ºs 1-2, vol. 15, Routledge, London, 1992, pp. 141-154.

VADELORGE, Loïc, "Les affres de l'histoire locale 1970-2000" in *Concurrences des passes. Usages politiques du passé dans la France contemporaine*, org: CRIVELLO, Maryline; GARCIA, Nicolas Offenstadt, Publications de l'Université de Provence, Aix-en-Provence, 2006, pp. 37-47.

Investigações Académicas

PASTERNAK, Stephanie, *A new vision of local history narrative: writing history in Cummington, Massachusetts*, Dissertação de Mestrado, University of Massachusetts, Massachusetts, 2009.

Literatura Histórica Local de Setúbal

Obras

ABREU, Maurício, *A Indústria Conserveira em Setúbal – Retratos*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 1988.

ABREU, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo: A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Palimage Editores, Viseu, 1999.

ARAÚJO, Luísa, *100 anos – Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense*, SIG, Camarate, 2004.

ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, CEB, Setúbal, 2009.

ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana - Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura Operariado-República em 1911*, CEB, Setúbal, 2011.

ARRANJA, Álvaro, *O Homem da Boca Cerrada*, CEB, Setúbal, 2016.

ARRANJA, Álvaro, *O centenário de Bocage em 1905 (em Portugal e no Brasil)*, CEB, Setúbal, 2019.

AA.VV., *Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão*, LASA, Setúbal, 2009.

BARROSO, António, *História da SAPEC*, Corlito, Setúbal, 1996.

BENTO, António Cunha; RIBEIRO, João Reis, *Imagens da Península da Arrábida no século XIX: O Panorama (1837-1868) e Archivo Pittoresco (1857-1868),* LASA, Setúbal, 2004.

BENTO, António Cunha; MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Domingos Garcia Peres (1812-1902): Um setubalense pelo coração – Homenagem no bicentenário do seu nascimento*, LASA, Moita, 2012.

BRAGA, Paulo Drummond, *Setúbal Medieval (séculos XIII a XV)*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 1998.

BRITO, Alice, *O dia em que Estaline encontrou Picasso na biblioteca*, Planeta, Lisboa, 2015. [Romance Histórico]

BRITO, Alice, *As Mulheres da Fonte Nova*, Planeta, Lisboa, 2012. [Romance histórico]

BORBA, Francisco, *O Balneário – Memória de Setúbal*, AGIR, Setúbal, 2017.

BORBA, Francisco, *Francisco de Paula Borba – Vida e obra (1872-1934)*, Gráfica Maiadouro, Lisboa, 2022.

CALADO, Margarida, *Cidades e Vilas de Portugal: Azeitão*, Presença, Lisboa, 1993.

CANDEIAS, Eusébio; CARVALHO, António; SANTOS, Jorge; GATO, Maria Celeste, *Historial da Região da Freguesia do Sado*, Junta de Freguesia do Sado, Setúbal, 1993.

CARDOSO, Florindo, *Os últimos dias do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2013.

CARVALHO, João Carlos de Almeida, *A Batalha do Viso e a Revolta da Patuleia em Setúbal*, organização, prefácio e notas de Álvaro Arranja, CEB, Setúbal, 2013.

CARVALHO, Rita Almeida e PINTO, Ana Fernandes, *Relatório final da Organização dos Arquivos José Maria da Fonseca*. (Não publicado), setembro de 2009.

CLARO, Rogério Peres, *12 anos de deputado*, vol. I, edição de autor, Évora, s.d.

CLARO, Rogério Peres, *Setúbal de há 100 anos – 1878*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 1978.

CLARO, Rogério Peres, *Setúbal de há 100 anos (1886-1887)*, Tip. Rápida, Setúbal, 1990.

CLARO, Rogério Peres, *António Maria Eusébio (O Calafate) – Versos do Cantador de Setúbal*, volume II, Ulmeiro, Lisboa, 1985.

CLARO, Rogério Peres, *Dr. Francisco de Paula Borba – 1.º cidadão honorário de Setúbal*, Setulgráfica, Setúbal, 1986.

CLARO, Rogério Peres, *Um século de ensino técnico-profissional em Setúbal: Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-1998)*, Corlito, Setúbal, 2000.

CORREIA, Ricardo, *Vultos Setubalenses*, Setulgráfica, Setúbal, 1986.

CORREIA, Ricardo, *Figuras populares de Setúbal*, Setulgráfica, Setúbal, 1987.

COSME, Carlos Dinis; MELO, Maria Luísa; NEVES, Luís Agostinho, *Índice Geral do Arquivo de João Carlos de Almeida Carvalho*, Arquivo Distrital de Setúbal/Ministério da Cultura, Setúbal, 1996.

COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*, Estuário, Setúbal, 2011.

COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014.

COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal, cidade vermelha – Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar (1974-1975)*, Estuário, Setúbal, 2017.

COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob o Estado Novo – A resistência a Salazar*, vol. I, *1933-1949*, Estuário, Setúbal, 2021.

CURTO, Margarida, *Estuário do Sado – Tesouro da Região de Setúbal: Apontamentos históricos sobre Setúbal e o seu porto*, Corlito, Setúbal.

DUARTE, Ana; PEREIRA, Fernando António Baptista; GONÇALVES, Luís Jorge, *Festas, feiras e romarias – Percursos na Costa Azul*, Região de Turismo de Setúbal – Costa Azul, Setúbal, 1997.

DURÃES, Benjamim da Silva; RODRIGUES, José Sebastião, *90.º aniversário do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes*, Gráfica Central de Almeirim, Almeirim, 2014.

ENVIA, João Francisco, *Crónicas Sadinas – Setúbal, a cidade do Rio Azul*, Armazém de Papéis do Sado, Setúbal, 1996.

ENVIA, João Francisco, *Setubalenses de Mérito*, vol. I, Tip. Rápida, Setúbal, 2003.

ENVIA, João Francisco, *Setubalenses de Mérito*, vol. II, Tip. Rápida, Setúbal, 2008.

FARIA, Carlos Vieira de, *Novo fenómeno urbano aglomeração de Setúbal – ensaio de sociologia urbana*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1981.

FARIA, Carlos Vieira de, *As Cidades na Cidade – Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal, 1966-1995*, Esfera do Caos, Lisboa, 2009.

FERREIRA, Diogo, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Estuário, Setúbal, 2017.

FERREIRA, Diogo; SOUSA, Pedro Marquês de, *Os combatentes do concelho de Setúbal na Grande Guerra em França (1917-1918)*, Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes, Montijo, 2017.

FERREIRA, Diogo; SANTOS, João Pedro, *O Bairro de Troino – Contributos para a sua História*, Estuário/LASA, Setúbal, 2020.

FERREIRA, Diogo, *Breve História da Freguesia de São Sebastião – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2021.

FIGUEIRA, Manuel Henrique, *O Liceu de Setúbal – Das origens à Escola Secundária de Bocage (1857-1999)*, Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 1999.

FIGUEIRA, Manuel Henrique, *Liceu de Bocage – Setúbal: Histórias e Memórias (1857-1974)*, Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 2007.

FONSECA, Jorge, *Setúbal – O porto e a comunidade fluvial e marítima (1550-1650)*, Colibri, Lisboa, 2012.

FORTUNA, António Matos, *Monografia de Palmela*, vol. III, *Extinção e Restauração do Concelho de Palmela*, C.M. de Palmela, Palmela, 1997.

FORTUNA, António de Matos, *Um distrito sob o signo do futebol – 75.º aniversário da Associação de Futebol de Setúbal*, AFS, Setúbal, 2002.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Colibri, Lisboa, 2013.

GASPAR, Rui Canas, *Histórias, Coisas e Gentes de Setúbal*, Grafiponte, Montijo, 2015.

GASPAR, Rui Canas, *A última fronteira – Várzea de Setúbal*, Grafiponte, Montijo, 2018.

GASPAR, Rui Canas, *Ajudamos a desenvolver Setúbal - Associação de Construtores Proprietários de Setúbal*, Grafiponte, Montijo, 2019.

GASPAR, Rui Canas, *Palácio Feu Guião – A Fénix Renascida*, Grafiponte, Montijo, 2022.

SILVA, Isilda; VASCONCELOS, António; BOULLOSA, Miguel, *Património Museológico*, Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 2013.

JUNQUEIRO, Arronches, *Setúbal na segunda metade do século XIX (através das minhas recordações)*, Transcrições, apresentação e notas de Carlos Mouro, LASA, Setúbal, 2018.

LOBO, Francisco, *Histórias de Setúbal – 1974 a 1986*, URAP, Setúbal, 2008.

LOPES, Madureira, *Amar Setúbal – Coleccionando, Catálogo da exposição*, Clube de Colecionismo de Setúbal, Setúbal, 1996.

LOPES, Madureira, *Um tesouro guardado – Setúbal d'outros tempos*, Corlito, Setúbal, 1993.

LOPES, Madureira; QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal à la minute: através do bilhete postal ilustrado*, Livraria Hemus, Setúbal, 1999.

LOPES, Madureira, *Vitória – Do Nascimento à Glória*, Livraria Hemus, Setúbal, 2003.

LOPES, José Madureira (coord.), *Américo Ribeiro, Todos os dias*, Livraria Hemus, Setúbal, 2006.

MACEDO, Isabel Pratas, *Ventura Terra – O arquitecto em Setúbal*, Brochura da exposição que decorreu na Galeria Municipal do Onze entre 14 de julho e 26 de agosto de 2017, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2017.

MARIANO, Vera; PENA, Horácio, *Sabia que? Notas históricas e curiosidades sobre o concelho de Setúbal*, C.M de Setúbal, Setúbal, 2020.

MARTINS, Augusto, *Breve História do Bairro Troino e Zonas Envolventes*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2012.

MARTINS, Augusto, *Breve História da Baixa de Setúbal*, Tip. Rápida, Setúbal, 2016.

MARTINS, Idília, *A imprensa em Setúbal (1855-1983)*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 1984.

MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Para a História da Iluminação Pública em Setúbal*, Universidade Popular de Setúbal, Setúbal, 1997.

MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Carlos Alberto Ferreira Júnior (1906-1997): Um pintor de palavra(s)*, Juntas de Freguesia de Azeitão, Setúbal, 2006.

MOURO, Carlos; PENA, Horácio, *Para a História do Club Setubalense (1855-2010)*, Div'Almeida Atelier Gráfico, Setúbal, 2010.

MOURO, Carlos, *Quem foi esse Agripino Maia?*, Divisão de Juventude - C.M. de Setúbal, Setúbal, 2019.

NASCIMENTO, Frederico, *Rotary Club de Setúbal – Breves apontamentos para a sua História*, Grafioito, Setúbal, 1994.

NOGUEIRA, Lénia; MARTINS, Patrícia, *Paróquia e Igreja de São Sebastião de Setúbal: História e Arte (1553-2003)*, Corlito, Setúbal, 2004.

OLIVEIRA, Paulino, *Em ferros d'el-rey*, org: PIRES, Daniel, CEB, Setúbal, 2012. [Edição fac-similada]

PEREIRA, Alberto, *Os 125 anos da Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal (1883-2008)*, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, Setúbal, 2011.

PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Bairro Santos Nicolau – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2012.

PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015.

PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Anais de Setúbal do Século XX – Uma Cronologia Ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023.

PEREIRA, Arnaldo e MARQUES, Luís, *Exposição Movimento Operário - O distrito de Setúbal na imprensa: Imagens - Notícias*, AMRS, Setúbal, 1985.

PEREIRA, Maria Clementina, *O teatro amador em Setúbal durante o século XX*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2013.

PINHO, Inês de Gato, *Vilegiatura Marítima em Setúbal – do século XIX ao início do século XX*, LASA, Setúbal, 2010.

PINHO, Inês de Gato, *De colégio de S. Francisco Xavier a Palácio Fryxell – História e análise arquitectónica*, IPS, Setúbal, 2013.

PINHO, Jaime; GONÇALVES, Fernanda; TAURINO, Leonor, *Fartas de viver na lama: 25 de Abril – O Castelo Velho e outros bairros SAAL do Distrito de Setúbal*, Colibri, Lisboa, 2002.

PINHO, Jaime; COSTA, Albérico Afonso; MARQUES, Lígia Penim, *Entre Urzes e Camarinhas – As Festas da Arrábida e de Tróia*, Estuário, Setúbal, 1993.

PINTO, Custódio Carvalho, *Histórias e Memórias da minha vida – Crónicas de Setúbal*, Regiset, Setúbal, 2015.

QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia Almada, Greves, *Sindicalismo – Setúbal (1910-1913)*, Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal, 1981.

QUINTAS, Maria da Conceição; BALTAZAR, Patrícia, *Génese da Revolução – 1640: Setúbal*, INAPA/CMS/ESE, Setúbal, 1988.

QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal nos finais do século XIX*, Caminho, Lisboa, 1993.

QUINTAS, Maria da Conceição, *Monografia de S. Julião – Setúbal*, Caminho, Lisboa, 1993.

QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998.

QUINTAS, Maria da Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento - História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003.

REBELO, cap. José, *Conheça um pouco mais de Setúbal*, Setulgráfica, Setúbal, 1992.

RIBEIRO, João Reis, *Histórias da Região de Setúbal e Arrábida*, CEB, Setúbal, 2003.

RUSSO, Carlos Fernando, *Nossa Senhora da Anunciada – Devoção e História no Povo de Setúbal*, Paulinas, Águeda, 2008.

SANTOS, António, *Para lá dos portões do asilo – Setúbal, 1958*, Centro de Convívio dos Ex-Alunos do Orfanato Municipal de Setúbal, Setúbal, 2009.

SANTOS, Lúcia Castelo dos; SANTOS, Francisco Castelo dos, *Setúbal nos primórdios da sua elevação a cidade*, SALPA, Rio Maior, 1985.

SCARPA, Eupremio; SILVA, João Santana da, *Um Bairro, Um Clube – 100 anos de História: São Domingos Futebol Clube*, Rainho & Neves, Santa Maria da Feira, 2022.

SILVA, Carlos Tavares da, *Escavações arqueológicas na Praça de Bocage – 2000 anos de História,* MAEDS/CMS, Setúbal.

SILVA, José Vieira da, *Cidades e Vilas de Portugal - Setúbal*, Presença, Lisboa, 1990.

SILVA, Raquel Henriques; BORBA, Francisco, *Setúbal e a arredores na obra artística do Rei D. Carlos,* LASA, Setúbal, 2019.

TOMÉ, Manuela Maria, *Topologia e Tipologia Arquitectónica – Setúbal, séculos XIV-XIX: Memória e futuro da imagem urbana*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2017.

VELEZ, António, *Forcados – Aposento de Setúbal*, Grafitroia, Setúbal, 1989.

VICTOR, Isabel; DUARTE, Ana, *Alguns aspectos da indústria conserveira em Setúbal*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2000.

VILAR, Anita, *Panorama de uma história local no feminino*, CEB, Setúbal, 2013.

Artigos científicos e de outra natureza

ALCÂNTARA, Ana, "A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)" in *MUSA*, n.º 3, MAEDS, Setúbal, 2008, pp. 237-246.

ALCÂNTARA, Ana, "A Greve Geral da Indústria Conserveira (1916-1917)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 56-58.

ALCÂNTARA, Ana, "Inauguração do novo edifício do Mercado do Livramento (1930): Um espaço inevitável da vida popular sadina" in *Setúbal no Centro do Mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico Afonso, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 93-94.

ALVES, Paulo Marques, "Sindicalismo, sexismo, separatismo: a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixes de Setúbal" in *Actas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, org: AA.VV., FCSH, Lisboa, 2018, pp. 163-176.

AMORIM, Inês, "Monopólio e concorrência - A «Roda do Sal» de Setúbal e as rotas internacionais (segunda metade do século XVII a inícios do XIX)" in *Atas do II Seminário Internacional sobre o sal português: A articulação do sal português aos circuitos mundiais*, FLUP, Porto, 2008, pp. 183-209.

AMORIM, Vanessa Iglésias; SANTOS, João Pedro; PINHO, Jaime, "Indústria Conserveira – mosaico de um futuro anterior" in *A Casa de Emília,* Teatro Estúdio Fontenova, Setúbal, 2020, pp. 5-25.

AMORIM, Vanessa Iglésias, "Mar, Pesca, Teatro, Antropologia: Um caminho iniciado" in *Pelos que andam sobre as águas do mar*, coord: BELCHIOR, Raquel, Edições Galateia, Lisboa, 2018, pp. 33-44.

ARRANJA, Álvaro, "As revoltas da fome em Setúbal" in *História*, n.º 86, Lisboa, dez/1985, pp. 16-19.

ARRANJA, Álvaro, "O 5 de Outubro em Setúbal – Republicanismo e movimento operário" in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org: AA.VV., ESE/IPS, Setúbal, 1990, pp. 45-58.

ARRANJA, Álvaro, "Primórdios da censura na Ditadura: A suspensão do jornal «O Setubalense» em 1927" in *História*, ano XIII, n.º 141, Lisboa, junho de 1991, pp. 65-69.

ARRANJA, Álvaro, "A indústria de conserva de peixe em Setúbal (1930-1960)" in *Sítios e Memórias*, n.º 4, Dois Horizontes, Lisboa, 1995, p. 70-78.

ARRANJA, Álvaro, "A I República e o Movimento Operário em Setúbal" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, org: COSTA, Albérico Afonso, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 55-64.

ARRANJA, Álvaro, "Dos 'Fuzilamentos de Setúbal' à primeira tentativa de Greve-Geral em Portugal (Março de 1911)" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, pp. 241- 250.

ARRANJA, Álvaro, "A 1.ª República e o Movimento Operário em Setúbal" in *A República nos concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, C.M. da Moita, Moita, 2011, pp. 101-112.

BARRADAS, Ana, "Ana de Castro Osório: O feminismo anti-operário e a greve das conserveiras de Setúbal" in *História*, ano XX, n.º 11, 1999, pp. 48-55.

BORGES, Patrícia (coord.); FERREIRA, Diogo, "A história dos nossos pescadores" in *Setúbal – Terra de Pescadores*, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2020, pp. 8-21.

BRETES, Maria da Graça; MAGALHÃES, Olga, "Bocage de ambos os lados do espelho: as festas da cidade" in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 1990, pp. 269-282.

BURNAY, Maria João Botelho Moniz, "Uma quinta romântica no coração de Setúbal: O Outeiro da Saúde" in *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*, org: BENTO, António Cunha; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira, Estuário/LASA, Setúbal, pp. 329-350.

CABEÇADAS, Henrique, "Embarcações tradicionais do Sado na primeira metade do séc. XX" in *Embarcações tradicionais do Sado*, MAEDS, Setúbal, 1986, pp. 37-64.

CARDOSO, João Luís, "António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos" in *Setúbal Arqueológica*, vol. 15, MAEDS/ADS, Setúbal, 2014, pp. 11-44.

CARDOSO, Maria Miguel; FERRO, Bruno, Catálogo da Exposição "Ao Toque da Sereia: A Indústria Conserveira na Coleção Fotográfica Américo Ribeiro", Mostra patente na Casa da Cultura de Setúbal de 05/01/2017 a 02/02/2017, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2017.

CAMPOS, Maria, "De sertão à afirmação do território: o modelo agro-industrial do Monte de Algeruz (1925-1936)" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, pp. 321-328.

COSTA, Albérico Afonso; MOURO, Carlos, "Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal" in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 1990, pp. 17-44.

COSTA, Albérico Afonso; MOURO, Carlos, "Os Processos Tradicionais de Conservação" in *A Indústria Conserveira em Setúbal*, Museus Municipais da C.M de Setúbal, Setúbal, 1996, pp. 6-12.

COSTA, Albérico Afonso (org.), "O X Congresso Republicano de 1909 sob o signo da revolução" in *Atas do Colóquio - O Republicanismo entre a revolução e a ordem*, IPS, Setúbal, 2009, pp. 57-75.

COSTA, Albérico Afonso (coord.), "Setúbal – De meados de Oitocentos ao dealbar do século XX: Elementos de caracterização económica, social, política e cultural" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 10-21.

COSTA, Albérico Afonso (coord)., "Intervenção cívica e acção política dos pioneiros do republicanismo em Setúbal" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 22-37.

COSTA, Albérico Afonso (coord.), "A República em Setúbal – A Revolução que chegou de véspera" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 38-54.

COSTA, Albérico Afonso, "O golpe de 28 de Maio. Mais um golpe…" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 65-74.

COSTA, Albérico Afonso, "Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, pp. 225-240.

COSTA, Albérico Afonso, "Setúbal Republicana – Quando as fábricas transbordavam de greves" in *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, org: AA.VV., Colibri, Lisboa, 2012, pp. 61-72.

COSTA, Albérico Afonso, "A Igreja Católica e a República em Setúbal: Uma intensa confrontação ideológica e política" in *Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão*, org: AA.VV., LASA, Setúbal, 2016, pp. 157-179.

COSTA, Albérico Afonso, "O Germinal, um roteiro acrata para a revolução social" in *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, org: AA.VV., IHC/FCSH, Lisboa, 2016, pp. 8-24.

COSTA, Albérico Afonso (org.), "A Greve-Geral da Indústria Conserveira (1922)" in *Setúbal no centro do Mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 64-67.

COSTA, Albérico Afonso (org.); BENTO, António Cunha, "A Grande Exposição Regional de Setúbal (1930)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 83-86.

COSTA, Albérico Afonso (org); BENTO, António Cunha, "Obras do porto de Setúbal: lançamento da primeira pedra (1930)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 90-92.

COSTA, Albérico Afonso (coord.), "A Revolta de fevereiro de 1927 e a suspensão d'*O Setubalense*" in *Setúbal no centro do Mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2020, pp. 76-79.

COSTA, Albérico Afonso (coord.), "Carlos Botelho Moniz – O homem que fez tudo" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 213-214.

COSTA, Albérico Afonso (org.), "Jaime Rebelo – Um setubalense anarcossindicalista e revolucionário" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 227-228.

COSTA, Albérico Afonso (coord.), "A criação do distrito de Setúbal: elites locais contra a restauração de Palmela (1926)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 71-73.

COSTA, Albérico Afonso (coord.), "Óscar Paxeco – Um jovem nacionalista" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 264-266.

COSTA, Albérico Afonso (org.), "A greve dos marítimos (1931)" in *Setúbal no Centro do Mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 95-98.

DUARTE, Ana; QUINTAS, Conceição, "Do sagrado ao profano na Setúbal dos inícios do século XX: do círio da Arrábida às festas bocageanas" in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 1990, pp. 59-78.

FARIA, Carlos Vieira da, "História urbana de Setúbal" in *Setúbal na História*, LASA, Setúbal, 1990, pp. 41-92.

FERNANDES, Paulo Jorge, "O governo de Setúbal antes da República (1900-1905)" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org: AA.VV, ESE/IPS, Setúbal, 2011, pp. 279-288.

FERNANDES, Pedro, "Antigas quintas de Setúbal: espaços físicos e sociais" in *MUSA*, n.º 5, *Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, AMRS/MAEDS, Setúbal, 2018, pp. 245-252.

FERREIRA, Ana, "Apontamentos para a história da resistência e destruição do sindicalismo livre em Setúbal" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal,* ESE/IPS, Setúbal, 2011, pp. 51-66.

FERREIRA, Diogo, "Jornal *A Restauração* (1918): Os monárquico-integralistas de Setúbal" in *Telheiras – Cadernos Culturais*, org: LEMOS, Fernando, Andrade; SILVA, José António, n.º 8, Centro Cultural Eça de Queiroz, Lisboa, 2015, pp. 114-125.

FERREIRA, Diogo, "O 14 de Maio de 1915 em Setúbal: O último ímpeto republicano numa cidade operária" in *República e Republicanismo*, vol. III, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2016, pp. 147-155.

FERREIRA, Diogo, "O impacto socioeconómico da I Guerra Mundial em Setúbal (1914-1918)" in *República e Republicanismo*, vol. II, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2017, pp. 29-44.

FERREIRA, Diogo, "A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias" in *MUSA*, n.º 5, *Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, AMRS/MAEDS, Setúbal, 2018, pp. 219-232.

FERREIRA, Diogo, "A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918)" in *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV série, vol. 8, n.º 2, Porto, 2018, pp. 83-105.

FERREIRA, Diogo, "As Consequências Políticas do Pós-Guerra em Setúbal: da 'Monarquia do Norte' à Evolução Eleitoral (1919-1922)" in *Cadernos IDN*, n.º 34, Lisboa, 2019, pp. 75-94.

FERREIRA, Diogo, "A «Pandemia Esquecida»: a cidade do Sado durante o tempo negro da Gripe Pneumónica (1918-1919)" in *Centenário da Gripe Pneumónica: A pandemia em retrospetiva. Portugal 1918-1919*, org: AA.VV., IGAS/IHC/CNCP, Lisboa, 2019, pp. 125-148.

FERREIRA, Diogo; SANTOS, João Pedro, "Setúbal e a política habitacional do Estado Novo na década de 1940: O Bairro Presidente Carmona (1948) e o Bairro de Casas Económicas da Nossa Senhora da Conceição (1949)" in *Património Arquitectónico*

Civil de Setúbal e Azeitão, org: BENTO, António Cunha; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira, Estuário/LASA, Setúbal, 2019, pp. 401-430.

FERREIRA, Diogo, "A reconstrução dos Paços do Concelho (1928-1939)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, coord: COSTA, Albérico A., Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 80-82.

FERREIRA, Diogo, "Major António Joaquim de Melo - Militar e presidente da Câmara de Setúbal na transição da Ditadura Militar para o Estado Novo" in *Setúbal no Centro do Mundo – 165 amos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 2020, pp. 199-200

FERREIRA, Diogo, "Adelino Augusto do Caes Esteves – Da Grande Guerra ao poder local" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico Afonso, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 189-190.

FERREIRA, Diogo, "Da construção à inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra (1931)" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 93-94.

FERREIRA, Diogo, "José Bernardo – Um dirigente libertário local no 18 de janeiro de 1934" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico Afonso, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 235-236.

FERREIRA, Diogo, "Notas para a história da oposição setubalense ao Estado Novo nos anos 30: Episódios da resistência na SAPEC" in *Mediações,* vol. 9, n.º 1, ESE/IPS, Setúbal, 2021, pp. 76-91.

FERRO, Bruno; RIBEIRO, Francisca; NETO, José Luís "Catalogação" in *Setúbal – 1909: A cidade e o congresso do Partido Republicano*, C.M de Setúbal, Setúbal, 2009, pp. 17-24.

FERRO, Bruno, "Setúbal ao espelho – A coleção fotográfica de Américo Ribeiro: Um singular inventário arquitetónico da cidade e um património setubalense a preservar" in *Património Arquitectónio Civil de Setúbal e Azeitão*, org: AA.VV., Estuário, Setúbal, 2019, pp . 365-374.

FREITAS, Helena de Sousa Freitas, "A expressão anarquista nas paredes de Setúbal: o cavalo de batalha de Tróia" *in CIES e-Working Papers*, n.º 112, CIES-IUL, Lisboa, 2012, pp. 1-41.

GONÇALVES, Maria da Conceição, "Monografia da empresa" in *A Indústria Conserveira em Setúbal*, Museus Municipais da C.M de Setúbal, Setúbal, 1996.

GUIMARÃES, Paulo, "A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX" in *Análise Social*, vol. XXIX (127), ICS, Lisboa, 1994, pp. 525-554.

LEAL, Ernesto Castro, "Estado Liberal e Poder Concelhio – A supressão do concelho de Palmela" in *Da Supressão à Restauração do Concelho de Palmela: Conjuntura e Símbolos (1855-1926)*, Col. Cadernos Locais, n.º 1, Grupos dos Amigos de Palmela, Palmela, 1998, pp. 9-35.

LEONARDO, Ana; HELENO, Conceição, FERNANDES, Lucinda, Catálogo da Exposição "Litografia – Uma arte em Setúbal: Mostra Documental", Mostra patente de 30/04 a 30/06 de 2021, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2021, s.p.

MACEDO, Isabel, "A Casa da Comenda de Raúl Lino: de torre medieval a residência de veraneio" in *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 6, C.M de Lisboa, Lisboa, 2016, pp. 109-142.

MADEIRA, João, "A linha férrea do Vale do Sado, o Ramal de Sines e a transversal a Beja: Elites e mercado regional" in *II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, IPS, Setúbal, 2011, pp. 157-164.

MEDINA, João, "Prefácio - Setúbal e o drama da 1.ª República" in *Greves, Sindicalismo – Setúbal (1910-1913)*, org: QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia Assembleia Distrital de Setúbal, Lisboa, 1981, pp. 9-17.

MENDES, José Amado (coord.), "Banco Regional do Sado (1924-?)" in *Dicionário de História Empresarial Portuguesa – Séculos XIX e XX*, vol. I, *Instituições Bancárias*, UAL/INCM, Lisboa, 2013, pp. 378-380.

MOURO, Carlos; PENA, Horácio, "Setúbal e os alvores do republicanismo" in *Setúbal – 1909: A cidade e o congresso do Partido Republicano*, C.M de Setúbal, Setúbal, 2009, pp. 29-74.

MOURO, Carlos, "Biografias" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, org. COSTA, Albérico Afonso, CNCCR, Matosinhos, 2010, pp. 99-113.

MOURO, Carlos; PENA, Horácio, "A Primeira República e a toponímia" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 92-98.

MOURO, Carlos, "Notas sobre a indústria de curtumes setubalense" in *MUSA*, n.º 5, *Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, MAEDS, Setúbal, 2018, pp. 233-244.

MOURO, Carlos; PENA, Horácio, "O feriado municipal e a memória colectiva setubalense" in *MUSA*, n.º 5, *Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, AMRS/MAEDS, Setúbal, 2018, pp. 187-198.

MOURO, Carlos, "O Bairro Salgado, Setúbal (Algumas notas)" in *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão,* org: BENTO, António Cunha; PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira, Estuário/LASA, Setúbal, 2019, pp. 375-400.

MOURO, Carlos "Casa dos Pescadores" in *Calafates e outras profissões ligadas à atividade marítima*, org: AA.VV., Catálogo de Exposição (14/09 a 23/11 de 2019), C.M de Setúbal, Setúbal, 2019.

MOURO, Carlos, "Cooperativa de Pesca, de Consumo e de Edificação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal (um centenário a relembrar)" in *Revista LASA*, n.º 14, versão digital, Setúbal, 2020, pp. 20-23.

MOURO, Carlos, "José Augusto Coelho – Republicano, proprietário, autarca, benemérito" in *Setúbal no Centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico A., Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 233-234.

MOURO, Carlos; PENA, Horácio, "Fiat lux! A inauguração da iluminação elétrica (1930)" in *Setúbal no centro do mundo - 165 anos do jornal O Setubalense*, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 87-89.

MOURO, Carlos, "Manuel Livério – Republicano, jornalista amador, autarca" in *Setúbal no Centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico A., Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 247-248.

MOURO, Carlos, "Luís Faria Trindade – jornalista, republicano, contestatário moderado" in *Setúbal no centro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico Afonso, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 244-245.

MOURO, Carlos, "Agripino Maia – De polidor de móveis a artista autodidata" in *Setúbal nocentro do mundo – 165 anos do jornal O Setubalense*, org: COSTA, Albérico Afonso, Tip. Rápida, Setúbal, 2020, pp. 192-193.

MOTA, Arlindo, "João Albino: O mais antigo testemunho da implantação da República" in *Revista Património*, n.º 3, SALPA, Setúbal, 1985, pp. II-III.

OLIVEIRA, César, "Jaime Rebelo: Um homem para além do tempo" in *Revista História*, ano XVII, n.º 6, Lisboa, março de 1995, pp. 26-27.

PEREIRA, Alberto, "A epidemia de gripe pneumónica em Setúbal" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 2011, pp. 329-336.

PEREIRA, Fernando António Baptista, "Luciano, um poeta da pintura" in *Luciano (1911-2006): Evocação no centenário do nascimento*, C.M. de Setúbal, Alhos Vedros, 2011.

PEREIRA, Joana Dias, "A difusão do Sindicalismo Revolucionário na Península de Setúbal – A formação da classe operária e a difusão do sindicalismo na península" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 2011, pp. 217-224.

QUINTAS, Maria da Conceição, "Troino e Fontainhas: Duas comunidades de pescadores em confronto" in *Movimento Cultural*, n.º 6, AMRS, Setúbal, 1989, pp. 75-80.

RAMOS, Manuel João, *Caracterização geral da evolução humana da península de Setúbal.* Investigação realizada no âmbito do projeto *Sea Architecture*.

RIBEIRO, Maria Francisca, *Setúbal ilustrada pela fotografia (de 1860 a 1930)*, Catálogo da exposição decorrida no Museu do Trabalho, entre 30/10/2010 e 16/01/2011, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2010.

ROCHA, Maria Margarida; SAMARA, Maria Alice, "Património artístico de Setúbal" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 75-91.

ROSA, António Quaresma; COSTA, Albérico Afonso (coord.), "Desportos e factos turísticos" in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 114-123.

SÁ, Vítor de, "A imprensa operária portuguesa – O Distrito de Setúbal na imprensa" in *Movimento Cultural*, n.º 2, AMRS, jan. de 1986, pp. 62-63.

SANTOS, Lúcia Castelo dos; SANTOS, Francisco Castelo, "Setúbal nos primórdios da sua elevação a cidade" in *Revista Património*, n.º 2, SALPA, Setúbal, 1984, pp. 12-13.

SILVA, Daniela, "A Misericórdia de Setúbal nos primeiros anos da República – administração republicana da assistência" in *Actas do II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, org: COSTA, Albérico A. IPS, Setúbal, 2011, pp. 185-194.

SILVA, Maria de Lurdes Reizinho, "A dinâmica populacional do concelho de Setúbal na segunda metade do século XIX" in *População e Sociedade*, n.º 5, CEPESE, Porto, 1999, pp. 61-85.

SILVA, Maria Reizinho e, "Os movimentos migratórios e a naturalidade dos residentes em Setúbal na segunda metade do século XIX" in *População e Sociedade*, n.º 7, CEPESE, Porto, 2001, pp. 195-241.

SOARES, Joaquina, "Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal de 1920 a 1930" in *Movimento Cultural*, n.º 6, AMRS, Setúbal, 1989, pp. 98-135.

TAMEN, Miguel, "Fotografias impossíveis" in *Portinho da Arrábida – 100 anos de memórias*, Catálogo de exposição, Clube da Arrábida, s.l., 2013, pp. 15-38.

VALENTE, Vasco Pulido, "Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)" in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), ICS, Lisboa, 1981, pp. 615-678.

VENTURA, António, Conferência "Sob a égide de Bocage: A maçonaria em Setúbal (1828-1983)", decorrida em 10/06/2017 na Casa da Cultura, em Setúbal.

Trabalhos Académicos

ALCÂNTARA, Ana, *A indústria conserveira em Setúbal, 1854-1914*, Relatório final de Licenciatura em História, variante em Arqueologia, FCSH/NOVA, Lisboa, 2014.

AMORIM, Vanessa, *Marés de incerteza - Etnografia do presente liminar na comunidade piscatória de Setúbal*, Dissertação de Mestrado em Antropologia, ISCTE, Lisboa, 2015.

CAMPOS, Ana da Silva, *"Para Lutar é preciso ser instruído" – A ideologia e o movimento operário na Universidade Popular de Setúbal – da 1.ª República ao advento do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2018.

CRUZ, Inês Pinto da, *Setúbal: Memória e Identidade Urbana,* Dissertação de Mestrado em Arquitetura, FAA-ULL, Lisboa, 2018.

DUARTE, João Pedro Costa, *Desenvolvimento de uma metodologia para a criação de ecossistemas industriais envolvendo cimenteiras e sua aplicação na região de Setúbal*, Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente, FCT/NOVA, Almada, 2016.

FERREIRA, Diogo, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FCSH/NOVA, Lisboa, 2015.

FERREIRA, Vasco, *O caso Bairro Baptista - Novas lógicas de reconfiguração urbana*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, ULHT, Lisboa, 2018.

GOES, Maria Nasciolinda C. de, *Estudo monográfico da freguesia de Nossa Senhora da Anunciada de Setúbal*, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Lisboa, 1956.

NEVES, Ana Catarina, *Empresas e Sistemas de Informação em Perspetiva Histórica – A fábrica Saupiquet em Setúbal (1960s-1980s),* Dissertação de Mestrado, UÉ, Évora, 2006.

PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: O caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH/NOVA, Lisboa, 2013.

RODRIGUES, Joseph, *Avenida Luísa Todi – do rio à cidade: um exercício curatorial*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, FBAUL, Lisboa, 2011.

SANTINHOS, Maria João Ferreira, *A arquitetura industrial conserveira em Setúbal (1924-1994)*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, ISCTE-IUL, Lisboa, 2015.

SANTOS, Gina, *Oficina de Tipografia do antigo Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais, em Setúbal - Programa Museológico e Projeto Museográfico*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, FBAUL, Lisboa, 2014.

SILVA, Daniela dos Santos, *Rituais e celebrações públicas da assistência em Setúbal do final da Monarquia Constitucional à inauguração do Museu da Cidade (1893-1961)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2010.

Webgrafia

BAIÔA, Manuel, "O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): centros políticos, imprensa e financiamento" in *Ler História*, n.º 77, ISCTE-IUL, Lisboa, 2020. [Disponível online em: https://journals.openedition.org/lerhistoria/7521 - Consultado a 01/09/2021]

Biografias do Parlamento. [Disponível online em: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/gomes_antonio_alberto_bressane_leite_perry_de_sousa.pdf Consultado em 21/12/2021]

Biografias do Parlamento. [Disponível em: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/gomes_antonio_alberto_bressane_leite_perry_de_sousa.pdf - Consultado em 09/01/2022]

Biografias do Parlamento. [Disponível online em: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/l/lanca_joaquim_dos_prazeres_louzeiro_e.pdf Consultado em: 20/12/2021]

CARVALHO, Luís, "Luís Faria Trindade: Quando a ditadura prendeu o director d'O Setubalense" in *O Setubalense*, publicado em 04/08/2021 [Consultado em 14/01/2022. Disponível em: https://osetubalense.com/sociedade/2021/08/04/luis-faria-trindade-quando-a-ditadura-prendeu-o-directordo-setubalense/]

Cronologia do Centro de Documentação e Informação da Universidade Popular do Porto. [Disponível em: https://cdi.upp.pt/cgi-bin/cronologia.py?ano=1920]

FARINHA, Luís, "A Revolta de «3 de Fevereiro de 1927»" in esquerda.net, 03/02/2021. [Consultado em 13/01/2022. Disponível em: https://www.esquerda.net/artigo/revolta-de-3-de-fevereiro-de-1927/72617]

FERREIRA, Diogo, "O encontro da musa Clio com a 'Barcelona Portuguesa'" in New in Setúbal. Artigo publicado em 03/08/2020. [Disponível em: https://newinsetubal.nit.pt/opiniao/opiniao-o-encontro-da-musa-clio-com-a-barcelona-portuguesa/]

HEALEY, Jonathan, "Why Local History Matters" – Lecture delivered at the Oxford University Department for Continuing Education, 14/11/2012. [Disponível em: https://www.academia.edu/2550380/Why_Local_History_Matters – Consultado em 11/11/2021]

Portaria de 08/11/1847 in *Diário do Governo*, n.º 267 de 11/11/1847. [Disponível em: http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/23/106/p258 - Consultado em 21/12/2022]

Projeto Mosca. [Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/ Consultado a 01/08/2022]

"Raúl P. Santos". Página do Arquivo do Banco de Portugal. [Disponível em: https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=17698 - Consultado em 12/06/2022]

Sítio da José Maria da Fonseca – História da Firma [Disponível em: http://www.jmf.pt/index.php?id=90 - Consultado em 20/09/2022]

Sítio da Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal [Disponível em: https://acistds.pt/quem-somos/ - Consultado em 10/07/2022]

VENTURA, António, "Recordando a Revolta de Fevereiro de 1927 no Porto contra a Ditadura Militar" in *Seara Nova*, n.º 1.741, edição do inverno de 2017-2018. [Consultado em 13/01/2022. Disponível em: http://searanova.publ.pt/2019/02/18/recordando-a-revolta-de-fevereiro-de-1927-no-porto-contra-aditadura-militar/

Anexos

Tabelas

Comissões Executivas e Administrativas da Câmara Municipal de Setúbal

Tabela – Lista dos Presidentes da C.M. de Setúbal durante a Primeira República (1910-1926)

Nomes	Mandato	Filiação Política
Leão Magno Azedo	05/10/1910 – 28/07/1911[2204] [1.ª Comissão Administrativa pós-5 de outubro de 1910]	Partido Republicano
Joaquim Brandão	02/08/1911[2205] – 31/12/1911 [Reorganização da Comissão Administrativa devido a nomeações para cargos públicos de alguns elementos]	Partido Republicano
Joaquim Brandão	02/01/1912[2206] - 27/07/1913[2207] [Reeleição interna segundo o Código Administrativo e remodelação por falta de membros]	Partido Republicano Evolucionista
Manuel Livério	07/08/1913[2208] - 02/01/1914 [Comissão Administrativa nomeada]	Partido Democrático
António Inácio Marques da Costa	03/01/1914[2209] – 09/07/1914 [Comissão Executiva saída das eleições municipais de novembro de 1913. Deixou de participar nas sessões a partir desta data. Demissão por motivos de saúde?[2210]]	Partido Democrático
José Teodoro Paninho	09/07/1914 – 29/10/1914[2211] [Interino por ser Vice-presidente. Demissão do cargo por razões profissionais]	Partido Democrático
José da Rocha	29/10/1914[2212] - 27/04/1915 [Reeleição interna da Comissão Executiva. Mandato interrompido pelo 'Golpe das Espadas']	Partido Democrático
Joaquim dos Santos Fernandes	28/04/1915[2213] - 14/05/1915 [Comissão Administrativa nomeada pelo governo ditatorial de Pimenta de Castro]	Partido Republicano Evolucionista

[2204] C.M. de Setúbal, *Relatório das Gerências de Outubro de 1910 a Dezembro de 1911*, Tip. Santos, Setúbal, 1912, p. 27.
[2205] *Idem*, p. 28.
[2206] C.M. de Setúbal, *Relatório da Gerência de 1912*, Tip. Santos, Setúbal, 1913, pp. 39.40.
[2207] "Comissão Administrativa" in *O Elmano*, n.º 1646 de 02/08/1913, p. 1.
[2208] "Comissão Administrativa" in *O Elmano*, n.º 1647 de 09/08/1913, p. 1.
[2209] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas C.M. de Setúbal, Cx. 91, Lv. 1 (1914-1915), "Acta da instalação e primeira sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Concelho de Setúbal" de 03/01/1914, pp. 1v-2v.
[2210] No final de maio, o edil pediu 30 dias de licença por motivos de saúde. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, Cx. 91, Lv. 1 (1914-1915), Ata da sessão ordinária de 28/05/1914, pp. 90v-91.
[2211] *Idem*, Ata da sessão ordinária de 29/10/1914, p. 171.
[2212] *Idem*, p. 171v. "Câmara Municipal" in *O Elmano*, n.º 1692 de 31/10/1914, p. 1.
[2213] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, Cx. 91, Lv. 2 (1915-1916), "Acta de posse da Comissão Administrativa do Município de Setúbal dada pelo Administrador do Concelho" de 28/04/1915, pp. 19-19v.

José da Rocha	18/5/1915[2214] – 01/01/1918 [Mandato retomado após o 14 de Maio]	Partido Democrático
Henrique Augusto Pereira	02/01/1918[2215] - 15/01/1918 [Comissão Executiva saída das eleições municipais de novembro de 1917. Mandato interrompido pelo movimento dezembrista, por alvará de 15/01]	Monárquico
Henrique Augusto Pereira	17/01/1918[2216] – 18/02/1919[2217] [Comissão Administrativa nomeada pelo governo de Sidónio Pais]	Monárquico
Joaquim dos Santos Fernandes	22/02/1919[2218] – 19/06/1919 [Comissão Administrativa pós-sidonista]	Partido Republicano Evolucionista
António Inácio Marques da Costa	20/06/1919[2219] - 09/10/1919[2220] [Mandato interrompido por doença]	Partido Democrático
António Luís Vaz	09/10/1919[2221] - 07/01/1920 [Interino por ser o Vice-Presidente]	Partido Democrático
António Luís Vaz	08/01/1920[2222] - 28/01/1920 [Pediu a demissão]	Partido Democrático
José António de Azevedo	29/01/1920[2223] - 12/07/1922[2224] [Mandato interrompido por doença][2225]	Partido Democrático
Francisco Fernandes	12/07/1922 - 23/08/1922[2226] [Interino por ser o Vice-Presidente]	Partido Democrático

[2214] *Idem*, Ata da sessão extraordinária de 18/05/1915, pp. 34-35.
[2215] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, Cx. 92, Lv. 4 (1917-1918), "Acta de instalação e primeira sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal que há-de funcionar no triénio de 1918-1920" de 02/01/1918, pp. 51v-52.
[2216] *Idem*, "Acta de posse da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, dada em 17 de Janeiro de 1918, pelo sr. Administrador do Concelho", pp. 61v-62.
[2217] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida/ expedida, Pt. 15, NT 953, Telegrama de 18/02/1919 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2218] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 92, Lv. 5 (1918-1919), "Acta de posse da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, dada em 22 de fevereiro de 1919, pelo sr. administrador do concelho", pp. 25v-26.
[2219] *Idem*, "Acta da sessão de constituição da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal de 20 de junho de 1919", pp. 51v-52. "Câmara Municipal" in *Alvorada*, nº 24 de 01/07/1919, p. 3.
[2220] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 92, Lv. 6 (1919-1920), Ata da sessão ordinária de 09/10/1919, pp. 27v-28.
[2221] *Idem,* Ata da sessão ordinária de 09/10/1919, pp. 27v-28.
[2222] *Idem*, "Ata da Comissão Executiva eleita pelo Senado Municipal em sessão de 8 de Janeiro de 1920", pp. 88-88v.
[2223] *Idem*, Ata da sessão ordinária de 29/01/1920 da C.M. de Setúbal, pp. 100-100v.
[2224] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 8 (1921-1922), Ata da sessão da C.E. da C.M. de Setúbal de 12/07/1922, p. 180v.
[2225] José António Azevedo, em julho de 1922, pediu licença de trinta dias para recuperar a sua saúde. Não recuperou devidamente, pelo que executivo considerou que deveria abandonar o cargo, recebendo louvor por trabalho e civismo: "*E tendo em consideração que é penoso, demasiado violento e até pouco humanitário, continuar a exigir-se o seu concurso ainda que a bem do Município*". ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 98, Lv. 23, Ofício nº 1081 de 25/08/1922 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para José António de Azevedo.
[2226] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 9 (1922-1923), Ata da sessão da C.E. da C.M. de Setúbal de 23/08/1922, pp. 10-13.

Francisco Fernandes	23/08/1922[2227] – 03/01/1923[2228] [Assume funções como Presidente]	Partido Republicano Democrático
Francisco Fernandes	04/01/1923[2229] – 05/03/1923[2230] [Presidência saída das eleições de 1922. Demissão coletiva]	Partido Republicano Democrático
Carlos de Oliveira Trigo	10/03/1923[2231] - 12/03/1924[2232] [Destituído após moção de desconfiança]	Partido Republicano Democrático
Francisco Fernandes	13/03/1924[2233] – 01/04/1925 [Coligação democrático-monárquica]	Partido Republicano Democrático
Francisco Fernandes	02/04/1925[2234] – 01/01/1926 [Gestão exclusiva de leque restrito de democráticos]	Partido Republicano Democrático
Carlos Osório Vasconcelos de Botelho Moniz	02/01/1926[2235] - 13/07/1926[2236] [Dissolvida no pós-28 de maio]	Não filiado [Conservador]

[2227] Artigo sem título in *República*, n.º 573 de 24/08/1922, p. 1.
[2228] "Final do primeiro acto - O ruir dos ídolos" in *O Município*, n.º 19 de 10/03/1923, p. 1.
[2229] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.E. da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 9 (1922-1923), Ata da sessão da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal de 04/01/1923, pp. 65v-66.
[2230] *Idem*, Ata da sessão ordinária de 05/03/1923 da C.E. da C.M. de Setúbal, pp. 89-90v.
[2231] *Idem*, "Acta da sessão de instalação da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal, eleita pela mesma Câmara em sessão extraordinária de 10 de março de 1923", pp. 90v-91v.
[2232] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas do Senado da C.M. de Setúbal, cx. 52, Lv. 9 (1923-1926), Ata da sessão extraordinária da C.M. de Setúbal de 12/03/1924, pp. 77-82.
[2233] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.E. da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 10 (1923-1924), Ata da sessão de 13/03/1924 da C.E. da C.M. de Setúbal, pp. 92v-94v. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.E. da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 11 (1924-1925), "Ata da sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal de 15 de janeiro de 1925", p. 42v.
[2234] *Idem*, "Ata da sessão de instalação da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal eleita pela mesma câmara em sessão de 1 de Abril" de 02/04/1925, p. 82.
[2235] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.E. da C.M. de Setúbal, cx. 94, Lv. 12 (1925-1926), "Acta da sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal de 2 de janeiro de 1926", pp. 22-23.
[2236] Decreto-Lei n.º 11875 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 159 de 13/07/1926. [Dissolve todos os corpos administrativos saídos das eleições municipais de novembro de 1925 por não estarem integradas no espírito revolucionário do 28 de maio de 1926]

Lista dos Presidentes das Comissões Administrativas da C.M. de Setúbal nomeados pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo (1926-1940)

Nomes	Mandato	Filiação Política
Augusto de Carvalho	13/07/1926 – 26/07/1926[2237] [Interino, acumulando com o cargo de administrador do concelho]	Ditadura Militar
Carlos Osório Vasconcelos de Botelho Moniz	26/07/1926[2238] - 21/03/1927 [1.ª Comissão Administrativa da Ditadura Militar de cariz interina]	Ditadura Militar
Carlos Osório Vasconcelos de Botelho Moniz	22/03/1927[2239] - 07/08/1930[2240] [Pediu a demissão por ter sido nomeado delegado do Procurador da República na comarca de Moura]	Ditadura Militar
José Carlos Girão Calheiros	08/08/1930 – 29/09/1930 [Interino por ser Vice-Presidente]	Ditadura Militar
José Carlos Girão Calheiros	30/09/1930[2241] - 14/10/1930[2242] [Pediu a demissão por ocupar um cargo remunerado na Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal]	Ditadura Militar
Afonso Martins Correia Gonçalves	21/10/1930[2243] - 11/04/1931[2244] [Tomou posse, dando continuidade à comissão administrativa original de 1926. Pedido de demissão de 5 de março de 1931 por falta de elementos necessários para a constituição de uma comissão administrativa]	Ditadura Militar

[2237] "[…] *o excelentíssimo administrador deste concelho, actualmente gerindo a Câmara Municipal de Setúbal, nos termos do decreto número onze mil oitocentos e setenta e cinco, de treze do corrente*". ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 12 (1925-1926), Ata de 26/07/1926 de "Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal nomeada por despacho do Exmo. Governador Civil de 22 de Julho de 1926", p. 173v.

[2238] *Idem*, Ata de 26/07/1926 de "Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal nomeada por despacho do Exmo. Governador Civil de 22 de Julho de 1926", p. 173v-174v. "Nova Comissão Administrativa" in *A Indústria*, nº 159 de 30/07/1926, p. 2.

[2239] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 52, Lv. 10 (1926-1927), "Acta de Instalação da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal, nomeada por decreto de 12 de março de 1927" (22/03/1927), pp. 125-125v. Despacho do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 56 de 15/03/1927.

[2240] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 1 de Registo de Alvarás (1927-1931), Alvará de 07/08/1930 do Governador Civil de Setúbal.

[2241] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 15 (1930-1931), Ata da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 30/09/1930, p. 45v.

[2242] *Idem*, Ata da sessão de 14/10/1930 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, pp. 54-54v.

[2243] *Idem*, Ata da sessão de 21/10/1930 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, p. 63.

[2244] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspecção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 1 de Registo de Alvarás (1927-1931), Alvará de 11/04/1931 do Governador Civil de Setúbal, exonerando de funções os membros da C.A. da C.M. de Setúbal. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 15 (1930-1931), Ata de 05/03/1931 da C.A. da C.M. de Setúbal, p. 129.

António Joaquim de Melo	11/04/1931[2245] - 17/12/1931[2246] [Pediu a demissão após o Governador Civil de Setúbal se ter demitido]	Ditadura Militar
Luís Teixeira de Macedo e Castro	14/01/1932[2247] - 14/05/1932[2248] [Pedido de demissão coletiva em 20/04/1932]	Ditadura Militar
Vazio político	15/05/1932 a 03/06/1932 [Chefe de Secretaria da C.M. de Setúbal assina a correspondência]	Ditadura Militar
António Joaquim de Melo	04/06/1932[2249] - 27/09/1933[2250] [Pedido de demissão coletiva em 30/08/1933]	Ditadura Militar e Estado Novo
Joaquim da Costa Novais	27/09/1933[2251] - 09/05/1934[2252] [Pedido de demissão coletiva de 04/05/1934]	Estado Novo

[2245] *Idem*, "Acta de instalação da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal nomeada por despacho do Governador Civil de 11 de Abril de 1931", p. 143.

[2246] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 17/12/1931 do Governador Civil de Setúbal.

[2247] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 13/01/1932 do Governador Civil de Setúbal. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 16 (1931-1932), "Acta de Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, nomeada por despacho do Excelentíssimo Senhor Governador Civil deste Distrito de treze de Janeiro de mil novecentos e trinta e dois" (14/01/1932), pp. 183-183v.

[2248] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 103, Lv. 47 (1932), Ofícios n.ºs 776 e 785, respetivamente de 07/05/1932 e de 14/05/1932 enviados pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.

[2249] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 31/05/1932 do Governador Civil de Setúbal. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 55, Lv. 17 (1932-1933), "Acta da Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, nomeada por alvará do Excelentíssimo Senhor Governador Civil deste Distrito de 31 de Maio de 1932" de 04/06/1932, pp. 83v-84.

[2250] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 27/09/1933 do Governador Civil de Setúbal.

[2251] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 27/09/1933 do Governador Civil de Setúbal. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 55, Lv. 19 (1933-1934), "Acta de Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, nomeada por despacho do Excelentíssimo Senhor Governador Civil deste Distrito de Vinte e Sete e Setembro de Mil Novecentos e Trinta e Três" de 27/09/1933, pp. 44-44v. Nomeado por portaria de 20/10/1933 do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 248, 24/10/1933. Tomou posse em 27/09/1933. Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 687 de 01/10/1933, p. 4.

[2252] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 09/05/1934 do Governador Civil de Setúbal. Exonerou, a seu pedido, a C.A. da C.M. de Setúbal.

Alfredo Augusto Xavier Perestrello da Conceição	09/05/1934[2253] - 02/03/1935[2254] [Demitido pelo Governador Civil de Setúbal]	Estado Novo
Vazio político	03/03/1935 – 08/05/1935 [O comandante da PSP de Setúbal, enquanto administrador do concelho, assumiu as funções interinamente]	Estado Novo
Luís Teixeira de Macedo e Castro	09/05/1935[2255]- 31/12/1937 [Extinguiu o mandato por entrar em vigor o novo Código Administrativo]	Estado Novo
António Nunes Correia	02/01/1938[2256] - 15/10/1938 [Afastou-se do cargo por doença. Acabou por falecer em 28/10/1938.[2257]]	Estado Novo
Joaquim Ferreira de Sousa Júnior	[Interino durante a doença do capitão António Nunes Correia por ser o Presidente substituto][2258]	Estado Novo
Alfredo Augusto Xavier Perestrello da Conceição	22/10/1938[2259] - 09/11/1938 [Interino. Presidente substituto da C.M. de Setúbal]	Estado Novo

[2253] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Livro nº. 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 09/05/1934 do Governador Civil de Setúbal. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 56, Lv. 20 (1934), "Ata da Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, nomeada por despacho do Excelentíssimo Senhor Governador Civil do Distrito de nove de maio de mil novecentos e trinta e quatro" de 09/05/1934, pp. 31-31v. Nomeado por portaria de 04/06/1934 do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 131 de 07/06/1934. Tomou posse em 09/05/1934. Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 702 de 15/05/1934, p. 2.

[2254] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 3 de Registo de Alvarás (1934-1938), Alvará de 02/03/1935 do Governador Civil de Setúbal.

[2255] ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 3 de Registo de Alvarás (1934-1938), Alvará de 07/05/1935 enviado pelo Governador Civil de Setúbal. ADSTB, Fundo do Arquivo Histórico-Municipal da CM de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 56, Lv. 21 (1934-1935), "Acta da Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, por despacho do Excelentíssimo Senhor Governador Civil deste Distrito de sete de maio de mil novecentos e trinta e cinco" de 09/05/1935, pp. 70-70v. Nomeado por despacho de 22/05/1935 do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 122 de 28/05/1935. "A Nova Câmara" in *O Sado*, n.º 241 de 13/05/1935, p. 1.

[2256] Nomeado por portaria de 30/12/1037 do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 305 de 31/12/1937. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 57, Lv. 25 (1937-1938), Ata de 02/01/1938 da C.A. da C.M. de Setúbal, pp. 3v-4.

[2257] Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 808 de 01/11/1938, p. 3.

[2258] Foi exonerado a seu pedido do cargo de presidente substituto. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 105, Lv. 61 (1938-1939), Ofício n.º 498 de 26/10/1938 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Capitão do porto de Setúbal.

[2259] ANTT, Ministério do Interior (inc. 2002), DGAPC, 2ª Repartição, Coleção de Correspondência Recebida, Mç. 1101, NT 1827, Lv. 85A, Ofício n.º 1793 de 26/10/1938 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Diretor-Geral da DGAPC do Ministério do Interior. Nota: A primeira sessão dirigida pelo major como presidente substituto foi de 27/10/1938. ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 57, Lv. 25 (1937-1938), Ata da sessão de 27/10/1938 da C.M. de Setúbal, p. 172.

Alfredo Augusto Xavier Perestrello da Conceição	10/11/1938[2260] - 09/12/1940[2261] [Nomeado Presidente da C.M. de Setúbal]	Estado Novo
António Pedrosa Pires de Lima	11/12/1940[2262] - 09/12/1944[2263] [Nomeado Presidente da C.M. de Setúbal]	Estado Novo

[2260] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 57, Lv. 25 (1937-1938), Ata da sessão de 10/11/1938 da C.M. de Setúbal, p.186.

[2261] Portaria de 09/12/1940 in *Diário do Governo*, II Série, n.º 286 de 10/12/1940. "A nova Câmara" in *A Indústria*, n.º 772 de 16/12/1940, p. 1.

[2262] *Ibidem*. Tomou posse em 11/12/1940. "A nova Câmara" in *A Indústria*, n.º 772 de 16/12/1940, p. 1.

[2263] ANTT, União Nacional, Comissão Executiva, Secretaria-Geral, Correspondência com as Comissões Distritais e Concelhias, Correspondência com a Comissão Distrital e a Comissão Concelhia de Setúbal, Cx. 40, Mç. 155A, Telegrama de 09/12/1944 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para a Secretaria-Geral da União Nacional.

Tabela – 1.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal pós-5 de Outubro de 1910

Cargo	Nome
Presidente	**Leão Magno Azedo**
Vice-Presidente	Joaquim Brandão
Vereador	Ezequiel Soveral Rodrigues
Vereador	António Casimiro Arronches Junqueiro
Vereador	José da Rocha
Vereador	Joaquim dos Santos Fernandes
Vereador	Manuel Livério
Vereador	José Augusto Coelho
Vereador	Eduardo Mendes Belo

Fonte: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Atas da C.M. de Setúbal, Cx. 50, Lv. 1 (1910-1911), "Acta da primeira sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho de Setúbal, em seis de Outubro de mil novecentos e dez", fl. 4.

Tabela - Comissão Administrativa de transição da C.M. de Setúbal no pós-Sidonismo (18/02/1919)

Cargos	**Nomes**
Presidente	**Joaquim dos Santos Fernandes**
Vereador	Joaquim Pedro Ferreira
Vereador	Henrique Augusto Vidal Claro
Vereador	José Alves da Silva Júnior
Vereador	João António Grilo
Vereador	António Henriques
Vereador	Porfírio da Silva Manique
Vereador	José Augusto Coelho
Vereador	Joaquim José de Carvalho

Fonte: ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 15, NT 953, Ofício n.º 33 de 18/02/1919 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 20 de junho de 1919

Cargos	**Nomes**
Presidente	**António Inácio Marques da Costa**
Vice-Presidente	António Luís Vaz
Secretário	José Estevão Farinha
Vereador	Serafim dos Santos
Vereador	Manuel Luís dos Santos
Vereador	Manuel Joaquim de Oliveira e Silva
Vereador	João António Grilo
Vereador	António de Oliveira Matos
Vereador	Francisco Augusto Ajuda

Fonte: ADSTB, AMS, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 92, Lv. 5 (1918-1919), "Acta da sessão de constituição da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal de 20 de junho de 1919", pp. 51v-52.

Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 8 janeiro de 1920

Cargos	Nomes
Presidente	**António Luís Vaz**
Secretário	Joaquim Filipe dos Santos
Vice-Secretário	João António Grilo
Vereador	José António de Azevedo
Vereador	Francisco Augusto Ajuda
Vereador	Serafim dos Santos
Vereador	Manuel Luís dos Santos
Vereador	Manuel Joaquim de Oliveira e Silva
Vereador	Manuel Luís dos Santos
Vereador	António de Oliveira Matos

Fonte: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 92, Lv. 6 (1919-1920) "Ata da Comissão Executiva eleita pelo Senado Municipal em sessão de 8 de Janeiro de 1920", pp. 88-88v.

Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 29 janeiro de 1920

Cargos	Nomes
Presidente	**José António Azevedo**
Secretário	Joaquim Filipe dos Santos
Vice-Secretário	João António Grilo
Vereador	António de Oliveira Matos
Vereador	Manuel Luís dos Santos
Vereador	Serafim dos Santos
Vereador	Félix Augusto Santana
Vereador	Francisco Augusto Ajuda
Vereador	Joaquim José de Carvalho

Fonte: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 92, Lv. 6 (1919-1920), Ata da sessão ordinária de 29/01/1920 da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal, pp. 100-100v.

Tabela – Composição da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal quando Francisco Fernandes assumiu a presidência em 23 de agosto de 1922

Cargos	Nomes
Presidente	**Francisco Fernandes**
Vereador	João Baptista Martinho
Vereador	João Francisco Dâmaso Pratas
Vereador	Manuel de Oliveira e Silva
Vereador	Francisco Marinho Valido
Vereador	Manuel Luís dos Santos
Vereador	Serafim dos Santos

Fonte: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 9 (1922-1923), Ata da sessão da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal de 23/08/1922, pp. 12v-13.

Tabela – Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 4 de janeiro de 1923

Cargos	Nomes
Presidente	**Francisco Fernandes**
Vice-Presidente	Francisco Neto Cabrita
Secretário	Carlos de Oliveira Trigo
Vice-Secretário	José Martins de Barros Lima
Vereador	Serafim dos Santos
Vereador	Manuel Luís dos Santos
Vereador	Manuel Joaquim de Oliveira e Silva

Fontes:
ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 9 (1922-1923), Ata da sessão da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal de 04/01/1923, pp. 65v-66.
"Câmara Municipal" in *O Setubalense*, n.º 1.594 de 06/01/1923, p. 2.

Tabela – Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 10 de março de 1923

Cargos	Nomes
Presidente	**Carlos de Oliveira Trigo**
Vice-Presidente	Francisco Neto Cabrita
Secretário	António José Marques
Vice-Secretário	Joaquim Filipe dos Santos
Vereador	José Martins de Barros Lima
Vereador	António Henrique de Matos
Vereador	Manuel Maria Rendeiro

Fonte: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 9 (1922-1923), "Acta da sessão de instalação da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal, eleita pela mesma Câmara em sessão extraordinária de 10 de março de 1923", pp. 90v-91v.

Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 12 março de 1924

Cargos	Nomes
Presidente	**Francisco Fernandes**
Vice-Presidente	Henrique Augusto Pereira
Secretário	José Maria da Silva
Vice-Secretário	Manuel Luís dos Santos
Vereador	Manuel Joaquim de Oliveira e Silva
Vereador	Serafim dos Santos

Fonte: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 93, Lv. 10 (1923-1924), Ata da sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal de 13/03/1924, pp. 92v-93.

Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 2 de abril de 1925

Cargos	Nomes
Presidente	**Francisco Fernandes**
Vice-Presidente	António de Oliveira Matos
Secretário	Joaquim Filipe dos Santos
Vice-Secretário	Manuel Luís dos Santos
Vereador	Manuel Maria Rendeiro
Vereador	Serafim dos Santos

Fonte: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, Cx. 93, Lv. 11, "Ata da sessão de instalação da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal eleita pela mesma câmara em sessão de 1 de Abril" de 02/04/1925, p. 82.

Tabela - Comissão Executiva da C.M. de Setúbal que tomou posse em 2 de janeiro de 1926

Cargos	Nomes
Presidente	**Carlos Osório de Vasconcelos Botelho Moniz**
Vice-Presidente	Emílio Curado de Oliveira
Secretário	Joaquim José de Carvalho
Vice-Secretário	José Augusto Paiva
Vereador	José Teodoro Paninho
Vereador	José da Rocha
Vereador	João Carvalho de Oliveira

Fonte: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 94, Lv. 12 (1925-1926), Ata da sessão da Comissão Executiva da C.M. de Setúbal de 02/01/1926, pp. 22-22v.

Tabela – Comissão Administrativa interina da C.M. de Setúbal, nomeada pela Ditadura Militar e que tomou posse em 26/07/1926

Cargos	Nomes	Profissão/Funções ocupadas
Presidente	**Carlos Osório de Vasconcelos Botelho Moniz**	Advogado / Delegado do Procurador da República /
Vice-Presidente	António Nunes Correia	Militar do R.I. n.º 11 / Engenheiro da Direção-Geral dos Caminhos de Ferro
Secretário	Afonso Martins Correia Gonçalves	Militar do R.I. n.º 11
Vice-Secretário	Joaquim Ferreira de Sousa Júnior	Professor / Diretor da Escola Comercial e Industrial Gil Vicente
Vereador	José Carlos Girão Calheiros	Engenheiro / Agente técnico na 5.ª secção da Divisão Hidráulica do Tejo / Funcionário da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado.
Vereador	António Caes Esteves	Lavrador
Vereador	Jorge de Paiva	Comerciante

Fontes: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 94, Lv. 12 (1925-1926), Ata de 26/07/1926 de "Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, nomeada por despacho do Exmo. Governador Civil de 22 de julho de 1926", pp. 173v-174v.
Nota: José Luís da Costa foi substituído dias depois pelo vogal José Carlos Girão Calheiros.

Tabela - 2.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 22 de março de 1927

Cargos	Nomes
Presidente	**Carlos Osório de Vasconcelos Botelho Moniz**
Vice-Presidente	António Nunes Correia
Secretário	Afonso Martins Correia Gonçalves
Vice-Secretário	Joaquim Ferreira de Sousa Júnior
Vogal	Jorge Franco de Paiva
Vogal	António Caes Esteves
Vogal	José Carlos Girão Calheiros

Fontes:
ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 52, Lv. 10 (1926-1927), Ata de "Instalação da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal, nomeada por decreto de 12 de março de 1927" (22/03/1927), pp. 125-125v.
Idem, Ata da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 22/03/1927, p. 126. Despacho do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 56, II de 15/03/1927.

Tabela- 3.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 30 de setembro de 1930

Cargo	Nomes
Presidente	**José Carlos Girão Calheiros**
Vice-Presidente	Afonso Martins Correia Gonçalves
Secretário	Joaquim Ferreira de Sousa Júnior
Vice-Secretário	Adriano Gonçalves de Morais
Vogal	Jorge de Franco Paiva
Vogal	José Gomes da Costa Russel do Amaral de Sá Brandão
Vogal	António Inocêncio Moreira de Carvalho (Comandante da PSP de Setúbal)

Fontes:
ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 15 (1930-1931), Ata da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal de 30/09/1930, p. 45v.
ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 41 (1930), Ofício n.º 136 de 02/10/1930 enviado por um vogal em nome do Presidente da C. M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.

Tabela - 4.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 21 de outubro de 1930

Cargo	Nomes
Presidente	**Afonso Martins Correia Gonçalves**
Vice-Presidente	Joaquim Ferreira de Sousa Júnior
Secretário	Adriano Gonçalves de Morais
Vice-Secretário	António Lameiras de Figueiredo
Vogal	José Carlos Girão Calheiros
Vogal	Jorge Franco de Paiva
Vogal	António Inocêncio Moreira de Carvalho (Comandante da PSP de Setúbal)

Fonte: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 15 (1930-1931), Ata de 21/10/1930 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, p. 63.

Tabela - 5.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 11 de abril de 1931

Cargo	Nomes
Presidente	**António Joaquim de Melo**
Vice-Presidente	Luís Vila Verde
Secretário	José Veríssimo Abrantes
Vice-Secretário	Luís Portugal da Fonseca e Melo
Vogal	João António Carvalho de Oliveira Boal
Vogal	Augusto Saraiva Ramos
Vogal	Hermenegildo Augusto dos Santos
Vogal	António Inocêncio Moreira de Carvalho (Comandante da PSP de Setúbal)

Fontes:
ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 1 de Registo de Alvarás (1927-1931), Alvará de 11/04/1931 do Governador Civil de Setúbal.
ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 15 (1930-1931), "Acta de instalação da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal nomeada por despacho do Governador Civil de 11 de Abril de 1931", p. 143.
"A posse da comissão administrativa do município" in *O Setubalense*, n.º 4009 de 11/04/1931, p. 1.

Tabela - 6.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 14 de janeiro de 1932

Cargo	Nomes
Presidente	**Luís Teixeira de Macedo e Castro**
Vice-Presidente	Joaquim Ferreira de Sousa Júnior
Secretário	Mário de Ascensão Lêdo
Vice-Secretário	Adelino Caes Esteves
Vogal	António Lameiras de Figueiredo
Vogal	António de Matos Tavares
Vogal	Inácio Augusto de Bastos Cruz

Fontes:
ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 13/01/1932 do Governador Civil de Setúbal.
ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 16 (1931-1932), "Acta de Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, nomeada por despacho do Excelentíssimo Senhor Governador Civil deste Distrito de treze de Janeiro de mil novecentos e trinta e dois" (14/01/1932), pp. 183-183v.
Portaria in *Diário do Governo*, II Série, n.º 32 de 25/01/1932.

Tabela - 7.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 31 de maio de 1932

Cargo	Nomes
Presidente	**António Joaquim de Melo**
Vice-Presidente	Augusto César Teixeira de Sousa
Secretário	José Veríssimo Abrantes (mais tarde Luís António Paias Júnior)
Vice-Secretário	António Braga Calheiros (mais tarde Joaquim Pedro Madeira)
Vogal	João António de Oliveira Boal
Vogal	Luís Portugal da Fonseca e Melo
Vogal	José Augusto Paiva (mais tarde Hermenegildo Augusto dos Santos)
Vogal	António Inocêncio Moreira de Carvalho (Comandante da PSP de Setúbal)

Fontes:

ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 55, Lv. 17 (1932-1933), "Acta da Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, nomeada por alvará do Excelentíssimo Senhor Governador Civil deste Distrito de 31 de Maio de 1932" de 04/06/1932, pp. 83v-84.

ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 31/05/1932 do Governador Civil de Setúbal.

ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvarás de 11/10/1932 do Governador Civil de Setúbal, exonerando José Augusto Paiva e nomeando Hermenegildo Augusto dos Santos.

Nota: Esta comissão administrativa sofreu várias alterações na sua estrutura interna.

Tabela- 8.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 27 de setembro de 1933

Cargos	Nomes
Presidente	**Joaquim da Costa Novais**
Vice-Presidente	Henrique Louro Fernandes
Secretário	Luís Moreira de Almeida
Vice-Secretário	Manuel Nascimento e Oliveira
Vogal	António Porto Soares Franco
Vogal	Carlos Marcelino Pereira
Vogal	António Diogo da Silva
Vogal	António Inocêncio Moreira de Carvalho (Comandante da PSP de Setúbal)

Fontes:

ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 27/09/1933 do Governador Civil de Setúbal.

Nomeado por portaria de 20/10/1933 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 248, 24/10/1933. Tomou posse a 27/09/1933.

ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 55, Lv. 19 (1933-1934), "Acta de Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, nomeada por despacho do Excelentíssimo Senhor Governador Civil deste Distrito de Vinte e Sete e Setembro de Mil Novecentos e Trinta e Três" de 27/09/1933, pp. 44-44v.

Tabela - 9.ª Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal que tomou posse em 9 de maio de 1934

Cargos	**Nomes**
Presidente	**Alfredo Augusto Xavier Perestrello da Conceição**
Vice-presidente	Carlos Homem de Figueiredo
Secretário	Guilherme da Silva Faria
Vice-Secretário	João Manuel da Costa Teixeira
Vogal	Adelino Caes Esteves
Vogal	Mário de Ascensão Lêdo
Vogal	Augusto César Lopes Pedrosa
Vogal	António Inocêncio Moreira de Carvalho (Comandante da PSP de Setúbal)

Fontes:

ADSTB, Fundo do Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv n.º 2 de Registo de Alvarás (1931-1934), Alvará de 09/05/1934 do Governador Civil de Setúbal.

Nomeado por portaria de 04/06/1934 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 131 de 07/06/1934.

ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 56, Lv. 20 (1934), "Ata da Instalação da Comissão Administrativa do Município de Setúbal, nomeada por despacho do Excelentíssimo Senhor Governador Civil do Distrito de nove de maio de mil novecentos e trinta e quatro" de 09/05/1934, pp. 31-31v.

Idem, Ata de 09/05/1934 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, pp. 32-33v.

Outros Organismos Políticos e Poder Autárquico

GOVERNADORES CIVIS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Tabela – Lista ordenada dos Governadores Civis do Distrito de Setúbal (1927-1942)

Nome	Profissão	Nomeação	Exoneração
Miguel Homem de Azevedo Queiroz Sampaio e Melo (1880-1968)	Juiz	14/02/1927 [Tomou posse em 03/03/1927]	09/05/1928 [A seu pedido]
António Alberto Bressane Leite Perry de Sousa Gomes (1895-1947)	Médico Militar	09/05/1928 [Tomou posse em 14/05/1928]	30/01/1929 [A seu pedido]
Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira (1889-1960)	Militar	30/01/1929 [Tomou posse em 15/02/1929]	21/03/1931 [A seu pedido]
Alexandre Inácio de Barros Vanzeler (1876-1956)	Militar	21/03/1931 [Tomou posse em 24/03/1931]	26/12/1931 [A seu pedido]
Joaquim dos Prazeres Louzeiro e Lança (1895-1977)	Funcionário Público	26/12/1931 [Tomou posse em 30/12/1931]	16/08/1933 [A seu pedido]
Mário Caes Esteves (1898-1944)	Funcionário Público	16/08/1933 [Tomou posse em 28/08/1933]	03/08/1934 [Nomeado para outra função]
António Manuel Gamito (1894-1950)	Advogado Professor	03/08/1934 [Tomou posse em 29/08/1934]	15/03/1935 [A seu pedido]
Francisco Luís Supico	Militar	08/04/1935 [Tomou posse em 23/04/1935]	24/06/1937 [A seu pedido]
António Barreiros Cardoso	Conservador do Registo Predial	12/07/1937 [Tomou posse em 17/07/1937]	16/06/1942 [A seu pedido]

Fontes:

Despacho de nomeação de 14/02/1927 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 36 de 17/02/1927.

Despacho de exoneração e de nomeação de 09/05/1928 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 105 de 11/05/1928.

Despacho de exoneração e de nomeação de 30/01/1929 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 29 de 05/02/1929.

Despacho de exoneração e de nomeação de 21/03/1931 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 73 de 30/03/1931.

Despacho de exoneração e de nomeação de 26/12/1931 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 301 de 30/12/1931.

Despacho de exoneração e de nomeação de 16/08/1933 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 196 de 24/08/1933.

Decreto de exoneração de 03/08/1934 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 190 de 15/08/1934.

Decreto de nomeação de 03/08/1934 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 201 de 28/08/1934. "Dr. Manuel Gamito" in *O Sado*, n.º 228 de 08/09/1934, p. 2.

Decreto de exoneração 15/03/1935 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 64 de 19/03/1935.

Decreto de nomeação de 08/04/1935 da DGAPC do Ministério do Interior in Diário do Governo, II Série, n.º 101 de 02/05/1935. "A posse do novo Governador Civil" in *A Indústria*, n.º 564 de 26/04/1935, p. 1.

Portaria exoneração de 24/06/1937 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 152 de 02/07/1937.

Portaria de nomeação de 12/07/1937 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 161 de 13/07/1937. "Governador Civil" in *A Indústria*, n.º 659 de 17/07/1937, p. 2.

Portaria de exoneração de 17/06/1937 da DGAPC do Ministério do Interior in *Diário do Governo*, II Série, n.º 139 de 17/06/1942.

Junta Distrital de Setúbal, *O Distrito de Setúbal – Breve Resenha Histórica, Monumental e Artística*, Empresa Tipográfica Casa Portuguesa, Lisboa, 1966.

Tabela – Lista dos Administradores do Concelho de Setúbal (1910-1928)

Nome	Tomada de Posse	Exoneração	Filiação Política
Luciano Evaristo de Carvalho	05/10/1910[2264]	01/03/1911	P.R.P.
Leonel Tavares de Melo	02/03/1911[2265]	14/03/1911	P.R.P.
Joaquim Brandão e **Ezequiel Soveral Rodrigues** (interinos/substitutos)	Entre março e abril de 1911 foram interinos por serem elementos do executivo municipal		Evolucionista
José Bonança	10/04/1911[2266]	22/06/1911	Desconhecida.
Francisco A. Brito	23/06/1911[2267]	29/06/1911	Desconhecida.
António Casimiro Arronches Junqueiro	30/06/1911[2268]	26/01/1913[2269]	Evolucionista
Eduardo Mendes Belo	27/01/1913[2270]	08/06/1914	Partido Democrático
General Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral	09/06/1914[2271]	16/11/1914	Conservador
Manuel Livério, **Henrique Rocha Pinto** e **Silvério António Pereia Júnior** (substitutos/interinos)	Entre meados de junho e início de novembro de 1914, o presidente da Comissão Executiva, do Senado Municipal e Silvério António Pereira Júnior ocuparam o cargo em substituição.		Partido Democrático
Manuel Silvério Júnior	17/11/1914[2272]	27/02/1915	Partido Democrático
Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral	03/02/1915[2273]	14/05/1915	Pimentismo
Manuel Silvério Júnior	16/05/1915[2274]	28/08/1915[2275]	Partido Democrático
José da Rocha (interino como edil)	31/08/1915	03/09/1915	Partido Democrático
António de Sá Pavillon	04/09/1915[2276]	01/06/1916	Partido Democrático

[2264] Nomeado no quadro revolucionário.
[2265] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Copiadores de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. n.º 1 (1910-1912), Ofício n.º 48 de 02/03/1911 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2266] *Idem*, Ofício n.º 83 de 10/04/1911 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2267] *Idem*, Ofício n.º 180 de 24/06/1911 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2268] *Idem*, Ofício n.º 186 de 30/06/1911 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2269] ANTT, Ministério do Interior (inc. 2002), DGAPC, 1ª Rep., Correspondência recebida, Mç. 237, NT 602, Lv. 85 (1938), Ofício n.º 95 de 14/02/1938 enviado pelo Presidente da C.M. Setúbal para o Diretor-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior.
[2270] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Copiadores de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. n.º 2 (1912-1914), Ofício n.º 13 de 27/01/1913 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa. "Administrador do concelho" in *O Elmano*, n.º 1622 de 23/01/1913, p. 1.
[2271] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Copiadores de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. n.º 3 (1914-1917), Ofício n.º 112 de 09/06/1914 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa. "Administrador do concelho" in *O Elmano*, n.º 1.687 de 14/06/1914, p. 1.
[2272] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Copiadores de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. n.º 3 (1914-1917), Ofício n.º 209 de 17/11/1914 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2273] *Idem*, Ofício n.º 16 de 03/02/1915 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2274] *Idem*, Ofício n.º 110 de 18/05/1915 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2275] *Idem*, Ofício n.º 177 de 28/08/1915 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2276] *Idem*, Ofício n.º 182 de 04/09/1915 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

José Bernardo Ferreira	02/06/1916[2277]	16/01/1918	Governo da 'União Sagrada'
Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral	17/01/1918[2278]	25/11/1918	Sidonista
Francisco Pires Ferraia	26/11/1918[2279]	15/02/1919[2280]	Sidonista
Joaquim Brandão (interino - de transição)	16/02/1919[2281]	15/04/1919[2282]	Evolucionista
Sebastião Tomás dos Santos	17/04/1919[2283]	19/08/1919[2284]	Partido Democrático
António Inácio Marques da Costa (interino por ser o Presidente da C.M. Setúbal)	27/08/1919[2285]	05/09/1919	Partido Democrático
José Luís da Costa	06/09/1919[2286]	25/10/1920	P.R. da Reconstituição Nacional
Álvaro Faria Machado Pinto Roby Miranda Pereira	26/10/1920[2287]	28/05/1921	Desconhecido.
José António de Azevedo (interino)	29/05/1921[2288]	06/06/1921	Partido Democrático
António Casimiro Arronches Junqueiro	06/06/1921[2289]	22/10/1921[2290]	P.R. Liberal
Alferes Carlos Américo Garcez	23/10/1921[2291]	15/02/1922[2292]	Desconhecida
Carlos Sabino da Silveira	16/02/1922[2293]	17/11/1923[2294]	Partido Democrático

[2277] *Idem*, Ofício n.º 104 de 02/06/1916 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2278] FERREIRA, Diogo, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Estuário, Setúbal, 2017, p. 157.
[2279] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiadores de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4 (1917-1920), Ofício n.º 199 de 26/11/1918 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2280] COSTA, Albérico A., *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 257.
[2281] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 15, NT 953, Ofício n.º 31 de 17/02/1919 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2282] *Idem*, Ordem de 15/04/1919 do Governador Civil de Lisboa.
[2283] ADSTB, FAMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiadores de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4 (1917-1920), Ofício n.º 64 de 18/04/1919 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2284] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 15, NT 953, Ordem de 19/08/1919 do Governador Civil de Lisboa.
[2285] Enquanto Presidente da C.M. de Setúbal assumiu o cargo interinamente. Cf. Ofícios assinados por si no livro de correspondência expedida pela Administração do Concelho de Setúbal para este período.
[2286] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4 (1917-1920), Ofício n.º 134 de 06/09/1919 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2287] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1290, Copiador de Correspondência Expedida – 2.ª Secção, Lv n.º 5, Ofício n.º 541 de 28/10/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante de Grupo de Esquadrilhas de Aviação da República. Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 377 de 01/11/1920, p. 2.
[2288] Enquanto Presidente da C.M. de Setúbal assumiu o cargo interinamente. Cf. Ofícios assinados por si no livro de correspondência expedida pela Administração do Concelho de Setúbal para este período.
[2289] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 20 , NT 956, Ofício n.º 89 de 07/06/1921 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa. Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 392 de 15/07/1921, p. 2.
[2290] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 20, NT 956, Ordem de 22/10/1921 do Governador Civil de Lisboa.
[2291] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 24, NT 978, Ofício n.º 153 de 24/10/1921 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa. "Novo administrador" in *O Setubalense*, n.º 1.227 de 24/10/1921, p. 1.
[2292] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 24, NT 978, Ordem de 15/02/1922 do Governador Civil de Lisboa.
[2293] "Administrador do Concelho" in *República*, n.º 551, 18/02/1922, p. 1.
[2294] "Carlos Sabino da Silveira" in *O Setubalense*, n.º 1860 de 17/11/1923, p. 1.

Alfredo Perestrelo da Conceição	24/11/1923[2295]	20/12/1923[2296]	Desconhecida.
Carlos Sabino da Silveira	22/12/1923[2297]	20/11/1925[2298]	Partido Democrático
Carlos de Aragão e Brito (interino)	20/11/1925[2299]	05/12/1925	Partido Democrático
Francisco Fernandes (interino como edil)	06/12/1925[2300]	31/12/1926	Partido Democrático
Carlos Correia da Costa (nomeadamente para a tomada de posse do executivo eleito em 1925)	01/01/1926[2301]	06/01/1926[2302]	Partido Democrático
Afonso Teixeira de Macedo e Castro	07/01/1926[2303]	29/05/1926[2304]	Partido Democrático
Augusto de Carvalho (interino)	29/5/1926[2305]	11/06/1926	Pós-28 de Maio
Augusto de Carvalho	12/06/1926[2306]	03/01/1928[2307]	Ditadura Militar

Notas: Em resultado da publicação do Decreto-Lei n.º 9356, de janeiro de 1924, o administrador do concelho Carlos Sabino da Silveira passou a ser delegado do Governo.[2308] Com a portaria n.º 4529, de 23 de novembro de 1925, as entidades designadas por 'delegados do Governo' passaram a ser, uma vez mais, denominadas 'administradores do concelho'.[2309] O cargo ficou praticamente extinto em 1928.

[2295] "A posse do novo administrador" in *O Setubalense*, n.º 1866 de 24/11/1923, p. 1.
[2296] "A posse do sr. administrador do concelho" in *O Setubalense*, n.º 1890 de 22/12/1923, p. 1.
[2297] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1281, Copiadores de correspondência expedida para o 'interior', Lv n.º 3, Ofício s/ref.ª de 22/12/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante do Grupo de Guarnição Militar de Setúbal.
[2298] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 99, Lv. 28, Telegrama de 29/11/1925 enviado pelo Presidente da Câmara Municipal de Setúbal para o Ministro do Interior.
[2299] "Posse" in *A Opinião*, n.º 16 de 21/11/1925, p. 2. ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1282, Copiador de Correspondência Expedida para o 'interior', Lv. n.º 6, Ofício n.º 738 de 21/11/1925 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante de Setúbal da G.N.R.
[2300] Enquanto Presidente da C.M. de Setúbal assumiu o cargo interinamente. Cf. Ofícios assinados por si no livro de correspondência expedida pela Administração do Concelho de Setúbal para este período.
[2301] "Uma violência sem nome" in *A Opinião*, suplemento ao n.º 21 de 02/01/1926, p. 2. B.S., "A posse da nova Câmara" in *Voz Sindical*, n.º 84 de 10/01/1926, p. 4.
[2302] "Nota política" in *O Setubalense*, n.º 2513 de 07/01/1926, p. 2
[2303] "Autoridade administrativa" in *A Indústria*, n.º 130 de 08/01/1926, p. 1.
[2304] "Pela administração do concelho" in *Alvorada*, n.º 131 de 24/06/1926, p. 1.
[2305] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de telegramas (1923-1927), Telegrama de 31/05/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Ministério do Interior.
[2306] "Pela administração do concelho" in *Alvorada*, n.º 131 de 24/06/1926, p. 1.
[2307] Decreto-Lei n.º 14812 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 1 de 03/01/1928.
[2308] Decreto-Lei n.º 9356 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 5 de 08/01/1924.
[2309] Portaria n.º 4.529 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 253 de 23/11/1925.

Tabelas - Regedores das Juntas de Freguesia de Setúbal pós-28 de Maio

Freguesia	Regedor
Marquês de Pombal (N.ª Sra. da Anunciada)	2.º sargento do Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro, António Joaquim Alonso
S. Julião	2.º sargento do R.I. n.º 11, Gastão Fernandes Alves Marques
Bocage (S. Sebastião)	2.º sargento do R.I. n.º 11, João Salgado
Sta. Maria da Graça	1.º sargento do R.I. n.º 11, José Martins Fangueiro.
Palmela e Marateca	Alfredo Neves do Ó Seabra
Vila Nogueira de Azeitão	Cassiano Carvalho Lopes
Vila Fresca de Azeitão	João Patrício

Fonte: Cf. Ofícios de diferentes páginas.
ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1282, Copiador de Correspondência Expedida para o 'interior', Lv. n.º 7 (1926), vários ofícios.
ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv. n.º 6 (1926), Ofício n.º 407 de 02/07/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

Tabela - Comissões administrativas das juntas de freguesia do concelho de Setúbal no pós-28 de Maio (após a dissolução ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11875)

Juntas de Freguesia	Membros das comissões administrativas
Bocage (S. Sebastião)	António Lameiras (proprietário), Francisco Galaça (empregado no comércio) e Nuno B. Pereira (empregado no comércio).
S. Julião	José Luís dos Santos (comerciante), Abílio António L. Baptista (empregado no comércio) e Domingos Correia Ribeiro (comerciante).
Marquês de Pombal (N.ª Sra. da Anunciada)	Joaquim Bento dos Santos (comerciante), Henrique César Gomes de Oliveira (empregado no comércio) e José Augusto dos Santos (industrial).
Sta. Maria da Graça	Alberto José Pereira Sartoris (farmacêutico), Januário José Dias (empregado no comércio) e António Crispim Duarte (solicitador).
S. Pedro de Palmela	Manuel dos Santos Palmela Júnior (proprietário), Joaquim de Oliveira Machado (comerciante) e Isidoro de Oliveira e Silva (proprietário).
S. Simão de Azeitão	Joaquim Rodrigues Simões (proprietário), Maximiano da Costa (proprietário) e José Rodrigues Conde (proprietário).
S. Lourenço de Azeitão	Francisco de Oliveira Maneta (proprietário), João Pedro Esteves Júnior (proprietário) e José Esperança Arrábida (comerciante).

Fontes: ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1282, Copiador de Correspondência Expedida para o 'interior', Lv. n.º 7 (1926), Ofícios n.ºs 497-503 de 28/07/1926 enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para os regedores das diferentes freguesias.

Nota I: Apesar das comissões administrativas das juntas de freguesia serem dominadas pela esfera civil, a partir do final de julho de 1926 manteve-se a preocupação de que o exercício do cargo de regedor, responsável pela segurança deveria ficar sob alçada militar.

Nota II: João Pedro Esteves Júnior e José Esperança Arrábida recusaram tomar posse dos cargos na freguesia de S. Lourenço de Azeitão, sendo substituídos por José Rodrigues Júnior e António Joaquim de Araújo. Cf. ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1283, Copiador de correspondência expedida para o 'exterior', Lv n.º 6 (1926), Ofício n.º 474 de 04/08/1926 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

Tabela - Comissão Municipal de Setúbal da União Nacional (1930)

Nome	Profissão
João Manuel da Costa Teixeira	Guarda-Livros ou Contabilista
Adelino Caes Esteves	Industrial e Comerciante
Francisco José Guerra	Industrial e Comerciante
Eugénio Moreira Rodrigues	Industrial e Comerciante
António Nunes Correia	Engenheiro

Fonte: ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 450, [pt. 47/1], Ofício s/ref.ª de 04/12/1930 enviado pelo Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Setúbal para o Chefe do Serviço Central da União Nacional – Ministério do Interior.

Tabela – Composição da comissão distrital de Setúbal da União Nacional (1930)

Nomes	Profissões
Vitorino Moreira Rodrigues	Industrial / Presidente
Joaquim Ferreira de Sousa Júnior	Professor
José Carlos Girão Calheiros	Engenheiro
Adriano Morais	Comerciante
Henrique Louro Fernandes	Proprietário
Francisco Maria Lino da Silva	Industrial

Fonte: ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 450, [pt. 47/1], Documento solto anexo ao ofício s/ref.ª de 04/12/1930 enviado pelo Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Setúbal para o Chefe do Serviço Central da União Nacional – Ministério do Interior.

Tabela - Comissão Municipal de Setúbal da Aliança Republicana e Socialista (1931)

Nomes	Filiação político-partidária
Lourenço Ramos Pinto	Partido Republicano Português
Alfredo José Barroso	Partido Republicano da Esquerda Democrática
César Castela (depois Brás Teixeira)	Partido Republicano Radical
Guilherme Faria	União Liberal Republicana
Artur Ramos	Partido Socialista Português
José Romão Santos Ferro	*Seara Nova*

Fonte: "A Aliança Republicana em Setúbal" in *A Vitória*, n.º 56 de 27/06/1931, p. 1.

Resultados Eleitorais

Eleições Legislativas e Presidenciais

Tabela – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no concelho de Setúbal (11/05/1919)

Nome do candidato	Filiação político-partidária	N.º de votos no concelho e total do círculo
Joaquim Brandão	Partido R. Evolucionista	243 (**1436**)
Jorge de Vasconcelos Nunes	Partido R. Unionista	186 (**1406**)
Luís António da Silva Tavares de Carvalho	Partido Democrático	298 (**1387**)
Dr. Eduardo Mendes Belo	Partido Democrático	310 (462)
José do Vale	Indefinido	80 (333)
António Maria Abrantes	Partido Socialista	10 (222)

Fontes: AHP-AR, Secção IX, Cx. 273, 'Mapa das Votações - Acta da Assembleia de Apuramento Geral de Setúbal de 18/05/1919'. "Eleições" in *O Setubalense*, n.º 502 de 19/05/1919, p. 2.
Notas: Colocaram-se apenas os candidatos com mais de 10 votos e a negrito os eleitos.

Tabela - Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados nas freguesias de Setúbal (11/05/1919)

Candidatos/ Freguesias	**Joaquim Brandão** (P.R.E.)	**Jorge de Vasconcelos Nunes** (P.R.U.)	**Luís António da Silva Tavares de Carvalho** (P.D.)	**Eduardo Mendes Belo** (P.D.)	**José do Vale** (Indefinido)	**António Maria Abrantes** (P.S.P.)	**Outros candidatos**
S. Sebastião (Bocage)	77	53	86	77	19	8	15
Sta. Maria da Graça e N.ª Sra. da Anunciada (Marquês de Pombal)	39	25	46	42	10	1	13
S. Julião	110	79	30	28	7	1	11
S. Lourenço e S. Simão de Azeitão	12	9	39	38	39	0	5
S. Pedro de Palmela e Marateca	5	20	96	125	5	0	0
Total de votos do concelho e do círculo n.º 29	243 **(1436)**	186 **(1406)**	297 **(1387)**	310 **(462)**	80 **(333)**	10 **(222)**	44

Fontes:
AHP-AR, Secção IX, Cx. 273, 'Mapa das Votações - Acta da Assembleia de Apuramento Geral de Setúbal de 18/05/1919'; *Idem*, Actas de eleição para deputados das freguesias do concelho de Setúbal, 11/05/1919; "Eleições" in *O Setubalense*, n.º 502 de 19/05/1919, p. 2.

Nota: Os resultados eleitorais referentes aos senadores eleitos pelo círculo n.º 29 (Setúbal) possuem apenas atas de duas freguesias (Sta. Maria da Graça e S. Julião), não permitindo realizar a apresentação dos resultados. César Justino Lima Alves, Henrique Jardim de Vilhena e Bernardino Machado foram os eleitos. Em outubro de 1919 decorreu uma eleição suplementar. Cf. AHP-AR, Secção IX, Cx. 612, Atas de eleição para senadores das freguesias de Sta. Maria da Graça e de S. Julião.

Tabela – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no concelho de Setúbal (10/07/1921)

Nome do candidato	Filiação político-partidária	Nº de votos do concelho e total do círculo
Joaquim Brandão	Partido Liberal	**581 (2450)**
Jorge de Vasconcelos Nunes	Partido Liberal	**520 (2551)**
Francisco de Salles Ramos da Costa	Partido Democrático	**475 (1755)**
Luís António da Silva Tavares de Carvalho	Partido Democrático	418 (1524)
Henrique Augusto Pereira	Monárquico	321 (914)
Afonso Augusto da Costa	Partido Democrático	16 (21)
Joaquim Mendes do Amaral	Partido Republicano Presidencialista	16 (210)
Manuel António Ryder da Costa	Partido Socialista	12 (214)
Augusto Dias da Silva	Partido Socialista	11 (208)

Fontes:
AHP-AR, Secção IX, Cx. 331A, 'Mapa de Apuramento Geral da Mesa da Assembleia para Deputados - Círculo n.º 29' de 17/07/1921.
AHP-AR, Secção IX, Cx. 331, Edital do Presidente da Assembleia Eleitoral de São Lourenço e São Simão de Azeitão de 10/07/1921;
"Candidatos por Setúbal" in *O Setubalense,* n.º 1138 de 09/07/1921, p. 2;
"Eleições em Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 1139 de 11/07/1921, p. 2.
Nota: Colocaram-se apenas os candidatos com mais de 10 votos.

Tabela - Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados nas freguesias de Setúbal (10/07/1921)

Candidatos/ Freguesias	**Joaquim Brandão** (Partido Liberal)	**Jorge de Vasconcelos Nunes** (Partido Liberal)	**Francisco de Salles Ramos da Costa** (PRP)	**Luís António da Silva Tavares de Carvalho** (PRP)	**Henrique Augusto Pereira** (Monárquico)	**Manuel António Ryder da Costa** (PSP)	**Joaquim Mendes do Amaral** (P.R. Presidencia lista)	**Augusto Dias da Silva** (PSP)	**Outros**
S. Sebastião (Bocage)	118	112	145	137	73	5	2	6	8
Sta. Maria da Graça e Nª Sra. da Anunciada (Marquês de Pombal)	106	95	85	81	60	2	3	2	4
S. Julião	189	171	55	52	81	3	4	3	4
S. Lourenço e S. Simão de Azeitão	78	44	53	54	80	0	16	0	3
S. Pedro de Palmela e Marateca	91	99	138	94	26	2	0	0	23
Nº de votos do concelho e total do círculo n.º 29	**582 (2460)**	**521 (2551)**	**476 (1765)**	**418 (1524)**	**320 (914)**	**12 (214)**	**25 (210)**	**11 (208)**	**42**

Fontes:
AHP-AR, Secção IX, Cx. 331A, Atas de eleição de Deputados das assembleias eleitorais das freguesias do concelho de Setúbal;
Idem, 'Mapa do apuramento geral da mesa da assembleia do apuramento para deputados do círculo n.º 29 (Setúbal) em 17 de julho de 1921';
Idem, Parecer da terceira comissão de apuramento das assembleias eleitorais das freguesias de Sta. Maria, S. Julião e S. Sebastião de Setúbal e S. Pedro de Palmela e Marateca, 17/07/1921;
AHP-AR, Secção IX, Cx. 331, Ata de eleição de Deputados da assembleia eleitoral de S. Lourenço de Azeitão.
"Candidatos por Setúbal" in *O Setubalense,* n.º 1138 de 09/07/1921, p. 2;
"Eleições em Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 1139 de 11/07/1921, p. 2.

Tabela – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no concelho de Setúbal (29/01/1922)

Nome do candidato	Filiação político-partidária	Nº de votos do concelho e total do círculo
Joaquim Brandão	Partido Liberal	**669 (2230)**
Jorge de Vasconcelos Nunes	Partido Liberal	**642 (2176)**
Luís António da Silva Tavares de Carvalho	Partido Democrático	**360 (1475)**
Gaudêncio Pires de Campos	Partido Democrático	183 (678)
António de Sousa Tudella	Partido Democrático	28 (767)
Francisco da Silva Sampaio Pombinha	Partido Liberal	25 (590)

Fontes: AHP-AR, Secção IX, Cx. 381, 'Mapa das Votações - Acta da Assembleia de Apuramento Geral de Setúbal (Círculo n.º 29)' de 05/02/1922.
Notas: Colocaram-se apenas os candidatos com mais de 10 votos e os eleitos estão a negrito.

Tabela - Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados nas freguesias de Setúbal (29/01/1922)

Candidatos/ Freguesias	**Joaquim Brandão** (Partido Liberal)	**Jorge Vasconcelos Nunes** (Partido Liberal)	**Luís António da Silva Tavares de Carvalho** (PRP)	**António de Sousa Tudela** (PRP)	**Gaudêncio Pires de Campos** (PRP)	**Francisco da Silva Sampaio Pombinho** (Partido Liberal)	**Outros**
S. Sebastião (Bocage)	143	141	96	16	10	10	2
Sta. Maria da Graça e Nª Sra. da Anunciada (Marquês de Pombal)	140	127	65	8	43	7	3
S. Julião	210	201	34	1	12	7	3
S. Lourenço e S. Simão de Azeitão	70	69	59	1	58	0	2
S. Pedro de Palmela e Marateca	106	104	106	2	60	1	1
Total de votos do concelho e do círculo n.º 29	**669 (2230)**	**642 (2176)**	**360 (1475)**	**28 (768)**	**183 (678)**	**25 (590)**	**11 (68)**

Fontes:
AHP-AR, Secção IX, Cx. 381, Parecer das comissões das assembleias de apuramento geral das diferentes freguesias do concelho de Setúbal de 05/02/1922;
Idem, Atas da eleição de deputados das diferentes freguesias do concelho de Setúbal e editais das assembleias eleitorais;
Idem, Ata da assembleia de apuramento da eleição de deputados do círculo n.º 29 de 05/02/1922;
Idem, "Mapa das Votações - Acta da Assembleia de Apuramento Geral de Setúbal (Círculo nº 29)" de 05/02/1922.

Tabela – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no concelho de Setúbal (08/11/1925)

Nome do candidato	Filiação político-partidária	Nº de votos do concelho e total do círculo
João Bernardino de Sousa Carvalho	Partido Democrático	**816 (2821)**
Joaquim Brandão	P.R. Nacionalista	**705 (2584)**
Jorge de Vasconcelos Nunes	P.R. Nacionalista	**471 (2384)**
Jorge Pereira de Carvalho	Partido Democrático	580 (2364)
Luís António da Silva Tavares	P. R. Esquerda Democrática	434 (1482)
Luís Feio Basto Folque	P. Monárquico	629 (1335)
Orlando Marçal	P.R. Radical	312 (973)
José de Jesus Pires	P. R. Esquerda Democrática	33 (753)
Joaquim Manuel Duarte Ferreira	Independente/Regionalista	40 (479)
Aprígio Augusto da Serra e Moura	Independente	2 (425)

Fontes:
AHP-AR, Secção IX, Cx. 442, 'Acta da Assembleia de Apuramento geral da eleição de Deputados do círculo n.º 29 (sede em Setúbal)' de 15/11/1925;
Idem, Cx. 443, Atas da eleição de deputados das diferentes freguesias do concelho de Setúbal e editais das assembleias eleitorais;
BAIÔA, Manuel, *O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): «Uma República para Todos os Portugueses»*, ICS, Lisboa, 2015, p. 275.
"Assembleia de Apuramento" in *A Opinião*, n.º 15 de 18/11/1925, p. 3.
"As eleições – O apuramento de ontem" *in O Setubalense*, n.º 2471 de 16/11/1925, p. 1.

Tabela - Resultado das eleições de 1925 para a Câmara dos Deputados no concelho de Setúbal

Freguesias/ Candidatos	João Bernardino de Sousa Carvalho (PD)	Joaquim Brandão (PRN)	Jorge de Vasconcelos Nunes (PRN)	Jorge Pereira de Carvalho	Luís António da Silva Tavares	Luís Feio Basto Folque	Orlando Marçal	Outros
S. Sebastião (Bocage)	193	144	83	133	197	154	147	35
Nª Sra. da Anunciada (Marquês de Pombal)	146	98	65	119	51	84	55	4
Sta. Maria da Graça	40	91	61	30	38	62	37	6
S. Julião	71	235	145	36	36	167	36	14
S. Lourenço e S. Simão de Azeitão	164	47	37	102	1	109	8	1
S. Pedro de Palmela	202	90	80	160	111	53	29	17
Total de votos do concelho e do círculo n.º 29	**816 (2821)**	**705 (2584)**	**471 (2384)**	**580 (2364)**	**434 (1482)**	**629 (1335)**	**312 (973)**	**77**

Fontes:
AHP-AR, Secção IX, Cx. 442, Ata da Assembleia de Apuramento geral da eleição de Deputados do círculo n.º 29 de 15/11/1925;
Idem, Cx. 443, Atas da eleição de deputados das diferentes freguesias do concelho de Setúbal e editais das assembleias eleitorais;
QUEIROZ, António José, "As eleições legislativas de 1925" in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História*, III Série, vol. 11, FLUP, Porto, 2010, p. 88.

Tabela - Resultados das eleições de 1925 para senadores nas freguesias de Setúbal

Freguesias/ Candidatos	Herculano Jorge Galhardo	José Fernando de Sousa	Bernardino Machado	António Pires de Carvalho	Eduardo Pinto de Sousa	Lúcio Gonçalves Nunes	Outros
S. Sebastião (Bocage)	175	172	170	184	180	80	1
Nª Sra. da Anunciada (Marquês de Pombal)	154	86	154	30	28	76	0
Sta. Maria da Graça	41	77	43	37	37	53	1
S. Julião	76	189	71	31	29	91	2
S. Lourenço e S. Simão de Azeitão	142	82	141	0	0	-	0
S. Pedro de Palmela	186	163	181	78	65	3	2
Total de votos	**774**	**769**	**760**	**360**	**339**	**303**	**6**

Fontes:
AHP-AR, Secção IX, Cx. 735, Atas da eleição de senadores para o Senado da República das freguesias do concelho de Setúbal e editais de assembleias eleitorais;
Idem, Cx. 443, Edital de Assembleia eleitoral de S. Lourenço e S. Simão de Azeitão de 08/11/1925.

Tabela – Resultados das Eleições Presidenciais de 25/03/1928 no concelho de Setúbal

Freguesias	N.º de eleitores	Total de votos	Favoráveis	Nulos	Abstenção
S. Sebastião (Bocage)	1157	610	590	20	547
Nª Sra. da Anunciada (Marquês de Pombal)	668	419	418	1	249
Sta. Maria da Graça	364	197	195	2	167
S. Lourenço de Azeitão	?	252	252	0	?
S. Julião	?	482	479	3	?
S. Simão de Azeitão	442	410	410	0	32
Totais	**?**	**2370**	**2344**	**26**	**?**

Fontes: AHP-AR, Secção XXV-A (Presidenciais, 1928), Cx. 62 (Setúbal), Atas da Eleição do Presidente da República Portuguesa das freguesias do concelho de Setúbal.
Notas: Cerca de 2 dezenas de votos anulados por terem sido colocados nomes de figuras como Bernardino Machado, Magalhães Lima, António José de Almeida ou Gomes da Costa. Os números de eleitores foram retirados dos cadernos eleitorais apensos às atas de eleição.

Tabela - Resultados do Plebiscito Nacional de 19/03/1933 no concelho de Setúbal

Freguesias	N.º de Eleitores	Votos favoráveis	Votos contra	Abstenção
S. Sebastião (Bocage)	1238	275	18	945
Nª Sra. da Anunciada (Marquês de Pombal)	1061	633	15	413
Sta. Maria da Graça	926	226	20	680
S. Julião	1039	350	11	668
S. Lourenço de Azeitão	488	254	25	209
S. Simão de Azeitão	349	284	0	65
Totais	**5101**	**2022**	**89**	**2980**

Fontes: AHP-AR, Secção XXV-D (Plesbicito Nacional, 1933), Cx. 43 (Setúbal), Atas do Plebiscito Nacional das Assembleias Eleitorais das freguesias do concelho de Setúbal respetivos cadernos de chamadas.
Notas: Cada abstencionista foi considerado como voto favorável. Estes documentos são fontes com algumas dificuldades contabilísticas subjacentes.

Eleições Municipais/Autárquicas

Tabela – Resultados das eleições municipais no concelho de Setúbal (25/05/1919)

Nome	Filiação	N.º de votos
João António Grilo	Lista do Concelho	817
Francisco M. Xavier Júnior	Lista do Concelho	799
Félix Augusto Santana	Lista do Concelho	684
Serafim dos Santos	Lista do Concelho	529
Manuel Luís dos Santos	Partido Democrático	468
José Teodoro Paninho	Partido Democrático	460
António Luís Vaz	Partido Democrático	457
Henrique Augusto Pacheco	Partido Democrático	455
Artur Cardoso	Lista do Concelho	455
Manuel J. d'Oliveira e Silva	Partido Democrático	454
Francisco Ajuda	Partido Democrático	454
José Estevão Farinha	Partido Democrático	453
Dr. Belarmino Augusto Pereira de d'Abreu e Sousa	Partido Democrático	448
Joaquim Filipe dos Santos	Partido Democrático	447
José António Azevedo	Partido Democrático	445
António Inácio Marques da Costa	Partido Democrático	444
António Oliveira Matos	Partido Democrático	437
Joaquim dos Santos Fernandes	Lista do Concelho	412
António Joaquim Henriques	Lista do Concelho	392
José Alves da Silva Júnior	Lista do Concelho	389
Manuel Carquejeiro Júnior	Lista do Concelho	385
António José Marques	Lista do Concelho	382
Joaquim Pedro Ferreira	Lista do Concelho	380

Fonte: "Apuramento eleitoral" in *O Setubalense*, n.º 515 de 03/06/1919, p. 1.

Tabela – Resultados das eleições municipais de Setúbal (12/11/1922)

Nomes	**Atividade profissional**	**Filiação político-partidária**	**Nº de Votos**
Joaquim José de Carvalho	Empregado no comércio	Republicano conservador (votado na 'Lista da Cidade' e na 'Lista do Concelho')	**1073**
José Teodoro Paninho	Comerciante	Partido Democrático	**977**
Francisco Fernandes	Farmacêutico	Partido Democrático	**963**
Francisco Neto Cabrita	Comerciante/proprietário	Partido Democrático	**935**
Manuel Luís dos Santos	Proprietário	Partido Democrático	**933**
António Luís Pereira d'Almeida	Médico	Partido Democrático	**926**
Carlos d'Oliveira Trigo	Funcionário Público	Partido Democrático	**925**
Serafim dos Santos	Industrial/Proprietário	Partido Democrático	**920**
José Martins de Barros Lima	Industrial	Partido Democrático	**918**
Manuel Joaquim d'Oliveira e Silva	Proprietário	Partido Democrático	**916**
António dos Santos Neves	Industrial conserveiro	Partido Democrático	**907**
António Henrique de Matos	Comerciante	Partido Democrático	**890**
António d' Oliveira Matos	Industrial de padaria	Partido Democrático	**874**
António José Marques	Comerciante/proprietário	Partido Democrático	**871**
Henrique Augusto Pereira	Proprietário	'Lista da Cidade' - Monárquico	**848**
Manuel Maria Rendeiro	Comerciante/proprietário	Partido Democrático	**833**
Joaquim Filipe dos Santos	Operário serralheiro	Partido Democrático	**805**
João de Oliveira Boal	Proprietário	'Lista da Cidade'	**768**
José Maria da Silva	Industrial	'Lista da Cidade'	**755**
Mariano Augusto Coelho	Industrial conserveiro	'Lista da Cidade' – Republicano conservador/independente	**747**

Fontes:
Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 426 de 15/11/1922, p. 2;
"Eleições Administrativas" in *O Setubalense*, n.º 1548 de 11/11/1922, p. 2;
"Eleições Municipais: A composição da nova Câmara de Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 1550 de 14/11/1922, p. 3;
"As eleições de domingo no concelho" in *República*, n.º 583 de 02/12/1922, p. 2.
Nota: Joaquim José de Carvalho, figura de relevo na história palmelense, foi votado nas duas listas.

Tabela – Resultados dos vereadores eleitos nas eleições municipais de Setúbal (22/11/1925)

Nomes	**Atividade profissional**	**Filiação político-partidária**	**Total de Votos**
Venâncio da Costa Lima	Proprietário	Lista do Concelho	2115
Joaquim José de Carvalho	Proprietário	Lista do Concelho	1341
José Teodoro Paninho	Comerciante	Lista do Concelho	1335
João Carvalho e Oliveira	Proprietário	Lista do Concelho	1333
Dr. José Mendes Correia Baptista	Advogado	Lista do Concelho	1329
Dr. Carlos Osório V. Botelho Moniz	Advogado	Lista do Concelho	1317
Dr. António Maria de Sousa	Médico	Lista do Concelho	1309
Mariano Augusto Coelho	Industrial	Lista do Concelho	1262
José da Rocha	Negociante	Lista do Concelho	1230
Manuel Lourenço Carqueijeiro Júnior	Comerciante	Lista do Concelho	1168
Bernardino Cipriano Torres Farinha	Comerciante	Lista do Concelho	1147
Alexandre Cardoso	Comerciante	Lista do Concelho	1143
Emílio Curado de Oliveira	Farmacêutico	Lista do Concelho	1134
Joaquim da Silva	Industrial	Lista do Concelho	1122
Francisco Fernandes	Farmacêutico	Partido Democrático	1111
Manuel L. Santos	-	Partido Democrático	1079
António Nunes Júnior	-	Partido Democrático	1072
José V. Lopes dos Santos	-	Partido Democrático	1062
M. Oliveira e Silva	-	Partido Democrático	1059
José Augusto Paiva	Industrial	Lista do Concelho	1046

Fontes:
"Eleições administrativas" in *A Opinião*, n.º 17 de 28/11/1925, p. 2;
"Eleições camarárias" in *A Indústria*, n.º 124 de 27/11/1925, p. 3.
"As eleições administrativas" in *O Setubalense*, n.º 2482 de 30/11/1925, p. 2.

Custo de Vida, Organismos Agrícolas e Questão das Subsistências

Tabela – Comissão de Subsistências de Setúbal criada ao abrigo do Decreto n.º 6456 (1920)

Nome	Em representação de:
José Luís da Costa	Administração do Concelho de Setúbal
Manuel Madeira	Junta de Freguesia de Bocage
Ricardo dos Santos Pereira	Junta de Freguesia de Santa Maria da Graça
Carlos Firmo de Faria	Junta de Freguesia de S. Julião
César Castelo	Junta de Freguesia de Marquês de Pombal
João António Grilo	Câmara Municipal de Setúbal
Albano da Silva Mesquita	Consumidores

Fonte: ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. 4 (1917-1920), Ofício n.º 68 de 13/04/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa. Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 365 de 01/05/1920, p. 2.

Tabela - Comissão dos Abastecimentos de Setúbal nomeada nos termos do Decreto n.º 7235, de 15/01/1921.

Nome	Cargo
Carlos Sabino da Silveira	Presidente (simultaneamente administrador do concelho)
Henrique Carlos Martins	Secretário
Francisco Fernandes	Representante da C.M. de Setúbal
José Pedro Prata Saraiva	Desconhecido.
António Rodrigues Camalhão Júnior	Desconhecido.
António Ferreira Alves Passos Júnior	Desconhecido.
João António Grilo	Representante das Cooperativas de Consumo
Adriano Correia da Fonseca	Representante das Juntas de Freguesia
Joaquim Duarte Coelho Bravinho	Representante das Juntas de Freguesia

Fonte: ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1282, Copiador de Correspondência Expedida para o 'Exterior', Lv. 1 (1922-1923), Ofício n.º 297 de 08/05/1923 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comissário-Geral dos Abastecimentos.

Tabela – Média anual dos preços de géneros de 1.ª necessidade no concelho de Setúbal (1918-1934)

Anos/ Géneros	Azeite (10 l)	Arroz descascado (15kg)	Batatas (15kg)	Cebolas (15kg)	Farinha de milho (15kg)	Farinha de trigo (15kg)	Feijão branco	Feijão frade	Galinhas (unidade)	Grão	Milho	Ovos	Vinho de pasto (20l)
1918/1919	8$00	10$00	1$60	1$00	2$50	4$00	4$00	1$80	1$50	2$00	1$60	$80	3$50
1919/1920	10$00	10$00	3$00	1$00	4$50	6$00	6$00	3$00	2$50	3$60	2$00	1$20	4$50
1920/1921	5$00	9$00	3$00	3$00	4$50	6$20	6$50	3$50	2$50	4$00	2$50	1$20	5$00
1921/1922	10$00	-	6$00	5$00	7$00	9$00	8$00	5$00	3$00	7$00	5$00	1$50	9$00
1922/1923	35$00	30$00	7$50	6$50	15$00	21$00	22$00	18$00	10$00	18$00	10$00	5$00	10$00
1923/1924	35$00	30$00	12$00	6$50	16$00	22$00	25$00	20$00	12$00	20$00	10$00	7$00	18$00
1924/1925	30$00	31$50	6$00	3$00	15$00	18$00	15$00	10$00	6$00	15$00	8$00	3$50	18$00
1925/1926	50$00	36$00	8$00	5$00	18$00	24$00	15$00	10$00	10$00	15$00	9$00	4$80	20$00
1926/1927	70$00	34$00	9$00	5$00	18$00	24$00	20$00	12$00	10$00	16$00	10$00	5$50	20$00
1927/1928	75$50	34$00	10$00	6$00	18$00	24$00	25$00	16$00	10$00	18$00	10$00	5$50	20$00
1928/1929	55$00	30$00	8$00	7$00	18$00	24$00	26$00	17$00	10$00	19$00	10$00	5$50	20$00
1929/1930	40$00	-	8$00	9$00	-	-	20$00	14$00	10$00	20$00	9$50	4$00	20$00
1930/1931	40$00	-	8$00	9$00	-	-	20$00	14$00	10$00	20$00	9$50	4$00	20$00
1931/1932	40$00	-	8$00	9$00	-	-	20$00	14$00	10$00	20$00	10$00	4$00	-
1932/1933	40$00	-	8$00	9$00	-	-	20$00	14$00	10$00	20$00	10$00	4$00	-
1933/1934	5$00	33$50	10$00	10$00	14$50	-	20$00	15$00	12$00	15$00	11$00	4$50	10$00

Baseado em: ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Controlo das Atividades Económicas, Comércio, Cx. 957 - Documentos auxiliares de registo da estiva camarária (1908-1953), Estiva(s) Camarárias de 1918 a 1939.

Tabela - Composição das comissões municipal e de freguesia da Campanha do Trigo (1929-1931)

Comissão Municipal de Setúbal	João Manuel Carvalho
	João Martins Milho
Comissão da Freguesia de Marquês de Pombal	José Sebastião Ferreira
	António Rodrigues Camalhão Júnior
	Jerónimo Alves Ferreira
Comissão da Freguesia de S. Julião	Vitorino Moreira Rodrigues
	José de Freitas
	José Gonçalves Sobrinho
Comissão da Freguesia de Sta. Maria da Graça	José da Rocha
	Alfredo O'Neill
	Adelino Caes Esteves
Comissão da Freguesia de Bocage	Alfredo Miguens
	Celestino Mayer Guerreiro
	José Casimiro da Silva
Comissão da Freguesia de S. Lourenço de Azeitão	António Maria de Sousa
	Gaspar Franco de Paiva
	José Cipriano da Costa
Comissão da Freguesia de S. Simão de Azeitão	Carlos de Almeida Afonso
	António Francisco Simões
	João Mariano de Carvalho

Fontes:
ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 101, Lv. 40 (1929-1930), Ofício n.º 320 de 03/12/1929 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal.
ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 102, Lv. 42 (1930-1931), Ofício n.º 551 de 15/01/1931 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal**.**

Tabela - Composição das comissões de Setúbal da Campanha de Produção Agrícola (1931)

Comissão Distrital de Setúbal	
Afonso Martins Correia Gonçalves	Vitorino Moreira Rodrigues
Comissão Municipal de Setúbal	
Henrique Augusto Pereira	Henrique Louro Fernandes
Comissão da Freguesia de S. Julião	
Abílio Fernandes	José Luís da Costa
Comissão de Freguesia de Sta. Maria da Graça	
Adelino Caes Esteves	Adolfo Carlos Beija
Comissão de Freguesia de Bocage	
Alfredo de Almeida Miguens	Joaquim Tiago da Paz Fernandes
Comissão de Freguesia de Marquês de Pombal	
António Rodrigues Camalhão Júnior	Lucien Vardy

Fonte: ADSTB, Governo Civil de Setúbal, Gestão dos Serviços Públicos e de Interesses Económicos, Inspeção-Geral e Coordenação do Serviço Púbico, Registo de Alvarás, Lv. n.º 1 de Registo de Alvarás (1927-1931), Alvarás de 05/08/1931 e de 15/08/1931 do Governador Civil de Setúbal.

Tabela – Greves e *Lock-Outs* ocorrido na cidade de Setúbal (1919-1933)

Data/Período	Tipologia	Classe Profissional	Motivos
2.ª Quinzena de janeiro de 1919[2310]	Greve	Ferroviários de Setúbal	Adesão a movimento nacional.
2 de julho de 1919	Greve	Ferroviários de Setúbal	Aumento salarial. exigência de subsídio familiar e previdência.
6 a 21 agosto de 1919[2311]	Greve *Lock-Out*	Soldadores da fábrica 'Pereira & Cª. Lda.' Industriais conserveiros	Solidariedade com 2 trabalhadores demitidos e rejeição de trabalhar com não-sindicalizados. Resposta à greve.
23 de outubro de 1919[2312]	Greve	Marítimos proprietários de cercos em cooperativas	Desejo de conseguir o exclusivo de pesca para cercos a remos.
Novembro de 1919[2313]	Greve	Operárias conserveiras casadas com marítimos dos cercos a remos	Procura de impedir que outras operárias trabalhassem pescado capturado por cercos a vapor.
1.ª Quinzena de novembro de 1919[2314]	Greve	Operários da fábrica de cimento da Rasca	Não cumprimento do horário de trabalho (8h).
2.ª quinzena novembro de 1919[2315]	Greve	Industriais	Fizeram greve à compra de peixe na lota por os marítimos exigirem o pagamento a pronto.
3ª semana de janeiro de 1920[2316]	Greve	Pessoal da abegoaria e da limpeza da C.M. de Setúbal	Aumento de salário para responder ao aumento do custo de vida.
1ª Quinzena de fevereiro de 1920[2317]	Greve	Metalúrgicos da fábrica de conservas *Daniel & Raimond*	Protesto por despedimento de um colega.
23 a 26 de fevereiro de 1920[2318]	Greve	Pessoal da Companhia de Águas	Aumento de salário.

[2310] Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 338 de 01/02/1919, p. 2.
[2311] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiadores de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4 (1917-1920), Ofício n.º 122 de 13/08/1919 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa. "Encerramento das fábricas de conservas" in *A Mocidade*, n.º 349 de 15/08/1919, p. 3.
[2312] "O conflito com os marítimos" in *O Setubalense*, n.º 623 de 23/10/1919, p. 1.
[2313] PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: O caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História, FCSH/NOVA, Lisboa, 2013, p. 364.
[2314] SILVA, Dias da, *Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 83, sessão de 17/11/1919, pp. 15-16.
[2315] "Pela indústria da pesca – novos conflitos" in *Alvorada*, n.º 32 de 01/12/1919, p. 3.
[2316] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Correspondência recebida, Cx. 162, Pt. 17 (1920), Ofício s/refª de 17/01/1920 enviado pelo Presidente da Associação de Classe dos Trabalhadores de Limpeza do Município de Setúbal para o Presidente da C.M. Setúbal. "Ecos & Notas" in *Alvorada*, n.º 36 de 30/01/1920, p. 2. FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. I, *Cronologia*, Europa-América, Viseu, 1979, p. 157.
[2317] "Pelas classes" in *Alvorada*, n.º 37 de 22/02/1920, p. 2.
[2318] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4 (1917-1920), Ofícios n.ºs 29 e 32, de 23/02/1920 e 26/02/1920 enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa. "As grandes carrapatas municipais" in *O Setubalense*, n.º 720 de 21/02/1920, p. 1.

Final de fevereiro e início de março de 1920[2319]	Greve	Ferroviários de Setúbal	Adesão a movimento nacional.
1.ª quinzena de março de 1920[2320]	Greve	Funcionários da abegoaria da C.M. de Setúbal	Aumento salarial.
1.ª quinzena de março de 1920[2321]	Greve	Marítimos dos cercos a remos	Protesto contra utilização de peixe capturado por cercos a vapor nas fábricas de conservas.
1 de março de 1920[2322] a 31 do mesmo mês[2323]	Greve	Empregados dos Telégrafos-Postais	Aumento de salário. (âmbito nacional)
1.ª Quinzena de março de 1920[2324]	Greve	Empregados da Repartição de Finanças	Aumento de salário. (âmbito nacional)
1ª semana de abril de 1920[2325]	Greve	Operários tipógrafos	Aumento de salário.
9 de julho de 1920	*Lock-out*	Industriais conserveiros	Protesto contra os assaltos coletivos de 8 de julho.
Últimos dias de julho de 1920[2326]	Greve	Pessoal da abegoaria da C.M. de Setúbal	Falta de géneros/carestia.
Início da 3ª semana de agosto de 1920[2327]	Greve	Marítimos	Carregadores/descarregadores e compradores de peixe não estavam a adquirir o pescado pelos preços estipulados.
9 a 15 de setembro de 1920[2328]	Greve-Geral	Paralisação total do trabalho	Falta de farinhas e géneros de 1.ª necessidade.

[2319] *Idem*, Ofício n.º 34 de 01/03/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2320] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 18 (1919-1920), Ofício n.º 373 de 12/03/1920 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Comandante do Grupo de Artilharia de Guarnição de Setúbal.
[2321] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4 (1917-1920), Ofício n.º 36 de 02/03/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2322] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida/Expedida, Pt. 11 (1918-1920), NT 942, Ofício n.º 39 de 04/03/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2323] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1289, Copiador de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Lv. n.º 4 (1917-1920), Ofício n.º 58 de 31/03/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2324] *Idem*, Ofício n.º 42 de 05/03/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2325] "Greves" in *Alvorada*, n.º 38 de 10/04/1920, p. 3.
[2326] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 19 (1920), Ofício n.º 963 de 31/07/1920 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Comandante do Grupo de Artilharia de Guarnição de Setúbal.
[2327] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 114, NT 962 (1920), Ofício n.º 168 de 21/08/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2328] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 97, Lv. 19 (1920), Telegrama de 09/09/1920 do Presidente da C.M. de Setúbal para o Ministro da Agricultura. ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 113, NT 947 (1919), Ofício n.º 208 de 15/09/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

3ª semana de setembro de 1920[2329]	*Lock-Out*	Encerramento das fábricas de conservas de peixe	Protesto contra a elevação do imposto *ad-valorem* para 3% e a taxa adicional sobre o azeite.
30 de setembro de 1920	Greve	Pessoal da limpeza da C.M. de Setúbal	Aumento de salário.
12 de novembro de 1920	Greve	Pessoal da limpeza da C.M. de Setúbal	Aumento de salário.
24 de janeiro de 1921[2330]	Greve	Descarregadores e estivadores de sal	Protesto contra o facto dos batelões, da firma *M.A. Simões*, atracarem no cais do porto de Setúbal.
8 de junho de 1921[2331]	Greve	Soldadores das fábricas da *Ferreira Santos & C.ª*	Protesto contra a introdução de lata vazia proveniente de fora do concelho.
15 de setembro de 1921[2332]	Greve	Soldadores	Aumento de salário.
12 de dezembro de 1921	Greve	Trabalhadores de algumas fábricas de conservas	Aumento de salário.
3 de janeiro de 1922	Greve	Operários metalúrgicos das firmas Viúva & Filhos e da Cândido & Ribeiro	Aumento de salário.
2ª quinzena de janeiro de 1922	Greve	Estudantes da Escola Comercial	Queriam afastar o professor Sebastião Tomás dos Santos.
17 a 19 de janeiro de 1922	Greve	Padeiros	Aumento salarial.
18 de janeiro de 1922	Greve	Operários da *Companhia Lusitana de Conservas*	Aumento salarial.
12 a 16 de fevereiro de 1922	*Lock-Out*	Industriais conserveiros	Protesto e apoio à fábrica de conservas de F.M. Lino da Silva, que queria colocar com encarregado um indivíduo não filiado na associação de classe.
4 a 11 de julho de 1922[2333]	*Lock-Out*	Industriais conserveiros	Resposta a pedido de aumento de salário.
8 a 17 de agosto de 1922[2334]	Greve	Classes trabalhadoras de Setúbal, exceto os caixeiros e os funcionários municipais	Exigência do barateamento do custo do pão. Protesto contra a legislação que ditou os dois tipos de pão.

[2329] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 114, NT 962 (1920), Ofício n.º 223 de 23/09/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal ao Governador Civil de Lisboa.
[2330] "Carregadores e estivadores de sal" in *O Setubalense*, n.º 1000 de 26/01/1921, p. 1.
[2331] "Operários soldadores" in *O Setubalense*, n.º 1119 de 09/06/2021, p. 1.
[2332] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 280.
[2333] "Greves" in *Alvorada*, n.º 77 de 12/07/1922, p. 2.
[2334] Artigo sem título in *República*, n.º 571 de 10/08/1922, p. 1. CASTRO, Afonso de Macedo e, "O encarecimento da vida - O dever do Estado" in *República*, n.º 572 de 17/08/1922, p. 1. "Contra a elevação do preço do pão – Os últimos movimentos de protesto das classes produtoras" in *Alvorada*, n.º 79 de 25/08/1922, p. 2.

18 de setembro[2335] a 1 de dezembro de 1922	Greve-Geral (75 dias)	Indústria conserveira (mulheres, trabalhadores, soldadores, moços, carregadores)	Aumento salarial na ordem dos 40%.
Final de setembro e início de outubro de 1922[2336]	Greve	Carroceiros	Solidariedade com a greve-geral da indústria de conservas.
10[2337] a 13[2338] de janeiro de 1923	Greve	Trabalhadores das fábricas *Camalhão, Portela & Cª* e da *Machado & Cª, Lda.*	Protesto contra a admissão de operário não sindicalizado na primeira fábrica.
23 de abril de 1923[2339]	*Lock-Out*	Industriais conserveiros	Contra a elevação das pautas alfandegárias e lei nº 1.368.
15 de abril[2340] a 30 de maio[2341] de 1923	Greve	Estivadores e tripulantes das embarcações que conduziam as cargas para bordo dos vapores e descarregadores de sal	Aumento de salário na ordem dos 30%.
2.ª quinzena de abril a 14 de maio de 1923[2342]	Greve	Manipuladores de pão	Aumento de salário.
21 de maio de 1923[2343]	Greve	Soldadores das fábricas de conservas.	Solidariedade com os descarregadores de sal.
2.ª quinzena de fevereiro de 1924 (data indefinida)	Greve	Trabalhadores dos Correios e Telégrafos	Adesão a movimento nacional.
1ª semana de maio de 1924[2344]	Greve	Trabalhadores das fábricas de conservas de peixe *Gomes, Campos & C.ª*, *Sagres*, *Ahrens Novais, Lda*. e *Correia Sousa*.	Violência entre trabalhadores. A fábrica *Sagres* foi por solidariedade. [2345]
2.ª semana de junho de 1924[2346]	*Lock-Out*	Fábricas de conservas de peixe.	Solidariedade com os armadores após terem despedido cerca de 800 marítimos sindicalizados e perante o impedimento de se trabalhar com peixe capturado por marítimos não sindicados.

[2335] "Indústria das conservas – continua sem solução o novo conflito entre operários e patrões" in *O Setubalense*, n.º 1505 de 21/09/1922, p. 4.
[2336] ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 121, NT 977 (1922-1923), Ofício n.º 108 de 30/09/1922 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.
[2337] "Nova greve" in *O Município*, n.º 2 de 11/01/1923, p. 2.
[2338] "Indústria das Conservas" in *O Município*, n.º 3 de 13/01/1923, p. 1.
[2339] "Assuntos Locais" in *Alvorada*, n.º 91 de 01/05/1923, p. 2.
[2340] "Última hora" in *O Município*, n.º 29 de 15/04/1923, p. 2.
[2341] "Terminou a greve dos estivadores e condutores de sal" in *O Setubalense*, n.º 1716 de 31/05/1923, p. 2
[2342] "As greves – A dos manipuladores de pão" in *O Setubalense*, n.º 1703 de 15/05/1923, p. 2.
[2343] "Indústria das Conservas" in *A Folha de Setúbal*, n.º 7 de 24/05/1923, p. 2.
[2344] "Conflitos" in *A Indústria*, n.º 43 de 09/05/1924, p. 1.
[2345] "Associação de soldadores" in *Voz Sindical*, n.º 15 de 10/05/1924, p. 1.
[2346] "Desembrulhando" in *A Indústria*, n.º 48 de 13/06/1924, p. 1. "Economia Local" in *Gazeta Setubalense*, n.º 10 de 15/06/1924, p. 4.

3ª semana de junho de 1924[2347]	Greve	Trabalhadores do serviço de limpeza e abegoaria da C.M. de Setúbal	Aumento de salário. Protesto contra despedimentos.
31 de julho a 2 de agosto de 1924[2348]	Greve	Soldadores e trabalhadores das fábricas de conservas	Aumento de salário.
agosto de 1924[2349]	Greve	Ferroviários de Setúbal	Desconhecido.
12 a 14 de agosto de 1924[2350]	Greve	Maquinistas, fogueiros e marítimos assalariados.	Desconhecido.
1 a 3 de outubro de 1924[2351]	Greve	Trabalhadores da fábrica de conservas de *Antonio Alonso & Hijos*.	Protesto contra despedimento de 4 operários da mesma unidade fabril.
15 de outubro de 1924[2352]	*Lock-Out*	Comerciantes e patronato industrial local.	Solidariedade com a comissão instaladora da União dos Interesses Económicos. Protesto contra incompetência dos governos republicanos.
18 de maio de 1925	Greve-Geral	Todos os trabalhadores sindicados	Protesto contra o assassinato do operário José Palma Gomes Canes. Abandonaram o trabalho para irem ao cortejo fúnebre.
8 a 14 de junho de 1925[2353]	Greve-Geral	Classes trabalhadoras de Setúbal.	Protesto contra a prisão política de João Maria Major do dia 6 anterior.
9 a 14 de setembro de 1925[2354]	*Lock-out*	Industriais conserveiros	Protesto contra o atentado à vida de Artur Silva diretor d'*A Indústria*.
1ª quinzena de abril de 1926[2355]	Greve	Soldadores da fábrica de conservas *Gameiro, Santana & C.ª*	Protesto contra o despedimento de dois soldadores da mesma fábrica por, alegadamente, deixarem muitas latas rotas. Os trabalhadores defenderam que o despedimento derivava da defesa do cumprimento do

[2347] ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Serviços Administrativos, Expediente, Copiador geral de correspondência expedida, Cx. 99, Lv. 26 (1924), Ofício s/ref.ª de 18/06/1924 enviado pelo Presidente da C.M. de Setúbal para o Delegado do Procurador da República em Setúbal.
[2348] Artigo sem título in *Voz Sindical*, n.º 27 de 02/08/1924, p. 1. "A última questão nas fábricas" in *Voz Sindical*, n.º 27 de 02/08/1924, p. 4.
[2349] PEREIRA, Arnaldo e MARQUES, Luís, *Exposição Movimento Operário - O distrito de Setúbal na imprensa: Imagens - Notícias*, AMRS, Setúbal, 1985, p. 25.
[2350] "Greves" in *A Indústria*, n.º 57 de 15/08/1924, p. 3.
[2351] "Origem do conflito" in *A Indústria*, n.º 64, de 03/10/1924, p. 1. "A última questão nas fábricas" in *Voz Sindical*, n.º 35 de 05/10/1924, p. 1.
[2352] "Ecos & Notas" in *Alvorada*, nº 111 de 25/10/1924, p. 1.
[2353] ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 1281, Copiadores de correspondência expedida para o 'interior', Lv. n.º 5 (1925-1926), Ofício n.º 329 de 08/06/1925 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante de Setúbal da G.N.R. "Prisão do nosso redactor – A greve de protesto" in *Voz Sindical*, n.º 55 de 14/06/1925, p. 1.
[2354] "Atentado cobarde" in *A Indústria*, n.º 113 de 11/09/1925, p. 1.
[2355] "Uma greve" in *Voz Sindical*, n.º 97 de 11/04/1926, p. 1.

			horário de trabalho poa parte deles.
2ª quinzena de julho de 1926[2356]	Greve	Carpinteiros navais.	Protesto contra redução de salários da firma *Gândara, Haz e Rábago & C.ª*.
Final de agosto e início de setembro de 1926[2357]	Paralisação dos cercos	Armadores de pesca	Protesto contra a não alteração das datas para as vitorias das embarcações.
1.ª semana de outubro de 1927[2358]	Greve	Operários da fábrica *Gândara, Haz e Rábago & C.ª*.	Protesto contra redução de salários.
12 de outubro de 1927[2359]	Greve	Soldadores da fábrica *M. Branco*	Protesto contra redução de salários.
2.ª quinzena de novembro de 1928[2360]	Greve	Soldadores da fábrica *Conservadora*.	Protesto pela utilização de 500 caixas de latas vazias prontas a encher provenientes do Algarve e que não pagaram taxa, prejudicando os trabalhadores.
16 de setembro de 1930	Greve	Padeiros	Desconhecido.
2 de maio de 1931	Greve	*Chauffeurs*	Desconhecido.
19 de setembro de 1931	Greve	Vendedores de peixe do Mercado do Livramento	Protesto contra a venda ilícita de pescado nas imediações do edifício do mercado
8 de março de 1932	Greve	Pescadores	Exigem a revogação do Decreto-Lei n.º 18.101 que regulamentou a lota industrial de Setúbal.

Nota: A maioria das datas sem referências baseiam-se nas investigações de Albérico Afonso Costa.
COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011.
COSTA, Albérico Afonso, *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*, Estuário, Setúbal, 2014.

[2356] "As greves" in *Voz Sindical*, n.º 110 de 18/07/1926, p. 4.
[2357] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 40, Ofícios n.ºs 1.000 e 1.019 de 08/09/1926 e de 23/09/1926 enviados pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
[2358] "Gândara, Haz e Rábago & C.ª" in *A Indústria*, n.º 222 de 14/10/1927, p. 1.
[2359] "M. Branco" in *A Indústria*, n.º 222 de 14/10/1927, p. 1.
[2360] "O conflito na fábrica «Conservadora Lda.»" in *A Indústria*, n.º 281 de 30/11/1928, p. 1.

Tabela – "Relação das associações de classe, de recreio, *clubs* e teatros deste concelho" (1920)

Nome	Sedes
Associação Comercial e Industrial de Setúbal	Avenida Todi
Secção Sindical dos Fabricantes de Conservas	Avenida Todi
Associação de Classe dos Soldadores	Avenida Todi
Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas	Avenida Todi
Associação de Classe das Manipuladoras e Estivadoras das Fábricas e Estivas	Avenida Todi
Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar	Avenida Todi
Associação de Classe dos Apanhadores de Peixe	Rua Major Afonso Pala
Associação de Classe dos Caixeiros e Empregados	Praça de Bocage
Associação de Classe dos Trabalhadores no Comércio e Indústria	-
Associação de Classe dos Caixoteiros	Rua Álvaro de Castelões
Associação de Classe dos Calceteiros e Profissões Correlativas	Rua Gil Vicente
Associação de Classe dos Carpinteiros Navais	Rua Detrás da Guarda
Associação de Classe dos Carregadores de Peixe	Rua 20 de Abril
Liga Comercial dos Lojistas	Rua Major Afonso Pala
Associação de Classe dos Condutores de Carroças	Rua de Antão Girão
Associação de Classe dos Estivadores e Condutores de Sal no Rio Sado	Rua Rodrigo Soriano
Associação de Classe dos Operários Corticeiros	Avenida 5 de Outubro
Associação de Classe dos Operários da Indústria e Construção Civil e Artes Correlativas	Largo Dr. Francisco Soveral
Associação de Classe dos Manufatores de Calçado	Avenida 5 de Outubro
Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos	Rua Dr. Estevão de Vasconcelos
Associação de Classe dos Manipuladores de Pão	Rua Major Afonso Pala
Clube Setubalense	Av. Todi
Grémio Literário e Artístico	Rua Major Afonso Pala
Grupo Dramático Almeida Garrett	Rua Bartissol
Grupo Dramático Capricho Setubalense	Largo da Misericórdia
Sociedade Filarmónica União	Rua Alberto Costa
Vitória Futebol Clube	Praça de Bocage
União Futebol Clube Avenida	Avenida Todi
União Futebol Clube dos Empregados do Comércio e Indústria	Rua do Carmo
Estrela Sporting Clube	Rua de Gonçalo Abreu
Cine-Teatro Luísa Todi	Avenida Todi
Chalet Isabel Costa	Avenida Todi
Grande Salão Recreio do Povo	Avenida Todi
Casino Setubalense	Avenida Todi

Fonte: ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Recebida, Pt. 114, NT 962, Anexo ao ofício n.º 143 de 14/07/1920 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

Tabela - 1.ª Comissão Administrativa do Núcleo da Juventude Sindicalista de Setúbal (02/05/1920)]

Nome	Cargo
António Dias Caeiro	Secretário-Geral
Álvaro Figueiredo Simões	Secretário-Adjunto
António Jorge Rodrigues	Secretário-Administrativo
Augusto da Costa	Secretário-Arquivista
Alfredo Joaquim Palmeira	Tesoureiro
José Vieira Júnior	1.º vogal
Raúl das Chagas	2.º vogal

Fonte: "Juventude Sindicalista" in *Alvorada*, n.º 40 de 20/05/1920, p. 1.

Tabela - Organismos sindicais que existiram no antigo concelho de Setúbal (1891-1933)

Associações de Classe/Sindicatos por setores de atividade	Datas
Indústria das Conservas de Peixe	
Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal	Estatutos - 17/09/1891 Alvará - 04/05/1893 Encerramento – 1933 (?)
Associação de Classe de Apanhadores de Peixe das Fábricas de Conservas de Setúbal *alterou o nome para* Associação de Classe dos Apanhadores e Enchedores de Canastras de Peixe para Fábricas de Conservas e Estiva de Setúbal	Estatutos – 05/1912 Alvará – 21/12/1912 Nome alterado – 01/07/1920 Encerramento - 1932
Associação de Classe dos Operários da Indústria de Conservas em Lata Inteiriça com Tampo Cravado *associou-se ao* Sindicato Único dos Operários das Fábricas de Conservas de Setúbal	Estatutos – 26/08/1912 Alvará – 07/09/1912 Encerramento - ?
Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Setúbal *associou-se ao* Sindicato Único dos Operários das Fábricas de Conservas de Setúbal	Estatutos – 13/01/1911 Alvará – 20/01/1911 Encerramento - 1933
Associação de Classe das Manipuladoras e Estivadoras das Fábricas de Conservas e Armazéns de Estiva de Setúbal *associou-se ao* Sindicato Único dos Operários das Fábricas de Conservas de Setúbal	Estatutos – 22/02/1917 Alvará – 03/03/1917 Encerramento - ?
Transporte de Mercadorias	
Associação de Classe dos Baldeadores de Sal do Rio Sado	Estatutos – 12/06/1897 Alvará – 22/12/1899 Encerramento - 1933
Associação de Classe dos Carroceiros de Setúbal	Estatutos - 26/11/1910 Alvará - 16/11/1912 Encerramento - 1922
Associação de Classe Marítima dos Condutores de Sal do Rio Sado *transformada em* Associação de Classe dos Estivadores e Condutores de Sal do Rio Sado (dada a precaridade do tipo de funções, os trabalhadores dedicavam-se a ambas as funções). *transformada em* Associação de Classe dos Estivadores e Condutores de Sal no Rio Sado e Muralhas	Estatutos – 24/07/1897 Alvará - 04/08/1897 Reformulada - 1913 Estatutos – 17/03/1913 Alvará – 02/05/1913 Reformulada - 1932 Estatutos – 11/1932 Alvará – 23/02/1932 Encerramento - 1933
Associação de Classe dos Carregadores de Peixe de Setúbal *transformada em* Associação de Classe dos Carregadores de Peixe, Sal e Carvão de Setúbal	Estatutos – 21/06/1912 Alvará – 08/09/1913 Encerramento – 08/01/1920 Estatutos – 02/02/1920 Alvará - 29/03/1920 Encerramento - 1933
Associação de Classe União dos Estivadores e Baldeadores de Sal do Rio Sado	Estatutos – 29/03/1913 Alvará - 02/05/1913 Encerramento – 1920
Associação de Classe dos Estivadores do Rio Sado	Estatutos - 13/03/1914 Alvará – 17/08/1914 Encerramento - ?
Associação de Classe dos Estivadores e Descarregadores de Mar e Terra do Concelho de Setúbal	Estatutos – 10/06/1921 Alvará – 01/08/1921 Encerramento - ?
Construção Civil	
Associação de Classe da Construção Civil e Artes Correlativas de Setúbal	Estatutos – 12/06/1900 Alvará - 29/11/1900 Encerramento 1933

Associação de Classe dos Operários Pedreiros e Artes Correlativas de Setúbal (integrou o sindicato acima)	Estatutos – 25/11/1913 Alvará - 10/07/1915 Encerramento - 1919
Panificação	
Associação de Classe dos Operários Padeiros de Setúbal	Estatutos – 05/10/1896 Alvará - 07/01/1898 Encerramento - ?
Associação de Classe dos Manipuladores de Pão de Setúbal	Estatutos – 08/06/1913 Alvará – 30/08/1913 Encerramento - ?
Pesca	
Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal	Estatutos – 09/12/1899 Alvará – 18/01/1900 Enceramento - 1932
Associação de Classe dos Pescadores do Rio Sado	Estatutos – 27/12/1912 Alvará - ? Encerramento - 11/09/1913
Associação de Classe dos Pescadores da Murtosa em Setúbal	Estatutos – 20/09/1913 Alvará - 17/08/1914 Encerramento - ?
Diversos/Outros	
Associação de Classe dos Carpinteiros Navais de Setúbal	Estatutos – 01/06/1896 Alvará – 07/01/1898 Encerramento - ?
Associação de Classe dos Operários Sapateiros de Setúbal	Estatutos – 31/05/1897 Alvará – 14/06/1902 Encerramento - 1933
Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Setúbal	Estatutos – 04/09/1899 Alvará – 22/11/1900 Encerramento - 1933
Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos de Setúbal	Estatutos – 01/05/1912 Alvará - 24/01/1914 Encerramento - ?
Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Palmela	Estatutos – 04/09/1914 Alvará - 29/01/1916 Encerramento – 26/04/1927
Associação de Classe dos Revendedores de Peixe no Mercado do Livramento em Setúbal	Estatutos – 24/11/1915 Alvará – ? Encerramento - ?
Associação de Classe dos Empregados no Comércio e Indústria de Setúbal	Estatutos – 24/01/1917 Alvará – 03/02/1917 Encerramento - 1933
Associação de Classe dos Trabalhadores de Limpeza do Município de Setúbal *transformada em* Associação de Classe dos Operários Municipais de Setúbal	Estatutos – 20/04/1919 Alvará – 27/06/1919 Encerramento – 11/1920 Existia em 1924 e 1925
Associação de Classe dos Operários Rurais do Pinhal Novo e Arredores	Estatutos – 26/02/1922 Alvará – 20/01/1923 Encerramento – ?
Sindicato Fogueiros de Mar e Terra de Setúbal	Estatutos – 30/03/1933 Alvará - ? Encerramento - 1933
Congregação de sindicatos	
União dos Sindicatos Operários de Setúbal	1911 – (?) e 1923-1933 (?)
Federação Portuguesa dos Operários da Indústria de Conservas	1924 – (?)
Sindicato Único dos Operários das Fábricas de Conservas de Setúbal	1929 (?) - 1933

Fontes:

Almanaque de A Batalha para 1926, Secção editoria de *A Batalha*, Lisboa, 1926, pp. 162-183.

CURTO, Margarida, *Estuário do Sado – Tesouro da Região de Setúbal: Apontamentos históricos sobre Setúbal e o seu porto*, Corlito, Setúbal, p. 107.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Colibri, Lisboa, 2013, pp. 54-55.

Processos das diferentes associações de classe no ARQUESOC do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. [Disponível *online* em: http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/projecto1/]

ANTT, Fundo das Associações de Classe:

- **Cx. 122**
  - ✓ Proc. n.º 184 (Associação de Classe dos Baldeadores de Sal do Rio Sado)
  - ✓ Proc. n.º 637 (Associação de Classe dos Apanhadores e Enchedores de Canastras de Peixe para Fábricas de Conservas e Estiva de Setúbal)
- **Cx. 123**
  - ✓ Proc. n.º 82 (Associação de Classe dos Condutores de Carroças em Setúbal)
  - ✓ Proc. n.º 125 (Associação de Classe dos Carpinteiros Navais de Setúbal)
  - ✓ Proc. n.º 633 (Associação de Classe dos Condutores de Carroças em Setúbal)
  - ✓ Proc. n.º 651 (Associação de Classe dos Carregadores de Peixe, Sal e Carvão de Setúbal)
- **Cx. 124**
  - ✓ Proc.º n.º 817 (Associação de Classe dos Empregados no Comércio e Indústria de Setúbal)
  - ✓ Proc. n.º 633 (Associação de Classe dos Carroceiros de Setúbal)
- **Cx. 125**
  - ✓ Proc. n.º 618 (Associação de Classe dos Operários da Indústria de Conservas em Lata Inteiriça com Tampo Cravado)
- **Cx. 126**
  - ✓ Proc. n.º 211 (Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Setúbal)
- Cx. 127
  - ✓ Proc. n.º 215 (Associação de Classe de Construções Civis e Artes Auxiliares de Setúbal)
- **Cx. 129**
  - ✓ Proc. n.º 739 (Associação de Classe dos Estivadores do Rio Sado)
  - ✓ Proc. n.º 1027 (Associação de Classe dos Estivadores do Rio Sado e Descarregadores de Mar e Terra do Concelho de Setúbal)
- **Cx. 130**
  - ✓ Proc. s./n.º (Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra de Setúbal)
  - ✓ Proc. n.º 675 (Associação de Classe União dos Estivadores e Baldeadores de Sal no Rio Sado)
  - ✓ Proc. n.º 676 (Associação de Classe dos Estivadores e Condutores de Sal no Rio Sado e Muralhas)
- **Cx. 131**
  - ✓ Proc. n.º 117 (Associação de Classe Marítima dos Condutores de Sal no Rio Sado)
  - ✓ Proc.º n.º 904 (Associação de Classe dos Trabalhadores da Limpeza do Município de Setúbal)
- **Cx. 132**
  - ✓ Proc.º n.º 822 (Associação de Classe das Manipuladoras e Estivadoras das Fábricas de Conservas e Armazéns da Estiva de Setúbal)
- **Cx. 133**
  - ✓ Proc. nº 695 (Associação de Classe dos Manipuladores de Pão de Setúbal)
- **Cx. 134**
  - ✓ Proc. n.º 126 (Associação de Classe dos Operários Padeiros de Setúbal)
  - ✓ Proc. n.º 719 (Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos de Setúbal)
- **Cx. 135**
  - ✓ Proc. n.º 95 (Associação de Classe dos Revendedores de Peixe no Mercado do Livramento em Setúbal)
  - ✓ Proc. n.º 138 (Associação de Classe dos Pescadores do Rio Sado)
  - ✓ Proc. n.º 736 (Associação de Classe dos Pescadores da Murtosa em Setúbal)
  - ✓ Proc. n.º 758 (Associação de Classe dos Operários Pedreiros e Artes Correlativas de Setúbal)
- **Cx. 136**
  - ✓ Proc. n.º 187 (Associação Marítima das Classes Piscatórias de Setúbal)
- **Cx. 137**
  - ✓ Proc. n.º 1085 (Associação de Classe dos Operários Rurais do Pinhal Novo e Arredores)
- **Cx. 138**
  - ✓ Proc. n.º 276 (Associação de Classe dos Operários Sapateios de Setúbal)
  - ✓ Proc. n.º 776 (Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Palmela)
- **Cx. 139**
  - ✓ Proc. n.º 19 (Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal)

Tabela - Associações de classe sediadas em Setúbal em 1915

Associações de Classe	**N.º de sócios**
Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas	2800
Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal	2750
Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal	840
Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas	398
Associação de Classe da Construção Civil e Artes Correlativas	320
Associação de Classe dos Pedreiros e Artes Correlativos	153
Associação de Classe dos Carroceiros	107
Associação de Classe dos Descarregadores de Peixe	106
Associação de Classe dos Manipuladores de Pão	102
Associação de Classe dos Pescadores da Murtosa	100
Associação de Classe dos Empregados no Comércio	100
Associação de Classe dos Sapateiros de Setúbal	96
Associação de Classe dos Apanhadores de Peixe	63
Associação de Classe dos Carpinteiros Navais	60
Associação de Classe dos Metalúrgicos	50
Associação de Classe dos Corticeiros	40
Associação de Classe dos Baldeadores de Sal	40
Associação de Classe dos Descarregadores de Mar e Terra	25
Associação de Classe dos Estivadores	25
Associação de Classe dos Cocheiros	21
Total dos operários sindicalizados	8196

Fontes: "Movimento Associativo de Setúbal – Associações de Classe" in *O Semeador*, n.º 1 de 01/05/1915, p. 6. QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária – 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 297.

Tabela - Organismos sindicais sediados em Setúbal em 1925

Organismos sindicais
União dos Sindicatos Operários de Setúbal
Associação de Classe dos Apanhadores de Peixe
Associação de Classe dos Carregadores de Peixe
Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal
Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas
Federação Portuguesa dos Operários da Indústria de Conservas
Associação de Classe dos Operários da Construção Civil
Associação de Classe dos Manufactores de Calçado
Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos
Associação de Classe dos Operários Corticeiros
Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal
Associação de Classe dos Descarregadores
Associação de Classe dos Empregados no Comércio
Associação de Classe dos Operários Municipais

Fontes:

Almanaque de A Batalha para 1926, Secção editoria de *A Batalha*, Lisboa, 1926, pp. 162-183.

Baseado em: TEODORO, José Miguel, *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FLUL, Lisboa, 2013, pp. 655-664

Tabela - Associações de classe existentes em Setúbal em 1933

Associação de Classe
Associação de Classe dos Apanhadores e Enchedores de Peixe de Setúbal
Associação de Classe dos Caixoteiros de Setúbal
Associação de Classe dos Carpinteiros Navais de Setúbal
Associação de Classe dos Condutores de Carroças de Setúbal
Associação de Classe dos Operários da Construção Civil
Associação de Classe dos Empregados no Comércio de Setúbal
Associação de Classe dos Estivadores e Condutores de Sal do Rio Sado
Associação de Classe dos Maquinistas Fluviais
Associação de Classe dos Manipuladores de Pão de Setúbal
Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal
Associação de Classe dos Trabalhadores de Fábricas de Conservas
Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar
Sindicato Único dos Fogueiros

Fonte: ROCHA, Mário, *Anuário do Comércio e da Indústria de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933.

Tabela - Lista de presos políticos de Setúbal envolvidos na revolta de 12 de outubro de 1918

Nome	**Profissão**	**Cadeia(s)**
Francisco Diogo Grilo	2.º sargento do R.I. n.º 11	Évora
Garcia Fialho	2.º sargento do R.I. n.º 11	Évora
João Francisco Charma Botas	2.º sargento do R.I. n.º 11	Évora
José Borges Coelho	2.º sargento do R.I. n.º 11	Évora
Joaquim Júlio Coelho	Soldado do R.I. n.º 11	Évora
Eduardo Mendes Belo	Médico	Governo Civil de Lisboa
Serafim Ribeiro	Comandante G.N.R.	Quartel do Carmo
Emílio Curado de Oliveira	Farmacêutico	Quartel de Alcântara Cadeia Civil de Monsanto
Francisco Fernandes	Farmacêutico	Quartel de Alcântara Cadeia Civil de Monsanto
Joaquim dos Santos Fernandes	Proprietário	Quartel de Alcântara Cadeia Civil de Monsanto
José Pereira Martins	Professor	Quartel de Alcântara
Luís Lopes da Silveira	Jornalista	Quartel de Alcântara Cadeia Civil de Monsanto
Manuel Joaquim Lourenço Fernandes	Comerciante	Quartel de Alcântara
Francisco Augusto de Ajuda	Carpinteiro Naval	Quartel de Loios
Manuel de Jesus Pepe	Barbeiro	Quartel de Loios
Zófimo Consiglieri Norberto Ramos Luz	Tesoureiro da C.M. de Setúbal	Cadeia Civil de Monsanto
Belarmino Abreu	Médico	Desconhecido.

Fontes:
AHM, 1.ª Divisão, Secção 36, Cx. 16, "Relações de presos políticos, civis e militares, no forte da Graça em Elvas, em São Julião Barra e na Cadeia Civil de Monsanto, por ocasião dos acontecimentos revolucionários de outubro de 1918".
Idem, "Relação das praças implicados no movimento de 13/14 de outubro de 1918" de 25/11/1918.
Idem, Manuscrito s/data com a relação dos presos políticos do movimento de outubro de 1918 no Governo Civil de Lisboa e em quartéis da G.N.R.
"Dr. Belarmino de Abreu" e "Joaquim dos Santos Fernandes" in *República*, n.os 367 e 409, respetivamente de 26/07/1919 e de 16/10/1920, p. 2 e p. 1.
Nota: Muitos destes apenas foram libertados em 22 de janeiro de 1919.[2361]

[2361] PEREIRA, Alberto; LOPES, Madureira, *Anais de Setúbal do século XX - Uma cronologia ilustrada*, Eseliora CRL, Alhos Vedros, 2023, p. 49.

Tabela - Lista dos presos políticos de Setúbal da revolta de 7 de fevereiro de 1927

Nome	**Profissão**
Abimael Amândio Gomes	Guarda da Polícia Cívica de Setúbal
Alfredo José Barroso	Tenente do Quadro de Arma de Infantaria
Alfredo Tavares	Guarda da Polícia Cívica de Setúbal (?)
Agostinho de Jesus	-
António Nunes Júnior	Industrial conserveiro (proprietário da fábrica *Outão*)
Bertoldo Duarte Camacho	Professor primário
Eusébio Augusto Correia	Trabalhador
Francisco Ferreira da Silva	-
Jaime da Conceição Conde	Cabo de mar de 1.ª classe da capitania do porto de Setúbal
João Maria Teixeira de Carvalho	Comandante da companhia de Setúbal da G.N.R.
João da Silva do Vale ("O Cebola")	Cobrador
Joaquim Duarte Mirandela	Funcionário da filial da Caixa Geral de Depósitos
José Alves Pires	Marítimo
José da Silva	Guarda da Polícia Cívica de Setúbal
José Eduardo de Sousa Barbosa	Funcionário dos Correios e Telégrafos de Lisboa
José Maria da Purificação Gaspar	Funcionário da filial da Caixa Geral de Depósitos
José Pereira Martins	-
José Romão dos Santos Ferro	Jornalista/Professor
José Viegas Samurrinha	Operário conserveiro
Lúcio António Fernandes Monteiro	Ferroviário
Luís Faria Trindade	Jornalista
Manuel Joaquim	2.º sargento do R.I. n.º 11
Ricardo dos Santos Pereira	Carpinteiro

Fontes:

"Pró-presos políticos" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 79 de 23/05/1927, p. 1.

AHM, 1.ª Divisão, Seção Ditadura Militar e Estado Novo, cx. 16, capilha n.º 13 – 'Correspondência de várias entidades militares para o Governo Militar de Lisboa remetendo relações de militares e civis presos no âmbito do movimento revolucionário de 7 de Fevereiro de 1927', Relação de 21/02/1927 enviada pelo Comandante Militar de Setúbal para o Governo Militar de Lisboa.

AHM, 1.ª Divisão, Seção Ditadura Militar e Estado Novo, cx. 16, capilha n.º 2 – 'Correspondência de várias entidades militares para o Governo Militar de Lisboa remetendo relações de militares e civis presos no âmbito do movimento revolucionário de 7 de Fevereiro de 1927', "Relação dos militares a quem foi concedida liberdade condicional, aguardando julgamento" anexa ao ofício s/ref.ª de 10/12/1927 enviada pelo Ministério da Guerra para o Governo Militar de Lisboa.

AHM, 1ª Divisão, Secção Ditadura Militar e Estado Novo, cx. 16, capilha n.º 14 – 'Correspondência de várias entidades militares para o Governo Militar de Lisboa no âmbito do movimento revolucionário de 7 de Fevereiro de 1927', Ofício s/ref.ª de 23/02/1927 enviado pelo Comandante Militar de Setúbal para Governo Militar de Lisboa.

AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 11, capilha n.º 905 – 'Relação de Civis Abrangidos pelo Decreto n.º 13137 / Incriminados no Movimento de Fevereiro de 1927'.

AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 11, capilha n.º 904 – 'Relação de Sargentos implicados no movimento revolucionário de Fevereiro de 1927'.

AHM, Fundos Orgânicos, Governo Militar de Lisboa, Correspondência sobre processos políticos, cx. 11, capilha n.º 897 – 'Acontecimentos Políticos - Correspondência civil enviada do Ministério da Guerra para o Governo Militar de Lisboa', Lista sem data enviada pelo Governador Civil de Setúbal.

AHS-BNP, Espólio N61, Núcleo 'Jorge Quaresma', Cx. 33, AHS 5613, Manuscrito 2798, Carta de 06/02/1974 enviada por Jorge Quaresma a Edgar Rodrigues.

CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 42, Ofícios n.ºs 170 e 191 de 12/02/1927 e de 21/02/1927 enviados pelo Capitão do porto de Setúbal para o Comandante Militar de Setúbal e para o Departamento Marítimo do Centro.

Nota: O cruzamento de fontes citadas permitiu este este levantamento de presos, uns suspeitos ou envolvidos. Poderá estar, todavia, incompleta dada a complexidade deste tipo de fontes.

Tabela - Lista dos presos políticos de Setúbal durante ou após a 'Revolta do Castelo' (1928)

Nome	Profissão
Adelino Joaquim Freitas da Silva	Sargento do R.I. n.º 11
Afonso Monteiro	1.º Cabo do R.I. n.º 11
Alexandre Neves Júnior	Soldador
Alexandre Jesus Carretas	Soldado do R.I. n.º 11
Alfredo José Barroso	Tenente do Quadro de Arma
Alfredo Newton Franco (por equívoco do comando militar de Setúbal)	Tenente do R.I. n.º 11
Alfredo Tavares	Negociante
António Abílio Pereira	Soldado do R.I. n.º 11
António Aguadeiro dos Santos	Soldado do R.I. n.º 11
António Correia Pinto	Soldado do R.I. n.º 11
António da Costa Rodrigues	Soldado do R.I. n.º 11
António de Matos Santana	Soldado do R.I. n.º 11
António José Ramalho Júnior	Soldado do R.I. n.º 11
António Luís	Soldado do R.I. n.º 11
António Luís	Soldado do R.I. n.º 11
António Maria Pardal	Soldado do R.I. n.º 11
António Pedro dos Santos	Soldado do R.I. n.º 11
António Simões Godinho (por equívoco do comando militar de Setúbal)	Capitão do R.I. n.º 11
Arlindo Alves	Soldado do R.I. n.º 11
Bertoldo Duarte Camacho	Professor
Bernardino da Silva Lagarto	Soldado do R.I. n.º 11
Carlos Brexi Frade	1.º Cabo Músico do R.I. n.º 11
Carlos Henriques	Soldado Aprendiz de Corneteiro do R.I. n.º 11
Custódio Carlos	Soldado do R.I. n.º 11
Eduardo Monteiro	Soldado do R.I. n.º 11
Fernando António Lança (por equívoco do comando militar de Setúbal)	Soldado aprendiz-corneteiro do R.I. n.º 11
Fernando Brisse	Soldado do R.I. n.º 11
Francisco de Carvalho	Soldado do R.I. n.º 11
Francisco dos Santos Viegas	Soldado do R.I. n.º 11
Francisco Salgueiro da Silva (deportado para o Campo de Concentração de Angola)	Capitão do R.I. n.º 11
Francisco Teixeira de Queiroz (deportado para o Campo de Concentração de Angola)	2.º Sargento do R.I. n.º 11
Francisco Vieira	Soldado do R.I. n.º 11
Henrique António da Fonseca	Soldado do R.I. n.º 11
Hermenegildo Augusto Faria Blanc Júnior (por equívoco do comando militar de Setúbal)	Tenente-Coronel do R.I. n.º 11
Hipólito Magalhães	Soldado Aprendiz de Corneteiro do R.I. n.º 11
Jaime da Conceição Conde (deportado para o Campo de Concentração de Angola)	Ex-1.º cabo de mar da capitania do porto de Setúbal
Jaime Rebelo (deportado para o Campo de Concentração de Angola)	Marítimo
João Albino	Alferes reformado do Exército
João dos Prazeres Dias	Soldado do R.I. n.º 11
João dos Santos	Soldado do R.I. n.º 11
João Luís da Costa	Soldado do R.I. n.º 11
João Silva Tavares	Soldado do R.I. n.º 11
Joaquim António Mergulho	Soldado do R.I. n.º 11
Joaquim Augusto Quaresma (deportado para o Campo de Concentração de Angola)	1.º Sargento do R.I. n.º 11
Joaquim Brites	Soldado do R.I. n.º 11
Joaquim Costa	Soldado do R.I. n.º 11
Joaquim Inácio Ameixa	2.º Sargento do R.I. n.º 11

(deportado para o Campo de Concentração de Angola)	
Joaquim Luís Júnior	Soldado do R.I. n.º 11
Joaquim Raimundo	Soldado do R.I. n.º 11
José Augusto	Soldado do R.I. n.º 11
José da Cruz Barroso	Alferes reformado da Guarda Fiscal
José de Freitas	Soldado do R.I. n.º 11
José Delfino Raposo	Soldado do R.I. n.º 11
José Mateus Cabrita	2.º Sargento do R.I. n.º 11
José Nunes Júnior	Soldado do R.I. n.º 11
José Pedro Alcântara	Soldado do R.I. n.º 11
Josué Rodrigues Pinto	1.º Cabo Músico do R.I. n.º 11
Manuel Caramelo	2.º Cabo Corneteiro do R.I. n.º 11
Manuel Palmela Cebola (por equívoco do comando militar de Setúbal)	1.º Cabo do R.I. n.º 11
Manuel Pedro Ignácio	Soldado do R.I. n.º 11
Manuel Rosa Cruz	Soldado do R.I. n.º 11
Mário Barata	Soldado do R.I. n.º 11
Serafim de Carvalho	Confeiteiro
Severino João da Silva	Soldado do R.I. n.º 11

Fontes:
AHM, 1ª Div., Ditadura Militar e Estado Novo, cx. 30, capilha n.º 3 – 'Correspondência entre entidades militares e o Governo Militar de Lisboa no âmbito do movimento revolucionário de 20 de Julho de 1928', "Relação das praças do Regimento de Infantaria n.º 11 que se encontravam presas na C.R.T. (S. Julião da Barra) e que foram postas em liberdade" de 16/08/1928 assinada pelo Chefe do Estado Maior Interino no Quartel-General do Governo Militar de Lisboa.
Idem, Ofício s/ref.ª de 15/08/1928 enviado pela Polícia de Informações do Ministério do Interior para o Chefe do Gabinete do Ministério da Guerra.
Idem, "Relação dos processos de inquérito por motivo do movimento revolucionário de 20 e 21 de Julho de 1928" de 02/11/1928 redigida pelo Governo Militar de Lisboa.
AHM, 1ª Div., Secção Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974), cx. 30, capilha n.º 1 – 'Relações de oficiais e sargentos abrangidos pelo Decreto nº 15.790 de 27 de Julho de 1928 e dos que se encontram presos na Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa e em São Julião da Barra, na sequência do movimento revolucionário de 20 de Julho de 1928'; "Relação dos sargentos abrangidos pelo Decreto nº 15:790 de 27 de Julho do corrente ano por se acharem incursos no artigo 4º"; "Relação dos oficiais abrangidos pelo Decreto n.º 15790 de 27 de Julho do corrente ano por se acharem incursos no artigo 4º" ambas de 21/08/1928.
CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 44, Ofício n.º 1123 de 18/09/1928 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
ANTT, PIDE/DGS, Cadastros Políticos.

Tabela – Envolvido e presos políticos no âmbito do manifesto 'Ao Povo Faminto' (fev. 1931)

Detidos / Envolvidos	**Data de prisão**
António Augusto Quaresma	14/02/1931
Raúl Elias Adão	14/02/1931
José Severino de Melo Bandeira	23/02/1931
Luís Branco	24/02/1931
Jorge Artur Quaresma	24/02/1931
Jorge da Silva	Fugiu
Constantino Ventura	Fugiu

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, SC, Proc.º n.º 4817 da Polícia de Informações de Lisboa, NT 4270.

Tabela – Lista de presos da greve dos marítimos (abril-agosto de 1931)

Nomes
António Maria Trindade (‘O Saguão’)
Atanásio do Nascimento
Augusto César Pacheco
Benjamin Aleluia
Didaco Henriques
Francisco José de Brito (‘O Xico Cagarrão’)
Francisco Rodrigues Franco
Jaime Rebelo
Januário Canas
João Cabeçudo
Joaquim Martins Lopes
Jorge Quaresma
José da Cruz Cabeçudo
Tadeu da Silva
Tomás Soares (‘O Férra’)
Delegado da C.G.T.

Fontes:
CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 559, Confidenciais s/ref.ª de 29/04/1931, 04/08/1931, de 02/09/1931 e de 04/09/1931 enviadas pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro e para o Governador Civil de Setúbal.
FRANCISCO, José, *Páginas do historial cegatista*, Editora Sementeira, Lisboa, 1983.

Tabela – Envolvidos no protesto contra o desconto salarial de 2% (1932)

Detidos/Envolvidos	**Datas de prisão e de libertação**
Jorge Artur Quaresma	29/05/1932 - 18/06/1932
Constantino Ventura	30/05/1932 - 18/06/1932
José Artur Quaresma	30/05/1932 - 18/06/1932
Luís Branco	30/05/1932 - 18/06/1932
Jorge da Silva	Evadido
Aguinaldo da Silva	Evadido
Fernando Adão	Evadido

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Proc.º n.º 413 da Política Internacional Portuguesa, NT 4286.

Universo conserveiro

Tabela - Evolução do número de fábricas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1854-1964)

Anos	Número de fábricas
1854	1[2362]
1855	2[2363]
1861	3[2364]
1887	8[2365] ou 9[2366]
1890	11[2367] ou 13[2368] ou 20[2369]
1893	25[2370]
1897	26[2371]
1906	35[2372]
1910	40[2373]
1912	42[2374]
1913	43[2375] a 44[2376]
1914	46[2377]
1916	55[2378] ou 60[2379]

[2362] ALCÂNTARA, Ana, *A indústria conserveira em Setúbal, 1854-1914.* Trabalho final de Licenciatura História, variante de Arqueologia, FCSH/NOVA, Lisboa, 2004, p. 89.
[2363] JUNQUEIRO, Arronches, *Setúbal na segunda metade do século XIX (através das minhas recordações)*, Transcrições, apresentação e notas de Carlos Mouro, LASA, Setúbal, 2018, p. 211.
[2364] COSTA, Albérico Afonso; MOURO, Carlos, "Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal" in *1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, ESE/IPS, Setúbal, 1990, p. 29.
[2365] CLARO, Rogério Peres, *Setúbal de há 100 anos (1886-1887)*, Tip. Rápida, Setúbal, 1990, p. 126.
[2366] JUNQUEIRO, Arronches, *Setúbal na segunda metade do século XIX (através das minhas recordações)*, Transcrições, apresentação e notas de Carlos Mouro, LASA, Setúbal, 2018, p. 211.
[2367] ALCÂNTARA, Ana, *A indústria conserveira em Setúbal, 1854-1914.* Trabalho final de Licenciatura História, variante de Arqueologia, FCSH/NOVA, Lisboa, 2004, p. 89.
[2368] Direção-Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891. Citado a partir de: QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 93.
[2369] FERREIRA, Diogo, "A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias" in *MUSA*, n.º 5, *Arqueologia Urbana e História Local: Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho*, AMRS/MAEDS, Setúbal, 2018, pp. 226-229.
[2370] JUNQUEIRO, Arronches, *Setúbal na segunda metade do século XIX (através das minhas recordações)*, Transcrições, apresentação e notas de Carlos Mouro, LASA, Setúbal, 2018, p. 211.
[2371] PEREIRA, eng.º Hélio Paulino, *Aspectos da Indústria de Conservas de Peixe em Portugal*, Sociedade Progresso Industrial, Lisboa, 1967, p. 5.
[2372] Repartição do Trabalho Industrial da Direção-Geral do Comércio e Indústria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 2, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909. Citado a partir de: FARIA, Carlos, Vieira de. "História urbana de Setúbal" in *Setúbal na História*, LASA, Setúbal, 1990, p. 66.
[2373] GOES, Maria Nasciolinda C. de, *Estudo monográfico da freguesia de Nossa Senhora da Anunciada de Setúbal*, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Lisboa, 1956 [texto dactilografado], p. 57.
[2374] "Inquérito à vida comercial e industrial da cidade – Indústria das conservas" in *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Setúbal*, n.º 1 de 31/01/1912, p. 3.
[2375] MACHADO, Fernando, Falcão, "A pesca marítima em Setúbal" in *XVI Congresso Internacional de Geografia*, Centro Tip. Colonial, Lisboa, 1951, p. 189.
[2376] "Número de fábricas de conservas de peixe existentes em Portugal" in *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Setúba*l, II Série, n.º 5 de 31/05/1913, p, 12.
[2377] FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, Edição dos Serviços Culturais da C.M. de Setúbal, Setúbal, 1950, p. 22.
[2378] *Ibidem*.
[2379] A partir do periódico *A Propaganda* de 1916. PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 105.

1917	69[2380] ou 74[2381] ou 85[2382]
1918	103 a 117
1919	109 a 132
1920	94 ou 120[2383]
1921	87
1922	90
1923	89[2384]
1924	96[2385]
1925	90[2386]
1926	-
1927	75[2387]
1928	Cerca de 80[2388] ou 65[2389] ou 63[2390]
1929	-
1930	65[2391]
1931	64[2392]
1932	66[2393] ou 67[2394]

[2380] Direção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116, *Estatística Industrial de 1917*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1917, pp. 19-70.
[2381] Manuscrito elaborado pelos serviços camarários de Setúbal. PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 107, pp. 154-155.
[2382] QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, pp. 90-96.
[2383] A legislação refere a existência de 120 fábricas. Decreto n.º 6518 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 72 de 07/04/1920.
[2384] Para os anos de 1918-1923, conferir: PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 155. COSTA, Albérico Afonso (coord.), *Setúbal – Roteiros Republicano*s, CNCCR, Quidnovi, Matosinhos, 2010, p. 13.
[2385] "Indústria de Conservas – Secção de Fabricantes" in *A Indústria*, n.º 41 de 25/04/1924, p. 4.
[2386] SILVA, Augusto Vieira, "Relatório dos serviços da 3.ª circunscrição industrial no ano de 1925" in Direcção-Geral das Indústrias do Ministério do Comércio e Comunicações, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 133, *Relatórios dos Serviços das Circunscrições Aduaneiras no ano de 1925*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1927, pp. 78-79. [Comunica que encerraram 6 fábricas em 1925]
[2387] "Principais marcas das fábricas de conservas de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 230 de 11/12/1927, pp. 5-6.
[2388] Comissão de Iniciativa de Setúbal, Setúbal, *Comissão de Iniciativa de Setúbal*, Setúbal, 1928, p. 7.
[2389] FARIA, Guilherme, "Crise de desorganização" in *A Indústria*, n.º 278 de 09/11/1928, p. 1.
[2390] FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, Edição dos Serviços Culturais da C.M. de Setúbal, Setúbal, 1950, p. 40.
[2391] "O valor industrial de Setúbal" in *O Volante – Revista Semanal de Automobilismo e Turismo*, n.º 169 de 03/08/1930, p. 11.
[2392] PERESTRELLO, eng.º Cid, "O futuro do porto de Setúbal como porto comercial, industrial e de pesca" in *Relatório e Contas dos Exercícios de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Sado, Setúbal, 1932, p. 34.
[2393]"Industriais de conservas de sardinha do centro – Setúbal" in *A Indústria*, n.º 464 de 18/11/1932, p. 4; "Movimento industrial de 1932" in *A Indústria*, n.º 484 de 15/04/1933, p. 2.
[2394] MADEIRA, Jaime, "O ilustre sr. Jaime Madeira fala-nos do defeso e suas consequências" in *Eco de Setúbal*, n.º 1 de 29/12/1932, p. 5

1933	59[2395] ou 71[2396] ou 68[2397]
1934	68[2398] ou 61[2399] ou 65[2400]
1935	54[2401] ou 59[2402]
1936	54[2403] ou 57[2404] ou 59[2405]
1937	54[2406] ou 58[2407]
1938	46[2408] ou 48[2409] ou 50[2410]
1939	45[2411] ou 46[2412] ou 50[2413]
1940	43[2414]
1946	45[2415]
1947	42[2416]

[2395] "Estatística do peixe vendido na lota industrial de Setúbal de 2 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1933" in *A Indústria*, n.º 511 de 06/01/1934, p. 9.
[2396] Instituto Português de Conservas de Peixe, *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, I.P.C.P., Lisboa,1954, p. 8.
[2397] ROCHA, Mário, *Anuário do Comércio e da Indústria de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, p. 68 e pp. 101-102.
[2398] "Número de fábricas e capacidade de produção por centros conserveiros em 1934" in *A Indústria*, n.º 576 de 25/07/1935, p. 11. Ministério do Comércio e Indústria, *Boletim dos Organismos Económicos*, n.º 2, vol. 1, Imprensa Moderna, Porto, dez. de 1935, p. 222.
[2399] Instituto Português de Conservas de Peixe, *op. cit.*, p. 8.
[2400] Ministério do Comércio e Indústria, *Boletim dos Organismos Económicos*, n.º 2, Vol. I, Imprensa Moderna, Porto, dez. de 1935, pp. 161-166.
[2401] "Nome das firmas com fábricas de conservas de sardinha em Setúbal actualmente em laboração" in *A Indústria*, n.º 586 de 11/10/1935, p. 1.
[2402] ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 478, [pt. 13/14], Confidencial n.º 73 de 04/07/1935 enviado pelo Governador Civil de Setúbal para o Chefe do Gabinete do Ministro do Interior.
[2403] "Tabela da modalidade aprovada pelos industriais de Setúbal para a sua comparticipação na assistência ao operariado no defeso" in *A Indústria*, n.º 608 de 27/03/1936, p. 2.
[2404] S.A., *Contrato Colectivo de Trabalho firmado entre o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal e o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal em 1 de Dezembro de 1936*, Separata do jornal *A Indústria*, s.e., Setúbal, 1936, p. 9.
[2405] Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1938*, Tip. Simões, Setúbal, 1939, p. 6.
[2406] Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal, *Relatório e Contas do exercício de 1937*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1938, "Mapa demográfico das parturientes que receberam subsídio". "O relatório do G.I.C.P.S." in *A Indústria*, n.º 685 de 18/07/1938, p. 2.
[2407] Cf. Publicidade presente n'*O Conserveiro*, n.º 45 de 31/08/1937.
[2408] Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1938*, Tip. Simões, Setúbal, 1939, p. 6.
[2409] BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Editorial Império, Lisboa, 1941, p. 61.
[2410] "Relatório e Contas da Gerência de 1938 do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 706 de 29/04/1939, p. 3.
[2411] "Alguns números" in *A Indústria*, n.º 730 de 23/12/1939, p. 2.
[2412] "O problema industrial de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 698 de 21/01/1939, pp. 1-3.
[2413] Instituto Português de Conservas de Peixe, *op. cit.*, p. 8.
[2414] "Transcrição do Relatório e Contas da gerência de 1940" in *O Conserveiro*, n.º 77 de 15/04/1941, p. 2.
[2415] Instituto Nacional de Estatística, *Estatística Industrial – 1946*, Tip. Portuguesa, Lisboa, 1947, p. 132.
[2416] Comissão Municipal de Turismo, Setúbal, *A Bela Rainha do Sado*, Tip. do Orfanato Municipal de Setúbal, Setúbal, 1947, s.p.

1953	39[2417]
1957	38[2418]
1958	36[2419]
1964	34[2420]

[2417] Instituto Português de Conservas de Peixe, *op. cit.*, p. 8.
[2418] Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito Industrial*, vol. VI, *Distrito de Setúbal*, Bertrand Irmãos, Lda., Lisboa, 1958, p. 88.
[2419] Instituto Português de Conservas de Peixe, *op. cit.*, p. 8.
[2420] *Ibidem.*

Tabela - Firmas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1924)

Nº	Nome da firma	Nº	Nome da firma
1	*Internacional, Ltd.*	**49**	*Eduardo Salgado*
2	*Albert Rouillé, Ltd.*	**50**	*João C. Gargalo*
3	*Atlas, Ltd.*	**51**	*Calheiros, Pádua & C.ª*
4	*Conservadora, Ltd.*	**52**	*Alves, Mendanha & C.ª, Ltd.*
5	*Monteiro & Envias, Ltd.*	**53**	*Viúva Macieira & Filhos*
6	*Manuel José Praia*	**54**	*Cancio, Ltd.*
7	*Pereira & C.ª, Ltd.*	**55**	*Cabeçudo, Machado & C.ª*
8	*Martins & Santana, Ltd.*	**56**	*Santana, Ltd.*
9	*Marinho Valido, Ltd.*	**57**	*M. Perienes*
10	*Felix, Ltd.*	**58**	*Francisco José Pereira, Suc.*
11	*F.A. Santos*	**59**	*Sociedade de Conservas «Sado», Ltd.*
12	*Policarpo Ramos & C.ª*	**60**	*F. M. Lino da Silva, Ltd.*
13	*Casimiro & Nascimento*	**61**	*Santos, Machado & Cª, Ltd.*
14	*Andorinha, Ltd.*	**62**	*Leal, Silva & Cª*
15	*Monteiros & C.ª*	**63**	*Oliveira & C.ª, Ltd.*
16	*Joaquim Rodrigues Pereira*	**64**	*Perdigão & C.ª*
17	*Santarém & Palhão*	**65**	*União Industrial de Conservas*
18	*Daniel & de Raymond, Ltd.*	**66**	*Dias, Costa & C.ª*
19	*Ricardo Boto & C.ª*	**67**	*Augusto Mário dos Santos*
20	*Alcobaça & Cª*	**68**	*Cajuda, Ribeiro e Ayres, Ltd.*
21	*Costa & C.ª*	**69**	*Silvas, Coelhos, Ltd.*
22	*Camalhão, Portela & C.ª, Ltd.*	**70**	*Costa, Rosa & C.ª Suc.*
23	*La Bretagne, Ltd.*	**71**	*Ribeiro & Nunes, Ltd.*
24	*Gomes, Campos & C.ª*	**72**	*Marques Neves & Cª, Ltd.*
25	*Correia Sousa & Cª*	**73**	*Francisco Alves*
26	*Fermisson, Aires & C.ª*	**74**	*Gaspar & C.ª, Ltd.*
27	*Estabelecimentos Astoria, Ltd.*	**75**	*Gago da Silva, Ltd.*
28	*Carlos & Abel*	**76**	*Marques, Ltd.*
29	*Mariz & Henriques, Ltd.*	**77**	*Manuel Inácio Pinto*
30	*Ramos Reynaud & C.ª*	**78**	*Claro & Costa*
31	*Ferreira, Santos & Cª*	**79**	*Domingos José da Costa*
32	*Brancos & Cª*	**80**	*Madeira & Tenorio*
33	*Romão Pêra & Cª*	**81**	*Figueira & C.ª, Ltd.*
34	*Vidal, Cruz & C.ª*	**82**	*Jorge Forte*
35	*J. Antunes Fragoso*	**83**	*Forreta & C.ª, Ltd.*
36	*Bonifácio Lázaro, Ltd.*	**84**	*Pinto & C.ª, Ltd.*
37	*Bliebernicth, Ltd.*	**84**	*Viegas Dias & C.ª, Ltd.*
38	*Manuel José Joaquim*	**86**	*Lourenço do O. Rocha, Ltd.*
39	*J. Silva & Ledo, Ltd.*	**87**	*Morais & Filho*
40	*Santos, Gomes, Gamito & C.ª*	**88**	*Fuzeta, Ltd.*
41	*Ferdinand Garrec & C.ª*	**89**	*Viegas, Braga & C.ª*
42	*Companhia Lusitana de Conservas*	**90**	*Gándara, Haz, Rábago & Cª, Ltd.*
43	*Mariano, Lopes & C.ª, Ltd.*	**91**	*Moniz, Henrique, Ltd.*
44	*Etablissements F. Delory*	**92**	*David Ferreira & Cª*
45	*Costa & Carvalho*	**93**	*Ahrens Novais, Ltd.*
46	*Gameiro, Santana & Cª*	**94**	*Lúcio Gomes Correia*
47	*Veiga, Ltd.*	**95**	*Lopez Valeiras Hermanos*
48	*Pronto & Branco*	**96**	*Carvalho, Nunes & Silva, Ltd.*

Fonte: "Indústria de Conservas – Secção de Fabricantes" in *A Indústria*, n.º 41 de 25/04/1924, p. 4.

Tabela - Firmas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1927)

N.º	Firma	Marca	Morada
1	*A. Fradique*	«Miss Portugal»	Estrada da Graça
2	*Abel Maria*	«Caminha»	Rua Guilherme Gomes Fernandes
3	*Ahrens Novais, Ltd.*	«Ahrens Novais»	Fontainhas
4	*Albert Rouillé, Ltd.*	«Albert Rouillé»	Av. Todi
5	*Algarve Exportador*	«Nice»	Rua dos Trabalhadores do Mar
6	*Andorinha, Ltd.*	«Hirondelle»	Av. Todi
7	*António Alonso, Hijos*	«Palais d'Orient»	Rua Almeida Garrett
8	*António Carlos Ribeiro*	«La Sadine»	Bairro Melo
9	*Arséne Saupiquet*	«Vinet»	Estrada da Rasca
10	*Augusto Mário dos Santos*	«Nela»	Bairro Baptista
11	*Baptista Correia & C.ª*	«Camões»	Rua da Herdade
12	*Benzinho, Ltd.*	«Vitaline»	Rua do Viso
13	*Brandão, Gomes & C.ª*	«Brandão Gomes»	Estrada da Graça
14	*Cajuda, Ribeiro & Ayres*	«Foot-Ball»	Bairro Trindade
15	*Cardoso, Durão & Cª, Ltd.*	«Vieux Noel»	Estrada da Graça
16	*Carlos Viegas, Ltd.*	«Adriano»	Estrada da Graça
17	*Carvalho, Nunes & Silva*	«Graciose»	Estrada da Graça
18	*Casimiro & Nascimento*	«Predilecta»	Largo do Marquês
19	*Chaves & Rosa*	«A Social»	Bairro Baptista
20	*Claro & Costa*	«Bom Repas»	Fontainhas
21	*Costa & Carvalho*	«Costa & Carvalho»	Rua dos Trabalhadores do Mar
22	*David, Ferreira & C.ª*	«La Setubalense»	Estrada de Azeitão
23	*Domingos José da Costa*	«Francisco Costa»	Estrada da Graça
24	*Eduardo Salgado*	«Carminda»	Av. Todi
25	*Empresa Exportadora Lusitana*	«Seabelle»	Estrada da Graça
26	*Ernesto Piccapane*	«Encore Mieux»	Estrada da Rasca
27	*Etablissements F. Delory*	«F. Delory»	Rua dos Trabalhadores do Mar
28	*F.M. Lino da Silva*	«Lino»	Rua Camilo Castelo Branco
29	*Ferdinand Garrec & C.ª*	«Grand Lion»	Praia
30	*Ferreira, Santos & C.ª (Central)*	«Maripose»	Parque das Escolas
31	*Figueira & C.ª, Ltd.*	«La Chance Brand»	Estrada da Graça
32	*Gameiro, Santanra & C.ª*	«Bertini»	Av. Todi
33	*Gândara, Haz, Rábago & Cª., Ltd.*	«Outib»	Estrada da Graça
34	*Gaspar & C.ª Ltd.*	«Reine Esther»	Rua Camilo Castelo Branco
35	*Gomes, Campos & Cª*	«Sagres»	Estrada da Rasca
36	*Internacional, Ltd.*	«Alcyon»	Avenida Todi
37	*Invicta, Lda.*	«Falcão»	Rua do Mercado
38	*J. Antunes Fragoso*	«Nataline»	Parque das Escolas
39	*J. Silva & Ledo, Ltd.*	«Le Quefebec»	Parque das Escolas
40	*João C. Gargalo*	«Eunice»	Rua do Mercado
41	*La Bretagne*	«Roy Soleil» e «Sport Briand»	Estrada da Rasca
42	*Lavado & C.ª*	«Ribalta»	Lisboa (sede da empresa)
43	*Lima, Pinto & C.ª*	«Muguet de Mai»	Estrada da Graça
44	*Lopez Valeiras, Hermanos*	«Maruxa»	Rua Camilo Castelo Branco
45	*Lourenço do Ó Rocha*	«Perpétua»	Estrada da Graça
46	*M. Branco*	«La Tentatrice»	Av. Todi
47	*M. Perienes*	«Berthe»	Ladeira de S. Sebastião
48	*Manuel dos Santos Forreta*	«Peixeira»	Estrada da Graça
49	*Manuel José Joaquim & C.ª*	«Temeraire»	Praia da Saúde
50	*Mariano, Lopes & C.ª, Ltd.*	«Brancanes»	Rua dos Trabalhadores do Mar
51	*Mariz & Henriques, Ltd.*	«Rosebud»	Estrada da Rasca
52	*Marques Neves & C.ª*	«Loyauté»	Rua Camilo Castelo Branco
53	*Martins & Santana, Ltd*	«Bom Jesus»	Rua Acácio Barradas
54	*Monteiro & Envias*	«Orientale»	Bairro Alves

55	*Monteiros & C.ª*	«Mont-Joie»	Rua Guilherme Gomes Fernandes
56	*Pavilhão, Ltd.*	«Pavilhão»	Rua Camilo Castelo Branco
57	*Ramos Reynaud & C.ª*	«Robinson Crusoe»	Rua Guilherme Gomes Fernandes
58	*Reynaud & C.ª*	«Laurinda»	Praia do Seixal
59	*Ribeiro & Nunes, Lda. Sucessor*	«Torre do Outão»	Rua Camilo Castelo Branco
60	*Romão, Pêra & C.ª*	«Torre do Sado»	Parque das Escolas
61	*Santana, Ltd.*	«Latina»	Praça da República
62	*Santarém & Palhão*	«Laurelle»	Praia do Seixal
63	*Santos, Gomes e Gamito*	«Santé»	Rua dos Trabalhadores do Mar
64	*Santos, Machado & C.ª, Lda.*	«La Capriche»	Rua Baluarte do Socorro
65	*Silvas & Coelhos, Ltd.*	«Silvas, Coelhos, Ltd.»	Bairro Trindade
66	*Sociedade de Conservas 'A Conservadora', Ltd.*	«Reboreda»	Bairro Alves
67	*Sociedade de Conservas Atlas, Ltd.*	«Leon de L'Atlas»	Rua Acácio Barradas
68	*Sociedade de Conservas Sado*	«Mariolinde»	Rua José Fontana
69	*Société de Conserves de Setubal*	«Sardines des Alliés»	Praia do Seixal
70	*União Industrial de Conservas*	«La Conquete»	Bairro Baptista
71	*Veiga, Ltd.*	«Bohéme»	Av. Todi
72	*Viegas, Dias & C.ª*	«Hors d'Euvre»	Estrada da Graça
73	*Viúva Carvalho, Reis & C.ª*	«Destino»	Rua Guilherme Gomes Fernandes
74	*Viúva Macieira & Filhos*	«Bonheurs des Gourmeis» e «Maribelle»	Rua Oriental do Mercado

Fonte: "Principais marcas das fábricas de conservas de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 230 de 11/12/1927, pp. 5-6.

Tabela - Comissão de Assistência ao Operariado Conserveiro de Setúbal, criada ao abrigo do art.º 24 do Decreto-Lei n.º 21622, de 27/08/1932.

Membros
Carlos Homem de Figueiredo
João M. Silva
José da Cruz Azevedo
José Viegas
Jorge Salgado
Vítor Costa
Mário Lêdo
Mathias Perienes
Vítor Ramos Reynaud

Fonte: "Comissão de assistência ao operariado conserveiro" in *A Indústria*, n.º 472 de 21/01/1933, p. 1.

1.ª Direção do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal (1934)

Cargo	**Nome**
Presidente	Francisco Luís Pereira
Secretário	Carlos Gomes
Tesoureiro	Luís Augusto de Sousa
1.º vogal	João de Deus Almeida
2.º vogal	Adelina Pereira

Fonte: Centro de Documentação do Museu do Trabalho Michel Giacometti, Fundo do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal, Lv. de Atas n.º 1 (1934-1939), Ata de instalação do respetivo sindicato de 18/05/1934, p. 1.

Tabela - Lista de firmas de conservas de peixe existentes de Setúbal (1932)

Nº	Nome da firma	Nº	Nome da firma
1	*Alberto Correia*	**34**	*Casimiro Martins*
2	*Algarve Exportador, Ltd.*	**35**	*João C. Gargalo*
3	*Alves, Mendanha & C.ª, Ltd.*	**36**	*J. Silva & Lêdo, Lda.*
4	*António Alonso, Hijos*	**37**	*L. Branco*
5	*António Joaquim Fradique*	**38**	*Lopez Valeiras, Hermanos*
6	*Augusto Mário dos Santos (ou Vasconcelos & Guerreiro)*	**39**	*La Bretagne, Lda.*
7	*Brandão Gomes & C.ª*	**40**	*Mariano, Lopes & C.ª, Lda.*
8	*Bernardo dos Santos*	**41**	*Marques, Neves & C.ª, Lda.*
9	*Bertília, Ltd.*	**42**	*M. Perienes, Lda.*
10	*Benzinho, Ltd.*	**43**	*Monteiros & Cª*
11	*Casimiro & Nascimento, Suc.*	**44**	*Manuel José Joaquim & C.ª*
12	*Carlos Schmidt & C.ª, Lda.*	**45**	*Manuel dos Santos Forreta*
13	*Carvalho, Nunes & Silva*	**46**	*Mariz & Henriques, Lda.*
14	*Conservas Rainha do Sado, Lda.*	**47**	*Martins & Correia*
15	*Conservas S. Pedro, Lda.*	**48**	*Ramos Reynaud & C.ª*
16	*Conservadora, Ltd.*	**49**	*Reynaud & C.ª, Ltd.*
17	*Claro & Costa*	**50**	*Ribeiro & Nunes, Lda. Suc.*
18	*Costa & Carvalho*	**51**	*Santarém & Palhão*
19	*Companhia de Conservas Pavilhão, Ltd..*	**52**	*Santos, Gomes, Gamito & C.ª*
20	*Costa, Rosa & C.ª Suc.*	**53**	*Société de Conservae de Setubal*
21	*David Ferreira & C.ª*	**54**	*Société Arséne Saupiquet*
22	*Domingos José da Costa*	**55**	*Silvas, Coelhos, Lda.*
23	*Domingos Martins Gomes*	**56**	*Sociedade de Conservas Invicta, Lda.*
24	*Empresa Exportadora Lusitânia*	**57**	*Santos, Machado & C.ª, Lda.*
25	*Ernest Bliebernicht, Ltd.*	**58**	*Sociedade de Conservas Atlas, Lda.*
26	*Etablissement F. Delory*	**59**	*Silva, Santos & Cª*
27	*Francisco Alves*	**60**	*Santana, Ltd.*
28	*F. M. Lino da Silva*	**61**	*Soromenhos & Victor, Ltd.*
29	*F. A. Tenorio*	**62**	*Tenório & Madeiras*
30	*Gândara, Haz, Rábago & C.ª, Ltd..*	**63**	*União Industrial de Conservas, Lda.*
31	*Gomes, Campos & C.ª*	**64**	*Veiga, Ltd.*
32	*G. Mariz & C.ª*	**65**	*Viegas, Dias & C.ª, Lda.*
33	*J. Antunes Fragoso*	**66**	*Viegas & Lopes*

Fontes:
"Industriais de conservas de sardinha do centro – Setúbal" in *A Indústria*, n.º 464 de 18/11/1932, p. 4; "Movimento industrial de 1932" in *A Indústria*, n.º 484 de 15/04/1933, p. 2.

Tabela – Valores do peixe vendido na lota industrial de Setúbal aos fabricantes de conservas (1933)

Nº	Nome da firma	Valor (Esc.)
1	*Algarve Exportador, Lda.*	510 682$00
2	*António Alonso, Hijos*	158 892$99
3	*Alberto Correia*	115 452$00
4	*Alves, Mendanha & C.ª, Lda.*	28 049$00
5	*Bernardo dos Santos*	47 174$00
6	*Benzinho, Lda.*	273 136$00
7	*Carvalho, Nunes & Silva, Lda.*	246 331$00
8	*Casimiro & Nascimento, Suc.*	354 440$00
9	*Carlos Schmidt & C.ª, Lda.*	186 106$00
10	*Companhia das Conservas Pavilhão, Lda.*	244 686$00
11	*Conservas Rainha do Sado, Lda.*	332 437$00
12	*Costa, Rosa & C.ª, Suc.*	90 691$00
13	*Conservas S. Pedro, Lda.*	240 966$00
14	*Claro & Costa*	124 940$00
15	*Coelhos, Lda.*	69 622$00
16	*Domingos José da Costa*	37 976$00
17	*David, Ferreira & Cª*	100 520$00
18	*Domingos Martins Gomes*	405 067$00
19	*E. Bliebernicht*	162 786$00
20	*Empresa Exportadora Lusitânia, Lda.*	274 914$00
21	*Empresa Industrial de Conservas Poker, Lda.*	265 897$00
22	*Etablissements F. Delory*	392 940$00
23	*Fábrica Bela Vista*	242 824$00
24	*F. A. Tenório*	69 832$00
25	*Francisco Alves*	298 857$00
26	*F.M. Lino da Silva, Lda.*	364 700$00
27	*Gomes, Campos & C.ª*	100 192$00
28	*G. Mariz & C.ª, Lda.*	27 118$00
29	*João C. Gargalo*	512 580$00
30	*J. Antunes Fragoso*	195 791$00
31	*J. Silva & Lêdo, Lda.*	211 755$00
32	*L. Branco*	59 780$00
33	*Lopes da Cruz & C.ª, Lda.*	108 249$00
34	*Manuel José Joaquim, Lda.*	167 306$00
35	*Manuel dos Santos Forreta*	46 421$00
36	*Mariano, Lopes & C.ª, Lda.*	242 824$00
37	*Mariz, Henriques & C.ª, Lda.*	81 068$00
38	*Marques, Neves & C.ª, Lda.*	365 343$00
39	*M. Perienes, Lda.*	341 055$00
40	*P. Monteiros & C.ª, Lda.*	92 175$00
41	*Ramos Reynaud & C.ª, Lda.*	302 201$00
42	*Ramirez & C.ª, Lda.*	323 772$00
43	*Sociedade de Conservas Atlas, Lda.*	96 268$00
44	*Soromenhos & Victor, Lda.*	120 524$00
45	*Santos, Machado & C.ª*	3 396$00
46	*Société Arséne Saupiquet*	115 015$00
47	*Silva, Santos & Cª, Lda.*	138 584$00
48	*Sociedade de Conservas Invicta*	1 590$00
49	*Santos, Gomes, Gamito & Cª*	352 894$00
50	*Société La Bretagne, Lda.*	63 478$00
51	*Silvas, Coelhos, Lda.*	143 627$00
52	*Société de Conserves de Setubal, Lda.*	507 243$00
53	*Santarém & Palhão*	410 704$00
54	*Tenorio & Madeiras, Lda.*	157 664$00
55	*União Industrial de Conservas, Lda.*	163 448$00
56	*Viegas, Dias & C.ª, Lda.*	514 134$00

57	*Vasconcelos & Guerreiro, Ltd*. [fábrica de Augusto Mário dos Santos]	27 429$00
58	*Viegas & Lopes*	558 015$00
59	*Veiga, Lda.*	74 436$00

Fonte: "Estatística do peixe vendido na lota industrial de Setúbal de 2 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1933" in *A Indústria*, n.º 511 de 06/01/1934, p. 9.

Tabela - Fabricantes e exportadores de conservas de peixe registados em Setúbal (1933)

Nº	Nome da firma	Morada
1	*A. Ribeiro Henriques*	Av. Luísa Todi
2	*Ahrens Novais, Lda.* [Exportador]	Av. Luísa Todi n.º 356
3	*Alberto Correia* [Fabricações de Remplissage]	Travessa da Rasca
4	*Algarve Exportador, Lda.*	Rua dos Trabalhadores do Mar.
5	*Alves Mendanha & C.ª, Lda.*	Rua da Fábrica Aurora
6	*António Alonso, Hijos.*	Rua Almeida Garrett
7	*Arséne Saupiquet*	Estrada da Graça
8	*António Henrique Costa*	Rua General Gomes Freire
9	*António Nunes Júnior* [Ribeiro & Nunes, Lda.]	Rua Camilo Castelo Branco
10	*Benzinho, Lda.*	Estrada do Viso
11	*Bernardo dos Santos* [Fabricações de Remplissage]	-
12	*Bertília, Lda.*	Estrada do Viso
13	*Carlos Schmidt & C.ª*	Rua Camilo Castelo Branco
14	*Bonifácio Lázaro*	Rua da Saúde
15	*Carvalho, Nunes & Silva, Lda.*	Estrada da Graça
16	*Casimiro & Nascimento, Sucessor.*	Largo do Marquês
17	*Claro & Costa*	Av. Todi n.º 30
18	*Companhia de Conservas Pavilhão, Lda.*	Rua Camilo Castelo Branco
19	*Conservas Rainha do Sado, Lda.*	Estrada da Graça
20	*Conservas S. Pedro, Lda.*	Estrada da Graça
21	*Costa & Carvalho*	Rua dos Trabalhadores do Mar
22	*David Ferreira & C.ª*	Estrada de Azeitão
23	*Domingos José da Costa*	Estrada da Graça
24	*Domingos Martins Gomes*	Rua Gama Braga
25	*E. Bliebernicht*	Estrada da Graça
26	*Empresa Exportadora Lusitana, Lda.*	Estrada da Graça
27	*Empresa Industrial de Conservas Poker, Lda.*	Estrada da Rasca
28	*Etablissements F. Delory*	Rua dos Trabalhadores do Mar
29	*F. A. Tenorio*	Rua dos Trabalhadores do Mar
30	*F. M. Lino da Silva*	Rua General Gomes Freire
31	*Francisco Alves*	Rua Camilo Castelo Branco
32	*G. Mariz & C.ª, Lda.*	Vila Maria
33	*Gândara, Haz, Rábago & C.ª, Lda.*	Estrada da Graça
34	*Gomes, Campos & C.ª*	Estrada da Rasca
35	*Imprex Edouard Menjuzan* [Exportador]	Av. Luísa Todi n.º 398
36	*J. Antunes Fragoso*	Parque das Escolas
37	*J. Silva & Lêdo*	Parque das Escolas
38	*João C. Gargalo*	Rua Oriental do Mercado
39	*L. Branco*	Av. Todi n.º 139
40	*Lopez, Valeiras, Hermanos*	Rua Camilo Castelo Branco
41	*M. Perienes, Lda.*	Beco João Galvão
42	*Manuel José Joaquim & C.ª*	Rua Gomes Cardim
43	*Manuel dos Santos Forreta*	Estrada da Graça
44	*Mariano, Lopes & C.ª, Lda.*	Rua dos Trabalhadores do Mar
45	*Mariz & Henriques, Lda.*	Estrada da Rasca
46	*Marques, Neves & C.ª*	Rua Camilo Castelo Branco
47	*Martins & Correia, Lda.*	Av. Luísa Todi
48	*Monteiros & C.ª*	Rua da Cordoaria
49	*Sociedade de Conservas La Bretagne*	Estrada da Rasca
50	*Ramos Reynaud & C.ª*	Rua Guilherme Gomes Fernandes
51	*Reynaud & C.ª*	Estrada da Rasca
52	*Santana, Lda.*	Praça da República
53	*Santarém & Palhão*	Praia da Saboaria
54	*Santos, Gomes, Gamito & C.ª*	Rua Mártires da Pátria
55	*Santos, Machado & C.ª*	Rua do Baluarte do Socorro
56	*Sebastião José Machado Júnior*	Av. Luísa Todi n.º 394

57	*Silva Santos & C.ª, Lda.*	Estrada da Rasca
58	*Silvas, Coelhos, Lda.*	Rua General Gomes Freira
59	*Sociedade de Conservas A Conservadora*	Bairro Alves da Silva
60	*Sociedade de Conservas Atlas, Lda.*	Rua Acácio Barradas
61	*Sociedade de Conservas Invicta*	Rua Ocidental do Mercado
62	*Société de Conserves de Setubal*	Rua da Saúde
63	*Soromenhos & Victor, Lda.*	Estrada da Graça
64	*Tenorio & Madeiras*	Rua Oriental do Mercado
65	*União Industrial de Conservas, Lda.*	Rua António José Baptista
66	*Veiga, Lda.*	Rua Oriental do Mercado
67	*Viegas, Dias & C.ª, Lda.*	Estrada da Graça
68	*Viegas & Lopes*	Rua Camilo Castelo Branco

Fonte: ROCHA, Mário, *Anuário do Comércio e da Indústria de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933, p. 68 e pp. 101-102.

Tabela - Empresas setubalenses de conservas de peixe (1933)

N.º	Nome da empresa
1.	*Agência Industrial e Comercial, Limitada*
2.	*Ahrens Novais, Limitada*
3.	*Alexandre Livério*
4.	*Algarve Exportador, Limitada*
5.	*Alves, Mendanha & C.ª, Limitada*
6.	*António Alonso, Hijos*
7.	*A. Ribeiro Henriques*
8.	*Augusto Mário dos Santos*
9.	*Benzinho, Limitada*
10.	*Bertília, Limitada*
11.	*Brandão, Gomes & C.ª, Limitada*
12.	*Carlos Schmidt & C.ª, Limitada*
13.	*Carvalho Nunes & Silva, Limitada*
14.	*Casimiro & Nascimento, Sucessor*
15.	*Claro & Costa*
16.	*C. Mariz & Cª, Limitada*
17.	*Coelhos, Limitada*
18.	*Companhia de Conservas Pavilhão, Limitada*
19.	*Costa & Carvalho*
20.	*Costa, Rosa & C.ª, Sucessor*
21.	*David Ferreira & C.ª, Limitada*
22.	*Domingos José da Costa*
23.	*Edouard Menjouzan*
24.	*F.A. Tenório*
25.	*F.M. Lino da Silva, Limitada*
26.	*Francisco Alves*
27.	*Gândara, Haz, Rabago & C.ª, Limitiada*
28.	*Gomes, Campos & C.ª, Limitada*
29.	*Gomes da Costa*
30.	*Ilídio Paninho*
31.	*J. Antunes Fragoso*
32.	*A Jerónimo Campos*
33.	*J. Silva & Ledo, Limitada*
34.	*L. Branco*
35.	*Lopes Valeiras, Hermanos*
36.	*Lopes da Cruz & C.ª, Limitiada*
37.	*Manuel Francisco da Silva*
38.	*Manuel Francisco da Silva*
39.	*Manuel Gonçalves Morais*
40.	*Manuel José Joaquim & C.ª*
41.	*Manuel dos Santos Forreta*
42.	*Mariano Lopes & C.ª, Limitada*
43.	*Marques Neves & C.ª, Limitada*
44.	*M. Perienes, Limitada*
45.	*Nova Sociedade de Conservas Alimentícias, La Bretagne*
46.	*P. Monteiros & C.ª, Limitada*
47.	*Ramos Reynaud & C.ª*
48.	*Reynaud & C.ª, Limitada*
49.	*Ribeiro & Nunes, Limitada, Sucessor*
50.	*Santarém & Palhão*
51.	*Santos, Gomes, Gamito & C.ª, Limitada*
52.	*Santos, Machado & C.ª, Limitada*
53.	*Sebastião José Machado Júnior*
54.	*Setúbal Factories Agency, Limitaa*
55.	*Silva, Coelhos & C.ª, Limitada*
56.	*Silva Santos & C.ª, Limitada*

57.	*Société Anonynome des Éstablissements Arséne Saupiquet*
58.	*Société Anonynome des Éstablissements F. Delory*
59.	*Sociedade de Conservas Atlas, Limitada*
60.	*Société de Conserves de Setúbal, Limitada*
61.	*Sociedade Fabril, Limitada*
62.	*Soromenhos & Vítor, Limitada*
63.	*Tenório & Madeiras, Limitada*
64.	*União Industrial de Conservas, Limitada*
65.	*Veiga, Limitada*
66.	*Viegas Dias & C.ª, Limitada*
67.	*Viegas & Lopes*

Fonte: Direcção-Geral do Comércio e Indústria do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, *Exportação Portuguesa*, vol. III, *Lista de exportadores de conservas de peixe em azeite, peixe em salmoura, prensado, fresco, salgado e seco, mariscos e cefalópodes e sal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1933, pp. 3-13.

Tabela - Fábricas de conservas de peixe sediadas em Setúbal (1934)

Nº	**Nome da firma**	**Nº**	**Nome da firma**
1	*Algarve Exportador, Ltd.*	**32**	*Lage, Ferreira & C.ª, Ltd.*
2	*António, Alonso Hijos*	**33**	*Lopes da Cruz & C.ª, Ltd.*
3	*Alves, Mendanha & C.ª, Ltd.*	**34**	*L. Branco*
4	*Benzinho, Ltd.*	**35**	*Lopez Valeiras Hermanos*
5	*Brandão, Gomes & C.ª, Ltd.*	**36**	*M. Perienes, Ltd.*
6	*Bertília, Ltd.*	**37**	*Mariz & Henriques, Ltd.*
7	*Claro & Costa*	**38**	*Manuel José Joaquim, Ltd.*
8	*Conservas Rainha do Sado, Ltd.*	**39**	*Marques Neves & C.ª, Ltd.*
9	*Casimiro & Nascimento, Suc.*	**40**	*Mariano, Lopes & C.ª, Ltd.*
10	*Coelhos, Ltd.*	**41**	*Manuel dos Santos Forreta*
11	*Conservas S. Pedro, Ltd.*	**42**	*P, Monteiros & C.ª, Ltd.*
12	*Carlos Schmidt & Cª, Ltd.*	**43**	*Ramos Reynaud & C.ª, Ltd.*
13	*Carvalho, Nunes & Silva, Ltd.*	**44**	*Ramirez & C.ª, Ltd.*
14	*Costa, Rosa & C.ª, Suc.*	**45**	*Ribeiro & Nunes, Suc, Ltd.*
15	*Companhia das Conservas Pavilhão, Ltd.*	**46**	*Société de Conserves de Setubal*
16	*Costa & Carvalho*	**47**	*Soromenhos & Victor, Ltd.*
17	*Domingos José da Costa*	**48**	*Santos, Gomes, Gamito & C.ª*
18	*Domingos Martins Gomes*	**49**	*Santarém & Palhão*
19	*Empresa Industrial de Conservas Poker, Ltd.*	**50**	*Silvas, Coelhos, Ltd.*
20	*Empresa Lusitânia, Ltd.*	**51**	*Silva, Santos & C.ª, Ltd.*
21	*E. Bliebernicht*	**52**	*Sociedade de Conservas Atlas, Ltd.*
22	*Etablissements F. Delory*	**53**	*Société Arséne Saupiquet*
23	*Francisco Alves*	**54**	*Sociedade A Conservadora, Ltd.*
24	*Figueira & C.ª Ltd.*	**55**	*Sociedade La Bretagne, Ltd.*
25	*F.M. Lino da Silva, Ltd.*	**56**	*Sardinha do Algarve, Ltd. (Augusto M. Santos)*
26	*Gândara, Haz, Rábago & C.ª, Ltd.*	**57**	*Tenório & Madeiras, Ltd.*
27	*Gomes, Campos & C.ª*	**58**	*União Industrial de Conservas, Ltd.*
28	*G. Mariz & C.ª, Ltd.*	**59**	*Veiga, Ltd.*
29	*João C. Gargalo*	**60**	*Viegas, Dias & C.ª, Ltd.*
30	*J. Antunes Fragoso*	**61**	*Viegas & Lopes*
31	*J. Silva & Ledo, Ltd.*		

Fonte: "Vida industrial - Estatística do valor do peixe comprado pelas fábricas de conservas na lota de Setúbal durante o ano de 1934" in *A Indústria*, n.º 553 de 01/02/1935, p. 3.

Tabela - Empresas de conservas de peixes com fábricas em Setúbal inscritas no C.P.C.S. (1934)

Nº	Nome	Data de fundação	Capacidade de produção (caixas)
1	*Claro & Costa*	1922	28975
2	*Companhia de Conservas Pavilhão, Ltd.*	1924	28179
3	*Francisco Alves*	1922	45850
4	*Augusto Mário dos Santos*	1917	22050
5	*Ramirez & C.ª, Ltd.*	-	21927
6	*Conservas Rainha do Sado*	1931	39562
7	*Manuel dos Santos Forreta*	1921	17465
8	*João C. Gargalo*	1910	47450
9	*David Ferreira & C.ª*	1916	16239
10	*Silva, Santos & C.ª, Ltd.*	1928	19486
11	*Veiga, Ltd.* **[2 fábricas]**	1920	16580 / 28935
12	*M. Perienes, Ltd.*	1929	46855
13	*Algarve Exportador, Ltd.*	1920	71571
14	*Gândara, Haz, Rabago & C.ª, Ltd.* [de Vigo]	1923	46147
15	*Mariz & Henriques, Ltd.*	1896	19968
16	*Santos, Machado & C.ª. Ltd.*	1922	15680
17	*Ribeiro & Nunes, Ltd., Sucessores*	1918	16823
18	*Manuel José Joaquim, Ltd.*	1917	19805
19	*Empresa Exportadora Lusitânia, Ltd.*	1926	33931
20	*Société des Établissements Arsènse Saupiquet*	1891	25740
21	*Lopez, Valeiras Hermanos* [de Vigo]	1900	45245
22	*Casimiro & Nascimento*	1922	33196
23	*Sociedade de Conservas Atlas, Ltd.*	1918	28598
24	*Lopes da Cruz & C.ª, Ltd.*	1920	32445
25	*Conservas S. Pedro, Ltd.*	1931	26000
26	*Viegas Dias & C.ª, Ltd.*	1922	38180
27	*Carlos Schmidt & C.ª, Ltd.*	1927	32221
28	*Lage, Ferreira & C.ª, Ltd.*	1930	38792
29	*E. Bliebernicht*	1928	28444
30	*Société des Établissements F. Delory* [de Lorient]	1892	43775
31	*Tenório & Madeiras, Ltd.*	1923	31850
32	*Nova Sociedade de Conservas Alimentícias La Bretagne, Ltd.*	1918	17856
33	*Brandão Gomes & C.ª, Ltd.*	1894	47784
34	*Sociedade de Conservas «Invicta», Ltd.*	1924	17426
35	*Ramos Reynaud & C.ª*	1892	25842
36	*António Alonso, Hijos* [de Vigo]	1924	55430
37	*União Industrial de Conservas, Ltd.*	1918	33056
38	*F.M. Lino da Silva*	1918	33247
39	*Costa Rosa & C.ª Sucessores*	1917	16685
40	*Viegas & Lopes*	1931	28715
41	*Société de Conserves de Setúbal*	1918	43725
42	*Soromenhos & Vítor, Ltd.*	1929	52264
43	*Gomes Campos & C.ª*	1918	20339
44	*J. Silva & Lêdo, Ltd.*	1915	28692
45	*Alves Mendanha & C.ª, Ltd.*	1912	20200
46	*L. Branco*	1904	22953
47	*Domingos José da Costa*	1899	22500
48	*Costa & Carvalho*	1887	30090
49	*Mariano Lopes & C.ª, Ltd.*	1905	41142
50	*Silvas, Coelhos, Ltd.*	1922	29265
51	*Coelhos, Ltd.*	1918	20207
52	*J. Antunes Fragoso*	1912	21700
53	*P. Monteiros & C.ª, Ltd.*	1907	22451
54	*Carvalho, Nunes & Silva, Ltd.*	1918	19793

55	*Marques Neves & C.ª, Ltd.* [3 fábricas]	1917	29202 / 17004 / 25691
56	*Benzinho, Ltd.*	1925	27931
57	*G. Mariz & C.ª, Ltd.*	1930	37074
58	*Santarém & Palhão*	1892	20545
59	*Santos, Gomes Gamito & C.ª*	1920	36253
60	*Empresa Industrial de Conservas Poker, Ltd.*	1927	42146
61	*Fábrica Nacional de Conservas, Ltd.*	1924	37580
62	*Bernardo dos Santos*	1932	26819
63	*Sociedade de Conservas 'A Conservadora'*	1918	-

Fonte: Ministério do Comércio e Indústria, *Boletim dos Organismos Económicos*, n.º 2, vol. I, Imprensa Moderna, Porto, dez/1935, pp. 161-166.

Tabela - Firmas com fábricas de conservas em Setúbal (1935)

Nº	Nome da firma	Nº	Nome da firma
1	*Algarve Exportador, Ltd.*	**28**	*João C. Gargalo*
2	*Alves, Mendanha & C.ª, Ltd.*	**29**	*Lage, Ferreira & C.ª, Ltd.*
3	*António, Alonso Hijos*	**30**	*L. Branco*
4	*Benzinho, Ltd.*	**31**	*Lopes da Cruz & C.ª, Ltd.*
5	*Carlos Schmidt & Cª, Ltd.*	**32**	*Lopez Valeiras Hermanos*
6	*Carvalho, Nunes & Silva, Ltd.*	**33**	*Manuel José Joaquim, Ltd.*
7	*Casimiro & Nascimento, Suc.*	**34**	*Manuel dos Santos Forreta*
8	*Coelhos, Ltd.*	**35**	*Mariano, Lopes & C.ª, Ltd.*
9	*Conservas Rainha do Sado, Ltd.*	**36**	*Marques, Neves & C.ª, Ltd.*
10	*Conservas S. Pedro, Ltd.*	**37**	*M. Perienes, Ltd.*
11	*Claro & Costa*	**38**	*P, Monteiros & C.ª, Ltd.*
12	*Companhia das Conservas Pavilhão, Ltd.*	**39**	*Ramirez & C.ª, Ltd.*
13	*Costa, Rosa & C.ª, Suc.*	**40**	*Ramos Reynaud & C.ª, Ltd.*
14	*David, Ferreira & C.ª*	**41**	*Santarém & Palhão*
15	*Domingos José da Costa*	**42**	*Santos, Gomes, Gamito & C.ª*
16	*E. Bliebernicht*	**43**	*Silvas, Coelhos, Ltd.*
17	*Etablissements F. Delory*	**44**	*Silva, Santos & C.ª, Ltd.*
18	*Empresa Lusitânia, Ltd.*	**45**	*Sociedade de Conservas Atlas, Ltd.*
19	*Empresa Industrial de Conservas Poker*	**46**	*Sociedade A Conservadora, Ltd.*
20	*F.M. Lino da Silva, Ltd.*	**47**	*Société Arséne Saupiquet*
21	*Fábrica Nacional de Conservas, Ltd.*	**48**	*Société de Conserves de Setubal*
22	*Francisco Alves*	**49**	*Sociedade La Bretagne, Ltd.*
23	*C. Mariz & C.ª, Ltd.*	**50**	*Soromenhos & Victor, Ltd.*
24	*Gândara, Haz, Rábago & C.ª, Ltd.*	**51**	*Tenório & Madeiras, Ltd.*
25	*Gomes, Campos & C.ª*	**52**	*União Industrial de Conservas, Ltd.*
26	*J. Antunes Fragoso*	**53**	*Viegas, Dias & C.ª, Ltd.*
27	*J. Silva & Ledo, Ltd.*	**54**	*Viegas & Lopes*

Fonte: "Nome das firmas com fábricas de conservas de sardinha em Setúbal actualmente em laboração" in *A Indústria*, n.º 586 de 11/10/1935, p. 1.

Tabela – Firmas criadas antes da Grande Guerra e que faliram na década de 1920

N.º	Nome das firmas	Data de fundação	Data de encerramento
1.	*Albert Rouillé* (fábrica 'Ponte do Carmo')	1902	1929
2.	*Castelo Branco & C.ª* (fábrica 'Castelo Branco')	1913	1929
3.	*Companhia Nacional de Conservas*	1894	1924
4.	*Correia & Ajuda*	1911	1928
5.	*Costa & C.ª* (fábrica 'Costa')	1890	1930
6.	*Félix & C.ª, Lda.* (fábrica 'Triunfante')	1911	1924
7.	*Ferdinand Garrec & C.ª, Lda.* (fábrica 'Garrec')	1894 (?)	1931
8.	*Fernandes, Duarte & C.ª* (fábrica 'A Vencedora')	1910	1920
9.	*Ferreira, Santos & C.ª* (fábrica 'Central')	1911	1927
10.	*Francisco José Pereira Sucessores* (fábrica 'Sto. António')	1897	1924
11.	*Guilherme Graham & C.ª*	1912	1929
12.	*João Marques Câncio* (fábrica 'Câncio)	1887	1929
13.	*Lourenço do O Rocha, Lda.* (fábrica 'Rainha do Sado')	1909	1932
14.	*Manuel Salgado* (fábrica 'Alegria')	1899	1930
15.	*Mariano, Martins & C.ª* (fábrica '15 de Outubro')	1910	1921
16.	*Marques, Santos & C.ª*	1911	1919
17.	*Réné Béziers & C.ª*	1901	1919
18.	*Sousa Salvado & C.ª* (fábrica 'Glória')	1893	1920
19.	*Viúva Macieira & Filhos* (fábrica 'Progresso')	1906	1927

Baseado em:
ALCÂNTARA, Ana, *A indústria conserveira em Setúbal, 1854-1914*, Trabalho final de Licenciatura História, variante de Arqueologia, FCSH/NOVA, Lisboa, 2004.

Tabela – Firmas criadas durante a Grande Guerra e que se extinguiram nas décadas de 1920/1930

N.º	Nome das firmas	Data de fundação	Data de encerramento
1.	*Aleluia, Farol & C.ª* (fábrica 'Vitoriosa')	1917	1919
2.	*Andorinha, Lda.* (Fábrica 'Hirondell')	1914	1928
3.	*Andorinha, Fernandes & C.ª* (fábrica 'Glória Compensadora')	1918	1920
4.	*Andrade, Alves e C.ª* (fábrica 'Santa Rita')	1918	1920
5.	*Ange Aleno*	1917	1926
6.	*Bailão, Monteiro, Leal & C.ª* (fábrica 'Pátria')	1917	1919
7.	*Branco, Barreira & C.ª* (fábrica 'A Progressiva')	1918	1920
8.	*Cabeçudo, Machado & C.ª* (fábrica 'Vitoriosa')	1916	1924
9.	*Camalhão, Portela & C.ª, Lda.* (Fábrica 'Lusitana')	1918	1928
10.	*Campeiro, Ferreira & C.ª* (fábrica 'Sra. da Conceição')	1918	1921
11.	*Castro, Pinto, Gomes & C.ª, Lda.*	1918	1919
12.	*Carlos & Abel* (fábrica 'Sadina')	1917	1925
13.	*Chagas, Martins & C.ª, Lda.* (Fábrica 'Internacional)	1918	1919
14.	*Claro, Ângelo & C.ª* (fábrica 'Ridente')	1916	1920
15.	*Cordeiro, Pinto & C.ª, Lda.* (Fábrica 'Luz do Futuro')	1918	1926
16.	*Costa, Durães & C.ª, Lda.* (Fábrica 'Santo Amaro')	1918	1919
17.	*Correia & Sousa & C.ª* (fábrica 'Restauração')	1918	1927
18.	*Daniel & De Raymond, Lda.*	1918	1927
19.	*Empresa de Conservas Alimentícias Portugal, Lda.*	1918	1925
20.	*Empresa Fabril de Conservas, Lda.*	1918	1919
21.	*Empresa Industrial de Conservas, Lda.* (fábrica 'Lusa')	1918	1920
22.	*F. A. Santos, Sousa e Valido & C.ª* (fábrica 'Primavera')	1918	1925
23.	*Fermisson, Aires & C.ª* (fábrica 'Fraternidade')	1916	1925
24.	*F. Livério & C.ª*	1918	1934
25.	*Forreta, Dias & C.ª* (fábrica 'Harmonia')	1918	1928
26.	*Freitas & Serrenho* (fábrica 'A Luz')	1917	1920
27.	*Garcia & C.ª* (fábrica 'Venturosa')	1918	1920
28.	*Gaspar & C.ª, Lda.* (fábrica 'Pérola')	1918	1929
29.	*Gomes, Correia & C.ª* (fábrica 'A Restauração')	1918	1921
30.	*Gonçalves, Santiago & C.ª*	1918	1919
31.	*Gomes & Irmão, Lda.* (fábrica 'Arlete')	1918	1921
32.	*Henrique, Gomes & C.ª* (fábrica 'Royal')	1918	1920
33.	*José de Sousa & C.ª*	1914	1924
34.	*Lázaro & Morais*	1918	1920
35.	*Lopes, Silva & C.ª* (fábrica 'Rio Sado')	1916	1921
36.	*Manteigas & C.ª* (fábrica '1.º de Maio')	1915	1932
37.	*Marcelino, Tomé & C.ª, Lda.* (fábrica 'Sol Nascente')	1918	1920
38.	*Marques, Ramos & C.ª* (fábrica 'Concórdia')	1918	1920
39.	*Marques, Reis & C.ª*	1916	1919
40.	*Martins & Santana* (fábrica 'Bom Jesus')	1923	1931
41.	*Matos & Martins, Lda.* (fábrica 'Troiana')	1918	1920
42.	*Monteiro, Tainha & Praia*	1916	1928
43.	*Morel António Silva & Peixinho*	1916	1919
44.	*Oliveira & C.ª, Lda.* (fábrica 'Bem-Vinda')	1918	1924
45.	*Palmeiro, Rodrigues & C.ª* (fábrica 'Âncora')	1918	1921
46.	*Paulo, Avelino & Paulo, Lda.* (fábrica 'Arrábida')	1918	1919
47.	*Perdigão & C.ª*	1915	1926
48.	*Pereira & C.ª, Lda.* (fábrica 'Santa Rita')	1917	1924
49.	*Pereira, Finura & C.ª* (fábrica '31 de Janeiro')	1917	1920
50.	*Pereira, Galvão & C.ª, Lda.* (fábrica 'A Trindade')	1918	1920
51.	*Pereira, Lopes, Silva & C.ª* (fábrica 'Rio Sado')	1916	1921
52.	*Perienes & Gargalo* (fábrica 'Leão')	1916	1919
53.	*Português, Guerreiro & C.ª* (fábrica 'Fonte Nova')	1918	1920
54.	*Pronto, Branco & C.ª* (fábrica 'A Tentadora')	1915	1924
55.	*Ricardo Boto & C.ª* (fábrica 'Era Nova')	1916	1928

56.	*Rodrigues, Silva & C.ª, Lda.* (fábrica 'Arlete')	1918	1919
57.	*Ruas, Gomes & C.ª* (fábrica 'Estremadura')	1918	1920
58.	*Santana, Lda.* (fábrica 'Latina')	1918	1933
59.	*Santos, Cordeiro & C.ª*	1918	1923
60.	*Sociedade Hispano-Lusa*	1918	1921
61.	*Sociedade Labor, Lda.* (fábrica 'S. João')	1918	1919
62.	*Sociedade Portuguesa de Conservas, Lda.* (fábrica 'Bela Vista')	1916	1919
63.	*Trindade, Ribeiro & C.ª* (fábrica 'Pensativa')	1918	1920
64.	*Veloso, Ramalho, Teixeira & C.ª* (fábrica 'Amélia')	1918	1920
65.	*Vidal, Cruz, Lda.* (fábrica 'Esperança')	1916	1925
66.	*Viegas, Rodrigues & C.ª* (fábrica 'Aventureira')	1918	1919
67.	*Vítor & Martins, Lda.*	1916	1919
68.	*Viúva Afonso do Vale & Filhos*	1916	1921
69.	*Xavier, D. & C.ª*	1918	1921

Baseado em:

PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015.

Tabela – Firmas criadas no pós-guerra ou durante a crise de escassez da sardinha e que faliram pouco depois

N.º	Nome das firmas	Data de fundação	Data de encerramento
1.	*A Iniciativa, Lda.*	1919	1921
2.	*Alcobaça e C.ª* (fábrica 'Vera Cruz')	1924	1926
3.	*Baptista, Correia & C.ª*	1927	1931
4.	*A. Fradique* (fábrica 'Alice')	1927	1932
5.	*António Carlos Ribeiro* (fábrica 'Santa Rita')	1926	1931
6.	*A Progressiva, Lda.*	1919	1920
7.	*Branco & C.ª* (fábrica 'Irene')	1924	1928
8.	*Boa Aurora* (fábrica 'Mártir da Cidade de Setúbal')	1919	1920
9.	*Companhia Lusitana de Conservas* (fábrica 'S. Pedro')	1919	1924
10.	*Cardoso, Durão & C.ª, Lda.* (Fábrica 'Oceana')	1927	1930
11.	*Calheiros, Pádua & C.ª* (fábrica 'Atlântica')	1919	1928
12.	*Cajuda, Ribeiro & Aires* (fábrica 'A Activa')	1921	1932
13.	*Dias, Costa & C.ª* (fábrica 'A Social')	1919	1925
14.	*Durão & Correia* (fábrica 'Unida')	1921	1922
15.	*Eduardo Salgado* (fábrica 'Salgado')	1923	1933
16.	*Estabelecimentos Astoria, Lda.* (fábrica 'Astoria')	1923	1929
17.	*Fábrica de Conservas Alimentícias, Lda.* (fábrica 'Boa Aurora')	1920	1921
18.	*Ferreira, Henriques & C.ª* (fábrica 'Chalet Sintra')	1919	1920
19.	*Freitas & Durão* (fábrica 'Unida')	1920	1921
20.	*Fuzeta, Lda.* (fábrica '31 de Janeiro')	1923	1924
21.	*Gameiro, Santana & C.ª*	1919	1927
22.	*Gaymon, Caracol & C.ª, Lda.* (fábrica 'Caracol')	1925	1931
23.	*Joaquim Rodrigues Piteira* (fábrica 'Eva')	1923	1932
24.	*Jorge Forte* (fábrica 'Minhota')	1923	1926
25.	*José Gago da Silva* (fábrica 'Argentina')	1919	1924
26.	*Leal, Silva & C.ª* (fábrica 'Pátria')	1919	1925
27.	*Lima, Assis & C.ª, Lda.*	1919	1926
28.	*Lima, Pinto & C.ª, Lda.* (fábrica 'Bertília')	1920	1933
29.	*Lúcio Gomes Correia*	1924	1931
30.	*Lúcio Lopes & Filho*	1919	1920
31.	*Luís de Sousa Júnior*	1927	1931
32.	*Machado & C.ª, Lda.* (fábrica 'A Vitoriosa')	1920	1920
33.	*Madeira & Tenório* (fábrica 'Sado')	1920	1931
34.	*Manuel Inácio Pinto*	1924	1927
35.	*Manuel José Praia*	1924	1929
36.	*Marinho Valido, Lda*. (fábrica 'Harmonia')	1921	1928
37.	*Marques, Lda*. (fábrica 'Vitória Velha')	1922	1924
38.	*Mello & Rêgo* (fábrica 'Sol')	1919	1919
39.	*Moniz & Henrique Claro, Lda*. (fábrica 'Barracão')	1924	1928
40.	*Monteiro & Envia, Lda*. (fábrica 'Universal')	1920	1926
41.	*Morais & Filhos*	1921	1930
42.	*Nova Sociedade de Conservas A Internacional* (fábrica '1.º de Maio')	1919	1930
43.	*Policarpo, Rico & C.ª* (fábrica 'A Mascote')	1920	1925
44.	*Reynaud & C.ª*	1927	1932
45.	*Romão, Pera & C.ª* (fábrica 'Aliança Algarve')	1919	1928
46.	*Santos, Machado & C.ª, Lda*. (fábrica 'Capricho')	1923	1924
47.	*Santos & Ribeiro* (fábrica 'Predileta')	1919	1920
48.	*Santos, Vieira & C.ª* (fábrica 'Arrábida')	1919	1920
49.	*Silva, Palmeiro & C.ª*	1919	1920
50.	*Silva, Resende & C.ª, Lda.*	1919	1930
51.	*Sociedade Conserveira, Lda.*	1926	1931
52.	*Sociedade de Conservas A Internacional* (fábrica '1.º de Maio')	1919	1930
53.	*Sociedade Industrial de Conservas de Setúbal, Lda.*	1919	1923

54.	*Sousa Júnior, Lda.*	1919	1928
55.	*Sousa, Valido & C.ª* (fábrica 'Universal')	1919	1920
56.	*União Comercial Vencedora, Lda*. (fábrica 'Vencedora')	1925	1931
57.	*Viegas, Braga & C.ª*	1923	1924

Baseado em:
PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015.

Tabela - N.º aproximado de estabelecimentos de conservas de peixe em Portugal (1884-1940)

Anos	País
1884	18
1890	54
1912	106
1913	106
1916	110
1918	223
1922	289
1924	400
1933	206
1934	203
1939	175
1940 (jun.)	149

Fontes:
"Número de fábricas de conservas de peixe existentes em Portugal" in *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Setúbal*, II Série, n.º 5 de 31/05/1913, p, 12.
"Número de fábricas e capacidade de produção por centros conserveiros em 1934" in *A Indústria*, n.º 576 de 25/07/1935, p. 11.
BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Editorial Império, Lisboa, 1941, pp. 62-63.
Instituto Português de Conservas de Peixe, *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, I.P.C.P., Lisboa, 1954, p. 8.
PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *Bairro Santos Nicolau – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2012, p. 37.
QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, pp. 90-96.
Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1938*, Tip. Simões, Setúbal, 1939, p. 6.

N.º de fábricas de conservas no País (1913)

Localidade	N.º de fábricas
Setúbal	44
Olhão	19
Lagos	13
VRSA	6
Portimão	3
Sesimbra	3

Fonte: "Número de fábricas de conservas de peixe existentes em Portugal" in *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Setúbal*, II Série, n.º 5 de 31/05/1913, p. 12.

Tabela - N.º de operários na indústria de conservas de peixe em Setúbal (1912-1957)

Anos	N.º
1912	3720
1916	3729
1917	4297
1920	c. 10000
1933	6967
1934	6530
1936	6281
1937	5637
1938	5383
1940	6308
1943	5246
1944	5466
1947	5172
1948	5002
1957	4282

Fontes:

"Inquérito à vida comercial e industrial da cidade – Indústria das conservas" in *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Setúbal*, n.º 1 de 31/01/1912, p. 7.

"Movimento dos operários de ambos os sexos durante o ano de 1938", "Relatório e Contas da Gerência de 1938 do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 710 de 09/07/1939, p. 3.

BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Editorial Império, Lisboa, 1941, p. 131.

Comissão Municipal de Turismo, *Setúbal, a Bela Rainha do Sado*, Tip. do Orfanato Municipal de Setúbal, Setúbal, 1947, s.p.

Direção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116, *Estatística Industrial do ano de 1917*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1917, pp. 48-49.

FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, Edição dos Serviços Culturais da C.M. de Setúbal, Setúbal, 1950, pp. 27-30.

Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal, *Relatório e Contas do exercício de 1944*, Tip. Sado, Setúbal, 1945, s.p.

Instituto Nacional de Estatística, *Estatística Industrial – 1946*, Tip. Portuguesa, Lisboa, 1947, p. 142.

Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito Industrial*, vol. VI, *Distrito de Setúbal*, Bertrand Irmãos, Lda., Lisboa, 1958, p. 88.

Instituto Português de Conservas de Peixe, *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, I.P.C.P., Lisboa, 1954, p. 18.

PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 105.

PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: O caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH/NOVA, Lisboa, 2013, p. 166.

S.A., *Contrato Colectivo de Trabalho firmado entre o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal e o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal em 1 de Dezembro de 1936*, Separata do jornal *A Indústria*, s.e., Setúbal, 1936;

S.A., *Contrato Colectivo de Trabalho firmado entre o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal e o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal em 9 de Fevereiro de 1938*, Tip. Simões, Setúbal, 1938.

Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência da Direcção de 1934*, Tip. Simões, Setúbal, 1935, s.p.

Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Setúbal, *Relatório e Contas da Gerência de 1938*, Tip. Simões, Setúbal, 1939, p. 6.

Tabela – Número de trabalhadores do setor conserveiro nacional (1940)

Localidade	N.º de trabalhadores	N.º de operárias	N.º total
Setúbal	1738	4570	6308
Portimão	1313	3411	4724
Olhão	1145	3014	4159
Matosinhos	678	2372	3050
Centro	450	1160	1610

Fonte: ABELEDO, Luisa Muñoz, "Technological change and gender division of labour in the canning industry. Different experiences on American Eastern and European Southwest shores" in *XIV International Economics History Congress*, Helsínquia, 2006, p. 12.

Salários médios do pessoal assalariado da indústria conserveira em Portugal (1933)

Centros conserveiros	Homens	Mulheres
Matosinhos	8$64	4$87
Peniche	9$23	4$90
Lisboa	10$91	5$27
Setúbal	**13$16**	**8$17**
Lagos	11$50	5$79
Portimão	9$16	5$19
Olhão	11$55	5$26
Vila Real de Sto. António	7$61	4$26

Fonte: Instituto Português de Conservas de Peixe, *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, I.P.C.P., Lisboa, 1954, p. 21.

Tabela - Produção de conservas de sardinha nos diferentes centros por n.º de caixas (1933-1938)

Centros/Anos	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Matosinhos	389 700	426 135	683 777	597 555	746 598	589 793
Peniche	70 410	144 042	140 725	77 663	91 704	72 208
Lisboa	77 469	76 715	74 663	40 996	49 507	35 942
Setúbal	**613 677**	**1 006 033**	**1 093 943**	**731 688**	**578 400**	**391 565**
Lagos	20 096	47 211	76 480	92 716	82 779	76 904
Portimão	125 496	202 782	362 550	378 475	280 588	335 024
Olhão	173 025	199 249	300 025	287 614	210 690	247 837
V.R.S.A.	9 658	24 337	28 323	8 786	5 697	21 012
Total	**1 479 531**	**2 126 504**	**2 760 486**	**2 215 493**	**2 039 964**	**1 770 285**

Fonte: BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Editorial Império, Lisboa, 1941, p. 61.

Tabela – Principais mercados consumidores de conservas de peixe de Setúbal (1926-1939)

Anos	Alemanha	Bélgica	Dinamarca	Egito	Espanha	E.U.A.	França	Grécia	Holanda	Inglaterra	Itália
1926	3598	1287	46	628	186	1070	7375	453	471	1258	1656
1927	3443	1107	36	1445	212	484	5452	220	252	1261	1349
1928	4435	1306	5	486	-	795	8934	37	174	866	1845
1929	5023	1996	83	214	1	1047	9476	245	222	1445	1316
1930	1795	1521	26	148	1	619	7654	129	225	1400	1393
1931	3729	1857	90	151	1	1236	11715	91	161	1564	623
1932	4123	1554	29	39	12	2081	8628	14	209	1575	541
1933	3208 - 3778	1623 - 1909	19 - 22	80	21 - 24	971 - 1142	3534 - 4158	1	69 – 81	580 - 681	756 - 889
1934	4972 - 5002	1864	80	97	-	324 - 355	7424	-	152	1678 - 1723	1821 - 2540
1935	6716	2587	56	271	-	80	5502	16	246	1854	1599
1936	3815	1944	25	104	-	344	5001	84	115	1343	478
1937	2532	1212	-	125	-	82	3844	-	119	1416	871
1938	1502	1047	-	828	-	155	1953	-	114	1034	457
1939	2295	1063	-	47		236	960	-	123	2618	273

Fontes:

"Conservas de Peixe exportadas pelo porto de Setúbal com indicação dos países de destino" in *A Indústria*, n.º 492 de 09/06/1933, p. 3

"Porto de Setúbal – Conservas exportadas em 1933 e 1934" in *A Indústria*, n.º 549 de 04/01/1935, p. 3.

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1873-1939', Manuscrito – 'Conservas de peixe exportadas pelo porto de Setúbal com indicação dos países de destino nos anos de 1934 a 1938'.

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1939', Manuscrito '1939 – Conservas de peixe exportadas pelo porto de Setúbal com indicação dos países de destino'. [Dados provenientes da alfândega local].

PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd.ª, Lisboa, 1934, p. 40.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1927, p. 29.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1927 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1928, p. 21.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1928, 1929 e 1930 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1931, p. 96.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, p. 51.

Nota: Existem algumas diferenças nos valores para o ano de 1933, tendo sido optado por apresentar a variação presente nas fontes citadas.

Tabela – Média de toneladas de conservas de peixe importadas pelos principais países (1920-1934)

Períodos	Países importadores	Quantidades (ton.)
1920-1924	Alemanha	4083
	Bélgica	4178
	EUA	1028
	França	14800
	Inglaterra	4172
	Itália	4560
1925-1926	Alemanha	6915
	Bélgica	1834
	Brasil	1020
	EUA	1834
	França	10722
	Inglaterra	4315
	Itália	2177
1930-1934	Alemanha	10458
	Bélgica	2739
	EUA	3326
	França	10610
	Inglaterra	5066
	Itália	1356

Fonte: SIMÕES, Nuno, "Notas sobre a evolução do nosso comércio de pescarias e de conservas de sardinha" in *Indústria Portuguesa – Revista da Associação Industrial Portuguesa*, Ano IX, n.º 97, março de 1936, pp. 23-28.

Tabela – Comparação da evolução das toneladas de conservas de peixe exportadas pelo porto de Setúbal e o total nacional (1900-1939)

Anos	Total local (ton.)	Valor (contos)	Total nacional (ton.)	Valor (contos)
1900	4757	571	9570	1100
1901	4957	591	10265	1153
1902	5671	523	12996	1298
1903	7141	643	14932	1428
1904	7258	653	14108	1342
1905	7809	637	15698	1492
1906	10454	1031	19172	1732
1907	9390	807	17204	1568
1908	9270	839	17115	1569
1909	9778	902	17840	1633
1910	11108	998	18690	1697
1911	11069	995	23141	2096
1912	11967	1079	25490	2274
1913	10805	964	24554	2220
1914	8348	753	18488	1678
1915	10798	1027	25269	2466
1916	11803	1770	24537	3701
1917	11490	2526	31530	7130
1918	11375	7217	35880	21658
1919	7812	4812	39737	21870
1920	4695	5528	34633	40949
1921	10449	11196	34389	36342
1922	8830	9055	38035	39743
1923	12891	47803	53599	190211
1924	16407	68425	44426	195358
1925	19492	65009	33991	122002
1926	18174	60412	31510	100734
1927	10059	30023	32947	97028
1928	13290	57813	34461	152188
1929	18259	89278	34262	167153
1930	14198	65850	35154	173738
1931	18408	71280	45416	185096
1932	16646	60129	43933	152445
1933	11225	40245	29274	107332
1934	17018	61202	34401	131948
1935	17132	60594	39508	145520
1936	12264	44431	42584	157565
1937	9929	45197	39284	190476
1938	6618	34590	30477	166800
1939	7084	27536	40784	219644

Fontes:

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1873-1939', Manuscrito - 'Principais mercadorias exportadas pelo porto de Setúbal nos anos de 1934 a 1939'. [Dados recolhidos da alfândega local].

Cf. RODRIGUES, Joaquim Vieira, *A indústria de conservas de peixe no Algarve: 1865-1945*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, NOVA/FCSH, Lisboa, 1997.

Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, *Porto de Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, Setúbal, 1949, s.p.;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd.ª, Lisboa, 1934, p. 43;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1926, p. 12;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1927, p. 26;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e contas dos exercícios de 1928, 1929, 1930*, JAOPBSRS, Setúbal, 1931, pp. 48-52;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Sado, Setúbal, 1932, p. 23;
PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, p. 49;
PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, p. 26;
QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 117.
ROLLO, Maria Fernanda, "O surto industrial" in *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal – Da Monarquia para a República*, org: MARQUES, A.H. de Oliveira, Editorial Presença, Lisboa, 1991, p. 138.
Instituto Português de Conservas de Peixe, *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, I.P.C.P., Lisboa, 1954, p. 41.

Nota: Em 1939, por terra, foram exportadas de Setúbal 1720 toneladas através de 99825 caixas de conservas de peixe. APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1939', Documento dactilografado '1939 – Conservas saídas de Setúbal por terra. [Dados provenientes da alfândega local].

Tabela - Produção de caixas de conservas pelo centro conserveiro de Setúbal (1929-1939)

Anos	Nº de caixas (100 latas)
1909	518 390
1910	524 472
1911	542 956
1912	634 470
1913	514 862
1929	795 865
1930	790 136
1931	989 359
1932	959 751
1933	640 814
1934	1 011 791
1935	1 086 616
1936	712 143
1937	677 173
1938	391 565
1939	473 008

Fontes:

"A situação da pesca em Setúbal" in *A Indústria*, n.º 750 de 25/05/1940, p. 2.

"Inquérito à vida comercial e industrial da cidade – Indústria das conservas" in *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Setúbal*, n.º 1 de 31/01/1912, p. 4.

"Relatório e Contas da Gerência de 1938 do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 705 de 22/04/1939, p. 3;

Associação Comercial e Industrial de Setúbal, *Relatório e Contas da gerência de 1913 e parecer da comissão revisora de contas*, Tip. Santos, Setúbal, 1914, p. 61.

Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Setúbal, *Relatório e Contas do Exercício de 1950*, Setúbal, 1951, p. 5.

Tabela – Posição dos centros conserveiros em capital social, n.º de fábricas e capacidade produtiva (1934)

Posição	Capital social	Nº de fábricas	Capacidade produtiva (caixas de 100 latas ¼ club 30%)
1º	Setúbal	68	Setúbal – 2 032 765
2º	Peniche	37	Olhão – 899 252
3º	Matosinhos	21	Matosinhos – 775 481
4º	Portimão	21	Portimão – 596 181
5º	Lisboa	13	Peniche – 434 297
6º	Olhão	13	Lisboa – 315 859
7º	V.R.S.A.	13	Lagos – 244 237
8º	Lagos	13	V.R.S.A. – 413 561
9º	Aveiro	4	Aveiro – 134 629

Fontes:

Ministério do Comércio e Indústria, *Boletim dos Organismos Económicos*, n.º 2, vol. I, Imprensa Moderna, Porto, dezembro de 1935, pp. 226 e 252.

"Número de fábricas e capacidade de produção por centros conserveiros em 1934" in *A Indústria*, n.º 576 de 25/07/1935, p. 11

SIMÕES, Nuno, "Notas sobre a evolução do nosso comércio de pescarias e de conservas de sardinha" in *Indústria Portuguesa – Revista da Associação Industrial Portuguesa*, Ano IX, n.º 97, março de 1936, p. 24.

Tabela – Exportação espanhola de conservas de peixe de peixe (1910-1934) (ton.)

Anos	Conservas de sardinha	Conservas de todo o tipo de pescado
1910	15 000	28 490
1911	14 500	28 100
1912	16 700	27 775
1913	19 900	34 626
1914	11 400	23 767
1915	10 400	23 714
1916	14 000	29 266
1917	11 606	33 637
1918	8000	27 227
1919	11 300	36 370
1920	10 900	34 378
1921-1923 (média)	25 730	29 778
1924-1926 (média)	19 200	34 540
1927-1929 (média)	35 800	34 927
1930	18 000	44 360
1931	17 000	41 364
1932	16 500	32 741
1933	17 100	39 156
1934	20 400	30 615

Fontes:
Ministério do Comércio e Indústria, *Boletim dos Organismos Económicos*, n.º 2, vol. I, Imprensa Moderna, Porto, dezembro de 1935, p. 55.
ABREU, Luísa Fernanda, "The fish canning sector in Spain: Galicia, Vigo Estuary, 1900-2003" in *Regional and Sectoral Economic Studies*, Vol. 13-2, Euro-American Association of Economic Development, 2013, p. 12.

Tabela - Receita do imposto *ad-valorem* para a Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado (1924-1930)

Anos	Taxa de 1% de *ad-valorem* sobre produtos exportados	Taxa de 0,5% de *ad-valorem* sobre produtos importados
1924	820 394$76	103 895$99
1925	752 228$52	111 893$53
1926	686 246$77	108 606$19
1927	433 519$11	152 866$28
1928	848 794$40	133 144$60
1929	970 077$62	193 360$21
1930	716 295$98	176 615$38

Fonte: PERESTRELLO, eng.º Cid, R*elatório e Contas dos Exercícios de 1928, 1929 e 1930 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Albino, Setúbal, 1931, p. 78.

MOVIMENTO COMERCIAL DO PORTO DE SETÚBAL

Tabela - Principais mercadorias importadas pelo porto de Setúbal (1910-1939)

Anos	Folha-de-Flandres		Carvão mineral		Azeite	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos
1910	2 088	143	8 018	21	--	-
1911	2 314	169	6 388	16	-	-
1912	3 132	229	6 334	23	-	-
1913	2 638	207	8 558	26	-	-
1914	1 330	99	2 718	9	-	-
1915	2 694	333	7 649	34	-	-
1916	1 525	282	6 274	33	-	-
1917	103	84	1 230	12	-	-
1918	81	45	1 012	10	-	-
1919	260	185	1 183	11	-	-
1920	460	448	866	174	-	-
1921	1 130	1 020	2 050	102	-	.
1922	2 245	3 148	3 329	166	269	1 198
1923	2 697	7 517	6 893	719	389	2 723
1924	4 932	19 487	10 101	1 759	277	3 284
1925	4 293	10 179	11 397	1 538	292	2 298
1926	4 259	10 770	3 691	573	281	2 268
1927	4 382	9 924	13 035	1 680	640	6 551
1928	5 425	12 330	16 518	1 796	123	858
1929	6 567	16 417	24 000	3 828	525	3 310
1930	4 924	10 026	20 977	2 577	1 488	6 859
1931	7 114	12 405	22 326	2 877	998	4 792
1932	6 283	11 610	15 433	1 972	648	3 747
1933	5 086	9 915	40 931	5 246	832	4 417
1934	6 848	13 649	30 224	3 457	1 135	6 505
1935	7 205	14 904	45 054	5 162	1 148	8 302
1936	6 466	14 558	35 523	4 076	938	4 828
1937	5 824	14 831	50 242	8 025	168	887
1938	2 692	6 477	29 732	4 638	-	-
1939	2 533	6 435	42 009	6 079	-	-

Fontes:

"Movimento de mercadorias no porto de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 491 de 02/06/1933, p. 3.

"Movimento de mercadorias no porto de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 558 de 08/03/1935, p. 3.

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1873-1939', Manuscrito - 'Principais mercadorias importadas pelo porto de Setúbal nos anos de 1934 a 1939' [Dados recolhidos da alfândega local].

Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, *Porto de Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, Setúbal, 1949, s.p.;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd.ª, Lisboa, 1934, p. 41.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS Setúbal, 1926, p. 13;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1927, pp. 25, 26 e 49;

PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e contas dos exercícios de 1928, 1929, 1930*, JAOPBSRS, Setúbal, 1931, pp. 21, 48 e 49;

PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Sado, Setúbal, 1932, p. 23;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, p. 49;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, p. 22.

Tabela - Principais mercadorias exportadas pelo porto de Setúbal (1910-1939)

Anos	Conservas de Peixe		Sal		Minérios		Cortiças		Peixe fresco/em salmoura	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos
1910	11 108	998	44 322	44	600	18	1 401	63	220	6
1911	11 069	995	41 183	42	1 100	22	1 467	62	1 234	50
1912	11 967	1 079	15 554	15	650	20	858	41	1 717	72
1913	10 805	964	16 024	16	1 455	39	2 051	84	1 468	58
1914	8 348	753	16 381	16	893	22	1 095	47	1 704	50
1915	10 798	1 027	35 664	35	381	10	1 248	65	1 968	80
1916	11 803	1 770	23 288	42	410	10	550	33	1 207	52
1917	11 490	2 526	7 940	16	-	-	240	13	679	49
1918	11 375	7 217	5 224	10	-	-	92	9	229	43
1919	7 812	4 812	21 868	117	-	-	1 465	112	580	106
1920	4 695	5 528	45 891	281	-	-	1 250	255	160	206
1921	10 449	11 196	25 202	244	-	-	830	21	200	280
1922	8 830	9 055	28 427	341	-	-	280	107	220	160
1923	12 891	47 803	30 512	762	-	-	400	290	3 985	3 985
1924	16 407	68 425	30 446	761	-	-	300	320	927	1 374
1925	19 492	65 009	9 406	217	-	-	-	-	1 485	2 080
1926	18 174	60 412	10 964	473	-	-	-	-	1 528	2 095
1927	10 059	30 023	14 964	338	66 162	1 334	19	16	543	770
1928	13 290	57 813	9 414	254	77 713	3 192	2 339	1 404	431	691
1929	18 259	89 278	5 112	332	89 278	4 910	2 330	1 730	524	890
1930	14 198	65 850	2 657	247	182 840	9 839	242	305	185	380
1931	18 408	71 280	4 638	199	96 723	5 000	1 506	598	-	-
1932	16 646	60 129	14 909	480	93 807	4 571	1 986	831	-	-
1933	11 225	40 245	36 764	776	97 407	4 747	199	83	-	-
1934	17 018	61 202	24 378	638	100 412	2 938	4	25	-	-
1935	17 132	60 594	26 186	664	47 543	1 619	-	-	-	-
1936	12 264	44 431	29 492	738	214 484	6 124	-	-	-	-
1937	9 929	45 197	1 627	78	427 342	11 718	-	-	-	-
1938	6 618	34 590	1 509	83	345 724	9 610	-	-	-	-
1939	7 084	27 536	11 345	1.028	329 000	9 019	-	-	-	-

Fontes: "Movimento de mercadorias no porto de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 558 de 08/03/1935, p. 3; "Organização de conservas" in *A Indústria*, n.º 436 de 29/01/1932, p. 1;

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1873-1939', Manuscrito - 'Principais mercadorias exportadas pelo porto de Setúbal nos anos de 1934 a 1939'. [Dados recolhidos da alfândega local].

Comissão de Iniciativa de Setúbal, *Setúbal*, Comissão de Iniciativa de Setúbal, Setúbal, 1928, p. 7.

FARIA, Guilherme, *O Distrito de Setúbal – Boletim da Indústria e do Comércio das Conservas*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1930, p. 22.

Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, *Porto de Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, Setúbal, 1949, s.p.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd.ª, Lisboa, 1934, p. 43;

PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1926, p. 12;

PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1927, pp. 26 e 47;

PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e contas dos exercícios de 1928, 1929, 1930*, JAOPBSRS, Setúbal, 1931, pp. 48-49 e 96;

PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Sado, Setúbal, 1932, p. 23;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, p. 49;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercício de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, pp. 22 e 26.

Tabela - Movimento de mercadorias no porto de Setúbal (1910-1939)

Anos	Mercadorias importadas		Mercadorias exportadas		Total	
	Quantidade (ton.)	Valores (contos)	Quantidade (ton.)	Valores (contos)	Quantidade (ton.)	Valores (contos)
1910	13 783	207	70 226	1 115	84 009	1 362
1911	17 699	-	68 098	-	85 797	1 423
1912	11 359	298	31 160	1 227	42 519	1 525
1913	23 655	-	56 373	-	80 028	1 475
1914	15 221	146	50 416	905	65 637	1 051
1915	18 230	-	74 417	-	92 647	1 671
1916	13 528	328	58 335	1 899	71 863	2 227
1917	7 471	-	36 817	-	43 288	2 737
1918	6 763	88	24 082	7 364	30 845	7 452
1919	10 110	132	45 134	5 367	55 244	5 499
1920	8 754	688	77 349	6 372	86 103	7 060
1921	8 000	5 794	50 000	11 986	58 000	17 779
1922	7 250	5 330	38 500	10 250	45 750	15 580
1923	8 100	15 030	47 200	54 495	55 300	69 545
1924	16 700	29 850	48 800	75 500	67 500	105 350
1925	17 250	22 180	35 800	68 760	53 050	90 940
1926	14 930	20 550	34 512	64 759	49 432	85 329
1927	27 158	28 188	98 476	42 085	125 634	70 273
1928	60 618	25 447	109 783	82 567	170 401	108 004
1929	78 219	38 589	152 213	105 602	230 432	144 196
1930	71 739	35 003	208 091	81 232	279 830	116 235
1931	65 883	31 742	127 249	80 875	193 132	112 617
1932	65 093	29 233	155 220	68 963	220 313	98 196
1933	62 368	28 315	150 642	48 713	213 010	77 028
1934	76 641	46 688	162 643	66 972	239 284	113 660
1935	-	-	-	-	-	-
1936	71 176	36 206	261 083	53 130	332 250	89 336
1937	97 786	39 276	447 595	61 607	545 381	100 883
1938	71 375	22 957	364 851	46 473	436 226	69 430
1939	83 698	21 858	369 034	41 103	452 732	62 961

Fontes:

"Movimento de mercadorias no porto de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 588 de 08/03/1935, p. 3.

2.ª Repartição da Direção-Geral da Estatística do Ministério das Finanças, *Estatística Comercial, Comércio e Navegação*, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924.

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1937', Documento dactilografado: '1937 – Movimento de mercadorias no porto de Setúbal: Importação e Exportação' [Dados cedidos pela alfândega local].

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1938', Documento dactilografado: '1938 – Navios entradas no porto de Setúbal – classificados por nacionalidade'.

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1939', Manuscrito '1939 – Movimento de mercadorias no porto de Setúbal. Importação e Exportação'. [Dados provenientes da alfândega local].

PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd.ª, Lisboa, 1934, pp. 41-43.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1926, p. 12.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1927, pp. 25 e 50.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1928, 1929 e 1930 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1931, pp. 20-22.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Sado, Setúbal, 1932, p. 23.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, p. 42.
PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, pp. 22-26.
QUINTAS, Maria da Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento - História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003, p. 155.
ROCHA, Mário, *Anuário do Comércio e da Indústria de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933.

Tabela – Comparação do movimento de mercadorias nos principais portos do continente (1921-1926)

Portos/Anos	1921 (contos)		1922 (contos)		1923 (contos)		1924 (contos)		1925 (contos)		1926 (contos)	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
Lisboa	533976	92500	687976	201448	1 220688	275047	1 505280	356763	1 390016	303590	1 300204	297661
Douro/Leixões	329526	65218	476073	174810	882085	188656	1 188239	321350	903176	337091	852571	264718
SETÚBAL	**5793**	**11986**	**6955**	**9959**	**17107**	**58712**	**31030**	**71161**	**19251**	**68772**	**20988**	**64770**
VRSA	5869	6049	9578	6325	15986	23312	22178	24075	13829	13564	12020	14123
Aveiro	1220	139	3269	157	3823	249	844	426	829	290	3893	143
Portimão	2131	7260	7937	6890	19356	44067	25230	42662	9439	29998	3893	17832
Figueira da Foz	1557	321	2783	321	5406	211	1138	85	2526	96	1427	186
Lagos	-	2719	190	3172	908	12908	4340	17148	325	7199	-	3695
Faro	481	4699	1599	6629	1430	20343	2058	24449	1346	23637	887	14086
Olhão	1409	5497	4418	5306	9919	24663	13142	32906	4697	17276	2522	7813
Viana do Castelo	1753	183	3044	022	2599	3952	1543	5127	1412	3629	702	3225

Fonte: PERESTRELO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1927 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBS, Setúbal, 1928, p. 18.

Tabela – Comparação do movimento de navios nos portos do continente (1920; 1925 e 1927)

Portos/Anos	1920		1925		1927	
	N.º	Tonelagem	N.º	Tonelagem	N.º	Tonelagem
Lisboa	3226	6 696 797	3 719	9 896 734	3 861	10 856 184
Douro-Leixões	1280	1 356 422	705	2 784 798	744	3 107 500
SETÚBAL	**585**	**111 927**	**624**	**302 536**	**655**	**343 162**
VRSA	484	250 053	179	163 679	239	213 928
Aveiro	44	5 779	60	6 366	119	12 127
Portimão	437	162 781	100	30 404	460	248 003
Figueira da Foz	121	9 491	45	4 913	54	6 909
Lagos	155	66 931	80	6 700	104	71 090
Faro	521	167 688	199	10 145	225	9 982
Olhão	300	10 263	105	4 899	120	8 080
Peniche	110	4 475	181	25 948	146	13 111
S. Martinho do Porto	11	259	15	422	8	201
Tavira	121	8 293	94	4 596	115	7 811
Viana do Castelo	63	8 381	107	36 263	177	74 310

Fonte: PERESTRELO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1927 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBS, Setúbal, 1928, p. 27.

Tabela - Movimento de navios no porto de Setúbal (1910-1939)

Anos	Navios a vapor		Navios à vela		Total	
	Número	Tonelagem	Número	Tonelagem	Número	Tonelagem
1910	255	280 400	412	30 992	667	331 392
1912	204	208 079	453	27 488	657	235 567
1914	160	180 448	342	23 086	502	203 154
1916	96	68 480	360	25 320	456	93 800
1918	25	4 134	312	20 108	337	24 242
1920	110	61 579	475	50 348	585	111 927
1921	-	-	-	-	641	145 697
1922	218	125 746	364	36 053	582	161 799
1923	255	167 751	370	42 439	625	210 190
1924	298	260 179	293	29 986	591	290 165
1925	276	277 968	267	24 962	543	301 954
1926	302	286 870	322	15 666	624	302 536
1927	295	327 831	276	31 205	571	359 036
1928	389	416 622	270	36 793	659	453 415
1929	440	492 308	247	40 996	687	533 304
1930	448	530 372	264	41 580	712	571 952
1931	403	536 496	239	39 215	642	575 711
1932	353	458 907	240	47 221	593	506 128
1933	345	468 987	255	46 960	600	515 947
1934	-	-	-	-	668	607 369
1935	-	-	-	-	569	515 633
1936	-	-	-	-	513	571 862
1937	435	651 584	156	19 412	591	670 996
1938	433	558 591	168	23 997	601	582 588
1939					612	552 011

Fontes:

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1937', Documento dactilografado: '1937 – Navios entradas no porto de Setúbal – classificados por nacionalidade'.

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1938', Documento dactilografado: '1938 – Navios entradas no porto de Setúbal – classificados por nacionalidade'.

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1873-1939', Manuscrito - 'Navios entrados no porto de Setúbal nos anos de 1934 a 1938, classificados por nacionalidades'. [Dados recolhidos da capitania local].

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1939', Manuscrito '1939 – Navios entrados no porto de Setúbal, classificados segundo a tonelagem de registo bruta'. [Dados provenientes da alfândega local].

Junta Autónoma das Obras do Porto de Setúbal, *Porto de Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal, Setúbal, 1949, s.p

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1924 e 1925 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1926, p. 12;

PERESTRELLO, eng.º Cid, R*elatório e Contas do Exercício de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1927, pp. 25 e 51.

PERESTRELLO, eng.º Cid, R*elatório e Contas dos Exercícios de 1928, 1929 e 1930 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Albino, Setúbal, 1931, p. 19.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1932, p. 19;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, pp. 41 e 45;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, p. 23;

PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd.ª, Lisboa, 1934, p. 45;

FARIA, Guilherme, "O porto de Setúbal" in *A Indústria*, n.º 155 de 02/07/1926, p. 2;
"Porto de Setúbal – ano de 1932" in *A Indústria*, n.º 485 de 21/04/1933, p. 2;
CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 655, Capilha 'Processos Diversos (1930-1938)', "Relatório anual da capitania do porto de Setúbal" de 30/06/1938 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
QUINTAS, Maria da Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento - História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003, p. 157.

Tabela – Principais nacionalidades dos navios que deram entrada no porto de Setúbal (1926-1939)

Anos	Alemães	Ingleses	Noruegueses	Italianos	Holandeses	Franceses	Portugueses	Dinamarqueses
1926	71	63	41	19	24	14	370	17
1927	52	55	52	21	12	10	340	15
1928	65	55	63	33	3	4	411	15
1929	62	71	80	30	-	6	395	27
1930	70	73	69	28	10	1	424	17
1931	64	76	58	27	14	33	348	6
1932	74	73	58	26	12	29	300	3
1933	69	67	49	24	30	28	298	10
1934	71	83	52	28	48	16	332	9
1935	77	56	50	22	36	7	280	14
1936	65	76	73	5	36	1	207	20
1937	53	64	74	17	14	4	251	29
1938	58	41	62	17	22	2	320	42
1939	34	61	35	17	15	12	168	21
Total	**885**	**914**	**816**	**314**	**276**	**167**	**4 444**	**245**

Fontes:
APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1939', Manuscrito '1939 – Navios entrados no porto de Setúbal, classificados por nacionalidades'. [Dados provenientes da alfândega local].
APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1873-1939', Manuscrito - 'Navios entrados no porto de Setúbal nos anos de 1934 a 1938, classificados por nacionalidades'. [Dados recolhidos da capitania local].
PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1927, p. 28.
PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1932, p. 19;
PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, p. 45;
PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, p. 23.
PERESTRELLO, eng.º Cid, R*elatório e Contas dos Exercícios de 1928, 1929 e 1930 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Albino, Setúbal, 1931, p. 90.

Tabela – Empresas que concorreram para as obras de reestruturação do porto de Setúbal (1930)

Nome das firmas	Valor do projeto apresentado
Dyckerhoff & Widman	1 732 334$00
Construtora Fierro	1 109 692$00
Grun & Bilfinger	1 803 698$00
Mastchapy	1 569 554$00
Walter Scott	2 081 822$00
Sociedade de Construções e Reparações Navais	1 609 508$00
Puertos y Pântanos	1 380 832$00
Sociedade Metropolitana de Construcciones	1 453 145$00
Hoojgaard & Schultz	1 094 790$00
Mesquita, Limitada	1 681 781$00
Julius Berger	2 549 305$00

Fonte: Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1928, 1929 e 1930*, Tip. Albino, Setúbal, 1931, p. 63.

Tabela - Vogais natos e eletivos da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado

Cargo	Figura
Presidente	Presidente do executivo da C.M. de Setúbal
Vogal nato	Presidente da Associação Comercial e Industrial de Setúbal
Vogal nato	Delegado do Ministério Público
Vogal nato	Capitão do porto de Setúbal
Vogal nato	Eng.º Diretor dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste
Vogal nato	Eng.º Chefe da secção de Setúbal da Divisão Hidráulica do Tejo
Vogal nato	Eng.º Diretor das Estradas do Sul
Vogal nato	Chefe da Delegação Aduaneira de Setúbal
Vogal nato	Eng.º Chefe da Repartição de Obras da C.M. de Setúbal
Vogal eletivo	Representante dos armadores
Vogal eletivo	Representante dos conserveiros
Vogal eletivo	Representante dos marítimos
Vogal eletivo	Representante da Associação de Socorros a Náufragos
Vogal eletivo	Representante das agências de tráfego marítimo
Vogal eletivo	Representante dos exportadores e importadores
Vogal eletivo	Representante das classes operárias

Fonte: Lei n.º 1517 in *Diário do Governo*, I Série, n.º 274 de 24/12/1923.

Tabela - Obras executadas pela Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado (1926-1936)

Tipologia de obras	Dimensões
Muro-cais	1990,85 m
Taludes empedrados	3395,45 m
Estacadas de betão armado	430 m
Rampa para construções navais	200 m
Rampas empedradas	87,28 m
Linguetas para descarga de peixe	89 m
Três docas com a superfície molhadas	79000 m^2
Terraplenos conquistados ao rio	600000 m^2
Pavimentos calcetados	92301,579 m^2
Pavimentos a macadame	4894,300 m^2
Ensaibraremos de terraplenos	55366,02 m^2
Canalizações de água	2445,10 m
Rede geral subterrânea para iluminação eléctrica	5315,70 m
Linha férrea	1600 m
Vedações metálicas	399,25 m
Edifícios (superfície coberta)	4799,575 m^2

Fonte: APLSS, Fundo dos portos de Setúbal e Sesimbra, Gestão Financeira, Planeamento e Gestão Orçamental, Relatórios e Contas, Cx. 80, Capilha n.º 591 - Junta Autónoma das Obras do Porto do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, Tipos de Obras e Planta indicativa das obras executavas de 1926 a 1936, doc. dactilografado, Setúbal, 1937, não paginado.

Tabela - Lista dos Capitães do porto de Setúbal (1913-1936)

Nome	**Data de nomeação (ou tomada de posse)**	**Data de Exoneração**
Capitão-de-Fragata Bernardo Francisco Xavier Carneiro de Sousa Faro Dinis d'Ayala	22/03/1913	14/11/1919 Evadiu-se, abrindo processo de sindicância por desvios de fundos.
Capitão-tenente César Procópio de Freitas	Dezembro de 1919	Junho de 1920
1º Tenente Carlos Frederico Elton Dias	19/06/1920[2421]	Outubro de 1923.
Capitão-Tenente José Vicente Lopes	27/10/1923[2422]	19/06/1934[2423]
Capitão-Tenente Alexandre Moreira de Carvalho	20/06/1934[2424]	17/09/1936[2425]

Fontes:
FERREIRA, Diogo, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Estuário Publicações, 2017, pp. 180-181;
Diversos volumes da *Lista da Armada ou lista anual de antiguidades dos oficiais da Armada e mais pessoal sem serviço dependente do Ministério da Marinha*, impresso na Imprensa Nacional anos 20/30.

[2421] CDI-ACM, Núcleo 174, Mç. 12, Ofício n.º 682 de 21/06/1920 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Administrador do Concelho de Setúbal.
[2422] Despacho de 24/10/1923 do Intendente de Marinha in *Diário do Governo*, II Série, n.º 250, de 27/10/1923.
[2423] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 254, Ofício n.º 978 de 20/06/1934 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[2424] *Idem*, Ofício n.º 1.007 de 21/06/1934 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Governador Civil de Setúbal.
[2425] CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 258, Ofício n.º 1381-C de 17/09/1936 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Chefe do Distrito de Recrutamento e Reserva nº 11.

Atividade piscatória setubalense

Tabela - N.º de pescadores matriculados no porto de Setúbal (1905-1936)

Anos	Pescadores
1880	2387
1905	3161
1906	3436
1907	2417
1908	3216
1909	2165
1910	2137
1911	2289
1912	3112
1913	3404
1914	4163
1915	3338
1916	3261
1917	3438
1918	3552
1919	3792
1920	3842
1921	4023
1922	4863
1923	5253
1924	4071
1925	5253
1926	5216
1927	4755
1928	4284
1929	4472
1930	3921
1931	3952
1932	2638
1933	+ de 3000
1936	2480

Fontes:

Anuário Estatístico de Portugal, ano de 1919, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920, p. 11.
CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 260, Ofício n.º 65 de 12/01/1937 enviado pelo capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
FARIA, Guilherme, "O porto de Setúbal – seu valor como porto de pesca" in *A Indústria*, n.º 157 de 16/07/1926, p. 2.
FARIA, Guilherme, *O Distrito de Setúbal – Boletim da Indústria e do Comércio das Conservas*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1930, p. 19.
PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *A indústria das conservas de peixe em Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2015, p. 49.
PEREIRA, Alberto; LOPES, José Madureira, *Bairro Santos Nicolau – Setúbal*, Estuário, Setúbal, 2012, p. 34.
PERESTRELLO, eng.º Cid, *O porto de Setúbal*, Bertrand (Irmãos), Ltd.ª, Lisboa, 1934, p. 38.
PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBS, Setúbal, 1927, pp. 26 e 45.
PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1927 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBS, Setúbal, 1928, p. 29.
PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1931 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Sado, Setúbal, 1932, p. 28.
PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, p. 54.
QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 95.

Tabela - Rendimentos do peixe capturado em Setúbal (1910-1939) (contos)

Anos	Pesca de sardinha	Pesca total
1910	565	726
1911	574	707
1912	850	974
1913	822	917
1914	660	743
1915	1266	1402
1916	1811	1917
1917	2167	2321
1918	3153	3413
1919	3866	4174
1920	5975	6424
1921	5402	6181
1922	14301	15420
1923	24627	26382
1924	46346	49384
1925	31374	33478
1926	22279	24571
1927	21518	25292
1928	33817	36813
1929	38828	45729
1930	19112	29868
1931	11814	17879
1932	15638	16562
1933	15580	17681
1934	20404 - 20585	23428
1935	16961 – 16963	19619
1936	13093 – 13097	15781
1937	11007	13544
1938	8733	10954
1939	8614	10196

Fontes:

"Movimento industrial de 1932" in *A Indústria*, n.º 484 de 15/04/1933, p. 2.

"Setúbal: Pescado vendido em 1936" in *A Indústria*, n.º 646 de 05/02/1937. p. 2.

Anuário Estatístico de Portugal, ano de 1919, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920, p. 15.

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1937', Documento dactilografado '1937 – A Pesca em Setúbal'

Idem, Capilha 'Estatísticas, 1938', Documento dactilografado '1938 – A Pesca em Setúbal' [Dados provenientes da alfândega local].

Idem, Capilha 'Estatísticas, 1939', Documento dactilografado '1939 – A pesca em Setúbal' [Dados provenientes da alfândega local].

CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 47, Ofício n.º 537 de 27/04/1929 enviado pelo capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.

FARIA, Guilherme, *O Distrito de Setúbal – Boletim da Indústria e do Comércio das Conservas*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1930, p. 19.

MADEIRA, J., "Valor industrial de Setúbal – Mapa sintético da sardinha vendida na lota industrial" in *A Indústria*, n.º 470 de 06/01/1933, p. 2.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, pp. 54-55.

PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, p. 18.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1928, 1929 e 1930 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1931, pp. 39 e 82.

QUINTAS, Maria da Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento - História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003, p. 169.

Tabela - Rendimentos da pesca nos principais portos continentais portugueses (1922-1932) (contos)

Portos/Anos	1922	1923	1924	1925	1926	1928	1929	1930	1931	1932
Lisboa	20633	36157	63416	61827	60790	61761	58848	55836	42143	44549
SETÚBAL	**15421**	**64028**	**49384**	**33479**	**24311**	**36813**	**45729**	**29868**	**13736**	**18061**
Leixões	5550	8746	9370	9877	16109	21606	14493	27278	11140	16192
Porto	5001	6503	7085	5981	6584	8838	7196	12748	11865	13221
Olhão	6260	8379	22582	7860	5104	10749	8260	12765	8037	7340
Portimão	8535	14942	29675	11806	8356	13178	13617	12957	7323	7420
Aveiro	7136	8634	14163	10481	12404	11327	10193	10574	7880	6613
Peniche	4339	7225	13467	7833	7886	12981	9243	12635	7638	9877
Sesimbra	4968	10320	17227	10430	9797	10962	11990	8732	7473	6800
VRSA	4002	6848	14304	5550	5065	10142	7151	6912	6277	7807
Figueira da Foz	4535	6857	7955	6537	8201	11358	7829	11661	4873	5844
Nazaré	2365	3460	5851	5395	5165	5869	5712	5773	4039	3584

Fontes:

FARIA, Guilherme, *O Distrito de Setúbal – Boletim da Indústria e do Comércio das Conservas*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1930, p. 19.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBS, Setúbal, 1927, p. 25.

PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1932 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1933, p. 55.

Nota: Não foram disponibilizados dados para 1927 por omissão das fontes utilizadas.

Tabela – Quantidade e valores da pesca em Setúbal (1928-1940) (ton.) (contos)

Anos	Sardinha		Outras espécies		Total	
	Quantidades	Valores	Quantidades	Valores	Quantidades	Valores
1928	20531	33817	1023	2996	21554	36813
1929	19887	38828	4311	6901	24198	45729
1930	16268	19112	1629	10756	17897	29868
1931	16062	11814	1817	1922	17879	13736
1932	14876	15638	1686	2423	16562	18061
1933	15901	15580	1780	2538	17681	18118
1934	20122 - 21420	20404 – 20585	1746	2843	21868	23428
1935	12493 - 12495	16961 - 16963	1812	2.658	14305	19619
1936	26423 – 27640	13093 - 13097	1581	2688	29221	15781
1937	9391 - 9410	11007 - 11017	1669	2537	11060	13544
1938	6904 – 8100	7544 – 8733	1627	2221	9727	10954
1939	6383	8614	1000	1582	7383	10196
1940	8886	18068	1126	1664	10012	19732

Fontes:

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1873-1939', Manuscrito 'A Pesca em Setúbal nos anos de 1934 a 1938' [Dados recolhidos da alfândega local].

BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Editorial Império, Lisboa, 1941, pp. 85-86.

FARIA, Guilherme, *O Distrito de Setúbal – Boletim da Indústria e do Comércio das Conservas*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1930, p. 19.

PERESTRELLO, Eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1933 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, Tip. Simões, Setúbal, 1934, p. 18;

QUINTAS, Maria da Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento - História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003, p. 169.

Nota: Os valores para a sardinha capturada, entre os anos de 1934-1938, variam de acordo com as fontes. Nos totais optou-se por colocar somar a quantia maior.

Tabela - Pesca de sardinha e similares nos principais portos de pesca (1932-1938) (toneladas)

Centros /Anos	Matosinhos	Peniche	Lisboa	Setúbal	Lagos	Portimão	Olhão	VRSA	Total
1932	19754	12806	11179	**14876**	1452	9114	9333	1377	**79897**
1933	-	13589	11787	**15901**	865	4175	3042	465	**49826**
1934	48522	17253	11007	**21420**	1628	5564	4740	1145	**111283**
1935	44092	20913	10147	**12495**	2632	10374	7103	1639	**109397**
1936	33373	12321	8866	**26423**	1790	11486	5456	680	**100397**
1937	34006	7752	8105	**9410**	1529	12338	9568	1156	**84279**
1938	40242	10968	6531	**6904**	1674	13565	8782	1835	**90503**

Fonte: BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Editorial Império, Lisboa, 1941, pp. 85-86.

Tabela – Preço médio da sardinha para conservas por centro industrial (1933)

Centros	Valor (esc.)
Matosinhos	$42
Peniche	$73
Lisboa	1$01
Setúbal	**1$36**
Lagos	1$19
Portimão	1$10
Olhão	$94
Vila Real de Sto. António	$83

Fonte: Instituto Português de Conservas de Peixe, *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, I.P.C.P., Lisboa, 1954, p. 27.

Valor do pescado vendido nos principais portos portugueses (1925)

Porto	Valores (contos)
Setúbal	31400
Portimão	10500
Lisboa	9200
Matosinhos	7900
Olhão	4400

Fonte: ARRANJA, Álvaro, "A indústria de conserva de peixe em Setúbal (1930-1960)" in *Sítios e Memórias*, n.º 4, Dois Horizontes, Lisboa, 1995, p. 70.

Tabela - Média dos preços da sardinha na lota industrial de Setúbal (1930-1931)

Período	Preço (em esc.) por canastra
1.º Semestre de 1930	50$00 e 100$00
2º Semestre de 1930	20$00 a 60$00
1.º Semestre de 1931	20$00 a 50$00
2.º Semestre de 1931	5$00 a 25$00

Fonte: "O grave problema da exportação de conservas" in *A Indústria*, n.º 447 de 10/06/1932, p. 2.

Tabela - Comissão nomeada para estudar os conflitos entre cercos a remos e cercos a vapor em Setúbal (1923)

Cargo	Nomes
Presidente	Capitão de mar-e-guerra Jorge Fradesso de Salazar Moscoso
Secretário	1.º tenente Fernando Henrique Alves de Sousa
Vogal	Capitão-tenente José Eduardo de Carvalho Crato

Fonte: Portaria in *Diário do Governo*, n.º 183, II Série de 09/08/1923.

Tabela – N.º de cercos à vela e a vapor registados na capitania do porto de Setúbal (1903-1939)

Anos	Cercos à vela ou remos	Cercos a vapor	Total
1903	15	0	**15**
1907	16	0	**16**
1912	26	0	**26**
1919	34	0	**34**
1921	26	5	**31**
1922	12	25	**37**
1923	28	19 ou 23	**47 ou 51**
1924	0	40 ou 42	**40 ou 42**
1925	0	48 ou 49	**48 ou 49**
1926	0	44	**44**
1927	0	35	**35**
1930	0	34	**34**
1931	0	31	**31**
1932 (jun.)	0	19	**19**
1935	0	16	**16**
1937	0	12	**12**
1939	0	15	**15**

Fontes:

"O grave problema da exportação de conservas" in *A Indústria*, n.º 447 de 10/06/1932, p. 2.

CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 44, Ofício n.º 936 de 06/08/1928 enviado pelo capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.

CRUZ, Salviano in "Economia das Pescas em Portugal: A Indústria de Conservas de Peixe" in *Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, n.os 1-6, 1955-1958, pp. 189-192.

FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, Edição dos Serviços Culturais da C.M. de Setúbal, Setúbal, 1950, p. 41.

Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe, *Relatório e Contas do exercício de 1937*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1938, p. 6.

QUINTAS, Maria da Conceição, *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento - História de um passado com futuro*, APSS, Setúbal, 2003, pp. 220-221.

QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal – Economia, Sociedade e Cultura Operária (1880-1930)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, pp. 81-82 e 95.

ROQUETTE, José Brás, "Setúbal e o problema da pesca" in *Setúbal e os problemas da sua economia*, edição do Grémio do Comércio de Setúbal, Setúbal, 1949, pp. 21-22.

Indústria salineira sadina

Tabela - Lugares e total de marinhas do salgado de Setúbal (1956)

Lugar	**N.º de marinhas**
Faralhão	27
Gâmbia	21
Mitrena	8
Monte de Cabras	12
Mourisca	11
Pinheiro Torto	7
Praias-Sado	45
Sachola	2
Vaia	26
Vale dos Judeus	7
Total	166

Fonte: SILVA, João Ferreira, *Inquérito à indústria do Sal*, vol. V, *Salgado de Setúbal*, Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, Lisboa, 1957, p. 6.

Tabela - Valores médios do sal exportado (1929-1935)

Anos	**Valor médio por tonelada (esc.)**
1929	70$00
1930	58$00
1931	41$00
1932	36$30
1933	34$00
1934	25$70
1935	25$20

Fonte: LEPIERRE, Charles, *Inquérito – A indústria do sal em Portugal*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1936, p. 251.

Tabela – Evolução dos valores do sal exportado pelo porto de Setúbal (1900-1939) (esc.)

Anos	Valor (escudos)
1900	48 659
1901	78 050
1902	81 486
1903	56 546
1904	39 083
1905	32 705
1906	39 540
1907	41 730
1908	37 185
1909	34 517
1910	44 327
1911	42 466
1912	15 554
1913	16 024
1914	16 381
1915	35 070
1916	42 376
1917	15 922
1918	10 451
1919	116 743
1920	281 308
1921	244 101
1922	341 117
1923	762 801
1924	761 150
1925	217 327
1926	473 231
1927	338 059
1928	254 320
1929	332 280
1930	246 589
1931	199 413
1932	479 676 – 496 178
1933	715 800 – 725 863
1934	? – 638 257
1935	664 182
1936	737 504
1937	77 773
1938	83 020
1939	1 028 000

Fontes:

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1873-1939', Documento dactilografado: 'Sal exportado pelo porto de Setúbal nos anos de 1873 a 1938' e Manuscrito - 'Principais mercadorias exportadas pelo porto de Setúbal nos anos de 1934 a 1939'. [Dados recolhidos da alfândega local].

Comissão Reguladoras dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, *Exportação de Sal*, C.R.P.Q.F., s.l., 1959, pp. 52-53.

LEPIERRE, Charles, *Inquérito – A indústria do sal em Portugal*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1936, pp. 245, 253 e 258.

Tabela - Comparação entre a evolução de sal exportado pelo porto de Setúbal e o total nacional (1890-1935)

Anos	Exportação pelo porto de Setúbal (ton.)	Total da exportação nacional (ton.)	Percentagem sobre total (%)
1890	63445	110934	57%
1900	54658	149440	37%
1901	71684	162575	44%
1902	78548	148657	53%
1903	56521	112296	50%
1904	39043	110823	39%
1905	32680	81866	40%
1906	38981	106678	37%
1907	41708	117520	35%
1908	36573	123632	30%
1909	34450	119791	20%
1910	44322	119021	55%
1911	41183	96517	43%
1912	15554	41804	38%
1913	16023	40384	40%
1914	16381	47441	35%
1915	35664	92026	39%
1916	23288	45838	33%
1917	7940	56119	14%
1918	5224	45838	11%
1919	21868	81450	27%
1920	45891	118401	39%
1921	25202	77083	33%
1922	28427	86321	33%
1923	30512	104970	29%
1924	30446	90831	34%
1925	9406	33744	28%
1926	10964	49404	22%
1927	14946	49552	30%
1928	9413	46777	20%
1929	5112	15317	33%
1930	2657	27236	10%
1931	4638	17009	27%
1932	14469 - 14909	55048	26% - 27%
1933	21616 a 21973	55314	39% - 39.7%
1934	23946 a 24378	56510	42% - 43%
1935	26186	81961	32%

Fontes:

APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1873-1939', Documento dactilografado 'Sal exportado pelo porto de Setúbal nos anos de 1873 a 1938' e Manuscrito 'Principais mercadorias exportadas pelo porto de Setúbal nos anos de 1934 a 1939'. [Dados recolhidos da alfândega local].

Comissão Reguladoras dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, *Exportação de Sal*, C.R.P.Q.F., s.l., 1959, pp. 52-53.

LEPIERRE, Charles, *Inquérito – A indústria do sal em Portugal*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1936, pp. 245, 253 e 258.

Notas: Segundo as fontes consultadas, os anos com diferentes números relacionam-se com a disparidade entre os dados fornecidos pela Delegação Aduaneira de Setúbal e os que foram entregues pela Direção Geral de Estatística. Não foi possível os valores totais nacionais de 1936 a 1939.

Setor Vitivinícola - Moscatel de Setúbal

Tabela - Exportação de Moscatel de Setúbal por países de destino (1934-1940)

Anos/ Países	Colónias	África	França	Itália	Inglaterra	Brasil	EUA	Holanda	Bélgica	Suíça	Alemanha	Venezuela	Totais
1934	891,4	34	276,2	-	150,8	34919	-	-	103	-	-	504	**36878**
1935	1993,6	504,6	459	147,5	108 012	102 629	140	70	65	2103	-	-	**216 801**
1936	6534	458,4	14	-	60230	24 345	161	28	-	695	309	-	**92774**
1937	6805	683,4	160	-	224 525	108 440	175	7	150	-	-	-	**340 945**
1938	24883,4	-	35	7	-	75 118	126	-	151	96	-	-	**100 949**
1939	39473,5	3,5	7	-	28	73 667,2	-	-	21	-	70	532,5	**113 270**
1940	21683,2	-	21	-	54.299	45 179	10 056	-	-	-	-	2 621	**133 859**

Fontes:

AHP-AR, Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, União Vinícola, União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, Cx. 26, n.º 8, União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, *Relatório e Contas do Exercício de 1935* de 03/12/1935, p. 3 [dactilografado];
Idem, União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, *Relatório e Contas do Exercício de 1936* de 31/12/1936, p. 4 [dactilografado];
Idem, União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, *Relatório e Contas do Exercício de 1937* de 31/12/1937, p. 4 [dactilografado];
Idem, União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, *Relatório e Contas do Exercício de 1938* de 31/12/1938, p. 3 [dactilografado];
Idem; União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, *Relatório e Contas do Exercício de 1939* de 31/12/1939, p. 3 [dactilografado];
Idem, União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, *Relatório e Contas do Exercício de 1940* de 31/12/1940, p. 4 [dactilografado];
Idem, União Vinícola da Região do Moscatel de Setúbal, *Relatório e Contas do Exercício de 1941* de 31/12/1941, p. 4 [dactilografado];
Ministério do Comércio e Indústria, *Boletim dos Organismos Económicos*, n.º 3, Imprensa Moderna, Porto, Dezembro de 1937, pp. 156-157.

Tabela – Litros de Moscatel de Setúbal exportados (1924-1940)

Anos	Valores em litros
1924	388 493
1925	115 196
1926	202 910
1927	289 669
1928	319 253
1929	236 704
1930	218 657
1931	123 185
1932	115 450
1933	137 322
1934	111 470
1935	219 751
1936	92 659
1937	340 945
1938	97 546
1939	113 284
1940	133 759

Fontes:

AHJMF, Fundo Família – António Soares Franco Júnior, Particulares, EJMF – 7, Mç. 1, Bloco de apontamentos manuscritos [1924-1934];
AHJMF, Fundo Família - Fernando Soares Franco, Particulares, Regiões Demarcadas - 1, Mç. 28, Mapa D 'Evolução da Exportação do Moscatel de Setúbal'.

Tabela – Volume das transações da exportação do Moscatel de Setúbal (1928-1932)

Anos	Valor total em escudos
1928	4 389 300$97
1929	3 586 739$18
1930	1 976 801$77
1931	490 159$87
1932	975 616$81

Fonte: AHJMF, Fundo Família António Soares Franco Júnior, EMJF – 1, Maço 8, Manuscrito "Volume de transacções (exportação) em 1928/1932".

Tabela – Lucros da firma *José Maria da Fonseca* (1915-1929)

Anos	Lucro Escriturado
1915	8 315$42
1916	29 983$71
1917	13 814$14
1918	21 729$09
1919	21 729$83
1920	79 348$29
1921	63 738$00
1922	173 093$71
1923	226 573$37
1924	242 290$06
1925	112 245$29
1926	281 500$40
1927	275 317$94
1928	94 935$81
1929	127 264$92

Fonte: AHJMF, Fundo Família Fernando Soares Franco, EMJF – 13, Maço 1, Tabela manuscrita com os lucros da firma de 1915 a 1992.

Tabela - Composição da Junta Regional dos Vinhos Moscatéis de Setúbal (1931)

Nomes
António Porto Soares Franco
Henrique Augusto Pereira
Joaquim José de Carvalho
Venâncio Costa Lima
Joaquim de Oliveira Boal
Inácio Augusto Basto Cruz
Raúl Martins Leitão
Jorge Franco Paiva
Carlos Almeida Afonso
Francisco Maneta

Fonte: "Visita do sr. Ministro da Agricultura" in *A Indústria*, n.º 411 de 05/06/1931, p. 2.
Nota: Constituída com base no Decreto-Lei n.º 19253, n.º 15, I Série de 19/01/1931.

Tabela - Exportação de Moscatel de Setúbal para o Brasil (1910-1935)

Anos	Caixas	Litros
1910	5000	35000
1911	9489	66419
1912	6921	48443
1913	9071	63492
1914	5064	35448
1915	7111	49776
1916	7452	52160
1917	8014	56443
1918	15015	105 105
1919	21214	148 493
1920	29327	205 286
1921	28548	199 835
1922	29326	205 280
1923	29505	206 535
1924	18586	130 101
1925	29311	205 174
1926	38068	266 474
1927	37288	261 010
1928	39889	279 219
1929	35509	248 561
1930	27456	192 188
1931	4700	32900
1932	12117	84819
1933	17225	120 575
1934	14080	98350
1935 (8 meses)	17350	126 920

Fonte: AHJMF, Fundo Família António Soares Franco Júnior, EMJF – 1, Mç. 8, Mapa(s) de exportação para o Brasil, 1910-1935.

Tabela – Rendimento do imposto sobre o vinho cobrado pela C.M. de Setúbal (1928-1940) (esc.)

Anos	Valor
1928-1929	1 145 868$76
1929-1930	1 236 276$24
1930-1931	1 110 678$42
1931-1932	1 076 253$05
1932-1933	892 128$03
1933-1934	890 098$21
1934-1935 (3 semestres)	1 565 786$89
1936	990 845$73
1937	927 226$12
1938	643 189$28
1939	375 118$90

Fonte: Câmara Municipal de Setúbal, *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1941*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1942, p. 11.

Tabela – Evolução da receita do imposto sobre bebidas alcoólicas cobrado pela C.M. de Setúbal (1928-1938)

Anos	Total de imposto cobrado sobre bebidas alcoólicas	Total de receitas cobradas	Percentagem
1928/1929	1 145 868$76	4 685 716$87	24,4%
1929/1930	1 236 276$24	5 160 211$41	23,9%
1930/1931	1 110 678$42	5 960 569$46	28,04%
1931/1932	1 076 253$05	4 227 609$39	25,4%
1932/1933	892 128$03	3 831 528$25	23,2%
1933/1934	890 098$21	3 900 996$88	22,8%
1934/1935	1 565 786$89	7 011 167$72	22,3%
1936	990 845$73	4 444 547$62	22,2%
1937	927 226$12	4 434 991$14	20,9%
1938	643 189$28	3 979 433$62	16,1%

Fonte: Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Empréstimos às Câmaras Municipais, Setúbal, Cx. 218, Proc. 'Pagamento de dívidas e melhoramentos vários (1927-1941)', Mapa n.º 4 "Imposto indirecto sobre bebidas alcoólicas".

Tabela – Evolução da receita cobrada pela taxa *ad-valorem* em favor da Misericórdia de Setúbal (1924-1939)

Anos	Valor (esc.)
1924/1925	436 344$95
1925/1926	398 674$49
1926/1927	275 347$76
1927/1928	266 589$30
1928/1929	442 611$73
1929/1930	451 373$51
1930/1931	360 695$29
1931/1932	395 355$68
1932/1933	274 334$72
1933/1934	292 124$60
1934/1935	369 953$73
1936	275 086$62
1937	245 282$94
1938	161 984$00
1939	133 358$78

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, *Exposição feita em sessão da Assembleia Geral de 15 de fevereiro de 1940 pelo provedor Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, acerca da administração da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal desde 1 de julho de 1934 a 31 de dezembro de 1939*, Tip. Sado, Setúbal, 1941.

Outras Atividades Económicas

Tabela - Resultados da exploração da indústria de pesca de cetáceos da firma de Tróia (1925-1927)

Campanhas (período de caça)	Quantidades pescadas e espécies	Produção de óleo
Março-Maio de 1925	120 baleias-azuis (*musculus*); 13 baleias cachalotes,; 1 baleia *sibaldi*	517 500 litros
Setembro-Dezembro de 1925	24 baleias-azuis (*musculus*); 2 baleias cachalotes.	105 200 litros
1926	206 baleias-azuis (*musculus*); 42 baleias cachalotes,; 1 baleia *globio cefalus*	1 110 000 litros
1927	173 baleias-azuis (*musculus*); 11 baleias cachalotes.	816 360 litros

Fontes:
CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 45, Ofício n.º 626 de 25/05/1928 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.
PERESTRELLO, eng.º Cid, *Relatório e Contas do Exercício de 1926 da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado*, JAOPBSRS, Setúbal, 1927, p. 33.

Tabela - Evolução da exportação de cimento pelo porto de Setúbal (1929-1939)

Anos	Quantidades (ton.)	Valores (contos)
1929	8017	2084
1934	279	70
1935	1983	363
1936	2432	439
1937	5372	989
1938	10007	1649
1939	15067	2442

Fonte:
APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura Orgânica e Funcional, Planeamento, Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Proc.º n.º 591, Capilha 'Estatísticas, 1873-1939', Manuscrito - 'Principais mercadorias exportadas pelo porto de Setúbal nos anos de 1934 a 1939'. [Dados recolhidos da alfândega local].
FARIA, Guilherme, *O Distrito de Setúbal – Boletim da Indústria e do Comércio das Conservas*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1930, p. 22.

Tabela - Capital social do Banco Regional do Sado (1924) (contos)

Nomes	Maiores acionistas
Adriano Gonçalves de Morais	1200
Dr. António Luís Pereira de Almeida	1200
António Rodrigues Camalhão Júnior	1200
Casa Bancária Raúl P. Santos	30000
Ernesto Leão da Cunha Duarte	1200
Joaquim Brandão	100
Leonardo Pereira	1200
Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro	1200
Manuel Gonçalves Morais	1200
Mariano Augusto Coelho	1500
Total de ações	40000 = 4 mil contos

Fonte: "Banco Regional do Sado" in *Gazeta Setubalense*, n.º 12, 22/06/1924, pp. 3-5.

Tabela - Lista de assinantes do Banco Regional do Sado (1931)

Empresa/Personalidade
Atlas Exportadora, Lda. – Fabricantes de Conservas
João Ferreira Couto – Comerciante e proprietário
Bertília, Lda. - Fabricantes de Conservas.
Casimiro Martins – Fabricante de Conservas
Eduardo Salgado – Fabricante de Conservas e proprietário
F. Guerra, Lda. – Importadores e Exportadores
Bernardino C. Torres – Negociante e proprietário
José Carlos Parrela Soares – Negociante e proprietário
Maria Cândida Pinto Salvado Soares – Negociante e proprietária
Dr. Ernesto Leão da Cunha Duarte – Advogado
Leonardo Pereira – Negociante
Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro – Professor e proprietário
António Mendes Fialho – Comerciante e proprietário
Dr. José Ferreira de Sousa Fialho – Médico
Santos, Gomes, Gamito & C.ª – Fabricantes de Conservas
Mariano Augusto Coelho - Proprietário
Mariano, Lopes & C.ª, Lda. – Fabricantes de Conservas
J. Antunes Fragoso – Fabricante de Conservas
João C. Gargalo – Fabricante de Conservas e proprietário
Eng.º Raúl Miguel de Mendonça – Engenheiro e professor
Eng.º Afonso de Melo Cid Perestrello – Engenheiro e proprietário
P. de Raimond – Industrial
Joaquim Ferreira de Sousa Júnior – Comerciante e proprietário
M. Nascimento e Oliveira – Industrial e proprietário
Guilherme da Silva Faria – Funcionário público e publicista
Dr. Domingos Fernando Garcia – Médico e proprietário
Emílio Otero – Negociante
Ricardo A. Novais – Negociante
Ferdinand, Garrec & Sucessores, Lda. - Negociantes
P. Delpeut – Negociante e proprietário
José Vieira – Armador de Navios
Augusto Ferreira de Oliveira – Negociante e proprietário
Jaime de Oliveira Barros – Tesoureiro da Fazenda Pública e proprietário
Dr. Francisco de Paula Borba – Médico e proprietário
Henrique Louro Fernandes – Lavrador e proprietário
Adolfo Carlos Beija – Lavrador e proprietário
Bernardino José Borges - Industrial e proprietário
Raúl P. Santos - Banqueiro e proprietário

Fonte: SANTOS, Raúl Perfeito, *O Banco Regional do Sado – Solução Prática das Crises pela Assistência Financeira Regional*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1931, pp. 18-19.

Tabela – Exportação de pirites pela SAPEC (1927-1939)

Anos	Valores (ton.)
1927	65770
1928	77713
1929	89278
1930	182 840
1931	96723
1932	93807
1933	106 289
1934	240 320
1935	320 930
1936	370 820
1937	427 152
1938	345 274
1939	329 000

Fonte: BARROSO, António, *História da SAPEC*, Corlito, Setúbal, 1996, p. 109.

Tabela – N.º de navios que deram entrada no cais privativo da SAPEC (1926-1930)

Anos	N.º de navios
1926	2
1927	36
1928	49
1929	70
1930	72

Fonte: CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 267, Quadro redigido a 06/04/1931 pelo Capitão do porto de Setúbal.

Tabela – Exportação de laranjas de Setúbal (1910-1920)

Anos	Laranja (Milheiros)	Valores (Escudos)
1910	33	56
1911	1	1
1912	14	21
1913	0	0
1914	3	4
1915	2	6
1916	0	0
1917	0	0
1918	0	0
1919	1	8
1920	1	328
Total	**55**	**424**

Fonte: "Exportação nacional e nacionalizada por circunscrições aduaneiras, Classe IV – Substâncias Alimentícias" in *Estatística Comercial – Comércio e Navegação*, anos 1910-1920.

Tabela – Lista dos estaleiros de reparação naval de Setúbal (1931)

Nome:
Henrique Augusto Gaspar
António Inácio Lemos
Jaime Augusto Ajuda
João Maria Maldonado
Domingos Martins da Silva
Guilherme Lopes Ramos
Turíbio da Trindade Chaves
José Pinto Rafael Muge
Armando Pereira Ramos

Fonte: CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 245, Ofício n.º 443 de 25/03/1931 enviado pelo Capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro

I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930)

Tabela – Comissão Central de Festas da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930)

Nome	**Cargo**
Presidente	Carlos Osório Botelho Moniz
Secretário-Geral	Luís Teixeira de Macedo e Castro
Vogal para a Agricultura e Pecuária	José Carlos Girão Calheiros
Vogal para a Assistência	José Ferreira de Sousa Fialho
Vogal para o Comércio	Jorge Carlos da Costa
Vogal para o Desporto	Mário Lêdo
Vogal para as Diversões Populares	António de Assis
Vogal para Espetáculos e Receções	Ricardo Ahrens Novais
Vogais para a Indústria	Francisco José Guerra e Mariano Augusto Coelho
Vogal para a Música	José Augusto dos Santos
Vogal para a Instrução	António Manuel Gamito
Vogal para Náutica	Luís Joaquim Caes
Vogal para Ornamentações	Eugénio Moreira Rodrigues
Vogal para Pecuária	Henrique Augusto Pereira
Vogais para Propaganda	João Osório de Castro; Óscar Paxeco; Fernando dos Santos e João Eloy do Amaral.
Outros vogais	Adelino Caes Esteves, Carlos Manitto Torres, João Manuel da Costa Teixeira, Joaquim Ferreira de Sousa Júnior, José Carlos Parrela Soares e Virgílio Carreira Nunes.

Fontes:
ADSTB, AMS, C.M. de Setúbal, Órgãos do Município, Atas da C.M. de Setúbal, cx. 54, Lv. 14 (1929-1930), Ata da sessão de 24/10/1929 da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, pp. 6-6v.
Comissão Central de Festas, *I Exposição Regional do Distrito de Setúbal em 1930 – Relatório e Contas*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1931, p. 6.
AHNSLC, Pt. n.º 4, Anexo da circular s/ref.ª de 19/11/1929 enviado pelo Presidente da Comissão Central de Festas para o Presidente da Agência de Setúbal da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Tabela – Documentário *Setúbal* produzido no âmbito da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal

Título	**Parte**	**Duração**
Azeitão e arredores de Setúbal	1.ª	00:13:48
Setúbal [Aspetos da cidade]	2ª	00:15:27
Setúbal Panorâmica e Monumental [Aspetos da cidade e arredores]	3ª	00:13:35
Palmela e Arrábida	4.ª	00:16:02
Setúbal – Suas indústrias	5.ª	00:20:11
Setúbal – Suas produções [Setúbal agrícola]	6.ª	00:19:43
Assistência *Sanatório do Outão*	7.ª	00:08:36 00:09:21
Reportagens da Exposição Regional e das festas de inauguração da luz, com a assistência de Sua Exa o sr. Presidente da República e Governo	8.ª, 9.ª e 10.ª Partes	00:51:25

Fontes:
Publicidade ao documentário 'Setúbal' in *O Setubalense*, n.º 3.884 de 13/11/1930, p. 5.
Cinemateca Portuguesa – Museu de Cinema.

Tabela – Programa oficial da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930)

Data	Atividades
27 de julho	Receção ao Presidente da República Almoço íntimo Parada desportiva Abertura da exposição Tourada Inauguração da luz elétrica Jantar íntimo Recita de gala Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
28 de julho	Concurso de tiro civil Inauguração da sala de operações e outras dependências do Hospital do Espírito Santo. Visita à fábrica de conservas de F.M. Lino da Silva. Lançamento da 1.ª pedra das obras de reestruturação do porto de Setúbal, com respetiva bênção e procissão. Missa *Te-Deum*. Jantar de gala. Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
29 de julho	Despedida do Presidente da República. Concurso de tiro civil. Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
30 de julho	Abertura da exposição bibliográfica. Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
31 de julho	Corrida de bicicletas. Batalha de flores. Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
1 de agosto	Chá para todas as comissões. Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
2 de agosto	Exposição de pintura [Grupo 'Alma Nova']
3 de agosto	Concurso de tiros aos pratos. Solta de pombos correios.
4 de agosto	'Quilómetro de Arranque' (corrida de veículos) Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
5 de agosto	Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
6 de agosto	Sessão de cinema com a estreia do filme *Setúbal*. Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
7 de agosto	Jogos infantis no Campo do Arcos (Vitória Futebol Clube).
8 de agosto	Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
9 de agosto	Inauguração de exposição de artes plásticas no edifício do Liceu de Setúbal.
10 de agosto	Provas náuticas. Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
11 de agosto	Concertos, diversões populares e iluminações noturnas.
15 de setembro	Dia da Cidade (nascimento de Bocage). Previsão de encerramento.

Fontes:

Comissão Central de Festas, *Grande Exposição Regional de Setúbal, Julho, Agosto e Setembro, 1930 - Programa oficial da comissão central da exposição*, Litografia Tejo, Lisboa, 1930.

"Exposição Regional de Setúbal – Anúncio" in *O Setubalense*, n.º 3.791 de 26/07/1930, p. 3.

Nota: A exposição estendeu-se até ao final do mês e contou com múltiplas alterações ao programa.

Outras Tabelas

Tabela – Evolução da população residente no atual concelho de Setúbal entre 1864 e 1960

Freguesias	**1864**	**1878**	**1890**[2426]	**1900**[2427]	**1911**[2428]	**1920**[2429]	**1930**[2430]	**1940**[2431]	**1950**[2432]	**1960**[2433]
Nª Sra. Anunciada	4323	5085	6012	7859	9732	14000	14902	14779	14139	15178
Sta. Maria da Graça	1547	1611	1940	2344	2370	2373	6702	6056	6502	5590
S. Julião	3376	3836	4270	4942	6249	6407	6340	6086	5982	5534
S. Sebastião	3482	4833	5669	6577	9611	14222	18398	18424	23832	24664
S. Simão	972	1073	1235	1290	1415	1560	1446	1554	1538	1834
S. Lourenço	1841	2320	2126	2394	2719	2569	2668	2866	3044	3544
Total – Concelho	**15541**	**18758**	**21252**	**25406**	**32096**	**41131**	**50456**	**49765**	**55037**	**56344**
Freguesias Urbanas	12728	15365	17891	21722	27962	37002	46342	45345	50455	50966
Freguesias Rurais	2813	3393	3361	3684	4134	4129	4114	4420	4582	5378

[2426] **Nota:** Os anos de 1864, 1878 e 1890 foram baseados no *X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1960*, editado pelo INE em 1964 (p. 78).

[2427] "Quadro XI – Fogos – População de residência habitual – População de facto em cada concelho agrupada por freguesias, distinguindo o sexo, naturalidade, estado civil e instrução" in Direção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais do Ministério dos Negócios da Fazenda, *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*, Vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905, p. 178.

[2428] "Quadro n.º 3 – Fogos – População de residência habitual – População de facto, agrupada por freguesias, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução" in Direção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, Parte I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1913, p. 158.

[2429] "Quadro n.º 3 – Fogos – População de residência habitual – População de facto, agrupada por freguesias, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução" in Direção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal - Dezembro de 1920*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923, p. 122.

[2430] "Quadro n.º 3 – Fogos – População de residência habitual – População de facto, agrupada por freguesias, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução" in Direção Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal - Dezembro de 1930*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1933, p. 164.

[2431] "Quadro n.º 2 – Prédios, Fogos, Famílias, Convivências, População Residente segundo o sexo, indicando a temporariamente ausente, e população presente segundo o sexo, o estado civil, a instrução e a religião, por freguesias" in Instituto Nacional de Estatística, *Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, vol. XVI – Distrito de Setúbal, Sociedade Astória, Limitada, Lisboa, 1945, p. 22.

[2432] "Quadro n.º 2 – Famílias; Convivências; População residente segundo o sexo, distinguindo a temporariamente ausente; e população presente segundo o sexo e o estado civil, indicando os que sabiam ler e os católicos; por freguesias e centros populacionais" in Instituto Nacional de Estatística, *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, Tomo I, Tipografia Portuguesa, Lda., Lisboa, 1952, p. 208.

[2433] "2 – População residente nos Recenseamentos de 1864 a 1960 por freguesias" in Instituto Nacional de Estatística, *X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1960*, Tomo I, Sociedade Tipográfica, Lda., Lisboa, 1964, p. 78.

Tabela - Estrutura socioprofissional do concelho de Setúbal (1930)

Atividade profissional	N.º de trabalhadores	Percentagem
Agricultura	2924	14,9%
Pesca e Caça	5305	27,1%
Extração	51	0,2%
Indústria	5484	28.4%
Transportes	764	3,8%
Comércio	1352	6,9%
Força Armada	405	2,0%
Funcionalismo administrativo	359	1,8%
Profissões liberais	356	1,8%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	273	1,3%
Serviços domésticos	1065	5,4%
Criados e criadas	705	3,5%
Sem profissão	144	0,7%
Profissões não classificadas	657	0,3%

Fonte: MACHADO, Falcão, *O Concelho de Setúbal – Notícia demográfica do ano de 1930*, Tip. Simões, Setúbal, 1942, p. 34.

Tabela – Diretores da Misericórdia de Setúbal (depois Santa Casa da Misericórdia de Setúbal)

Mandato	Nome
1903-1907	José Maria da Rosa Albino
1907-1911	Henrique Augusto Pereira
1911-1917	António José Marques
1917-1934	Francisco de Paula Borba
1934-1941	Luís Teixeira de Macedo e Castro

Fonte: QUINTAS, Maria da Conceição, *Monografia de S. Julião – Setúbal*, Caminho, Lisboa, 1993, p. 325.

Tabela - Vice-consulados existentes em Setúbal (1933)

Vice-consulado	Responsável
Espanha	Afonso H. O'Neill
Finlândia	Alexandre Livério
França	Afonso H. O'Neill
Holanda	Manuel Nascimento e Oliveira
Inglaterra	Joaquim Patrício Fryxell
Noruega	Joaquim da Costa Novais
Suécia	Gabriel J. Daurioux

Fonte: ROCHA, Mário, *Anuário do Comércio e da Indústria de Setúbal*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1933.

Iconografia

Presidentes da Câmara Municipal de Setúbal

António José Baptista, industrial e último edil monárquico de Setúbal (1906-1910)

Fonte: Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 110/PP. 11. Pintura a óleo sobre tela de Francisco Augusto Flamengo (s.d.).

Dr. Leão Magno Azedo – 1.º Presidente da C.M. de Setúbal no período republicano (1910-1911)

Fonte: TAVARES, Mário, 'O dr. Leão Azedo e o major Sangreman Henriques - dois caldenses na Revolução' in *Suplemento da Gazeta das Caldas*, Cooperativa Editorial Caldense, Caldas da Rainha, 2011.

Joaquim Brandão. Presidente da C.M. de Setúbal em 1911-1913.

Fonte: LEMOS, Eduardo Rodrigues Cardoso de, *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, Livr. Ferreira, Lisboa, 1911, p. 180.

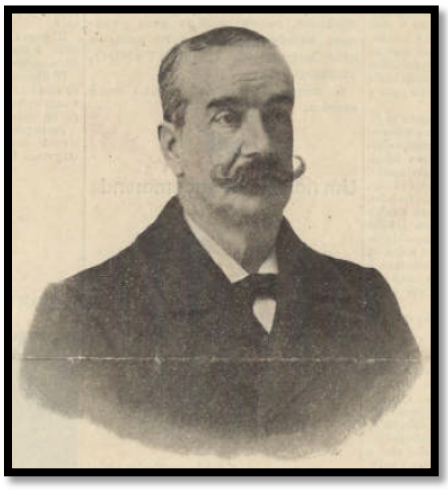
José da Rocha. Presidente da C.M. de Setúbal em 1914-1917

Fonte: "Angelus de Outono" in *A Voz da Mocidade*, n.º 24 de 23/01/1916, p. 2.

Joaquim dos Santos Fernandes. Presidente da C.M. de Setúbal em 1915 e em 1919

Fonte: BORBA, Dr. Francisco de Paula, "Relatório da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal relativo ao triénio 1917-18, 1918-19 e 1919-20" in BORBA, eng.º Francisco, *Francisco de Paula Borba – Vida e obra (1872-1934)*, Gráfica Maiadouro, Lisboa, 2022, p. 37.
Nota: Recorte a partir de uma fotografia, de setembro de 1913, com os membros da comissão instaladora do Asilo Bocage.

Henrique Augusto Pereira. Presidente da C.M. de Setúbal durante o sidonismo (1918)



Fonte: "Henrique Augusto Pereira – industrial em Setúbal" in *O Petardo*, n.º 98 de 15/07/1906, p. 1. Cortesia de António Cunha Bento.

Coronel António Marques da Costa. Presidente da C.M. de Setúbal em 1914 e em 1919

Fonte: CARDOSO, João Luís, "António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos" in *Setúbal Arqueológica*, vol. 15, MAEDS/ADS, Setúbal, 2014, p. 20. ENVIA, Manuel, *Coisas de Setúbal*, Tip. Simões, Setúbal, 1947, p. 205.

Francisco Jerónimo de Sousa Fernandes. Presidente da C.M. de Setúbal entre 1922-1925

Fonte: *Studio Cinema* (nov. de 1925). Coleção particular de Maria Elisa F. Fernandes Camacho (neta).

Carlos Osório de Vasconcelos Botelho Moniz. Presidente da C.M. de Setúbal de 1926 a 1930.

Fonte: "Carlos Botelho Moniz" in *Sport Setúbal*, n.º 17 de 13/02/1922, p. 2.

José Carlos Girão Calheiros. Presidente da C.M. de Setúbal em 1930

Fonte: Coleção particular do eng.º Francisco Borba.
Nota: Pormenor de fotografia datada de 18/04/1943.

Coronel Afonso Martins Correia Gonçalves. Presidente da C.M. de Setúbal em 1930-1931

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AIII/L29/21739.

Major António Joaquim de Melo, ex-Presidente da C.M. de Setúbal em 1931 e 1932-1933

Fonte: "A digna Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal…" in *O Setubalense*, edição comemorativa do 16.º aniversário (agosto de 1932), s.p.

Luís Teixeira de Macedo e Castro. Presidente da C.M. de Setúbal (1932 e 1935-1937)

Fonte: Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 940/F.63. Fotografia Cabecinha (dez. 1936).

Joaquim da Costa Novais. Presidente da C.M. de Setúbal em 1933-1934

Fonte: Coleção partícula de Jill Novais. (familiar).

Major Alfredo Perestrello da Conceição. Presidente da C.M.S. em 1935 e em 1938-1940

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AIII/L28/21613.

Capitão António Nunes Correia. Presidente da C.M. de Setúbal em 1938

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AIII/L30/22413. Nota: Fotografia de alferes.

António Pedrosa Pires de Lima. Presidente da C.M. de Setúbal (1940-1944)

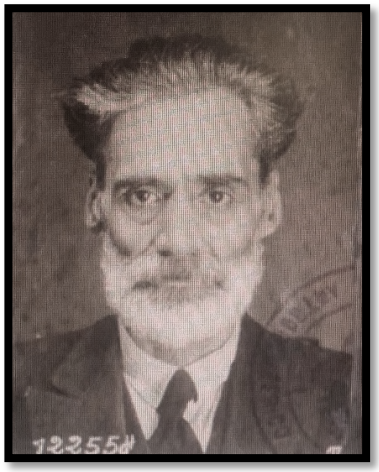
Fonte: "Actividades Municipais do Distrito de Setúbal" in *Revista Turismo – Setúbal*, ano IX, n.º 59 (agosto-outubro), Lisboa, 1944, s.p.

Administradores do concelho de Setúbal

Luís de Vasconcelos da Cruz Sobral. Administrador do concelho de Setúbal em 1914, 1915 e 1918

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AVII/L62/36211

António de Sá Pavillon, Administrador do concelho de Setúbal em 1915



Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Polícias Anteriores, Álbuns de Fotografias de Nacionais Cadastrados, Álbum n.º 3, Cadastrado n.º 3.841 – António de Sá Pavillon.

Joaquim Brandão. Administrador do concelho de Setúbal em 1919

Fonte: SANTOS, António*, Para lá dos portões do asilo – Setúbal, 1958*, Centro de Convívio dos Ex-Alunos do Orfanato Municipal de Setúbal, Setúbal, 2009, p. 15.

Alferes-aviador Álvaro de Faria Roby. Administrador do concelho de Setúbal em 1920-1921

Fonte: "Portugueses na guerra" in *Ilustração Católica*, n.º 249 de 06/04/1918, p. 484.

António Casimiro Arronches Junqueiro. Administrador do concelho de Setúbal em 1921

Fonte: "Arronches Junqueiro. Vice-Presidente Honorário da Academia do Liceu Central de Bocage" in *Gazeta Académica*, n.º 2 de 15/12/1923, p. 2.

Alferes Carlos Américo Garcês. Administrador do concelho de Setúbal entre 1921 e 1922

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AVII/L70/39466

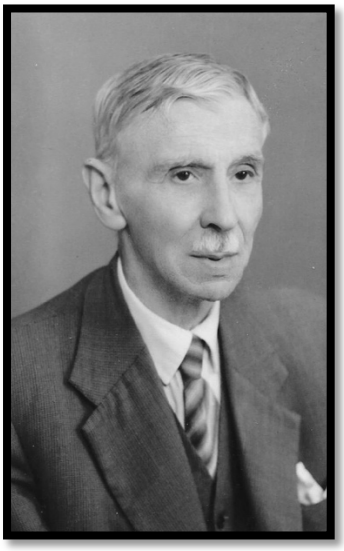
Carlos Sabino da Silveira. Administrador do concelho de Setúbal entre 1922 e 1925

Fonte: *Moita Ilustrada*, edição de 10/09/1916, p. 1. [Cortesia de Fernando Pires]

Major Alfredo Perestrelo da Conceição. Administrador do Concelho de Setúbal em 1923

Fonte: "O Presidente da actual Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal" in *Ideia Nacional*, n.º 4 de 01/06/1934, p. 1.

Afonso Teixeira de Macedo e Castro. Administrador do concelho de Setúbal em 1926



Fonte: Coleção particular do descendente Luís Guerreiro (descendente).

Afonso Teixeira de Macedo e Castro com a sua família (c. década de 1920).

Fonte: Coleção particular de Luís Guerreiro (descendente).

Outras personalidades locais citadas no decurso do texto

José Cândido Godinho, líder do Partido Republicano Radical em Setúbal

Fonte: "Liga de Football de Setúbal. *Eco do Sports* entrevista o seu delegado em Lisboa, sr. José Cândido Godinho" in *Eco dos Sports*, edição especial de 15/09/1926, p. 14.

Mariano Augusto Coelho, importante industrial conserveiro da praça setubalense

Fonte: "Mariano Augusto Coelho – Presidente do V.F.C., figura prestigiosa do desporto nacional" in *Setúbal-Sports*, n.º 8 de 20/11/1927, p. 1.

César de Bastos Romano Baptista, relevante figura do Partido Liberal.

Fonte: Arquivo – Centro de Convívio dos Ex-Alunos do Orfanato Municipal. Fotografia de Eduardo Silva. Cortesia de António dos Santos. Nota: No canto inferior direito está escrito: "Reprodução. M. Aldegalega".

António Luís Pereira de Almeida, ex-presidente do Senado Municipal da C.M. de Setúbal

Fonte: "Os nossos colaboradores: Dr. Pereira d'Almeida" in *Sado-Reclame*, n.º 60 de 30/01/1930, p. 2.

Eduardo Mendes Belo, dirigente do Partido Democrático em Setúbal

Fonte: "Dr. Mendes Belo" in *A Vitória*, n.º 98 de 05/10/1932, p. 3.

Artur Silva, presidente da Secção dos Fabricantes de Conservas de Setúbal e diretor d'*A Indústria*

Fonte: "O atentado de Setúbal" in *O Século*, n.º 15636 de 11/09/1925, p. 5.

Raúl P. Santos, o criador do Banco Regional do Sado

Fonte: "Direcção do Club Tiro-Tauro" in *O Tiro-Tauro*, n.º 2 de 02/03/1924, p. 1.

José dos Santos Viegas, comandante de voluntários locais na 'Monarquia do Norte'.

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AVII/L64/37317

Adelino Caes Esteves, membro da Comissão Concelhia da União Nacional e ex-vereador da C.M.S..

Fonte: NASCIMENTO, Frederico, *Rotary Club de Setúbal – Breves apontamentos para a sua História*, Grafioito, Setúbal, 1994, p. 23.

Tenente Júlio José Lage, comandante militar de Setúbal aquando do 28 de Maio de 1926

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AVII/L67/38235

Major João Luís de Moura, Governador Civil de Lisboa à data da criação do distrito de Setúbal

Fonte: Sabel (pseudónimo), "Ecos & Comentários – João Luís de Moura" in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 1191 de 01/08/1937, p. 389.

Tenente Hermenegildo Santos, ex-vereador da C.M. de Setúbal

Fonte: "Uma obra regionalista que se impõe" in *O Setubalense*, n.º 4111 de 10/08/1931.

Capitão Saraiva Ramos, ex-vereador da C.M. de Setúbal

Fonte: "Uma obra regionalista que se impõe" in *O Setubalense*, n.º 4111 de 10/08/1931.

Joaquim Ferreira de Sousa Júnior, ex-vereador da C.M. de Setúbal

Fonte: "Elvas e Setúbal" in *A Mocidade*, n.º 607 de 27/05/1930, p. 1.

Eugénio Moreira Rodrigues, relevante industrial de Setúbal

Fonte: "Eugénio Moreira Rodrigues" in *A Mocidade*, n.º 638 de 20/09/1931, p. 7.

Vergílio Carreira Nunes, principal responsável pelo documentário *Setúbal* (1930)

Fonte: "Vergílio Carreira Nunes foi o principal realizador do documentário «Setúbal»" in *O Setubalense*, n.º 3883 de 12/11/1930, p. 2.

Luís Augusto de Sousa – Presidente do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal

Fonte: "Os nossos valores" in *O Conserveiro*, n.º 1 de 30/08/1935, p. 1.

Manuel de Sousa – Secretário do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal e responsável pela tentativa de homicídio de Ernesto Piccapane em 1929

Fonte: "Os nossos valores" in *O Conserveiro*, n.º 1 de 30/08/1935, p. 1.

Afonso Cid Perestrelo, diretor das obras do porto de Setúbal

Fonte: "Engenheiro Cid Perestrelo" in *A Indústria*, n.º 522 de 20/05/1934, p. 1.

António Porto Soares Franco (da Casa José Maria da Fonseca)

PINTO, Machado, *Setúbal – Cidade Centenária (1860-1960)*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 1966, p. 102.

Guilherme Faria, secretário da Junta Autónoma e ex-diretor do jornal *O Setubalense*

Fonte: "O 'stadium' municipal – Uma obra que se impõe sob o ponto de vista desportivo e de turismo" in *Setúbal Sports*, n.º 24 de 19/03/1928, p. 1.

Óscar Paxeco, jornalista e escritor monárquico/nacionalista

Fonte: "Os nossos colaboradores" in *Boletim da Junta de Província da Estremadura - 1939*, JPE Edições, Lisboa, 1941, p. 47.

Venâncio da Costa Lima, produtor de vinhos

Fonte: "Actividades Municipais do Distrito de Setúbal" in *Revista Turismo – Setúbal*, ano IX, n.º 59 (agosto-outubro), Lisboa, 1944, s.p.

Dr. Francisco de Paula Borba, ex-Diretor-Presidente da Misericórdia de Setúbal

Fonte: "Dr. Paula Borba" in *O Meudo*, n.º 6 de 17/08/1919, p. 1.

Capitão José de Almeida Cassar

Fonte: Arquivo Histórico/Sala Museu do Vitória Futebol Clube de Setúbal.

Manuel Luís Figueiredo, diretor do jornal socialista local *O Trabalho*

Fonte: Casa Comum – Fundação Mário Soares, Fundo Alberto Pedroso. ALVES, J. Fernandes; NOGUEIRA, César, *Almanaque Socialista*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1931, p. 22.

Mário Lêdo, um dos mais reputados industriais conserveiros locais

Fonte: "A inauguração das festas da cidade: A parada desportiva de domingo que desfilará na Avenida reúne para cima de mil atletas" in *Jornal de Sports*, n.º 29 de 20/07/1930, p. 1.

António Alves da Mota, editor do periódico patronal *A Indústria*

Fonte: "Um ano passa" in *A Indústria*, n.º 53 de 18/07/1924, p. 2.

Tipógrafo local Paulo Correia

Fonte: "Um ano passa" in *A Indústria*, n.º 53 de 18/07/1924, p. 2.

Ricardo Novais, filho do ex-edil Joaquim da Costa Novais e agente de companhias de navegação

Fonte: "A inauguração das festas da cidade: A parada desportiva de domingo que desfilará na Avenida reúne para cima de mil atletas" in *Jornal de Sports*, n.º 29 de 20/07/1930, p. 1.

José Maria da Rosa Albino, ex-provedor da Misericórdia de Setúbal

Fonte: "José Maria da Rosa Albino" in *O Tiro-Tauro*, n.º 1 de 19/03/1923, p. 1.

Pinto Guimarães, jornalista local da década de 1930

Fontes: "Pinto Guimarães – Diretor Técnico" in *O Passatempo*, n.º 1 de 17/11/1935.
"Pinto Guimarães: Diretor, Fundador, Editor e Proprietário do Almanaque Enciclopédico Setubalense" in *Almanaque Enciclopédico Setubalense – 3º ano para 1935*, Casa Mascarenhas, Setúbal, 1935.

Padre Moisés da Silva, um dos responsáveis pela restauração do concelho de Palmela, em 1926

Fonte: Câmara Municipal de Palmela, *A vila de Palmela*, Oficinas Gráficas da Revista Terras de Portugal, Lisboa, 1930, s.p.

Able Pascoal, responsável pela conceção I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930)

Fonte: "A propósito das grandes festas de Setúbal" in *O Volante – Revista Semanal de Automobilismo e Turismo*, n.º 169 de 03/08/1930, p. 11.

João Maria da Silva, um dos organizadores do I Congresso de Pesca e Conservas de Setúbal (1927)

Fonte: GAMITO, Manuel, "O Congresso" in *A Indústria*, n.º 230 de 11/12/1927, p. 1.

António Casimiro da Silva. Ex-secretário da União dos Sindicatos Operários de Setúbal

Fonte: AHS-BNP, N61, Secção de Fotografias, Cx. 117, Fotografia de António Casimiro da Silva. Disponível *online* no *Projeto Mosca*.

José Veríssimo Abrantes, comerciante e ex-vereador da C.M. de Setúbal

Fonte: "A digna Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal…" in *O Setubalense*, edição comemorativa do 16.º aniversário (agosto de 1932), s.p.

João de Oliveira Boal, ex-vereador da C.M. de Setúbal

Fonte: "A digna Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal…" in *O Setubalense*, edição comemorativa do 16.º aniversário (agosto de 1932), s.p.

Dr. Luís Fonseca de Portugal e Melo, professor, militar e ex-vereador da C.M. de Setúbal

Fonte: "A acção da Liga dos Combatentes" in *Eco de Setúbal*, n.º 1 de 29/12/1932, p. 6.

António Caes Esteves

Fonte: Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 1614/F.77 Fotografia Cabecinha - 1930.

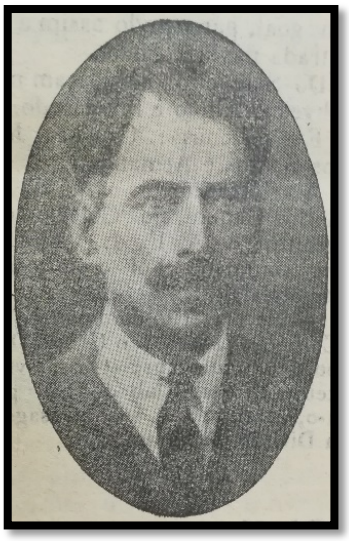
José Romão Santos Ferro, protagonista republicano do Reviralho em Setúbal

Fonte: "Dr. José Romão Santos Ferro" in *A Vitória*, n.º 116 de 05/10/1933, p. 1.

Joaquim Serra, colaborador no jornal republicano local *A Vitória*

Fonte: "Joaquim Serra" in *A Vitória*, n.º 116 de 05/10/1933, p. 2.

Manuel Envia, pseudónimos 'Ivo', 'Géo' e 'Max'



Fonte: "Quatro anos depois" in *O Sado*, n.º 209 de 27/06/1933, p. 2.

José de Oliveira Casaca, antigo comandante dos Bombeiros Voluntários de Setúbal

Fonte: "Antigos comandantes dos bombeiros" in *Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal*, edição única comemorativa, junho de 1933, p. 10.

Francisco Guerra, administrador-delegado da Comissão de Iniciativa de Setúbal

Fonte: Max (pseudónimo), "Comissão de Iniciativa de Setúbal" in *O Sado*, n.º 213 de 01/10/1933, p. 5.

Ismael Rodrigues, tesoureiro do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal

Fonte: "Um dia histórico" in *O Conserveiro*, n.º 30 de 15/12/1936, p. 1.

Henrique Louro Fernandes, ex-vereador da C.M. de Setúbal

Fonte: "A acção das Comissões de Assistência das 4 freguesias de Setúbal" in *O Sado*, n.º 257 de 28/05/1937, p. 4.

F.M. Lino da Silva, um dos mais conceituados industriais conserveiros de Setúbal

Fonte: "Um exemplo" in *A Indústria*, n.º 393 de 23/01/1931, p. 1.

Bartolomeu Severino, figura basilar da unidade republicana, em Setúbal, na fase inicial do Reviralho

Fonte: "Bartolomeu Severino" in *A Vitória*, n.º 98 de 05/10/1932, p. 3.

O artista Agripino Maia, que faleceu dias antes da I Exposição Regional de Setúbal

Fonte: "Agripino Maia" in *Sado-Reclamo*, n.º 106 de 28/07/1930, p. 2.

Venâncio Olímpio Ferreira Torres, cacique agrícola

Fonte: Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 1639/F.85. Fotografia de M. Aldegallega (s.d).

José Joaquim Fragoso, industrial conserveiro

Fonte: Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 1614/PP.100. (c. 1914)

António Augusto das Neves, tipógrafo do jornal *O Setubalense* e colaborador na *Voz Sindical*

Fonte: Projeto Mosca. [Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/ Consultado a 01/08/2022]

Capitão Luís Vila Verde, ex-vereador da C.M. de Setúbal e presidente da L.C.G.G.

Fonte: "Dois amigos: José A. da Silva Portel – Capitão Luís Vila Verde" in *Grupo Desportivo Empregados no Comércio, número comemorativo do seu IX aniversário (1926-1935) de 21/01/1935*, p. 5.

Zófimo Luz, ex-tesoureiro da C.M. de Setúbal e ativo militante do P.R.P.

Fonte: Coleção particular de João Afonso Luz (descendente).

General Luís Domingues, militar com papel fulcral na criação do distrito de Setúbal

Fonte: FIGUEIREDO, Lameiras, "Para a frente!" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 10 de 03/03/1927, p. 1.

Joaquim José de Carvalho, 1.º Presidente da C.M. de Palmela no pós-28 de Maio

Fonte: PRATA, Cristina, "Joaquim José de Carvalho (1895-1975) na história do concelho de Palmela. Contributo para um estudo" in *Separata do Boletim do Museu Municipal de Palmela*, n.º 12, C.M. de Palmela, Palmela, 2010, p. 1.

Carlos Manitto Torres, ex-funcionário municipal e ex-Governador Civil substituto de Setúbal

Fonte: TORRES, eng.º Carlos Manitto, "O Balneário Dr. Paula Borba – Como se fez, quanto custou, o que é" in *O Balneário – Número único comemorativo da inauguração do balneário Dr. Paula Borba de 30/05/1926*, p. 11. Citado a partir de: BORBA, eng. Francisco, *O Balneário – Memória de Setúbal*, AGIR, Setúbal, 2017, p. 46.

João dos Santos e Armando Martins, as duas estrelas maiores do futebol local e participantes nos Jogos Olímpicos de Amesterdão.

Fonte: "João dos Santos e Armando Martins, interiores contra Marrocos" in *Correio de Sports*, n.º 3 de 01/06/1930, p. 8.

Dr. João Duarte da Silveira

Fonte: Arquivo Histórico da Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa.

Tenente Mário José da Silva Travassos de Arnedo

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. P29 – AVII – L65 – 37413.

Governadores Civis de Setúbal

Miguel Homem Sampaio e Melo. Governador Civil de Setúbal (1927-1928)

Fonte: FIGUEIREDO, Lameiras, "Para a frente!" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 10 de 03/03/1927, p. 1.

António Bressane Leite Perry de Sousa Gomes. Governador Civil de Setúbal (1928-1929)

Fonte: Biografias do Parlamento. [Disponível *online* em: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/gomes_antonio_alberto_bressane_leite_perry_de_sousa.pdf Consultado em: 21/12/2021]

Raúl Antonino Pereira Gomes. Governador Civil de Setúbal (1929-1931)

Fonte: "Setúbal – Terra de beleza e de encantos tais, que deixa todos os visitantes maravilhados" in *Portugal – Revista de Propaganda*, n.º 2, Oficinas Gráficas, Lisboa, set. de 1930, p. 13.

Alexandre Van Zeller. Governador Civil de Setúbal (1931)

Fonte: "Uma obra regionalista que se impõe" in *O Setubalense*, n.º 4111 de 10/08/1931.

Joaquim dos Prazeres Louzeiro e Lança. Governador Civil do Distrito de Setúbal (1931-1933)

Fonte: Biografias do Parlamento. [Disponível *online* em: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/l/lanca_joaquim_dos_prazeres_louzeiro_e.pdf Consultado em: 20/12/2021]

Mário Caes Esteves. Governador Civil de Setúbal (1933-1934)

Fonte: BASTOS, Jacinto Rodrigues, "Vida política – A posse do novo Governador Civil do Distrito de Setúbal" in *Cetóbriga*, n.º 2 de 01/09/1933, pp. 8-9.

António Manuel Gamito. Governador Civil de Setúbal (1934-1935)

Fonte: Arquivo Histórico do Liceu Bocage (Setúbal). SILVA, Isilda; VASCONCELOS, António; BOULLOSA, Miguel, *Património Museológico*, Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 2013, p. 84.
Nota: Reprodução M. Aldegalega

Capitão Francisco Supico. Governador Civil de Setúbal (1935-1937)

Fonte: "Capitão Francisco Supico" in *Boletim da Comissão Concelhia da União Nacional de Setúbal*, n.º 1, Tip. Simões, Setúbal, maio de 1937, p. 3.

Dr. António Barreiros Cardoso. Governador Civil de Setúbal (1937-1942)

Fonte: "Setúbal e a Legião Portuguesa" in *Boletim da Legião Portuguesa: Acção Social e Política*, n.º 36, Junta Central da Legião Portuguesa, Lisboa, 1940, p. 11.

Capitães do porto de Setúbal e elementos da capitania

Tenente Bernardo Francisco Dinis d'Ayala. Capitão do porto de Setúbal (1914-1919)

Fonte: BCM-AH, Álbum 5, Página 6, n.º 415 (Entre 1896-1910)

Tenente César Procópio de Freitas. Capitão do porto de Setúbal (1919-1920)

Fonte: BCM-AH, Álbum 10, página 15, n.º 1809.

1.º Tenente Carlos Frederico Elston Dias. Capitão do porto de Setúbal (1920-1923)

Fonte: BCM-AH, Álbum 11, página 4, n.º 1938.

Capitão-tenente José Vicente Lopes. Capitão do porto de Setúbal (1923-1934)

Fonte: BCM-AH, Álbum 10, página 31, n.º 1908.

2.º tenente João Antunes, escrivão da capitania agredido na greve dos marítimos de 1931

Fonte: BCM-AH, Álbuns fotográficos de oficiais da Armada, Álbum n.º 13, p. 58, n.º 3.209.

Deputados eleitos pelo círculo de Setúbal (1919-1926)

Deputado Joaquim Brandão (Evolucionista; Liberal; Nacionalista]

Fonte: LEMOS, Eduardo Rodrigues Cardoso de, *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, Livr. Ferreira, Lisboa, 1911, p. 180.

Deputado Jorge de Vasconcelos Nunes [Unionista; Liberal; Nacionalista]

Fonte: LEMOS, Eduardo Rodrigues Cardoso de, *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, Livr. Ferreira, Lisboa, 1911, p. 70.

Deputado Francisco de Salles Ramos da Costa [Partido Democrático]

Fonte: LEMOS, Eduardo Rodrigues Cardoso de, *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, Livr. Ferreira, Lisboa, 1911, p. 45.

Deputado Luís António da Silva Tavares de Carvalho [Partido Democrático]

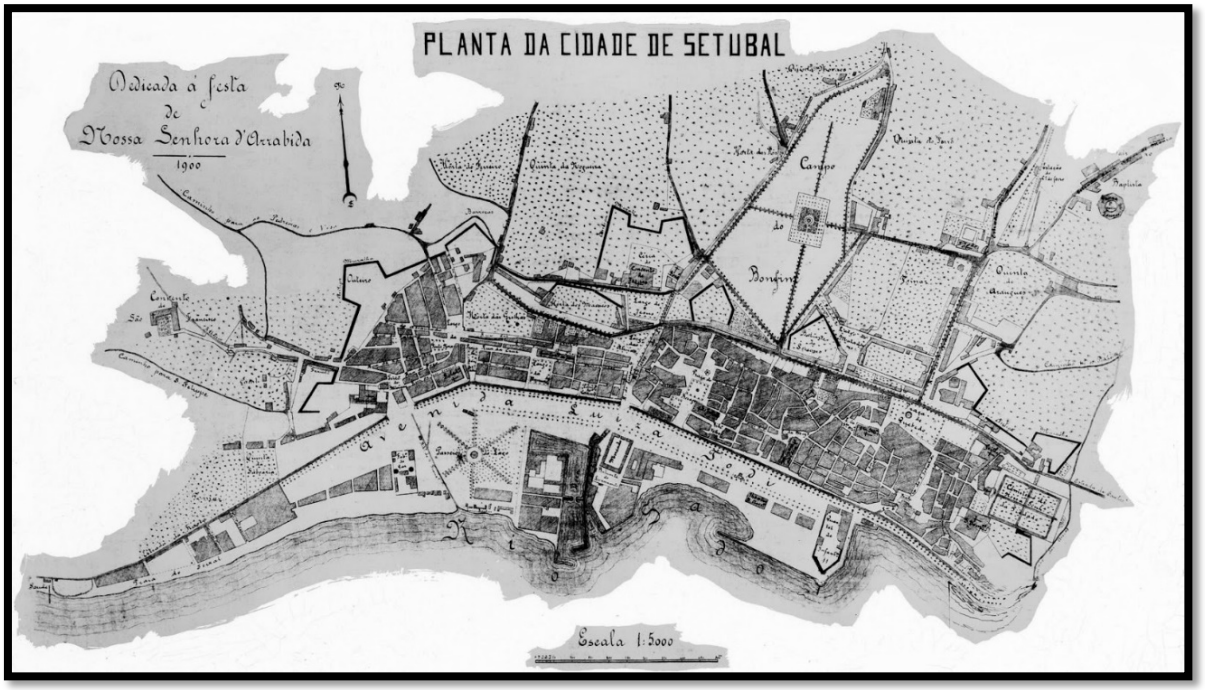
Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar. PT-AHF/AF/R1537/i5429

Deputado João Bernardino de Sousa Carvalho [Partido Democrático]

Fonte: "Eleições. Ouvindo um candidato" in *O Setubalense*, n.º 2494 de 07/11/1925, p. 1.

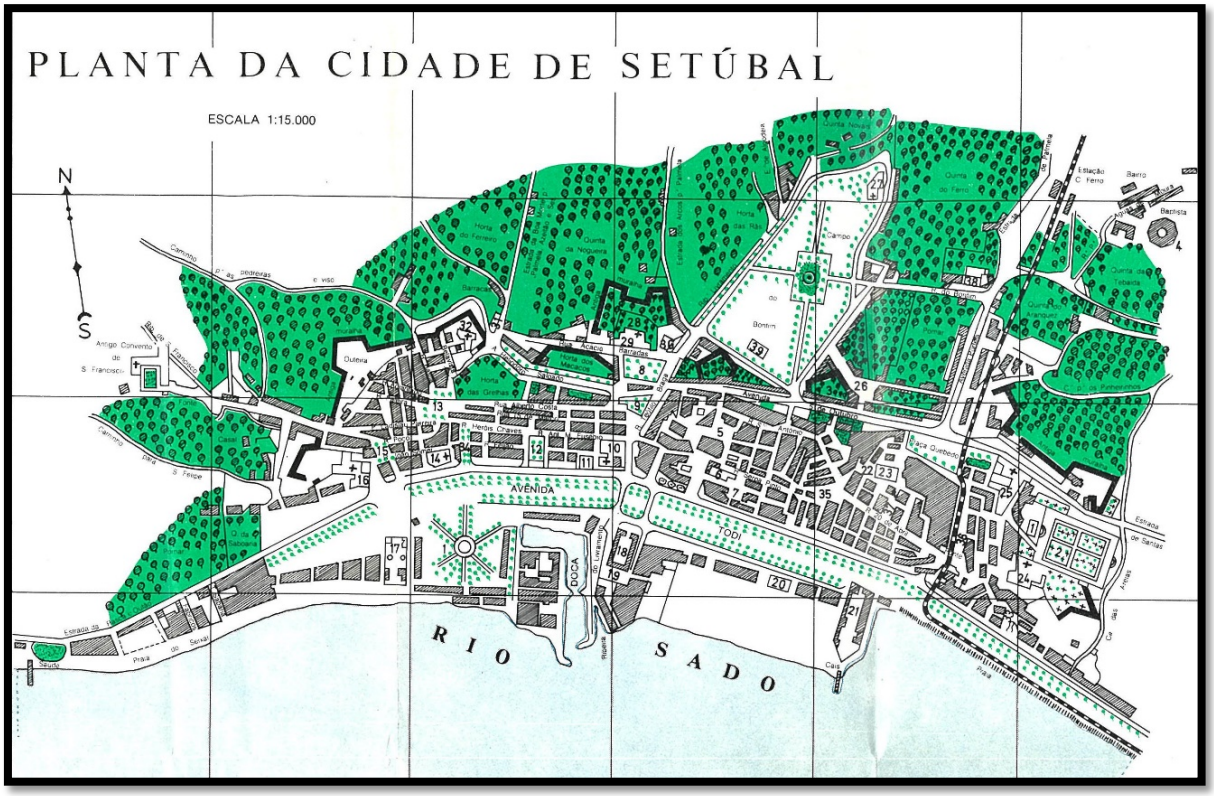
Acontecimentos, atividades económicas, publicações e paisagens

Planta da cidade de Setúbal (1900)



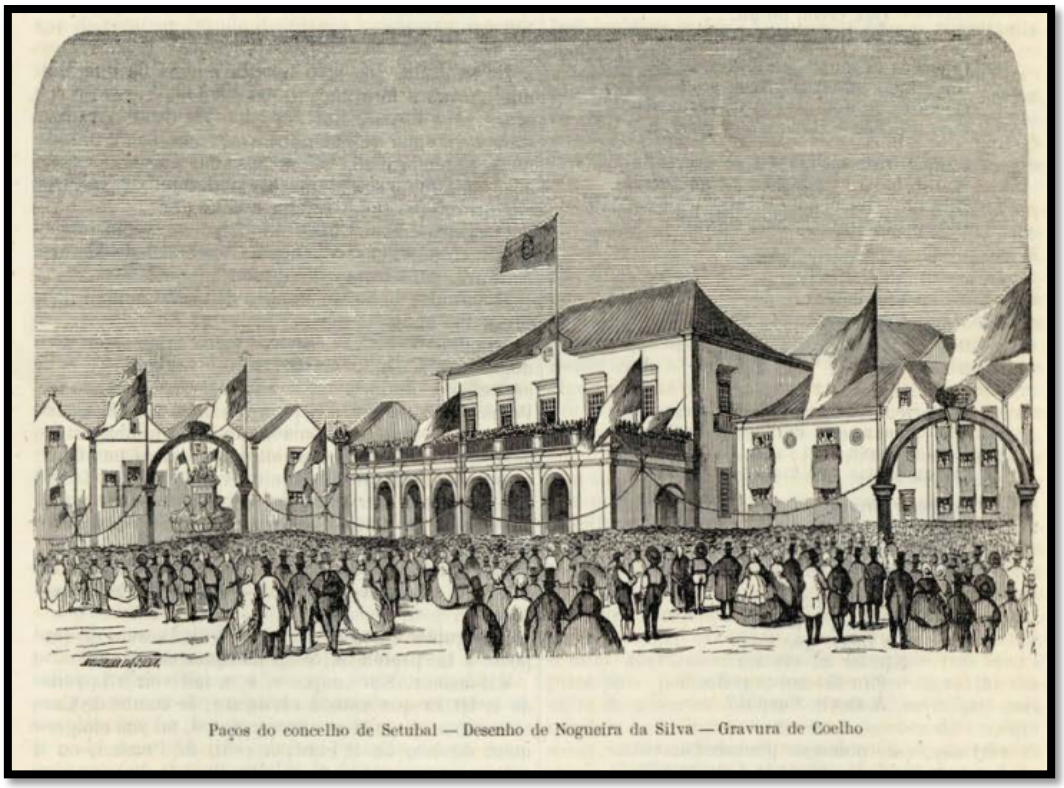
Fonte: Coleção particular António Cunha Bento.

Planta da cidade de Setúbal (1924)



Fonte: PROENÇA, Raúl, Guia de Portugal, vol. II, Estremadura, Alentejo e Algarve, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2011, p. 657. [Reimpressão do original de 1927]

Grandes festividades por ocasião da atribuição da elevação de Setúbal a cidade



Paços do concelho de Setubal — Desenho de Nogueira da Silva — Gravura de Coelho

Fonte: "Recepção de D. Pedro V em Setúbal" in *Archivo Pittoresco*, vol. 3, n.º 38, 1860, pp. 297-298 e 301. Cf. BENTO, António Cunha; RIBEIRO, João Reis, *Imagens da Península da Arrábida no século XIX: O Panorama (1837-1868) e Archivo Pittoresco (1857-1868)*, LASA, Setúbal, 2004.

Ornamentações na Praça de Bocage por ocasião das comemorações centenárias (1905)

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Preservação da cultura e salvaguarda do património, Fotografia artística e monumental, Fotografias de Alberto Carlos Lima, Fotografia n.º 778. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000778

Tribunal e cadeia (antigo Convento da Boa-Hora) no jardim do Quebedo

Fonte: Coleção particular António Cunha Bento. Coleção de postais 'Mendes Estafeta' n.º 18.

Av. Luísa Todi junto ao Hotel Esperança (postal circulado em 1918)

Fonte: Coleção particular António Cunha Bento. Coleção de postais 'Mendes Estafeta' n.º 11.

Quartel do Regimento de Infantaria n.º 11, em Setúbal (c. 1905)

Fonte: Coleção particular António Cunha Bento. Coleção de postais 'Mendes Estafeta' n.º 17.

Populares e participantes do X Congresso do PRP, reunidos na Av. Todi, momentos após o denominado 'Sismo de Benavente' (23/04/1909)

Fonte: Museu de Setúbal/Convento de Jesus. RIBEIRO, Maria Francisca, *Setúbal ilustrada pela fotografia (de 1860 a 1930)*, Catálogo da exposição decorrida no Museu do Trabalho, entre 30/10/2010 e 16/01/2011, C.M. de Setúbal, Setúbal, 2010, p. 13.

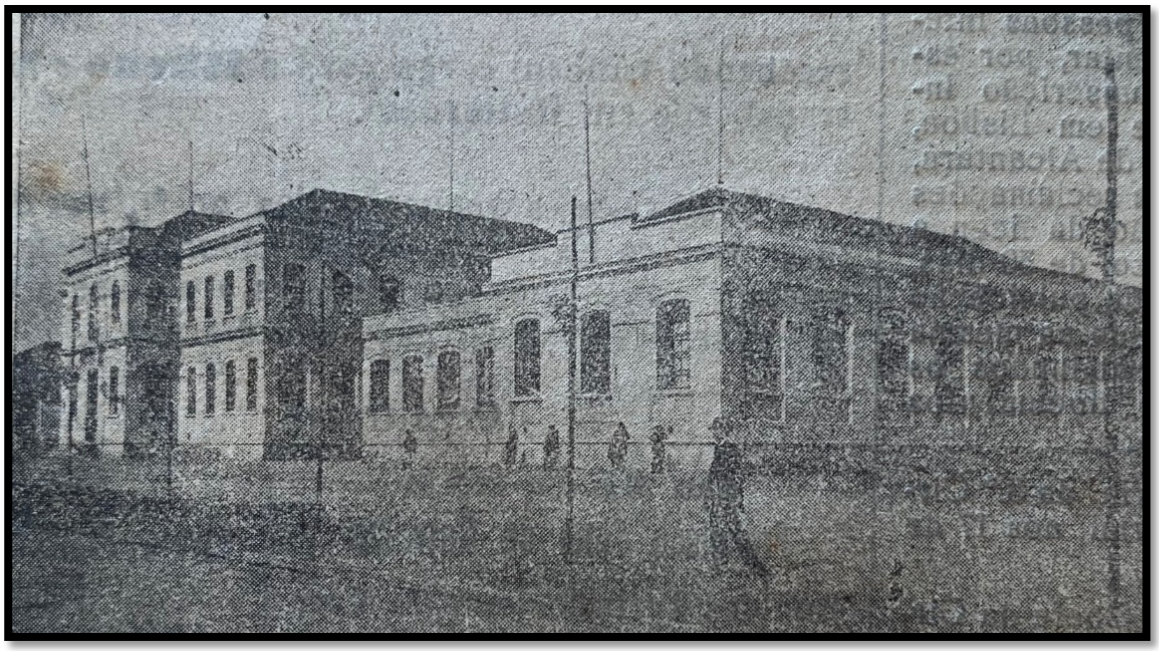
Câmara Municipal de Setúbal antes do incêndio de 5 de outubro de 1910

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo da C.M. de Lisboa, Preservação da cultura e salvaguarda do património, Fotografia artística e monumental, fotografia de Eduardo Alexandre Cunha (s.d.). PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACU/001122

Ruínas dos antigos Paços do Concelho (24/08/1931)

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 20, Fotografia 972F. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0020/0972F

Recorte de notícia que comunica a instalação do Governo Civil no Liceu de Setúbal



Fonte: "O edifício do Liceu, onde fica instalado o Governo Civil" in *O Distrito de Setúbal*, n.º 10 de 03/03/1927, p. 2.

Traseiras do antigo edifício do Liceu Bocage, que serviu de Paços de Concelho e Governo Civil (1908)

Fonte: Arquivo Histórico do Liceu Bocage (Setúbal). SILVA, Isilda; VASCONCELOS, António; BOULLOSA, Miguel, *Património Museológico*, Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 2013, p. 72.

Campa de António Mendes, jovem assassinato nos "Fuzilamentos de Setúbal"

Fonte: Fotografia de Maria Betânia Andrade. 10/05/2022. Cemitério da Piedade.
Legenda: "*Associação de Classes dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas oferece ao seu consócio como fraternal camaradagem – António Mendes, falecido com 20 anos na tarde de 13 de Março de 1911 no Largo do Carmo*".

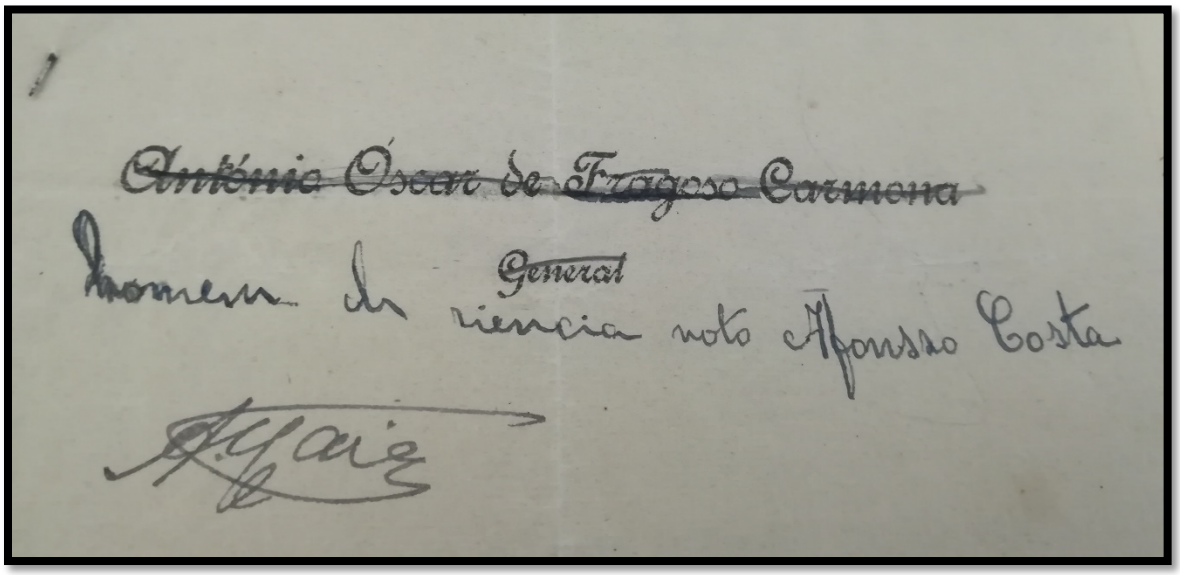
Aspeto da visita de Sacadura Cabral à cidade de Setúbal em 15/04/1923.

Fonte: *ABC – Revista Portuguesa*, n.º 145 de 26/04/1923, p. 8. *Cliché* de A. Franco.

Instalações d'*O Setubalense*, observando-se as janelas e os 'placards' aludidos na revolta de 1927

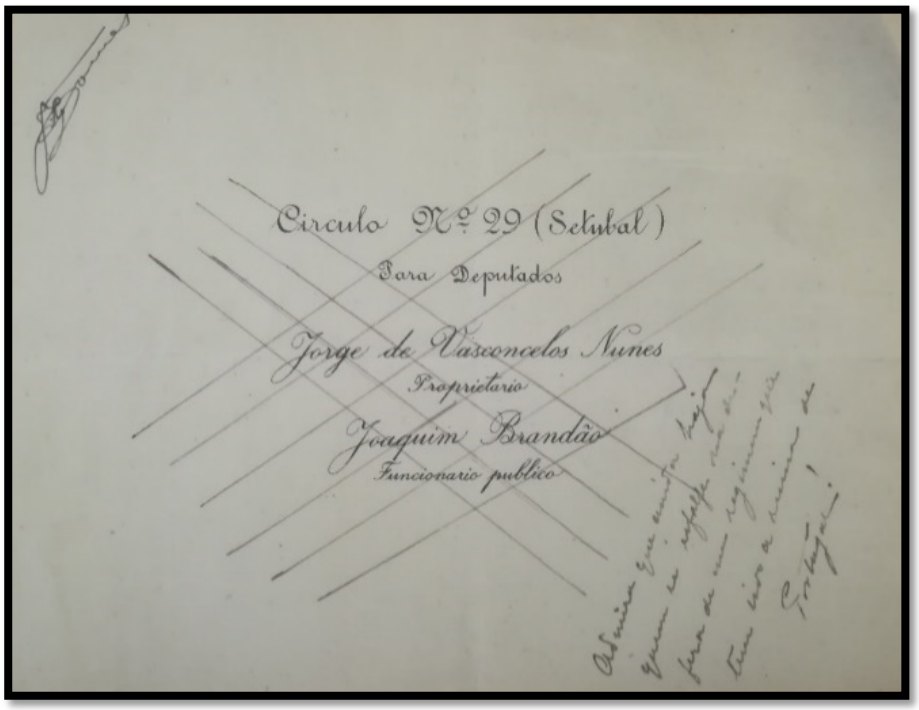
Fonte: "O Setubalense – Diário Republicano da Noite" in *O Setubalense*, n.º 4110 de 08/08/1931, p. 10.

Boletim de voto considerado "*viciado* (…) *por conter palavras desnecessárias*"



Fontes: AHP-AR, Secção XXV-A (Presidenciais, 1928), Cx. 62 (Setúbal), Atas da Eleição do Presidente da República Portuguesas da freguesia de N.ª Sra. da Anunciada.
Transcrição: "*homem de ciência voto Afonso Costa*"

Boletim de voto considerado nulo com mensagem política (1922)



Fonte: AHP-AR, Secção IX, Cx. 381 (Setúbal – Eleição para Deputados, 1922).
Texto manuscrito: "*Admira que ainda haja quem se* infalse (?) *na defesa de um regime que tem sido a ruína de Portugal!*"

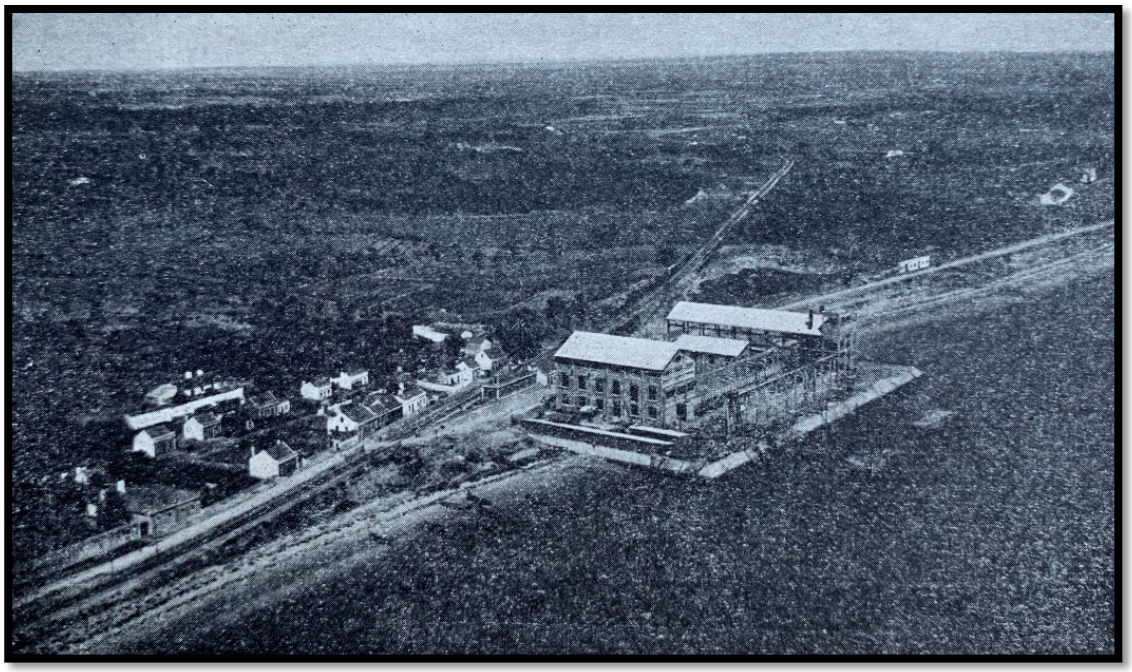
Comissão que se deslocou a Lisboa, em 04/11/1926, no intuito de ser criado o distrito de Setúbal

Fonte: PINTO, Machado, *Setúbal – Cidade Centenária (1860-1960)*, Tip. Rápida de Setúbal, Setúbal, 1966, p. 42.
Legenda: 1.º plano (eng.º José Carlos Girão Calheiros; major Afonso Correia Gonçalves; capitão António Nunes Correia; dr. Carlos Botelho Moniz; tenente Augusto de Carvalho; dr. Joaquim Ferreira de Sousa Júnior e António Caes Esteves). 2.º plano (Óscar Paxeco; João Manuel Teixeira; Alberto Alcobia Carriço; José Augusto dos Santos; Lameiras de Figueiredo; Joaquim Bento dos Santos; Alberto Sartóris).

Comissão de delegados dos credores da C.M. de Setúbal, que se deslocou à capital para se reunir com o Ministro do Interior (02/03/1933)

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Analfabéticos, Álbum n.º 25, Fotografia 230H.

Instalações das Minas da Borralha (Central Elétrica)



Fonte: Publicidade da SEUR in *Eco de Setúbal*, n.º 17 de 02/01/1934, p. 6.

Central termoelétrica de Setúbal (c. 1928-1940)

Fonte: Centro Português de Fotografia, Fundo Fotografia Alvão, Lda., Fotografia 16.408.

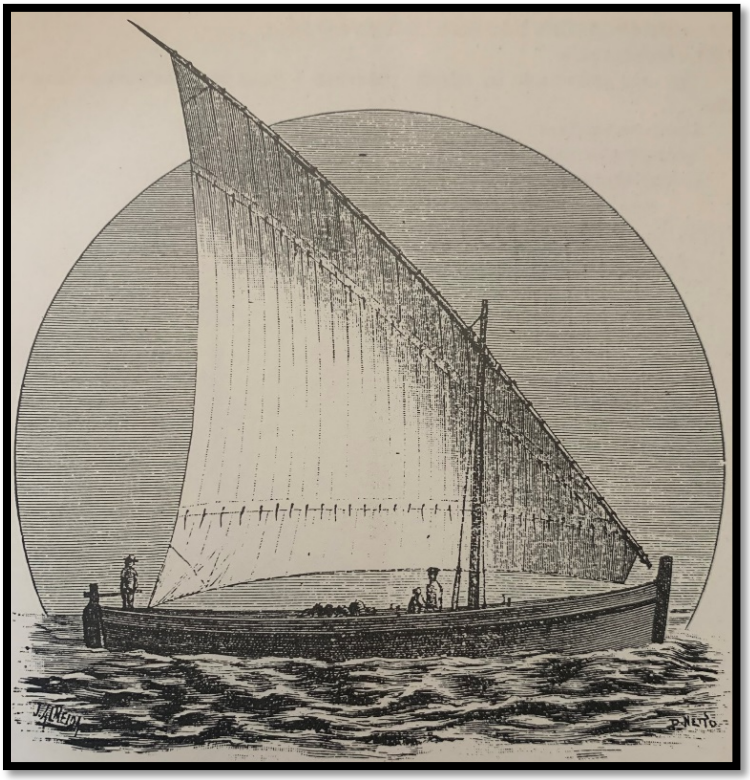
Antigo Mercado do Livramento (c. 1918)

Fonte: Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro (AR15296). Autor desconhecido.

Obras de ampliação do Mercado do Livramento (1928-1930)

Fonte: LOPES, José Madureira (coord.), *Américo Ribeiro, Todos os dias*, Livraria Hemus, Setúbal, 2006, p. 49.

Galeão de pesca à vela, segundo Baldaque da Silva (1890)

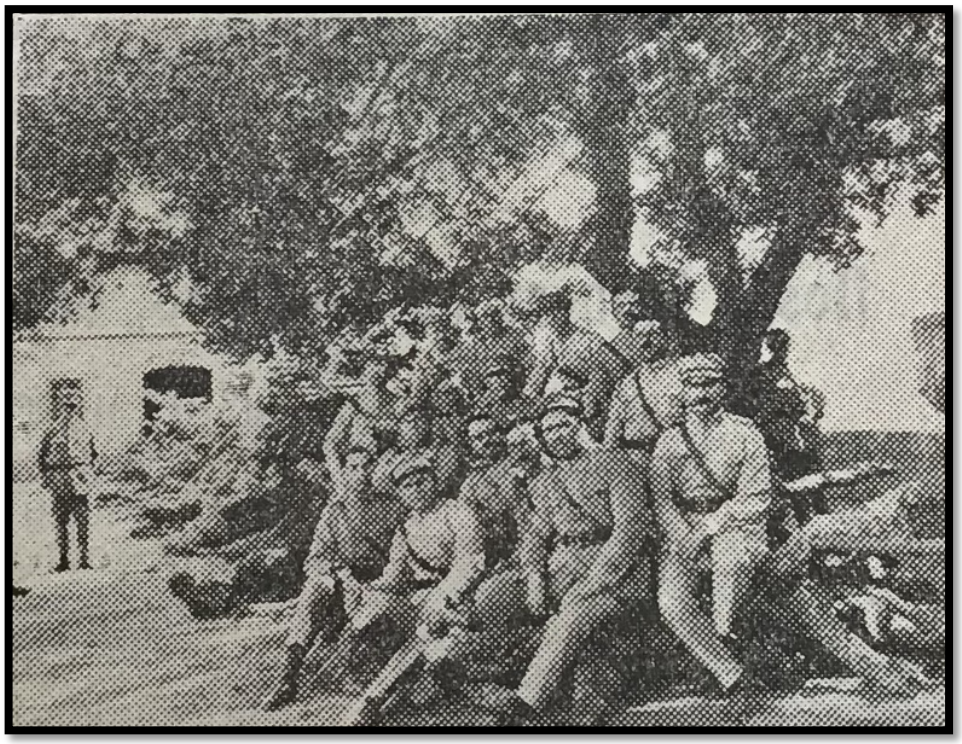


Fonte: CABEÇADAS, Henrique, "Embarcações tradicionais do Sado na primeira metade do séc. XX" in *Embarcações tradicionais do Sado*, MAEDS, Setúbal, 1986, p. 49.

Cerco a vapor *Matogrosso* (1942)

Fonte: CABEÇADAS, Henrique, "Embarcações tradicionais do Sado na primeira metade do séc. XX" in *Embarcações tradicionais do Sado*, MAEDS, Setúbal, 1986, p. 59.

Oficiais do R.I. 11 pouco depois de aderirem ao 28 de Maio de 1926



Fonte: "Actualidades – Notas Gráficas da Quinzena" in *Cetóbriga – Revista Quinzenal Ilustrada*, n.º 8 de 16/06/1926, p. 12.
Legenda original: "*Grupo de oficiais de infantaria 11, momentos depois de haverem aderido ao movimento revolucionário*".

Óscar Paxeco em entrevista ao Presidente da República, Óscar Carmona

Fonte: PAXECO, Óscar, *Os que arrancaram em 28 de Maio*, Editorial Império, Lisboa, 1937.

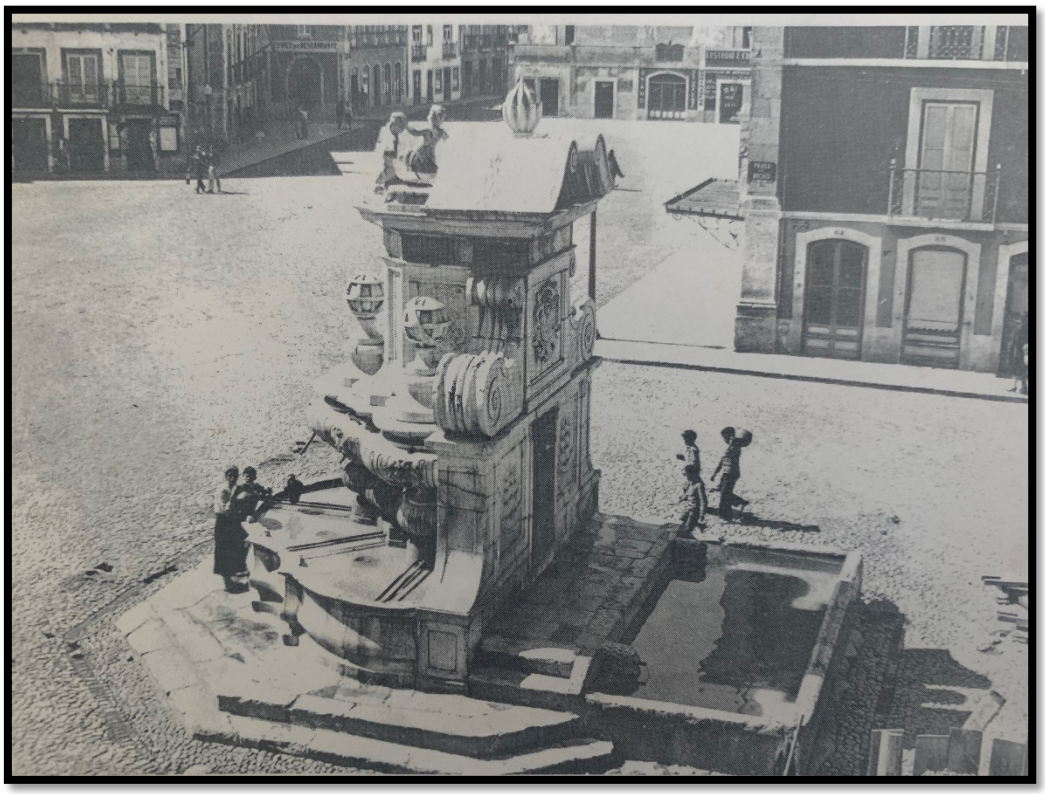
O dr. Vitorino Mealha descerra a placa com o nome do brigadeiro Daniel de Sousa

Fonte: "Actualidades Gráficas" in *O Sado*, n.º 196 de 01/01/1933, pp. 1-2.
Nota: *Cliché* do fotógrafo Américo Ribeiro.

Direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal (1933)

Fonte: PEREIRA, Alberto, *Os 125 anos da Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal (1883-2008)*, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, Setúbal, 2011, p. 62.
Nota: Na qualidade de republicano, Francisco Fernandes (2.º sentado) liderou a direção de uma instituição que serviu de palco a reuniões antifascistas.

Chafariz do Sapal ainda na Praça do Bocage, antes da sua transferência em 1937

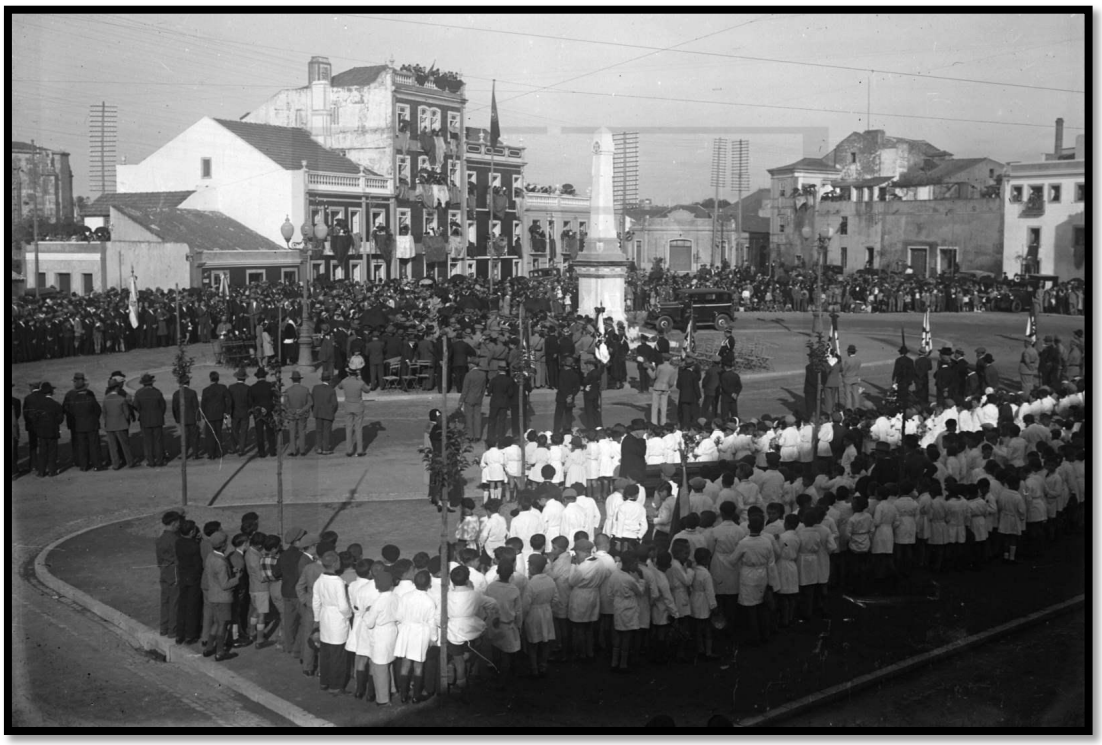


Fonte: SILVA, Carlos Tavares da, *Escavações arqueológicas na Praça de Bocage – 2000 anos de História*, MAEDS/CMS, Setúbal, s.p.

Edifício do Banco de Portugal em Setúbal inaugurado em 1928

Fonte: Centro Português de Fotografia, Depósito G, Armário 04, Gaveta 15.

Inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra (22/11/1931)



Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 21, Fotografia 1353F. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0021/1353F

Monumento ao dr. Francisco de Paula Borba, inaugurado a 24/03/1935 no Asilo Bocage

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, *Relatório e contas relativas ao monumento ao grande benemérito Dr. Francisco de Paula Borba*, Tip. A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1936, s.p.

Procissão de Nossa Senhora do Cais

Fonte: Coleção particular António Cunha Bento. Coleção de postais 'Mendes Estafeta' n.º 40.

I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930)

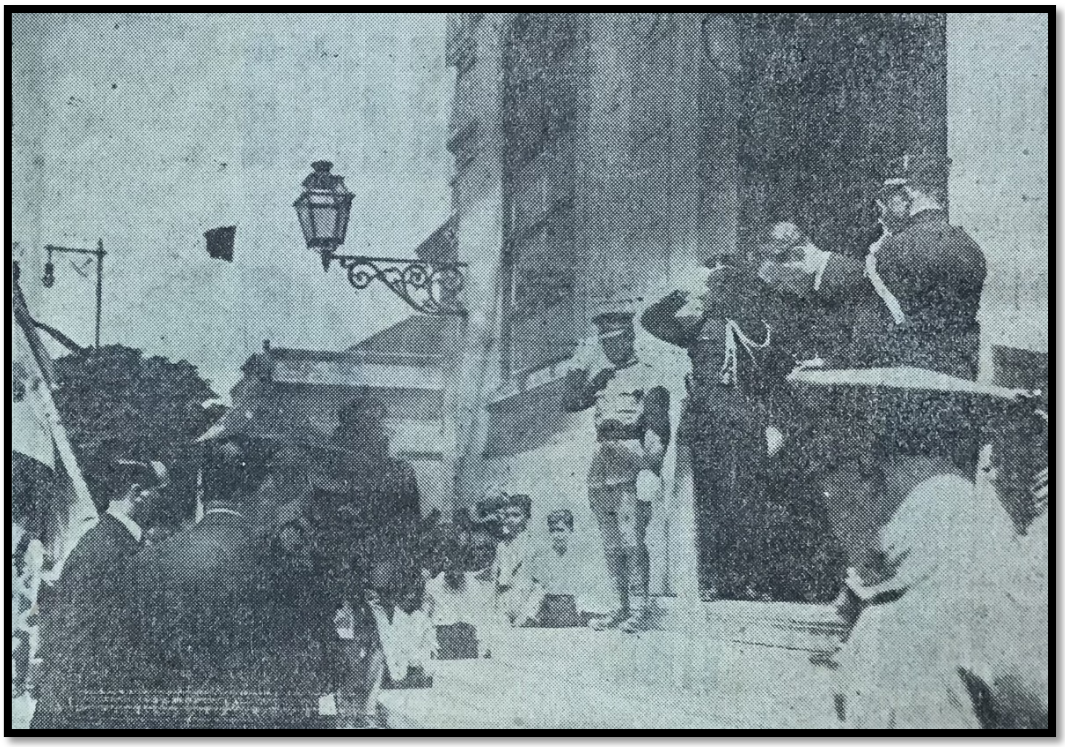
Membros da Comissão Central da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (20/03/1930)

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 16, Fotografia 319E. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0016/0319E

Entrada da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930)

Fonte: SILVEIRA, Luís, *Documentário da Primeira Exposição Regional de Setúbal - 1930*, vol. III, s.p. Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal.

A chegada do Presidente da República aos Paços do Concelho de Setúbal



Fonte: "A Exposição Regional de Setúbal" in *O Século*, edição de 27/07/1930, p. 1. Retirado de *Documentário da Primeira Exposição Regional de Setúbal - 1930*, vol. II, s.p. Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal.

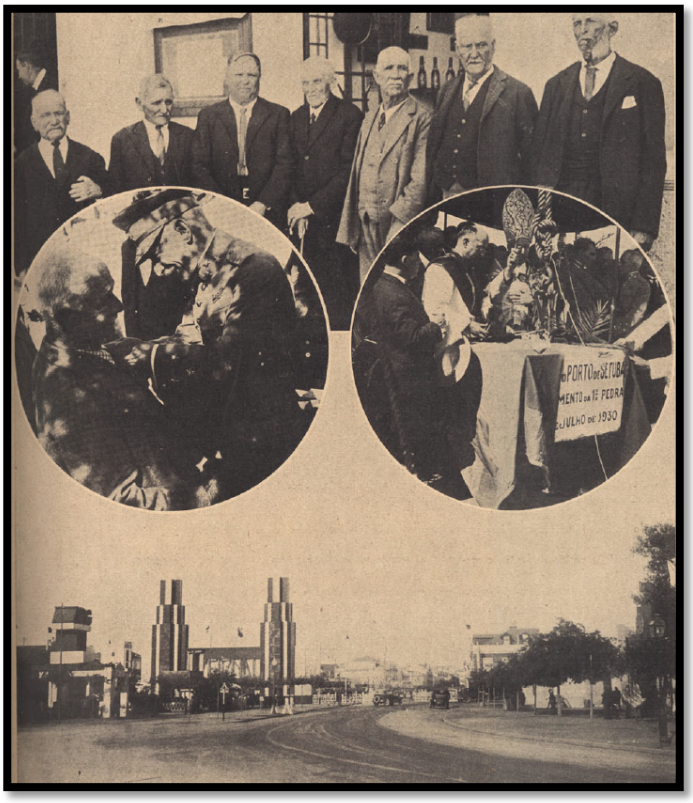
Chegada ao edifício dos Paços do Concelho (edifício do Liceu de Bocage) (27/07/1930)

Fonte: SILVEIRA, Luís, *Documentário da Primeira Exposição Regional de Setúbal - 1930*, vol. II, s.p. Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal.

O Presidente da República e membros do Governo na I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (27/07/1930)

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 17, Fotografia 958E. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0017/0958E

Exemplo de propaganda na imprensa nacional em torno da I Exposição Regional de Setúbal



Fonte: "A Grande Exposição e Festas Regionais de Setúbal" in *Revista Ilustração*, ano V, n.º 12, de 16/08/1930, p. 9.

Capa da revista *O Volante* dedicada à Comissão Central da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930)

Fonte: *O Volante – Revista Semanal de Automobilismo e Turismo*, n.º 169 de 03/08/1930.

Identificação das figuras: 1 – Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro; 2 – Capitão Antonino Gomes Pereira; 3 – Dr. Carlos Botelho Moniz; 4 – Dr. António Manuel Gamito; 5 – Dr. José Sousa Fialho; 6 – Francisco Guerra; 7 – Almirante Luís Caes Esteves; 8 – Virgílio Carreira Nunes; 9 – António de Assis; 10 – José Augusto dos Santos; 11 – Eng.º Carlos Manitto Torres; 12 – Mariano Augusto Coelho; 13 – Eugénio Moreira Rodrigues; 14 – Dr. Joaquim Ferreira de Sousa Júnior; 15 – João Manuel Teixeira.

Desfile de atletas na I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (27/07/1930)

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 17, Fotografia 960E. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0017/0960E

O Presidente da República à saída do pavilhão do jornal *O Século* (27/07/1930)

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 17, Fotografia 963E. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0017/0963E

O arcebispo de Mitilene e o Presidente da República na I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (27/07/1930)

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 17, Fotografia 967E. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0017/0967E

Stand 'Setúbal' e aspeto dos visitantes da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930)

Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 09.23:20 do filme *Reportagem da Exposição Regional e das Festas de inauguração da Luz Eléctrica, com a assistência de S. Exa. o Presidente da República, de 1930*, realizado por Virgílio Nunes, com legendas do Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Dr. Carlos Botelho Moniz, e com propósito propagandístico da Comissão de Iniciativa de Setúbal. Produzido pela firma cinematográfica *Mello, Castello Branco, Lda*.

Anúncio ao documentário 'Setúbal' (1930)

Fonte: *O Setubalense*, n.º 3884 de 13/11/1930, p. 5.

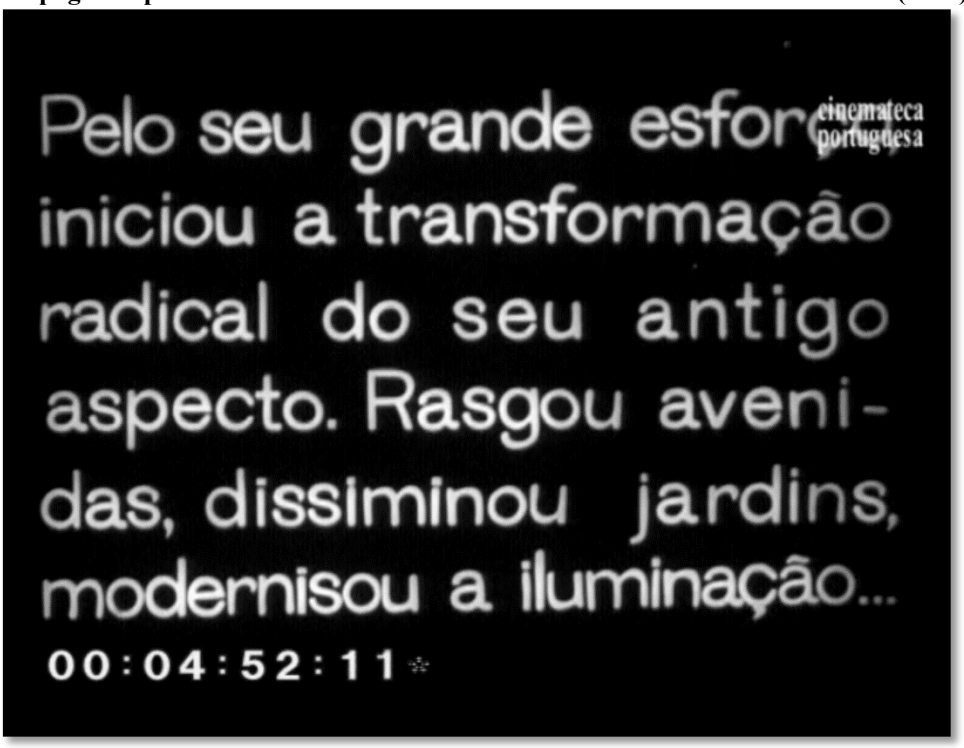
Vista área do centro histórico de Setúbal (03/05/1930)

Fonte: Museu de Setúbal/Convento de Jesus, MS/CJ 1457/F.73. Fotografia G.E.A.R. da Amadora.

Praça de Bocage, com a fábrica de moagem *Companha Vila Franca, Bonfim* ao fundo

Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 10.28:03 do filme *Azeitão e arredores de Setúbal*, de 1930, realizado por Virgílio Nunes, com legendas do Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Dr. Carlos Botelho Moniz, e com propósito propagandístico da Comissão de Iniciativa de Setúbal. Produzido pela firma cinematográfica *Mello, Castello Branco, Lda*.

Propaganda política do mandato do dr. Carlos Botelho Moniz no filme *Setúbal* (1930)



Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 04.52:11 do filme *Setúbal*, de 1930, realizado por Virgílio Nunes, Óscar Paxeco e Able Pascoal, com legendas do Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Dr. Carlos Botelho Moniz, e com propósito propagandístico da Comissão de Iniciativa de Setúbal. Produzido pela firma cinematográfica *Mello, Castello Branco, Lda*.

Universo da indústria conserveira

Interior das instalações da fábrica *Sociedade Mecânica Setubalense, Lda*.

Fonte: "La 'Sociedade Mecânica Setubalense, Lda.' – La meilleure usine pour fabrication de boîtes vides de la Peninsule Ibérique" in *Eco de Setúbal*, n.º 7 de 29/07/1933, p. 9.

Interior das instalações da fábrica *Sociedade Mecânica Setubalense, Lda*.

Fonte: "La 'Sociedade Mecânica Setubalense, Lda.' – La meilleure usine pour fabrication de boîtes vides de la Peninsule Ibérique" in *Eco de Setúbal*, n.º 7 de 29/07/1933, p. 8.

Secção de descabeço e engrelhamento de peixe numa fábrica de conservas em Setúbal.

Fonte: "O Congresso de Setúbal e as suas conclusões" in *Indústria Portuguesa – Revista da Associação Industrial Portuguesa*, n.º 1, março de 1928, p. 49.

Interior das instalações da fábrica *Morais & Filho* [1]

Fonte: "Fábrica dos srs. Morais e Filho – Instalação de fabricação de vazio" in *A Indústria*, n.º 53 de 18/07/1924, p. 3.

Interior das instalações da fábrica *Morais & Filho* [2]

Fonte: "Fábrica dos srs. Morais e Filho – Oficina de cravação de lata cheia" in *A Indústria*, n.º 53 de 18/07/1924, p. 3

Enlatamento da sardinha na fábrica de conservas de F.M. Lino da Silva, em Setúbal [1]

Fonte: "Oficina de fabrico de lata vazia" in *A Indústria*, n.º 230 de 11/12/1927, p. 6.

Enlatamento da sardinha na fábrica de conservas de F.M. Lino da Silva, em Setúbal [2]

Fonte: "A confecção das nossas excelentes conservas" in *A Indústria*, n.º 230 de 11/12/1927, p. 7.

Fábrica de conservas *Alegria* da firma Ferreira Mariz (1910)

Fonte: FOYOS, Fernando da Cunha e, "Indústrias portuguesas: A sardinha de conserva de Setúbal" in *Ilustração Portuguesa*, n.º 229 de 11/07/1910, p. 60.

Exemplo de fábrica de conservas de reduzida dimensão.

Fonte: LOPES, José Madureira (coord.), *Américo Ribeiro, Todos os dias*, Livraria Hemus, Setúbal, 2006, p. 67.
Nota: Trata-se da fábrica 'A Predilecta' da firma *Casimiro & Nascimento*. (fotografia da década de 1960)

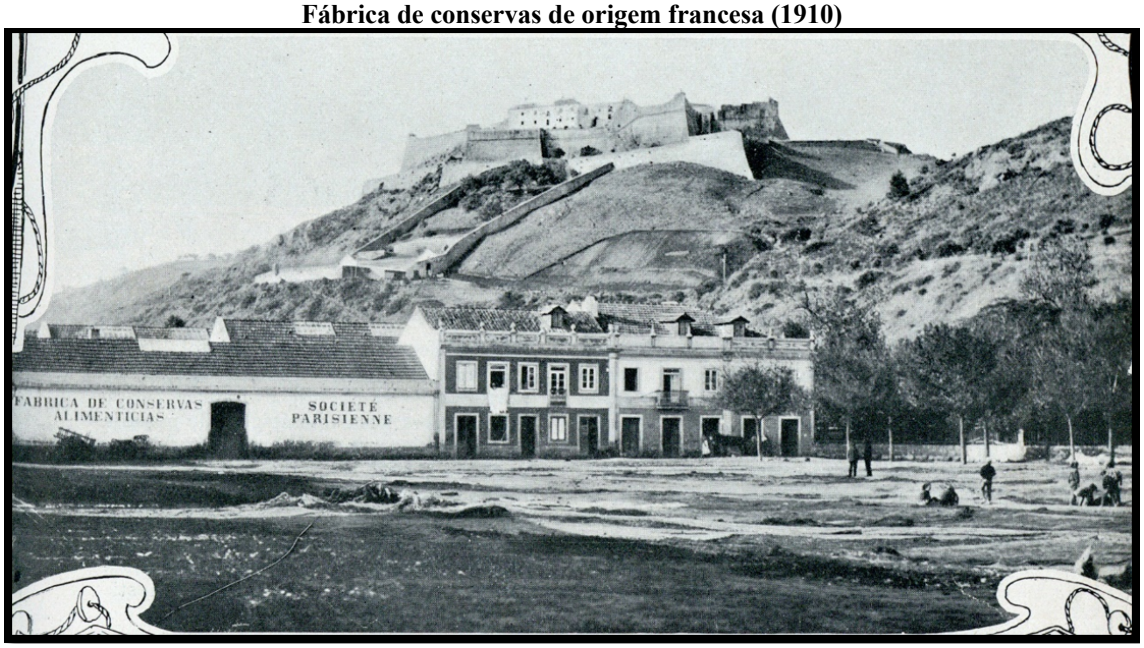
Edifício da fábrica de conservas alimentícias 'Astoria' (hoje Direção Geral de Finanças)

Fonte: Coleção particular António Cunha Bento.

Edifício balnear de Ventura Terra, posteriormente adaptado para a fábrica de conservas 'Regina'

Fonte: Coleção particular António Cunha Bento.

Fábrica de conservas de origem francesa (1910)



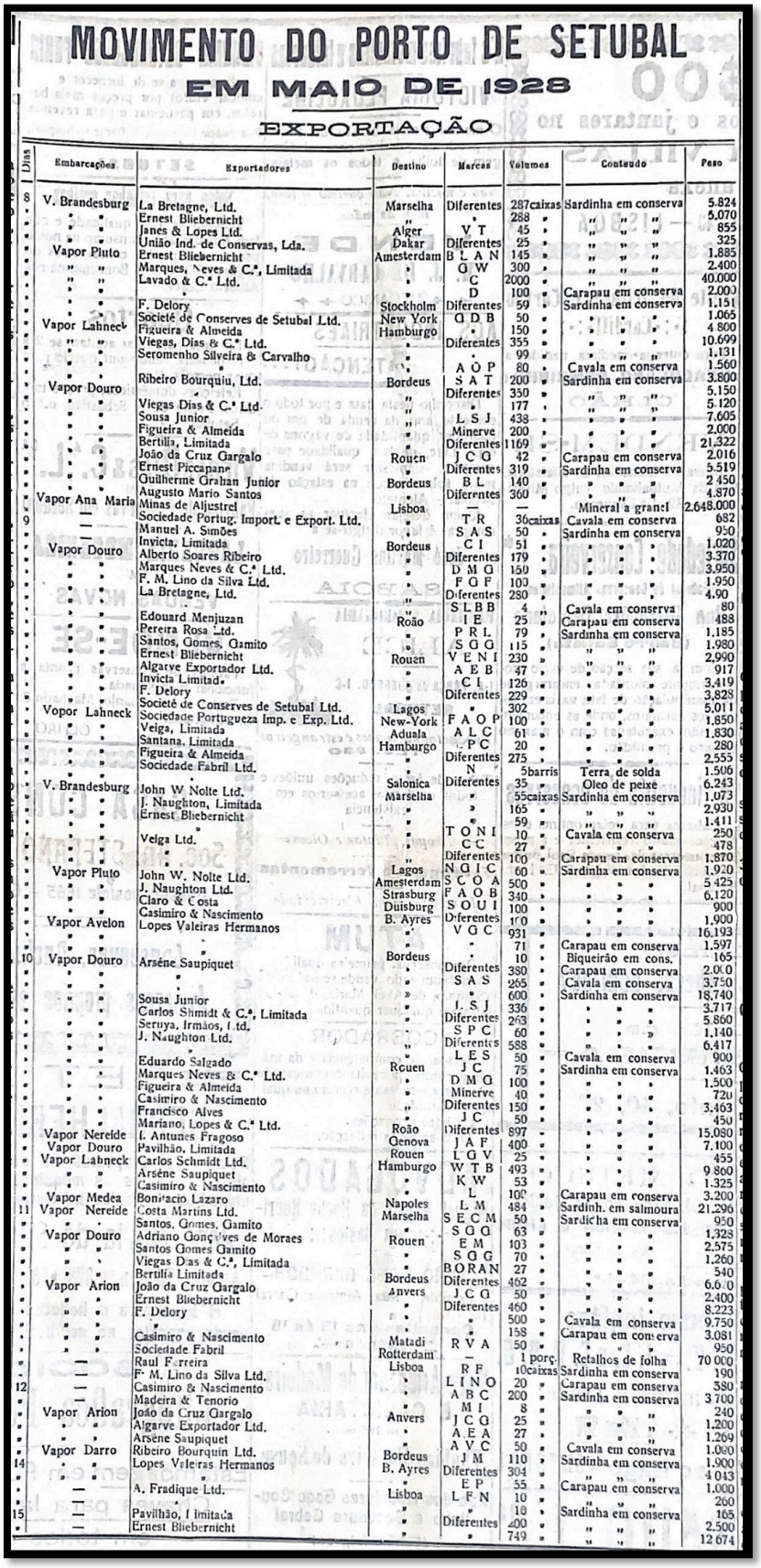
Fonte: FOYOS, Fernando da Cunha e, "Indústrias portuguesas: A sardinha de conserva de Setúbal" in *Ilustração Portuguesa*, n.º 229 de 11/07/1910, p. 57.

\

Fábrica de conservas alimentícias 'Arrábida' da firma Santos, Gomes, Gamito & C.ª (1930)

Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* do filme *Setúbal – Suas Indústrias*, de 1930, realizado por Virgílio Nunes, com legendas do Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Dr. Carlos Botelho Moniz, e com propósito propagandístico da Comissão de Iniciativa de Setúbal.

Múltiplos destinos para onde eram exportadas as conservas de peixe de Setúbal



MOVIMENTO DO PORTO DE SETUBAL

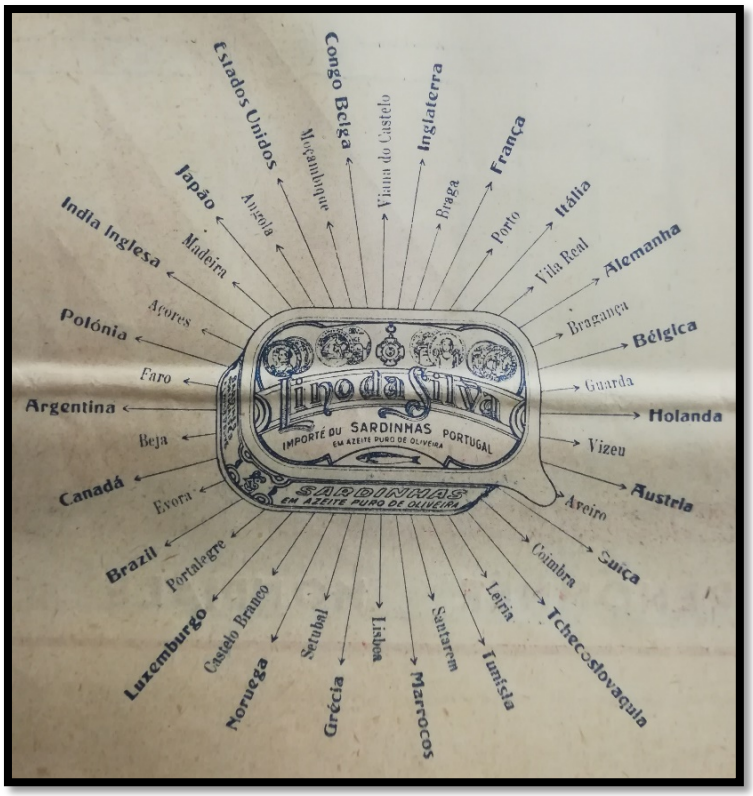
EM MAIO DE 1928

EXPORTAÇÃO

Dia	Embarcações	Exportadores	Destino	Marcas	Volumes	Conteúdo	Peso
8	V. Brandesburg	La Bretagne, Ltd.	Marselha	Diferentes	287caixas	Sardinha em conserva	5.824
"	"	Ernest Bliebernicht	"	"	288 "	" " "	5.070
"	"	Janes & Lopes Ltd.	Alger	V T	45 "	" " "	855
"	"	União Ind. de Conservas, Lda.	Dakar	Diferentes	25 "	" " "	325
"	Vapor Pluto	Ernest Bliebernicht	Amesterdam	B L A N	145 "	" " "	1.885
"	" "	Marques, Neves & C.ª, Limitada	"	G W	300 "	" " "	2.400
"	" "	Lavado & C.ª Ltd.	"	C	2000 "	" " "	40.000
"	"	"	"	D	100 "	Carapau em conserva	2.000
"	"	F. Delory	Stockholm	Diferentes	59 "	Sardinha em conserva	1.151
"	Vapor Lahneck	Societé de Conserves de Setubal Ltd.	New York	Q D B	50 "	" " "	1.065
"	" "	Figueira & Almeida	Hamburgo	"	150 "	" " "	4 800
"	" "	Viegas, Dias & C.ª Ltd.	"	Diferentes	355 "	" " "	10.699
"	" "	Seromenho Silveira & Carvalho	"	"	99 "	" " "	1.131
"	"	"	"	A O P	80 "	Cavala em conserva	1.560
"	Vapor Douro	Ribeiro Bourquiu, Ltd.	Bordeus	S A T	200 "	Sardinha em conserva	3.800
"	"	"	"	Diferentes	350 "	" " "	5.150
"	"	Viegas Dias & C.ª Ltd.	"	"	177 "	" " "	5.120
"	"	Sousa Junior	"	L S J	438 "	" " "	7.605
"	"	Figueira & Almeida	"	Minerve	200 "	" " "	2.000
"	"	Bertilia, Limitada	"	Diferentes	1169 "	" " "	21.322
"	"	João da Cruz Gargalo	Rouen	J C G	42 "	Carapau em conserva	2.016
"	"	Ernest Piccapane	"	Diferentes	319 "	Sardinha em conserva	5.519
"	"	Guilherme Grahan Junior	Bordeus	B L	140 "	" " "	2 450
"	"	Augusto Mario Santos	"	Diferentes	360 "	" " "	4.870
"	Vapor Ana Maria	Minas de Aljustrel	Lisboa	—	—	Mineral a granel	2.648.000
9	—	Sociedade Portug. Import. e Export. Ltd.	"	T R	36caixas	Cavala em conserva	682
"	—	Manuel A. Simões	"	S A S	50 "	Sardinha em conserva	950
"	—	Invicta, Limitada	"	C I	51 "	" " "	1.020
"	Vapor Douro	Alberto Soares Ribeiro	"	Diferentes	179 "	" " "	3.370
"	"	Marques Neves & C.ª Ltd.	"	D M G	150 "	" " "	3.950
"	"	F. M. Lino da Silva Ltd.	"	F G F	100 "	" " "	1.950
"	"	La Bretagne, Ltd.	"	Diferentes	280 "	" " "	4.90
"	"	"	"	S L B B	4 "	Cavala em conserva	80
"	"	Edouard Menjuzan	Roão	I E	25 "	Carapau em conserva	488
"	"	Pereira Rosa Ltd.	"	P R L	79 "	Sardinha em conserva	1.185
"	"	Santos, Gomes, Gamito	"	S G G	115 "	" " "	1.980
"	"	Ernest Bliebernicht	Rouen	V E N I	230 "	" " "	2.990
"	"	Algarve Exportador Ltd.	"	A E B	47 "	" " "	917
"	"	Invicta Limitad.	"	C I	126 "	" " "	3.419
"	"	F. Delory	"	Diferentes	229 "	" " "	3.828
"	"	Societé de Conserves de Setubal Ltd.	Lagos	"	302 "	" " "	5.011
"	Vopor Lahneck	Sociedade Portugueza Imp. e Exp. Ltd.	New-York	F A O P	100 "	" " "	1.850
"	"	Veiga, Limitada	Aduala	A L C	61 "	" " "	1.830
"	"	Santana, Limitada	Hamburgo	P C	20 "	" " "	280
"	"	Figueira & Almeida	"	Diferentes	275 "	" " "	2.555
"	"	Sociedade Fabril Ltd.	"	N	5barris	Terra de solda	1.506
"	"	"	Salonica	Diferentes	35 "	Oleo de peixe	6.243
"	V. Brandesburg	John W Nolte Ltd.	Marselha	"	55caixas	Sardinha em conserva	1.073
"	"	J. Naughton, Limitada	"	"	165 "	" " "	2.930
"	"	Ernest Bliebernicht	"	"	59 "	" " "	1.411
"	"	"	"	T O N I	10 "	Cavala em conserva	250
"	"	Veiga Ltd.	"	C C	27 "	" " "	478
"	"	"	"	Diferentes	100 "	Carapau em conserva	1.870
"	Vapor Pluto	John W. Nolte Ltd.	Lagos	N G I C	60 "	Sardinha em conserva	1.920
"	"	J. Naughton Ltd.	Amesterdam	S C O A	500 "	" " "	5 425
"	"	Claro & Costa	Strasburg	F A O B	340 "	" " "	6.120
"	"	Casimiro & Nascimento	Duisburg	S O U I	100 "	" " "	900
"	Vapor Avelon	Lopes Valeiras Hermanos	B. Ayres	Diferentes	100 "	" " "	1.900
"	"	"	"	V G C	931 "	" " "	16.193
"	"	"	"	"	71 "	Carapau em conserva	1.597
10	Vapor Douro	Arsène Saupiquet	Bordeus	"	10 "	Biqueirão em cons.	165
"	"	"	"	Diferentes	380 "	Carapau em conserva	2.000
"	"	"	"	S A S	265 "	Cavala em conserva	3.750
"	"	"	"	"	600 "	Sardinha em conserva	18,740
"	"	Sousa Junior	"	L S J	336 "	" " "	3.717
"	"	Carlos Schmidt & C.ª, Limitada	"	Diferentes	263 "	" " "	5.860
"	"	Seruya, Irmãos, Ltd.	"	S P C	60 "	" " "	1.140
"	"	J. Naughton Ltd.	"	Diferentes	588 "	" " "	6.417
"	"	"	"	L E S	50 "	Cavala em conserva	900
"	"	Eduardo Salgado	Rouen	J C	75 "	Sardinha em conserva	1.463
"	"	Marques Neves & C.ª Ltd.	"	D M G	100 "	" " "	1.500
"	"	Figueira & Almeida	"	Minerve	40 "	" " "	720
"	"	Casimiro & Nascimento	"	Diferentes	150 "	" " "	3.463
"	"	Francisco Alves	"	J C	50 "	" " "	450
"	"	Mariano, Lopes & C.ª Ltd.	Roão	Diferentes	897 "	" " "	15.080
"	Vapor Nereide	I. Antunes Fragoso	Genova	J A F	400 "	" " "	7.100
"	Vapor Douro	Pavilhão, Limitada	Rouen	L G V	25 "	" " "	455
"	Vapor Labneck	Carlos Schmidt Ltd.	Hamburgo	W T B	493 "	" " "	9 860
"	" "	Arsène Saupiquet	"	K W	53 "	" " "	1.325
"	" "	Casimiro & Nascimento	"	L	100 "	Carapau em conserva	3.200
"	Vapor Medea	Bonifacio Lazaro	Napoles	L M	484 "	Sardinh. em salmoura	21.296
11	Vapor Nereide	Costa Martins Ltd.	Marselha	S E C M	50 "	Sardicha em conserva	950
"	"	Santos, Gomes, Gamito	"	S G G	63 "	" " "	1.328
"	Vapor Douro	Adriano Gonçalves de Moraes	Rouen	E M	103 "	" " "	2.575
"	" "	Santos Gomes Gamito	"	S G G	70 "	" " "	1.260
"	" "	Viegas Dias & C.ª, Limitada	"	B O R A N	27 "	" " "	540
"	" "	Bertilia Limitada	Bordeus	Diferentes	482 "	" " "	6.6 0
"	Vapor Arion	João da Cruz Gargalo	Anvers	J C G	50 "	" " "	2.400
"	"	Ernest Bliebernicht	"	Diferentes	460 "	" " "	8.223
"	"	F. Delory	"	"	500 "	Cavala em conserva	9.750
"	"	"	"	"	158 "	Carapau em conserva	3.081
"	"	Casimiro & Nascimento	Matadi	R V A	50 "	" " "	950
"	"	Sociedade Fabril	Rotterdam	—	1 porç.	Retalhos de folha	70 000
"	—	Raul Ferreira	Lisboa	R F	10caixas	Sardinha em conserva	190
"	—	F. M. Lino da Silva Ltd.	"	L I N O	20 "	Carapau em conserva	380
12	—	Casimiro & Nascimento	"	A B C	200 "	Sardinha em conserva	3 700
"	—	Madeira & Tenorio	"	M I	8 "	" " "	240
"	Vapor Arion	João da Cruz Gargalo	Anvers	J C G	25 "	" " "	1.200
"	"	Algarve Exportador Ltd.	"	A E A	27 "	" " "	1.269
"	"	Arsène Saupiquet	"	A V C	50 "	Cavala em conserva	1.080
"	Vapor Darro	Ribeiro Bourquin Ltd.	Bordeus	J M	110 "	Sardinha em conserva	1.900
"	"	Lopes Valeiras Hermanos	B. Ayres	Diferentes	304 "	" " "	4 043
"	"	"	"	E P	55 "	Carapau em conserva	1.000
"	—	A. Fradique Ltd.	Lisboa	L F N	10 "	" " "	260
"	—	"	"	"	10 "	Sardinha em conserva	165
15	—	Pavilhão, Limitada	"	Diferentes	400 "	" " "	2.500
"	—	Ernest Bliebernicht	"	"	749 "	" " "	12 674

Fonte: "Movimento do porto de Setúbal – em maio de 1928" in *A Indústria*, n.º 253 de 18/05/1928, p. 3.
Nota: Observam-se cidades como Buenos Aires, Roterdão, Marselha, Nápoles, Rouen, Hamburgo, Bordéus, Anvers, Nova Iorque, Dakar ou Estocolmo.

Publicidade da firma Lino da Silva que ilustra a internacionalização da marca



Fonte: Reclame da firma Lino da Silva. *A Indústria*, n.º 576 de 25/07/1935.

Fábrica de conservas alimentícias na Estrada da Graça, nos arredores da cidade

Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 02.54:02 do filme *Setúbal*, de 1930, realizado por Virgílio Nunes, Óscar Paxeco e Able Pascoal, com legendas do Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Dr. Carlos Botelho Moniz, e com propósito propagandístico da Comissão de Iniciativa de Setúbal. Produzido pela firma cinematográfica *Mello, Castello Branco, Lda*.

Sessão do I Congresso Nacional de Pescas e Conservas, em Setúbal (14/12/1927)

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 7, Fotografia 1.178B. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0007/1718B

Panorâmica de Setúbal com várias chaminés de fábricas de conservas em realce (1934)

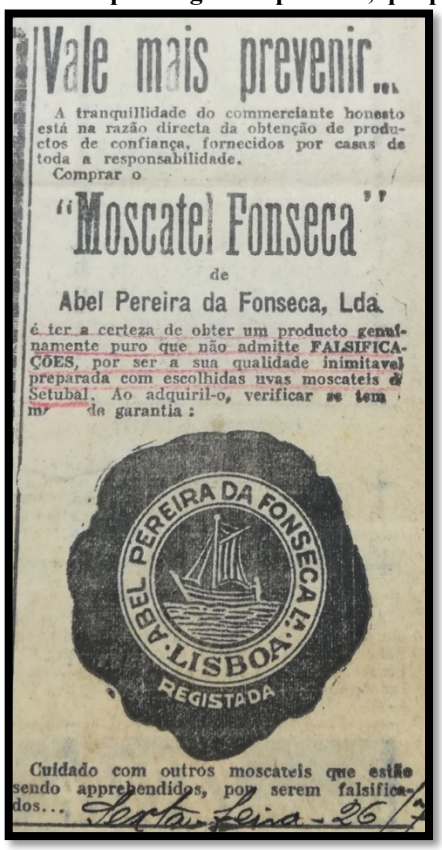
Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 00.14:19 do filme *Festas das Escolas Primárias de Setúbal*, de 1934, realizado por Arnaldo Coimbra e produzido pelo Secretariado da Propaganda Nacional.

Distribuição de dezenas de unidades fabris em Setúbal (1924-1994)

Fonte: SANTINHOS, Maria, *Refletir e Projetar Setúbal – A arquitetura industrial conserveira em Setúbal de 1924 a 1994*, Trabalho Prático submetido para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, ISCTE, Lisboa, 2015, pp. 248-249.

Universo do moscatel de Setúbal

Exemplo de propaganda de cópias ilegais do produto, que prejudicaram a marca



Vale mais prevenir...

A tranquillidade do commerciante honesto está na razão directa da obtenção de productos de confiança, fornecidos por casas de toda a responsabilidade.

Comprar o

"Moscatel Fonseca"

de

Abel Pereira da Fonseca, Lda.

é ter a certeza de obter um producto genuinamente puro que não admitte FALSIFICAÇÕES, por ser a sua qualidade inimitavel preparada com escolhidas uvas moscateis de Setubal. Ao adquiril-o, verificar se tem [illegible] de garantia:

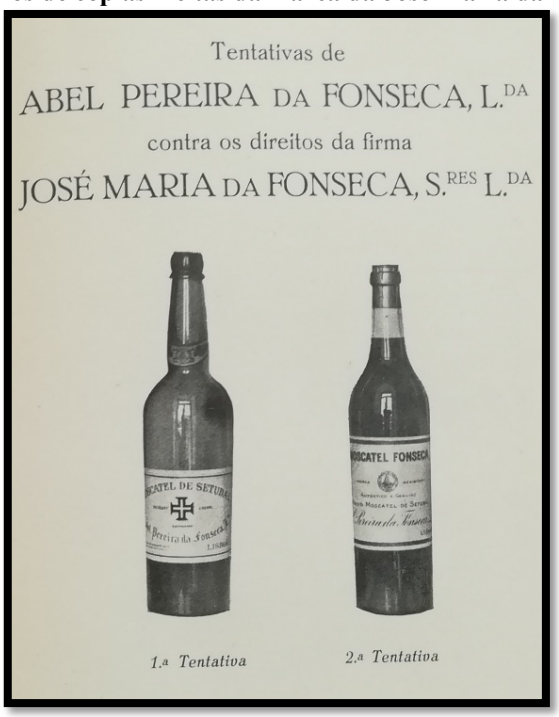
ABEL PEREIRA DA FONSECA · LISBOA · REGISTADA

Cuidado com outros moscateis que estão sendo apprehendidos, por serem falsificados...

Sexta-feira - 26/7

Fonte: AHJMF, Fundo Família – António Soares Franco Júnior, Particulares, EJMF – 10, Mç. 4 – Recortes de imprensa (1928-1930). Anúncio do periódico *A Noite*, edição de 26/07/1929.

Exemplos de cópias ilícitas da marca da José Maria da Fonseca



Tentativas de

ABEL PEREIRA DA FONSECA, L.DA

contra os direitos da firma

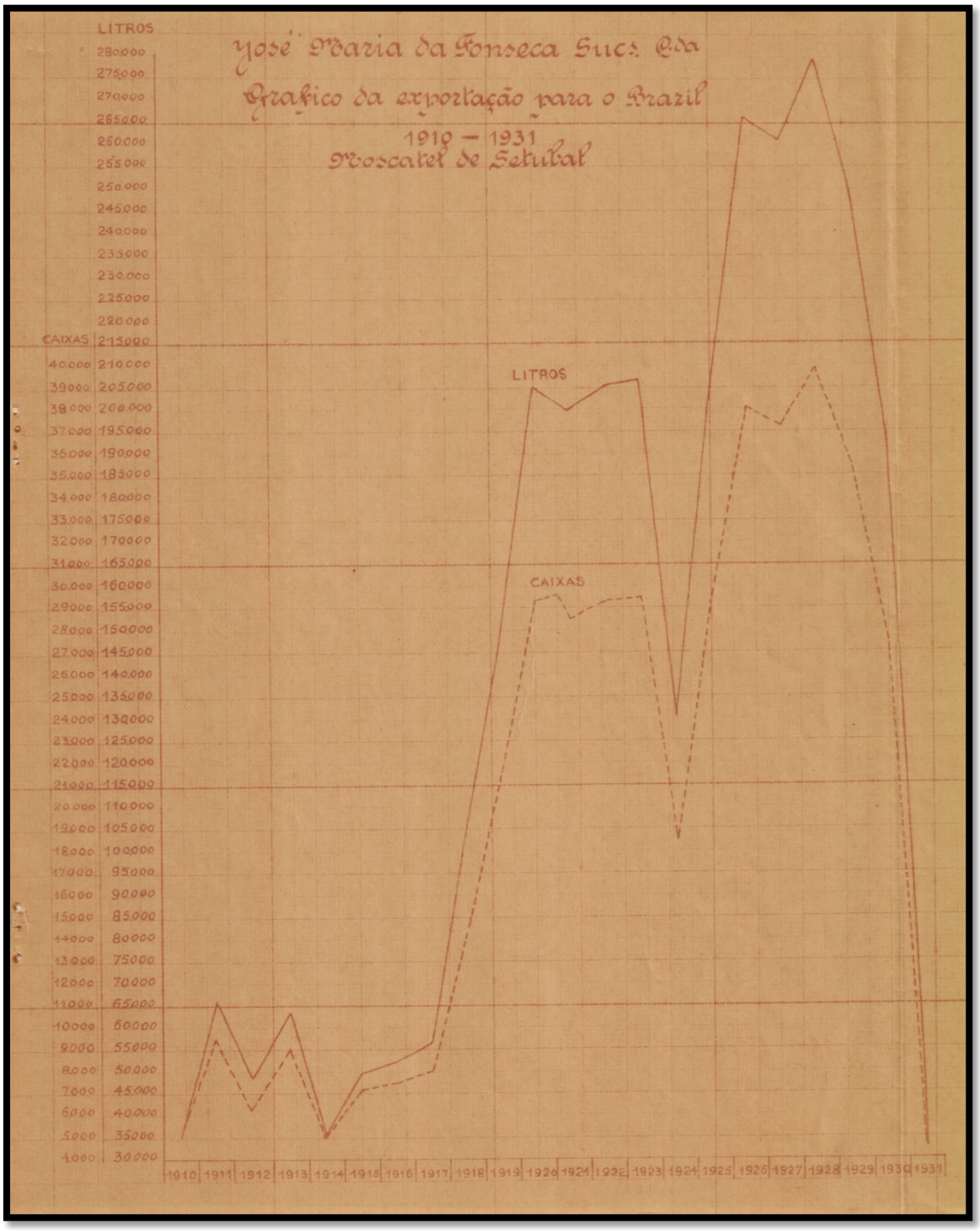
JOSÉ MARIA DA FONSECA, S.RES L.DA

1.ª Tentativa

2.ª Tentativa

Fonte: AHJMF, Fundo Família - António Soares Franco Júnior, EJMF – 12, Mç. 11, Brochura 'José Maria da Fonseca Suc.res. Lda.' (c. década de 1930), p. 19.

Gráfico da exportação para o Brasil (1910-1931) – Moscatel de Setúbal



Fonte: Cf. AHJMF, Fundo Família - Fernando Soares Franco, Particular, Regiões Demarcadas, 1 - Mç. 24.

Processo de engarrafamento no interior das instalações da Casa José Maria da Fonseca

Fonte: AHJMF, Fundo Família - António Soares Franco Júnior, EJMF – 12, Mç. 11, Brochura 'Vinhos Moscatéis de Setúbal – José Maria da Fonseca Sucrs. Lda.' (c. década de 1930), s.p.

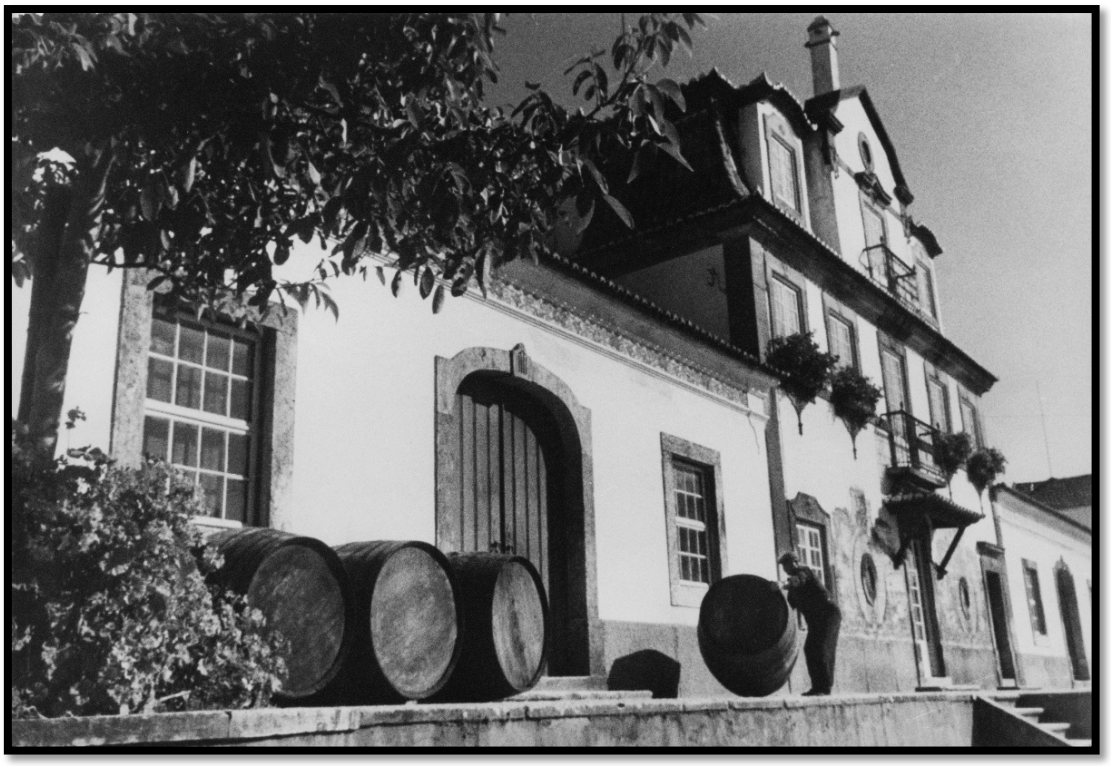
Interior das instalações da Casa José Maria da Fonseca (s.d.)

Fonte: Arquivo José Maria da Fonseca.

Garrafas da Casa *José Maria da Fonseca* antes do encaixotamento para exportação (1930)

Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 03.39:15 do filme *Setúbal – Suas Produções*, de 1930, realizado por Virgílio Nunes, com legendas do Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Dr. Carlos Botelho Moniz, e com propósito propagandístico da Comissão de Iniciativa de Setúbal. Produzido pela firma cinematográfica *Mello, Castello Branco, Lda*.

Fachada principal do edifício da Casa José Maria da Fonseca (s.d.)



Fonte: Arquivo José Maria da Fonseca.

SAPEC, SECIL e SPPC

"Vista Geral da SAPEC"

Fonte: Comissão de Iniciativa de Setúbal, *Setúbal*, s.e., Setúbal, 1928, p. 23.
Cliché: Fotografia Cabecinha.

Visita do Presidente da República, Óscar Carmona, a Setúbal em 10/04/1927

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 5, Fotografia 400B. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0005/0400B

"Visita do Presidente da República, General Carmona, à SAPEC" (Setúbal, 10/041927)

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Coleção Ferreira da Cunha. PT/AMLSB/EFC/001905

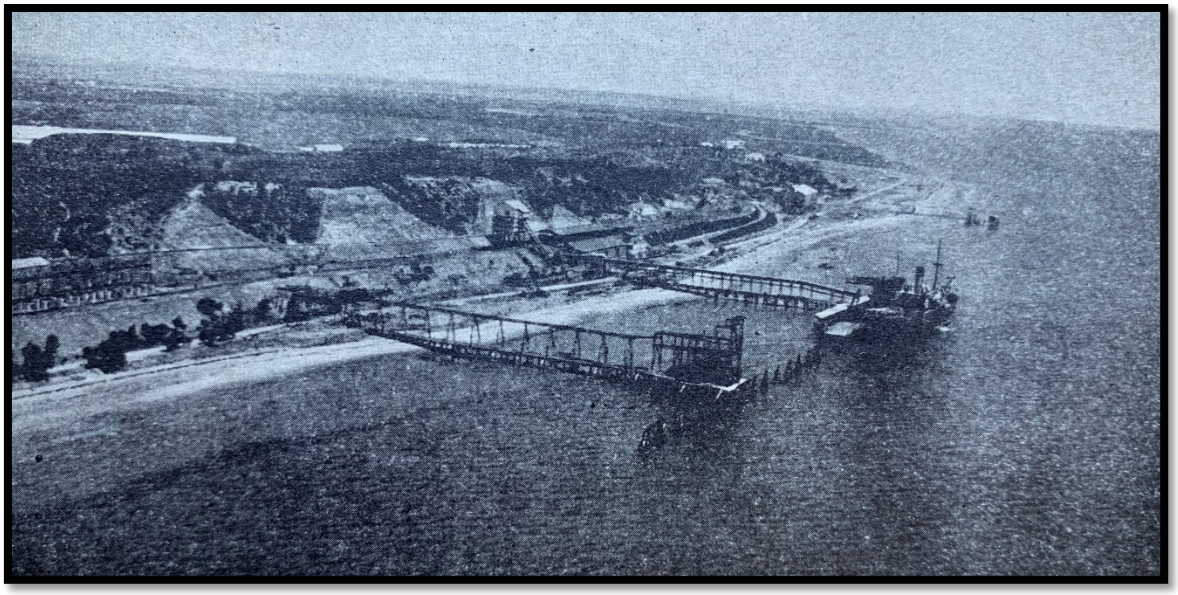
Postal "SAPEC – Setúbal – O Bairro Operário" (ano desconhecido)

Fonte: LOPES, José Madureira; QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal à la minute: através do bilhete postal ilustrado*, Livraria Hemus, Setúbal, 1999, p. 165.

Postal ilustrativo do interior da fábrica de sacaria da SAPEC

Fonte: QUINTAS, Maria da Conceição; LOPES, José Madureira, *Setúbal à la minute através do Bilhete Postal Ilustrado*, Corlito, Setúbal, 1999, p. 166.

Vista geral das estacadas e instalações de carregamento de minérios da SAPEC (c. 1930)

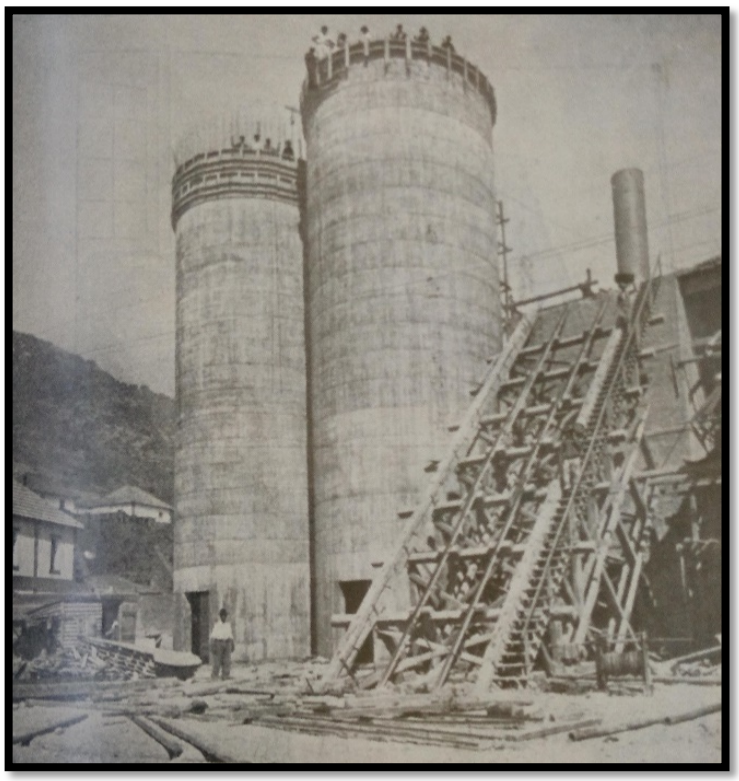


Fonte: Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, *Porto de Setúbal*, Escola Tipográfica do Orfanato Municipal de Setúbal, 1949, s.p.

“Vista geral da fábrica do Outão, 1932”

Fonte: Arquivo Histórico Fábrica Maceira-Liz.
Código de Referência: PT AHFML FSL-FSL04-FSL04e-7463-7585

Os dois silos instalados na SECIL, como investimento na modernização (1931)



Fonte: *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, ano LXII, n.º 673, julho de 1931, p. III. [Cortesia de Inês José]

Postal "Torre do Outão e Mina de Cimento"

Fonte: QUINTAS, Maria da Conceição; LOPES, José Madureira, *Setúbal à la minute através do Bilhete Postal Ilustrado*, Corlito, Setúbal, 1999, p. 167.

Grupo de trabalhadores na rampa de içamento durante a construção das instalações da firma *Sociedade Portuguesa de Pesca de Cetáceos, Lda*. (Tróia)

Fonte: Museu Sandefjord – Vestfold, Noruega.
Fotografia: António Borges Costa.

Construção das instalações da firma *Sociedade Portuguesa de Pesca de Cetáceos, Lda*. (Tróia)

Fonte: Museu Sandefjord – Vestfold, Noruega.
Fotografia: António Borges Costa.

Pesca de baleia pela Sociedade Portuguesa de Pesca de Cetáceos (1927)

Fonte: "Actualidades Gráficas" in *A Semana de Setúbal*, n.º 4 de 24/07/1927, p. 4.
Nota: Fotografia de Virgílio Nunes

LARANJAIS, SAL E GUANO

Aspeto de quinta de laranjais a norte da cidade (1930)

Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 09.23:20 do filme *Setúbal Panorâmica e Monumental*, de 1930, realizado por Virgílio Nunes, com legendas do Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Dr. Carlos Botelho Moniz, e com propósito propagandístico da Comissão de Iniciativa de Setúbal. Produzido pela firma cinematográfica *Mello, Castello Branco, Lda*.

Doce de Laranja imortalizado pela Confeitaria *Triunfo de Setúbal*, de José Veríssimo Abrantes

Fonte: LOPES, Madureira, *Amar Setúbal – Coleccionando*, Catálogo da exposição, Clube de Colecionismo de Setúbal, Setúbal, 1996, p. 23.

Publicidade em torno das laranjas setubalenses.

Fonte: QUINTAS, Maria da Conceição; LOPES, José Madureira, *Setúbal à la minute através do Bilhete Postal Ilustrado*, Corlito, Setúbal, 1999, p. 157.

Fábrica de guano à esquerda junto à Pedra Furada (postal circulado em 1917)

Fonte: Coleção particular António Cunha Bento. Coleção de postais 'Mendes Estafeta' n.º 19.

Trabalhadores das marinhas de sal de Setúbal (1930)

Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 14.31:13 do filme *Setúbal – Suas Produções*, de 1930, realizado por Virgílio Nunes, com legendas do Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Dr. Carlos Botelho Moniz, e com propósito propagandístico da Comissão de Iniciativa de Setúbal. Produzido pela firma cinematográfica *Mello, Castello Branco, Lda*.

Publicações, panfletos e imprensa periódica

Propaganda eleitoral pró-recandidatura de Francisco Fernandes à C.M. de Setúbal (1925)

ANNO X — SETUBAL — Sabado, 21 de Novembro de 1925 — N.º 2.476

O SETUBALENSE

DIARIO DA NOITE

Telefone 265

NUMERO AVULSO: 20 CENTAVOS
Editor: AUGUSTO NEVES
Redacção, administração e officinas: PRAÇA DE BOCAGE, 94 A 98

Director e proprietario: LUIS PANIA TRINDADE
Redactor principal: Manuel Luiz de Figueiredo
Secretario da redacção: Jorge Dias

Redactores effectivos: CESAR NOGUEIRA—MANUEL REIMÃO—SAPIEIRA DA COSTA—LUCIO MORENO

Uma cornucopia de — premios —

Vidé, terça feira proxima, o placo da grande RIFA-FARIA a favor do Asilo da Infancia Desvalida desta cidade

POVO DE SETUBAL!

E' ámanhã que Setubal, no cumprimento do mais sagrado principio da Democracia, vae ser chamada a eleger a sua municipalidade.

De todas as listas apresentadas, só a lista camararia do P. R. P. dá absolutas garantias duma correcta administração, retintamente republicana, em pról da nossa terra.

Setubalenses, povo republicano de Setubal, votae na lista do P. R. P. e haveis cumprido um dever para com a Patria e a Republica

VIVA SETUBAL! VIVA A REPUBLICA!

Comentarios e atualidades

Depois de todo o arranzel que se fez em volta da pessoa do sr. Teixeira Gomes, acerca já a correr, que s. ex.ª se resolveu, satisfeito com o resultado das ultimas eleições, renunciar á renuncia.

Nós achamos bem, porque lá basta o que basta, para nos apoquentar, quanto mais ainda uma crise presidencial.

Mas, para a outra vez, os nossos homens publicos, não serão mais comedidos, na publicação das suas resoluções?...

Mais uma vez se afirma que Abd-El-Krim, se está já rolando dos ultimos recursos contra francezes e hespanhoes.

Isto de resto já vem sendo anunciado de ha muito. A ser verdade, ha que tempo disseria de morrer gente em Marrocos...

Ele algum dia ha de ser. Mas por emquanto achamos isso muito cêdo mesmo...

Um semanario, orgão do partido nacionalista, de Lisboa, diz que por Setubal se apresenta ás eleições camaratas uma lista sem côr partidaria.

Ora que nós saibamos, as que ha por cá, teem todas pousio partidarios.

A democratica, é democratica. A monarquica é monarquica. E a tal, a que não tem côr, é nada mais nada menos que nacionalista. — Interesses encobertos...

Pois-se em dividir Moçambique em duas provincias.

Achamos muito bem. Nós não temos nada em que mexer, tinhamos que arranjar alguma coisa que nos ensinasse.

Se tivessemos alguns macacos problemas...

Os alemães finalmente, lá se resolveram a aceitar a ratificação do Tratado de Locarno.

Quer quizessem, quer não, lá tinham razão.

Isto já não ha-de ser com tiros que ha-de entrar nos canos, deem-lhe as voltas que lhes derem.

Pois que, vá-se.

Sociedade Caprichosa

Passa ámanhã, 22, o 58.º aniversario da fundação d'esta prestimosa Sociedade. Por tal motivo, efectua-se á noite na sua séde uma «soirée» em homenagem a todos os seus socios.

A inauguração do quadro de Santa Cecilia, não se pôde efectuar, ámanhã, como estava anunciada, por motivo de não estar concluido, o que terá logar no proximo domingo, 29.

Na segunda feira, realisa-se uma «soirée» á inglesa, dedicada ás senhoras suas frequentadoras.

Na proxima quarta feira 25, teve a efeito a comissão pró-melhoramentos e organisadora d'estes festivaes, um espectaculo cinematographico e musical no Club Teatro Luiza Todi. Entre os numerosos do seu programa, faz parte a excelente peliscula dramatica em 7 partes «As esposas dos ricos» e a execução pela banda da Sociedade, da fantasia «El Assombro de Damasco», do compositor P. Luna.

Os bilhetes marcados para este espectaculo, devem ser levantados até terça-feira, na séde da Sociedade Caprichosa, a fim de se evitar a sua venda definitiva na bilheteira do teatro, no dia do espectaculo.

Sobrinha infiel

Segue hoje para Olhão, o guarda de policia n.º 14, Augusto José Pinto, afim de sindruzir para esta cidade, Albertina Mendonça, de 19 annos, que tendo estado em casa de sua tia, Beatriz das Dôres, nesta cidade, se auzentou daqui levando diversas peças de vestuario, no valor de 600$0.

Por suspeita

Por suspeita de ter sido autor do furto de um fato a Eleuterio Batista, somo ha dias noticiámos, foi preso pela policia Manuel José, quando nada se provou que somquanto nada se provasse ácêrca do furto, sonsivesse ácêrca do furto, sonsivesse nú preso, por ser desertor do 1.º Grupo de Administração Militar, aquartelado na Cova da Moura.

UM GRANDE AMIGO DA NOSSA TERRA

Francisco Fernandes

O Setubalense presta hoje homenagem a um dos cidadãos que melhor tem servido esta terra.

Falo com o maior prazer, sem lisonja nem subserviencia, mas de cabeça erguida e com a consciencia tranquila, como sempre sucede quando se sente a satisfação de apontar á consideração dos seus concidadãos um homem honrado e que sabe servir a causa publica com dedicação e desinteresse.

E está nestes casos Francisco Fernandes, homem honesto e homem pobre a quem apezar do seu recto coração e do seu bondoso caracter os adversarios por maldade ou fereza politica tem tentado manchar com calunias torpes, com ataques desleaes e perversos, atribuindo-lhe culpas que muito bem sabem não existir.

Mas a cidade conhece bem que Francisco Fernandes á tem servido com um divido incançavel. S tubal sabe que Francisco Fernandes, que é setubalense, tem trabalhado por ela com uma atividade que só um sincero bairrismo póde dispertar e manter sempre energica.

Depois de Antonio José Batista, Setubal não teve um periodo de renovamento como este a que temos assistido nos ultimos tres anos. As obras tem-se multiplicado e são das mais importantes e das mais uteis.

Francisco Fernandes lançou ousadamente um plano que uma vez completo deve dar á nossa terra um aspecto de cidade moderna e civilisada.

Todos os que estimam a sua terra devem votar em Francisco Fernandes e nos seus colaboradores, porque a serem eleitos, Setubal verá realisados em breve muitos melhoramentos que lhe hão-de assegurar dum modo irrefutavel a sua posição de terceira cidade do paiz.

O problema dos exgotos já iniciado com 2.000 metros de grandes colectores construidos nos ultimos tres anos será resolvido finalmente e a abertura de novas avenidas e o acabamento das já iniciadas pela actual vereação a que preside Francisco Fernandes, darão um aspecto magnifico á cidade e concorrerão eficazmente para melhorar o seu estado sanitario.

Não votar em Francisco Fernandes seria uma ingratidão, seria um erro grave, cujos prejuizos em breve se reconheceriam com magua para nós todos.

A cidade, com o seu alto espirito de justiça e o seu equilibrado criterio hade votar em Francisco Fernandes e nos seus cooperadores, na obra

União Setubalense

Passando na proxima terça-feira, 24 do corrente, o 1.º aniversario da catastrofe na séde da Sociedade União Setubalense, na Avenida Todi, realisa-se pelas 8.30 daquele dia, uma piedosa romagem ao Cemiterio do Repouso, depondo flôres sobre as sepulturas das vitimas do referido desastre.

Na capela do cemiterio celebrar-se-ha uma missa sufragando a alma das referidas vitimas, mandada rezar pela direção da sociedade.

Em liberdade

Foi posto em liberdade José Teixeira Lampreia, que se encontrava preso na séde de Beja, por ter furtado uma importante quantia á Sociedade Mercantil de Adubos e Cereais, L.da, em virtude de sua familia pagar a referida quantia áquela Sociedade.

Abalroamento

Hoje, pelas 4 horas da tarde, deu-se um choque entre um tram vindo da rua Serpa Pinto, e uma bicicleta que saia da Praça de Bocage para esta rua.

O bicilista foi arremessado da bicicleta abaixo, não havendo a registar, felizmente, desastre de maior.

Infidelidade

Manuel Martins, vendedor de sardinhas, multisado, residente na rua Almeida Garrett, 37, queixou-se á policia de que tendo confiado ao seu moço Antonio Ferreira, de 18 annos, logo da loteria na importancia de 275$00, este se ausentou de Setubal, não mais dando sinais.

O Ferreira, que voltou a esta cidade, ultimamente, foi preso pela policia 14.

de ressurgimento local que está iniciada já e que não pode parar, nem deve parar sem prejuizo para Setubal.

Estes são os desejos do *Setubalense*, ditados pelo seu amor á terra em que vive e que deseja vêr cada vez mais prospera e mais modernisada.

Comentarios e atualidades

O sr. Cunha Leal, não esteve para brincadeiras e com isto de politica deixa pouco por agora, foi-se de abalada até Paris, grande terra onde o sr. Afonso Costa tem esparrecido as suas mageas da ingratidão dos homens.

Paris ainda é uma terra com um belo condão.

Ao menos, quando para outra coisa não servisse, servia para pouso dos politicos este jardim á beira-mar plantado...

Disem que as verificações dos poderes dos deputados eleitos, ainda vão causar muita sensação no consonante a certas eleições.

Nós estamos de tal forma acostumados a tanta coisa, que lá nada nos causa sensação.

De resto, tudo pode ser...

O sr. Julio Dantas, que depois de ter feito versos á Rainha, tem como aspiração maxima o ser senador, ainda desta vez não foi eleito porque o senador Catolico, esquecido do setimo mandamento da Lei de Deus, tratou de lhe roubar a eleição.

Parece que o sr. Dias de Andrade, filho o seu procedimento no facto de achar que o Senado, não é logar para se fazerem versos a duquezas e marquezas...

Dizem que os homens da U. I. E. andam atrapalhados da vidinha, porque vêem fugir-lhes o terreno para a eleição, porque ninguem os vae acreditando.

Mas oh! meninos, então agora é que descobriram isso?

Olhem que o fizeram tarde e a más horas...

Um colega de Lisboa, queixa-se que a Aviação, está desprotegida do Estado, porque os seus dirigentes, não têm consentido que lá dentro entre a politica.

Então nesse caso, está abandonada e continuará a estar, emquanto não arranjar uma filiação ou sinha partidaria...

Fonte: *O Setubalense*, n.º 2476 de 21/11/1925, p. 1.

Capa da primeira edição de *O Setubalense* após o 28 de maio de 1926

ANNO X — SETUBAL — Segunda feira 31 de Maio de 1926 — DEP. LEG. 2.684

O SETUBALENSE

DIARIO DA NOITE

NUMERO AVULSO: 20 CENTAVOS — Telefone 265

Redacção, administração e officinas: PRAÇA DE BOCAGE, 94 A 98

Director e proprietario: AGIL PAIS TRINDADE — Redactor principal: Manuel Luiz de Figueiredo — Editor: AUGUSTO NEVES — Redactores ebulliores: OSCAR PAXECO—EDMUNDO MOTRENA—SAPHIRA DA COSTA—MANUEL RIMÃO

FLAVIA
Brisas do Sul
Os perfumes modernos mais finos e persistentes.
Compre V. Ex.ª, hoje mesmo, nas Farmacias Gomes da Silva, Rosado Pinto, A. Sartoris, Popular, Normal do Sul, Bocageana e Drogaria Vinhas.

O paiz continúa a viver horas de incerteza

Do movimento militar que rebentou em Braga, e que é chefiado pelo general Gomes da Costa, dizem uns que é o caminho para a ditadura, emquanto que outros afirmam que o acto militar revolucionario é para tirar o governo aos devoristas e sanguesugas da Republica.

Qual destes dois criterios deve prevalecer?

Meditemos

Está victorioso mais um movimento revolucionario.

Todas as guarnições do paiz adheriram sem que fôsse necessario o derramamento de sangue, tal qual, infelizmente tem acontecido em todos os outros movimentos revolucionarios.

A Nação, sabidos os intuitos dos revoltosos, recebeu a revolução com alguma alegria porque viu justar-se ante afastados os politicos para quem o interesse pessoal foi sempre o movel de todas as suas acções, esquecendo numa aputa criminosa os interesses sagrados da Nacionalidade.

O exercito, a esperança derradeira em que o paiz punha todos os seus labores, entendeu de agir, afóra de todas as camarilhas partidarias, no fito exclusivo de bem servir as conveniencias da Nação, sem fins ditatoriaes, conforme fez espalhar.

Na primeira proclamação da Junta de Salvação Nacional, são bem claramente patenteados os fins dos revoltosos: «O movimento é absolutamente republicano, afóra de todos os partidos.» «Quem se bater contra nós, bate-se contra a Nação, a favôr dos paifes de todos os partidos, essa legião de safados responsavel por todas as miserias e vergonhas que vexam a Republica.»

Contra todos os politicos. Contra os que têem lavado o paiz á ruina, contra todos os que pela sua acção onde o comodismo pesa mais que o interesse geral, têem compartilhado nesse mesmo desolabro tenham lá os titulos que entenderem ter apareçam rotulados sejam como fôr.

Contra todos!

Porque a Nação está farta dos politicos que a comprometem. Porque o paiz está cançado duma administração em que vão malbaratadas as suas conveniencias.

Houve, porém, quem não soubesse lêr claramente o que queriam os revolucionarios. Houve quem se obstinasse de camarilha.

Foram alguns dos taes politicos, dessa tal «legião de safados» a que se refere a proclamação da Junta de Salvação, que quiz vêr no gesto decidido do nosso exercito, a escada comoda, por onde eles poderiam subir ao galarim do mando.

Penseram chegada a hora da realisação torpe de todas as suas vinganças, e aquilo que justamente se fez pelo interesse publico seriamente ameaçado, mais não teria sido, no julgar deles, que o soar da hora do seu predominio.

Esquecendo-se, não vendo ou não querendo vêr, que no cahos em que se labirinta a Nação tantas culpas teem eles como os outros, porque tudo o que arrastou para a revolta o nosso exercito, é obra deles, obra dos politicos. Ou o movimento teria sido feito só exclusivamente contra o partido democratico?

Que veja bem o Exercito e não se deixe enganar.

A hora em que terminamos este artigo, chega-nos a noticia, de que a pasta da marinha vae ser entregue ao comandante Philomeno da Camara, um dos dirigentes do partido nacionalista.

Este facto porque parece apresentar qualquer favoritismo politico a favor de uma facção com responsabilidades bastas em toda a angustia do momento presente, foi o suficiente para alarmar a opinião publica, que o viu desconfiada.

Que depois dos louros da victoria, saiba o exercito evitar que ingloriamente politicos devassos lhe tragam a derrota.

"O Balneario Dr. Paula Borba"

Teve hontem logar, pelas 14 horas, no «hall» do Asilo Bocage, a sessão solene para a inauguração oficial do «Balneario Dr. Paula Borba», a que não poderam assistir os convidados de Lisboa, em virtude da paralisação dos combóios, por causa do movimento revolucionario nacional.

A sessão solene foi presidida pelo sr. dr. juiz Ernesto d'Almeida, secretariado pelos srs. dr. Carlos Botelho Maniz e engenheiro Carlos Maniz Torres.

Ao abrir a sessão foi dada a palavra ao illustre clinico e director presidente da Associação de Beneficencia de Setubal, sr. dr. Paula Borba, que fez a historia da assistencia local, fazendo salientar que ela não é obra sua, mas sim de todos os setubalenses, pedindo depois o auxilio da Camara Municipal para a construção do Posto de Desinfecção.

Segue-se-lhe o sr. dr. Carlos Moniz, que elogia esta santa obra que é a da Mizericordia, pondo em relevo os esforços dedicadissimos de todos os seus colaboradores, dentre os quaes sobresae com uma grandiosidade exaltada, a figura do sr. dr. Paula Borba. Referindo-se á construção do Posto de Desinfecção, cuja primeira pedra vae ser colocada dentro de poucos momentos, diz que lamenta que a hora presente seja de dificuldades, mercê da critica e angustiosa situação em que a nossa cidade se encontra. No entanto, espera que a Camara possa, em breve, auxiliar na medida do possivel tão benefficente obra.

Fala depois o sr. engenheiro Carlos Torres, que numa fórma eloquente e clara, faz a historia do Balneario, em todos os seus detalhes, até ao momento presente, em que ele é inaugurado officialmente.

Finda a série de discursos, o sr. dr. juiz Ernesto d'Almeida, que preside á sessão, elogiando esta grandiosa e sacrosanta obra que é a Benefficencia Setubalense.

Encerrada a sessão solene, organisou-se o cortejo, que foi acompanhado pela banda da Sociedade União, e se dirigiu ao edificio do Balneario, onde o sr. dr. Paula Borba entregou ao presidente da Camara Municipal, sr. dr. Carlos Maniz, a chave daquele estabelecimento, que foi aberto por este senhor.

*

Durante toda a tarde o «Balneario Dr. Paula Borba», foi visitado por muita gente, que elogiou as suas instalações, por ventura umas das melhores do paiz, e que rivalisam tambem com os do estrangeiro.

*

Ao terminar a sessão solene, na camarota dos aviadores foram descerrados os retratos dos gloriosos aviadores, Diogo Coutinho e Sacadura Cabral.

*

Na cêrca do hospital, durante a cerimonia da colocação da pedra para o Posto de Desinfecção e visita ao Balneario, a banda da Capricho executou um pequeno concerto.

O movimento revolucionario

E' do seguinte teor a primeira proclamação, publicada pela Junta de Salvação Nacional:

Portuguezes:

A revolta está em marcha, alastra por todo o paiz.

Vencemos porque nos batemos cheios de fé, contra todos os desmandos de violencias e roubos de que a Nação tem sido victima.

Não acreditem em explorações politicas. O movimento é absolutamente republicano, fóra dos partidos. Nem nele ha fins militaristas apesar de ser feito pelo exercito.

Garante: todas as liberdades conquistadas pelo operariado e respeita t das as opiniões que apenas dignifiquem a Republica, honrando a administração do paiz, metendo na cadeia todos os comprovados criminosos.

Quem se bater contra nós bate-se contra a Nação, a favor dos paifes de todos os partidos, essa legião de safados responsavel por todas as miserias e vergonhas que vexam a republica, e tomaram possivel o ambiente corrupto onde tambem foi possivel surgir o Angola e Metropole, os Transportes Maritimos, os Bairros Sociaes, os 50 milhões de dollares, a Exposição do Rio de Janeiro, etc., etc.

Officiaes, sargentos, soldados de terra e mar e povo de Lisboa: não defendeis por mais tempo uma situação aviltante aos olhos do mundo.

A Constituição da Republica é clara: defender a Patria do inimigo externo e interno. Eis a missão do exercito.

Inimigo, é todo o cidadão que põe o interesse pessoal acima dos interesses da Patria.

Os deveres patrioticos fazem-nos revoltosos.

Viva a Patria.

Viva a Republica.

Viva o Exercito.

*

O movimento militar póde considerar-se á hora a que escrevemos, completamente victorioso.

Todas as guarnições do paiz se identificaram com o plano dos revoltosos, reinando á hora a que escrevemos, e segundo informações que momento a momento nos chegam, o maior socego em todo o paiz.

*

O nosso jornal, cêrca das 11 horas da manhã, recebeu um telefonema, em que se dava conta de que a pasta do Interior, estava sendo sobraçada pelo comandante sr. Mendes Cabeçadas, ficando as da Guerra e Marinha, a cargo respectivamente dos srs. general Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas.

Esta noticia, que pessoas *bem informadas* quizeram desmentir, foi-nos mais que uma vez confirmada e veiu ao que nos informam publicada em ultima hora no nosso colega «O Seculo».

*

Um telegrama enviado pelo sr. general Gomes da Costa á 4.ª divizão militar, com séde em Evora:

Governo de Lisboa não merece confiança, atraiçoa espirito do exercito. Recuzam obedecer a ele, a 2.ª, 3.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª divisões que estão solidarias comigo.

Vou iniciar a marcha rapida sobre Lisboa tendo marcado já locaes de concentração divisões. Marco para a 4.ª divizão Vendas Novas. Entusiasmo de minhas tropas, indiscritivel. Mantenho autoridades militares.

*

Foram presos em Chaves, o general Botelho e o major Serrão.

O general Gomes da Costa disse hontem domingo a um representante do «Diario de Noticias» que não pensa em organisar ministerio, emquanto não estiverem solucionados certos numeros de problemas nacionaes, não sabendo ainda quando regressará á capital.

*

A informação dada no «placard», de que o sr. Mendes Cabeçadas, seria o ministro do Interior, o sr. Gomes da Costa, ministro da Guerra e o sr. Filomeno da Camara, ministro da Marinha, foi extraida d'«O Seculo» d'hoje.

*

No Pinhal Novo, encontravam-se uma companhia de infantaria 11, sob o comando do sr. capitão Godinho e outra da Guarda Nacional Republicana, sob o comando do capitão sr. Goes Nogueira. Estas duas companhias formavam um grupo, sob o comando superior do sr. major Azeredo, da Guarda Republicana.

Logo que a guarnição da nossa cidade resolveu aderir ao movimento, o sr. comandante militar, ordenou que aquelas forças recolhessem immediatamente ao quartel de infantaria 11, onde chegaram no sabado á noite, cêrca das 22,30.

*

A Guarda Nacional Republicana, não adheriu ao movimento, não tendo o sr. major Azeredo assinado o compromisso de honra.

Entretanto, comprometeu-se, sob a sua palavra de honra, em que não hostilisaria o movimento.

*

A Administração do Concelho foi tomada no sabado á noite pelo comando militar, quando da sua adesão, sendo investido no cargo de Administrador do Concelho, o tenente de infantaria, sr. Augusto Carvalho, republicano independente, mas sem filiação alguma partidaria.

*

O sr. capitão Jaime Batista, que faz parte do comité dos revoltosos, chegou incognito a Setubal na sextafeira, sahindo hontem para Lisboa.

*

Hontem de tarde seguiram para Lisboa, uma força do grupo de artilharia da guarnição, de Brancanes, do comando do sr. capitão Darda, uma força da Batalhão dos Caminhos de Ferro, comandada pelo tenente sr. Mario de Travassos Arnêdo, e uma companhia de infantaria n.º 11, do comando do capitão sr. Saraiva Ferreira.

*

Os combolos do Minho e Douro, já estão restabelecidos, funcionando normalmente.

Os do Sul e Sueste estão completamente paralisados.

Na Barreira realisa-se esta noite uma grande reunião, para se apreciarem os acontecimentos, e se assentar na attitude a tomar, no caso de serem imediatamente satisfeitas todas as suas reclamações.

*

A adezão da guarnição de Setubal, ao movimento

A guarnição de Setubal, depois duma prolongada reunião do Conselho de officiaes, resolveu aderir ao movimento, desde que este fôsse retintamente republicano, afóra dos partidos e apenas com o fim de moralisar a administração do paiz.

Hontem, o comandante militar da nossa praça, sr. coronel Julio José Lage, fez affixar o seguinte edital:

«Julio José Lage, coronel, comandante do R. I. n.º 11 e comandante militar desta cidade, torna publico:

1.º — Que tendo a guarnição militar desta cidade aderido ao movimento militar já triunfante, desenvolvido em todo o paiz, assumiu o governo desta cidade.

2.º — São garantidos a todos os cidadãos, os direitos estabelecidos na Constituição da Republica.

3.º — Confiando absolutamente nas distintas qualidades da população desta cidade, espera que todos se mantenham dentro da lei, fim de evitar que medidas energicas tenham de ser tomadas para se manter a ordem.

Setubal, 30 de Maio de 1926.

O comandante militar

Julio José Lage
Coronel

Fonte: Capa de *O Setubalense*, n.º 2684 de 31/05/1926.

Carta aberta do jornal *O Setubalense* pela criação do distrito de Setúbal

DEP. LEG.

A MAIOR TIRAGEM DE TODOS OS JORNAES DA PROVINCIA

ANNO XI — SETUBAL — Quarta-feira, 8 de Dezembro de 1926 — N.º 2.795

O SETUBALENSE

DIARIO DA NOITE

NUMERO AVULSO: 30 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia RUA DE S. JULIÃO, 21, 1.º — SETUBAL

Director e proprietario: LUIZ FARIA TRINDADE

Telefone 265

Editor: AUGUSTO NEVES

Officinas de impressão: PRAÇA DO BOCAGE, 91 e 93 — SETUBAL

TREMORES DE TERRA

MOSCOU, 8. — E' consideravel o numero de povoações destruidos em virtude dos ultimos tremores de terra.

Carta aberta aos Excelentissimos Senhores Presidente da Republica, Ministro do Interior e demais membros do Governo, sobre a Creação do Districto de Setubal

Excelentissimos Senhores:

Entre as aspirações dos setubalenses, aquelas pelas quaes os filhos desta mui nobre e leal cidade de Setubal teem sempre posto todo o ardôr da sua vontade, toma a vanguarda e alteia-se como a primeira entre as primeiras, a creação do Districto de Setubal, pretensão de todo o ponto justa, que vem na sua realisação beneficiar mai directamente alguns povos a quem a dificuldade de ligações separa de Lisboa, a capital do Districto a que teem ligados muitos dos assuntos que, — quantas vezes! — carecem d'uma solução que não pode ser demorada.

Durante quarenta annos consecutivos, pois que, Excelentissimos Senhores, vem de 1886 esta aspiração da patria de Elmano, os setubalenses, em vão, é certo, mas sem desfalecimentos, sem desanimos, teem pugnado por aquillo que, classificam e com a melhor justiça, um dos seus melhores direitos.

Os acasos da politica e as conveniencias particulares dos partidos politicos teem obstado, teem sido a barreira intransponivel que, como abismo que se não passa, tem evitado a realisação justa de tão justa pretensão.

Vieram V. Ex.as, e, decididamente, com a fé de quem guarda em si um principio grande, capaz de salvar da ruina uma Patria que enfermava de erros que de muito longe veem, erros que a politica não podia emendar, deitaram mão da barcaça governamental.

Não pretendemos agora, Senhores Ministros, dizer a V. Ex.as o já tão banal e estafado logar commum de que, em todos nós floriu viçosa a esperança de que melhores dias iriam surgir para a nossa terra. E' que não queremos, Excelentissimos Senhores, que alguem pudesse pensar, que a louvaminha rasteira dos elogios com que os turibulassemos, viesse substituir a razão que nos assiste e que, talvez assim, parecesse diminuidas. Nós viemos apenas expôr factos e, no respeito que a V. Ex.as devemos, aduzir da nossa justiça.

Aqui á nossa beira, clamando direitos que, com ou sem razão, — não pretendemos agora discutil-o — dizia pertencer-lhe, ergueu-se a gloriosa e vetusta vila de Palmela, senhora de pergaminhos heraldicos, contando nos seus tempos d'antanho feitos dos que mais rebrilham na historia para nós bemdita da nossa Patria. V. Ex.as, decerto atendendo ao bem estar da Grey, as conveniencias dos povos cujos destinos guardam em vossas mãos, julgaram servir a Nação que governam atendendo Palmela. E a vila que foi morada de gente grande, que olha para traz e se remira num passado de grandezas, de nobres e distantes feitos, foi atendida. Os seus clamôres, haviam chegado em boa hora até junto de V. Ex.as.

Mas, Excelentissimos Senhores, Setubal era ferida nos seus interesses, era até diminuida na sua importancia. E, se ha reparações a fazerem-se neste paiz, se ha injustiças a reparar, Setubal, a eterna explorada, a eterna esquecida, muito tem que receber dos homens que alfim se disponham a implantar nesta terra, o que desta terra de ha muito parecia banido: a justiça de Portugal.

Por mais sagradas, porém, que sejam as nossas conveniencias nós somos um povo que põe antes de tudo e acima de tudo, a noção inteira das suas responsabilidades, o respeito que a si mesmo deve. Somos uma gente que tem pela liberdade o culto acendrado dos que querem viver livres. Por isso, nunca de nós se ouviu o clamor de que a Palmela não fosse dado o que a Palmela pertencia. Parafraseando a maxima de Cristo, que mandava dar a Cezar o que era de Cezar, e a Deus o que a Deus pertencia, nós sempre quizemos tambem que a Palmela fosse dado o que em verdade lhe competia, e a nós as compensações a que, justamente, tinhamos direito.

Setubal viu enfim chegada a hora em que, aquela aspiração velha que de sempre lhe tomara as acções, podia vir a converter-se em realidade.

A compensação que pedia ao governo era a creação do novo Districto de Setubal composto pelas povoações do sul do Tejo. V. Ex.as ouviram a nossa justiça e atenderam-nos. A creação do novo districto é hoje, sabemo-lo, um assumpto completamente arrumado, uma questão de todo resolvida.

E, quando assim falamos, Excelentissimos Senhores, é porque são ainda d'hontem, para que podessem passar já esquecidas, as affirmações categoricas, absolutas de V. Ex.as sobre a nossa pretensão.

Setubal vae ser districto, porque, enfim, se encontrou no Poder, na Governança da nossa Terra, quem á nossa cidade quiz fazer justiça como ela merecia. Setubal, pela voz da sua Camara Municipal, pela voz dos seus directos representantes, foi ouvida.

A imprensa, de todo o paiz, mórmente a imprensa da capital acolheram a creação da nova divisão districtal como uma medida das mais sensatas, filha dum inteligente tino administrativo.

De todos os lados o governo recebeu incitamento, aplausos ao seu acto, porque no final, e V. Ex.as sabem-no hoje melhor do que ninguem, o Districto de Lisboa pela multiplicidade dos assuntos que tem a seu cargo mal póde resolvê-los, sendo a sua acção quasi e apenas circunscrita ao problema da ordem publica na capital.

Todos os povos que ficarão a fazer parte do novo districto, até mesmo aquelles que se julgam mais honrados em estar sob a tutela de Lisboa, são beneficiados e grandemente, com o ficarem pertencendo ao novo districto de Setubal.

Todos eles teem comunicação directa com esta cidade por meio do caminho de Ferro.

Nada se opõe, pois, Excelentissimos Senhores, a que Setubal seja districto. Bem pelo contrario, de todos os lados chegaram até V. Ex.as aplausos, incitamentos por uma obra que de ha muito estaria realisada, se no nosso paiz, os governos que vertiginosamente se teem succedido nas cadeiras do Poder dessem de curar um pouco mais dos interesses da Nação, que são no final, os interesses de todos nós. As coisas, porem, mudaram. Assim crêmos firmemente e para tal temos razões de sobra.

Hoje, a realisação completa do que para nós é já desde ha muito uma certeza, está apenas dependente do cumprimento de certas praxes de mera ordem burocratica. E' ainda e sempre a burocracia com as suas exigencias, protelando a solução dum assumpto para nós de maior importancia.

Nós sabemos, Excelentissimos Senhores, que a creação do Districto de Setubal é um facto, um facto de que não ha o direito de duvidar sem fazer a V. Ex.as um feio e imerecido ultrage. E, como nós, sabe-o toda a cidade de Setubal que tem sabido esperar, que tem sabido confiar em V. Ex.as, certa de que não será trahida a sua confiança.

Mas, Excelentissimos Senhores, já nos vae chegando a fadiga de esperar. Fadiga que não é desanimo, que não sequer aborrecimento, que é no final e tão simplesmente cansaço.

Passam os dias, vão-se as semanas, o tempo corre porque o tempo não pára, e o decreto da creação do Districto de Setubal permanece ainda no dominio das coisas que hão de vir.

E no entanto, Excelentissimos Senhores, manda a verdade que só a linguagem da verdade falemos, essa demora tem servido apenas as conveniencias de certos politicos, que querem á força ver nela, a irrealisação da velha aspiração setubalense e pretendem assim, embora em prejuizo da propria cidade, dela tirar partido a favor dos interesses mintos que confessaveis, contra a actual situação.

De pouco valem os desmentidos dos que, como nós, sabem que o Districto de Setubal é um facto que já de nhuma intriga politica desfará, porque eles teem pela sua banda uma serie de coincidencias que lhes dá pelo menos uma aparencia de certa razão.

E' este o perigo que nós d'aqui muito lealmente, muito francamente vimos apontar a V. Ex.as. Perigo que tem a sua mais completa extirpação na publicação do decreto que cria o Districto de Setubal, e que será como que o ferrete que quebrará os dentes peçonhentos da calunia vil.

E V. Ex.as sabem-no tão bem ou melhor ainda do que nós, de que a calunia de tudo lança mão, de tudo se serve para o conseguimento dos seus fins.

E, se por vezes resulta nula a sua acção, por outras consegue unir ao seu redor satelites, crear junto de si uma corrente de opinião, para mais n'um meio onde por ventura avultam as classes de menor cultura, gente honrada de trabalho ardúo e constante, gente digna que moureja de sol a sol, mas que, por isso mesmo, se encontra de todo desprevenida contra os manejos, contra os embustes que, embora tendo por base a mentira, nem por isso deixam de aparecer em habitos de uma fingida seriedade.

Esses efeitos, é certo que ainda os não conseguiram até hoje os que n'isso teem conveniencia. Mas, positivelmente consegui-lo-ão ámanhã, se as coisas permanecessem no rumo em que se encontram.

Vamos terminar, Excelentissimos Senhores.

Está crente, confiante na justiça de V. Ex.as uma cidade inteira que tem atraz de si os interesses de umas quantas povoações do futuro Districto de Setubal. E porque em nós se alberga o pensamento firme de que V. Ex.as ainda são dos homens em quem em Portugal se pode crêr, dos quaes se pode esperar, tomamos a decisão de d'aqui, em nome d'uma cidade que aguarda justiça, pedir a V. Ex.as que, quanto antes e a dentro da mais possivel brevidade, seja publicado o decreto da creação do novo Districto.

Setubal espera como todos nós.

E decerto, Ex.mos Senhores, Presidente da Republica, Ministro do Interior e demais membros do actual governo, V. Ex.as saberão corresponder á confiança dos setubalenses, porque a nossa terra pertence ao numero d'aquelas que merece, e com a mais sã justiça, ser ouvida, ser atendida.

A demora da publicação do decreto a que nos vimos referindo, gera o desanimo e prejudica a situação de que V. Ex.as são ultimos representantes.

E em verdade, nada a explica.

O Districto de Setubal é um facto. Assim o resolveu o governo no momento em que todos V. Ex.as se decidiram a atender a nossa edade, a fazer justiça a Setubal.

Não se perceba, pois, uma tamanha demora na publicação do decreto que será como que o retoque final, a solução ultima deste assunto que tão grandemente interessa a Setubal.

Queremos dizer todas estas coisas a V. Ex.as, porque os queremos pôr ao facto do que se passa, e ao mesmo tempo a coberto dum perigo.

A actual situação politica pode ser diminuida em Setubal, terra de importancia, pela intriga dos que tudo aproveitam em beneficio proprio, em favor das suas paixões.

Está-lhe servindo os designios a demora da publicação do decreto que cria o Districto de Setubal. Remediar semelhante mal, está nas mãos de V. Ex.as fazê-lo.

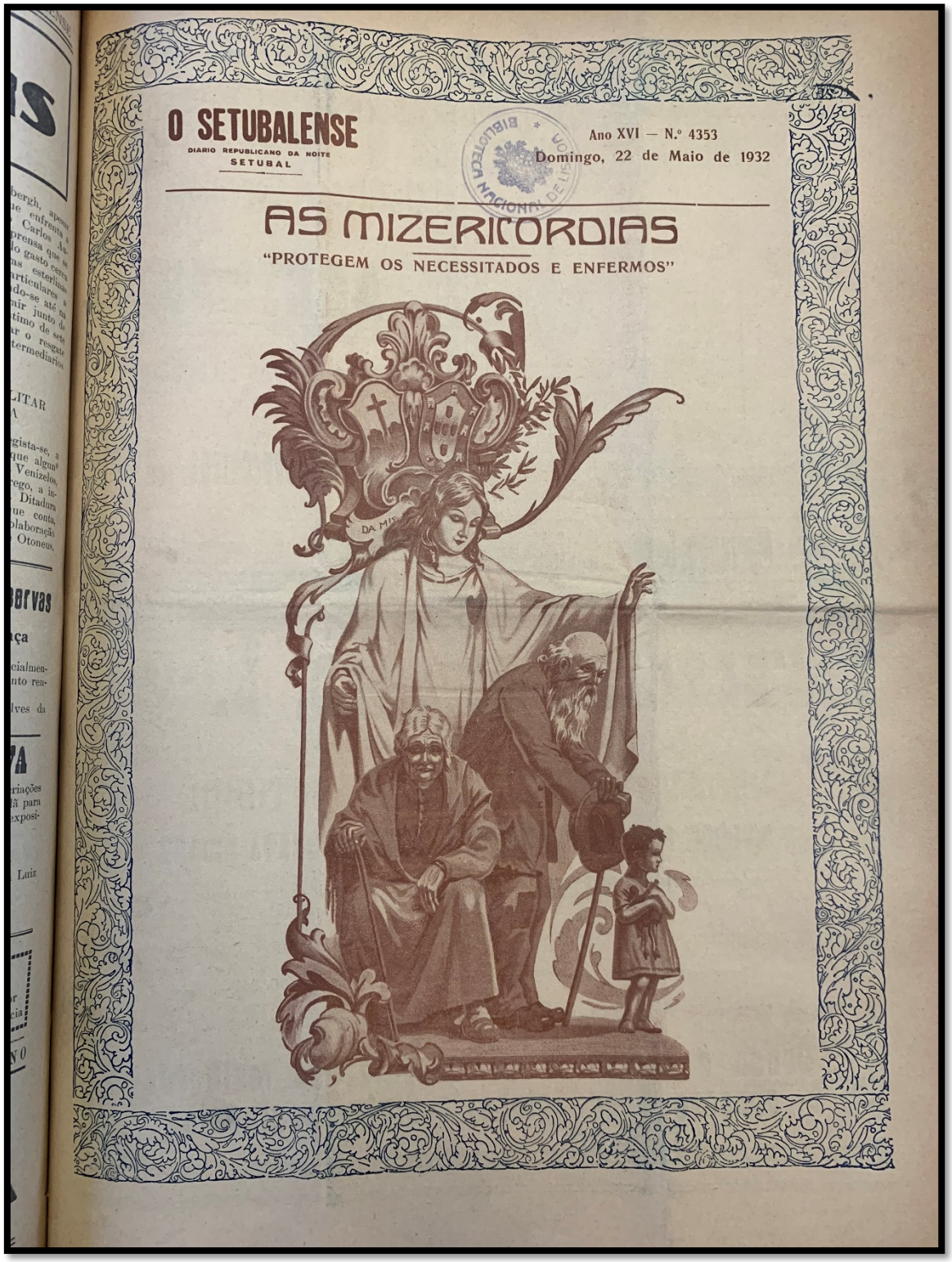
A nós não nos ficará pesando na consciencia o remorso de que não avisamos a tempo quem de direito.

Resta agora que V. Ex.as queiram proceder d'acôrdo com as exigencias e necessidades do momento.

Setubal, 8-XII-1926 — A Redacção d'«O Setubalense»

Fonte: "Carta aberta aos excelentíssimos senhores Presidente da República, Ministro do Interior e demais membros do Governo, sobre a criação do Distrito de Setúbal" in *O Setubalense*, n.º 2795 de 08/12/1926, p. 1.

Edição d'*O Setubalense* dedicada ao II Congresso Nacional das Misericórdias (1932)



O SETUBALENSE
DIARIO REPUBLICANO DA NOITE
SETUBAL

Ano XVI — N.º 4353
Domingo, 22 de Maio de 1932

AS MIZERICORDIAS

"PROTEGEM OS NECESSITADOS E ENFERMOS"

Fonte: *O Setubalense*, n.º 4353 de 22/05/1932.

Manchete dedicada ao comício promovido pelas classes operárias de Setúbal

SUPLEMENTO AO N.º 7

O DEFENSOR DA REPUBLICA

SEMANARIO, ORGÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO DE VIGILANCIA DA REPUBLICA

DIRECTOR: — Alberto Junqueiro da Rosa | Redator e Editor: — Jorge Pereira Chaves | ADMINISTRADOR: — João Antonio Orélha

PREÇOS DE ASSIGNATURAS
Para Setubal, 3 mezes..... 24 cent.
Numero avulso..... 2 »
Typ.ª Mascarenhas — Largo Dr. Francisco Sobral, 6 e 7

REDACÇÃO — *Rua Antão Girão, 64*
ADMINISTRAÇÃO — *Rua Antão Girão, 47*
Não se restituem autógrafos, quer ou não publicados

ANUNCIOS
Secção de anuncios, por linha..... 7 cent.
Permanentes, contrato particular
A correspondencia deve ser dirijida ao Director d'este jornal

COMICIO OPERARIO

CONTRA A CARESTIA DA VIDA E RENDA DE CASAS

Realisa-se hoje, promovido pelas CLASSES OPERARIAS DE SETUBAL pelo meio dia no Casino Setubalense.

Far-se-hão representar a União Operaria Nacional e a Federação da Construção Civil da R. do S.

AO COMICIO! AO COMICIO!

Fonte: "Comício operário contra a carestia da vida e renda de casas" in *O Defensor da República*, suplemento ao n.º 7 de 12/04/1919, p. 1.

Notícia evocativa do "O atentado de Setúbal" de 1925

O ATENTADO DE SETUBAL

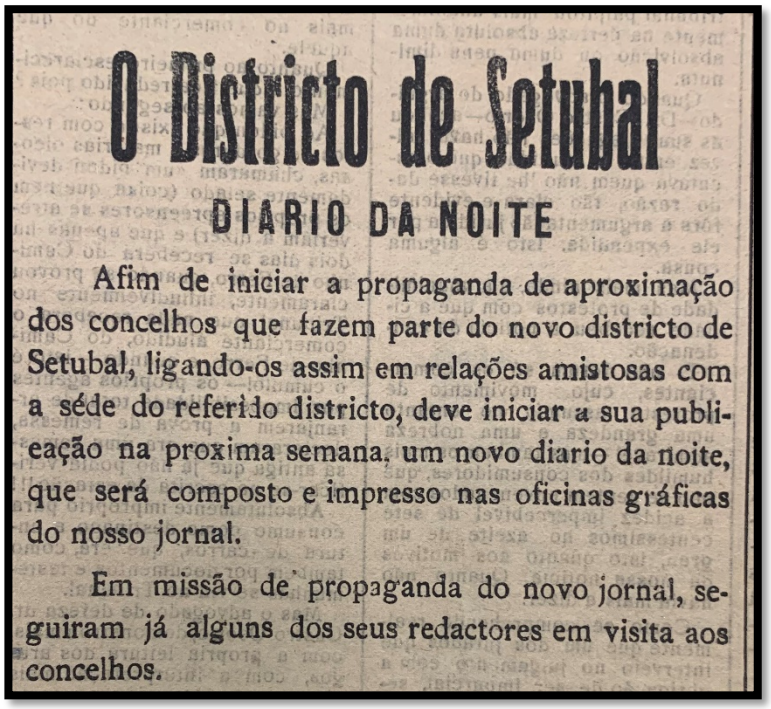
Na linda cidade de Sado existe, ao que parece, um grupo anarquista que põe em grave risco a vida dos cidadãos

Nas suas declarações, o criminoso acusa o director da "Voz Sindical" de o ter coagido a cometer o atentado

João Maria Major, director da «Voz Sindical»—O guarda 46, António Ma[illegible] Ferreira, que perseguiu e prendeu o criminoso—Manuel dos Santos Quintas, autor do atentado—Em cima, na oval: o sr. Artur José da Silva, presidente da secção sindical dos Industriais de Conserveiros de Setubal

Fonte: "O atentado de Setúbal" in *O Século* de 1925. Cortesia de João Carlos Silva.
Notas: No topo, Artur Silva. Da esquerda para a direita: João Maria Major, guarda António Ferreira e Manuel dos Santos Quintas.

Anúncio do lançamento de um novo periódico, antes da Revolta de Fevereiro de 1927



O Districto de Setubal

DIARIO DA NOITE

Afim de iniciar a propaganda de aproximação dos concelhos que fazem parte do novo districto de Setubal, ligando-os assim em relações amistosas com a séde do referido districto, deve iniciar a sua publicação na proxima semana, um novo diario da noite, que será composto e impresso nas oficinas gráficas do nosso jornal.

Em missão de propaganda do novo jornal, seguiram já alguns dos seus redactores em visita aos concelhos.

Fonte: "O Distrito de Setúbal – Diário da Noite" in *O Setubalense*, n.º 2838 de 29/01/1927, p. 1.

Anúncio do desenrolar dos acontecimentos da Revolta de Fevereiro de 1927, que poderá ter motivado a suspensão d'*O Setubalense*.

ULTIMA HORA

Informações Telegraficas e Telefonicas

Do nosso correspondente especial em LISBOA

O momento

Apesar das noticias publicadas nos jornaes da manhã, Lisboa continua a viver horas de verdadeira e indiscritivel ancie-dade.

As noticias publicadas no «Seculo» e «Diario de Noticias», dando a rendição dos revoltosos pelas 4 horas da madrugada,

A nota sensacional de hoje foi a declaração de greve do sul e sueste.

Estive no Terreiro do Paço e soube que o ultimo vapor que se fez foi á 1,30 da madrugada, não levando já passageiros.

A greve foi declarada ás 5,20 horas da madrugada de hoje.

A estação está guardada por forças da G. N. R.

A's 11 horas de hoje embarcou no Arsenal da Marinha para o Barreiro, o director sr. Amorim, o coronel sr. Vilar e o engenheiro do Sul e Sueste, que eram acompanhados por muitos oficiaes do Exercito.

Mais tarde tambem partiram para ali num rebocador, varias praças de marinha.

O governo conta com estas para restabelecer as carreiras entre Lisboa e Barreiro ainda hoje.

Quanto a serviços de comboios os boatos são os mais contraditorios possiveis.

Segundo o orgão do Governo, hoje ás 9 horas da noite já se deve realisar o comboio do Algarve.

De positivo apenas se sabe que no Barreiro estão os Sapadores de Caminhos de Ferro para o que dér e vier.

No Terreiro do Paço o pessoal da estação apresentou-se ao serviço á hora do costume.

No Tejo continuavam esta tarde os cruzadores «Vasco da Gama», «Carvalho Araujo», dois destroyers, o «Tamega» e o transporte «Patrão Lopes».

Falecimento

Faleceu hontem em Lisboa o conhecido proprietario de Alcacer do Sal, sr. José Godinho Jacob.

BOLSA

(Cotações de hoje)

FECHO DE CAMBIOS

Cheques	Compra	Venda
s/Londres	94,500	95,000
s/Paris	767	771
s/Madrid	5,350	5,390
s/Amsterdam	7,790	7,850
s/New-York	19,665	19,698
s/Suissa	3,746	3,765
s/Italia	930	940
s/Belgica	277,7	279,2
s/Suecia	5,185	5,205
s/Noruega	5,009	5,036
s/Dinamarca	5,191	5,215
s/Berlim	4,617	4,642
s/Rio de Janeiro	2,301	2,319

Fonte: "Última hora: Informações telegráficas e telefónicas" in *O Setubalense*, n.º 2843 de 04/02/1927, p. 2.

Figuras que terão motivado a desconfiança para com Luís Faria Trindade, diretor d'*O Setubalense*, aquando da Revolta de fevereiro de 1927.

O SETUBALENSE

ULTIMA HORA

Informações telefónicas e telegráficas

DE LISBOA — Do nosso correspondente especial

Viva a Republica

Principio de incendio na egreja da Victoria e um atropelamento

Hoje de manhã, pouco depois das 9 horas, no altar da Senhora da Purificação da Victoria, na rua da Victoria, uma vela comunicou fogo ás vestes da imagem, paramentos e ainda a um painel a oleo.

Compareceu material dos Bombeiros, do Quartel n.º 8, tendo sido o fogo extinto a baldes d'água.

Quando a auto-bomba voltava da Rua Augusta para a rua da Assunção, atropelou um individuo de nome José Carlos Domingos, que ia montado em bicicleta.

Foi conduzido imediatamente em automovel ao hospital de S. José.

Leilão do Angola e Metropole

No proximo dia 14 vão á praça o predio e todos os moveis que pertenceram ao Angola e Metropole, situado na rua da Prata.

BOLSA

(Cotações de hoje)

PREÇOS DE CAMBIOS

Cheques	Compra	Venda
s/Londres	94.500	95.000
s/Paris	768	770
s/Madrid	3.277	3.295
s/Amsterdam	7787	7.825
s/New-York	19.483	19.586
s/Suissa	3748	3.768
s/Italia	832	836
s/Belgica	27.8	2725
s/Suecia	5100	5126
s/Noruega	5069	5095
s/Dinamarca	5161	5.18
s/Berlim	4315	4.621
s/Rio de Janeiro	2.501	2.519
Libra ouro	95.500	96.50
Agio do ouro	2022	2044

A obra do ciume

Parschiewski saiu, seguido de Wanda e dos soldados.

Apenas chegaram á rua, Wanda notou a presença de outros seis soldados, postados ao redor da casa. Não pôde deixar de estremecer. Jorge deveria voltar de um momento para o outro, e cairia irremediavelmente nas mãos d'eles.

A' porta estava um trenó, para o qual subiram a joven mais o comissario Parschiewski, depois do que partiu velozmente.

Ao passarem defronte da casa de Dimitri o lenhador, Wanda divisou uma luzinha vermelha que brilhava na janela do andar superior. Suspirou aliviada. Indubitavelmente, Dimitri, que tambem fazia parte do grupo revolucionario a que Jorge pertencia, dando pela chegada da policia tinha botado, ali, o sinal combinado para o prevenir.

Dez minutos depois o trenó chegava ao seu destino e os dois ocupantes dele entravam na esquadra de policia.

*

— Faça favor de se sentar um momento, disse o comissario a Wanda. Eu não me demoro.

E saiu em direcção ao corredor.

Ao deparar a primeira porta que ai havia entrou por ela. Tirou do bolso a fotografia mais o pacote de cartas que encontrára no «Romeu e Julieta» de Jorge, e depois de pensar um momento carregou num botão.

— Mande vir aqui o «anarquista», disse ele ao ordenança que acudiu ao chamado.

Era conhecido na esquadra de policia pela alcunha de «anarquista» um individuo chamado Smolitri, que em outros tempos havia feito parte de uma poderosa sociedade secreta revolucionaria e que, tendo sido preso um dia como suspeito denunciára os seus companheiros, sob a promessa de que lhe dariam a liberdade. Como era, porém, individuo de muita habilidade e, portanto, utilissimo para a policia, o comissario Parschiewski arranjára-lhe um emprego na esquadra, onde ele quasi não tinha trabalho de especie alguma, mas, em compensação, recebia um soldo miseravel. Conhecia varios idiomas e mais de uma duzia de dialectos, calões e girias, sabia disfarçar-se habilissimamente, fazia chaves falsas, imitava toda a qualidade de vozes e caligrafias e não tinha dificuldade alguma em aviar uma receita medica ou preparar um explosivo.

(Continúa)

Predio

Compra-se.
Trata-se na Rua Almeida Garret, 63.
211

Casa

Aluga-se com oito divisões, na Avenida Todi.
Trata-se no Largo da Fonte Nova, n.º 10.
40

"O Setubalense,,
VENDE-SE NA TABACARIA SIMÕES

Mobilias

De casa de jantar, quarto e sala, camas, mezas, cadeiras, louça, etc. Enormes abatimentos.
M. MERCÊS FALCÃO
Armazem de moveis, Rua 25 de Março, 99-1.º.
18

PILHAS

Para lampadas d'algibeira.
Marca T. S. F.
— São as melhores. Exigir sempre esta marca.

Empreza de Pescarias Setubalenses

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Capital 600:000$00

Convocação da Assembleia Geral Ordinaria

De harmonia com o disposto nos Art.ºs 24 e 26 dos Estatutos, são convocados a reunir em Assembleia Geral Ordinaria, os Srs. Accionistas d'esta Empreza no dia 20 de Fevereiro corrente (Domingo), pelas 14 horas (duas da tarde). A reunião deverá realisar-se na sala de sessões da Associação Comercial e Industrial de Setubal, n'esta cidade, Avenida Todi, sendo a ordem de trabalhos:

Apresentação e discussão do relatorio e contas da gerencia de 1926 e respectivo parecer do Conselho Fiscal, eleição do Conselho de Administração e ainda quaesquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

Se a reunião se não poder efectuar por qualquer motivo, fica desde já convocada uma reunião para 6 de Março proximo futuro, no mesmo local e hora acima indicada.

Setubal, 4 de Fevereiro de 1927.

O Presidente da Assembleia Geral
(a) *J. Silva e Ledo, Ld.ª*

Fundição Setubalense, Ltd.ª

Fundição de todos os metaes, aos melhores preços do país. Trabalhos garantidos, na execução e qualidade de materiaes.

TODOS OS DIAS — Fundem Bronze, Cobre, Aluminio ou Estanho e Ferro, uma vez por semana.
Grandes depositos de materiaes para fabricas, cercos e outras industrias.

Rua do Queimado, 6 e Rua da Brazileira
Telefone n.º 317 (suplementar)

Fonte: "Última hora: Informações telefónicas e telegráficas de Lisboa" in *O Setubalense*, n.º 2842 de 03/02/1927, p. 2.

Evocação do 22.º aniversário da implantação da República pelo jornal *A Vitória*

ANO IV — SETUBAL, Quarta-feira, 5 de Outubro de 1932 — NUMERO 98

A VITÓRIA

PROPRIEDADE DO GRUPO «VICTORIA»
SEMANÁRIO REPUBLICANO
(AVENÇA)
Redactor — JOAQUIM SERRA
Chefe da Redacção: Joaquim da Costa
Editor: ANTONIO ROMÃO CAPELO
Administrador: FRANCISCO XAVIER CORRÊA
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Pereira Cão, 17 - 1.º Esq.
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Tipografia Sado - Largo do Carmo - Setúbal
Não se aceitam informações anónimas nem se devolvem originais
É PRECISO QUE TODOS OS REPUBLICANOS AJUDEM ESTE JORNAL PARA QUE SE TORNE BI-SEMANÁRIO
LIBERDADE, DEMOCRACIA E REPÚBLICA
ASSINATURA
(Pagamento adeantado)
Ano 20$ - Semestre 10$ - Trimestre 5$
ANUNCIOS — Consultem os nossos preços

1910 — 1932

DR. BRITO CAMACHO

Jornalista, escritor, conferencista e parlamentar, a sua obra é um monumento da Republica, porque á defesa da Republica toda ela é votada, sem um esmorecimento, sem um parentesis defectista. Uma austeridade incorruptivel adoçada por uma ironia subtil faz deste homem uma figura singular em meio de uma sociedade que o admira sem, por vezes, o ter querido compreender. Por toda a sua obra perpassa um sopro de saudavel humorismo e de equilibrado bom senso. Conseguiu trazer para a Republica um escol de valores que, enchendo de prestigio as fileiras democraticas, tornou possivel a proclamação do regimem em 5 de Outubro de 1910. Continua na trincheira com o mesmo ardor dos tempos de outrora e é cada vez maior a sua influencia na vida republicana da nação.

A Redacção do jornal «A Vitória, ao comemorar simultaneamente o 22.º aniversario da Republica e o 3.º aniversario da sua fundação, quiz dar publico testemunho da sua devoção republicana, inserindo retratos daqueles que muito nobremente serviram ou vêem servindo, através de todos os sacrificios, a Causa da Democracia em Portugal Não nos foi possivel, por falta de espaço e sobre tudo de gravuras, publicar os retratos de todos os republicanos ilustres, pelo que apresentamos aos nossos leitores desculpas das forçadas omissões que, de forma alguma, representam menos apreço por tantos outros vultos da Republica cuja obra admiravel é para nós valioso estimulo e preclaro ensinamento. E' porque a Republica não vive só de recordações, por mais gloriosas que elas sejam, estendemos a nossa homenagem aos homens do Futuro, aqueles que, apesar de novos, são, pelos meritos já revelados, num penhor de que a Idéa passará um dia da fase embrionario para o periodo laborioso das realizações decisivas e fraternas. A todos os que mourejam nas lides asperas da Politica em busca, não de um Portugal maior mas de um Portugal livre e feliz, «A Vitória» saúda esperançosamente. Todavia, a nossa mais alta saudação vai ainda, para essa massa anonima que, em 5 de Outubro de 1910, deu os mais gloriosos exemplos de abnegação e heroismo. E que ela não só seja lembrada e saudada nas horas de luta mas seja tambem satisfeita e redimida nas horas de facil governação. São esses os votos ardentes de um jornal republicano a quem as largas reivindicações sociais não perturbam nem apavoram. Viva a Republica!

S. P.

DR. ALVARO DE CASTRO

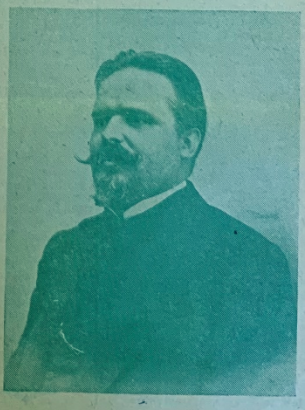
Foi um lutador inergico e um distinto homem de governo. Nunca desertou do seu posto de combate e nas horas de perigo para a Republica ele foi sempre um dos primeiros a chegar. Em Santarem, na Traulitania, em Africa e na Presidencia do Conselho, resplandeceram fulgurantemente as suas virtudes de português e de Republicano. Morreu na hora em que tudo parecia indicar que lhe estava raservado um formoso destino na vida da Republica.

DR. MAGALHÃES LIMA

Conhecemo-lo de perto. Era a alma mais lavada de ruins paixões que temos conhecido. Não possuia as qualidades inferiores— porque não dizê-lo? — que, fundidas com outras altas e belas qualidades, distinguem e elevam os politicos de profissão. Por isso mesmo pode dizer-se que não exerceu funções de governo. Mas exerceu sempre até ao fim da sua vida uma nobre magistratura moral que o tornou efusivamente amado pelo povo. Orador vibrante e romantico impenitente foi um dos mais adoraveis cabouqueiros da Republica. Mal surgia nos horizontes da Politica uma novidade generosa ele lá ia, cavaleiro andante do Ideal, em demanda da sua dama com o mesmo gracioso donaire e a mesma audacia luminosa dos cavaleiros da meia idade. A sua vida é um poema. Cumprimos gratamente o dever de o recordar nesta hora de prosa vil aos republicanos portugueses.

DR. ANTONIO JOSÉ D'ALMEIDA

Caracter, palavra e coração, tudo oiro finissimo, tudo oiro de lei. Um poeta heroico do ideal a trovejar, em prosa, estrofes harmoniosissimas que embriagaram as multidões e as levaram, palpitantes e indomaveis, á Revolução. Nas barricadas de estudante, nas barricadas da Revolução, nas tribunas dos comicios, na chefia do Estado e no seu catre de moribundo esteve sempre á altura dos seus nobres ideais. Desde a sua «Desafronta», que é uma sinfonia gloriosa até ao seu testamento, que é um crepusculo triunfal, a sua vida é uma linha rutilante que os nossos olhos percorrem deslumbrados sem nela encontrarem a mancha de uma sombra ou a curesvio.



Fonte: *A Vitória*, n.º 98 de 05/10/1932.

Capa d'*A Vitória* em homenagem póstuma a António José de Almeida

Ano I — Setubal—Domingo, 3 de Novembro de 1929 — Numero 2

A VITÓRIA

SEMANÁRIO REPUBLICANO

Redacção e Administração
Rua Sociedade Capricho, 24 — SETUBAL
Não se aceitam informações enonimes nem se devolvem originais
É preciso que todos os republicanos ajudem este jornal para que se torne bi-semanario
LIBERDADE, DEMOCRACIA E REPÚBLICA

DIRECTOR E EDITOR
SANTOS FERRO
ADMINISTRADOR
A. BARROSO
PROPRIEDADE DA EMPREZA A VITORIA

Composição e Impressão
Imprensa Beleza, Rua da Rosa, 99 a 107—LISBOA
ASSINATURAS
(Pagamento adeantado)
Ano..... 20$00 Semestre.... 10$00 Trimestre.... 6$00
AVULSO.... $50

HORA DE LUTO

A Pátria, a Liberdade e a República acabam de perder um dos seus mais fervorosos apóstolos, um dos seus mais dilectos servidores. Curvamo-nos, reverentes, comovidos, diante do cadaver dêsse inclito varão que foi Antonio José de Almeida. Emudeceu para sempre uma das mais formosas e potentes vozes do nosso tempo, aquela voz que soube trovejar ousadas as coleras da Patria e cantar todas as esperanças, todos os entusiasmos, todos os enlevos da alma popular. Esse homem extraordinrio foi na verdaade um dos primeiros portugueses deste século, primeiro pelas virtudes diamantinas do seu caracter de eleito, primeiro pelos sacrificios inexcediveis, no altar da Patria, em pról da Justiça, do Direito, da Democracia, primeiro pela serenidade evangélica dos seus combates, das suas generosas paixões, do seu idealismo ingénuo e bom.

Ah! Debruçados sobre o seu ataúde, a nossa anciedade e o nosso desespero são enormes. Quem há-de substitui-lo! quem há-de vestir aquela pesada armadura de gigante que ele, há pouco mandava dizer para êste jornal só depôr á hora da morte!...

Morreu o tribuno bem amado. O Mestre amoravel, austero, incorruptivel. Foi-se o último desta trindade de apóstolos Arriaga, Magalhães Lima e Antonio José de Almeida. Sobre o cadaver deste simbolo glorioso da bondade e do cavalheirismo portugueses desfolhamos petalas da nossa saudade e da nossa fé.

VIVA A REPUBLICA!

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA

A noticia que nos chega da morte de Antonio José de Almeida, apesar de não poder dizer se inesperada, emocionou-nos profundamente.

E' que o nome deste homem andava estreitamente ligado á nossa vida. Um dos nomes que primeiramente chegaram até nós, lá na nossa remota aldeia da provincia, ainda eramos menino e moço, foi o deste tribuno admiravel «sem medo e sem mancha», e foi lendo os seus discursos e os seus artigos que nós, por assim dizer, aprendemos a lêr melhor e a ter a paixão da leitura. Mais tarde podemos vê-lo, ouvi-lo, falar-lhe e jamais poderemos esquecer essas horas de inefavel prazer espiritual em que, presos dos seus labios frementes, enlevados na formosura da sua cabeça de tribuno, escutmos os seus conselhos adoraveis em que havia um conhecimento perfeito dos homens e das coisas

E por que é preciso fazer justiça a quem por tantos titulos a merece devemos declarar que, tendo, mercê de circunstancias especiais, que não vêem para o caso, tido a honra de conhecer de perto algumas das nossas mais respeitaveis figuras politicas, não encontrámos em nenhuma outra — salvo Magalhães Lima — um tão grande espirito de justiça um tamanho respeito pelos seus pares, um tão estranhado amor á Verdade, como em Antonio José de Almeida A ele ouvimos, em referencias a outros chefes de Estado da Republica, seus antecessores e seus sucessores, palavras de mais rasgado elogio.

Lembra-nos ainda da sua indignação perante a câmpanha que se fez contra o Sr. Teixeira Gomes e registámos esta sua afirmação — Se eu fosse presidente do Conselho não consentiria que se caluniasse o Chefe de Estado; tomaria todas as providencias para que tal se evitasse. E acrescentava que o Sr. Teixeira Gomes estava a patentear um desejo enorme de bem cumprir a sua missão e que, nesse sentido, não se poupava nem a trabalhos nem a despesas. Nunca lhe ouvimos uma palavra de odio para quem quer que fosse. Se discordava de certas atitudes de alguem, dizia-o francamente, mas procurava, a seguir, mostrar que não o levava a esse comento qualquer animadversão e, se podia, apontava, logo, dois ou tres actos que provavam a honestidade da pessoa em causa.

Era de oiro do mais fino quilate aquele grande, aquelo extraordinario coração. As suas transigências, tantas vezes discutidas com demasiado calor, foram sempre impulsos generosos do seu coração de santo.

Antonio José de Almeida teve na vida duas situações absolutamente distintas, quasi opostas — foi chefe de revolução e foi chefe do Estado. Pois bem. O que é extraordinario, o que é formidavel na na historia deste homem, é que ninguem melhor do que êle, nessas duas situações tão distantes, foi *the right man in the right place*. Rebelde, irreverente, assombroso no ataque, a sua voz ecoou por todo o país, durante anos e anos, abalando nos seus alicerces seculares a monarquia brigantina. No parlamento, na tribuna, na barricada, ninguem o excedeu em firmeza, em galhardia, em veemencia.

Quando êle, um dia, voltou de Africa, sentiu se imediatamente em todo o país que uma força nova, temeraria, indomável, lançara mão do leme do partido republicano. Houve espanto e pavor nas fileiras monarquicas. A sua voz, a sua inteligencia, a sua actividade e até o seu dinheiro fizeram, em grande parte, a República. Mas um dia, este homem é elevado á suprema chefia da Nação.

Tivemos receio confessamo-lo humildemente. Imaginámos que não podia presidir, imparcial e serenamente, ás lutas politicas quem das lutas politicas viera e considerámos arriscado o fazer de um chefe de partido o chefe da Nação. Enganâmo-nos redondamente. Com alegria, com imensa alegria o verificámos. Como Chefe do Estado o Dr. Antonio José de Almeida foi o chefe constitucional exemplar; esqueceu, por completo, a sua personalidade partidária e a sua isenção, o seu desinteresse, o seu tacto politico, conquistaram o respeito e a simpatia dos proprios adversarios do regimen republicano. Resplandecem aí as virtudes do seu caracter e nós, por fim, não sabemos que mais admirar se os seus triunfos de lutador, se a sua gloria parece de chefe do Estado.

Vem a propósito contar aos nossos leitores um facto que define bem a personalidade de Antonio José d'Almeida. Entrou, uma vez em nossa casa uma mulher humilde do povo, que nos foi pedir, lavada em lagrimas, que escrevessemos, em séu nome, uma carta ao Sr. Presidente da Republica, pedindo-lhe a sua protecção para um filho dela que, por ser tarado, desertara das fileiras do exército. Tentamos dissuadi-la do proposito mas a pobre mulher insistia, rogava, numa obcessão pasmosa. Cedemos.

Era, então, Chefe do Estado o Dr. Antonio José d'Almeida e em nome da desgraçada, fizemos o pedido. Passados dias, a mulher entrou nos em casa, ofegante, alvoraçada. Não podia falar mas agitava uma carta ainda fechada numa das mãos. Olhámos e vimos o timbre — *Presidencia da Republica*. Compreendemos então. A mulher já balbuciava: «Diz que é do sr. Presidente da Republica! Foi o que disse o carteiro» Abrimos a carta. O Dr. Antonio José d'Almeida prometia á pobre mãe a protecção pedida e dirigia-lhe palavras de consolo. Há de lembrar-me eternamente a minha emoção, nesse momento.

Nunca vi tão clara, tão pura a beleza moral deste homem como nessa hora. O Chefe do Estado, respondendo áquela mãe atribulada que, lá dos confins da Provincia, lhe dirigia numa suplica, era bem o Chefe amoravel da grande familia portuguesa, sentindo e compreendendo todas as dores dos seus concidadãos.

O Dr. Antonio José d'Almeida amava enternecidamente o povo. Numa das ultimas vezes que lhe falámos, dissenos: «A Republica está no povo.

E' preciso dar-lhe mais do que o que se lhe tem dado.»

Não conseguimos nestas ligeiras linhas dar uma palida idea da nossa admiração pelo nobre republicano que a morte veio roubar nos, depois de longo e pertinaz sofrimento. Em certos momentos a palavra é apenas um pálido reflexo do que nos vai na alma. Nada mais podemos escrever. Nada mais sabemos escrever.

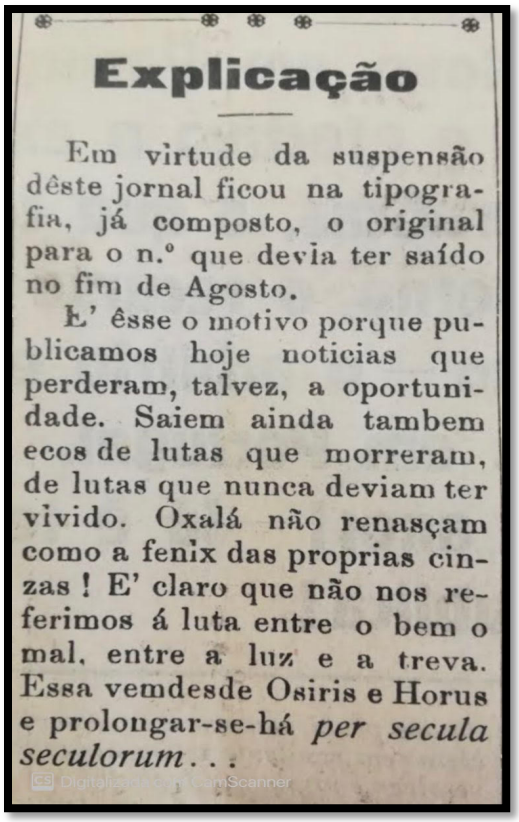
A Republica está de luto.

Apagou-se para sempre uma das suas mais belas luzes. Mas não se apagará jamais da memoria e do coração de nós todos o culto por esse português de rija tempera e de acêsa fé, que, até no ultimo momento da sua vida, soube dar-nos mais uma lição admiravel de correncia, de aprumo moral, de alta, suprema generosidade.

SANTOS FERRO

Fonte: *A Vitória*, n.º 2 de 03/11/1929, p. 1.

Suspensão do jornal *A Vitória* após a Revolta de 26 de agosto de 1931



Explicação

Em virtude da suspensão dêste jornal ficou na tipografia, já composto, o original para o n.º que devia ter saído no fim de Agosto.

E' êsse o motivo porque publicamos hoje noticias que perderam, talvez, a oportunidade. Saiem ainda tambem ecos de lutas que morreram, de lutas que nunca deviam ter vivido. Oxalá não renasçam como a fenix das proprias cinzas ! E' claro que não nos referimos á luta entre o bem o mal, entre a luz e a treva. Essa vemdesde Osiris e Horus e prolongar-se-há *per secula seculorum*. . .

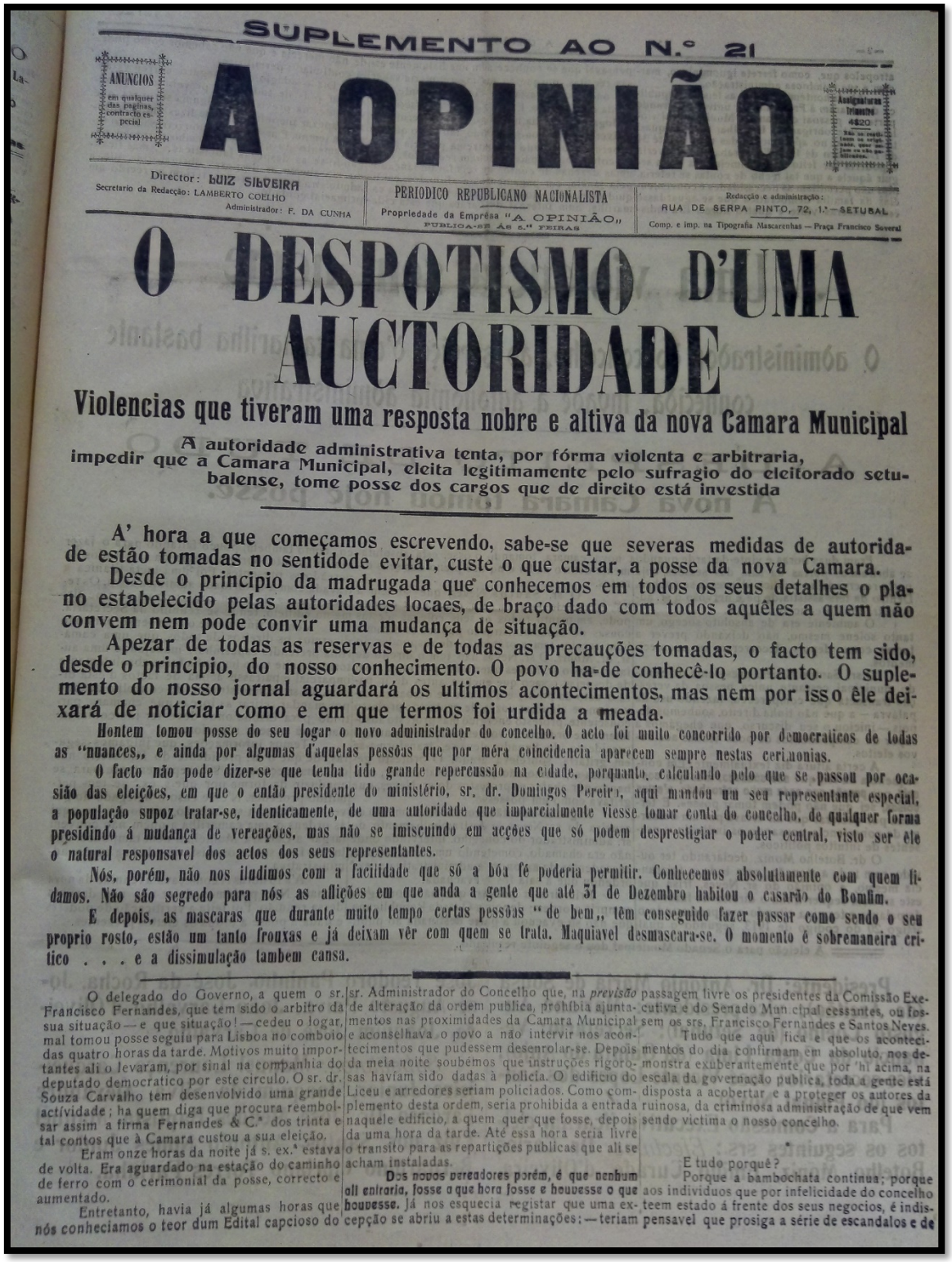
Digitalizada com CamScanner

Fonte: "Explicação" in *A Vitória*, n.º 63 de 14/10/1931, p. 2.

Frontispício de *Ferro em Brasa* (1924)

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal. TRIGO, Carlos de Oliveira, *Ferro em Brasa*, n.º 2 de 31/10/1924, capa.

Manchete de *A Opinião* alusiva à tomada de posse do executivo de janeiro de 1926



SUPLEMENTO AO N.º 21

ANUNCIOS em quaisquer das paginas, contracto especial

A OPINIÃO

Assignaturas Trimestre 4$20

Director: LUIZ SILVEIRA
Secretario da Redacção: LAMBERTO COELHO
Administrador: F. DA CUNHA

PERIODICO REPUBLICANO NACIONALISTA
Propriedade da Empresa "A OPINIÃO,,
PUBLICA-SE ÁS 5.as FEIRAS

Redacção e administração: RUA DE SERPA PINTO, 72, 1.º—SETUBAL
Comp. e imp. na Tipografia Mascarenhas — Praça Francisco Soveral

O DESPOTISMO D'UMA AUCTORIDADE

Violencias que tiveram uma resposta nobre e altiva da nova Camara Municipal

A autoridade administrativa tenta, por fórma violenta e arbitraria, impedir que a Camara Municipal, eleita legitimamente pelo sufragio do eleitorado setubalense, tome posse dos cargos que de direito está investida

A' hora a que começamos escrevendo, sabe-se que severas medidas de autoridade estão tomadas no sentidode evitar, custe o que custar, a posse da nova Camara.

Desde o principio da madrugada que conhecemos em todos os seus detalhes o plano estabelecido pelas autoridades locaes, de braço dado com todos aquêles a quem não convem nem pode convir uma mudança de situação.

Apezar de todas as reservas e de todas as precauções tomadas, o facto tem sido, desde o principio, do nosso conhecimento. O povo ha-de conhecê-lo portanto. O suplemento do nosso jornal aguardará os ultimos acontecimentos, mas nem por isso êle deixará de noticiar como e em que termos foi urdida a meada.

Hontem tomou posse do seu logar o novo administrador do concelho. O acto foi muito concorrido por democraticos de todas as "nuances,, e ainda por algumas d'aquelas pessôas que por méra coincidencia aparecem sempre nestas cerimonias.

O facto não pode dizer-se que tenha tido grande repercussão na cidade, porquanto, calculando pelo que se passou por ocasião das eleições, em que o então presidente do ministério, sr. dr. Domingos Pereira, aqui mandou um seu representante especial, a população supoz tratar-se, identicamente, de uma autoridade que imparcialmente viesse tomar conta do concelho, de qualquer forma presidindo á mudança de vereações, mas não se imiscuindo em acções que só podem desprestigiar o poder central, visto ser êle o natural responsavel dos actos dos seus representantes.

Nós, porém, não nos iludimos com a facilidade que só a bôa fé poderia permitir. Conhecemos absolutamente com quem lidamos. Não são segredo para nós as allições em que anda a gente que até 31 de Dezembro habitou o casarão do Bomfim.

E depois, as mascaras que durante muito tempo certas pessôas "de bem,, têm conseguido fazer passar como sendo o seu proprio rosto, estão um tanto frouxas e já deixam vêr com quem se trata. Maquiavel desmascara-se. O momento é sobremaneira critico . . . e a dissimulação tambem cansa.

O delegado do Governo, a quem o sr. Francisco Fernandes, que tem sido o arbitro da sua situação — e que situação! — cedeu o logar, mal tomou posse seguiu para Lisboa no comboio das quatro horas da tarde. Motivos muito importantes ali o levaram, por sinal na companhia do deputado democratico por este circulo. O sr. dr. Souza Carvalho tem desenvolvido uma grande actividade; ha quem diga que procura reembolsar assim a firma Fernandes & C.ª dos trinta e tal contos que à Camara custou a sua eleição.

Eram onze horas da noite já s. ex.ª estava de volta. Era aguardado na estação do caminho de ferro com o cerimonial da posse, correcto e aumentado.

Entretanto, havia já algumas horas que nós conheciamos o teor dum Edital capcioso do sr. Administrador do Concelho que, na *previsão* de alteração da ordem publica, prohibia ajuntamentos nas proximidades da Camara Municipal e aconselhava o povo a não intervir nos acontecimentos que pudessem desenrolar-se. Depois da meia noite soubémos que instruções rigorosas haviam sido dadas à policia. O edificio do Liceu e arredores seriam policiados. Como complemento desta ordem, seria prohibida a entrada naquele edificio, a quem quer que fosse, depois da uma hora da tarde. Até essa hora seria livre o transito para as repartições publicas que ali se acham instaladas.

Dos novos vereadores porém, é que nenhum ali entraria, fosse a que hora fosse e houvesse o que houvesse. Já nos esquecia registar que uma excepção se abriu a estas determinações: — teriam passagem livre os presidentes da Comissão Executiva e do Senado Municipal cessantes, ou fossem os srs. Francisco Fernandes e Santos Neves.

Tudo que aqui fica e que os acontecimentos do dia confirmam em absoluto, nos demonstra exuberantemente que por 'hi acima, na escala da governação publica, toda a gente está disposta a acobertar e a proteger os autores da ruinosa, da criminosa administração de que vem sendo victima o nosso concelho.

*

E tudo porquê?

Porque a bambochata continua; porque aos individuos que por infelicidade do concelho teem estado á frente dos seus negocios, é indispensavel que prosiga a série de escandalos e de

Fonte: "O despotismo de uma autoridade" in *A Opinião*, suplemento ao n.º 21 de 02/01/1926, p. 1.

Propaganda eleitoral do P.R. Nacionalista para as eleições municipais de novembro de 1925

ANO I — Setubal, 21 de Novembro de 1925 — N.º 16

ANUNCIOS em qualquer das paginas, contracto especial

A OPINIÃO

Assignatura Trimestre 4$20

Director: LUIZ SILVEIRA
Secretario da Redacção: LAMBERTO COELHO
Administrador: F. DA CUNHA

PERIODICO REPUBLICANO NACIONALISTA
Propriedade da Emprêsa "A OPINIÃO"
PUBLICA-SE ÁS 5.ªs FEIRAS

Redacção e administração: RUA DE SERPA PINTO, 72, 1.º — SETUBAL
Comp. e imp. na Typografia Mascarenhas — Praça Francisco Soveral

PELA Moralidade republicana!

Os organismos republicanos nacionalistas do concelho de Setubal votam, patrocinam e recomendam as seguintes listas apresentadas ao sufragio nas eleições administrativas que terão logar no proximo domingo 22:

LISTA DO CONCELHO

PARA VEREADORES EFECTIVOS

Dr. Antonio Maria de Sousa — Medico
Alexandre Cardoso — Comerciante
Bernardino Cipriano Torres Farinha — Comerciante
Dr. Carlos Osorio Vasconcelos Botelho Moniz — Advogado
Emilio da Graça Curado d'Oliveira — Farmaceutico
João Carvalho e Oliveira — Proprietario
Joaquim da Silva — Industrial
Dr. José Mendes Correia Baptista — Advogado
José Theodoro Paninho — Comerciante
José da Rocha — Negociante
Joaquim José de Carvalho — Proprietario
José Augusto Paiva — Industrial
Manuel Lourenço Carqueijeiro Junior — Comerciante
Mariano Augusto Coelho — Industrial
Venancio da Costa Lima — Proprietario

PARA VEREADORES SUBSTITUTOS

Antonio da Silva Manique — Comerciante
Antonio José Marques — Comerciante
Antonio Joaquim Romão — Comerciante
Eugenio Moreira Rodrigues — Negociante
Francisco Fernandes Costa — Industrial
Francisco Marques d'Oliveira — Comerciante
Francisco Carvalho de Oliveira e Silva — Proprietario
João Maria da Silva — Industrial
João Augusto Martins Milho — Agricultor
Joaquim Rodrigues Simões — Proprietario
Joaquim José Marques — Negociante
José Artur Santana — Industrial
José Viegas — Industrial
Matias Perienes Junior — Industrial
Sebastião Leal da Gama Junior — Comerciante

PROCURADORES A JUNTA GERAL DO DISTRITO

Effectivos
Dr. Alberto Barreto de Carvalho — Medico
Dr. Antonio Luiz Pereira d'Almeida — Medico
João Eloy Vidal do Amaral — Professor

Substitutos
Antonio Januario Carreira da Cunha — Farmaceutico
Dr. Galeano Vieira Esteves de Abreu — Medico
José Martins de Barros Lima — Industrial

Organisadas por um grupo de cidadãos setubalenses, ciosos do bom nome e engrandecimento desta terra, as listas que deixamos transcritas representam uma tentativa de regeneração moral e material deste malfadado concelho, em que ha seis anos, a administração mais inepta, dissolvente e esbanjadora tripudia impudicamente.

Não intervieram os republicanos nacionalistas na confecção dessas listas, porque, com a sua coerente isenção de sempre entenderam não dever criar embaraços aos briosos cidadãos que as organisaram.

Votam-n'as, porém, com sinceridade e entusiasmo, porque se torna mistér varrer duma vez essa infêta coisa a que por escarneo se chama vereação setubalense e que com os desvairos e os desregramentos de meia duzia, se tanto, está infestando a casa do povo e conspurcando a ideia republicana com que falsamente se acoberta.

Setubalenses de todos os crédos politicos! pela honra e ressurgimento da nossa terra:

Republicanos! pelo que deveis à causa sagrada da democracia, que é a causa da moralidade e do decoro:

A' URNA pela lista do Concelho! A' URNA pela moralidade!

Fonte: "Pela Mocidade Republicana!" in *A Opinião*, n.º 16 de 21/11/1925, p. 1.

Capa de *Alvorada* com apelo ao reforço do sindicalismo

XIX Ano (2.ª serie) N.º 158

Setubal, 16 de Junho de 1929

DIRECTOR
Fausto Gonçalves
REDACTOR E EDITOR
Amadeu de Souza
Composto e impresso
na Minerva Comercial Limitada
Evora
Propriedade do Grupo ALVORADA
Praça do Bocage — SETUBAL

ALVORADA

Orgão dos Empregados no Comercio e Industria

Cada passo da humanidade para o progresso existiu sempre aluvios de sangue e de lágrimas, hecatombes de vitimas que se sacrificam pela felicidade das gerações futuras.

ZOLA.

ALVORADA ao comemorar o seu 18.º aniversário, sauda os empregados no comercio bem como a classe trabalhadora em geral, e cumprimenta a imprensa que combate encarniçadamente pela Justiça, pela Liberdade e pelo Progresso.

E' NOS sindicatos que os trabalhadores se educam moralmente: dignidade individual, simpatia e solidaridade. Esta educação, obtem-se pelo exemplo e pelo contagio que do exemplo nasce; aprendem, animam-se a não curvar a fronte, a não ter medo. — M. Pierrot.

* * *

COM algum trabalho tornar-se-ia útil a ortiga; desprezam-na, torna-se nociva e então destroem-na. Quantos homens se assemelham á ortiga .. Não ha más plantas nem maus homens. O que ha são maus cultivadores. — Victor Hugo.

* * *

QUANTAS lutas, quantos heroismos, quanto sangue derramado, quantas existencias sacrificadas para esta unica palavra: «Liberdade»! — S. Faure.

* * *

E' a classe operária que sustenta a ordem social, é ela quem produz e quem cria. Se ela para, tudo pára. — Jaurés.

A'vante, pelo robustecimento das nossas associações de classe!

TODO o mundo sabe que entre patrões e empregados existe um antagonismo de interesses tão profundo, que pensar em harmonizar esses mesmos interesses — é a maior utopia que pode gerar a mentalidade humana. — A. F.

* * *

O SEGREDO da vitalidade da Associação está precisamente em agir constantemente, em manter vivo o espirito de iniciativa, a actividade dos associados, em acender a sua curiosidade por todas as questões, grandes ou pequenas, teóricas ou práticas. — Neno Vasco.

* * *

O PENSAMENTO é uma bússola que não deixa o homem sossobrar entre o escarceu ou estilhaçar-se contra o recife. Sem ele, a vida é um caos incompreensivel. — Acacio Rosa.

* * *

NADA de grilhões, ainda mesmo que eles sejam de ouro. — Gautier.

DESOITO ANOS DE LUTA

O aniversário da "Alvorada,,

Com o presente número completa *Alvorada* 18 anos de existencia.

Embora arrostando com dificuldades e inimisades de vária ordem no desempenho da nossa missão, nunca regateamos justiça a quem a mereceu nem tão pouco poupamos inimigos.

E' certo que temos recebido em paga ingratidões, despresos, amuos e até mesmo ódios que se não explicam. No entanto, sentimo-nos satisfeitos por termos sido sempre uns arautos da Verdade e do Progresso, da Liberdade e da Justiça, sem nos desviarmos da linha de coerencia que todo o bom militante deve manter na propagação das doutrinas sindicais.

Ainda que a nossa luta, a nossa propaganda, a nossa acção tivessem sido estereis, julgamos razão bastante para sentirmos um pouco de satisfação. Primeiro, porque nunca fizemos ataques na sombra; segundo, porque vencemos muitos e muitos escolhos para bem nos desempenharmos da missão a que nos imposemos; e terceiro, porque nunca vacilamos ante as facanhas dos inimigos das reivindicações da classe.

Podiamos ter errado algumas vezes na tactica de processos? Podiamos ter sido violentos por outras no combate e na crítica?

Se erramos foi no nobre e alevantado intuito de acertar, servindo a Causa.

Se fomos violentos empregamos a violencia como um método que os supremos interesses e o moral da classe exigiam, interesses tantas e tantas vezes atacados e escarnecidos pelos nossos inimigos e moral algumas, embora poucas, vezes menos presada por camaradas nossos.

* * *

E' incerta, todos o sabem, a hora por que passamos, tão carregada é a atmosfera que paira por toda-a-parte sobre as organizações e sobre os direitos da classe e dos trabalhadores em geral, mas o nosso grito o nosso lema é e será sempre o mesmo: Pela Liberdade contra a Cpressão!

E' fraca a voz da *Alvorada?* Não importa. A Justiça que defendemos jámais poderá ser esmagada pelo bando de reacionários que anda minando por toda-a-parte o chão que pisamos com o malevolo intuito de nos fazer regressar aos tempos antigos, aos tempos da escravatura e da ignominia.

Seja, portanto, A ou B que nos negue o direito á nossa libertação, nós nunca esqueceremos que o nosso exército se compõe de cincoenta a sessenta mil empregados no comércio, que ámanhã, quando filiados nas suas respectivas associações de classe, poderão reclamar ou exigir a justiça a que tem jus, porque nenhuma entidade por maior que seja a sua fôrça se atreverá a lutar com tal colosso.

Fonte: *Alvorada*, n.º 158 de 16/06/1929, p. 1.

Capa de *O Distrito de Setúbal* dedicada à tomada de posse do 1.º Governador Civil

ANNO I — SETUBAL — Quinta-feira 3 de Março de 1927 — N.º 10

O DISTRITO DE SETUBAL

DIARIO DA NOITE — TELEFONE 265

REPUBLICANO INDEPENDENTE, DEFENSOR DOS INTERESSES DA REGIÃO DO SUL DO TEJO

NUMERO AVULSO: 50 CENTAVOS
Redacção, Administração e Tipografia
RUA DE S. JULIÃO, 21, 1.º — SETUBAL

REDACTOR PRINCIPAL:
Oscar Paxeco

Editor: ALBERTO DA CONCEIÇÃO
Oficina de Impressão:
PRAÇA DO BOCAGE, 94 e 96 — SETUBAL

Para a frente!

Quando constou em Setubal que uma comissão de 14 individuos tinha transposto a escadaria do Ministerio do Interior para solicitar do respectivo titular a elevação da nossa terra a cabeça de distrito, muito boa gente duvidou do seu exito. E' natural. Habituados á improficuidade dos esforços anteriormente empregados quer na imprensa quer no parlamento por bons amigos d'esta terra, não admira haver quem, por este simples motivo, assim pensasse. Mas houve tambem, quem descresse não só pela razão apontada como tambem por não reconhecer em nenhum dos 14 «ilustres desconhecidos» influencia bastante para conseguirem o triunfo. D'ahi, um sorriso ironico de mistura com adjectivações depreciativas, que a referida comissão recebia com a calma e a humildade de quem está acostumado a admirar os vôos altaneiros das aguias que páram nas alturas.

E' sabido que foi um conjunto de circunstancias felizes que proporcionou a Setubal o deferimento da nossa pretensão. Mas, é mister acentuar que, ao sinal de alarme dado pela criação do concelho de Palmela, correspondeu uma atitude decidida da nossa Camará Municipal que aproveitou habilmente o ensejo que só um governo como o presente, ditatorial, e portanto, sem peias ou compromissos de clientelas ou submissão á rigidez das leis, nos poderia oferecer para alcançarmos a Justiça que Setubal ha muito reclamava.

A acção energica e persistente que a Comissão Administrativa do nosso Municipio desenvolveu, calorosamente secundada pelas juntas de freguezia, é alguma coisa de marcante que os bons setubalenses não esquecem.

Unidos como se fossem um só corpo e uma só vontade, os membros das nossas corporações administrativas, não se pouparam a sacrificios de toda a especie, relegando para um plano secundario os seus interesses particulares. As contrariedades sucediam-se. Por mais de uma vez, julgaram baldadas todas as suas diligencias.

Mas, quando o desanimo começava a invadi-los, fogo, d'entre eles, uma voz reclamava:

Para a frente! E para a frente marchavam dispostos a queimar os ultimos cartuchos.

Como o naufrago que está prestes a sossobrar, viram as suas esperanças quasi perdidas. Para sair daquela situação, era necessario lutar, sem desfalecimento, pela velha aspiração de 40 anos. E, foi num destes momentos de desalento, de nervosismo e até de desespero, que nos surgiu essa figura já por nós idolatrada, o general Luiz Domingues. Era a tábua de salvação. Um lampejo de fé encorajou-nos. Renasceram as esperanças. Desde então, nunca mais foi preciso aguardarmos horas esquecidas, sob os pesados claustros do Terreiro do Paço, a audiencia dos ministros previamente marcada. Nem mesmo ministros atarefados d'ali em diante houvera.

Os delegados de Setubal, acompanhados do distinto militar, passaram a ser immediatamente recebidos. Perante o seu prestigio, todas as portas se abriam de par em par. A nossa causa estava bem entregue. A estrategia do ilustre oficial venceria todas as dificuldades, conduzindo-nos á victoria. Ele é, hoje, por isso, o padroeiro da cidade de Setubal a quem devemos eterna gratidão.

Foi muito, muito mesmo, o que se conseguiu. Mas, não é bastante. Urge continuar trabalhando pelo levantamento desta região. E agora mais do que nunca. Os dirigentes da nossa terra contraíram novas responsabilidades. E' dever de todos os setubalenses legitimos ou ilegitimos, pelo nascimento ou pelo coração, darem as mãos, desta hora em deante, numa perfeita comunhão de vistas sobre o progresso de Setubal. Precisamos de dotar a cidade com os melhoramentos indispensaveis á sua dignidade de capital de distrito.

A instalação da luz electrica, a canalisação dos esgotos, o aformoseamento da cidade, são assuntos de palpitante interesse. E eles não teem sido descurados. A testa do Municipio está um grupo de homens todos republicanos sinceros, ponderados, moços ainda, de vigor e fé inquebrantaveis, e de intuitos honestos, desempoeirados de preconceitos nem ligações partidarias, presidido por um setubalense talentoso e activo. Pois, nesta hora do triunfo, d'aqui lhe gritamos, como nas horas de solidaria amargura, de cruel incerteza e opressora anciedade, ao toparmos nos escolhos do caminho da victoria: Para a frente!

LAMEIRAS DE FIGUEIREDO

DR. SAMPAIO E MELO
Ilustre primeiro Governador Civil de Setubal que hoje tomou posse

GENERAL LUIZ DOMINGUES
O ilustre militar, a cujo prestigio Setubal deve o favor maximo da creação do seu districto

CAMPOS RODRIGUES
O falecido jornalista que foi a primeira voz que se ergueu pela creação do districto de Setubal

A COMISSÃO QUE PELA PRIMEIRA VEZ, TRANSPOZ AS ESCADARIAS DOS MINISTERIOS, SOLICITANDO A CREAÇÃO DA VELHA ASPIRAÇÃO DE QUARENTA ANOS

Da esquerda para a direita: No primeiro plano: Engenheiro José Calheiros, Tenente Correia Gonçalves, Capitão Nunes Correia, Dr. Carlos Botelho Moniz, Tenente Augusto de Carvalho, Professor Joaquim Ferreira de Sousa e Antonio de Oliveira Bareiros. No 2.º plano: Oscar Paxeco, João da Costa Teixeira, Alberto Algobia Carrico, José Augusto dos Santos, A. Lameiras de Figueiredo, Joaquim Bento dos Santos e Alberto Sartoris.

Dr. Sampaio e Melo

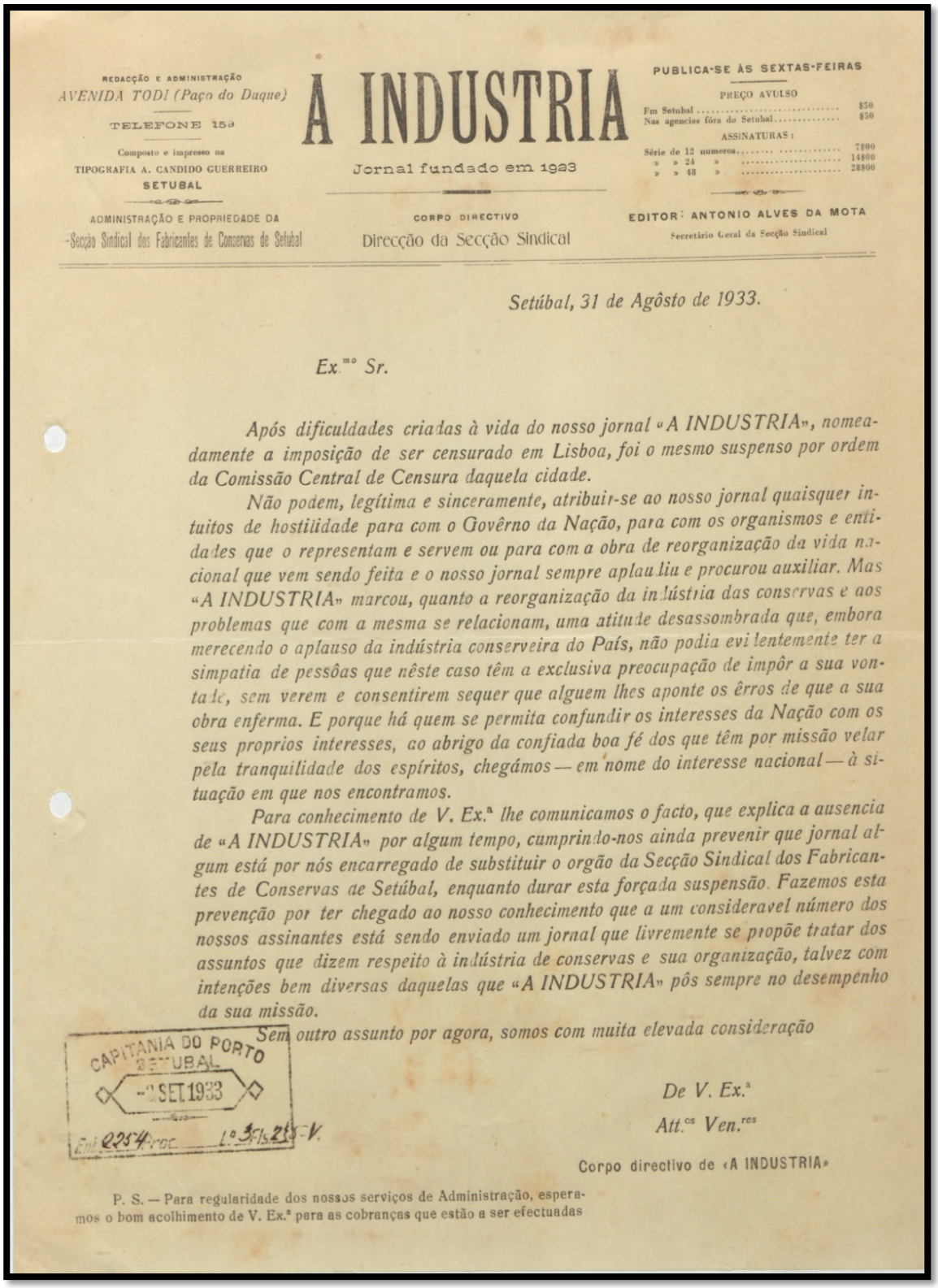
Tomou hoje posse do alto cargo de 1.º Governador Civil do distrito o sr. dr. Miguel Homem de Azevedo Queiroz de Sampaio e Melo, magistrado integerrimo e honesto, e figura de inconfundivel relevo no meio setubalense, onde é muito querido e respeitado pela isenção do seu caracter e lhaneza do seu trato. O sr. dr. Sampaio e Melo reside ha 6 anos nesta cidade, onde tem exercido o cargo de juiz, conquistando pela sua recta conducta no desempenho das altas funções desse lugar a admiração e a simpatia de todas as classes sociaes.

Alheio ás pugnas partidarias, de primorosa educação e de espirito sempathico, não conta senão amigos n'esta terra, á qual vae dedicar, na missão de que agora foi investido com unanime aplauso da nossa sociedade, toda a actividade da sua clara inteligencia. O «Distrito de Setubal» não hesita em afirmar de antemão, que das suas altas qualidades resultará uma politica puramente regional de aproximação dos concelhos do novo distrito e de estreitamento de relações dos seus povos.

O «Distrito de Setubal» saúda S. Ex.ª e o povo de esta região por ter á sua frente tão exemplar cidadão,

Fonte: *O Distrito de Setúbal*, n.º 10 de 03/03/1927, p. 1.

***A Indústria* anuncia a suspensão imposta pela Comissão Central de Censura (31/08/1933)**



REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
AVENIDA TODI (Paço do Duque)
TELEFONE 159
Composto e impresso na
TIPOGRAFIA A. CANDIDO GUERREIRO
SETUBAL
ADMINISTRAÇÃO E PROPRIEDADE DA
Secção Sindical dos Fabricantes de Conservas de Setubal

A INDUSTRIA

Jornal fundado em 1923

CORPO DIRECTIVO
Direcção da Secção Sindical

PUBLICA-SE ÀS SEXTAS-FEIRAS
PREÇO AVULSO
Em Setubal $50
Nas agencias fóra de Setubal $50
ASSINATURAS:
Série de 12 numeros ..... 7$00
» » 24 » ..... 14$00
» » 48 » ..... 28$00
EDITOR: ANTONIO ALVES DA MOTA
Secretário Geral da Secção Sindical

Setúbal, 31 de Agôsto de 1933.

Ex.mo Sr.

Após dificuldades criadas à vida do nosso jornal «A INDUSTRIA», nomeadamente a imposição de ser censurado em Lisboa, foi o mesmo suspenso por ordem da Comissão Central de Censura daquela cidade.

Não podem, legítima e sinceramente, atribuir-se ao nosso jornal quaisquer intuitos de hostilidade para com o Govêrno da Nação, para com os organismos e entidades que o representam e servem ou para com a obra de reorganização da vida nacional que vem sendo feita e o nosso jornal sempre aplaudiu e procurou auxiliar. Mas «A INDUSTRIA» marcou, quanto a reorganização da indústria das conservas e aos problemas que com a mesma se relacionam, uma atitude desassombrada que, embora merecendo o aplauso da indústria conserveira do País, não podia evidentemente ter a simpatia de pessôas que nêste caso têm a exclusiva preocupação de impôr a sua vontade, sem verem e consentirem sequer que alguem lhes aponte os êrros de que a sua obra enferma. E porque há quem se permita confundir os interesses da Nação com os seus proprios interesses, ao abrigo da confiada boa fé dos que têm por missão velar pela tranquilidade dos espíritos, chegámos — em nome do interesse nacional — à situação em que nos encontramos.

Para conhecimento de V. Ex.ª lhe comunicamos o facto, que explica a ausencia de «A INDUSTRIA» por algum tempo, cumprindo-nos ainda prevenir que jornal algum está por nós encarregado de substituir o orgão da Secção Sindical dos Fabricantes de Conservas de Setúbal, enquanto durar esta forçada suspensão. Fazemos esta prevenção por ter chegado ao nosso conhecimento que a um consideravel número dos nossos assinantes está sendo enviado um jornal que livremente se propõe tratar dos assuntos que dizem respeito à indústria de conservas e sua organização, talvez com intenções bem diversas daquelas que «A INDUSTRIA» pôs sempre no desempenho da sua missão.

Sem outro assunto por agora, somos com muita elevada consideração

CAPITANIA DO PORTO
SETUBAL
-2 SET 1933
Ent. 2254 Proc. Lº 3 Fls 235 V.

De V. Ex.ª
Att.os Ven.res
Corpo directivo de «A INDUSTRIA»

P. S. — Para regularidade dos nossos serviços de Administração, esperamos o bom acolhimento de V. Ex.ª para as cobranças que estão a ser efectuadas

Fonte: CDI-ACM, Núcleo 174, Pt. 269, Circular de 31/08/1933 enviada pelo corpo diretivo do jornal *A Indústria*.

A caricatura humorística a intervir nas eleições autárquicas de novembro de 1925

ANO 1.º SETUBAL, 22 DE NOVEMBRO DE 1925 N.º 1

O Mosquito

JORNAL HUMORISTICO

SILVA NETO

REDAÇÃO: Estrada de Algodeia — PUBLICAÇÃO EVENTUAL ◆ Avulso $30

Director: Mario Nascimento — Comp. e Imp. na Tip. Albino & C.ª—Setubal

DESENHOS DE SILVA NETO E MARIO NASCIMENTO

QUESTÃO DE LUZES...

C.M.S.

S. NETO

Camara pobre

Sou'ma Camara pequenina
d'uma vilória sem estética.
Sou bastante pobresinha
mas já tenho luz electrica!

Camara rica

Sou a Rainha do Sado!
A terra dos laranjaes
e do peixe conservado!
E tenho mais, muito mais!!!
Tenho predios bem bonitos
e um rio mal aproveitado!
Uso cheiros esquisitos;
tambem tenho mau calçado.
D'um governo sem egual
pelas maiores sumidades,
sou de todo o Portugal
a terceira das cidades!
Tenho grandes rendimentos!
Como vês, sou muito nobre!
Mas com estes espaventos
ilumino-me a... gaz pobre...

Camará pobre

Ouve então, oh! minha amiga:
—Assim estás a pedir chuva;
pois vi na tua cantiga
muita parra e pouca uva...

Zé de Setubal.

DO "MOSQUITO" IMPERTINENTE AO LEITOR MACAMBUZIO

Bem vi ha bocado, pobre viandante aborrecido, que tiveste a felicidade de cruzar o meu caminho, a cara com que ficaste quando o cavalheiro que me «ciceroneia» atravez as ruas da cidade, tentou fazer-te a minha apresentação, berrando nas tuas costas o meu nome de «indesejavel».

Vi logo que tinhas tomado a nuvem por Juno, e julgáras que apoz a praga de politicos que durante o dia te haviam cumprimentado segundo a côr da tua gravata, te ia cair em cima uma praga de mosquitos.

Fonte: "Questão de luzes…" in *O Mosquito*, n.º 1 de 22/11/1925, p. 1. Citado a partir de REBELO, cap. José, *Conheça um pouco mais de Setúbal*, Setulgráfica, Setúbal, 1992, p. 99.
Nota: Observa-se como a questão não existência da luz elétrica é ironicamente utilizada por uma cidade que seria das mais ricas do País.

Manifesto "Ao Público" de 03/03/1920. Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal

AO PUBLICO

A Classe dos Trabalhadores do Mar, enojada de tanta vilania e tana inveja, vem mais uma vez a publico desafrontar-se do vil e mentiroso manifesto, editado pelas classes de terra anexas á industria de conservas.

E' triste, lamentavel que operarios guerreiem operarios com as armas mais perniciosas: a intriga, a mentira e a maledicencia no intuito de nos derrubar.

A Classe Maritima procedendo, como tem procedido, luta contra a fome que se avisinha a passos agigantados de todos nós operarios, que nos sustentamos das industrias de conservas.

Não queremos privilégios.

O que desejamos é que o peixe não falte, o contrario acontecerá se os cêrcos a vapôr permanecerem muito tempo nas nossas Costas.

E' exemplo frisante o que tem acontecido nas do Norte e Sul.

Emquanto foram empregadas apenas as artes e os cêrcos americanos a remos nunca o peixe faltou; vieram os cêrcos a vapor já escasseia o peixe assustadoramente; esta é que é a verdade; e, ninguem seja quem fôr poderá convencer-nos do contrario.

De resto, digam-nos, senhores, quantas vitimas fizemos com os ataques aos cêrcos a vapor?

Em terra teem-se dado casos isolados de que a classe maritima não tem a menor interferencia; nunca aconselhámos a fazer disturbios nem a perseguir ninguem.

Diz o manifesto que as autoridades teem louvavelmente procurado pôr termo a esta situação.

Bravo, senhores operarios. Então é louvavel que sejam mortos a tiro os nossos camaradas, vossos irmãos de trabalho?!!

E' louvavel que a força armada contrarie a nossa defeza?!!

E' louvavel que camaradas nossos sejam esfaqueados e maltratados?!!!

Registamos a vossa opinião.

Positivamente o manifesto não exteriorisa o que sentis.

Alguem, de testa coroada, aristocratico e endinheirado, (talvez vossos patrões) anda metido como rato em sacristia, entre vós, a desorientar-vos; e já é tal a desorientação que aprovastes o reles e nojento papelúxo.

Nós sabemos perfeitamente, que dentro das vossas classes ha homens de bem, honestos e honrados que se não vendem; e, por isso, reprovam tudo que dizeis em nosso desabono.

E' verdade termos pedido ao sr. Ministro da Marinha uma zona para pescarmos evitando assim conflitos desagradaveis e poupar a vida aos nossos camaradas em perigo a toda a hora que aparece um cêrco a vapor.

A entrega das cédulas ao sr. capitão do Porto foi um acto de protesto contra as selvagerias praticadas contra os nossos companheiros; e não como diz o manifesto para reduzir á fôme o povo de Setubal pelo qual nutrimos a maior consideração e afecto.

Queiram provar senhores, quando é que os maritimos afastaram a tiro e á facada os nossos concorrentes?!!!

Responsabilisam-nos pelo que está sucedendo e não querem violencias contra nenhuma classe ou individuo e no entanto louvam a acção das autoridades, os assassinatos etc., etc.!!!

Onde está a seriedade e honestidade dos nossos inimigos?

Camaradas, acautelai-vos, que êles propalam, para aterrorizar o povo e as autoridades, que vós resolvestes assaltar as mercearias; e ao menor gesto caireis fusilados.

Cuidado, muito cuidado com os truques dos nossos inimigos; êles são capazes de assaltar essas mercearias e meter-vos depois á bulha para nos desacreditar e enxovalhar.

Cuidado muito cuidado.

* * *

Mais uma arbitrariedade das senhoras auctoridades de Setubal.

Perguntamos nós, se é assim que se cumpre a lei, arrombando ás 2 horas da noite a porta da residencia de um camarada nosso, prendendo-o, quando a este camarada nem tempo lhe deram para se vestir, vindo juntos do quarto os agentes da auctoridade de pistola em punho; sem que tivesse cometido crime que désse motivo a tal, deixando á solta os criminosos.

Tornamos a perguntar se é assim que se procede em plena *Democracia;* não se ralem que ainda ha-de vir o dia que se faça justiça aos vossos crimes; e vós outros que colaboraes n'esses mesmos atos, capachos dos seus verdugos, não pensem que não hão-de ter o seu dia de perseguição como nós.

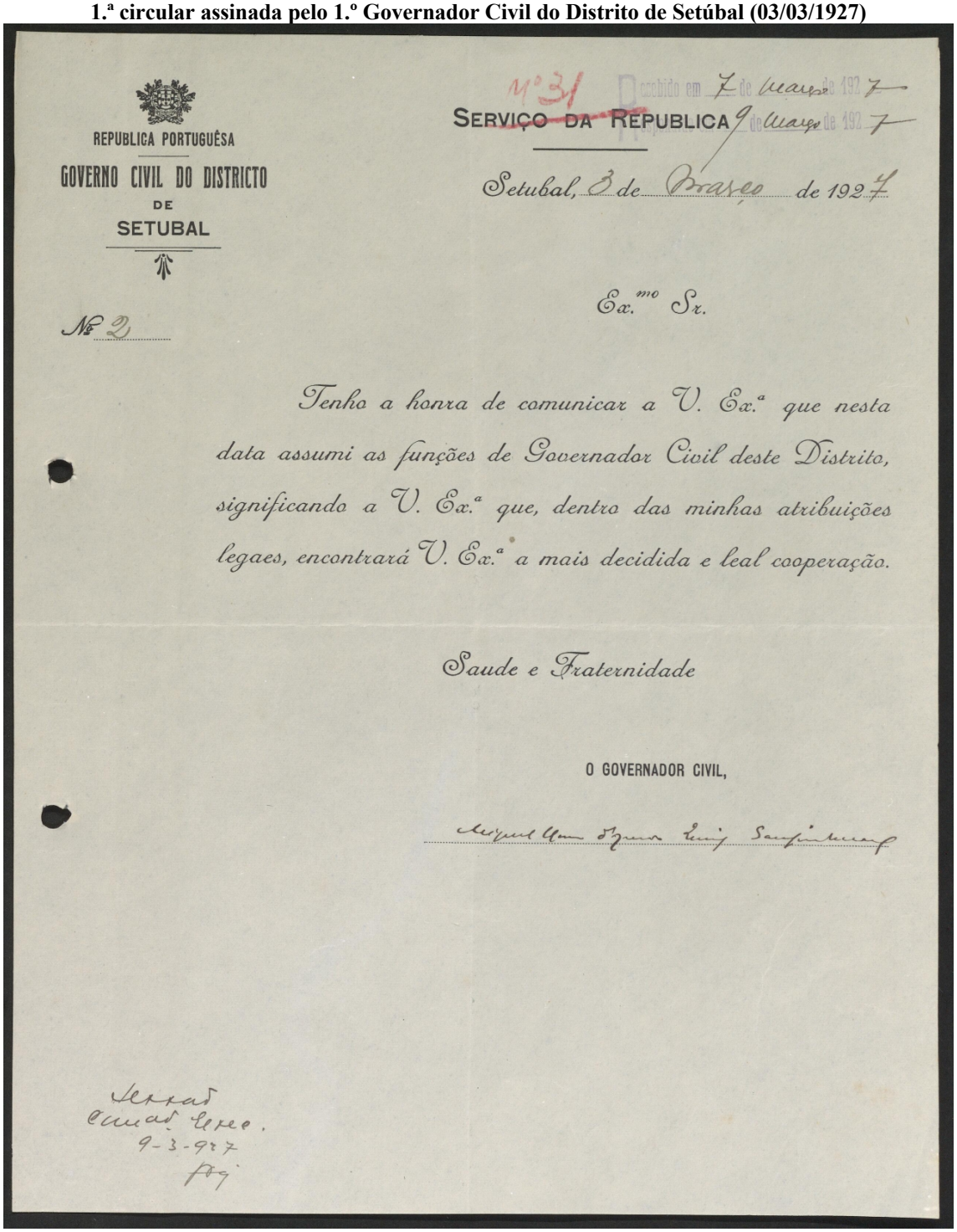
Setubal, 3 de Março de 1920.

EDITORA: — A Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar

Composto e impresso na Tipografia Albino & C.ª—Avenida Todi e Largo do Carmo—Setubal

Fonte: Coleção particular António Cunha Bento.

1.ª circular assinada pelo 1.º Governador Civil do Distrito de Setúbal (03/03/1927)



REPUBLICA PORTUGUÊSA
GOVERNO CIVIL DO DISTRICTO
DE
SETUBAL

Nº 31

SERVIÇO DA REPUBLICA

Recebido em 7 de Março de 1927
Respondido em 9 de Março de 1927

Setubal, 3 de Março de 1927

Nº 2

Ex.mo Sr.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que nesta data assumi as funções de Governador Civil deste Distrito, significando a V. Ex.ª que, dentro das minhas atribuições legaes, encontrará V. Ex.ª a mais decidida e leal cooperação.

Saude e Fraternidade

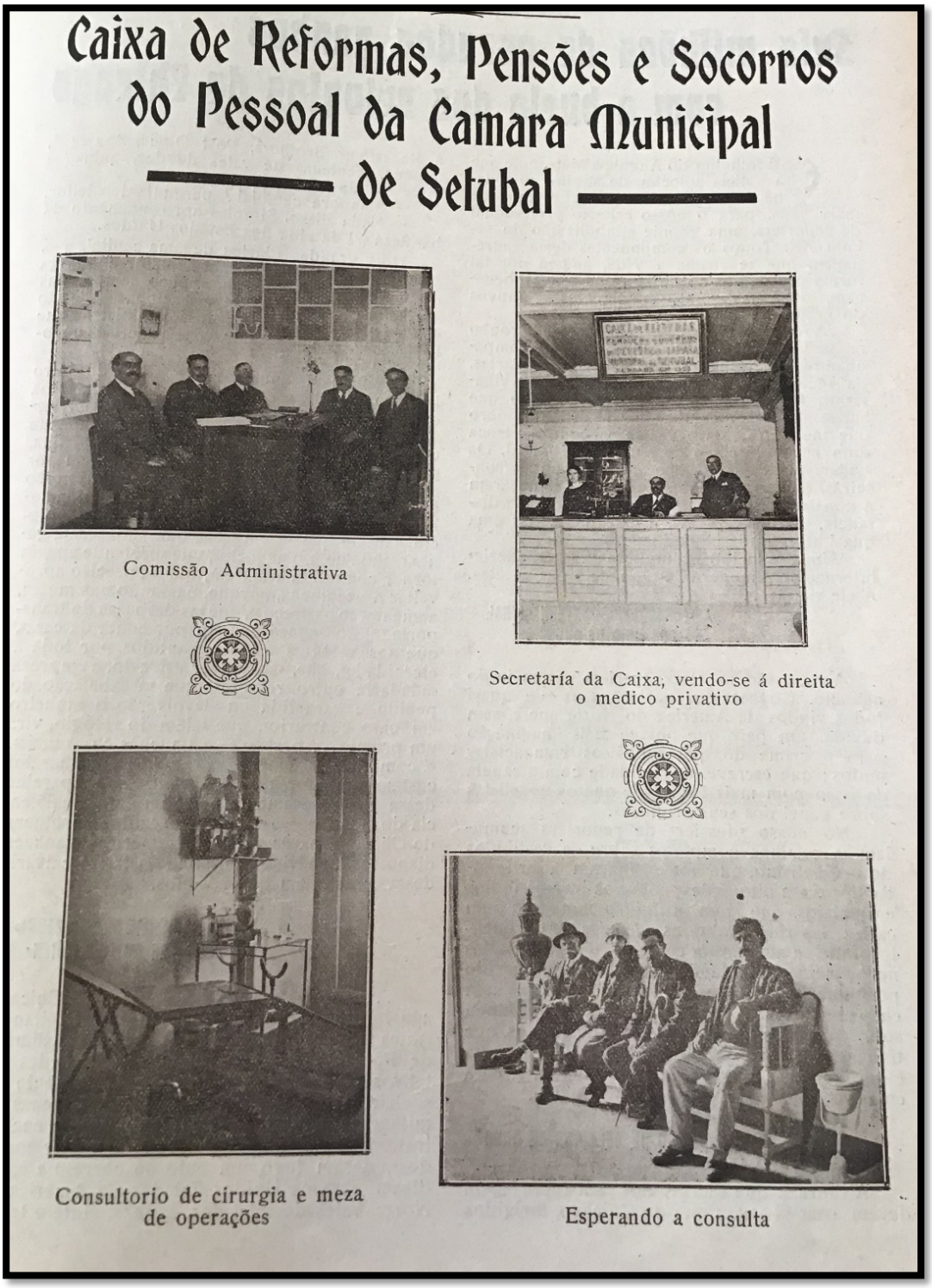
O GOVERNADOR CIVIL,

[illegible]

Serrão
Comand. Exec.
9-3-927
[illegible]

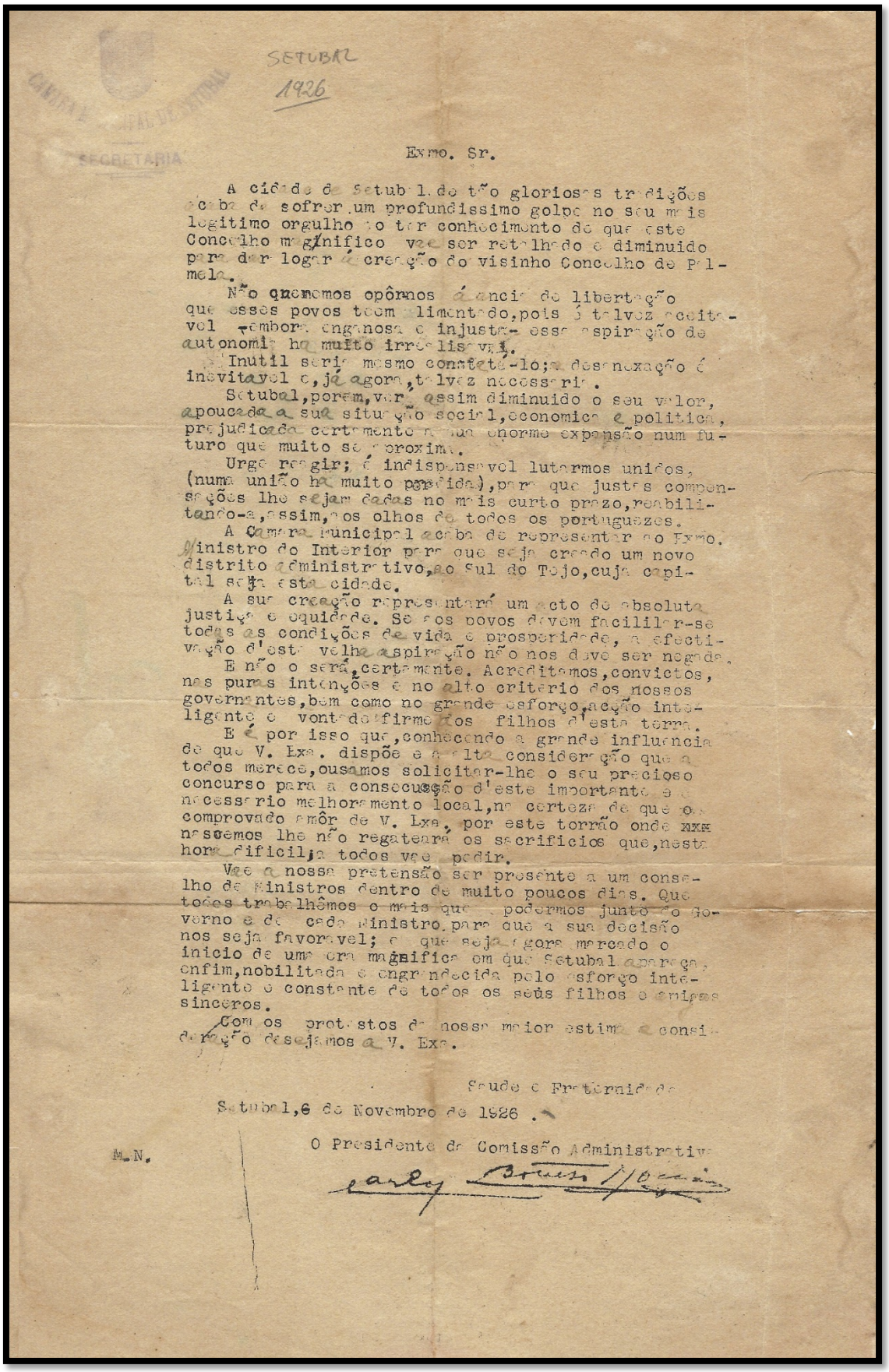
Fonte: APLSS, Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Estrutura orgânica e funcional, Documentação estruturante, Cx. 23, Proc.º n.º 341 (Correspondência trocada com o Governo Civil de Setúbal).

Caixa de Reformas, Pensões e Socorros do Pessoal da C.M. de Setúbal



Fonte: "Pró-solidariedade: Caixa de Reformas, Pensões e Socorros do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal" in *Cetóbriga – Revista Ilustrada*, n.º 6 de 16/05/1926, p. 6.

Circular de 06/11/1926 enviada pelo Dr. Carlos Botelho Moniz para a criação do distrito de Setúbal



SETUBAL
1926

Exmo. Sr.

A cidade de Setubal, de tão gloriosas tradições acaba de sofrer um profundissimo golpe no seu mais legitimo orgulho ao ter conhecimento de que este Concelho magnifico vae ser retalhado e diminuido para dar logar á creação do visinho Concelho de Palmela.

Não queremos opôrmos á ancia de libertação que esses povos teem alimentado, pois é talvez acceitavel - embora enganosa e injusta - essa aspiração de autonomia ha muito irrealisavel.

Inutil seria mesmo combate-lo; a desanexação é inevitavel e, já agora, talvez necessaria.

Setubal, porem, vae assim diminuido o seu valor, apoucada a sua situação social, economica e politica, prejudicada certamente na sua enorme expansão num futuro que muito se aproxima.

Urge reagir; é indispensavel lutarmos unidos, (numa união ha muito perdida), para que justas compensações lhe sejam dadas no mais curto prazo, reabilitando-a, assim, aos olhos de todos os portuguezes.

A Camara Municipal acaba de representar ao Exmo. Ministro do Interior para que seja creado um novo distrito administrativo, ao Sul do Tejo, cuja capital seja esta cidade.

A sua creação representará um acto de absoluta justiça e equidade. Se os povos devem facilitar-se todas as condições de vida e prosperidade, a efectivação d'esta velha aspiração não nos deve ser negada.

E não o será, certamente. Acreditamos, convictos, nas puras intenções e no alto criterio dos nossos governantes, bem como no grande esforço, acção inteligente e vontade firme dos filhos d'esta terra.

E é por isso que, conhecendo a grande influencia de que V. Exa. dispõe e a alta consideração que a todos merece, ousamos solicitar-lhe o seu precioso concurso para a consecução d'este importante e necessario melhoramento local, na certeza de que o comprovado amôr de V. Exa. por este torrão onde nascemos lhe não regateará os sacrificios que, nesta hora dificil, a todos vae pedir.

Vae a nossa pretensão ser presente a um conselho de Ministros dentro de muito poucos dias. Que todos trabalhêmos o mais que podermos junto do Governo e de cada Ministro, para que a sua decisão nos seja favoravel; e que seja agora marcado o inicio de uma era magnifica em que Setubal apareça, enfim, nobilitada e engrandecida pelo esforço inteligente e constante de todos os seus filhos e amigos sinceros.

Com os protestos de nossa maior estima e consideração desejamos a V. Exa.

Saude e Fraternidade

Setubal, 6 de Novembro de 1926.

O Presidente da Comissão Administrativa

M. N.

Fonte: Coleção particular de António Cunha Bento

Presos políticos, sindicatos e documentação ‘subversiva’

Jaurés Américo Viegas

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Polícias Anteriores, Álbuns de Fotografias de Nacionais Cadastrados, Álbum n.º 1, Cadastrado n.º 7238 – Jaurés Américo Viegas.

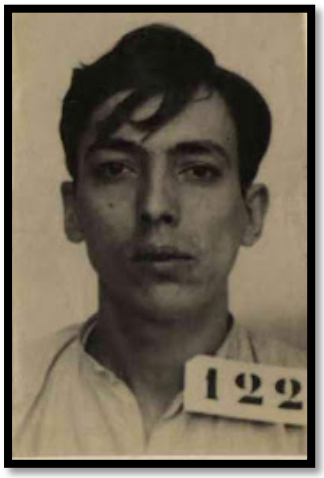
Bertoldo Duarte Camacho

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Polícias Anteriores, Álbuns de Fotografias de Nacionais Cadastrados, Álbum n.º 3, Cadastrado n.º 10801 – Bertoldo Duarte Camacho.

Dr. Amâncio de Alpoim, preso político aquando da ‘Revolta do Castelo’ (1928)

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar. Reprodução. PT-AHF/AF/R1537/i5188

António Augusto Quaresma, preso político em 1931 e 1934.



Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Polícias Anteriores, Álbuns de Fotografias de Nacionais Cadastrados, Álbum n.º 4, Registo n.º 2554 – António Augusto Quaresma.

Jorge da Silva – militante anarquista envolvido em diversos episódios da oposição

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Polícias Anteriores, Álbuns de Fotografias de Nacionais Cadastrados, Álbum n.º 4, Registo n.º 2603 – Jorge da Silva.

Jaime da Conceição Conde

Fonte: "Um modelo de virtudes: Jaime da Conceição Conde" in *A Vitória*, n.º 116 de 05/10/1933, p. 3.

Capitão João Maria Teixeira de Carvalho, comandante da G.N.R. de Setúbal sublevado em 1927

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AI/L14/11062

Capitão Francisco Salgueiro da Silva, militar sublevado do R.I. n.º 11 na 'Revolta do Castelo'

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AIII/L21/14490.

Alferes da Guarda Fiscal José da Cruz Barroso, militar envolvido na 'Revolta do Castelo'

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AVII/L71/40459.

Capitão Alfredo José Barroso, militar envolvido no Reviralho em Setúbal

Fonte: Arquivo Histórico-Militar. PT/AHM/FE/P29/AVII/L68/38849.

Manuel dos Santos Quintas, responsável pelo atentado de 1925

Fonte: "O atentado de Setúbal" in *O Século*, n.º 15.638 de 13/09/1925, p. 2.

João Maria Major, deportado como 'Legionário Vermelho'

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Polícias Anteriores, Álbuns de Fotografias de Nacionais Cadastrados, Álbum n.º 1, Cadastrado n.º 714 – João Maria Major.

Dr. José Romão dos Santos Ferro na prisão do Hospital Militar de Setúbal (fev. de 1927)

Fonte: JÚLIO, Joaquim da Costa, "Democratas que eu conheci – Santos Ferro" in *O Setubalense*, n.º 4.927 de 11/06/1975, p. 5.
Legenda original: "Santos Ferro, o primeiro da esquerda, com outros companheiros no quarto da prisão do Hospital Militar de Setúbal, aquando do 7 de Fevereiro de 1927".

Luís Faria Trindade, diretor do diário *O Setubalense* e preso político no pós-fevereiro de 1927

Fonte: "Luís Faria Trindade" in *A Mocidade*, n.º 547 de 01/12/1927, p. 1.

João Albino, militar preso em Setúbal aquando da Revolta do Castelo

Fonte: MOTA, Arlindo, "João Albino: O mais antigo testemunho da implantação da República" in *Revista Património*, n.º 3, SALPA, Setúbal, 1985, I-IV.

Constantino Ventura, preso político durante o movimento contra o imposto de 2%

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, Liv. 18, Registo n.º 3583 de Constantino Ventura.

Sabina Lopes Franco e Francisco Franco (um dos dirigentes da greve dos marítimos de 1931)

Fonte: Projeto Mosca. [Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/ Consultado em 01/08/2022]

José Artur Quaresma, proprietário da barbearia que serviu de centro político do anarquismo e preso durante o protesto contra o imposto de 2%

Fonte: Projeto Mosca. [Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/ Consultado em 01/08/2022]

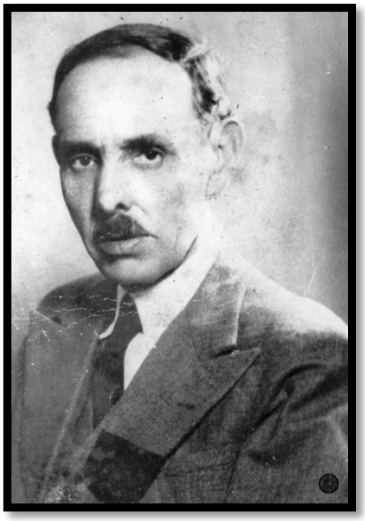
Jorge Artur Quaresma, preso aquando do movimento contra o desconto de 2% (1932) e responsável pelas biografias de dezenas de acratas de Setúbal

Fonte: Projeto Mosca. [Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/ Consultado a 01/08/2022]

Francisco José de Brito ('O Xico Cagarrão'), preso aquando da greve dos marítimos de 1931

Fonte: Projeto Mosca. [Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/ Consultado a 01/08/2022]

José Reis Couto, preso político do sidonismo e um dos agredidos pelo administrador do concelho



Fonte: Projeto Mosca. [Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/ Consultado a 01/08/2022]

Norberto Valido, preso político do sidonismo e um dos agredidos pelo administrador do concelho

Fonte: Projeto Mosca. [Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/ Consultado a 01/08/2022]

José Bernardo, militante e dirigente anarquista. Preso político do 18 de janeiro de 1934

Fonte: SCARPA, Eupremio; SILVA, João Santana, *Um Bairro, Um Clube: 100 anos de história do São Domingos Futebol Clube*, Rainho & Neves, Santa Maria da Feira, 2022, p. 69.

Afonso do Nascimento Ventura. Preso político do sidonismo.

Fonte: Saúl (pseudónimo), "Afonso Ventura" in *Eu sei tudo*, n.º 14 de 22/09/1918, p. 1.

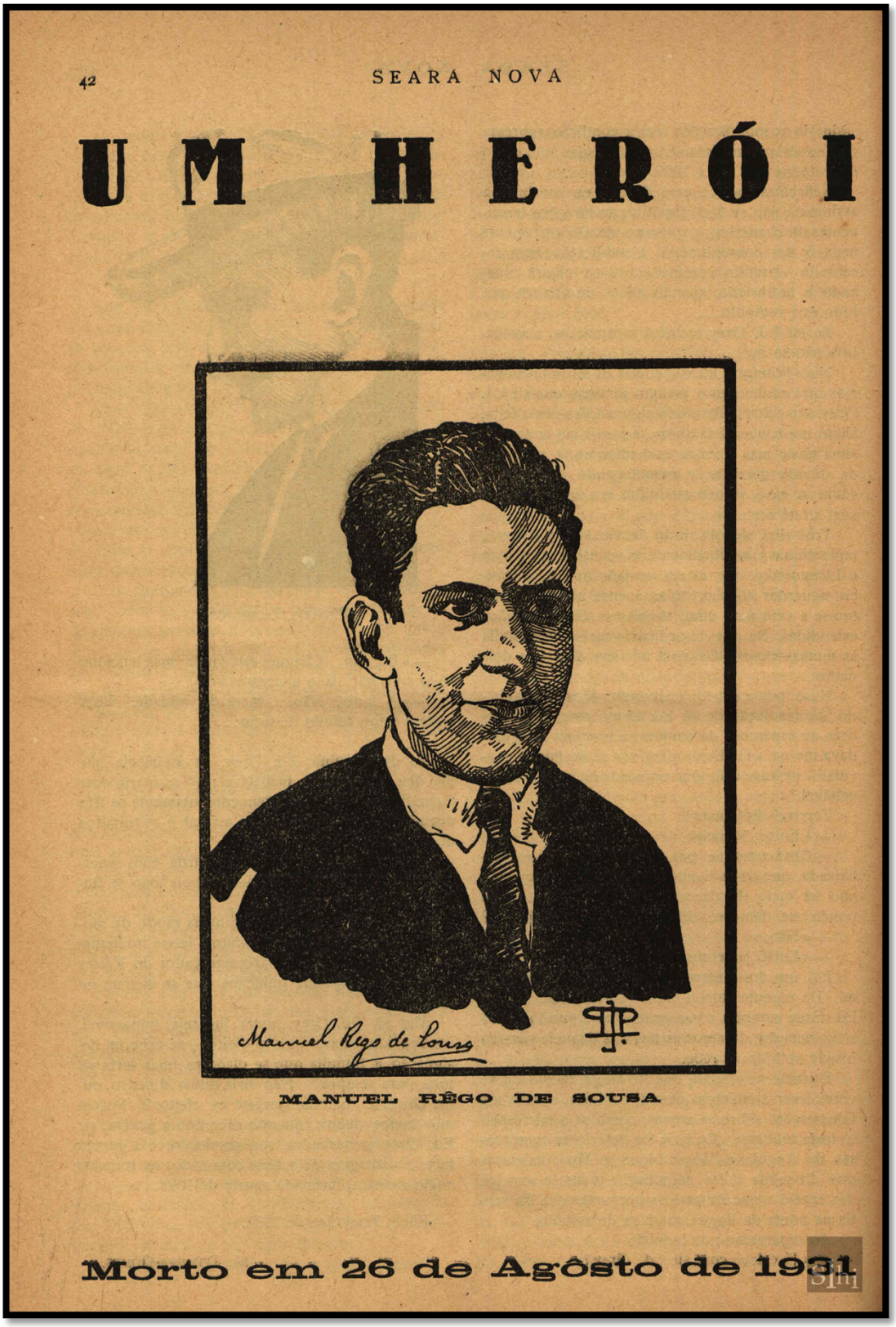
Jaime Rebelo, ‘O Homem da Boca Cerrada’

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Registo Geral de Presos, Lv. 1, n.º 119. PT/TT/PIDE/E/010/1/119

A barbearia de José Artur Quaresma, centro político anarquista local, no lado direito da Pensão Esperança. (c. anos 40)

Fonte: Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro. PT/AFAMR/AMR-841.

Retrato de Manuel Rego de Sousa, cofundador do grupo da *Seara Nova* em Setúbal e morto nos combates da revolta de 26 agosto de 1931.



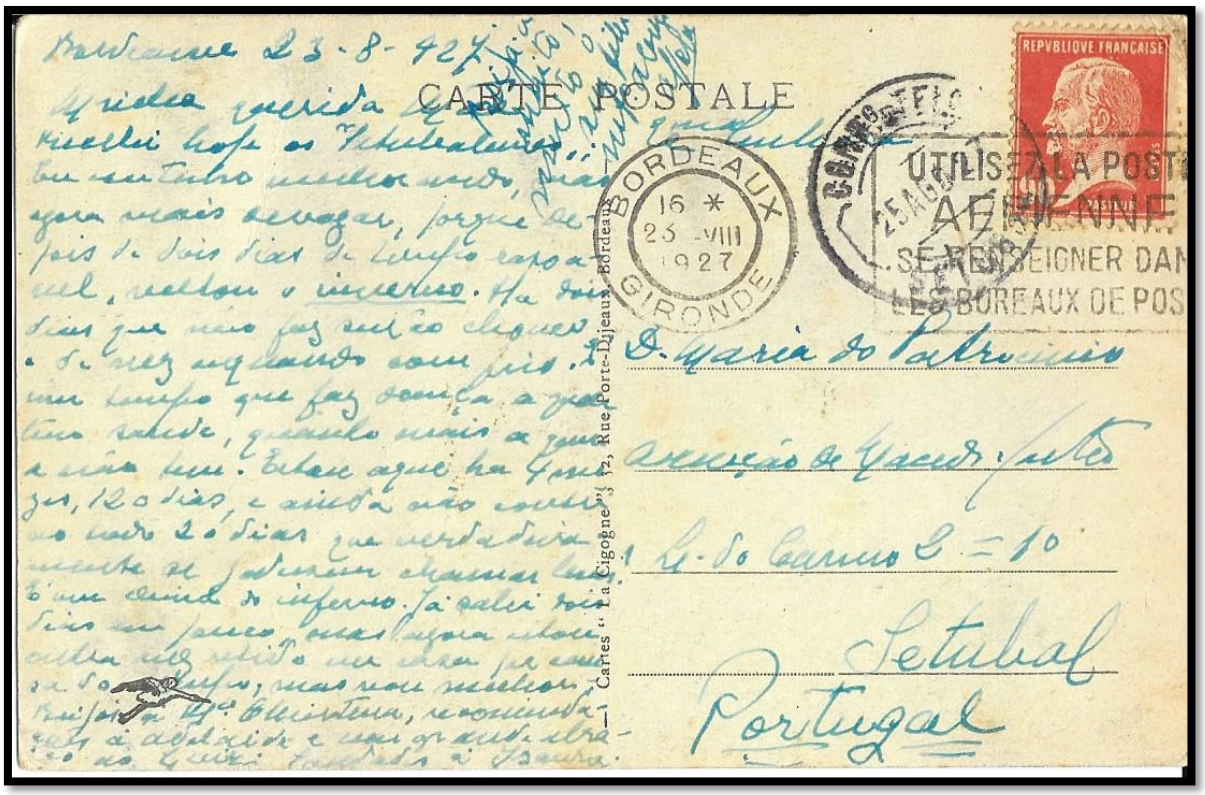
Fonte: *Seara Nova*, n.º 267 de 15/10/1931, p. 42.
Nota: Os pais e os irmãos de Manuel Rego de Sousa, em Setúbal, deixaram um agradecimento a todos que estiverem presentes no funeral do dia 30 de agosto.[2434]

[2434] "Agradecimento" in *Seara Nova*, n.º 267 de 15/10/1931, p. 51.

José Carlos Rates e outros grevistas detidos na canhoneira *Zaire* após as greves de 1911

Fonte: Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro (AR15827). Autor desconhecido.

Postal de Afonso Macedo e Castro dirigido à sua mãe. Escrito no exílio (23/08/1927)

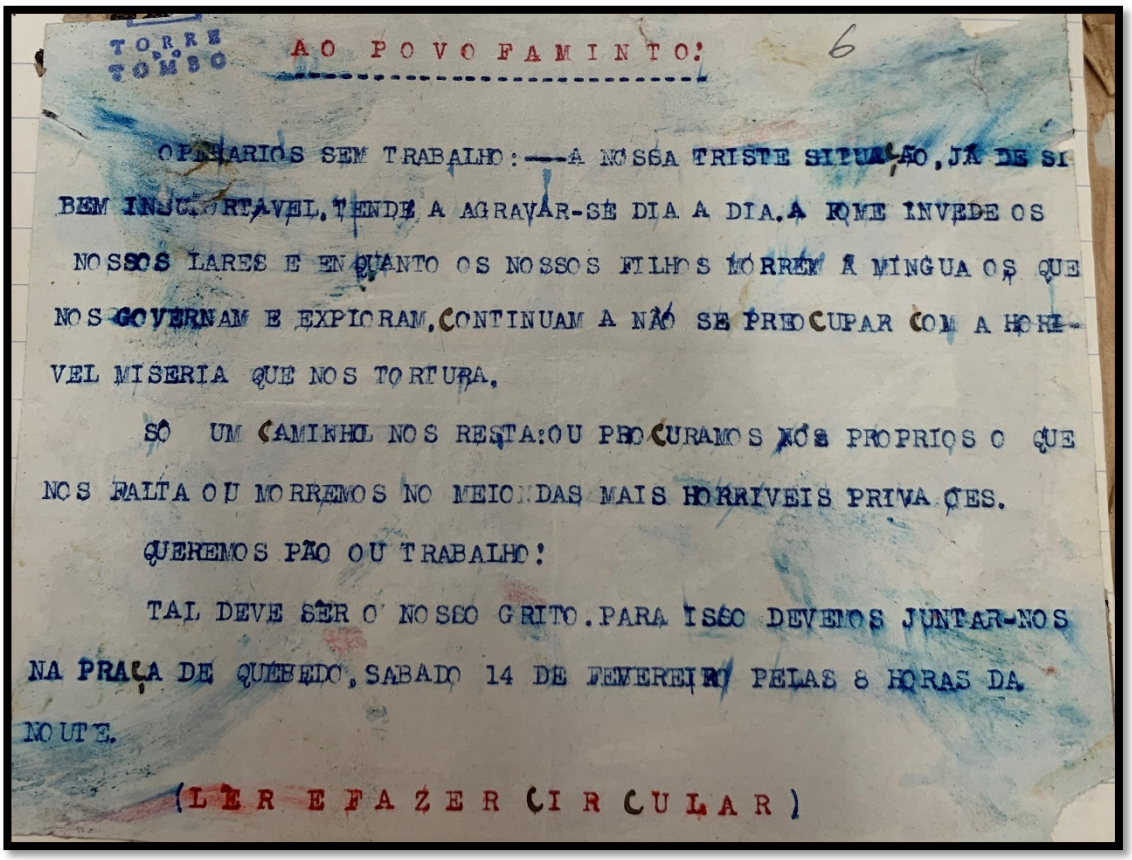


Fonte: Coleção particular do descendente Luís Guerreiro

Carimbo da Federação Local de Setúbal das Juventudes Libertárias

Fonte: AHS-BNP, N61, Secção Carimbos e Matrizes, Cx. 115.

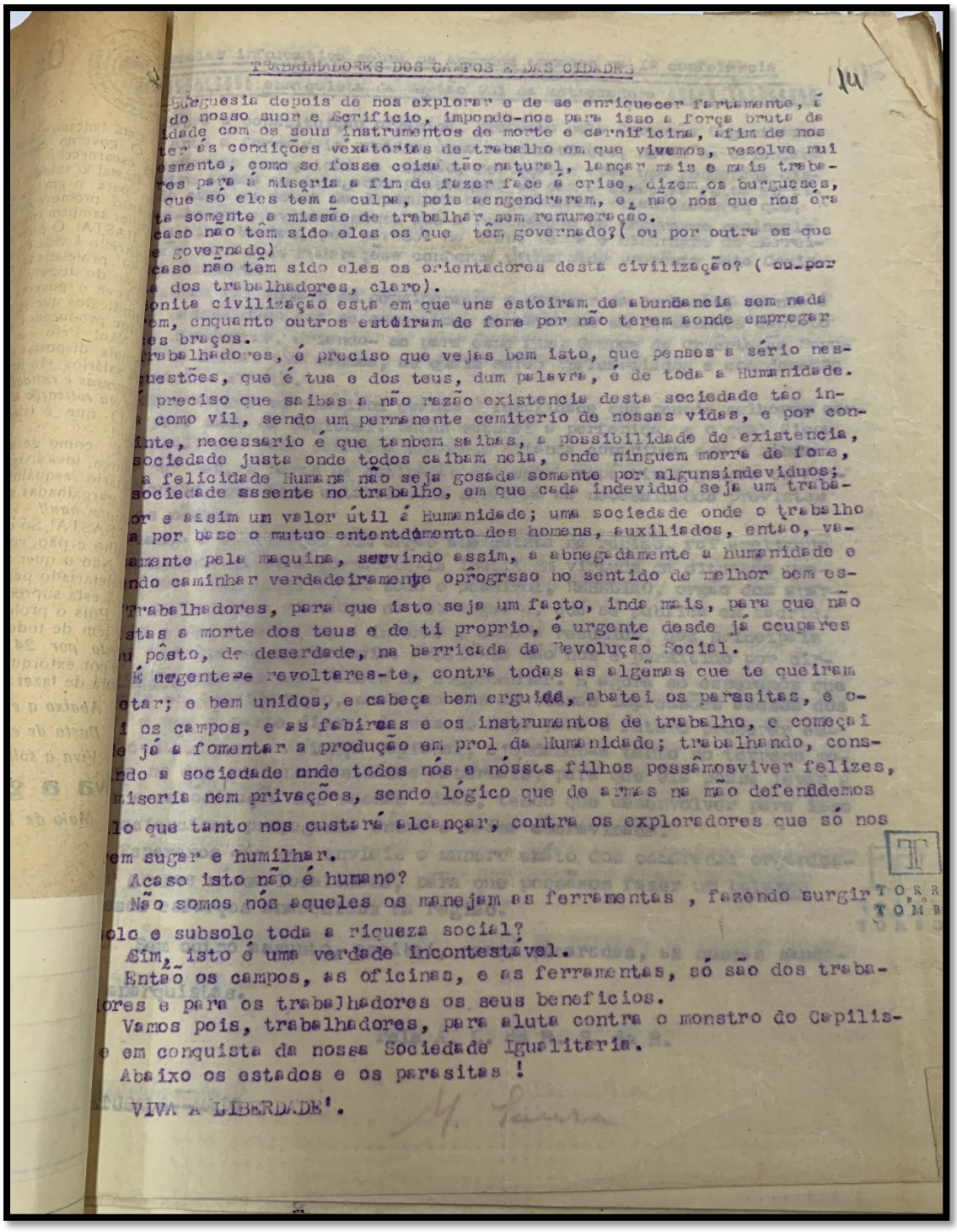
Panfleto "Ao Povo Faminto", apreendido num prédio da Fonte Nova (14/02/1931)



Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 4817 da Polícia de Informações de Lisboa, NT 4270, Panfletos "Ao Povo Faminto" anexos à participação de 14/02/1931 enviada por um guarda da PSP de Setúbal para o respetivo comandante.

Nota: Observa-se a falta da letra **C**, colocada manualmente, conforme os autos da máquina apreendida na habitação do José de Melo Bandeira.

Documento dactilografado 'Trabalhadores dos campos e das cidades', com a assinatura do operário conserveiro Manuel de Sousa



TRABALHADORES DOS CAMPOS E DAS CIDADES

14

burguesia depois de nos explorar e de se enriquecer fartamente, à
do nosso suor e sacrifício, impondo-nos para isso a força bruta da
idade com os seus instrumentos de morte e carnificina, afim de nos
ter ás condições vexatórias de trabalho em que vivemos, resolve mui
esmente, como se fosse coisa tão natural, lançar mais e mais traba-
res para a miseria a fim de fazer face á crise, dizem os burgueses,
que só eles têm a culpa, pois acongendraram e, não nós que nos era
te somente a missão de trabalhar sem remuneração.
caso não têm sido eles os que têm governado?(ou por outra os que
e governado)
caso não têm sido eles os orientadores desta civilização? (ou por
á dos trabalhadores, claro).
onita civilização esta em que uns estoiram de abundancia sem nada
em, enquanto outros estoiram de fome por não terem aonde empregar
es braços.
rabalhadores, é preciso que vejas bem isto, que penses a sério nes-
uestões, que é tua e dos teus, dum palavra, é de toda a Humanidade.
preciso que saibas a não razão existencia desta sociedade tão in-
como vil, sendo um permanente cemiterio de nossas vidas, e por con-
inte, necessario é que tambem saibas, a possibilidade de existencia,
sociedade justa onde todos caibam nela, onde ninguem morra de fome,
a felicidade Humana não seja gosada somente por algunsindeviduos;
sociedade assente no trabalho, em que cada indeviduo seja um traba-
or e assim um valor útil á Humanidade; uma sociedade onde o trabalho
a por base o mutuo ententdamento dos homens, auxiliados, então, va-
amente pela maquina, servindo assim, a abnegadamente a humanidade e
ndo caminhar verdadeiramente oprogrsso no sentido de melhor bem es-
Trabalhadores, para que isto seja um facto, inda mais, para que não
stas a morte dos teus e de ti proprio, é urgente desde já ocupares
u pôsto, de deserdade, na barricada da Revolução Social.
É urgente-se revoltares-te, contra todas as algêmas que te queiram
otar; e bem unidos, e cabeça bem erguida, abatei os parasitas, e o-
i os campos, e as fabricas e os instrumentos de trabalho, e começai
e já a fomentar a produção em prol da Humanidade; trabalhando, cons-
ndo a sociedade onde todos nós e nósses filhos possâmosviver felizes,
miseria nem privações, sendo lógico que de armas na mão defendêmos
lo que tanto nos custará alcançar, contra os exploradores que só nos
em sugar e humilhar.
Acaso isto não é humano?
Não somos nós aqueles os manejam as ferramentas , fazendo surgir
olo e subsolo toda a riqueza social?
Sim, isto é uma verdade incontestável.
Então os campos, as oficinas, e as ferramentas, só são dos traba-
ores e para os trabalhadores os seus beneficios.
Vamos pois, trabalhadores, para aluta contra o monstro do Capilis-
e em conquista da nossa Sociedade Igualitaria.
Abaixo os estados e os parasitas !

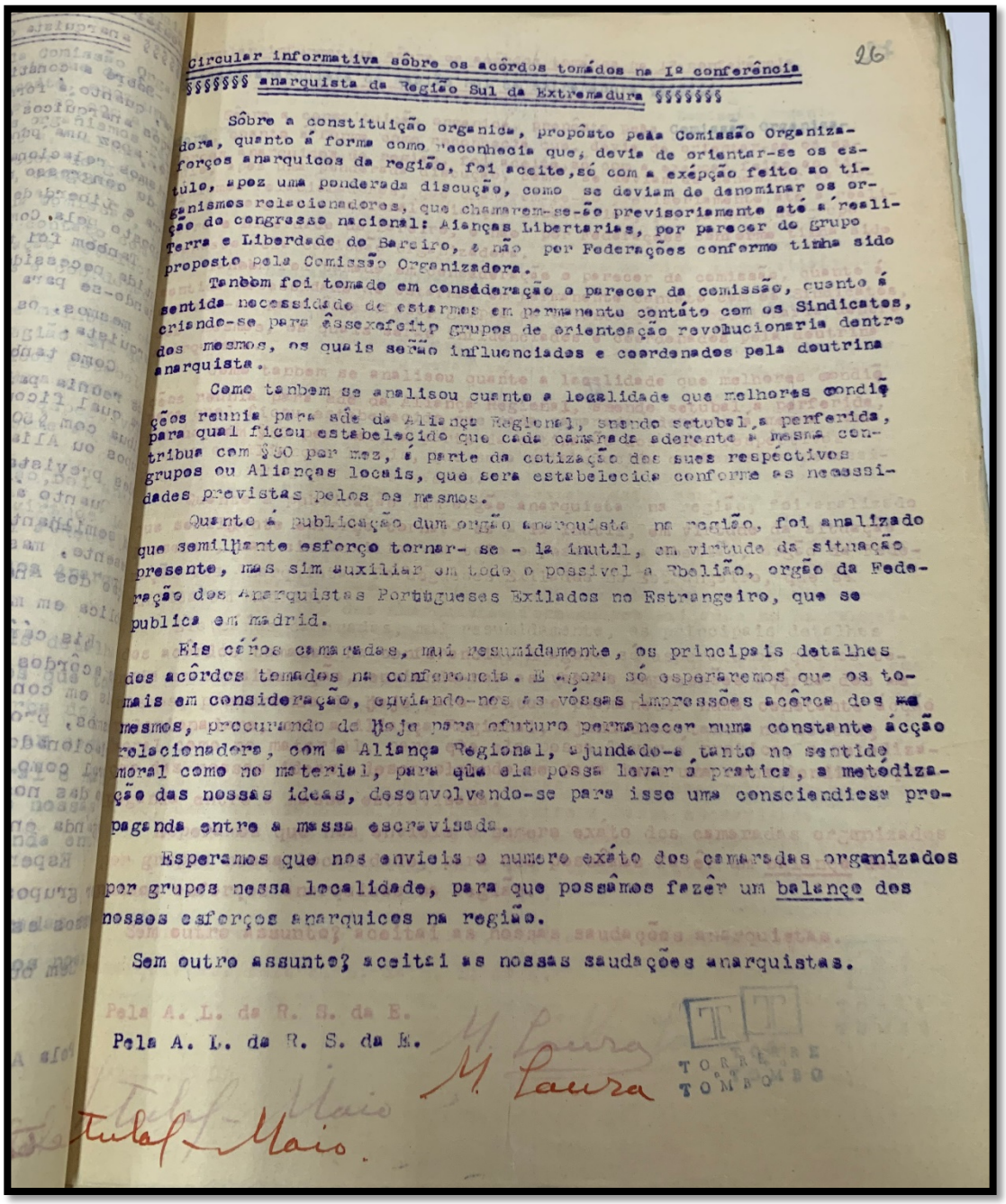
VIVA A LIBERDADE'.

M. Sousa

TORRE DO TOMBO

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 413 da Secção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional Portuguesa, NT 4286.

‘Circular informativa sobre os acordos tomados na I.ª conferência anarquista da Região Sul da Extremadura’, assinado por Manuel Sousa, operário conserveiro de Setúbal. (maio de 1932)



26

Circular informativa sôbre os acôrdos tomádos na Iª conferência
§§§§§§§ anarquista da Região Sul da Extremadura §§§§§§§

Sôbre a constituição organica, propôsto pela Comissão Organizadora, quanto á forma como reconhecia que, devia de orientar-se os esforços anarquicos da região, foi aceite, só com a exépção feito ao titulo, apoz uma ponderada discução, como se deviam de denominar os organismos relacionadores, que chamarem-se-ão previsoriamente até á realição do congresso nacional: Aianças Libertarias, por parecer do grupo Terra e Liberdade do Bareiro, e não por Federações conforme tinha sido proposto pela Comissão Organizadora.

Tanbem foi tomado em consideração o parecer da comissão, quanto á sentida necessidade de estarmos em permanente contáto com os Sindicatos, criando-se para êssexefeitp grupos de orientação revolucionaria dentro dos mesmos, os quais serão influenciados e coordenados pela doutrina anarquista.

Como tanbem se analisou quanto a localidade que melhores condições reunia para sde da Aliança Regional, sendo setubal a perferida, para qual ficou estabelecido que cada camarada aderente á mesma contribua com $50 por mez, á parte da cotização dos sues respéctivos grupos ou Alianças locais, que sera estabelecida conforme as necessidades previstas pelos os mesmos.

Quanto á publicação dum orgão anarquista na região, foi analizado que semilhante esforço tornar- se - ia inutil, em virtude da situação presente, mas sim auxiliar em todo o possivel a Rbelião, orgão da Federação dos Anarquistas Portugueses Exilados no Estrangeiro, que se publica em madrid.

Eis cáros camaradas, mui resumidamente, os principais detalhes dos acôrdos tomados na conferencia. E agora só esperaremos que os tomais em consideração, enviando-nos as vóssas impressões acêrca dos mesmos, procurando de hoje para ofuturo permanecer numa constante ácção relacionadora, com a Aliança Regional, ajundado-a tanto no sentido moral como no material, para que ela possa levar á pratica, a metódização das nossas ideas, desenvolvendo-se para isso uma consciendiosa propaganda entre a massa escravisada.

Esperamos que nos envieis o numero exáto dos camaradas organizados por grupos nessa localidade, para que possâmos fazêr um balanço dos nossos esforços anarquicos na região.

Sem outro assunto, aceitai as nossas saudações anarquistas.

Pela A. L. da R. S. da E.

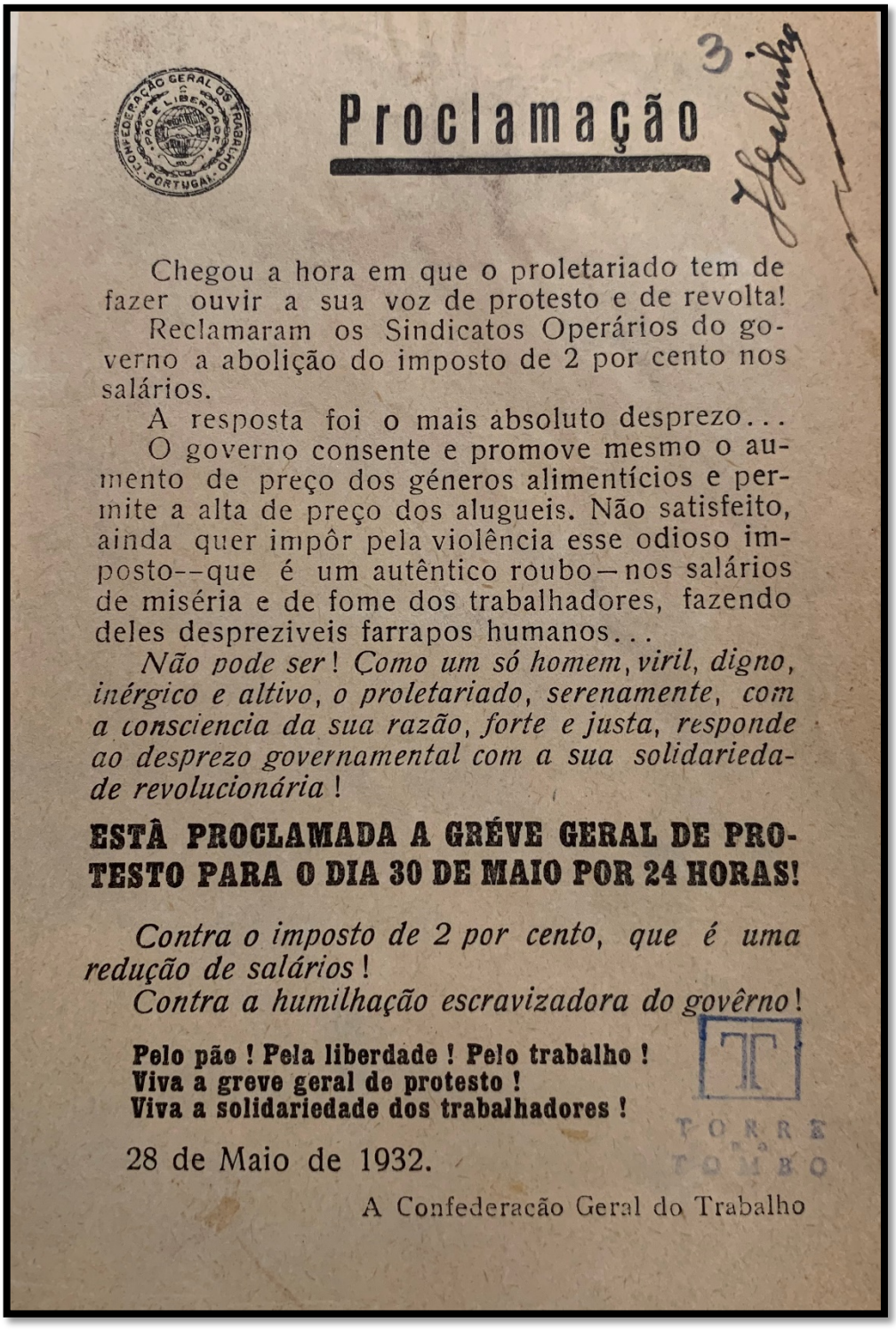
M. Laura

Setubal - Maio

TORRE DO TOMBO

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 413 da Secção de Vigilância Política e Social da Política Internacional Portuguesa, NT 4286.

Panfleto 'Proclamação' da CGT, de 28 de maio de 1932, apreendido em Setúbal



Proclamação

Chegou a hora em que o proletariado tem de fazer ouvir a sua voz de protesto e de revolta!

Reclamaram os Sindicatos Operários do governo a abolição do imposto de 2 por cento nos salários.

A resposta foi o mais absoluto desprezo...

O governo consente e promove mesmo o aumento de preço dos géneros alimentícios e permite a alta de preço dos alugueis. Não satisfeito, ainda quer impôr pela violência esse odioso imposto--que é um autêntico roubo—nos salários de miséria e de fome dos trabalhadores, fazendo deles despreziveis farrapos humanos...

Não pode ser! Como um só homem, viril, digno, inérgico e altivo, o proletariado, serenamente, com a consciencia da sua razão, forte e justa, responde ao desprezo governamental com a sua solidariedade revolucionária!

ESTÂ PROCLAMADA A GRÉVE GERAL DE PROTESTO PARA O DIA 30 DE MAIO POR 24 HORAS!

Contra o imposto de 2 por cento, que é uma redução de salários!

Contra a humilhação escravizadora do govêrno!

Pelo pão! Pela liberdade! Pelo trabalho!
Viva a greve geral de protesto!
Viva a solidariedade dos trabalhadores!

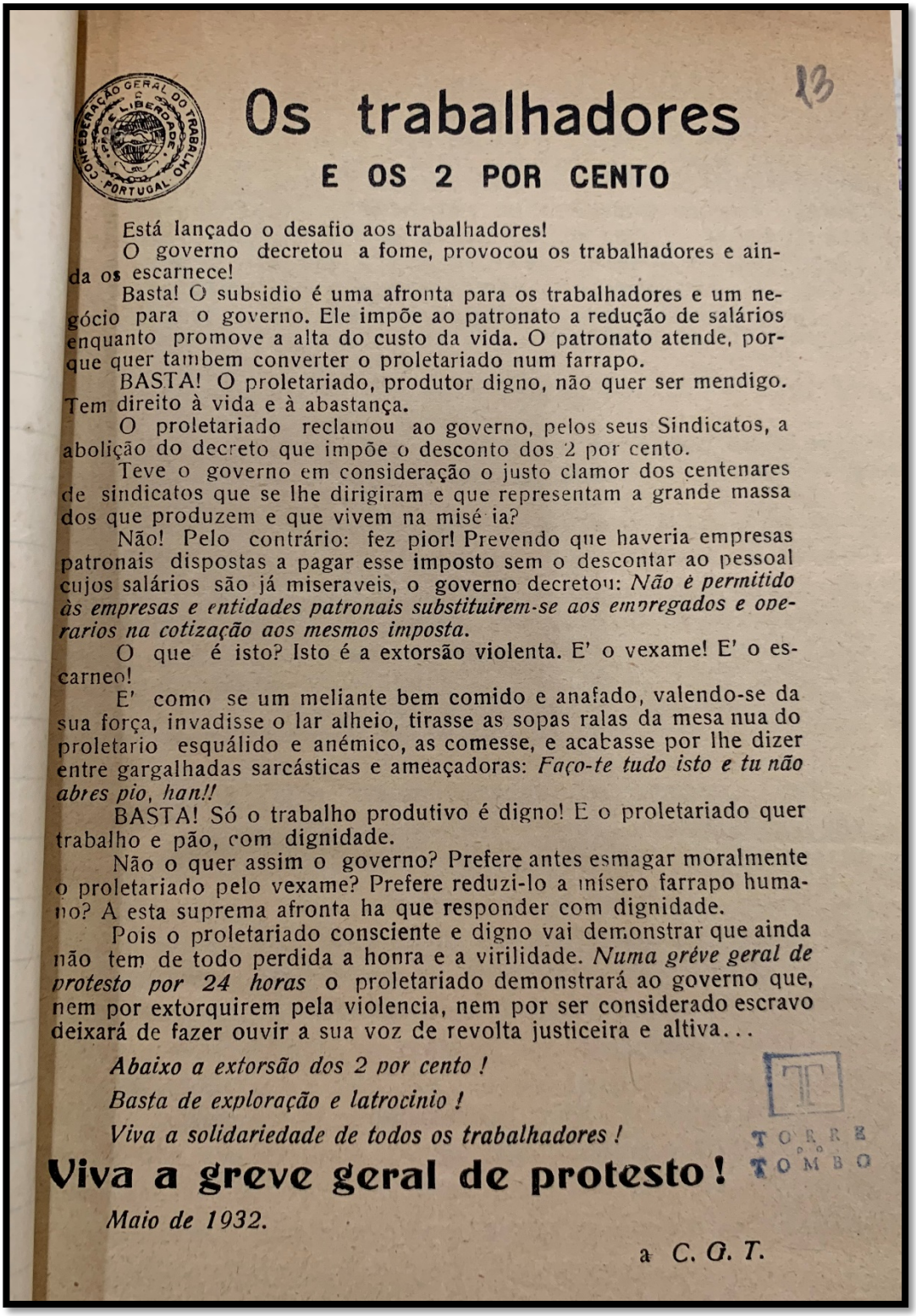
28 de Maio de 1932.

A Confederação Geral do Trabalho

TORRE DO TOMBO

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 413 da Secção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional Portuguesa, NT 4286.

Panfleto "Os trabalhadores e os 2 por cento", de maio de 1932, da C.G.T., apreendido em Setúbal



Os trabalhadores

E OS 2 POR CENTO

Está lançado o desafio aos trabalhadores!

O governo decretou a fome, provocou os trabalhadores e ainda os escarnece!

Basta! O subsidio é uma afronta para os trabalhadores e um negócio para o governo. Ele impõe ao patronato a redução de salários enquanto promove a alta do custo da vida. O patronato atende, porque quer tambem converter o proletariado num farrapo.

BASTA! O proletariado, produtor digno, não quer ser mendigo. Tem direito à vida e à abastança.

O proletariado reclamou ao governo, pelos seus Sindicatos, a abolição do decreto que impõe o desconto dos 2 por cento.

Teve o governo em consideração o justo clamor dos centenares de sindicatos que se lhe dirigiram e que representam a grande massa dos que produzem e que vivem na misé ia?

Não! Pelo contrário: fez pior! Prevendo que haveria empresas patronais dispostas a pagar esse imposto sem o descontar ao pessoal cujos salários são já miseraveis, o governo decretou: *Não é permitido às empresas e entidades patronais substituirem-se aos empregados e operarios na cotização aos mesmos imposta.*

O que é isto? Isto é a extorsão violenta. E' o vexame! E' o escarneo!

E' como se um meliante bem comido e anafado, valendo-se da sua força, invadisse o lar alheio, tirasse as sopas ralas da mesa nua do proletario esquálido e anémico, as comesse, e acabasse por lhe dizer entre gargalhadas sarcásticas e ameaçadoras: *Faço-te tudo isto e tu não abres pio, han!!*

BASTA! Só o trabalho produtivo é digno! E o proletariado quer trabalho e pão, com dignidade.

Não o quer assim o governo? Prefere antes esmagar moralmente o proletariado pelo vexame? Prefere reduzi-lo a mísero farrapo humano? A esta suprema afronta ha que responder com dignidade.

Pois o proletariado consciente e digno vai demonstrar que ainda não tem de todo perdida a honra e a virilidade. *Numa gréve geral de protesto por 24 horas* o proletariado demonstrará ao governo que, nem por extorquirem pela violencia, nem por ser considerado escravo deixará de fazer ouvir a sua voz de revolta justiceira e altiva...

Abaixo a extorsão dos 2 por cento!

Basta de exploração e latrocinio!

Viva a solidariedade de todos os trabalhadores!

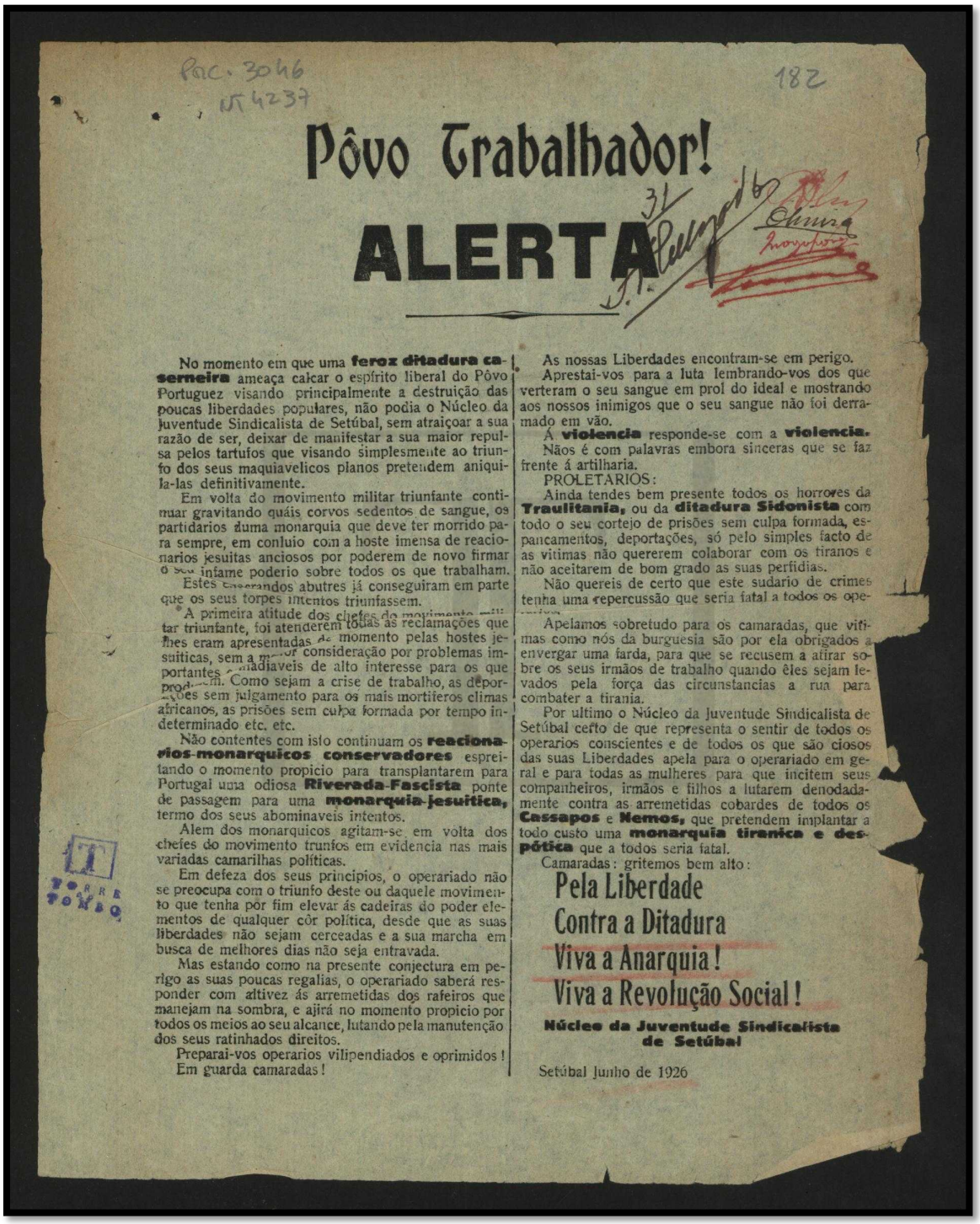
Viva a greve geral de protesto!

Maio de 1932.

a C. G. T.

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Processo n.º 413 da Secção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional Portuguesa, NT 4286.

Manifesto "Povo trabalhador! Alerta". Núcleo de Setúbal da Juventude Sindicalista (jun. 1926)



Proc. 3046
NT 4237

182

Pôvo Trabalhador!

ALERTA

No momento em que uma **feroz ditadura caserneira** ameaça calcar o espírito liberal do Pôvo Portuguez visando principalmente a destruição das poucas liberdades populares, não podia o Núcleo da Juventude Sindicalista de Setúbal, sem atraiçoar a sua razão de ser, deixar de manifestar a sua maior repulsa pelos tartufos que visando simplesmente ao triunfo dos seus maquiavelicos planos pretendem aniquila-las definitivamente.

Em volta do movimento militar triunfante continuar gravitando quáis corvos sedentos de sangue, os partidarios duma monarquia que deve ter morrido para sempre, em conluio com a hoste imensa de reaccionarios jesuitas anciosos por poderem de novo firmar o seu infame poderio sobre todos os que trabalham.

Estes [illegible]randos abutres já conseguiram em parte que os seus torpes intentos triunfassem.

A primeira atitude dos chefes do movimento militar triunfante, foi atenderem todas as reclamações que lhes eram apresentadas de momento pelas hostes jesuiticas, sem a maior consideração por problemas importantes e inadiaveis de alto interesse para os que produzem. Como sejam a crise de trabalho, as deportações sem julgamento para os mais mortiferos climas africanos, as prisões sem culpa formada por tempo indeterminado etc. etc.

Não contentes com isto continuam os **reaccionarios monarquicos conservadores** espreitando o momento propicio para transplantarem para Portugal uma odiosa **Riverada-Fascista** ponte de passagem para uma **monarquia jesuitica,** termo dos seus abominaveis intentos.

Alem dos monarquicos agitam-se em volta dos chefes do movimento trunfos em evidencia nas mais variadas camarilhas politicas.

Em defeza dos seus principios, o operariado não se preocupa com o triunfo deste ou daquele movimento que tenha por fim elevar ás cadeiras do poder elementos de qualquer côr politica, desde que as suas liberdades não sejam cerceadas e a sua marcha em busca de melhores dias não seja entravada.

Mas estando como na presente conjectura em perigo as suas poucas regalias, o operariado saberá responder com altivez ás arremetidas dos rafeiros que manejam na sombra, e ajirá no momento propicio por todos os meios ao seu alcance, lutando pela manutenção dos seus ratinhados direitos.

Preparai-vos operarios vilipendiados e oprimidos!
Em guarda camaradas!

As nossas Liberdades encontram-se em perigo.

Aprestai-vos para a luta lembrando-vos dos que verteram o seu sangue em prol do ideal e mostrando aos nossos inimigos que o seu sangue não foi derramado em vão.

A **violencia** responde-se com a **violencia.**

Não é com palavras embora sinceras que se faz frente á artilharia.

PROLETARIOS:

Ainda tendes bem presente todos os horrores da **Traulitania,** ou da **ditadura Sidonista** com todo o seu cortejo de prisões sem culpa formada, espancamentos, deportações, só pelo simples facto de as vitimas não quererem colaborar com os tiranos e não aceitarem de bom grado as suas perfidias.

Não quereis de certo que este sudario de crimes tenha uma repercussão que seria fatal a todos os ope-[illegible]

Apelamos sobretudo para os camaradas, que vitimas como nós da burguesia são por ela obrigados a envergar uma farda, para que se recusem a atirar sobre os seus irmãos de trabalho quando êles sejam levados pela força das circunstancias a rua para combater a tirania.

Por ultimo o Núcleo da Juventude Sindicalista de Setúbal certo de que representa o sentir de todos os operarios conscientes e de todos os que são ciosos das suas Liberdades apela para o operariado em geral e para todas as mulheres para que incitem seus companheiros, irmãos e filhos a lutarem denodadamente contra as arremetidas cobardes de todos os **Cassapos** e **Nemos,** que pretendem implantar a todo custo uma **monarquia tiranica e despótica** que a todos seria fatal.

Camaradas: gritemos bem alto:

Pela Liberdade
Contra a Ditadura
Viva a Anarquia!
Viva a Revolução Social!

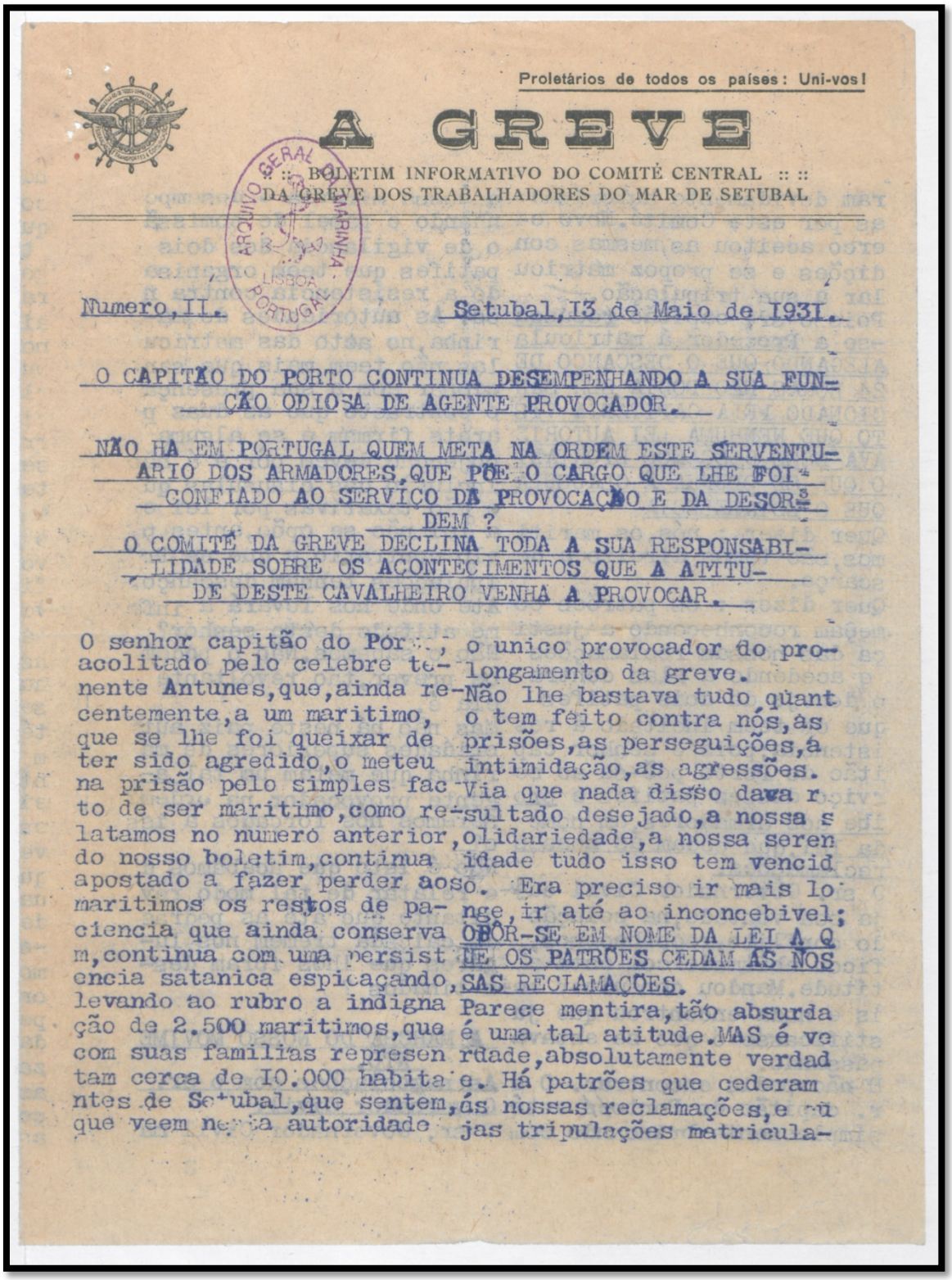
Núcleo da Juventude Sindicalista de Setúbal

Setúbal Junho de 1926

TORRE DO TOMBO

Fonte: ANTT, Fundo da PIDE/DGS, Propaganda apreendida, n.º 182. PT/TT/PIDE/001/00182

"A Greve – Boletim informativo do Comité Central da Greve dos Trabalhadores do Mar de Setúbal" – n.º 2 de 13/05/1931 [1]



Proletários de todos os países: Uni-vos!

A GREVE

:: :: BOLETIM INFORMATIVO DO COMITÉ CENTRAL :: ::
DA GREVE DOS TRABALHADORES DO MAR DE SETUBAL

ARQUIVO GERAL DA MARINHA
LISBOA PORTUGAL

Numero, II. Setubal, I3 de Maio de I93I.

O CAPITÃO DO PORTO CONTINUA DESEMPENHANDO A SUA FUNÇÃO ODIOSA DE AGENTE PROVOCADOR.

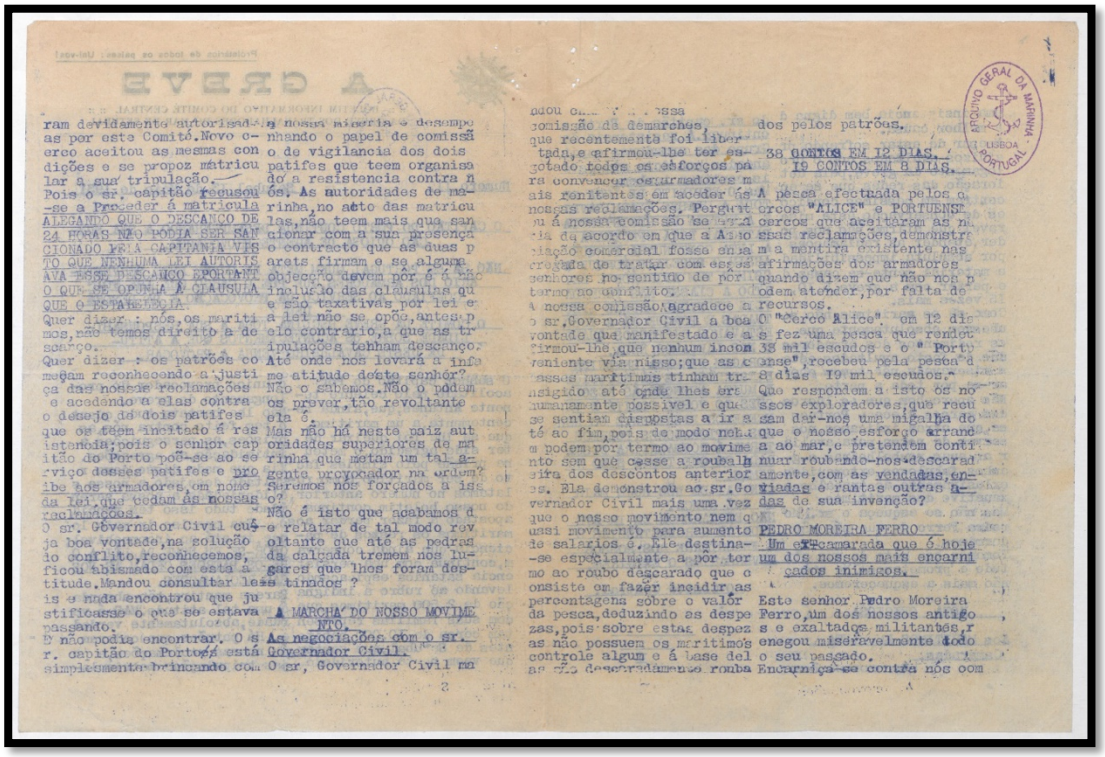
NÃO HA EM PORTUGAL QUEM META NA ORDEM ESTE SERVENTUARIO DOS ARMADORES, QUE PÕE O CARGO QUE LHE FOI CONFIADO AO SERVIÇO DA PROVOCAÇÃO E DA DESORDEM ?

O COMITÉ DA GREVE DECLINA TODA A SUA RESPONSABILIDADE SOBRE OS ACONTECIMENTOS QUE A ATITUDE DESTE CAVALHEIRO VENHA A PROVOCAR.

O senhor capitão do Por..., acolitado pelo celebre tenente Antunes, que, ainda recentemente, a um maritimo, que se lhe foi queixar de ter sido agredido, o meteu na prisão pelo simples facto de ser maritimo, como relatamos no numero anterior do nosso boletim, continua apostado a fazer perder aos maritimos os restos de paciencia que ainda conservam, continua com uma persistencia satanica espicaçando, levando ao rubro a indignação de 2.500 maritimos, que com suas familias representam cerca de I0.000 habitantes de Setubal, que sentem, que veem nesta autoridade o unico provocador do prolongamento da greve. Não lhe bastava tudo quanto tem feito contra nós, as prisões, as perseguições, a intimidação, as agressões. Via que nada disso dava resultado desejado, a nossa solidariedade, a nossa serenidade tudo isso tem vencido. Era preciso ir mais longe, ir até ao inconcebivel; OBRIGOR-SE EM NOME DA LEI A QUE OS PATRÕES CEDAM ÁS NOSSAS RECLAMAÇÕES. Parece mentira, tão absurda é uma tal atitude. MAS é verdade, absolutamente verdade. Há patrões que cederam ás nossas reclamações, e as suas tripulações matricula-

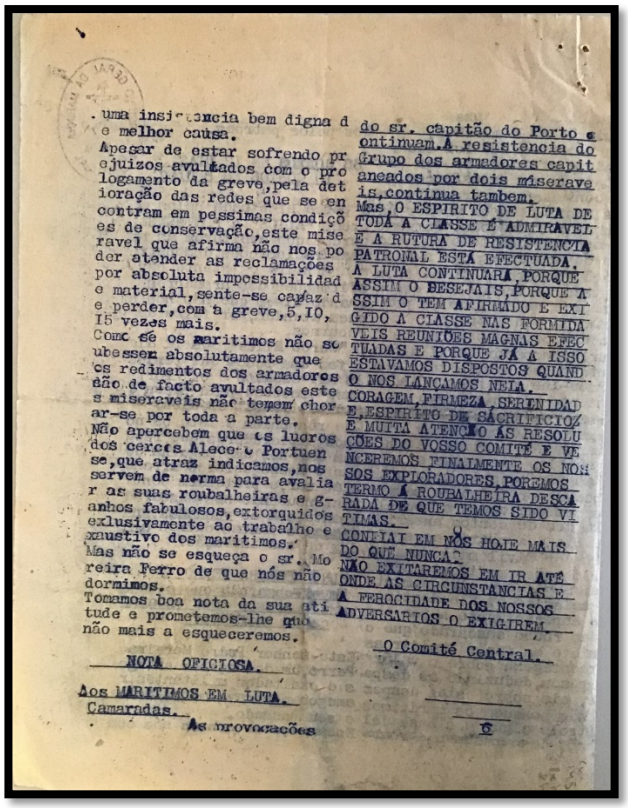
Fonte: BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1.453 (porto de Setúbal), Mç. 8.

“A Greve – Boletim informativo do Comité Central da Greve dos Trabalhadores do Mar de Setúbal” – n.º 2 de 13/05/1931 [2]



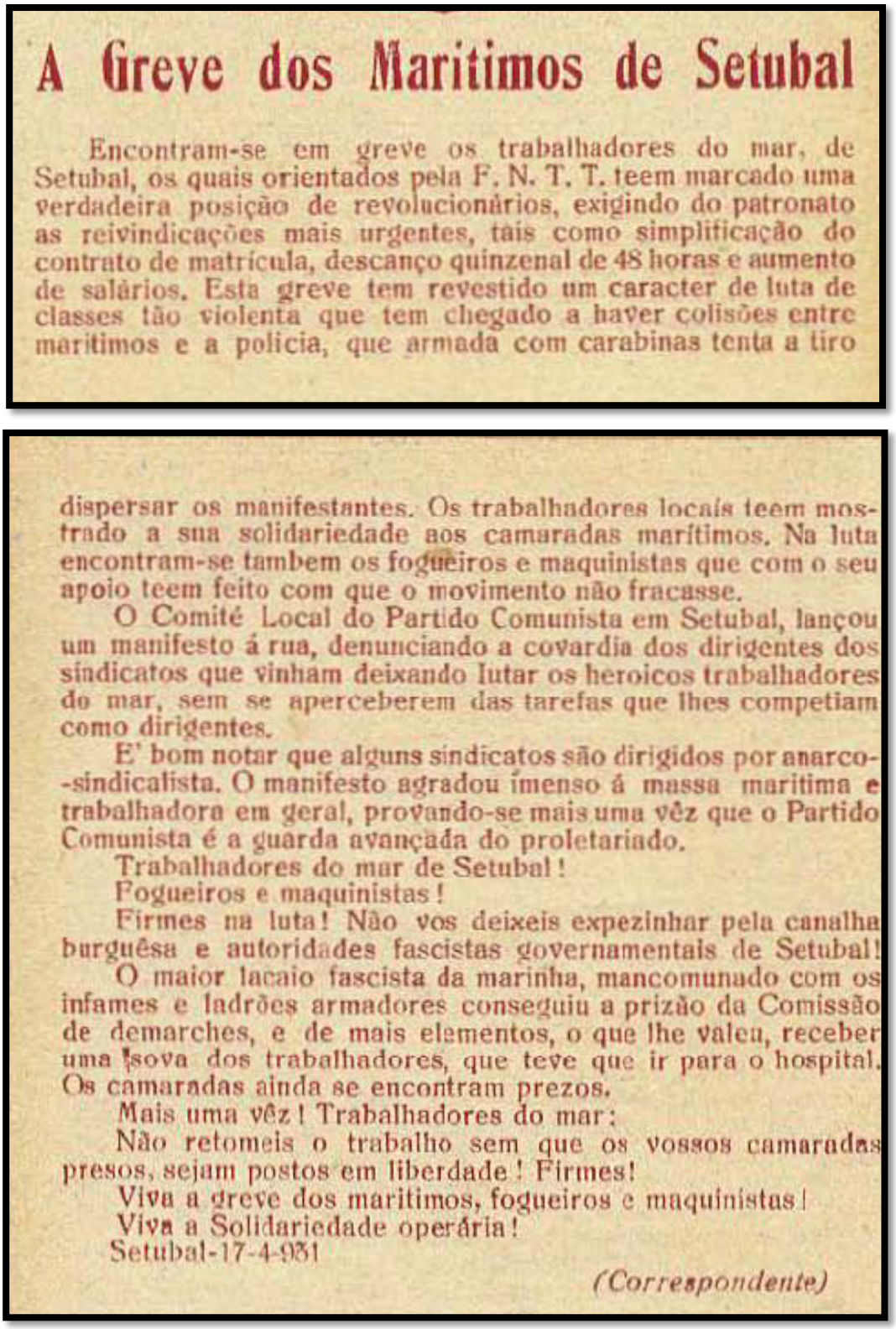
Fonte: BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1453 (porto de Setúbal), Mç. 8.

“A Greve – Boletim informativo do Comité Central da Greve dos Trabalhadores do Mar de Setúbal” – n.º 2 de 13/05/1931 [3]



Fonte: BCM-AH, Documentação Avulsa, Cx. 1453 (porto de Setúbal), Mç. 8.

Artigo relativo à greve dos marítimos de Setúbal no *Avante!*



A Greve dos Maritimos de Setubal

Encontram-se em greve os trabalhadores do mar, de Setubal, os quais orientados pela F. N. T. T. teem marcado uma verdadeira posição de revolucionários, exigindo do patronato as reivindicações mais urgentes, tais como simplificação do contrato de matrícula, descanço quinzenal de 48 horas e aumento de salários. Esta greve tem revestido um caracter de luta de classes tão violenta que tem chegado a haver colisões entre maritimos e a policia, que armada com carabinas tenta a tiro dispersar os manifestantes. Os trabalhadores locais teem mostrado a sua solidariedade aos camaradas marítimos. Na luta encontram-se tambem os fogueiros e maquinistas que com o seu apoio teem feito com que o movimento não fracasse.

O Comité Local do Partido Comunista em Setubal, lançou um manifesto á rua, denunciando a covardia dos dirigentes dos sindicatos que vinham deixando lutar os heroicos trabalhadores do mar, sem se aperceberem das tarefas que lhes competiam como dirigentes.

E' bom notar que alguns sindicatos são dirigidos por anarco-sindicalista. O manifesto agradou imenso á massa maritima e trabalhadora em geral, provando-se mais uma vêz que o Partido Comunista é a guarda avançada do proletariado.

Trabalhadores do mar de Setubal!

Fogueiros e maquinistas!

Firmes na luta! Não vos deixeis expezinhar pela canalha burguêsa e autoridades fascistas governamentais de Setubal!

O maior lacaio fascista da marinha, mancomunado com os infames e ladrões armadores conseguiu a prizão da Comissão de demarches, e de mais elementos, o que lhe valeu, receber uma sova dos trabalhadores, que teve que ir para o hospital. Os camaradas ainda se encontram prezos.

Mais uma vêz! Trabalhadores do mar:

Não retomeis o trabalho sem que os vossos camaradas presos, sejam postos em liberdade! Firmes!

Viva a greve dos maritimos, fogueiros e maquinistas!

Viva a Solidariedade operária!

Setubal-17-4-931

(Correspondente)

Fonte: "A Greve dos Marítimos de Setúbal" in *Avante!*, n.º 4 de 01/05/1931, pp. 5-6.

Antiga sede da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal e do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal (c. 1977)

Fonte: AHS-BNP, N61, Secção de Fotografias, Cx. 117, Fotografia tirada por Rui Mousinho. Disponível *online* no *Projeto Mosca*.
Nota: Projeto de Adães Bermudes.

Antiga sede da Associação de Classe da Construção Civil de Setúbal (c. 1980)

Fonte: AHS-BNP, N61, Secção de Fotografias, Cx. 117, Fotografia tirada por João Freire. Disponível *online* no *Projeto Mosca*.

Antiga sede da Associação Promotora de Educação Popular em Setúbal

Fonte: AHS-BNP, N61, Secção de Fotografias, Cx. 117. Disponível *online* no *Projeto Mosca*.

Sede da antiga Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar.

Fonte: LOPES, José Madureira, *Um tesouro guardado – Setúbal d'outros tempos*, Corlito, Setúbal, 1993, p. 87.

Guardas, comandantes distritais de Setúbal da PSP e prisões políticas

Tenente Augusto de Carvalho
Comissário-Geral da Polícia Cívica de Setúbal/1.º Comandante Distrital da PSP de Setúbal (22/12/1926 a 31/06/1928)

Fonte: Arquivo Histórico do Comando Distrital de Setúbal da PSP.

Tenente Clemente José Juncal
2.º Comandante Distrital da PSP de Setúbal (01/09/1928 a 31/03/1929)

Fonte: Arquivo Histórico do Comando Distrital de Setúbal da PSP.

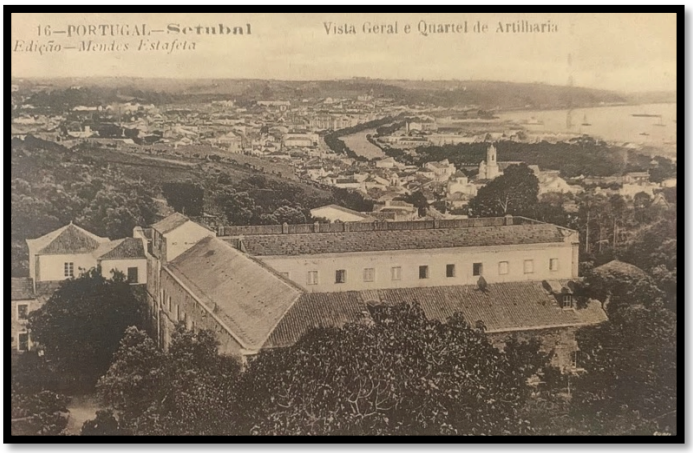
Capitão António Inocêncio Moreira de Carvalho
3.º Comandante Distrital da PSP de Setúbal (01/04/1929 a 21/03/1939)

Fonte: Arquivo Histórico do Comando Distrital de Setúbal da PSP.

Chefe José Teixeira, comandante da 1.ª esquadra da PSP de Setúbal
Augusto Milho, encarregado da brigada de investigação da PSP de Setúbal

Fonte: "Polícia de Segurança Pública de Setúbal" in *Eco de Setúbal*, n.º 17 de 02/01/1934, p. 27.
Nota: Foram dois dos principais elementos dos processos de investigação/repressão política nos anos 30.

Postal "Vista Geral e Quartel de Artilharia" (Brancanes). Circulou em 1916.



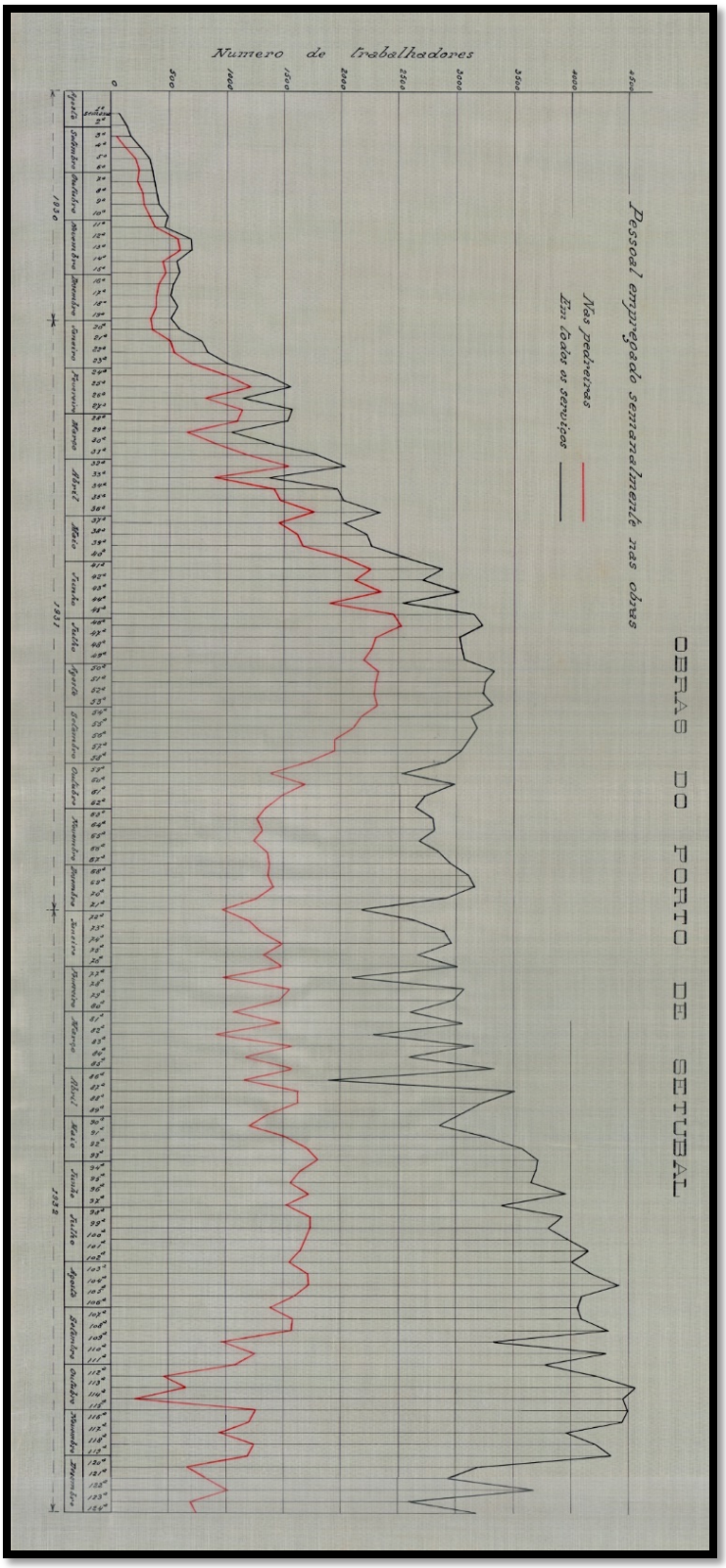
Fonte: QUINTAS, Maria da Conceição; LOPES, José Madureira, *Setúbal à la minute através do Bilhete Postal Ilustrado*, Corlito, Setúbal, 1999, p. 25.

Convento de Brancanes (1930)

Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 07.49:12 do filme *Azeitão e arredores de Setúbal*, de 1930, realizado por Virgílio Nunes, com legendas do Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Dr. Carlos Botelho Moniz, e com propósito propagandístico da Comissão de Iniciativa de Setúbal. Produzido pela firma cinematográfica *Mello, Castello Branco, Lda*.

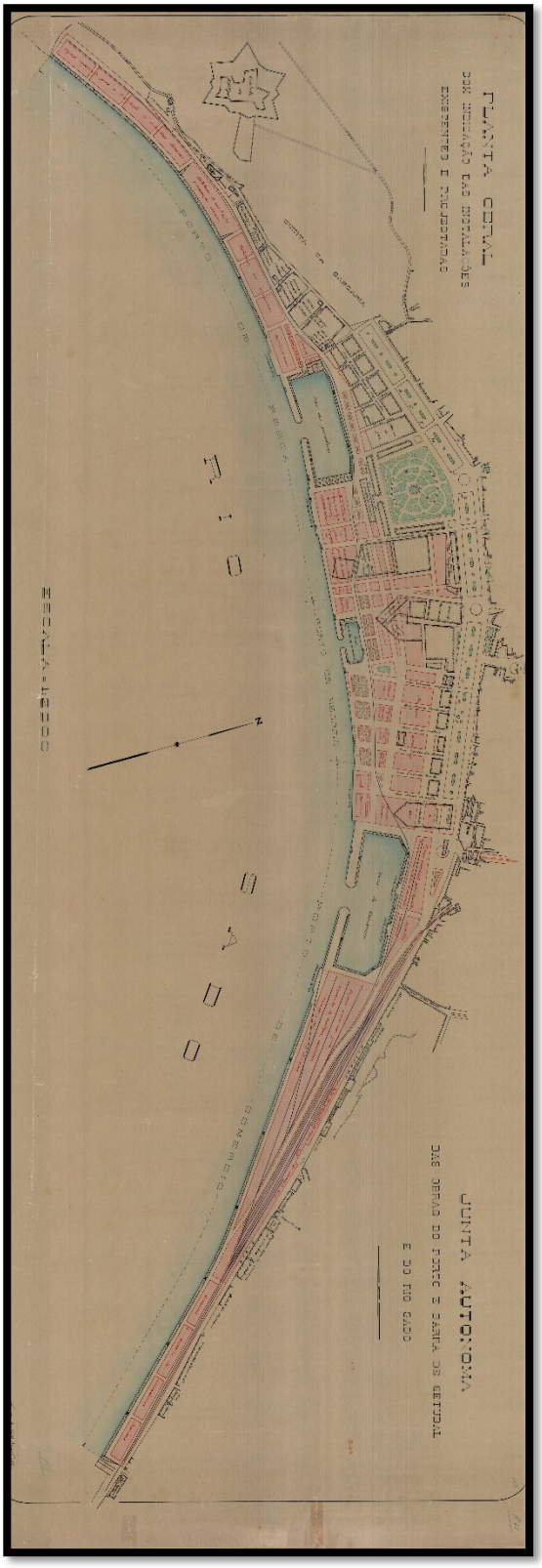
Obras do porto de Setúbal (1930-1934)

Gráfico - N.º de trabalhadores das obras do porto de Setúbal (ago. 1930 – dez. 1932)



Fonte: APLSS, Fundo dos Portos de Setúbal e Sesimbra, Organização e Funcionamento, Planeamento Controlo e Estatística, Estatística das Atividades, Obras do porto de Setúbal – Pessoal empregado semanalmente nas obras.
Nota: O máximo de trabalhadores foi atingido em outubro de 1932 (4500 operários). Nas pedreiras da Figueirinha estiveram 2500 trabalhadores, em junho de 1931.

"*Planta geral com edificações das instalações existentes e projetadas*" (1934)

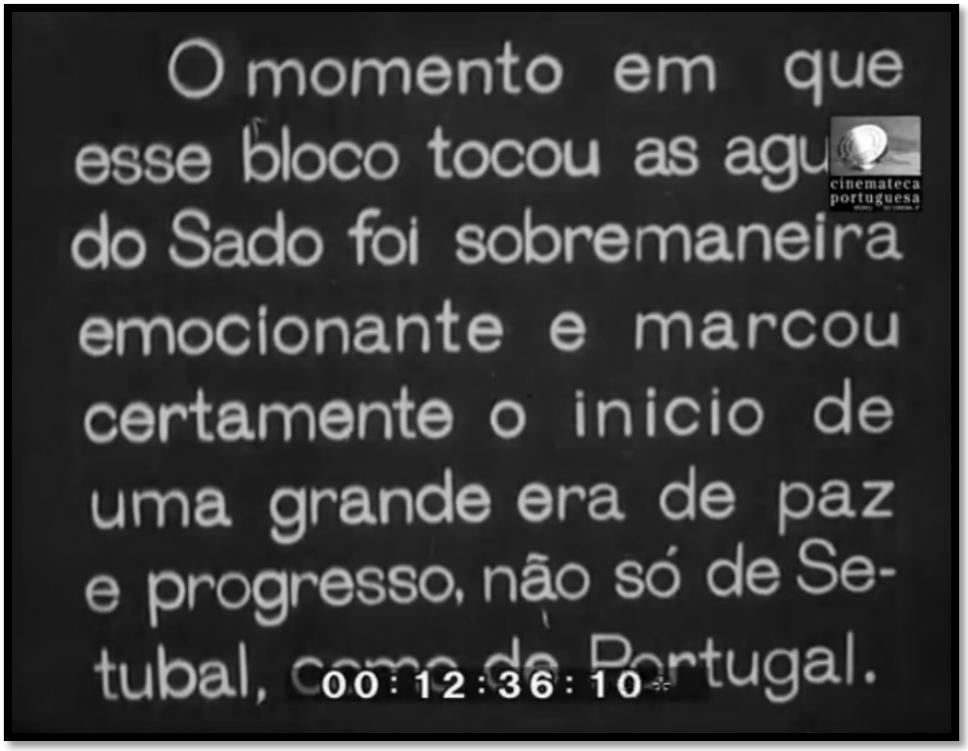


Fonte: APLSS, Fundo dos portos de Setúbal e Sesimbra, Topografia, Plantas e Cartas Topográficas. Planta da autoria do diretor-eng.º das obras, Afonso Cid Perestrelo.
Nota: Através desta planta podemos identificar algumas das principais e maiores fábricas de conservas de peixe de Setúbal.

Lançamento da 1.ª pedra das obras de reestruturação das obras do porto de Setúbal (28/07/1930)

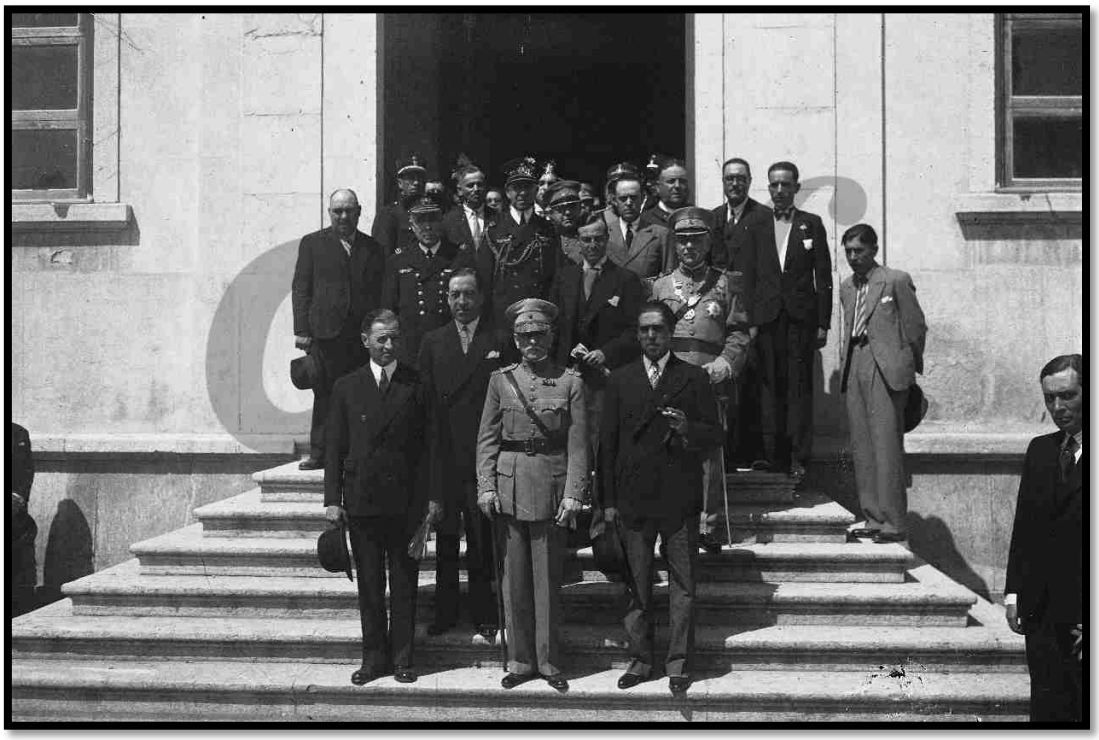
Fonte: Coleção particular de António Cunha Bento.

Propaganda de 'Grande Era' de progresso para Setúbal



Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 12.36:10 do filme *Reportagem da Exposição Regional e das Festas de inauguração da Luz Eléctrica, com a assistência de S. Exa. o Presidente da República, de 1930*, realizado por Virgílio Nunes, com legendas do Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Dr. Carlos Botelho Moniz, e com propósito propagandístico da Comissão de Iniciativa de Setúbal. Produzido pela firma cinematográfica *Mello, Castello Branco, Lda*.

As altas figuras de Estado e da C.M. de Setúbal às portas dos Paços do Concelho aquando da inauguração do porto de Setúbal (20/05/1934)



Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 29, Fotografia 886I. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0029/0886I

Lançamento da última pedra das obras de reestruturação do porto de Setúbal (20/05/1934)

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 29, Fotografia 890I. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0029/0890I

Nota: Estão presentes na fotografia José Augusto dos Santos, Vítor Ramos Reynaud, Mário Lêdo, Venâncio a Costa Lima, Matias Perienes, dr. Júdice da Costa, José Júlio Carreira da Cunha, dr. Cardoso Barreiros, Abel Mesquita, capitão Moreira de Carvalho, Vitorino Moreira Rodrigues, dr. Soares Franco, Joaquim Ferreira de Sousa Júnior, Vítor Costa, capitão-tenente José Paulo de Sousa Mendes e António Oliveira.

Aspeto de multidão aquando da inauguração das obras do porto de Setúbal (20/05/1934)

Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. *Frame* 03.44:17 do filme *A inauguração das obras do porto de Setúbal*, de 1934, realizado por Arnaldo Coimbra e produzido pelo Secretariado da Propaganda Nacional.

Comissão de Iniciativa de Setúbal

Vista geral de Setúbal (c. 1930)

Fonte: BNP. Cota: PI-3261-P. Coleção de postais publicados pela Comissão de Iniciativa de Setúbal

Inauguração da Glorieta a Luísa Todi (01/10/1933)

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal *O Século*, Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum n.º 26, Fotografia 1146H. PT/TT/EPJS/SF/001-001/0026/1146H

Azulejo da Comissão de Iniciativa de Setúbal no Miradouro de São Sebastião (c. 1932)

Fonte: Fotografia do autor. Dezembro de 2020.